



THE LIBRARY
OF
THE UNIVERSITY
OF TEXAS



G981.06 P422R V.7-10 1952-56
NO.9-12 LAC

Digitized by Google

781.06
4227

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO

Anos VII a X — N.º IX a XII

RECIFE-PERNAMBUCO

1952 - 1956

Digitized by Google

222

SECRETARIA DO INTERIORE JUSTIÇA

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO

Anos VII a X — N.^{os} IX a XII

888

RECIFE-PERNAMBUCO

1952 - 1956



EX - LIBRIS

**Composto e impresso
nas oficinas gráficas
da Imprensa Oficial
Recife — 1957**

ÍNDICE GERAL

	Págs.
EDITORIAL	
A FUNÇÃO DOS ARQUIVOS — Luiz da Câmara Cascudo	5
O BANGUÊ EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX — M. Diegues Júnior	15
IMPORTANCIA DA BIBLIOGRAFIA E DA BIBLIOTECA PARA OS ESTUDOS HISTÓRICOS — Edson Nery da Fonseca ..	31
PERNAMBUCO NO ARQUIVO DA CASA IMPERIAL — Guilherme Auler	43
O PÔRTO DO RECIFE (roteiro de uma viagem através de sua his- tória) — José César Regueira Costa	59
A FUNÇÃO MÁGICA DOS TAMBORES — Waldemar Valente ..	81
ITAMARACÁ (contribuição para o Estudo geomorfológico da costa pernambucana) — Prof. Gilberto Osório de Andrade	89
HISTÓRIA DA CASA DE CUNHAÚ — João d'Albuquerque Mara- nhão	167
ITINERÁRIO DA ESCOLA — Mauro Mota	449
O LOBISHOMEM DA PORTEIRA VELHA — Jayme Griz	457
O FATOR RELIGIOSO NA HISTÓRIA BRASILEIRA — Nilo Pe- reira	533
NOTAS SOBRE A CAPELA DOS APIPUCOS — L.I.C.	547
MEMÓRIAS DE UMA CRUZADA — Joel F. Jayme Gayão	579
ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES	

Este volume compreendendo os números IX a XII e os anos de 1952 a 1956, atualiza a publicação da REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO e divulga estudos, monografias e materiais de interesse para a história pernambucana.

Aqui não é lugar para mencionar as dificuldades que tiveram de ser superadas para que se editasse este volume. Saliente-se, apenas, a inestimável colaboração da Imprensa Oficial.

A direção do Arquivo estimaria muito publicar semestralmente um volume da sua REVISTA. Há, todavia, dificuldades que se não podem superar mesmo com a melhor vontade e a maior dedicação.

Divulgam-se, nesta oportunidade, as conferências que a convite desta Diretoria, pronunciaram, no Arquivo Público, os escritores Câmara Cascudo, M. Diegues Júnior, Guilherme Auler, Edson Nery da Fonseca e José Césio Regueira Costa.

Dentro de breve, será realizado um novo "Curso de Conferências" que, a exemplo do anterior, tratará de assuntos de interesse para a historiografia e a pesquisa em Pernambuco.

É uma pena que os planos não possam ser mais amplos e as realizações mais brilhantes. Subordinamo-nos todos às contingências e às dificuldades que são gerais. Aliás, os que servem nos Arquivos não têm propósito de brilho ou de evidência. Seu objetivo principal é servir aos que servem à Ciência.

A função dos Arquivos

Luiz da Câmara Cascudo



PARA um homem que envelheceu ensinando História num ginásio de província, que continúa enamorado dos livros, emoldurando com eles todos os seus sonhos, que nas viagens dedica parte maior de sua afetuosa curiosidade aos testemunhos imoveis da História, na horizontalidade das vias militares calcadas pelas caligulas romanas, nos verticais dos castelos, mosteiros e alcaidarias, nenhum outro ambiente teria encanto e maior sedução que este, ambiente de arquivo, as muralhas de cartapacios, as pilhas de papeis, guardando segredos, o silencio clássico, vivo na luz tamisada e doce, permitindo ler e construir, devagar os edificios do passado tão irreais quanto os do futuro...

Aqui é realmente casa da História, Solar do seu nascimento, nascente de suas aguas que vamos encontrar lá fora, diversas e coloridas, na química das convenções e das simpatias. Aqui, nas cabeceiras, são elas silenciosas em força serena, manando dos atos formadores dos primeiros fios convergentes, explicação da futura torrente...

Dá vontade interromper a tranquilidade e conversar, num tom claro e baixo, de lento passeio nos braços acolhedores do claustro. Uma conversa sobre o conceito de História e a função do documento para evocá-la, determiná-la ou modificá-la. Começemos lembrando a definição da História, definição da nossa escola antiga e que prolonga, duramente, seu prestigio, na memória de milhões de homens sizudos.

História é o registo cronológico dos factos memoráveis... Dos factos memoráveis apenas. Um facto memorável como pôde ser fixado? Naturalmente pelo consenso dos homens que o motivaram. Mesmo negando a immortalidade divina amamos emprestar os halos da perpetuidade aos nossos actos. Decretámos a vitaliciedade da admiração futura aos mesmos assuntos que admiramos agora. Escolhemos um homem, uma doutrina, um livro, um poema, uma estatua, um vicio, uma indiosincrasia e declaramos sua inarredável eternidade no tempo. Falemos como outróra: nas paginas da História...

Certamente, para a compreensão haverá o veículo indispensável da mentalidade receptora. Compreendemos mesmo sem admirar mas só admiramos o que existe em nós num estado potencial. Aquilo que amariamos fazer ou ser responsável por sua realização. Os nossos ídolos parecem extranhamente com a nossa mentalidade. E como na convergencia misteriosa da atracção psicologica os elementos aproximativos são mais os vicios gostosos do que as virtudes difíceis, muito do nosso ideário é uma sublimação do vicio simples e primário, no plano *delo divino*, promoção nominal como as crianças elevam os sabugos de milho aos grãos de rei, capitão, soldados, ladrão, como na cantiga infantil. Não podemos admirar os modelos demasiados altos, muito distantes de nossa precariedade. O demonio Renan ensinava: *Il ne faut pas être trop parfait*. A perfeição é um elemento desaproximador para os subalternos. Porisso Ulisses deixou Calipso e partiu, mar em fóra, "para as delicias das cousas imperfeitas".

O facto memorável é um saldo das nossas imperfeições sublimadas, dos nossos sonhos positivados no plano superior da materialização. Cada herói é um resumo do seu tempo, do seu mundo, de sua civilização, um indice positivo do esforço orgulhoso da maioria que êle simboliza e eleva *ad immortalitatem*...

Não é concepção pessimista de História mas a humanização do herói como uma expressão formal do sonho desconforme e coletivo. Nós não suportariamos uma continuidade de Socrates, normal na Grecia, como os gregos não compreenderiam jamais a situação do mundo atual, o estado perene de guerra em salvaguarda da pacificação universal.

A História será, logicamente, duas. Uma para cada lado mas haverá o vertice do angulo, com sua veracidade rutilante, oculta um momento, evidente depois, irrespondível, a legítima voz da História.

Nós sentimos o nosso mundo e a nossa civilização e estamos solidários com êle ou o combatemos mas não o abandonamos. Nem deixaremos muitos dos elementos que reputamos substituíveis. Vamos apenas aproveitando os materiais das casas desmoronadas e erguendo outras, afirmando sua superioridade em face das ruínas que foram orgulho de outras mãos e feitas com outras pedras perdidas de uma catástrofe anterior.

Vamos vendo nossa civilização, nossa História no seu aspecto exterior e brilhante, no seu exterior publicitário, propagado pelo devotamento dos fieis.

Assim desfila e lenta procissão com suas cores, suas luzes, seu movimento, seu esplendor. Assim entra na História e vai ficando, desfilarando sempre, como Herodoto conta a marcha dos persas ou os desenhos de Karnac narram as vitórias do Faraó, hierarquico, no cimo do seu carro de bronze, o escorpião de ouro tremendo na altura da testa, guiando a guerra para o Mundo. Há, porém, aquilo que o velho Procopio, secretário do imperador Justiniano, dizia ser "os secretos motivos da ação". Esses desfiles, correrias, vitórias, sucessos, cataclismos, são as formas da ação viva mas ha um motivo secreto, a raiz obscura e negra, no escuro da terra, sustentando a arvore, explicando-a. A forma real, heroicamente humana, de sentirmos e vivermos a História é procurar a normalidade da ação, isto é, a ação em germe, não a tempestade estalando no ar como um castigo mas acompanhar a evaporação, a formação invisível do fenomeno, a condensação vagarosa dos elementos que deflagrarão a rutilancia cegante do meteoro.

Todos os atos vão deixando vestígios como pegadas na areia da praia deserta. O ato histórico em si mesmo, no momento de sua eclosão, é um resultado, uma soma de fatores multiplicados e confusos, cachoeira cujas aguas vieram rolando e cantando de mil riachos inominados.

A nossa aclamação é quasi sempre uma coincidência de sentimentos. O homem representativo é o espelho que demora a imagem fixada. Junto a êsse inconsciente e naturalissimo narcisismo, há a História que os delfins receberam e nela acreditaram como a um quinto evangelho.

Mudamos o nome do criador na obra criada. Mudamos por outro que representa para nós a maior consequência psicológica no momento. Esta placa será mudada por outra e esta não demorará. Cada tempo terá o criador momentaneo, o Jupiter efemero. Apenas a obra esconde o verdadeiro nome e

um dia mostrá-lo-á. Recordam-se da história do farol de Alexandria? Muitos séculos foi uma das sete maravilhas do mundo. Figurou em marmores, em moedas, em versos. Já não existe e sua citação tem qualquer cousa de cômica, de retardamento saudosista, como alguém que nos convidasse a chorar pela morte de Elvira, a morta virgem, ou declamar o "Noivado no sepulcro".

O primeiro Ptolomeu mandou construir o farol por Sóstrato. Aqui, permitam-me evocar outro velho nome, mais novo, bem sábio e poderoso mas já não lido na geração brasileira atual. No meu tempo era o último grego, um grego de Péricles, divino sabedor da ciência do bem dizer, José Enrique Rodó.

"El primero y más grande de los Tolomeos se propuso levantar, en la isla que tiene a su frente Alejandria, alta y soberbia torre, sobre la que una hoguera siempre viva fuese señal que orintara al navegante y simbolizase la uz que irradiaba de la ilustre ciudad. Escogió blanco mármol; trázó en su mente el modelo simple, severo y majestuoso. Sobre la roca más alta de la isla echó las bases de la fábrica, y el mármol fué lanzado al cielo mientras el corazón de Sóstrato subia de entusiasmo tras él. Columbrada allá arriba, en el vértice que idealmente anticipaba, la gloria. Cada piedra, un anhelo; cada forma rematada, un deliquio. Cuando el vértice estuvo, el artista, contemplando en éxtasis su obra, pensó que habia nacido para hacerla. Lo que con genial atrevimiento habia creado, era el Faro de Alejandria que la antigüidad contó entre las siete maravillas del mundo. Tolomeo, después de admirar la obra del artista, observó que faltaba al monumento un último toque, y consistía en que su nombre de rey fuera esculpido, como sello que apropiase el honor de la idea, en encumbadora y bien visible lápida. Entonces, Sóstrato, forzado a obedecer, pero celoso en su amor por el prodigio de su genio, ideó el modo de que en la posteridad, que concede la gloria, fuera su nombre, y no el del rey, el que leyese en las generaciones sobre el mármol eterno. De cal y arena compuso para la lápida de mármol una falsa superficie, y sobre ella extendió la inscripción que recordaba a Tolomeo; pero debajo, en la entraña dura y luciente de la piedra, grabó su propio nombre. La inscripción, que durante la vida del Mecenas fué engaño de su orgullo, marcó luego las huellas del tiempo destructor; hasta que un día, con los despojos del mortero, voló hecho polvo vano, el nombre del príncipe. Rota y aventada la máscara de cal, se describió, en lugar del nombre del prínci-

pe, el de Sóstrato, en gruesos caracteres, abiertos con aquel encarnizamiento que el deseo pone en la realización de lo prohibido. Y la inscripción vindicadora duró cuanto el mismo monumento; firme como la justicia y la verdad; bruniada por la luz de los cielos en su campo eminente; no más sensible que a la mirada de los hombres, al viento y a la lluvia."

N'Essa pagina do MOTIVOS DE PROTEU, sem que Rodó sentisse a direção que levo ao seu pensamento, resuscitando das ruínas do farol o nome de Sóstrato, fez-se o elogio da ação inicial, dos motivos secretos da ação, da História muda e eterna das raízes, razões da arvore e da floresta.

E' o elogio do Arquivo...

Nos arquivos a História está justamente em potencial. Aguarda a forma que é a colaboração intencional, individual e dirigida. O documento dará seu recado dentro da maior ou menor honestidade do interprete. Mas o documento é o nome de Sóstrato, firme no granito, a velocidade inicial, o primeiro passo para o que será desfile, parada, multidão.

Desejava fazer justamente o elogio dessa História normal e diária da administração, um movimento comum e banal de ordens, instruções, noticias, atos justos e injustos conforme a cor do cristal por onde foram examinados. E' uma história como o simples registo diagramático de um doente ou de alguém que fizesse cura de repouso. Raramente haverá nota de clarim, pincelada vermelha de algum acontecimento vibrante. E' o diário, o todo-o-dia, ACTA DIURNA, fixando no relógio do tempo os passos do homem ao redor dos interesses.

Esse ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL guarda do século XVIII o registo de Bandos e Portarias e o livro de Posse dos Governadores, começando de 1718. Em percentagem maior, correspondência de autoridades eclesiásticas, civis, militares. arsenais de Guerra e da Marinha, provinciais e gerais, depoimentos dos pequeninos acontecimentos que marcam as efemérides burocráticas. Esses registos são os fios formadores da tapeçaria posterior, as figuras heroicas, as damas, os prelados com sua murça carmezim, os almirantes, os capitães governadores com sua Cruz de Cristo, os generais com o Cruzeiro, os magistrados com a placa da Rosa Amor e Fidelidade. A História que n'os impressionará tece-se lentamente com esse material complexo e vago, comum e banal, indispensável e rico.

Essa missão dos arquivos, tão nobre e serenamente valorizada pelo sr. Jordão Emerenciano, é a possibilidade de

confirmar ou arrancar da base de marmore dos farões o nome do rei Ptolomeu. Aqui, na forma rude e nua, a pedra virgem do labor artistico, aguarda seu destino de monumento, exaltador ou funebre, mas sempre veridico.

Sua convivência exalta o trabalho dos homens que deram à História o sentido mais humano e mais autentico nos factos memoráveis. Outra luz, menos ofuscadora e com poder mais vivo de penetração, de ressaltar o pormenor que se torna determinante, surgiu do contacto desses velhos cartapacios, da consulta dessas correspondencias tediosas.

Não é uma visão de Luis XIV na Galerie des Glaces, Napoleão nas Tuilleries, Luis XI em Plessis-les-Tours, um Luis XIV de Rigaud ou um Luis XV de Vanloo. As pequeninas memórias, a massa dōs relatórios dos intendentes, dos recebedores de impostos, as observações, as notas essas fazem realmente o retrato do Rei, um rei sem cabeleira e sem caça, de seda, sem a cōrte e sem o chapéus de plumas, sem a orquestra e sem o sermão do bispo capelão. E' uma História diversa, esclarecedora e cruel, muito mais compassiva e apiedada, muito mais realistica e registadora que todas as comedias de Molière e todos os dramas de Racine e Corneille. Essa é a História dos arquivos, a mão inopinada que repõe no granito reparador o nome dos Sóstrates preteridos pelos Ptolomeus.

Certamente é a História da rotina, do diário e do comum mas nós somos realmente o diário e o comum, sofrendo, trabalhando dentro desse cenário banal e comum, sem as esperanças da genialidade fulgurante ou dos subitos estálos anunciadores do talento borbulhante.

Um arquivo é um convite insistente e mudo á uma tarefa de fixar e defender êsse *comum* e êsse *banal*. Esses vocabulos ambientam um esforço coletivo no sentido do trabalho. *Communis*, participação de muitos ou de todos. Banal, de *bannum*, os fornos, lagares, moinhos, postos á serviços dos vassallos do senhor, mediante paga. Eram couas banais, estavam ao alcance de todos os servos. Na medida que se libertaram da "banalidade" foram pagando mais caro os serviços prestados pela aparelhagem individualistica.

Interessa-nos vivamente, a todos nós, a existência humana na sua tragedia quotidiana. A pergunta natural, ante o Passado, não é saber da vitoria do rei persa ou assirio, com sua grande barba tecida, passando no trono alto ante os touros alados de Korzabad. Interessa-nos saber como esses homens viviam, amavam, sofriam, suas obrigações e direitos,

seus castigos e premios, o mecanismo da sua administração, sua guerra contra a fome e as terras secas, a captação dos rios, da agua pluvial, cunhagem de moedas, desvalorização, molestias, tratamentos, morte, como eram tratados os cadaveres...

Essas informações nos aproximam dos homens que foram como somos há tantos séculos. Porisso os tijolos que contam as histórias pobres de sua humanidade real, instruem-nos tanto e mais do que a voz reboante das inscrições que guardam a gloria das conquistas, os carros de guerra abrindo-se em leque na planicie, o Rei de arco na mão, abatendo o inimigo, furando-lhe os olhos com sua lança...

Esse homem-diário, assirio, medo-persa, babilonio, hitita, grego e romano, liga-se a todos nós numa continuidade emocional, identidade de esforço, de responsabilidade, de medo e de crença.

Um registo, com seus algarismos aluciantes, em que um mestre de obras fixou as pedras entregues aos trabalhadores para a construção de uma catedral gotica, os sináis gravados nessas pedras pelos mestres, marcando a direção das tarefas e deixando um vestigio do seu labor anonimo, trazem uma imagem immediata de humanização, de contemporaneidade, uma sequencia nos elos que nos prendem, no tempo, a eles todos dispersos sob a terra do mundo.

A curiosidade nesse sentido humano elevou as ciências pesquisadoras da pre-história, pondo acima dos monumentos ciclopicos os objetos humildes que testificavam o homem de sempre, instrumentos de trabalho, restos de alimentação, bonecas feitas em barro cozido, para as creanças.

Lendo História estamos habituados com sua pompa, sua nomenclatura, sua consagração. Do Século XVI os mecenas transformaram a cabeça dos memorialistas e a História durante mais de dois séculos foi um fiel e devota ancila, acompanhando o financiador do cronista. Era uma transfiguração tão ampla e sonora que parecia impossível nascimento de seguidores. Só os arquivos revelaram, depois, mansamente, o heroi em casa, sua condição comum, seus defeitos e seu valor, fazendo-o ainda maior, vencendo-se determinando fase inteira de ação social pela atração magnetica de sua personalidade.

Mas os factos banais e diários fazem a História alta porque elevam igualmente o homem. Dizem como ele era dirigido e dirigia, administrava, sofria e fazia sofrer. Nós vamos ficando mais próximos e julgando-os passíveis de uma admiração contemporanea, despidos como estamos dos efluvios do

prestígio que eles irradiavam, entontecendo, deslumbrando, dissolvendo.

Tive a honra de conhecer no Pôrto ao professor Eduardo Hernández-Pacheco. Um velhinho amavel e sorridente, com uma linda cabeça branca e uma palavra acolhedora. E' um dos maiores arqueólogos da Europa, um mestre na legitimidade do esforço tenaz e da clara e magnifica intelligência, sensível e generosa.

O prof. Hernández-Pacheco estava dirigindo escavações numa caverna de la Paloma, no vale de Soto de las Regueras, nas Asturias. Era uma pesquisa no madaleniense superior, resuscitando a vida dos nossos antepassados paleolíticos.

Bruscamente deparou um fragmento de costela de animal, de talhe mediano. Com êsse pedaço de osso fizera-se, há cento e vinte séculos, um pequenino silvo, um apito. Limpo o objeto, soprada a extremidade, e som espalhou-se no ar, um som que fôra contemporaneo de civilização e raça desaparecidas no tempo. Aquêlê silvo agudo emocionou o sabio Hernández-Pacheco e sacudiu-o no sonho. E o arqueologo eminente volta, não a descrever a peça, mas a sentir o simbolo poderoso que aquella presença determinava. E pergunta: — *"Usaban los cazadores prehistóricos de Asturias este instrumento o, teniendo en cuenta la insignificancia de la pieza arqueológica encontrada, se trata simplemente de um objeto de capricho? Quién sabe si algún fiero y rudo cazador no entretenio sus ocios en la caverna, construyendo plácido y amoroso el instrumento músico que llenaria de jubilo al pequeño para quien fuese destinado?"*.

Difícil foi ao mestre retomar o ritmo do trabalho. O pequenino silvo trouxera a presença do homem troglodita, caçador de bisontes e de touros primitivos, de javalis e cavalos selvagens, dobrando os dedos grossos afeitos a flexa e á azagáia pontadas de pedra, teimosa, paciente, amorosamente, furando, polindo, fazendo, numa distancia de doze mil anos, um brinquedo para o filho...

Êsse simples quadro era a vida íntima, familiar e domestica do paleolítico articulando-se á contemporaneidade por um esforço comum e banal, diário e perpetuamente nosso, de doçura comunicante, de ternura viva...

Êsse Arquivo Público Estadual guarda muita informação dessa vida, não domestica do homem setecentista ou oitocentista, mas de sua existência na comunidade administrativa, o histórico inicial e miúdo da rêde reunidora, ininterrupta e poderosa de vitalidade. Por ela podemos acompanhar a vida das

unidades administrativas visinhas, a repercussão dos atos, as sugestões, a marcha lenta do desenvolvimento econômico na área tão típicas do nordeste.

O destino do Arquivo é preparar os elementos da Posteridade.

Não há palavra mais vaga nem mais ameaçadora. Parece que a Posteridade é uma dependência do nosso arbitrio e fatalmente sancionará as escolhas da nossa predileção. O perigo é a incoincidência mas há a certeza que a sentença se credenciará em provas do arquivo.

Não vou dizer da Posteridade o que disse o deputado Boyle Roche: — *Je ne vois pas, messieurs, pourquoi on invoque la posterité dans ce débat? Qu'est-ce que la posterité a jamais pour nous?* Mas a Posteridade fará sua casa com o material que juntamos no presente. Impossível é sugerir-se o modelo da construção, a planta do edifício, as cores decorativas, as graças do nosso gosto no ambiente longinquo. Sabemos apenas que o Arquivo Público Estadual de Pernambuco é um dos pontos onde a Posteridade procurará elementos de construção, a construção de seu pensamento e do seu comentário, no plano sereno da verdade, da justiça e da esperança...



NOTA — Neste artigo foi respeitada a ortografia usada pelo autor.

O Banguê em Pernambuco no Século XIX

M. Diegues Junior



INTO-ME profundamente desvanecido com este ensejo que você me proporciona, meu caro amigo Jordão Emerenciano: o de acolher-me no Arquivo Público de Pernambuco para tão agradável encontro com velhos e queridos companheiros, com intelectuais pernambucanos, com conhecidos novos mas já estimados. Conferência ou palestra que aqui possa fazer, constitui antes a oportunidade de rever Pernambuco e pernambucanos; de recordar saudosos tempos de estudante ou de estudioso do seu passado; de retomar contacto com diletos companheiros e bons amigos.

Dando-me esta oportunidade de falar aos amigos de Pernambuco, deu-me também o diretor do Arquivo Público o tema a que me deveria cingir: o engenho pernambucano. O banguê de Pernambuco, tão notável em suas tradições e tão ligado aos fatos históricos da velha capitania, província e hoje Estado. Em seu estudo particularizarei uma época — o século XIX, pois que a extensão do assunto está a merecer um livro: aquêlê que estude o passado, a glória, a decadência do engenho pernambucano. Que recorde seu esplendor e suas vicissitudes, suas grandes figuras de senhores de engenhos, de patriarcas e de escravocratas. Que as evoque nos seus grandes instantes históricos, rebeldes contra as exigências da metrópole, prendendo governadores e os expulsando, tramando revoluções em casas grandes, lutando em canaviais.

A êsse Pernambuco dos engenhos, dos senhores de engenho, das casas grandes e patriarcaes, dos escravos e das mucamas, têm me levado meus estudos sôbre o sistema econômico

do açúcar no Brasil, sistema que traduz tôda uma organização de vida, não só de ordem econômica, como igualmente social, política, cultural. Um sistema de cultura — o do açúcar — e não restritamente um gênero de produção. A êsse Pernambuco, me ligam também os alongamentos de meus estudos como as Alagoas, mais caracteristicamente social; é o Pernambuco como as Alagoas, mais caracteristicamente social; é o Pernambuco menos exterior e mais profundamente íntimo; é, sobretudo, o Pernambuco que seduz, que encanta, que nos prende ao cheiro do mel de furo, ao gosto da cachaça, ao sabor dos doces e quitutes feitos de açúcar.

O Pernambuco que me atrai é menos o heróico ou o político — o dos heróis militares ou o dos estadistas do Império, grandes homens de inteligência ou de administração -- que o do quotidiano, o do sentido comum de vida: o dos escravos fugidos, o dos senhores fidalgos, o dos negros transportando tigres, o das ruas mal iluminadas, o dos mal assombrados, o das lendas, o dos pastores e presépios, o das transformações sociais, o dos colégios e internatos, o das festas ou reuniões à francesa, o dos melhoramentos técnicos nos últimos anos do século XIX, que tanto influíram no aparecimento ou criação de novos hábitos, novos costumes, novos estilos de vida, do frevo que "nenhuma terra tem", o do maracatu e do samba do matuto, o da rebeldia anônima das ruas.

Dentro dêsse quadro do quotidiano, do sentido comum, em que se irmanam e se igualam poderosos e homens do povo, senhores e trabalhadores, governantes e governados, o anônimo ou o desconhecido reflete muito mais o espírito social que o heróico ou a grande figura. O caso, em grande parte, dos movimentos sociais, em que o homem do povo, o anônimo, é a mola propulsora dos empreendimentos; é, ignoradamente, o seu realizador, alterando-se ao grande homem. Numa democracia como a nossa, menos política que principalmente social — mesmo a democracia que o Império apresentou no século XIX — êste sentido do quotidiano e do anônimo tem maior significação para o historiador, sobretudo para o historiador social, que o extraordinário, o guerreiro, o efêmero de uma glória transitória. O homem do povo e o quotidiano, e não o herói e o extraordinário. O simples e o normal, e não o gênio.

O sentido da nossa democracia é menos político que social; não resulta de condições políticas ou imperativamente constitucionais; mas sim — numa como antecipação ao princípio de Dewey: a democracia, uma experiência de vida em

comunidade — da mais ampla conveniência humana entre os grupos que povoaram e fizeram o Brasil. Dessa convivência é que nasceu a democracia implantada no Brasil, de natureza mais social que política.

Expressão dêsse sentido de democracia social foi o engenho de açúcar. O que nêle havia de fidalgo ou de aristocrático pela posição dos senhores de engenho na elite da época, no mais alto da organização social de então, se democratizou nas relações entre senhores e escravos, nos contactos entre proprietários e lavradores, nas relações entre os agricultores de cana e os comerciantes da cidade. O engenho foi um centro de democracia social que se inclui entre os elementos característicos de nossa formação.

Dêles saíram senhores de engenho aristocratas, políticos, donos da terra; outros, apenas João Ninguém na massa grande e anônima dos obreiros de nosso engrandecimento. Dêles saíram heróis revolucionários em política ou em técnica de trabalho — Um Suassuna ou Manuel Cavalcanti; outros, humildes, esquecidos, perdidos na multidão dos ignorados. Uns e outros, ilustres e João Ninguém, revolucionários e obscuros, se constituíram a força que criou o Mundo Novo num continente novo; que erigiu a riqueza brasileira; que cimentou a democracia social nas bases de uma convivência inter-étnica humana e fraterna entre brancos, índios e negros.

O século XIX, que Daudet chamou estúpido, tem sido sobretudo incompreendido. O século insatisfeito, melhor diríamos. O renovador, no sentido das transformações sociais e econômicas que constituem a transição para o século XX. Insatisfação e renovação, aliás, que se completam através dos aperfeiçoamentos, dos novos processos técnicos, dos novos hábitos sociais que então surgem.

Quem se detiver a estudar o século XIX, mesmo particularizando o estudo ao Brasil, encontrará nítido contraste entre as suas duas partes. Contraste tremendo que se reflete, no caso do Brasil, por exemplo, na inquietação, na rebeldia, na violência quase, dos cinquenta primeiros anos, e na quietude, no pacifismo, nas transformações sem lutas dos outros cinquenta anos. A República se fez pacificamente, ao passo que a Independência custou muito sangue. Só a Guerra do Paraguai constitui uma quebra do pacifismo ou um desequilíbrio social na quietude patriarcal da segunda metade do século XIX; mas, em si, a guerra contra Lopez é uma página extra, não moral, num intermezzo na vida brasileira da segunda parte do século XIX. E constitui justamente o comê-

ço do declínio do Império e o apressamento da renovação que se acentuaria nos últimos anos do século.

Este contraste entre as duas metades do século XIX, acentua-se mais nítida, mais forte, mais intensamente colorida, no campo social; nas modificações que a partir da década de 50 se tornam maiores em relação particularmente à decadência do patriarcalismo ainda em sua plena fôrça na primeira metade do século. Também em relação ao sistema da escravidão, abrandado, como que amaciado, tornado mais manso, depois de 1850 quando a extinção do tráfico contribuiu para a diminuição do número de escravos negros, e, consequentemente, sua maior valorização.

E' tese que venho procurando sustentar essa de que o tratamento do escravo, sobretudo o escravo de engenho, teve fases bem definidas na vida brasileira, em particular em Pernambuco e nas Alagoas, ou melhor, na área mais poderosamente açucareira. Uma delas — no período colonial e estendendo-se até a primeira metade do século XIX — de tratamento rigoroso, de castigos fortes; outra — na segunda metade do século XIX — menos violenta, com maiores cuidados pelo escravo, já então valorizado pela sua escassez em face da extinção do tráfico. E' certo que, tanto numa como noutra, não deixou de haver exceções.

Aliás, nada tão ligado ao engenho de açúcar como o escravo; quem fala em engenho do século XIX terá de falar em escravo. Era este o sustentáculo do trabalho agrícola ou de transformação na paisagem açucareira do século XIX. Além disso, constituíam também os escravos os elementos que os senhores de engenho utilizavam nas obras públicas por eles arrematadas.

O trabalho livre, que alguns presidentes de Província ou agricultores mais adiantados pregavam, encontrava certas barreiras e dificuldades; não se julgava capaz de adaptar-se à produção açucareira, sobretudo considerando-se a exigência de capitais para o fabrico do açúcar. O que não me parece justificativa muito razoável, se lembrarmos que os próprios escravos representavam o emprêgo de grandes capitais.

O que ressalta dêste contraste entre duas fases de um mesmo século é, principalmente, a unidade do popular e do anônimo; o significado, em particular, do que o homem realizou naturalmente, nos seus quefazeres quotidianos, nos seus sentimentos de expansão não raro silenciosa. Porque a voz do povo, a popular, é sempre a do silêncio; mas a do si-

lência que quer e que comanda, que dirige homens e cria heróis.

No Pernambuco do século XIX esteve sempre muito avivado esse sentido do popular e do anônimo; o que não exclui a existência de grandes feitos, de homens de gênio, de notáveis administradores, a se salientarem mais do que o normal numa como espécie de primeiro plano em representação de teatro. No fundo, porém, o povo, no seu sentido humano, dominando a cena, impulsionando os heróis ou as grades homens. Dentro de tal quadro, que o século XIX, mais que qualquer outro, tanto pôs em relevo, cumpre salientar o que cabe ao engenho de açúcar.

Talvez pareça estranho destacar a importância do engenho de açúcar num quadro histórico dessa natureza. Sucede, porém, que a história de Pernambuco, na maior parte de suas páginas, é um prolongamento da vida do engenho; o engenho banguê transbordando para o mundo urbano, para a história, para o quotidiano de todo o conjunto; e não se restringindo, se omitindo, se isolando. Em torno do engenho girou a economia da região — a pernambucana — nos séculos coloniais; e no XIX, que é o primeiro do Brasil independente, continuou a ser o mesmo condicionante de certos fatos da existência de Pernambuco.

Não só do ponto de vista econômico, também do social, o banguê pernambucano do século XIX pode sintetizar a própria história da então província e depois Estado. Senhores de engenho são rebeldes e idealistas republicanos; são conspiradores e chefes de bandos; fazem movimentos contra a metrópole e contra o trono; disputam entre si o predomínio político de famílias. Engenhos, casas de fábrica, canaviais, casas grandes são cenários de lutas ou testemunham o acerto de entendimentos políticos. Escravos de engenho lutam ao lado de seus senhores ou fogem aos rigores do cativo, alguns para alistar-se como voluntários nos batalhões que partem para o Paraguai.

Não se pode dizer que o XIX tenha sido o século áureo do engenho pernambucano; antes, teria sido o de sua decadência. O da vitória da técnica sobre a rotina; o da derrota do patriarcalismo. Do ponto de vista social, principalmente, já não era o engenho ou o senhor de engenho o mesmo centro de importância do engenho ou do senhor de engenhos dos primeiros séculos.

E' certo que a influência social de Pernambuco continuava a refletir-se na Côrte; e ela traduzia em grande parte, o

poderio político. Chefes de gabinete, ministros de Estado, senadores ou deputados pernambucanos vinham, em sua maioria, de origens rurais. Eram senhores de engenho ou filhos de proprietários agrícolas. O caso não era sómente de Pernambuco; era também de outras províncias açucareiras: Bahia ou Alagoas, por exemplo. Cotegipe, descendente de senhores de engenho pernambucanos, Sinimbu, de senhores de engenho alagoanos, podem lembrar-se entre outros nomes.

De Pernambuco, ou melhor de engenhos pernambucanos, saem grandes figuras de estadista do Império: chefes de gabinete, ministros de Estado, presidentes de Província, parlamentares. De famílias pernambucanas ligadas ao que se chamou a aristocracia dos canaviais, eram também grandes figuras da sociedade da Côrte. Um dêles Maciel Monteiro. Esta influência e esta importância social, porém, sofreram seu declínio quando a economia açucareira, que as sustentava, entrou a sofrer a concorrência do café paulista, que afinal venceu, sobretudo, a partir da segunda metade do século.

Surgem então no cenário político e social as grandes figuras paulistas, alicerçadas na economia cafeeira, que passava a ser o sustentáculo da situação econômica e financeira nacional. E' a época do declínio do banguê pernambucano ou nordestino, quando sua economia sofreu igualmente a influência renovadora da melhoria técnica de produção com as centrais. Em decorrência disto, decai a influência social ou política do engenho pernambucano, já agora restrita à área territorial de Pernambuco, e ainda assim sentindo os reflexos de uma nova classe que crescia: a da burguesia urbana.

Sofreu então o engenho pernambucano aquela mesma crise que se verificou nos começos do século XVIII, quando os mascates recifenses ou urbanos entram a absorver o predomínio das forças rurais ou dos senhores de engenho. Nesta fase do século XIX também novas forças urbanas surgem em detrimento do banguê. O senhor de engenho perde a hegemonia social ou política de antes. E igualmente sente o crescer de nova situação econômica.

E' o tempo, então, de senhores de engenho como aquêles que Gilberto Freyre nos recorda: os que denominavam seus escravos por números. E quando os credores lhes batiam à porta, êles ostentavam sua riqueza, gritando para os feitores do alto da varanda da casa grande: manda 30 para o partido tal, manda 20 para o engenho, manda 15 para o curral. O que enganava os credores, pensando que eram 30, ou 20, ou 15 escravos mandados para o trabalho, numa impressão de fartura

e de riqueza puramente aparente, esta com que senhores de engenho enganavam seus credores.

Sintoma, igualmente, destas dificuldades por que atravessavam os senhores de engenho, vamos encontrar nos anúncios de vendas de engenho, alguns declarando claramente fazê-lo por falta de forças — no caso, eufemismo que encobria a falta de recursos financeiros, — ou nos de leilão ou de arrendamento de engenhos. Vendas, leilão ou arrendamento de engenhos denunciavam a impossibilidade em que se achavam seus proprietários de saldarem os compromissos assumidos; ou então de manterem moentes e correntes os seus banguês.

Do que era um engenho pernambucano no século XIX nada melhor que as descrições de cronistas ou viajantes: um Tollenare, um Koster, um Marc, um Lamberg. Não menos importante a de Vauthier, o notável engenheiro francês que dirigiu as obras públicas da Província na quinta década do século. Não se preocupou apenas com os problemas técnicos de sua repartição, mas cuidou também de assuntos da economia regional.

Sua descrição de um engenho, em particular quanto às instalações existentes — casa grande e casa de engenho — e dos hábitos e costumes dos proprietários, é de um interesse vivo, porque não se restringiu apenas à parte propriamente técnica; deu igualmente suas impressões e até suas sugestões de aspectos sociais do sistema que o banguê presidia. Neste sentido sua carta — a IV da série que a “Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” publicou — é talvez o mais interessante documentário sobre o engenho pernambucano no meado do século.

Vauthier, aliás, tinha em grande conta a importância da economia açucareira, representada, na época, pelo banguê, considerando-a ao elaborar o plano de estradas-tronco para Pernambuco. A estrada, por ele tida como mais importante, era justamente a que se dirigia para o leito do Ipojuca, seguindo o traçado a direção dos engenhos da região, ou aquilo que Gilberto Freyre chamou “curvas de subserviência aos engenhos e às casas grandes”, de modo a facilitar o transporte da produção da zona açucareira para o Recife. Compreendeu Vauthier que o açúcar ia entrar então numa fase de prosperidade, e daí a sua preocupação de facilitar o escoamento da produção para a metrópole. A estrada de Escada era a estrada do açúcar.

Interessando-se pela paisagem regional, no que ela tinha de mais característico — o engenho, a casa grande, a casa de

engenho e, igualmente, os sobrados urbanos do Recife — Vauthier estendia êsse interesse à melhoria técnica da produção açucareira. Do açúcar dizia êle, no seu relatório de 1843, ser gênero de exportação muito mais importante que o algodão; e acrescentava: “quando tudo indica próximos melhoramentos na produção do primeiro (açúcar) vai continuamente de finhando a do segundo”.

Seu plano de comunicações baseava-se nas necessidades econômicas da Província. De modo que se interligavam, em seus interesses, os centros produtores e as rodovias. Ele próprio o assinalou, em seu relatório de 1846: “notarei que as partes d’estradas até agora construídas não têm sido sufficiente extensão para que tenham manifestado os imensos serviços que são suscetíveis de prestar à agricultura e ao comércio, o que se avaliará ao seu justo valor somente quando houver uma mudança completa nos meios de transporte e quando se substituir completamente os transportes em costas de cavalos, por transportes em carroças”.

A influência dos meios de transportes no progresso da economia açucareira foi sensível. Ainda nos meados do século XIX os carros de bois, os lombos de burro e as barcas eram os principais meios de que os serviam os engenhos para escoamento de sua produção. Com as rodovias, torna-se mais fácil o comércio; todavia, as ferrovias é que iriam dar outro sentido, revolucionar, a economia açucareira.

As estradas de ferro trouxeram modificação sensível à vida do engenho pernambucano. Elas não somente contribuíram para o deslocamento de centros ou entrepostos; mais do que isso: contribuíram para a agonia lenta do banguê. O incremento da construção ferroviária coincide com o progresso técnico da produção açucareira; acentua-se com o surto dos engenhos centrais. E mais tarde a ferrovia se alia à usina para a agonia do engenho.

Foi o inimigo mais forte que o banguê encontrou — a estrada de ferro aliada à usina ou a esta servindo. Com as ferrovias verificam-se dois fenômenos: a decadência dos engenhos litorâneos, que eram os grandes centros produtores de Pernambuco, e a absorção, pela usina, dos engenhos à margem das ferrovias. Desaparecia para aquêles o embarque marítimo, pela barcaça, com o transporte do produto para a Capital por via férrea; para os outros, os que se situavam à margem das ferrovias, eram estas associando-se à usina na facilidade de devorarem suas terras.

A barcaça pode-se dizer que foi o mais importante veículo a serviço do engenho, antes da rodovia e da ferrovia. Trafegando pelos rios e pelos pequenos portos costeiros de Pernambuco, das Alagoas, da Paraíba, ela representava o elemento principal para facilitar o escoamento e o comércio interprovincial do produto. E tão significativa era a ligação de barcaça ao açúcar que seu tamanho se media pelo que podia carregar de caixas ou de sacos de açúcar.

Este fato, que constatei em relação à barcaça no comércio açucareiro das Alagoas, encontro também em anúncios ou notícias referentes à barcaça em Pernambuco. Anúncios ou notícias que falam em barcaças com carga de 10, ou de 12, ou de 20, ou mesmo de 80 caixas de açúcar, aparecem não raro nas páginas do "Diário de Pernambuco" do século XIX.

Ainda nos referindo a Vauthier, devo lembrar que o engenheiro francês, numa antevisão do que sucederia com as novas estradas, se interessou pelo progresso técnico do engenho. O engenheiro em chefe das obras públicas de Pernambuco se preocupou em sugerir, e também em aconselhar, a introdução de processos mais modernos de mecanização e industrialização dos engenhos. Tinha ele a compreensão de que o processo técnico, já naquêlo meado do século XIX, condenara a rotina dos banguês. Daí interessar-se e preocupar-se por que se aperfeiçoassem os processos técnicos. Uma pregação pouco ouvida essa, de verdadeira revolução industrial, a que fizera Vauthier.

Progresso técnico sensível não se pode dizer que o engenho pernambucano tenha apresentado no século XIX; melhoramentos, vários. O próprio uso do vapor como força motriz custou a tornar-se comum; do primeiro engenho a vapor em 1819 para o aumento do número de estabelecimentos que utilizaram essa força, o espaço de tempo foi grande. Em 1854 eram apenas 5 contra 101 a água e 426 a animais. A partir desta época é que começa a crescer o número de engenhos a vapor; são 18 em 1857.

Na primeira parte do século, em 1834, aparecem as fornalhas com crivo, e no meado do século o uso de moendas horizontais se inclui entre os melhoramentos mais sensíveis na técnica de produção de açúcar nos engenhos pernambucanos. Outra fato, salientado pelo presidente Sérgio Teixeira de Macedo, em 1857: o uso das caldeiras aquecidas com bagaço de cana, poupando-se o trabalho dos grandes depósitos de combustível. O rendimento da cana, por outro lado, era ínfimo: 4,5 a 6% de açúcar em relação ao seu pêso.

Dessa baixa percentagem de rendimento sempre falaram documentos do século XIX. Em 1881, no seu relatório sobre o fabrico do açúcar, o Dr. Inácio de Barros Barreto chamava a atenção da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, para esse fato: para o pequeno rendimento de caldo, sobretudo das canas de soca que dão menos que as de planta. Acrescentava ainda o Dr. Barros Barreto, um dos maiores conhecedores, em seu tempo, da economia açucareira de Pernambuco e, de modo geral, do país, que a produção de açúcar na então Província se elevaria a mais de 50% do produzido, se a média de extração do caldo em todos os engenhos atingisse a 70% do pêso da cana, sem que fôsse necessário outro melhoramento.

Notícia ainda de melhoramento era a que se divulgava em Goiana, em fins de 889; a de que o Dr. A. A. Pereira Lyra inventara um pequeno modelo de máquina a vapor, baseando o novo sistema na teoria mecânica do calor. Do invento não colhi maiores informações senão essa, de que o inventor estava tratando de construir a respectiva máquina.

Além de Vauthier, outros franceses a que a produção açucareira em Pernambuco deve melhoramentos, foram Rigaire e Sommer. O primeiro foi quem introduziu em Pernambuco o processo de fabricar açúcar sem dispêndio de potassa; também lhe coube fazer o assentamento em tachos por novo método técnico.

Rigaire chegou ao Recife em agosto de 1841, contratado pelo governo provincial para experimentar, em engenhos pernambucanos, o método mais conveniente e mais econômico para melhoria do fabrico de açúcar. Sua primeira experiência se verificou no engenho "Velho", de Francisco Pais Barreto, Marquês do Recife. O que foi essa experiência nos conta Vauthier, em seu "Diário".

A princípio, o resultado pareceu mau; o forno não queimava direito e a chama do bagaço saía pela boca do forno. O Marquês do Recife desanimou da experiência, e se mostrou disposto a não utilizar mais os serviços de Rigaire. Feito, por este, porém, um pequeno reparo na grade do forno, os resultados começaram a apresentar bom êxito. O fogo passou a desenvolver-se perfeitamente, as caldeiras funcionaram ajustadas; os que antes apupavam o técnico francês passaram a fazer côro com os que o aplaudiam.

Sommer introduziu o sistema de vácuo conhecido por "sistema de Derosne". Das máquinas de Derosne, aliás, nos falam anúncios de jornal do século XIX não só quanto à sua

perfeição como ainda quanto à “vantagem de serem muito fornidas e distilam uma pipa em 16 horas”. Um desses anúncios, por sinal, nos diz serem feitas por conhecido mecânico nas províncias do Douro e Minho; de boa procedência portuguesa, portanto.

Contribuição apreciável ao melhoramento dos engenhos deram as fundições instaladas no Recife. Uma delas, talvez a mais notável, a Fundição d'Aurora, cujos anúncios informavam todos os trabalhos, com referências às ferragens e utensílios de engenho, que poderia realizar. Fundições, como d'Aurora, houve outras, e de todas elas receberam os engenhos pernambucanos auxílio técnico para conserto ou construção de peças e, de modo geral, para aperfeiçoamento e conservação do maquinário.

Outro melhoramento que se pode registrar na técnica de produção açucareira no século XIX foi a cristalização das partes sacarinas do caldo da cana por um método melhor de defecação pela cal e a filtração por meio do carvão animal.

Em 1874, alertando os produtores em face da concorrência do açúcar de beterraba, o presidente Barão de Lucena considerava a necessidade de aperfeiçoar-se tecnicamente a produção pernambucana: “o nosso açúcar só poderá competir com os seus similares, quando no seu fabrico se empregarem os mesmos instrumentos e aparelhos adotados nos países mais adiantados”. E acrescentava ainda: “sei que a rotina oporá uma ingente barreira a essa transformação mas cumpre não desacoroçar”. Esta luta contra a rotina preocupou outros presidentes; preocupou também agricultores e senhores de engenho, no sentido de implantarem-se novos métodos e novas técnicas de produção, tanto em relação à lavoura, como em relação ao fabrico de açúcar.

Na lavoura os melhoramentos não eram mais significativos. O uso do arado ainda se considerava raro. O mesmo presidente Sérgio de Macedo refletiu sua satisfação por encontrar, em dois engenhos que visitara, a terra cultivada com arado. Do modo que chama irracional da cultura da cana, falava em 1864 o presidente Domingos de Souza Leão para salientar ainda o desconhecimento das “condições especiais da qualidade do solo, da sua preparação e dos adubos que lhe são aplicáveis”. Quase desconhecidos continuavam os então mais modernos aparelhos e instrumentos agrários.

Documento dos mais interessantes sobre o estado da economia açucareira de Pernambuco no século XIX é um relatório do então secretário do governo José Bento Júnior, da-

tado de 1859. Nêle estuda as condições da agricultura e da indústria de Pernambuco, por comarcas e municípios, reunido entre outras, excelentes e objetivas informações a respeito da lavoura da cana e da indústria do açúcar. Se em Pau d'Alho os processos de plantação e produção eram ainda os mais retrógrados, no Cabo os agricultores iam se afastando da antiga rotina — observa José Bento; em Nazareth o fabrico do açúcar estava longe de chegar à perfeição desejada, mas em Goiana as safras apresentavam desenvolvimento achando-se em construção mais de vinte engenhos novos. A respeito dêsse fato justificava-o o secretário do govêrno: “obrigados pela falta de braços, e além disso animados pela elevação do preço do açúcar, que permitiu a alta dos salários, os proprietários chamaram em seu auxilio os foreiros ou rendeiros de suas terras, e êstes atraídos pelo interêsse, e outros motivos, applicaram-se com decidida preferência à cultura da cana. Querendo livrar-se da dependência dos grandes proprietários, os de segunda ordem, a quem também animou o elevado preço do açúcar, trataram de adquirir terrenos e levantar engenhos”.

O relatório toca aí num dos pontos sensíveis do sistema econômico do açúcar em Pernambuco, como de resto em outras áreas exclusivamente açucareiras: o da propriedade. A produção açucareira está quase sempre, ou sempre, ligada à grande propriedade, por motivos que seria supérfluo expor aqui. Um dêles, o da necessidade de terras para a cultura da cana, vem, aliás, referido pelo próprio José Bento Júnior em vários trechos de seu relatório. E ligado quase sempre a outro problema que desde o início da colonização participa da economia açucareira: o da destruição das matas.

Criticando o sistema de assentamento de taxas, então em uso, para coser e purificar o caldo, baseado no grande consumo de combustível — a lenha — José Bento mostrava quanto êle contribuía para a destruição das matas, “tornando-se por isso necessário, para alimentar de combustível o engenho uma vasta extensão de terrenos, que deveriam ser aproveitados para plantações, se não fôsse a grande necessidade das madeiras que nêles se derrubam para queimar”. Isto, que acontecia na comarca de Pau d'Alho, verificava-se também em Nazareth; aí, no fabrico de açúcar, se desperdiçava muito combustível, “em prejuízo das matas, que se vão tornando raras, de modo que já é difícil a aquisição de madeiras para a construção de engenhos e casas”.

O consumo de lenha e de madeiras — estas para construções — é que levava a tornar primordial a existência de

matas na propriedade. O que, aliás, se revela através de anúncios de venda de engenho em jornais do século XIX; não só em Pernambuco, como nas Alagoas — outra área onde o quase exclusivismo da cultura da cana foi, no século XIX, uma verdadeira ditadura econômica — os proprietários ao anunciarem a venda de engenho, alegavam a existência de matas.

Do engenho “Timbó”, em Igarauçu, um anúncio no “Diário de Pernambuco”, de 3 de abril de 1878, informava ter “grandes matas das melhores madeiras de construção”; ao lado disso “excelentes terrenos para plantações e pasto de animais”. Do engenho “Várzea” um anúncio de 1867 falava de suas “terras fecundíssimas”. Também rico de “madeira necessária para o respectivo custeio” era o engenho “São Gaspar”, na freguezia de Serinhaem. Ricos de madeiras, as madeiras que se utilizavam para construção ou para lenha nas fornalhas, eram assim os engenhos pernambucanos.

O aparecimento da melhoria da produção do açúcar, por meios técnicos aperfeiçoados e então modernos, nasce com o engenho central. Em parte, seria ainda uma sobrevivência, se não um prolongamento, do banguê; ou melhor seu aperfeiçoamento técnico. Mas o espírito da usina com a parte agrícola e a industrial concentradas numa só propriedade, trouxe o golpe mais sensível à existência do banguê.

Esta fase, de fins do século XIX, se apresenta como um período de transição na vida brasileira, não só do ponto de vista técnico ou material, como igualmente do social. Ao incremento das centrais associam-se capitais ingleses e franceses. Aliás, Alfred Marc que visitou o Brasil em 1889, registra as diferenças entre os processos das organizações inglesas e os das francesas! O jornalita do *Le Brésil* critica a ação das empresas inglesas localizadas em Pernambuco, acentuando que os maquinismos são maus e insuficientes, a disposição do maquinismo exige mão de obra excessiva e sempre muito cara. Para justificar os insucessos verificados nas centrais de açúcar dizia Marc que não eram consequências do país, mas apenas um atestado da imprevidência ou incapacidade dos incorporadores.

Na observação de Marc parece que havia principalmente um bocado de nacionalismo francês. Porque, geralmente, de procedência inglesa eram as ferragens utilizadas nos engenhos de Pernambuco. Disso nos dão notícias jornais do século XIX, ao se referirem à venda de ferragens para engenhos. Aludiam sempre à sua origem inglesa, o que bem podia traduzir-se como uma preferência dos consumidores pernambucanos pelas taxas

de ferro, pelas moendas, pelas máquinas de vapor, pelas repar-tideiras, pelas espumadeiras, pelas fôrmas de ferro, importadas da Inglaterra.

Das relações entre os fornecedores de cana e os usineiros, através da obrigação imposta pelo governo aos proprietários das centrais de lhes apresentarem contrato de fornecimento, também nos fala Marc. Adianta que uma dessas cláusulas estabelecia que nenhuma concessão podia ser feita, se previamente os concessionários não tivessem assegurado um abastecimento suficiente de matéria prima.

Com as centrais, as relações entre usineiros e fornecedores surgiam agora sob novos aspectos que não os mesmos referentes aos lavradores de cana em suas relações com os senhores de engenho. O decreto n.º 2.687, de 6 de novembro de 1875, fixava como uma das condições para concessão de garantia às emprêsas, que estas se achassem associadas aos proprietários agrícolas do lugar, dos quais deveriam receber o fornecimento da quantidade precisa de canas. Além disso assegurava a constituição de um fundo especial destinado a ser dado pela emprêsa, por empréstimo a curto prazo e a juro de 8% ao ano, aos plantadores e fornecedores de cana, como adiantamento dos gastos da produção.

Mais profunda que a transformação técnica que o século XIX viu no engenho pernambucano foi a modificação social. Sobretudo, a oriunda das relações de trabalho entre senhores e escravos, entre produtores e fornecedores. O movimento abolicionista atingiu em cheio a economia açucareira. Quando, em 1859, o presidente José Antônio Saraiva assinalava que a indústria açucareira pernambucana produzia muito com o trabalho livre, estava ainda longe de ver a transformação que realmente as relações de trabalho iriam proporcionar.

A introdução do imigrante não era objeto de cogitação por parte dos fabricantes de açúcar. No meado do século, o presidente Sérgio Teixeira de Macedo observava que os agricultores de açúcar não confiavam nos contratos de parceria com colonos estrangeiros para a plantação de cana. E julgava ser gênero de trabalho — o da lavoura da cana — a que não se adaptava o europeu.

A sociedade patriarcal e escravocrata que o engenho pernambucano simbolisava sofreu com o 13 de maio o mais forte impacto; aquela data assinalaria o comêço de uma época de transição não só de ordem econômica, mas, sobretudo, de ordem social: a que transformaria o patriarcalismo em burguesismo, a que passava o regime de trabalho do escravo para o

livre. Se em alguns pontos do país êste novo trabalhador além de livre era branco. no Nordeste, e em particular, em Pernambuco, o trabalhador continuaria a ser, quando não o negro, o mestiço. O mulato ou o pardo.

O elemento mulato ou pardo já constituia, a época de 13 de maio, o principal trabalhador da economia açucareira. Com a extinção do tráfico decrescia o africano puro; começava a avolumar-se, a tornar-se quase único, o elemento mestiço. Mulatos e pardos, ou ainda, crioulos, constituíam os tipos antropológicos da paisagem açucareira. No censo de 1872 Pernambuco apresentava um total de 85 944 escravos, dos quais apenas 4 087 eram africanos; os demais crioulos, mulatos ou pardos.

Mulatos ou pardos, mestiços em suma, passaram a ser os trabalhadores do engenho pernambucano nos fins do século XIX. Trabalhadores livres, livres mais no nome que nas condições então criadas para sua vida de trabalho. Livres até onde a liberdade possa considerar-se exclusivamente o não ser mais propriedade de ninguém. A sujeição do trabalho e quase de vida continuava ainda a existir.

Êsses elementos iriam formar a nova classe de trabalhadores assalariados, que nasceu nos últimos anos do século XIX; e iriam participar das transformações sociais e econômicas que o aperfeiçoamento técnico, com a usina, acarretou. E não só do aperfeiçoamento técnico; também das transformações sociais. Uma delas, a nova organização do trabalho. O da usina, sem aquêlê caráter quase paternalista que vamos encontrar nas relações entre senhores do engenho e trabalhadores.

Não sou dos que combatem ou criticam o aperfeiçoamento técnico da produção açucareira que a usina trouxe. E' uma etapa de progresso que temos de aceitar como resultado mesmo do desenvolvimento econômico do país e, em particular, de nossa região nordestina. Mas o que não se pode negar é que o processo de crescimento da usina nem sempre se fez sem prejuízo, já não direi do equilíbrio ecológico, mas principalmente, do equilíbrio social para as populações agrárias do Nordeste.

O que está à vista de todos é um trabalhador desamparado, tanto ou mais do que o próprio escravo do século XIX; e não menos uma degradação de condições sociais e de trabalho, de condições de vida em geral, pela qual não se pode deixar de responsabilizar o sistema econômico da usina ou de maneira mais especial o sistema social de grande propriedade exclusivista, de donos quase sempre alheios ao contacto com o ambiente — não só o físico como também o humano, — uns

estranhos não raro escondidos pelo pseudônimo genérico ou amplo de Sociedade Anônima.

A poesia popular refletiu a transformação social então verificada, sobretudo no sistema de trabalho. Num samba de matuto apareceram êstes versos que traduzem uma crítica ao trabalho na usina, sem aquelas condições sociais verificadas no engenho. São versos que explicam, antes de tudo, a nova modalidade de trabalho surgida:

Neste mundo eu ando
Cumprindo uma sina,
Que intê nas usina
Ja tou trabaiano.

Como êstes, outros versos populares exprimem ainda as modificações verificadas quando o patrão desconhecido da S.A. da usina substituiu o antigo senhor de engenho. São sintomas das transformações sociais e econômicas que caracterizam o último decênio do século XIX sobretudo como uma época de transição na vida brasileira. E em particular na vida pernambucana: transição de trabalho escravo para o livre, do patriarcalismo para o burguesismo, do engenho para a usina; transição no processo de relações de trabalho e sociais, nas relações de amizade e de vizinhança, nos contactos entre a cidade e o campo; transição que se estenderia ainda, na paisagem social, aos hábitos de vida em sociedade, à livre escolha de noivos, já não pela exclusiva deliberação paterna, a novos sistemas de namoro, transferindo os encontros do ambiente da casa grande, rural ou urbana, para a rua, para as praças, para as festas públicas, religiosas ou profanas.

Importancia da Bibliografia e da Biblioteca para os Estudos Históricos

Edson Nery da Fonseca



GRADEÇO ao Dr. Jordão Emerenciano a honra com que me distinguiu, convidando-me para tomar parte na série de conferências com que o Arquivo Público Estadual, ao mesmo tempo em que cumpre o Artigo 27 do seu Regimento, realiza uma interessante obra de extensão cultural.

E' verdade que esta honra me deixa um tanto assustado, principalmente quando considero a distância intelectual enorme que há entre mim, pobre aprendiz, e os demais conferencistas dêste curso: intellectuais consumados, estudiosos da intelligência e da cultura de um Câmara Cascudo e de um Gonsalves de Mello Neto.

A presença de um simples bibliotecário no meio de historiadores tão eminentes indica ou, pelo menos, insinua o assunto que me foi designado para a palestra de hoje: a importância da bibliografia da biblioteca para os estudos históricos.

O *Colloquium* Internacional de Estudos Luso-Brasileiros promovido no ano passado pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, para comemorar o centésimo quinquagésimo aniversário da sua fundação, dedicou uma sessão especial aos chamados "instrumentos de investigação", isto é: as biblio-

tecas, os arquivos, as bibliografias, as coleções de materiais antropológicos e artísticos, etc. O *Boletim de informações do Colloquium* salientou que “todos os campos do saber humano dependem mais ou menos” dos “instrumentos de investigação” (1).

A História está entre aqueles “campos do saber humano” que mais dependem de boas bibliotecas, de arquivos bem organizados, de bibliografias tanto quanto possível completas na sua especialidade.

Há um meio fácil de verificar a exatidão do que acabo de afirmar: procurai saber quais são os frequentadores mais assíduos das bibliotecas e a resposta não poderá ser outra: são os historiadores, ou, pelo menos — se o título parecer grande demais para alguns — os estudiosos de história. E de tanto frequentar bibliotecas, acabam conhecendo-as melhor do que os próprios bibliotecários, como muita gente conhece o estoque de certas livrarias melhor do que os próprios livreiros. Quem, por exemplo, conhece o acervo da nossa Biblioteca Pública melhor do que os Gilberto Freyre, os José Antônio Gonçalves de Melo Neto, os Amaro Quintas? Quem conhece o acervo da Biblioteca Nacional melhor do que os Sérgio Buarque de Holanda, os Octavio Tarquinio de Sousa, os Caio Prado Junior?

Às vezes, os historiadores são também diretores de bibliotecas, como foi o caso de Rodolfo Garcia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. E’ verdade que nem sempre os bons historiadores conseguem ser igualmente bons diretores de bibliotecas, porque na ânsia de devassar todo o seu acervo, de conhecer, às vezes em primeira mão, seus manuscritos e obras raras, esquecem a finalidade principal das bibliotecas, que é de servir a todos e não apenas a um só.

Assim dizem que foi o grande e saudoso mestre Rodolfo Garcia: tão bom historiador quanto mau bibliotecário. Dizem que êle transformou a Biblioteca Nacional numa espécie de extensão da sua própria biblioteca particular. Alí o velho Garcia

(1) — Estados Unidos. The Library of Congress. *Boletim de informações* dedicado aos amigos do Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros... Washington, 1950, n. 1 (março), p. 10.

“reinava sem governar”, pois a Biblioteca era governada por funcionários cem por cento burocráticos, dêsses que fazem o leitor desistir depois do primeiro contacto. Enquanto o ilustre e sábio velhinho, lá dentro, lia gostosamente seus incunábulo e anotava os velhos manuscritos. Podemos dizer que Rodolfo Garcia reinou na Biblioteca Nacional como Dom Pedro Segundo no Brasil: preocupado mais com as leituras do que com os problemas administrativos. Resultado: se a História do Brasil lucrou muito com a passagem do grande erudito pela direção da Biblioteca Nacional, esta chegou a tal situação de abandono que teve de ser fechada por vários meses, a-fim de passar pela reforma Borba de Moraes, bibliotecário a quem devemos, além dêste e de outros serviços no setor da biblioteconomia, contribuições igualmente importantes para a História do Brasil, como a direção da Biblioteca Histórica Brasileira do editor paulista José de Barros Martins, composta das melhores obras de viajantes estrangeiros sôbre o Brasil, traduzidas, anotadas e, algumas, prefaciadas pelo próprio Borba de Moraes.

Do historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa, sabemos que foi frequentador assíduo não apenas de bibliotecas, mas de arquivos públicos e particulares, de sacristias, de sôtãos, de sucavões, de todos os recantos onde o notável pesquisador imaginasse que podia haver livro antigo, papel velho, documentos para a obra monumental que realizou, uma parte da qual, infelizmente, ainda se encontra inédita, trancada na Biblioteca Pública do Estado como se fôsse um documento que nos envergonhasse, quando representa, na verdade, o esforço quase heróico de um pernambucano ilustre, que dedicou tôda a sua vida ao estudo da nossa história (2).

Vergonha para Pernambuco é o sequestro dos *Anais pernambucanos* de Pereira da Costa no cofre da Biblioteca Pública do Estado. Vergonha para Pernambuco é a própria Biblioteca Pública, com verbas que mal chegam para as despesas de conservação, o acervo não atualizado, sem espaço para novas aquisições, a preciosa coleção de jornais se acabando,

(2) — Esta conferência foi lida no dia 22 de janeiro de 1951. A Lei estadual n. 1.108, de 19 de julho do mesmo ano, incumbiu o Arquivo Público de publicar os *Anais pernambucanos* de Francisco Augusto Pereira da Costa. A obra terá 10 volumes, sendo que o primeiro foi publicado ainda em 1951 quando se comemorou o primeiro centenário de nascimento do autor. O índice-dicionário, que vem sendo preparado pelo bibliotecário Jorge Abrantes dos Santos, ocupará todo o último volume.

um salão de leitura onde quase não se vê um livro, e os poucos que são vistos, trancados nas estantes antigas (3).

Não sei se deya pedir desculpas ao Dr. Jordão Emerenciano por estar criticando, dentro do próprio palácio do Governo, uma repartição do Estado. Mas, é oportuno que esta crítica seja feita aqui mesmo, numa palestra em que se procura destacar a importância das bibliotecas para o estudo da História.

Não é esta a primeira vez que falo mal da nossa Biblioteca Pública. Mas é a ocasião de explicar que, tanto agora como nas outras ocasiões em que me referi ao velho sobrado da rua do Imperador, não me animam preconceitos contra qualquer pessoa. A minha intenção tem sido sempre a de alertar as nossas autoridades para o estado lastimável em que se encontra o nosso maior centro bibliográfico (4).

(3) — Vide nota anterior. A respeito da Biblioteca Pública do Estado, cumpre informar que ainda não dispõe de verba suficiente para atualização do acervo e que a consulta dos jornais antigos já é quase impossível, sem que se tenha providenciado a microfilmagem dos mesmos. Em 1952 comemorou-se o primeiro centenário de fundação da Biblioteca, tendo se inaugurado, então, o novo mobiliário do salão de consultas: estantes abertas para as obras de referência, poltronas confortáveis, mesas dotadas de quebra-luzes e novo fichário. O referido salão ganhou um aspecto mais acolhedor. Entretanto, a catalogação ainda é incompleta e deficiente, os livros não foram classificados e continuam no mesmo salão as estantes antigas, com portas agressivamente fechadas a chave. Por onde se vê que subsiste o receio do leitor, tão característico dos antigos bibliotecários. Recorde-se, porém, que a Biblioteca Pública do Estado teve dois diretores que foram autênticos precursores da técnica de organização de bibliotecas em Pernambuco: Eduardo Tavares (1899 a 1911) e Humberto Carneiro (1925 a 1927?). Sobre a atuação de ambos escreveu o autor o artigo "Três precursores" (In Diário de Pernambuco, 23 e 30 de novembro de 1952).

(4) — Em outubro de 1951, o Governo do Estado anunciou o seu propósito de construir um edifício novo para a Biblioteca Pública. Publicou-se na imprensa o relatório da comissão de engenheiros incumbida de estudar a sua localização. Sobre o assunto escreveu o autor os seguintes artigos, publicados no Diário de Pernambuco: "A localização da Biblioteca Pública" (21.10.51), "Problemas da Biblioteca Pública" (28.10.51), "Ainda sobre a Biblioteca Pública" (4.11.51) e "Verdades incômodas" (18.11.51). Por causa das referências feitas no último artigo ao sr. José Maria de Albuquerque Mello, ex-diretor da Biblioteca Pública e membro do Conselho Universitário da Universidade do Recife, foi o autor demitido das funções que exercia na mesma Universidade: as de Bibliotecário da Faculdade de Direito (cuja reforma planejou e dirigiu) e coordenador dos Cursos de Biblioteconomia. Demitido — note-se bem — sem justa causa, como expressamente o reconheceu a Reitoria da Universidade, pagando ao autor, sem demanda judicial, a indenização que o contrato estipulava em tal circunstância. Sobre o assunto, publicou a imprensa do Recife e do Rio de Janeiro, entre outros, os seguin-

O caso da Biblioteca Pública de Pernambuco é um exemplo das dificuldades com que lutam os nossos historiadores. Documentos importantíssimos permanecem ainda inéditos nas bibliotecas, nos arquivos das repartições e das irmandades. Ainda não foi publicado um catálogo que indique, resumidamente, o conteúdo de tais documentos e o lugar onde se encontram. E já houve tempo em que o simples exame dos mesmos era dificultado e até vedado aos pesquisadores independentes. Veja-se, por exemplo, o que Gilberto Freyre conta nos livros *Olinda* e *Um engenheiro francês no Brasil* (5).

Com a criação do Arquivo Público Estadual — que se deve aos ex-interventores José Neves Filho e José Domingues da Silva — a situação tende a melhorar, pois aqui é que serão guardados os documentos existentes nas repartições públicas de Pernambuco. O Dr. Jordão Emerenciano — que tem a mentalidade dos bibliotecários modernos — já deu início ao longo e delicado trabalho de catalogação desse imenso material, por tanto tempo abandonado. A conclusão deste trabalho — cujo plano foi comunicado ao *Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, tendo obtido, na maior biblioteca do mundo, ótima repercussão — transformará o Arquivo Público Estadual num verdadeiro centro de documentação histórica.

Mas é preciso não parar. Como escreveu Otto Maria Carpeaux — grande crítico e bibliotecário brasileiro — “a boa ordem na biblioteca não é o supremo fim dos nossos es-

tes artigos e editoriais: Jorge Abrantes, “Direito de opinião” (*Diário da noite*, Recife, 21.11.51), Mauro Mota, “Quem perdeu com a história?” (*Diário de Pernambuco*, 25.11.51), José Lins do Rêgo, “A demissão de Edson Nery” (dois artigos diferentes em *O Globo* e *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em 28.11.51); “Intolerância” (*Diário da noite*, Recife, 21.11.51), “Sobre uma demissão” (*Diário de Pernambuco*, 22.11.51), “Um incidente lamentável” (*Jornal do commercio*, Recife, 24.11.51), “Triste e revoltante” (*Jornal de letras*, Rio de Janeiro, dezembro de 1951) e “Atitude indigna” (*Revista branca*, Rio de Janeiro, dezembro de 1951). Sobre a atuação do autor como bibliotecário da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, escreveu o sr. Gilberto Freyre o artigo “Ressurreição de uma biblioteca” (em *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1.3.52) e o sr. Luis Delgado, catedrático da Faculdade, uma de suas “Notas avulsas” (*Jornal do commercio*, Recife, 23.8.50). Em artigo recente, voltou o autor a insistir sobre o estado deplorável em que se encontra a Biblioteca Pública do Estado: “Bovarismo recifense” (*Diário de Pernambuco*, 17.5.1958).

(5) — Gilberto Freyre, *Olinda*; 2.º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1944, p. 12. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1940, p. 17.

forços. O fim é o trabalho de documentação científica. E para isso é preciso algo mais". Para o notável escritor, "o trabalho científico do futuro será de índole coletiva; passou a época de descobertas individuais; começará a época das investigações em grupo. Um dos sintomas mais interessantes dessa transformação — continua Otto Maria Carpeaux — é a existência de relações entre ciências inteiramente separadas que um estudioso só não pode dominar ao mesmo tempo". E cita como exemplo, a química-física, "ciência relativamente nova, situada entre a química e a física, com a tendência cada vez mais acentuada de constituir-se em centro de pesquisas para ambos os lados, transformando a química e a física de outrora em ciências auxiliares". Outro exemplo citado por Carpeaux: "os estudos sociológicos de Max Weber sobre a relação entre as origens do capitalismo e a evolução do protestantismo", os quais "tinham como base a relação do capitalismo e a evolução do protestantismo", os quais "tinham como base a relação entre estudos de economia política e estudos de teologia histórica, quer dizer, entre duas ciências inteiramente separadas e consideradas quase incompatíveis" (6).

O ponto aonde quero chegar é o seguinte: às bibliotecas, aos arquivos, aos museus, a todos os modernos centros de documentação científica, compete aquele trabalho importantíssimo da "coordenação dos estudos especializados" a que se refere Carpeaux. E esta coordenação se efetua, sobretudo, por meio das bibliografias. Elas informam o especialista sobre a existência "de trabalhos que o interessariam vivamente", mas que ele ignora porque foram feitos "em setores independentes de sua especialidade". Daí a "necessidade da colaboração do bibliotecário no trabalho científico" (7).

A biblioteca deve articular-se não apenas com as outras bibliotecas, mas com todos os centros de documentação, proporcionando aos estudiosos maior campo de ação para suas pesquisas. Para o historiador moderno, não é apenas o livro ou qualquer documento impresso ou manuscrito que tem valor. De acôrdo com Paul Otlet, o documento pode ser tanto "o livro, a revista, o jornal", como "a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, e também o filme, o

(6) — Otto Maria Carpeaux. "Reflexões sobre a situação atual e futura do bibliotecário no Brasil" (In *Revista do serviço público*. Rio de Janeiro, D.A.S.P., 1945, março, p. 21).

(7) — Otto Maria Carpeaux, art. cit.

disco e tôda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica" (8). Uma avalanche de documentação que para ser útil deve estar convenientemente preparada, classificada, catalogada e registrada em bibliografias, guias, índices, catálogos, etc.

Nós nos preocupamos demais com a publicação de documentos históricos em revistas luxuosas, quando o dinheiro empregado em tal serviço poderia ser destinado a trabalhos mais urgentes como o da "preservação física do documento" e o da "elaboração de inventários e catálogos" (9). Como escreveu José Honório Rodrigues, "defender o documento e conhecer sua existência pelo catálogo" são os principais problemas das fontes brasileiras. "A publicação do texto" — continua o mesmo historiador — "é tarefa subsidiária, e por isso é que nos Estados Unidos, sempre muito objetivos e metódicos, cuida-se da preservação, com meios técnicos e científicos, e cataloga-se como em nenhuma parte. Assegurada a vida da peça e conhecida sua existência, a tarefa histórica pode continuar a ser cumprida, especialmente hoje que se pode facilmente reproduzir o documento, permitindo a consulta e renovando sua vida. A publicação de textos é tarefa complementar, que depende, além do mais, de seleção, e portanto da variedade dos interesses, opiniões e oportunidades" (10).

Não querendo que esta conferência seja uma simples reunião acadêmica, em que as palavras são ditas, nem sempre ouvidas e frequentemente esquecidas, mas um trabalho de colaboração para os problemas que temos de resolver, tomo a liberdade de fazer ao diretor do Arquivo Público Estadual esta sugestão: que em vez da transcrição integral dos documentos, a interessante *Revista do Arquivo* publique na sua primeira parte apenas os itens catalográficos e descritivos. Idêntica sugestão poderia ser feita à Diretoria de Documentação e Cultura, com referência à excelente revista *Arquivos*.

Outra sugestão que trago refere-se ao registro, no Arquivo Público Estadual, de todos os arquivos oficiais, eclesiásticos e particulares do Estado. Como acentua José Honório Rodrigues, "é um problema complexo reivindicar o direito de posse do Estado ao arquivo particular. Mas a obrigação do

(8) — Paul Otlet. "Documentos e documentação" (In *Revista do serviço público*, cit., março de 1946, p. 28).

(9) — José Honório Rodrigues. *Teoria da história do Brasil*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 126.

(10) — José Honório Rodrigues, loc. cit.

registro, com punição para os fraudadores, de perda da posse, e o estabelecimento por lei da preferência dos Arquivos e Bibliotecas, no caso de venda, já asseguraria e defenderia um patrimônio de inestimável valor" (11). Na Inglaterra, por exemplo, os arquivos particulares são registrados no The National Register of Archives (12).

Sobre a importância das bibliografias para o estudo da História já se ocupou o professor Fidelino de Figueirêdo, na segunda conferência da série que pronunciou em 1939, no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo: conferência que faz parte do livro *Aristarchos* (13). Aliás, desde a sua mocidade vem o eminente historiador da literatura portuguesa trabalhando para que "a bibliografia, como importante disciplina auxiliar dos estudos históricos" saia "do estado de extremo atraso em que jaz" (14).

No 1.º Congresso Ibero-Americano de História e Ciências Auxiliares, realizado em 1913 por iniciativa da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, em comemoração ao quinto centenário da tomada de Ceuta, ficou estabelecido que "o primeiro trabalho de quem se propõe estudar qualquer problema histórico é percorrer a sua bibliografia, que informará da atenção que a esse problema tem sido conferida, e das soluções propostas, e fornecerá muitos esclarecimentos imprevistos" (15). Infelizmente, o grandioso plano para a publicação de uma Bibliografia Histórica Portuguesa ainda não foi realizado, tendo aparecido apenas trabalhos que o professor Fidelino de Figueirêdo chamou de "parcelares", como os de Fortunato de Almeida, Edgar Prestage, Bettencourt Athayde, Antônio Joaquim Anselmo e os do próprio Fidelino de Figueirêdo.

No Brasil, muito pouco foi feito neste setor. Dispomos de importantes "trabalhos parcelares", como a *Biblioteca exo-*

(11) — José Honório Rodrigues, *op. cit.*, p. 129.

(12) — V. H. Galbraith, *Historical study and the state*. Oxford, Clarendon Press, 1948. *Apud* José Honório Rodrigues, *op. cit.*, p. 287.

(13) — Fidelino de Figueirêdo, *Aristarchos*. 2. ed. Rio de Janeiro, H. Antunes 1941, p. 83-101. Também recentemente, José Honório Rodrigues, no seu excelente livro *A pesquisa histórica no Brasil, sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952.

(14) — Fidelino de Figueirêdo, *O espírito histórico*. 3. ed. Lisboa, A. M. Teixeira, 1920, p. 30.

(15) — Fidelino de Figueirêdo, *loc. cit.*

tico-brasileira, de Alfredo de Carvalho (16), a *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, de José Honório Rodrigues (17), ou a *Bibliographia histórica do primeiro reinado á maioridade*, de Alcides Bezerra (18). Os trabalhos de âmbito mais geral, entretanto, são todos incompletos, como o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, da Biblioteca Nacional (19) ou a *Bibliotheca brasiliense*, de José Carlos Rodrigues (20). Só muito recentemente apareceu o *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, sob a direção de Rubens Borba de Moraes e William Berrien, no qual há um grande capítulo dedicado à História do Brasil (21). Também recente é a criação, pelo Ministério das Relações Exteriores, de uma Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil, que publica semestralmente uma interessante bibliografia corrente: a *Bibliografia de História do Brasil* (22).

(16) — Alfredo de Carvalho. *Biblioteca exotico-brasileira*. Rio de Janeiro. Empresa Graphica Editora, 1929-30. A primeira edição, em 3 volumes, compreende as letras A-M. Sabemos que o Instituto Nacional do Livro pretende reeditar a obra completa.

(17) — José Honório Rodrigues. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949.

(18) — Alcides Bezerra. *Bibliographia histórica do primeiro reinado á maioridade (1822-1840)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1936.

(19) — Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1881. 2 v.

(20) — José Carlos Rodrigues. *Bibliotheca brasiliense; catálogo anotado dos livros sobre o Brasil...* Rio de Janeiro, Typ. do "Jornal do commercio", 1907.

(21) — *Manual bibliográfico de estudos brasileiros, sob a direção de Rubens Borba de Moraes e William Berrien*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza. 1949. p. 37.9.637. Infelizmente, esta obra resente-se de muitas falhas e de omissões inexplicáveis. Três pequenos exemplos: todos os colaboradores que citam a História da Companhia de Jesus no Brasil, de Serafim Leite S.J. Informam que ela tem 4 volumes, quando tem 10. Há um capítulo com a bibliografia sobre "Independência, Primeiro Reinado, Regência" e outro com a bibliografia das "Obras Gerais de Referência", mas em nenhum dos dois figura a bibliografia de Alcides Bezerra citada anteriormente (nota 18). Também não foi mencionada a obra de Dolores Iglésias, *Bibliografia e índice da geologia do Brasil, 1641-1940* (Rio de Janeiro, Departamento Nac. da Prod. Mineral, Div. de Geolog. e Mineral., 1943), havendo uma bibliografia sobre "Relêvo e estrutura do solo" (p. 345-348). Quanto às entradas, segue-se o critério lamentável do último sobrenome, mesmo quando inteiramente desconhecido, como nos casos de José Lins do Rêgo Cavalcanti e Sérgio Milliet da Costa e Silva.

(22) — Brasil. Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil. *Bibliografia de história do Brasil*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores. Em publicação desde o 1.º semestre de 1943.

O arquivo Público Estadual poderia estimular a atividade bibliográfica referente à História de Pernambuco, instituindo concursos com o fim de premiar anualmente os melhores trabalhos no gênero (23). E' preciso acabar com a lenda que diz ser a bibliografia uma tarefa humilhante para os intelectuais. Sem ser um trabalho de criação, a pesquisa bibliográfica tem, entretanto, sua importância e só os intelectuais estão em condições de organizar as bibliografias mais úteis, que são, numa época de publicações em larga escala como a nossa, as bibliografias selecionadas e críticas. Lembro que Henri Pirenne — considerado por alguns como “o maior dos historiadores do nosso tempo” (24) — não se sentiu diminuído ao compilar a sua *Bibliografia de história da Bélgica*; nem Charles Victor Langlois, organizando o seu *Manuel de bibliografia histórica*; nem Fidelino de Figueirêdo, preparando as suas bibliografias de crítica literária e de teoria e ensino da história (25).

A própria bibliografia corrente tem importância enorme para os estudos históricos, pois ela “não é senão o registro da história e da historiografia atuais” (26). O que fizemos, até

(23) — Trata-se, aliás, de uma recomendação da Assembléia de Bibliotecários das Américas. Cf. *Resoluções da Assembléia de Bibliotecários das Américas*, realizada em Washington, D.C., maio de 1947, traduzidas por Maria Luiza Monteiro... São Paulo, Associação Paulista de Bibliotecários, 1948, p. 7 (Resolução n. 22).

(24) — Otto Maria Carpeaux. “A perspectiva de Pirenne” (In *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 22.4.1945).

(25) — Aos autores citados, há que acrescentar o hoje brasileiro Otto Maria Carpeaux, organizador de uma utilíssima *Pequena bibliografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1951.

(26) — A Lei n.º 689, de 30 de maio de 1906, que se deve à iniciativa de Eduardo Tavares, quando na direção da Biblioteca Pública do Estado, obriga todas as tipografias de Pernambuco a remeterem à Biblioteca três exemplares de cada trabalho impresso. Desde que seja largamente divulgada e que se fiscalize a sua execução, estará a Biblioteca Pública em condições de publicar a *Bibliografia de Pernambuco*. Mas isto nunca foi feito. Também a Diretoria de Documentação e Cultura até hoje não deu cumprimento ao Art.

hoje, neste sentido? No Brasil, muito pouco. Em Pernambuco, nada. 27 . O desdém pela bibliografia é sintoma de doença muito grave: a improvisação. Desta doença padecem muitos intelectuais brasileiros, dos quais seria lícito esperar que fossem menos enfáticos e mais amigos do estudo sistemático e das pesquisas bibliográficas.

Se quizermos procurar, no passado, um exemplo a seguir, nenhum melhor do que o de Ramiz Galvão, que teve as qualidades exigidas para um bibliotecário completo: a cultura geral, os conhecimentos técnicos de biblioteconomia, a humildade científica e a vontade de servir. Como historiador, realizou importante trabalho de desbravamento das fontes de interesse para o Brasil em bibliotecas e arquivos da Europa. Tão importante que os pesquisadores posteriores só tiveram de seguir-lhe a pista. Foi, pelo menos, o que o nosso José Hígino Duarte Pereira confessou honestamente (27). Contribuição notável foi, igualmente, a realização da Exposição de História do Brasil, em 1881, cujo catálogo, organizado por êle, é uma das nossas melhores bibliografias (28). Dos 12 anos que passou na direção da Biblioteca Nacional — talvez o melhor diretor que teve aquela casa até os nossos dias — disse Basí-

3.º da lei municipal n. 233, de 10 de janeiro de 1949 — iniciativa do autor, quando funcionário da D.D.C. — que obriga a mesma repartição a publicar regularmente um boletim bibliográfico no qual se fará menção das obras recebidas mediante a contribuição legal que a referida Lei estabeleceu para as tipografias do município do Recife. Entrementes, uma *Bibliografia de Pernambuco* vem sendo compilada pelo autor, com a colaboração de outros bibliotecários pernambucanos, e será publicada pelo Arquivo Público Estadual. Será uma bibliografia classificada, de acordo com o sistema decimal de Melvil Dewey. Possivelmente, a sua publicação será precedida por dois *Guias*: o das *Obras de Referência Impressas em Pernambuco* e o das *Publicações Officiais do mesmo Estado*.

(27) — José Hígino Duarte Pereira. "Relatório sobre as pesquisas realizadas na Hollanda" (In *Revista do Instituto Archeológico, Histórico e Geographico Pernambucano*, Recife, 1886, n. 30, p. 11-12). Sobre o assunto, leia-se o que escreveu José Honório Rodrigues, no seu livro já citado, *A pesquisa histórica no Brasil*, p. 94-97.

lio de Magalhães que foram “os mais fecundos e os mais gloriosos de sua vida pública” (29). Deve-se a Ramiz Galvão a primeira reforma importante que teve o nosso tradicional centro bibliográfico, e exposição de extraordinária repercussão, como a de História do Brasil, já mencionada, e a Camoneana. Sob a sua direção fez-se ainda a reforma do Gabinete Português de Leitura, cujo catálogo, organizado por êle, ainda hoje pode servir de guia para a classificação de livros, sendo também um excelente instrumento bibliográfico (30). E com a evocação daquele que foi, ao mesmo tempo, grande historiador, diligente bibliotecário e infatigável bibliografo, dou por encerrada esta palestra.



(28) — “O maior instrumento bibliográfico brasileiro”, segundo José Honório Rodrigues (op. cit., p. 96).

(29) — Basílio de Magalhães. Discurso publicado no opúsculo **Jubileu científico do dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão**. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1919.

(30) — Benjamin Franklin Ramiz Galvão. **Catálogo do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro**, organizado segundo o sistema decimal de Melvil Dewey. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do commercio”, 1906, 2. v.

Pernambuco no Arquivo da Casa Imperial

Guilherme Auler

(Conferência pronunciada no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, em 10.12.1952)



EXILADO Dom Pedro II, os seus papeis encontrados nos gavetões de comodas e mesas e nos grandes armarios das suas residências de São Cristovão e Petrópolis, foram jogados nas caixas da Mantearia, usadas para a condução da comida, e também exportadas numa tragica ruptura do passado histórico.

Essas caixas lacradas, assim permaneceram por muitos anos, ocultando tesouros, numa fuga de lembrança de ingratidões, para que a chaga aberta não continuasse a sangrar. Nem Dona Isabel ou o Conde d'Eu mexeram nos papeis do Imperador.

Somente depois da morte de seus pais, herdando como primogenito e por disposição testamentaria o Castelo d'Eu, é que o brasileiro nascido em Petrópolis Príncipe do Grão Pará, na nostalgia de exilado, resolveu verificar o conteudo daquelas caixas de madeira, forradas internamente de zinco, examinando os papeis do seu Avô, numa consolação de revivescencia da Patria distante.

E, com o auxilio de seus secretários Miguel Calogeras e Alberto Rangel, começou a classificar manuscritos, examinando-os, ordenando-os por data, enfim realizando um *Inventário* do nascente Arquivo da Casa Imperial, atividade em que dispendeu 5 anos de ininterrupta e intensa vigilia, sempre estimulada e animada pela lembrança de realizar um serviço á sua tão querida Patria.

Surgiu então o Arquivo da Casa Imperial, por obra e graça do Príncipe do Grão Pará, com o seu Inventário divulgado em 2 volumes nos ANAIS da Biblioteca Nacional, em 1939, tomos 54 e 55, dois avantajados livros de mais de 500 páginas cada um.

A indagação geral é sôbre a quantidade de documentos. Dificilima é a resposta, num calculo simplista. A intitulada PARTE A, dos manuscritos com data, cujo inventário concluiu-se em 21 de março de 1930, compõe-se de 207 grandes pastas com 9.435 verbetes. E, a *Parte B*, com inventário terminado em 24 de maio de 1930, consta de 53 grandes pastas com 1.144 verbetes.

Mas, quantos documentos, afinal, existirão nesses 10.579 verbetes? Vinte mil disseram, no principio; outros mais autorizados duplicaram para 40 mil, e hoje já alguém avaliou em 70 mil, estando êsse numero sujeito a constante alteração, a medida que os pesquisadores rebuscam manuscritos e as pastas se desarrumam.

E' deveras difficil precisar a quantidade de documentos. Para se ter uma ligeira ideia da riqueza, opulencia desse manancial histórico, dois exemplares bastam: sob o *UNICO NUMERO* 7.045, verbete que anuncia cartas do Barão de Muritiba para o Imperador, EXISTEM NADA MENOS QUE 332 DOCUMENTOS. E 64 manuscritos, cartas do Conde d'Eu a Silva Paranhos, estão englobando o verbete n.º 7.065! E, não nos esqueçamos também, que sob o n.º 1.057 encontram-se 35 cadernos de *Diários* de Dom Pedro II, um dos quais relata a sua visita a Pernambuco em 1859, em tão boa hora publicado pelo Arquivo Público.

Divulgando-se em 1939, nos ANAIS da Biblioteca Nacional, o Inventário do Arquivo da Casa Imperial, como uma contribuição inestimável do Príncipe do Grão Pará, ás comemorações do centenário da fundação de Petropolis, logo mais o illustre primogenito da Redentora doação do Arquivo á nação brasileira, gesto êsse que depois do seu falecimento ocorrido em 29 de janeiro de 1940, foi confirmado e ratificado pelos seus descendentes.

Um episódio pitoresco succedeu no intervalo, entre a doação e a chegada ao Brasil dos manuscritos. Durante a última guerra, com a França occupada, o Castelo d'Eu caiu em poder dos invasores e foi utilizado para séde do comando de uma determinada unidade. O velho servidor da Familia Imperial em França, Mr. Latapie, antevendo os acontecimentos, teve uma ideia genial: transportou tudo que julgou de valor, inclusive

as pastas de documentos do Arquivo da Casa Imperial, para um vão de escada, transformado após a sua entrada numa parede, coberta depois com um gobelin.

Sumiram os bons vinhos das adegas do Castelo, muitos ainda do tempo do Rei Luís Felipe, tapeçarias e a coleção de moedas que pertencera a Dom Pedro II. Mas, graças á improvisada parede edificada pelo zelo de Mr. Latapie, o riquíssimo manancial de documentos não se dispersou. Da sua existência, tinham conhecimentos os invasores, que diversas vezes realizaram buscas, indagações a respeito dos velhos papeis do *Kaiser von Brasilien*.

Finalmente, em 1948, voltaram á patria os documentos também exilados com o seu detentor. E desde então, novos horizontes se abriram para o estudo da nossa história, durante tanto tempo maltratada pela repetição das frases feitas dos improvisados historiadores, ao sabor das paixões ou anedotas. Na verdade, atualmente entre nós, a história é uma total improvisação, a começar pelos medalhões de fardões academicos maracajados de crachás policromos. Pesquisa histórica nunca, em tempo algum, realizaram, pois isso de perder tempo em arquivos e bibliotecas, queimar pestanas e respirar poeira, fica para os noviços inexperientes. E o resultado é o que vemos entre os considerados historiadores e mestres, que só têm feito obras de compilação, repetindo os palpites dos autores do século passado, sem um simples e rapidissimo exame das verdadeiras fontes.

Mas, se o panorama geral é anti-cientifico, na compilação de obras sem consulta ás fontes ou pesquisa nos arquivos, temos a satisfação, entretanto, de saber que no Arquivo da Casa Imperial é que se estão concluindo grandes obras como as biografias do Conselheiro Paulo Barbosa, de Americo Jacobina Lacombe; do Marquês do Paraná, do Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; do Barão de Cotegipe, por Wanderley de Pinho; e a do Conselheiro Jobim, infelizmente paralizada com o brusco falecimento de Alcindo Sodrê. E na recente biografia de Dom Pedro I, os três grandes volumes com 1200 páginas, do Ministro Otavio Tarquinio de Souza, obra recém-aparecida, enorme foi a contribuição colhida no rico manancial hoje depositado no Museu Imperial.

Num exame ao Inventário das 260 pastas, aos 10.579 verbetes, selecionamos 94 destes cujo enunciado, claramente, se prende a Pernambuco ou a pernambucanos. Esta classificação é, contudo, deficiente, pois muitas vezes o título do ver-

bete resume por demais a materia contida. Por exemplo: No já citado número 7.045, que engloba 332 cartas do Barão de Muritiba a Dom Pedro II, é possível que existam referências á nossa Provincia, como também pode ser o contrário. Somente, quando peça por peça fôr examinada e classificada é que chegaremos a uma conclusão. Esta, entretanto, é muito longinqua, pois num ano o encarregado do Arquivo Prof. Lourenço Lacombe, apenas, pôde examinar 500 documentos, o que nos permite aguardar 120 anos para o seu término, na hipótese favorável de existirem somente 60 mil manuscritos...

Mas, fiquemos apenas com os 94 verbetes pernambucanos do Arquivo da Casa Imperial. De dois, já, tivemos oportunidade de dar uma noticia através do Suplemento dominical do DIARIO DE PERNAMBUCO, focalizando o tremor da terra ocorrido no Recife, em 28 de outubro de 1811, com os valiosos depoimentos do Visconde de Suassuna, Manuel Figueiroa de Faria e Cel. José Maria Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa de Melo. O outro é um importante relatório intitulado "Memoria de alguns dos serviços mais importantes prestados no Têrmo de Serinhaem, Provincia de Pernambuco, a partir de 11 de abril de 1857, até 25 de novembro de 1861, pelo respectivo Juiz Municipal Bacharel Gervasio Campelo Pires Ferreira" (Doc. n.º 6434).

Na iminente ameaça de um massacre intelectual, com a enumeração e analise de quasi uma centena de temas, não se assustem os nossos ouvintes, pois selecionamos alguns de nossa preferência, esquematizando o assunto em sete capitulos.

O PORTO DO RECIFE

Tema de capital importancia para o estudo do progresso da provincia, verdadeiros pulmões da economia e comunicação, o porto do Recife mereceu de Dom Pedro II um cuidadoso exame, reunindo numa espécie de sabatina, em 29 de novembro de 1859, os especialistas Henry Law, William Martinau e Eli-siario Antonio dos Santos, mais tarde Barão de Angra:

Nos seus papeis, 5 documentos existem:

N.º 6139 — *"The Report of Charles Neate, Civil Engineer, to His Excellency the Minister of Marine, upon the design of Messrs. Law and Blount for improvements in the Port of Pernambuco"*.

Trata-se de um manuscrito em grande formato, com 12 páginas, dirigido ao então Ministro e secretário de Estado da Marinha João Mauricio Wanderley, e datado de Rio de Janeiro, mês de julho de 1856.

N.º 7248 — *Memorial de Manuel da Cunha Galvão*, de 12 de janeiro de 1870, sobre o melhoramento do Porto de Pernambuco e estabelecimento de Docas, dirigido ao Imperador.

Manuscrito com 14 páginas, em grande formato.

N.º 7.408 — *Port of Pernambuco. Observations upon Reports of Dr. R. A. Galvão*.

23 páginas, datadas de 20 de abril de 1871, escritas por Charles Neate.

N.º 7685 — *Letter to his Excellency the Visconde de Rio Branco, From Henry Law. Private & Confidential*.

8 páginas, datadas de Londres, em 10 de novembro de 1873.

N.º 7886 — *Carta de John Hawsohaw a Dom Pedro II*. 4 páginas, datadas de 5 de agosto de 1875.

O VISCONDE DE GOIANA

Figura das mais curiosas, tendo atravessado todo o período do Brasil Reino, Independência, 1.º Reinado, Regência, Maioridade, e 2.º Reinado, é Bernardo José da Gama, nascido no Recife a 20 de agosto de 1782 e aqui também falecido em 3 de agosto de 1854.

Foi agraciado por Dom Pedro I, com os títulos de Barão, em 1829, e Visconde de Goiana, em 1830.

São de sua autoria 10 documentos, um dos quais de 45 páginas se intitula APONTAMENTOS DESTACADOS DA VIDA POLITICA DO VISCONDE DE GOIANA ATÉ 1837, espécie de biografia para quem estava sempre pleiteando favores e se lamentava dos encargos de família (6 filhos em 1842, e 8 em 1846), embora o seu primogenito Aires, aos 9 anos de idade, em 14 de março de 1842, tenha seguido para a França, onde cursou ás expensas de Dom Pedro II, o Colégio Fontenay aux Roses.

Em 1846, o Visconde escreve ao Imperador dizendo que está desempregado há 15 anos, perdeu todos os seus bens na política e confidencia que está vivendo de crédito, onerado de filhos e de dividas. Reclama que não recebeu o aumento para 4 contos de reis da sua aposentadoria, e que êle é o único dos ministros da menoridade que não foi nomeado Conselheiro.

Ainda duas missivas, uma da Viscondessa (Doc. 5994) e outra do seu filho Aires (Doc. 5995), ambas de 7 de agosto de 1854, encontramos no Arquivo, comunicando o falecimento do Visconde de Goiana, ás 11 horas e meia da noite, do dia 3, "depois de 6 dias de horriveis agonias causadas por uma violentissima e repentina erisipela nos testiculos" diz sua Viuva.

E seu filho Aires informa: "Apesar de quarenta e tantos anos de serviços, de ter occupado os primeiros cargos do país; sua illustração, retidão e constante probidade fizeram com que nada absolutamente deixasse á sua aflita e numerosissima familia".

UMA PESQUISA DE VARNHAGEN

Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, e considerado o pai da historiografia brasileira, manteve uma longa correspondencia com Dom Pedro II, informando-o de suas pesquisas em arquivos, apontando documentos e respondendo ás sugestões do monarca.

De Caracas, em 20 de julho de 1863, escreveu ele: "Aqui, vim casualmente a receber curiosas noticias para a biografia do meu amigo Abreu e Lima. Nunca foi General, e de officio se poderá provar se o Governo Imperial desejasse que se pedissem de Bogotá (capital da Colombia) as provas. Entrou de capitão, serviu sempre no quartel da saúde, e chegou a Coronel, quando o expulsaram de Cartagena em 1831, pelo decreto de Luque de 28 de abril".

Eis aí uma reviravolta total na biografia do filho do Pe. Roma.

ESTATISTICA DE SOCIEDADES SECRETAS

Subsídio valioso para o estudo da questão religiosa é o "Quadro das Lojas do Grande Oriente do Brasil e número de adeptos", documento elaborado pela Secretaria Geral da Ordem em 25 de junho de 1862, assinado pelo chefe da mesma Rui Germack Possolo, grau 33 (Doc. 6441).

Em todo o Imperio, nas diversas provincias, funcionavam 66 Lojas, com 4.111 maçons.

Em Pernambuco, a situação era a seguinte:

Loja 6 de março 56 irmãos

Loja Firmeza e Humanidade 54 irmãos

Loja Conciliação 109 irmãos

Loja Filotimia 80 irmãos

Loja União e Virtude 30 irmãos

Loja Segredo e Amor da Ordem 15 irmãos.

Resumindo: a maçonaria pernambucana compunha-se de 6 Lojas com 344 adeptos. Mas não se julgue dessa quantidade uma depreciação da força das sociedades secretas.. No momento de agir esses 344 se transformaram em 4.520, como podemos ler num documento dos mais valiosos para o estudo do início da questão religiosa, intitulado *Representação dirigida ao governo contra os atos do Rev. Bispo de Olinda relativos aos maçons*, que está anexo aos quesitos da sessão do Conselho de Estado de 12 de fevereiro de 1873 (Doc. n.º 7611).

O BARÃO DE ALHANDRA

Figura até hoje ignorada dos historiadores, é José Bernardo de Figueiredo, nascido em 1805 no Recife, Barão de Alhandra, e que no momento da questão religiosa, inclusive da missão de Penedo, era o representante diplomatico do Brasil junto á Santa Sé.

Em tres verbetes — os n.º 7625, 7792 e 8025 — encontram-se papeis da sua autoria, um dos quais até hoje inédito datado de Roma em 22 de setembro de 1874 traz notáveis revelações para o estudo da questão religiosa, infelizmente estudada da maneira mais anti-cientifica possível, na compilação apressada e desordenada de autores do século passado, enquanto os arquivos contem fontes inesploradas.

O Barão de Alhandra, nessa sua carta de 22 de setembro de 1874, reclama a sua remoção para São Petersburgo, ato interpretado como descontentamento do governo pelas “tristes consequencias da missão especial do Sr. Barão de Penedo, de que não tenho a menor culpa”, diz êle.

Em seguida, faz uma série de confidências e justificativas, que resumiremos no seguinte esquema:

- a — Nunca acompanhou o Barão de Penedo nas audiências ao Papa, ocasião em que se declara que foram feitas promessas em nome do Governo;
- b — Nas diversas vezes que estiveram — Alhandra e Penedo — com o Cardeal Antonelli, nada de especial trataram, apenas solicitaram urgência para a resposta do memorandum remetido á Congregação dos Cardeais;
- c) — Ignora se o Barão de Penedo teve outras conferências, a que não assistiu;
- d — O Papa, o Cardeal Antonelli e Alhandra ignoravam a existência de um processo contra o Bispo de Olinda;
- e — O Barão de Penedo fez, por escrito, uma declaração nos seguintes termos: A desgraça foi meter-se os Bispos em processo e mandar a Roma negociar;
- f) — Enquanto, em Roma, se mostrava boa disposição de arranjo amigavel, o Bispo de Olinda era perseguido criminalmente, a toda pressa, e se recomendava ao Barão de Alhandra que explicasse que se tratava apenas de pronuncia do Supremo Tribunal e não de prisão.

Esse importante documento do Ministro Brasileiro junto á Santa Sé, foi endereçado ao Visconde de Caravelas, e contem no final a recomendação de que seja dada a ler ao Imperador.

Parece-nos que isto não se realizou, pois dois anos mais tarde, em 8 de setembro de 1876, o Barão de Alhandra, do seu novo pôsto em São Petersburgo remete a Dom Pedro II, a cópia da carta dirigida ao Visconde de Caravelas, a conselho do Visconde do Bom Retiro, o que nos permite desde já supor que muito das intrigas dos bastidores foi sonegado ao conhecimento do monarca.

Alhandra outras cartas dirigiu ao Conde d'Eu e ao imperador, solicitando sua remoção de São Petersburgo, para qualquer outra Legação na Europa, em vista da carestia do país e do clima inospito da Russia, particularmente prejudicial á Baronesa de Alhandra, Amelia Ana Forster em solteira, que sofria de bronquite crônica.

O clima russo não foi, contudo, feroz para a saúde da Baronesa, que faleceu em São Petersburgo, a 5 de maio de 1884,

isto é dez anos após a sua chegada. O Barão, no ano seguinte, aos 80 anos de idade, no dia 1 de março, expirava na capital russa.

Triste destino desse titular pernambucano, envolvido nas teias das intrigas diplomaticas, sepultado na Rússia, e cujo único filho também diplomata pereceu num duelo em França.

CARTAS DE BISPOS AO IMPERADOR

Na sua estada em terras pernambucas, em 1859, de 22 de novembro a 23 de dezembro, Dom Pedro II deixou no seu DIÁRIO, as impressões sobre o Bispo de Olinda e algumas referências sobre vigários, de quem teve denúncias de vida pouco recomendável.

O Bispo, Dom João da Purificação Marques Perdigão, que o conhecera nas solenidades da coroação, não o achou mudado apesar dos quasi vinte anos decorridos. Ao visitar o seminário de Olinda, constatando que grande parte do edificio era uma ruina, enquanto por capricho a renda da Mitra se empregava na Igreja de São José, o Imperador confidenciou nas suas notas: "*A Igreja por outras razões ainda, carece de outro pastor mais inteligente*".

Quanto ao clero, as queixas recebidas resumiram-se no descaso de vigários e coadjutores que residiam fora das paróquias, não celebrando missa e privando os paroquianos de sacramentos; na conduta irregular de um filho do Capelão, acusado de sedução; outro paroco estava sob a denuncia de desvio de importâncias arrecadadas quando do colera morbus; um vigário, da gente do Feitosa, pretendeu sabotar as festas de recepção, espalhando que o Imperador vinha libertar os escravos, tendo negado o empréstimo do palio á Câmara Municipal; e finalmente, um outro sacerdote era acusado de seduições e mancebias. Dom Pedro II, grandemente admirado, registrou no seu Diário: *E' preciso falar ao Bispo.*

Esta a impressão imperial a respeito da igreja em Pernambuco: um Bispo octagenario, naturalmente senil, impotente para disciplinar os vigários. E quando faleceu Dom João da Purificação Marques Perdigão, quatro anos mais tarde da sua estada pernambucana, em 30 de abril de 1864, aos 85 anos de idade e 31 de Bispo de Olinda, nota-se que houve de Dom Pedro II um especial cuidado para os seus substitutos: o cearense Dom Manuel do Rêgo Medeiros, nomeado Bispo em 5 de abril de 1865, e falecido a 16 de setembro do ano seguinte, com

36 anos de idade; e a seguir o pernambucano Dom Francisco Cardoso Aires, o primeiro a ocupar o episcopado da sua terra, com apenas 40 e poucos anos de idade.

Esse pernambucano ilustre, que pela primeira vez na história da igreja da sua terra, iria dirigir o rebanho dos seus próprios contrerraneos, nascera no Recife, era religioso da Ordem de São Estanislau de Scott e tomou posse da sé episcopal em 2 de agosto de 1868.

Dele são três os manuscritos existentes no Arquivo da Casa Imperial, n.º 7029, 7093 e 7158, todos dirigidos ao Imperador.

A primeira carta é de 2 de dezembro de 1868 (Doc. 7029), e nela o Bispo se reporta á 2a. audiência que tivera com o Imperador, em julho desse ano, quando o soberano manifestara desejo de possuir o complemento das obras filosoficas do Pe. Rosmini, assim como o seu retrato.

Nessa oportunidade, ainda, o Bispo tivera ocasião de ler algumas das cartas de Manzoni, com quem Dom Pedro II entrara em correspondência, através da leitura do livro "IL CINQUE MAGGIO".

Manda, pois, de presente ao monarca, um quadro com as figuras de Rosmini e Manzoni, os dois no Instituto Rosminiano de Stresa, ás margens do Lago Maior, tendo o primeiro na mão o seu celebre livro "ORIGINE Dell Idee". Ainda acompanha esta carta, a tradução de uma Ode de Manzoni.

Seis meses depois, em 12 de maio de 1869, o Bispo Cardoso Aires credencia (Doc. 7093) junto ao Imperador, o Pe. Caccia seu confessor, para que êle de viva voz exponha o estado da Diocese, na impossibilidade de escrever "nas presentes circunstâncias" ou ir pessoalmente á Córte.

Na sua terceira carta (Doc. 7158), de 28 de agosto do mesmo ano, remete Dom Cardoso Aires o complemento das obras do Pe. Rosmini, volumes inexistentes na Biblioteca Imperial, autor por cuja mão êle entrara na vida sacerdotal. Agradece o acolhimento dispensado ao Pe. Caccia e expõe a situação de dificuldades financeiras em que se acha, com uma divida de 20 contos de réis. A renda da Mitra estava diluida com a criação de 3 Arcipestres e o aumento de aulas no Seminário.

Chamado pelo Papa Pio IX, para tomar parte no Concilio Ecumenico a celebrar-se em Roma, em 8 de dezembro de 1869, segue para a cidade eterna o Bispo pernambucano e de Pernambuco. Lá falece, repentinamente, em 14 de maio de

1870, com 48 anos de idade, 27 de vida religiosa, 18 de sacerdotio e 2 de episcopado.

Seu substituto é também um pernambucano, Dom Frei Vital, nascido em 27 de novembro de 1844, religioso capuchinho, nomeado Bispo da Diocese de Olinda em 21 de maio de 1871 e falecido em 4 de julho de 1878, sobre quem veremos adiante, quando aludirmos á correspondência de João Alfredo Correia de Oliveira, notável depoimento do estadista da abolição.

Na vacância de tão ilustre filho, quando se falava do possível sucessor, é que o Bispo do Pará, Dom Antonio de Macedo Costa, com a autoridade de companheiro do falecido nas fases da questão religiosa, remeteu ao Imperador, data da do Recife de 28 de dezembro de 1878, uma missiva das mais curiosas (Doc. 8215), que vamos ler na integra:

“Senhor — Animado pela bondade que Vossa Majestade se tem dignado testemunhar-me, vou dirigir uma palavra a Vossa Majestade ao passar por esta pobre Diocese de Pernambuco, em viagem para a minha.

“Senhor, cuide Vossa Majestade de nomear quanto antes um Bispo segundo o coração de Deus, que venha apascentar êste rebanho importante que reclama tão serios cuidados. E’ preciso um homem de Deus, um verdadeiro Sacerdote que possa edificar com a palavra e com o exemplo.

“Fala-se muito na Bahia e em outras partes que o Governo pensa no Pe. Romualdo Maria de Seixas Barroso para ocupar uma das cadeiras episcopais vagas. Permita Vossa Majestade que eu exprima francamente o meu pensar a êste respeito, só tendo os olhos em Deus e na lealdade que devo a Vossa Majestade.

“Êste jovem Sacerdote não me parece reunir os dotes requeridos para um Bispo. Eis aqui as provas em que me fundo. O Pe. Barroso conhece muito superficialmente a teologia e o direito canônico, e tem grandes falhas na doutrina como consta de escritos seus publicados. Está, alguns anos a esta parte feito Reitor do Seminário da Bahia, e êste estabelecimento sob sua proteção tem caído num estado de desorganização espantoso. Nenhuma piedade, nenhum espirito sacerdotal. Apresentados por êle, tem recebido ordenação sacerdotal alunos já concubinários públicos, imorais, relaxadissimos e sem a devida instrução.

“E’ ao mesmo tempo Vigário da Paroquia dos Mares, e lá mantém um Padre inepto, que eu conheço; e não sente a res-

ponsabilidade tremenda que lhe pesa nos ombros, conservando sob sua jurisdição um rebanho de que não cuida nem por se, nem por outrem.

“Barroso não resa o Breviario e diz rarissimas vezes a Missa. Basta isto, não direi mais nada a Vossa Majestade. O Breviario é o último exercício de religião e de piedade que um Padre, afrouxando no cumprimento de seus deveres, abandona. O Sacrossanto Sacrificio da missa é o primeiro elemento da vida sacerdotal.

“Meu Senhor! pode um Padre destes ser um Bom Bispo, como os ha mister a Igreja do Brasil, e como os deseja e quer Vossa Majestade?

“O que eu disse a respeito deste Padre, é fundado em ciência certa que tenho de sua vida e costumes, já por mim, já pelo testemunho de pessoas graves e maiores de toda exceção que o conhecem muito de perto.

“Tocando a Vossa Majestade neste assunto, julguei cumprir um dever. Devo acrescentar a Vossa Majestade estes factos que caracterizam bem esse Padre: Barroso despeitado contra Monsenhor Amour não beijou nunca o anel do Sr. Bispo de Cuiabá, e tendo de receber a visita do Sr. Arcebispo appareceu a este Prelado, que lhe dá cega confiança, em um traje ridiculo, como estava no seu quarto.

“Perdoe-me Vossa Majestade, por quem é esta liberdade que tomei, e permita Senhor que me assine com o mais profundo respeito,

“De Vossa Majestade,

Subdito fiel

(as) ANTONIO, Bispo do Pará”.

Não foi esta, aliás, a primeira ou unica vez que Dom Antonio de Macedo Costa escreveu a Dom Pedro II, denunciando escandalos de sacerdotes. Dele existe tambem a carta de 8 de abril de 1866 (Doc. 6763) a respeito da suspensão de ordens dos Vigarios de Viseu e Inhangapi, que viviam, licenciosamente, com mulheres e filhos.

Na verdade, o substituto de Dom Vital, para felicidade da Igreja e de Pernambuco, não foi o denunciado Reitor do Seminario da Bahia, que não resava o breviario, nem celebrava missa, segundo o testemunho de Dom Macedo Costa.

O novo Bispo de Olinda é Dom José Pereira da Silva Barros, paulista com 45 anos de idade, nomeado a 7 de janeiro de

1881, mais tarde agraciado com o titulo de Conde de Santo Agostinho, e que governou a Diocese até 1891, quando foi transferido para o Rio de Janeiro.

Da carta que lemos ha pouco, queremos de inicio salientar 4 pormenores: 1 — A sua data, 28 de dezembro de 1878, isto é 2 anos depois do fim da questão religiosa; 2 — O seu autor é Dom Antonio de Macedo Costa, o intemerato companheiro de Dom Vital; 3 — E' dirigida ao Imperador Dom Pedro II; — 4 — As afirmações que o seu autor fez a respeito do Imperador.

A principal, nos parece, é a seguinte:... *"UM BOM BISPO, COMO OS HA MISTER A IGREJA DO BRASIL, E COMO OS DESEJA E QUER VOSSA MAJESTADE"*...

Eis a verdade historica, que surge pela boca do companheiro de martirio de Dom Vital. Ao contrario, do que se tem affirmado e escrito tão levemente, a respeito de Dom Pedro II, traçando-lhe um perfil que nada mais é que uma caricatura, deformada por palpites e intuições, sem apoio em nenhuma fonte historica, as palavras de Dom Macedo Costa valem pela mais completa e esplendorosa retificação.

Infelizmente, por aí afora, ainda hoje se pensa ter resolvido a quadratura do circulo, compilando livros aparecidos no seculo passado, quando se aborda a questão religiosa. Ora, os arquivos estão repletos de documentos. E não quero perder a oportunidade de anunciar que, dentro em breve, o *ANUARIO* do Museu Imperial, no seu volume 12, divulgará apenas 224 cartas do Visconde do Rio Branco, do período de 1871 a 1879, onde muita coisa será revelada aos apressados autores de livros, que deveriam ter apparecido no principio do seculo.

E que terá escrito Dom Pedro II, nos seus Diarios ou cartas, a respeito da questão religiosa? Qual a opinião da Princesa Isabel ou do Conde d'Eu, na sua tão vasta correspondência? São temas que ficam em suspenso, num aguçamento de appetite, que certamente fará coegas ou dará insonia a muitos dos nossos compiladores.

CORRESPONDENCIA DE JOÃO ALFREDO

O Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira é outras das figuras a quem os historiadores não fizeram ainda a merecida justiça, collocando-o na galeria dos grandes homens que serviram o Brasil, com a mais absoluta dedicação. No Arquivo da Casa Imperial, existem de sua autoria os seguintes ver-

betes: n.º 7367 — 3 documentos; n.º 7463 — 22 manuscritos; n.º 7584 — 6 cartas; n.º 7709 — 13 cartas; n.º 7817 — 20 manuscritos; 7943 — 5 cartas; 9026 — 8 cartas; n.º 9155 — 3 cartas. Resumindo: 8 verbetes contendo 80 documentos.

Num parentese, quero também aproveitar a ocasião para referir a existência de outros notáveis documentos do Cons. João Alfredo, no Arquivo do Palácio do Grão Pará, na série referente aos documentos secretos, onde este grande pernambucano verdadeiro servidor da Família Imperial exilada, relata em sucessivas cartas confidenciais e reservadas, as continuas articulações políticas em prol da restauração, chegando mesmo às conspirações militares. Infelizmente, ainda é cedo para divulgar tão curiosos episódios, que vão destruir muitas estatuas de praças publicas...

Mas, voltando ao tema do Arquivo da Casa Imperial, lemos num dos manuscritos do verbete n.º 7463, carta de João Alfredo a Dom Pedro II, este capítulo de grande importância histórica:

“Conheço o capuchinho, de quem o Bispo falou a Vossa Majestade Imperial. E’ Frei Vital Maria de Pernambuco, homem inteligente e de raras virtudes manifestadas desde os seus primeiros anos. Contam-se dele atos de caridade, que fazem lembrar a vida de alguns santos. Começou a estudar no Seminário de Olinda e distinguiu-se tanto que o finado Bispo Dom João, sabendo do desejo que elle tinha de ser capuchinho, deu-lhe os meios de que precisava para ir á Europa, donde voltou em 1868 com destino ao Seminário de São Paulo. Parece-me que ainda não tem trinta anos. E’ o unico defeito que se lhe pode notar para Bispo. A familia é tão honrada quanto pobre. O pai é um dos melhores homens que eu conheço.

“Nada sei do Padre Vilas Boas. Vou colher as informações que Vossa Majestade Imperial exige”.

Por esse depoimento de João Alfredo, vemos que a indicação de Frei Vital para Bispo de Olinda, partiu de um Bispo. Qual deles? E’ um pormenor que talvez apareça nos cadernos ou Diários do Imperador.

Essa carta é de 24 de abril de 1871, e da alegação do capuchinho não ter ainda 30 anos, Dom Pedro II não tomou conhecimento, talvez lembrando que elle proprio fora Imperador aos 14 anos como medida heroica de salvação nacional, ou porque continuasse no seu proposito de dar ao episcopado pernambucano que elle verificara, pessoalmente em 1859, imperfeito em mãos octogenarias, Bispos jovens, pernambucanos e de formação religiosa em ordens europeias.

Este aliás um pormenor a fixar: Os sucessores do velho Dom João da Purificação Marques Perdigão são todos religiosos jovens, pernambucanos dois, oriundos de seminários europeus, onde a ortodoxia católica era mais pura. Daí o motivo, a razão das palavras de Dom Antonio de Macedo Costa... "UM BOM BISPO COMO OS HA MISTER A IGREJA DO BRASIL, E COMO OS DESEJA E QUER VOSSA MAJESTADE".

E menos de um mes da carta de João Alfredo, em 21 de maio, Frei Vital era nomeado Bispo de Olinda.

Quanto ao outro candidato ao solio episcopal, o Pe. Vilas Boas, em 12 de maio, dizia o estadista da abolição ao soberano: "Recebi do Arcebispo da Bahia a carta junta, da qual se vê que o Pe. Vilas Boas não pode ser aproveitado".

Os anos passam, e estamos em plena questão religiosa. Dois curiosos documentos vamos encontrar no verbete n.º 7943..

O primeiro, de 19 de janeiro de 1875, é um convite convocação, com a respectiva ordem do dia, quesitos sobre a questão religiosa, do Conselho de Estado, a reunir-se em 23 de janeiro, dirigido ao Conde d'Eu. E o mais sensacional, é que dentro do documento acha-se a copia da resposta do Príncipe, que se desculpa em não comparecer, alegando compromisso anteriormente fixado.

Nova convocação de 6 de fevereiro de 1875, com novos quesitos sobre a questão religiosa, para a reunião do Conselho de Estado de 13 de fevereiro, dirigida ao Conde d'Eu. E também dentro do manuscrito lá se encontra a minuta da resposta do Príncipe, que também se desculpa em não comparecer, novamente repetindo o motivo de compromisso anteriormente fixado.

Curioso subsidio para o papel desempenhado pela Princesa Dona Isabel ou seu esposo o Conde d'Eu, no desenrolar da questão religiosa, que provocou da Princesa uma tão violenta attitude, retratada na carta que da Europa ela enviou ao pai, ao saber da prisão de Dom Vital, em 17 de maio de 1874.

No verbete 9026, numa carta de 8 de outubro de 1888, existem valiosos documentos anexos sobre um principio de revolta religiosa, motivada pela ideia do Bispo de então, que projetara mudar a Catedral de Olinda para o Convento do Carmo do Recife.

Este o nosso depoimento, senhores, sobre a presença de Pernambuco no Arquivo da Casa Imperial.

Ao elaborar as pesquisas, verificando os 10.579 verbetes e mais tarde lendo e analisando os noventa e tantos que se referem a Pernambuco, uma ideia central nos guiou desde o início: a realização de algo de útil e proveitoso para a nossa província, da qual embora afastado temo-la presente no pensamento, pela saudade das suas coisas e da sua gente.

Permita pois, caro Diretor do Arquivo Público, que ofereçamos esta contribuição para o estudo do nosso passado, tão vivo e grandioso nos manuscritos e documentos do Imperador, que aqui esteve vivendo dentro destas paredes, ha quasi cem anos, quando da sua estada pernambucana de mais de um mês.

Para nós que damos a merecida importancia á ciencia historica, que tem seu alicerce nos documentos dos Arquivos e não na compilação apressada de obras julgadas classicas ou verdades intangiveis, o jubilo é máximo pois Pernambuco graças á figura dinamica de Jordão Emerenciano projeta-se no cenario cultural brasileiro, como um dos poucos arquivos públicos, que está disseminando a cultura e realizando a sua autentica finalidade, cujo ponto mais alto é a edição dos *ANALS* de Pereira da Costa.

Para a saudade, nada melhor que falar ou procurar a presença da recordação, através das pesquisas e analyses. Este o motivo da nossa peregrinação entre os papeis e documentos do Arquivo da Casa Imperial. O resultado aí está.

Voltamos a Província, não de mãos vazias, mas trazendo a oferta da verdade da linguagem dos manuscritos imperiais. Se o valor da pesquisa não é grande, confiamos na indulgência com que são recebidos os filhos prodigos, que abandonaram a casa paterna. A boa vontade de servir á Pernambuco foi imensa, porque maior era a saudade.

O Pôrto do Recife

ROTEIRO DE UMA VIAGEM ATRAVÉS DE SUA
HISTÓRIA.

por *José César Regueira Costa*



OSTARIA, preliminarmente, de fixar alguns pontos que se me afiguram necessários à justa interpretação desta modesta achega ao conhecimento do passado do pôrto do Recife.

O título do trabalho cheira mais a aventura, a uma evasão à paisagem tumultuária do pôrto de hoje, em direção ao velho ancoradouro — com a “floresta de vergas e mastros” de que nos fala o poeta, tão sensível em certas ingênuas gravuras de F. H. Carls, do que a um rígido estudo, objetivo e frio do pôrto do Recife, da sua evolução histórica.

Os roteiros sempre sugeriram aventura, marcha **au grand air**, navegação perigosa em mares difíceis.

Trata-se, na verdade, de uma viagem mais ou menos pitoresca, através de uma paisagem fascinante e, — por que não dizer? — perigosa pela falta de marcas essenciais, de balizas, de pontos de referência, tanto a paisagem é virgem e desconhecida, apesar de alguns estudos e ensaios, quase sempre matéria esparsa, sem unidade, requerendo trabalho de concatenação, de interpretação.

O que eu pretendo é, apenas, gizar um ligeiro roteiro, sem o sabor nem o colorido dos gostosíssimos roteiros e dos velhos portulanos.

Gostaria de apresentar, aqui, as marcas e os rumos que nos desvendassem a história desse pôrto — que nasceu, que cresceu e hoje vive, quase, à margem da cidade, que lhe deve a vida, ontem como hoje.

O assunto é largo, múltiplo; e, também, complexo. Não há esgotá-lo senão em exaustivas e longas canseiras, tanto ele se mistura com outros assuntos, interpenetra-se, bifurca-se, alonga-se, requerendo inteligência, vagar e conhecimento amplo para fixar-lhe as linhas mestras, as influências e, sobretudo, para interpretá-lo. Sobretudo interpretá-lo. Nisto, a meu ver, é que reside a grande e única importância de qualquer estudo que se empreenda a propósito do pôrto.

O Pôrto do Recife está à espera do seu cronista e do seu historiador.

Alguém existiu, que abordou, com a maneira envolvente, singela e colorida, que só ele tinha, a crônica do Pôrto do Recife; que recordou episódios e fixou tipos. Quero referir-me a Mário Sete, bem sabeis.

Colaborando, desde o primeiro número, no **BOLETIM DO PORTO DO RECIFE**, Mário Sete sentiu a sedução do pôrto e logo apreendeu o filão riquíssimo que aquêle organismo lhe oferecia. Talvez o modesto **BOLETIM** mimeografado, nascido no Pôrto do Recife, tenha a seu crédito esta cousa: de ter atraído a atenção do cronista do Recife para o pôrto. (1)

O assunto o impressionou tanto que ele chegou a denominar **BARCAS DE VAPOR** ao livro em que reuniu várias crônicas escritas naquela época. (2) O seu principal trabalho, porém, seria a conferência que pronunciou, em 1945, na Escola de Aprendizes Marinheiros. (3) Uma pequena obra, ligeira, leve, envolvente, cheia de ternura pelo velho Pôrto, pela cidade, pelas gentes que os povoaram. A conferência, publicada, depois, pela então Diretoria de Documentação e Cultura, terminava numa comovente exortação aos futuros marinheiros, em que o autor se referia ao Pôrto, considerando-o "como a porta de nossa casa". Porta, na verdade, tem sido o

(1) — Datam de 1938 as primeiras crônicas de Mário Sete, aparecidas no **Boletim do Pôrto do Recife**, editado pelo Serviço de Estatística e Pesquisas da antiga Diretoria de Docas e Obras do Pôrto do Recife. Els os títulos de algumas dessas crônicas: "Velhos vapores", julho, 1940, número 1; "Casa de Banhos" agosto, 1940, número 2; "Um naufrágio de outrora", outubro, 1940, número 4; "A Ilha que não se acha", novembro e dezembro, 1940, números 5 e 6.

(2) — Sete, Mário. **Barcas de Vapor**. São Paulo: Edições Cultura, 1945, 203 pp. "Barcas de Vapor", "Um naufrágio de outrora" e "A Ilha que não se acha" são os títulos das crônicas publicadas originariamente no **Boletim do Pôrto do Recife**, tendo, a última, aparecido em **Barcas de Vapor** com o título "A Ilha que ninguém encontra..."

(3) — Sete, Mário. **Pôrto do Recife**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife. Diretoria de Documentação e Cultura, 1945. 28 pp.

pôrto — aberta aos sete mares, recebendo as naus portuguesas, os pesados navios holandeses, os clippers dos mares da China, as barcas e galeras que vinham penosamente de montar o cabo Horn.

Lembro-me do velho e caro Mário Sete e, ainda mais, das palavras com que me ofertou o seu BARCAS DE VA-POR ao seu amigo “que também ama aos passeios nas velhas barcas do Passado”. Sim, meu querido Mário Sete, estou, agora, apenas me preparando para viajar pelo Pôrto numa velha barca do passado.

Escrevendo, em 1939, uma pequena brochura — **Notas sôbre a evolução do Pôrto do Recife**, (4) — que serve de esquema a esta palestra — quis dedicá-la a “todos aqueles que concorrem com o seu trabalho para o funcionamento do Pôrto do Recife”. Isto foi antes da guerra, quando o Pôrto e a sua brava gente ainda não tinham despendido o magnífico esforço que precisa de ser devidamente registrado; que, inequivocamente, concorreu para a vitória. Um capítulo da história do Pôrto, que não será tratado aqui.

Quero, agora, repetir a oferenda, depois daquela terrível e exaustiva tarefa, dedicando estas notas aos meus velhos companheiros de trabalho do Pôrto do Recife, a cujo quadro técnico eu me honro de pertencer e, sobretudo, às gentes humildes que concorrem para o seu funcionamento: estivadores, gente do tráfego, mestres e marinheiros de rebocadores, pessoal da dragagem, gente anônima, gente valente, que com o seu trabalho, sob sol e chuva, concorre para o prestígio do Pôrto do Recife. Como Masefield, não quero dedicar estas pequenas notas ao “be-medalled Commander beloved of the throne” mas ao “slave with the sack on his shoulders”. (5) A esse “escravo com o fardo sôbre os ombros”, imagem do trabalho humilde e anônimo, dedico êste Roteiro, que poderia ser chamado o Roteiro sentimental de uma viagem pelo Pôrto numa velha barca do Passado.

Sob a placidez de um céu “que muda a cada instante, leve, puro, suave, onde as nuvens parecem ter asas e que não é o mesmo um minuto”—jaziam o Recife e o seu pôrto. Nem

(4) — **Do Acoradouro ao Pôrto. Notas sôbre a evolução do Pôrto do Recife.** (sem indicação de autor) Recife: Diretoria de Docas e Obras do Pôrto do Recife, Serviço de Estatística e Pesquisas. Edição comemorativa da Exposição Nacional de Pernambuco. 1939. 40 pp..

(5) — Masefiel, John. *Salt-water poems and ballads* New York. The Macmillan Company, Publishers, 1941. p. 3.

trepidações de máquinas, revoluções de hélices ou fumo de chaminés a perturbar-lhe a tranquilidade ou a sujar-lhe o céu.

Quando muito, despertando a curiosidade dos raros habitantes da praia ou da ilha dos Navios, rompia ao longe, no horizonte, a alvura de um **pano**. Era um navio a vela que **aterrava**, reconhecendo os outeiros de Olinda ou o cabo de Santo Agostinho, ao sul, ou mesmo, a Serra Selada, terra a dentro, os **approches** a que, ainda hoje, recorrem os navegadores quando, muito amarados, atingem a latitude do Recife.

Tudo transcorria simples e plácidamente. De escota folgada ou de bolina cochada, caturrando pesadamente, o veleiro aproximava-se da costa; e, vencidos os baixios, procurava as marcas de entrada de uma das duas barras — se era o **Poço** o seu ponto de destino. (6) Se o Poço não era o ponto final da trabalhosa viagem, o ferro mordía o fundo de um ancoradouro desassossegado e temido dos navegantes — o que se chamou de **Lamarão**. (7)

Na praia, alguns curiosos, certamente, acompanhavam as manobras, os mais apressados embarcando em canoas e acostando logo ao veleiro, enquanto os marinheiros ainda trabalhavam na faina de fundear e no **abafar do pano**.

O contacto com a terra se fazia logo, sem formalidades. As novas do Reino corriam a povoação, iam até Olinda, alcançavam aquelas **terras de yngenhos e fazendas**, de que nos fala certo piloresco portulano do século XVI.

(6) — O antigo ancoradouro ou pórtio do Recife, também conhecido pela denominação de Pórtio de Pernambuco, apresentava a **barreta do Picão**, limitada, ao sul, pela pedra da Tartaruga e a Barra Grande, cujo picão, ao norte, era o extremo de um esteiro de pedras alagadas, que se misturavam às pedras que bordam a ponta de Olinda. Havia, ainda, uma pequena abertura nos arrecifes, denominada **Barreta das Jangadas**, por onde entravam pequenas embarcações de pesca.

(7) — O antigo pórtio compreendia vários ancoradouros: **Lamelirão** ou **Lamarão**, **Poço**, **Laminhas** e **Mosqueiro**. O Mosqueiro era o espaço à sombra do recife, desde a linha E-W do farol do Picão até a fralda setentrional da Coroa dos Passarinhos; o Poço ficava ao norte e um pouco a leste do fundeadouro do Mosqueiro, sendo, atualmente, o espaço compreendido entre a barra e os armazéns 1 a 6; o ancoradouro das Laminhas era o espaço entre o recife e o Banco Inglês — hoje pouco frequentado; o Lamarão, ainda hoje procurado pelos navios que aguardam oportunidade para entrar a barra do Recife, fica a SE do Farol, cerca de uma milha de distância. "Este ancoradouro é bastante desassossegado e em tempo de inverno requer, além de muitas boas âncoras e amarras, ter sempre o pano pronto a largar, porquanto acontece muitas vezes faltarem as amarras com o vagalhão que levanta" — já advertia Vital de Oliveira, em 1864, no seu **Roteiro da Costa do Brasil**.

De bordo, os que pela primeira vez fundeavam no ancoradouro, contemplavam a povoação, as colinas suaves sobre as quais ficava Olinda, o focinho do cabo de Santo Agostinho, fechando a paisagem ao sul.

No ancoradouro, quase nada que modificasse a paisagem natural. Apenas, na praia, "alguns armazens em que os mercadores agasalham os açucares", as casas onde se abrigavam os oficiais da ribeira. Na extremidade sul da península do Recife, amontoavam-se as casas — mal feitas, denunciando a mão do português, ainda inábil no manejo do material nativo: Como construção mais importante, apenas, a ermida sob invocação de um santo querido de pescadores e de gente do mar: Santo Telmo.

O ancoradouro conservava a sua virgindade — o mesmo aspecto de quando fôra franqueado pela primeira vez.

A Ribeira Marinha dos Arrecifes ainda era o povo, a povoação misturada ao pôrto, ou, melhor, ao ancoradouro. Ambos se misturavam — povoação e ancoradouro —. E' que não se estabelecera, por uma seleção natural e gradativa, o chamado *vicus portensis*. (8) O elemento marítimo e o elemento terrestre misturavam-se, confundiam-se, não existindo características bem definidas para um ou outro organismo. Aliás, por muito tempo, essa diferenciação nunca foi muito acentuada, perdurando ligações fortes entre pôrto e cidade.

O nosso pôrto não sofreu aquêlê período de evolução notado em portos mais antigos e caracterizado, principalmente, por certos estados comuns. Ou, pelo menos, não a sofreu de modo tão nítido.

O *castrum maritimum*, por exemplo, de que mais tarde falariam as cartas e gravuras holandesas, não é o mesmo *castrum navalis* dos Antigos — parques temporários onde eram recolhidas as embarcações de guerra entre dois combates; eram, sim, fortalezas, as quais sucederam sempre aos *castra*. (9)

Com efeito, já naquela época não faltava ao ancoradouro "une petite forteresse de bois". (10) E', na verdade, a evolu-

(8) — Herubel, Marcel. *L'Homme et la côte*. (Etude d'economie maritime). Coleção "Geographie Humaine", dirigida por Pierre Deffontaine. Número 16. Paris: Gallimard, 1936. pp. 33.

(9) — Herubel, Marcel. *op. cit.*, pp. 35.

(10) — Gaffarel. *Histoire de la Découverte de l'Amerique*, citado por Galvão, Sebastião de Vasconcelos. *Diccionario Chorographico, Historico e Estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1910. pp. 38.

ção dos castra que determina o aparecimento dos fortes propriamente ditos.

O Recife, noutro ponto, entretanto, não escapou ao processo normal de evolução: foram, antes de tudo, as necessidades militares que lhe determinaram a evolução. Como nota, com acêrto, Herubel, o “aparelhamento dos portos tem, na origem, uma significação militar. Se as frotas mercantes contentam-se, apenas, com sítios favoráveis, as frotas de guerra, ao contrário, exigem, cedo ou tarde, aparelhamentos portuários mais ou menos vastos”. (11)

Foram, por outro lado, as facilidades, o abrigo, a segurança do ancoradouro — “entrando para dentro ao longo do arrecife fica o Rio Morto”, como dizia Gabriel Soares de Souza no seu *Tratado Descritivo do Brasil* — foram tais facilidades que determinaram a fixação dos habitantes na língua de terra, que vinha de Olinda e na própria terra firme. Não foi, portanto, a falta de um ancoradouro em Olinda — que o tinha, embora desassossegado e pouco protegido — mas, na verdade, as condições excepcionais do outro, que fizeram o português ir descendo dos outeiros a que subira com receio de piratas e se fixar na terra baixa, defronte dos arrecifes. Southey tem esta justíssima e inteligente observação: “Crescera, porque entre o Recife de areia e o outro que era de penedia havia um pôrto cômodo e seguro”. (12)

Aliás, para povos marítimos como o português, essa, de certo, seria a solução a adotar-se mais cedo ou mais tarde. Em favor dessa fixação poder-se-ia invocar, outrossim, a importância dos estuários e dos plainos na distribuição dos núcleos de populações, através das chamadas **costas de condensação**. (13) O ancoradouro do Recife, recebendo as águas de dois rios, cortando as terras, formando ilhas e canais, era, na verdade, uma sedução para o português, exposto diante do mar aberto, embora trepado às colinas de Olinda. De resto, não haverá êste ou aquêle motivo, forçando a fixação dos por-

(11) — Herubel, Marcel, op. cit..

(12) — Southey, Robert. *História do Brazil*, traduzida do inglês pelo doutor Luiz Joaquim de Oliveira Castro e anotada pelo cônego doutor J. C. Fernandes Pinheiro. 2.º volume. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garner, 1862. pp. 193.

(13) — Vallaux, Camille. *La Mer*. Paris: Octave Doin, editeur 1908. pp. 49.

tugueses mas, inequivocamente, várias razões, forçando-o insensivelmente a estabelecer-se, de preferência, no Recife. (14)

O ancoradouro de Olinda, com as suas marcas, que chegaram até nós pela mão de Vital de Oliveira, não oferecia repouso necessário às naus e caravelas; depois de tão largas travessias, precisavam de refrescar na tranquilidade de um **rio morto**. O ancoradouro de Olinda era, já dissemos, desassossegado, uma vez que a ondulação do largo galgava os baixios hoje conhecidos por **baixios de Olinda**, fatigando demasiadamente os navios ali ancorados. (15) Efeito, é certo, dos recifes, que mergulham na latitude daquela praia.

Em frente à extremidade do istmo, onde se localizaram os armazéns de açúcar e as casas dos oficiais, os recifes se erguiam acima do nível da preamar, quebrando, em grossos rolos de espuma, as vagas, que corriam em direção à praia. Apenas, os ventos do nordeste, quando sopravam forte, — o que, de resto, é raro — encrespavam as águas do Poço.

Esse recife era tudo que se poderia chamar de pôrto. Era o recife que fazia o ancoradouro, como, ainda hoje, é o que faz o Pôrto. As obras realizadas, posteriormente, até as de nossos dias, visaram a melhorar a sua ação de dique protetor ou visaram a criar instalações que vivessem à sua sombra; sob sua guarda. Esse mesmo recife, como era antigamente, como se apresentou aos olhos esgazeados dos portugueses, como mais tarde o classificaram as gentes do pôrto — marinheiros, pescadores, práticos, como o chamavam com o pilaresco linguajar da época, cronistas e viajantas: “a dilatada corda de serrania”, do Castrioto Lusitano, “o Recife de La Mar”, das gravuras de Nicolau Piscator “*Riciffa lapidae*”, de Barleus, “*Tabaiacus*”, dos ameríndios; o recife que tomou, com o correr dos tempos, várias denominações, termos característicos de seus aspectos, que identificavam, mesmo, as suas interrupções, o seu quase desaparecimento por sob as águas, algumas dessas denominações tendo chegado até nós: **pedra da**

(14) — Tenhamos presente a advertência de Brunhes: “nous ne devons jamais limiter notre vue à une seul ordre de phénomènes. Ainsi donc la moindre étude géographique — se elle vise à être complète, — ne peut elle se borner à observer des faits isolés”. Brunhes, Jean. *La Géographie Humaine*. Édition abrégée mise au point par Mme. M. Jean-Brunhes Delamarre et Pierre Deffoitaines. Paris: Presses Universitaires de France, 1947. pp. 11.

(15) — Uma descrição detalhada do ancoradouro de Olinda aparece no *Roteiro da Costa do Brazil*, de Vital de Oliveira, que dá as marcas para demandá-la, referindo-se, todavia, às suas condições: “é bastante inquieto e desabrigado, porque, sendo alagados os recifes que o formam, entre o mar em **vagalhão**”.

Tartaruga, nossa conhecida através das antigas fotografias do pôrto, sôbre a qual se espatifou, em 1866, o **Persinunga**, da **Companhia Pernambucana de Navegação Costeira por Vapor**; a **Pedra Sêca**; a **Barreta**; a **Barra Grande**; a **Barreta das Jan-gadas**, que dava entrada e saída a pequenos veleiros; o **Cabeço de Côco**, ainda hoje evitado pelos canoeiros e barcaceiros, que demandam o norte em direção a Olinda.

O recife, erroneamente considerado como de coral, talvez no interêsse romântico de estabelecer paralelo entre êle e os fascinantes recifes dos mares do sul, Darwin, que o estudou com meticulosidade, considerava uma das obras mais interessantes da natureza; e Darwin dera a volta ao mundo, vira os **atolls** do Pacífico, os recifes barreira, formações geológicas das mais curiosas e — convém lembrar — levava de Pernambuco a pior impressão possível, impressão de inglês rabugento, diante das agressões do nativo pouco afeito ao trato com o visitante. Darwin chegou a dedicar um largo capítulo à interessante formação geológica, sob o título **Recife de Pernambuco**, na obra **RÉCIFES DE CORAL**.

O conhecimento detalhado de sua estrutura deve-se a um homem que prestou a Pernambuco, além dêsse, outros benefícios inestimáveis: Sir John Hawkshaw, engenheiro inglês, autor de um projeto de melhoramento do pôrto, que inspirou muita coisa proveitosa ao projeto de Alfredo Lisboa. Sir John Hawkshaw sondou o recife e traçou os perfis das camadas, desconhecidas até 1874.

Branner, igualmente, não deixou de bater os recifes com o seu martelo de geólogo. No seu trabalho **The Stone Reefs of Brazil, their geological and geographical relations with a chapter on the coral reefs** há um capítulo acêrca do recife, capítulo muito curto, aliás. O citado Branner nos dá, de resto, uma informação preciosa: relaciona os mais importantes trabalhos escritos acêrca do Pôrto do Recife, sob o ponto de vista geológico: Darwin, Hartt, Rathbun, Hawkshaw, Fournié e Beringer.

O recife de Pernambuco, chamado **Recife de Pedra**, em oposição ao **Recife de Areia**, o istmo, foi, ademais, no seu início, um recife de areia; areia de antigas praias consolidadas por um cimento calcáreo. Hartt enunciou, a respeito, uma elegante e justa teoria.

Incursões de piratas caracterizaram o século XVI; o século da descoberta foi o século dos raids de aventureiros, da atração do pau-brasil, da sugestão da terra virgem. Foi o século de lutas entre o português e o ameríndio, entre o português

e o estrangeiro. Como o século XVII, foi, especificamente, o das lutas holandesas. O século XVIII, no entanto, foi um século relativamente pobre; o pôrto não foi cenário de ações vivas e heróicas. Contrastou, nitidamente, por outro lado, com o periodo seguinte: o século XIX. Este, na verdade, foi o século do Pôrto: tôda uma larga série de projetos, relatórios, comunicações, prendendo a curiosidade, exaltando o entusiasmo dos pernambucanos, projetos que viriam concretizar-se em os nossos dias. Foi, também, o século dos viajantes: Koster, Tollenare, Charles Waterton, Mary Graham, Branner, Hartt, etc. Viajantes e homens de ciência, que deixariam a mais farta documentação sôbre a cidade, as suas lutas, — sôbre o Pôrto.

O século XVII marca, em relação ao pôrto, o início de um conhecimento mais íntimo, duma mais demorada exploração de seus acidentes, duma documentação mais vasta, devida, principalmente, aos flamengos. São as obras holandesas, sobretudo, que nos dão mais exatamente a configuração do pôrto, com u'a minúcia que revela trabalhos especializados e cuidadosos.

Os holandeses — não se deve esquecer — concorreram, com a sua fixação no Recife, para o progresso do pôrto. Malgrado, é inegável, a opinião de muita gente importante, que não via senão defeitos no Recife e não se cansava de aconselhar a mudança da sede do govêrno para sítio mais conveniente.

Aquêlê coronel Artichofsky, (16) por exemplo, quando partiu do Brasil, em 1637, deixou um relatório endereçado ao Conde Maurício de Nassau e ao seu Conselho Privado onde, — batendo-se pela mudança do govêrno para Itamaracá, que considerava o local mais próprio, enumerando-lhe as condições favoráveis, — punha o Recife na categoria de uma região imprópria à vida dos conquistadores, em que o "ar é muito insalubre", a água escassa; ademais, desprovido de matas, quente no verão e húmido no inverno. O pôrto não escapou à catilinária. E o coronel holandês, argumentando a favor dos portos de Itamaracá, que reconhecia mais difíceis de demandar que os de Pernambuco — refere que a "segurança e no-

(16) — "Excertos de uma memória apresentada ao Conde Maurício de Nassau, e seu Conselho Privado, pelo Coronel Artichofsky ao retirar-se do Braail no ano de 1637". Traduzida do original holandês, publicada pelo "Instituto Histórico" de Utrecht em 1869 por Pedro Celso. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Volume XXVII. 1925-1926. Números 123 a 130.

breza de um pôrto estão, mesmo, no fato de não se poder entrar nêles como se fôsse por uma porta escancarada". O pôrto do Recife, seria, então, um pôrto plebeu, sem aquelas dificuldades que melhor defendem uma barra e melhores atributos conferem, de sagaz navegante, a quem a demande.

As informações prestadas por Émile Beringer a Victor Fournié, quando êste coligia material para os seus "*Etudes Hydrographiques sur le Port du Recife*", — informações que reconstituem a vida do pôrto e do Recife nos primeiros séculos de vida, (17) são quase tôdas colhidas em autores holandeses; nas cartas de Hessel Gerritsz, de Nicolau Joannis Piscator, Andreas Drewesch Longesaltenses, Wilhelmus Honduis, Johannes van Walbecch, Barleus; nas obras de Joannes de Laet, Barleus, Nicuhoof, Netscher, etc.

Entretanto, se foram os holandeses que estudaram com mais atenção o pôrto, que melhor o documentaram, chegando, mesmo, a realizar algumas ligeiras obras de proteção, cabe, sem dúvida, aos portugueses, originariamente, a coleta de elementos, mesmo de ordem oral, que aqueles dominadores temporários, mais tarde, iriam aproveitar e completar, talvez em bases mais seguras.

Aliás, o conhecimento e o aproveitamento do pôrto parece ter-se orientado, naqueles dois povos, segundo as suas índoles ou características — o holandês, olhando-o mais sob o ponto de vista hidrográfico, talvez no interêsse de relacioná-lo a obras hidráulicas; o português, considerando-o como elemento de maior importância, quanto à navegação, própria-mente dita. Foi, certamente, a identidade de topografia, refletindo, mesmo, uma semelhança mais profunda — se- melhança de origem dos tipos de solo das duas regiões distantes, — a Holanda e Pernambuco — que levou os holandeses à conquista desta terra, da qual — a observação é de José Antônio Gonçalves de Melo Neto — eles já conheciam detalhes,

(17) — Os "*Estudos Hidrográficos acêrca do Pôrto do Recife*", de Victor Fournié e "*O Pôrto de Pernambuco e a Cidade do Recife no Século XVII*" appareceram na *Tijdschrift van het aardrijkskundig Genootschap* ("*Revista da Sociedade de Geografia*"). número 8, Amsterdam, 1881 — tendo a *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco* divulgado o estudo da autoria de Beringer. Arquivos, todavia, sob o título "*Memórias acêrca do Pôrto do Recife*" apresentou os dois estudos na íntegra, precedendo-os do prefácio "*Ao Leitor*", cuja tradução deve-se a José Antônio Gonçalves de Melo Neto. Foi publicada, também, na mesma revista, a planta do "*Pôrto de Pernambuco e Cidade do Recife na primeira metade do 17.º Século*". Arquivos. Recife: Prefeitura Municipal do Recife. Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo. Ano I, Número II. Novembro, 1942.

mercê de dados e informações recolhidos por pacíficos navios holandeses, que visitavam os nossos portos.

Foi o português, todavia, quem estabeleceu as **marcas**, quem impôs denominações de acidentes, que o tempo não apagaria. Esse capítulo de denominações de acidentes do pôrto sugere um estudo sedutor: o da permanência e da espécie de certas denominações nativas, permitindo, talvez, esclarecimentos mais rigorosos sobre o grau de cultura do elemento nativo.

Apenas chegaram até nós, quanto à nomenclatura do pôrto, escassos termos indígenas: **tacis**, **tabaiacus**, de caráter genérico, o segundo significando **serpente do mar**, denominação que convém maravilhosamente ao recife do litoral. Outros vocábulos próprios do pôrto eram **aituba**, o banco existente ao largo da ilha do Pina que aparece, hoje, nas cartas inglesas, americanas e brasileiras; o canal **aribiri**, denominação esquecida, que caracterizava o hoje **canal do norte**; **uiuá**, **taci-boia**, etc. Denominação de origem africana, apenas, **Zumbi**, para marcar uma pedra situada nas proximidades do **ca-beço de côco**.

Ademais, tudo isso, talvez, venha do pouco hábito do indígena com as cousas do mar, a sua pouca familiaridade com a água salgada. O indígena do Brasil era assaz atrasado quanto à navegação; ainda às voltas com a canoa, desconhecia a vela, outros recursos da navegação.

A toponímia portuguesa, mais rica, de gente afeita ao mar, às descobertas, com o hábito de batisar acidentes topográficos, chegou até nós, sendo familiares os nomes de **Lamarão**, **Laminhas**, **Poço**, **Coroa dos Passarinhos**, **Barra Grande**, **Barreta**, **Pedra da Tartaruga**, **Pedra Sêca**, **Barreta das Jangadas**, **Cabeço de Côco**, **Breguedé**, etc. Cumpre notar, todavia, que a maior parte dessa nomenclatura, de puro sabor marinho, não existia, ao que parece, na época da invasão. As cartas holandesas, de resto, não a gravam — exclusão do **poço**, que é registrado em quase todos os documentos de origem holandesa. Verdade é que essa denominação não aparece no antigo e pitoresco mapa do pôrto, integrante do **Código dos Roteiros da Biblioteca da Ajuda**, de Lisboa, onde, ao contrário, lê-se uma denominação totalmente abandonada: os **baixios do galeão**.

Não variara o aspecto do ancoradouro no século XVII; apenas, na terra firme, notava-se o aumento das construções,

o aparecimento de novas fontes de atividade. Aos poucos, acentuava-se a diferenciação entre o pôrto e o aglomerado humano.

Por outro lado, crescia o movimento de embarcações: de quarenta e cinco navios que fundearam no ancoradouro em 1584, passou a frequência para oitenta e nove, pouco antes da invasão holandesa.

Concorreu para esse aumento não só o movimento de exportação de caixas de açúcar, pau-brasil, produtos outros, — já em inícios do século XVII exportavam-se 500.000 arrobas de açúcar, anualmente — mas, também, o tráfico de escravos, tráfico que ia prolongar-se por mais três séculos, enchendo a terra de uma nova côr.

O ancoradouro, nos três primeiros séculos, antes de quaisquer trabalhos de melhoramento — informa Victor Fournié, baseado nos dados coligidos por Beringer — era, principalmente, o Poço, que, segundo Nieuhof e Laet, tinha à entrada da barra uma largura de 500 passos, com profundidade de 5,97m a 6,97m. Era no Poço, que fundeavam as embarcações, esperando maré para entrar no pôrto. Esta entrada no pôrto era a passagem do Poço para o Mosqueiro — a parte situada entre os recifes e os atuais armazéns das Docas, — vencido o banco Breguedé e a sua barra. Laet, citado por Domingos Sampaio Ferraz, lembra que o Poço é lugar onde os navios, vindo largo, ancoram primeiramente com o seu carregamento completo ("welke is de plaestse waer de schepen overzee kommend haer voocerst me hare volle ladinghe setten"). Um interessante plano do pôrto de Pernambuco, de origem francesa, existente no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, explica, com mais detalhes, a espécie de importância hierárquica dos diversos ancoradouros; o Poço era a "mouillage où les Vaisseaux se mettent pour charger et décharger"; a barra que atravessava o banco Breguedé, "les Vaisseaux ne peuvent passer qu'après être déchargés"; e o Mosqueiro, "port pour les Vaisseaux lors qu'ils sont déchargés". Há, ainda, dentro do rio, um "port pour de petits batiments". Só os navios pequenos fundeavam definitivamente na parte sul do pôrto, entre o recife e a praia.

Cumprê notar que pequeno navio tem uma significação muito relativa, sabido como é que os grandes navios holandeses não ultrapassavam 500 toneladas. Segundo assinala Wtjen, só esporadicamente figuram nas listas navios de 500 toneladas, sendo a maior parte de navios que frequentavam o

ancoradouro do Recife constituída de embarcações de 250 e 300 toneladas. O autor citado não dá, no capítulo dedicado a "A navegação holandesa no Brasil", os detalhes que gostaríamos de ter acêrca da arquitetura dos navios que frequentavam o ancoradouro, os seus tipos, seus aparelhos. (18)

Não há dúvida, no entanto, que os navios holandeses não chegavam, ainda, à perfeição técnica dos navios portugueses. Não só toda a ciência náutica da época estava com os portugueses, como, também, a arquitetura naval atingira em Portugal um grau de adiantamento mui avançado. Somente mais tarde, os ingleses — o engenho ambicioso do inglês — iriam introduzir "melhoramentos nos exemplares da arquitetura naval, cuja iniciativa pertencia naquelas eras às nações peninsulares", como inteligentemente nota Lopes de Mendonça in "Uma Armada Portuguesa do Século XVI". (19)

O Pôrto do Recife, já em meados do século XIX, concorria duplamente para o incremento da navegação brasileira, quer pela sua situação excepcional, constituindo-se, mercê de certas obras, um ancoradouro seguro, quer pelos seus estaleiros — dos mais notáveis do país.

Pôrto de comércio a que os roteiros da época atribuíam vantagens singulares nessa extensa costa do norte, completavam-no estes órgãos anexos de tão notável importância: um observatório, um arsenal de Marinha, uma Escola de Aprendizes Marinheiros; mais tarde, mesmo, foi um pôrto de registro de navios de grande cabotagem.

Do estaleiro do Arsenal de Marinha saíram brigues, brigues-barcas, cutters, iates, patachos, escaleres, todos de boa madeira pernambucana; nomes, igualmente, bem pernambucanos: Guararapes, Itamaracá, Rio Formoso, Esperança do Beberibe, este último lançado em 1837, navio de longo curso, que veio a servir sob o comando do futuro Tamandaré contra os balaíos; nomes ainda mais ligados ao pôrto, como Capibaribe e, mesmo, um brigue de instrução, o Recife, que começou a flutuar nas águas do Pôrto em 1888.

(18) — Watjen, Hermann. *O Dominio Colonial Holandês no Brasil. Um Capítulo da História Colonial do Século XVII*. Tradução de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti. Edição especial da Companhia Editora Nacional para o Governo do Estado de Pernambuco. 1938. pp. 527.

(19) — Mendonça, Henrique Lopes de. "Uma armada portuguesa do século XVI". *Lusitânia, Revista de Estudos Portugueses*, número VIII. Lisboa: dezembro, 1925.

Arquitetos navais e construtores dos mais respeitados pelo saber e pela prática, traçaram e construíram embarcações: Napoleão João Batista Level, que começou como aprendiz de 6a. classe, no Arsenal de Marinha da Bahia, vencendo cem réis diários, e desapareceu no posto de capitão-tenente; João Cândido Brasil, J. J. de Souza, Abreu Coutinho, outros mais.

Era uma época em que, embora se marcassem gradativamente a diferença entre porto e cidade, um e outro ganhando vida própria, as atividades do porto ainda estavam muito misturadas às da cidade; em que o Arsenal de Marinha, com os seus órgãos anexos, se associava à vida da cidade nas tarefas mais diversas: até na de apagar incêndios, tarefa em que se sobressaíam os **meninos do Arsenal** — os aprendizes, futuros **imperiais marinheiros**.

Um assunto que requer uma pesquisa vagarosa é o relacionado ao aparecimento e à evolução dos nossos tipos locais de embarcações; dessas pitorescas embarcações, que frequentam o porto e que só se modificam tão lentamente que a gente mal percebe as variações de certos detalhes. Só as velhas fotografias de barcas ancoradas quase à sombra de gameleiras da rua do Sol, os quadros de Teles Júnior, algumas litografias da época, nos mostram como desapareceu certa linha mais comum na arquitetura de pequenos barcos, como se modificou certo detalhe de vela, como a influência dos navios modernos se exerceu, abrandando o **entosado** da proa e da popa, adoçando as côres vivas, dispensando certos recursos mais chegados ao indígena — o uso dos **embonos**, por exemplo. Noutros casos é o desaparecimento absoluto de determinados tipos, como o dos caravelões, a que se referem velhos documentos, ou, mais recentemente, das **zonguês**, com as suas velas triangulares, que ainda aparecem nas gravuras e fotografias dos primeiros anos deste século.

O século que mais vivamente nos interessa, em relação ao porto, é, com efeito, o século XIX. O século dos viajantes, dos projetos, dos estudos, dos roteiros, das gravuras. Também da navegação a vapor e dos finos **clippers** de Donald Mac Kay (20), vindos da costa do Atlântico ou dos portos do Pacífico; dos grandes veleiros que vinham de montar penosamente o cabo Horn, cuja influência na vida do Recife é, ainda, um capítulo aberto aos gulosos de assuntos pitorescos, que poderiam inquirir, por exemplo, da contribuição que esses na-

20) — Lacroix, Louis. *L'Age d'Or de la Voile*. Capítulo intitulado "Clippers et Cap Horniers". Paris: Horizons de France. 1949. pp. 11-81.

vios trouxeram à disseminação de certos hábitos, do uso de objetos como as lanternas coloridas, comuns nos festejos de São João, ou dos papagaios de papel, cousas que cheiram à China remota, de onde vinham aqueles finos e rápidos veleiros.

Século importante para a história do Pôrto, para a navegação do litoral, século onde apareceram dois trabalhos de tão séria e cuidadosa observação, numa boa dosagem de técnica e prática: os roteiros de Vital de Oliveira e de Felipe Pereira. (21)

Robert Milnor, engenheiro norte-americano, fôra encarregado pelo conselheiro Manuel de Buarque Macedo de apresentar um relatório acêrca dos portos de Pernambuco, Ceará, Maranhão e Sergipe. E' nesse relatório que se vê uma enumeração, por ordem cronológica, de todos os projetos apresentados em tôrno dos melhoramentos do pôrto. O autor, honestamente, atribui a sua organização a John Hawkshaw, autor, também, de um longo relatório sôbre as obras necessárias ao desenvolvimento do ancoradouro; êste último, porém, indica o autor real do quadro de projetos: o doutor Barros Barreto, que escreveu u'a *Memória sôbre o melhoramento do Pôrto de Pernambuco*.

E assim chegamos a saber que "desde o principio dêste século" -- XIX -- "trata-se do melhoramento do Pôrto de Pernambuco".

Em 1815, o govêrno nomeou uma comissão para tratar de certas obras necessárias; a qual apenas consertou as paredes do arrecife, retirou âncoras e pedras do fundo do ancoradouro e fixou, ao longo da muralha, alguns canhões velhos, os mesmos que, ainda hoje, recebem as espias, os lançantes e os *springs* de navios fundeados ao longo dos recifes.

Quatro anos depois, já um general, o barão de Caçapava, tornava ao assunto, lembrando a necessidade de ser alteado o recife, fechado o extremo sul do pôrto para "aumentar a ação da corrente sôbre o baixio Breguedé". Esse Breguedé era extremamente inconveniente, preocupando a todos os autores de projetos, provocando discussões, opiniões divergentes, estudos, enquanto ameaçava passivamente os cascos das embarcações que jeitosamente o franqueavam.

(21) — Oliveira, M. A. Vital de. *Roteiro da Costa do Brasil do Rio Mosoré ao Rio de São Francisco do Norte*. Rio de Janeiro: Tipografia — Perseverança — 1864. 153 pp.. Pereira, Felipe Francisco. *Roteiro da Costa Norte do Brasil desde Maceló até o Pará*. Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife. 1877. 170 pp..

No mesmo ano, outro projeto -- doutro general: o general Jorge de Brito.

Assim, prosseguiram os projetos, mais volumosos, firmados em bases científicas, amparados por estudos demorados e originais, como aquê de Rafael Arcanjo Galvão, que abrange uma observação atenta acêrca das causas das cheias dos rios, que desaguam no nosso porto e os meios de removê-las (22) ou o de Hawkshaw, que acompanha uma meticulosa sondagem dos arrecifes.

Uma larga série de projetos, de pareceres, de ensaios e estudos a revelar o pôrto, os seus problemas, as suas deficiências, as suas vantagens. (23)

Era uma deliciosa época em que o Pôrto dominava a cidade; em que as praias viviam desertas e a população se deramava pelos bancos da Lingueta, pelos cais de onde partiam os navios da Companhia Pernambucana, em que se ia olhar os horizontes do mar ou respirar, ao pé do forte do Brum, o vento tépido do Atlântico.

Era uma época em que o pôrto e as atividades relacionadas ao mesmo atraíam a atenção de todos: tanto as gentes dos cais, como os comerciantes, os funcionários públicos, os doutores, os professores.

A influência do pôrto em todo o transcorrer do século XIX era absorvente: a vida da cidade, a vida da Província, estavam intimamente ligada ao Pôrto.

O velho Diário de Pernambuco está cheio de notícias de um sabor particular; notícias que faziam parte do texto redacional do jornal.

"O vapor inglês AVON trouxe-nos jornais do Rio e Bahia, que alcançam, os primeiros a 1 e os segundos a 17 do corrente".

(22) — Galvão Filho, Rafael Arcanjo. Estudos sôbre os Melhoramentos do Porto de Pernambuco, causas das cheias dos rios que desaguão no mesmo porto e meio de removê-las apresentados ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1870.

(23) — Alguns projetos, pareceres e relatórios: Boyer, 1838; Vauthier, 1845; Moraes Ancora, 1846; Comissão Rodrigo Freitas, 1848; Charles Neate, 1854; Law e Blount, 1856; Peniston, 1857; Law, 1859; Lowden, 1859; Comissão Rodrigo Freitas, 1859; Martineau, 1860; Liais, 1861; Law, 1861; Charles Neate e C. B. Lane, 1862; John Hawkshaw, 1863; Barros Barreto, 1865; Mornay, 1865; Manoel da Cunha Galvão, 1867; Mann, 1869; Rafael Arcanjo Galvão, 1867; Mann, 1869; Rafael Arcanjo Galvão Filho, 1870; Perelra Passos, John Hawkshaw, 1873; Fournié, 1885; Alfredo Lisboa, 1887.

O Pôrto canalizava o noticiário. O telégrafo, o avião e o rádio não tinham, ainda, relegado a um plano inferior; não tinham superado, a veiculação de notícias pelas amplas vias do mar. Prestava-se uma atenção exagerada aos horizontes do mar, porque dali é que surgia o jornal, a carta, a notícia sôbre a febre amarela, sôbre a **colera**, sôbre a política — as novidades da côrte e do estrangeiro.

A curiosidade em tôrno do movimento marítimo era tal que certo jornal se julgava obrigado a informar por que não publicara as notícias vindas por um navio qualquer:

“Ontem entrou de Gênova o vapor sardo Itália, com 31 dias de viagem. As notícias de que foi portador são mais antigas do que as que recebemos pelo vapor Teutônia e que foram publicadas no Diário de 14 do corrente”.

As publicações de caráter marítimo ocupavam quase tôda a parte comercial de um jornal da época; despachos de exportação, movimento do pôrto, anúncios de companhias de navegação. Apareciam cousas desta espécie:

“O palhabote nacional Piedade, que segue para o Assu precisa engajar marinheiros nacionais: a tratar com o capitão a bordo”.

“Para o Rio de Janeiro sai com muita brevidade a nova barca Recife, de primeira marcha, pregada e encavilhada a cobre, a qual tem a maior parte do seu carregamento pronto; para o restante e passageiros, para os quais tem excelentes cômodos, trata-se com Manoel Francisco da Silva Carriço, na rua do Colégio n. 15, terceiro andar ou com o capitão a bordo”.

Aqui e ali, apareciam as alusões aos navios, ao movimento do pôrto, como nos deixam ver êstes avisos:

“Castanhas, chegadas no último navio do Pôrto; vende-se no armazem da travessa da Madre Deus, n. 16”.

“Loteria do Rio de Janeiro — Na praça da Independência n. 40 acham-se à venda os novos bilhetes da loteria para construção de uma praça de mercado daquela côrte, que devia correr no dia 17 do presente; as listas esperamos pelo vapor San Salvador”.

As próprias autoridades, xultos de destaque na vida da cidade, tinham, direta ou indiretamente, a atenção voltada pa-

ra o pôrto, para o movimento marítimo. O governador, falando à Assembléia, diz:

“Pelo último vapor se soube que...”

E o Bispo Dom Vital, que foi vítima da malícia dos maçons, tem uma frase desta espécie:

“Os maçons daqui, excellentissimo senhor, tripudiam de prazer desde que chegou o vapor de 22”.

O desenvolvimento da Província, pelo aparecimento de novas indústrias, a posição de destaque de Pernambuco diante de outras unidades do Império — posição que, mais tarde ou mais cedo, seria afetada pelas condições precárias do ancoradouro, — o tráfego marítimo crescente, não tanto em número como no montante da tonelagem — outras razões de ordem econômica e técnica, faziam o pernambucano desejar ardentemente um pôrto que não mais justificasse aquela frase de Fournié: “Pernambuco é um bom pôrto, servido por um mau ancoradouro”.

Não foi tanto o advento do vapor, que determinou aqui, como noutros portos, necessidades urgentes de ampliação e aparelhagem. Foi, principalmente, o emprêgo do ferro e do aço na construção dos barcos: os comprimentos, que não ultrapassavam os 75 metros, atingiram, com o ferro, mais de 300 metros, rompendo o cômodo equilíbrio entre portos e embarcações; as 3.000 ou 4.000 toneladas máximas de deslocamento, logo absorvidas pelas 70 ou 80.000 dos modernos transatlânticos.

As estatísticas mostram, na verdade, que no correr dos anos não cresceu de modo impressionante a frequência de embarcações no pôrto do Recife; o que houve foi um extraordinário aumento na tonelagem. (24)

De todos os projetos, estudos e pareceres, destacam-se pelo rigor técnico, pelo trabalho preparatório e subsidiário, os dos engenheiros Milnor Roberts, Rafael Arcanjo Galvão, Fournié, Neate, Hawkshaw. O de Rafael Arcanjo Galvão

(24) — Se em 1951, por exemplo, entraram no pôrto do Recife 1754 barcos, em 1868, isto é, oitenta e três anos atrás, franquearam as barras 1789 embarcações — mais 36 do que naquele ano. Entretanto, contra 381.128 toneladas que deslocavam estes navios, há, em 1951, o total de 5.791.362 toneladas.

chegou, mesmo, a ser preferido ao de Neate pelo Conselho Naval. Quanto ao de Fournié é "muito claro e minucioso", segundo diz Hawkshaw.

Fournié tem uma interessante apreciação acêrca do pôrto do Recife e as linhas de navegação em o seu capítulo **A costa Este do Brasil, sob o ponto de vista da navegação geral**. Quase um estudo relacionado aos feixes de circulação de que depois nos falaria Camille Vallaux, (25) assunto acêrca do qual gostaria de falar, não fôsse a carência de tempo.

Hawkshaw aconselhava a construção de um cais de 600 metros de extensão, da Alfândega antiga ao Arsenal de Marinha, com profundidade de 7 metros; desobstrução da Barra Grande; dragagem do canal e banco de Breguedé; reparação e consolidação da muralha sôbre o arrecife; construção de um quebra-mar, enraizado ao arrecife e orientado em direção ao **banco inglês**, sôbre o qual correria, em rumo aproximadamente paralelo à costa, outro molhe. Diga-se, de passagem, que, segundo Manoel Antônio de Moraes Rêgo, inegavelmente grande autoridade em assuntos portuários, Hawkshaw fornecera elementos muito importantes ao plano definitivo de Alfredo Lisboa, autor do pôrto atual.

Hawkshaw era daqueles profissionais que não demoram em retroceder ou modificar de opinião, quando causas justas assim aconselham. Lembrando, primitivamente, a desapropriação de prédios existentes na antiga Lingueta, com o intuito de aumentar a área líquida do pôrto, -- justamente o contrário do que foi feito, depois, no projeto definitivo, de Alfredo Lisboa -- apressou-se, desde que pessoalmente verificou as condições do local -- que apresentava edifícios de certa importância -- a retirar do seu projeto aquela exigência, confessando que não era justa a sua opinião anterior.

Marquemos, porém, uma data entre tôdas, nesse século XIX: 1887; marquemos um nome e profissão: Alfredo Lisboa, engenheiro civil. Recordemos as palavras que intitulam o seu exaustivo trabalho: **Memória descritiva e justificativa do projeto de melhoramento do Pôrto do Recife**.

Vinte e cinco anos depois, já no século em que vivemos, em 1915, o velho Alfredo Lisboa escrevia para o IV Congresso de Geografia, celebrado no Recife, um **Estudo Hidrográfico e Meteorológico do Pôrto do Recife**, onde se lê um grande período acêrca dos reflexos das obras do pôrto sôbre o regime de correntes e sôbre o arrasto arenoso.

(25) — Vallaux, Camille — Op. cit., pp. 16 e 255-286.

E' que o autor precisava, — e muito — de firmar o seu ponto de vista e defender o seu projeto, rudemente atacado, sobretudo por Domingos Sampaio Ferraz, que chegou a publicar uma farta brochura, reunindo artigos que escrevera, principalmente contra a construção do molhe de Olinda, considerado por êle como obra inútil e dispendiosa. (26)

Essa polémica, de resto, é uma das cousas mais deliciosas na história do pôrto: um debate inteligente entre um simples e ilustrado agente de vapores — que relembra a sua condição de sócio fundador do Clube Náutico Capibaribe — e o engenheiro corajoso, enérgico e quase revolucionário, interessado em levar a cabo um projeto que repugnava a muita gente, acostumada com as linhas e a paisagem seculares do Pôrto. Um projeto que propunha o estreitamento da barra de acesso ao pôrto; o estreitamento da zona portuária, propriamente dita, formada pelo antigo ancoradouro das **Laminhas** e a construção de um molhe, o de Olinda, que fechava o pôrto em direção ao norte, para evitar, ao que dizia o projeto, fôsse o pôrto invadido pelas areias do mar, tocadas pelo vento nordeste.

Escapa, na verdade, ao espirito dêste ligeiro trabalho, um estudo das qualidades ou dos defeitos do projeto Alfredo Lisboa, que nos deu o pôrto atual. O assunto é, inequivocamente, assunto gostoso para técnicos portuários ou, melhor, para engenheiros portuários. Quero, apenas, assinalar a questão do assoreamento do pôrto, ainda muito discutida, parecendo que a razão estava do lado do velho Domingos Sampaio Ferraz, quando negava fôsse o ancoradouro invadido pelas areias do mar. Napoleão de Albuquerque, engenheiro do quadro técnico do pôrto, e o saudoso engenheiro José Estelita, occuparam-se longamente dêsse problema, tendo, o último, declarado, incisivamente: “mais de noventa por cento do material retirado (...) é constituído de lodo fluido”. “Quer isto dizer” — continua o mesmo engenheiro, citado por Waldemar de Oliveira — “que a sedimentação tem por causa o material em suspensão trazido pelos rios Capibaribe e Beberibe”. (27)

(26) — Ferraz, Domingos de Sampaio. **O Molhe de Olinda. Pôrto de Pernambuco. (Obras em Execução).** Recife: Imprensa Industrial, 1914. 243 pp.

(27) — Oliveira, Waldemar de. **Geologia da Planície do Recife. Contribuição ao seu estudo.** Tese de Concurso à cátedra de História Natural da Escola Normal Oficial de Pernambuco. Recife: Oficinas gráficas do Jornal do Commercio. 1942. pp. 52.

Mas, não me seduz a discussão dêsse assunto nem, mesmo, pretendo fixar pormenores dêsse período tão recente da história do Pôrto. Um período que se mistura aos nossos dias e que não nos permite um ponto suficientemente recuado para uma análise objetiva de seus pormenores. As suas personagens ainda vivem ao nosso lado e o cenário ajudamos, quase, a erguê-lo.

Não pretendo, outrossim, apontar ou comentar outros assuntos indiretamente relacionados ao pôrto, nesse último período de sua vida, como, por exemplo, aqueles ligados à reconstrução do bairro do Recife, empreendida por força das grandes obras portuárias realizadas por Alfredo Lisboa. Obras, que trouxeram inestimáveis benefícios à saúde pública; obras, que, infelizmente, destruíram a belíssima igreja do Corpo Santo e os magníficos Arcos, derrubados pelos engenheiros positivistas, pretensiosamente alheios ao passado da cidade, ao seu patrimônio artístico.

Prefiro deixar que os anos passem e que, mais tarde, pesquisadores mais hábeis levantem a história dêsse período movimentado em que se construiu um pôrto que, ainda hoje, é dos mais importantes do país.

Não me quero referir, outrossim, aos trabalhos da saudosa **Société de Constrution du Port de Pernambouc**, que deixou uma tradição de trabalho eficiente e desinteressado, ainda sensível nos velhos servidores do pôrto; não quero, também, referir-me à meticulosidade dos trabalhos realizados pela **Kallis**, nem às obras recentemente empreendidas pela **Cobrasil**, já outro dia. Deixo, também, em silêncio um largo comentário, que gostaria de fazer, acêrca do projeto Moraes Rêgo e dos reflexos da construção da nova Base Naval na vida do pôrto e na vida da cidade, esta última, como os trabalhos de construção do pôrto, destruindo importante monumento de caráter histórico, --- o forte do Buraco.

Na verdade, se me estendesse nesse rumo, abandonaria a linha principal dêste comentário, que se cinge, apenas, à história do pôrto, do velho pôrto, pitoresco, romântico e lírico.

Deixei, aqui, apenas, a sugestão de um estudo fascinante. E indiquei o roteiro dêsse estudo, com algumas **marcas** e alguns rumos. Não faltam elementos para um estudo dessa ordem. Aqui mesmo, nesta casa, sabiamente dirigida por Jordão Emerenciano, há um farto documentário acêrca do pôrto, acrescido, recentemente, de elementos coligidos por Guilherme Auler no arquivo da Casa Imperial. Cada vez se torna **menos** difícil, **menos** exaustiva, a tarefa de escrever a história do pôrto do Recife. Por que não tentá-la?

A história do Pôrto do Recife não é história árida, sêca, sem calor humano. O estudo do pôrto não poderá ser desligado do estudo da própria cidade. Nem do estudo do homem que o povoa. Terá de ser história, mas será, também, um atraente capítulo de geografia humana.

E, de certo, é esse lado humano que mais interessa; a ação do homem modificando a paisagem, adoçando as linhas, dominando as forças naturais, ao mesmo tempo, sendo influenciado pela paisagem, como que recebendo mensagens sutis, sugestões misteriosas.

Direis que o pôrto não tem encantos. E eu vos direi que é preciso amar o Pôrto.

O Pôrto do Recife não é, apenas, o conjunto mecânico e imponente de guindastes, rebocadores ofegantes, cábreas, lanchas e gasolina, estivadores e navios.

O Pôrto é a paisagem e é o homem. Sobretudo, o tipo humano, a gente estranha que o povoa; gente ingênua, que possui aquela infância espiritual, que a torna amada de Deus. Gente de tôdas as latitudes, de litorais distantes e próximos, mulheres e homens batidos pelas tormentas, encalhados, vez por outra, como os navios, em litorais inóspitos, sonhando com a marcha livre e pura sôbre os grandes oceanos.

Pôrto do Recife! Pôrto onde se misturam tipos dos sete mares: navios, marinheiros, prostitutas; louros, mulatos e negros; gente, que ouviu idiomas e dialetos estranhos, que amou, que sofreu em várias línguas.

E' preciso amar o pôrto, conhecer a matéria de que é feito, de como viveu e cresceu, de como serviu a cidade; é preciso conhecer a sua multidão — marinheiros, estivadores, gente dos cais. Que sabeis dos seus dramas, dos temporais com que lutaram?

Todavia, tôda essa paisagem material e humana aí está exercendo, poderosa e silenciosamente, uma influência inequívoca sôbre a cidade.

Não há fugir a essa influência. Ha, sim, estudá-la, conhecê-la, fixar as suas linhas sedutoras. E apreender o drama, o mistério e a poesia dêsse Pôrto do Recife, hoje servo obscuro da cidade a que deu vida e deu prestígio.

A função mágica dos Tambores

Waldemar Valente



tambor (1) é o principal instrumento musical da orquestra dos xangôs (2). Sua música é, nas religiões africanas, um traço mágico de ligação entre as criaturas humanas, frágeis e mortais, e as divindades invisíveis, poderosas e eternas. Espécie de meio de comunicação entre o mundo terreno em que vivemos e o mundo celestial dos orixás (3).

Tem o tambor para os fetichistas (4) afro-pernambucanos a função de telégrafo, como ocorre também na própria Africa, e já o salientou Edison Carneiro a propósito dos **candomblés** (5) da Bahia. O seu batuque, característico e inconfundível, lembra aos integrantes da comunidade religiosa, numa mensagem sonora, que é dia de xangô. Que é dia de festa no **terreiro** (6). Dia de algum "santo" importante do agiológio afro-brasileiro. Ou de alguma "obrigação". Tem então o sentido de verdadeiro toque de reunir. Tal é sua força mágica de chamamento e de atração que a ela não podem resistir os iniciados ou mesmo simplesmente filiados ao fetichismo negro. Ao chamado do batuque tôdas as obrigações cessam, todo o trabalho, mesmo o mais urgente ou o mais rendoso, é adiado ou deixa de ser feito. Faltar às festas de xangô, principalmente quando soam os atabaques, significa incorrer no desprêzo, senão nas iras dos orixás. Nas sanções quase sempre severas e pesadas dos "santos" patronos. O toque do tambor religioso como que acorda o subconsciente místico, momentaneamente adormecido, dos fetichistas afro-brasileiros. Sua mentalidade, dominada pelo misticismo, passa então a encontrar tôda a sorte de justificativa e explicação para os fracassos e frustrações. As dificuldades econômicas, a

falta de sorte no amor, a intranquilidade de espirito, tudo isso representa o castigo imposto pelos deuses enraivecidos. Quando não a doença, o sofrimento e a morte.

Geralmente, antes de começar o ritual religioso, tocam os atabaques insistentemente, numa obstinada advertência aos membros da seita, anunciando que vai haver função no terreiro.

Quase sempre a maioria dos participantes de um grupo de culto mora no bairro em que se encontra o terreiro. Por isto, não é difícil que o batucajé (7) seja escutado. Até mesmo os que residem nos recantos mais afastados do bairro não só o escutam como o identificam facilmente. Quem está acostumado a ouvir o batuque de xangô sabe que ele se propaga ao longe e é perfeitamente reconhecido.

Certa vez, estive na casa da mãe de santo Maria de Lurdes Costa, da seita africana ialorixá, no Alto do Deodato, em Água Fria, para avisá-la de que levaria uns convidados para assistir ao toque (8) que, conforme marcava seu calendário festivo, devia realizar-se naquele dia, se não me engano, 7 de julho. Muito triste, a mãe-de-terreiro me disse: "estou com meu xangô parado. Não posso tocar. Hoje era, de fato, dia festivo, mas, como ainda não pude pagar a licença deste ano, não posso funcionar". Maria de Lurdes quiz ainda dar um jeito. Lembrou-se de tentar conseguir licença especial. Eram, mais ou menos, duas horas da tarde. Então perguntei-lhe: acha que ainda é possível realizar hoje o toque? "Sim", disse-me ela; "logo que os atabaques comecem a soar, as filhas-de-santo (9) correm satisfeitas para o terreiro. Dentro de pouco tempo teremos muita gente e a festa pode se realizar". Não aceitei a boa vontade da ialorixá (10) Maria de Lurdes porque achei que seria difícil obter a licença que pretendia.

O batuque dos tambores africanos exerce sobre os adoradores dos orixás um poder extraordinário. Poder que chega a ser mesmo entorpecente ou hipnótico. Aliás, de modo geral, a música, sob as mais diversas formas, vincula-se intimamente à prática litúrgica das religiões. Schaeffner, grande especialista em etnologia musical, diz-nos: "possivelmente não existe ritual religioso ou mágico que não tenha sua dança e sua música, particularmente, sua música instrumental".

Os atabaques desempenham nas cerimônias dos xangôs uma função realmente mágica. Função que tem o poder não só de despertar mas de exaltar tendências místicas subconscientes.

Ha sempre três espécies desses membranófonos. Geralmente, um grande, um médio e um pequeno, chamados, na



Fig. N.º 1

Os tambores exercem sôbre os iniciados uma poderosa força mágica. Nesta fotografia vemos filhas-de-santo "manifestadas" dançando convulsivamente diante dos atabaques e num remancho que parece não ter fim. As "possuídas" dos "orixás" agradecem aos instrumentos sagrados a distinção especial do estado de "transe", privilegiada oportunidade de comunicação com as divindades.



Fig. N.º 2

As filhas-de-Santo continuam dançando freneticamente em frente aos tambores. Neste momento, os tocadores batem com toda a força, excitados pela "presença" das divindades africanas.

Bahia, respectivamente, de **rum**, **rumpi** e **lé**. Por meio dêles se faz a marcação do ritmo coreográfico. Ritmo que exhibe grande riqueza de formas. Às vezes, se arrasta em movimentos lentos e cansados. O jôgo dos pés, das mãos, da cabeça, do corpo, e até fisionômico, mostra-se calmo, sem transições violentas, ou, ao menos, mais discrepantes, capazes de prender a atenção. Não tarda, porém, a se tornar mais apressado, mais gracioso, menos monótono, com bamboleos sensuais, com gestos de expressão simbólica ou decorativa. Ou mesmo acelerado, com volteios vertiginosos, com gesticulações bruscas e violentas. Sob qualquer aspecto em que se manifestem as danças sagradas há sempre uma cadência e o ritmo não se perde nunca. Tôda esta movimentação ritmada é comandada pelo som dos atabaques, e particularmente, pelas variações de sua cadência musical.

Na prática fetichista dos **xangôs**, as divindades não esperam que os mortais subam até elas; ao contrário, descem ao convívio das criaturas humanas e nelas mesmas se corporificam. E' dançando que o "santo" confraterniza com os humanos, diz-nos Edison Carneiro. E sob a influência da magia sonora dos tambores, acrescentamos nós. Nestas condições, comunicam-se com os humanos, mostram-se satisfeitos ou irritados, impõem castigos, oferecem recompensa, dão conselhos e inspiram seus adoradores.

Para que os mortais gozem dessa indescritível felicidade de se misturarem com os deuses, de conversarem com êles, de privarem de sua intimidade, numa admirável demonstração do espírito democrático dos orixás, mostra-se indispensável a presença dos tambores sagrados. E' a poderosa magia sonora dos atabaques que os invoca e os saúda festivamente quando a sua presença, encarnada num dos seus filhos eleitos, é pressentida.

Vale a pena lembrar o que nos conta Nina Rodrigues a propósito da influência do batuque. "Declarou-nos um negro", escreve o mestre brasileiro, "que eu não poderia fazer uma idéia do efeito excitante e provocador de certos instrumentos musicais dos Africanos. Não há clarim mais capaz de provocar a excitação guerreira nos campos de batalha do que um pequeno batuque africano..."

Referindo-se aos orixás renitentes, isto é, às divindades que teimam em não **descer** (11), diz Artur Ramos que o remédio poderoso é o toque **adarrum**. (12)

O **adarrum**, que é um toque acelerado de atabaque, é verdadeiramente irresistível, pela força mágica que exerce sobre os orixás. Edison Carneiro diz que êle desorienta completa-

mente as filhas de santo, fazendo-as cair em transe, uma após outra, o que indica que os orixás não tardam a chegar. E lembra o dito:

Baraúna caiu
quanto mais gente.

Há três ritmos, cada vez mais acelerados, de **adarrum**, conhecidos pelos números 1, 2 e 3. O ritmo n. 3 é ensurdecedor e vertiginoso. Os tocadores de atabaque, geralmente sentados, com as pernas em volta dos instrumentos, de modo a fixá-los bem, batem com as mãos espalmadas, os dedos duros, inteiriçados, numa excitação que causa agonia, a pele estirada dos tambores. Não tem orixá que resista ao convite frenético do **adarrum**.

René Ribeiro identificou as batidas rítmicas especiais que, em geral, se processam antes do começo das danças, com o toque de **adarrum**, cuja função na Bahia consiste em induzir o “transe”, quando o orixá está custando a “descer”.

A observação do africanologista pernambucano tem precedência. Também nós temos podido fazer a mesma identificação. Apenas, levando em conta os terreiros que nos vêm servindo de campo de pesquisa, em número relativamente grande, não nos foi possível generalizar os resultados de nossas observações. Em alguns xangôs, como o de Xaguiã, em Beberibe, e o de Josefina Guedes (Cruzeiro Santa Bárbara), ao tempo em que funcionava em Campo Grande, por exemplo, o toque **adarrum** aparece quando a festa vai pelo meio, às vezes, alta madrugada, num verdadeiro SOS agoniado, dos mortais ao mundo sobrenatural dos deuses, para que estes “desçam” e “brinquem” nos terreiros, na mais expansiva demonstração de solidariedade divina.

A percussão sobre a membrana tensa dos tambores, geralmente feita sem auxílio de bastão, com as mãos espalmadas, produz, conforme observou Donald Pierson nos candomblés da Bahia, sons macios e abafados. Os sons graves de **rum** são entrecortados pelos sons mais agudos de **rumpi e lé**. (13)

No momento das invocações rituais, o ritmo é sincopado e, embora pareça, principalmente ao longe, irritantemente monótono, pode ser perfeitamente acompanhado, em todas as suas variações, por quem está familiarizado com a música religiosa dos xangôs. Ora arrastado, quase dolente, ora apressado, em tom de galope, conforme o orixá que está sendo invocado ou louvado.



Fig. N.º 3

Na figura vemos quatro ilus, isto é, tambores de forma mais ou menos cônica, que fazem parte da orquestra religiosa de um xangô, de sensível influência congoleza.

Na possessão (14) espírito-fetichista, transe ou “queda do santo”, para usarmos da terminologia dos **xangôs**, o toque dos tambores exerce função estimulante realmente ponderável. A função dinâmogênica desempenhada pela formidável onda afetiva da emoção religiosa, a que se refere Artur Ramos, é como que exaltada pela música do atabaque, principalmente quando em ritmo acelerado. A fadiga produzida pela dança prolongada, agravada pelo toque frenético de **adarrum**, condiciona o estado de vertigem que favorece a hipnose precursora do transe ou possessão.

O que parece fora de dúvida é que a música, e especialmente a música do atabaque, isoladamente, é capaz de provocar a “descida do santo”, mesmo sem a influência da dança, da ação sugestiva do ambiente, sobretudo se a emoção religiosa é excitada pela reação de um estado esquisofrênico ou histérico. Em virtude da importância ritual atribuída ao toque do atabaque, passa ele a valer como verdadeiro estímulo, capaz por si só de desencadear a possessão, que se torna assim, provavelmente, uma espécie de reflexo condicionado. E como prova de que são, os tambores religiosos, estímulos poderosamente utilizados na provocação da possessão fetichista, está o fato de funcionarem como verdadeiros focos de atração para os “filhos de santo” “manifestados”. Estes, depois de alguns cumprimentos aos maiores do terreiro — **babalorixá** ou **ialorixá**, **ogã** e **iaô** — quase sempre, se voltam para os tambores, como que agradecendo o serviço que lhes prestaram, chamando os **orixás**, atraindo-os para as suas festas terrenas e fazendo-os encarnar nos seus próprios corpos, numa demonstração de grande amizade e carinho.

Defronte dos tocadores de atabaques ou ilus, ficam os “possuídos dos santos”, dançando violentamente, em explosões contorsivas, sacudindo as pernas e os braços, agitando a cabeça para diante e para traz, mas sempre obedecendo ao ritmo, já então vertiginoso, do batuque. Do compasso da música. Por esse tempo, as mãos dos tocadores ferem o couro com toda a força. A vibração tremenda produzida pela percussão chega às vezes a nos fazer trepidar o corpo. Edison Carneiro diz que existem pessoas de mãos rachadas de tocar atabaque. É um fato. Em Pernambuco, conhecemos um preto que tinha as mãos rachadas de tocar tambor.

Em frente aos tambores demoram os “manifestados” um tempo enorme, remanchando, sem vontade de sair, como que fascinados pela música ensurdecidora que conseguiu, na mais expressiva demonstração de força mágica, trazer ao convívio das pobres criaturas mortais as suas divindades mais queri-

das, os seus deuses patronos, cujos temperamentos mais combinam com suas próprias tendências e disposições.

No início das cerimônias dos cultos afrobrasileiros, geralmente, os filiados e participantes do **xangô**, em sinal de respeito e ao mesmo tempo de invocação aos seus poderes mágicos, curvam-se diante da orquestra, cumprimentando os tambores e seus executantes, e fazendo com as mãos movimentos especiais.

Os tambores de uso no **xangô** são considerados objetos sagrados. Antes de funcionarem, quando novos, logo depois de fabricados, são submetidos à cerimônia especial da preparação mágica. Cerimônia que obedece a técnicas rituais de rigorismo quase ortodoxo e que culmina, por vêzes, no batismo de sangue, e que lhes confere o poder mágico de que ficam dotados.

Quando terminam as festas e cerimônias religiosas, os tambores são guardados, com todo o cuidado, carinhosamente, dentro dos **pegis**, que são os relicários e santuários onde se conservam os objetos sagrados do **xangô**. E' aí que ficam os **fetiches**, as insígnias e emblemas dos **orixás**, objetos de uso religioso, imagens e estampas de santos católicos, numa ostentação evidente do sincretismo afro-cristão. Do santuário fetichista, geralmente, não saem, a não ser para presidirem as cerimônias e festas religiosas. Os festivais públicos, nos quais domina uma atmosfera de alegria e tumulto, com toadas e danças, culminando, quase sempre, com as possessões, ou as cerimônias privadas — “obrigações”, **bori**, iniciação de “filha de santo”, sacrifício de animais, etc. — em que o ambiente se carrega de mais austeridade e os rituais são mais ortodoxamente cumpridos. Em tôdas essas ocasiões o tambor nunca falta. Tôda vez que se faz a invocação ou chamamento do **orixá**, a função mágica do tambor se torna indispensável.

NOTAS

1) — O tambor, principal instrumento musical da orquestra dos **xangôs**, é conhecido por nomes diversos, conforme sua procedência e sua forma. Nome muito comum é atabaque. Entre nós, em Pernambuco, é muito conhecido pelo nome de **llu**. Pode ser chamado também de **tabaque** ou **tambaque**. Corresponde ao **tam-tam**, dos povos primitivos. Nas seitas de procedência congoleza é conhecido por **Ingome**. Manuel Querino se refere aos **batás** (pequenos atabaques) e aos **llus** (grandes atabaques). Ainda chama a atenção para os grandes tambores de guerra, denominados **batás-côtôs**. Parece ter sido Artur Ramos quem primeiro registrou três tipos de tambores encontrados na Bahia: **rum** (grande), **rumpi** (médio) e **lé** (pequeno). Estes nomes, que não



Fig. N.º 4

Tambores metálicos. Sob a influência dos tambores modernos das orquestras profanas, sofisticaram-se os atabaques de procedência negro-africana.

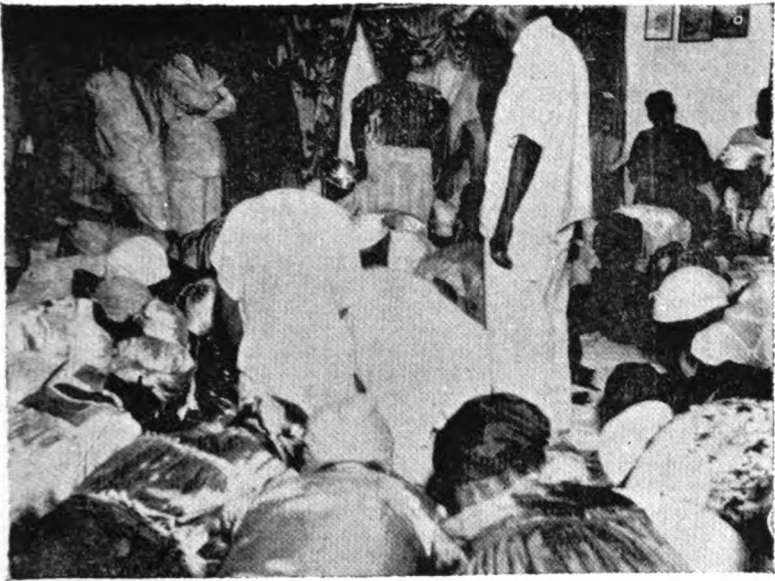


Fig. N.º 5

Cena de xangô: louvação ao orixá Ogun. No fundo, à direita, vê-se a orquestra que preside à função religiosa. Os tocadores batem forte sôbre a pele estirada dos atabaques.

se usam para os tambores das seitas de nação congo, e que na Bahia são largamente adotados entre as seitas gêge-nagôs, em Pernambuco só raramente os consegui registrar. Os atabaques são tambores de forma cônica, geralmente feitos de barril. A pele é presa por meio de cordas a um arco, que pode ser de cipó ou de metal, colocado a meio corpo do instrumento e firmado por meio de cunhas de madeira. O rum tem sempre mais de 80 cms. de altura. Livro indispensável à consulta, é o de Oneyda Alvarenga, sob o título: *Música Popular Brasileira*. Porto-Alegre. 1950.

2) — Nas religiões africanas, Xangô é divindade muito prestigiada. É o deus do trovão e do raio. Por isto, seu fetiche é a chamada "pedra de raio" ou "corisco", ou ainda machados de pedra. Aliás, diga-se de passagem, nunca encontramos a verdadeira "pedra de raio", isto é, o meteorito. Sempre encontramos machados de pedra polida. Em Pernambuco, xangô passou a ter um sentido mais extensivo. Significa também o próprio culto, a própria religião. É até o local onde se realizam as cerimônias religiosas.

3) — ORIXÁS — São as divindades ou "santos" das religiões africanas, de influência nagô. Mas, divindades intermediárias que servem para comunicar as criaturas humanas com os deuses principais, os chamados deuses do céu.

4) — FETICHISTA — Praticante do fetichismo, isto é, religião primitiva que presta culto a certos objetos considerados como encarnação das divindades e chamados fetiche.

5) — CANDOMBLE — Nome que se dá à religião afrobrasileira e ao local onde se realiza o culto. Termo usado, principalmente, na Bahia.

6) — TERREIRO — Local onde se realizam as cerimônias religiosas. Tomado no sentido amplo, vale como templo religioso afrobrasileiro. Em sentido estrito, significa o salão das danças religiosas, geralmente de terra batida, algumas vezes cimentado.

7) — Nome genérico dado ao ruído produzido pelo atabaque.

8) — TOQUE — Festa ruidosa realizada pelas seitas afrobrasileiras.

9) — FILHAS-DE-SANTO — Iniciadas do culto afrobrasileiro. Podem ser comparadas a verdadeiras sacerdotisas. Nelas se manifestam os "santos", de modo provocado ou espontâneo. Embora seja mais comum nas mulheres, entretanto, a iniciação pode ser feita também para os homens.

10) — IALORIXÁ — Termo usado, particularmente, no Nordeste, para indicar a "mãe-de-santo", isto é, a encarregada de dirigir o culto. Pode ser chamada também "mãe-de-terreiro". O sacerdote, aquele que se encarrega dos negócios religiosos, é conhecido por "pai-de-santo", "pai-de-terreiro" ou babalorixá.

11) — DESCER — Manifestar-se o orixá nos filhos-de-santo.

12) — ADARRUM — Toque acelerado dos atabaques para forçar a descida dos orixás.

13) — No Nordeste, os tambores são conhecidos geralmente pelos seguintes nomes: Ilu-chefe (o maior); omele-ago (o médio); e omele (o menor). É interessante consultar a esse respeito o excelente trabalho de René Ribeiro, intitulado: *CULTOS AFROBRASILEIROS DO RECIFE: Um estudo de ajustamento social*. Recife. 1952.

14) — POSSESSÃO — Também chamada de "estado de santo", na Bahia, e de "manifestação", em Pernambuco e no Nordeste em geral, ou ainda "transe", como é chamada algumas vezes, é um estado psicológico especial durante o qual o filho ou filha-de-santo se julgam possuídos pelo orixá.

BIBLIOGRAFIA

ALVARENGA (Oneyda) — *Música Popular Brasileira* — Porto-Alegre. 1950.

- AMORIM (Deolindo) — *Africanismo e Espiritismo* — Rio. 1949.
- BASTIDE (Roger) — *Imagens do Nordeste Místico — Em Branco e Preto* — Rio. 1945.
- CARNEIRO (Edison) — *Religiões Negras* — Rio. 1936.
- CARNEIRO (Edison) — *Negros Bantus* — Rio. 1937.
- CARNEIRO (Edison) — *Candomblés da Bahia* — Bahia. 1948.
- CASCUDO (Luis da Câmara) — *Notas sobre o Catimbó* In *Novos Estudos Afro-Brasileiros* — Rio. 1937.
- CASCUDO (Luis da Câmara) — *Dicionário do Folklore Brasileiro* — Rio. 1954.
- CAVALCANTI (Pedro) — *As seitas africanas do Recife*. In *Estudos Afro-Brasileiros* — Rio. 1935.
- FERNANDES (Gonçalves) — *Xangôs do Nordeste* — Rio. 1937.
- HERSKOVITZ (Melville J.) — *Deuses Africanos e Santos Católicos nas crenças do negro do Novo Mundo* — Rio. 1940. In *O Negro no Brasil* — Rio. 1940.
- LANDES (Ruth) — *Fetish Worship in Brazil* — In *The Journal of American Folklore* — Outubro-Dezembro. 1940.
- LIMA (Vicente) — *Xangô — Recife*. 1937.
- PIERSON (Donald) — *O Candomblé da Bahia* — Curitiba. 1942.
- QUERINO (Manuel) — *Costumes Africanos no Brasil* — Rio. 1938.
- RAMOS (Artur) — *O Negro Brasileiro* — Rio. 1934.
- RAMOS (Artur) — *O Folklore Negro do Brasil* — Rio. 1935.
- RAMOS (Artur) — *Os mitos de xangô e sua degradação no Brasil*. In *Estudos Afro-Brasileiros*, 1. vol. — Rio. 1935.
- RAMOS (Artur) — *A aculturação negra no Brasil* — São Paulo. 1942.
- RAMOS (Artur) — *Introdução à Antropologia Brasileira*. 1.º vol. — Rio. 1934.
- RIBEIRO (René) — *Cultos Afrobrasileiros do Recife: Um estudo de ajustamento social* — Recife. 1952.
- RODRIGUES (Nina) — *O animismo fetichista dos negros bahianos* — Rio. 1935.
- RODRIGUES (Nina) — *Os africanos no Brasil* — São Paulo. 1932.
- SCHAEFFNER (André) — *Origines des Instruments de Musique* — Paris. 1936.
- VALE (Flausino Rodrigues) — *Elementos de Folk-Lore Musical Brasileiro* — São Paulo. 1936.
- VEGA (Carlos) — *Los instrumentos musicales* — Buenos-Aires. S/D.
- VERGER (Pierre) — *Les Dieux d'Afrique* — Paris. 1954.
- VERGER (Pierre) — *Orixás* — Cidade do Salvador. 1951.



Fig. N.º 6

Cena de xangô: louvação à Oxun. Um ritmo especial dos tambores marca o compasso das toadas.

ITAMARACÁ

[CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO GEOMOR-
FOLOGICO DA COSTA PERNAMBUCANA]

Prof. GILBERTO OSORIO DE ANDRADE

NOTA PRÉVIA

O presente trabalho é produto duma coordenação de fatos direta e minuciosamente observados. Apesar do exíguo prazo de que dispoz — já de si deficiente por ter em boa parte coincidido com os trabalhos finais do ano letivo — aventurou-se o autor a empregá-lo, sobretudo, em trabalhos de campo. Cinco centenas de quilômetros, pelo menos, foram percorridos em idas e vindas, a pé como de automóvel, em barcos a motor e a vela como de avião.

Deve o autor aos exmos. snrs. Secretários de Agricultura, dr. Eudes de Sousa Leão Pinto e dr. Petronilo Santa Cruz de Oliveira, sucessivamente dos governos dos exmos. snrs. dr. Etelvino Lins de Albuquerque e general Cordeiro de Farias, as facilidades que ambos lhe dispensaram para que sobrevoasse a ilha de Itamaracá por mais de uma vez.

Ao prof. Manuel Correia de Andrade, assistente da cadeira de Geografia Física da Faculdade de Filosofia de Pernambuco da Universidade do Recife, agradece a ajuda que dele obteve, em várias das excursões realizadas, nos duros trabalhos de reconhecimento e de levantamento topográfico, além da diligência com que auxiliou o autor na procura e na rápida localização de algumas fontes bibliográficas indispensáveis.

Manifesta igualmente seu reconhecimento ao prof. Mário Lacerda de Melo, presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros e catedrático da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, pelo interesse com que o estimulou, pondo inclusive a sua disposição valiosas edições de sua coleção particular.

Ao compadre José Lopes de Albuquerque, ilheu de Itamaracá e agudo conhecedor da região, recorreu sempre com o melhor sucesso para a obtenção de informações e roteiros, tendo-se feito por êle proveitosamente acompanhar na maior parte das excursões empreendidas.

São êstes agradecimentos extensivos, ainda, ao prof. Manuel Caetano Filho, do Instituto Tecnológico do Estado e da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, pelos exames a que submeteu, a pedido do autor, amostras de alguns dos horizontes sedimentares da estrutura regional; ao snr. José R. de Andrade Ramos, da Divisão de Geologia e Mineralogia do Departamento Nacional de Produção Mineral, pela honrosa solicitude com que consentiu consultasse o autor suas cartas geológicas da faixa sedimentar costeira pernambucana, ainda então inéditas.

Sente-se na obrigação de referir, também, os valiosos ensinamentos que representaram as realizações, no Recife, durante o ano passado, do VIII Congresso Brasileiro de Geologia, promovido pela secção pernambucana da Sociedade Brasileira de Geologia, e do Estágio de Geomorfologia ministrado aos professores e alunos de Geografia das Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife e da Universidade Católica de Pernambuco pelo prof. Francis Ruellan, diretor do Laboratório de Geomorfologia da Escola Prática de Altos Estudos de Paris, em missão no Brasil. A Francis Ruellan como a Wilhelm Kegel faz o autor mais de uma referências não bibliográficas, reportando-se a notas de aulas do Curso e a debates orais do Congresso.

Coincidência também afortunada foi a visita feita a Itamaracá, em janeiro dêste ano, pelo prof. Aziz Nacib Ab'Sáber, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, durante o Estágio de Geomorfologia que ministrou a estudantes e professores universitários do Recife, por iniciativa da secção regional da Associação dos Geógrafos Brasileiros e sob o patrocínio da presidência da Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana; nada obstante não ter havido sempre acôrdo entre êsse illustre mestre e o autor sôbre a interpretação de alguns aspectos regionais.

É grato ainda o autor aos snrs. Hélio de Souza Lemos, da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado, e conselheiro Souza Barros, secretário da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, pela presteza com que lhe facilitaram a consulta de relatórios existentes nos arquivos duma e doutra entidades.

Para o traçado dos perfis utilizou-se o autor, quanto aos níveis superiores a 20 metros, das excelentes cartas topográ-

ficas da costa do Serviço Geográfico do Exército. Os níveis inferiores foram levantados expeditamente com clinômetro "Rosenhein" e aneroide "Casella-London", compensado.

O mosaico aerofotográfico da ilha de Itamaracá, pertencente à mapoteca da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, bem como as cópias adequadas à análise estereoscópica, foram outros eficazes instrumentos de trabalho. Não oferece este "conclusões" articuladas afinal, na forma de praxe; o método de exposição adotado foi predominantemente o dedutivo, de sorte que os enunciados constituem, eles mesmos, os elementos da tese.

O emprêgo frequente de termos em língua estrangeira fez-se de todo inevitável, ora pela falta de equivalentes exatos, ora pela necessidade de estabelecer correspondência com a terminologia geomorfológica das línguas que contam, já, com um vocabulário satisfatório e consagrado pelo uso.

Das seguintes palavras de Baulig (1950, c, p. 31) fez o autor as linhas mestras de suas pesquisas e desta exposição: "... la géologie se proposant de reconstituer l'histoire physique de la Terre... ne peut le faire que par analogie avec ce qu'apprend l'observation directe. Ayant constaté que, dans le présent, telles causes produisent tels effets, elle en conclut que, dans le passé, des effets analogues supposent les mêmes causes. Quant à la géomorphologie, elle cherche plutôt à expliquer les formes actuelles par leur genèse, c'est-à-dire par leur passé, qui peut remonter à des temps très anciens: mais elle non plus ne peut avancer que grâce à un raisonnement analogique, en partant du présent. Ainsi, la géologie reconstruit le passé à partir du présent; la géomorphologie explique plutôt le présent par le passé: l'une e l'autre doivent donc admettre le principe de l'actualisme".

O autor não ignora que, como Baulig mesmo adverte, esse princípio das causas atuais, é de manejo assás delicado. Foi com essa precaução, portanto, que o teve presente nas deduções globais deste trabalho. Mas, salvo talvez um pouco no que se refere à aparente variedade das condições do clima no Quaternário antigo, não lhe pareceu necessário figurar "valores críticos" na evolução da costa que estudou.

Itamaracá, 7 de março de 1955

Gilberto Osório de Andrade

PRIMEIRA PARTE
A COSTA POLICÍCLICA

a) A PLANÍCIE SEDIMENTAR



TAMARACÁ é uma ilha engastada na costa mixta e epigênica que se faz principalmente evidente no trecho compreendido entre as “barras” de Maria Farinha e de Goiana. A expressão “ilhas marginais engastadas”, usada em relação a essa e outras ilhas da costa brasileira (DEL-

GADO DE CARVALHO, s/d, p. 109), é particularmente adequada à de Itamaracá porque: a) — o litoral alcança, na estrutura, superfícies de discordância entre camadas levemente inclinadas para o mar; b) — a ilha resulta do basculamento dum bloco falhado, sendo o eixo dêsse basculamento ligeiramente oblíquo ao mergulho geral da estrutura.

Sendo a estrutura discordante uma condição essencial da costa epigênica faz-se necessário, em primeiro lugar, caracterizá-la.

1. ESTRUTURA BASCULADA — Os perfis de sondagens realizadas para os fins da indústria do cimento e da extração de fosfatos, bem como estudo geológico recente procedido em Olinda por OLIVEIRA e RAMOS (1951) acrescentam-se à literatura existente desde os tempos de BRANNER e HARTT sobre o assunto e permitem um conhecimento, embora ainda incompleto, das formações que constituem a faixa sedimentar costeira onde se engasta a ilha de Itamaracá.

É essa faixa constituída pela formação Barreiras, pliocênico-pleistocênica, sobre depósitos calcáreos paleocênico-cretácicos (formações Maria Farinha e Gramame). Têm êsses calcáreos um mergulho, que parece geral para leste em tôda a costa, da ordem de 8 a 10 metros por quilômetro. Não se conhece a espessura-padrão dos sedimentos, havendo porém furos que permitem estabelecer proporções relativas. A superfície das barreiras tem uma pendente ainda mais suave,

representada por uma inclinação, em média, de 3 metros por quilômetro. Uma superfície de 60 metros de altitude levanta-se suavemente, desde menos de 1 quilômetro do litoral ao sul da ilha, até 100 e 120 metros a 16 quilômetros, no interior. Esse plano suavemente inclinado é o nível em que se começou a desenvolver a drenagem atual. Chamá-lo-emos simplesmente o "nível de 60 metros" porque é esse seu valor mais alto na vizinhança do mar. O basculamento do bloco hoje insular, forçando a drenagem a se adaptar em seu redor, preservou esse nível quasi na linha litoral. As "chãs" que o constituem, recobertas de areia, não alcançaram ainda a plena maturidade das formas de relêvo circunvizinhas.

Na superfície fóssil de sustentação das barreiras é epigênico em vários pontos o litoral, a partir de Olinda e até Tabatinga pelo menos, 2 quilômetros ao norte de Pontas de Pedra. Em Olinda, com efeito, a formação Gramame, maestrichtiana, aflora na praia dos Milagres durante o baixa-mar (OLIVEIRA e RAMOS, 1951, p. 18), e em Pontas de Pedra o terraço litoral repousa sobre a formação Maria Farinha, paleocênica, que parece estar sempre sobreposta à Gramame.

Circunscrevendo a consideração dos dados estratigráficos à área da ilha e suas imediatas vizinhanças, devemos manifestar que este resumo não subestima o interesse geomorfológico que um conhecimento sistemático dos diferentes fácies, biotopos, composição, granulometria e morfoscopia representa. Essa tarefa, contudo, não pode ser improvisada e tardam os especialistas a quem devam ser cometidos os elementos de correlação indispensáveis.

Na base das colunas de sondagens feitas para aferição do valor econômico das jazidas calcáreas acha-se a formação Itamaracá: um arenito cretácico (campaniano?), calcífero grosseiro, fossilífero, altamente coerente, cuja espessura sabe-se ultrapassa 14 metros em Massaranduba (a oeste de Pontas de Pedra), 20 no Forno da Cal (Olinda) e 100 em Capissura (João Pessoa). Foi estabelecida por WILHELM KEGEL em 1953, na Chã das Pedreiras do Engenho Amparo, no ângulo sul-ocidental da ilha de Itamaracá, onde aflora a pouco menos de 10 metros sobre o nível do mar e está recoberta pela formação Barreiras. Uma outra exposição desse arenito

encontra-se no lugar Árvore Alta, município de Alhandra, Paraíba (ao norte de Goiana). O conhecimento pormenorizado de sua estratigrafia oferecerá, decerto, quando fôr obtido, valiosos subsídios para o estudo das variações do nível marinho do Mesozoico, pois em Cupissura está patente que a formação Itamaracá oferece facies marinho e continental alternados.

O arenito Itamaracá está a — 26 metros em Olinda (Forno da Cal), a — 52 na fábrica do cimento “Poti” (ao sul de Nova Cruz e a — 25 em Massaranduba. As posições relativas da formação nos furos da “Poti” e na Chã das Pedreiras reclamam exame detido. Numa distância de 8 quilômetros em linha reta o desnível é de mais de 60 metros. Acresce que das pedreiras da “Poti” para o norte o paleocênico do topo da coluna de sondagem aflora ainda em Nova Cruz, onde RATHBUN o descobriu em 1875 (formação Maria Farinha). Deve-se presumir, dessarte que a profundidade do arenito Itamaracá seja a mesma ainda a 5 quilômetros da chã das Pedreiras. Inversão de relêvo dêsse porte autoriza a hipótese duma falha localmente orientada segundo o ramo inferior do canal de Santa Cruz, e cujo espelho estivesse situado no bordo meridional da ilha.

Ao norte de Itamaracá, em Massaranduba e Itapessoca, enquanto o maestrichtiano acha-se a 20 e 30 metros de altitude, com espessura da ordem de 50 metros e repousando diretamente sobre a formação Itamaracá, nenhum afloramento se conhece, na margem direita do rio Carrapicho, correspondente à projeção, para oeste, do levantamento geral da estrutura. Esse rio Carrapicho, como o canal de Santa Cruz, sugere igualmente uma adaptação de drenagem a bordo de falha.

Em Pontas de Pedra o paleocênico aflora a 2 metros sobre o nível do mar; a 5 quilômetros apenas para o interior já o maestrichtiano está a 20 e 30 metros de altitude, ora exumado, como em Massaranduba, ora coberto duma tênue camada de barreiras. Articuladas essas observações, tem-se a visão do basculamento de mais de um bloco falhados, um dos quais representado pela ilha de Itamaracá, com mergulho aproximadamente para les-nordeste, oblíquo ao mergulho regional da estrutura, e outro, de postura mais incerta, talvez fragmentado, compreendendo a área hoje constituída pelo conjunto Massaranduba e Itapessoca com o morro residual de pedestal calcáreo do Seleiro, sendo o outeiro do Funil, seu irmão gêmeo, testemunho talvez dum terceiro bloco (fig. 1).

1:50

← 26 km →

NNE

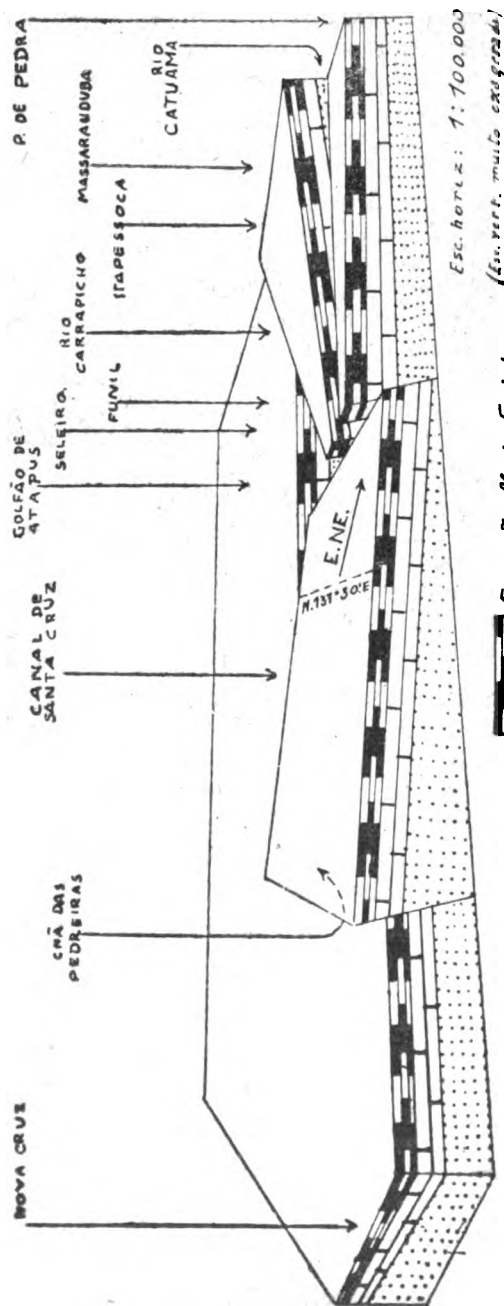
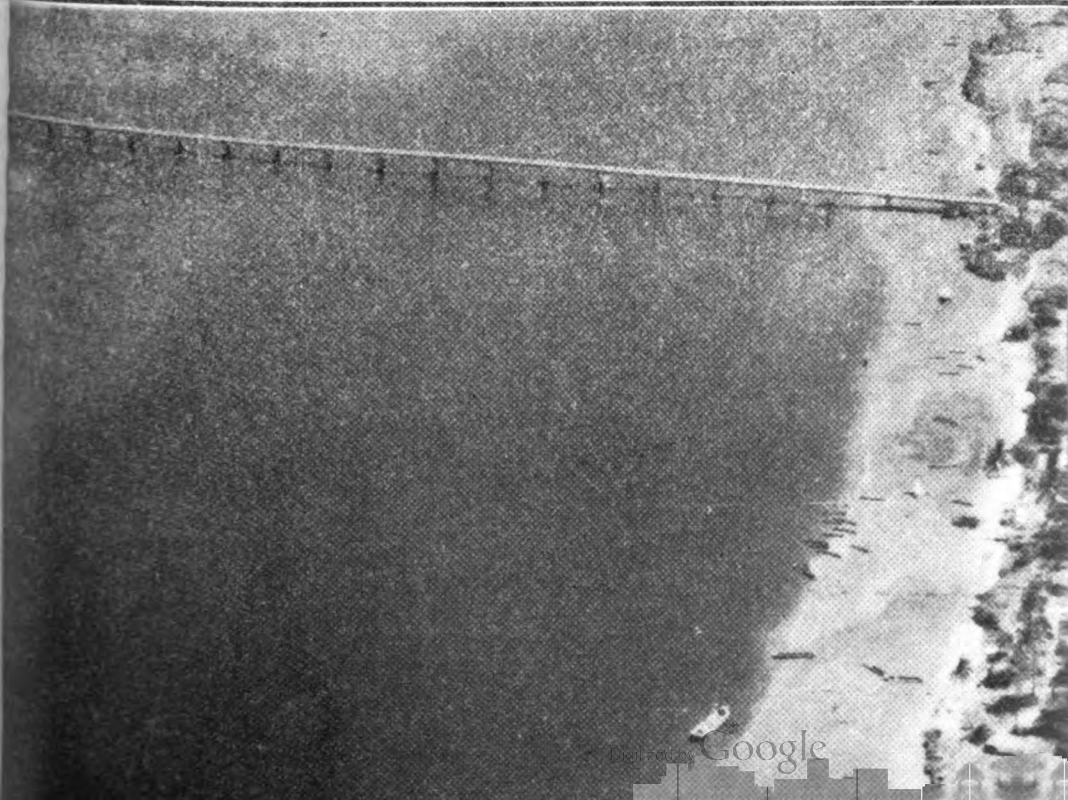
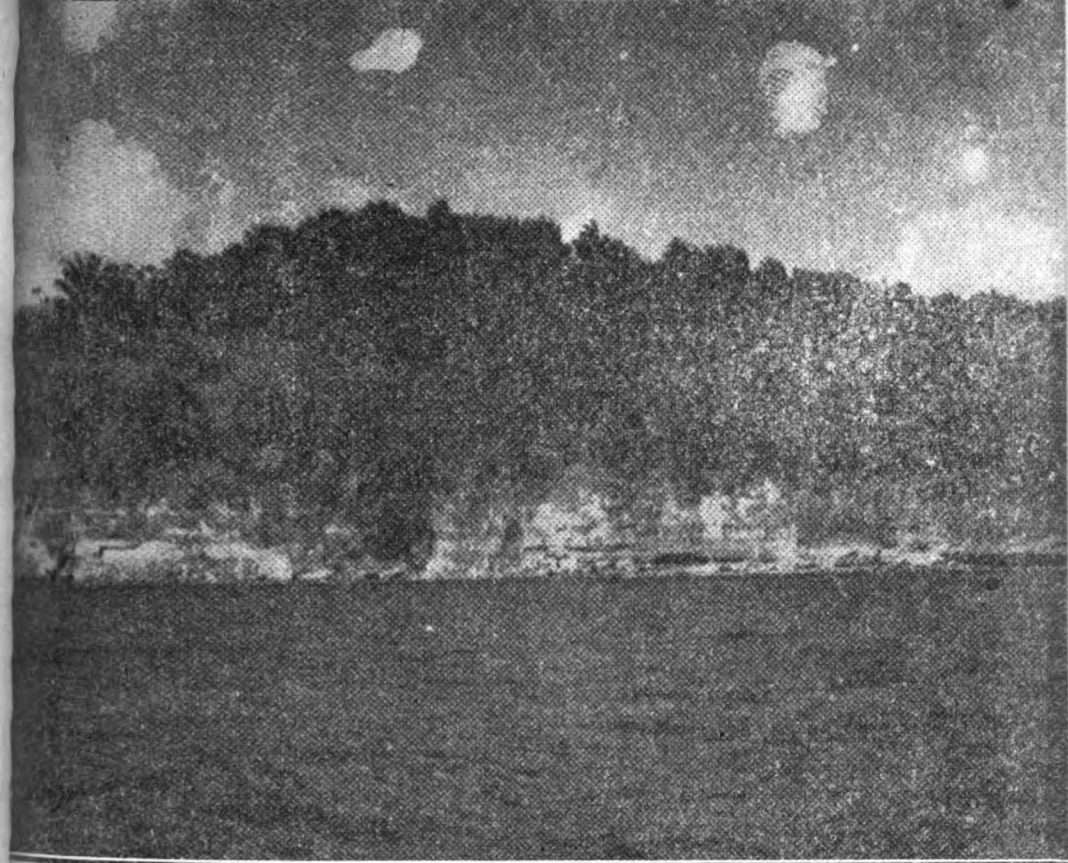


Fig. 1



**FOTO 1 -- O MORRO DO SELEIRO -- UM TOR-
RAO DE BARREIRAS SOBRE PEDESTAL CAL-
CAREO (FORMAÇÃO MARIA FARINHA) NA
EXTREMIDADE SUL DA ILHA DE ITAPESSO-
CA -- ILUSTRA EXEMPLARMENTE A COSTA
EPIGENICA, COM SUA ESTRUTURA DISCOR-
DANTE LEVEMENTE INCLINADA PARA O MAR**

**FOTO 2 -- P O N T E «GETOLIO VARGAS»,
QUE LIGA ITAPISSUMA (A DIREITA) A ILHA
DE ITAMARACA. OBSERVE-SE A REDUZIDA
LARGURA DA CALHA REAL DE ESCOAMENTO
DO CANAL DE SANTA CRUZ, TRANSPOSTO
PELA PONTE. NA CABECEIRA DESTA, A ES-
QUERDA, COMEÇA O LONGO ATERRO, DUAS
VEZES MAIS COMPRIDO, QUE A COMUNICA
COM A BASE DA COLINA DA PENITENCIARIA
AGRICOLA. ESSE ATERRO FOI CONSTRUÍDO
SOBRE UM TERRAÇO ESTRUTURAL AFOGADO.
TALHADO NO MAESTRICHTIANO (FORMAÇÃO
GRAMAME), QUE É UM BORDO DE FALHA**

Mais além, na fronteira de Pernambuco com a Paraíba, o rio Goiana flui contíguo aos barrancos calcáreos de Porto Miramar e Caú. Essa tendência do rio parece corresponder a um outro mergulho da estrutura para o quadrante nor-oriental. O arenito Itamaracá, como deixamos registado, está mais uma vez a cerca de 10 metros sôbre o nível do mar na pedreira de Alhandra, mais ao norte. Esses fatos parecem indicar uma sucessão de empenamentos (ou de arqueamentos) da superfície fóssil, mas transcendem das proporções dêste estudo.

Um exame do ângulo descrito a sudoeste da ilha pelo canal de Santa Cruz corrobora os indícios. A Chã das Pedreiras situa-se dentro do ângulo; o canal drena, entre Itapissuma e a Penitenciária Agrícola, um leito de largura três vezes maior do que a calha real do escoamento, onde trabalham o fluxo e o refluxo das marés: é um vale dissimétrico, com tôdas as aparências de corresponder a um ajustamento a linha de falha, pois a calha é estreita e escava-se a pique junto a um terraço estrutural afogado. Esse terraço emerge em largas plataformas das águas baixas das marés de sizígia, é talhado no maestrichtiano e nele verificaram-se *slickensides*, ou espelhos tectônicos de falhamento (OLIVEIRA e LEONARDOS, 1943, p. 558).

2. OS GOLFÕES PLEISTOCÊNICOS — A formação Barreiras, a que se atribui geralmente idade pliocênica, e até miocênica, mas que preferimos considerar em Pernambuco pliocênico-pleistocênica, repousa sôbre o paleocênico, não raro sôbre o maestrichtiano e mesmo sôbre o arenito Itamaracá. Tôdas essas discordâncias, que ocorrem muito vizinhas em Itamaracá e arredores, não somente referem a idade das falhas a época pré-pliocênica (quando muito ao Plioceno inferior) como também indicam uma movimentada e caprichosa superfície fóssil de erosão do calcáreo. Erosão cárstica, talvez, no intervalo geologicamente breve que decorreu entre o recuo do mar pleistocênico e a deposição das barreiras no rasto da regressão.

MORAES REGO teve uma impressão de relêvo cárstico fóssil em face de terrenos onde afloram calcáreos cretácicos ao norte da Bahia e em Sergipe (LEME, 1943, p. 271). Em Olinda, KEGEL suspeitou duma topografia resultante da cars-

tificação da superfície de assentamento das barreiras. As discordâncias apontadas, somando-se ao aspecto geral da região ao noroeste da ilha, inclinam à mesma hipótese.

É essa região do noroeste uma grande baixada de contorno elítico, cujo eixo maior está grosseiramente orientado pelo curso geral do Botafogo, incidindo o menor, aproximadamente, na "barra" de Catuama. Há uma drenagem convergente dispondo-se nítida entre os interflúvios que a separam, ao norte, do estuário do Goiana e os que a isolam, ao sul, do rio Paratibe (Doce). Com exceção do rio Maria Farinha — cujos formadores têm a mesma atitude consequente do Paratibe em relação à inclinação geral da planície sedimentar mas que, mesmo assim, orienta-se no curso inferior em direção à pressuposta falha, embora acentuando talvez êsse desvio à custa da flecha de Maria Farinha — a rede conflui para um ponto na vizinhança da anastomose dos rios Catuama, Carrapicho e Botafogo, diante do povoado de Atapus.

Uma elevação de uns 8 metros do nível do mar atual indentaria um golfão numa moldura de barreiras dissecada por uns poucos vales penetrantes. O golfão alongar-se-ia para o norte até a base das "chãs" que se levantam entre as cabeceiras do Carrapicho e o estuário do Goiana. A região de Pontas de Pedra até São Lourenço de Tejucopapo e daí para oeste dispor-se-ia como uma península estreita e recurvada para o sul. A ilha de Itapessoca seria desdobrada em duas, a maior das quais representada pelas escassas barreiras que assentam sobre os calcáreos maestrichtianos da fábrica do cimento "Nassau" e a menor pelo torrão residual do morro do Seleiro, que é um cômodo de barreiras, também, mas sobrepostas ao paleocênico. A península de Catuama cederia o lugar, igualmente, a dois ilhotes — os atuais outeiros da Ponte e do Funil, quando muito ligados entre si por um *tombolo*. O golfão avançaria até Igarassu, concentrando aí a antiga drenagem de que dão testemunho os compridos vales orientados entre níveis de terraços de 20 a 25 metros de Igarassu e Itapissuma, paralelos, todos, à linha litoral.

O golfão de Atapús, de resto, não terá sido singular em longo trecho da costa pernambucana no fim do Quaternário antigo. Uma observação procedida ao sul de Itamaracá revelará sucessivamente mais três, contíguos e igualmente amplos. O segundo entre as falésias mortas de Nova Cruz e Olinda, compreendendo os vales atuais do Timbó-Jaguaribe e do ar-

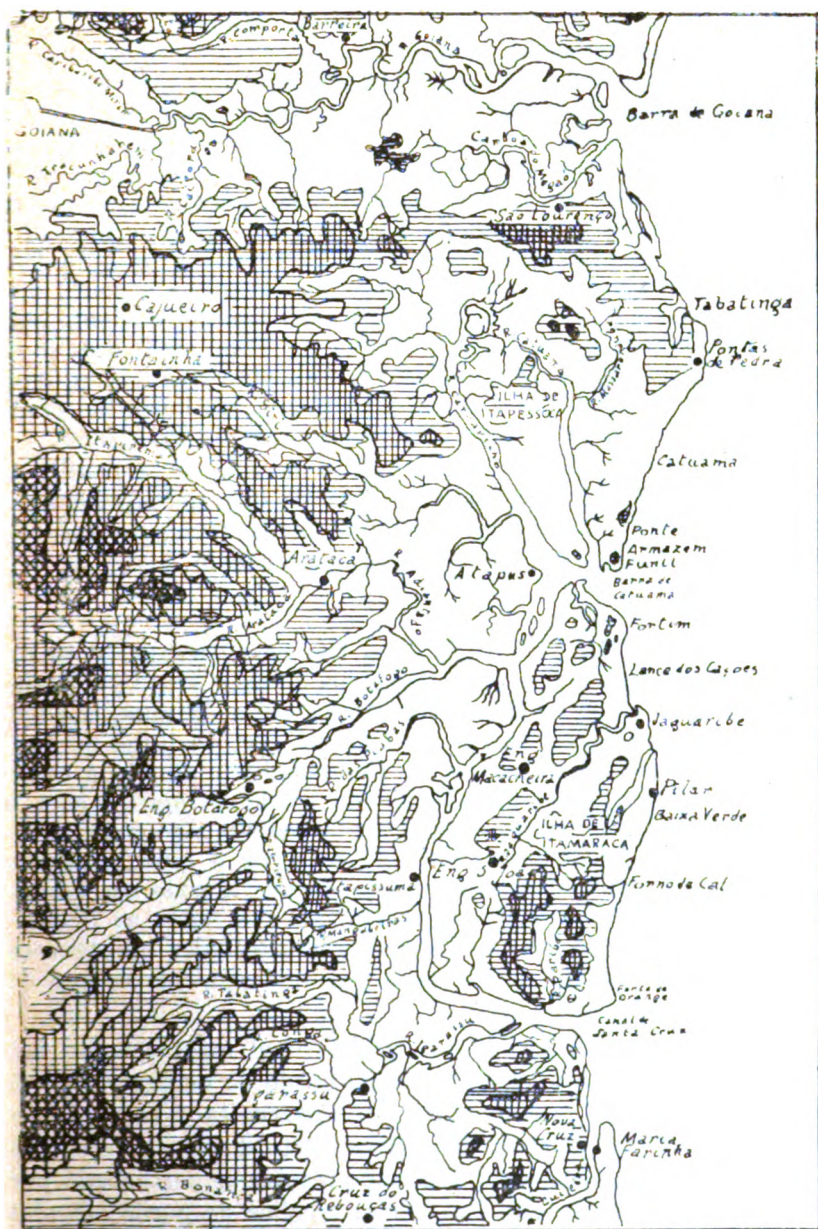


Fig. 2

roio do Desterro, formadores ambos do Maria Farinha, e mais o Paratibe, o rio Doce, e o riacho Mirueira: golfão de festonamentos paralelos, com vales alongados de antigas *rias*, vales superimpostos aos calcáreos de Maranguape, Frágoso, São Bento, Cueiras e Maria Farinha, além de pedreiras outras da região, inclusive as da fábrica do cimento "Poti". Entre as falésias de Olinda e Guararapes, talhadas ambas nas barreiras, alargou-se um terceiro golfão pelas várzeas e estuários do Capibaribe, do Beberibe, do Tejipió e do Jordão, acercando-se do bordo do complexo pelos vales do Camaragibe e do Capibaribe. Finalmente o quarto, entre Guararapes e a ponta das Pedras Pretas, ao norte do cabo de Santo Agostinho, denuncia-se ainda hoje na amplíssima várzea do Pirapama, até a cidade do Cabo, e no estuário do rio Jaboatão. Seu contorno traçou-se nas barreiras e, ao mesmo tempo, no bordo do complexo e nos tufos de rochas efusivas do vale do Pirapama.

A reconstituição do ciclo cárstico de que teria resultado o golfão de Atapús não pode ser tentada com verosimilhança, porém, se não considerarmos a história da formação Barreiras e as variações do nível do mar quaternário.

3. OS NIVEIS DA COSTA — Um perfil levantado paralelamente ao litoral e a 14 quilômetros do mar (fig. 3), desde a latitude do Cabo de Santo Agostinho até a da ponta de Coqueiros, ao norte da "barra" de Goiana, corta a linha de contacto das barreiras na altura de Camaragibe e funciona como demonstrativo da correspondência do bordo do maciço com a sedimentação que nele se apoia. É um registo, ao mesmo tempo, dos mais frequentes níveis de terraços a uma distância constante do mar. Esse paralelismo do perfil pode ser adotado com larga margem de segurança porque todas as evidências indicam que a grande regressão pleistocênica não teve os ciclos tectonicamente perturbados por qualquer paroxismo do maciço.

Vê-se, em primeiro lugar, que o nível mais elevado das barreiras (100-120 m) continua o do bordo do maciço, como se faz evidente ao sul de Jaboatão, e não parece encaixado em nenhum outro; é o nível de 60 metros perto do litoral, como já vimos. O contacto por plano inclinado mostra-se perturbado por uma depressão marginal. Em vários trechos do bordo oriental da Borborema alternam-se os dois feitios e essa alternância é característica dum dos tipos de contactos classificados por TR1-

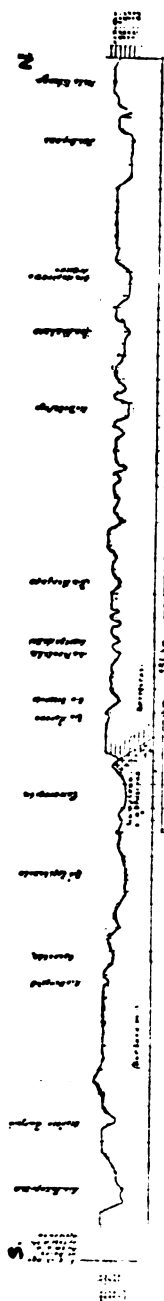


Fig. 3

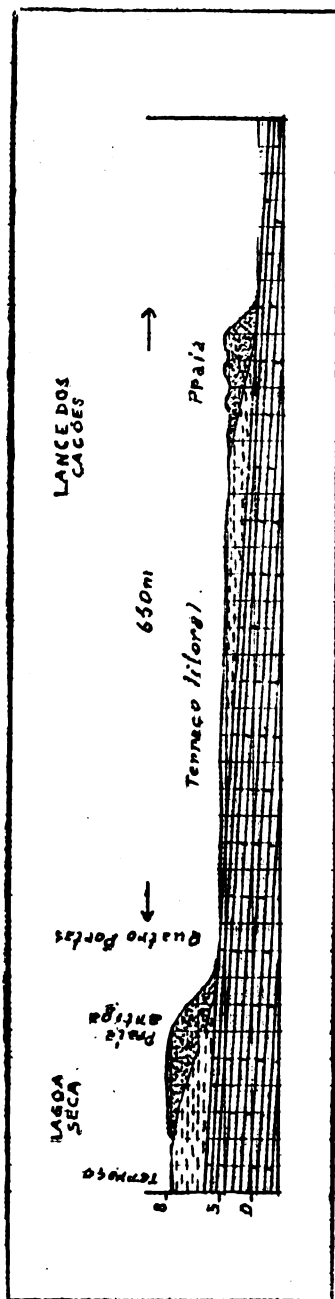


Fig. 8

CART (s/d, p. 39s.). Os níveis de 80 a 100 metros são ainda secções do plano inclinado, de sorte que os embutidos correspondem aos de 40, 20, 7-8 e 2-3 metros, representados na fig. 4. No nível de 20 metros entalham-se os estuários da região; o de 7-8 metros está representado pelas praias antigas de Lagoa Seca (fig. 4, E), Tabatinga e Grilo-Cazumbá, de que nos ocuparemos adiante, e pelo terraço onde se levanta a vila de

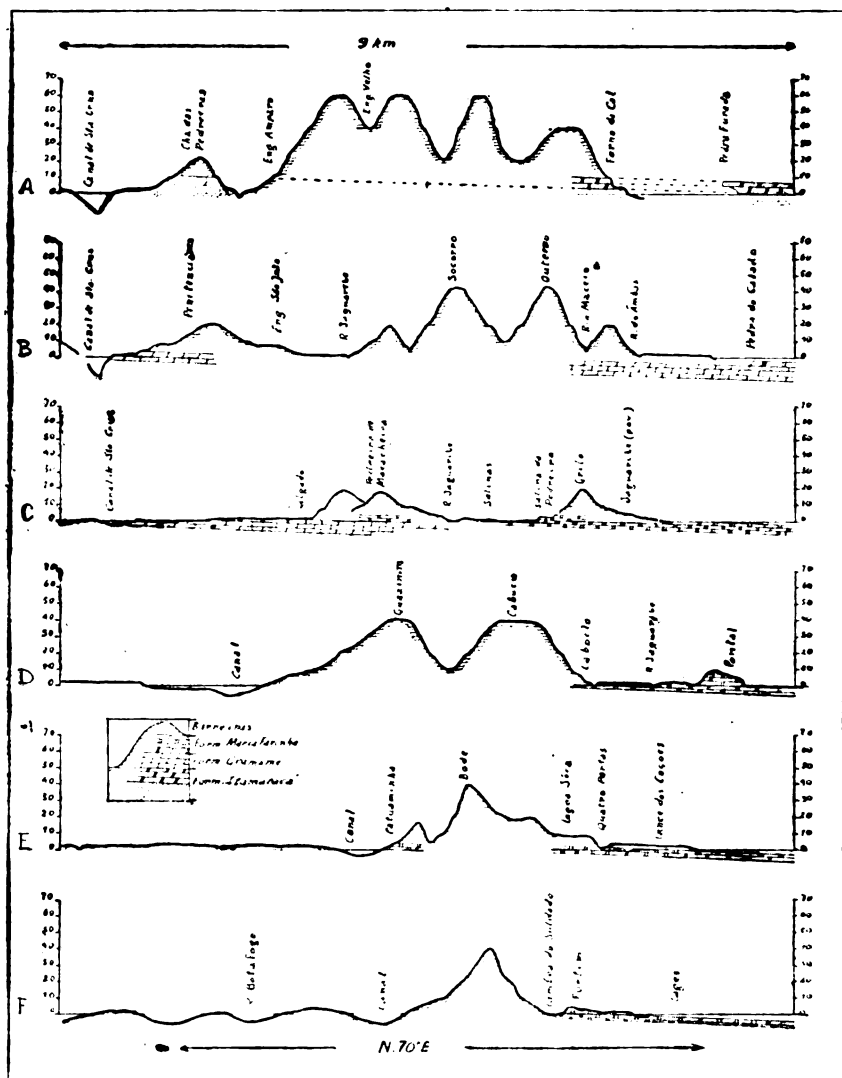


Fig. 4

Itapissuma (B); o de 2-3 metros, finalmente, é os dos terraços costeiros atuais (B e E), correlacionados em várias regiões da costa com recentes planícies de inundação hoje exondadas, e nas quais se encaixam rios como o Pirapama, o Botafogo e os formadores do Goiana, perto da confluência.

b) OS CICLOS GLÁCIO-EUSTATICOS

4. O "GLACIAL CONTROL" — A teoria do *glacial control*, cuja introdução na sistemática geomorfológica é posterior a DAVIS, constitui um poderoso instrumento de interpretação dos ciclos de evolução dum relêvo costeiro que não foi recentemente perturbado por deformações tectônicas.

As evidências paleogeográficas, paleoclimáticas e paleontológicas indicam que houve pelo menos quatro grandes glaciações na história da Terra, com intervalos da ordem de 250 milhões de anos, além de outras menores. As causas desses fenômenos são controvertidas, mas uma coletânea editada por SHAPLEY (1953), da Universidade de Harvard, contém o necessário para a estimativa do estado atual dos conhecimentos a respeito.

O fato positivamente constatado, quer sejam essas causas puramente geográficas, como querem alguns, quer astronômicas, como opina uma grande maioria, é o de que as calotas polares têm variado de extensão — e consequentemente de volume — no decurso das eras geológicas. É o de que as geleiras continentais acompanham o ritmo dessa oscilação, de sorte que grande parte dos empenhos da Glaciologia — uma ciência ainda nova, porém já equipada de notáveis progressos — dedicam-se à verificação do mecanismo pelo qual o avanço e o recuo das geleiras se processa.

Com as inferências de que, conforme ANTEVS e DALY, a cada maior avanço dos gelos corresponde um rebaixamento geral do nível dos mares e a cada recuo um levantamento, restaurou-se a teoria dos movimentos eustáticos de SUESS, que o "netunismo" de WERNER arruinara. Restaurou-se, "sob a forma moderada e aparentemente necessária do glácio-eustatismo" (BAULIG, 1950), "não como hipótese exclusiva, mas supondo isostásia e deformação de fundos marinhos".

A água, com efeito, retida pelas geleiras é subtraída ao suprimento da hidrosfera, isto é: ao produto da evaporação das superfícies líquidas do globo. E quando o *ice cap* polar reduz-se essa água é devolvida aos oceanos. Uma glaciação, portanto, corresponde a um movimento eustático negativo, de regressão marinha, instaurando nas costas ciclos de emersão e repercutindo longe, em vagas de erosão regressiva que remontam os sistemas de drenagem exorrêica. A deglaciação, ou fusão do *ice cap*, produz, pelo contrário, um movimento eustático positivo, de transgressão, ou ingressão, com a submersão de litorais e demais incidentes correlatos. As expressões "fase glacial" e "fase interglacial", usadas para designar os termos dessa variação, propuzeram TONGIORGI e TREVISAN substitutivos que reputam e que são mais adequados: fase *anaglacial*, a que começa num interglacial e segue o crescimento da glaciação até seu termo (período, portanto, de rebaixamento do nível do mar), e fase *cataglacial*, a que corresponde ao decréscimo da glaciação e chega até um novo interglacial (TREVISAN, 1950, p. 512).

Um dos passos decisivos dados para o reforço da teoria do *glacial control* foi a verificação não faz muito, prudente mas certa, de que os avanços e recuos dos gelos fazem-se simultaneamente nos dois hemisférios (AHLMANN, 1952; WILLETT, 1953). Aliás, se as glaciações se tivessem alternado nos dois hemisférios, as baixas latitudes ter-se-iam portado como uma zona neutra, espécie de *pivot* (BAULIG, 1950, e, p. 110). Os *deficits* anuais do volume das geleiras, que vêm sendo orçados e somados desde vários decênios, comprovam estar havendo retrocesso dos gelos em tôda a Terra: nos Alpes francêses como no Chile, no Alasca como na África Central, na Islândia e na Lapônia como na Nova Zelândia e na Terra da Rainha Maud (Antártida).

Consequências climáticas das variações de nível eustáticas com repercussão geomorfológica são, por exemplo, os níveis de acumulação que se identificam em regiões presentemente áridas, e que devem ser consequentes duma mais forte pluviosidade simultânea das glaciações, correspondendo o degelo polar a condições de aridez ou baixa pluviosidade no interior continental (RUSSEL, 1941). Assim os terraços das regiões de drenagem endorrêica, hoje desérticas, testemunham fases anaglaciais; e os que se escalonam nos sistemas de drenagem exorrêica fases cataglaciais.

Na costa da região que ora estudamos são os terraços construídos durante e depois das glaciações Würm os únicos que nos pareceu poderem ser considerados. A Idade do Gelo pleistocênica, durante a qual o ritmo das glaciações se acentuou, abrange quatro principais avanços do *ice cap*, intercalados de recuos das geleiras. O esquema de ZENNER, de cronologia embora contestada, é o comumente adotado na discriminação das glaciações quaternárias: as de Gunz, Mindel, Riss e Würm, respectivamente. Cada uma dessas glaciações teve mais de um estágio de *optimum* climático. A de Würm, a mais recente, teve três, e as de Riss e Mindel, cada uma com dois, foram as mais extensivas (BROOKS, 1949). Concorde-se geralmente, todavia, que foram apenas quatro os *maxima* glaciais primários (WILLETT, 1953).

Um *optimum* climático corresponde ao auge duma deglaciação, portanto dum movimento eustático positivo. O mais longo período inter-glacial, Mindel/Riss, com cerca de 200.000 anos de duração, deve ter devolvido aos mares todo o gelo polar. O cálculo de ANTEVS, de que no auge da Idade do Gelo a elevação média das terras fôra de mais de 300 pés acima do mar, veio a ser quasi literalmente confirmado. Pelo método da reflexão sísmica ficou evidenciado como sobre a atormentada topografia da Antártida jaz um *inlandsis* de 2.500 metros de espessura. Segundo AHLMANN (1952) tinha-se subestimado o volume total das geleiras da Groenlândia, que deve ser de 26 a 36 milhões de metros cúbicos. "A fusão de tamanha quantidade de gelo poderia elevar o nível do mar de 65 a 90 metros; para fazermos uma concessão aos ajustamentos isostáticos a elevação poderia ser de 43 a 60 metros (valor mínimo)".

As regressões deixam marcas que permitem figurá-las tão bruscas quanto lentas se parecem fazer, em vez disso, as transgressões (TERMIER, 1952). Os níveis eustáticos, resultantes do encaixamento da drenagem quando o nível do mar rebaixa-se, correspondem a outros tantos níveis de terraços oriundos da colmatagem de vales, ou de planícies de inundação, ou ainda de *glacis* aluviais e de acumulações litorais (terraços litorais) quando de cada movimento eustático positivo imediatamente anterior ao rebaixamento.

Depois da glaciação würmiana, cujo *optimum* ocorreu ai pelos 25.000 anos antes de Cristo, nova alternativa de avanço e recuo dos gelos produziu-se, nada obstante seja a tendência do Holoceno um retrocesso do *ice cap*, fato êsse perfeitamente

verificado já pela Glaciologia, e, portanto, de elevação do nível dos mares. O que não se sabe é se essa tendência à deglaciação é o comêço do fim da Idade do Gêlo ou se é apenas um recuo temporário, como o foram as fases cataglaciais do Quaternário. As investigações conduzidas nestes últimos anos revelam que entre 2.000 e 4.000 AC muitas geleiras desapareceram e os *ice caps* da Groenlândia e da Antártida decresceram de várias centenas de pés em sua espessura (WILLETT, 1953). Esse *optimum* holocênico é considerado como sendo o encerramento da última glaciação pleistocênica, a de Würm, que estivera no auge 25.000 AC. Mas uma “pequena idade de gêlo”, a *Little Ice Age* dos glaciologistas norteamericanos, sucedeu-se a êsse *optimum* 500 (MATTHES) ou 200 (AHLMANN) anos antes da Era Cristã. Dessa “pequena idade do gêlo” parecemos ter começado a sair meio século atrás. As geleiras recuam agora, com efeito, e o nível dos mares se levanta.

A importância do *optimum* pós-glacial está em que aparece documentado nas mais distantes regiões do mundo, onde o movimento eustático positivo depositou a categórica evidência “de praias levantadas” (praias antigas) holocênicas (*raised beaches*). BROOKS, que avalia ter sido da ordem de 3 metros o levantamento do nível do mar (sôbre o zero atual), enumera os lugares onde fôram identificadas essas praias: Terra de Francisco José, Espitzbergue, Noruega, litorais bálticos, Islândia, Groenlândia, Irlanda, leste e centro da América do Norte, Patagônia e Terra do Fogo, Nova Zelândia, Austrália meridional e oriental, África do Sul e Antártida. Podemos seguramente acrescentar à relação, já agora, os terraços costeiros de Itamaracá, construídos na fase cataglacial pós-würmiana e exondados durante a anaglacial que há pouco culminou com a “pequena idade do gêlo”.

5. OS TERRAÇOS EUSTÁTICOS — Dos quatro níveis embutidos na superfície de 60 metros de Itamaracá e vizinhanças, e cuja relação faz-se a seguir, o primeiro foi, provavelmente, constituído de planícies de inundação ou estuários depressa sepultados pelo avanço do *glacis* de erosão da Borborema (barreiras).

Planícies de inundação e estuá-

rios (?) (60 m) Riss-Würm (interglacial)

- 1.º) *Terraços* de 40 m. (Socorro, Jararaca, Cabucu, etc., entalhados no *glacis*) Würm I
- Planícies de inundação e estuários Würm I/II (interestagial)
- 2.º) *Terraços* de 20 m. (Penitenciária, etc.) Würm II
- Estuários e acumulação litoral Würm II/III (interestagial)
- 3.º) *Terraço litoral e praia antiga* de Lagoa Sêca; *p. antiga* de Tabatinga; *tombolo antigo* Grilo-Cazumbá; *terraço* (de estuário) de Itapissuma, de 7 a 8 m. Würm III
- Afogamento de embocaduras e estuários *Optimum* pós-glacial (interestagial?)
- 4.º) *Terraços litorais* do Pilar e do Lance dos Cações, 2 a 3 m; salinas e “salgados”; rios encaixados no leito maior “Pequena idade do gelo”

No auge da emersão (Würm III) o mar deve se ter rebaixado de 14 a 15 metros desde o nível de acumulação interestagial Würm II/III. O litoral dispunha-se, então, na região de Itamaracá, a uns 10 quilômetros da praia atual. Uma linha ligando o nível de 120 metros, a 15 quilômetros do litoral, à superfície das “chãs” de 60 metros mais próximas do mar (a “chã” de Vila-Velha-Amparo, p. ex.) corrobora a estimativa. Corroboram-na também a profundidade do braço inferior do canal de Santa Cruz (fig. 5) e as cartas de navegação do Ministério da Marinha, que deixam evidente, no arranjo das curvas batimétricas, a projeção de dois vales submarinos que da “barra” de Catuama e da “barra” da Ilha prolongam-se um ao encontro do outro e confluem ao largo da barreira atual de recifes.

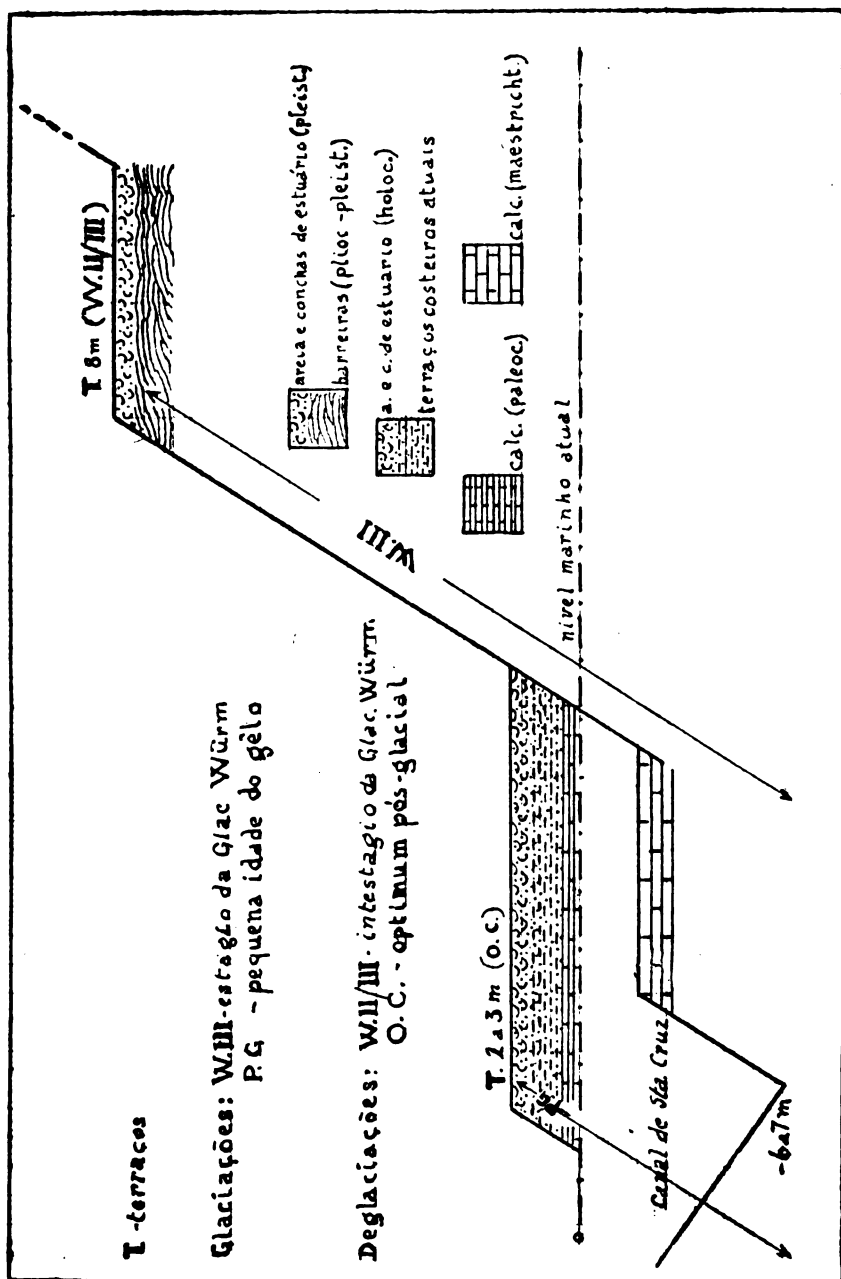


Fig. 5

Depois dêsse rebaixamento de 14 a 15 metros começou o movimento eustático positivo resultante do *optimum* climático pós-glacial, que levantou o nível marinho até 2 ou 3 metros acima do zero atual. É certo ter havido então o afogamento cujos sinais são hoje os mais recentes e persistem porque o movimento eustático negativo da fase anaglacial da "pequena idade do gelo" foi de amplitude três vezes menor. Dessa submersão costeira restam como testemunhos, além de embocaduras *ainda* afogadas, os terraços litorais de Itamaracá, de que nos ocuparemos a seu tempo.

O exame da passagem do nível de 20 para o de 7 a 8 metros (fase anaglacial correspondente ao estágio II de Würm) inclina a figurar uma muito lenta evolução do ciclo, salvo se prevalece outra hipótese, que mais adiante proporemos. De qualquer forma o desnível é suave, como correspondendo a uma prolongada evolução durante a qual se tivesse rebaixado o nível marinho bastante além daquele a que voltou para depositar a praia antiga de Lagoa Seca e o *tombolo* Grilo-Cazumbá, muito depois de ter esculpido o *replat* da colina da Penitenciária. Foi nesse tempo que o golfão de Atapus se dilatou, talvez, nas proporções em que o figuramos *retro*, neste estudo.

c) — O PEDIMENTO REGIONAL

6. AS EVIDÊNCIAS ESTRATIGRAFICAS — As barreiras, como as podemos vêr em Pernambuco, não são depósitos marinhos exondados pelas regressões pleistocênicas e holocênica, mas um *glacis* que se apoia, ao mesmo tempo, no maciço e na cobertura sedimentar transgressiva; constituído, portanto, de formações detríticas, que se acumularam e dilataram progressivamente com o recuo do mar e têm mais de 100 metros de espessura.

A origem dessa formação pode remontar, é certo, ao Terciário semi-árido, mas sua história projeta-se pelo Quaternário, excepcionalmente perturbada por oscilações do nível marinho e consequentemente por variações climáticas repetidas.

Sobre a estrutura transgressiva que se fôra frontalmente apoiando no bordo do maciço até o Paleoceno, pelo menos, a formação Barreiras estabeleceu-se progressivamente, à medi-

da que a regressão comandava a ablação que removeu, uma após outra, se as havia, as camadas do hiato estratigráfico modernamente verificado. Estabeleceu-se também sobre festonamentos talvez já eminentes do bordo do maciço, como o cabo de Santo Agostinho, e sobre os tufos de traquitos e riolitos das vizinhanças dêste: como uma sequência de *glacis* de grande proporções onde essas espécies de *inselbergs* parecem significar lençóis de escoamento superficial, de aplanamento e erosão lateral, anteriores à sedimentação.

Os materiais assim depositados na esteira da regressão marinha são êstes cujos contactos hoje verificados com os calcáreos paleocênico e cretácico fazem-se sem discordância litológica precisa, maugrado o considerável hiato estratigráfico: horizontes de transição ainda mal estudados do ponto de vista da Geomorfologia dinâmica, mas que essencialmente se comportam de tal modo que o teor calcáreo das argilas cede o passo, de baixo para cima, às argilas arenosas águas rasas tranquilas, ou mesmo a arenitos calcáreos de antigas praias, ou cordões litorais, como os que construíram os recifes — barreiras de hoje.

Há perto do Recife, em Dois Irmãos, um recife debaixo das barreiras — praia ou cordão litoral litificado, fóssil, do tipo dos que marcam as transgressões interestagiais: há de ser excelente documento, portanto, do ciclo de emersão durante o Quaternário e do avanço das barreiras sobre o fundo marinho progressivamente exondado. Como isso deve ter continuamente acontecido enquanto a emersão se processou, a formação Barreiras não é apenas pliocênica. As barreiras de Guararapes, Olinda e Itamaracá, com altitudes de 40 a 60 metros na imediata vizinhança do litoral moderno, ilustram seguramente o espessamento dos depósitos para leste antes da submersão determinada pelo interestagial Würm II/III.

Alguma coisa da aparente desordem estratigráfica da formação deve ser resultante dos repetidos processos litorais, desenvolvidos durante os estágios würmianos e holocênico: areias de diversos calibres, diversamente misturadas com argilas mais ou menos calcáreas e apresentando às vezes estratificação eólia, provável testemunho da construção de dunas, principalmente litorâneas; mas é certo, também, que a estratificação cruzada pode ser resultante de sedimentação rápida por fortes correntezas, ou vestígios de deltas, ou de leques aluviais. Só o exame morfoscópio dêsse material pode explicá-lo; eis, porém, um dos horizontes das barreiras descritas

em Olinda por OLIVEIRA e RAMOS (1951, p. 11): "areia argilosa, pardacenta, de granulação gradativamente crescente de cima para baixo, com seixos rolados na base e estratificação cruzada". Leitos de seixos rolados são vistos frequentemente nos cortes das auto-estradas que a partir do Recife se desdobram pela faixa costeira. Um dos mais impressionantes manifesta-se no corte ao longo do qual a rodovia desce os tabuleiros para o vale do rio Tracunhaem, a 2 quilômetros de Goiana, ao lado do engenho Bujari. Goiana mesma, edificada na garupa da confluência do Tracunhaem e do Capibaribe-Mirim, está sobre um leito de seixos rolados 14 metros acima dos depósitos quaternários do estuário. Ocorrências desse gênero, constantemente repetidas, fazem pensar em rios sobrecarregados e divagantes e induzem irresistivelmente a identificar a faixa plana costeira das barreiras, levemente inclinada para o mar, com uma orla de *glacis* detríticos no bordo da Borborema.

7. O CONGLOMERADO DO CABO — O amontoamento, com efeito, de massas consideráveis de materiais detríticos dispostos em lençóis constitui evidência de pedimentação. E vestígio, portanto, dum regime sob o qual se terá processado uma acelerada evolução de interflúvios por solapamento lateral cada vez que uma drenagem se encaixou. As condições dessa evolução são bem realizadas nos climas semi-áridos pelos lençóis de inundação (*sheet floods*); mas quem se tiver inteirado do magnífico estudo de RUELLAN (1953) sobre o papel das enxurradas no modelado do relêvo brasileiro não poderá deixar de conceber, igualmente, condições de efeitos similares em climas de estações seca e úmida alternadas, com vigorosos aguaceiros.

Um paleoclima semi-árido regional pode ser referido, sem dúvida, ao Terciário médio pelo menos. Sob tais condições o pedimento desenvolve-se ao pé duma escarpa montanhosa, concentrando-se a água em torrentes, primeiro, e depois alastrando-se em escoamento superficial. Onde a escarpa original, contudo, do pedimento do maciço? As barreiras dispõem-se, como já deixamos por mais de uma vez acentuado, numa planura uniforme e suavemente levantada para o bordo do complexo, e passa-se insensivelmente quasi dos terrenos sedimentares da cobertura para os níveis correspondentes da Borborema. A um quilômetro, porém, da cidade do Cabo, ao lado da Distilaria "Getúlio Vargas" e a menos de 10 quilômetros do litoral, um

corte recentemente procedido numa das colinas da várzea do Pirapama para a construção da nova rodovia põe à mostra um denso conglomerado de seixos rolados de feldspato, com 20 a 40 centímetros de diâmetro, testemunhos dum *glacis* cuja espessura pode ser avaliada quando se identifica o mesmo conglomerado ainda a 60 ou 70 metros de altitude, quasi no topo do môrro que domina a cidade e que é nele esculpido. É êsse um testemunho irrecusável da presença outrora, em lugar que hoje se acha bem próximo da costa, de considerável escarpa montanhosa onde um regime torrencial de clima semi-árido construiu colossal pedimento. A região presta-se particularmente, aliás, a uma orientada pesquisa a respeito da dissecação do antigo pedimento, porque são neste modeladas as colinas que bordam a várzea do Pirapama. A pouca distância do *glacis* torrencial descrito aparecem, noutro corte da estrada, grandes lentes de areia e areia argilosa, alternando com leitos de argila e seixos: um leito fluvial característico. Os pedimentos são, com efeito, “uma forma de equilíbrio resultante da ação dum curso d’água constantemente carregado ao limite, e porisso incapaz de se encaixar de maneira durável, mas cujos braços, espalhando-se e divagando numa zona de rochas brandas, têm uma grande força de erosão lateral” (DRESCH, 1950, p. 23). Com efeito, o solapamento lateral exercido em rochas brandas pelos cursos d’água saturados de calibres grossos e médios é uma ferramenta de incomparável poder” (BIROT, 1950, p. 12). Em climas úmidos ou não, basta, para que isso ocorra, que determinadas condições orográficas, ou hidrológicas, ou ainda granulométricas sejam preenchidas. A hipótese do regime fluvial irregular é adequada, portanto, às aparências estratigráficas da formação Barreiras e, tanto quanto se pode aquilatar, às topográficas da superfície sôbre que se desenvolveu o pedimento e se espessou o *glacis*. Dessa superfície fossil são testemunhos, na região do Cabo, os traquitos intensamente decompostos que estão por vezes na base do depósito e os tufos de rochas efusivas de Algodoads, com o topo aplanado e recoberto duma tênue camada de barreiras.

A formação Barreiras deve remontar portanto a um longínquo passado. Durante o Estágio de Geomorfologia ministrado no Recife em 1954 RUELLAN acentuou as evidências da movimentada drenagem que os leitos das barreiras documentam e do relêvo de acidentes que tais conglomerados testemunham. Não houve, com efeito, uma estrutura monótona e uniforme que se tivesse elevado e dissecado. Trata-se dum re-

lêvo policíclico, onde cada relêvo resultante de drenagem encaixada foi recoberto por novas deposições; instalando-se na superfície de cada uma destas novo ciclo, retomou-se a erosão cada vez que uma cobertura móvel veio a ser removida.

Em Pernambuco pelo menos (o autor não estendeu suas pesquisas além da faixa costeira indicada) as barreiras são uma das "plaines de piedmont" sumariamente referidas por DE MARTONNE (1925, p. 578) na quarta edição de seu *Traité*. Ou uma sucessão daquelas "plains of older alluvium" a que se referem FINCH and TREWARTHA (1949, p. 292): planícies tão demoradamente depositadas que suas superfícies perderam a maior parte dos canais distribuidores, diques marginais e outras formas de planícies aluviais recentes, e chegam a ter feições que resultam mais da erosão superficial do que de deposição. "A estrutura interna de algumas dessas planícies trói sua origem. Porque, ao envés dos sedimentos marinhos bem estratificados das planícies costeiras *sensu strictu* (*coastal plains*), seus sedimentos são leitos irregularmente depositados por antigos rios". Os citados autores registam como as maiores planícies dêsse tipo alastram-se ao longo dos bordos de maciços montanhosos "e foram sem dúvida alguma, no tempo de sua formação, vastas planícies aluviais de pedimento".

Tudo indica que a série Barreiras seja uma das mais consideráveis planícies de pedimento do mundo: estende-se desde o alto Amazonas até o Maranhão e daí, pelo litoral, alcança o Espírito Santo e reaparece em Minas Gerais e no Estado do Rio, bordando sempre o maciço pré-cambriano. A presença, no bordo ou nas vizinhanças do maciço, de estruturas mais novas, comunicando às barreiras variedade de composição ao longo da enorme faixa, denota a continuidade do ciclo de pedimentação através de dilatados tempos. Assim, concentrações de sedimento rico em material de origem vulcânica fôram recentemente identificadas nas barreiras do Tapajós, parecendo serem êsses depósitos de procedência andina (AMARAL, 1954). No vale do Itapicurú, no Maranhão, verificou-se a ocorrência de calcáreos nas barreiras. A correlação de dados como êsses pode constituir a chave de certos problemas geológicos e paleogeográficos de conjunto do Brasil.

Em Pernambuco são êsses depósitos resultantes, ora do complexo granítico-gnáissico, ora das intrusões de rochas efusivas que ocorrem ao sul do Recife, nas circunvizinhanças do cabo de Santo Agostinho. Num dos cortes da estrada do Cabo,

com efeito, evidenciaram-se contactos da argila das barreiras com massas de traquito intensamente decomposto. A data dessas intrusões é ainda um problema. Mas o mais recente paroxismo da Borborema deve remontar ao Plioceno.

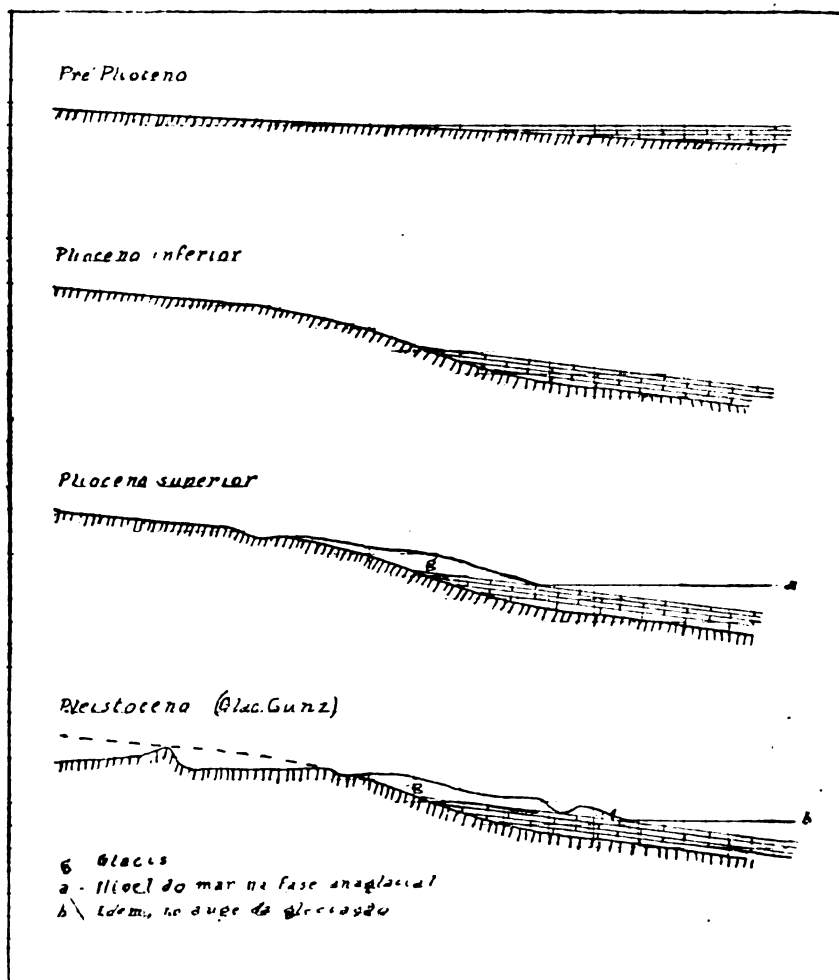


Fig. 6

8. O PAROXISMO PLIOCÊNICO — O bombeamento de grande raio de que resultou êsse “edifício ligeiramente dômico” que ora constitui, no dizer de AB’SABER (1953), “uma

das saliências médias de nossos maciços pré-cambrianos”, com uma drenagem fundamentalmente radial e uma conservação notável de seus níveis de erosão — circunstância que deve estar ligada à relativa homogeneidade do complexo metamorfozizado; o mais recente paroxismo de que resultou a Borborema está documentado pela geral inclinação de meio grau, em toda a costa, dos leitos maestrichtiano e paleocênico da transgressão frontal sobre o maciço. A dualidade de facies com que se apresenta o arenito de Itamaracá (campaniano?), ora marinho, ora continental, não foi ainda estudada em relação aos estratos subjacentes, mas parecem indicar, ou movimentos bruscos de deformação no Cretáceo médio, ou superior, ou registros, apenas, de regressões marinhas correspondentes aos estágios da glaciação da segunda metade do Mesozoico. A frequência, contudo, de calcários zoógenos, indicativos de mares rasos, a relativa finura de depósitos mesmo perto da margem (TRICART, s/d, p. 11) e as conchas espessas dos moluscos fósseis parecem afiançar que o continente não forneceu, até o Paleoceno, materiais grosseiros. A esse tempo, com efeito, “mares pouco profundos, de fundo plano, eram bordados por continentes onde o adormecimento das forças tectônicas tinha permitido que as pendentes se fizessem muito vizinhas de seu valor limite” (TRICART, loc. cit.).

Ainda depois do Paleoceno deve ter o maciço conservado, no Terciário médio, essa estabilidade até o Plioceno. É provável, portanto que o ciclo de pedimentação que é a história mesma das barreiras tenha sua origem nessa época. Seria então pliocênico o mais recente paroxismo da Borborema, porque a existência dum *glacis* tão antigo demonstra que o maciço foi desde então teatro duma evolução assinalada pela ausência de movimentos bruscos de deformação.

O Plioceno foi, com efeito, uma época de desnivelamentos espasmódicos, mas também de fases de inteira estabilidade temporalmente maiores, cada uma, do que o Quaternário inteiro (BAULIG, 1950, p. 35). A pedimentação do domo da Borborema deve assim ter evoluído durante grande parte dos fins do Terciário, projetando-se além pelo Pleistoceno; já então, porém, sob um regime climático mais de uma vez transornado.

O “pedimento regional” (TRICART, s/d) tem sua instalação dessarte referida, sem dificuldade, a condições de semi-aridez reinantes, segundo as melhores evidências paleogeográficas, durante a metade, quasi, do Terciário (BROOKS,

1949, p. 192). As dunas fósseis, autênticas ou não, têm intriguado mais de um dos geólogos que as surpreenderam nas barreiras. Assim MORAES RÊGO, um dos primeiros a atentar para o fato, enquanto BRANNER denunciara apenas o caráter continental-fluvial da formação. Assim também LEME (1943) e VAGELER, FRANCO e GÊVE (1954), êstes tendo estabelecido confrontações diretas entre as dunas brancas, atuais, da costa de Natal, e as dunas vermelhas fósseis subpostas. A distribuição não só longitudinal, mas transversal também à costa, do fenômeno tentou mesmo alguns a figurar sumariamente desérticas as condições sob que se construiu a formação. Há, contudo, a evidência igualmente dum paleoclima severamente quente e úmido, como o atestam as barreiras pesadamente oxidadas. A carstificação provável no golfo de Atapus corresponderia a êsse paleoclima. A laterização é, na verdade, a nota dominante na formação Barreiras.

A alternância de estações úmidas, com forte pluviosidade, e estações secas, com temperatura elevada e rápida evaporação, está na base dos processos de intensa oxidação dos solos. A água absorvida durante a estação úmida, carregada de soluções diluídas por lixiviamento das rochas pelas quais circulou, é paulatinamente restituída à superfície à medida que a evaporação faz progressos durante a estiagem. Vão essas soluções, dessarte, concentrando-se e precipitando os materiais dissolvidos tanto mais depressa quanto menos solúveis. Entre os menos solúveis estão os hidróxidos de ferro e de alumínio, que se concentram respectivamente na superfície e logo abaixo desta, comunicando ao terreno as colorações vermelha, laranja e amarelada, comumente escaladas em profundidade. Acontece nas barreiras, não raro, que êsses horizontes de oxidação assim dispostos jazem por baixo de sedimentação espessa onde a mesma escala se repete. Permitindo conjecturar seguramente que cada uma dessas pilhas, uma vez decomposta pelo modo indicado, veio a ser recoberta por novas camadas, na espessura das quais voltaram a se exercer os mesmos processos de oxidação. Essa é uma evidência que se faz sentir pelo menos até mais de meio caminho entre o litoral e o bordo do maciço.

A extrema penúria das barreiras em fósseis é uma consequência dessa decomposição incessantemente renovada. Da base da formação até o topo a evidência repete-se. Num corte perto de Abreu e Lima (rodovia Recife-Goiana) os horizontes inferiores mostram-se intensamente caolinizados sobre o calcáreo paleocênico igualmente muito decomposto, e o con-

tacto é assim dissimulado. Entre o Recife e Jaboatão, no antigo pôsto-fiscal de Sucupira (km 16), uma massa espessa de argila só se distingue da argila transportada das barreiras por serem manifestos os sinais de sua condição de regolito: a armadura de gnaisses dobrado, falhado e decomposto *in situ*, que representa raízes do complexo. A decomposição dos granitos-gnaisses em clima úmido nunca será, talvez, referida com excessiva ênfase. Em Sucupira isso reflete-se na topografia: as colinas muito regulares, quasi tabuliformes, não são esculpidas nas barreiras, como à primeira vista parecem. São trabalhadas pela decomposição diretamente no complexo.

9. O PROBLEMA DO PEDIMENTO — Na tentativa de associar as variações climáticas através dos tempos à sucessão das eras de tranquilidade e agitação da crosta terrestre, estabeleceu BROOKS (1949) como às maiores proporções das áreas continentais, durante os ciclos glácio-eustáticos negativos, terão correspondido mais fortes gradientes barométricos e, conseqüentemente, maior velocidade média dos ventos e aumento correlato das perturbações atmosféricas. São êsses os tipos de clima *glacial*, contemporâneos das revoluções da crosta, por oposição aos dilatadíssimos períodos *normais*, das fases de quietação (RUSSELL, 1941). Contesta-se fundamentalmente, é certo, a teoria, não apenas demonstrando-se a insuficiência das causas geográficas das mudanças de clima (WOLBACH, 1953), mas também coligindo-se fatos que parecem atestar a inexistência de verdadeiramente enormes hiatos geológicos de total inatividade tectônica (TRICART, s/d). Não há dúvida, porém, de que os períodos de baixo nível dos mares têm sido chuvosos, como testemunham, nas regiões áridas interiores, os níveis de deposição resultantes da maior pluviosidade simultânea da glaciação. Sabe-se, com efeito, como a repartição geral das terras e dos mares interfere com o zoneamento e os regimes climáticos.

É, portanto, do ponto de vista da sequência das glaciações do Pleistoceno, sob paleoclima por vezes super-úmido e certamente mais quente do que o atual (porque às maiores áreas continentais corresponderam também um mais preciso zoneamento climático e variações sazonais melhor marcadas) que o segundo capítulo da história das barreiras deve ser concebido.

Em estudo moderno intitulado *Geologic evidence of late Pleistocene climates*, salienta HACK (1953) o interesse cres-

cente que a Geomorfologia vem afinal dedicando aos controles climáticos de deposição e erosão. “Nos começos do século — escreve —, especialmente na América do Norte, as formas de relevo das regiões não glaciadas foram estudadas principalmente como índices e medidas de variações de nível e diastrofismo. Hoje o velho ponto de vista mudou e a relação entre o clima e o relevo é a maior empresa da Geomorfologia. Estamos certos, agora, de que o clima é um fator de controle da erosão e da deposição”.

O conceito clássico do pedimento vinculou-o geneticamente ao deserto (*desert pediment*) ao ser enunciado por W.J. McGEE, em 1897, e desenvolvido mais tarde por W. M. DAVIS e outros: sempre como um efeito geral de lençóis de escoamento superficial (*sheet floods*) em desertos.

É também clássico o perfil do pedimento cuja superfície plana, inclinando-se suavemente para a *bajada*, que é seu nível de base, forma com a vertente da montanha um ângulo de 130 graus em média. Essa vertente abrupta chama-se *knick-line* e é ordinariamente retilínea ao longo da frente, embora a pedimentação avance pelos desvãos dos festonamentos do bordo do maciço (VON ENGELN, 1942, p. 433). Aliás VON ENGELN admite a pedimentação em regiões cuja drenagem se faz continuamente para o mar; mas adverte, fiel ao deserto, que não tem, nesse caso, qualificação especial.

Clássica é ainda a discussão do problema da origem dos pedimentos e da contemporaneidade ou não de sua dissecação. Será o pedimento formado por solapamento lateral do maciço, por obra dos lençóis de inundação dos grandes rios dele oriundos? Ou será, em vez disso, construído por lençóis de escoamento superficial difuso ou concentrado e por meteorização com erosão regressiva das vertentes? A segunda hipótese pressupõe rios sobrecarregados de material de pequeno calibre; DAVIS, que sistematizou as duas, preferiu-a. LOBECK (1939, p. 557), resumindo a discussão, entende que os pedimentos são principalmente formados por erosão lateral e que a dissecação ocorre, no ciclo normal de seu desenvolvimento, quando os rios transportam das montanhas uma carga mais reduzida de materiais sólidos. Com essa opinião, portanto, toma partido em face da segunda controvérsia: representará a dissecação atual dos pedimentos uma mudança de condições climáticas, ou será “congenita”, isto é, ou acompanhará desde a origem o desenvolvimento do *glacis*?

O estado atual dêsse debate, contudo, concorre para que não se precise de desmontar a hipótese da pedimentação regional da Borborema quando ao clima semi-árido do Plioceno sucederam-se os climas quentes e úmidos da Idade Glacial.

Encontrou DRESCH (1950, p. 19) na África do Norte pedimentos formados em regiões chuvosas, onde as precipitações são da ordem de 600 a 1000 mm por ano (no Riff e na Tunísia). E tanto em regiões continuamente drenadas para o mar quanto nos bordos de bacias de drenagem endorrêica. O que lhe parece, então, condicionar-lhes o desenvolvimento é a "alternância de estação seca e estação úmida de chuvas violentas, com concentração de precipitações durante alguns meses do ano". E somente se observam, nessas condições, em rochas brandas bastante homogêneas, ao pé de relêvos residuais de rochas duras.

Durante o Congresso Internacional de Geografia (1949) reunido em Lisboa sustentou BIROT (1950, p. 9 e s.) que o problema da origem dos pedimentos se esclarece quando se distinguem os que se desenvolvem em rochas relativamente duras (relativamente à erosão linear), mas sujeitas à decomposição granular, dos que se formam em rochas brandas. Os primeiros parecem resultar dum "recuo das vertentes sob a ação das intempéries (teoria de DAVIS) sendo sua base incessantemente polida pelos lençóis de inundação (*sheet floods*), cursos d'água divagantes e simples escoamento superficial concentrado (*ruissellement*)". Enquanto isso, os que se constituem em rochas brandas "explicam-se facilmente pelo solapamento lateral que exercem os cursos d'água relativamente saturados de seixos de calibre grosso e médio (teoria de JOHNSON)".

BAULIG (1950, p. 16-17) propõe, com o apóio de BIROT, a substituição do termo "pedimento", etimologicamente equívoco, por "*glacis (rocheux)*", que implica superfície ao mesmo tempo plana e suavemente inclinada para o exterior. E discrimina as condições sob que pode haver pedimentação em clima úmido: quando "o escoamento não logra se encaixar e se concentrar em proveito de certos vales. Quer isso dizer que a corrente se acha constantemente carregada ao limite de sua capacidade (*puissance*), ou seja: encontra constantemente na superfície do pedimento uma superabundância de detritos de todos os tamanhos. Isso pode ser devido à natureza da rocha, facilmente removível e formada de materiais de calibres diversos".

10. A EVOLUÇÃO DO "GLACIS" — A evolução das barreiras como pedimento regional, ou franja de *glacis* contiguamente anastomosados e sucessivamente cavalgados através dos tempos, fez-se através de ciclos climáticos diversos. Quando o paroxismo pliocênico empinou o velho maciço, já então peneplanado (ou pediplanado?) até as raízes durante o Cretáceo superior e a maior parte do Terciário, instalou-se no bordo soerguido um ciclo de pedimentação em clima semi-árido. O estado de aplanamento pré-pliocênico do bloco parece satisfatoriamente sugerido, como já vimos (p. 35), pelo facies dos calcáreos zoógenos maestrichtiano e paleocênico. A Borborema, a partir do paroxismo, não terá sofrido mais nenhuma deformação considerável, pois o *glacis* aluvial, típico dos climas semi-áridos, representado pelos lençóis detríticos que numerosamente se intercalam na formação Barreiras, ter-se-iam decerto deslocado em consequência dum novo paroxismo. Em outras palavras, o equilíbrio dêsse material de diminuto calibre dos cascalheiros ter-se-ia rompido, no caso do levantamento do maciço em que se apoia o *glacis*.

O pedimento pliocênico evoluiu à maneira do ciclo clássico indicado. As pegadas do recuo da *knick-line* do primitivo pedimento devem ser procurados hoje a muitos quilômetros da costa, como na serra de Taquaretinga (800 m), sobre um nível de 400 a 450 metros, onde se embutiram outras superfícies de aplanamento, como a de 340 a 360 metros ("nível de Surubim", RUELLAN), e onde mamelões documentam o trabalho de erosão lateral de lençóis de escoamento superficial difuso. As superfícies de aplanamento escalonadas da costa para o interior sobre a Borborema, devem talvez evidenciar, quando sistematicamente correlacionadas, estágios correspondentes à evolução dos ciclos eustáticos negativos do Pleistoceno. O recuo da escarpa (por pediplanação?), aliás, deve ter contrabalançado minimamente embora a transição climática pliocênico-pleistocênica. Ainda hoje o *glacis* em plena evolução onde se levanta a cidade de Vertentes desdobra-se ao pé da serra de Taquaretinga e corta horizontalmente as movimentadas raízes do complexo: gnaisses folheados, com injeções de quartzo, profusamente falhados localmente, ao pé do *monadnock* duro (*Hartlinge*), de gnaisse lenticular, identificado ali por RUELLAN.

É condição da conservação dos *glacis* de erosão a existência dum nível de base que se eleva por acumulação à medida que aquele evolui, só assim podendo a acumulação fluvial

espessar-se e progredir a montante, "incessantemente dispersada e retomada pelos braços divagantes dos *oueds* e pelos lençóis de inundação" (DRESCH, 1950, p. 25). É DRESCH mesmo quem refere como somente certas subsidências no bordo do Atlas, aliás geologicamente confirmadas, podem explicar a pedimentação regional ali. Ora, em primeiro lugar o paroxismo pliocênico da Borborema, com seu bombeamento de grande raio, levantou acima do nível do mar uma planície costeira *sensu strictu*, constituída pela sedimentação frontalmente transgressiva ainda hoje representada pelas formações paleocênica, maestrichtiana e campaniana (?) remanescentes. Nessa planície costeira apoiava-se necessariamente um mar de águas rasas, depressa entulhado pelos primeiros produtos da erosão continental. Um nível de base favorável ao desenvolvimento do *glacis* deve se ter estabelecido assim, desde os primeiros tempos. Sobrevindo a Idade Glacial, êsse nível de base foi sendo deslocado em função da regressão marinha aparentemente consumada no Pleistoceno superior. Mas foi salientado já como houve pelo menos quatro grandes interrupções (interglaciais) da grande emersão, além das interestagiais. O pedimento foi então extremamente policíclico, escalonando-se sucessivamente sem embargo de seu desenvolvimento regressivo, que se deve ter cadenciado de modo cada vez mais lento, mas que ainda hoje evolui ao pé da serra do Taquarétinga. Porque a cada fase anaglacial do ciclo correspondeu uma rutura de declive, que permaneceu funcionando durante algum tempo como nível de base local do *glacis* a montante. O papel desempenhado por essas ruturas de declive cíclicas em relação às enxurradas — uma forma particular de escoamento superficial difuso regida pela alternância de estações secas e úmidas, com pancadas de aguaceiros tropicais — foi minuciosamente realçado por RUELLAN (1953).

Restaria ainda identificar *inselbergs*, montes-ilhas, eminências isoladas do maciço sobrevivendo ao aplanamento e emergindo à superfície do *glacis*. Mas a frequência desses testemunhos está na dependência do padrão de drenagem: onde o solapamento lateral é regra dominante a subsistência dos *inselbergs* é difícil. Além do que há também a intensa decomposição *in situ* do complexo. As coínas de Sucupira, a que atrás aludimos, podem ser restos dissimulados hoje de antigos *inselbergs*. Nada obstante certas curvas de nível das cartas topográficas, aparentando festonamentos do bordo do maciço, e uma indicação, pelo menos, de afloramento gnáissico ao largo

do contacto (CLEROT, 1945) podem ser devidamente investigadas dêsse ponto de vista geomorfológico com muitas possibilidades de êxito. De resto, a erosão diferencial no pedimento não se deve ter mostrado menos inaparente do que hoje nos períodos úmidos do Pleistoceno.

11. SOLIFLUXÃO — Não se terá uma idéia fiel da dissecação dêsses *glacis* se deixarmos de referir os fenômenos de solifluxão (de *solum*, solo, *fluere*, correr) que com a drenagem interferem no modelado do relêvo.

Tais escorregamentos (*landslides*) de massas do manto residual, de tal modo saturadas pela água que é vencida a fricção que as mantém em equilíbrio nas vertentes (COTTON, 1952), dão mostras de ocorrer de vários modos na evolução do relêvo da ilha e da costa pernambucana em geral, inclusive como deslocamentos repentinos, de efeitos catastróficos, que se registam, vez por outra, nas colinas de Olinda e do Recife e são noticiadas pelos jornais como “desabamentos de barreiras”. Outras vezes, lentos embora, mas implacáveis, põem em grave risco monumentos históricos, como o convento de São Francisco de Olinda.

O *creep*, que é um fenômeno correlato, não constituindo, porém, movimento de massa, mas deslocamento lento de partículas individuais, deve ser responsável pelo “amacramento” das formas das vertentes não costeiras da ilha. Outra coisa é o *slump*, com cisalhamento e espelho de escorregamento característicos, que se acha igualmente representado nas encostas a sotavento contíguas à praia do Forno da Cal e ao terraço do Pilar, bem como na vertente do morro do Funil.

A cobertura vegetal não parece obstá-lo; talvez baste ao *slump* a existência de subsolo impermeável. Assim várias encostas *slumped* sucedem-se, ao longo do litoral, dissimuladas pela vegetação; mas ressaltam com a maior evidência quando se analisam estereoscopicamente as fotografias aéreas da ilha.

O teor argilo-arenoso das barreiras favorece, decerto, a produção do *creep*. Por êle não se explica, porém, a do *slump*, que exige terreno poroso, de materiais mais grosseiros. Parece ter lugar, aliás, somente quando os interflúvios da dissecação regional rebaixam-se além dum certo nível. Os fundamentos da suspeita podem ser brevemente relatados.

O Funil é um morro cuja charneira laterítica só mui recentemente veio a ser desmontada. Os blocos dessa cobertura jazem na base do outeiro e hão de ter, noutro tempo, fornecido à abrasão ferramentas capazes, mas hoje consumidas; tanto que a plataforma na base da falésia rebaixa-se com extrema lentidão. Durante a submersão pós-glacial, com efeito, quando a encosta a barlavento do morro era também atacada pelas vagas, êsses blocos lateríticos desempenharam um papel temporário: na enseada hoje abrigada pela "barra" estão seus restos, extremamente gastos pela abrasão antiga e agora inativos. Nenhum deles existe na base da falésia viva. O morro do Funil, como o do Seleiro, com efeito, começa des-sarte a envelhecer, isto é: a rebaixar-se arredondando-se. No povoado da Barra, ao pé do outeiro, os cais e os alicerces são construídos com uma profusa mixórdia de pedaços de calcário e de canga.

Nas "chãs" de 60 metros (o Funil e o Seleiro são do nível de 40) reputamos a camada de areia superficial um testemunho aluvial das derradeiras divagações da drenagem no *glacis*, sem embargo de seleção posteriormente operada pelos lençóis de escoamento superficial difuso, que acumulam os sedimentos mais finos nas depressões lamacentas vizinhas (RUELLAN, 1953). Essa camada funciona certamente como razão de ser do feitio tabuliforme, pois absorve as precipitações e retarda grandemente, na evolução do relêvo, o arredondamento dos interflúvios, ou seja sua maturidade. O lençol de escoamento reduz-se efetivamente ao mínimo nas áreas planas arenosas permeáveis. Nos tabuleiros regionais essa camada não deve ser espessa. Salvo nalguns lugares onde os cortes da rodovia Recife-Goiana denotam grandes "bolsas" de areia, parecendo entulhamento de calhas de escoamento incipientemente concentrado, tão depressa escavadas quão cedo colmatadas e abandonadas por correntezas divagantes (fenômeno típico do *glacis* de erosão), êsses "areíões" superficiais mostram-se com um metro, em média, de espessura, assentando em sedimentos de permeabilidade mínima. Daí as lagoas de Fontainha, perto de Goiana, onde o aproveitamento agrícola do tabuleiro é compensador. Daí também o aspecto incipiente da dissecação marginal dêsses tabuleiros, visto como o escoamento nas vertentes é ainda quasi nulo, mesmo quando o horizonte impermeável está a profundidade reduzida (DE MARTONNE, 1925, II, p. 637).

Nessas condições, as vertentes desgastam-se segundo planos a elas mesmas paralelos; o nível dos interflúvios manter-se-á até se reduzir a uma crista e somente depois é que as formas se arredondam e o relevo rebaixa-se. Os morros residuais de São João e do Amparo (40 m) ilustram essa maturidade bem perto da "chã" de Vila-Velha-Amparo, ainda adolescente com seu tabuleiro arenoso de 60 metros de altitude.

Há indícios, porém, de que ao nível dos 40 metros corresponde uma outra cobertura protetora, não constituída de sedimentos frouxos, mas representada pela couraça laterítica cujos destroços são vistos no Funil. Uma outra cobertura que funciona, também, como retardamento do ciclo de erosão normal. Se bem que menos durável, porque facilmente fendido e de depressa desconjuntada, essa couraça laterítica, rija e impermeável, deve responder pela conservação do nível dos terraços entalhados quando do movimento eustático negativo da primeira glaciação würmiana. Um corte da rodovia no alto da ladeira do Giz evidencia, com efeito, a intercalação dessa couraça; e ao pé do morro grandes fragmentos de 60 a 70 centímetros de diâmetro, são com dificuldade reduzidos para dar consistência aos trechos lamacentos da estrada. É possível, portanto, figurar que os terraços de 60 metros estejam preservados pela areia e os de 40 pela carapaça laterítica. A advertência de RUELLAN (1953), de que os leitos de concreções lateríticas escalonados nos perfis podem ser explicados em virtude de retomadas de erosão nos vales e rebaixamento do nível hidrostático (aumentando a infiltração das águas pluviais e mudando sucessivamente o nível das concreções), não se estende, por certo, às couraças lateríticas. As concreções, ao contrário destas, aumentam a permeabilidade e são responsáveis, certamente, junto com o material muito grosseiro, argilo-arenoso, com pequenos seixos rolados, da encosta das "chãs" pela ocorrência nestas de *slumps*, dado que favorecem a infiltração.

12. O "ANFITEATRO" DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL — O mais completo *slump* dentre todos, na ilha, ocorre na área parcialmente cultivada da Estação Experimental da Secretaria de Agricultura: o local de origem e de plantio das famosas mangas Primavera, de Itamaracá. A enorme cicatriz, em forma de anfiteatro, com *terraces* concêntricamente escalonadas à guisa de colossais arquibancadas, corresponde



FOTO 3 — FALESIA DO OUTEIRO DO FUNIL, EXTREMIDADE SUL DA PENINSULA DE CA-TUAMA (FOTOGRAFIA TOMADA DE DENTRO DA «BARRA» EM DIREÇÃO AO MAR). NO PRIMEIRO PLANO, ABUNDANTES FERRAMENTAS DE ABRASÃO QUE ESTIVERAM AINDA ATIVAS DURANTE A SUBMERSÃO PÓS-GLACIAL, QUANDO O OUTEIRO ERA UMA ILHA E TINHA VIVAMENTE EXPOSTO AO TRABALHO DAS ONDAS O FLANCO HOJE ABRIGADO DENTRO DA «BARRA». O WAVE CUT TERRACE QUE SE VÊ AO LONGE, NA BASE DA FALESIA, CONTINUA SENDO TRABALHADO, MAS A ABRASÃO NO FLANCO INTERIOR REDUZIU-SE AO MINIMO; DONDE A INTERRUPÇÃO, AQUI, DO DESGASTE DAS FERRAMENTAS E A DESTRUÇÃO PRATICAMENTE CONSUMADA DE TAIS INSTRUMENTOS NO FLANCO EXPOSTO AO MAR. ESSAS FERRAMENTAS SÃO BLOCOS DE ARENITOS CALCÁREOS E, PRINCIPALMENTE, FRAGMENTOS DA ANTIGA CARAPAÇA LATERÍTICA DO MORRO. HOJE COMPLETAMENTE DESMONTADA

FOTO 4 — UM DOS MORROS RESIDUAIS DO ENGENHO AMPARO, NA REGIÃO SUDOESTE DA ILHA DE ITAMARACA. CONTIGUAS A ESSAS FORMAS JÁ REBAIXADAS E ARREDONDADAS PERSISTEM, TABULIFORMES E PROTEGIDAS PELO LEITO DE AREIA QUE AS RECOBRE, AS «CHÁS» DE 60 METROS, COMO A DE VILA-VELHA-AMPARO. ADOLESCENTE AINDA

exatamente à descrição dêsse que é um dos tipos clássicos de escorregamento: forma que se produz numa superfície em forma de colher (*spoon shaped*, COTTON, 1952, p. 27-8), com uma espécie de espelho de falha no bordo superior e faixas de terraços com desnível na retaguarda, resultante da rotação, durante o movimento da massa para baixo, na curva da superfície inferior. Um terreno *slumped* escreve COTTON, pode mover-se quasi como um todo e nivelar a superfície ao pé do deslizamento. É o que acontece na Estação Experimental.

Tanto COTTON quanto LOBECK (1939) explicam tais formas de *landslides* como resultado da progressão das vagas ao longo da base das escarpas: formas características, portanto, de submersão.

O circo funciona como uma bacia de recepção das precipitações localmente abundantes entre maio e setembro. Mas nenhuma concentração aparente de drenagem ocorre. A água excedente das infiltrações acumula-se na retaguarda das *terraces* e forma estreitas lagoas, que por vezes se escoam colateralmente e outras vezes realizam a colmatagem de materiais muito finos e assás férteis. A drenagem colateral aprofunda as valas que os ilheus apontam como ciclópicas “trincheiras” do tempo dos holandeses. Mas, colateral ou subterraneamente concentradas, as águas formam o lençol hidrostático que alimenta, no fundo do anfiteatro, a “bica” permanente do Bom Jesus. A inclinação para o lado do mar da camada impermeável acha-se assim perfeitamente indicada. Ao norte da “bica” do Bom Jesus, ao pé doutro *slump*, escorre também durante o ano todo a fonte da Gameleira. No morro do Funil há um poço a menos de dois metros sobre o nível do mar e três ou quatro apenas fora do alcance das marés d’águas vivas: o lençol que o alimenta reponta nas cacimbas do povoado da Barra, na vertente oposta, a seis metros de altura. O fato repete-se na encosta ocidental da “chã” do Esprange, a sudoeste da ilha, onde o lençol freático que está a pouco mais de 10 metros em Bom Jesus reçuma a 20, ou mais, nas cacimbas da escarpa.

As barreiras na ilha, com efeito, manifestam um aspecto timidamente cuestiforme, como de resto noutros pontos da costa. Esse aspecto monoclinal responde à circunstância de que os depósitos do *glacis* comportam-se, frontalmente “regressivos”, que são, do mesmo modo como se comportariam os sedimentos duma cobertura transgressiva frontal, de *coas-*

tal plain. Na frente dessas pseudo-cuestas não se verificam fenômenos de escorregamento, que estão confinados ao reverso. Essa analogia morfológica e mais o desnível do lençol freático documentam a inclinação geral e regular da camada impermeável sobre que os terrenos escorregam.

Têm-se então tôdas as aparências de que o *slump* ocorre a partir do momento em que a couraça laterítica, suposta correspondente ao nível de 40 metros, começa a ser eficazmente desmontada pela dissecação do reverso das pseudo-cuestas. No *front* voltado para oeste a destruição do bordo da couraça, fazendo-se pelo recuo duma vertente escarpada, não desprotege os grosseiros e frouxos depósitos subjacentes a ponto de deixá-los embeber-se d'água em quantidade bastante para o escorregamento, mesmo porque não têm êstes, nessa encosta, planos de deslizamento para os vales. O *creep* que então ocorre acentua-se especialmente quando o horizonte impermeável subposto às camadas de escorregamento é por sua vez removido. O suave declive entre o nível de 20 metros e o de 7 a 8 pode não ser devido, nessa hipótese, à lentidão do movimento eustático negativo correspondente à segunda glaciação de Würm, e sim à ação imperceptível mas contínua do *creep*. Nos vales do interior da ilha surpreende-se uma tendência para a formação de lagos escalonados, atualmente drenados por emissários, que podem ter sido resultantes do avanço recíproco dos esporões ou *replats* localmente emparelhados. Alguns já foram barrados como açudes, e outros ainda retêm as grandes águas do inverno. Num colo entre as vertentes do rio Maceió e do Âmbar existe uma depressão aparente que não pode ser explicada doutro modo, com árvores inclinadas no sentido do deslizamento. A hipótese da *solution subsidence*, que invocaremos noutra parte a propósito do "cercado" do engenho São João, é inaplicável a êstes fatos em vista da profundidade em que deve jazer o substrato calcáreo, separado da superfície por um subsolo argiloso, de baixa permeabilidade.

BAULIG (1950, *g*) conclui categoricamente quasi que as formas de conjunto predominantemente convexas do relêvo são devidas principalmente ao *creep*; é essa a forma que domina, com efeito, no relêvo da ilha e redondezas. Os outeiros continuamente convexos, com superfície levemente plana, são chamados "balões" pelos navegantes. Como salienta FURON (1947), a solifluxão reclama um longo estudo; sua ação é lenta, confundindo-se com a do escoamento superficial, mas sua importância é ainda decerto insuspeitada no modelado

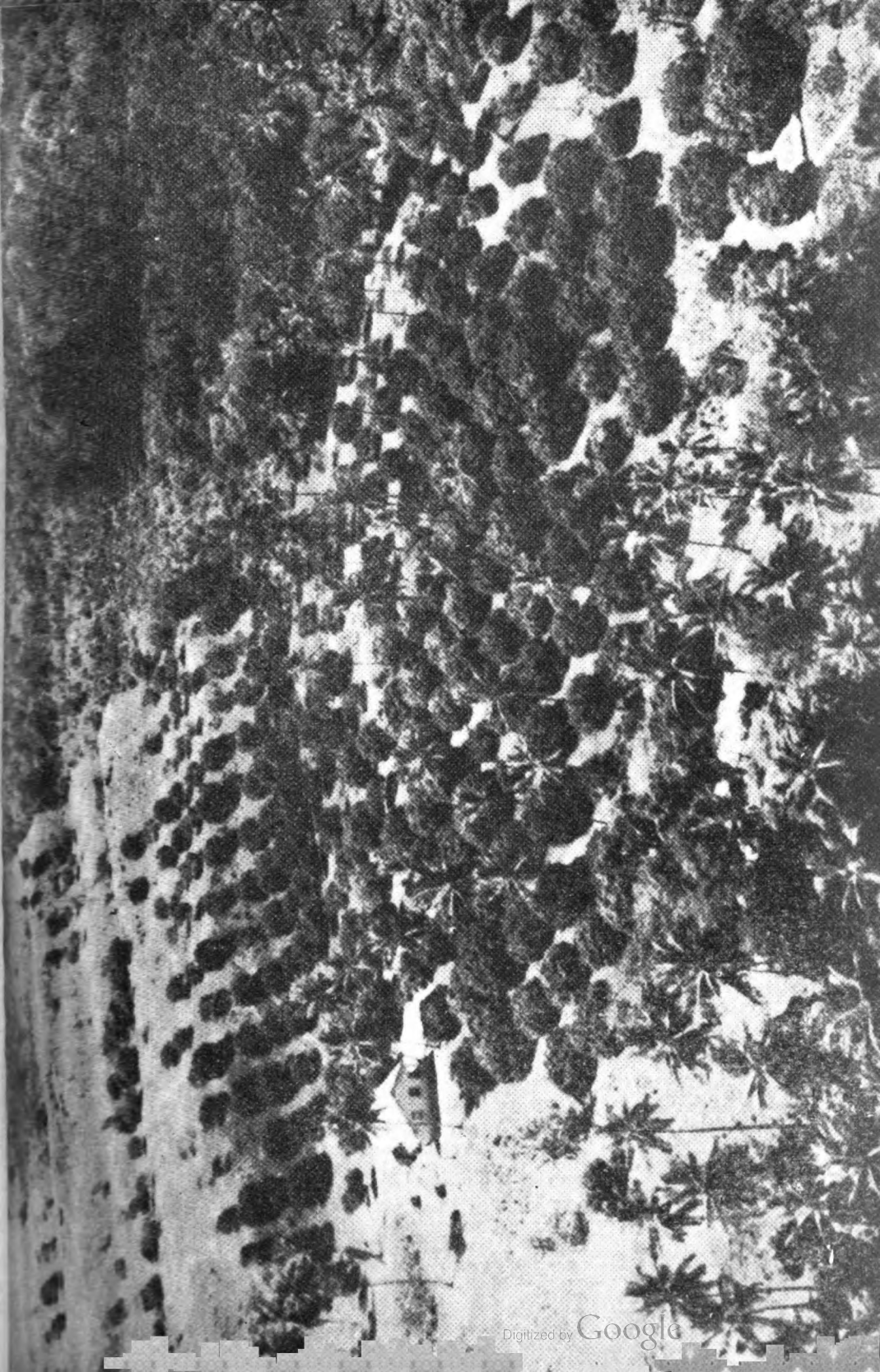


FOTO 5 — FOTOGRAFIA AEREA DUM SETOR CULTIVADO DO GRANDE ANFITEATRO DE ESCORREGAMENTO DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE ITAMARACA. OS FEITIOS CARACTERISTICOS DO TERRENO SLUMPED FAZEM-SE VISIVEIS NO ESCALONAMENTO DAS TERRACETTES, COM DEPRESSOES A RETAGUARDA. ESSAS DEPRESSOES SAO APELADAS DE «TRINCHEIRAS» PELOS ILHEUS, QUE ACREDITAM TEREM SIDO ELAS ESCAVADAS «NO TEMPO DOS HOLANDESES»

das vertentes. DE MARTONNE (1943) conferiu ênfase particular a essa importância em seus *Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico*. E recentes resenhas bibliográficas da *Révue de Geomorphologie Dynamique* (1954) dão conta de estudos experimentais da solifluxão realizados por TRICART, bem como dos efeitos desse fenômeno em bacias semi-áridas de pedimento (RAYNAL) e da importância da solifluxão fóssil no modelado das encostas de montanhas e dos pedimentos de Marrocos (DRESCH).

13. O "O KARST" PRÉ-BARREIRAS — cremos poder voltar, já agora, ao golfo de Atapuzcote e à suspeitada evolução, ali, dum ciclo cárstico. Este deve ter-se instalado desde que a grande emersão pleistocênica exondou calcários transgressivos. Talvez mais remotamente ainda: desde quando o bombeamento pliocênico da Borborema pode tê-los soerguido como uma planície costeira no bordo do maciço.

Quando, mais tarde, a pedimentação regional das barreiras soterrou a região carstificada, a superfície desta atingira decerto um estágio de avançada maturidade, como deixa entrever a correlação das discordâncias apontadas na primeira parte deste estudo.

Mas a primeira origem da grande baixada hoje entulhada de depósitos quaternários, que se desenha do norte de Aratoca até Igarassu, deve estar ligada ao começo do basculamento dos blocos falhados da estrutura. A concentração de drenagem que para aí se estabeleceu, sob um dos climas super-úmidos das glaciações pleistocênicas, acabou reunindo as depressões escavadas no calcário numa grande bacia resultante do colapso de áreas solapadas pela dissolução subterrânea (*uvalas*) deixando sobreexistentes cumes residuais isolados típicos (*hums*). Estes são os outeiros maestrichtianos de Massaranduba e Itapessoca e os paleocênicos do Seleiro e do Funil.

Os calcários Maria Farinha e Gramame, sobretudo os segundos, são calcários com fraco teor de magnésio e bastante solúveis. Suscetível também, embora menos, ao ataque das águas de infiltração carregadas de carbono dióxido dos climas chuvosos pleistocênicos é o horizonte superior do arenito Itamaracá, calcário, de facies marinho, com 20 metros de espessura no furo de Cupissura. Esses facies repete-se, aliás, 13 metros abaixo, na base dum leito de arenitos argilosos e frouxos, de facies continental, e ultrapassa os 30 metros que a sondagem atingiu.

Somos inclinados a conjecturar que, quando as regressões marinhas pleistocênicas exondaram, uma após outra, gradualmente a estrutura calcárea, uma drenagem subterrânea se estabeleceu e progrediu, característica da juventude cárstica. Sustenta TRICART (s/d, p. 13) serem contínuas as pulsações dos maciços antigos, embora como "movimentos lentos e de fraca amplitude, mesmo durante os períodos de calma orogênica, entrecortados às vezes de crises paroxismais... afetando o feitiço de empenamentos contínuos". OLIVEIRA e RAMOS (1951) julgaram entrever, nas linhas de contacto das barreiras, sinais de arqueamento, dum raio, porém, que antes sugere dobras epidérmicas, senão estrutura consequente da erosão divagante em lençol e dos depósitos aluviais, típicos, ambos, do *glacis*. Sem menoscabo dos indícios, noutros pontos da costa, de falhas tectônicas de grande desnível pós-cretácicas, os blocos basculados do falhamento regional (fig. 2) são melhor explicados, talvez, como efeitos duma lenta subsidência por dissolução (*solution subsidence*, VON ENGELN, 1942, p. 366), devendo-se assim à gravidade a verdadeira causa da depressão. Esse processo de subsidência, de resto, parece ainda atual no interior da ilha de Itamaracá, onde uma bacia de concentração de drenagem estabelece-se, deprimida e alagável no inverno, no "cercado" do engenho São João, sem outra causa aparente que não seja a indicada. Do mesmo modo como resultaram *poljes* das fossas tectônicas da costa do Adriático, poderá ter sido um lago cárstico, também, o golfo de Atapus.

Durante a evolução do ciclo calcáreo, e enquanto se sucederam as regressões cíclicas rebaixando o nível de base, as águas subterrâneas continuaram seu trabalho comunicando à paisagem pleistocênica fantásticos feitiços extremamente diferentes dos que resultam do ciclo fluvial. A fossa de subsidência, à medida que se acentuava, dilatava-se sem ser colmatada e as eminências calcáreas alçadas pelos basculamentos persistiam eretas, em vez de ser sumariamente desgastadas. Esses *horsts* são os outeiros apontados. Inclusive a Chã das Pedreiras, que sofreu a ablação tanto do Maria Farinha como do Gramame provavelmente porque o basculamento do bloco foi bastante rápido, expondo à erosão desde cedo os leitos maestrichtianos menos resistentes. Se basta a explicação, Massaranduba e Itapessoca conservaram o horizonte maestrichtiano por ter o respectivo bloco basculado menos.

Esses morros residuais, e mais os do Seleiro e do Funil, são as sobrevivências da paisagem cárstica fossil, levada, no

golfão, a uma extrema velhice. Ao mesmo tempo deviam estar em marcha os *glacis* formadores do pedimento regional. Chegaram talvez a se instalar sobre o golfão, espessando-se consideravelmente sobre a área deprimida. Ao máximo da deglaciação Riss/Würm terá correspondido um clima semi-árido, por oposição ao úmido da glaciação Riss. Sob tais condições o pedimento regional desenvolveu-se e avançou, enquanto o relevo cárstico, afogado, ia ser exondado e ato continuo sepultado no curso da regressão imediata. O *glacis* estendeu-se muito além do golfão. Atestam-no as barreiras depostas sobre os pedestais calcáreos do Seleiro e do Funil. O nível de 40 metros desses morros é remanescente da erosão holocênica do de 60 metros das "chãs" ao norte e a oeste do golfão e das de Itamaracá.

Na fase cataglacial do primeiro estágio würmiano a transgressão marinha deve ter encontrado o golfão parcialmente soterrado e o mar apoiou-se sobre o espesso *glacis* hoje atestado pelas "chãs" de 60 metros que circundam a região e estão, inclusive, sobre a ilha. Nenhuma outra elevação do nível do mar atingiu a superfície dessas "chãs". O *glacis* irrompido no golfão, sem suporte eficaz, foi destruído por solapamento e literalmente varrido da bacia, enquanto o resto da costa, com estrutura epigênica, logrou sobreviver. Pelas "barras" da Ilha e de Catuama, sobretudo pela de Catuama, toda essa enorme massa de barreiras foi removida para o mar durante o último quartel do Pleistoceno. De sorte que o movimento eustático positivo correspondentê ao interestágio Würm II|III há de ter definido, afinal, o golfão, com o contôrno que descrevemos noutra parte.

SEGUNDA PARTE
AS FORMAS LITORAIS

14. OS ASPECTOS ALTERNADOS — Uma costa epigênica (DE MARTONNE, 1925, II, p. 1028) constitui um caso particular da influência da estrutura na evolução do litoral. LOBECK (1939, p. 355) chama-a de *contraposed*, por analogia com *superimposed*, termo atribuído aos rios que escavaram seus vales numa estrutura discordante (rios superimpostos). Com os rios isso acontece em consequência dum deslocamento negativo do nível de base; o fenômeno correspondente numa costa pode ser levantamento (tectônico) ou emersão (eustática). Na costa de Itamaracá a epigenia é uma resultante dos dois movimentos.

Quando a estrutura é discordante acentuam-se no litoral as feições de costa mixta (*compound*, COTTON, 1952), isto é: os aspectos alternados de submersão e emersão. O problema preliminar da interpretação geomorfológica foi, porisso, o da determinação da sequência e do ritmo desses movimentos e do estágio inicial do ciclo atualmente em curso. O aspecto da costa, como já vimos, é o dum afogamento geral efetivo, de proporções extensivamente modestas, é certo, mas com reanimação ainda atual ou recente de falésias, além dos vales submergidos, e um pequeno simulacro de "côte à valleuses", no pôrto de Miguel Quenga (no extremo sul da praia de Catuama): crista de falésias festonadas, com pequenos vales truncados e suspensos, o que indica, aliás, submersão interrompida por abaixamento relativamente rápido, embora de pequena amplitude, do nível do mar.

As "barras" da Ilha e de Catuama, sobretudo a de Catuama, são, com efeito, portos que permitem a comunicação de lugares relativamente distantes do litoral com o mar. O rio Carrapicho, que já identificamos como provável ajustamento de drenagem ao bordo dum bloco falhado, é atualmente visitado pelos navios de calado médio que vão carregar cimento em Itapessoca. Ainda além dessa etapa o rio tem profundidade bastante para assegurar a toda a parte norte do golfo de Atapús um excelente pôrto, que poderá vir a ser o penhor

do desenvolvimento econômico duma região de solos aluviais bem regados e extensas jazidas de calcáreos.

Essa região responde ao modelo de ocupação humana das costas mixtas, de LOBECK (1939, loc. cit.): costas que por vezes combinam as vantagens das costas de emersão e das de submersão, raramente ocorrendo num mesmo litoral conjuntamente as desvantagens dum e doutro tipos. Em outras palavras, combinando um *interland* habitável, de possibilidade agrícolas ou extrativas valiosas, com as vantagens comerciais dum bom pôrto abrigado.

O afogamento acha-se também definido por embocaduras profundas (a "barra" de Catuama, p. ex., com 12 metros no canal), que os rios têm sido incapazes de colmatar até agora, à falta de descarga sólida suficiente. Outra consequência desse afogamento são as salinas do rio Jaguaribe, exploradas no interior da ilha, no largo leito maior dum estuário, e não na zona litoral. A montante, porém, em terras do engenho Macacheira, as salinas cedem o passo aos "salgados", que documentam por sua vez o pequeno rebaixamento eustático recente. Como ficou indicado noutra parte, a submersão atual de embocaduras e estuários resulta da fase cataglacial do *optimum* holocênico, e o movimento eustático negativo determinado pela "pequena idade do gelo" foi de amplitude menor do que o da elevação do nível marinho, no auge da deglaciação pós-würmiana. As pesquisas realizadas nos domínios da Glaciologia indicam que a "pequena idade do gelo" já entrou em declínio há mais de meio século. Dessarte as marcas do afogamento litoral que não foram apagadas no curso da glaciação mais recente tendem a ser acentuadas doravante. Em consequência, porém, da atitude epigênica da costa faz-se oportuno insistir em que a reanimação das falésias antigas, como o recuo das vivas, por ataque das ondas, são efeitos ambos que se retardam por obra da resistência oposta à erosão marinha pela superfície fóssil exondada.

Aliás o glácio-eustatismo positivo holocênico não submergiu os testemunhos da emersão embutidos no nível de 20 metros pelo terceiro estágio glacial würmiano. Esses testemunhos, que são os terraços eustáticos de Itapissuma e da base da colina da Penitenciária, as praias antigas de Tabatinga e Grilo-Cazumbá, mais a praia levantada com terraço litoral de Lagoa Sêca (7 a 8 metros) comunicaram à costa, alternando com as marcas do mais recente afogamento, suas feições atuais de costa mixta.

15 — OS PROCESSOS DOMINANTES — A planície sedimentar considerada na primeira parte dêste estudo é uma das formas de 2a. ordem da sistemática de VON ENGELN (1942, p. 17s.). A essas unidades condicionadas pelo estágio do ciclo geomorfológico aplicam-se *processos*, especialmente sub-aéreos, de que resultam as de 3a. ordem. No caso, as formas litorais.

Tais processos, cujo mecanismo é bastante complicado, quicá misterioso ainda, pode-se esperar descrevê-los e “compreendê-los” globalmente sem pretender “explicá-los” (BAULIG, 1950, e, p. 42). Quando se queiram avaliar as complicações dêsses retoques da morfologia litoral basta considerar como um litoral desloca-se independentemente das variações de nível eustáticas ou tectônicas. O recuo das falésias (*retrogradation*), por exemplo, tanto pode operar-se em consequência de submersão como em regime de constante estabilidade do nível marinho. A retificação dum litoral, tendência que se acentua com o avanço da maturidade em qualquer ciclo, constrói praias (*progradation*) sem que isso necessariamente resulte de deslocamento negativo do nível de base geral, e sim, somente, de variação do nível de base das vagas (*wave base*).

Na ordem crescente de sua atividade manifesta os processos dominantes no litoral que estudamos vêm a ser: a) — os suprimentos terrígenos; b) — as construções coralígenas; c) — o trabalho de erosão e deposição pelas vagas.

As variações tectônicas ou eustáticas de nível desencadeiam, sem dúvida, processos litorais de primeira importância. Já as consideramos, todavia. Além disso, como ponto de partida para o estudo das formas litorais, salientamos, dentre os aspectos da costa policíclica, os efeitos da submersão holocênica, que não foram apagados pelo glácio-eustatismo negativo da “pequena idade do gelo” e tendem a acentuar-se, segundo as perspectivas glaciológicas, na fase cataglacial recentemente inaugurada.

Os suprimentos terrígenos imediatamente oriundos da costa são, praticamente, de valor desprezível. São terrígenos, sem dúvida, em grande parte os materiais que constituem as “croas” do “mar de dentro”, as praias e as flechas. Mas não procedem *atualmente* da área continental contígua, cuja drenagem, condicionada por um ciclo de submersão muito discretamente interrompido, é destituída de carga sólida apreciável. Examinamos a deposição incipientemente deltáica do rio Goiana: é feita com material muito fino, coloidal sobretudo, atestando a baixa capacidade de transporte da vasão do estuário.

Durante o refluxo das marés pudemos observar também, sobrevoando, como a descarga das “barras” do canal de Santa Cruz denota predominância de matéria em suspensão. Ao largo da “barra” de Catuama uma franja semi-circular pardo-avermelhada denuncia, nas grandes vazantes, um transporte representado por floculação principalmente. As areias das “croas” vêm portanto de longe, prolongadamente trabalhadas ao longo da costa e tangidas, como dunas submarinas, pelas correntes litorâneas. Em grande parte descobertas no baixamar das águas vivas, as *ripple marks* (*current ripples*) dessas “croas” permitem determinar a direção que leva seu deslocamento: emigram para o norte. São essas “croas” que formam as barras *sensu strictu*, bancos de acumulação de areia nas bocas de estuários e canais. Esses bancos, que não são deltas fluviais, mas deltas de maré (*tidal deltas*), estão sempre vigorosamente cortados pelo vai-e-vem das correntes de maré e é através deles que a navegação costeira tem acesso aos portos interiores. De tal modo assimila-se regionalmente êsse acesso à presença de “croas” com canal entalhado que a expressão “barra” refere-se à entrada dos ancoradouros. “Entrar pela barra” é como se diz na gíria da marinharia. Por analogia os canais abertos na linha de recifes (*tidal inlets*) chamam-se “barretas”.

O recife-barreira, que se dispõe a cerca de 4 quilômetros paralelamente ao litoral, deve ser testemunho da última regressão pleistocênica (Würm III). BRANNER (1915), que o estudou em Itamaracá, identificou-o como antiga praia consolidada por cimentação calcárea resultante da dissolução, por água doce pluvial ou continental, dos carbonatos de cálcio orgânicos. São, realmente, areias litificadas, com perfil acentuado para as águas profundas, do lado do mar, e talude de fragmentos destacados pela erosão das vagas. Do lado voltado para o continente o declive é suave e apoia-se, no “mar de dentro”, na plataforma calcárea que está no fundo da laguna e aflora, epigênica, na linha litorânea. Não constitui êsse recife uma barreira emersa, como a que fecha o ancoradouro do Recife, ou a que limita a laguna que a partir de Suape, ao sul do cabo de Santo Agostinho, prolonga-se até a praia do Cupe. Admitida a hipótese de serem essas diversas porções do recife-barreira frações da mesma praia antiga, ter-se-ão de explicar seus diferentes níveis por arqueamentos ou empenamentos modernos da estrutura. Há, contudo, evidências que inclinam, também, a considerá-las como cordões litorais (*off-shore bars, barriers bars*), do tipo dos que marcam paradas tem-

porárias duma transgressão geral (BAULIG, 1950, e), ou as pequenas regressões nela intercaladas. Porque é, com efeito, em litorais de emersão que grandes vagas águas rasas revolvem ativamente o fundo e atiram areias para o alto, construindo os cordões litorais (LOBECK, 1939) que se amarram a salientes, mesmo a minúsculas falésias, e quando a evolução avança são forçados de encontro ao litoral. Nesse caso podem não ser estritamente contemporâneos uns dos outros, porque o processo de regularização do litoral (*gradation*) não se produz ao mesmo tempo e com a mesma presteza em toda a parte.

Paralelos ao recife-barreira do pôrto do Recife há outros submarinos, marcando talvez os níveis daquelas paradas temporárias. As curvas batimétricas das cartas de navegação indicam a repetição desse fato ao largo do recife de Itamaracá.

Os furos da sondagem mandada proceder em 1874 por sir John Hawkshaw no recife-barreira da capital revelaram 3 ou 4 metros de arenito sobre camadas de areias e conchas, repousando tudo sobre argila compacta. Esse perfil sugere profundidade água crescentemente reduzida e é um outro argumento em favor das paradas temporárias.

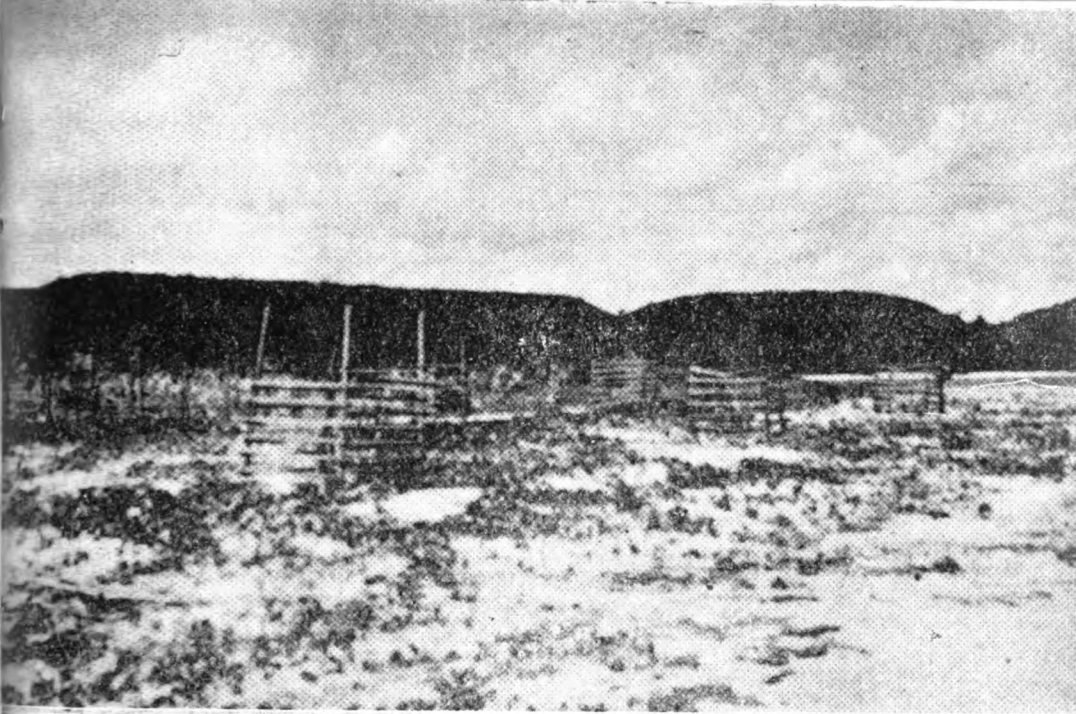
Também indício de cordão litoral litificado são as “barretas” que seccionam o recife de Itamaracá e doutros trechos da costa. Essas “barretas” são congênicas do cordão litoral e representam a ação das correntes de maré, penetrando a laguna e retornando ao mar durante a formação do cordão. Seu número varia na razão direta da amplitude das marés nos litorais onde o cordão se forma. No recife de Itamaracá, entre as “barras” do canal de Santa Cruz — que são os prolongamentos submarinos deste último — abrem-se as “barretas” Buraco Grande, Barreta e Mariquita, que são a passagem das jangadas, pois estas não se arriscam a montar a arrebatção do mar sobre o recife. As canoas e barcaças demandam o “mar de dentro” pelas “barras”. O número de “barretas” é grande, dessarte, em relação ao comprimento do trecho em que se abriram: 10 quilômetros. E a amplitude das marés atuais é de cerca de 3 metros, medida empírica mas incessantemente controlada pelos construtores dos “currais de peixe”, que cortam todos os anos as varas das esteiras zelosamente dentro dessa estimativa.

Submerso sempre, ainda no baixa-mar das sizígias, o recife de Itamaracá acha-se profusamente coberto de formações coralígenas. Tumultuárias concreções de restos calcáreos or-

gânicos constituem grande parte do pavimento do “mar de dentro”. A relativa escassez ou mesmo só a instabilidade dos sedimentos arenosos estimula uma intensa atividade biológica, com uma profusa fauna de construtores de calcáreos, equinodermos, holoturídeos, crinoides, ofiuróides, decápodos, equinóides e esponjas calcáreas, de mistura com algas verdes calcáreas, como as *Halimeda*, cujos detritos têm um grande papel na construção dos “cascalhos”, corrutela local das grandes lentes de calcáreos das “croas”. No bordo externo do recife, onde não se produzem normalmente vagas de translação, com que toda energia é diretamente transmitida, edifícios corálineos mais caprichosos e delicados, como a “itapitanga” (*Millepora alcicornis*), compõem paisagens submarinas duma extranha beleza. No “mar de dentro”, porém, crescem os pinnales das robustas “cabeças de carneiro” (*Porites solida*), cujos blocos hemisféricos são usados, na ilha, como material para alicerces e queimados noutras partes da costa para o fabrico de cal virgem. O crescimento desses corais tolerantes nas águas rasas, menos regularmente límpidas e de salinidade variável das lagunas foi observado com vivo interesse no Pacífico durante a última guerra e quando das experiências de Bikini (TERMIER, 1952). Como é sabido, persiste a controvérsia reestabelecida com MURRAY sobre as condições ecológicas do crescimento vertical dos recifes de coral, e, consequentemente, sobre a evolução dos *atolls*.

Do ponto de vista geomorfológico o que há de mais importante a salientar é que o “mar de dentro” eleva consideravelmente o nível de base das vagas na vizinhança do litoral e que o recife atenua o ataque do mar sobre a costa. Relíquia como a praia antiga de Tabatinga, reduzida embora a uma nesga no arco duma pequena enseada, logrou assim subsistir à submersão holocênica.

Se essa laguna virtual que é o “mar de dentro” não veio a ser entulhada deve-se isso à interação de fatores principalmente negativos. São fáceis de resumir. Em primeiro lugar está a fraca amplitude do rebaixamento eustático durante a “pequena idade do gelo”; em segundo o reduzido suprimento das descargas fluviais da região, aliás não acentuado no Holoceno porque a emersão foi mui modesta; em terceiro porque as correntes litorâneas retomam e removem constantemente, ao longo do litoral, os depósitos que elas mesmas efetuam. O material trazido ao “mar de dentro” pelo fluxo, através das “barras” e “barretas”, é pôsto em movimento para o norte, retorna em parte ao “mar de fora”, ou perlonga o litoral em



**FOTO 6 — A CONVEXIDADE É DOMINANTE
NAS VERTENTES DO RELEVO DA ILHA.
E ESSE O ASPECTO GERAL DAS FORMAS A
QUE OS NAVEGANTES CHAMAM DE «BALOES»**

**FOTO 7 — A «CABEÇA DE CARNEIRO» (PORITES
SOLIDA), POLIPEIRO RECIFAL QUE CRESCE
NO «MAR DE DENTRO», É EXTRAÍDA, ACUMU-
LADA EM MONTÍCULOS NA ZONA
INTERCOTIDIAL E DEPOIS TRANSPORTA-
DA PARA A TERRA FIRME, ONDE SE
APLICA A CONSTRUÇÃO DE ALICERCES**

deriva descontínua mas constante, indo espalhar-se além, onde a maior profundidade do recife-barreira deixa de forçá-lo um curso linear. As “croas” são, assim, extremamente instáveis. Uma só geração testemunha seu deslocamento para o norte por muitas centenas de metros. As únicas relativamente estáveis são as que persistem, à maneira de deltas, nas extremidades das “barretas”. As do “mar de fora”, às vezes a 40 metros de profundidade, como a Baixinha, são conhecidas dos pescadores que as identificam nas “brancas” das marés baixas, ou sentem-nas pelo atrito da “chumbada” dos anzois, na pescaria de “corso” das cavalas. O tacto, aliás, é um dos recursos da marinharia dos canoeiros e jangadeiros no dédalo de “croas”, canais e bancos de vasa do “mar de dentro”. Sondando o fundo com uma vara consegue o pescador, nas noites mais escuras, identificar o “cascabulho”, o “cascalho”, a areia, a lama e a “pedra”, e orientar-se, dêsse modo, até o ancoradouro.

A corrente litoral é um produto de várias influências combinadas, principalmente os ventos dominantes e as correntes de maré. A direção dos ventos determina a direção das vagas e o ângulo destas, portanto, com a praia. As vagas que incidem obliquas deslocam transversalmente os materiais que retomam; as paralelas, porém, mantêm-nos indo e vindo num movimento unidirecional. As correntes de maré interferem com êsse mecanismo e perturbam-no mais ou menos ativamente. Assim as correntes de maré que entram pelas “barras” da ilha são mais fortes do que as correntes litorais, e o refluxo nos canais começa algo tardiamente. Os resultados dessa interferência das marés com a deriva litorânea são obviamente complicados. E a ressaca mesma intervém com desiguais valores no tempo e no espaço, para neutralizar, às vezes, ou para acentuar êsses efeitos.

Interferem também com a regularidade dêsse transporte paralelo à praia as variações sazonais ou as perturbações da direção dos ventos. As consequências, porém, mesmo somadas, fazem-se irrelevantes, porque os ventos do quadrante sudeste são os mais ativos e predominantes, de sorte que as correntes litorâneas por êles comandadas movem-se durante a maior parte do ano para o norte. No pôrto do Recife, como na laguna ao sul de Suape, desembocam rios provindos do maciço com descarga maior, provavelmente, na época das cheias, do que os rios de pequeno percurso da região de Itamaracá. O que parece decisivo, porém, é que o pôrto e a laguna são fechados ao sul pela união do recife com a praia; o transporte, dessar-

te, não se faz em consequência dessas correntes litorâneas, mas apenas das correntes de maré, que desentulham menos pela simples razão de que a pausa entre o fluxo e o refluxo é suficiente para depositar uma parte do material em suspensão. Daí os problemas de açoreamento do ancoradouro interno do Recife. Daí, também, a evidência de como a comprida laguna ao sul de Suape tem sido incessantemente comaltada nos tempos recentes.

16. AS DISCORDÂNCIAS DA ESTRUTURA — Indicados sumariamente os processos que atuam no litoral da ilha resta-nos examinar as formas resultantes. Antes, porém sere-mos forçados a reconsiderar uma vez mais a estrutura, já ago-ra em seus detalhes. Não só porque êstes explicam, em última análise, a diversidade de aspectos nada obstante estreitamente contíguos, como também porque fornecem critério genético pa-ra uma divisão do litoral.

As discordâncias da estrutura que temos estudado não se manifestam, com valor geomorfológico, apenas entre a forma-ção continental das barreiras e as transgressivas frontais sub-jacentes. Sem falarmos da discordância litológica evidente entre o calcáreo maestrichtiano e o arenito Itamaracá, há uma escala de resistências não determinada, porém manifesta, na pilha dos sedimentos paleocênicos, sobretudo.

Os horizontes Maria Farinha, mais do que os Gramame, têm granulação variável e notável variedade, também, de graus de compacidade e homogeneidade, ocorrendo não raro sedimen-tos fortemente argilosos (margas) e argilo-arenosos. Isso lhes comunica um comportamento necessariamente diverso em fa-ce dos agentes erosivos. Se à abrasão propriamente dita ne-nhum deles se oferece com particular suscetibilidade, à falta da produção, pelos calcáreos, de ferramentas adequadas a ês-se trabalho de erosão marinha, é nada obstante certo que al-guns desses estratos opõem bancos compactos ao trabalho das vagas. Com horizontes porosos, de contextura friável, alter-nam leitos com cimento argiloso dominante. Há, dessarte, ele-mentos de desigual resistência à desagregação mecânica e á decomposição, numa ordem que não está bem estabelecida do ponto de vista das exigências geomorfológicas, mas que se infere sem dificuldade do aspecto das falésias.

Adverte TRICART (s/d, p. 14) como as camadas trans-gressivas que se sucedem “guardam raramente o mesmo fa-cies em grandes espessuras”; as mais gerais e as mais notá-

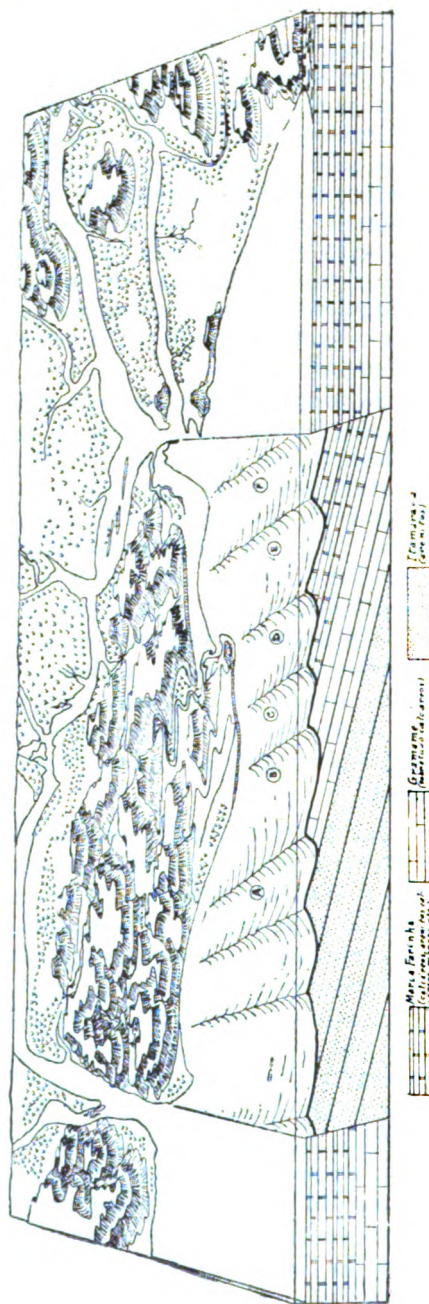


FOTO 8 — FOTOGRAFIA TOMADA CERCA DE 3 QUILOMETROS DA PRAIA, EM ITAMARACA, DURANTE UM BAIXAMAR DE SIZIGIA. AS RIPLE MARKS DA «CROA» DOCUMENTAM A OBLIQUIDADE DA INCIDENCIA DAS VAGAS SOBRE O LITORAL, DESTA ATE O RECIFE-BARREIRA, NUMA LARGURA DA ORDEM DE 4 QUILOMETROS. O «MAR DE DENTRO» E UM DEDALO DE «CROAS» MIGRATORIAS, BANCOS DE VASA E CANAIS RELATIVAMENTE INSTAVEIS

veis ruturas de equilíbrio nos ciclos delimitam épocas, se não mesmo períodos. "Essas incessantes modificações do equilíbrio do meio de sedimentação são, dessarte, do mais alto interesse geomorfológico, porque engendram alternâncias de camadas de facies diferentes, sempre ora duras, ora brandas. Como as ruturas de equilíbrio não são muito acentuadas, influem principalmente sôbre a relação materiais de origem biológica/materiais de origem clástica finos (coloides principalmente), e as alternâncias mais frequentes realizadas são aquelas de camadas calcáreas e camadas de marga com marga arenosa e arenitos argilosos. Essas condições são eminentemente favoráveis ao desenvolvimento dum relêvo devido à ação da erosão diferencial".

O basculamento do bloco que corresponde à ilha de Itamaracá, com mergulho para les-nordeste, expôs à erosão superficial da estrutura pré-barreiras um declive mais acentuado do que o da formação frontalmente transgressiva que o bombeamento pliocênico levemente inclinara, e com mergulho oblíquo ao mergulho geral (fig. 2). Em consequência, o desgaste superficial da estrutura não se fez segundo um plano paralelo à direção da estratificação. Fez-se segundo um plano secante de direção oblíqua, que rebaixou essa estrutura de modo a expôr os bordos das camadas talhando-os em bisel (fig. 7). Com isso, os bordos dos estratos mais resistentes alternando com os dos leitos mais brandos, compuzeram, decerto, uma sucessão de cristas paralelas, monoclinaes, intercaladas de contínuas depressões.

Quando o *glacis* das barreiras avançou e espessou-se sôbre o bloco empenado soterrou essa superfície de erosão diferencial. Mais tarde, com o desenvolvimento da dissecação do pedimento regional, um rio insequente, o Jaguaribe, escavou seu vale mas acabou superimpondo-se consequentemente à infra-estrutura. Dizemo-lo originariamente insequente porque a direção do curso superior é orientada para noroeste; somente a partir do ponto em que se encaixa na estrutura discordante descreve um ângulo reto e obedece ao mergulho do bloco. De qualquer modo, o Jaguaribe acabou superimpondo-se aos bordos salientes da superfície fossil; quatro, em seu curso, acham-se bem representados, respectivamente pelo pontal de Jaguaribe, pelos afloramentos da salina Pedreira com as "pedras" do fundo do pôrto do Caboclo na margem oposta, pelas "pedras", ainda, do pôrto do Cabucu e, finalmente, pela pedreira do engenho Macacheira.





**FOTO 9 — A «LAGE» CALCAREA DAS PORTEI-
RAS, BORDO MERIDIONAL DA FALHA A QUE
SE ADAPTOU O CANAL DE SANTA CRUZ NA
«BARRA» DA ILHA. A LINHA DE ARREBEN-
TAÇÃO DO MAR É PARALELA AO LITORAL DA
REGIÃO DE NOVA CRUZ E MARIA FARINHA,
A 3 QUILOMETROS DE DISTÂNCIA. A TRANS-
GRESSÃO FRONTAL DA SEDIMENTAÇÃO ESTÁ,
DESSARTE, BEM REPRESENTADA ALÍ ONDE
NÃO SE PRODUZIU BASCULAMENTO DE BLO-
COS DA ESTRUTURA. A «BARRA» ABRE-SE NO
CANTO INFERIOR ESQUERDO E TEM A DIRE-
ÇÃO APROXIMADA DO «CURRAL DE PEIXES»
QUE SE VÊ NO PRIMEIRO PLANO. (FOTOGRA-
FIA AÉREA TOMADA NA DIREÇÃO SE)**

A fig. 7 procura dar grosseiramente a idéia de como se dispõem, em relação ao litoral da ilha, êsses bordos salientes e em bisel da superfície fossil. Sua correlação foi feita muito sumariamente, mas é possível que o controle estratigráfico e petrográfico da hipótese chegue a confirmá-la em suas linhas gerais.

A disposição mesma das “barretas” do recife pode estar vinculada a essa estrutura. Durante a formação do cordão litoral as areias fixaram-se, como é de regra, em salientes de maior resistência ao trabalho erosivo das correntes de maré. Tais salientes estariam representados pelos bordos em bisel dos estratos mais duros figurados. Nas depressões intercaladas o fluxo e o refluxo não tiveram dificuldades de escavar e manter seu caminho. A litificação posterior das areias do cordão terá conservado, assim, as posições primitivas.

Tendo em vista êsse comportamento da estrutura e os feitiços litorais que em consequência ocorrem, estabeleceremos, para terminar, a seguinte divisão da costa de Itamaracá em trechos sucessivos, do sul para o norte:

I — *praia do Forno da Cal* (do forte de Orange à Baixa Verde);

II — *terraço do Pilar* (da Baixa Verde ao pontal de Jaguaribe);

III — *praia e terraço do Lance dos Cações* (entre o pontal de Jaguaribe e o Fortim).

17. A PRAIA DO FORNO DA CAL — O vale submarino que a partir da “barra” da Ilha prolonga o canal de Santa Cruz é, como êste, dissimétrico e ajustado, mas o bordo da falha acha-se agora na margem direita, representado pelas Porteiras, enormes “lages” de calcáreo, temidas dos navegantes, que emergem nas marés vivas, formando um patamar de bordo retilíneo na margem meridional da “barra”. Parece estar fora desta o ponto em que o plano do basculamento se faz secante ao geral da estrutura.

A vertente setentrional do vale submarino são as famosas “croas” dos Macacos, conhecidas também dos marinheiros pelo extremo vigor das ondas de translação que ali rebentam. Toda a zona litoral correspondente à praia do Forno da Cal é, com efeito, uma zona de acumulação, com progressiva construção de praia (*progradation*).

A costa imediata à linha litoral é estreita, baixa, arenosa e alagadiça, com cristas longitudinais de dunas que caminham e comprimem os manguezais de encontro à base das "chãs". No ciclo da submersão pós-glacial o mar atingiu o pedestal epigênico das barreiras e entalhou falésias recentemente mortas. A origem dos manguezais reporta-se à formação de flechas apoiadas nos bordos em bisel *retro* descritos. Durante a fase cataglacial, com efeito, o litoral indentava-se em pequenas enseadas (*crenulated*) cujos contornos estreitos fazem-se perfeitamente visíveis, ainda, nos festonamentos das vertentes inferiores das "chãs". Duas enseadas, desarte, alternavam com promontórios, num dos quais um terço de 40 metros acha-se nitidamente esculpido. Esses promontórios explicam-se, também, pela superfície de erosão diferencial pré-barreiras. As "pedras" de São Paulo assinalam sua posição. Esses pedestais calcáreos resistiram melhor à dissecação do *glacis*, de sorte que os festonamentos das "chãs" os testemunham.

Na zona litoral, as flechas amarradas a esses bordos em bisel alongaram-se e uniram-se em restingas gradualmente deslocadas de encontro ao litoral. É um estágio de retificação muito avançado já, porém não concluído. A linha litoral entre o forte Orange e a Baixa Verde descreve ainda um dilatado arco de enseada, amarrado, ao norte, ao afloramento da "pedra" do Calado; e a extremidade sul da ilha, levemente recurvada no sentido da corrente litoral, denuncia tendência à construção duma flecha em gancho, que se irá amarrar à Pedra Furada. No baixa-mar verifica-se, a partir desta última, processo semelhante, orientado sempre para o norte pelo deslocamento das correntes. Duas flechas, portanto, começam a se dispor de modo a consumir, somadas, a regularização (*grade*) dessa porção do litoral, caso dure bastante o curso da presente submersão. O processo obviamente pode ser perturbado se alguma interrupção do ciclo ocorrer.

Um dos bordos em bisel que comandaram, sucessivamente, o festonamento das vertentes costeiras e a retificação do litoral, emerge do nível médio das marés: é a Pedra Furada, um arenito calcáreo fossilífero, com abundante material silicioso de grã média, cuja resistência demonstra-se localmente pelo avantajado *surplomb* que mantém sobre o leito imediatamente inferior vivamente escavado. Perto dêsse penhasco esculpiu-se um arco marinho (*sea arch*) no mesmo estrato. Formas típicas, ambas, de estruturas dêsse gênero em costas de submersão. Prolongada idealmente até a costa a superfície

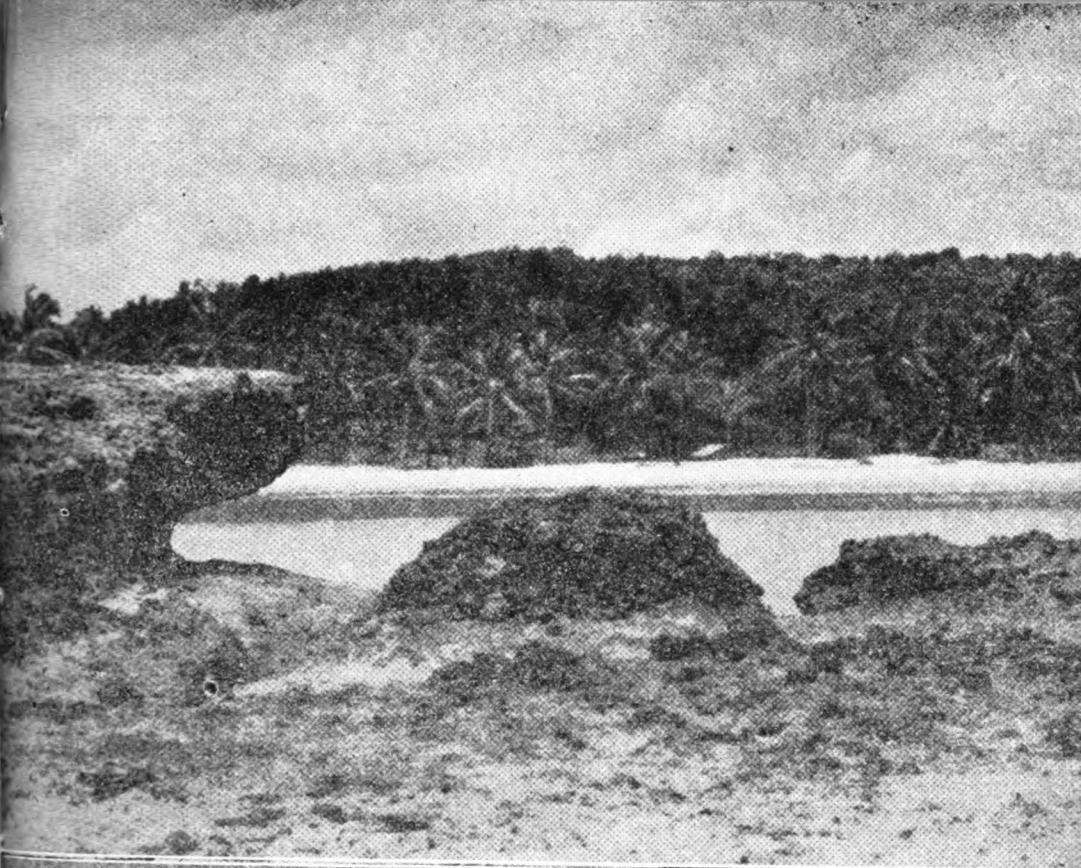
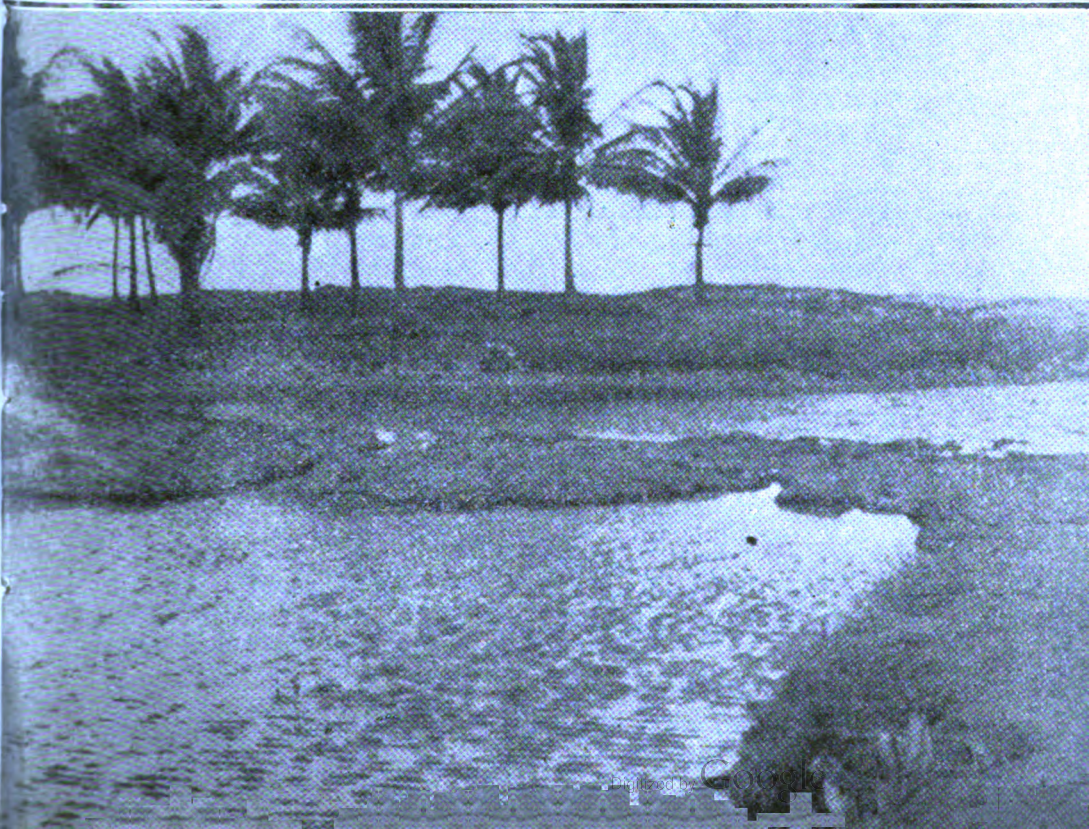
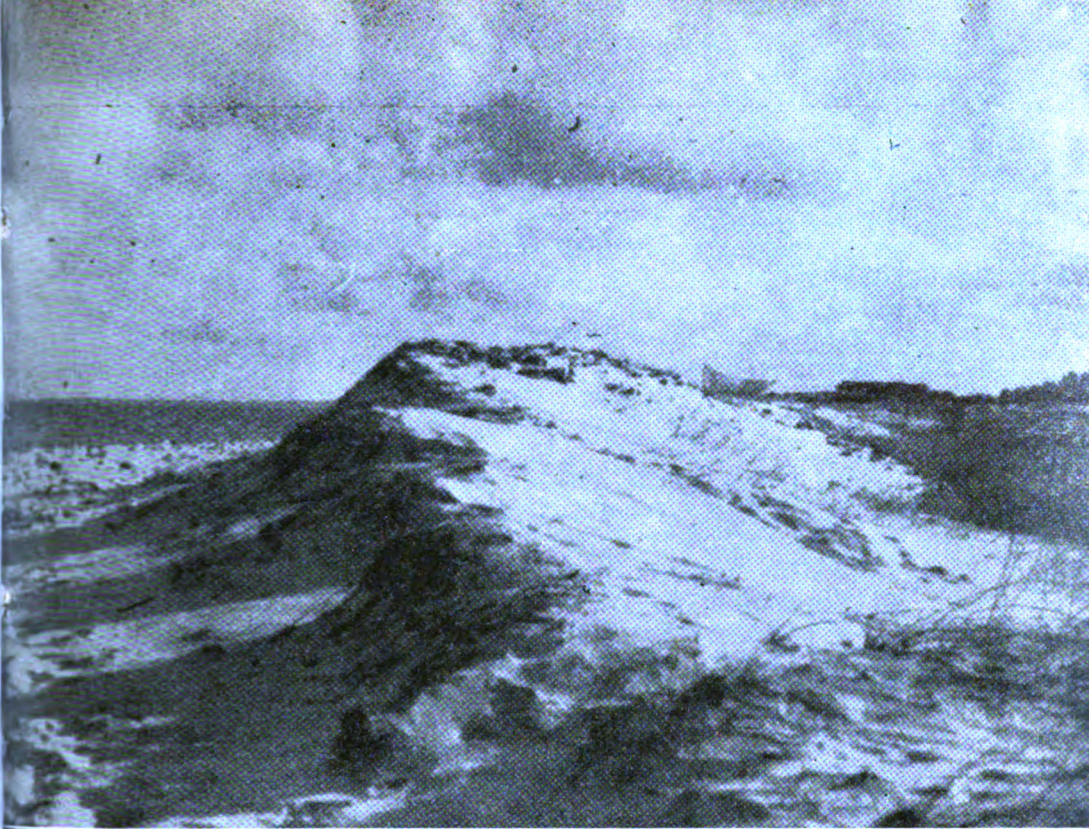


FOTO 10 — O BISEL DA PEDRA FURADA, NA PRAIA DO FORNO DA CAL



FOTO 11 — ARCO MARINHO (SEA ARCH) DA PRAIA DO FORNO DA CAL, CARACTERISTICO DA ESTRUTURA EPIGENICA EM COSTA DE SUBMERSAO. AO FUNDO, A PEDRA FURADA



**FOTO 12 — NA PRAIA DO FORNO
DA CAL AS DUNAS SÃO A MARCA
DOMINANTE DA PROGRADATION DESSE
TRECHO DO LITORAL DA ILHA**

**FOTO 13 — SOLEIRA RESULTANTE DA
SUPERIMPOSIÇÃO DA DRENAGEM DO
MANGUEZAL DO PAI TOME (FORNO
DA CAL) NA ESTRUTURA CALCÁREA**

do *surplomb* situará o mesmo sedimento no corte da falésia morta do Forno da Cal, em cuja escarpa sucedem-se leitos de desigual coesão, alternando calcáreos arenosos mais ou menos coerentes, mais ou menos compactos, mais ou menos argilosos, cimentando grãos de quartzo mais ou menos grosseiros. A disposição dessas ruínas e a caverna, ainda mais, que o refluxo das marés está cavando por baixo do penhasco induzem a figurar, na antiga paisagem, um majestoso arco natural cedo ou tarde demolido pela mesma erosão marinha que o esculpiu.

Não sabemos de nenhuma datação paleontológica atribuída aos calcáreos e arenitos calcáreos da Pedra Furada e do Forno da Cal. A hipótese, porém, da carstificação pré-barreiras, seguida de perto pelo basculamento regional, autoriza a suspeita de tratar-se, já, de horizontes pré-maestrichtianos, estando a destruição do Gramame, mais solúvel e menos resistente ainda do que o paleocênico, representada pela larga depressão somente uma vez interrompida que se alastra entre os bordos n.º 6 e 8 (Fig. 7).

Das antigas lagunas afinal apertadas entre o deslocamento das dunas e os produtos da erosão costeira subsistem estreitos charcos instalados sobre a plataforma de abrasão (*wave cut terrace*) das falésias mortas: um banco calcáreo densamente argiloso, com notável teor de grãos de quartzo finíssimos. Essa plataforma exondada pelo recuo da linha litoral durante a "pequena idade do gelo" acha-se disposta na base da falésia do Forno da Cal. Várias são as casas do povoado que se edificam diretamente sobre ela. Um pouco ao norte, o grande manguezal do Pai Tomé escoá-se para o mar, na estação chuvosa, superimpondo-se curiosamente à plataforma, que passa a funcionar ali como uma autêntica soleira: é o "dique" do Forno da Cal, onde já se experimentou encaixar uma "porta d'água" para a exploração do charco como "viveiro de peixes".

A crista de dunas que avança sobre a costa é substituída à retaguarda por novas formações à medida que se despenha dentro dos manguezais. Essa retificação construtiva (*progradation*) do litoral dilata a costa para o mar. Os mais velhos sabem-no e apontam seriamente os lugares onde há anos atrás o mar batia.

18. O TERRAÇO DO PILAR — No Pilar, em vez disso, os mais velhos recordam que havia gameleiras a uma distância da praia onde hoje estão fundeadas as canoas.

Ao litoral de construção de praias do Forno da Cal sucede-se, com efeito, da Baixa Verde para o norte, um trecho onde os processos destrutivos andaram acelerados, até agora pelo menos. Na altura da Baixa Verde o perfil de equilíbrio litoral manifesta sensível estabilidade: o litoral aí porta-se como um *pivot* entre processos contíguos e contrários. A zona intercotidial reduz-se ao mínimo; o lençol de areias e detritos calcáreos da plataforma é contínuo até o nível do preamar e depressa começam as águas profundas da “poça”, ou da “lama”, como os pescadores as conhecem, com vagas de oscilação principalmente. Daí para o norte, porém, inicia-se o escavamento pela base dum terraço litoral testemunho das acumulações marinhas durante o ciclo da submersão pós-glacial. É o terraço eustático, portanto, mais recente da costa (2 a 3 metros). Mais de uma ruas da antiga vila do Pilar foram truncadas obliquamente pela destruição do terraço litoral, ou reduzidas a um só alinhamento de casas, outrora confrontadas com outros edifícios em “ruas de dentro”, e hoje dependuradas sôbre o mar. Com o alinhamento dessas ruas antigas e a posição coincidente da secular matriz fazem ângulo, agora, os arruamentos mais recentes, dispostos paralelamente à linha litoral. A ocupação humana recua passo a passo, quasi sem se dar conta disso.

Para conter os efeitos imediatos dessa demolição constroem-se cerradas palissadas de troncos de coqueiros, dispostas como cáis de sustentação dos alicerces, e amontoam-se dentro areia e volumosos fragmentos de *Porites solida*, os polipeiros recifais que crescem no “mar de dentro”. Outra tentativa de contrarrestar a destruição é o levantamento de estacadas, ou “espíais”, também de troncos de coqueiros muitos unidos, ou de blocos de calcáreo onde os afloramentos da estrutura os fornecem (no pontal de Jaguaribe), alinhando-se perpendicularmente ao litoral. Esses esporões assim dispostos, opondo-se à deriva das correntes litorais agudamente oblíquas à praia, acumulam a montante em detrimento do trecho que se segue. Na ilha de Wight o inconveniente é atenuado mediante a sucessão cerrada dessas estacadas, aproximadamente equidistantes (HOLMES, 1952, lam. 91).

Na costa do povoado de Jaguaribe a intensidade da *retrogradation* é máxima, porque aí as correntes litorais aplicam-se paralelamente ao litoral, resvalando vigorosamente pelo bisel do pontal e solapando antes a base da falésia por erosão lateral do que escavando o *nip* clássico, que a falta de ferra-

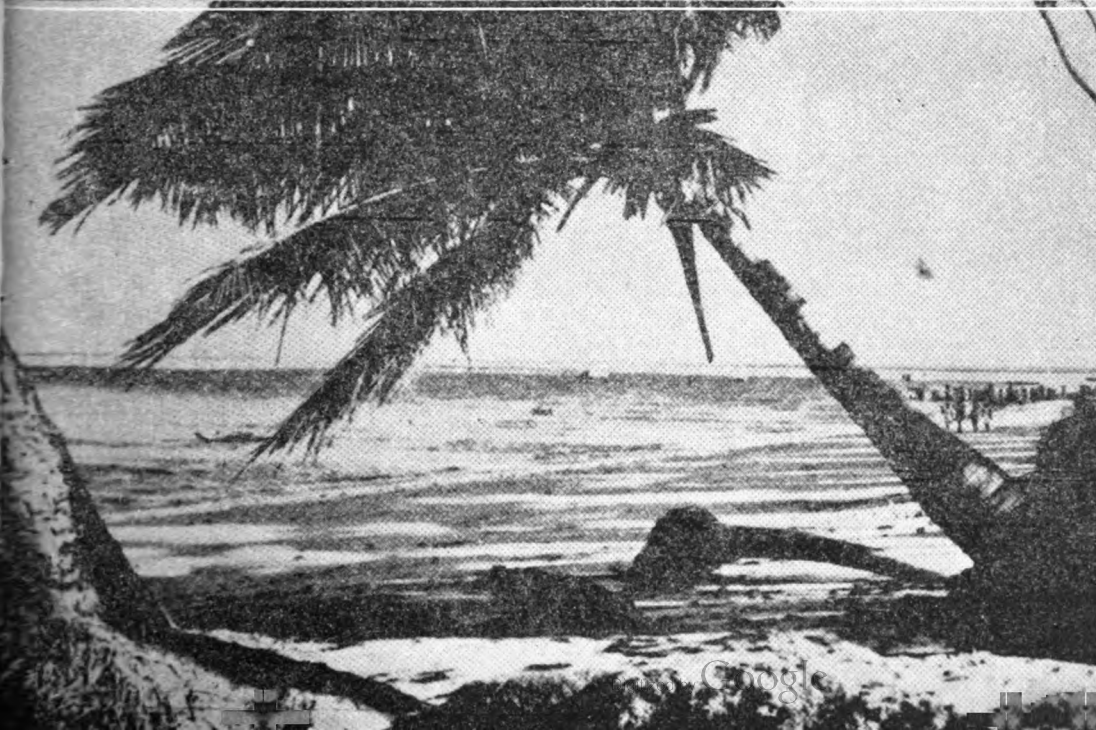


FOTO 14 — VISTA PARCIAL DO BORDO EXTERNO DO TERRAÇO LITORAL DO PILAR. NOTA-SE O ÂNGULO FORMADO PELAS «RUAS DE DENTRO», MAIS RECENTES, COM O APRUAMENTO ANTIGO À BEIRA-MAR. VEEM-SE TAMBÉM AS PALISSADAS DE TRONCOS DE COQUEIROS CONSTRUÍDAS À MANEIRA DE CAIS EM FRENTE AOS QUARTEIROS PARA ATENUAR A DESTRUIÇÃO PROGRESSIVA DO BORDO DO TERRAÇO PELAS VAGAS

FOTO 15 — EM JAGUARIBE O ATAQUE MARINHO AO BORDO DO TERRAÇO LITORAL DO PILAR É TESTEMUNHADO PELA DESTRUIÇÃO DE COQUEIRAIS



FOTO 16 — DETALHE DO CLIFFED STRAND PLAIN (BASE ESCAVADA DO TERRAÇO LITORAL) DO PILAR. A CONDIÇÃO DE AUTENTICO TERRAÇO LITORAL ACHA-SE DOCUMENTADA PELA NATUREZA DOS DEPÓSITOS E PELA ESTRATIGRAFIA. VEEM-SE OS HORIZONTES DE DETRITOS CALCAREOS SEMI-CONSOLIDADOS POR INFILTRAÇÃO D'ÁGUAS CONTINENTAIS E, ABAIXO DELES, A RANHURA (NIP) CAVADA POR EROSAO DE LEITOS MAL CIMENTADOS AINDA E DE LENTES DE AREIA COM ESTES ALTERNADAS

FOTO 17 — O BORDO DO TERRAÇO LITORAL DO PILAR NO LUGAR QUATRO CANTOS. A FOTOGRAFIA N.º 16 É UM DETALHE TOMADO NO MESMO LOCAL

mentas dificulta. O povoado, originariamente levantado à distância da praia, vê o mar acercar-se ano após ano. Os coqueirais plantados no bordo exterior do terraço litoral são assim destruídos: as grandes palmeiras dispostas em filas paralelas têm, primeiro, as raízes descobertas e esguedelhadas pelo ataque das ondas e depois tombam na zona litoral, multiplicando de tal sorte os despojos da devastação que evocam, à primeira vista, o rasto dum tufão.

Um dos sinais melhor indicativos de submersão e emersão alternadas são os “terraços marinhos” (FOURMARIER, 1950, II, 1378), que preferimos chamar terraços litorais, dominados por falésias mortas que a erosão continental tende a fazer desaparecer. O que está sendo solapado e demolido é um autêntico terraço litoral desse gênero. Os poços cavados no Pilar e em Jaguaribe expõem a contextura dos depósitos: camadas alternadas, lenticulares, de areia e detritos calcáreos orgânicos conchíferos, em parte, mas talvez predominantemente compostos de esqueletos de algas calcáreas, como a codiácea *Halimeda*, cujos frágeis discos de carbonato de cálcio constituem grandes massas das “croas” atuais. No bordo mesmo do terraço, no lugar Quatro Cantos, que é a praia mais setentrional da vila do Pilar, e também na altura de Jaguaribe, a deposição é absolutamente idêntica à das “croas” da zona intercotidial moderna que, nada obstante, somente se edificam como uma sucessão de lentes de areia e detritos calcáreos abaixo do nível médio das marés. A hipótese de ser de deposição sub-aérea esse terraço seria absolutamente infundada. As marcas das oscilações duma acumulação regida por sucessões de fluxos e refluxos das marés e de correntes litorâneas são inconfundíveis. Essa triagem lenticular não é de modo algum aquela de que o vento é capaz, como se pode ver das formações eólicas na praia do Forno da Cal. Quando submetidos, de resto, a processos de acumulação sub-aérea, detritos calcáreos frágeis, como os discos da *Halimeda*, trituram-se por ação do vento e em qualquer caso dissolvem-se por ação da água das chuvas. Não há praias desses detritos em toda a ilha. Eles pousam esporadicamente na zona intercotidial descoberta mas são depressa retomados e removidos pela ressaca da maré montante. Mais leves do que as areias, são os últimos que se depositam na vazante, mas também são os primeiros que o mar em seguida recupera e subtrai à desagregação e à decomposição sub-aéreas. A solubilidade desses detritos náguia doce está testemunhada, aliás, ainda nos Quatro Cantos. A pequena falésia que se escava ali tem o *surplomb* representado por um

bordo de lente de calcáreos aglutinados pela infiltração d'água continental, e o *nip* progride num horizonte inferior onde a cimentação é ainda incipiente ou reponta um bordo de lente de areias.

O contôrno do terraço do Pilar encurva-se para o interior segundo um arco descrito entre o pontal de Jaguaribe e a falésia do Forno da Cal. Somente a parte de seu bordo externo ao norte do Rio do Âmbar está sendo, portanto, destruída. Esse contôrno configura uma larga enseada contemporânea da submersão pós-glacial. Durante a submersão imediatamente anterior (interestágio Würm II/III) os outeiros que se sucedem para nor-nordeste, desde o morro do Giz até o pontal, constituíram um comprido promontório cuja extremidade decompunha-se em duas ilhas: o Grilo e o outeiro menor ao norte dêste. Entre o Cazumbá, cabeça dêsse promontório, e a ilha do Grilo estabeleceu-se um *tombolo*, remanescente ainda hoje como praia antiga de 7 a 8 metros, correlacionada com as de Tabatinga e de Lagoa Sêca. Outro *tombolo*, contemporâneo também, acha-se disposto entre os outeiros do Funil e da Ponte: é a praia do Armazem. Quando da submersão pós-glacial, não tendo o movimento eustático positivo alcançado a amplitude da última submersão pleistocênica, novo *tombolo* foi construído, no nível imediato de 2 a 3 metros, já então entre as ilhas ligadas do Funil e da Ponte e a base da falésia, a esse tempo já morta, de Pontas de Pedra. A península de Catuama, dessarte, é uma consequência dêsse *tombolo* holocênico. A retaguarda dêle fez-se recentemente o entulhamento clássico das lagunas isoladas por estabelecimento de restinga. O comprido manguezal paralelo à praia é um documento vivo do processo.

A oeste do promontório Giz-Cazumbá o vale do atual Jaguaribe era uma comprida e autêntica *ria*, ramificada e semeada de ilhas, com interflúvios eminentemente representados pelos terraços de 40 metros entalhados quando da primeira glaciação würmiana. A feição era, portanto, duma costa dalmática. Se do interestágio Würm II/III remontarmos ao imediatamente precedente, que acumulou os terraços de 20 metros, poderemos entrevêr o golfão de Atapus em sua plenitude, amplamente dilatado e largamente aberto entre Pontas de Pedra e os outeiros do centro de Itamaracá, com a escancarada boca povoada de ilhas alongadas e de feitio dalmático, já então.

Volvendo, porém, à paisagem atual, as marcas da submersão pós-glacial que acumulou o terraço do Pilar, como o do Lance dos Cações, encontram-se, também, nos terraços mais



FOTO 18 — A FALESIA DO FUNIL E TALHADA EM HORIZONTES PALEOCÊNICOS DE DESIGUAIS RESISTÊNCIAS. O NIP ACENTUA-SE PRINCIPALMENTE EM FUNÇÃO DA DESAGREGAÇÃO MAIS RÁPIDA DOS LEITOS MENOS COMPACTOS ALTERNADOS COM OS CALÇAREOS MAIS DUROS (ARENOSOS) E AS MARGAS QUE NA PLATAFORMA DE ABRASÃO SOFREM PROFUSAS DIACLASES E DO SURFLOMB DESABAM EM PESADOS BLOCOS, COMO NO PONTAL DE JAGUARIBE

FOTO 19 — A FLECHA EM GANCHO QUE SE AMARRA AO PONTAL DE JAGUARIBE. FOTOGRAFIA DO FLANCO DO LADO DO ESTUÁRIO, MODELADO PELOS FLUXOS E REFLUXOS DAS MARES. OS NÍVEIS ESCALONADOS CORRESPONDEM A SUCESSIVAS ETAPAS DE REDUÇÃO DA AMPLITUDE DA MARE, DESDE AS ÁGUAS-VIVAS DA SIZIGIA ANTERIOR ATÉ A MARE DE QUADRATURA. QUANDO A FOTOGRAFIA FOI TOMADA

baixos do estuário do Goiana. O autor menciona aqui somente os testemunhos diretamente verificados, cujo levantamento expedito procedeu. Está certo, porém, de que um exame deitado e levantamentos topográficos melhor coordenados nos vales da região, inclusive no vale do Goiana, aduzirão novos documentos à evidência.

O bordo interno do terraço do Pilar apoia-se num declive suave, que se eleva até os terraços de 20 metros e denota, talvez sim, talvez não, como já discutimos noutra parte, a lentidão da regressão determinada pela segunda glaciação würmiana. Esse declive repete-se, de resto, no interior da ilha, nos esporões dos vales de meandros encaixados: terraços emparelhados (*terraces couplées, matched terraces*), também de lenta excavação, alguns dos quais espetacularmente expostos ao longo da estrada de rodagem que do engenho São João demanda o morro do Giz. São os típicos terraços poligênicos de E. CHAPUT, descritos por BAULIG (1952) como resultantes dum rebaixamento contínuo do nível de base sôbre terreno de medíocre resistência, e que só apresentam ruturas de declive se a excavação veio a se acelerar. Os restos da praia antiga, de 7 a 8 metros, que se encontra perfeitamente definida noutras partes, inclusive sôbre o terraço litoral holocênico do Lance dos Cações, estão, dessarte, muito mal representados no bordo interno do terraço do Pilar. Os fenômenos de solifluxão, que parecem particularmente ativos nas vertentes costeiras da ilha, devem ser responsáveis por essa *camouflage*.

A enseada onde se acumulou, no Quaternário recente, o terraço do Pilar esteve arqueada entre dois promontórios, o primeiro testemunhado pela falésia morta do Forno da Cal e o segundo pela falésia viva do pontal de Jaguaribe. Sôbre êste último, de resto, fez-se a ablação total das barreiras: é um bisel paleocênico recoberto de areias e de conchas marinhas lá deixadas durante a última regressão würmiana. Seu feitio monoclinal fê-lo resistir ao impacto do mar ascendente no Holoceno, embora o solapamento lateral da corrente litorânea o tenha condenado.

A enseada, tal como as indentações costeiras já descritas entre o forte de Orange e o Forno da Cal, foi uma consequência da superfície de erosão diferencial de sustentação das barreiras. Os afloramentos dos bordos 6 e 8 (fig. 7) explicam o avanço do mar entre os dois promontórios. Nas enseadas a energia das vagas concentra-se sôbre êstes e difunde-se gradualmente ao longo dos bordos do arco interno (refração

das vagas; HOLMES, 1952, p. 280). As consequências principais dessa redução da energia das vagas refratadas são a aceleração do depósito dos materiais em suspensão e a tendência seletiva de materiais mais leves transportados. É considerável, com efeito, a abundância de detritos calcáreos na espessura do depósito. Essa abundância explica a formação, na vizinhança das concentrações de drenagem, de depressões progressivas. Os coqueiros plantados à beira do rio Maceió, perto do cemitério do Pilar, acham-se sobre um solo constantemente rebaixado, que lhes desdobre as raízes, forçando o acúmulo de montículos em torno, para preservá-los. Os rios Maceió e do Âmbar, que só chegam a ter água corrente na estação das chuvas, assinalam contudo, durante a estiagem, o lençol hidrostático que dissolve os calcáreos. Nesses "maceiós" o mar penetra, quando a ressaca mais forte das marés do inverno escava a zona litoral e a água da chuva, elevando o nível do lençol hidrostático, "arromba" a barragem de areia acumulada no verão; porque a ressaca, corrente de compensação dirigida da costa para o fundo em consequência do levantamento das águas pelas vagas que enfrentam o litoral, chega a fazer-se mínima no estio. Essa sucessão de efeitos contrários sobre um litoral regularmente solapado pela base ilustra bem as complicações que resultam da interferência das correntes de maré, no decurso do ano, com a corrente litoral.

Em igualdade de condições relativamente ao vigor da investida das ondas, a ressaca é permanentemente acentuada na base das falésias pela presença, nela, das plataformas nem sempre de abrasão. Porisso, o *wave cut terrace* do Forno da Cal, como o de Jaguaribe, é contemporâneo da acumulação de depósitos do terraço do Pilar.

A epigenia da costa tem no pontal de Jaguaribe um de seus marcos atuais mais evidentes e, certamente, um dos mais antigos e constantes. O bloco é constituído pela intersecção dum dos bordos em bisel da estrutura com a linha litoral (como a Pedra Furada); acha-se esculpido de modo que um dos flancos está representado pelo resvalamento da corrente litoral e outro pela calha terminal do vale assimétrico do rio Jaguaribe, escavada de modo a acentuar a pendente do vale no sentido do mergulho geral da estrutura. Porisso o rio torce o curso bruscamente para nordeste a cem metros, apenas, da embocadura.

O flanco ocidental é trabalhado pelo vai-e-vem das marés no estuário, mas no lado oposto é o solapamento lateral da

corrente litorânea que provoca o desmoronamento do calcáreo duro sobreposto a bancos argilosos. O ataque frontal do mar acha-se aí visivelmente superado. O bloco chega a se comportar, quasi, como uma garupa aguçada entre dois confluêntes muito ativos. O corte da pseudo-falésia revela a alternância de calcáreos e margas, de diferente compacidade e variável granulação, já indicadas no Forno da Cal. A plataforma que se projeta da base para o mar não revela, à falta de ferramentas aptas, um trabalho abrasivo manifesto: é um "lage" cujo desnivelamento estrutural não parece bastante acentuado pela erosão marinha, mas que se desconjunta em diaclases progressivamente numerosas à maior distância da praia.

O grau de compacidade e de baixa solubilidade dêsse leito onde se aplaina mal a plataforma do pontal de Jaguaribe é equivalente ao da que está na base da falésia do Forno da Cal; bem diversas, contudo são a composição e a resistência do estrato que faz as vezes delas mais ao norte, da falésia do Funil até Pontas de Pedra.

Nêste o aspecto cárstico revela maior riqueza calcárea da camada epigênica e desenvolve-se à custa dos suprimentos d'água doce que lhe advêm da costa. Contíguas ao litoral de Pontas de Pedra estão, no baixo-mar, micro-formas representativas do ciclo calcáreo em meio úmido: depressões intercomunicadas por sistemas de canais que se desenvolvem abaixo da superfície, *surplombs*, grotas, arcos e aspectos ruiformes.

Na praia do Funil há outras curiosas evidências. Ao pé de pequena falésia penosamente esculpida, cujo *nip* parece resultar, como no pontal, de resvalamento lateral da corrente, mas que se deve acentuar melhor por um aceleração do ataque químico sôbre horizonte calcáreo mais solúvel (o contacto paleocênico-maestrichtiano foi identificado aí recentemente), uma topografia também cárstica é descoberta nas vazantes, substituindo o que noutras condições seria uma plataforma de abrasão ou um patamar polido e diaclasado, como o de Jaguaribe. Os torrões de barreiras residuais dos outeiros da Ponte, do Funil e do Seleiro documentam a eficácia dispensada ao suporte pelos facies do estrato aí expôsto. Mas a paisagem resulta ainda mais excêntrica na pequena enseada entre os dois morros litorâneos, ao pé da praia antiga do Armazem: um manguezal viceja a partir da linha das marés e alastra-se por uma dezena de metros na zona intercotidial. O fato é absolutamente incomum e merece reparo. As águas de precipitação, por um lado, absorvidas pelas areias da costa e

drenadas subterraneamente para as *micro-dolinas* da superfície cárstica, e por outro a periodicidade das marés asseguram um delicado equilíbrio da salinidade média requerida por esse tipo de vegetação halófila e, conseqüentemente, condições ecológicas necessárias para que o mangue se instale “mar a dentro”.

19. A PRAIA-TERRAÇO DO LANCE DOS CAÇÕES —
No Lance dos Cações os processos em curso no Forno da Cal aplicam-se a um feitiço de terraço do Pilar. Teoricamente não se poderia conceber, com efeito, exemplo mais completo e mais sumário de sincretismo dum e doutro casos: ao bordo dum terraço holocênico acrescenta-se progressivamente uma praia atual.

A construção duma carta de vagas do litoral da ilha segundo a técnica desenvolvida por BERTHOIS (1954) visualizaria graficamente a razão de ser da contiguidade de trechos litorais onde alternadamente se faz a regularização por sedimentação e por transporte. Para isso, contudo, seria indispensável a determinação precisa de elementos tais como, além da direção dominante dos ventos, a velocidade do gradiente dêstes, a distância da costa e o comprimento e o período das ondas, sem falar das variações resultantes da produção ou não de refrações. Dum modo extremamente sumário, porém, se se levarem em conta apenas os ângulos formados pela direção dos ventos dominantes (E.SE) com a linha litoral, ter-se-á a idéia de como a acentuação da obliquidade desta corresponde a maior intensidade do transporte, e conseqüentemente da erosão litoral. Assim, enquanto essa erosão acelera-se no bordo do terraço do Pilar, reduz-se sensivelmente para o norte e para o sul nos trechos vizinhos do litoral em que a incidência dos ventos tende à normalidade.

Nas proximidades das “barras” e da embocadura do Jaguaribe afogado, todavia, as coisas complicam-se. Nesta última, por exemplo, o fluxo das marés acentua ainda mais o resvalamento da corrente litorânea, para dentro do estuário, contra o flanco do pontal, e o transporte, assim, vem a ser máximo. A airosa flecha em gancho que se apoia no pontal é um exemplar resultado da ação convergente e combinada da corrente litoral e do refluxo.

O arco ideal do bordo externo da praia-terraço do Lance dos Cações abre-se entre o Fortim e a falésia de Jaguaribe; a

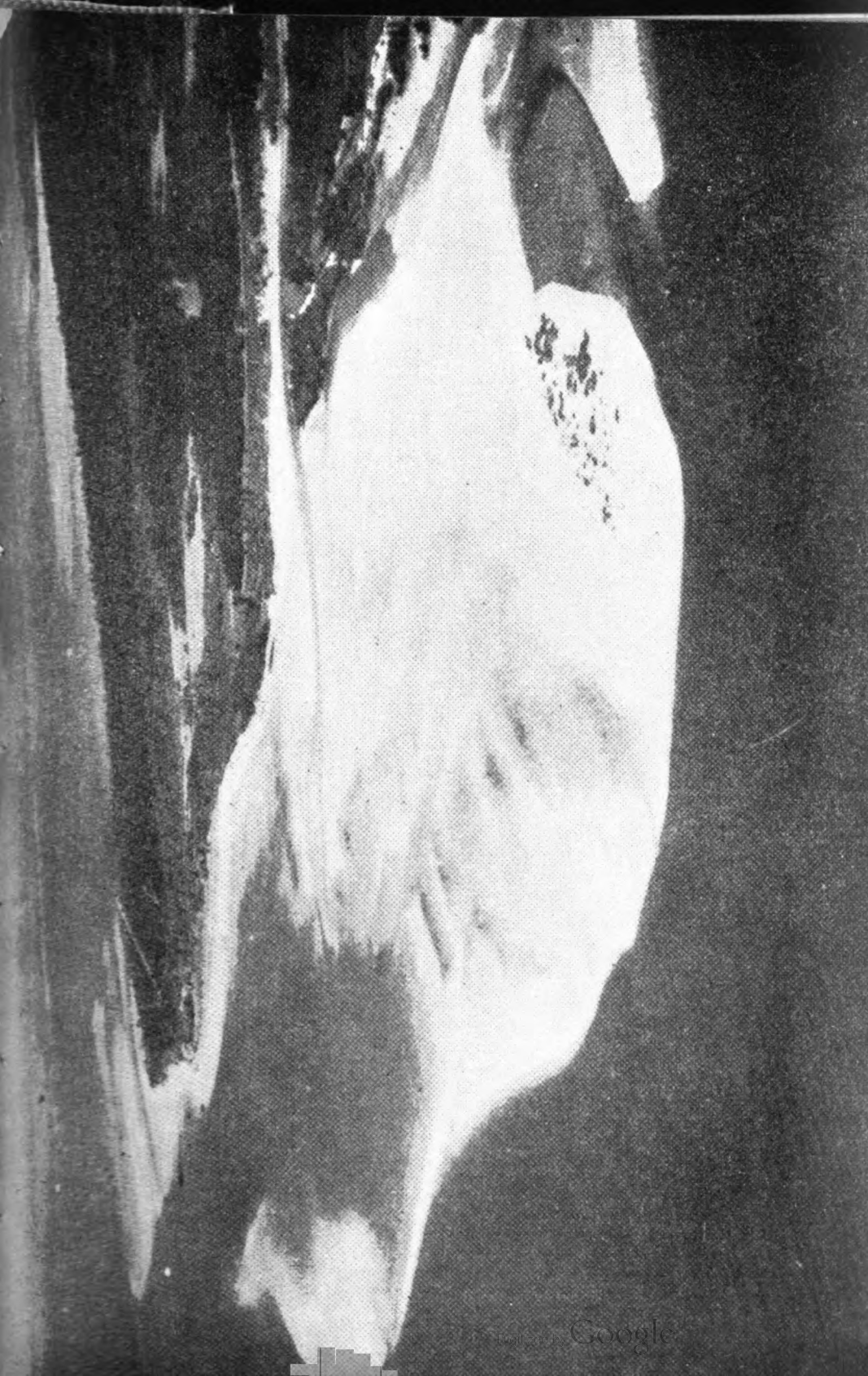


FOTO 20 -- EXTREMIDADE NORTE DA ILHA DE ITAMARACA (BORDO MERIDIONAL DA «BARRA» DE CATUAMA). AS FEIÇÕES LITORAIS SÃO AÍ CONSTANTEMENTE CONTRAFEITAS EM CONSEQUÊNCIA DA ACESA PORFIA ENTRE OS FLUXOS E REFLUXOS DA CORRENTE DE MARÉ NO DECORRER DO ANO. NO MES EM QUE A FOTOGRAFIA AEREA FOI TOMADA (FEVEREIRO DE 1955) PREVALECIA A AÇÃO DOS REFLUXOS, TANTO QUE AS FLECHAS ORIENTAM-SE GERALMENTE PARA O LADO DO MAR, ESTANDO A MAIS DISTANTE DELAS CORTADA POR UM CANAL PRATICADO FELAS CORRENTES LITORANEAS. DURANTE OS MESES VENTOSOS DO INVERNO, PORÉM O CONJUNTO SOFRE MODIFICAÇÕES TRANSITÓRIAS GRAÇAS A MAIOR VEEMÊNCIA TEMPORARIA DAS MARES QUE REMONTAM A «BARRA» EM JULHO E AGOSTO



FOTO 21 — A «BARRA» DE CATUAMA. NO PRIMEIRO PLANO A PORÇÃO MERIDIONAL DA ILHA DE ITAPESSOCA, COM O MORRO DO SELEIRO. A ESQUERDA, O OUTEIRO DO FUNIL, NA PROJEÇÃO EXTREMA DA PENINSULA DE CATUAMA. A DIREITA E AO FUNDO, A EXTREMIDADE SETENTRIONAL DA ILHA DE ITAMARACA (V. FOTO N.º 20). AO PÉ DO MORRO DO FUNIL OBSERVA-SE A INDECISÃO DAS FLECHAS, DIRIGIDAS SIMULTANEAMENTE PARA DENTRO E PARA FORA DO RIO CATUAMA, ENTRE AQUELE MORRO E O DO SELEIRO

enseada holocênica onde o terraço foi acumulado é do mesmo feitio estrutural da do terraço do Pilar. A vazante do estuário do Jaguaribe, forçada contra o litoral pela corrente paralela à costa, retarda-se e deposita grande parte dos materiais em suspensão, construindo dessarte um saliente que decompõe em dois o arco da enseada atual: é esse um trecho de praia ativamente *prograded*, onde moitas de guajirus assinalam a estabilidade da nova terra firme e onde os proprietários de coqueirais estão constantemente a dilatar domínios.

Mais acima, nas imediações da “barra” de Catuama somam-se, em vez disso, as correntes litoral e de maré para fazer recuar o contorno além das “lages” da praia do Fortim. Esse recuo, de resto, não é mais pronunciado ainda, ou mais geral, porque o bordo em bisel da estrutura, representado por essa “lage” e pela pedreira do Fortim, impede seu progresso a montante. A flecha que do extremo litoral se estende para o lado do mar documenta o vigor do refluxo local. Mas tem uma estabilidade assás precária, resultando seccionada, às vezes, por um canal que testemunha a rutura do equilíbrio de forças entre a corrente litorânea e as marés do golfão. Essa praia do extremo norte é, com efeito, constantemente desmontada e reconstruída. Plantações de coqueiros que chegaram a manter produção regular durante anos acham-se agora reduzidas a dois ou tres pés remanescentes, enquanto os manguezais progridem sobre o terreno implacavelmente rebaixado pela ablação dos depósitos que o mar mesmo fizera.

Na maior parte do Lance, todavia, a praia se acrescenta ao bordo do terraço. No barranco escavado pelo rio Jaguaribe no pôrto do Desfibramento depósitos lenticulares idênticos aos do terraço do Pilar fazem-se evidentes. Terraços litorais dêsse tipo, aliás, cujas extremidades do arco interno se apoiam na base de falésias mortas recentemente, ou já reavivadas, compõem todo o litoral diretamente observado, desde a “barra” de Goiana até o forte de Orange. Salientes onde antigas falésias acham-se reanimadas são as de Tabatinga e da ponta do Funil, além da do pontal de Jaguaribe. Tabatinga reproduz, *mutatis mutandi* e em menor escala, o que se passa atualmente no cabo Branco, no litoral paraibano. A transgressão fez-se sobre a superfície epigênica e ataca ainda eficazmente a falésia. No cabo Branco, aliás, o flanco setentrional da antiga falésia permaneceu a salvo da submersão holocênica, conservando entre a base e o litoral moderno o terraço que se alarga em direção a Tambaú. O nível dêsse terraço forma um típico

degrau (*cliffed strand plain*) sôbre a zona intercotidial, escavando-se ao pé, nas marés de sizígia, a ranhura característica da base das falésias (*nip, notch*).

Esse terraço de Tambaú é do mesmo nível (2 a 3 metros) dos de Itamaracá. O de Tabatinga, extremamente reduzido, em forma de minguante, ao pé duma praia antiga, amarra-se a dois biseis da estrutura, cobertos de barreiras.

Noutros pontos da costa pernambucana, de resto, fenômenos denotadores dessa alternância eustática ocorrem com igual nitidez: na praia da Conceição (ao sul de Maria Farinha), em Gaibú (ao norte do cabo de Santo Agostinho) e sobretudo em Olinda, cujos históricos outeiros vizinhos do litoral são falésias mortas e desfiguradas inclusive por escorregamentos. Em Gaibú, porém, a epigenia manifesta-se sôbre um arenito quaternário, com facies de cordão litoral ou praia de tempestade (*storm beach*); trata-se, portanto, de estrutura diversa daquela que interessa a êste estudo. Em Olinda a estrutura discordante é da mesma sequência da de Itamaracá, como o demonstram os furos das minas de fosforita. O calcáreo que aflora nas praias setentrionais da cidade, Farol e Bairro Novo, deve ser o mesmo maestrichtiano da praia dos Milagres, ou o paleocênico imediatamente sobrepôsto. Aliás, nos Milagres o progresso da erosão litoral destrói celeremente de alguns anos para cá uma parte densamente habitada da costa e força a a população a bater em retirada. Embora podendo estar sendo acentuado por fatores que a mecânica hidráulica ora investiga, êsse deve ser um efeito, em última análise, do encerramento há meio século da "pequena idade do gelo".

O terraço do Lance dos Cações jaz sôbre a plataforma calcárea fossil que fez outrora as vezes de plataforma de abrasão das falésias mortas distantes, os outeiros de Queimadas e do Cabucu: um *wave cut terrace* transformado pela submersão pós-glacial em *wave built terrace* e como tal entalhado durante a regressão mais recente.

A constante adição de praia ao bordo externo está representada por quatro ou cinco cristas de areia que se alinham paralelamente ao litoral e se sucedem internamente. Daí para o interior a superfície plana e levemente ascendente tem sua uniformidade interrompida apenas por vestígios de anti-



FOTO 52 -- BARRANCO DO RIO JAGUARIBE,
NO LUGAR DESFIBRAMENTO. EVIDENCIA-SE
AÍ A ESTRUTURA DO TERRAÇO LITORAL DE
2 A 3 METROS DO LANCE DOS CAÇÕES, IDEN-
TICA À DO TERRAÇO TAMBÉM HOLOCÊNICO
DO PILAR: LENTES DE AREIA E CALCAREOS.
ESTES INCIPIENTEMENTE CIMENTADOS NOS
HORIZONTES SUPERIORES POR AÇÃO DAS
ÁGUAS CONTINENTAIS. É A TRIAN-
GEM TÍPICA DAS CORRENTES LITO-
RÂNEAS E DE MARE NAS «CROAS» ATUAIS



FOTO 23 — A PRAIA DE TABATINGA (7 A 8 METROS), NO ARCO DA ENSEADA DESSE NOME, AO NORTE DE PONTAS DE PEDRA. É UM DOS MAIS NOTÁVEIS DOCUMENTOS, NA COSTA PERNAMBUCANA, DA REGRESSÃO MARINHA CORRESPONDENTE À ÚLTIMA GLACIAÇÃO WURMIANA (ESTÁGIO WURM III)

FOTO 24 — NA ENSEADA DE TABATINGA EXÍGUOS RESTOS DO TERRAÇO LITORAL HOLOCÊNICO, DE 2 A 3 METROS, MOSTRAM-SE REMANESCENTES NA BASE DA PRAIA ANTIGA DE 7 A 8 METROS, QUE SE VÊ AO FUNDO, POR DETRÁS DOS PRIMEIROS RENQUES DE COQUEIROS



FOTO 25 — OUTRA PRAIA ANTIGA, CONTEMPORANEA DA DE TABATINGA: A DE LAGOA SECA, NO INTERIOR DA ILHA DE ITAMARACA, A POUCO MENOS DE UM QUILOMETRO DO LITORAL ATUAL DO LANCE DOS CAÇÕES. E UM ANTIGO TOMBOLO QUE LIGOU, NOS FINS DO PLEISTOCENO, AS DUAS ILHAS HOJE REPRESENTADAS PELOS OUTEIROS DE CABUCU E DE QUEIMADAS

FOTO 26 — OS FORMIGUEIROS E AS ESCAVAÇÕES PARA O PLANTIO DE COQUEIROS REVELAM A NATUREZA DO DEPOSITOS QUE CONSTITUEM O TERRAÇO BORDADO PELA PRAIA ANTIGA DE LAGOA SECA: DEPOSITOS ANALOGOS AOS DOS TERRAÇOS LITORAIS DO LANCE DOS CAÇÕES E DO PILAR, ALTERNANDO CAMADAS LENTICULARES DE AREIAS E DETRITOS CALCAREOS ORGANICOS

gas valas também paralelas, marcos testemunhos dos processos de regularização que tiveram curso durante o recuo do mar. Nalgumas dessas valas persistem ainda lagoas, porém somente quando a vizinhança do litoral permite o afloramento do lençol hidrostático ou a proximidade dos outeiros bem regados assegura suprimento d'água permanente. No primeiro caso estão as lagoas de Adolfo e de Celestino, próximas do litoral no extremo norte, e onde a vegetação halófila cede o passo, em transição muito cadenciada, a nenúfares e arbustos d'água doce. Ao pé do Cabucu, no bordo interno do terraço, alimentada pela "bica" da Gameleira a lagoa da Dominga tem uma ecologia desembaraçada já da vizinhança do mar, se bem que fortemente condicionada pelo solo arenoso densamente calcáreo: é um lamacento juncal durante o estio, mas que se alaga e reverdece quando as chuvas começam. Podem-se surpreender nitidamente nela os estágios iniciais da formação da turfa.

É da lagoa da Dominga para o norte que se levanta a praia antiga da Lagoa Sêca (Fig. 8), o mais notável documento, na ilha, do nível eustático de 7 a 8 metros. O topônimo de Lagoa Sêca parece ter sido sugerido pela abundância de detritos orgânicos marinhos acima do degrau. O terraço pleistocênico, com efeito, dilata-se para o interior ao pé das barreiras — as antigas falésias —, e o solo revolvido pelos plantadores de coqueiros e pelas formigas mostra-se carregado de carapaças de moluscos, íntegras ou fragmentadas. Uma das depressões longitudinais remanescentes no terraço inferior rebaixa-se ao pé da praia antiga em Quatro Portas e põe à mostra o *wave cut terrace* inhumado sobre que se escalonam os dois terraços. As areias do bordo da praia antiga são de grossa granulação e aliás idênticas às da praia atual do Lance dos Cações. A plataforma exumada ao pé da praia e crescentemente coberta ao largo desta pelo terraço holocênico, reconstitui o estágio litoral quando a última regressão würmiana começou; um perfil de equilíbrio relativamente alcançado, como o da praia do Lance dos Cações e o da Baixa Verde. As condições estruturais e morfoscópicas, dessarte, combinam tão estreitamente que autorizam a supôr a regular constância, desde os fins do Pleistoceno, dos processos litorais que até hoje comandam a

evolução das formas. O litoral da ilha porta-se em grande parte, com efeito, como uma tendência pacífica e conservadora à regularização e à estabilidade. Essa tendência vem sendo perturbada pelas variações eustáticas de nível, mas é depressa reiterada e a maturidade plena da costa apegase teimosamente ao sossego das coisas consumadas. Quando a evolução dum litoral tende para a regularização multiplicam-se as flechas em gancho, as pontas triangulares, os *tombolos*, tôdas as enseadas têm sua praia, seu cordão litoral, sua laguna (DE MARTONNE, 1952). O de Itamaracá tem reproduzido essas formas umas sôbre as outras. O tectonismo do maciço não no tem perturbado desde a adolescência, mas a longínqua inquietação dos gelos nas altas latitudes repercute nos trópicos e vem de tempos em tempos, num ritmo cósmico, forçá-lo a retomar zelosamente o caminho da velhice.

BIBLIOGRAFIA

1953 AB'SÁBER, Aziz Nacib

O planalto da Borborema na Paraíba (fotografias comentadas)
— In Boletim Paulista de Geografia. N.º 13, março 1953. —
São Paulo.

1953/54 AB'SÁBER, Aziz Nacib

Os terrenos fluviais da região de São Paulo — Separata do Anuário da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae" da Pontifícia Universidade Católica. — São Paulo.

1952 AHLMAN, Dr. Hans W:son

Glacier Variations and Climatic Fluctuations — The American Geographical Society. — The Bowman Memorial Lecture. (August 13, 1952) — Washington. D.C. (mimeografado).

1954 AMARAL, Sérgio E. do

Nota sobre a série das Barreiras no vale do rio Tapajós — In Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia, vol. 3, maio de 1954, n.º 1. — São Paulo.

1950 BAULIG, Henri

Essais de Géomorphologie — Société d'édition: Les Belles Lettres — Paris.

1950 a) BAULIG, Henri

La philosophie géomorphologique de James Hutton et John Playfair — In Essais, 1950.

1950 b) BAULIG, Henri

L'oeuvre de William Morris Davis — In Essais, 1950.

1950 c) BAULIG, Henri

Les concepts fondamentaux de la Géomorphologie — In Essais 1950.

1950 d) BAULIG, Henri

La notion de profil d'équilibre. Histoire et critique — In Essais, 1950.

1950 e) BAULIG, Henri

Le littoral dalmate — In Essais, 1950.

1950 f) BAULIG, Henri

Captures fluviales et déversements — In ESSAIS, 1950.

1950 g) BAULIG, Henri

Le profil d'équilibre des versants — In Essais, 1950.

1950 h) BAULIG, Henri

Questions de terminologie — In Essais, 1950.

1954 BERTHOIS, L.

Construction d'une carte des vagues — In Revue de Géomorphologie Dynamique, n.º 2, 5e. année.

1950 BIROT, P.

Sur le problème de l'origine des pédiments — In Comptes Rendus, 1950.

1950 BOURCART, Jacques

La notion de "terrasse" — In Comptes Rendus, 1950.

1915 BRANNER, John C.

Geologia elementar — Francisco Alves, edit. 2a. edição — Rio de Janeiro.

1949 BROOKS, C.E.P.

Climate through the Ages. A study of climatic factors and their variations — McGraw-Hill Book Company Inc. New York-Toronto.

1952 CAETANO FILHO, Manuel

Os arrecifes de Pernambuco — In Revista do Norte, série III, junho 1952, n.º 5 — Recife.

s/d CARVALHO, Delgado de

Physiographia do Brasil — Fasc. 4. Litoral — F. Brigueit & Cia., editores — Rio de Janeiro.

1946 CLEROT, L.F.R.

Relatório apresentado ao Secretário de Viação e Obras Públicas (Contribuição para o estudo da Geologia Econômica de Pernambuco) — Arquivo da S.V.O.P. — Recife.

1950 **Comptes Rendus du Congrès International de Géographie**. Lisbonne 1949 — Tome II. Travaux des Sections II e III. — Union Géographique Internationale. — Lisbonne.

1954 COSTA, Angelo José da

Estudo do escorregamento ocorrido na rodovia PE-BR-11-Sul, etc. — Secção de Solos e Fundações do Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco. — Separata do Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Pernambuco. — Vol. XXXV, julho-setembro 1954. — Recife.

1952 COTTON, C.A.

Geomorphology. An Introduction to the Study of Landforms — Sixth edition, revised. — Withcomb and Tombs Ltd. — Christchurch, etc.

1950 DRESCH, J.

Sur les pédiments en Afrique méditerranéenne et tropicale — In Comptes Rendus, 1950.

1952 FAIRBRIDGE, Rhodes W.

Recent Geomorphological Progress in Australia — In Septième Rapport, 1950.

1949 FINCH, Vernor C., and TREWARTHA, Glenn T.

Elements of Geography. Physical and Cultural — McGraw-Hill Book Company, Inc. — New York, Toronto, London.

1950 FOURMARIER, P.

Principes de Géologie — 3e. édition, revue e complétée. (2 tomes) — Paris-Liège.

1947 FURON, Raymond

L'érosion du sol — Payot. — Paris.

1953 HACK, John T.

Geologic evidence of late Pleistocene climates — In SHAPLEY, 1953.

1941 HAMBRIDGE, Grove

Climate and Man — A summary — In Yearbook of Agriculture, 1941. — United States Department of Agriculture. — Washington, D.C.

1935 HOBBS, William Herbert

Earth features and their Meaning. An Introduction to Geology — Second edition revised and enlarged. — The Macmillan Company — New York.

1952 HOLMES, Arthur

Geologia Física — Traducción de la octava edición inglesa (1951) por Rafael Candel Vila y Joaquina Comas de Candel. — Ediciones Omega, S.A. — Barcelona.

1954 KEGEL, Wilhelm

Nota sobre os microfósseis do fosfato cretáceo de Pernambuco — In Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia, vol. 3, maio de 1954, n.º 1. — São Paulo.

1943 LEME, Alberto Betim Paes

História física da Terra (vista por quem a estudou no Brasil) — F. Brigueit & Cia. — Rio de Janeiro.

1939 LOBECK, A.K.

Geomorphology. An introduction to the Study of Landscapes — McGraw-Hill Book Company, Inc. — New York and London.

1945 MAACK, Reinhard

Espessura e sequência dos sedimentos quaternários no litoral do Estado do Paraná — Separata dos Arquivos de Biologia e Tecnologia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas da Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio do Paraná. Vol. IV. Agosto de 1949 — Impressora Paranaense S.A. — Curitiba.

1925.28 MARTONNE, Emmanuel de

Traité de Géographie Physique — Quatrième édition, entièrement refondue (3 vols.) — Tome Ier., 1925; tome II, 1926. — Librairie Arman Colin. — Paris.

1943/44 MARTONNE, Emmanuel de

Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico — In Revista Brasileira de Geografia — Ano V, outubro-dezembro 1943, n.º 4; Ano VI, abril-junho 1944, n.º 2. — Conselho Nacional de Geografia. — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. — Rio de Janeiro.

1948 MARTONNE, Emmanuel de

Géographie aérienne — Albin Michel. — Paris.

1943 OLIVEIRA, Avelino Ignacio de, e LEONARDOS, Othon Henry

Geologia do Brasil — 2a. edição refundida e atualizada. — Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. — Rio de Janeiro.

1951 OLIVEIRA, Paulo Erichsen, e RAMOS, José R. de Andrade

Contribuição à geologia do município de Olinda, Pernambuco — Divisão de Geologia e Mineralogia do D.N.P.M. — Boletim n.º 138 — Ministério da Agricultura. — Rio de Janeiro.

1953 OLIVEIRA, Paulo Erichsen

Invertebrados fósseis da Formação Maria Farinha. I — Cephalopoda — Divisão de Geologia e Mineralogia do D.N.P.M. — Boletim n.º 146 — Ministério da Agricultura. — Rio de Janeiro.

1944 Revue de Géomorphologie Dynamique

ns. 1 e 2, 5e. année — Paris.

1950 RUELLAN, Francis

As aplicações da fotogrametria aos estudos geomorfológicos — Separata da Revista Brasileira de Geografia n.º 3, ano XI. — Conselho Nacional de Geografia. — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. — Rio de Janeiro.

1952 RUELLAN, Francis

O escudo brasileiro e os dobramentos de fundo — Departamento de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. — Rio de Janeiro.

1953 RUELLAN, Francis

O papel das enxurradas no modelado do relevo brasileiro — Separata do Boletim Paulista de Geografia. — N.º 13, março de 1953; n.º 14, julho de 1953. — São Paulo.

1941 RUSSEL, Richard Joel

Climatic change through the Ages — In Yearbook of Agriculture, 1941 — United States Department of Agriculture — Washington, D.C.

1951 **Septième Rapport de la Commission pour l'étude des terrasses et surfaces d'aplanissement**

Union Géographique Internationale. XVIIe. Congrès International de Géographie. Washington, 1952. — Imprimerie H. Vaillant-Carmanne, S.A. — Liège (Belgique).

1952 SHAPLEY, Harlow

Climatic Change. Evidence, Causes, and Effects — Harvard University Press. — Cambridge.

1952 SILVEIRA, João Dias de

Raixadas litorâneas quentes e úmidas — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

1949 STERNBERG, Hilgard O'Reilly

Enchentes e movimentos coletivos do solo no vale do Paraíba em dezembro de 1948. — Influência da exploração destrutiva das terras — Separata da Revista Brasileira de Geografia n.º 2, ano XI. — Conselho Nacional de Geografia. — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. — Rio de Janeiro.

1952 TERMIER, H. et TERMIER, G.

Histoire géologique de la Biosphère. La vie et les sédiments dans les géographies successives. — Masson & Cie. — Paris.

1950 TREVISAN, Livio

Genèse des terrasses fluviales en relation avec les cycles climatiques — In Comptes Rendus, 1950.

s. d TRICART, J.

Cours de Géomorphologie. Première Partie: Géomorphologie structurale. Fasc. II. Les types de bordures de massifs anciens, etc. — Centre de Documentation Universitaire. — (2e. édition, mise à jour.) — Paris.

1954 VEGELER, Paulo, FRANCO, Alcides, e GÊVE, Alfredo Ernesto

Os tipos principais de solos do Rio Grande do Norte — In Levantamento agro-geológico do Estado, etc. — Natal.

1942 VON ENGELN, O.D.

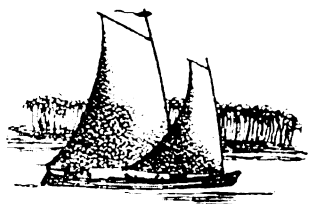
Geomorphology — The Macmillan Company — New York.

1953 WILLET, Hurd C.

Atmospheric and oceanic circulation as factors in glacial-interglacial changes of climate — In SHAPLEY, 1953.

1953 WOLBACH, John

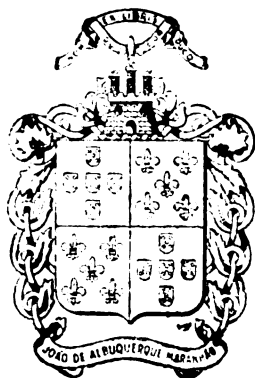
The insufficiency of geographical causes of climatic change — In SHAPLEY, 1953.



HISTÓRIA DA CASA DE CUNHAÚ

JOÃO D'ALBUQUERQUE MARANHÃO

EX - LIBRIS



PREFÁCIO

História da Casa de Cunhaú é livro principalmente de história cronológica. De modo que o seu prefácio — ou a sua apresentação — deveria traça-lo antes um historiador especializado nesse tipo, aliás nobremente clássico, de história, que um simples estudante de antropologia e de sociologia interessado apenas nos processos e nas formas sociais que, através de constante e recorrências, transparecem dos acontecimentos históricos. Daí faltar a este arremedo de prefácio autoridade, mesmo remota, com relação ao que ha de especificamente histórico no trabalho de João d'Albuquerque Maranhão: autoridade que sobriaria a um A. Tavares de Lyra ou a um Luís da Câmara Cascudo ou a um J. A. Gonsalves de Melo. Três verdadeiros mestres em assuntos de história regional — a do Nordeste — que ao saber cronológico juntam o sociológico; e aos quais — e não ao pobre de mim — deveria ter recorrido o autor deste livro em busca de palavras, aliás superfluas, de apresentação do seu vibrante ensaio; e de aprovação, ou não, a idéias que expõe em plano histórico-polemico, como algumas das que se referem a Fernandes Vieira. Isto por já não viver Manuel Bomfim: historiador e indianófilo que teria escrito para a História da Casa de Cunhaú o prefácio ideal.

Insistindo em exigir de mim esta apresentação, repita-se que desnecessária, para o seu sugestivo estudo de história regional, João d'Albuquerque Maranhão quis, evidentemente, associar ao seu trabalho o nome de um já antigo animador de novo tipo de estudos regionais ou ecológicos: aqueles em que às casas patriarcaes e como que feudais de residência do Brasil, se vem atribuindo o relêvo que sociologicamente lhes cabe na formação brasileira; e que não lhes vinha sendo concedido nem pelos historiadores convencionais nem pelos heterodoxos embora haja quem afirme de Capistrano de Abreu ter tido a intuição da conveniência ou necessidade de explicar-se o pas-

sado social brasileiro pelo complexo casa-grande e senzala. Na verdade, Capistrano apenas referiu-se, numa de suas cartas publicadas ha um ano, à presença da casa-grande patriarcal na paisagem social do nosso País. Não atinou com a importância do que poderíamos denominar, com algum pedantismo, a dinâmica dessa presença, isto é, sua ação não só sobre a paisagem, como sobre a vida, a economia, a cultura por ela familiar ou patriarcalmente condicionada na maior parte do Brasil, durante os anos decisivos da formação brasileira. Mais clara do que em Capistrano foi a intuição dessa presença — e da casa-grande como nota identificadora de paisagem brasileira — em Joaquim Nabuco; ainda mais clara do que em Nabuco, no francês L. L. Vauthier, que observou o problema, tendo por torre de observação, Pernambuco. Nenhum deles, porém, chegou a nos deixar sobre o assunto um começo sequer de sistemática, sinão sociológica, para-sociológica que apenas tivesse sido retomada nos nossos dias. Essa sistemática, em torno da dinâmica do complexo casa-grande e senzala na formação brasileira, é uma das afirmações modernas de aplicação de saber sociológico ou antropológico ao estudo histórico do homem brasileiro, para a possível explicação de aspectos ainda obscuros do desenvolvimento e do próprio ethos do mesmo homem. Reunião de dois saberes que resulta em fazer-se de objeto a um só tempo essencial e existencial de estudo — no caso o sugerido ou simbolizado pela casa-grande completada pela senzala — matéria de preocupação ligada ao presente e ao futuro do mesmo objeto de estudo. Matéria de inquietação, como se diria em analítica fenomenológica da existência humana: aquela que, segundo Heidegger resumido pelo Professor George Gurritch, em síntese magistral, “começa pela descrição da existência cotidiana”.

A Casa de Cunhaú está decerto entre os centros patriarcais de decisiva influência no desenvolvimento da sociedade luso-americana, através do que já se sugeriu que se denominasse “familismo”. Familismo que chegou a ser entre nós absorvente de outros “ismos”: do militarismo, do clericalismo, do oficialismo.

Descendente de Albuquerque Maranhão, o autor de História da Casa de Cunhaú demonstra com relação aos seus antepassados uma “consciência de espécie” que o faz resvalar, às vezes apologeticamente, em entusiasta de quanto foi em Pernambuco e no Brasil, feito ou ação de Albuquerque; alguns quase tão terríveis como o clássico, celebrado por Camões.

vários, porém, *Albuquerque*s de um tipo novo e brasileiro. O interessante seria apurar-se, critica e, quanto possível, objetivamente, nesses feitos ou ações de *Albuquerque*s brasileiros, o que vem representando uma constante, característica dessa numerosa família patriarcal, em que, desde o século XVI, ao sangue português juntou-se o ameríndio. Isto é, o que foi — ou tem sido — essa constante nos ramos da constelação *Albuquerque* — *Melo* — *Arcoverde* — *Maranhão* — *Holanda* — *Cavalcanti* — *Lins* — *Acioli* — *Barros* — *Rocha* — *Pais Barreto* — *Vanderlei* — *Souza Leão* em que vem predominando a herança dos *Albuquerque*s vindos mais da união do português *Jerônimo* com a princesinha cabocla *Maria do Espírito Santo*, do que do seu casamento com a também portuguesa *Felipa de Melo*. Para a possível identificação dessa constante, vem agora contribuir de maneira incisiva — às vezes polémica — o estudo de *João d'Albuquerque Maranhão*, — pelo que recolhe e destaca em suas vibrantes páginas de documentos e de publicações históricas de várias origens e tendências sobre um dos perstigiosos ramos daqueles *Albuquerque*s: gente de tão grande projeção na história, quer econômica e especificamente social, quer política e militar, do Norte do Brasil. Na verdade, do Brasil inteiro, hoje alcançado em todos os seus extremos pela influência dos *Albuquerque*s de Pernambuco.

Impõe-se este levantamento cuidadoso: o de listas de homens notáveis em diferentes atividades que desde o século XVI vem resultando das duas principais uniões de *Jerônimo* de *Albuquerque* no Brasil. Homens e mulheres: as célebres *Albuquerque*s, altas e de buço de rapaz, dominadoras dos maridos e dos filhos, em contraste com alguns dos *Albuquerque*s homens: indivíduos de vontade ou ânimo às vezes pouco varonil. E será interessante reunir-se número considerável de retratos, de daguerreotipos e de fotografias que permita o estudo, também meticoloso, de persistências de fisionomia e, se possível, de porte e estatura, em *Albuquerque*s brasileiros dos vários ramos e de várias épocas, para que o antropólogo possa destacar possíveis traços comuns de albuquerqueidade, eugénica ou não, em indivíduos dessa estirpe considerados representativos do caráter pernambucano. Um *Joaquim Arcoverde* de *Albuquerque Cavalcanti*, primeiro Cardeal do Rio de Janeiro, por exemplo; um *Augusto Severo* de *Albuquerque Maranhão*; um *Estácio* de *Albuquerque Coimbra*; um *Lourenço* de *Sá e Albuquerque*; um *José Maria* de *Albuquerque Melo*:

um Albuquerque Lins: o alagoano que foi governador de São Paulo; um Estevão de Sá Cavalcanti de Albuquerque; um Júlio de Albuquerque Belo; um Visconde de Albuquerque; um Manuel Cavalcanti de Albuquerque: o da "cana Cavalcanti"; uma Flora Cavalcanti de Albuquerque Melo. Todos, ao que parece, altos; quase todos, além de altos, altaneiros no porte; impressionantes, alguns pelo que neles chegou a ser afirmação nitida de fidalguia. Vários deles foram brasileiros mais conscientes das responsabilidades do que dos privilégios de homens e mulheres de classe alta: privilégios desfrustrados pelo ainda nascidos ou criados em casas-grandes de engenho; ou em sobrados ou casas nobres do Recife ou de Olinda, de Serinhaém e Rio Formoso, de Pôrto Calvo e Goiana; ou à sombra da tradição dessas casas, já que Joaquim, o futuro Cardeal, nasceu em casa so simbolicamente "grande" do interior de Pernambuco.

Da história sociológica ou antropológica da velha população brasileira, que é a do Nordeste, e das famílias que, nessa população, se tornaram, como a Albuquerque, dominantes pela repetição, em terra americana, do processo europeu de dominação aristocrática — dominação tão grande da parte de três delas a ponto de terem se tornado folclóricas pela fama dos seus vícios: "não ha Cavalcanti que não deva, Albuquerque que não minta e Vanderlei que não beba" — são muitos os aspectos que reclamam estudo. Estudo especializado. Estudo etnobiológico, diriam os alemães.

Tendo se concentrado e se apurado pela endogamia — processo, que per se, de modo algum é maléfico ou benéfico, ao contrário do que chegaram a pensar no século passado, sociólogos como Ward, neste particular ainda seguido pelo autor de História da Casa de Cunhaú — tais famílias constituíram-se em Pernambuco em verdadeira nobresa dirigente das atividades regionais. Tão dirigente dessas atividades, através do poder político completado pelo econômico, que algumas se extremaram paradoxalmente em elementos revolucionários — nativistas, nacionalistas, regionalistas, e até separatistas — quando se sentiram mais duramente atinjidas por influências externas, capases de diminuir sua autoridade ou reduzir seu prestígio regional. Explica-se assim a presença de tantos desses fidalgos em revoluções pernambucanas ou insurreições nordestinas contra Lisboa e contra a Corte já nacional do Rio de Janeiro. Explica-se também, por essa constante nativista, a persistência, em alguns Albuquerques e em membros de outras famílias caracteristicamente pernambucanas, de um brio melancólico que tem feito de Albuquerques eugênicos até dos nossos dias uns como que narcisos da sua beleza varonilmente morena.

De Estácio de Albuquerque Coimbra ouvi mais de uma vez que precisava às vezes de dominar-se com toda a reflexão crítica de que era capaz, para conter seu como que instintivo anti-albinismo: sua primeira reação aos louros muito louros era de todo ou quase todo desfavorável. Sua solidariedade por assim dizer natural impelia-o para o lado dos homens morenos, quer na política nacional, quer na internacional.

Só pela reflexão crítica — repita-se — retificava tais pendores, repudiando neles o que havia de passional e preconcebido. E nenhum Albuquerque pernambucano mais representativo da mais velha nobresa da sua gente e da sua região que Estácio de Albuquerque Coimbra, por algum tempo Vice-Presidente da República: cargo em que aliás se houve com uma dignidade verdadeiramente exemplar, rara, nos Vice-Presidentes de República, no Brasil.

O livro de João d'Albuquerque Maranhão dá preferência, dentre as virtudes dos Albuquerque de Pernambuco, que exalta, aos aspectos militares e políticos. Mas sem ignorar o que tem sido na lavoura e na indústria o desassombro, a pertinácia, o heroísmo até, não só de Albuquerquees como de pernambucanos de outros sangues europeus, quase sempre misturados ao ameríndio: homens que na agricultura e nas atividades industriais se tem afirmado líderes às vezes de extraordinário vigor de ação e arrojo de iniciativa. Antônio da Costa Azevedo, por exemplo.

Em curso de Sociologia da Vida Rural que professei há pouco na Escola Superior de Agronomia de Pernambuco, por iniciativa do seu diretor, o Professor Vasconcelos Sobrinho, sugeri a necessidade de darem os brasileiros relêvo, na apologética hoje nem sempre equilibrada do seu passado, aos valores agrários e rurais, hoje injustamente esquecidos sob a excessiva glorificação dos urbano-industriais e dos urbano-literários; dos militares e dos clericais. A propósito do que lamentei não serem em Pernambuco as crianças e os adolescentes iniciados sistematicamente nas escolas no conhecimento da vida e das realizações de valorosos ruralistas de sua velha Província, como Manuel Cavalcanti de Albuquerque, — senhor de engenho que concorreu de modo proveitoso para o desenvolvimento da agricultura regional através da "cana Cavalcanti".

Costa Azevedo é outro agricultor — industrial cujas realizações precisam de ser conhecidas pela gente mais nova do Nordeste brasileiro. E na mesma situação se encontram outros: Albuquerque, Cavalcantis, Azevedos, Vanderleis, Melos, Sousa Leões, Carneiros da Cunha, Paes Barreto, Ferreiras, que em suas casas-grandes de engenho ou de fazenda, em vez de vida isolada ou estéril, viveram existência proveitosa à região: identificados com as necessidades e as aspirações da sua gente; atentos aos problemas regionais e nacionais de economia agrária; empenhados na solução de alguns desses difíceis problemas. Homens como Paulo de Amorim Salgado e como Ignácio de Barros Barreto; e também como o engenheiro francês casado no meiado do século XIX com Albuquerque, e que se tornou um dos melhores estudiosos dos problemas regionais de economia agrária, Augusto Henrique Milet. Francês pernambucanizado, abasileirado, albuquerqueado.

São várias as antigas casas patriarcais que precisam de ser estudadas para que se reconstitua a história social do Nordeste do Brasil, através da crônica de algumas de suas famílias mais atuantes, em épocas decisivas da formação regional ou nacional. Para essa reconstituição, João d'Albuquerque Maranhão concorre agora com um trabalho que, por ser eloquentemente apologético dos Albuquerque e da mestiçagem luso-ameríndia, representada, de modo vigoroso e quase sempre eugênico, por tantos brasileiros notáveis dessa e de outras estirpes, não deixa de apresentar-se valioso. Pelo menos para os que consideram o assunto do ponto de vista sociológico ou psicológico-social.

Sto. Antônio de Apipucos, janeiro de 1956.

Gilberto Freyre

PREÂMBULO

São Luís tem a lisonjeira circunstância de ser obra, e troféu glorioso de um brasileiro imortal, filho de Olinda, timbre em que se não decoram as demais capitais e Províncias do Brasil.

(Comendador Antônio Joaquim de Melo, Biografias de alguns Poetas e homens ilustres da Província de Pernambuco. 1856).

P R E Â M B U L O

O ensino da história pátria é, na atualidade, tão precariamente ministrado nas escolas públicas e particulares do Brasil, que os nossos filhos delas saem aos vinte anos com os certificados finais do curso clássico ou científico ignorando os mais vulgares episódios da formação da nacionalidade. Já houve mesmo um instrutor brasileiro que, numa escola de aperfeiçoamento da Aeronáutica, em plena aula exclamou: — “Velho, Esquece o Brasil”, quando um aluno procurava manifestar, com fundamento na realidade nacional, as suas restrições à utilização, entre nós, de determinadas técnicas ou processos puramente norte-americanos. (1)

Todo cidadão que passou dos cinquenta anos, neste país, se tomou chá em criança, sabe que a **gens** Albuquerque Maranhão teve a sua origem, na época colonial, em Pernambuco, porque aprendeu na História de Frei Vicente do Salvador e mais recentemente nos livros de Rocha Pombo, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, Tavares de Lira, Varnhagen e outros cronistas e historiadores nacionais. Entretanto, os jovens que hoje ostentam no dedo anular rubis, safiras e esmeraldas, ingenuamente me interrogam se nasci no Estado do Maranhão, porque uso esse sobrenome histórico.

Assim pôsto, para evitar essa massada de dar, diuturnamente, lições de genealogia à mocidade patriciana, a fim de lhes explicar por que não tenho a honra de ter nascido na Atenas brasileira, resolvi escrever, para essa mesma mocidade, a quem tanto prezo, a “História da Casa de Cunha”.

Ao eminente professor Pedro Calmon coube a iniciativa de escrever, em 1939, a “História da Casa da Torre”, pondo em evidência a obra do povoador Garcia d’Ávila.

Nesse livro pretende ele demonstrar “que se pode escrever a história de uma família típica do velho Brasil, e como, à luz da documentação desentranhada dos arquivos, exparsa

(1) — Ver a revista do Clube Militar, junho, julho de 1951.

pelas monografias, distribuida pelas publicações periódicas, adquire ela uma alta significação nacional". Neste caso acha-se a História da Casa de Cunhaú.

Não existe outra no Brasil em documento genealógico, mais rica de história e de antiguidade, por isso que começa quase ao mesmo tempo que a nossa Pátria.

Fundou-a o ilustre mameluco Jerônimo de Albuquerque, Capitão-Mor do Rio Grande do Norte em 2 de maio de 1604, quando concedera a seus filhos, Antônio e Matias de Albuquerque, cinco mil braças quadradas na várzea do Cunhaú e duas léguas em Canguaretama. O engenho tomou o nome daquela várzea. "Essa sesmaria", ensina A. Tavares de Lira, (2) "foi, posteriormente, considerada exorbitante, mandando El-Rei, por provisão de 28 de setembro de 1612, reduzi-la à metade. A ordem teve seu cumprimento legal, apesar de terem Alexandre de Moura, capitão-mor de Pernambuco, e o ouvidor que a executaram em 1614, encontrado o engenho construído e as terras cultivadas; mas, anos depois, a metrópole reconsiderou o que fôra disposto na citada provisão e confirmou integralmente a concessão primitiva, que foi aprovada pelo alvará de 2 de agosto de 1628".

Jerônimo de Albuquerque nasceu em Olinda, no ano de 1548, de um romance amoroso misto de idílio e perspectiva de sacrificio, como adiante veremos.

A "Casa de Cunhaú", de que foi este ilustre brasileiro o heróico fundador, com êle começa no amanhecer do Brasil e, atravessando todo o tempo colonial, vai da capitânia à província e da monarquia ao estado republicano, influenciando não somente nos destinos do Rio Grande do Norte, mas também projetando o poder de sua ação construtiva e civilizadora por todo o vasto território da pátria brasileira, como passaremos a demonstrar.

Ao Professor Jordão Emerenciano agradeço, de intimas veras, o ter-me convidado para colaborar na Revista do Arquivo Público Estadual, e não olvidarei a fidalga colaboração dos amigos que se empenharam nas lides da divulgação deste livro e foram o ministro Etelvino Lins de Albuquerque, o General Cordeiro de Farias, o Senador Jarbas de Albuquerque Maranhão, o Dr. Cleofas Nilo de Oliveira, Diretor da Imprensa Oficial de Pernambuco e o dr. João Costa Azevedo, grande industrial brasileiro.

João d'Albuquerque Maranhão

(2) — História do Rio Grande do Norte. A. Tavares de Lira, pág. 58. Barão de Studart, Doc. para a História do Brasil, vol. II pág. 144, 130 e 155. e Antônio Joaquim de Melo, "Biografias de homens ilustres" de Pernambuco. Vol. III, pág. 127.

INTRODUÇÃO

Tôda figura permanece como sombra e todo fato se desvanece como uma onda no infinito mar dos sucessos, se o cronista não o cristaliza em sua descrição, ou se o artista não lhe dá a forma simbólica.

Stefan Zweig



É-SE na certidão de idade do Brasil, pois assim apelidamos a esta velha e saborosa carta de Pero Vaz de Caminha, que só foi publicada em 1817 (1), estas significativas palavras: “A terra em tal maneira é graciosa, que querendo-a aproveitar dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem”.

“No Nordeste da cana-de-açúcar”, escreve Gilberto Freyre, “a água foi e é quase tudo; sem ela não teria prosperado, do século XVI ao XIX, uma lavoura tão dependente dos rios, dos riachos e das chuvas, tão amiga das terras gordas e úmidas e ao mesmo tempo do sol; tão à vontade dentro de uma temperatura média anual, que em Pernambuco é de 26°5, e de uma média anual de 176 dias de chuva; tão feliz numa atmosfera cheia de vapor d’água”.

Diante disso foi que Jerônimo de Albuquerque, muito inteligentemente, escolheu o vale de Cunhaú, um dos mais férteis do Rio Grande do Norte, para sede do seu engenho real. O rio Cunhaú flui no vale que lhe deu o nome porque é continuação do Rio Curimatáu. (2) Este rio nasce no Estado da Paraíba, num contraforte da serra da Borborema, divisor das águas com o Seridó, zona do afamado algodão de lon-

(1) — Carlos Malheiros Dias — História da Colonização Portuguesa do Brasil, vol. II, pág. 85.

(2) — O significado dos topônimos indígenas Cunhaú e Curimatáu são, respectivamente; Rio das Mulheres e rio ou lagoa de curimatás a saber: Cunhá-hu: Cunhá, mulher, hu’água. Curimatá-hu. Curimatá, nome de peixe comestível, hu, água.

gas fibras sedosas, que faz a fortuna da terra Potiguar, quicã do Brasil. O Curimataú corre, a principio, num vale estreito de forte declividade e só ao entrar no Rio Grande do Norte, poucos quilômetros ao sul de Nova Cruz, antiga “Anta-Esfolada”, se alargam as suas várzeas. Banha, na potiguarania, os municípios Nova Cruz, Pedro Velho, e Canguaretama; e no Vale do Cunhaú, cujo nome adota, vai desaguar no oceano na Barra de Cunhaú, aos 6°19’21”,36 de latitude sul e 8° — 3.24” de longitude este do Rio de Janeiro. (3)

Jerônimo de Albuquerque, herdeiro do nome e da iniciativa de seu ilustre pai, fundador da civilização da cana-de-açúcar no Nordeste, sob a égide de Duarte Coelho, com a criação dêsse célebre engenho “Nossa Senhora da Ajuda”, “Velho”, e “Forno da Cal”, nos arredores de Olinda, houve por bem lançar as bases da “Casa de Cunhaú” no vale histórico, doando aos seus filhos Antônio e Matias de Albuquerque, em 2 de maio de 1604, quando Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, cinco mil braças quadradas na várzea de Cunhaú e duas léguas em Canguaretama. O engenho tomou o nome daquela várzea. (4)

Jerônimo de Albuquerque nasceu em Olinda no ano da graça de 1548. Nos seus primeiros anos cursou, naquela cidade tradicional, as aulas do colégio dos Jesuítas, êsse crisol onde se apuraram as boas qualidades de caráter dos que nasceram predestinados para a formação de uma nova nacionalidade na América do Sul. Os Jesuítas inauguraram, no Brasil, um novo processo de colonização. (5)

Antes dêles, entre os povos bárbaros e ao lado dêles, sob o regime espanhol, colonizar significava exterminar os aborígenes ou transformá-los em animais. Descobrimento, para a moral dos colonizadores do século XVI, era igual a conquista, subordinação, sujeição, privação de direitos, escravização.

Êles, ao contrário, segundo Euclides da Cunha, foram “os únicos homens disciplinados do seu tempo”. Passando por cima do processo de colonização pelo roubo, aquêles homens santos pensam nas gerações vindouras, pensam no processo de edificação por meios morais e, de início, estabelecem, na nova terra, a equiparação moral de todos entre si. Assim pôsto, foi neste sadio ambiente que o futuro fundador da “Casa de Cunhaú” hauriu, na evangelização dos seus mestres, as

(3) — Vide Vital de Oliveira, citado na corografia do R. G. do Norte de A. Tavares de Lira.

(4) — História do Rio Grande do Norte. A. Tavares de Lira.

(5) — Stefan Zweig — Brasil, País do Futuro, pág. 37.

sublimes virtudes que o haviam de sagrar, no futuro, “uma das mais vivas e sugestionadoras figuras do Brasil nortista”. (6)

Percorrendo-lhe a linhagem, na longa série dos seus antepassados, vamos encontrar o grande Afonso de Albuquerque, herói das Índias, o mais ilustre dos homens de guerra portugueses do século XVI dotado de energia indomável, dos mais raros talentos militares e de um espírito aberto às mais vastas concepções. (7)

Nascido, como acima escrevemos, de um romance amoroso, foi seu progenitor o fidalgo português Jerônimo de Albuquerque, que passou à história com a alcunha de “Adão Pernambucano”. Vindo de Portugal em companhia de seu cunhado Duarte Coelho Pereira, 1.º Donatário da Capitania de Pernambuco, ou Nova Lusitânia, Jerônimo de Albuquerque, fidalgo português da mais pura estirpe, descendente de D. Diniz, 6.º rei de Portugal, (1261 - 1325), o Rei Trovador, distinguuiu-se nas cruentas lutas, que se seguiram ao início da colonização, contra os ameríndios.

Os indígenas, batidos e derrotados, não deixavam, vez por outra, de atacar os colonizadores. Assim é que, numa dessas refregas, foi o fidalgo português ferido num olho por certelra flexa dos Tabajaras, que o fizeram seu prisioneiro de guerra.

O gentio, entretanto, não sacrificava imediatamente o prisioneiro apanhado de armas na mão. Durante muitos dias conservava-o detido na *ocara*, e, se estava ferido, só era sacrificado, em festas pagãs, quando restabelecido dos seus ferimentos. A nobreza de sentimentos daquele povo leal e valente atingia a perfeição de permitir que o prisioneiro de guerra se defendesse lutando em duelo com o guerreiro indígena, que brandia o tacape, adornado de penas, para cumprir a sua missão fúnebre.

Obedecia, ainda, ao ritual daquela cerimônia macabra o costume de serem os condenados à morte assistidos, nas últimas horas, pelas mais formosas virgens da tribo.

Ora, entre as belas escolhidas para confortar Jerônimo de Albuquerque, estava a princesa ameríndia Muira-Ubi, filha querida de Arco-Verde, murubixaba dos Tabajaras, depois batizada com o nome de Maria do Espírito Santo, que foi a Pacahontas brasileira. Por intervenção da filha de Arco-Verde, Jerônimo de Albuquerque escapou da morte, quando já con-

(6) — Frei Jaboatão Orbi Seráfico e Brasillico.

(7) — Jaime de Seguler — Dicionário Prático Ilustrado, pág. 1253.

denado a ser o repasto da tribo. Foi também por intervenção da filha de um cacique que o colonizador inglês John Smith, como diretor do primeiro núcleo de colonos que se estabeleceu às margens do James-River, nos Estados Unidos da América do Norte, foi salvo da morte, quando já tinha a cabeça sobre a pedra sacrificial.

O chefe da tribo Pawhatan foi o Arco-Verde brasileiro, como progenitor de Pacahontas.

John Smith tem hoje a sua estátua no Capitólio, em Washington.

O nobre português Jerônimo de Albuquerque nenhum monumento tem no Brasil, que assinala a sua passagem luminosa por Pernambuco, onde foi governador, falecendo em 1594, em pleno exercício do seu cargo, como substituto do seu sobrinho Duarte de Albuquerque Coelho.

Foi ele, como acima dissemos, o fundador da nossa antiga principal riqueza, além de ter sido o tronco principal das mais ilustres famílias pernambucanas. A princesa Muira-Ubi, unindo-se de corpo e alma ao escolhido do seu coração, fê-lo dominar através dela toda a valente nação Tabajara, que, vivendo em paz duradoura, deu mais tarde aos portugueses apoio decisivo na conquista de todo o Norte do Brasil.

Vence, destarte, o coração sentimental da mulher puramente brasileira, e do enlace de Maria do Espírito Santo Arco-verde, com Jerônimo de Albuquerque, começa em Pernambuco, que dá feição nacional a todo o Norte, a prole de que faz parte, entre outros homens e senhoras ilustres, o insigne mameluco Jerônimo d'Albuquerque Maranhão, primeiro Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, e seu verdadeiro conquistador, fundador da cidade do Natal, construtor do Forte dos Reis Magos e glorioso conquistador do Maranhão, onde faleceu em 11 de fevereiro de 1618, com 70 anos de idade, em um sábado dia dedicado à Nossa Senhora. (8)

Para memória eterna da sua glória de conquistador humano, Jerônimo de Albuquerque juntou ao seu nome o apelido Maranhão, que transmitiu aos seus descendentes. Aparece, pela primeira vez, com o cognome Maranhão no auto de paz, lavrado a 27 de novembro de 1614, documento este que deu início às negociações diplomáticas, com La Ravardiére, o chefe dos franceses que ocupavam o Maranhão desde 1594, isto é, havia 20 anos.

(8) — Frei Jaboatão. Orbi Seráfico e Brasilico, pág. 203.

S. Luís era a capital da “França Equinocial” e tomara êste nome em honra de Luís XIII de França, filho de Henrique IV e de Maria de Médicis, Rei de França de 1610 a 1643, sendo primeiro regente sua mãe.

E’ sabido que Portugal, durante vinte anos após o descobrimento, dito casual, do Brasil pela frota de Pedro Alvares Cabral, preocupado, como andava, com as riquezas do Oriente, menosprezou a nova propriedade, que, a seu ver, não daria lucros imediatos, ocupada que era, por selvagens nus e antropófagos, “sem ouro nem prata, nem nenhuma cousa de metal”, como disse o escrivão da armada.

Sòmente sob a ameaça de perder a nova possessão, em virtude das incursões de povos estranhos na Ilha ou “Terra de Santa Cruz”, foi que D. João III, sucessor de D. Manuel o Venturoso, resolveu fazer a primeira tentativa da Colonização, dividindo, a 28 de setembro de 1532, o vasto território brasileiro, em quinze capitanias hereditárias, que foram doadas a doze dos poderosos do reino.

Estas capitanias eram desiguais em superfície, partindo da costa para o ocidente até o meridiano marcado pelo Tratado de Tordesilhas.

A agricultura foi naturalmente a forma da atividade econômica em nossa terra.

A cana-de-açúcar, trazida da Madeira e Cabo Verde, tornou-se logo a principal lavoura. Outras culturas logo se desenvolveram, como o algodão, a mandioca, o milho, etc.

“Homens como Duarte Coelho Pereira, e os Albuquerque, ensina Gilberto Freyre em seu livro “Interpretação do Brasil”, págs. 56-57, “trouxeram de Portugal para o Brasil, além do espírito de aventuras, um lúcido sentimento de continuidade social e o gosto pelo trabalho longo, paciente e difícil. Tinham êles o amor das árvores e da vida rural e eram, por tradição, senhores rurais ou plantadores. Duarte Coelho descendia da nobreza agrária do norte de Portugal. O mesmo sucedia com sua mulher, D. Brites de Albuquerque, que veio a ser a primeira mulher chefe de govêrno na América”.

Dêste tronco vigoroso brotou a figura de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, resultando da mistura do sangue europeu com o de uma princesa índia de Pernambuco — da Nova Lusitânia do século XVI. Êste grande mameluco teve na vida a missão de criar, no século XVII, a alma de uma nova pátria, estuante de sã brasilidade.

Enumerar todos os serviços prestados à causa da civilização e da pátria por Jerônimo de Albuquerque Maranhão, escreve Frei Jaboatão, seria necessário escrever, dia por dia, os anos dessas conquistas, a sua própria história, enfim. Só um Plutarco poderia fielmente descrever a vida e os gloriosos feitos desse ilustre pernambucano. Os seus próprios inimigos reconheciam a nobreza e generosidade daquela grande alma. La Ravardiére, aquêle que, pelo pêsso de suas armas, se viu forçado a evacuar o Maranhão, comparou a sua clemência, o seu cavalheirismo, ao do grande Afonso de Albuquerque, o herói das Índias, um dos seus ilustres ascendentes. A glória desse herói, que orgulha e enobrece o nome pernambucano, é a glória dessa provincia, à qual legou os seus restos mortais e da qual, como os irmãos Scipiões depois da conquista da África e da Ásia, tomou o nome de Maranhão". (9)

Neste livrinho tentarei, auxiliado pelos documentos extraídos dos arquivos, esboçar os feitos gloriosos deste insigne brasileiro, estendendo o meu estudo a alguns dos seus descendentes diretos, que souberam honrar o seu nome e formaram essa plêiade de bravos idealistas, que desde o alvorecer do século XVII. almejavam, em suas revoluções, a república, o federalismo e mesmo o abolicionismo, merecendo, por estes feitos, a alcunha, naqueles tempos pejorativa, de **patriotas de Cunhaú**, mormente quando proclamaram, em 1817, o governo republicano no Rio Grande do Norte.

Jerônimo de Albuquerque Maranhão foi um colonizador humano, que merece o reconhecimento da posteridade, não apenas por ter sido o primeiro general brasileiro na ordem cronológica, mas, especialmente, porque escreveu com seu gládio as páginas mais fulgurantes dos anais da história pátria.

(9) — Jerônimo de Albuquerque Maranhão, morreu no seu posto de Capitão-Mor do Maranhão honrosamente pobre. Seu filho Antônio de Albuquerque Maranhão contou que hipotecara o engenho (Cunhaú) para prosseguir a tomada do Maranhão, e faleceu com dividas... A êle Antônio, "na hora da morte encarregou o governo da dita conquista com aplauso e consentimento de todos os capitães oficiais e soldados dela" (Pedro Calmon. História do Brasil, pág. 45).

HISTÓRIA DA CASA DE CUNHAÚ

CAPÍTULO I

O FUNDADOR

Os ataques dos ameríndios, dos piratas ingleses e franceses, muito prejudicaram a rotina da vida agrária no Brasil dos primeiros séculos coloniais.

Gilberto Freyre ("Interpretação do Brasil").

Naqueles dias idos, segundo ilustres cronistas e historiadores coevos, teria acontecido assim: Os franceses expulsos do sul do Brasil, onde pretenderam lançar as bases da França Antártica, estavam perturbando a consolidação da conquista da Paraíba, de vez que, em suas vizinhanças, praticavam atos de comércio com o gentio Putiguar que povoava o Rio Grande do Norte, a quem chamavam Putigy, e integrava um dos quinhões da Capitania do historiador português João de Barros, constituída de 100 léguas, isto é, do Rio Grande ao Maranhão.

Assim pôsto, era evidente que urgia emprender a conquista do Rio Grande do Norte.

Esta empresa realizou-se no governo de D. Francisco de Sousa, que iniciado em 1591, prolongou-se por mais de 10 anos.

Neste sentido foi expedida a Carta Régia de 15 de março de 1597, determinando ao capitão-mor de Pernambuco Manuel Mascarenhas Homem, e a Feliciano Coelho, capitão-mor da Paraíba, com conhecimento do Governador-Geral do Brasil, que aprestassem uma expedição para construir no Rio Grande uma fortaleza e uma povoação.

Mascarenhas Homem, nomeado capitão da Conquista, passou o governo da capitania ao Bispo D. Antônio Barreiros,

que aí se achava de visita episcopal e ao vereador mais velho do Senado da Câmara de Olinda, Duarte de Sá e, transportando-se à Paraíba, daí embarcou para o Rio Grande do Norte numa esquadra de 6 navios e 5 caravelões, comandada por Francisco de Barros Rêgo.

Faziam parte desta expedição os padres Lemos e Gaspar de S. João Peres, da Companhia de Jesus, e Frei Bernardino das Neves, capucho da provincia de Santo Antônio, aquêles engenheiro e arquiteto, respectivamente, e êste perito do ne-êngatu, língua geral dos tupis. Etimologia Neê, do Tupi, língua, mais gatu boa; língua boa.

Todavia, o verdadeiro conquistador do Rio Grande do Norte foi Jerônimo de Albuquerque, que figurava naquela expedição ao lado de Mascarenhas Homem como comandante de 3 companhias de infantaria e uma de cavalaria, auxiliado pelos seus irmãos Antônio e Jorge de Albuquerque.

Eram 3 mamelucos filhos do capitão português Jerônimo de Albuquerque, o **Velho**, com a princesa ameraba Uira-Ubi, batizada com o nome cristão de Maria do Espírito Santo Arcoverde, filha, por sua vez, do cacique Arcoverde, maioral dos Tabajaras.

Jerônimo de Albuquerque, 3.º filho do Adão pernambucano com a referida princesa, nascera em Olinda no ano de 1548 e ali no Colégio dos Jesuítas, aprendera a ler e falar bem o português, o que foi tóda a sua instrução literária. Jamais esqueceu, porém, a língua tupi, que foi a da sua primeira infância. Bravo, indômito e soberbo, era pelo nome de seu pai muito respeitado pelos portugueses; e, pelo seu avô materno, objeto prestigioso do amor e do orgulho dos índios amigos, estendendo-se sua fama e o temor do seu braço pelas tabas dos selvagens ainda não submetidos.

Aos vinte anos lutava valorosamente na Paraíba, ao lado de seu avô materno e com o correr dos tempos, aureolou-o justo renome de heróico combatente. Os perigos não o intimidavam. Pelo contrário, afervoravam-no no devotamento e bravura com que servia à sua Pátria. (1) Integrando a expedição que ia à conquista do Rio Grande do Norte, o ilustre mameluco, honrado com o convite de Mascarenhas Homem, marchou por terra e a 17 de dezembro de 1597 atravessou a fronteira, pisando terra dos potiguaras, nação forte e poderosa, aliada dos franceses e por êles estimulada na resistência aos que teriam de ser novos senhores do solo. E' aceitável dizer-se que os tabajaras, já aliados dos portugueses, habita-

(1) — A. Tavares de Lira, *História do Rio Grande do Norte*, pág. 48.

ram as terras de Itamaracá até o Rio Jaguaribe, os terríveis comedores de camarões, (2) os potiguaras, eram os senhores absolutos de todo o vasto litorâneo.

Antes, porém, de enfrentar o inimigo, a expedição encontrou a peste de bexigas que entrou a dizimar o pequeno exército colonizador, pondo fóra de forma de 10 a 12 homens por dia.

Feliciano Coelho retrocedeu. Jerônimo de Albuquerque, ansioso de ação, não quis esperar a marcha conjunta. Tomou um caravelão e viajou para o Norte, reunindo-se a Mascarenhas Homem, que chegou a barra do Potengi em fins de 1597.

Padre Serafim Leite S. J. divulgou o 25 de dezembro de 1597, depõe Frei Vicente do Salvador resumindo, logicamente, os relatórios dos irmãos de hábito, testemunhas oculares: **“Acabado o Forte do Rio Grande, que se intitula dos Reis o entregou Manuel Mascarenhas a Jerônimo de Albuquerque dia de S. João Batista era de 1598, tomando-lhe homenagem, como se costuma, e, deixando-lhe muito bem fornecido de gente, artilharia, munições, mantimentos e tudo o mais necessário, se veio no mesmo dia com a sua gente dormir na aldeia do Camarão, onde Feliciano Coelho estava com o seu arraial aposentado, e no seguinte se partiram para a Paraíba com muita paz e amizade, que é o melhor petrecho contra os inimigos”**.

Retirando-se Manuel Mascarenhas, ficou Jerônimo de Albuquerque só em campo com a sua gente. Já experimentado nas guerras passadas e nos processos mais eficazes contra o gentio, depõe agora Rocha Pombo (3) **“valeu-se então Jerônimo de Albuquerque do concurso dos missionários”**.

Com muita felicidade conseguiu chamar a si vários chefes Potiguaras daquelas regiões, entre eles Ipaguassu, **Ilha Grande**, que havia sido prêso e que dispunha de influência entre os indígenas por ser Pagé e um dos seus principais. Pondo-o em liberdade e instruindo-o, Jerônimo ordenou que fôsse tratar com os parentes e induzi-los à paz.

Recebido com festas na primeira aldeia a que chegou aquêle sacerdote dos índios fêz-lhes ver ao que ia. Convocados os murubixabas de outras aldeias, entre os quais Iberatinin, **Pau Sêco**, Piragibe, **Braço de Peixe**, Sorobabé e o jovem Camarão, que tão notável seria mais tarde na nossa história pelos seus feitos durante a guerra holandesa, o inteligente

(2) — Potiguar, do tupi, significa em português, comedor de camarão.

(3) — Rocha Pombo — História do Brasil, curso superior pág. 135.

emissário evangelizou-os em tal maneira que mereceu os aplausos de todos, especialmente das mulheres que antes queriam ser escravas dos brancos do que viver em tantos receios de continuas guerras e rebates, (4) enfadadas de andarem com o fato continuamente às costas, fugindo pelo mato sem poderem gozar de suas casas nem dos legumes que plantavam, etc.

Convenceram-se, destarte, os índios potiguaras da conveniência de cessarem as hostilidades contra os portugueses e vieram à frente de seu chefe Sorobabé depor aos pés de Jerônimo de Albuquerque as suas armas de guerra em sinal de aliança.

De tudo informado, D. Francisco de Sousa, Governador-Geral, determinou que fôsem aquelas pazes comemoradas como um grande acontecimento, o que se realizou a 11 de junho de 1599, na Paraiba, presentes Feliciano Coelho de Carvalho, com os oficiais da Câmara, Manuel Mascarenhas Homem e Alexandre de Moura, que devia succeder-lhe no govêrno de Pernambuco, o ouvidor-geral Brás de Almeida e outras pessoas, servindo de intérprete Frei Joaquim das Neves.

Tranquilo quanto aos índios, lançou então Jerônimo de Albuquerque as bases de uma povoação na distância de meia légua da fortaleza, num terreno elevado e firme a que deu o nome de cidade do Natal, em honra do dia em que se inaugurava ali a igreja que havia edificado. (5)

“E’ o nosso primeiro tratado político entre duas raças, duas civilizações, duas mentalidades”, escreve o escritor Câmara Cascudo em sua História da cidade do Natal, e prossegue: “O indígena com o seu enduape vistoso, o canitar ondulante, o tacaie invencido, os colares de dente de onça, a pedra verde das metaras enfiada no beijo, consente em desaparecer depois de servir 3 séculos. Agora é possível o segundo número do programa de El-Rei, **a fundação de uma cidade**”.

Pacificada a nação potiguar graças à diplomacia do neto de Arcoverde, acontece que D. Francisco de Sousa, ao mesmo tempo que ordenava fôsem solenemente celebradas as pazes na Paraiba, nomeou João Rodrigues Colaço para Comandante do Forte e capitão-mor do Rio Grande, cargos que Jerônimo de Albuquerque exercia por delegação de Mascarenhas Homem, capitão da conquista.

A data em que se deu dita nomeação não se pode precisar. Entretanto, por uma doação de terras situadas ao longo

(4) — Manuel Bonfim, O Brasil na América pág. 130.

(5) — Rocha Pombo, obra citada pág. 135.

do rio Potengi, concedida por Mascarenhas Homem em nome do governador-geral, a 8 de janeiro de 1600, presume-se que Colaço foi por êste nomeado mais ou menos naquela data. O certo é que, assim substituído, Jerônimo de Albuquerque partiu em seguida para a metrópole portuguesa, onde a fama das suas conquistas e o seu heroísmo na luta contra os invasores estrangeiros chegam aos ouvidos do monarca, e êle, como galardão dos seus feitos, conferiu-lhe por patente de 9 de janeiro de 1603, o fôro de fidalgo de sua Real Casa e o provimento do govêrno do Rio Grande do Norte por 6 anos, prazo que excedeu, em virtude de patente real de 9 de janeiro de 1601. Regressando ao Brasil em 1603, assumiu o exercício de suas funções. Assim pôsto, tinha, agora, o estadista patricio, o tempo necessário para realizar o seu esplêndido programa de govêrno, mandando percorrer o litoral para o norte até as salinas de Macau, promovendo a exploração da costa sul, que ficou de todo conhecida e organizando expedição ao sertão. Dêste modo foi que descobriu u'a mina de ferro, em 1603, à distância de quarenta léguas da fortaleza, e refere a "Razão de Estado" que em tôda a costa do mar havia bastante âmbar. Data do seu segundo govêrno igualmente a fundação do Engenho, ou melhor da "**Casa Grande de Cunhaú**" que teve, inegavelmente, para o desenvolvimento econômico da província do Rio Grande a mesma importância que teve a célebre "Casa da Torre" do povoador Garcia d'Avila, para a velha e lendária província da Bahia do S. Salvador.

"Vê-se que a preocupação máxima de Jerônimo de Albuquerque foi alargar a área da colonização, fortalecer a aliança com os índios, devassar o sertão e concorrer para que as armas portuguesas levassem além das fronteiras de sua capitania, em busca do extremo septentrional, o prestígio de seu valor", escreve Augusto Tavares de Lira, ob. citada pág. 62 **usque 63.**

O Engenho Cunhaú, como acima foi dito, tomou o nome do vale histórico, tendo sido duas vêzes assaltado e saqueado pelos holandeses, que ali praticaram inauditas crueldades, que neste livro serão oportunamente descritas quando tratarmos da participação dos dois filhos do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, senhores da Casa de Cunhaú, na luta contra os invasores neerlandeses.

A JORNADA MILAGROSA

Ocupando os franceses engajados em Diep pelo armador Jacques Riffault, as terras do Maranhão, desde 1594, despertou finalmente a corte de Madrid, que ordenou ao governador-geral Gaspar de Sousa, tratasse de os expelir, devendo para maior facilidade das expedições fixar a sua residência em Olinda. Por informações do mesmo Gaspar de Sousa, mandou El-Rei que se nomeasse para chefe dessa empresa a Jerônimo de Albuquerque, “**Varão recomendável por seu caráter e serviços e já na idade de 65 anos, aparentado por sua mãe com os indígenas de quem sabia o dialeto e entre os quais gozava estima e exercia influência**”.

A sua provisão de nomeação foi lavrada aos 29 de maio de 1613, e em virtude do cargo que lhe foi conferido, ficou vencendo, anualmente, Rs. 220\$000, sendo metade em dinheiro e metade em fazendas, pagas no almoxarifado da dita conquista, a contar de 1 de junho seguinte. Mas, Jerônimo, diz o comendador Melo, não foi honrado só com a nomeação de capitão comandante em chefe do descobrimento e conquista, coube-lhe mais a glória de receber carta direta e particular de Filipe II de Castela (6) “empenhando-o a empresa aventurosa, honra extraordinária e grande que os príncipes raríssimo dispensam aos seus vassallos ou súbditos”. (7) Todavia, o fator psicológico que impeliu Jerônimo de Albuquerque a emprender a chamada “jornada milagrosa” e vencê-la não foi a carta direta de Filipe II de Castela. O principal fator dessa epopéia formidável foi, isto sim, o sentimento nativo, a alma cabocla do nosso herói, do dono da terra na defesa de sua posse.

Ali êle foi menos Albuquerque do que Arco-verde, quero dizer, Tabajara, de cujo sangue se orgulhava e que se traduz em português por senhor da aldeia, alteração de **taba**, aldeia, povoado, e **Yará** senhor. (8)

Aprestada a expedição, partiu Jerônimo de Albuquerque do porto do Recife, em 1.º de junho de 1613, e desembarcou no lugar denominado “Jericacoara” que significa “Buraco das Tartarugas”, fundando a fortificação de “N. S. do Rosário”.

(6) — Filipe III de Portugal de 1570 - 1621.

(7) — Pereira da Costa, Dicionário Biográfico de pernambucanos célebres, pág. 425.

(8) — Taba-Yará: Senhor do Rosto ou Face da Terra. Frei Jaboatão. Orbi Seráfico e Brasillico.

rio". Ali, segundo Frei Vicente do Salvador, História do Brasil, volume 1.º, "falou aos potiguaras a quem pretendia levar para a jornada da conquista do Maranhão. Escreve o frade brasileiro em seu saboroso estilo seiscentista"... "E foi que poz a uma parte um feixe de armas e flexas e a outra de rocas e fusos e mostrando-lhas lhe disse:

"Sobrinhos, eu vou a guerra, estas são as armas dos homens esforçados e valentes que hão de seguir, estas das mulheres fracas e que hão de ficar em casa fiando; agora quero ouvir quem é homem ou mulher".

"As palavras não eram ditas quando se começaram a desempulhar e pegar dos arcos e flexas dizendo que eram homens e que partissem logo para a guerra. Ele os quietou escolhendo os que havia de levar e que fizessem mais flexas e fossem esperar a armada do Rio Grande onde de passagem os iria tomar".

Guarnecido o forte de "N. S. do Rosário", Jerônimo, nomeando um seu sobrinho para comandá-lo, voltou a Pernambuco, por terra, a solicitar novos auxílios, temendo arriscar-se em lance tão desigual, onde não havia socorro algum.

De novo nomeado ou confirmado por patente de 17 de junho de 1614, pelo governador Gaspar de Sousa, para a conquista do Maranhão, **"pela confiança que dele tinha e ser experimentado nas guerras dêste Estado e pela satisfação que tinham de sua pessoa os índios"**, partiu de Pernambuco e depois de inúmeros trabalhos e sofrimentos por que passou nessa penosa viagem da Paraíba para o norte e muitas arribadas ao Rio Grande do Norte e Ceará foi aportar à baía de S. Marcos no Maranhão. E' ainda em Manuel Bonfim, o Homero moderno daquela Odisséia, em que nos temos de arrimar para transmitir às novas gerações brasileiras os feitos daqueles heróis do século dezesseite que deram dia a dia o melhor dos seus esforços para a construção da grande Pátria que tanto amamos.

Bonfim, o exegeta de Frei Vicente do Salvador, ensina (9) "... os elementos fornecidos à expedição foram os tirados a uma colônia praticamente abandonada, como se verificou dez anos depois com o ataque dos holandeses".

A êsse propósito é que Southei diz do govêrno da metrópole "... uma côrte sempre remissa e tardia. E ainda assim foi proibido que o Brasil desse dos seus recursos para a con-

(9) — Manuel Bonfim. Brasil na América, pág. 244 usque 245.

quista do Maranhão. Á vista de uma provisão régia... mandando que exclusivamente na compra de pau-brasil, fôsse aplicado o saldo dos dizimos pelo qual deviam correr as despesas da **jornada**, o governador... resolveu suspendê-la”.

A resolução teve de ficar sem efeito porque já o cabo-de-guerra estava em caminho, e talvez não accitasse voltar (como não accitou de ficar em Tutóia).

Não houve pois dinheiro para nada: os sobrinhos e os filhos de Jerônimo de Albuquerque, Antônio e Matias de Albuquerque Maranhão, tiveram de **comandar** em feitos de heroísmo com o **sôldo de soldado raso**. Outros ainda mais desinteressados também o foram os clérigos (10) que aceitavam ir sem nenhuma paga. As provisões constavam exclusivamente de farinha... nem cirurgia nem ambulância, nem azeite nem biscoito nem vinho...

E o grande capitão está na materialidade dos fatos quando diz ao Francês: — “**Felizes nos contamos quando podemos haver uma posta de cobra...**”

Entretanto não era a mais sensível das insuficiências; mas a de soldados mesmo: ao todo 300 europeus e 200 índios, apenas. O mais representativo e, sobretudo, mais eficiente na expedição, já é de brasileiros, como o seu comandante. Por isso vai muita gente moça, expressão de um povo que acaba de nascer; Manuel de Sousa Dessa, um brasileiro, dirá depois... “os quatro capitães que hoje estão no Maranhão, todos juntos não chegam a 80 anos...” Lá estava o mameluco Belchior Rangel de quem Dessa dá testemunho, quando no Pará: “... anda aqui Belchior Rangel, soldado de satisfação, e que tem servido V.M. no Rio de Janeiro e no Maranhão, sendo um dos primeiros...” As fôrças de Jerônimo de Albuquerque eram em quantidade que pôde ser transportada em — dois patachos, uma caravela e cinco barcasas.

A elas Ravardiére pôde opor 400 soldados europeus, 4.000 índios, sete navios e 46 canoas de guerra.

A falta de indicações precisas era tal que mesmo vitoriosa, a expedição parece obra de **estouvamento e mocidade**. De fato ela teve de ser **estouvada**. Chegado no Preá (Maranhão) não há notícia de nada. Esse local consignado para os estabelecimentos fortificados é péssimo.

(10) — Padres Frei Cosme de S. Damião e Frei Manuel da Piedade. Jaboatão, obra citada. Berrêdo, Anais do Estado do Maranhão. Livro II. pág. 77.

Vai às tontas um batel de reconhecimento sob a direção dos dois jovens capitães brasileiros Rangel e Martins, e volta com as primeiras informações seguras a respeito do inimigo, e a notícia de um sítio excelente em face d'ele. Apesar disto, a expedição ainda teve que prosseguir às tontas — “por entre illas e rios e boqueirões muito estreitos ficando algumas vezes em sêco, esperando enchente da maré...” — (Dessa).

Chegaram, finalmente, à boa situação de “Guaxenduba” e aí se estabeleceram. Com isto se demonstra que a vinda por aí, a escolha do local definitivo, as decisões estratégicas; tudo enfim que determina o resultado feliz da empresa se faz contra ordens terminantes do Governador-Geral Gaspar de Sousa, e em contestações com as opiniões filauciosas do imperitante Sargento-Mor português Diogo de Campos Moreno, o segundo Comandante designado por Gaspar de Sousa, em novas provisões e regimentos segundo os quais “as ordens deviam dar-se em nome do Capitão da conquista, mas tôdas as deliberações seriam tomadas por voto”.

Prosseguindo na demonstração oportuna de que a vitória alcançada contra as forças de Daniel de La Touche, senhor de La Ravardiére, foi obra exclusiva da estratégia e da argúcia do grande neto de Arco-Verde, Manuel Bonfim, na obra supracitada, informa: “O successo da expedição sôbre o Maranhão maravilhou a todos e fêz que a chamassem de “Jornada Milagrosa”. Capistrano de Abreu, na rapidez incisiva dos seus conceitos, comenta: “Milagrosa foi realmente, milagrosa, de mocidade, de estouvamento: milagrosa sobretudo de felicidade”. Já temos a razão do estouvamento: é a premência de quem tem de agir, e só pode resolver a forma de ação, conduzido por ela mesma. Foi assim com Jerônimo. Felicidade...

E' uma attitude tôda subgettiva, e que nada explica do caso que foi o de efeitos objetivos bem patentes. Houve milagre, sim, o de uma energia absolutamente nova, a mocidade que, por intuição, se projeta para o successo.

E clamamos — milagre! Nem houvera outros na ação humana. Gaspar de Sousa, que aceitaria até não intervir, e que só concordou com a jornada porque a expedição tinha partido e havia dinheiro gasto, fêz questão de que tudo não passasse da fundação de um forte a oito ou dez léguas dos Franceses, para inquietá-los tão sômente, na Tutóia, ou quando muito no Preá. Atendida e executada, essa ordem seria a anulação da empresa pela insuficiência, com o fracasso fi-

nal do estabelecimento isolado, em face de um inimigo tão poderoso que era confessadamente respeitado e evitado. Tal projeto é um sinal de decadência do Português.

Decênios depois, no Prata, realiza-se essa idéia de fortificação isolada, em face do rival.

As condições eram mais propícias no Prata do que no Maranhão, e contudo, foi um desastre formidável. Jerônimo de Albuquerque evitou o desastre, porque agiu de acôrdo com as condições do momento e os interesses do Brasil, ainda que, para tanto, lhe foi preciso sair das ordens e enfrentar a imperlinência de Diogo de Campos.

Gaspar de Sousa, depois da partida de Jerônimo de Albuquerque para a conquista do Maranhão nomeou Diogo de Campos Moreno para seu Adjunto, à revelia do conhecimento do ilustre mameluco. Antônio Joaquim de Melo, comentando este ato do Governador, escreve "... Mas a grande alma do ancião Olindense deu-lhe pronto exercício sem a menor hesitação..."

O maior mérito de Diogo de Campos, segundo Capistrano de Abreu, anotando Frei Vicente do Salvador, pág. 131, era ter combatido em Flandres.

Da participação de campanhas tão famosas, do conhecimento do castelhano e do francês tirava um ar de filáucia, de superioridade impaciente... Logo a partir do pôrto Jericoacoara (Buraco das Tartarugas), último pôrto do Brasil antes do Maranhão, houve conselho de oficiais, pronunciando-se Diogo de Campos peremptoriamente contra qualquer avanço de Tutóia. Foi voto único, e a expedição dirigiu-se desde logo para o Preá. Este lugar era estéril e absolutamente impróprio para um aquartelamento prolongado, pelo que decidiu Jerônimo ordenar reconhecimento, com Martins, Machado e Rangel, todos brasileiros natos, em busca dos franceses, de quem nada se sabia no Preá.

Com o regresso de Rangel, e as boas notícias que trouxe, a respeito de "Guaxenduba", novo conselho se fez, onde Diogo de Campos foi igualmente peremptório, opinando que deviam ficar no Preá estéril. Com êle concordaram os outros oficiais, menos os capitães brasileiros Sousa Dessa e Fragoso de Albuquerque, apoiados pelos soldados das respectivas companhias.

Era um momento em que Jerônimo de Albuquerque devia hesitar: Com Diogo de Campos falavam as ordens trazidas, e quase tôda a officialidade.

Mas, passou a hesitação e o grande capitão fez seguir a expedição até estabelecê-la em contestação com os franceses. Na escolha da posição do forte, novas oposições a que Jerônimo respondeu no definitivo mando de seleção. “Quem me for amigo, não me aconselhe outra coisa”...

Ora, essa escolha foi decisiva: a ela se deve o êxito da batalha, e que pareceu milagre. Relata Sousa Dessa: (11)

“Determinou o capitão-mor fortificar-se num vale, entre duas alturas que lhe ficavam sobranceiras”. E quando o inimigo, destemido e arrogante, veio ao ataque, Jerônimo pôde desenvolver, prontamente, a sua tática formidável: metê-lo entre dois fogos, dominá-lo completamente antes do segundo tiro... Tudo isto foi possível porque o ânimo do capitão havia captado os legítimos valores da guarnição; mas é certo que o influxo de Diogo de Campos tinha turbado a unidade de sentimentos: com ele estavam todos aqueles para que, a alma de uma nova pátria era um comêço de hostilidade. No concreto da baixa rivalidade de Diogo de Campos era isto o que havia e foi daí mesmo que derivaram os motivos em que se teceram os conluíus vis de Caldeira Castelo Branco. Daqule momento em diante cresce ostensivamente o Brasil; multiplicam-se os indícios desta nova Pátria, e que nos explicam tôdas as outras façanhas de Brasileiros nos nomes Barbalho, Vidal de Negreiros, Rabello”. Esse Barbalho a que se refere Manuel Bonfim, é Luis Bezerra Barbalho, herói brasileiro, nascido em Pernambuco. Imortalizou-se nas lutas com os holandeses e principalmente na sua famosa retirada à frente de mil homens desde o Rio Grande do Norte até a Bahia em 1638.

Foi nomeado Governador do Rio de Janeiro em 1613, desempenhando papel de relêvo na história daquela cidade. Morreu em 1654. Prossegue o autor do “O Brasil na América”... “O Capitão-Mor brasileiro Jerônimo de Albuquerque com os meios miseráveis de que dispunha com a sua tática exclusiva aniquila as forças com que o francês vem atacá-lo”.

Entretanto, este, mesmo vencido, ainda tem superioridade em armas, aliados e recursos materiais, conservando um forte contingente de soldados europeus, quase igual à totalidade dos portugueses. São estes os resultados. Contudo, ainda hoje, quem lê a história daquela guerra, sente os efeitos do depoimento suspeito de Diogo de Campos, porque os documentos e relatos de presença são os mais ordenados em valor de estilo.

(11) — “A Breve Relação”.

O outro, "A Breve Relação" de Sousa Dessa, retine de exatidão; mas é rijo e desataviado como a própria verdade...

Deixemo-nos, porém, de histórias feitas em puras repetições e atenhamo-nos aos outros documentos e depoimentos dos que de um e do outro participaram da aventura; dos que foram atores, mas falaram sem a preocupação de abafar um rival. Com o poder da sua lógica admirável, o insigne professor Manuel Bonfim, nesta página fulgurante da sua citada obra, prossegue provando à evidência que não houve milagre na vitória do neto de Arco-Verde contra La Ravardiére na memorável batalha de 19 de novembro de 1614 no vale de "Guaxenduba". Deve-se o êxito da famosa jornada exclusivamente à formidável tática de Jerônimo de Albuquerque, o primeiro general brasileiro na ordem cronológica, que ali foi mais caboclo do que Albuquerque. Duclé de estrategista e político elegante, Jerônimo aproveita-se do pedido de trégoa dos franceses e aceita o pacto na superioridade de quem é solicitado.

Vitorioso, êle sabia, entretanto, da superioridade das forças de que ainda dispunham os franceses. Depõe, neste sentido, Capistrano de Abreu, em suas notas a Frei Vicente do Salvador, o pai da História do Brasil... "Depois das trégoas, dispunham os franceses de 200 homens bem armados, de 17 peças nem tôdas em bom estado, de 514 balas, de mais de 11 quintais de pólvora e outras munições miúdas. Jerônimo, habilmente, quis evitar um renovar de combate que poderia estragar o triunfo alcançado, certo que estava da sua falta de recursos para enfrentar o poderoso inimigo. Escreve duas cartas a Ravardiére que se admira da singela superioridade dos dizeres do grande Capitão sem fanfarronices, nem ameaças. Essa nobre atitude de Jerônimo cativou inteiramente os fidalgos vencidos que esperavam encontrar-se com selvagens mulatos grosseiros e insolentes. Jerônimo teria ficado com uns 300 soldados brancos e mamelucos mas em tudo mais inclusive o tratamento dos feridos estava à mercê dos vencidos. E' o cirurgião francês Mons. de Lastre, que havia curado o filho primogênito de Jerônimo, capitão Antônio de Albuquerque, ferido de 3 tiros, que dá o testemunho de como pelo trato pessoal o Capitão-Mor brasileiro fêz de seus inimigos grandes afeiçoados. "Nunca vi gente tão honesta", depõe o homem de arte. Assumindo a inteira responsabilidade das trégoas que ajustou com Ravardiére, à revelia do govêrno português, o bravo mameluco dando realce ao valor de sua obra

ajunta ao renome Albuquerque a glória do seu feito pessoal e toma o apelido "Maranhão", assinando pela primeira vez no documento que se firmou o armistício a 29 de novembro de 1614.

"O Brasil explicitamente aparecia agora com uma nobreza sua em sangue e em qualidade, elevada ao mérito de haver eliminado definitivamente o secular inimigo", ensina Manuel Bonfim em seu livro citado, pág. 255.

Em seguida o neto de Muira-Ubi, revela-se não o insensato ou estouvado, mas o soldado brioso, disciplinado e digno quando sufoca tôda a sua justa indignação contra as intrigas, invejas, despeito e rivalidade de Caldeira Castelo Branco, para não dar perante o inimigo, o deplorável exemplo de um bando indisciplinado e desunido.

... "He verdade que quando chegou Francisco Castelo Branco, depõe Frei Vicente, **deu grandes entendimentos a todos os soldados franceses que trazia largos poderes, e assim se amotinavam e se alevantaram os mas dos soldados de sua parte contra o Capitão-Mór Hrmo Dalbuquerque e não esteve mais o negocio hua noite que aver hum homem que metesse mão a espada sendo assim que nos perderamos todos.** (12)

Conteve-se Jerônimo, todavia, com os olhos postos nos interesses da pátria brasileira para salvar, como salvou, a obra que o consagraria no futuro um vulto homérico da história do Brasil "... o que passei e sofri, exclama Ele, **por não cair em bandos nem guerras civis, nos quais ouvera de ir parar tudo, sem achar quem me aconselhasse que tomasse armas para dar no francês antes me meteram em enredos de que me não sei livrar por me sentir mais para as armas, que para papelistas coisa que nunca usei**".

As **perfidias** e as **misérias** do português Caldeira Castelo Branco, que mais tarde seria deposto e prêso no Pará pela sua estúrdia com os próprios oficiais do seu comando, estão comprovadas em todos os depoimentos, inclusive os dos soldados de sua facção, e, ainda, os dos Franceses. Ele teria vindo em socorro de Jerônimo de Albuquerque, que sabia não ter poderes para tratar de modo definitivo com os vencidos mas, político, soube tirar partido da situação transitória até reforçar-se nos socorros que esperaria do govêrno de Gaspar de Sousa. --- Caldeira Castelo Branco foi enviado com uma pe-

(12) — A fonte em que colhemos estes detalhes procede dos Documentos Leste Ocote; Notas de Capistrano de Abreu a Frei Vicente; Southey... Berredo, etc. João Maranhão.

quena esquadra. — Chegou, e não demorou em aproveitar todos os meios de invejas, despeitos, rivalidade para se substituir a Albuquerque, com o que inutilizaria a sua obra.

Não tenho a estulta pretensão de ser original em tão velho e debatido assunto versado por cronistas nacionais e estrangeiros que se têm louvado nas obras de Frei Vicente do Salvador e Bernardo Pereira de Berredo, historiadores coevos que melhor e mais imparcialmente versaram a matéria em estudo. Dentre êles se inscreve o nosso Pereira da Costa, preclaro autor do Dicionário Biográfico de Pernambucanos célebres, publicado no Recife em 1882. Vejamos: “Saltando a terra Jerônimo fundou em Guaxenduba o Arraial de Santa Maria e se fortificou convenientemente.

Já então havia êle tomado posse daquelas terras em nome da coroa de Portugal, como seu procurador (autorizando o ato e o documento com o sinal público de nossa redenção, que mandou logo levantar com as devidas solenidades e com a pompa que as circunstâncias permitiam).

Não tarda muito que, avisado La Ravardiére da occupação daquele ponto por Jerônimo de Albuquerque, viesse atacá-lo nas suas fortificações com mais de 400 franceses e 4.000 selvagens, no dia 19 de novembro de 1614, tendo já no dia 11 tomado duas das suas maiores embarcações e uma das pequenas.

Ao amanhecer daquele dia, desembarcaram os franceses: fere-se o combate; depois de 6 horas de um renhido batalhar são êles derrotados: abandonam o campo e o deixam juncado de cadáveres. No dia 22 pediu Ravardiére uma suspensão de armas, e no dia 27 assinaram os dois chefes os artigos pelos quais deviam cessar as hostilidades até o último de dezembro de 1615, tempo sufficientemente necessário para as duas Côrtes resolverem a respeito da posse da Ilha do Maranhão.

Assinadas as trégoas e expedidas as necessárias comunicações à Pernambuco, ao govêrno de Madrid, e ao embaixador hespanhol em Paris, Jerônimo de Albuquerque, em ação de graças ao Todo Poderoso, deu comêço a constituição da igreja de “Nossa Senhora da Ajuda”, porém, sendo a trégua que celebrara desaprovada pela côrte de Madrid, por serem elas concluídas com piratas, El-Rei ordenou que marchasse sobre o Maranhão uma outra expedição que acabasse quanto antes com a sua conquista, e que apoiada pelas tropas que lá já existissem, expelisse immediatamente os franceses.



Planta da Ilha e Pôrto do Maranhão, cerca de 1615.

O comando dessa expedição foi confiado a Alexandre de Moura, com a dignidade de **Capitão de Armada** e General da guerra.

E Jerônimo de Albuquerque, diz um historiador, à vista de tão notável injustiça, ferido o seu amor-próprio, esquecidos os seus longos serviços, desprezada a sua tão notável experiência, mostrou-se superior a todos os desgostos e usando de toda a grandeza de sua alma tão nobre, resignou-se, sujeitou-se aos reveses da fortuna e obedeceu.

Em 30 de outubro, já sob o comando de Alexandre de Moura, aquartelou junto à **Fonte das Pedras** para perseguir o inimigo acastelado no **Forte do Baluarte**; e em dois de novembro foi a capitania arrebatada do poder dos franceses. No dia 31 de outubro de 1615, Jerônimo de Albuquerque moveu as suas tropas sobre a fortaleza de S. Luís e no dia 1.º de novembro entrou naquela Baía a armada de Alexandre de Moura. No dia 2 foi lavrada e assinada a capitulação pela qual Ravardiére obrigava-se a entregar o forte e toda a Ilha e a retirar-se com os seus compatriotas.

Comparando estas datas, raciocina o insigne Pereira da Costa, **“vê-se claramente que Alexandre de Moura nenhuma peleja teve, nenhuma ação dirigiu e nenhum só tiro desparou”**. E prosseguindo no judicioso exame daqueles célebres acontecimentos conclui doutoralmente: Cabe pois, exclusivamente a Jerônimo de Albuquerque a glória do grandioso resultado dessa arriscada empresa, cujas palmas do triunfo e hinos de vitória fizeram-lhe esquecer as privações, os incômodos, os perigos e tantas outras dificuldades que heróica e resolutamente afrontou este ilustre e venerando ancião”. Jerônimo de Albuquerque foi nomeado por Alexandre de Moura, que para tanto trazia plenos poderes, Capitão-Mor da Capitania do Maranhão, merecido prêmio aos seus imensuráveis trabalhos e não menores sacrifícios de toda a natureza, entrando destarte a governar todo o Estado, que então abrangia o Pará e o Amazonas. Doravante Jerônimo adicionou ao seu nome o apelido **“Maranhão”** em comemoração ao termo de sua gloriosa empresa. Eis como o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, aprecia este gesto do inolvidável mameluco em uma **“Memória”** lida no Instituto Histórico Brasileiro: ... **“Asseguro-vos, senhores, que estremei de alegria e de entusiasmo quando pela primeira vez atentei na nobre audácia que o herói pernambucano, com uma sem-cerimônia quase selvagem, e bem natural a um chefe de índios, lavrou para assim dizer por si mesmo alvará intitulan-**

do-se, pela primeira vez Maranhão ao selar com a sua assinatura a capitulação feita com o chefe francês inimigo, Ravardiére. Oh! que coração robusto não devia ser aquêlê do tal pernambucano para ousar ir adotando êste cognome, arrostar as satânicas risotas dos contemporâneos, e até as hostilidades dos seus émulos.

Mas, ainda bem. Esse martírio momentâneo lhe valeu o estarem ainda hoje perpetuando seu grande feito **todos os seus descendentes, todos os que se apelidam Albuquerque Maranhão**", o grifo é meu.

Confiada às suas mãos as rédeas da administração daquelle Estado, e quando já não era preciso desembainhar a sua espada, Jerônimo de Albuquerque Maranhão entregou-se afañosamente à fundação e edificação da capital, dando-lhe nova forma e ordem, segundo as instruções da côrte de Madrid. Chamou a obediência os índios da ilha de São Luis, mandou explorar as riquezas do Pindaré (12a), protegeu aos indígenas, cuidou dos negócios da administração, organizando-os convenientemente, e a nada se poupou e a nada se eximiu para dar prosperidade e engrandecimento àquella terra que havia conquistado palmo a palmo com a sua espada, com o seu valor. Porém no curto espaço que sobreviveu à restauração, não pôde Jerônimo de Albuquerque Maranhão colher os frutos das suas fadigas e labôres: dir-se-ia que o autor dos mundos lhe havia sòmente concedido o tempo necessário para ajuntar à sua glória de guerreiro a de fundador da cidade de S. Luis, sua capital. Enumerar todos os serviços prestados à causa da civilização e da pátria por Jerônimo de Albuquerque Maranhão, seria necessário escrever dia por dia os anos dessas conquistas, a sua própria história, enfim.

Só um Plutarco poderia fielmente descrever a vida e os gloriosos feitos dêste ilustre pernambucano. Os seus próprios inimigos reconheciam a nobreza e generosidade daquela grande alma. Ravardiére, aquêlê que, pelo pêsso das suas armas,

(12a) — Da exploração do vale do Pindaré Jerônimo de Albuquerque Maranhão encarregou o capitão Bento Maciel Parente. Este cabo-de-guerra em tal maneira conquistou a confiança do bravo capitão-mór que por êle em 1618 juntamente com Diogo da Costa Machado, foi nomeado adjunto para ajudar a seu filho primogênito capitão Antônio de Albuquerque Maranhão no governo da capitania do Maranhão. Maciel, conhecendo a capacidade de Antônio de Albuquerque, limitou-se a empregar o seu tempo na reedificação do forte de S. José de Itaperi. (Pereira da Costa, obra citada). Ver Prolegómenos do Livro V da História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, pág. 447, onde ensina Capistrano de Abreu: Diogo e não Domingos, como escreveu Berredo e repetiram Varnhagen e outros. Nota do autor.



Expulsão dos Franceses do Maranhão. 3-11-1615. Óleo de Cadmo Fausto 1940. Sala Conde de Porto Alegre. Museu Histórico Nacional — Rio de Janeiro. Foto Eduardo de Los Rios.

se viu forçado a evacuar o Maranhão, comparou a sua clemência, o seu cavalheirismo, ao do grande Afonso de Albuquerque, o herói das Índias, um dos seus ilustres ascendentes.

A glória desse herói, que orgulha e enobrece o nome pernambucano, é a glória dessa província, à qual legou os seus restos mortais e da qual como os irmãos Scipião, depois da conquista da África e Ásia, tomou o seu nome, o nome de Maranhão.

Destarte chegamos à conclusão de que os mamelucos do norte do Brasil, desde o século XVII, possuíam vivos em seus espíritos bem formados pela doutrina cristã, o sentimento de uma sã brasilidade.

Assim pôsto, religião e patriotismo eram virtudes que se irmanavam em seus nobres corações.

D. Augusto Álvaro da Silva, filho do dr. Raimundo Honório da Silva, educador maranhense, meu professor no Instituto Pestalozzi em 1902, no Recife, orando nas comemorações do tricentenário das batalhas do Guararapes (13) onde correu em ondas o generoso sangue pernambucano em defesa da integridade da Pátria brasileira, assim falou: “Ali, verificamos, irmanadas, unidas, inseparáveis a Religião e a Pátria: a Fé que junta as mãos em prece, fitando o céu e o instinto da defesa do berço, que desembainha a espada contemplando a terra; a caridade que pensa feridas, enxuga lágrimas e compassiva, poupa os que fraquejam, e o ânimo guerreiro que investe e fere e vence com ímpeto indomável; a voz serena e ungida dos sacerdotes recolhidos nos templos e a dos soldados concentrados nas casernas invocando o céu e o grito retumbante dos que Comandam e ordenam a peleja e a morte e que ecôam ainda nas fraldas dos Guararapes. — Soldados à Espada!!!

“Este misto de piedade e bravura, de devoção e audácia, de bondade e crueza é o que vemos claramente visto naquelas batalhas cujo terceiro centenário comemoramos”.

Assim era em 19 de fevereiro de 1649, nos montes Guararapes em Pernambuco. Assim fôra na madrugada de 19 de novembro de 1614 no vale de Guaxenduba em frente à Ilha de S. Luís do Maranhão.

Considerando Jerônimo de Albuquerque que o poderoso inimigo com que se ia defrontar lhe levava enorme superiori-

(13) — Revista do Arquivo Público, 1949, Ano IV n. VI. Recife — Pernambuco.

dade em armas, e que, muito hábilmente o vinha apertando num verdadeiro círculo de ferro, impossibilitando-o, dessarte, de aguardar por mais tempo os socorros pedidos ao govêrno de Pernambuco, uma vez que os dois quartéis de Mons. de Pizieux lhe tinham tomado a água, propôs, prudentemente, aos seus oficiais uma ofensiva em ação geral, merecendo-lhes unânime aprovação.

Dêste modo, com aquêle **panache** que lhe era natural, o hábil general brasileiro separou então com advertência militar um pequeno corpo de reserva do qual encarregou o capitão de infantaria Gregório Fragoso de Albuquerque, com a maior parte dos índios aliados, que comandava o capitão Madeira; e de todo o resto das suas poucas tropas, formando também, à imitação dos inimigos, dois batalhões iguais que se compunham cada um dêles de setenta soldados, e quarenta Tapuias, entregou um ao Sargento-Mor Diogo de Campos; e pôsto já na testa do outro para dar uma pública satisfação do seu procedimento, falou com brevidade neste mesmo sentido, dizendo: (14) Bem sey Amigos, e Companheiros, que esta minha resolução seria condenada em todo o Mundo com a nota de temeraria, se a ocasião em que nos puzerão os inimigos, e a justiça da nossa causa, a não aprovassem como precisa. Os Franceses nos tem tomado todos os portos do nosso alojamento, não nos deixando mais caminho para a subsistencia natural, de que todos os dias necessitamos, que o que abrirem a cada hora os nossos braços á força dos seus golpes, esperando sem duvida que consumidos nós da repetição dêste trabalho, que as mais das vezes sairá também infrutuoso, ou debilitada a natureza, vergonhosamente lhes rendamos as armas para salvar as vidas (que oferecerão já como regalado pasto às racionais fêras, de que se acompanhão), ou que todos as sacrificemos a hum desesperado sofrimento, com mais injuria, do que glória: o que mostrão bem no cuidado com que se fortificação, sendo tão monstruosas as suas vantagens no número das Tropas; e sobrando estas ponderações, para que provocado o vosso valor pelos estímulos da honra os trate já com o desprezo de vencidos, primeiro que atacados; segura mais o nosso triunfo o infalível direito, com que pretendemos a restituição dos proprios dominios, occupados por estes Estrangeiros, como legítimo patrimonio, sem outro algum título, que o da violência das suas armas. O que suposto, valerosos Ami-

(14) — Berredo. *Anais Históricos do Estado do Maranhão*. Livro IV, pgs. 110-111.

gos, por mais que reconheço a qualidade delas, além da sua grande desigualdade, ainda antes da batalha vos convido já para os aplausos da vitória: não vos pareça demasiada a minha confiança, porque a ponho toda nos vossos espíritos, fortalecidos do Senhor dos Exércitos, por intercessão da nossa Protetora Maria Santíssima.

Seguindo ainda Berredo, escreve mestre Pereira da Costa: “mandou Ravardiére desembarcar uma força de 200 franceses e mais de 1.500 índios às ordens de seu imediato Pisisieux. Ocupou esse a praia e nela se fortificou com 6 trincheiras de pedra em sossa ou em sosso (solta sem cal nem outro liame) e, com muita arte, as prolongou a coberto do mesmo Forte até o morro a êle sobranceiro no qual com faxina se fabricaram parapetos.

Conheceu Jerônimo de Albuquerque Maranhão que já não devia esperar o ataque e que era essencial tomar a ofensiva, antes que os atacantes aperfeiçoassem seus reparos. Deixando pois de guarnição no Forte unicamente uns 30 soldados dos menos capazes de combater dividiu a mais força em dois corpos de 70 espingardeiros e 40 freixeiros além de um corpo de reserva quase todo de índios. Confiou o mandado dêste último ao seu sobrinho Gregório Cardoso de Albuquerque e dos primeiros ao seu companheiro Diogo de Campos Moreno.

Encarregou-se o Capitão-Mor de ir com a sua gente contornar o morro que ocupava o inimigo, e dar a tempo sinal para Diogo de Campos atacar os da praia pelo outro lado.

Enquanto efetuavam o movimento, veio um parlamentar de La Ravardiére com uma carta intimando a Albuquerque que se rendesse...

Abriu-a Diogo de Campos, e suspeitando no inimigo intentos de ganhar tempo, deteve o parlamentar e caiu sobre os da praia, tomando-lhes a primeira trincheira: seriam as 10 horas da manhã.

Vinham socorrê-los os do morro, quando avançou a reserva atacando-os e aos primeiros de flanco.

Logo Jerônimo de Albuquerque se apresentou do outro lado, a decidir a ação, o que sucedeu em virtude da morte do chefe dos contrários o ilustre du Pisisieux, loco-tenente de La Ravardiére. Debalde ideou este um desembarque com 80 homens para ocupar o nosso Forte de “Santa Maria”.

A maré tinha vazado e suas lanchas não podiam aproximar-se, e eram varejadas pela nossa pouca artilharia.

Por outro lado, também os combatentes não podiam embarcar-se; suas canoas estavam igualmente em sêco, e, em número de umas 46, foram incendiadas pelos nossos índios. Retiravam-se pois os contrários para o alto donde foram também desalojados bem com muito maior trabalho; e durante a noite a muito custo se recolheram às embarcações havendo para isto La Ravardiére tido de bordejar para a costa. A perda do inimigo em mortos passou de 100 homens entre os quais 7 grandes fidalgos; 19 ficaram prisioneiros.

De nossa parte 11 mortos e 18 feridos entrando neste número Antônio de Albuquerque Maranhão, filho primogênito do Capitão-Mor, agora, Jerônimo de Albuquerque Maranhão e o fluminense Belchior Rangel.

Dêste modo a vitória alcançada sobre os franceses pelo primeiro general brasileiro, na ordem cronológica, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, representava para a nascente nacionalidade brasileira a incorporação dos atuais Estados do Maranhão, Pará e Amazonas ao seu patrimônio. E para se ter uma idéia do valor dessa esplêndida conquista basta referir que como sábiamente raciocina mestre João Ribeiro, na introdução de sua "História do Brasil", pág. 23, quando estuda as 4 células fundamentais que formaram todo o tecido do Brasil antigo, ou sejam, Pernambuco, Bahia, S. Paulo e Maranhão, basta referir, repetimos, que a do Maranhão ou Pará, que gera as unidades administrativas do extremo norte, e sempre viveu separadamente do Brasil, foi escolhida pelos portugueses no ensejo da nossa guerra da independência, para manter como um novo Canadá o idealismo à Coroa. O português Caldeira Castelo Branco em 1616 já batizara a cidade de Belém com o título de "Cabeça da feliz Lusitânia". Os franceses desanimaram muito com o revês que sofreram em Guaxenduba; vieram oferecer um novo exemplo de sua pouca propensão para as empresas longínquas. E como seja exato que a boa guerra traz a Paz, La Ravardiére, depois de mandar pedir licença para enterrar os mortos, começou em práticas e correspondências que pouco se foram suavizando. Esta correspondência acha-se na "jornada do Maranhão" de Diogo de Campos pág. 220-228 e nos anais históricos de Berredo. Na primeira carta de 21 de novembro, La Ravardiére subscrive-se: Este teu mortal inimigo; e na última de 25 de novembro: vosso servidor... (15).

(15) — Rodolfo Garcia; nota a Varnhagen. Livro IV, pág. 121, usque 129; Berredo pág. 165, livro V, obra citada.

Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nascido em Olinda em 1548, ou seja quase que com a nossa Pátria, é o mameluco tão orgulhoso do sangue caboclo como da linhagem de reis que o pai lhe dera. Ele fôra criado na taba de Arco-Verde, seu avô materno, que também era Rei na Pindorama e além dêsses atributos meramente pessoais ele é o homem símbolo do heroísmo brasileiro. Falecendo em S. Luís do Maranhão em 11 de fevereiro de 1618, na avançada idade de 70 anos, no exercício pleno do cargo de capitão-mor, transmitiu o govêrno daquela capitania ao seu filho primogênito capitão Antônio de Albuquerque Maranhão, herdeiro do seu nome e das suas grandes virtudes, que athou eficientemente na jornada e conquista do Maranhão, onde foi gravemente ferido. Este e seu ilustre irmão Matias de Albuquerque Maranhão, haviam de ser no futuro os continuadores da gloriosa obra paterna, lançando em Cunhaú as bases da casa mais rica de história e de antiguidade do Brasil.

A campanha de silêncio realizada em tórno da glória e dos feitos de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, por quem se interessava em velar e afogar a pátria distante que no Brasil já se revela no amanhecer do século XVII, foi mais ou menos a mesma que sofreu Frei Vicente do Salvador, autor da magnífica História do Brasil, que consagrou o seu nome.

Vicente Rodrigues Palha, chamava-se o frade ilustre nascido no Brasil nos arredores da Bahia de Todos os Santos, por volta de 1564.

Era, pois, brasileiro nato, tomando mais tarde o hábito da ordem dos franciscanos, e professando em 1600. Sua **História do Brasil**, escrita em 1627, é a primeira obra de pesquisa que se conhece sobre o passado brasileiro e divide-se em 5 livros. Essa obra andou perdida durante 254 anos. Foi descoberta em 1881, numa coleção de manuscritos que o livreiro João Martins Ribeiro doou à Exposição de História do Brasil da Biblioteca do Rio de Janeiro.

O erudito Capistrano de Abreu anotou-a, numa Ed. moderna, publicada em S. Paulo em 1918.

Este monumento literário foi elaborado quando o Brasil contava apenas um século de existência. Em suas páginas, a miude se destacam as qualidades novas e próprias do Brasil nascente em oposição às de Portugal velho decadente (16) e

(16) — Em 1550 Portugal já não podia quase defender eficazmente as suas fortalezas da Africa, e conhecia sérias derrotas na Ásia. Como poderia na sua fraqueza, defender o Brasil contra os interesses das 3 maiores potências da Europa — França, Inglaterra e Holanda no século XVII? J.M.

por isso mesmo, caindo nas mãos sacrílegas do português, sequestram-na, somem-na no empenho de obstar a propaganda genial, que nela faz o insigne franciscano das riquezas, das atrações, das magnificências da nossa terra e, mormente, dos feitos gloriosos dos seus filhos ilustres, uma vez que o 5.º volume vai de Gaspar de Sousa até o governo de Diogo Luís de Oliveira, atingindo já a primeira invasão holandesa e descrição das batalhas que se travaram.

A humanidade sempre sofreu desse complexo de inferioridade.

Nos nossos dias, como outróra, o brasileiro que se quiser recomendar no conceito dos seus contemporâneos terá de ir, calculadamente, buscar no estrangeiro o atestado de seu merecimento. Exemplo: Santos Dumont e Osvaldo Cruz. Este não teria sido nomeado técnico do Instituto Soroterápico Nacional, embrião do atual Instituto de Manguinhos, sem a indicação do Professor Roux, Diretor do Instituto Pasteur de Paris, que encarregado de designar para este cargo um técnico francês, lembrou ao Barão Pedro Afonso o nome de Osvaldo Cruz, por ele considerado tão competente como qualquer outro dos de lá da culta Europa. (17)

Aquêle, senão tivesse elegido a cidade de Paris para teatro das primeiras experiências de sua aeronave mais pesada do que o Ar, teria tido o mesmo melancólico destino do seu patricio Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, precursor da aviação no que tange aos balões semirígidos, que sofreu tôdas as campanhas do ridículo ambiental, e morreu justamente porque o dirigível "Pax" foi construído com material pouco sofrível. Mas, infelizmente para o gênero humano, a História Universal anda cheia destes casos dolorosos.

Lê-se no livro dos livros que o homem Deus, êsse doce Jesus de infinita bondade, menosprezado pelos seus compatriotas quando pregava a sua amorável doutrina na sinagoga de Nazaré, já exclamara desencantado da vida: "Não há profeta sem honra a não ser na sua pátria e na sua casa"...

E Ele era filho de Deus...

(17) — E. Sales Guerra. Osvaldo Cruz pág. 51 Cap. III.

CAPÍTULO II

A INVICTA GERAÇÃO

**Albuquerque terribil, Castro forte,
E outros em que poder não teve a morte.**

**Luís de Camões. "Os Lusíadas", — Can-
to 1.º, estrofe 14.ª. in fini.**

A **gens** Albuquerque, desdobrada em Albuquerquees Maranhões, Cavalcantis de Albuquerquees, Albuquerquees de Melo, Arcoverdes Cavalcantis, Albuquerquees Lins, Siqueiras Cavalcantis, Olandas Cavalcantis, Albuquerquees Lacerdas, Rêgo Barros Cavalcantis, Païs Barretos, Pires de Albuquerquees, e outros ramos menores, teve, no amanhecer do Brasil, destacada atuação na formação da nacionalidade. Assim é que a encontramos participando dos acontecimentos de ordem política e social, desde o recôncavo baiano até o Estado do Maranhão.

A família Albuquerque origina-se de D. Afonso Sanches, filho natural del-rei D. Diniz — 1299-1325 — VI monarca de Portugal e de D. Aldonça Roiz Telha, o qual casou com D. Teresa Liz, filha de D. Joan Afonso de Menezes, conde de Barcelos, senhor de Albuquerque e de sua primeira mulher D. Teresa Sanches, filha do Rei de Castela D. Sancho IV. Os Albuquerquees tiveram muitos casamentos nas casas reais de Portugal e Castela.

O tronco da família Albuquerque em Pernambuco foi Jerônimo de Albuquerque, fidalgo português da melhor estirpe, irmão de D. Brites de Albuquerque, casada com Duarte Coelho.

Esse Jerônimo foi filho terceiro de Lopo de Albuquerque, por alcunha o "Bode", e de sua mulher D. Joana de Bulhão,

que era viúva de D. João de Melo, mestre-sala do Rei D. João II e a dita D. Joana de Bulhão era filha de Afonso Lopes de Bulhão.

Jerônimo de Albuquerque, também chamado o “Velho” e o “Torto”, passou à história do Brasil com a antonomásia de “Adão Pernambucano”, por ter deixado numerosa descendência estimada em 24 filhos, segundo o venerável genealogista patricio Antônio José Vitorino Borges da Fonseca, quando ensina: (1) “que o referido Jerônimo de Albuquerque houve, fora do matrimônio, com D. Maria do Espírito Santo Arcoverde os seguintes filhos: — Manuel de Albuquerque, André de Albuquerque, Governador da Paraíba; Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o conquistador do Maranhão, uma das vivas e sugestionadoras figuras do Brasil nortista (2), Catarina de Albuquerque, a velha, que casou com Filipe Cavalcanti, fidalgo florentino, Isabel de Albuquerque, casada com D. Filipe de Moura, Antônia de Albuquerque, casada com Gonçalo Mendes Leitão, Joana de Albuquerque, casada com Álvaro Fragoso, e D. Brites de Albuquerque, casada 2 vêzes, a 1a. com Gaspar Dias de Ataíde e a 2a. com Sibaldo Lins, fidalgo alemão. Teve mais de várias índias os filhos seguintes: José, Filipa, Ana, Luisa e Antônia de Albuquerque. Alguns escritores modernos elevam de 5 para 12 o número de rebentos de Jerônimo com outras mulheres índias e brancas, mas pecam por não mencionar os nomes dessas criaturas. Houve, ainda, Jerônimo de Albuquerque com D. Filipa de Melo, sua legítima esposa, filha de D. Cristóvão Melo, Governador da Bahia, em justas núpcias, apesar de maior de 50 anos, mais 11 filhos que foram: — Afonso de Albuquerque de Melo, João de Albuquerque de Melo, Duarte de Albuquerque de Melo, Jorge de Albuquerque Melo, Maria de Albuquerque de Melo, D. Filipa de Melo de Albuquerque, D. Isabel de Melo de Albuquerque, D. Cosma de Albuquerque de Melo e Cristóvão de Albuquerque de Melo. Assim pôsto, sobem a 24 os filhos do Adão pernambucano, quicá do Norte, porque dêste tronco vigoroso veio, pode-se dizer, a história do nordeste brasileiro espreado pelo resto do País. Os filhos havidos por Jerônimo de Albuquerque com a princesa tabajara Muira - Ubi, que o salvou da morte e cooperou para a paz entre o seu povo e os colonizadores portugueses foram perfilhados a seu requerimento, por

(1) — Nobiliarquía pernambucana, publicada por Rodolfo Garcia nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. XLVII — 1925.

(2) — Frel Jabotão, Orbi Seráfico e Brasília.

Carta Régia de 1561 da Rainha D. Catarina da Áustria, na qualidade de Regente durante a menoridade do seu neto o infante D. Sebastião.

Vence destarte o coração sentimental da mulher puramente brasileira e do enlace de Maria do Espírito Santo com Jerônimo de Albuquerque começa em Pernambuco, que dá feição a todo o Norte, a prole de que faz parte o insigne Mameluco Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nascido em Olinda no ano de 1548, primeiro capitão-mor do Rio Grande do Norte e seu verdadeiro conquistador, fundador de Natal, construtor do Forte dos Reis Magos e glorioso conquistador do Maranhão, onde faleceu em 11 de fevereiro de 1618, com 70 anos de idade, em um sábado, dia dedicado a Nossa Senhora. (3)

Da índia Arco-Verde descendem ainda o célebre Sebastião de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal e o 1.º Cardeal da América do Sul, D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Orgulhava-se este príncipe da Igreja do seu sangue ameríndio.

Neste sentido escreve o sociólogo Gilberto Freyre em "Interpretação do Brasil" pag. n. 11 "... O primeiro cardeal da América Latina, o Cardeal Arcoverde, era descendente de uma princesa índia de Pernambuco da Nova Lusitânia do Século XVI. Uma Pacahontas brasileira. Orgulhava-se aquêle "príncipe da Igreja" do seu sangue ameríndio e insistentemente falava da necessidade de um clero composto de homens nascidos no Brasil ou integrados na vida brasileira, em vez de um clero inteiramente constituído de padres e frades estrangeiros. Sem ser estreitamente nacionalista soube ver o perigo para os países latino-americanos de se conservarem colônias intelectuais e econômicas da Europa com a ajuda indireta de padres que sendo europeus, teriam naturalmente uma atitude de autocrático paternalismo com relação aos sul-americanos, quando não de absoluta superioridade diante das populações ameríndias, indo-hispânicas ou afro-hispânicas".

Como acima foi dito, Jerônimo de Albuquerque, também chamado o "Torto". por ser caôlho, tivera na indígena tabajara D: Maria do Espírito Santo Arcoverde 8 filhos, todos legítimos. O 3.º desses rebentos de nome Jerônimo de Albuquerque, futuro Albuquerque Maranhão, cognominado "o fundador das cidades do nordeste", foi fundador também da "Ca-

(3) — Frei Jaboatão Orbi Serafico e Brasillico — pag. 203.

sa de Cunhaú", doada por êle em 1602 aos seus dois filhos Antônio e Matias de Albuquerque Maranhão, como êle, também vencedores dos franceses no Maranhão.

Esse Jerônimo casou-se com D. Catarina Pinheiro Feio, natural de Pernambuco, e filha de Antônio Pinheiro Feio, natural do reino de Portugal, que tomou parte na "Jornada do Maranhão" em 1614 como feitor-mor da armada, acompanhando, dêste modo, seu genro e seus netos Antônio e Matias de Albuquerque Maranhão. Este Matias é segundo gênito do casal. Morava em Cunhaú e se matrimoniou com D. Isabel da Câmara. Nasceu em Olinda. Sendo como vimos filho de Jerônimo de Albuquerque Maranhão e D. Catharina Pinheiro Feio, filha de Antônio Pinheiro Feio e D. Leonor Guardes, era, pelo lado paterno, neto do General português, Jerônimo de Albuquerque e da índia D. Maria do Espírito Santo Arcoverde. O insigne Pereira da Costa, em seu Dicionário Biográfico (4) faz o panegírico dos dois supracitados filhos varões do ilustre capitão-mor Jerônimo de Albuquerque Maranhão, e, segundo aquêl venerando mestre, "Matias de Albuquerque Maranhão seguiu a vida militar, sendo um dos voluntários da expedição do Maranhão, sob as ordens de seu pai. Batalhou a seu lado, e, como êle, conquistou um nome que a história honrosamente menciona. Datam, pois os seus serviços de 1614, quando partiu para o Maranhão. Expulsos os franceses dessa capitania, Matias de Albuquerque Maranhão ali permaneceu em companhia de seu progenitor, que passou a administrá-la na qualidade de governador. Em 1617 achava-se Matias de Albuquerque Maranhão no govêrno das aldeias de Cumá, (5) pouco distante de São Luís, com a graduação de capitão de infantaria, em substituição a Martins Soares Moreno, promovido para o Ceará. Ao assumir êste cargo o jovem soldado encontrou o aldeamento em desordem com grande prejuizo dos trabalhos da conquista e os índios muito ativos e bastante desconfiados da amizade dos portugueses por se lembrarem das sinistras práticas dos seus primeiros hóspedes, como nos diz Berredo à fls. 169 do livro 1.º dos seus Anais Históricos. Matias procurou, com suavidade, restabelecer a confiança nos seus espiritos e o conseguiu com grande fortuna. Mandou construir igrejas com a decência que lhe foi possível e os índios, penetrados da verdade católica, não só publica-

(4) — Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres. Recife, Janeiro de 1882.

(5) — Em 1612 Cumá possuía 10 aldeias e Tapuitapera 11. Berredo, Obra citada, pág. 62.

mente reconheciam as conveniências que tinham granjeado na mudança da sua sujeição, mas também se inclinavam com tais demonstrações ao culto divino, que cada dia davam maiores esperanças do seu amor ao cristianismo". Religião e patriotismo eram o fanal que guiava aquella geração de brasileiros sem mácula, de brasileiros caboclos, o que vale dizer de homens valentes, briosos, inteligentes, desinteressados e leais. Estas virtudes dos nossos índios foram aliás reconhecidas por poetas e filósofos nacionais e estrangeiros como Gonçalves Dias, José de Alencar, Jean de Lery, Ronsard, Benzoni e Montaigne. Estes últimos tiveram garbo em proclamar a superioridade do gentio desta América, decantando o seu valor humano e social. (6)

Assim pôsto, Matias de Albuquerque Maranhão, escreve Pereira da Costa "... obtido êsse resultado, ganha estas vantagens, e sem mais recear dos índios partiu para S. Luis a chamado de seu pai para tratar de negócios importantes, deixando 30 soldados, todos de bom nome guarnecendo a aldeia. Em sua ausência, porém, levantaram-se os caboclos, mataram todos os soldados e resolveram passar a Tapuytaperá, sublevar os índios daí, e seguir depois à S. Luis a que reduziriam a cinzas (7). Entretanto, terminando Matias de Albuquerque os seus negócios em S. Luis, voltava para "Cumá" e já se achava em Tapuytaperá, quando chegam os índios revoltosos. Imediatamente atacou-os com a pouca tropa que trazia, obrigando-os a retroceder. Posteriormente com os reforços que

(6) — M. Bonfim, ob. citada, pág. 147.

(7) — A pág. 170, dos Anais Históricos do Estado do Maranhão (Livro V) Berredo informa, (sic) "A este estado tinha o Capitão Mathias de Albuquerque reduzido os seus subditos; e parecendo-lhe, por huns fundamentos tão regulares, que já os não havia para recear a sua inconstancia, principalmente quando a subjugava com um presidio de trinta soldados todos de bom nome passou á Cidade de S. Luiz chamado de seu pay para negocios importantes; mas apparecendo naquelle mesmo sitio, logo depois de sua ausencia huns Indios do Pará, também Topinambazes, despachados por Francisco Caldeira com Cartas para Jeronimo de Albuquerque; hum muy industrioso das mesmas Aldeias de Cumá, que se chamava Amaro (criado com os Padres da Companhia de Jesus), tomou e abriu as Cartas, e fingindo que as sabia ler asseverou diante dos Principaes: Que o assumpto dellas se reduzia, a que todos os Topinambazes ficassem escravos; execucao, que tardaria só em quanto se não entregassem ao Capitão-mor. O que suposto, vissem elles o que determinavão, se não querião concorrer para a desgraça ultimada sua Nação quando para fugir-lhe tinham desamparado nas terras do Brasil os domicilios de que eram senhores, com a successão de tantas idades injustissimamente perseguidos da mesma tyrannia Portugueza". Este foi o rastilho que determinou a explosão geral dos ânimos selvagens, dando lugar ao massacre dos soldados de Matias de Albuquerque Maranhão. — J.A.M.

recebeu marchou a persegui-los e em seu alcance caminhou 300 quilômetros, correspondentes na época a 50 léguas, “com um nobre desprezo das asperezas do caminho”, conseguindo batê-los completamente; e então voltou embarcado para S. Luis, à dar conta dessa inesperada empreza. Em 1618, quando já não existia seu pai, e assumira o govêrno da capitania seu irmão Antônio de Albuquerque Maranhão, levantaram-se os índios Tupinambás e caminhavam já pelo rio Gurupi a unir-se com os de sua tribo no Pará, quando chegou a S. Luis a noticia dêsse fato; tomou então o governador a resolução de atacá-los em sua marcha, com a esperança de que venceria tôda a dificuldade a boa diligência mormente quando por aclamação universal a encarregou a seu irmão Matias de Albuquerque Maranhão”. A 24 de agosto partiu a expedição composta de 650 homens e foi tal a sua marcha... “que venceu mais de 150 léguas (900 quilômetros) pelas asperezas do sertão em tão pouco tempo, que até pareceu que não cabia nêle a mesma brevidade quando se regulava pela conta dos dias”. Perto do Pará encontrou Matias de Albuquerque Maranhão o inimigo, e caindo sôbre êle destroçou-o completamente, salvando-se os poucos que abandonaram o campo da peleja e se internaram pelos bosques.

Terminada a sublevação dos Tupinambás (8) após uma penosa campanha de 4 meses regressou a expedição. Deixando seu irmão o govêrno da Capitania do Maranhão e seguindo para Portugal, Matias de Albuquerque partiu para o Pará, e, em 1619, assumiu o govêrno dessa Capitania por ocasião do falecimento do respectivo governador Jerônimo Fragoso de Albuquerque, seu primo. Matias de Albuquerque Maranhão tomou posse do govêrno e dirigiu-o sem dúvidas nem reclamação alguma nos primeiros dias de setembro; porém, 20 dias depois o depuseram sob o fútil pretexto de que não era válida uma provisão do primo depois de sua morte, a qual conferia-lhe o direito de o substituir em sua falta.

Dessa época até 1630, nada encontramos relativo à vida de Matias de Albuquerque Maranhão; então, achava-se êle na Paraíba com seu irmão, o governador Antônio de Albuquerque Maranhão, quando chegou a noticia da invasão de Pernambuco pelas tropas holandesas. Antônio de Albuquerque Maranhão envia imediatamente um refôrço em socorro desta pro-

(8) — Jean de Léry achava os nossos Tupinambás mais fortes e saudios e limpos do que os camponeses da França “Portrait d'un sauvage” pág. 208-209. Nota do autor.

víncia, e nomeia comandante a Matias de Albuquerque Maranhão. Partiu pois o pequeno refôrço (9) para Pernambuco, e ali chegando foi aquartelado na ermida de Santo Amaro da Água Fria, perto de Olinda, cuja estância lhe foi determinada. A 6 de janeiro de 1631, teve Matias de Albuquerque Maranhão ocasião de medir as suas armas com os holandeses no lugar chamado então "Olarias" e hoje "Santa", a meia légua de Olinda, conseguindo vantajoso resultado. Distinguindo-se já no Maranhão, como em Pernambuco, Paraíba e Itamaracá, (10) Matias de Albuquerque Maranhão retirou-se para Portugal após as conquistas dos holandeses no Brasil e depois voltou para o Rio de Janeiro, onde chegou em 1643, prestando ainda imensos serviços, como se vê do Alvará de 26 de maio de 1649, confirmando a promessa que da comenda de S. Vicente da Figueira do Mestrado de Cristo, lhe havia feito El-Rei "por haver assistido a tudo o que se ofereceu acompanhado de criados desde 16 de agosto de 1643, em que chegou àquela capitania até 22 de julho de 1646; e proceder sempre com satisfação".

Em nossas pesquisas verificamos que Matias de Albuquerque Maranhão residiu no Rio de Janeiro 13 anos, isto é, de 1643 a 1656. Ali foi senhor de Engenho de açúcar e contribuiu em 1648 com 400 cruzados (cêrca de Cr\$ 20.000,00 na atualidade) para os aprestos da esquadra que, sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides, se fêz de vela para a Costa d'África em 12 de maio daquele ano, com o fim de reconquistar Angola, então ocupada pelos holandeses. Por êstes e outros serviços que prestou foi agraciado com a nomea-

(9) — Sobre o assunto depõe Diogo Lopes de Santiago em sua História da Guerra de Pernambuco, pág. 48. Por êste tempo tinha sua estância junto da vila em uma ermida de Santo Amaro Matias de Albuquerque Maranhão, irmão do Capitão-mor da Paraíba Antônio de Albuquerque Maranhão, fornecida com gente com que tinha vindo da Paraíba em socorro a Pernambuco. Frei Jabotão. Catalogo Genealógico, página 46 in fine. Castrioto e Duarte de Albuquerque Coelho. Memórias Diárias daquela guerra.

(10) — Itamaracá — Etimologia: Do tupi, "Pedra que canta". Itá, pedra mais maracá, chocalho sonoro que os índios usavam nas solenidades religiosas e guerreiras. Nota do Autor.

ção de governador da capitania de Paraíba por **carta patente de 20 de agosto de 1656**. (11). Partindo do Rio de Janeiro com destino a Paraíba, tomou posse do governo no dia 17 de outubro de 1657 e governou até o ano de 1663. Segundo ainda Pereira da Costa, Matias de Albuquerque Maranhão foi, na ordem cronológica, o 12.º governador e capitão-general da capitania da Paraíba, e um dos que mais concorreu para o seu aumento e prosperidade. A administração da justiça, a fortificação da praça e o fomento agrícola mereceram-lhe particular interesse, bastando dizer que achando apenas na praça 2 engenhos de açúcar, quando deixou o governo da capitania elevava-se já esse número a 42, e isso no curto período de 5 anos. Pereira da Costa, o maior biógrafo de Matias de Albuquerque Maranhão, encerra o seu brilhante panegirico dizendo textualmente: "Daqui por diante nada mais sabemos da vida desse herói; cremos, porém, que retirou-se à vida privada e recolhendo-se ao seu engenho Cunhaú no Rio Grande do Norte, aí terminou os seus dias em 1685, já em avançada idade". Matias de Albuquerque Maranhão, era fidalgo cavalleiro da casa real comendador da comenda de S. Vicente da Figueira, da Ordem de Cristo e cavalleiro professo de S. Bento de Aviz. Não se enganou o autor ilustre do Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres, publicado no Recife em janeiro de 1822. Matias de Albuquerque Maranhão deve ter governado a Paraíba até o ano de 1663, quando foi viver no seu engenho Cunhaú, então freguesia de Goianinha, termo do Rio Grande do Norte, onde faleceu em avançada idade.

De Matias de Albuquerque Maranhão, Senhor da "Casa de Cunhaú", e sua mulher D. Isabel da Câmara, segundo Frei Jaboatão, in *Catálogo Genealógico*, pág. 47 **usque** 48, foram filhos:

Antônio de Albuquerque Maranhão, que foi mestre-de-campo em Pernambuco e faleceu solteiro.

(11) — Esta Patente consta do livro da Câmara da cidade da Paraíba, assinado pela mão da rainha D. Luisa, mulher de El-Rei D. João II, então regente do reino. Dito documento, segundo Frei Jaboatão, *Catálogo Genealógico* pág. 47, tem a data de 29 de dezembro de 1656 e não de 20 de agosto, como escreve Pereira da Costa, e nele ordenava a dita senhora (sic) a João Fernandes Vieira, governador da Paraíba, que para efeito de passar para Angola o dito João Fernandes Vieira, por seu governador não se achando ainda na Paraíba Matias de Albuquerque Maranhão, vindo do Rio Janeiro, diz a mesma carta, e será nomeado para governar a Paraíba e suceder ao dito mestre-de-campo Antônio Dias Cardoso, como fez e esse o entregou depois a Matias de Albuquerque Maranhão, que dele tomou posse a 17 de outubro de 1657.

Autógrafo do Capitão-Mor brasileiro Mathias de Albuquerque Maranhão, datado de 8-7-1661, em carta a Afonso VI de Portugal, queixando-se de arbitrariedades de Francisco de Brito Freire, Governador de Pernambuco. Doc. pertencente ao Arquivo Hist. Ultramarino. Parahiba C. 1.

Lopo de Albuquerque Maranhão, casado na Bahia.

Afonso de Albuquerque Maranhão, que foi o dono de Cunhaú por sucessão de seu ilustre pai. Era primeiro neto de Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Nasceu na Paraíba, teve o fôro de fidalgo cavalheiro pelo Alvará de 20 de dezembro de 1690. Residiu sempre em Cunhaú e por seus importantes serviços foi nomeado Sargento-Mor das entradas do sertão pelo Capitão-Mor Bernardo Vieira de Melo em 30 de dezembro de 1695, na vaga que ocorreu por falecimento de Manuel de Abreu, capitão de artilharia. Tomou parte ativa na repressão da sublevação dos tapuias índios selvagens que teve seu início na Ribeira do Assu, capitania do Rio Grande do Norte, durando cerca de 9 anos. Para a repressão dessa verdadeira guerra civil, que tantos males causou à vida econômica do nordeste, muito contribuiu o Governador-Geral do Brasil, Matias da Cunha, que ao receber comunicação dos fatos que lhe foram relatados pelo Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, Paschoal Gonçalves de Carvalho, e pelo Senado da Câmara determinou pela provisão de 6 de Setembro do mesmo ano (1687) que o Coronel da Capitania, fidalgo da casa real, Antônio de Albuquerque Câmara, reunido todo o pessoal disponível das ordenanças e as forças que viessem de Pernambuco e Paraíba, seguisse sem demora a combater as tribos sublevadas. Em 20 de dezembro também nomeou sargento-Mor do Regimento do Coronel Antônio de Albuquerque Câmara a Pedro de Albuquerque, irmão deste. Sob o comando de Antônio de Albuquerque, ainda por determinação do aludido Governador-Geral, vieram servir nessa campanha duas companhias da melhor gente dos terços de Camarão e Henrique Dias, determinando ainda Antônio de Albuquerque cumprisse na campanha as suas ordens, ministrando circunstanciadamente as informações da guerra.

Foram construídas “Casas Fortes” em Tamatanduba, Cunhaú, Goianinha, Mopibu, Groahira, Potengi, Utinga e Aldeia de São Miguel, porque os selvagens, senhores de todo o sertão, tinham assaltado a ribeira do Ceará-Mirim, a cinco léguas de Natal. Essas “Casas Fortes” eram mal defendidas por que toda a gente válida tinha partido para o sertão com Antônio de Albuquerque. O capitão Afonso de Albuquerque Maranhão, Senhor da Casa de Cunhaú, que desde o início da rebelião se empenhava na guerra, reuniu por vezes, à sua custa, várias forças e aprisionou no sertão o cacique **Canindé e mais nove dos seus principais**. Socorreu durante três meses em campanha ao capitão Antônio Pinto Ferreira, que viera de

Pernambuco com 200 homens e com igual número de gentios conseguiu apreender muito gado vacum e cavalar da ribeira do Assu de que estavam de posse os índios. (12)

D. Catarina Simoa de Albuquerque, que casou com Luís de Sousa Furna, proprietário dos officios de juiz de órfãos e de escrivão da câmara da cidade da Paraíba.

D. Joana da Câmara de Albuquerque, que foi primeira mulher de João de Nobalhas Urrêa, Senhor do Engenho de Sibiró e de outros engenhos.

D. Bárbara da Câmara de Albuquerque, que casou com Salvador Quaresma Dourado, proprietário do officio da fazenda real da Paraíba.

D. Mariana da Câmara Albuquerque, que foi segunda mulher de Afonso de Albuquerque Melo, fidalgo da casa real, filho de José de Sá, fidalgo da casa real e da ordem de Cristo, e de sua mulher D. Catarina de Albuquerque, sem sucessão.

D. Apolônia da Câmara Albuquerque, que foi casar no Rio de Janeiro com seu primo André Gago da Câmara.

Jerônimo, Pedro e D. Ana Maria, que faleceram sem estado, exceto Jerônimo, que foi padre da companhia de Jesus.

Além da sua illustre prole, proveniente das justas núpcias com D. Isabel da Câmara, Matias de Albuquerque Maranhão deixou um filho natural, que se chamou Antônio de Albuquerque e foi comendador da Ordem de Cristo em 1650 por serviços prestados em Pernambuco, contra os holandeses.

Os dois irmãos de Cunhaú não foram homens de letras mas serviram com denôdo à sua pátria como grandes soldados e estadistas esclarecidos.

Acompanharam seu illustre pai na chamada "Jornada Milagrosa", vencendo soldos de soldado raso quando já eram capitães, para dar exemplo de civismo e espirito de sacrificio aos demais voluntários daquela perigosa empresa. Antônio de Albuquerque Maranhão, gravemente ferido de 3 tiros na batalha de Guaxenduba, foi curado pelo fisico francês do exército de La Ravardière Mons. de Lastre, que entrando em contacto com a familia de Cunhaú, exclama: — "Nunca vi gente tão honesta"!

Essa geração invicta, era de fins do século XVI. A Casa de Cunhaú, fundada por Jerônimo de Albuquerque Maranhão,

(12) — Vicente de Lenços. Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte. Págs. 40-41.

no alvorecer do século XVII, levou o poder da sua ação construtiva e civilizadora por todo o vasto território da pátria brasileira até fins do século XIX.

O capitão Antônio de Albuquerque Maranhão, assumindo o governo da capitania do Maranhão por morte de seu venerando pai, ali revelou-se um padrão de honra e de dignidade, como adiante veremos no seu panegírico feito pelo nosso brilhante Pereira da Costa, e tendo-a administrado decentemente por 14 meses, partiu para Portugal onde “se atendeu bem o seu merecimento e aos serviços de seu pai que lhe pertenciam no pronto despacho da capitania-mor da Paraíba com a mercê da comenda de Santo André de Ervedal da ordem de Cristo e cinco léguas de sesmaria na conquista do Maranhão. Invadida a Paraíba pelos holandeses em 1634, Antônio de Albuquerque Maranhão resistiu com uma coragem espartana ao cerco que lhe puseram as hordas de Segismundo van Schoppe, auxiliado pelos coronéis Christóvão Artichofsky, Jacó Stachouwer e Gervásio Carpentier, durante 14 dias no Forte de Santa Catarina do Cabedelo. Os batavos atacaram a valorosa Paraíba, sem sucesso, por duas vezes, triunfando, porém, na 3a. arrancada que se realizou em princípios de dezembro de 1634”. (13). Cercaram o baluarte de Cabedelo por mar com 46 naus, e por terra com 1800 soldados, dispostos a vencer ou morrer na difícil empreza, por estarem faltos de meios de subsistência. Antônio de Albuquerque Maranhão, com a responsabilidade do alto posto de governador e capitão-mor da capitania, que já tinha sido arrebatada aos franceses pelo seu pai e pelo seu avô materno, o morubixaba Arco-Verde, com o aviso que dantes tinha, valoroso e bravo como sempre, estava aparelhado com os recursos necessários para a defesa do seu nobre povo. Dentro da praça de guerra estavam os capitães João de Matos e Simão de Melo, D. Gaspar, Jerônimo Pereira, D. Jacinto e outros, com 300 soldados. Depõe, agora, o cronista coevo Diogo de Santiago, ouçamo-lo: “Deu-lhe o inimigo grandes baterias e combates 11 dias que estêve de cerco, com muitos canhões e peças de bater, e muitos trabucos, que caíram dentro e fizeram muitos danos, matando muita gente com granadas, bombas, e artificios de fogo; neste tempo não se descuidava Antônio de Albuquerque, ofendendo o inimigo nas ocasiões que podia esperando momentos pelo conde de Bagnuolo, — que vinha por caminho com o tereço italia-

(13) — Diogo Lopes de Santiago. História da Guerra de Pernambuco — Pág. 91.

no e D. Fernando de Ribaguero, mestre-de-campo do t^{er}ço espanhol, que chegou primeiro; e o conde se deteve alguns 12 dias no caminho e não chegou a tempo e quando se tornou para o Arraial de volta, depois de ganhada a Paraíba pelo inimigo, não pôs mais que 3.

Rendeu-se afinal a fortaleza que, sitiada, não recebia os socorros tanto de armas como de munições de bôca que lhe enviava Antônio de Albuquerque Maranhão.

Depostas as armas nos fortes de Santa Catarina de Cabedelo e Santo Antônio, com a morte dos bravos capitães Jerônimo Pereira, Arriaga e outros heróis, o batavo após as formalidades da capitulação, deu início ao saque da capitania, roubando açúcar e dinheiro nos Engenhos, principalmente dos moradores que se iam retirando. Os soldados do t^{er}ço italiano do comando de Bagnuolo, antecederam os holandeses no saque de Filipéia, alegando que “queriam aproveitar antes que o inimigo”...

Queimaram os paraibanos 4 navios carregados de açúcar com 3.000 caixas desta mercadoria e muito pau-brasil.

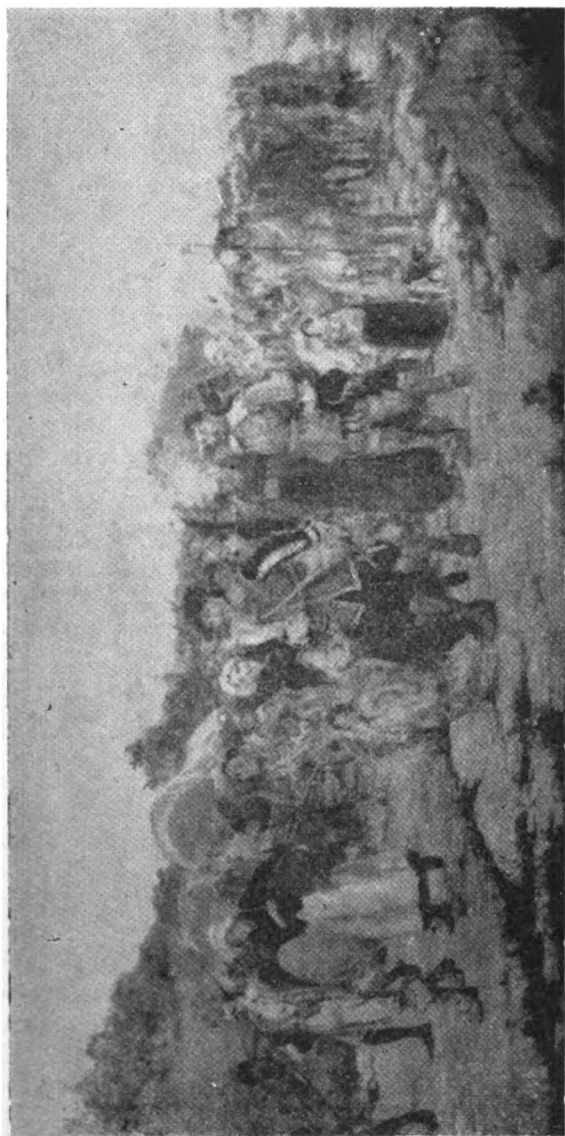
Antônio de Albuquerque Maranhão, “valente e animoso soldado”, retirou-se para o Pôrto de Nazaré com alguns dos seus, e outros senhores de Engenho que o quizeram acompanhar, preferindo perder suas propriedades a sujeitar-se ao jugo neerlandês. Depois de ter governado a capitania da Paraíba por 12 anos, em cujo cargo, diz Pereira da Costa, (14) “os seus serviços foram inúmeros e grandiosos, quer como administrador, quer como militar”, Antônio de Albuquerque Maranhão vê-se forçado pela força das circunstâncias a abandonar o seu pôsto de honra, quando se haviam esgotados todos os recursos.

Ocupada a cidade da Paraíba pelos holandeses, retirou-se o bravo capitão-mor para Pernambuco, onde, no Cabo de Santo Agostinho, foi juntar-se ao seu ilustre primo Duarte de Albuquerque Coelho, senhor daquela capitania, passando-se daí para Portugal onde foi governador de Mazagão. (15)

O escritor patricio Otávio Tarquínio de Sousa, em seu ensaio *Cartas do exílio*, recentemente publicado no “Correio da Manhã”, bordando comentários em tórno das “Cartas Andradinas”, colecionadas por Melo Moraes e vindas em 1883 para a Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, escre-

(14) — Pereira da Costa, ob. citada.

(15) — Frel Jaboatão, ob. citada.



Retirada de Mathias de Albuquerque — 3-7-1635. Óleo de Armando M. Viana. 940. Sala Conde de Pôrto Alegre. Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro. Foto Eduardo de Los Rios.

ve: — “Quem já tentou recriar uma vida e restaurar uma personalidade sabe o valor das cartas íntimas, sobretudo as de homens públicos. Estes facilmente se habituam a ostentar uma máscara convencional, por força de exigências do meio em que vivem ou para atenderem a um desejo secreto de embelezamento e perfeição. As cartas íntimas suprimem essa fisionomia fictícia e deixam ver as eriaturas em seu natural, numa série de flagrantes que as exibem com os traços de ordinário omitidos no retrato oficial”.

Em minhas pesquisas na Biblioteca do Itamarati, deparei-me uma carta íntima de Antônio de Albuquerque Maranhão, enviada ao seu prezado irmão Matias de Albuquerque Maranhão, no ano de 1667, quando faleceu em Lisboa.

Este precioso documento faz parte do Livro das “Biografias de Alguns Poetas e Homens Ilustres de Pernambuco”, da lavra do Comendador Joaquim de Melo. Em longa epístola o bravo general olindense aborda assuntos econômicos de natureza privada e trata dos interesses da capitania do Rio Grande do Norte, sede da sua “Casa de Cunhaú”. Copio, textualmente, o achado precioso: “Meu irmão. Recebi a de Vmc. por via de Martin Gonçalves Souto. nella vejo -o passar com saúde; e toda a mais família de casa. Eu não deixo de padecer achaques, mas não me privão de acudir a meus negócios, e não são poucos; Deus me deixe viver mais alguns anos para vencer minhas demandas, e deixar a Affonso, e Antônio com que passem a vida. (16)

“Vejo o que Vmc. me diz sobre a sua mudança para Cunhaú, e haver tirado do pensamento à minha irmã o tornar-se para o Rio de Janeiro, que na verdade era cousa muito fora do que convinha pois os perigos do mar, e os gastos não tinham conta para tornar a fazer segunda mudança, e já fico livre deste cuidado com o que Vmc. me avisa de em breves dias passar-se com toda a sua casa para Cunhaú, e que já lá tem feita uma casa forte e acomodada para qualquer ocasião, que se oferecer, e mais me anima dizer-me o Mestre de Campo Antonio Gonçalves Caldeira, sucessor de Henrique Dias, leva ordem para com o seu terço ir assistir a essa capitania do Rio Grande para reparar o perigo dos tapuias Janduins, que assistem naquelle sertão, e com a assistencia de Vmc. se domarem com que se povoará aquella capitania com menos receio de perigo; e muito em breve que Vmc. me avise que esses barbaros estão quic-

(16) — O missivista refere-se ao casal de filhos que teve das suas núpcias com D. Joana Luisa de Castelo Branco.

tos. Vmc. me diz que já tem levantado a Casa do engenho que começou de fogo morto, (17) e que já tem um lavrador; a pos desse haverá cubiça de que venhão outros, e no principiar as cousas consiste o fim dellas.

“Vejo o que mais me diz do pouco cabedal com que entra a fabricar aquella Fazenda. O certo me parece que Vmc. se aproveitou pouco do tempo que governou essa Paraiba. Em parte lhe não ponho culpa, porque achou muito verde em sua povoação; e não succedeu assim a João Fernandes Vieira que logo se empossou das Fazendas dos Brandões e mandou buscar os nossos **cobres** (18) e sobre isso se deu a tão bôa manha, que os tapuias lhe trouxeram setenta ou oitenta escravos que lá tinham do tempo dos Flamengos; e a este homem lhe correu a fortuna com monstruosidades, e em Angola grangeou grande cabedal; se lhe correr até o fim, he um monstro dos nossos tempos. Também me avisa Vmc. que não pode fazer a diligência com ele para a Carta citatória, que mandei sobre os nossos cobres; se me não faltar a vida eu o endireitarei. A sentença de Gaspar Dias Ferreira acabei de tirar, e quando cuidei que achasse embargos na Chancellaria, passou sem elles, e a fico mandando trasladar para a mandar a Vmc. por duas vias, e lembro Vmc. que este negocio he de muita importancia. Se Vmc. se achar em estado de o dar a execução, e hir fazer a liquidação com sua presença, será este negocio melhor; e quando Vmc. hir pessoalmente pode mandar a meo sobrinho Antonio (19) que me dizem, ainda que moço tem talento para qualquer cousa de importancia e este negocio he, como se vê. Ao governador de Pernambuco Jeronimo de Mendonça tenho escrito sobre este particular e me promette grandes finezas; e como o negocio he tanto meu, como de Vmc. não deve falhar com grande cuidado em o por em effeito, pois lhe importa tanto a Vmc., como a mim por a materia delle sobre os escravos, que tirei de Cunhaú em que Vmc., he meeiro, como tambem ha de ser no que se vencer.

“Diz-me Vmc. que sente com pouco cabedal para se fabricar o engenho. A agencia supre, e Vmc. pode mandar

(17) — No nordeste açucareiro, quando o engenho suspende definitivamente a moagem, diz-se que está de “fogo morto”, e quando pára no fim da safra diz-se que **pejou**.

(18) — Antônio de Albuquerque Maranhão alude aos utensilios de cobre destinados à fabricação do açúcar, *verbi gratia* alambiques, caldeiras, tachos, etc.

(19) — Refere-se ao filho de seu irmão Matias, que herdou o seu nome, e foi mestre-de-campo em Pernambuco. Notas do Autor.

vender a Fazenda que deixou no Rio de Janeiro, e mandar vir os cobres que lá tem; e se meus apertos nesta Corte não forão tão grandes, poderá prover a Vmc. de cobres, que é o mais essencial para as fazendas do Brasil; e não desespero de o poder fazer, se o tempo melhorar.

“Vejo o que Vmc. me diz sobre o gado, que me avisa tinha lá de minha conta, que será necessário dispor delle para fabricar o engenho. Hei por bem que Vmc. disponha delle, e com o vencimento da demanda de Gaspar Dias Ferreira se pode comprar outro; e pouca necessidade tinha Vmc. de me avisar sobre este particular, pois tem procuração bastantissima minha para poder pôr e dispor de tudo o que me pertence; e assim está o gado bem despendido, porque tudo o que me pertence o quero mais de Vmc. como bom irmão, que para mim por saber a grande familia que tem e nunca para Vmc. fiz separação de cousa minha alguma; e pelo poder que lhe mandei se vê bem meu animo, e a confiança que Vmc. merece e o pode ter de mim.

“As nossas contas mais mande Vmc. o mais breve que poder, e eu mandarei as do que tenho recebido e confio de Vmc., e de sua bôa consciencia que serão sempre bôas; e em meu testamento quando Deus for servido levar-me, hei de deixar declarado que se aceitem as contas que Vmc. der, sem se separar em cousa alguma, porque assim o requer nossa bôa irmandade, e os meus filhos assim cumprirão.

“Do Rio de Janeiro depois que Vmc. sahio daquela Praça se me tem mandado muito pouco, por que seu cunhado de Vmc. se me desculpa que os anos foram muito avessos, e Manoel Caldeira Soares assim m’o avisa e eu sinto quanto devo não me mandar por conta de Vmc. muito assucar, como fazia quando lá assistia.

“A Antonio Pereira de Azevedo, tenho avisado à ilha da Madeira que mande a Vmc. alguma carregação por sua conta de Vmc. e sinto dizer-me Vmc. não tem chegado.

“Ao dito encarreguei a cobrança dos duzentos mil reis da ajuda de custo, que não cobrar nesta corte, e não fiz pouco em haver ordem para se pagar este dinheiro na ilha da Madeira; aqui fiz de oferta vinte mil reis, e a ilha da Madeira cutros vinte e só eu houve à mão cento e sessenta, os quaes pode Vmc. assentar em nossa conta.

“Não se descuide Vmc., no trabalho, porque sem elle não pode deixar de haver faltas; **ainda que me dizem que minha irmã he mulher de muito governo e o meu sobrinho Antonio**

tenho informação ajuda a atrabalhar com todo o corpo; tenho-o por remedio dessa Casa, se Deus o guardar, e os outros o irão imitando como filhos de tão bom pai, considerando as muitas obrigações dessa Casa. (20) Não sou mais largo nesta, porque o tenho sido por via de Pernambuco, respondendo aos mais particulares. Muito me tem dilatado a residencia de Vmc. para requerermos a prorrogação do governo dessa Paraiba; em me chegando, lhe farei as diligencias necessarias, e não haverá duvida em que a mercê tenha effeito, pois a promessa esta feita, e só para acabar de a conseguir falta a residencia. E assim não tenho o que mais dizer a Vmc. nesta a quem Deus guarde, como desejo. Lisboa, Fevereiro de 1667. Irmão dalma (a) **Antonio de Albuquerque**".

Antônio de Albuquerque Maranhão foi, sem dúvida, um dos mais destacados vultos do Brasil colonial no século XVII. Entre os biógrafos que melhor se ocuparam de sua personalidade de eleição avulta o nosso Pereira da Costa, cujo panegirico procuraremos resumir. Ei-lo: "Antônio de Albuquerque Maranhão, filho de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o ilustre conquistador do Maranhão, e sua mulher Catarina Pinheiro Feio, nasceu na opulenta vila de Olinda em fins do século XVI; foram seus avós paternos Jerônimo de Albuquerque, cunhado do primeiro Donatário Duarte Coelho e um dos colonos mais esforçados na conquista e povoação desta capitania, e a india D. Maria do Espirito Santo Arcoverde, e maternos Antônio Pinheiro Feio, que acompanhara seu pai à conquista do Maranhão, na qualidade de feitor-mor da armada e sua mulher D. Leonor Guardez. Antônio de Albuquerque Maranhão também acompanhou seu pai na conquista do Maranhão, para cuja empresa se ofereceu voluntariamente, e foi-lhe então conferida a patente de capitão comandando uma companhia de 60 homens; e partindo com a expedição no dia 1 de junho de 1613, ali chegando e depois dos primeiros feitos de armas, foi nomeado pelo governador-geral Alexandre de Moura comandante do Forte de S. José de Itapari com 50 homens de guarnição. Se a conquista da provincia do Maranhão do poder dos franceses, é uma página brilhante da vida do heróico pernambucano Jerônimo de Albuquerque, é também de seu filho Antônio de Albuquerque que o acompa-

(20) — Os grifos são meus para ressaltar o zelo daquele honrado e digno varão pelas tradições da Casa fundada pelo seu grande pai. O sobrinho, todavia, morreu moço assumindo a direção do solar de Cunha seu irmão o Sargento-Mor Afonso de Albuquerque Maranhão, que foi um digno continuador das virtudes dos seus illustres ascendentes. João Maranhão.

nhou passo a passo em todos os episódios dessa arriscada e gloriosa empresa, e cujo governo por morte de seu pai em 1618, lhe foi confiado. A nascente cidade de São Luís do Maranhão sepultou-se em profundo pesar com a morte do seu fundador e primeiro governador, e tamanha foi a falta, como diz Berredo em seus Anais, que a não substituí-la a sua própria imagem na pessoa de Antônio de Albuquerque, seu filho primogênito, a quem deixou encarregado do governo, seria inconsolável tão justa mágoa. Ferido pelejando com os inimigos na conquista do Maranhão, como reza a Carta Régia de 9 de agosto de 1622, selando com o seu sangue fato tão grandioso, herdeiro das glórias e renome de seu pai que nada tendo para legar a essa terra a que tanto amava, deixou-lhe uma parte de sua existência e de sua alma no governo. Antônio de Albuquerque assumiu as rédeas da administração da capitania com geral aplauso dos seus habitantes, como digno sucessor daquele, cujo nome lhes era tão caro. Jerônimo de Albuquerque no intuito de dar maior garantia à gerência dos negócios públicos, tanto a seu filho que era o chefe, como aos seus governados, nomeou mais dois adjuntos para o ajudar a dirigir a nação do Estado, e foram eles os capitães Bento Maciel Parente e Diogo da Costa Machado. Bento Maciel, diz um historiador, conhecendo muito de perto a capacidade de Antônio de Albuquerque, descansou nêle inteiramente o peso do governo, e circunscreveu seus cuidados à reedificação do forte de S. José de Itaperi; Diogo da Costa, porém, permaneceu sem exercício no emprego de adjunto. De tal sorte se ia dirigindo Antônio de Albuquerque **sem assistência** que a de seu bom juízo, que principiou a ganhar aplausos até dos seus próprios émulos, o que excitando a inveja em Bento Maciel que havia sido o primeiro em sua aprovação, desgostou-se de não lhe tocar parte dos aplausos do povo.

“Bento Maciel dissimulando a principio os seus sentimentos, manifestou depois, queixas que o governador até desculpava, e afinal rompeu francamente em hostilidades dizendo a Antônio de Albuquerque Maranhão **que tudo o que elle obra-va sem o seu parecer e o do capitão Diogo da Costa** reputava como nulo, e assim lhe negava obediência. Nestas circunstâncias, Antônio de Albuquerque embora tão prudente como valoroso, o mandou prender na fortaleza de S. Filipe e quatro meses depois o remeteu para Pernambuco sob a guarda do capitão Diogo da Costa que vinha aqui tomar passagem para Portugal.

“Livre assim de um adversário impertinente, Antônio de Albuquerque applicou-se todo à prosperidade e desenvolvimento da terra cujo govêrno estava confiado aos seus cuidados, e entre os serviços que prestou no exercício dêsse cargo, nota-se a expedição contra os índios Tupinambás que levantados procuraram unir-se com outros gentios da mesma tribo na provincia do Pará, conseguindo interná-los pelas matas onde se abrigaram.

“Antônio de Albuquerque apesar de merecer do governador-geral D. Luis de Sousa, a confirmação da nomeação que dêle fez seu pai, viu-se porém desconceituado e ferido em seus brios por esta mesma autoridade, que, não só absolveu a Bento Maciel Parente, como o encarregou da guerra contra os Tupinambás.

“Dando por adjunto a Antônio de Albuquerque o mesmo capitão Diogo da Costa, com a declaração de que não concordando com o seu voto nas matérias mais graves seria decisivo o de Luis de Madureira, ouvidor e auditor geral, da capitania, o governador-geral reconheceu sem dúvida que êle não se sujeitaria a tantas humilhações, e para prevenir desagradáveis consequências, lavrou outra patente de capitão-mor a Diogo da Costa Machado para servir no caso de se realizar as suas previsões. Recebendo Antônio de Albuquerque a patente que lhe entregara o capitão Costa Machado “ocultou seu justo ressentimento dizendo que não aceitava; porque quando deu conta ao ministério de Madrid, da morte de seu pai pediu logo a sua demissão, pela urgência que tinha de sua presença as necessidades de sua casa”.

“Quatorze meses, diz Berredo em seus Anais, governou Antônio de Albuquerque a capitania do Maranhão, de que já tinha sido um dos primeiros conquistadores debaixo das ordens de seu pai; e natural herdeiro das suas virtudes, regulou de sorte tôdas as suas ações pela doutrina delas que muito apesar das saudades daqueles moradores, passou a Portugal onde se atendeu bem o seu merecimento e aos serviços de sempre, que lhe pertenciam, no pronto despacho da capitania-mor da Paraíba com a mercê da comenda de Santo André de Ervedal da ordem de Cristo, a cinco léguas de sesmaria na conquista do Maranhão. Governando a capitania do Maranhão por bem pouco tempo como vimos, a sua honra e o seu brio impeliram-no a renunciar o seu govêrno, e entregando-o ao capitão-mor Diogo da Costa Machado, seguiu para Portugal no ano de 1619, em cujo govêrno encontrou a reparação das desatenções de que foi vítima, sendo bem sig-

nificativas e assáz honrosas à sua pessoa as palavras seguintes da Carta Régia de 20 de maio de 1622 que lhe conferiu a comenda de Christo: “por benemérito e digno de ser remunerado na dita ordem e ajudado nos bens della”.

Nomeado governador da capitania da Paraíba, por patente régia de 9 de agosto de 1622, com o pôsto de capitão-mor, Antônio de Albuquerque voltou ao Brasil, e tomou posse do govêrno que lhe fora confiado, e posteriormente pelos serviços prestados no desempenho dêsse cargo. El-Rei lhe fêz mercê de 100\$000 anuais em quanto servisse no dito govêrno, por Alvará de 10 de junho de 1627, independente do ordenado que lhe era relativo, sem embargo da **Ordenação do Livro segundo título quarenta que dispõe o contrário**. Governava já Antônio de Albuquerque a capitania da Paraíba há doze anos, quando os holandeses resolvem a sua tomada, pela vantagem e conveniência que resultaria, por ficar entre o Rio Grande do Norte e Itamaracá, já então sob o seu domínio; e para êsse fim parte do pôrto do Recife uma frota composta de 29 navios, tendo a seu bordo 2354 soldados, e a 4 de dezembro de 1634 aparece em frente do Cabo Branco e já com a tropa pronta para o desembarque. As lanchas e barcaças tripuladas pela tropa, seguindo-as um patacho, tomaram a direcção do ponto em que se achava Antônio de Albuquerque à frente das suas tropas; mas o patacho, em vez de as acompanhar, entra na enseada de Jaguaribe e começa a disparar sôbre a terra, enquanto as outras embarcações seguiam direito o seu rumo, o que vendo a gente da enseada corre a reunir-se ao governador.

Mas de repente cessa o fogo do patacho, e a um sinal convencionalizado as lanchas e barcaças, voltando a proa para a enseada, efetuam o desembarque, e quando Antônio de Albuquerque conhece o estratagemma, e volta a impedir-lhes o passo já achou as tropas inimigas formadas em três columnas, tendo à frente de cada uma delas uma peça de campanha. Antônio de Albuquerque fêz alto com a sua gente, cujo número constava apenas de 500 homens, e destaca uma companhia para observar pelo mato os movimentos do inimigo; mas em breve se vê atacado e apesar da desigualdade das forças de que dispunha, os nossos soldados sustentaram bizarramente o fogo por algum tempo, até que se viram forçados a abandonar o campo em retirada. Antônio de Albuquerque concentrou então tôda a gente que pôde reunir na fortaleza de Cabedelo, fortificou-se convenientemente e tomou outras providências necessárias à situação.

Assediada a fortaleza pelo exército inimigo, cai em seu poder 14 dias depois, e vencidos os outros pontos fortificados que opunham resistência à marcha para a cidade, os inimigos ocupam-na finalmente a 24 de dezembro de 1634. Antônio de Albuquerque, partindo da ermida da Guia, onde se achava acampado, para a capital a fim de a defender como pudesse, recebe em caminho a notícia da sua ocupação pelos holandeses e então resolvendo firmar-se em algum ponto que pela sua posição os pudesse encomodar, acampou perto do engenho de Duarte Gomes da Silveira, mas no dia seguinte parte em demanda de um outro ponto que melhor se prestasse aos seus intuitos, e esta última tentativa fez êle no engenho de Antônio de Valadares, que ficava 10 léguas pela terra a dentro, o qual convenientemente fortificando oferecia uma ótima posição.

Entretanto, dispondo de pouca gente, sem meios de defesa e resistência ao inimigo, vendo perdidas tôdas as suas posições, encontrando má-vontade da parte dos moradores em o ajudar, Antônio de Albuquerque viu-se obrigado a evacuar o país e no dia 31 de dezembro de 1634 pôe-se em marcha para Pernambuco, seguido do resto do seu pequeno exército e de algumas pessoas que não se quiseram sujeitar ao domínio holandês. — Dirigindo o governo da capitania da Paraíba por espaço de 12 anos, em cujo cargo os seus serviços foram inúmeros e grandiosos, quer como administrador quer como militar, Antônio de Albuquerque vê-se forçado pelas circunstâncias a abandonar o seu posto de honra; quando se haviam esgotado todos os recursos ou outro qualquer meio de que pudesse lançar mão. Partindo para Pernambuco, em longa travessia daí até ao Cabo de Santo Agostinho reuniu-se ao nosso exército sob o comando de seu primo o general Matias de Albuquerque, tomou parte nos últimos movimentos que se deram e depois de 1635 seguiu para a Bahia, donde embarcou para Portugal. Empreendendo uma viagem à Espanha, aí se achava em 1640, quando os portugueses deram o grito de independência. Regressando a Portugal em agosto de 1648, achou embargado o rendimento das suas comendas, atribuindo-se-lhe sentimentos pouco generosos como partidário da causa da Espanha, mas justificando-se plenamente, pôs a salvo a sua reputação, e conseguiu a restituição das suas rendas por Alvará de 12 de maio de 1649. Fixando-se definitivamente na cidade de Lisboa, aí casou com d. Joana Luisa de Castelo Branco, filha de D. João de Castelo Branco, da opulenta e ilustre casa dos meirinhos-mores do Reino. Do seu consórcio

teve Antônio de Albuquerque dois filhos: D. Antônia Maria de Albuquerque, que faleceu sendo religiosa do mosteiro da Madre de Deus de Xabregas, e Afonso de Albuquerque, que embarcando em 1671 para o Brasil em companhia do governador Afonso Furtado de Mendonça, faleceu na altura desta província. Antônio de Albuquerque Maranhão faleceu em avançada idade na cidade de Lisboa, pelos anos de 1667, rico, conceituado e nobilitado pelos seus serviços à causa pública e pelos seus feitos na vida militar, tendo por padrão das suas glórias a conquista do Maranhão do poder dos franceses e a guerra da invasão holandesa na Paraíba e em Pernambuco, por cujos serviços teve como prêmio o fôro de fidalgo cavaleiro da casa real, as comendas de Santo André de Ervedal e da ilha de Pôrto Santo da Ordem de Cristo, e os títulos de Conselho e cavaleiro dessa mesma ordem em cujo grau professou, além de algumas doações de grandes lotes de terras, nas conquistas do Maranhão e Rio Grande do Norte". Apesar do tom de panegirico tão comum nos nossos escritores genuinamente brasileiros do fim do século XVIII, encerraremos a biografia do general olindense Antônio de Albuquerque Maranhão, com o valioso depoimento de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, inserto a fls. 44 **usque** 45, do seu catálogo genealógico. O frade pernambucano, narrador e escritor de grande mérito, depois de reportar-se à genealogia do grande soldado brasileiro, fazendo a descrição minuciosa das suas honras e brasões, escreve: "Faleceu Antônio de Albuquerque Maranhão pelos anos de 1667, com opinião de virtude, pois como tal se notou crescer a cêra que serviu no seu entêrro. No de 1670, a 23 de setembro, casou sua filha D. Antônia Margarida de Albuquerque (21) com Brás Teles de Menezes, senhor da Vila das Enguias e Lamarosa. Do matrimônio de D. Antônia Margarida de Albuquerque ficou filho único Brás Manuel Teles que nasceu em 1.º de setembro de 1672 e da successão dêste trata o autor da casa real de Portugal, tomo IX, Livro n. 8 cap. IV, pág. 636; sendo ainda vivo Brás Teles se recolheu sua mulher D. Antônia Margarida de Albuquerque ao mosteiro de Santos em 22 de junho de 1675, enquanto se litigava o seu divórcio, e dali passou em 21 de março de 1679 para o real mosteiro da Madre de Deus de Xabregas, onde professou na dominga quarta da quaresma do ano de 1680, a 31 de março, quando contava os 28 anos de idade, tomando o

(21) — *Pereira da Costa* escreve Antônia Maria de Albuquerque em vez de Antônia Margarida. — J.M.

nome de Sórór Clara do Sacramento. Faleceu com fama pública de Santidade em uma sexta-feira, 15 de janeiro de 1717, à uma hora depois do meio-dia. A sua vida saiu impressa no ano de 1775 na 3a. parte das crônicas da provincia dos Algarves dos religiosos observantes, liv. XVI cap. I, pág. 409. Brás Teles, marido da sobredita D. Antônia Margarida de Albuquerque, depois de três anos de profissão desta sua consorte, passados em uma vida licenciosa e miserável, convertido a Deus por merecimento de sua dita consorte, convertido também a Deus, entrou noviço em dia da apresentação da Senhora do ano de 1683 no Convento de S. Elói dos Sacerdotes da 3a. Ordem Seráfica, e com uma vida em tudo mudada, sobrevivendo-lhe uma febre apoplética, confessado antes, sacramentado e professo, faleceu com um mês e quatro dias de noviço a 25 de dezembro, dia do natal do Senhor, quando se cantavam as laudes das matinas, contando de idade 37 anos no de 1683". Em seguida refere-se Frei Jaboatão a Afonso de Albuquerque Maranhão, irmão de Antônia Margarida de Albuquerque, que faleceu a bordo, na altura de Pernambuco, quando em companhia de Affonso Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, nomeado Governador-Geral do Estado do Brasil, demandava a Bahia de São Salvador. Adianta o mesmo cronista que lançado ao mar em um caixão, as águas o trouxeram às praias do Meirepes entre o Cabo de Santo Agostinho e o Recife e D. Francisco de Sousa o fez sepultar em sua capela, que tinha naquele lugar e terras suas, entendendo ser cadáver de pessoa de distinção. Se é exato que como acima foi dito, o pai de Affonso de Albuquerque Maranhão **faleceu com opinião de virtude**, não é para admirar que praticasse o milagre de conduzir os despojos do seu filho amado às plagas pernambucanas, em cujo solo sagrado repousaria afinal em segurança.

Em resumo a história da Gens Albuquerque Maranhão da casa de Cunhaú, descendente direta do ilustre Mameluco Jerônimo de Albuquerque Maranhão, é a seguinte: Esse Jerônimo casara com D. Catarina Feio Guardes.

Matias de Albuquerque Maranhão é o segundo gênito. Morava em Cunhaú e se matrimoniou com D. Isabel da Câmara. Um quinto filho dêsse Matias é Afonso de Albuquerque Maranhão, também de Cunhaú, que se maridou com D. Isabel de Barros Pacheco. Gaspar de Albuquerque Maranhão é filho dêsse casal. Casou com D. Luzia Vieira de Sá. Era Capitão-Mor em Goianinha, vivendo em 1758 em Cunhaú. Um 5.º filho de Gaspar de Albuquerque Maranhão é André de Albuquerque Maranhão, solteiro em 1758 e já casado em 1768

com D. Antônia Josefa do Espirito Santo Ribeiro. Esse André de Albuquerque Maranhão era coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar dos Distritos de Vila de Arez, Vila Flor e Tamandatuba, com o cunha-se de Joaquim Félix de Lima, Capitão-Mor do Rio Grande em 7 de dezembro de 1768. Faleceu em outubro de 1806. André de Albuquerque Maranhão, o chefe da revolução de 1817, é filho dêsse ilustre par, quinto neto de quem fundou a cidade do Natal e expulsou os franceses da França Equinocial. Vem daí, como acima foi dito, a origem do apelido. André de Albuquerque Maranhão e D. Antônia Josefa do Espirito Santo Ribeiro tiveram 4 filhos a saber:

- 1.° — André de Albuquerque Maranhão, o republicano de 1817.
- 2.° — Luzia Antônia, casada com seu primo José Inácio de Albuquerque Maranhão, com filhos, dentre eles o brigadeiro André Arcoverde de Albuquerque Maranhão, último senhor da “Casa de Cunhaú”, falecido na manhã de 26 de julho de 1857 e sepultado na Capela do seu Engenho.
- 3.° — Antônia Josefa, casada com seu primo André de Albuquerque Maranhão, Capitão-Mor de Ordenanças de Vila Flor e Arez, com descendência, contando-se nesta André de Itapicirica, que governou a Paraíba três vèzes e uma o Rio Grande do Norte, sendo deputado-geral por esta província de 1845 - 1847, e o Comendador Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti.
- 4.° — Josefa Antônia, casada com seu primo e tio João de Albuquerque Maranhão, Capitão-Mor de Ordenanças na Paraíba, com filhos, entre os quais o Dr. João de Albuquerque Maranhão Júnior, o doutor João das Estivas que presidiu em Natal a 27 de janeiro de 1889 à fundação do Partido Republicano e faleceu repentinamente em seu Engenho Estivas, no Rio Grande do Norte, em 4 de novembro de 1890. “Essa é a Família da “Casa de Cunhaú”, prestigiosa desde a manhã colonial do Rio Grande do Norte. O Dr. Luis da Câmara Cascudo, do Instituto Histórico Brasileiro e outros Institutos Históricos, em “Acta Diurna”, crônica

que aqui transcrevo, biografando meu pai o Dr. João de Albuquerque Maranhão, escreve:

“O DOUTOR JOÃO DAS “ESTIVAS”.

O bacharel João d'Albuquerque Maranhão, faleceu no Engenho Estivas, município de Arez, a 4 de novembro de 1890. Cinquenta anos passaram... Grande proprietário, dono de escravos, possuindo mais terras do que certos reinos da confederação alemã, era bom, compassivo e generoso, tão cheio de bonhomia e simplicidade que parecia crédulo e pueril. Os escravos faziam quanto desejavam fazer. Furtavam como e onde queriam. Surpreendidos, davam explicações curiosas que o doutor João das Estivas repetia, sorrindo, como se as acreditasse.

O velho Filipe Ferreira da Silva, de Mangabeira, contava-me casos originaes do dr. João. Um dia, fazendo-o parar no caminho de Arez, o dr. João disse, meio rindo: — Seu Filipe, lá em casa o milho dá de soca e o algodão que os galhos arrancam enchem sacos. Dir-se-hia uma charada. Mas não era. Os escravos de Estivas vendiam milho e algodão, justificando-os ao amo como sendo milho colhido de antigas socas e restos de algodões apanhados nos ramos das árvores nas estradas por onde transitavam os lentos comboios.

João d'Albuquerque Maranhão nascera em Miriri, no ano de 1828, engenho tradicional que os holandeses haviam encontrado safrejando na Paraíba. A gens Albuquerque Maranhão era quase a história do Rio Grande do Norte. Descendia do fundador da Cidade do Natal, isto é, do primeiro Capitão-Mor dos Reis Magos. Em maio de 1604, Jerônimo de Albuquerque doara aos filhos, Matias e Antônio, 5.000 braças quadradas em Cunhaú. Em maio de 1614, Cunhaú era engenho, moendo, com larguras verdes de canaviaes. A família estivera vivendo a crônica da Capitania, Província e Estado Paraibano, bacharel em Olinda, na turma de 1853, se fixára em Estivas, no casarão enorme, com vasto janelório aberto, espécie de solar e casa-grande, erguida em 1810. Filiado ao Partido Conservador, quase uma herança da família que se espalhava pelos municípios de Arez, Goianinha e Canguaretama, estirando-se para a Paraíba, numa continuidade de fazendas, engenhos e sítios, o dr. João d'Albuquerque Maranhão foi duas vezes deputado-provincial no Rio Grande do Norte, nos bienios de 1874-75 e 1876-77, sem grandes entusiasmos pela política absorvedora da época.



**Dr. João de Albuquerque Maranhão (Dr. João das
Estivas). * 1828 — † 1890.**

O Pai, o capitão-mor João de Albuquerque Maranhão, de Miriri, fôra um dos mais ativos republicanos de 1817. Viera imediatamente ajudar o primo André de Albuquerque e levar prêso para Recife o governador do Rio Grande do Norte, tenente-coronel José Inácio Borges. Na contra-revolução fugiu mas foi alcançado. Um verso popular recordava:

O senhor João de Albuquerque,
Morador em Miriri,
Fugiu pr'a Brejo de Areias
Mas foi prêso em Arassagi.

E ficou na cadeia da Bahia, de 1817 a 1820. Casou com uma irmã de André de Albuquerque Maranhão, de Cunhaú, o chefe da revolução de 1817 no Rio Grande do Norte. Escolheu a mais moça, dona Josefa Antônia. O doutor João era o primogênito. Morando em Estivas, herdou, no lindo costume feudal, o nome da família junto à recordação da posse da terra. Ficou sendo, para todos, o doutor João das Estivas. Casou com d. Antônia Josefa, sua prima, filha de André de Albuquerque Maranhão, de Itapecerica, nosso conterrâneo, neta de André de Albuquerque Maranhão, capitão-mor de Vila Flor e Arez, soldado de 1817, casado com d. Antônia Josefa, a segunda irmã do morgado do Cunhaú. Todos, águas da mesma fonte secular.

O doutor João das Estivas, em janeiro de 1888, alforriou os últimos 16 escravos que possuía, fazendo uma festa e servindo os forros à sua mesa. Encarnava as virtudes mais vivas de honestidade, firmeza, independência e obsequiosidade. Quando Pedro Velho de Albuquerque Maranhão decidiu fundar o Partido Republicano no Rio Grande do Norte, pediu a presença do doutor João das Estivas à reunião e fê-lo presidir à cerimônia. O dr. João d'Albuquerque Maranhão, foi unânimemente, eleito Presidente do Partido. Pedro Velho, num gesto simbólico, unia ao início do Partido a continuidade de um sangue tornado glorioso pelo martírio. Doente, ainda assistiu às festas de 17 de novembro de 1889, em Natal, cain-

do com uma síncope. Não pôde tomar parte nas organizações do momento que exigiam pronta e sábia atuação individual. Ainda presidiu, em 1890, à Intendência de Arez. Era considerado o mais antigo republicano do Estado”.

Há um pequeno equívoco nesta formosa página do meu prezado amigo Dr. Luiz da Câmara Cascudo que me cumpre esclarecer: O Dr. João d'Albuquerque Maranhão, senhor do Engenho Estivas, não foi o primogênito do casal João de Miriri, D. Josefa Antonia. Deste casal foi filho único o capitão Ignacio d'Albuquerque Maranhão, vulgo Ignacio de Belem. D. Josefa Antonia sucumbiu à dor de ver o espôso encarcerado na Bahia em 1817. O Dr. João das Estivas é filho das segundas núpcias do Capitão-Mor da Paraíba, com sua sobrinha D. Gertrudes Cândida d'Albuquerque Maranhão. — J.M.

CAPÍTULO III

UM IMORTAL SEM NOME

Um fato histórico não se conclui quando o realizam mas tão sómente ao ser transmitido à posteridade.

Stefan Zweig. Fernão de Magalhães, —
pág. 134 - 135.

Quando Jerônimo de Albuquerque recebeu de Filipe II de Castela “carta direta e particular” encarregando-o da missão de conquistar o Maranhão, ocupado pelos franceses, em nome de Henrique IV, sucedido por Maria de Médicis, sua esposa em 1610, que governava a França na menoridade de seu filho Luis XIII, entrou, desde logo em entendimentos com Martins Soares Moreno, que partiu, a seu mandado, para fazer o necessário reconhecimento da chamada França Equinocial.

A larga experiência que tinha Jerônimo daquelas guerras lhe haviam deixado no subconsciente a convicção de que toda a vitória dependia de obter a boa vontade das tribos selvagens. Ora, Martins Soares Moreno, apesar de ser português nato, gozava da simpatia do gentio entre os quais havia estabelecido o centro de sua atividade de capitão da catequese. Destacado para a empresa sob os auspícios do futuro Albuquerque Maranhão, dão-lhe como recurso um barco, sem mais guarnição que a de dez soldados, um padre, 1 sino e os paramentos de missa. Com estas armas da milícia celeste o catequista luso se recomendou, inteligentemente, à admiração do grande morubichaba Jacaúna, que o trata como filho, e não demora em aceitar o domínio de Portugal, fazendo as pazes com a gente da colônia. Jacaúna era irmão do futuro D. Antônio Filipe Camarão, que tão notável se tornaria na guerra

de Pernambuco. Destarte Soares Moreno, à frente dos 5.000 frecheiros de que se orgulhava, com o poder da sua esquadra constituída de céleres canoas, abordava navios dos franceses, de quem os potiguaras haviam sido antigos aliados.

Reza a história que nestas arrancadas o nosso herói, homem civilizado europeu, comandava a ação envergando o mesmo colorido uniforme da sua valente maruja emplumada; isto é, inteiramente nu e untado de tinta vermelha do urucu. (*)

O Ceará, foi a grande escola dêsse nobre soldado de El-Rei, que teve de lutar peito a peito, com franceses e depois com holandeses.

Assim pôsto, como fiel emissário do seu velho chefe e amigo Jerônimo de Albuquerque, lá partiu em 1613 o sagaz Soares Moreno, num velho barco mal tripulado e falto dos mais elementares recursos de navegação.

Apesar dos pesares, o terrível Martins alcançou tudo o que desejava, pondo-se em contacto com os franceses, incendiando-lhes armazéns, infringindo-lhes, enfim, enormes prejuizos de ordem material.

Perseguido pelos contrários como inimigo perigoso e audaz, a quem se devia eliminar com urgência, teve a sorte de obter a aliança de um indio desconhecido que, espontaneamente, veio preveni-lo de tudo quanto contra ele se planejava no arraial inimigo, e conseguiu escapar trazendo em sua companhia o referido indio e o português Martin Santiago, cativo dos franceses, que conseguiu fugir para o pequeno navio de Moreno.

Voltando ao oceano o velho Calhambeque não pôde mais resistir à fúria do salso elemento e, arribando, foi dar em S. Domingos nas Antilhas. Por mais de um ano sem notícias do seu enviado, Jerônimo teve que iniciar a campanha como se o reconhecimento tivesse fracassado e já tendo fundado em "Jericoácoára" o Forte N. S. do Rosário, também chamado

(*) — Martins Soares, patriarca da civilização no Ceará, invocado por José de Alencar em "Iracema" — depois de três anos com os índios, em seguida à viagem de Pero Coelho, servia como tenente na guarnição do Rio Grande. Daí a amizade dos petiguares de Jacaúna. (1609) Era pela quinta vez que voltava ao Ceará, em 1611, Capistrano, Rev. do Inst. do Ceará XVIII, 59. Gabou-se de ter na sua luta com franceses e holandeses degolado mais de duzentos... Aquêles não poderiam conhecê-lo: pintado e nu qual um indio... Chegou em 20 de janeiro de 1612 com seis soldados e um clérigo, donde a invocação de São Sebastião, para a igreja anexa ao fortim. Pedro Calmon, História do Brasil, vol. 2. pág. 36 *in fine*.

Presídio das Tartarugas, nomeou UM SEU SOBRINHO para comandá-lo e voltou a Pernambuco por terra para solicitar novos auxílios, temendo arriscar-se em lance tão desigual, onde não havia possibilidade de socorro.

Assim pôsto, no aludido Forte deixou Albuquerque 40 soldados, que se alimentavam de raízes porque não tinham o que comer. Dentro em poucos meses o efetivo da guarnição da Fortaleza perdeu 25 unidades. O intrépido comandante pediu reforço. Mandaram-lhe um socorro de 14 soldados dos que conduzia de Lisboa o Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno, tio do nosso heróico Martins Soares Moreno, e 16 espanhóis que ali, por acaso, haviam arribado das Filipinas.

“... E com tanta negligência foi esse tal socorro pron-tificado”, escreve o comendador Antônio Joaquim de Melo, na biografia que fez de Jerônimo de Albuquerque, (1) “que a pólvora que levaram não chegava a dois arráteis!” (2) “Tanto a ponto chegou, todavia, esta gente”, continua o comenda-dor Melo, “que reunida à da guarnição do “Forte” repeliram todos galhardamente o ataque que com 200 homens lhes fez o chefe francês Du Pratz que ali passara em um navio alteroso, com fôrças destinadas ao Maranhão”. A este propósito Manuel Bonfim in ob. citada, pág. 243, informa: “A gente de Du Pratz é que atacou o Forte do Rosário (buraco das tar-tarugas): desembarcaram quatro bateladas de soldados, diz um dos mesmos franceses, aprisionado depois, e são recebi-dos na praia, pelo valente e brioso brasileiro Capitão Sousa Dessa, à frente de 20 homens que o resto, 30 homens teve de ficar no “Forte” pelo receio das tribos já levantadas na vizi-nhança. Dado o encontro, foram os franceses forçados a re-tirar e embarcar com um morto e 8 feridos sem maior dano dos atacados”.

Do intrépido pernambucano, valoroso Comandante do Forte (3) nos diz Bernardo Pereira de Berredo em seus Anais Históricos do Estado do Maranhão “... E não falo também do Comandante do Presídio, **sobrinho de Jerônimo de Albu-querque**, porque só esta distinção lhe reservou a inveja sem dúvida por querer impedir na do seu próprio nome as imor-

(1) — Comendador Antônio Joaquim de Melo. V. 3.º pág. 35 usque 145. Biografias de alguns poetas e homens ilustres de Pernambuco.

(2) — Quantidade equivalente a 918 gramas de pólvora de vez que o ar-rátel, péso antigo, equivale a 459 gramas. Do árabe: ar — ratle.

(3) — Documentos manuscritos do século XVIII, Anais históricos do Es-tado do Maranhão. Notas do autor.

tais recomendações da posteridade, deixando-as ainda muito mais penhoradas nas expectativas de tão nobre apelido. — Restará êle pois **um imortal sem nome** na frase de Chateaubriand; mas os antigos erguiam também altares aos Deuses desconhecidos. E na verdade, só o ficar naquele remoto deserto ao desamparo, com 40 companheiros, cercado de milhares de índios bravios, é já um feito magnânimo digno de memória.

Acrescentai-lhe as consequentes privações, as continuas pelejas, ferimentos, doenças, mortes e **fome cruel**.

E apesar de tudo, vitórias contra os indígenas, vitórias contra os franceses instrutos, e, incomparavelmente superiores em número e armamento: e não esqueçais finalmente que a ocupação do “Presídio das Tartarugas” pelos Franceses se não transtornasse de todo a expedição que veio depois, havia pelo menos de causar-lhe grandíssimos embarços. E tudo reconhecido como não coroar a História justa e magnífica a fecunda constância, o grande e memorando serviço do impertérrito Comandante do Forte? Negar-lhe êste precioso galardão moral, propriedade que adquiriu à custa de sua grande intrepidez e valor, fôra até um desserviço à Pátria, pois que segundo o primoroso Camões: “As invejas da ilustre e alheia história, Fazem mil vêzes feitos sublimados. Quem valorosas obras exercita, Louvor alheio muito o experta e incita”.

E’ evidente que o Comendador Melo, sendo um dos melhores biógrafos de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nos revelou a existência e a glória de mais um bravo colateral do Grande Mameluco, entre aquêles que em “perigos e guerras esforçados”, se sacrificaram pela maior grandeza do Brasil na 1.^a metade do século XVII. Rocha Pombo lembrava uns conceitos de Julien Benda. “As chamadas leis históricas pouco valem, comparadas aos pequenos episódios que se agrupam avolumando os grandes acontecimentos...”

CAPÍTULO IV

A CASA DE CUNHAÚ NA GUERRA CONTRA OS BATAVOS

“... O século XVII foi o da formação territorial, da distribuição das forças que incorporaram o sertão ao litoral, do descobrimento da terra além da modesta fronteira quinhentista e de sua defesa feliz e valorosa”. Pedro Calmon. “História do Brasil”, pág. 14 — 2.º volume.

A História do Rio Grande do Norte, no seu período colonial, é omissa em detalhes sobre a estrutura do solar ou “Casa Grande de Cunhaú”.

A sua planta, entretanto, não devia ser diferente da sua congênera do Engenho Estivas, cinco e meia léguas dela distante, construída em 1810 pelo meu bisavô materno André de Albuquerque Maranhão, coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar dos distritos de Vila de Arez, Vila Flor e Tamanduba. A Casa Grande de Estivas tinha um belo aspecto da antiga nobreza do açúcar.

Com vasto janelório aberto, era cintada por uma calçada de alvenaria de 2 metros de altura. Coberta de telha canal, era quadrangular e sólida. As abas do telhado tinham pontas em asa de pombó. Era ornada com cinco jarrões de louça vidrada colocados um na cumieira e os demais nas quatro extremidades do teto. Não havia Capela no Engenho Estivas. (1) A Casa Grande de Cunhaú estava situada entre a Capela de N. S. das Candeias e o edifício do engenho. Ao missionário André João Antonil, italiano de Lucca, que nos visitou no século XVIII, devemos a divulgação de tudo o que se re-

(1) — João de Albuquerque Maranhão, História da Indústria Açucareira no Nordeste, pág. 42.

laciona com a cultura da cana e indústria do açúcar nos tempos coloniais. A obra que nos legou aquele homem ilustre, ensinava aos brasileiros a grandeza e a potencialidade de sua pátria e poderia exaltar aspirações, principalmente após o êxito vitorioso das guerras do pau-brasil e da expulsão dos batavos. Por isto mesmo foi a sua edição inteiramente confiscada pelo governo português. (Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil*, pág. 158). Escreveu o grande discípulo de Santo Inácio de Loyola: "Quem chamou as oficinas em que se fabrica o assucar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê e considera com reflexão, que merecem he obrigado a confessar, que são huns dos principais partos, e invenções do engenho humano, o qual com pequena porção do Divino, sempre se mostra no seu modo de obrar admiravel. Dos engenhos huns se chamão reaes, outros inferiores vulgarmente engenhocas. Os reaes ganharão este apelido, por terem todas as partes, de que se compoem, e todas as officinas perfeitas, cheias de grande numero de escravos, com muitos canaviais próprios e outros obrigados á moenda; e principalmente por terem a realeza de moerem com agoa, á differença de outros, que moem com cavallos e bois. e são menos providos e apparelhados: ou pelo menos com menor perfeição e largueza, das oficinas necessarias, e com pouco numero de escravos para fazerem como dizem o engenho moente e corrente". No seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*, Antonil define os tipos de açúcar produzidos: —

- branco macho, mascavo macho;
- branco batido, mascavo batido;
- branco macho fino, cara de fôrma;
- branco macho redondo;
- branco macho de baixo ou inferior.

Roberto Simonsen, comentando o citado livro, escreve. "Parece que na produção, a proporção do açúcar branco era de 70% contra 30% de mascavado. E do branco, 8% era macho, 20% batido. Os preços variavam de conformidade com os mercados exteriores, transportes, valor das safras e outras circunstâncias. A diferença de cotações entre o branco e o mascavado variava de 20 a 40%".

O Engenho real de Cunhaú, no periodo de 1645 a 1647, ou seja no auge da ocupação holandesa no nordeste do Brasil, serviu de celeiro aos batavos e aos insurgentes pernambucanos, sendo várias vezes assaltado e incendiado por uns e outros da conquista à mão armada do açúcar, do gado e de ou

tros viveres pertencentes aos dois irmãos de Cunhaú, Antônio e Matias de Albuquerque Maranhão, que tiveram as suas terras arrasadas e os seus bens confiscados pelo holandês invasor. O escritor Oliveira Lima, em sua "História de Pernambuco", pág. 63, ensina: "que a História do Brasil holandês pode dividir-se em três períodos: o da conquista, que começa em 1630 com a tomada de Olinda e do Recife, e termina em 1637 com a chegada de Maurício de Nassau, já então ganha tôda a costa do Rio Grande do Norte ao Rio Formoso, (2) o da administração, de 1637 a 1642, sob o influxo do illustre príncipe, Maurício de Nassau, o qual ainda alargou a esfera de seu govêrno, para o norte até o Maranhão e para o sul até Sergipe; e da resistência, encetada em 1642 pela sublevação do Maranhão e que foi adquerindo consistência com a retirada do conde, até as vitórias dos montes Guararapes e a final expulsão do inimigo em 1654". No preâmbulo dêste livro historiei resumidamente o progresso da sesmaria de 5000 braças quadradas que Jerônimo de Albuquerque concedera aos filhos na várzea de Cunhaú em 2 de maio de 1604 e que foi confirmada por El-Rei em Alvará de 2 de agosto de 1628.

Em sua História do Rio Grande do Norte página 91, o eminente polígrafo Tavares de Lira, escreve: "O açúcar era apenas fabricado em dois engenhos: — o Ferreiro Torto, onde se deu a primeira matança, depois da ocupação holandesa e o Cunhaú, também célebre pelos feitos gloriosos que nêle se desdobraram no decurso dessa ocupação e um dos mais importantes de todo o norte. — Neste último estava localizado o principal núcleo de produção da capitania: setenta ou oitenta colonos e suas respectivas famílias. Rio das mulheres significa a palavra Cunhaú; mas não foi por encontrá-las aí em grande número, como poderá parecer à malícia de alguns, que os colonizadores preferiram tais paragens. Foi, sim, por serem de muito conhecidas, e, principalmente, por Jerônimo de Albuquerque e seus filhos se terem estabelecido naquele ponto e poderem, com o prestígio de que gozavam pela posição e pela fortuna, oferecer em suas propriedades proteção e abrigo contra as violências e abusos de tôda a ordem a que estava exposta a pobre gente que imigrava para o Brasil. Afo-

(2) — A cidade pernambucana de Rio Formoso é situada à margem direita do rio do mesmo nome. Demora 100 quilômetros do Recife e foi célebre nas lutas holandesas. Ali Pedro de Albuquerque, com 20 homens, resistiu heroicamente só, escapando da peleja êle mortalmente ferido, e o seu parente Jerônimo de Albuquerque, também ferido, que fugiu a nado. Nota do autor.

ra Cunhaú, eram Natal, contando de 30 a 35 casas, e **Ferreiro Torto** os dois centros mais populosos. O resto da população estava espalhado pelas roças e fazendas”.

Maximiano Machado, que estudou cuidadosamente os documentos da luta holandesa, resume o seu juízo quanto à deshumanidade dos flamengos nestes termos: “crueldades que parece as desconhecia a própria atrocidade”. De Cunhaú saíram os dois varões ilustres Antônio e Matias de Albuquerque Maranhão, que foram colaborar com o seu primo Matias de Albuquerque na epopéia da expulsão dos holandeses do território da pátria, incorporando-se à gloriosa falange dos “Insurgentes” pernambucanos. Hoje diríamos dos “maquis” pernambucanos, cujo valor militar se acha acima de qualquer adjetivação. Os pernambucanos, exclama Southey, podem bater-se (em 1648) com os mais exercitados soldados e o holandês Netscher, afirmava “contra semelhantes adversários são ineficazes os mais vigorosos esforços”. Por isso mesmo, Sigemundt von Schkoppe também disse: “aquela gente combate como se estivesse enfadada de viver”. Escreve Manuel Bonfim, “Brasil na América”, pág. 304, “apesar de lhes reconhecer as virtudes, o ódio do holandês é contra os Brasileiros; e o ódio o leva a crueldades torpes apenas explicáveis pelo despeito”. Escritos da época, como os de Diogo Lopes Santiago, citam nomes de criaturas humanas cujos pés se frígiam em vida no azeite quente. Este autor menciona um Jerônimo de Albuquerque a par de outros senhores importantes, assim tratados pelos holandeses. Esse Jerônimo de Albuquerque morre na Paraíba, quando secundava o octogenário Cardoso, no ataque ao Forte que o holandês havia levantado; o Forte é tomado. Ali mesmo Antônio de Albuquerque Maranhão, filho do herói de Santa Maria de Guaxenduba, e um dos herdeiros da “Casa de Cunhaú”, bate os invasores na primeira investida contra a Paraíba, de que era Capitão-Mor, e inicia a boa resistência. Afonso de Albuquerque Maranhão, 5.º filho de Matias de Albuquerque Maranhão, e neto do grande Mameluco, dá de si o que pode, e, se não obtém maiores resultados é porque o deixam abandonado em face das grandes forças do holandês Artichopky, reunidas às de Segismundo. Quando, repetidamente batido nas suas sortidas, o invasor se decide a criar novos postos, estendendo o seu poder até o Rio Grande do Norte, é mandado a esperá-lo Matias de Albuquerque Maranhão, apontado para a empresa pelo valor patenteado na linha de guerrilhas que sustentou nos Afogados, terra de Pernambuco. Matias partiu imediatamente da

Paraíba à frente de três companhias, e duzentos índios em defesa daquela capitania que, graças a êsse socorro oportuno, escapou do ataque, que nem mesmo foi tentado. (3) Assim posto, só dois anos depois conseguiu o flamengo apoderar-se da cobiçada prêsa que havia, doravante, de abastecê-lo de açúcar, farinha e carne roubados ao Engenho Cunhaú. O Rio Grande do Norte sempre foi a região produtora por excelência da carne e da farinha. Oh como cheiravam bem as gordas e saborosas mantas de carne-de-sol ou do sertão, trazidas das fazendas de gado do meu pai, pelos seus vaqueiros, ali pelos anos de 1889! Vinham acondicionadas em malas de couro cru, de envolta com magníficos queijos de manteiga. Os Engenhos Estivas e Cunhaú eram situados na zona dos vales férteis do agreste, ou seja na parte mais produtiva da Província; a terra preferida para a cultura da cana e onde se espalhavam os nossos engenhos de açúcar, produzindo em abundância todos os cereais. Eles possuíam “casas de farinha”, isto é, fábricas de farinha de mandioca, alimento preferido pelo homem nordestino. O operariado dessas fábricas era, cem por cento, constituído de mulheres, que raspavam a mandioca e sevavam o **Caitetu**, peça principal do aparelho de ralar a mandioca. Os homens acionavam a roda e a prensa. O conjunto das peças de que esta se compõe: a **virgem**, a vara, o fuso, a mão, a masseira e o brinquedo. O forneiro encarregava-se do forno onde mexe a massa, espalhando-a com o rôdo. Tôda aquela maquinária rústica e primitiva era movida pelo braço humano. Além da farinha, fabricava-se o **beiju** ou **malcasado**, delicioso bolo feito com a massa fresca. Ora, na suave paz dêste edênico viver foram os infelizes colonos norte-riograndenses surpreendidos pelo neerlandês estúpido e profano. Em princípios do ano de 1634, Cunhaú constituía o único centro de produção industrial regular na Capitania. Exportava entre 6000 a 7000 arrôbas de açúcar para o Recife, anualmente, por via marítima. (4)

Os batavos, após tomarem o Forte dos Reis Magos em dezembro de 1633, organizaram uma expedição para o assalto ao engenho “Ferreiro Torto”, que pertencia a Francisco Coelho, e estava situado à margem direita do rio Jundiá, a pequena distância de Macaíba. Ali chegados, com a colaboração dos ferozes tapuias da tribo **Janduys**, cujo concurso in-

(3) — Varnhagen. *Hol. no Brasil*, pág. 89.

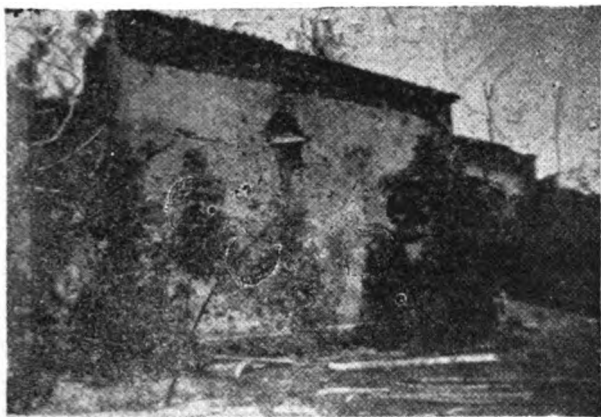
(4) — Os holandeses no Rio Grande do Norte, Cap. XII, pág. 34 — Luis da Câmara Cascudo.

vocaram e que haviam descido das ribeiras do Açú e Jaguaripe, onde habitavam, caíram sobre o engenho, trucidando, com requintes de perversidade, o capitão Francisco Coelho e toda a sua família, constituída de esposa e cinco filhos. Sessenta pessoas que naquele engenho se refugiaram tiveram a mesma sorte. A este seguiu-se o assalto ao Engenho Cunhaú, em princípios do ano de 1631. Contemporâneo destes tristes acontecimentos, Diogo Lopes Santiago assim os relata ("História da Guerra de Pernambuco", pág. 87):

... "Por este tempo, muita quantidade de índio que tomada a força do Rio Grande (5) pelos flamengos se haviam metido com eles, acompanhados de alguns holandeses deram de súbito nos moradores de Cunhaú e seus contornos, fazendo inauditas crueldades, não perdoando a nenhum gênero de gente matando mulheres e meninos e um religioso de N. S. do Carmo; e se contaram alguns 40 mortos, fora os mais que se não soube, e deram sobre o capitão Fragoso que estava fazendo uma trincheira em Cunhaú; que parece que este sítio sempre foi um teatro das crueldades destes bárbaros, que pelo tempo em diante quando chegar a contar os sucessos da liberdade de Pernambuco, se verá outra mortandade que fizeram em seus moradores".

Esse capitão Fragoso a que alude o cronista coevo, era Alvaro Fragoso de Albuquerque, que já havia tomado parte na conquista do Maranhão ao lado do seu cunhado o futuro Jerônimo de Albuquerque Maranhão e que nela tanto se distinguiu. Cunhaú estava destinado a ser o campo de batalha da Guerra de Pernambuco e, por isto mesmo, os seus proprietários, homens experimentados na guerra contra os franceses desde o último quartel do século XVI, tinham mandado construir um Fortim de que era comandante o supracitado capitão Alvaro Fragoso de Albuquerque, erguido na Barra de Cunhaú. Esta praça de guerra, segundo Câmara Cascudo, op. citado, cap. XIII, pág. 33, e seguintes, "foi assaltada em 1631 pelo coronel holandês Artichofski, com 228 homens, soldados e indígenas. A planta e construção teriam sido trabalho de marinheiros de Dunquerque, arribados à Cunhaú. O Fortim era um grande reduto quadrangular e duplo, as muralhas da

(5) — Refere-se ao Forte dos Reis Magos, construído por Jerônimo de Albuquerque Maranhão em 1598 e crismado pelos batavos com o nome de Castelo de Ceulen ou de Keulen em 1613, em homenagem ao alto conselheiro Mathijs van Keulen.



Ruínas da Capela de Nossa Senhora das Candelas de Cunha, onde se verificou o massacre de 16-7-1645 em que pereceram, juntamente com o Padre André do Soveral que celebrava o Santo Sacrifício da Missa, sessenta e nove fiéis. O massacre foi ordenado pelo Judeu Jacob Rabi que comandava um bando de índios Janduls, chefiados por Jererera, filho do "rei" Jandul. (Vista lateral direita).

altura de dois homens, sem pontos ou flancos na encosta de um monte. Era defendido por 10 canhões de ferro que lançavam balas de seis libras e dois arcabuzes de forquilha, com vinte e sete soldados de guarnição. Não pôde resistir a Artichofski, que o tomou e arrasou, trazendo os canhões e munição para Natal e o capitão português prisioneiro". Frei Rafael de Jesus, no CASTRIOTO LUSITANO diz que o capitão fôra morto mas, esquecendo o óbito, ressuscitou-o em 1645 para receber da mão de André Vidal de Negreiros o comando da fortaleza de Serinhaém, arrebatada aos flamengos.

"Essa é a História do Fortim cujas ruínas o tempo apagou.

O engenho, confiscado a Antônio de Albuquerque Maranhão, foi vendido pela Companhia ao conselheiro Baltasar Wintgens e Joris Garstman von Werve por 60.000 florins a 15 de junho de 1637, constando de terras, canaviais, pastagens, matas, casas e construções, trinta negros escravos e vinte juntas de bois. O engenho moía com água. Depois de algum tempo Cunhaú foi revendido aos flamengos Willem Beex ou Beck e Hugo Graswinckel.

Em agosto de 1642 Graswinckel cedeu sua parte a Bathijs Beex ou Beck, o Matias Bequel, coronel dos Burgueses do Recife, no VALEROSO LUCIDENO ou Matias Beque na GUERRA DE PERNAMBUCO, de Diogo Lopes de Santiago. Ficou todos os anos funcionando calmamente, com a vizinhança povoada de lavradores pacíficos.

No "apenso II" que José Antônio Gonsalves de Melo Neto, reuniu à sua tradução do relatório de Adriaen von der Dussen, RELATORIO SOBRE AS CAPITANIAS CONQUISTADAS NO BRASIL PELOS HOLANDESES (1639) (Ed. do Ins. do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, 1947) consta a relação dos fornecedores de canas do Cunhaú, donos de tarefas. Garstman tinha 30, Domingos Carvalho, um dos futuros supliciados, 40, Pero Gomes, 30 e Pero Exaro Rabasa, 10, num total de 110 tarefas.

Em 15 de julho de 1645 Jacob Rabi chegou com um bando de Janduis, chefiados por Jererera, filho do rei Jandui. Convocou os moradores para uma reunião tranquila depois da missa dominical na manhã seguinte. Nesse domingo 16 de julho de 1645, na hora da elevação da hóstia, Jacob Rabi mandou a indiada invadir a capela e matar a todos os devotos ajoelhados e contritos. Sucumbiram todos. E também os que estavam na casa-grande do engenho sofreram morte, desarmados como estavam. Salvaram-se apenas três pessoas.

Cunhaú hospedará o mestre-de-campo Luis Barbalho Bezerra, em fevereiro de 1640, quando abria caminho à ponta de espada para a cidade do Salvador desde uma praia de Touros. De Cunhaú, Barbalho escrevera ao conde de Nassau, solicitando direito de passagem. Antes dêle, um mês, Carlos de Tournalon, com 1.000 flamengos, derrotara a dom Francisco de Sousa e Henrique Dias, desembarcados na Baía da Traição, da destrocada armada do conde da Tôrre. Henrique Dias ficara ferido. Reuniram-se diante de Luis Barbalho Bezerra e seguiram na gloriosa contra-marcha.

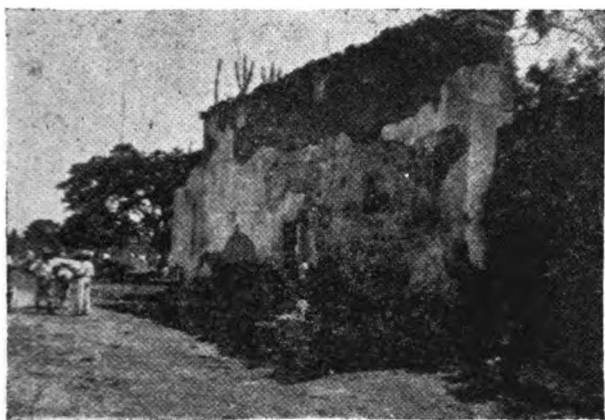
Começa para Cunhaú depois de 1645 a fase teatral das lutas, vinganças, saques e represálias ferozes.

O capitão João Barbosa Pinto aparece em outubro do mesmo 1645, queimando tudo, matando holandês como quem mata formigas. Uma facção de tropa de dom Antônio Filipe Camarão deve ter arrebanhado gado e lutado aí em janeiro de 1646, depois da batalha de Guandu, quando o grande Potiguar matou o capitão Reinbergh, o substituto, tenente Otto Ter Vile, e deu uma carreira no conselheiro Pieter Jansen Bas. Nicuhof cita um assalto de Filipe Camarão e o capitão Paulo da Cunha (Souto Maior) em Cunhaú no mês de março, com 800 homens, dos quais 300 mosqueteiros, juntando gado, mas não combateram... à falta de inimigos.

Em agosto de 1647 André Vidal de Negreiros esteve em Cunhaú, mandando João Barbosa Pinto buscar boiadas em Ceará-Mirim. A 7 de janeiro de 1648 Henrique Dias, voltando de Guarairas, apareceu em Cunhaú, tomando, saqueando, carregando butim. Em agosto de 1651 voltou João Barbosa Pinto, lutando contra o batavo e conduzindo gado para a fome do Arraial no Recife. Em maio-julho de 1652 apareceu o mestre-de-campo Antônio Dias Cardoso e uma parte das tropas capitaneada por Cosme do Rêgo Barros incendiou Cunhaú, que se preparava para moer a safra dos canaviais.

Essas expedições são as histórias. Outras devem ter ocorrido e também grupos depredadores, dizendo-se parciais dêste e doutra facção, conforme o momento. Cunhaú é que é terra ensopada de guerra e guardando recordações inapagáveis do domínio flamengo”.

Assim pôsto, é evidente que logo após o assalto de 1634, o Engenho Cunhaú passou ao domínio da pirataria holandesa que em sucessivas **barganhas** o foram transferindo aos seus asseclas. Não é para admirar, que contra os irmãos brasileiros Antônio e Matias de Albuquerque Maranhão, seus legítimos proprietários, se acirracem os ódios mortais daqueles fli-



(Vista lateral esquerda).

busteiros, visto como foram eles os seus maiores opositores ao assalto da Paraíba e do Rio Grande do Norte, segundo nos ensina o erudito professor Pedro Calmon em sua magnífica História do Brasil, pág. 96 usque 99 verso: Vejamos: "PARAÍBA. A valia da Paraíba, como quartel para os socorros da costa e prevenção de estrangeiros, crescêra com os rebates da guerra holandesa. Diz-nos frei Luís de Sousa: (1628) "Logo a Capital da Parayva (sic) muito importante pelo porto e cidade Felipêa: tem já muitos engenhos, pão brasil, tintas, tabaco, algodão muyto linho e anil" (An. de D. João III cit.).

Subira a 600 mil escudos a estimativa do seu comércio anual (lê-se de um papel do tempo): era a quarta parte da importância atribuída à Bahia...

A Afonso da França, seu governador desde 1618, sucedera o primogênito de Jerônimo de Albuquerque Maranhão — Antônio de Albuquerque Maranhão (nomeado por três anos em 9 de agosto de 1622) e ainda no cargo ao romper a luta. Foi dos grandes soldados do Brasil. Prorrogando-lhe o prazo de servir em 1632, dizia el-rei: "... E porque a Paraíba é a praça que mais apeteceem, e contra a qual meterão mais cabedal e Antônio de Albuquerque a defendeu com muito esforço, prudência e boa fortuna e é muito respeitado e conhecido dos índios, parte essencialissima para os ter quiétos e contentes"... (An. do Museu Paulista III 2a., pág. 193).

À notícia do desembarque dos flamengos em Pau Amarelo, mandou com homens, sob o comando de seu irmão Matias de Albuquerque Maranhão. Da Paraíba saíram as farinhas que alimentaram o Arraial de Bom Jesus (Manuel Álvares Deusdará, filho de Antônio Álvares de La Penha, natural de Braga, empregara mais de 10 mil cruzados em levar farinhas da Paraíba para o Arraial, por entre barcos inimigos, em 1630. (livr. de mercês Gerais, f. 350, ms. do Arq. Hist. Colonial (Lisboa). Esperava, porém, Antônio de Albuquerque um ataque formal. Melhorou o forte de Cabedelo ainda de madeira, (Vid. An. da Bibl. Nac. L. I. 101) levantou outros dois na margem oposta (Santo Antônio) e na ilha da Restinga. Da frota de D. Antônio de Oquendo recebeu, numa caravela, "duas companhias do Presídio Novo" (6) cujo capitão era Antônio de Figueiredo de Vasconcelos. Assim se frustrou o primeiro assalto dos holandeses em 9 de dezembro de 1632. O tenente-coronel Kallenfels logrou apoderar-se das

(6) — Doc. Hist., prov. 1632 XVI, 87 Notas de Pedro Calmon.

vizinhanças de Cabedelo onde construiu uma trincheira. Logo Albuquerque se apoiou a outra trincheira defronte, e repeliu o ataque, perdendo o inimigo 140 homens. (7)

Foi grande sucesso. O governo em Lisboa proclamou a sua alegria dando graças a Deus: “por meio de sacrificios e orações se Lhe peça que por sua misericórdia permita que êsses sucessos se continuem e levem adiante para que com seu favor se acabem de deitar daquelas partes os Herejes Rebeldes seus e meus para que as Igrejas que têm occupado tornem aos ministros católicos para se celebrarem nelas os mistérios da sua Santa fé e assim ordenareis logo e do que nisso se fizer me dareis conta”...

(8) Distinguiram-se João de Matos Cardoso, capitão do Forte (9) engenheiro Diogo Pais, que fôra de Pernambuco ajudar a defesa, Belchior Bernigel e o franciscano frei Manuel da Piedade, filho do capitão João Tavares, morto quando exortava os soldados com um crucifixo. Da outra margem comandava um reduto Duarte Gomes da Silveira, o velho auxiliar de Feliciano Coelho nas incursões sertanejas: de tal sorte revelou o seu propósito de resistir, que preferiram os holandeses bater em retirada, recolhendo-se, desolados, ao Recife. Salvava a capitania a tenacidade dos seus naturais.

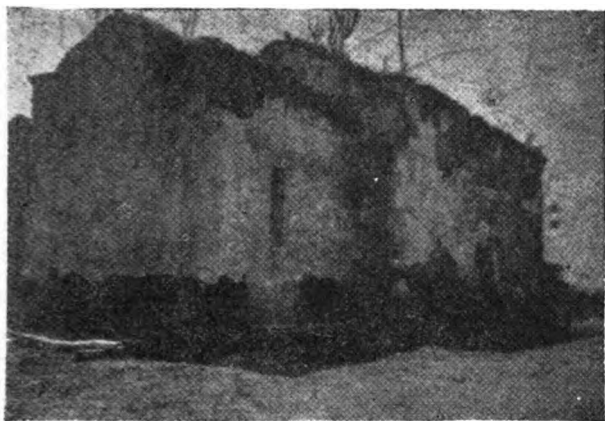
O ataque subsequente seria ao Rio Grande do Norte. — **Rio Grande do Norte.**

O Rio Grande era pouco mais do que a fortaleza dos “Reis Magos” donde saíram os pioneiros da conquista lés-oeste. Em 1612 a cidade tinha “pobremente acomodados até 25 moradores brancos, fora da obrigação da fortaleza, e destes tem pelas roças e rédes e fazendas principais da capitania

(7) — João de Lyra Tavares, *Centos de Hist. Pátria*. Paralba.

(8) — An. do Museu Paul, III 2a., p. 154. Ha o opúsculo de frei Paulo do Rosário, Lisboa 1632: “Relaçam breve e verdadeira da memoravel vitoria que houve o capitão mor da Capitania de Paralba, Antonio de Albuquerque Maranhão dos rebeldes de Olanda, que são vinte náos de guerra e vinte e sete lanchas: pretenderão ocupar esta praça de sua Magestade, trazendo nela para o effeito dois mil homens de guerra escolhidos agora gente de mar”. Nota do professor Pedro Calmon in *História do Brasil*. Vol. 2., pág. 98.

(9) — O forte de Cabedelo, reconstruido em 1630, por Antônio de Albuquerque Maranhão. An. do Museu Paul, III 2a., pág. 139 tinha guarnição ordinária de 20 soldados, cf. a fôlha do Estado, de 1626. Doc. Hist., XV, 52. A despesa da Paralba era então de 2.069. \$ 381 (Vigário, capitão-Mor, Capitão do forte, provedor da fazenda, etc.). Rendia 100 mil escudos. Os dizimos tinham sido al arrendados em 1609 por 80.000 cruzados cf. *Códice Pernambuco ms. na Bibl. Nac.* (de 1627). Tinha no pôrto em média 5 navios carregando. E 24 engenhos de açúcar. Notas de Pedro Calmon, op. citada, pág. 98.



Vista dos fundos.

de 80 moradores, os quais (continua o "Livro que da rezam ao Estado"), pediram modo de governança e se lhes concedeu o ano de 611 pelo Governador D. Diogo de Menezes, o qual com parecer da Relação elegeu o Juiz, um vereador e escrivão da Câmara, procurador do Conselho e procurador dos índios. Fôra-lhe providencial a tempestade que fizera arribar na Foz de Potengi Diogo de Menezes em 1607. Criou, atendendo ao que lhe representaram "logares de provedor e tabelião no Rio Grande" e parece não esqueceu no seu pródigo governo, a hospitaleira paragem. Mas prosperou vagarosamente. Frei Luis de Sousa nota apenas: "Segue a Capitania do Rio Grande, em que ha fortaleza". (Anais citados pág. 452). Em 1614 carecia ainda de portas a igreja matriz... (A. Tavares de Lira. Notas Históricas sobre o Rio Grande do Norte, pág. 108. Rio 1918). Importante era a guarnição de 80 soldados permanentes: a despesa porém de 3:527\$700 permanecia em 1626 igual à de vinte anos antes (Doc. Hist. XX, 65-67) e corria pelas rendas da Paraíba. (10)

E' verdade que Jerônimo de Albuquerque fundara o primeiro engenho de açúcar na várzea do Cunhaú, depois de 1604. (11) Mas confirma Diogo de Campos Moreno — "... a terra desta Capitania geralmente é terra fraca mais para gados e criações que para canaviais e roças..." E o autor dos "Diálogos das Grandezas": Não ha nela engenhos de fazer açúcares mais de um até este ano de 1618, por a terra ser mais disposto para pastos de gado, dos quais abunda em muita quantidade até entrar na capitania da Paraíba que lhe está conjunta". (12) Desdenhava: "Deixemos logo este Rio Grande estéril..." Os holandeses, em 1633, viram isto mesmo: "Natal de aspecto triste e acabrunhador", contrastava com os risonhos pastos (13) e seus currais de gados de toda sorte que é o momeio desta gente e algumas religiões e pessoas particulares moradores na Paraíba. (14)

(10) — Em 1609 os dizimos do Rio Grande tinham sido arrematados por 500 cruzados: rendia a capitania 700 escudos. Códice Pernambuco, ms. cit. — "... Sem fazer mensão da consignaão que nas mesmas rendas da capitania da Paraíba tem a do Rio Grande pelas falhas ordinárias", prov. do governador-geral. 1633, Doc. Hist. XVI, 88 — Sete ou oito aldeias e uns 6.000 índios havia no Rio Grande em 1607, visitados por dois Jesuitas, cf. doc. in P. Serafim Leite, Hist. da Comp., 1.558.

(11) — Tavares de Lyra op. cit. pág. 112.

(12) — Diálogos das Grandezas do Brasil (ed. de R. Garcia) pág. 43.

(13) — Gaspar Barleu, op. cit. pág. 138. Notas do Prof. Pedro Calmon in História do Brasil pág. 100.

(14) — Doc. de 1630 in Tavares de Lyra, op. cit. pág. 140.

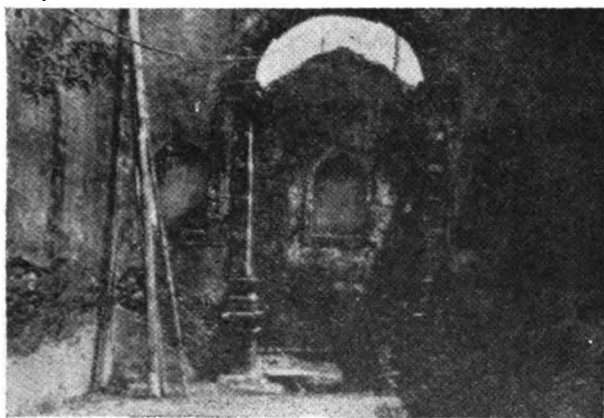
A partir do século XVIII, o Rio Grande do Norte passou a constituir uma capitania subalterna, que por força da carta régia de 11 de janeiro de 1701, deixou de ser, como dantes, diretamente subordinada ao governo da Bahia para ficar sujeita ao de Pernambuco que lhe ficava mais próximo, e **ser assim conveniente à boa administração da justiça e bem dos vassallos**. (A. Tavares de Lira, ob. citada pág. 281). Somente em 1818, pelo Alvará de 18 de março, foi a potiguarania desmembrada judicialmente da capitania da Paraíba para formar comarca à parte cujo servidor foi o Dr. José Mariano de Brito Lima, nomeado em 8 de julho de 1819 e empossado a 28 de outubro do mesmo ano.

Assim pôsto, a independência administrativa da terra potiguar resultou de um acontecimento imprevisto e sem ato expresso do Rei.

Governava-a o Tenente-Coronel José Inácio Borges, nomeado em 16 de novembro de 1816, quando irrompeu a revolução republicana de 6 de março de 1817 em Pernambuco. Prêso e deposto do aludido cargo, José Inácio Borges foi recolhido à Fortaleza das Cinco Pontas em Pernambuco, por ordem do chefe do governo provisório da República nascente, o Coronel André de Albuquerque Maranhão, pernambucano de Goianinha, senhor da Casa de Cunhaú. Vitoriosa a contra revolução com o covarde assassinato de André de Albuquerque, o primeiro mártir daquele movimento libertador, José Inácio Borges voltou ao governo do Rio Grande do Norte, de onde só se afastou em 3 de dezembro de 1821. Antes, porém, de deflagrar o movimento revolucionário, tendo conhecimento da revolta dos pernambucanos no Recife, dirigiu-se em 13 de março de 1817 em circular a tôdas as câmaras, declarando que a capitania ficava desligada de Pernambuco. Em seguida criou uma Inspetoria de Algodão e uma Alfândega; e arrogando-se atribuições privativas das capitanias independentes, entrou a corresponder-se direta e oficialmente com os Ministros, de modo que pelo Dec. de 3 de fevereiro de 1820, foi mantida essa situação até a proclamação da Independência em 1822. (15)

Expulsos os holandeses em 1654, o Engenho Cunhaú voltou, **automáticamente**, à posse dos seus legítimos donos. Matias de Albuquerque Maranhão, meieiro e bastante procurador do seu ilustre irmão Antônio, domiciliado em Lisboa, encon-

(15) — Vicente de Lemos. Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte, 1 volume pág. XVIII.



**(Vista do interior) — (Nicho ao
centro).**

trando o engenho de “fogo morto” em 1663, quando deixou o governo da Paraíba, para ele mudou-se e com aquela sua notável capacidade de administração fê-lo voltar ao seu antigo esplendor dentro de pouco tempo.

Assim é que em 1810 o cronista e viajante inglês Henry Koster foi encontrá-lo “moente e corrente” sob a direção de André de Albuquerque Maranhão, o republicano de 1817, 4.º neto de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o conquistador da França Equinocial, e escreveu, em 1816, -o seguinte: “He is a man of immense landed property. He is a of about thirty yars of age, mandsome, and rather above the middle size with genteel manners rather courtly, as the Brasilians of education generally are. He lives quite in feudal state; his ni-groes and other dependants are numerous”. (16)

O Engenho Cunhaú no amanhecer do século XIX já era maior que o principado de Monaco, e possuía os seguintes satélites: Cruzeiro, Estrêla, Outeiro, Ilha do Maranhão, Bom Passar, Mangueira, Tórre, Boa Vista, Sargi e Várzea, além de pauis, campos ariscos, etc. Dêstes satélites só o engenho “Estrêla” possui uma área de 186.000.000 m2., ou sejam, 18.600 hectares de terra, no valor atual de Cr\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Os holandeses quando traçaram o plano da conquista da “Terra do Açúcar” het Zuckerland (17) decerto teriam compulsado os “Diálogos das grandezas do Brasil”, que diziam possuir êste mais riquezas do que as Índias, e, dêste modo, fundaram em Amsterdam, segundo os moldes da Companhia das Índias, uma companhia das Índias Ocidentais. Daí a luta que os brasileiros natos, a despeito das perfidias e da indiferença da metrópole, tiveram de sustentar durante 24 anos (1630-1654) para sacudir o jugo nefandó daqueles flibusteiros. E se o conseguiram, por fim, deve-se à bravura dos Albuquerque Maranhões, auxiliados pelos Camarões, Henrique Dias, Vidal de Negreiros, Luís Barbalho Bezerra, Pedro de Albuquerque e outros vultos homéricos, nascidos no nordeste brasileiro, tendo Pernambuco como centro da maior resistência, por isso que êle já era o maior celeiro do açúcar, quando Frederico Waerdenburg ancorou em Pau Amarelo aos 13 dias de fevereiro de 1630, a 3 léguas de Olinda, para assaltar aquela Capitania. Segundo Diogo Lopes Santiago, “de Pernambuco até Paraíba havia 150 engenhos que fabricavam 500.000

(16) — Henry Koster, *Travels in Brazil*, pág. 61.

(17) — Stefan Zweig. *Brasil País do Futuro*, pág. 60.

arrôbas de açúcar macho, que pôsto no reino de Portugal a 5 cruzados somente cada arrôba, produziam dois milhões e quinhentos mil cruzados. E da Bahia até o Rio de Janeiro, no século dezesseis, já havia mais de 200 engenhos que vendiam o melhor de 700.000 arrôbas, as quais ao mesmo preço valiam três milhões e 500 mil cruzados que pagavam a Sua Magestade três direitos a saber: os de entrada e saída de açúcares e das mercadorias que ocasionalmente os estrangeiros traziam para a saca deles deixando o reino provido do que necessitava". Depõe Roberto C. Simonsen na sua *História Econômica do Brasil*, pág. 168, quando alude ao "**Valor do ciclo do açúcar**": "Foi o açúcar que constituiu a base econômica da implantação definitiva do europeu no Brasil. O que é deveras lamentável é a insuficiência de dados estatísticos sobre o valor real de sua produção e exportação nos séculos XVI, XVII e XVIII".

"Conforme esclarece Balbi, (18) havia uma proibição formal de publicações relativas ao comércio e aos lucros portugueses; a apreensão e a destruição da obra de Antonil provam esta asserção. Essa orientação, aliada à desorganização do comércio e à pouca divulgação dos conhecimentos e estudos econômicos, males que até hoje perduram em nosso meio, explicam aquela deficiência.

"Com grande esforço tentamos organizar um quadro geral do valor da exportação do açúcar brasileiro entre 1535 e 1822. Para os primeiros anos, controlamos essa exportação pelo número de engenhos que Gandavo, Fernão Cardin, Gabriel Soares, Frei Salvador e alguns outros indicam com bastante precisão. Para as datas posteriores, cingimo-nos a informações esparsas sobre o comércio do açúcar em várias épocas, no Brasil e em Portugal. Para o século XVII, a idade de Ouro do produto, ainda são insuficientes, infelizmente, os elementos de **contrôle**".

Stefan Zweig, êsse enamorado da nossa terra e da nossa gente, diz mestre Aflânio Peixoto: "namôro de caboclo até a namorada o ignora..." viu o Brasil de avião mas, com que amor estuda êle a nossa história e com que segurança nos vaticina um grande destino no futuro! "Podendo estar, festejado, nos Estados Unidos, como Maurois ou na Argentina, como Waldo Franck... escreve Afrânio Peixoto, aqui está, aqui estêve sem ruído, no Brasil. Aqui não foi ao Catete, nem

(18) — Adrian Balbi — *Essai statistique du Royaume du Portugal et Algarves* 1821. Nota de Roberto C. Simonsin — op. citado.

ao Itamarati, nem as Embaixadas, nem a Academia, nem ao D.I.P., nem aos jornais, nem aos Rádios, nem aos Hotéis-palácios... Andou, virou, passou, viajou, viveu. Não quis nada, nem condecorações nem festas, nem recepções, nem discursos... Não quis nada”.

Tudo isto Afrânio Peixoto resumiu, eloquentemente, em quatro palavras: “Stefan Zweig é poeta”. E nós diremos que Ele como poeta de sensibilidade cultíssima e prosador sublime prescreveu a alma nacional no passado distante e viveu conosco toda essa tragédia esquiliana que foi o período colonial brasileiro, escrevendo assim: (19) “Para haurir de sua colônia os maiores lucros possíveis a Corôa Portuguesa envolve o Brasil numa rede de leis que interrompe suas regorgitantes artérias de comunicação com o comércio mundial; o Governo, por exemplo, não permite precisamente ao país em que o algodão cresce livre e exuberante, a fabricação de artigos têxteis; a fim de forçar o Brasil a importá-los de Lisboa, e proibições como essa se vão multiplicando até chegarem ao despotismo e à estupidez. Assim é que, em 1775, um decreto proíbe fabricar sabão; veda-se a produção de álcool, a fim de obrigar os consumidores a beber mais vinho português. O governador recusa-se a, em palácio, receber alguém cujos trajes não sejam tecidos portugueses. Proíbe-se a um país que já possui dois milhões e meio de habitantes, plantar arroz; às suas cidades não se permite, no século da filosofia e da Aufklaerung (*) a impressão de jornais e nem mesmo de livros; não é permitido a nenhum brasileiro possuir navio, a nenhum estrangeiro viver no Rio de Janeiro, e mal lhe é permitido aportar a esta cidade.

(19) — Stefan Zweig. Brasil País do Futuro, pág. 71.

(*) — A palavra Aufklaerung, que quer dizer esclarecimento, ilustração, foi empregada desde o início do século XVIII para designar uma orientação racionalista incrédula, que considera a crença positiva cristã ignorância e trevas e pretende emancipar a razão e libertá-la dos laços da revelação sobrenatural. Nota do autor.

“Fecha-se o Brasil como se fecha o jardim particular do Rei de Portugal. Mesmo no século XIX, quando Humboldt quer percorrer o Brasil para escrever sua grandiosa obra, que verdadeiramente desvenda o Brasil ao mundo, confidencialmente se ordena às autoridades que quando um **certain baron Humboldt** aparecer lhe criem tôdas as dificuldades possíveis. Por isso é fácil compreender com que atenção e entusiasmo os brasileiros acompanham a luta pela independência dos Estados Unidos que à força se libertam de uma tutoria mais suave e mais inteligente e conseguem sua liberdade”.

Este magnífico trecho do maior livro que já se escreveu sobre o Brasil, vale por uma magnífica exposição de motivos que deram lugar à Guerra dos Mascates em 1710 e à Revolução Republicana de 1817 em Pernambuco, como vamos demonstrar no capítulo a seguir.

CAPÍTULO V

No alvorecer do século XIX a “Casa de Cunhaú desfralda o estandarte da revolução republicana de 1817 nas Províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte, aliada aos seus parentes e amigos de Pernambuco.

Não! Não eram dois povos, que abalavam
Naquele instante o solo ensanguentado...
Era o porvir — em frente do passado,
A liberdade — em frente à escravidão,
Era a luta das águias — e do abutre,
A revolta do pulso — contra os ferros,
O pugilato da razão — com os erros,
O duelo da treva — e do clarão!...

Castro Alves. Ode ao Dois de Julho —
São Paulo, julho de 1868 —

O movimento republicano de 1817 teve, ao nosso ver, o seu embrião na assembléa de 10 de novembro de 1710, realizada pelo Senado de Olinda.

Foi ali que Bernardo Vieira de Melo falou, pela primeira vez no Brasil, em independência e república.

Vem confirmar esta nossa asserção a opinião do sábio mestre M. de Oliveira Lima, in nota XII, pág. 65, da História da Revolução de Pernambuco em 1817, de M. Tavares, edição comemorativa do seu 1.º centenário.

Diz o mestre: “A revolução de 1710, o chamado 10 de

novembro, foi a primeira manifestação aguda e coletiva do sentimento latente de antagonismo entre Portuguezes e Brasileiros, o primeiro brado de nativismo. As reclamações nacionalistas dentro da lei já não constituíam novidade na metrópole. No século XVII o procurador da Bahia requerera em Córtes (1668) que aos naturais do Brasil e lá domiciliados fossem exclusivamente atribuídas as vagas que se dessem nas milícias, nos officios de justiça e fazenda e nas dignidades eclesiásticas, e a câmara da Bahia protestara (1671) contra a proibição imposta aos Brasileiros de occuparem os lugares de desembargadores da Relação ali de novo estabelecida. (Oliveira Lima, Pernambuco, Seu desenvolvimento histórico)

Da súplica e do protesto passaram depressa os nacionais ás violências. Quando os olindenses entraram no Recife em 1710 para derrubarem o pelourinho, padrão da dignidade municipal, lançaram um bando tirando sob pena de morte os postos militares aos officiaes nascidos em Portugal. Era a desforra das proibições existentes, um desafio insolente atirado á autoridade da metrópole. Sobre este carácter nacionalista da sedição não pode existir a menor dúvida. Os escriptores que então ou hoje se têm occupado do assunto, o têm porém tratado consoante suas preferências pela nobreza ou pelos mascates”.

Em sua longa e erudita anotação o grande historiador patricio estuda as opiniões controvertidas dos autores coevos sobre o movimento de 10 de novembro e diz: “assim aconteceu com o Padre Leitão, aproveitado por Fernandes Gama nas suas “Memórias históricas de Pernambuco” (Vicente Ferrer attribui o trabalho do Padre Leitão ao vigário-geral Coutinho) e com o cirurgião Manuel dos Santos nas suas Calamidades de Pernambuco (Tomo LIII da Rev. do Inst. Hist. do Rio de Janeiro), as quais Vicente Ferrer supõe serem antes do padre Cypriano da Silva, da congregação do Oratório, tendo, no seu dizer, estes oratorianos ajudado os mascates no seu levantamento, podendo denominá-los os autores intellectuaes da reacção contra os olindenses.

Vicente Ferrer recentemente (Guerra dos mascates. no Tomo especial da Rev. do Inst. Hist. do Rio de Janeiro consagrado ao primeiro Congresso de Historia Nacional) e há alguns anos o major Codiceira (Rev. do Inst. Ach.) representaram as duas correntes discordantes.

Parece ter razão o primeiro em pretender que se exagerou a importância propriamente politica da sedição de 1710.

Em todo caso sua feição independente, que a teve em maior ou menor grau, foi antes uma feição adquirida do que

um traço espontâneo; mas tampouco foi um propósito deliberado, como o seria na revolução de 1817. Os olindenses estavam por certo dispostos a pugnar pela separação se lhes fôsse recusado o perdão real pela sua insubordinação. Escreve mesmo Muniz Tavares que “êles não haviam cessado de respeitar a autoridade real”.

Seu primeiro objetivo era porém mais restrito: consistia em defender o exclusivismo da sua corporação municipal e a integridade dos pelouros, impedindo que uma vez de posse do senado da câmara, pudessem os mascates — quer dizer os comerciantes do Recife dessarte pejorativamente tratados — dispor das arrematações dos contratos reais e taxar ao sabor dos seus interesses os preços dos gêneros, encarecendo os que êles vendiam e barateando os que compravam.

Devedores como no geral eram os agricultores fidalgos dos seus exigentes correspondentes no Recife, numa quadra em que a produção do açúcar atravessava severa crise pela grande concorrência que sofria, continuando os mesmos os hábitos de prodigalidade dos senhores de engenho, só fazia essa obrigação pendente acirrar a má vontade existente. Era um dos motivos da rebelião contra os holandeses que reaparecia chocando a vaidade dos enricados com o despeito dos empobrecidos.

Sauthey que, além de ter tido documentos interessantes à sua disposição, possuía o instinto do historiador, compreendendo melhor as coisas à distância do que outros de perto, atribui, na sua HISTÓRIA DO BRASIL, aos revoltosos de 1710, intuits separatistas e republicanos, que fatalmente se deviam manifestar no decorrer dos acontecimentos quando os não tivessem orientado, por serem a consequência lógica de uma sublevação contra os poderes constituídos desde o momento em que êstes mostram favorecer uma das parcialidades. Ora, o movimento de 1710 comportou nas suas peripécias fases distintas, a última das quais de franca perseguição à nobreza da terra, tanto por parte do novo governador Félix José Machado, e dos seus acólitos judiciais como em Lisboa, onde o rigor com que se procedeu contra os olindenses após a última devassa em contradição com a primitiva clemência parece indicar que as faltas eram maiores do que simples desabafos locais ainda que violentos pois que foram ao extremo de destruir-se o foral régio do Recife. (1)

(1) — Carta de lei que regulava a administração de uma localidade ou que concedia privilégios a indivíduos ou corporações. — Nota do autor.

A tão apregoada idéia da oligarquia veneziana não deve ter sido uma lenda sem fundamento: a aristocrática república era o figurino egoísta que naturalmente ocorreria à nobreza enfurecida. A maioria contentava-se decerto com o desforço tomado sobre os mascates, mas alguns sem dúvida pensariam que a solução mais radical seria a melhor: governar-se Pernambuco a si mesmo, sob a proteção de alguma potência forte, visto que ainda se não experimentara a independência de colônias americanas. A preferência pela suzerania francesa, pela qual se diz ter havido manifestação, explica-se com a guerra da Sucessão (2) e em que Portugal estava arregimentado contra a França, daí resultando mesmo os ataques de Duclerc e Duguay-Trouin contra o Rio de Janeiro em 1710 e 1711. (Oliveira Lima ob. cit.).

Haveria pois base para acusação de alta traição. As consultas do Conselho Ultramarino (Rev. do Inst. Arch. n. 41) são confusas e contraditórias quanto a informações. Nobres e mascates increpavam-se mutuamente de felonía e intrigavam desesperadamente em Lisboa os portugueses sobretudo que encontravam mais fácil acolhida. O resultado foi a ordem de uma outra sindicância: já a do desembargador Christóvão Soares Reymão, parcial segundo querem, falava repetidas vêzes na franqueza e arrogância com que os nobres proclamavam seus planos demolidores, aquilo que Rocha Pitta trata mais simplesmente de insolências.

A tendência da corte seria antes para usar de clemência, dada a consideração em que era tida a nobreza pernambucana — pouco mais de meio século se tinha passado desde a expulsão dos holandeses, de que lhe cabia a principal glória — e havia quem julgasse invenções do ódio e da vingança as acusações formuladas contra a fidelidade, até aí insuspeita, dos olindenses. A nova devassa do ouvidor-geral Bacalhau fez porém mudar quaisquer disposições benévolas: verdadeiras ou apaixonadas, suas conclusões levaram à prisão e deportação de onze **patriotas**.

O castigo dava-lhes direito a este título. A frase de monsenhor Muniz Tavares é profundamente verdadeira: “guiava-os a vertigem do partido, e não o sincero amor a liberdade”. O ódio, entretanto, os arrastava para a mesma meta que

(2) — Sucessão de Espanha, causada pelo advento ao trono da Espanha de Filipe V (1701 - 1713) entre a França, a Inglaterra, a Áustria e a Holanda e terminada pelos tratados de Utrecht, de Rastadt e de Bade. — Nota do autor.

os doutrinários de 1817, inimigos da "autoridade real" que os insurgidos de 1710 "não haviam cessado de respeitar".

A despeito de tôdas essas opiniões de gente ainda apaixonada pelos recentes acontecimentos, o que é certo e pode dizer-se sem risco de incorrer em inexactidão é que foi em Olinda que se fêz mais altivo o orgulho do Senhor da Terra. E' nessa assembléia de 10 de novembro em cujo seio pela primeira vez alguma coisa vibra já da alma americana, que Bernardo Vieira de Melo, cavaleiro fidalgo da casa real, capitão-mor de Igarassu, senhor de engenho de Pindobas na freguesia de Ipojuca, da Capitania de Pernambuco, ergue a voz para falar em independência e república... "... Qualquer que seja, porém, a significação do que se passa agora em Olinda, o que é incontestável — escreve Rocha Pombo em sua História do Brasil, pág. 266 — é que neste congresso de 10 de novembro alguma coisa ocorre de excepcional a que a história não pode ser indiferente, porque é a primeira vez que na colônia se fala tão alto e com tanto desassombro. Houve momentos em que os mais entusiastas não trepidavam em pôr acima da própria fidelidade devida ao rei a causa da pátria pernambucana, que tão alto já falava no coração daquela gente. Havia mais de uns quinze anos que um Governador dizia para a côrte em documento oficial, que os pernambucanos **repetiam** à boca larga que, "si com o próprio esforço se haviam libertado do domínio holandês, com melhor razão o fariam de Portugal".

Olinda foi o berço da indústria açucareira do nordeste brasileiro com a fundação do primeiro "engenho real" de Jerônimo de Albuquerque, o "Torto", que lançou as bases da civilização da cana-de-açúcar no norte do Brasil.

Ali nos arredores de Olinda o famoso general português fundou o engenho "Nossa Senhora da Ajuda", passando depois a chamar-se Engenho Velho, no local hoje conhecido por "Forno da Cal" onde a Empresa Usina Catende S.A. possui atualmente mil e um hectares sobre as ruínas do legendário engenho real do Adão pernambucano.

A Usina Catende S.A., sob a orientação do saudoso grande industrial brasileiro Antônio F. Costa Azevedo, geralmente conhecido por "Tenente", em 1937 realizou uma verdadeira revolução na rotina que, secularmente, vinha retardando o progresso e a civilização da indústria açucareira em Pernambuco.

A cultura extensiva, mãe da monocultura latifundiária escravocrata e patriarcal dos fazedores do deserto no nordeste

brasileiro, era a desgraça da indústria açucareira naquele rico Estado. Em Pernambuco nem se adubava nem se irrigava. Plantava-se apenas e com o auxílio de instrumentos agrícolas quase do período do ferro. O "Tenente", auxiliado pela técnica do Agrônomo patricio Apolônio Sales, modificou esta calamitosa rotina. Até então a produção média em Pernambuco de cana era de 30 a 40 toneladas por hectare, não havendo esperança de vê-la aumentar. Já agora independente da influência do clima ela se poderá elevar, graças à adubação e irrigação, à média estável de 100 a 150 toneladas. Assim posto, a lavoura de Pernambuco pode dividir-se em duas fases: Duarte Coelho até Antônio F. Costa Azevedo, e daí por diante. (3)

X X X

Olinda foi, dêste modo, a pátria da nossa antiga principal riqueza. Ela foi, ainda, o berço da nossa cultura jurídica. Ali instalou-se em 11 de agosto de 1828 o curso jurídico no Convento de São Bento. Sobre o muro enegrecido desse claustro secular lê-se, atualmente, numa placa de bronze — 1827 - 1927. **Onze de Agosto. Homenagem do Instituto dos Advogados de Pernambuco às pedras gloriosas onde o ensino do direito teve a sua primeira cátedra no Brasil.** Ali parei, absorto, na manhã luminosa de 10 de julho de 1948. Lá se formara aos 25 anos de idade o meu saudoso pai, com a turma de 1853. Vários outros brasileiros ilustres na política, na magistratura e nas letras do Brasil império, foram estudantes de Olinda: Zacarias, Sinimbu, Sousa Franco, Cotegipe, Nabuco de Araújo, Carvalho Moreira, Sérgio Teixeira. Olinda seria uma espécie de Coimbra; e o Beberibe o seu Mondego. (4)

Meu pai, à larcira, recordava as estudantadas da sua época em Olinda. À noite as serenatas com violões plangentes. O furto de carneiros e perus gordos das chácaras e quintais burgueses para as ceias regadas a água-de-coco e vinho de cajú fabricado pelas freiras nos claustros silenciosos.

(3) — João de Albuquerque Maranhão — História da Indústria Açucareira no Nordeste, o papel social de Catende, pág. 86.

(4) — Gilberto Freyre, op. cit.

Recapitulando os fatos históricos agora lembrados neste livro para exemplo da briosa juventude do Brasil atual, cívico de ideologias exóticas, verificamos que o fundador da “Casa de Cunhaú”, uma das vivas e sugestionadoras figuras do Brasil Nortista, na frase lapidar de Frei Jaboatão, teve a grande felicidade de transmitir aos seus descendentes, até a sexta geração, aquelas suas singulares qualidades de patriota e idealista que o recomendaram, universalmente, à admiração e ao respeito da posteridade. Vejamos:

André de Albuquerque Maranhão, 4.º neto do herói de Guaxenduba, era senhor da Casa de Cunhaú de 1817, quando irrompeu, em Pernambuco, o movimento republicano. O meu jovem e talentoso amigo Dr. Luís da Câmara Cascudo, que tem estudado cuidadosamente a história daquela revolução na capitania do Rio Grande do Norte, em “Notas de História” publicadas no diário “A República” de 8 de julho de 1930, assim se refere à naturalidade do primeiro mártir daquela malograda revolução: **André de Albuquerque é pernambucano —**

Tavares de Lyra, na parte biográfica de sua ótima História do Rio Grande do Norte, disse que André de Albuquerque nascera “no actual município de Canguaretama entre os anos de 1775 e 1780”.

Gosto mais da primeira data. Em 1810 Henry Koster foi hóspede do fidalgo em Cunhaú e sua narrativa é o único documento que possuímos para minudências quanto ao físico do coronel de milicianos. O exato Koster acha André de Albuquerque com trinta anos presumíveis. Nascera, mais ou menos, em 1775. Mas parece ter nascido antes desta data porque sua carta-de-fidalgo é de 1781 e ele teria, na melhor das hipóteses, onze anos o que não seria crível para tamanha mercê. No caso de André ser um menino e receber título, esse deveria equivaler ao de “moço-fidalgo”, “pagem-da-Real-Câmara”, etc. Mas em 1781 o título é de Fidalgo Cavalheiro, o que denuncia serviços e, pelo menos, idade superior a trinta anos. Só se podia ser coronel de milícia, comandante de todo o distrito do sul (a fronteira paraibana) com 47 anos e isso corresponderia a 1770. Mas ficava o título para os onze anos...

O registo do fôro de fidalgo que a revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte publicou (vol. VIII ns. 1 e 2 pág. 102. 1910) mata definitivamente a questão de naturalidade.

Assim diz: —

“Eu a Rainha faço saber a vós D. Thomaz de Lima Vasconcellos Nogueira Telles de Silva, Visconde de Villa Nova de Cerveira, do meu conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Reino, que servis de meu Mordomo-Mór: Que hei por bem e me praz fazer Mercê a André de Albuquerque Maranhão, **natural da Freguezia de Goyaninha do Recife de Pernambuco**, filho de André de Albuquerque Maranhão, Fidalgo de minha Casa, e neto de Gaspar de Albuquerque Maranhão, de o tomar no mesmo Fôro de Fidalgo e Escudeiro della, com mil e duzentos réis de moradia por mez, juntamente o acresceto logo a Fidalgo Cavalheiro com trezentos réis mais em sua moradia para que tenha e haja mil e quinhentos de moradia por mez de Fidalgo Cavalheiro, e um alqueire de cevada por dia para segundo a ordenança e de fôro e moradia, que pelo dito seu pai lhe pertence. Mando-vos o façaes assentar no livro de matricula dos moradores de minha casa em seu titulo com a dita moradia e cevada. Lisboa, 22 de agosto de 1781. Rainha. Visconde de Villa Nova da Cerveira. Praz a V. Magestade fazer Mercê a André de Albuquerque Maranhão (repete o theor do rela despacho real). P.P. Portaria do Illmo. Visconde que serve de Mordomo-Mór, de 22 de agosto de 1787.

Registrado no livro 2 da matricula a fl. 3 e pagou mil e duzentos reis. Lisboa, 23 de outubro de 1787. Rs. 1\$200. José Caetano Sergio de Andrade. José Mauricio da Gama e Freitas o fez escrever. Fica assentado este Alvará nos livros das Mercês, e pagou mil e duzentos reis. Pedro Caetano Pinto de Moraes Sarmento. Registrado a fls. 62 do livro 4. Manuel Joaquim Borges da Silva o fez. Registrado a fls. 18 do livro 8 de Registros de Provizões e Ordens Reaes de partes, que servem nesta Secretaria de Pernambuco Recife 12 de abril de 1788. D. Antonio Pio de Lucena e Castro. Registrado a fls. 87 do livro 13 dos Registros que serve nesta Secretaria do Rio Grande do Norte. Cidade do Natal, 12 de maio de 1788. Manuel Pinto de Castro. E mais não se continha no dito Fôro de Fidalgo que aqui registrei aos 29 de maio de 1788. O escrivão da Camara — Ignacio Nunes Correia Thomaz”.

Está finda a questão de naturalidade. Mas existem duas datas discordantes. A data da assinatura real é de 1781 e todos os registos são de 1787. Engano de cópia em Natal?

Fui ao livro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal de 1775 a 1788. Lá estava — 1788 — como data da real assignatura. A revista deixara escapulir um errinho tipográfico atrapalhante...

Desta maneira chego ao fim.

André de Albuquerque é pernambucano da freguesia de Goianinha (município de Goiana) e deveria ter nascido mais ou menos em 1770.

Se foi um pouco antes...

X X X

A gens Albuquerque Maranhão, da ilustre Casa de Cunhaú, no amanhecer do Brasil, teve destacada atuação na formação da nacionalidade.

Assim é que a encontramos dominando no nordeste que vai do recôncavo baiano à capitania do Maranhão, tendo seu centro em Pernambuco.

Na revolução republicana de 1817 o nosso sangue correu em ondas para fecundar o solo da pátria escravizada pelo absolutismo da Casa de Bragança e expulsá-la, afinal, em 17 de novembro de 1889 do continente americano, que não tem lugar para monarcas...

Vejamos agora se podemos indicar as causas da revolução republicana de 1817, no nordeste brasileiro, seguindo as informações orais e escritas de autores e atores daquele drama de sangue. J. M. Pereira da Silva e Francisco Adolfo de Varnhagen, respectivamente autores da História da Fundação do Império Brasileiro e da História Geral do Brasil, conhecidos áulicos de El-Rei Nosso Senhor a quem deviam ser agradecidos pelas honras e brasões obtidos (5) entenderam de menosprezar o valor dos heróis que nobremente se sacrificaram pela liberdade da Pátria em 1817, ensinando à posteridade que a sedição militar de 6 de março se converteu logo em revolta política, quando o contrário se acha provado na verdadeira História da Revolução de Pernambuco em 1817, feita pelo insigne Monsenhor Dr. Francisco Muniz Tavares (1793-1876), um dos muitos sacerdotes que, empolgados pelas idéias

(5) — Varnhagen foi 1.º Barão e 1.º Visconde de Pôrto Seguro.

liberais, prepararam o rompimento entre Colônia e metrópole por meio do advento do regime democrático. (6)

A Revolução Republicana de 1817, imprevistamente aparecida no dia 6 de março, em Pernambuco, era planejada desde os últimos anos do século XVIII, de acordo com a política francesa pelos partidários de Napoleão 1.º, em Portugal, aliados à nossa família em Pernambuco, ou seja aos descendentes diretos de Jerônimo de Albuquerque, o Velho, com a princesa indígena Maria do Espírito Santo Arcoverde, legendaria progenitora do ilustre Mameluco Jerônimo de Albuquerque Maranhão, fundador da Casa de Cunhaú e libertador do Maranhão.

Em 1808, fugindo do exército francês, chegou D. João VI ao Brasil em companhia de sua gente (sic) “em geral balda de habilitações e luzes reconhecidamente incapaz de imaginar e conceber o progresso regular e dirigir a nova sociedade na carreira dos melhoramentos”, na opinião insuspeitíssima de J. M. Pereira da Silva. (7) Acontece ainda que, como diz o referido escritor, partindo da idéia de que era transitória a residência na Corte do Rio de Janeiro, cuidava a mesma gente apenas dos meios de vida e das precisões do momento. Para melhor esclarecimento do assunto recorremos ao importante depoimento de J. Armitage em sua História do Brasil, pág. 10 e 12. “De mistura com estas vantagens (alude à franquia dos portos e outras inovações para aqui trazidas pelo rei fujão) alguns males sobrevieram; um **exame**, de aventureiros, necessitados e sem princípios, acompanhou a família real; foi necessário admiti-los nos diferentes ramos de administração. A rivalidade sempre prevaleceu entre portugueses e brasileiros natos, e este procedimento da parte do Governo Português tendia a aumentá-la. Os novos hóspedes pouco se interessavam pela prosperidade do país; consideravam temporária a sua ausência de Portugal e propunham-se mais a enriquecer-se à custa do Estado, do que a administrar a justiça e a beneficiar o público. Era notável a estravagância e a prodigalidade da corte; ao mesmo tempo que a **Uxaria** (despesa) por si só consumia seis milhões de cruzados e as suas despesas eram pontualmente pagas; os empregados públicos estavam atrasados 9 e 10 meses na percepção dos seus

(6) — Oliveira Lima, Proêmio da História da Revolução de Pernambuco em 1817 — pág. 4.

(7) — História da Fundação do Imp. — v. 2., pág. 324.

honorários; viam-se, portanto, obrigados a recorrer à prevaricação para poderem subsistir.

A moral da côrte era a mais baixa.

O caráter individual do Príncipe Regente era incorrupto; mas as infidelidades de sua espôsa eram tão escandalosas que viu-se aquêle obrigado a viver separado dela". A par dessas misérias morais "o govêrno que não despendia com a instrução pública nem com estradas, e antes parecia sufocar até as próprias faculdades produtoras do país, obrigava êste ao trabalho sob o pêsso dos mais excessivos tributos para os desperdícios da côrte e bem-estar daqueles aventureiros que além disso e sempre que podiam, assaltavam os cofres do Estado. Não era possível que com o influxo de causas tão poderosas o espirito revolucionário deixasse de criar maiores alentos. (8)

Ao passo que isto acontecia, fermentava a revolução nas sociedades secretas e o moço pernambucano Domingos José Martins não viera de Londres como se dizia a pretexto de conhecer o estado de casas filiais da firma Dourado Dias & Cia. daquela praça, sediadas no Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, mas ao que parece, na qualidade de enviado pelas sociedades secretas da Europa para conhecer dos progressos revolucionários do Brasil. Assim pôsto, o jovem Martins depois de alguma demora no Ceará e em Pernambuco, onde teria encontrado as melhores disposições, partiu para a Bahia acompanhado do capitão de artilharia Domingos Theotônio Jorge, apresentado e acreditado perante o "Grande Oriente". (9-10)

Dali partiu Martins para Londres e Domingos Theotônio para a côrte, donde regressou tempos depois para Pernambuco. Ao tempo, porém, em que aquêles demandavam as plagas do sul, o capitão-mor de Olinda Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, rumava, occultamente, para a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, voltando depois de certa demora para o Recife.

Domingos José Martins regressou de Londres em 1815, e a revolução estava em marcha... E' notável, exclama o Dr. M. L. Machado (11) como Varnhagen e o Conselheiro Pereira da Silva, negam todos êstes antecedentes para afirmar, que a revolução não foi premeditada!

(8) — M. L. Machado. Introdução à História da Revolução de Pernambuco, pág. 29.

(9-10) — Dias Martins, Mártires Pernambucanos, pág. 258.

(11) — M. L. Machado ob. citada pág. XLVI.

Todos os escritores que se têm occupado do estudo da História da Revolução de 1817, são acordes em afirmar que a conspiração se estendia da Bahia ao Ceará, existindo, igualmente acôrdo entre as capitanias Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. "A negar-se êsse acôrdo, como explicar-se o comprometimento de tantos nomes illustres pelos seus talentos e virtudes nos acontecimentos de 6 de março", interroga M. L. Machado. (12)

Feita esta digressão a que nos obrigou a necessidade de restabelecer a verdade sôbre os justos motivos que deram lugar à necessária revolução de 1817, que veio apressar o desenlace da epopéia de 1822 quando, graças ao gênio de José Bonifácio de Andrada e Silva, alcançamos, afinal, a nossa emancipação política, voltemos ao assunto dêste capítulo, isto é, à **Casa de Cunhaú na Revolução de 1817:**

André de Albuquerque Maranhão, 4.º neto de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, e primeiro mártir da contra-revolução de 1817 no Rio Grande do Norte, era sucessor do seu illustre avoengo no govêrno da Casa de Cunhaú naquele ano. Fiel aliado dos seus parentes de Pernambuco e da Paraíba, exercia êle o cargo de Coronel Comandante da Divisão do Sul da Capitania.

Fidalgo Cavalheiro da Casa Real, por mercê de 22 de agôsto de 1787, era o mais opulento proprietário da capitania e pelas suas excelsas qualidades de caráter e bondade de coração, era uma espécie de oráculo de sua familia que se "espalhava pelos municípios de Arez, Goianinha e Canguaretama, estirando-se para a Paraíba numa continuidade de fazendas, engenhos e sítios". (13) Democrata por índole, não era estranho ao movimento revolucionário que seus parentes e amigos comandavam em Pernambuco e aliciava elementos para a revolução na Vila de Goianinha em que residia o maior número dos soldados e officiaes do seu regimento de cavalaria.

Seguindo o planejamento adotado pelos conjurados de Pernambuco, promovia reuniões secretas e banquetes a que compareciam as pessoas de maior destaque social e politico da Capitania do Rio Grande do Norte, e, para achar-se mais perto da cidade do Natal, transferiu sua residência para a Vila de Goianinha, deixando sua familia no engenho Cunhaú.

(12) — M. L. Machado ob. cit. pág. XL.

(13) — Câmara Cascudo, "Ata Diurna", "A República" — 1939.

Aos banquetes e reuniões secretas que o morgado de Cunha realizava nos Engenhos Belém e Ribeiro, de propriedade de parentes seus, compareciam o governador Tenente-Coronel José Inácio Borges, o padre João Damasceno, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Sebastião de Melo Póvoas e outros.

Nestes conclaves, com as devidas cautelas, sondavam os ânimos das autoridades quando não se tinha d'elles conhecimento por comunicação dos correligionários pernambucanos. O Reverendo João Damasceno correspondia-se com o Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, mais conhecido por Frei Miguelinho, norte-riograndense domiciliado no Recife, professando na Ordem dos Carmelitas. José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque havia governado o Rio Grande do Norte, de 1806 a 1810, quando Henri Koster, que o visitou, fez-lhe merecidos elogios, declarando que a companhia militar de Natal (140 homens) apresentava melhor ordem que as congêneres de Pernambuco e Paraíba. (14)

José Inácio Borges foi, desde os primeiros momentos, um adversário da revolução de 1817, que elle chamou "árvore sem raizes". (15) Entretanto fôra amigo intimo do insigne filósofo Padre João Ribeiro, patriota dos mais exaltados de Pernambuco, discípulo amado do sábio botânico Dr. Arruda Câmara, comparecendo às reuniões da sociedade secreta "Paraíso" e relacionando-se com as principais figuras da conjuração pelos sentimentos patrióticos. Por isso mesmo, André de Albuquerque não desesperava de conquistá-lo. Aproximava-se o dia marcado para o rompimento da revolução, que estava combinado ser no domingo de páscoa do ano de 1817, quando da coroação de D. João VI, aclamado Rei de Portugal e domínios, depois do falecimento da Rainha D. Maria Primeira, a louca, sua mãe, occorrido em 1816.

X X X

A conspiração contra as instituições monárquicas tinha atingido ao apogeu em Pernambuco onde as sociedades maçônicas funcionavam ativamente. O governador Caetano Pinto, avisado algumas vezes de que a maçonaria conspirava, res-

(14) — Luis da Câmara Cascudo — Governo do Rio Grande do Norte 1597-1939.

(15) — Idem, pág. 145.

pondia tranquilamente: “Os mações divertem-se: nada fazem.” (16)

Estremavam-se, entretanto, as antigas rivalidades entre os nascidos em Portugal e os nascidos no Brasil, acusados os primeiros pelos últimos de monopolizar os melhores empregos civis e militares, arrecadar os maiores proventos e assambarcar quanto havia de bom e rendoso na terra. O governador pouca ou nenhuma atenção prestava a essas intrigas, todavia veio alarmá-lo o incidente ocorrido na festa de N. S. da Estância, celebrada todos os anos em comemoração da derrota dos Holandeses naquele lugar. Viu-se, pela primeira vez, um prêto oficial do regimento denominado dos Henriques bater em um Português, quando ousava proferir palavras injuriosas contra os brasileiros. (17)

Desde então a desconfiança o subjugou, a fidelidade dos oficiais brasileiros pareceu-lhe duvidosa, temeu que o contágio passasse à tropa e para preveni-lo mandou publicar uma ordem do dia em que recomendava aos oficiais que vivessem em harmonia debaixo das bandeiras de S. Majestade fidelíssima.

Em seguida um português **ilhéu** obscuro, Carvalhinho de nome, denunciou ao Ouvidor Dr. José da Cruz Ferreira a conspiração em marcha e concluía afirmando serem chefes da mesma o Padre João Ribeiro Pessoa, Domingos Jose Martins, Antônio Gonçalves da Cruz e alguns oficiais do Regimento de 1a. linha.

O Ouvidor, tímido, se bem que brasileiro, aceita a denúncia e vai transmiti-la ao Governador. Este, temendo assumir, sozinho, a responsabilidade de qualquer medida, convocou o Conselho de oficiais generais portugueses, que estavam no Recife.

A denúncia foi considerada verídica por todo o Conselho e ordenada a prisão dos paisanos denunciados; a de três capitães de artilharia, Domingos Teotônio Pessoa de Melo, José

(16) — M. L. Machado, obra citada, pág. XXXVII — Entre as lojas maçônicas aludidas figurava o “Aerópago de Itambé”. Era uma sociedade secreta política e maçônica no seu espirito, senão rito, que lhe teria sido talvez posterior. Orientados pelo botânico Dr. Manuel de Arruda Câmara, trabalhavam seu irmão Francisco de Arruda Câmara, igualmente médico, e os irmãos Francisco de Paula, Luis Francisco de Paula e José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, estes colaterais do fundador da “Casa de Cunhaú”, sendo o primeiro deles senhor do engenho Suassuna.

(17) — Monsenhor Muniz Tavares. História da Revolução de Pernambuco em 1817, pág. LXXXVI e seguintes.

de Barros Lima, vulgo Leão Coroado, e Pedro da Silva Pedroso; a do Tenente-Secretário do mesmo Corpo, José Mariano de Albuquerque, e a do Ajudante de Infantaria, Manuel de Sousa Teixeira. A precipitação que presidiu àquela deliberação acompanhou a execução. Os paisanos que deviam ser presos gozavam de geral estima e os militares em particular eram bem vistos dos seus camaradas. Se em qualquer tempo prisões de tal natureza demandam grande cautela, muito maior deve ser empregada quando os ânimos estão já exaltados. Foi esta falta que acelerou o rompimento geral.

Por não estarmos, aqui fazendo a história dos acontecimentos de 6 de março de 1817 no Recife, não entraremos em pormenores sobre os mesmos. “Cinco ou seis homens” (depõe o Ouvidor Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, escrevendo ao seu irmão José Bonifácio, em 14 de abril de 1817) “destroem num instante um governo estabelecido e tôdas as autoridades se lhes sujeitam sem dúvidas”. Nestas poucas palavras o grande patriota esboçou o quadro real do **governicho** de Caetano Pinto de Miranda Montenegro em Pernambuco. Dêsse governo nos diz o citado autor dos Mártires Pernambucanos, à pág. 259: “... o governo revelou-se à força das tempestades políticas, e as colônias participaram da relaxação da metrópole. Pernambuco singularmente fêz-se escandaloso sob o generalato de Caetano Pinto, a hégira ou passagem da corte para o Rio de Janeiro, e tudo quanto é roubo, licença e imoralidade consumou a relaxação; o governador de Pernambuco fêz-se tão desprezível, que o **grande secreto tornou-se quase vulgar** e aguilhoava fortemente a ardência natural dos pernambucanos a quem fallava somente um **gênio** assaz audacioso para dar movimento combinado à marcha já existente”.

Esse gênio surgiu na pessoa do bravo capitão José de Barros Lima, o “Leão Coroado”, abatendo a golpes de espada o brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro, Chefe da artilharia. “Português orgulhoso, altivo, violento e severo”, depõe Muniz Tavares, “persuadia-se que nenhum dos seus subalternos se arriscaria a desobedecer-lhe em face. Com essa presunção mandou avisar aos oficiais do seu regimento na hora indicada se apresentassem no quartel. Alguns dêsses, bem que não deixassem de desconfiar de tão intempestiva convocação e receassem que contra as suas pessoas se comesse ato violento, decidirão-se a comparecer, não querendo dar com a ausência maior motivo de suspeita”.

O que aconteceu está no domínio da história e amplo conhecimento de todos os brasileiros eruditos; Manuel Joaquim, grosseiramente, insolentemente, interpela os oficiais brasileiros, ofendendo-os nos seus brios e em suas dignidades. O capitão Barros Lima, ao ser intimado da voz de prisão, depois de ter visto sair escoltado o seu digno companheiro de armas, o Capitão Domingos Teotônio, para ser internado na Fortaleza das "Cinco Pontas", antes mesmo de ter o Chefe imprudente terminado a palavra, ergueu-se com a velocidade do raio, e o abateu com um fulminante golpe da espada que cingia na ocasião. Estava desde aquêlê fatal momento lavrada a sentença de morte de milhares de brasileiros dignos, quicã da radiosa mocidade pernambucana daqueles tristes tempos, que se ia educar nas universidades européias de lá voltando cheia de vivo entusiasmo pelos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, bebidos em largos haustos nos livros dos poetas e filósofos franceses do século XVIII, que se tornaram o Evangelho político da América do Sul.

Na revolução pernambucana de 1817 foi quando os brasileiros, pela primeira vez, sentiram a volúpia de derramar o seu sangue pela liberdade da Pátria. E por que foram vencidos os conjurados da revolução republicana de 1817?

Tem a palavra o sociólogo patricio Bonfim, em cujo estilo contundente se reflete a indignação dos heróis maiores de 1817. — "... Quando foi da independência, havia quase dois séculos já que o Brasil era cuidadosamente estiolado, diminuído em forças, hostilizado em intuitos, duramente oprimido, intoxicado, corrompido, falseado em suas tradições, no fim explícito de — não ser Brasil; havia quase dois séculos que Portugal vivia exclusivamente do Brasil, empregando, agora, tôda a sua terrível tenacidade em conservar a colônia-têta, como simples têta para a sua voracidade implacável mas incapaz de fazer por si o sustento.

O que para os outros neo-Ibéricos foram facilidades, para nós foi agravação de dificuldades: sob o lixo vindo em 1808, já não era possível — nem efetiva e simples separação, nem verdadeira independência; e, menos ainda, a sonhada independência como democracia. Ninguém contestará que: uma coisa é repelir o domínio de uma metrópole distante, anulada praticamente em todos os seus aparelhos de força intransigentemente contrariada pela única potência marítima do momento; outra é que uma nacionalidade, já definida e hostilizada possa obter soberania devendo abater uma monarquia que está diretamente sôbre ela, senhora, aí, de tôdas as posi-

ções, de todos os recursos, longamente treinada em subjugarla e amparada nessa mesma potência marítima.

Agarrado ao ubre-Brasil, o Governo português tinha aqui toda a sua aparelhagem de domínio; aqui estendera a rede corrutora dos seus meios. Ainda assim; apesar dos processos de uma corte bragantina, realizada na miséria de um D. João VI, agindo sobre ingênuos crioulos, o Brasil se levantou no brio de Pernambuco, que só foi dominado porque foi generoso. No primeiro momento os de **dezesete** desenvolveram um vigor que levou de rastros todo o aparelho oficial português, deixando bem patente a grande torpesa que ele era. Só foram vencidos, os revolucionários pernambucanos, porque existindo aqui todos os recursos da metrópole (com a vantagem de só empregar perfidias e infâmias) esta se achava em situação de hedionda superioridade. Era a luta desigual do apóstolo e o sicário, o punho e a algema... Ergueram-se os Pernambucanos, em valor humano e coragem leal, contra o negreiro degenerado, aqui reduzido a feitor covarde e implacável. E os idealistas, os trataram como a homens iguais e os chamaram de **irmãos!**... Foi a fraqueza essencial em que foram abatidos e executados por sentença daqueles mesmos a quem tinham generosamente perdoado e protegido. Não: para vencer a infecção, é indispensável afastar, pelo menos o infectante. Os neo-Castelhanos procederam de modo inteiramente inverso como haviam procedido os que venceram o Holandês **não haja quartel**... Já não é somente o combatedor; mas a execução imediata de todo o adversário: não haja quartel para o Espanhol, ou para o crioulo seu aliado nem se lhe pergunte de estado e idéias. Esta foi, por muito tempo, a fórmula de luta ali, até que a ferocidade chegou à definitiva repugnância. Os de 1817 nunca venceriam assim e foram finalmente reduzidos”.

X X X

Precipitados que foram os acontecimentos no Recife, não tardou chegar a notícia ao conhecimento dos conjurados do Rio Grande do Norte.

Nesta província os revolucionários pernambucanos contavam com a adesão do seu governador José Inácio Borges, natural de Pernambuco, amigo íntimo do Padre João Ribeiro, pensando como este em matéria política.

Borges, no Recife, frequentava as casas das pessoas distintas por sentimentos de filantropia e tornara-se suspeito ao partido Português, não só por isto como pelas relações de amizade que mantinha com o referido Padre João Ribeiro.

“Mas naquela época era ele apenas um Cabo-de-Esquadra de Artilharia sem herança de nome nem de fortuna, trabalhando assiduamente para adquirir uma e outra. Agora, porém, era um Tenente-Coronel, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e Governador de uma Província; sua ambição achava-se já satisfeita em parte, e em parte quase segura de maior progresso. O lucro que o Governo Democrático por ventura lhe desse, era incerto, e exigia sacrifícios que repugnão com o egoísmo.

“Se a glória é tesouro inapreciável para os espíritos sublimes, é falsa moeda, para quem só aprecia objetos materiais. A experiência ainda não tinha ensinado aos Pernambucanos distinguirem as várias côres do fingido patriotismo; nas grandes comoções é que se recebe semelhante lição, ela foi dada magistralmente”. (18)

Os revolucionários pernambucanos dirigiram-se por cartas, simultâneamente, à Borges e à André de Albuquerque Maranhão, avisando-lhes que era chegado o momento de mostrar, corajosamente, a liberalidade de seus sentimentos patrióticos.

Borges, homem de espirito prático, como acima foi dito, achava que “a árvore da Liberdade ainda não tinha raízes”. Reconhecia a nobreza do sentimento que animava os conjurados mas sem base, (sic) “êsse belo edifício não tardaria em desmoronar-se, abismando em sua queda, tantas vidas preciosas”. (19) André de Albuquerque, idealista, como o seu avôengo Jerônimo de Albuquerque Maranhão, meteu mãos à empreza. Aqui, é oportuno transcrever o que dêle diz Muniz Tavares à páginas CXXXII, da sua supra-citada obra... “Sabia José Inácio Borges que na Província tinha muita influência o nome de Albuquerque Maranhão, nome ilustre pela nobreza de seus antepassados, e mais ilustre por virtudes cívicas; estava certo que o oráculo da família dêsse nome era o Coronel de milícias André de Albuquerque Maranhão, poderoso pela riqueza, amado e respeitado pela boa conduta. O Governador

(18) — Muniz Tavares — Obra citada, páginas ns. CXXX — CXXXI.

(19) — Isabel Gondim — Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte, págs. 21-22.

Borges, antes de apostatar, resolveu observar a vereda, que seguiria aquêle rival; aliciá-lo, fazê-lo, se fôsse possível, seu partidário ou reduzi-lo a onimoda impotência, era quanto lhe convinha. Obrou coerentemente entregando-se a êsse pensamento; precipitou-se quando tratou de pô-lo em prática”.

Ciente do advento do govêrno republicano provisório, prematuramente empossado no Recife no dia 6 de março de 1817, André de Albuquerque dirige-se à vila de Goianinha, onde residiam membros importantes da conjuração, a fim de acordarem nas medidas que deviam tomar para o golpe revolucionário.

Ali alguém logo sugeriu a idéia de solicitarem a adesão do governador à revolução, evitando destarte derramamento de sangue.

Reunido o conselho de oficiais para tomar conhecimento da referida sugestão, foi a mesma recusada sob o fundamento de despertar, assim, a atenção do governador, que, no caso de recusa, como era provável, tomaria medidas repressivas, criando-lhes dificuldades na execução do projeto.

Meditava André de Albuquerque sôbre o seu problema quando um caso imprevisto lhe deu pronta e feliz solução para o mesmo.

Como acima foi dito, Borges, querendo sondar o ânimo do adversário, a pretexto de evitar que os revolucionários paraibanos invadissem a sua província, abandonou a capital sem deixar instruções e, incógnito, foi visitar André em seu engenho Cunhaú, apenas acompanhado de um criado. Vencidas tantas léguas, ali chegando soube que o Coronel tinha ido para a vila de Goianinha. Em seguida, Borges parte sem pausa para a aludida vila. Uma vez ali foi apear-se na casa do homem tão ardentemente procurado, sendo recebido com aquelas “maneiras gentis ou melhor cortesias que lhe foram atribuídas pelo *“the accurate Hoster”*, o exato Koster, quando de sua visita em 1810 à Casa Grande de Cunhaú. (20) Jantaram juntos, retiraram-se depois para uma sala onde estiveram fechados por algum tempo. Terminada a conferência, o hóspede montou a cavalo e partiu para a capital, sem mostrar descontentamento.

(20) — Henry Koster — Viagens ao Nordeste do Brasil. Tradução portuguesa do Dr. Luis da Câmara Cascudo.

Albuquerque, aceitando a incumbência, foi observar as aludidas fronteiras que demoram a pequena distância do Engenho Cunhaú, de sua propriedade, onde se recolheu. Logo comunicou aos conjurados o ocorrido bem como participou ao governador não estarem as fronteiras invadidas e que em obediência às suas instruções as teria sob suas vistas, convindo, entretanto, êle próprio verificar para orientar-se acêrca de qualquer eventualidade superveniente. (21)

Regressando André a Goianinha, resolve, de acôrdo com seus comandados, requisitar, secretamente, ao govêrno provisorio da Paraíba algum auxilio de tropa, uma vez que na revolução triunfante daquela capitania haviam tomado ativa parte entre outros seus parentes Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, capitão-mor João de Albuquerque Maranhão (de Santo Antônio) nome de sua propriedade rural, e seu filho João de Albuquerque Maranhão (de Miriri), meu avô paterno. Segundo Monsenhor Muniz Tavares, confidente e director espirital de André de Albuquerque, o vigário daquela vila, Antônio de Albuquerque Montenegro, patriota exaltado, ficou alarmado com a aparição do governador em Goianinha e curioso de saber o assunto da conferência reservada de Borges com André, foi procurar o morgado de Cunhaú, que de tudo o informou minuciosamente, isto é, dos “subterfúgios com que Borges intentara arrastá-lo à defesa da Monarquia”. “O vigário aceso de furor increpa-lhe a cobardia de não haver prendido o sedutor e acrescenta: “Já que não aproveitaste a ocasião favorável, não vos resta outra alternativa senão segui-lo no momento com escolta fiel, e prendê-lo, onde o encontrardes, ou sujeitar-vos a fazer com o vosso cadáver a escada da sua fortuna; e vos direi que se êste último caso succedesse, a Pátria vilipendiada terá em eterna execração a vossa memória”. Êste padre se esquecia de que um fidalgo, como André de Albuquerque Maranhão, nunca olvidaria o sagrado dever da hospitalidade, para proceder de forma incompativel com a sua dignidade e a sua honra de cavalheiro, prendendo um cidadão que se achava sob o seu teto e viera distingui-lo com uma comissão de elevada confiança.

(21) — Isabel Gondim, obra citada, pág. 18.

Contestando a exposição do ilustre historiador da revolução pernambucana a propósito da conferência efetuada em Goianinha entre André de Albuquerque e o governador, escreve o eminente Sr. A. Tavares de Lira em sua História do Rio Grande do Norte, pág. 410... "O fato como está narrado não pode ser verdadeiro. Documentos de presentes conhecidos comprovam que as forças de André de Albuquerque estavam aquarteladas no seu Engenho Cunhaú, que pelas estradas de então, distava cinco léguas de Goianinha e dez do Engenho Belém (pela estrada de ferro, fica atualmente a mais de 20 quilômetros de Goianinha e a mais de 40 de S. José de Mipibu, em cujas proximidades está este último engenho). A conferência que elle teve com José Inácio Borges realizou-se de três às cinco horas da tarde do dia 24 e o cerco do engenho de Belém às quatro horas da madrugada de 25. Quer dizer que entre a conferência e o cerco mediam 11 horas. Admitindo que André de Albuquerque se houvesse encontrado com o vigário Montenegro imediatamente depois daquela conferência e que após esse encontro expedisse um próprio para o Cunhaú, ordenando a marcha das forças o aviso, aceita a melhor hipótese, não chegaria ao seu destino antes de nove ou dez horas da noite. Suponhamos que tivesse chegado às nove. Restariam sete horas, — de nove às quatro da madrugada — para que as referidas forças, compostas de mais de quatrocentos homens, muitos a pé, se preparassem, se pusessem em marcha e vencessem, sem descanso, dez léguas. Era materialmente impossível. Tudo indica que antes de seguir para Goianinha, a fim de conferenciar com o Governador, André de Albuquerque, aproveitando o abandono em que o mesmo deixou a Capital, determinara que sobre esta avançassem as suas tropas, a cuja frente se colocou mais tarde.

De acôrdo com peças e informações oficiais, já em grande número publicadas (vide "Rev. do Inst. Hist. do R. G. do Norte", vol. V, VIII e IX), fácil é reconstituir os acontecimentos".

Detido e prêso o governador no engenho Belém, a 25 de março, pela forma que elle mesmo expôs com absoluta fidelidade, a revolução estava feita. Assim se tem entendido e não foi por outra razão que o Instituto Histórico e Geográfico do Estado, em representação dirigida ao Congresso Legislativo ("Rev. do Inst. Hist. e Geográfico do R. G. do Norte", vol. VIII), pediu, em 1904, que fôsse esse dia considerado feriado estadual, em comemoração ao movimento republicano

de 1817, revogando-se a legislação anterior que ferialva o dia 19, erradamente fixado por Muniz Tavares como o da entrada das forças revolucionárias em Natal. Esta entrada efetuou-se no dia 28, sem protesto de quem quer que fôsse e com o apoio da companhia de 1.ª linha, que com elas confraternizou, aclamando tôdas a pátria, a religião e a liberdade”.

Assim pôsto, André, cercado de oficiais e soldados do seu luzido regimento de cavalaria, partiu a grande galope em busca da prêsa que lhe escapava. Acompanhava-o seu primo e cunhado André de Albuquerque Maranhão, capitão-mor de Vila-Flor e Arez, (André de Estivas) o seu secretário particular João Moreira Cordeiro e outros patriotas, ao todo cinco pessoas amigas. José Inácio Borges havia pernoitado no Engenho Belém, propriedade de Luis de Albuquerque Maranhão, situado no ubertoso vale do Capió, e dormia tranquilamente sob o teto hospitaleiro de mais um rebento da grande árvore genealógica da “Casa de Cunha”.

André ali chegando alta noite, pôs a “Casa Grande” em cêrco e, ao alvorecer, abrindo-se as portas, entrou com dois dos seus oficiais, aproximou-se do governador e deu-lhe a voz de prisão. O prisioneiro reconheceu então a imprudência da sua conduta, resignou-se, não murmurou, não se humilhou nem também sofreu tratamento vil. Com êste golpe de mão, estava feita a revolução no Rio Grande do Norte.

André de Albuquerque naquele momento tinha em suas honradas mãos os destinos de uma Província, cujo povo não possuía nenhuma educação política nem tinha consciência dos seus direitos de cidadania.

Felizmente, para êle, não tardou em chegar o auxílio que havia pedido ao govêrno da Paraíba.

Este constou de cinquenta soldados de primeira linha comandados pelo bravo Tenente-Coronel José Peregrino Xavier de Carvalho, auxiliado por três oficiais subalternos de sua companhia. Cheio de ardor patriótico, José Peregrino, acompanhado do capitão-mor da capital da Paraíba João de Albuquerque Maranhão, (de Santo Antônio) para deferenciá-lo de outro patriota exaltado com igual nome, proprietário do engenho Miriri, que era avô paterno de quem escreve êste livro, José Peregrino, dizíamos, tendo desembarcado na Baía Formosa (Aretipicaba dos Tupis) com a sua tropa, posera-se imediatamente em marcha para Goianinha à procura de André de Albuquerque, deixando duas peças de artilharia, cujo transporte não podia ser feito aceleradamente, para virem depois.

Em Goianinha, tendo ciência dos recentes acontecimentos de Belém, para lá partiu em marcha acelerada, tendo ali chegado um dia depois da prisão do Governador.

O capitão-mor da cidade da Paraiba, João de Albuquerque Maranhão, que como voluntário se associara à expedição de José Peregrino, "**homem de caráter firme**", (22) foi incumbido da missão de conduzir a Pernambuco o governador prisioneiro, sem perda de tempo, comissão que ele desempenhou pacificamente. Borges, segundo a tradição oral, montava um cavalo sem freio (em cabresto) e viajara com as pernas amarradas sob o ventre do animal, no meio da força que o escoltava. Quando a notícia da revolução riograndense chegou a Pernambuco, o prazer não foi completo. Sobre o assunto escreve Muniz Tavares (23) "a causa da Pátria triunfava, mas um dos seus filhos, em quem se confiava, a tinha renegado. Os Pernambucanos ainda não experimentados nas vicissitudes políticas, custavam a compreender que um homem como o Borges fôsse capaz de trair tão fundadas esperanças. Os seus amigos na impossibilidade de o defenderem, limitavam-se a pranteá-lo. Ele desejando furtar-se aos olhos de um povo, que cria irritado, pediu ao Comandante da escolta, que o acompanhava, o favor de entrar de noite no Recife; duvidava injustamente da generosidade daquele povo. Foi satisfeito o seu pedido; entrou de noite, encontrou silencioso desprêzo, e ficou na Fortaleza das Cinco Pontas debaixo de chaves". A chegada do pequeno exército sob o comando do inolvidável soldado paraibano deu uma nova alma à conjuração potiguar. Ademais Paraibanos e Riograndenses, haviam quase decorrido dois séculos, deram-se as mãos para a expulsão dos Holandeses do território da Pátria. Agora, iriam unidos arriscar as suas vidas no patriótico propósito de libertá-la da gananciosa metrópole portuguesa. Desembaraçado do governador deposto, André de Albuquerque com José Peregrino e sua tropa, acompanhado de parentes, de amigos e de alguns dos seus milicianos, pôs-se em marcha para Natal na manhã

(22) — Assim se expressa o Padre Muniz Tavares:

"João d'Albuquerque Maranhão, Capitão-Mor da cidade da Paraiba que desejando ser útil à sua Pátria, e parentes associou-se a esta expedição como voluntário, era homem de caráter firme".

Obra citada, pág. CXXXIV.

(23) — Muniz Tavares, obra citada, pág. CXXXVI.

de 27 de março. A expedição fêz alto em Parnamerim ou seja a 17 quilômetros de distância de Natal. (24) Os cavaleiros apcaram-se e o Coronel André de Albuquerque proferiu vibrante alocução sôbre o motivo da jornada, concitando todos a marchar em defesa dos princípios da Liberdade da Pátria. Empolgados pela oração que acabavam de ouvir, cavalgaram em seguida e, aceleradamente, partiram para Natal.

Quando entravam na Capital, foram recebidos pela guarnição da capitania, tendo a sua frente o capitão Antônio Germano Cavalcante, seu comandante.

Essa tropa compunha-se de cem homens com a officialidade correspondente. Erguendo vivas à religião e à Pátria, Antônio Germano pusera os seus serviços à disposição do coronel André de Albuquerque, com quem, dêste modo, confraternizou.

Na vertigem da vitória fácil, mal sabia o bom e generoso André, que aquele monstro, tal novo Judas, guiaria o negro bando dos inimigos da liberdade da Pátria, que seriam seus matadores, exatamente 25 dias depois daquele falso acolhimento. Assim, partiram todos com entusiasmo para a cidade cujas portas lhes eram franqueadas.

Cercado do respeito público, André de Albuquerque, seguido por sua comitiva, da tropa da guarnição, e do povo que se lhes reunira, fêz sua entrada solene em Natal no dia 28 de março, dirigindo-se para a casa da Câmara onde fizera,

(24) — Parnamerim constitui, hoje, a maior base aérea da América do Sul e foi por assim dizer o trampolim da vitória na segunda conflagração mundial. O Coronel André de Albuquerque Maranhão, em 27 de março de 1817, demandando Natal para estabelecer a sede do governo provisório da revolução republicana, ali fêz alto proferindo uma alocução patriótica para levantar o moral de seu pequeno exército. Haveria talvez uma predestinação naquele ato cívico. De Parnamerim, 126 anos depois, aviões brasileiros e americanos partiram em revoadas para a conquista da vitória que salvou a civilização cristã da impiedade nazi-fascista. Dali partiram em 1943, numa revoadada magnífica, 600 aparelhos quadrimotores pesando, cada um, 40 toneladas. Parnamerim é uma corruptela de Paraná-mirim, rio pequeno dos Tupis. A atual base aérea dispõe de várias pistas asfaltadas, medindo cerca de 2 quilômetros de comprimento por 400 metros de largura.

O aeroporto de Parnamerim foi pela Lei n. 1473A, de 24 de novembro de 1951, denominado Augusto Severo. Em 1950, o deputado Gili Soares, representante do Rio Grande do Norte no Congresso Nacional, apresentou à Câmara dos Deputados o projeto n. 1187 origem daquela Lei, dando o nome daquele aeronauta patricio ao aeroporto de Parnamerim, como primeira homenagem da Câmara pelo cinquentenário da morte de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, que fizera parte daquela casa do parlamento nacional. A referida Lei entrou em vigor em 12 de maio de 1952, data do cinquentenário aludido. — J.M.

de uma janela, a proclamação da Liberdade entre os aplausos de uns e a estupefação de outros.

No dia 29 tratou-se da nomeação dos membros da Junta do Governo Provisório, e conforme o acôrdo de Belém, entre os principais próceres do partido republicano em formação, recaiu a escolha nos seguintes cidadãos:

Coronel de milícias André de Albuquerque Maranhão, presidente, comandante das armas.

Feliciano José Dornelas, Pároco da cidade de Natal. Antônio Germano Cavalcante, capitão comandante da companhia de linha. Joaquim José do Rêgo Barros, coronel de milícias. Antônio da Rocha Bezerra, capitão de milícias.

O Padre Muniz Tavares (25) tecendo comentários em tôrno dos individuos escolhidos para compor a "Junta governativa" declara "que eram pessoas probas, de alguma ascendência, mas indolentes por caráter, de mui pouco saber, e arraigadas aos velhos usos. O André de Albuquerque escolhendo-as, e comprometendo-as, lisonjeou-se que os faria adherentes à revolução e excitaria maior confiança no povo ao mesmo tempo que havendo reservado para si o govêrno das armas, podia por em obra os recursos que esta posição lhe dava".

D. Isabel Gondim, *in op.* citado, referindo-se à Junta, acrescenta que Joaquim José do Rêgo Barros e Antônio da Rocha Bezerra, embora ignorantes, eram homens sensatos, ricos, e de grande familia no municipio da capital. Fôra nomeado Secretário dessa Junta governativa o cidadão João Moreira Cordeiro.

Os individuos escolhidos por André de Albuquerque para membros da referida Junta não recusaram a nomeação, não foram aplaudidos pela opinião pública, nem tampouco vituperados. Dirigiram-se incorporados à Matriz, onde renderam ação de graças ao "Todo Poderoso" e foi, na opinião, do Padre Muniz Tavares, "a maior ação com que se assinalaram no curto espaço de tempo em que figuraram".

Por ordem particular do novo governador das armas, desapareceram as insígnias da realza.

A Paraíba e Pernambuco receberam comunicação official das novidades ocorridas.

Monsenhor Muniz Tavares, à folhas CLXXXVI do seu livro supracitado, referindo-se ao curto govêrno de André de

(25) — Muniz Tavares, *ob. cit.* fls. 136.

Albuquerque no Rio Grande do Norte, atribui-lhe, injustamente, qualidades negativas para o exercício do alto cargo que em má hora o destino lhe confiou, e diz (sic) “que Albuquerque não sabia aproveitar-se da sua brilhante posição para dar impulso de vida aos autômatos que giravam-lhe em torno e **que pouco provido de dotes naturais**, tinha ao menos abundância de fortuna e desta não usava por ser mesquinho”. Vê-se que aquele cronista argumenta em falso e se compraz em diminuir as virtudes cívicas do grande mártir pelo simples prazer de fazer frases sonoras.

A prova de que o morgado de Cunhaú não era um mesquinho matuto vulgar dá-nos o exato Koster, no seu notável livro “Travels in Brazil”, publicado em Londres em 1816, quando lhe traça o magnífico perfil em estilo elegante e simples, revelador da clarividência do seu brilhante espirito: - - ei-lo. “E’ um homem com cerca de trinta anos, bem feito e com um talhe acima do mediano, com maneiras gentis, ou melhor, cortesies como os brasileiros de **educação geralmente possuem**.”

O coronel reside no seu engenho feudal. Seus negros e demais serviçais são numerosos.

Comanda o regimento de cavalaria miliciania e o tem em bom estado, atendendo-se às condições da região. Veio para perto de mim, logo que desmontei, e lhe entreguei as cartas que levava e ele as pôs à parte para ler em sossêgo.

Fez-me sentar e conversou sôbre várias questões, meus planos, intenções, etc.

Levou-me aos aposentos reservados aos hóspedes a pequena distância dos seus. Encontrei um bom leito. Trouxeram água quente numa grande bacia de latão e todo o necessário foi providenciado. **Tudo era magnífico e até as toalhas tinham franjas**, etc. Koster prossegue na descrição minuciosa do luxo, do bom gosto, da distinção, da “Casa Grande de Cunhaú”, residência de André de Albuquerque e em seu entusiasmo por tudo aquilo que viu, declara: ... O jantar não podia ter sido melhor preparado nem mais perfeito **mesmo se fôsse feito no Recife**, e um epicurista inglês teria ali com que agradar seu paladar. Só foi possível retirar-me às três horas. Meu leito era ótimo e tive ainda mais prazer por não esperar encontrar um naquelas paragens. Era êste o homem **mesquinho, pouco provido de dotes naturais de que fala o reverendo Muniz Tavares, bem colega do vigário de Goianinha** que vociferou contra André porque não cometeu a **infâmia** de prender o governador Borges no mesmo momento em que era seu hóspede. O infável Muniz Tavares desejaria talvez que André de Al-

buquerque, num passe de mágica, transformasse em estadistas de larga visão os **tabaréus** analfabetos do Rio Grande do Norte de 1817, fanáticos por “**El-Rei Nosso Senhor e a sua côrte composta de gente balda de habilitações e luzes, reconhecidamente incapaz de imaginar e conceber o progresso regular e dirigir a nova sociedade na carreira dos melhoramentos**”, na opinião insuspeita do autor da **História da Fundação do Império**, Sr. J. M. Pereira da Silva, áulico da Monarquia.

Se assim eram os fidalgos da metrópole, imagine-se o que seriam os capitães de milícia escolhidos por André de Albuquerque para seus secretários de Estado!...

Oliveira Lima, nas anotações que fêz ao Livro do Monseñhor Muniz Tavares, quando do centenário da Revolução de 1817, numa página que é uma verdadeira **água forte**, escreve:

“Os sacerdotes formavam a classe mais instruída do país e por este próprio fato se aninhava entre elles o mais veemente amor à liberdade”.

Uma semana depois da sua chegada a Pernambuco, o viajante francês Tollenare, indo jantar em Olinda com os carmelitas descalços do convento de Santa Theresa, já registrava em suas “Notas Dominicais” que: “não era essa a primeira vez que notava entre os frades mesmo mendicantes, se encontrava mais espirito e instrução do que nas outras classes”.

Presumia êle, portanto, que “não era senão nesta superioridade de conhecimentos que se devia procurar a causa da manutenção da sua existência em meio da opinião geral que reclamava a sua supressão, opinião que tinha penetrado das classes elevadas às médias e que se manifestava em todos os estados portuguezes com a máxima liberdade”.

Tonellare diz ainda que teve por essa ocasião de fazer frente ao guardião e a outro frade, aos quais nenhuma das circunstâncias da Revolução francesa era estranha, mostrando suas infundáveis controvérsias e erudição que possuíam e o desejo de instruírem-se de que se achavam animados.

A revolução de 1817 pode quase dizer-se que foi uma revolução de padres: pelo menos constituíram o seu melhor elemento, o que mais provas deu de sinceridade, de isenção e de devotamento, aquêle onde se recrutaram, com poucas excepções, seus dirigentes. A lista dos que participaram do movimento e sofreram pelas idéias que tinham feito suas, encontra-se reproduzida por Antônio Joaquim de Melo, no estudo de Mário Melo sobre a Maçonaria e a Revolução de 1817. (Rev. do Inst. Arch., n. 79, vol. XV. 1910). Abrange no seu

avultado número cônegos e governadores do bispado, vigários, coadjutores, regulares e seculares dos quais dois se suicidaram, quatro foram supliciados e muitos condenados à pena de prisão na Bahia.

O catecismo liberal imbuíra de tal modo o clero que o governador do bispado, deão Manuel Vieira de Lemos Sampaio, chegaria a publicar uma pastoral em que declarava não ser a revolução contrária ao Evangelho, porquanto a posse e o direito da Casa de Bragança eram fundados num contrato bilateral, estando os povos desobrigados da lealdade jurada por ter sido a dinastia quem faltou primeiro às suas obrigações. Era esta, em sentido diverso, a doutrina invocada nas colônias espanholas, nomeadamente em Buenos Aires, para justificar o grito da Independência. A fidelidade era devida ao Rei, suzerano direto das colônias, não à metrópole; o laço era portanto pessoal e desaparecera visto que o Rei se achava, si bem que sem culpa própria, coato, prêso e deposto.

Padres assim politicos não podiam ser sacerdotes de vida canonicamente exemplar. Amancebados muitos dêles, davam o mau exemplo e o número de eclesiásticos desordeiros não era tão limitado quanto o exigiria a disciplina. Aliás a vida monástica, teòricamente contemplativa, já pouca sedução exercia. Koster, ao descrever o raro espetáculo a que assistiu, no convento de São Francisco de Igarassu, da profissão de um noviço, observa que em outros tempos havia pelo menos um frade em cada familia, mas que as coisas tinham mudado, preferindo os rapazes outras occupaões. Não havia mais na capitania convento algum cheio, e alguns mesmo tinham sido abandonados. O noviço que não tinha mais de 16 anos, parecia intimidado. Recomendando-lhe o guardião que não tivesse vergonha, comentou, por gracejo, um dos assistentes que **"a pouca vergonha era de fato a regra da ordem"**. (Koster ob. cit.).

X X X

Investido do cargo de Presidente da Junta do governo Provisório e comandante das armas do Rio Grande do Norte, André de Albuquerque Maranhão, o mais rico proprietário daquela Província, antes de assumir o exercício dirigiu-se à "Casa do Erário" e pediu a quem de direito que extraísse as certidões de sua divida fiscal, pagando-a à bôca do cofre.

Assumindo o govêrno, enviou no dia 3 de abril Joaquim José do Rêgo Barros à povoação de Extremoz, Município do Ceará-Mirim, a três léguas de Natal, hoje decadente e outróra vila próspera, para, segundo as próprias palavras do referido emissário, **“levantar o malvado Estandarte da Liberdade e dar vivas à Pátria, levando-o armado ao entrar da Vila, para o que levasse comigo o official inferior e depois de correr a rua entoando muitos vivas o firmasse no lugar mais público e que tomasse conta aos Tesouros dos dinheiros das Sizas, Décimas, Selos, e de Auzentes e que fizesse abolir a Coroa Real da frente da Casa da Câmara”**. (26-27)

Declara ainda êsse individuo no citado relatório que “... repugnando eu fortemente o sêr executor de semelhante ordem, partio comigo até o ponto de ameaçar-me o tirar a cabeça fóra: e ao poder de tão violenta força lhe disse que hiria; porem que não tinha dinheiro para comprar a bandeira ao que me respondeo com hum ar severo “tão indigente estais”, eu lhe respondi que sim”. Êste documento é firmado por Joaquim José do Rêgo Barros em 7 de julho de 1817, ou fôsse quando José Inácio Borges, governador deposto por André de Albuquerque, já havia reassumido o govêrno, voltando do Recife onde esteve **sob chaves** na Fortaleza das Cinco Pontas. Borges reassumiu o cargo de governador em 17 de junho de 1817 e conforme as instruções recebidas, tratou logo de apurar as responsabilidades dos patriotas, e sendo manifesta a dos membros do govêrno provisório, embora nada houvessem feito, foram presos os 4 ditos restantes para serem submetidos a julgamento. (28) Isto pôsto, era natural que José Joaquim do Rêgo Barros, defendendo a própria vida, lançasse sôbre a memória de André de Albuquerque toda a culpa, dizendo-se coagido pela força, a exemplo de quase todos os conjurados da Revolução malograda com a honrosa exceção do Padre Miguelinho, que era do Rio Grande do Norte, mas conspirou em Pernambuco. “A sua fortaleza de ânimo quando julgado foi extrema, e êle nobremente reivindicou, como suas, assinaturas que estavam sendo postas em dúvida no empenho de innocentá-lo”. (29)

André de Albuquerque, no govêrno, deu ainda igual comissão a vários próceres de sua confiança para proclamar a Liberdade em outras vilas e povoações da Capitania. Fôra um

(26-27) — Relatório de Joaquim José do Rêgo Barros — Apêndice à Hist. da Rev. de Pernambuco de 1817 do Padre Muniz Tavares, pág. 306.

(28) — D. Izabel Gondim, ob cit.

(29) — Oliveira Lima, ob. cit., pág. 102.

dos emissários escolhidos o Capitão-Mor André de Albuquerque Maranhão, meu bisavô materno, do Engenho Estivas, onde nasci, que acompanhara o cunhado e primo na jornada de 28 de março. Este foi encarregado de revoltar a Baía da Traição (Acejutibiró dos Tupis) cujos habitantes não hesitaram em aderir à nova ordem política graças à ascendência que tinha o Capitão-Mor sobre eles. De passagem proclamara igualmente com êxito a liberdade em São José de Mipibu e Goianinha, lugares em que as novas idéias encontraram franco acolhimento. (30)

D. Isabel Gondim, distinta professôra que educou numerosas gerações norte-riograndenses e teve grande longevidade, escreve que “ouvira em palestra o macróbio cego Tomás do Aracati, homem mestiço, inteligente e robusto, protegido do conjurado riograndense Padre João Damasceno, referir que havia enrouquecido de gritar liberdade em S. José de Mipibu e circunvizinhanças”.

“Em Vila Flor, atual Canguaretema, segundo a tradição, os **patriotas de Cunhaú** (alcunha da gens Albuquerque Maranhão na Província) acompanhados do tenente José Inácio Marinho e outros filhos de famílias proeminentes, proclamaram a liberdade com grande entusiasmo”.

A CONTRA-REVOLUÇÃO

Em que peze à opinião do Reverendo Muniz Tavares, quando declara que André era pouco **provisto de dotes naturais**, podemos afirmar que o morgado de Cunhaú fizera o seu curso de humanidades com muito brilho sob a direção do Dr. Antônio Carneiro de Albuquerque Gondim, provedor da Fazenda Real, residente em Natal, na Rua Grande, atual Praça André de Albuquerque, indo depois aperfeiçoar o seu belo espírito com viagens ao Rio de Janeiro e à Europa, a exemplo do que fizera o meu avô materno e seu ilustre primo André de Albuquerque Maranhão, (de Itapicirica) que “estudava em Coimbra quando rebentou a revolução de 1817, trazendo como consequência a prisão de quase toda sua família”. (31)

O seu governo de 28 dias, inclusive aquêlê do seu bárbaro assassinato, foi realizado sob os maiores obstáculos e entre

(30) — Dona Izabel Gondim, ob. cit.

(31) — Vide Governo do Rio Grande do Norte, do Dr. Luis da Câmara Cascudo, pág. 57.

o ódio e a inveja, como judiciosamente raciocina e escreve o citado Padre Muniz Tavares, ator e autor da malograda Revolução de 1817, nestas eloquentes palavras: “As honras e riquezas atraem o ódio e a inveja; o vulgo que parece desprezá-las luta de continuo para as possuir. E’ necessário ceder-lhe oportunamente uma parte em certas circunstâncias para não perder-se o todo.

“André de Albuquerque ignorava esta máxima: tinha muitos inimigos gratuitos e não possuía um amigo sincero”. Tudo isto é exato e até certo ponto tem razão o Reverendo Muniz Tavares.

Entretanto também é verdade que “*natura non facit saltus*”, a Natureza não dá saltos.

André de Albuquerque Maranhão, era neto e filho de senhores feudais e consequentemente, educado no antigo e severo regime de vassalagem feudal sujeita a prestar-lhe homenagem. Se bem que fôsse um **gentleman**, como é notório, não cortejava popularidades. Todavia, enviou, como acima foi dito, emissários escolhidos entre parentes e amigos para pôr-se em contacto directo com as massas populares, doutrinando-as no sentido de bem compreenderem os benefícios e vantagens adquiridas da nova ordem política e social. Essas medidas teriam dado os melhores resultados se não fôsse a infame traição de Antônio Germano, membro da Junta Governativa, que mal vira partir as forças paraibanas sob o comando do bravo José Peregrino de Carvalho, já asteava, em Natal, a bandeira Portuguesa da contra-revolução.

E’ bem conhecida a inconsciência das multidões. O Governó republicano “Se nenhum bem havia produzido, também mal algum havia causado”, entretanto, a gentaglia insurgia-se e reclamava em altos brados “contra qualquer que intentasse impedir o seu lanço em favor do seu Rei”. (32)

Os riograndenses, aceitando inconscientemente a regeneração que se lhes oferecia, automaticamente a renunciavam. Eles tinham almas de escravos, segundo informa Alipio Bandeira no seu livro “Brasil Heróico de 1817”.

André de Albuquerque bem poderia ter-se cercado de uma guarda pessoal paga pelos cofres públicos que, à maneira dos

(32) — Padre Muniz Tavares, ob. cit.

democratas que hoje em dia nos governam, lhe garantisse, pelo menos, a integridade física. Porém, êle era um varão de Plutarco. Se assim procedesse teria sido com o sacrificio de sua fortuna particular. E se assim não o fêz foi menos por **sovinice**, como sugere o Padre Muniz Tavares, do que por obediência à sua veneranda mãe, a quem não quis contrariar e que se opunha a tudo quanto consideraria prodigalidade. Filho amantissimo, êle venerava aquella nobre Senhora meeira da avultada fortuna da “Casa de Cunhaú”, que êle administrava como coherdeiro depois da morte de seu pai. (33)

Vendo-se desamparado com a partida das forças sob o comando de José Peregrino, em quem somente confiava, e prevendo a catástrofe iminente, limitou-se a recomendar sua mãe e demais pessoas da familia aos cuidados do primo e cunhado André de Albuquerque Maranhão, de Estivas, e firmemente aguardou impávido em seu posto de honra os trágicos acontecimentos que lhe haviam de prematuramente roubar a tão útil quanto preciosa existência. Até nisso não deslustrou o herói pernambucano a tradição gloriosa de seus maiores, a quem já glorificava o autor dos *Lusiadas* nestes versos lapidares: Albuquerque terribil, Castro forte, E outros em que poder não teve a morte. (34)

Estudando em sua História da Revolução Pernambucana em 1817, o fatal desenlace do govêrno provisório de André de Albuquerque na terra potiguar, Muniz Tavares assim descreve, como contemporâneo daqueles desgraçados acontecimentos, o hediondo crime do povo norte-riograndense: “Como a mor parte dos brasileiros, êles ainda não percebiam a que fim direto tendião os princípios propagados; no momento não saborearão fruto delicioso; e só viam no seu compatriota, autor da mudança, excesso de ambição de poder; imaginavão que Ele usurpava direitos, que só competiam ao Soberano e era este aos seus olhos um crime imperdoavel; sus-

(33) — Augusto Tavares de Lira, que compulsou os autos de inventário de D. Antônia Josefa do Espirito Santo Ribeiro, mãe de André de Albuquerque, declarou-nos que o impôsto de transmissão pago nesse processo orçou em Rs: 312:000\$000, ou seja trezentos e doze mil cruzeiros, há 131 anos passados!!

(34) — Luis de Camões. Os *Lusiadas*, Canto 1.º, Estrofe 14a.

peitarão que a tropa da Província limitrofe tinha vindo expressamente para impor-lhes um fardo, que parecia-lhes de imenso pezo porque imposto: assim logo que esta retirou-se, a imaginação rescaldada efetuou o seu delírio”.

“Os soldados ouviram o nome do Rei, que o povo em altas vozes pronunciava, e a êste nome despertaram-se os sentimentos de veneração e terror correram às armas e o seu comandante, o mesmo Antônio Germano, membro do Governo Provisório, voando ao quartel, em vez de reprimi-los, os confortou, manifestando iguais sentimentos.

Um só indivíduo era geralmente considerado criminoso, era o infeliz André de Albuquerque: todos se encaminharam de tropel à sua casa. Nenhuma alma benfazeja se arriscou a dar-lhe aviso secreto, do que se passava, para que ao menos se pudesse evadir; o povo e a tropa o surpreenderam no leito e intimaram-lhe à prisão. Obedecia sem articular palavra, quando um infame Português, oficial de milícias, com execranda covardia o apunhalou. Ainda semivivo o transportaram à cadeia, o carregaram de ferros e ali em poucas horas expirou em total abandono; o seu corpo desfigurado, envolvido em uma esteira, foi lançado no cemitério.

A sua habitação, assim como a de sua respeitável mãe, que não sobreviveu um só dia a tanta dor, foram saqueadas. Outras casas dos seus parentes mais ricos da Província sofreram igual calamidade.

De certo não merece tal sorte, quem como André de Albuquerque sacrifica por amor da Pátria os cômodos de uma vida honrosa e tranquila: os seus Compatriotas contraíram grande dívida com êle: “a equidade e a justiça comandam que seja paga sem dilação”.

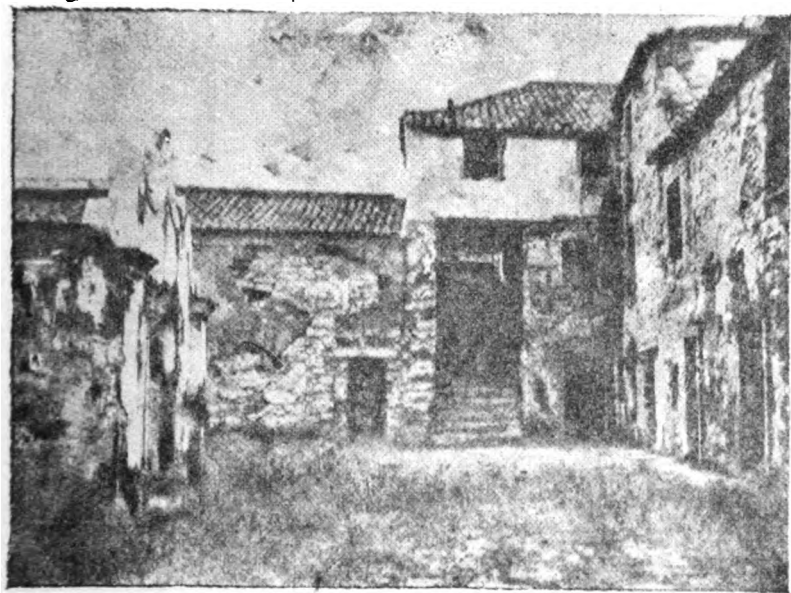
Essa exposição dos fatos ocorridos em Natal na manhã de sangue de 25 de abril de 1817, feita de boa-fé com tanta expressão e sentimento pela nobre alma do Monsenhor Muniz Tavares, está em contradição em alguns dos seus detalhes com a tradição oral; vejamos: André de Albuquerque não foi surpreendido pela contra-revolução. Ele não ignorava que a reação política ia se manifestando na Paraíba e nas outras Capitanias insurretas e, por isto mesmo, instava com José Peregrino para que se demorasse ao seu lado, persuadido de que toda a sua segurança e garantia estava nesta tropa da Paraíba, no que não se iludira. Quando José Peregrino partiu com seus comandados, por sua vez resolvido a morrer pela Pátria, êle permaneceu impávido em Palácio, resignadamente decidido a dar-se em holocausto pela Liberdade do Bra-

sil. Um homem da sua estirpe nunca se evadiria em tais circunstâncias. Em seu puro coração de homem de Bem, na expressão latíssima dèste tèrmo, que procurara a todo o transe evitar efusão de sangue quando da implantação do regime democrático na terra potiguar, talvez ainda bruxoleasse um clarão de esperança de que os seus gratuitos inimigos lhe poupassem, pelo menos, a vida, entregando-o à justiça dos homens que haviam de julgar os seus atos e atitudes. Mas èles não eram homens no sentido nobre dèste tèrmo; eram, isto sim, assassinos e ladrões desalmados que não satisfeitos de roubar-lhe os botões de ouro da farda quando o viram morto, fingindo esporear o seu cadáver, saquearam as suas propriedades, alancearam de agonia e dor o coração amantíssimo de sua veneranda progenitora, matando-a também desapiedadamente, pois que não resistiu nem um só dia à dor de ver o seu filho assassinado.

O major José Domingos Codeccira, segundo Anotações de Oliveira Lima a páginas 222 do Livro de Muniz Tavares, narra diferentemente do autor dos *Mártires Pernambucanos* o fim do coronel André de Albuquerque Maranhão, que aquêlê escritor diz ter sido traçocirantemente assassinado pelo capitão Antônio Germano Cavalcante. Diz Oliveira Lima em sua Nota XCVIII: “A versão do major Codiceira (**Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na independência e liberdade nacional**, na Rev. do Inst. Arch. Pern., 37) confirma, pormenorizando-a, a asserção do Monseñhor Muniz Tavares e prova uma vez mais a usual veracidade dèste cronista da revolução.

O capitão Antônio Germano aderiu ao movimento de 25 de março e fêz parte do govêrno provisório local do Rio Grande do Norte, mas um mês depois, a 25 de abril, tomado de medo do malôgro da rebelião, capitaneou a contra-revolução, marchando para palácio, invadindo-o à testa de uma multidão e dando voz de prêso ao coronel Maranhão. A êste, na ocasião em que se levantava da sua banca de despacho, o português Antônio José Leite, oficial de milícias e comerciante da cidade do Natal, feriu por baixo da mesa, acertando o golpe numa verilha.

Pôsto a ferros ainda com vida, foi o patriota levado, entre ultrages da plebe, para a fortaleza dos Reis Magos, onde expirou no mesmo dia em cárcere “imundo e escuro” sôbre uma esteira de periperi, na qual o envolveram a fim de conduzirem seu cadáver numa rêde para a igreja matriz, onde foi



Vista interna da Fortaleza dos Reis Magos onde se vê a famosa porta do cárcere onde morreu o coronel André de Albuquerque Maranhão, chefe da revolução pernambucana de 1817 no Rio Grande do Norte.

sepultado. Assistiu-o nos seus últimos momentos o vigário Feliciano José Dornelas, membro também do governo provisório, um dos que seriam levados presos à Bahia.

O major Codiceira diz ter-lhe sido o fato relatado por diferentes pessoas, quando residiu no Rio Grande do Norte, de 1830 a 1841. Entre essas pessoas **José Ildefonso Emerenciano fôra dêle testemunha ocular**, tendo-lhe até Antônio José Leite mostrado a **lamina da espada embaciada pelo sangue e exclamado: "Veja até onde entrou a espada"**. Não contente com isso e vanglorioso do seu ato, que fôra atribuído a um cadete da companhia do Capitão Germano, êle o justificou judicialmente e recebeu em recompensa uma condecoração de Cristo e a patente de tenente-coronel de milícias.

Depois da independência, a família do coronel Maranhão vingou contudo a morte do seu chefe.

Leite escapou aos tiros de duas ou três emboscadas, graças à velocidade do cavalo que costumava montar; mas foi afinal morto a facadas, na noite de sexta-feira dos Passos, quando se achava sentado numa cadeira na calçada da casa da sua moradia. Ocorreu isto, se a memória não atraçou o major Codiceira, então habitante do Natal, em 1834, isto é, 17 anos depois do crime. Todo o episódio lhe foi aliás referido nos mesmos termos pelo Sr. Dr. Tobias Monteiro, que é riograndense-do-norte e o conhecia por tradição oral.

X X X

Entre os grandes historiadores que se têm dedicado ao estudo da personalidade do último chefe da "Casa de Cunhaú" destaca-se o eminente estadista brasileiro Dr. Augusto Tavares de Lira, com livros publicados sobre história e geografia pátrias, especialmente do Estado em que nasceu, obras entre as quais se destacam **O Rio Grande do Norte, Os Holandeses no Brasil e Algumas notas sobre a história política do Rio Grande do Norte**.

Tavares de Lira, mercê de Deus, ainda vive, suportando o peso dos seus oitenta e poucos anos e foi, ultimamente, inscrito na "Ordem do Mérito".

Em sua História do Rio Grande do Norte, pág. 716, no capítulo intitulado "Ligeiros Traços Biográficos de cinquenta Rio-Grandenses ilustres falecidos antes de 1910", escreve o velho mestre ...: André de Albuquerque Maranhão: — Era fi-

lho de outro de igual nome e D. Antônia Josefa do Espirito Santo Ribeiro. Nasceu no atual município de Cangaretama entre os anos de 1775 e 1780. Fêz alguns estudos de humanidades em Natal com o Dr. Antônio Carneiro de Albuquerque Gondim, afirmando a tradição ter empreendido e realizado depois longas viagens ao Rio de Janeiro e Lisboa. Descendente de nobres e tendo foros de cavaleiro e fidalgo da Casa Real, a sua maior nobreza lhe adveio, entretanto, das grandes ações que praticou.

Chefe do movimento republicano de 1817 no Rio Grande do Norte, entrou para a história com a sua memória imperecível santificada pelo mais glorioso dos martírios”.

A história é, infelizmente, cheia de controvérsias. Luis da Câmara Cascudo, também historiador ilustre e renomado folclorista patricio, descobriu o título de fidalgo Cavaleiro de André de Albuquerque na Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, vol. VIII, ns. 1 e 2 pág. 102. 1910, que mata definitivamente a questão da naturalidade do morgado de Cunhaú. André, segundo aquêle precioso documento, nasceu na Freguesia de Goianinha do Recife de Pernambuco.

Quanto ao covarde assassinato daquele bravo patriota no dia 25 de abril do ano da desgraça de 1817, podemos historiá-lo valendo-nos das informações constantes do opúsculo “Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte”. Natal, 1908, da lavra de Dona Isabel Gondim, escritora potiguar. Dona Isabel vivia na intimidade da família de Cunhaú e, enquanto residimos no engenho Estivas, era em nossa “Casa Grande” que ela gozava as suas férias de Educadora estabelecida na cidade do Natal.

Lembro-me de vê-la consultando documentos do arquivo de meus antepassados, guardados em velhas malas de pregaria. Foi naquelas cartas amarelecidas pelo tempo que D. Isabel Gondim compulsava, que eu aprendi a ler manuscritos. Isto aconteceu lá pelos anos de 1896, quando contávamos 13 anos de idade. O opúsculo aludido veio à luz em 1908 ou seja 12 anos depois daquelas pesquisas históricas da ilustre bisneta do Reverendo João Damasceno Xavier Carneiro, colaborador de seu amigo íntimo André de Albuquerque Maranhão e que, como êle, soube morrer com grande dignidade nas mãos assassinas dos criolos assalariados de D. João VI, em águas do Rio Grande do Norte, agrilhado a bordo da escuna Foguete, velho barco em ruínas que o conduzia e a outros companheiros de infortúnio para a cidade do Recife, onde de-

viam ser julgados pelo crime de almejavem a liberdade da Pátria. Assim pôsto, é neste livrinho transbordante de verdade histórica que aquela digna preceptora da juventude brasileira escreve: — "... Amanhecera o dia 25 de abril. O valente José Peregrino e seus bravos companheiros ainda se achavam a pequena distância da nossa capital, quando aí desenvolvera-se a contra-revolução.

O povo instigado por decididos partidários da monarquia dá alguns gritos, protestando respeito e homenagem ao rei, nas proximidades do quartel da guarnição. Esta se compunha de cem praças e a officialidade correspondente. Os soldados também industriados correram às armas aclamando a D. João VI, cuja autoridade se pretendia restabelecer nesta ex-capitania. Antônio Germano, o principal motor dèste movimento, assim como a garantia do seu êxito, não obstante ser o mesmo que se havia pôsto à disposição de Albuquerque quando viera constituir o governo democrático, corre ao quartel, anima a revolta e insubordinação dos soldados que poderia ter contido, e, à frente de sua companhia que fêz reunir e à qual se incorporaram alguns populares, põe-se de marcha para a rua denominada "**Grande**" em direção ao Palácio do Governo que era próximo à cadeia. Ao sinal de nove badaladas do sino da matriz, como havia sido previamente convencionado, partira da casa do alfaiate Manuel da Costa Bandeira um grupo composto dos monarquistas capitão Antônio José Leite de Pinho, capitão-mor José Alexandre Gomes de Melo, capitão da 2a. linha ou polícia Francisco Filipe da Fonseca Pinto, Alexandre Felício Bandeira, João Alves de Quintal, o referido alfaiate Manuel da Costa e alguns outros. A êsse grupo reúne-se Antônio Germano com a sua companhia, e assim incorporados dirigem-se a palácio. Galgam de tropel as escadas e vão surpreender o indefeso Albuquerque sentado à mesa de trabalho.

Germano intima-lhe voz de prisão e o declara deposto no meio do alarma nas ruas e dos gritos sediciosas aí, de Viva o Senhor D. João VI! "Morra a liberdade"!

Era grande o alvoroço e a tumultuária vozeria dos que afluíam para dentro do palácio e suas imediações. Nessa confusão André de Albuquerque levanta-se e encaminha-se a uma das janelas do sobrado do palácio, como se quisesse por ela precipitar-se preferindo talvez a morte desastrosa ao acabar às mãos de seus encarniçados inimigos.

"Prevendo sem dúvida sua intenção, o capitão Antônio José Leite, com aparência de cordialidade estende-lhe o braço

sobre os hombros, como para impedir êsse desastre e exclama: "Não faça isto, Snr. Coronel", ao mesmo tempo que o **oficial de 2a. linha ou polícia Francisco F. da Fonseca**, à traição, por baixo da mesa, crava-lhe a espada no baixo ventre, região inguinal.

Sentindo-se ferido, Albuquerque procura segurar a lâmina da espada que o agressor retirava com força, resultando ferir também dois dedos da vitima".

"Era grave o ferimento, e pela cesura saíra parte dos intestinos, ficando pendente.

"Copioso sangue jorrava pela sala, onde afinal caiu o mártir dos principios liberais, assim tendo se sacrificado pela emancipação de sua terra, certo de que o sangue dos patriotas é a seiva mais fecunda da árvore da liberdade.

"Ai prostrado e quase moribundo, foi-lhe impôsto que desse **vivas ao rei**. Não conseguiram demovê-lo do obstinado silêncio. Velara-lhe os lábios o sentimento da própria dignidade.

"Para cometer o nefando crime, colocara-se o agressor por detrás do alfaiate Costa Bandeira, a quem se atribuiu o atentado, antes de terem vagado outros boatos sobre sua autoria".

"Embora se considerasse ato de heroismo o assassinio do suposto autor de tantas desgraças, não disputou **essa honra** o verdadeiro autor, com medo das consequências que vieram, ainda que tarde, a ser funestas a quem, para grangear a consideração da realeza, gabou-se de ter praticado a façanha.

"Mesmo assim mortalmente ferido o desventurado Albuquerque é pôsto a ferros, continuando a perder copioso sangue, sem que fôsse tratado o ferimento, se procurasse recolher a parte do intestino comprimida na cesura pela tunefação que logo sobreveio, nem se lhe desse alimento algum, assim permanecendo à falta absoluta de qualquer conforto.

"Por entre os insultos e apupadas da gentilha, conduzido André de Albuquerque à fortaleza dos Reis Magos, (35)

(35) — Convém recordar que, por uma incrível ironia do destino, a Fortaleza dos Reis Magos foi construída, com os mais ingentes sacrifícios, pelo grande Jerônimo de Albuquerque Maranhão, que a recebeu das mãos de Manuel Mascarenhas Homem, "dia de S. João Batista, era de 1598, tomando-lhe homenagem como de costume", nomeado que fôra seu primeiro comandante.

André de Albuquerque Maranhão, seu 4.º neto, herdeiro do seu nome honrado e Presidente comandante das armas da capitania que êle conquistou, morreu em um cárcere imundo daquele Presídio em 25 de Abril de 1817 (219 anos depois) gravemente ferido, carregado de ferros, por ter sonhado com a Liberdade do Brasil. — J.M.

foi encarcerado na mais hedionda e escura prisão solitária no deplorável estado em que se achava.. O soldado da companhia de guarnição ali destacado, Inácio Manuel de Oliveira, irmão de um tal **Mirunga**, apelido que passou aos outros membros da família, encarregado de vigiar o prisioneiro, revelou-se-lhe ter um coração generoso: ocultamente, ia levar-lhe água, bem como algum alimento, penhorando Albuquerque, que assegurava dar-lhe prova de sua gratidão, se sobrevivesse ao infortúnio. A' noite estando em grande desassossêgo e quase a expirar no frio, úmido e infeto pavimento de sua tenebrosa prisão, pediu um travesseiro em que repousasse a cabeça. O comandante do destacamento ordenou que levasse-lhe uma pedra "que devia ser o travesseiro do patriota, pedreiro livre, etc.", designações estas que os monarquistas, vulgarmente apelidados **corcundas**, colunas, davam aos aspirantes à liberdade. O mesmo caridoso soldado Inácio Manuel, apesar do risco de comprometer-se, ousou introduzir na prisão uma pequena e usada esteira, bem como alguma roupa entrouxada, para servirem de cama e travesseiro ao moribundo que depois sucumbiu à mingua de todos os recursos".

"Opiniões respeitáveis articulam que o reverendo Feliciano José Dornelas assistira aos últimos momentos de André de Albuquerque, mas não procede a informação por ser inverossímil. Dando-se o traspasse de Albuquerque em horas silenciosas da noite, quando cessa tôda a comunicação, não poderia aquêle ali penetrar (a fortaleza é afastada da cidade e situada num recife), ainda que o pretendesse... Ao amanhecer, mandando o official comandante da fortaleza observar o estado do prisioneiro, o executor dessa ordem, a praça Bernardo José de Araújo, prendendo o pé da vítima com o gancho de um croque, arrastou-lhe o corpo em que evidenciou o falecimento. Foi o cadáver logo tirado da prisão no estado de nudez ou quase nudez em que se achava, e depois pendurado a cordas em grossa vara conduzido à cidade por oito praças, a quem auxiliaram no trajeto dois africanos. Na passagem pela "Ribeira" (é o bairro baixo da cidade) atraía tão lastimoso espetáculo às vistas menos curiosas, e provocava os sarcasmos da gentilha, sempre ávida de semelhantes cenas. Surgiu, entretanto, no meio dêsse vandalismo a piedade de uma caridosa mulher do povo, vulgo Ritinha Coelho, que de sua porta sacudiu sôbre o cadáver uma esteira, na qual o envolveram durante o resto do trânsito pelas ruas, continuando não obstante os insultos e vilipêndios ao mesmo desventurado mártir, cujos mortais despojos iam assim conduzidos. Quan-

do foi pôsto em terra o cadáver, no primitivo corredor da igreja matriz, onde teve sepultura, o monarquista J. A. de Quintal, para melhor assinalar-se, por certo, ao seu partido, tomando as esporas, subiu ao corpo da ilustre vítima que pisou com a sola dos seus sapatos e esporeou-o, como o fazia à própria cavalgadura, ato de canibalismo com que o desumano monarquista queria persuadir que cortaria a esporas as entranhas dos patriotas, a quem davam também a alcunha de cavalos". Até aqui a escritora D. Isabel Gondim. Podemos acrescentar por informações da minha tia paterna Dona Gertrudes Cândida de Albuquerque Maranhão, Sinhazinha, filha do Capitão-Mor João de Albuquerque Maranhão, de Miriri, que conduziu o governador José Inácio Borges para a Fortaleza das Cinco Pontas, que J. A. de Quintal, esporeando o cadáver de André de Albuquerque, simultaneamente roubava-lhe os botões de ouro da farda de Coronel de milícias. Eram assim em 1817 no Rio Grande do Norte os honrados súditos do magnânimo D. João VI, o papa-frangos.

X X X

Em resumo André de Albuquerque Maranhão, o visionário republicano de 1817, que guiado pelo seu temperamento de idealista estóico não vacilou em desprezar riquezas, honrarias e comodidades para tomar armas contra o absolutismo português, não teve até hoje quem lhe fizesse justiça dando-lhe o lugar que merece entre os heróis maiores que se sacrificaram pela liberdade da pátria na sedição que se convencionou chamar "Revolução de Pernambuco em 1817".

Assim pôsto, com exceção da História do brilhante polígrafo patricio Augusto Tavares de Lira, que o coloca no lugar de honra a que tem incontestável direito como chefe do movimento Republicano no Rio Grande do Norte, os demais bissonhos cronistas da referida sedição, se limitam a copiar as falsas informações dadas a Monsenhor Muniz Tavares, por conjurados potiguares companheiros de cárcere daquele historiador no presídio baiano, os quais **'morto André de Albuquerque**, ou se arrogavam iniciativas que não tiveram ou procuravam subtrair-se à responsabilidade de atos em que haviam colaborado, negando que tivessem tido co-participação nos mesmos para atenuarem as suas culpas". (36) André de

(36) --- A. Tavares de Lyra, ob. cit. pág. 408.

Albuquerque era 4.º neto de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o heróico conquistador da França equinocial, que passou à história como o fundador das cidades do nordeste, de quem herdara as virtudes cívicas que já haviam sido o apanágio dos seus ascendentes mais próximos que se chamaram Antônio e Matias de Albuquerque Maranhão, todos insignes construtores da civilização, do progresso e da integridade da pátria brasileira nos séculos XVI e XVII. Idealista, como já o haviam sido os seus maiores, êle associara-se às “academias” ou sociedades secretas de Pernambuco, onde se doutrinavam os mais adiantados princípios liberais ou, como se dizia, a causa da liberdade. “Alguns dos associados”, ensina mestre Tavares de Lira, “coerentes com as suas idéias, chegavam logicamente às últimas consequências destas: pleiteavam o estabelecimento do regime republicano, com as mais amplas franquias democráticas. Outros talvez, a maioria, não iam tão longe e queriam a independência, e, com ela, uma constituição que assegurasse garantias de ordem política, delimitasse as atribuições dos poderes que fôsem criados, reconhecesse os direitos dos cidadãos e refreasse as violências das autoridades. A êste número pertencia André de Albuquerque, que filiado, àquelas sociedades (vide entre outros Mário Melo, — “A Maçonaria e a Rev. de 1817”), se tornara pela sua posição social e pela sua fortuna, o chefe dos que na capitania anseavam pela realização de reformas que correspondessem às aspirações do povo, cansado de tirania e opressões”.

Ao se operar a revolução no Recife, vencera, porém, a primeira corrente. Fêz-se a república; e êle vacilou, a princípio, em aceitá-la, mantendo-se, sem quebra de caráter, em atitude de reserva. Depois, melhor informado por emissários que lhe foram enviados, promoveu o movimento em sua terra, assumindo, como veremos, tôdas as responsabilidades dêle decorrentes”. (37)

Acontece, porém, que pouco feliz na seleção dos “homens mediócras” que elegeu para seus companheiros de governo êstes, além de trai-lo em vida, depois do seu covarde assassinato para se escusarem da culpa de segui-lo lançaram sôbre a sua sagrada memória tôda a sorte de impropérios e calúnias.

A êstes infelizes se ajustam, como uma luva, as palavras do sábio José Ingenieros, o filósofo de “El hombre mediocre” (o homem mediocre) quando escreve: — “O homem inferior é um animal humano; em sua mentalidade, predomi-

(37) — A. Tavares de Lira ob. cit. pág. 390-391.

nam as tendências instintivas condensadas pela herança, e que constituem a “alma da espécie”. Sua inaptidão para a imitação o impede de se conformar ao meio social em que vive; sua personalidade não se desenvolve até ao nível corrente, vivendo por baixo da moral ou da cultura dominantes, e, em muitos casos, fora da legalidade.

Esta insuficiente adaptação determina a sua incapacidade para pensar como os outros e compartilhar as rotinas comuns. A maioria, mediante a educação imitativa, copia, das pessoas que a rodeiam, uma **personalidade social** perfeitamente adaptada.

O **homem medíocre** é uma sombra projetada pela sociedade; é, por essência, imitativo e está perfeitamente adaptado para viver em rebanho, refletindo rotinas, prejuízos e dogmatismos reconhecidamente úteis para a domesticidade.

Assim como o inferior herda a “alma da espécie”, o medíocre adquire a “alma da sociedade”. Seu característico é imitar a todos quanto o rodeiam: pensar com a cabeça alheia e ser incapaz de formar ideais próprias.

Uma minoria, além de imitar a mentalidade social, adquire variações próprias, uma **personalidade individual** nitidamente diferenciada.

O **homem superior** é um acidente proveitoso para a evolução humana. É original e imaginativo, desadaptando-se ao meio social, na medida da sua própria variação. Esta se sobrepõe aos atributos hereditários da “alma da espécie” e às aquisições imitativas da “alma da sociedade”, constituindo as arestas singulares da “Alma individual”, que o distinguem dentro da sociedade. É precursor de novas formas de perfeição, pensa melhor do que o meio em que vive e pode sobrepor ideais seus às rotinas dos demais”. Este é o belo perfil do homem idealista, do homem superior, sem o qual seria inconcebível o progresso humano.

O **homem inferior**, o homem medíocre, paralisou sempre as iniciativas mais fecundas. Este é a treva, aquêlé é a luz.

X X X

“Narra Frei Vicente do Salvador (38) que, ao tempo que governava José Rodrigues Collaço a capitania do Rio Grande do Norte, e isto teria acontecido lá pelos anos de 1602, veio

(38) — Vicente de Lemos, In citação da História Geral do Barão de Stuardart. Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte, pág. 6.

ter à capitania um degredado pelo Bispo de Leyria, o qual escreveu na sua sentença: "vá para o Brazil, donde tornará rico e honrado". O degredado esposou uma mulher que veio também da metrópole, e souberam de tal maneira grangear a vida que em três anos adquiriram dois ou três mil cruzados, realizando assim a fortuna de que falou a sentença. Ambos resolveram voltar para a metrópole, o que teve lugar em companhia do capitão-mor e de sua mulher, Beatriz de Menezes, que os tomaram por compadres, por não haver a esse tempo na capitania uma mulher-branca; e conclue o bom Frei Vicente, que ambos sentavam-se no mesmo estrado que a fidalga e passeavam ombro a ombro em Pernambuco, para onde haviam seguido a embarcar". Por esses e outros estranhos fatos de que nos dá noticia o historiador genuinamente brasileiro do século XVII, que melhor contribuiu com o seu esforço pessoal para reconstituir o nosso passado e esclarecer-lhe a história, foi que a sua obra genial desapareceu durante mais de dois séculos. Felizmente, para o Brasil, o patriotismo de João Capistrano de Abreu, o paciente pesquisador da "A lingua dos Caxinauás", editou-a em S. Paulo em 1918, revendo-a e anotando-a para maior glória nossa.

A capitania do Rio Grande do Norte aonde veio emendar-se e enriquecer o degredado do Bispo de Leyria no alvorecer do século XVII, assistiu, no segundo decênio do século XIX, ao trucidamento do 4.º neto do seu heróico conquistador, fundador da sua capital e construtor do Forte dos Reis Magos.

Em 1613 ela tinha somente como renda a produção do engenho Cunhaú.

A despesa da Fazenda Real orçava anualmente em Rs: 110\$000 com os funcionários; e com o pessoal de guerra em 3:183\$950.

O futuro Jerônimo de Albuquerque Maranhão, voltando a governá-la depois da conquista, em virtude de patente real de 9 de janeiro de 1603, fundou aquêle Engenho em 2 de maio de 1604 e administrou-a honradamente até 9 de agosto de 1610. Durante o seu governo em 1608, Albuquerque descobriu uma mina de ferro, à distância de quarenta léguas da fortaleza que elle construiu em fins do século XVI. Jerônimo estacionava por vezes no seu engenho Cunhaú. A sua familia não descendia de Degredados de Portugal.

Mameluco, Jerônimo de Albuquerque originava-se da fina flor da fidalguia lusitana, onde se destacava a personalidade singular de Afonso de Albuquerque. "Só um Plutarco", escreve Pereira da Costa, "poderia fielmente descrever a vida e

os gloriosos feitos dêste ilustre pernambucano. Os seus próprios inimigos reconheciam a nobreza e a generosidade daquela grande alma. La Ravardiére, aquêle, que pelo pêso das suas armas, viu-se forçado a evacuar o Maranhão, comparou a sua clemência, o seu cavalheirismo, ao do grande Afonso de Albuquerque, o herói das Índias, um dos seus ilustres ascendentes”. Pelo lado materno êle descendia de Arco-Verde, o Rei das selvas. O Professor Manuel Bonfim, quando estuda o valor social e econômico do índio brasileiro, em seu livro supracitado, a pág. 153, diz “... Desde sempre, os nossos índios se mostram acessíveis ao que encontram de humano no progresso europeu, e muito sensíveis aos recursos em que êle se realiza. Em tôdas as notas do tempo, vêm indicações explícitas de como prontamente, e ativamente, incorporavam-se os índios à vida da colônia, e que eram, para êles, novas formas de vida.

Nos primeiros decênios de desbravamento, e que são decisivos, não há outros exploradores nem trabalhadores: — Pernambuco, S. Vicente, Bahia, ... até Maranhão, assim se fizeram. Mesmo no extremo Norte, no tempo em que já entram francamente os negros escravos, são êles as principais forças sôbre a terra. Por todo o dilatado vale amazônico, o índio e os seus descendentes trabalharam muito mais do que o mesmo prêto escravo. Ainda hoje: o trabalhador dali é o caboclo, de lá, ou o desassombrado Nordestino. Começou assim: Luís Aranha de Vasconcelos, um dos primeiros na conquista, já assinalara o fato: “Os índios hão de ser os trabalhadores com que se há de fazer as trincheiras e cavas e todo o serviço das fortalezas...” Não é que êle pretenda levá-los duramente como escravos: “me deem nesta cidade quando menos seis mil cruzados de resgates para com êles obrigar o gentio (39), que me acompanhe com as suas canoas e armas... por serem inumeráveis os serviços que ajudado dêles fiz”. Adiante, para justificar os cruzados pedidos, êle argumenta: “... que há índios que são bons carpinteiros...” De fato, com a indústria dêles, os Portugueses construíram embarcações de alto bordo. Numa provisão de Jerônimo de Albuquerque Maranhão vem consignado — que “Soares Moreno fêz as pazes com as tribos do Ceará e fêz muito comércio com o gentio dali, de entre Rio Grande e Camoci...” O tão falado co-

(39) — Obrigar aqui tem o sentido, já obsoleto, de obter a boa vontade como ainda em muito obrigado! Como no *obliger* francês ainda hoje. Nota do autor.

mércio era de produtos havidos imediatamente da natureza bruta — âmbar, e era, principalmente, de produtos resultantes de um qual preparo, já de indústria, já de bravura: pau-brasil, peles, plumas, rêdes, animais conservados, urucu, pimenta, anil, carne de peixe-boi, conchas, algodão, borracha, guaraná, animais vivos”.

Jean de Lery, cuja obra é uma das melhores coisas que se escreveram sôbre a etnografia indígena do Brasil colonial, informa o que era êsse transporte e preparo do pau-brasil, de que se carregavam tantos navios franceses “... com os machados, cunhas e mais ferramentas fornecidas pelos europeus os selvagens cortam, serram atoram, debastam e racham o pau-Brasil e depois o transportam nos ombros nus às vêzes de três léguas de distância, por montes e sítios escabrosos, até junto ao mar...” (cap. XIII)

Êstes são os homens sôbre os quais ainda hoje pesa o labéu de indolente, preguiçoso e apático, lançado pelo português que o pretendeu escravizar para tê-lo como bêsta de carga mais do que a natureza permitia. O indígena brasileiro é, isto sim, um desinteressado. Gonçalves Dias, o maravilhoso cantor dos Timbiras e um dos brasileiros que melhor e mais profundamente sondaram a alma e o coração do índio, apresenta-o qual verdadeiramente é, não inativo mas — indiferente, quando não, avesso ao labor de ganância, sensível ao gôzo do ócio — “Desfrutando o presente, entregava-se com delícias ao ócio... Não era contudo que fôsse tão extrema essa indolência, como no-la querem pintar os seus detratores; nesses homens, o que admirava era a passagem rápida e por assim dizer instantânea de um extremo ao outro... até a infatigável atividade... Infatigáveis no prosseguimento e execução do projeto... seguiam a pista de animais ou de inimigos dias e noites. A fome, a sede, o cansaço, nenhuma impressão pareciam produzir sôbre êles”. (40)

Em conclusão, Montaigne, vértice da mentalidade francesa do século XVI, encontrou no selvagem brasileiro “sabedoria para justificação de alta filosofia”. (41)

Feita esta digressão para evidenciar as excelentes qualidades do nosso malsinado aborigene, através do juízo crítico de dois gênios da humanidade, o nosso Antônio Gonçalves Dias e Miguel de Montaigne, êste, célebre filósofo e moralista francês, vem a propósito dizer que a família da “Casa de

(40) — Manuel Bonfim, ob. cit. págs. 152 - 155.

(41) — Manoel Bomfim, ob. cit. pág. 91.

Cunhaú” procede de sangue ameríndio pelo tronco da sua árvore genealógica, como acima foi amplamente demonstrado.

Dai o empenho que sempre teve em produzir trabalhando denodadamente pelo progresso e pela integridade da Pátria brasileira, a que sempre legaram suas vidas e seus tesouros.

Os varões da Casa de Cunhaú que, desde o amanhecer do século XVII, vinham lutando pela defesa da integridade do território da pátria, invadida no nordeste por franceses e no norte por holandeses, no dealbar do século XIX, deviam bater-se ainda e morrer pela sua emancipação política. Assim pôsto, José Inácio Borges, o **governador hipócrita**, na frase com que o fulminou o sanguinário desembargador Bernardo Teixeira Coutinho Alves de Carvalho, Presidente da Alçada, dizia a Luis do Rêgo, governador de Pernambuco, “que a rebelião na capitania foi peculiar da família Albuquerque Maranhão e seus preceptores”, (esta referência é aos Padres João Damasceno Xavier Carneiro e Antônio de Albuquerque Montenegro, aquêle, nosso co-lateral). (42) Em seguida Borges, o apóstata, inicia a exaustiva defesa dos restantes membros do governo republicano depositado, responsabilizando por êle exclusivamente a pessoa de André de Albuquerque Maranhão, que já não existia, insultando vilmente, em cassange, a suas honradas cinzas. Vejamos o que disse aquêle tráfuga a Luis do Rêgo em officio de 14 de julho de 1817:

“Na minha chegada nesta Capital achei em plena liberdade o capitão comandante da companhia de linha Antônio Germano Cavalcanti, o coronel de milícias Joaquim José do Rêgo Barros, o capitão de milícias Antonio da Rocha Bezerra e o paroco da cidade Feliciano José Dornelas, que todos haviam sido membros adjuntos do chefe da rebelião, André de Albuquerque Maranhão, debaixo do infame e copiado titulo de governo provisório. Cumprindo-me, pois, prende-os logo como réos do horroroso e manifesto crime de usurpação da Real Soberania, o não tenho feito por querer levar primeiro à presença de V. Excia. as seguintes reflexões: A consideração que cada um destes homens merecia ou por seus empregos ou por seus créditos individuais, é que induziu aquele chefe de rebelião a nomea-los como complemento do formulario praticado nas capitancias de Pernambuco e Paraíba, de que ele seguiu os traços e isto mesmo advertido pelo seu preceptor João Damasceno Xavier Carneiro, como se prova por um bilhete

(42) — A. Tavares de Lyra, pág. 407.

que está apenso aos documentos que lhes dizem respeito; e sendo certo que se escusavam também o é que os ameaçou com a pena de traidores á causa que promovia, que na sua legislação era a morte. Neste aperto só lhes ficava a alternativa da fuga, porém não o podiam fazer por mar por falta de embarcações de navegação alta e nem por terra por asseverar aquele traidor que a capitania do Ceará estava de acôrdo com ele, o que não obstante o Antonio da Rocha mandou aprontar cavalos na sua fazenda para sair neles o que não fez por se adeantar a contra-revolução.

“Cuidaram portanto de convencer ao publico pela sua conduta que representaram forçados aquele papel até que tivessem oportunidade de se mostrarem fieis ao Soberano de quem eram vassallos, o que praticaram na contra-revolução do dia 25 de abril, onde o capitão Antônio Germano appareceu a testa dos realistas e veio prender o traidor dentro de sua casa; e entrando depois como primeiro membro do governo interino por parte de sua magestade, na conformidade do Alvará de 12 de Dezembro de mil setecentos e setenta, desempenhando tão bem os seus deveres que foi aplaudido do Excellentissimo Senhor Rodrigo José Ferreira Lobo, quando comandante do bloqueio, com quem se correspondia.

“O capitão Antonio da Rocha foi nesta ocasião encarregado de dar sinal dá oportunidade, e o **Vigario Feliciano José Dornelas ligou-se desde o principio com os realistas e servia-lhes para lhes delatar** (o grifo é meu) **o que se passava nas sessões do governo.**

“O Cel. Joaquim José do Rêgo Barros não fizera parte da contra-revolução talvez por não difundir o segredo por tantos, porém apenas arrebentou **deu as mostras mais positivas dos desejos em que ardia por aquele acontecimento.** A tudo isto poderia acrescentar que o conhecimento individual que tenho deles me induz a afirmar que foram e são fieis vassallos de S. Magestade.

“Sacrificados ao terrorismo daquelle traidor, sendo talvez a culpa mais notavel do coronel Joaquim José do Rêgo Barros e do capitão Antônio Germano Cavalcanti a obedecer-lhe quando os chamou ao engenho de Belem, e a deste último mais agravante por ser o official a quem confiei o comando da cidade na minha ausencia.

“Se porem V. Excia. não julgar atendiveis estas reflexões determine-me a prisão e remessa deles que executarei com pontualidade. Servia de secretario ao infame governador Guilherme dos Santos Lages, escrivão na vila de Extremoz, miseravel, chamado pelo traidor para o emprego pela quali-

dade de boa letra e alguma intelligencia o qual tambem achei em plena liberdade. Determine-me V. Excia. o que hei de praticar com este individuo". Dêste eloquente documento se evidencia a pobreza de espirito de Borges. Os membros do governo chefiado pelo nobre idealista André de Albuquerque, não passaram de pobres **homens medíocres** que, na sua inferioridade moral, apavorados pela contra-revolução, que já se esboçava na zona sul da nóvel república, de cúmplices se transformaram em algozes do fidalgo companheiro de jornada e, pior ainda, rebaixaram-se até à infame condição de espíões e delatores. Quanto ao péssimo caráter do governador José Inácio Borges, afirma Dias Martins (Os Mártires Pernambucanos) que êle "hesitou em condenar o movimento, só o fazendo após a reunião de um conselho que divergindo da opinião de André de Albuquerque, deliberou, por maioria de votos, que êle fôsse combatido. E acrescenta que foi depois disso que o referido governador encarregou André de Albuquerque do comando das forças que deviam guarnecer parte da fronteira do sul, impedindo a invasão da Capitania. O seu ato valeu por uma irrecusável prova de felonía e de má-fé e êle se sentiu mais tarde na necessidade de justificá-lo na sua **"Memória resumida dos acontecimentos políticos que sofreu a Capitania do Rio Grande do Norte, no presente ano de 1817"**, publicada, com os documentos que a acompanharam, na "Rev. do Inst. Hist. e Geog. do R. G. do Norte, vol. VIII. (43)

Nas suas alegações de defesa escreve Borges:

1.º), — porque da correspondência que tivera com André de Albuquerque nada colheu de suspeito;

2.º), — porque sendo êle e seus parentes ambiciosos de honrarias se lhes offercia occasião de aumentarem as que já tinham com as novas mercês que lhe seriam concedidas;

3.º), — porque a sua riqueza e nobreza o constituíam vítima de uma revolução democrática;

4.º), — porque dada a sua fidelidade, era possível, com a preponderância que tinha sobre os povos dos distritos do sul e com os meios de que dispunha para sustentá-los, demorar a invasão por alguns meses, permitindo dêste modo que o governo da Córte acudisse com prontos e eficazes remédios".

Isto é o que na gíria militar se costuma chamar **desculpa de cabo-de-esquadra**. E cabo-de-esquadra êle nunca deixou de

(43) — A. Tavares de Lyra pág. 393.

ser. Muniz Tavares, in "Hist. da Rev. de Pern. em 1817", diz que "êle privava com o Padre João Ribeiro em matéria politica; era suspeito ao partido português e instruído nos votos dos patriotas brasileiros; sem educação científica regular, mas possuindo agudeza de entendimento para perceber a utilidade da realização daqueles votos; sem herança de nome nem de fortuna, trabalhando com assiduidade para adquirir um e outra; sem firmeza de convicções, iludindo a todos que ainda o julgavam um correligionário, esquecidos de que êle já não era um **cabo-de-esquadra** de artilheria e sim um tenente-coronel, cavaleiro da Ordem de Cristo e governador de uma Província".

Em resumo: Borges, esforçando-se por inocentar grande número de implicados na revolução, fêz recair sôbre André de Albuquerque que já não existia, a principal responsabilidade dela.

A Casa de Cunhaú, que já havia sido o alvo das depredações do dominio holandês no século XVII, voltava agora a ser perseguida e saqueada em pleno século XIX, por combater o bom combate a prol dos direitos de liberdade do homem e de emancipação politica da Pátria brasileira.

Isabel Gondim, no seu citado opúsculo "Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte", assim nos informa acêrca dos dolorosos acontecimentos daqueles dias sinistros: "Prosseguindo José Inácio Borges nas investigações em que baseasse a criminalidade dos patriotas na capitania sob seu govêrno, não hesitou em seguir o sistema de perseguições dos delegados da realza, incumbidos de vingar o crime de rebeldia. Como nas outras capitanias que se haviam insurgido, particularmente Pernambuco, qualquer indicio de apoio às idéias democráticas, o tácito acolhimento de patriotas e outras semelhantes disposições considerava-se atentado contra a monarquia, havia denúncias que logo aceitavam-se, e depois do curso mais ou menos regular do processo eram pronunciados ou denunciados por crime de alta traição, e acto contínuo as fazendas eram invadidas, os bens sequestrados e entregues à guarda de um depositário, retirando-se a família do proprietário.

As perseguições assoberbavam-se! o terror, o perigo era extremo, o pânico excessivo!

A saliente posição que havia tomado o coronel André de Albuquerque, como chefe ostensivo da revolução tornara evidente sua culpabilidade aos agentes do govêrno monárquico e seus delegados que teriam de assumir o dominio das proprie-

dades daquele, cuja família viria arrostar as lamentáveis consequências do **imperdoável crime de seu chefe**.

As circunstâncias eram aflitivas, e essa família congregada quase tôda no engenho Cunhaú, previa a extensão de sua desventura, a que vinham sobrecarregar as assustadoras notícias, a coarem constantemente.

Assim persistiam as pobres senhoras mais conjuntas à família do inditoso Albuquerque, quando, não pairando dúvida sôbre a ordem de sequestro dos bens dos patriotas ali chegou a notícia de aproximar-se tropa, devastando na passagem os campos e as criações, especialmente bovinas, de cujas línguas, é tradição se haver enchido cargas, desacatando as famílias que viam-se constrangidas a entregar as jóias e outros bens aos exatores do fisco, garantidos pelos oficiais e soldados, de que vinham acompanhados, todos ávidos de interesse a excederem-se nessa deligência. Era o saque acobertado pelo sequestro.

Apenas divulgada a aterradora notícia D. Luzia, reunindo mãe, filhas, irmãs e sobrinhas, tôda família que para ali havia convergido em semelhante emergência, prepara-se para abandonar a casa e refugiar-se nos canaviais. Entretanto D. Antônia, sua mãe, é acometida de grave incômodo, e jazia prostrada. Todos os cuidados e recursos para fazê-la tornar a si foram baldados.

Nessa desesperadora situação o tempo urgia. Um momento, um instante poderia prejudicar... Entre a impossibilidade de conduzir as pessoas a referida senhora, havia tempo desfalecida, ou já exâmine, e o temor de qualquer desconsideração, caso fôsses êsses membros da família surpreendidos ainda em casa, um dos genros acordou em não permanecer na expectativa de que tornasse à vida. Mandou dar-lhe sepultura na capela do engenho, enquanto a desolada família ia tomar a fuga, acompanhada dos escravos de maior confiança, bem como do velho administrador do mesmo engenho Antunes de Lima, seu dedicado amigo.

Com efeito, imediatamente sobreveio a confirmação do perigo que tanto receavam.

Mal tinha-se concluído a inunção da infeliz senhora, o sítio era invadido pelos ex-actores da fazenda real que procederam à apreensão do que havia, desde a baixela de prata, bens de raiz, móveis, moventes até no guarda louça ou armário, cujos pequenos vasos excitaram a cubiça de agalado oficial que, de viagem conduzindo-os nas algibeiras, quebraram-se numa queda que dera do cavalo nas várzeas do Ribeiro, e feriram-no bastante.

Ao sequestro de todos os bens, sem atender-se a que estavam reunidos aos da posse da inditosa mãe, seguiu-se aí o saque pela soldadesca desenfreada. Os bens de raiz assim como os escravos, e outros que não foi possível transportar ou levar à hasta pública logo, foram entregues a um depositário. **Rêgo Luna, cunhado do governador**, que aliás não tendo podido dar exata conta do depósito pelos extravios supervenientes a alguns daqueles, teve de indenizar finalmente o seu valor.

Restaurado o regime monárquico no Rio Grande do Norte, após o bárbaro assassinato de André de Albuquerque, chefe do governo republicano, ocorrido no dia 25 de abril de 1817, foi este dissolvido, organizando-se no dia imediato o que devia administrar interinamente a capitania. (44)

Depois de constituído, esse governo comunicou a sua instalação ao comandante do bloqueio, almirante Rodrigo José Ferreira Lôbo, do qual recebeu ordens e auxílios de mantimentos, armas e munições. Dos seus atos, os principais foram a prisão de alguns dos revolucionários e a organização da coluna expedicionária que ocupou o engenho Cunhaú, depois de praticar na travessia até ali as maiores violências e as mais odiosas perseguições contra os amigos e partidários de André de Albuquerque, cujas propriedades, assim como as dos seus parentes, foram, em parte, saqueadas e destruídas. (Tavares de Lira, ob. citada).

Contrastando com essas misérias, diga-se aqui de passagem, o exército republicano comandado por André de Albuquerque em sua marcha vitoriosa de Cunhaú a Natal, 80 quilômetros, não fez mal a ninguém, não derramou uma só gota de sangue. Foi, por assim dizer, uma revolução branca, como convinha ao idealismo de uma jornada democrática. Entretanto, foi Ele que sofreu o infame labéu de **"monstro cruel conhecido por André de Albuquerque Maranhão, ou Andrézinho de Cunhaú"**, como consta, entre outros insultos mais grosseiros, do termo de vereação que se lavrou da posse do governo monárquico interino que sucedeu ao republicano em 26 de abril e consta do L.^o de Vereações de 1815-1823. (45)

Concluindo o capítulo que considero mais importante deste livro, por ser o que se refere àquele dos meus ascendentes que se deu voluntariamente em holocausto à liberdade da

(44) — A. Tavares de Lyra, ob. cit. págs. 430-431.

(45) — A. Tavares de Lyra, ob. cit. (L.^o de Vereações de 1815 a 1823).

Pátria, renunciando a tôdas as grandezas e honrarias com que lhe acenavam os seus covardes matadores, eu preciso afirmar com a autoridade que me confere a circunstância de ser seu parente em linha reta, que André de Albuquerque Maranhão foi, principalmente, pelo seu espírito público o legítimo herdeiro das virtudes cívicas do seu renomado avô Jerônimo de Albuquerque, cujo florão de glórias transpôs as fronteiras do Brasil para se impor à consideração e à amizade dos reis de Castela, antes mesmo da sua maior proeza que foi a conquista do "Maranhão".

André de Albuquerque Maranhão era um **gentleman**. Henry Koster, o cronista inglês, que o visitou em Cunhaú em 1810, sete anos antes de sua morte violenta, dá testemunho disto, quando escreve em seu grande livro, hoje traduzido em tôdas as línguas vivas, "Travels in Brazil", (46) págs. 101-102: "... No dia seguinte chegamos a Cunhaú, o engenho do coronel André d'Albuquerque Maranhão, chefe do ramo Maranhão da numerosa e distinta família dos Albuquerque. E' um homem de imensas propriedades territoriais. As plantações de Cunhaú ocupam quatorze léguas ao longo da estrada e foi adquirida outra terra vizinha igualmente vasta. Do mesmo modo, as terras que ele possui no Sertão, para pastagens do gado, supõem não inferiores de trinta e quarenta leguas, desta que é preciso andar-se três e quatro horas para vencer-se uma. Trazia-lhe cartas dos seus amigos de Pernambuco.

"Encontrei-o sentado á porta, com o capelão e muitos dos seus creados e outras pessoas empregadas em seu serviço, gosando a frescura da tarde. E' um homem com cerca de trinta anos, bem feito e com um talhe acima do mediano, com maneiras gentis ou melhor, cortezes, como os brasileiros de educação geralmente possuem".

"O coronel reside no seu engenho feudal. Seus negros e demais serviçais são numerosos. Comanda o regimento de cavalaria miliciana e o tem em bom estado atendendo-se as condições da região. Veio para perto de mim, logo que desmontei, e lhe entreguei as cartas que levava, e ele a poz a parte para lêr com sossego.

"Fez-me sentar e conversou sobre varias questões, meus planos, intenções, etc. Levou-me aos aposentos reservados aos hóspedes, a pequena distancia dos seus. Encontrei um bom

(46) — Vide Travels in Brazil, tradução Brasileira de Câmara Cascudo págs. 101-102, Companhia Editora Nacional. (1942).

leito. Trouxeram agua quente numa grande bacia de latão e todo o necessario foi providenciado. Tudo era magnifico e até as toalhas tinham franjas”.

Eis aí a verdade clara como a luz meridiana, expressa com a elegância do fino estilo de um homem de letras como Henry Koster, que por assim dizer nos deu o único perfil que possuímos do ilustre morgado de Cunhaú. “Ele”, escreve o seu tradutor Luís da Câmara Cascudo, “é indispensável, a voz que atravessou cem anos ressuscitando Pernambuco e o Sertão, vivendo ombro a ombro, mas sem a contaminação dos ódios e dos interesses, das paixões e afetos que parcializam a narrativa inquinando de suspeição o narrador”. André de Albuquerque foi um sacrificado da política acanhada da sua época, constituída de individuos mediocres e ambiciosos daquelas honrarias que elle desprezou para lançar-se na pista de um nobre ideal de civilização e de liberdade, afim de que a Pátria construída e defendida por seus avós, que se chamarão Jerônimo, Antônio e Matias de Albuquerque Maranhão, pudesse prosseguir sobranceira na marcha ascencional para os seus grandes destinos. Não o compreenderam, entretanto, os seus inimigos gratuitos, invejosos da sua fortuna e da sua posição social. O retrato daqueles sevandijas está genialmente feito pelo grande ensaista e pensador platino Dr. José Ingenieros em seu livro “O Homem Mediocre”, quando alude aos “Perigos Sociais da Mediocridade” e escreve. “... A psicologia dos homens mediocres caracteriza-se por um traço comum: a incapacidade de conceber uma perfeição, de formar um ideal. São rotineiros, honestos, mansos; pensam com a cabeça dos outros dividem a hipocrisia moral alheia, e ajustam o seu caráter às domesticidades convencionais.

“Estão fora da sua órbita o engenho, a virtude e dignidade, privilégio dos caracteres excelentes; sofrem, por isso, e os desdenham. São cegos para as auroras; ignoram a quimera do artista, o sonho do sábio, e a paixão do apóstolo. Condenados a vegetar, não suspeitam que existe o infinito, mais para além dos seus horizontes.

“O horror do desconhecido ata-os a mil prejuizos, tornando-os tímidos e indecisos: nada aguilha a sua curiosidade; carecem de iniciativa, e olham sempre para o passado, como se tivessem olhos na nuca. São incapazes de virtudes; ou não a concebem ou ella lhes exige demasiado esforço. Nenhum afã de santidade consegue pôr em alvoroço o sangue do seu coração; às vezes não praticam crimes, com medo do remorso.

“Não vibram em tensões mais altas de energia; são frios, embora ignorem a serenidade; apáticos, sem ser previsores; acomodaticios sempre, nunca equilibrados. Não sabem estremecer, num calafrio, sob uma carícia terna, nem desencadear de indignação, diante de uma ofensa. Não vivem a sua vida para si mesmos, sinão para o fantasma que projetam na opinião dos seus semelhantes. Carecem de linha; sua personalidade se desvanece como um traço de carvão sob a ação do esfumino até desaparecer por completo. **Trocam a sua honra por uma prebenda** e fecham a sua dignidade com chave, para evitar um perigo; renunciariam a viver, ao invés de gritar a verdade, em face do êrro de muitos. Seu cérebro e seu coração estão entorpecidos igualmente, como polos de um imã gasto.

“Quando se arrebanham, são perigosos. A fôrça do número supre a debilidade individual: mancomunam-se aos milhares, para oprimir todos quantos desdenham encadear a sua mentalidade nos elos da rotina.

“Subtraídos à curiosidade do sábio pela couraça da sua insignificância, fortificam-se na coesão do total; por isso, a mediocridade é, moralmente, perigosa, e o seu conjunto é nocivo em certos momentos da história: quando reina o clima da mediocridade”.

Ora, era este precisamente o clima em que vivia o Brasil de 1817 sob o jugo do governo absoluto e immoralíssimo do príncipe consorte de D. Carlota Joaquina, o Sr. D. João VI.

Pernambuco, que já possuía desde o século XVII um forte espírito de Pátria, reagiu e teria vencido se ainda despucesse de chefes militares da estatura moral dos Henriques Dias, Vidal de Negreiros e Camarões. Fêz, infelizmente para êle, uma revolução de batinas liberais onde pontificavam poetas e filósofos à semelhança da que se realizou em Vila Rica em 1789 e passou à História com o título de Inconfidência Mineira. (47)

(47) —A revolução de 1817 pode quase dizer-se que foi uma revolução de padres: pelo menos constituíram o seu melhor elemento, o que mais provas deu de sinceridade, de isenção e de devotamento, aquêles onde se recrutaram, com poucas exceções, seus dirigentes. A lista dos que participaram no movimento e sofreram pelas idéias que tinham feito suas, encontra-se reproduzida de Antônio Joaquim de Melo no estudo de Mário Melo sobre a Maçonaria e a Revolução republicana de 1817 (Rev. do Inst. Arch., n. 79, vol. XV, 1910). Abrange no seu avultado número cônegos e governadores do bispado, vigários, coadjutores, regulares e seculares, dos quais dous se suicidaram, quatro foram supliciados e muitos condenados a pena de prisão na Bahia. (Oliveira Lima. Anotações à História da Revolução de Pernambuco em 1817. Edição Comemorativa, pág. 41 — Recife 1917.

Lá estavam os vultos inolvidáveis dos Padres João Ribeiro, Miguel Joaquim de Almeida Castro, (norte-riograndense) José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, Padre Roma e Francisco Muniz Tavares. No Rio Grande do Norte Padres João Damasceno Xavier Carneiro, Gonçalo Borges de Andrade, Manuel Gonçalves Fontes, Antônio de Albuquerque Montenegro e Feliciano José Dornelas, este de execrável memória uma vez que, escreve o exato cronista patricio Luis da Câmara Cascudo sobre sua atuação na contra-revolução potiguar "... O Vigário Feliciano José Dornelas não era homem de boa alma. Servia de delator. Membro do governo revolucionário passava para o bico dos realistas tudo quanto se passava nas sessões. E depois fez alarde dessa indignidade". (48)

André de Albuquerque Maranhão, chamado a tomar parte na conjuração pelos seus parentes e amigos de Pernambuco, seguiu-lhes os exemplos fazendo no Rio Grande do Norte uma guerra fria, de que resultou ser, afinal, trucidado como novo Cristo pelos fariseus que compunham a junta governamental que ele próprio elegera. Nem a sinistra figura de "Judas" faltou para a fiel reprodução da tragédia do Calvário e este foi Feliciano José Dornelas, o delator. Si André não sofreu o suplicio da coroa de espinhos, teve, entretanto, em vida o seu corpo varado pela espada do português Antônio José Leite do Pinho e o seu cadáver profanado pelas esporas do monarquista J. A. de Quintal, no momento de ser sepultado no corredor da Igreja matriz de Natal "e encomendado com pragas e maldições", na frase de José Inácio Borges. (49)

A. Tavares de Lira, a fôlhas 475, da sua citada História do Rio Grande do Norte, diz: "... Encerrou-se assim o episódio revolucionário de 1817, cuja figura máxima foi André de Albuquerque Maranhão, que encarnou a república nos dias de triunfo e, aureolado pelo martírio, com ela sucumbiu na hora do desastre. Dêle se não registram lances de heroís-

(48) — Notas de História — "A República" — 14-8.1930. Câmara Cascudo.

(49) — Memórias citadas. Revista do Inst. Histórico e Geog. do Rio Grande do Norte, v. VIII.

mo e intensidade dramática; mas tão certo é que a violência não convence e que as idéias não morrem, que foi justamente em seguida ao seu esmagamento que se começaram a definir na capitania as correntes políticas que mais tarde, depois da Independência, teriam de perturbar por tanto tempo a vida da provincia”.

Em resumo: a illustre Casa de Cunhaú sob o reinado absoluto de D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que partiu da Guanabara no dia 24 de abril de 1821, ao cair da tarde, banhado em lágrimas (50) mas levando a bordo os cofres do erário, e deixando exaustos os do Banco do Brasil, a Casa de Cunhaú, repete-se, esteve mais uma vez presente no afã de zelar pelos brios e pela liberdade da nação brasileira.

(50) — Rocha Pombo — História do Brasil, curso superior, pág. 389

CAPÍTULO VI

DA FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA

A “Casa de Cunhaú” voltou a ser assaltada em consequência da contra-revolução de 25 de abril de 1817 no Rio Grande do Norte. Trucidado o seu nobre Chefe, o que se seguiu a esta calamidade não se pode exprimir por palavras, porque excede a tóda capacidade da imaginação humana. Tentarei, entretanto, resumir os acontecimentos daqueles dias trágicos com uma só palavra: foi o “Terror” na acepção que a história empresta a este termo quando nos fala do regime revolucionário que pesou sobre a França desde a queda dos Girondinos (31 de maio de 1793) até a morte de Robespierre em 27 de julho de 1794.

Depois das depredações não só do Engenho Cunhaú, propriamente dito, como também de tódas as demais propriedades da família de André de Albuquerque, seguiram-se as prisões, e foram encarcerados não só no Rio Grande do Norte mas igualmente na Paraíba e em Pernambuco todos os homens da estirpe Albuquerque Maranhão. Consultando a lista dos implicados naquela revolução, copiada do original da devassa, no Arquivo Público da Bahia por Monsenhor Muniz Tavares, (obra citada, pág. 329), encontramos a relação dos seguintes patriotas: João de Albuquerque Maranhão, Capitão-Mor da Paraíba, prêso em 12 de setembro de 1817, pronunciado em 13 de setembro de 1818; João de Albuquerque Maranhão Júnior, filho do sobredito, pronunciado em data supra, prêso em 14 de maio de 1817; João de Albuquerque Maranhão, de Miriri, prêso em 6 de maio de 1817, pronunciado em 13 de setembro de 1818. Intimado a 30 de setembro de 1819, para dizer de fato e de direito em 5 dias.

Jerônimo Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Rendeiro do Engenho Novo de Itamaracá, prêso depois de 5 de abril de 1818.

João Nepomuceno de Albuquerque Maranhão, prêso em 1.º de junho de 1817, pronunciado em 13 de setembro de 1818.

Luís de Albuquerque Maranhão, do Engenho Belém, Coronel de Cavalaria, prêso em 22 de maio de 1817, pronunciado em data supra.

Luís Manuel de Albuquerque Maranhão, prêso em 22 de maio de 1817, pronunciado em data supra.

Manuel Luís de Albuquerque Maranhão, filho natural do coronel de milícias, Inácio José de Albuquerque Maranhão, prêso em 15 de julho de 1817, pronunciado em 13 de setembro de 1818. (Perdoado por Aviso de 31 de agosto de 1820. P.M. de soltura em 26 de setembro seguinte).

Coronel Inácio José de Albuquerque Maranhão, perdoado por Dec. e Carta Régia de 16 de fevereiro de 1818.

André de Albuquerque Maranhão, das Estivas, Capitão-Mor das Vilas de Arez e Vila Flor, prêso em 15 de maio de 1817, pronunciado entre os Réus do Rio Grande do Norte em 13 de setembro de 1818.

José Filipe de Albuquerque Maranhão, prêso em 12 de setembro de 1817, pronunciado em 13 de setembro de 1818.

Francisco de Paula de Albuquerque Maranhão, cadete do extinto Regimento de Infantaria de Pernambuco, prêso a 2 de março de 1818, pronunciado a 13 de setembro de 1818. Da gens Albuquerque Maranhão, foram mártires em 1817, o coronel André de Albuquerque Maranhão, do Rio Grande do Norte, que foi a primeira vítima dada em holocausto ao culto da Liberdade, na contra-revolução do Rio Grande do Norte, em 25 de abril daquele ano, e Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, da Paraíba, prêso a 18 de maio de 1817. Condenado a morte por sentença da Comissão Militar de Pernambuco, de 4 de setembro, executado a 6 do dito mês de 1817.

Dos ramos Cavalcanti de Albuquerque, Cavalcanti Lins e Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, a lista dos implicados na revolução de 1817, copiada do original da devassa no arquivo da Bahia pelo padre Muniz Tavares, em Apêndice no seu livro História da Revolução de Pernambuco em 1817, é numerosíssima.

Quem quiser ter uma pálida idéa do que foi a vida dos mártires pernambucanos, paraibanos e norte-riograndenses

nas prisões de Estado da Bahia, que leia as páginas 316 e seguintes da obra supra citada.

Ali se descreve o desembarque dos presos de Estado de Pernambuco, aos quais apelidaram, por escárneo, de Patriotas. Escreve o Padre Muniz Tavares, que fazia parte dos conjurados: “O desembarque foi um verdadeiro espetáculo para a gente da cidade que corria ao porto a vêr os presos do Estado de Pernambuco aos quaes apelidarão por excarneio, de Patriotas, outros esperavão nas ruas por onde devia transitar outros nas janelas, nas calçadas e nos telhados. Aqui era um insulto, ali um escarneio... este que escreve recebeu uma forte cuspinhada d’um moço aliás bem parecido e de gravata limpa, quando subia em gargalheira, a ladeira da Preguiça, cuja marcha era tanto mais penosa, quanto era de mister guardarmos as distancias eguaes, sob pena de serem uns sufocados pelos outros! Ainda me lembro que no meu libambo, era eu o antepenultimo, sendo o penultimo o falecido Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque e ultimo o item falecido coronel Luiz Francisco Cavalcanti d’Albuquerque, que levava a guiza de crachá, o cadeado que prendia a todos. Entramos enfim na cadêa. Aqui principiarão os horrores. Figure-se uma prisão dos tempos barbaros, as paredes enfumaçadas, e sem reboco, um pavimento juncado duma crosta pegajosa; a luz dubia da candêa donde exalava o fumo de azeite de peixe; a exalação de centenas de corpos que se não lavavão, tudo isto unido ao amoniaco cheiro das cloacas; a voz vibrante e emphatica do sóta-carcereiro, que perguntava e repetia, ao escripturário, de cada um dos presos, o nome, prenome, idade, naturalidade e profissão que exercera... tudo isto só pode conseber quem prezenciou esta horrivel scena”. (1)

As linhas que se seguem a êstes poucos periodos desenhnam um quadro que só encontra simile nos pavores do inferno descrito na Divina Comédia, de Dante Alighiere, o bardo mais prodigioso da idade média.

Em minha meninice ouvi à lareira a descrição dessas cenas incríveis feitas por uma velha tia, irmã de meu pai e última filha de meu avô, o Capitão-Mor João de Albuquerque Maranhão, do Engenho Miriri, Municipio de Mamanguape, na Capitania da Paraíba. Este varão de caráter forte, para não enlouquecer, lia diàriamente na sua lúgubre prisão a “Imita-

(1) — Padre Muniz Tavares, op. cit. Conserva-se a ortografia da época.

ção de Cristo”, e quando foi anistiado em 1821, trazia nos tornozelos os sulcos dos pesados grilhões, que arrastou durante cinco longos anos.

Ele teve grande projeção nos acontecimentos da revolução quer na Paraíba, quer no Rio Grande do Norte, junto do seu pai e do seu primo André de Albuquerque Maranhão, chefe da Casa de Cunhaú.

O Capitão-Mor João de Albuquerque Maranhão, de Miriri, segundo Muniz Tavares, fôra um dos ativos republicanos de 1817. Viera imediatamente ajudar o primo André de Albuquerque, e levava prêso para o Recife o Governador do Rio Grande do Norte, tenente-coronel José Inácio Borges, que ficou recolhido à Fortaleza das 5 Pontas até o advento da contra revolução que o libertou. Não sabemos ao certo até quando viveu, mas sei que se consorciou duas vêzes, tendo a sua primeira espôsa succumbido à dor de vê-lo encarcerado na Bahia. Das primeiras núpcias deixou um filho que foi o coronel Inácio de Albuquerque Maranhão, rico proprietário do Engenho Belém no Vale do Capió, Rio Grande do Norte, e da segunda teve numerosa prole, que a seu tempo será estudada nesta história.

Velhissimo, havia perdido a memória, e em certo dia vendo a espôsa em palestra com os filhos, que estudavam direito na Academia de Olinda, e estavam gozando férias em Miriri, entre curioso e ciumento perguntara: “Senhora Dona Gertrudes que rapazes são esses que lhe cercam?” E a venerável dama, que era também sua sobrinha: “Meu tio vossa mercê não conhece os seus filhos”...

Ainda sob o reinado de D. João VI, no Brasil, foram eleitos representantes do Rio Grande do Norte nas Côrtes constituintes Portuguezas em 8 de dezembro de 1821, deputados Afonso de Albuquerque Maranhão, pernambucano, proprietário, e Antônio de Albuquerque Montenegro e substituto Gonzalo Borges de Andrade. O primeiro e o suplente não foram ao Reino, mas Montenegro, que cogitava de entrar no Congresso, apenas desembarcado em Lisboa lhe submeteu o diploma. Mudou, todavia, de resolução em conhecendo as disposições dos regeneradores para com o Reino ultramarino e não acudiu às ordens da Assembléia para vir ocupar a sua cadeira. (2)

(2) — *Diário das Côrtes Gerais*, tomo 4.^o pav. 235 e tomo 7 pág. 158, 169, 833 e 887, citados na *Hist. do R. G. do Norte de Tavares Lira*. — Nota do autor.

Nos governos da Província e do Estado do Rio Grande do Norte tivemos ainda em 1843 o Comendador André de Albuquerque Maranhão, 1.º vice-presidente, nomeado em 29 de maio do citado ano. Posse a 7 de julho do mesmo ano.

“Era filho de André de Albuquerque Maranhão, Capitão-Mor de ordenanças de Vila de Arez, chamado **André de Estivas** para distinguir-se de André de Albuquerque Maranhão, seu primo e cunhado, chefe da revolução de 1817 e cognominado **Andrezinho de Cunhaú**, e de D. Antônia Josefa; nasceu no Engenho Estivas, em Arez, no ano de 1799. Fidalgo, cavaleiro da Casa Imperial, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comandante Superior da Guarda Nacional em Mamanguape e Pilar, Paraiba, teve papel de realce na vida administrativa das duas províncias. Estudava em Coimbra quando rebentou a revolução de 1817, trazendo, como consequência, a prisão de quase toda a sua família.

Dirigiu os negócios de sua casa e salvou-a economicamente até que seu pai voltasse dos cárceres baianos.

Em Paraiba, foi nomeado Presidente da Província por carta imperial de 8 de agosto, assumindo em 29 de outubro de 1832 e governando até 1.º de janeiro de 1833. Como Vice-Presidente administrou-a de 3 de fevereiro a 14 de março de 1843; e de 9 a 14 de agosto de 1844. Foi 3.º Vice Presidente nomeado em 1845 e 4.º em 1853. Deputado provincial em 1835-37, eleito para a quarta legislatura provincial e presidente da Assembléia em 1844. No Rio Grande do Norte foi deputado-geral em 1845-47, sendo substituído desde 28 de fevereiro a 3 de março de 1845 e nas sessões de 1846 a 1847 pelo deputado suplente Dr. Francisco de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara.

Viveu sempre cercado do máximo respeito popular. Ao ter conhecimento da proclamação da República em 15 de novembro de 1889 aproximou-se de uma janela da “Casa Grande”, do seu Engenho Itapecerica, solar onde viveu sempre na Paraiba, e acenando a mão num gesto de despedida disse aos amigos que o ouviam “Adeus tranquilidade do Brasil”!... (3)

Esse grande varão da ilustre Casa de Cunhaú faleceu no seu Engenho **Itapecerica**, Mamanguape, Paraiba, em 1895, na avançada idade de 95 anos, pois que nascera no Engenho Estivas no Rio Grande do Norte em 1799, isto é, no último ano do século XVIII.

(3) — Luís da Câmara Cascudo. Governo do Rio Grande do Norte.

Um dia em que cercado dos seus numerosos filhos e netos, já velhinho, recordava episódios de sua tão longa quanto proveitosa existência, exclamou: — “quererão fazer-me a graça de ir ao fim do século”.

Nas suas conversas sempre aludia às festas da Coroação e Sagração de D. Pedro II a que assistira no Rio de Janeiro, como Deputado-Geral às Côrtes. Este foi um dos poucos descendentes da Casa de Cunhaú que se conservou fiel ao regime monárquico no Brasil. Dos outros ramos do vigoroso tronco dos Albuquerque estiveram à frente do Governo do Rio Grande do Norte na Capitania, na Província e no Estado Republicano os seguintes varões — que não faziam parte da Casa de Cunhaú, mas que procediam da mesma árvore genealógica — José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, nomeado Governador da Capitania por Decreto Régio de 4 de setembro de 1805. Assumiu a 23 de março de 1806. Governou até 22 de janeiro de 1812.

Henry Koster em seu livro “Travels in Brazil”, pág. 111, a ele referindo-se, escreve em 1810: “O Governador Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Pernambuco e é irmão mais moço do chefe da família Cavalcanti; ramo dos Albuquerque. Seu pai, brasileiro, também, fôra capitão num Regimento de linha no Recife e posteriormente se estabeleceu com plantações de cana-de-açúcar e fêz fortuna. O velho morreu, deixando a cada um de seus filhos consideráveis propriedades. Dois permaneceram nos seus engenhos e ainda continuam. O terceiro filho ingressou para um regimento em Olinda e se fêz estimado pelos soldados. O regimento contava apenas uma companhia e conservando o comando, gastou muitas somas do seu dinheiro para equipamento completo. Foi a Lisboa tratar de negócios de sua companhia e em sua ausência houve uma denúncia, acusação privada de um dos inimigos da família de que os irmãos e ele conspiravam contra o Governo. Obrigado a fugir de Lisboa, amedrontado com a ameaça de prisão foi a Inglaterra, onde a recepção que lhe fizeram o obrigara a procurar sempre ocasião de testemunhar seu reconhecimento às pessoas daquela nação. Os irmãos sofreram muito, pessoal e materialmente, mas por fim o assunto se esclareceu e a acusação se provou ser falsa. Francisco se viu, imediatamente, promovido a major e logo após mandaram-no governar o Rio Grande do Norte.

“E’ um homem de talento, muito delicado no tocante aos seus deveres, entusiasta de dotar de condições melhores o po-

vo que lhe haviam dado para administrar. Lamento dizer que êle foi transferido para o govêrno insignificante de S. Miguel, num dos Açôres nas Ilhas Ocidentais. Quando chegou ao Rio Grande raras eram as pessoas que se vestiam bem, mas êle conseguiu persuadir uma família a mandar comprar no Recife tecidos manufaturados na Inglaterra. Uma vez introduzidas essas mercadorias, fizeram sucesso, e como ninguém queria ser excedido por outro, no curso de dois anos, o uso se tornou geral.

“Visitamos a Igreja à tardinha. Tôdas as senhoras estavam elegantemente vestidas com sêdas de várias côres, com véus negros cobrindo-lhes a cabeça e o rosto. Um ano antes, as mesmas pessoas teriam comparecido à Igreja de saíotes de algodão, feitos em Lisboa, panos de tecidos grosseiros na cabeça, sem meias e com chinelos nos pés.

“A força militar se compõe de 140 homens, uma companhia e em muito melhor ordem que as de Pernambuco ou Paraíba. A Capitania do Rio Grande goza de perfeita calma e os roubos são raros”.

Luis da Câmara Cascudo, que traduziu o livro de Koster, acrescenta em suas Notas 13 e 14, a pág. 116 e 117, que “José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque introduziu em Natal a vacina jeneriana e sua administração no Rio Grande do Norte foi intensa e benéfica, atendendo vários aspectos descurados pelos seus antecessores”. Quanto à denúncia aludida pelo cronista Henry Koster, trata-se da “chamada **revolução dos Suassunas**, e é a mais misteriosa de quantas foram tramadas em Pernambuco. Não há detalhes e as referências documentais são mínimas. Sabemos, vagamente, que Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, irmão mais velho de José Francisco, cognominado Coronel Suassuna, por ter uma propriedade com essa denominação, pretendeu transformar Pernambuco em uma República sob a proteção de Napoleão Bonaparte. O Govêrno reagiu e o Coronel Suassuna com outras pessoas envolvidas estêve prêso na Fortaleza de Cinco Pontas, no Recife, em 1801 até 1802. Da conspiração participaram apenas os grandes senhores de engenho, os fazendeiros ricos, os elementos graduados da aristocracia rural. O poderio financeiro dos Cavalcanti de Albuquerque susteve a marcha processual e apagou todos os traços visíveis, da rebelião que podia levá-los à fôrça”.

Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque, 32.º Presidente, carta imperial de 28 de junho, posse em 17 de agôsto de 1871, administrando até 11 de junho de 1872.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, aclamado Governador do Estado em 17 de novembro, governou até 6 de dezembro de 1889.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, médico, vice-governador nomeado em fevereiro, governou de 19 de setembro a 8 de novembro de 1890.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, médico, governador eleito pelo Congresso Estadual em 23 de fevereiro, assumiu a 28 de fevereiro de 1892, governando até o fim de seu mandato, 25 de março de 1896.

Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, bacharel, governador do Estado de 25 de março de 1900 a 25 de março de 1904.

Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, bacharel, Governador do Estado de 25 de março de 1908 a 1.º de janeiro de 1914.

X X X

Jurada a Constituição Portuguesa em 1821 foram anistia-dos os inconfidentes de 1817, e, com êles, os republicanos da "Casa de Cunhaú". Libertos das lúgubres masmorras da Bahia, voltaram aos seus lares e iniciaram, corajosamente, o trabalho de recuperação de suas propriedades rurais saqueadas pelos vândalos do absolutismo monárquico no ano da desgraça de 1817. A família Albuquerque Maranhão Arcoverde, da Casa de Cunhaú, possuía em suas veias o sangue "ameríndio" e esta circunstância dava-lhe uma qualidade de que, pouca gente, naqueles ominosos tempos, podia gloriar-se: **não servia para escravos.**

O índio brasileiro sempre preferiu a morte à perda da sua liberdade. A história do Brasil anda cheia d'esses exemplos edificantes. O escritor Joaquim Tomás, da insigne tribuna da "Universidade Católica de São Paulo", enaltecendo a figura imponente do primeiro cardeal da América Latina e segundo arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde, modelo de pastor e patriota, assim falou: "... Desejo me acompanhar todos vós no intrincado caminho que vamos percorrer para fixar a figura senhoril do primeiro cardeal sul-americano, florão de sua progénie, vera expressão de nobreza, ramo virente dos Albuquerque de afamada bravura e dos



**Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Arcebis-
po Metropolitano do Rio de Janeiro, primeiro Cardeal da
América Latina.**

Cavalcantis, de celebrada valentia, mas que antepôs a êstes nomes um nome que lhe vinha do próprio âmago das selvas brasileiras: ARCOVERDE!

“Arcoverde era o nome festivo e esperançoso do cacique dos Tabajaras — muira-ubi ou seja — arco-verde — invensível sempre e que no seu imenso reino de fôlhas e de flôres, de troncos altos e de caatingas, vivia glorificado pelos de sua tribo como o maior dos guerreiros e o mais destro entre êles, o que dobrava o inimigo fazendo-o escravo ou dando-lhe morte no crepitar da fogueira vingadora. E’ êle o maior, o senhor da guerra e o ditador da paz, o excelso, o profeta, o insofismável, o insuspeito, o supremo.

“E’ o intermediário entre os índios e Tupã, Tupã que está no alto fazendo ronar os trovões. Tupã, que é o pai que está nas alturas ou no céu. “E’ êle o chefe, o pagé, o intérprete legítimo da vontade da tribo ante o Supremo Ser que “faz os trovões e os relâmpagos” no dizer do Padre Fernão Cardim.

“Daí o seu prestígio, a sua fôrça, a sua majestade, o seu fascínio sôbre os demais. Arcoverde era um dêsses pagés legendários que tinham o poder de falar a Tupã a tôdas as horas e que à noite ainda vigiavam contra Anhangá e os seus perversos sequazes: (4)

“Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, seu nome, como vimos por inteiro. Deus o pondo todavia na triilha do seu divino serviço havia de lhe acrescentar um monossilabo para lhe marcar as virtudes e redoirar-lhe os trabalhos no santo ministério das almas: D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti agora feito Bispo da Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana. Dom Joaquim!” (5)

Pôsto isto, nós os descendentes de Muira-Ubi, o Arco-verde, continuamos a combater o bom combate a prol da Independência e da República para reavermos a posse e a liberdade da terra de que foram legítimos depois os nossos antepassados e vencermos, afinal, em 7 de setembro de 1822, graças ao saber de José Bonifácio de Andrade e Silva, condiscipulo de Goethe, e em 15 de novembro de 1889 ainda graças às sábias lições do Professor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, catedrático da Escola Militar do Brasil.

(4) — Anhangá — espirito mau, o diabo na lingua Tupi. Nota do autor .

(5) — Vide Jornal do Brasil de 14 de abril de 1950. — J.M.

Estava, agora reconquistada a posse da terra de Arcoverde o Tuchaua dos Tabajaras que se diziam "Senhores do Rosto ou Face da Terra. (Frei Jaboatão. Orbe Seráfico e Brasilico). No periodo decorrido entre 7 de setembro de 1822 e 15 de novembro de 1889, o nordeste, com Pernambuco à frente, teria de fazer a "Confederação do Equador" em 2 de julho de 1824, para protestar contra a dissolução da assembléia constituinte. "A grande tarefa é agora organizar a nação; (escreve mestre Rocha Pombo em sua História do Brasil, pág. 416) e prossegue: "... Já não bastam para isso os impulsos que tinham agrupado em torno do Príncipe entusiasta e ambicioso, tôdas as forças morais daquele grande momento: é preciso que a experiência, o tino, a capacidade de construção social e politica venham agora salvar para a história o que o patriotismo havia feito". (6)

Para se ter uma idéia da hipocrisia daquele filho de Carlota Joaquina, basta saber-se que elle ao instalar, solenemente, a Assembléia Constituinte no dia 3 de maio de 1823, lendo a sua fala prevenia os representantes do povo de que -- "só no caso de merecer-lhe aprovação é que S. M. aceitará a Constituição que se votar". (7)

Mas a obra do general olindense Jerônimo de Albuquerque Maranhão é imperecível. O Brasil nortista já era uma Nação consolidada pelo tino politico do illustre mameluco transmitido aos seus descendentes. Sinão vejamos o que diz Manuel Bonfim em obra citada pág. 257: "... Sob o influxo de Albuquerque Maranhão, aquêlê Norte se fêz immediatamente Brasil na própria tradição de Pernambuco, donde proce-

(6) — Rocha Pombo, ob. cit., pág. 417.

(7) — "Os desejos de D. Pedro não eram por certo, fazer a Independência do Brasil. A ella chegou arrastado pelas contingências do momento, que o obrigaram a identificar-se com os que disputavam o seu apolo, mas como garantia na hipótese de um desastre do que como penhor de uma vitória que a maior se afigurava infalivel. Foram, portanto, os acontecimentos que fizeram d'elle o libertador do povo que tinha de governar um dia. O dia do fico e do rompimento de D. Pedro com a metrópole. Os atos que se seguem ao fico não contém a declaração expressa de que o Brasil está separado de Portugal.

O 7 de setembro, é portanto, um complemento do 9 de janeiro: a declaração da Independência é o corolário natural do fico. A rebeldia ás determinações das Côrtes representa, na realidade, a separação da colônia. O brado do Ipiranga é apenas a comprovação de um fato a afirmação diante das outras nacionalidades de que a obra de nossa emancipação — ha muito feita no espirito e no coração dos brasileiros — está concluida. (A. Tavares de Lira. História do Rio Grande do Norte. páginas 482 usque 486).



**D. Tereza Arcoverde, irmã do Car-
deal Arcoverde.**

dia pelo ânimo dos que o conquistaram. O mesmo Alexandre de Moura, influido em Gaspar de Sousa, foi quem mais concorreu para que se destacasse do Brasil, o que se chamou, depois, Estado do Pará-Maranhão, desunindo-se, assim, a nação que germinava na colônia. De nada valeu o recorte: o que um grande Brasileiro fizera, perdurou e aquela terra, onde até a morte se exerceu a ação da nova energia de Albuquerque Maranhão, ganhou definitivamente a alma do Brasil como afirmou nos momentos turvos de após a Independência. (8)

“Ao fechar o capítulo de Insurreição pernambucana Southey, segundo Manuel Bonfim, tem de concluir”. A luta holandesa só serviu para demonstrar que o Brasil é inconquistável. E, noutras conclusões, a propósito da insuficiência dos representantes da metrópole, quando foi o ataque de Du Guay — Trouin: “Bem sabia Oeiras que era impossível a conquista permanente do Brasil; essa questão decidira-a, de uma vez, indisputavelmente para sempre, a guerra pernambucana. E tanto sentia o que dizia que o firmou no pleonismo de que se serviu. Outro inglês, Koster conhecendo bem uns e outros, aconselha aos seus patrícios: “Não se iludam com a aparente fraqueza do Brasil; é um país inexpugnável... a sua extensão, as florestas, e uma população corajosa, infatigável...” op. cit. 11,423 (9). E’ que ele vivia ali em Pernambuco, onde desde as primeiras gerações encontravam-se patriotas que, por si mesmos, construíam fortalezas e formavam exércitos. (Carta, de Gaspar de Sousa a El-Rey, em 31.1.1615). Castela chegou a entregar a frotas francesas a defesa das suas possessões; nós, conseguimos defender-nos por nós mesmos (Delamnoy & Vander Lindir — op. cit. pág. 327). E a resistência se pro-

(8) — Manuel Bomfim. O Brasil na América pág. 257. Nesta página lê-se a nota seguinte: “Está verificado (Capistrano, apoiado em Studart que, em 621, Ravardière se preparava para invadir novamente o Brasil, e isto justifica, ainda a tradição colonial anti-francesa”.

(9) — Na tradução brasileira do citado livro do cronista inglês Henry Koster, que os pernambucanos chamavam Henrique Costa, lê-se a pág. 550 (sic). “A idéia que se tem na Inglaterra da fraqueza do Brasil provirá das insignificantes medidas de defesa preparada no seu litoral. Não se duvida que seus portos de mar sofrerão muito num ataque naval inimigo, mas o país é inexpugnável. Possui grandes e sólidas fortalezas que o homem não as poderia construir — são a vastidão, as florestas, a população ousada, habituada a viver frugalmente, e de maneira simples. De mais, as idéias de conquista da América do Sul pelos europeus, contra a vontade dos seus filhos, provou que a experiência era desastrosa. Os holandeses em Pernambuco e nós em Buenos Aires demonstramos êsse fato. (“Viagens ao Nordeste do Brasil”, pág. 550. Henry Koster. Tradução e Notas de Luís da Câmara Cascudo. João Maranhão.

longa na descendência, gerações e gerações: um Albuquerque elimina os Franceses do Maranhão, outro toma aos Ingleses o célebre forte de Camaú, (10) e um neto d'este, bate o comandante francês, governador da respectiva Guiana soldado da grande época — Luis XIV. Não é de admirar essa aptidão guerreira no povo da época em que cada engenho era uma Casa Forte. Com Albuquerque Maranhão estão dois filhos; o mais velho sai da vitória com três feridas. E o grande capitão, si bem que orgulhoso delas não se mostra insolente, nem brutal, como o supunha o Francês: é que o patriotismo, fizera d'ele um hábil politico de ótima diplomacia. Com a sua tática, elle dominara a grande superioridade do adversário; mas precisava, ainda, tornar aquella vitória definitiva em bem do Brasil, e com essa diplomacia elle o conseguiu de modo absoluto. Chegou ao ponto de trabalhar para conservar no Brasil, incorporando n'ele, aquella população de intrépidos franceses com a boa experiência que tinham da terra e do seu gentio. A sua expedição é organizada em Pernambuco, cujos recursos concorrem prontamente, si bem que, no caso, o interesse daquella capitania fôsse bem remoto”.

Assim conclui o grande escritor patricio Manuel Bonfim uma das suas brilhantes páginas do Cap. “O Patriotismo Brasileiro” do seu livro “O Brasil na América”.

Desta obra, vasada nos moldes da mais sã brasilidade, tenho-me socorrido para levar a térmo a difficil tarefa de restauração da obra patriótica do insigne general brasileiro Jerônimo de Albuquerque Maranhão, visando à glorificação da terra comum.

X X X

O movimento republicano que triumphou em 15 de novembro de 1889, começou em S. Paulo com o advento do Manifesto de 1870, assinado por Saldanha Marinho, Aristides Lôbo e Quintino Bocaiuva.

Em 1871 reuniu-se naquelle Estado o primeiro congresso republicano, o qual com a data de 2 de julho de 1873 publicou também o seu Manifesto. Eram figuras de relêvo daquelle conclave Manuel de Campos Sales e Prudente de Moraes.

(10) — Trata-se de Antônio Cavalcanti, que no Amazonas deu combate aos Ingleses ao lado de Jácome Raimundo, Bento Maciel e outros brasileiros. — J.M.

No Rio Grande do Norte, onde o ideal republicano sempre viveu em estado latente desde as revoluções malogradas de 1817 e 1824, nascidas em Pernambuco, aquele movimento contou desde logo com o decidido apoio da família Albuquerque Maranhão.

Em 1889, da "Casa de Cunhaú" em decadência, só restava na Província a figura serena e nobre do último descendente em linha reta do General Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o herói de Guaxenduba, e era o Dr. João de Albuquerque Maranhão (Dr. João das Estivas) considerado o republicano mais antigo da Província. Foi duas vezes deputado provincial no Rio Grande do Norte, nos biênios de 1874-5 e 1876-7 e Vice-Presidente da Província, segundo informa a escritora Isabel Gondim. (11)

Magistrado, exerceu o cargo de Juiz Municipal da comarca de Arez, prestando inestimáveis serviços à Justiça local. (*) Abolicionista, em janeiro de 1888 alforriou os últimos 16 escravos que possuía, fazendo uma festa e servindo os libertos à sua mesa.

"Encarnava as virtudes mais vivas de honestidade, firmeza, independência, obsequiosidade. Quando o Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, decidiu fundar o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, pediu a presença do Dr. João das Estivas à reunião e fê-lo presidir à cerimônia. O Dr. João de Albuquerque Maranhão foi unânimemente eleito Presidente do Partido. Pedro Velho, num gesto simbólico, unia ao início do Partido a continuidade de um sangue tornado glorioso pelo martírio". (12)

A fundação do Partido Republicano na antiga Província do Rio Grande do Norte efetuou-se a 27 de janeiro de 1889, conforme se verifica da seguinte ata: (13)

"Às 12 horas do dia 27 de Janeiro de 1889, teve lugar nesta Capital, na residência do cidadão João Avelino Pereira de Vasconcelos (era situada em frente a Igreja do Rosario, na praça que tinha este ultimo nome, no bairro da Ribeira),

(11) — Isabel Gondim, op. cit. pág. 91.

(*) — Vide *Jornal do Commercio*, de 23, junho, 1859, pág. 2; Carta de Natal, de 26, maio, 1859. Idem *Jornal do Commercio*, de 7, fevereiro, 1869, p. 1; Carta de Natal, de 23, janeiro, 1869.

(12) — Dr. Luís da Câmara Cascudo, historiador e ensaísta brasileiro, de notável saber, in "Ata Diurna". A República, Natal — 1939.

(13) — A. Tavares de Lira, op. cit. pág. 594.

a primeira reunião do Partido Republicano nesta Província, após os movimentos revolucionários tragicamente afogados no sangue dos patriotas de 1817 e 1821.

“Presentes muitos cidadãos e achando-se sobre a mesa um grande numero de adhesões de correligionários que motivos poderosos impediram de comparecer à capital, foi convidado para assumir a presidência da Assembleia o Dr. João de Albuquerque Maranhão, servindo-lhes de Secretário o revmo. vigário José Paulino de Andrade e o cidadão Juvencio Tassino Xavier de Menezes.

“Oblendo então a palavra o Dr. Pedro Velho expoz os fins da reunião e submeteu a aprovação dos cidadãos presentes, as bases da lei organica do partido, as quais foram unanimemente acceitas.

“Continuando, o orador lembrou a criação de um jornal ou revista que dêsse conta dos progressos do partido no país e especialmente que se mandasse tirar uma grande edição das obras de propaganda de Assis Brasil e Silva Jardim, para distribuição gratuita entre o povo e animou os correligionários unidos do interior a que promovessem a criação de clubes locais em seus respectivos municipios. Passou então a fazer a leitura de um manifesto, cuja redação foi aprovada, resolvendo a assembléa que fosse mandado á impressão, afim de ser distribuido largamente na Província.

“Usaram ainda da palavra outros cidadãos, todos de acordo com as idéias emitidas pelo Dr. Pedro Velho. Em seguida procedeu-se a duas eleições; a primeira tinha por fim constituir uma Comissão Executiva Provisória até que no Congresso do Partido, se nomeie o directorio anual.

“Esta comissão ficou composta dos cidadãos seguintes: Dr. Pedro Velho, João Avelino Pereira de Vasconcelos, Dr. Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco, Dr. João de Albuquerque Maranhão, Vigário José Paulino de Andrade, Fabricio Gomes de Albuquerque Maranhão, José de Borja Caminha Raposo da Camara, João Ferreira Nobre, Carlos Manoel de Jesús Nogueira e Costa, Antonio Minervino de Moura Soares e Manoel Onofre Pinheiro, os quais dentre si deverão escolher presidente, vice-presidente, tesoureiros e secretários. A segunda eleição tinha por fim constituir a directoria do Centro Republicano, da Capital que ficou assim composta: presidente: Dr. Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco; Vice-Presidente, Manoel Ferreira da Silva Veiga; tesoureiro, Manoel Alves de Souza; 1.º Secretário, Benedito Ferreira da Silva; 2.º Secretario, José Joaquim das Chagas Junior.

“Terminada a reunião, se fez entre os cidadãos presentes uma bolsa para ocorrer às despesas mais urgentes, telegrafando-se ao presidente do Conselho Federal do Rio de Janeiro sobre a reunião e seus resultados.

“E, para constar se lavrou a presente ata em que todos assinaram.

“Estiveram presentes, ou se fizeram representar as seguintes pessoas residentes na Capital, Macaíba, Ceará-Mirim, Touros, Angicos, Santa Cruz, Nova Cruz, Canguaretama, Goianinha, Arêz, Paparí e S. José de Mipibú.

“Estiveram presentes: — João Ferreira Nobre, Dr. Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco, vigário José Paulino de Andrade, João Ferreira Nobre Junior, Advogado José de Borja Caminha Raposo da Camara, Coronel Estevam José Barbosa de Moura, José Justino de Oliveira Pinto, Theofilo Oswaldo Ferreira da Rocha, Thomaz Barbosa de Moura, José Ferreira de Oliveira, José Alipio de Menezes, Ignacio Marçal de Andrade, João de Souza Tavares, Joaquim Maria Maciel, Vicente Thomaz de Lima, Joaquim Correia de Melo, Jeronimo Vieira de Melo, José Carvalho de Goes, Melchiades Ferreira Nobre, Joaquim Ferreira de Azevedo, Francisco Xavier de Lima, Manoel Ferreira de Oliveira, Joaquim Vieira de Melo, Manoel Paulino da Silva, Florencia do Rego Leite, Felix Barbosa Tinoco, Francisco Gomes de Brito, Ouriculo Matos, Manoel Ignacio Ferreira, João Evangelista Ferreira da Silva, José Paulino da Silva Junior, Enéas Paulino da Silva, Pedro Fernandes da Camara, José Pinheiro de Castro, Joaquim Tavares de Oliveira, Emidio A. de Moraes, Academico Deoclecio Duarte, Antonio Joaquim Ferreira, José Gomes da Costa, Academico José Ricardo Lustosa da Camara, José Paulino da Silva, Raimundo de Medeiros Dantas, Xisto Batista Vieira, Philippe Ferreira da Silva, José Pedrosa de Oliveira, Fabricio Gomes de Albuquerque Maranhão, Olimpíio Tavares, Antonio Barreto de Goes, José Ignacio da Costa, Antonio Philippe Cabral de Melo, João Pegado de Siqueira Cortez Filho, Joaquim Scipião de Albuquerque Maranhão, José Teixeira de Melo, João Clementino de Souza, Joaquim Bezerra de Oliveira Lima, **André Julio de Albuquerque Maranhão**, Luiz Afonso de Albuquerque Maranhão, Manoel Ferreira Duarte, João de Albuquerque Maranhão, Luiz Candido de Araujo Camara, João Augusto de Oliveira Barroca, João Antonio de Brito, Francisco Gomes Teixeira, Bento José Taveira, André de Freitas Dornelas Camara, Benedito Ferreira da Silva, João Duarte de Oliveira, Manoel Ferreira da Silva Veiga, Dr. Pedro Velho de Albuquerque Ma-

ranhão, José Henrique de Castro Barroca, Adelino de Albuquerque Maranhão, José Leite de Almeida, Antonio Minervino de Moura Soares, Manoel Onofre Pinheiro, Manoel Alves de Souza, José Antonio Arêas, Manoel da Cunha Soares, Serafim Barbosa Cordeiro, José Deodato de Oliveira Lima, Manoel Cordeiro do Valle, Joaquim Soares de Lima, Lourenço Teixeira Fernandes, Benjamin Franklin Pedrosa, Antonio Joaquim Soares, Inacio Bento de Avila Cavalcanti, João Avelino Pereira de Vasconcelos, **Augusto Severo de Albuquerque Maranhão**, João Pedrosa de Andrade, Theodulo Soares Raposo da Camara, Manoel Salustiano de Matos, Francisco Muniz Pacheco, Joaquim Martiniano da Silva, Juvencio Tacino Xavier de Menezes, Manoel Alves de Moraes Castro, Ricardo Fernandes, Miguel Joaquim de Moraes, Laurentino Teixeira Galvão, Theodosio Soares de Oliveira, José Joaquim das Chagas Junior, Carlos Manoel de Jesús Nogueira de Castro, Estevam Olimpio de Oliveira, João Alves de Melo, Francisco Eduardo Soares da Camara, José Rufino da Costa Pinheiro, Felismino do Rêgo Dantas, João Brito, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão e Antonio Francisco de Assumpção”.

~ x x x

Com o pêso dos seus 61 anos de labor incessante na administração dos seus engenhos Estivas e Limoal, situados na zona do agreste, cheia de vales frescos, essencialmente agrícola, meu pai “morando em Estivas, herdou no lindo costume feudal o nome da família junto à recordação da posse da terra. Ficou sendo para todos o Dr. João das Estivas” (14) na frase colorida do nosso Luis da Câmara Cascudo. Apesar dos meus 6 anos de idade, lembro-me bem do seu entusiasmo e da sincera vibração do seu idealismo político naquela radio-sa manhã de 17 de novembro em que, resfolegando, parou à porta da Casa Grande de Estivas o trem especial que veio buscá-lo para assistir à solenidade da posse do governo republicano em Natal. O Cel. Luis Afonso de Albuquerque Maranhão, (Lulú como o chamávamos em família), sobrinho de meu pai e seu secretário particular, com o seu belo espírito artístico havia desenhado uma grande bandeira bicolor, azul escuro e branco, tendo no centro o arco-íris simbolizando a

(14) — Câmara Cascudo, crônica cit.

concordia oferecida às gentes que em 1817 quiseram unir seus destinos aos dos pernambucanos (15) e que lembrava o pavilhão adotado pelos bravos que naquele ano haviam morrido pelo ideal democrático. Esta bandeira foi erguida no terreiro da “Casa Grande” em um mastro de “pau-d’arco” que media cerca de 30 metros. Em Natal sob a emoção que o empolgava, o Dr. João de Albuquerque Maranhão, ao receber as manifestações de afeto dos norte-riograndenses, tombou com a síncope cardíaca que o havia de fulminar, um ano depois, na noite de 4 de novembro de 1890. Cardíaco, segundo o diagnóstico do Dr. Pedro Velho, que era seu médico, não pôde tomar parte “nas organizações do momento que exigiam pronta e sadia atuação individual. Ainda presidiu em 1890 à Intendência de Arez”. Deste modo, com ele expirou o último varão ilustre da gloriosa falange que durante 3 séculos se havia batido pelo progresso, pela defesa e pela emancipação da Pátria brasileira.

Morreu tendo a alegria de ver triunfantes os princípios por que se haviam sacrificado os seus maiores. A “Casa de Cunhaú”, que havia desfraldado a bandeira republicana em 1817, foi com Ele vitoriosa para o túmulo. Aos seus herdeiros depois do seu traspasse foi negado um modesto lugar ao sol no Rio Grande do Norte por aquêles que se inculcaram parentes de André de Albuquerque Maranhão para atingirem ao poder. Partiram para Pernambuco e para o Amazonas onde encontraram hospitaleiro acolhimento e venceram na vida.

Sic transit gloria mundi. E’ a lição que nos dá a Imitação de Cristo...

(15) — Ler o Dec. n. 459, de 23 de fevereiro de 1917 que adotou o lábaro da Revolução Republicana de 1817 como bandeira do Estado de Pernambuco. — J.M.

CAPÍTULO VII

FIM DE RAÇA

E' evidente que com o fatal desaparecimento de André de Albuquerque Maranhão, último chefe ilustre, da "Casa de Cunhaú", aquêlê cadinho onde se fundiu o mais puro metal humano de que se tem notícia na história pátria, entrou em declínio.

Assim pôsto, convém esclarecer que para isto muito correu a consanguinidade secular da nossa raça.

Como temos declarado no segundo capítulo dêste livro, os Albuquerques tiveram muitos casamentos nas casas reais de Portugal e Castela, e daí nos veio a funesta mania de imitar as famílias fidalgas que, por preconceito aristocrático, se fecham e se isolam, não admitindo uniões sinão nos círculos dos parentes.

Ward que, segundo Manuel Bonfim, "apreciou, em verdadeira ciência tôdas as condições de dinâmica social", (1) tem conceito justissimo a êsse respeito: Repetimo-lo, integralmente, porque já é uma demonstração das vantagens nos cruzamentos humanos: "... O Cruzamento das raças é no mais alto grau dinamico e se applica a todos os sêres vivos".

"Deve, por conseguinte, applicar-se ao homem... E é bom notar que êsse principio está na base de todos os costumes e leis, do homem primitivo, como do mais civilizado, atualmente.

"Está demonstrado, pela experiência, que a união de parentes é um perigo para a sociedade...

(1) — Pure Sociology. J. I. cap. XI. Ward é um verdadeiro sábio, não qualquer dissertador em Sociologia; teve reputação como naturalista. Fazendo objecção a conclusões de Spencer, êste julgou necessário responder-lhe e o fez no tom de quem via em Ward um grande prestígio intelectual. Nota de Manuel Bonfim, in "O Brasil na América", pág. 182.

“Esta verdade é uma das mais claras ilustrações desse princípio universal da dinâmica social, cuja expressão mais nítida, e melhor, parece ser a das palavras **diferenças do potencial**...

“O progresso resulta da fusão de elementos dissemelhantes.

“Esta fusão é creadora porque dela resulta uma **qualquer cousa**, que não é, nem um, nem outro, dos componentes, que difere dos dois, e que é novo...” (Op. cit., cap. XI).

Ora, dadas essas premissas, temos de chegar à seguinte conclusão: se o Brasil se fez grande à custa de desenvolvido cruzamento e marcha vitorioso para os seus grandes destinos, a nossa família, que se originou da miscigenação do ameríndio com o europeu e atravessou lindamente 269 anos — 1548 - 1817 — em franco progresso, só veio a declinar no último quartel do século XIX em consequência dos casamentos de tios com sobrinhos e primos legítimos, que se vinham realizando seguidamente através dos séculos, por mal entendido preconceito aristocrático.

Os engenhos “Itapeccerica” e “Miriri”, de que eram senhores, respectivamente, os cunhaúzeiros, comendador André de Albuquerque Maranhão e Capitão-Mor João de Albuquerque Maranhão, êste bravo soldado e mártir da revolução de 1817 (2), estavam situados no município paraibano de Mamanguape, limítrofe com o de Canguaretema, antiga Vila Flor sede da Casa de Cunhaú, no Rio Grande do Norte. Estes varões ilustres, com descendências, eram primos legítimos entre si, acontecendo que os rapazes de “Miriri” se consorciaram com as moças de “Itapeccerica” e os jovens de “Itapeccerica” maridaram-se com as sinhazinhas de Miriri. André e João, respectivamente meus avós materno e paterno, foram casados com suas sobrinhas D. Filipa e D. Gertrudes Cândida de Albuquerque Maranhão.

De André de Itapeccerica e sua espósa D. Filipa de Albuquerque Maranhão foram filhos: os Drs. André e Antônio Filipe de Albuquerque Maranhão, bacharéis formados em Olin-da. Donas Luísa Bernarda, Filipa, Joséfa, e Antônia Josefa do Espírito Santo de Albuquerque Maranhão (que foi minha mãe).

(2) — Foi êle que prendeu em Belém o governador José Inácio Borges, e o acompanhou à Fortaleza das “Cinco Pontas”, sendo, na contra-revolução, recolhido aos cárceres balanos, onde sofreu 4 anos de prisão celular, coberto de ferros. — J. M.



**D. Antônia Gertrudes Maranhão e
Benevides. ★ 1863 — † 1930.**

De **João de Miriri**, casado duas vêzes, foram filhos: O Cel. Inácio de Albuquerque Maranhão, primeiro gênito; Doutores João de Albuquerque Maranhão, (Dr. João das Estivas), Pedro de Albuquerque Maranhão (Pedro Miriri), Afonso de Albuquerque Maranhão, falecido na guerra do Paraguaí com o pôsto de tenente do 42 Corpo voluntário da pátria aos 25 anos de idade; Dr. Luis Afonso de Albuquerque Maranhão e Donas Gertrudes, Mariana, Manuela, e Ana de Albuquerque Maranhão. O Cel. Inácio supracitado faleceu no Rio Grande do Norte em avançada idade e foi rico proprietário de vários engenhos no ubertoso vale do Capió, figurando entre êles os históricos "Belém" e "Ribeiro", "Mipibú" e "S. Roque".

Era um sujeito excêntrico, que possuía pronunciada vocação humorística e teve grande projecção nos meios sociais de sua terra, uma vez que nasceu na freguesia de Goianinha no Rio Grande do Norte, casando-se com sua prima D. Firmina Leopoldina de Albuquerque Maranhão. Era filho primogênito do capitão-mor da Paraíba João de Albuquerque Maranhão, (João Miriri) com sua primeira espôsa D. Antônia Josefa de Albuquerque Maranhão. Das suas justas núpcias teve uma filha única que se chamou Firmina e se casou com o seu primo-irmão Dr. Antônio Filipe de Albuquerque Maranhão.

Este foi senhor de "Belém" na segunda metade do século XIX, e era advogado militante no fóro do Rio Grande do Norte. Foi atropelado e morto por um carro de bois do engenho Dedo, quando viajava a cavalo, a noite, de Belém para a cidade de S. José de Mipibu. Inácio de Belém deixou ainda dois filhos bastardos que foram os coronéis: Luis Roque de Albuquerque Maranhão, educado na Inglaterra, e Joaquim Felismino de Albuquerque Maranhão, aos quais legitimou, legando-lhes em testamento os engenhos S. Roque e Mipibu, respectivamente, onde trabalharam até morrer. Luis Roque e Joaquim Felismino tiveram descendência que ainda vive nos seus engenhos no aludido vale do Capió.

Dentre as excêntricas do **velho Inácio de Belém**, como era geralmente conhecido, destaca-se o fato de se ter inimizado com o genro Dr. Antônio Filipe e empreendido uma viagem ao Recife especialmente para desherdá-lo em seu testamento. Sarcástico, certo dia em que compareceu a uma solenidade do Palácio do govêrno em Natal, depositou a cartola sob a poltrona em que se sentara, provocando êsse seu gesto o riso dos paredros da época.

Inácio, para vingar-se d'êles, aproximou-se do Presidente da Província e assim falou meio rindo: "Nestes dias de festa, Sr. Presidente, saem das tocas certos e determinados **cunrurus** como sejam ali o Sr. Coronel Fulano acolá o Sr. Capitão Sicrano e assim foi apelidando de **Sapos** àqueles medallhões da política local que haviam ousado zombar da sua esquesitice. Da "Casa Grande" de Miriri, na Paraíba, sucursal da Casa de Cunhaú, como o foram as "Casas Grandes" de Itapeperica naquele Estado, e de Estivas e Belém no Rio Grande do Norte, vieram em 1853, para a terra potiguar os irmãos Dr. João e Dr. Pedro de Albuquerque Maranhão, explorar a indústria açucareira no Engenho Estivas, possuidor de excelente massapê.

Eram irmãos e cunhados porque casaram, respectivamente, com suas sobrinhas e primas legítimas D. Antônia Josefa e D. Luísa Bernarda de Albuquerque Maranhão, filhas do Comendador André de Albuquerque Maranhão.

Esta sociedade, entretanto, pouco durou porque o Dr. Pedro foi chamado a assumir a direção do Engenho Miriri, na Paraíba, por morte do seu velho e nobilíssimo progenitor o grande capitão-mor João de Albuquerque Maranhão, que em recompensa dos seus sofrimentos nos imundos cárceres baianos ainda assistira à proclamação da Independência da sua Pátria, e fôra eleito em setembro de 1823, segundo Varnhagen, presidente da Junta da Paraíba, que ficou assim constituída: Presidente: João de Albuquerque Maranhão; secretário, João Barbosa Cordeiro; membros, João Gomes de Almeida, Antônio da Trindade, Antunes Meira, Manuel Carneiro da Cunha e João Ribeiro de Vasconcelos Pessoa. Demitindo-se o governador das armas, Coronel graduado Francisco de Albuquerque Maranhão, levantaram-se os Tenentes Antônio da Fonseca Galvão, comandante dos caçadores, e Joaquim José de Oliveira, da artilharia, para o repor. Retirou-se da cidade a Junta no dia 11 de setembro (1823) com o restante da tropa.

Reuniram-se-lhes no dia 12 grande parte dos sublevados e no dia 13 regressaram todos à cidade. (3)

O visconde de Porto Seguro, em sua aludida Hist. pág. 485, *in fini*, referindo-se ao movimento patriótico que se operou no Rio Grande do Norte para fazer jurar a Constituição Portuguesa em 1821, escreve: "Na província do Rio Grande do Norte, achava-se de governador José Inácio Borges, desde

(3) — Varnhagem. História da Independência do Brasil, pág. 483-485.



Dr. Afonso de Albuquerque Maranhão, Juiz de Direito no Estado do Amazonas. ★ 1867 — † 1933).

fins de 1816, de modo que retirando-se em 1817, por haver ali feito André de Albuquerque Maranhão triunfar a rebelião que estalara em Pernambuco, regressara de novo e seguia governando. Em 1821, seguia os movimentos de Pernambuco e Paraíba, fazendo proclamar a Constituição em 21 de maio. O officio de 17 de maio dêsse ano, de Borges, aos officiaes da Câmara de Natal, diz “que no dia 16 **recebeu os reais decretos** de 24 de fevereiro e 7 de março em consequência dessas ordens designa o dia 21 para o juramento da Constituição que se está fazendo em Portugal”.

Aquêlê áulico continuava a cumprir servilmente as ordens dos testas coroadas de quem era escravo. Êle foi o tipo clássico do “homem medíocre” na sábia definição do filósofo platino Dr. José Ingenieros: Vejamos: Desprovidos de asas e de penacho, os caracteres mediocres são incapazes de voar até um píncaro, ou de lutar contra um rebanho. Sua vida é uma completa cumplicidade com a vida alheia. São haste mercenária do primeiro homem firme que saiba collocá-los sob seu jugo”. Ao contrário disto, ensina o grande pensador “... Os caracteres excelentes ascendem à própria dignidade nadando contra todas as correntes rebaixadoras, a cujo refluxo resistem com energia. E’ fácil distingui-los, immediatamente, em face de outros, pois não se desvanecem nessa bruma moral em que aqueles se descolaram. Sua personalidade é tôda brilhosa e aresta. “Firmeza e luz, como cristal de rocha”, breves palavras que sintetizam a sua perfeita definição. Por causa dêles a humanidade vive e progride”.

José Inácio Borges, traidor da Pátria, mentiu à fé jurada ao insigne padre João Ribeiro Pessoa, o grande mestre de quem se fingia amigo e passando de cabo-de-esquadra a Tenente-Coronel governador do Rio Grande do Norte, deixou definitivamente o govêrno daquela Província, segundo A. Tavares de Lira, em 3 de dezembro de 1821, dia em que foi eleita e empossada a Junta que governou pouco mais de 2 meses.

Sentindo talvez remorsos das infâmias que atirou sobre as gloriosas cinzas do bravo André de Albuquerque, aquêlê homem de caráter excelente que ao assumir o govêrno da Província “mandou que o provedor tirasse a conta do que Ele devia aos cofres públicos, pois que trazia dinheiro para saldá-la e que, além disto, contassem com 50 mil cruzados ofereci-

dos por Ele e seus parentes para a defesa da Pátria”, (4) José Inácio Borges, cedendo às injunções políticas do momento, resolveu influir na eleição da Junta que o iria substituir, nela incluindo os que haviam sofrido tormentos pela coparticipação do malogrado movimento de 1817. Assim foi que, entre outros, ali figura o patriota de Cunhaú, Coronel Luís de Albuquerque Maranhão, senhor do Engenho Belém, que o hospedou na ida e na volta da sua célebre jornada à Casa de Cunhaú, com o intuito de subornar André de Albuquerque com falazes promessas de honrarias e brasões obtidos do governo absoluto português, de que sempre foi um mísero adúlador. Assim pôsto, foi à sombra daquela árvore que ele dizia “não possuir raízes”, e que, entretanto, crescera e dera flor e frutos, fecundada com o sangue dos mártires de 1817, imolados no altar da Pátria, que ele sim, **traidor e infame** (5) aproveitador do sacrifício alheio a prol da emancipação política do Brasil, tripudiando sobre o sangue dos mártires pernambucanos, galgou a posição de Senador e Ministro de Estado do nosso primeiro Império, anarquisado por Pedro I, este “**persistant courrier de femmes**”, na espirituosa frase do romancista e teatrólogo francês Jacques Arago (1790-1855) autor de *Souvenirs d'un Aveugle*.

E' necessário acabar de uma vez com esta mística de **testas coroadas** que se vem mantendo no Brasil em troca de comendas e outros crachás que fazem o encanto de certos bisonhos escritores da nossa Academia Brasileira de Letras.

Estas condecorações honoríficas já haviam sido proibidas pela sábia constituição de 24 de fevereiro de 1891, elaborada pelo gênio de Rui Barbosa, que com a sua visão de águia alcançou à distância como isto resultaria em prejuízo dos créditos da nossa democracia nascente. Honra lhe seja feita pelo acêrto desta medida sancionadora dos bolorentos costumes implantados na livre América pelo parasitismo monárquico que aqui organizou o subôrno, fonte de tôdas as desgraças, que nos infelicitou durante séculos.

(4) — Depolimento de Antônio Bezerra, membro do governo provisório da revolução abortada em 1817 no Rio Grande do Norte, in *Hist. do R. G. do Norte*, de A. Tavares de Lyra, pág. 439-440.

(5) — Os adjetivos grifados foram covardemente assacados por Borges ao Coronel André de Albuquerque Maranhão, quando já não existia, em officio que enviou ao seu colega Luís do Rêgo, governador de Pernambuco, em 14 de julho de 1817 — Vide *Hist. do R. G. do Norte*, de A. Tavares de Lyra, páginas 413 usque 417.



**Cel. André Júlio de Albuquerque
Maranhão, último Senhor do Enge-
nho Estivas. * 1861 — † 1928.**

Prosseguindo na noticia genealógica dos varões da Casa de Cunhaú, diremos que do Dr. João de Albuquerque Maranhão, casado com sua sobrinha e prima legítima, filha do Comendador André, de Itapecerica, foram filhos: 1. João Antônio de Albuquerque Maranhão primogênito, nascido em 31 de julho de 1860, faleceu no Recife estudando humanidades. 2. André, agricultor, falecido no Recife em 1928. 3. Antônio, casada com o Dr. José Joaquim de Sá e Benevides, jurisconsulto paraibano, formado pela faculdade de Direito do Recife. Era Chefe de Polícia em seu Estado quando foi proclamada a República brasileira, e faleceu com 75 anos, sempre fiel ao partido monarquista. 4. Afonso, republicano exaltado, quando estudante no Recife, acompanhou Silva Jardim nas conferências que realizou em Pernambuco em junho de 1889.

Este ardoroso propagandista da República tinha viajado no "Alagoas", acompanhando o Conde d'Eu, o marido da princesa imperial. O Dr. Afonso de Albuquerque Maranhão bacharelou-se no Recife em 1892, foi promotor no Rio Grande do Norte, retirando-se em 1896 para o Amazonas onde faleceu como Juiz de Direito em 24 de janeiro de 1933, com 66 anos de idade. Casou-se com D. Joana Zulmira de Medeiros Lira, com descendência, que habita a cidade de Parintins, comarca do Baixo Amazonas, Maria Luísa, professôra, nascida em 1868, morreu solteira no Recife com 75 anos de idade. João, nascido em 26 de junho de 1873, faleceu aos 7 anos no Rio Grande do Norte. 7. Luís, nascido em 1875, estudou humanidades no Ginásio Pernambucano. Reitor da Escola Industrial Frei Caneca e funcionario Municipal, faleceu no Recife em 2 de fevereiro de 1939. Casou-se com sua prima D. Maria Pires de Siqueira Cavalcanti, sobrinha por afinidade do Cardial Arcoverde, com descendência, residente no Recife. 8. João. Nascido no engenho Estivas, Rio Grande do Norte em 20 de agosto de 1883, estudou humanidades no Recife, cursando o Instituto Pestalozzi do educador brasileiro Dr. Raimundo Honório da Silva, pai do Cardeal D. Augusto Alvaro da Silva, que foi professor do Colégio Pestalozzi: Formado em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro, com a turma de 1921. Official Administrativo Padrão O, do Ministério da Fazenda. Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Distrito Federal, Carteira n. 3555. Jornalista profissional, Carteira n. 84.992. Delegado do Tribunal de Contas nos Estados de Sergipe e Pará e Delegado Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Amazonas. Estudante ainda, partiu para a Amazônia em 1903 e por lá viveu 28 anos. Casado em

Pernambuco em 1911 com D. Laura Tavares da Cunha Me-
io, enviuvou em Manaus em 1915. Casou-se, em segundas nú-
cias, em Belém do Pará, com D. Maria Oneide Maranhão da
Costa, em 1930. São seus filhos o Bacharel em Direito Petrar-
ca da Cunha Melo Maranhão, casado, com descendência; o en-
genheiro agrimensor Lauro Tavares da Cunha Melo, casado,
com descendência, e o estudante de Direito, Fernando Augus-
to de Albuquerque Maranhão. São seus netos os meninos
Cláudio Múcio, Sérgio Rubens, Flávio Marcus, filhos do Dr.
Petrarca Maranhão, e Sérgio Augusto, Laura Maria, Célio An-
tônio e Silvia Helena, filhos do Dr. Lauro Maranhão.

Do Dr. Pedro de Albuquerque Maranhão (Pedro Miriri)
casado com sua prima e sobrinha D. Luísa Bernarda, filha
do Comendador André de Itapeccerica, foram filhos: 1. Gas-
par de Albuquerque Maranhão, paraibano, advogado provisio-
nado e Promotor Público no Estado do Amazonas, solteiro, fa-
leceu em Manaus em 1918. 2. Pedro, funcionário da Mesa
de Rendas de Óbidos, no Pará, solteiro, faleceu em Cabedelo,
Estado da Paraíba. 3. Maria Perpétua, Paraibana, casada
com Júlio Pimentel, redator de Debates do Senado Federal,
com descendência, faleceu no Distrito Federal em 11 de mar-
ço de 1898. 4. Filipa Eugênia, professora, solteira, faleceu
velha em João Pessoa, capital da Paraíba.

Do Dr. Luís Afonso de Albuquerque Maranhão, casado
com D. Josefa, igualmente filha de André de Itapeccerica, foi
filho único o Coronel Luís Afonso de Albuquerque Maranhão,
Paraibano, autodidata, dado às belas artes, cultivava especial-
mente a música. Viveu no Engenho Estivas com seu tio Dr.
João de Albuquerque Maranhão, de quem era secretário, as-
sinando em 27 de janeiro de 1889 com seu primo André Jú-
lio de Albuquerque Maranhão a ata da primeira reunião do
partido republicano na Província do Rio Grande do Norte.
Faleceu no Estado do Pará, onde foi alto funcionário da Se-
cretaria de Justiça, em 1905; casado, não deixou descendên-
cia.

Do Dr. Antônio Filipe de Albuquerque Maranhão, senhor
do histórico engenho "Belém", casado com sua prima D. Fir-
mina Leopoldina de Albuquerque Maranhão, filha do humo-
rista Inácio de Belém, foram filhos: Abdon Antônio, Inácio,
Firmina Alexandrina, Filipa, Maria Benedita e Luzia Paula
Maranhão Peixoto, casada, sem descendência, e última pro-
prietária do engenho Belém. A sua irmã Filipa maridou-se
com o Cel. Avelino Leocádio de Sousa, agricultor com des-
cendência. Os rapazes de Belém foram apenas agricultores e



Dr. João de Albuquerque Maranhão, autor da História da Casa de Cunhaú. Retrato na turma de bacharéis de 1921, Universidade do Rio de Janeiro.

faleceram solteiros. O legendário Belém foi vendido por Manuel Lúcio Peixoto, espôso de D. Luzia Paula, em 1929 e foi adquirido o engenho "Macharanguape", no vale do Ceará-Mirim. Luzia Paula, enviuvando, fixou-se em Natal, onde morava em 1949, ano em que me enviou estas informações.

Dos homens da Casa de Cunhaú, já biografados neste livro, destaca-se pelas suas grandes qualidades morais o Comandante Superior André de Albuquerque Maranhão, Senhor de Itapecerica, que estudava na Universidade de Coimbra quando desabou sobre a sua família a selvagem vingança da contra-revolução de 1817, arrastando aos cárceres baianos não só o seu honrado e ilustre pai, o Cel. André de Albuquerque Maranhão (André de Estivas), como diversos outros próceres da "Casa de Cunhaú".

Regressando ao Brasil, dirigiu, inteligentemente, os negócios de sua casa e salvou-a economicamente. Entretanto não substituiu seu primo André de Albuquerque Maranhão, apesar de possuir um quinhão no engenho histórico.

Morto o Chefe da Revolução republicana de 1817, assumiu o governo da Casa de Cunhaú o Brigadeiro André de Albuquerque Maranhão Arcoverde, sobrinho de André de Albuquerque, como se vê da escritura feita pelo mesmo ao seu primo Tenente Julião Lumaque de Albuquerque Maranhão, em 7 de agosto de 1851, em notas do Tabelião Galdino Alves Braganha, na casa de residência de D. Maria Cândida de Albuquerque Maranhão, sua tia, depois espôsa do Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, deputado-geral pelo Rio Grande do Norte sob a Monarquia, em várias legislaturas e Senador da República por 3 anos. Nessa escritura declarou o Brigadeiro ter havido o Engenho "Estrêla" de sua mulher D. Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro de Albuquerque Maranhão e seu filho André de Albuquerque Maranhão Arcoverde Júnior, que se achavam de posse desde 1835. ("Dendê Arcoverde"), como era geralmente conhecido, foi o último chefe ostensivo da Casa de Cunhaú.

Infelizmente, porém, em virtude da formação do seu caráter de feitio impulsivo, incompatibilizou-se com as figuras mais respeitáveis de sua ilustre família, de quem veio a separar-se definitivamente nos agitados dias da sua mórbida existência. A partir de 1930, o meu amigo e coestaduano, Luís da Câmara Cascudo (com aquêles sic) "... vícios de histórias e manias pretéritas em amar o que se imobiliza no

Tempo”), (6) vícios e manias que o fizeram um digno discípulo do insigne mestre João Capistrano de Abreu, vem se interessando pela Casa de Cunhaú em suas “Notas de História” e Ata Diurna, publicadas na “A República”, o velho órgão do extinto partido republicano, fundado por Pedro Velho, e presidido em Natal pelo Dr. João de Albuquerque Maranhão em 27 de janeiro de 1889. Cascudo todavia tem feito “a já desacreditada biografia romanceada”, a que alude o sociólogo patricio Gilberto Freyre em sua crônica “Um Livro de Mulher”, inserida no “O Cruzeiro” de 1.º de fevereiro de 1953 em curso. (7)

O Brigadeiro André Arcoverde de Albuquerque Maranhão era uma dessas personalidades psicopáticas anotadas entre indivíduos que são “**maus estudantes**”. Neste sentido escreve J. de L. Neves Manta, ilustre psiquiatra patricio, em seu Livro “A Alma do Homem”, pág. 112. Vejamos: **Maus Estudantes** — “Eis aqui o tema predileto ao psicanalista. Antigamente, o “menino ruizinho” era-o devido à má índole. Afirmavam-no. E o “bonzinho”, em virtude da boa origem. Freud porém foi quem melhor compreendeu e explicou a psique da criança. Foi ainda quem assinalou a intensidade do complexo de Édipo. Aquêles que sentiu e aclarou com precisão a consequência de seus distúrbios e quem afinal, presentiu e limitou a energia libidinal, graduando-lhe as fixações permanente, efêmeras ou até paradoxais.

“A libido é quase toda a fisiologia psicanalítica. E o complexo edípico — o elemento nodular do arcabouço analítico. Continuando, porém, o experimento freudiano, Oscar Pfister, pastor protestante, ligou à pedagogia a ciência das imersões anímicas, aprofundando pensamentos e reflexões que simplesmente se encontravam na subconsciência dos educadores. Isto é, sistematizou de modo claro a compreensão psicanalítica, não só da alma das crianças “ruinzinhas” ou “boazinhas”, como ainda a dos “distrainhos” “ferrabrases” ou “caladões” escolares. A lógicação herética esbarrara-se, então, de encontro ao aprensor integral: o judeu Freud. Não faltou por isso quem, simulando cultura e seguindo iniciativa pró-

(6) — Leia-se In Apendice o Doc. n. 13.

(7) — Capistrano, segundo Medeiros de Albuquerque, foi uma das mais singulares figuras das letras brasileiras. Era completamente ateu e tinha no mais alto grau a paixão das pesquisas históricas. Em 1954 transcorreu o seu centenário, o que aqui registramos em homenagem à sua imperecível e saudosa memória.



**Dona Laura Tavares da Cunha
Mello Maranhão (Laurinha),
primeira espôsa do Dr. João
d'Albuquerque Maranhão.
★ 1891 — † 1915.**

pria, discretesse a respeito do caráter do escolar, dentro dos fundamentos e experiências da psicologia maior. Dessa sorte, os “maus estudantes” — que, originariamente, são personalidades psicopáticas, pois nem sempre a evolução do complexo de Édipo dá-se de maneira natural, já devido a comoções psíquicas, seja a distúrbios na fase ano-erótica, — dessa sorte, os “maus estudantes” são individualidades cujos processos psicogênicos não suportaram normalmente seu desenvolvimento ontogenético, em virtude de abrolharem num terreno biologicamente defeituoso. J. P. Pôrto-Carrero conseguiu arrolar em artigos, itens e parágrafos as figuras mais estranhas que povoam os meios escolares. As crianças “quietas”, subdivididas através de chave teórica, em que o psicanalista estuda os “tímidos”, “impassíveis” e “sonsos”; os “travessos”, em que do mesmo modo discorre acerca das “naturalmente travessas” “perversas” e “agitadas”; as crianças “rebeldes”, em que o publicista encara as “impulsivas”, “emburradas”, “reclamantes” e “teimosas”; as “distraídas”; as “mentirosas”; e finalmente as “medrosas”, — tôdas essas figuras, perfeitamente caracterizáveis, são encontradas a cada passo na vida escolar e correspondem a personalidades psicopáticas. Pretender negar-lhes existência, já não é possível. Fixá-las como consequência de lesões no plasma germinativo, resta provar...

“Tais figuras até hoje só encontraram um perfilista: Freud. E no recesso do psiquismo da criança, nos desvãos infernais da mentalidade pueril, nas profundezas geológicas da intelectualidade do infante só uma ciência encontra os motivos desses transtornos do caráter: a psicanálise. E só um germe intoxica verdadeiramente o corpo: o complexo.

A função portanto do patologista moderno equivale, com precisão, àqueloutra do garimpeiro, à procura, sempre, por meio de descidas profundas ou sondagens abissais no inconsciente da criança, dos nódulos que preformam os caracteres impulsivos ou timoratos.

Dilatando-se o conceito apriorístico, os maus indivíduos de hoje são os maus estudantes de ontem. Permanecem, dessa sorte, as mesmas causas. As formações complexógenas identificam-se. E a terapêutica repete-se.

Cumpre, pois ao psicanalista “condenar” ou “sublimar” os motivos psicogenéticos das incríveis reações anti-sociais...

Ora, André Arcoverde, foi em idade juvenil, para a Europa a título de estudar na Alemanha, mas o que fêz foi esbanjar uma grande parte da fortuna paterna. (8)

Surpreendido no estrangeiro com a noticia da morte trágica do seu tio, voltou a Cunhaú para testemunhar a derrocada da sua familia. E que viu? Apenas isto: — seu velho pai José Inácio de Albuquerque Maranhão, tenente-coronel de cavalaria miliciana, residente no Engenho Belém, processado e preso em Natal a 20 de junho de 1817, pronunciado a 13 de setembro de 1818 e recolhido aos cárceres da Bahia de onde jamais voltou por ter morrido hidrópico nas imundas prisões do magnânimo D. João VI. As cinzas do seu tio profanadas pelos vencedores em documentos públicos, o aulicismo triunfante, a debacle enfim.

Viera a Independência em 1822. Perdurava, entretanto, o justo ressentimento da morte e dos ultrages ao coronel André de Albuquerque Maranhão, e a sua desolada familia resolveu vingá-lo. O português José Inácio Leite, que havia assumido a responsabilidade do crime e “vanglorioso do seu ato (que fôra atribuído ao alferes Francisco F. da Fonseca, da companhia do Capitão Germano) o justificou judicialmente, recebendo em recompensa uma condecoração de Cristo e a patente de tenente-coronel de milícias, foi assassinado em Natal, em 1834, isto é, 17 anos depois do crime.

Luis da Câmara Cascudo, em seu brilhante ensaio retrocitado, romanceando o caso histórico, escreve: —

ACTA DIURNA

Dendê Arcoverde

André de Albuquerque Maranhão Arcoverde nasceu no engenho Cunhaú, freguesia de Nossa Senhora do Destêrro de Vila Flor, têrmo de Goianinha, no ano de 1797. Era o segundo filho do tenente-coronel José Inácio de Albuquerque Maranhão e de d. Luzia Antônia, irmã de André de Albuquerque, o desgraçado Chefe da revolução de 1817 no Rio Grande do Norte.

(8) — Alberto Maranhão, “Ensaio Histórico” publicado, em 1899, na Rev. do Rio Grande do Norte, órgão do Grêmio Polimático. — J. M.



Comandante Superior André de Albuquerque Maranhão, Senhor de Itapecerica. ★ 1800 — † 1895.

Teve a meninice tradicional dos meninos ricos, — filhos de fidalgos, donos de engenhos. Correu a cavalo, saltou porteiras, armou arapucas, pulou os córregos tomou banho no rio Piquiri, sesteou debaixo das sombras das velhas árvores, formou batalhão com os moleques da redondeza, esmurrou os primos, indigestou de bôlo-prêto e doce-sêco, trepou aos coqueiros, assustou as matronas, dormiu cansado...

O Pai, homem austero e poucas falas, de manso trato e ameno viver, era governado pela mulher, dona Luzia Antônia, enérgica e voluntariosa, chamada o Homem da Família, de quem o filho herdaria a melhor parte de seu gênio impulsivo. Ao entrar na mocidade, José Inácio mandou Dendé, como todos o conheciam, para a Europa, aos estudos. Estudar o que? Leis? Cânones? Medicina? Não se sabe. Portugal era o viveiro onde se implumavam os borla-e-capêlo da época. Ignora-se o país onde Dendé Arco Verde fôra estudar. D. Isabel Gondim afirma ter sido Paris. Alberto Maranhão informa que a Alemanha. Creio em Portugal. Portugal era a Europa, para quase todos os aristocratas antigos.

Em 1817, estava na Europa quando a revolução estourou. Quando regressara ao Brasil? Não se sabe ainda. Suas notícias iniciais são de 1830. Voltando ao Cunhaú não trouxe diploma nem curso feito mas vinha com uma mentalidade formada e concluída. Não há alteração daí em diante nos seus modos e procedimentos. Há nêle a imutabilidade dos temperamentos decisivos.

E' a mais estranha e sugestiva das figuras da Casa de Cunhaú. Em tôda zona agreste do Rio Grande do Norte não há quem lhe desconheça o nome e não saiba uma sua façanha. Quase oitenta anos depois de sua morte, ainda o Povo lhe cita o nome com respeito supersticioso. Indicam todos os recantos de sua morada, os caminhos percorridos, os crimes, a coragem, o arrôjo irreprimível. Hoje, como há mais de meio século após seu passamento, todos os trabalhadores, de dois municípios, só aludiam à sua pessoa, com um vagar amedrontado, dando, invariavelmente, o tratamento oficial, "o Brigadeiro". E a voz cava estava traindo uma longa capitalização de obediência espontânea.

Dendé Arcoverde é um puro homem da Renascença, sem medo, sem pudor, sem respeito, sem superstição, despido de preconceitos, sem temer a Lei, nem ao Imperador, nem a Polícia, nem o Gabinete Ministerial, nem inimigos, vinganças, ódios. Insensível, superior, desdenhoso, atrevido, incapaz de compreender os limites de sua vontade, ciente, integral que

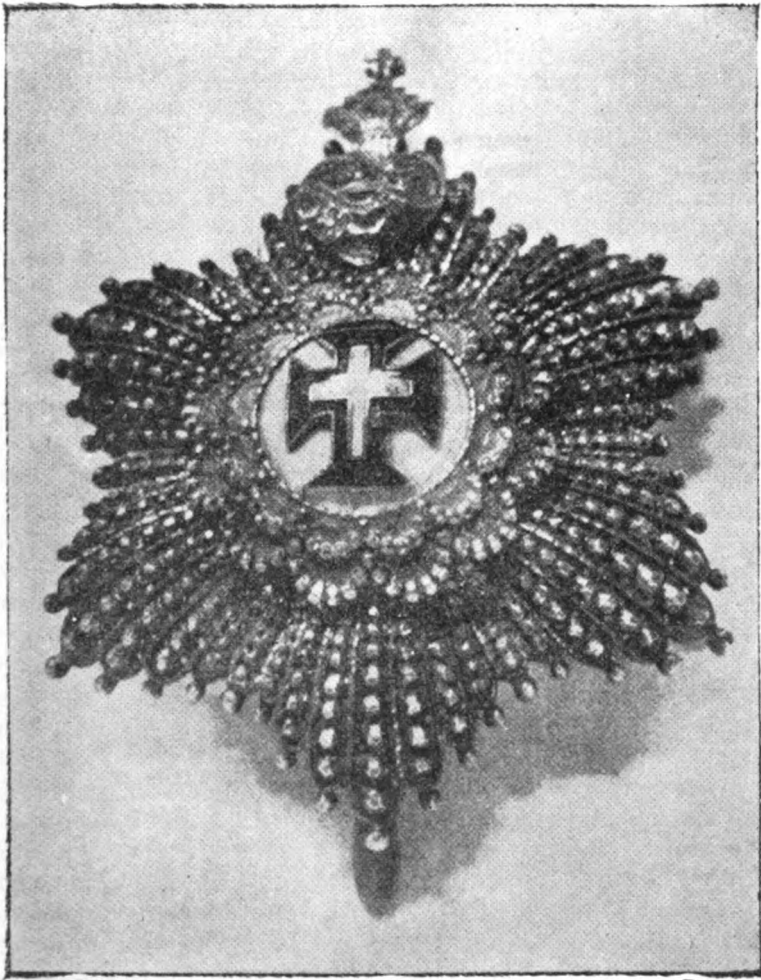
seu direito ia até as fronteiras de sua força, êle não tem remorsos nem piedades inferiores. Deliberando, executa, com precisão e a nitidez, a naturalidade de uma função normal. Tudo nêle é natural, próprio, congênito. Diz o que quer, manda avisar a morte, intima que alguém deixe a casa e se mude. chibateia, surra, tortura, mata a punhal, a tiro, a veneno, comanda um exército de escravos ou pratica, sôzinho, o ato, sem um arrepio na face, imóvel e magnifica, como um autêntico barão feudal, um verdadeiro Herrenmeister, pulso de ferro, coração de bronze, ao sol tropical do Brasil.

Tem, igualmente, conservadas, ciosamente, as virtudes de sua raça. E' faustoso, amante do cerimonial, generoso hospedador, respeitando, como a um rito religioso, o próprio inimigo que se acolhesse à sua residência, dando, apenas, o número de dias bastantes para que se pusesse a salvamento da alcatéia que sacudiria em perseguição inexorável.

Não o podemos enquadrar dentro das regras da Moral e da Lei. Dendê Arcoverde é uma exceção, o Homem Forte, instintivo, arrebatado, feroz, cavalheiresco, impressionável, magnífico de valentia, de atrevimento, de loucura pessoal. Não sofre um insulto. Não tolera um recalque. Não renuncia ao menor desejo. Vcio, como Cesar Borgia, trazendo o "humanismo", o Homem natural e vivendo pelas leis-dos-homens. Como César Borgia desapareceu numa tragédia pequenina, inferior aos seus méritos reais de impulsão e de vontade.

De estatura acima da mediana, robusto e bem conformado, Dendê Arcoverde tinha os ombros amplos e o torax saliente. Dispunha de força incrível, cavaleiro emérito e atirador maravilhoso. Pulava ágilmente uma janela, de costas. A barba negra, curta, rente à face vermelho-clara, fazia ressaltar a dentadura perfeita, branca como côco ralado. A voz é alta, estertórica, audível a distância que as lendas multiplicam. Os olhos rasgados, enormes, negros e luminosos, faiscavam de irritação contínua. A esclerótica, raiada de sangue, é um distintivo que transmitiu aos seus bastardos.

Morou sempre em Cunhaú onde tinha uma "parte" herdada de sua Mãe, cujo inventário é de 1816. Só arrendou as "partes" de seu tio, o Capitão-Mor André "de Estivas" e de seu primo, o Comendador André de Albuquerque Maranhão, "de Itapecerica", em 1851. Cunhaú estava no centro das suas terras. Englobavam-se nelas a "usina Maranhão", "Bom Passar", "Torre", "Antônia Freire", "Arerê", "Mangueira", "Cruzeiro", "Estrêla". Tudo era Cunhaú. Até a extensão verde-



Comenda da Ordem Militar de Cristo que pertenceu ao Comandante Superior André de Albuquerque Maranhão, Senhor de Itapecerica.

jante do “sítio Estrêla” se incluía na denominação do engenho tradicional. Derredor dessa região rodava o Medo...

Criminoso que tocasse, ao menos tocasse, uma estaca de Cunhaú, estava valido. Não havia “fôrça do Govêrno” que se atrevesse a perscui-lo. A casa-grande ficava circundada de choupanas onde se acoitavam os “fora-da-lei”, fanáticos pelo brigadeiro, sombras do seu braço.

Depois do jantar, até as trindades, o Brigadeiro, todo vestido de branco, passeava ao escurecer na calçada imensa da residência. Quem tinha negócio e não era pessoa de merecimento, alinhava-se, junto aos outros pretendentes, esperando que um olhar casual do Brigadeiro pousasse nêle. Ninguém ousava dirigir-lhe a palavra e sim responder. Mas, fôsse como fôsse, não deixavam de ter negócio e “trato” com êle. Não perdoava dividas nem ficava devendo.

Foi o vingador de André de Albuquerque, seu tio, assassinado em abril de 1817. Voltando da Europa e sabendo minuciosamente a morte do parente, inqueriu da vida do matador. Disseram que uma tentativa a tiro havia falhado. Dendê reprovou a técnica.

— Qual tiro! Tiro faz barulho e assombra a caça. Vamos a faca. E’ silencioso e seguro.

Procurou informar-se. Apontaram vários nomes como responsáveis. João Álvares do Quental esporeara o cadáver, Francisco Filipe da Fonseca Pinto, o alfaiate Costa Bandeira. Falaram no tenente-coronel Antônio José Leite do Pinho.

— Eu não quero saber dos outros acusados. Ferissem ou não, certamente ficaram com medo da vingança. O que eu desejo saber é quem pregou uma medalha no peito e cercou as mangas de galões por ter assassinado um Cunhauzeiro. Quem aproveitou do crime é que é o principal criminoso.

Mandou um negro e um caboclo matarem à faca o coronel Leite do Pinho. Entregou-lhes facas de prata, dizem que envenenadas. Prometeu que nunca mais teriam necessidade de cousa alguma se trouxessem as orelhas do coronel. Os dois mandatários espreitaram Leite do Pinho durante horas.

Numa tarde de procissão, terminada a cerimônia, o coronel deitou-se num tapête, diante da casa, na atual Praça 7 de Setembro, em Natal, tomando fresco, e brincando com um neto. Os dois enviados de Cunhaú caíram sobre êle numa luta feroz e rápida. Não lhe poderam cortar a orelha mas deixaram as facas enterradas no ferido, e fugiram. Leite do Pinho faleceu na madrugada de 15 de março de 1834.

Dendé recompensou sèriamente aos dois asseclas. Mandou sepultar o negro, vivo, perto da Casa-Grande de Cunhaú e plantou um coqueiro em cima do túmulo. O caboclo foi empalado na Mata das Varas e o corpo mumificado, até poucos anos espavoria os lenhadores. Cumprira a promessa. Caboclo e negro nunca mais tiveram necessidade de coisa alguma...

E' a façanha mais antiga de Dendé, sua "entrada" solene no memorial truculento em que é recordado...

Ignoro a origem do seu tratamento de "Brigadeiro". Debalde, a meu pedido o saudoso general Luis Sombra rebuscou arquivos militares no Rio de Janeiro. Não há o menor vestígio de razão nesse título altissonante, correspondendo ao nosso "General de Brigada". Mas "Brigadeiro" é como Dendé Arcoverde é citado em toda região de seu prestigioso renome. Substitui quase o nome. Dizem, comumente, "o Brigadeiro", e já se sabe que a evocação se refere ao impetuoso senhor de Cunhaú. De onde, e porque lhe veio o tratamento militar, quais os serviços para merecê-lo, em que época recebeu a merecida honorária, não sei. Não foi possível, apesar das pesquisas, saber.

O homem de confiança do Brigadeiro Dendé Arcoverde era o negro Simplicio, conhecido por "Cobra Verde", alto, magro, sério como um ídolo, e ágil como o vento. Era o melhor atirador dos arredores e nunca errou um tiro. Sua arma especial era uma carabina Minié, batizada por "meio berro", porque matara uma novilha antes do animal acabar o berro iniciado. Um bastardo de Dendé, Afonso Arcoverde, presentou a arma ao Cel. Filipe Ferreira, de "Mangabeira", e este ofereceu-a. Dei-a ao Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, onde se encontra.

O negro Simplicio, depois da morte do Brigadeiro, deixou a Província e se instalou numa casa que erguera no meio do mato, como um bicho saudoso da solidão e do mistério. Não admitia visitas e andava sempre armado. Jamais falou no nome do amo, a quem adorava. Morreu no dia do Natal de (ilegível) quando completava cem anos, data predita por ele como de sua morte. Está sepultado em Mataraca, na Paraíba.

Casara Dendé com sua prima, d. Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro de Albuquerque Maranhão, filha de João de Albuquerque Maranhão e de d. Antônia Josefa, irmã de sua



Vista geral do Engenho Itapecerica no Vale do Mamanguape, Estado da Paraíba. Da esquerda para a direita vê-se a antiga casa grande e a Igreja de S. Bento.

mãe. Seu sogro, quase centenário, veio a falacer, na Província da Paraíba, a 20 de agosto de 1859.

Dendé perdeu a mulher no dia 7 de outubro de 1835. Dizem que a envenenou, passando, à pretexto de fazê-la perfumada, unguento misterioso pela linda cabeleira da esposa. A senhora morreu, dias depois do agrado, com furiosas dores de cabeça. A tradição oral regista que o único filho legítimo do Brigadeiro Arcoverde, o pequenino André, fôra igualmente assassinado pelo Pai, com processo idêntico ao que sofrera sua Mãe. O menino sucumbiu a 25 de novembro de 1836. Uma versão, mais humana e lógica, informa que d. Antônia Josefa falecera de febre puerperal e o filhinho, de meningite.

Dendé ficou com as duas heranças...

Seu irmão mais velho, José Inácio, durante as partilhas, quando do inventário de sua Mãe, em 1816, teve desavenças com o Brigadeiro. José Inácio era influente, solteiro, rico, várias vezes presidindo a Câmara de Vila Flor. Residiu em "Belém" e "Estivas". Dendé mandou-o matar, com a naturalidade de quem encomenda a um caçador uma peça de caça. Escapando várias vezes às emboscadas, José Inácio deliberou fugir para a Europa. Vendeu parte dos bens e com Joaquim Cardoso, seu capataz de confiança, veio ao engenho "Bosque", em Goianinha, e enterrou uma mala cheia de moedas de ouro. Passou procurações para uns parentes seus administrarem as propriedades. Numa dessas jornadas uma descarga apanhou-o num braço, ferindo-o levemente. José Inácio, esperando a época da viagem, veio refugiar-se em "Estivas", em casa do Capitão-Mor André de Albuquerque Maranhão, coronel das Ordenanças de Vila Flor e Arês. Este mandou vigiar os arredores. Os dias passaram, calmos.

Uma manhã, conversavam, André de "Estivas" e José Inácio, no alpendre da casa-grande. José Inácio, deitado numa espreguiçadeira, segurava um lenço de cambraia, de encontro ao ouvido. Ao lado ficava uma olaria onde alguns homens do Capitão-Mor trabalhavam. Bruscamente, um trabalhador gritou: — guarda o tiro!... Da olaria dispararam dois baco-martes, de pontaria dormida. Uma bala atravessou a mão, o lenço e a cabeça de José Inácio. O fidalgo caiu de bruços fulminado. O Capitão-Mor correu em cima dos emboscados que desapareceram.

Horas depois, chegava à "Estivas", o Brigadeiro Dence Arcoverde, todo de preto, grave, compungido, com um séquito de guardas, armados e montados. Estêve muito tempo

olhando o cadáver do irmão. Ajoelhou-se perto, persignou-se, e declarou que viera buscar o corpo para ser sepultado, com honras, na capela de Cunhaú. Organizou o préstito e carregou o defunto numa liteira. Enterrou-o com pompa. No sétimo-dia veio a orquestra de São José de Mipibu, dirigida por Joaquim Barbosa Monteiro, para tocar durante a missa fúnebre. José Inácio ficou na capelinha de Cunhaú. Dendê herdou tudo...

Joaquim Barbosa Monteiro, que faleceu aos 85 anos, em S. José de Mipibu, a 27 de outubro de 1907, contara ao Cel. Filipe Ferreira da Silva, de "Mangabeira", que, terminada a cerimônia, apresentara as despedidas ao Brigadeiro, que passeava, todo de branco, na calçada. Dendê Arcoverde fajou, com a voz grossa e alta que assombrava até aos anjos do Céu...

— Não lhe pago agora porque não tenho dinheiro que chegue. Vá para casa que receberá logo que me venha o que estou esperando...

Julgando agradar, Monteiro explicou que o toque era gratuito. O Brigadeiro franziu o couro da testa como um tigre:

— Atrevido! Querer fazer um favor ao Brigadeiro Arcoverde para sair dizendo que êle não tinha com que pagar!... Ousadia dêsse diabo! Suma-se de minha presença, depressa!...

Joaquim Monteiro saltou num cavalo e galopou até São José de Mipibu, rezando a "Salve Rainha" quando se encontrou fora dos domínios de Cunhaú.

Mas, dias depois, Simpício Cobra Verde foi a S. José entregar a Joaquim Monteiro o pagamento, verdadeiramente fidalgo, da tocata e do susto.

Para o seu tempo, o fausto do Brigadeiro teve as honras da lenda. O sr. dr. Elói de Sousa lembrou a fama em sua conferência "Costumes Locais" (Natal. 1909, p. 7): — "A tradição ainda recorda as riquezas dos Arcoverdes, em propriedades que mediam lèguas, em escravos tão numerosos que a muitos ignoravam os nomes e estranhavam a própria fisionomia e em moedas de prata e ouro, semestralmente postas a arejar sòbre largos couros estendidos no terreiro da casa grande. Célebres foram as suas baixelas de prata e ouro; e célebres as viagens que faziam ao Recife, em liteiras puxadas por cavalos cobertos com pesados mantos de tafetá recamados d'ouro; o enorme séquito de agregados de todos os



Igreja de São Bento, do Engenho Itapecerica construída, em 1854, pelo Comendador André de Albuquerque Maranhão.

matizes; a charanga, as barracas de sêda e tôda a régia munificência com que iam afrontando o humilde sossêgo das praias por onde passava tão fidalgo e ruidoso cortejo”.

Afirmam que Dendê Arcoverde mandou matar mais de duzentas pessoas. Em redor de Cunhaú, diz-me seu dono atual, Otávio de Araújo Lima, não se cava dois metros sem deparar ossos humanos.

O Brigadeiro teve vários cargos de representação. Em 1853 era Juiz Municipal e de Órfãos em Vila Flor, com alçada no Crime. Foi Deputado Provincial duas vezes, nos biênios de 1852-53 e 1854-55.

Possuía originalidades e sestros. Ficava enfurecido com quem batia a porteira de Cunhaú. Deviam-na segurar até encostar, evitando a pancada. Em certos dias mandava amarrar o descuidado e a pezada porteira batia na vítima. Por ligeiros furtos obrigava as escravas a subir às árvores de espinho. Sofrendo de constante dor-de-ouvidos, tinha acessos de ira contra quem falasse alto ou gritasse nesses momentos. Houve quem tivesse a ponta da língua cortada e os lóbulos da orelha, por êsse crime.

Cercou-se de um harém escolhido e vasto em tipos e espécies femininas que lhe amenizavam os dias tempestuosos. Contava, entre tôdas, três favoritas. Maria Leopoldina de Albuquerque lhe deu três filhos: — Amélia Carolina, nascida em 1841 e que se casou com Antônio Jerônimo Pinheiro, Afonso, filho dileto e herdeiro integral de todos os impulsos paternos, nascido em 1843, e Carolina-Amélia, de 1847. De Felicidade Flora Brasileira e Costa abençoou apenas Luzia-Antônia, nascida em 1842 e falecida a 23 de novembro de 1883, casada com João de Albuquerque Maranhão Cunhaú, o famoso João Cunhaú. De Constância Maria do Espírito Santo houve Emilia-Idalina e Idalina-Emilia, gêmeas, nascidas em 1848. Essas morreram solteiras, Idalina-Emilia em maio de 1882 e Emilia-Idalina a 21 de agosto de 1887. Legitimou os seis filhos em seu testamento, feito a 12 de março de 1856.

Constância-Maria faleceu em 1875. Felicidade Flora morreu antes, Maria Leopoldina recebeu 23:927\$134 na ocasião das partilhas. Todos os filhos moravam com o Brigadeiro em Cunhaú. Ao morrer êste, estavam em menoridade. A mãe velha ia nos quinze anos e as gêmeas, caçulas, nos oito.

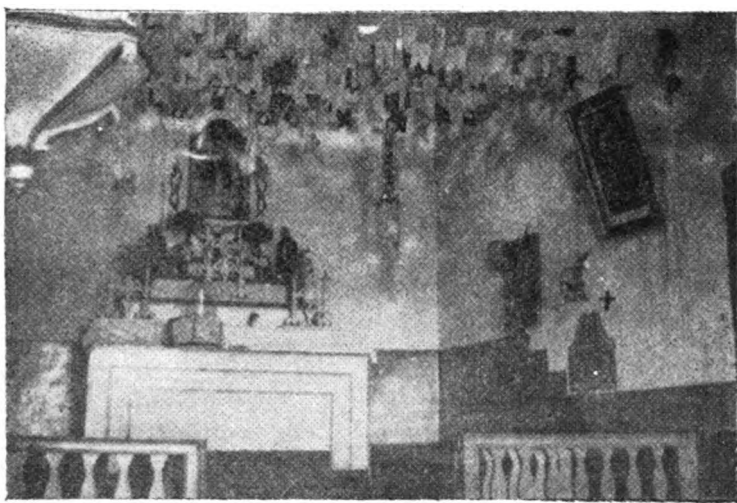
Uma fâse, ainda relembrada, é a luta, de 1838 a 1844, com Antônio Pereira de Brito Paiva, professor em Vila Flor, onde nascera a 25 de setembro de 1811, falecendo em Forta-

leza, Ceará, 22 de julho de 1901. Durante seis anos, Paiva e Dendé sustentaram uma batalha terrível, Dendé era Conservador e Paiva liberal, ou seja, o primeiro nortista e o segundo sulista. Começaram por questão de limites comuns em propriedades e acabaram nos motivos políticos. A população contava maravilhas de coragem doida, afoitezas tresloucadas, investidas malucas. Dendé e Paiva emboscavam-se com uma obstinação que ia do heroísmo até a estupidez. Como suas terras fôsem vizinhas, colocaram grupos armados, de cada banda da estrada, entre Cunhaú e Tamatanduba. Quem passasse calado seria alvejado impiedosamente. O remédio único era atravessar o trecho perigoso cantando ou gritando. O silêncio era morte infalível. Em 1844, Paiva retirou-se para o Ceará, onde educou os filhos excelentemente. Dendé reinou sózinho.

A Família Albuquerque Maranhão tolerou longamente as arbitrariedades do Brigadeiro. Primos e sobrinhos foram aconselhá-lo. Dendé ameaçou-os de surras de cipó-de-boi. A morte da mulher, do filho, do irmão, as violências bestiais, determinaram o rompimento, com quase todos os parentes. Dendé rejubilava-se do arredio dos Albuquerques Maranhões. Vivia com várias mulheres, criando os filhos em conjunto, cercado de trabuqueiros e permanentemente disposto a reagir, a tiro, contra quem o incomodasse. A fama dos crimes orgulhava-o. Rico, poderoso, valente, ambientado, todos os elementos estavam, dócilmente, ao alcance de sua vontade soberana.

Bruscamente, misteriosamente, em 1856, o Brigadeiro Dendé Arcoverde, temido em cinquenta léguas derredor, dispensou o séquito de homens d'armas. Mandou as mulheres para Baía Formosa. Ficou com os filhos. E, em 12 de março de 1856, em Cunhaú, ditou seu testamento, aprovado a 21 do mesmo mês e ano, pelo tabelião Público de Goianinha, Joaquim José da Costa Matos, servindo de testemunhas o dr. Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, José Alexandre de Araújo, Pedro Paulo de Medeiros Júnior, Leonardo José Joaquim de Sousa e Davi Luís de Albuquerque, ficando na mão do dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti por assim exigir e requerer o testador.

1856 é o sinistro "ano do cólera", a peste negra que varreu a Província, despovoando-a. Na região do litoral a figura inesquecível é a do frade capuchinho Frei Serafim de Catânia, que veio a falecer, na cidade siciliana de que usava o nome, a 14 de maio de 1887. Frei Serafim pregava as santas missões naquelas paragens onde deixou um topônimo, Penha, em



Interior da Igreja de S. Bento, vendo-se o missal que data de 1733 e, à direita, a lápide do Dr. Luís Afonso de Albuquerque Maranhão.

honra da invocação preciosa à sua Ordem. O capuchinho procurou Dendê. O irresistível Brigadeiro rendeu-se a um frade inerte, falando mau-português, usando frases que a ninguém é dado saber e deduzir. Quando Frei Serafim de Catânia deixou Cunhaú, o Brigadeiro rompeu com todos os seus hábitos. E preparou-se, como numa antevisão, para morrer.

A família continuava poderosa. Nesse 1856 dois sobrinhos do Brigadeiro eram Deputados Provinciais, os drs. André e Antônio de Albuquerque Maranhão. O deputado-geral dr. Amaro Bezerra, era seu amigo íntimo escolhido para testamenteiro, inventariante e tutor dos seis filhos menores.

O Rio Grande do Norte, em primeiro de abril de 1857, começou a ser administrado pelo dr. Bernardo Machado da Costa Dória, sergipano, Juiz de Direito, magistrado, sizado, severo, hirtó, enérgico. Governou até maio do ano seguinte. Deixou vestígios fundos de sua atividade moral. Implacavelmente perseguiu os criminosos pronunciados que viviam, folgada e docemente, à vista das autoridades sem poder prendê-los. Costa Dória mandou recolher à Cadeia homens considerados acima da Lei e das possibilidades do castigo legal. O major João da Silveira Borges, o tenente-coronel Manuel André Torres Galvão, José Brillhante de Alencar, fugiram da Província. Foram presos Manuel Eduardo Freire, delegado de polícia e Presidente da Câmara Municipal de Touros, o Padre Cândido José Coelho, Vigário de Extremoz, Antônio Ribeiro de Paiva, o célebre chefe dos "Mata Quiris", José dos Santos Caria Júnior, os escrivães públicos Manuel Antônio Chaves e João José de Melo.

Em seu relatório ao dr. Otaviano Cabral Rapôso da Câmara, vice-presidente que o substituiria, Costa Dória registava essa informação estonteante:

A diligência mais importante que tive em vista realizar era a prisão de André de Albuquerque Maranhão Arco-Verde, homem poderoso e membro de uma grande família, que era pela voz pública acusado de haver assassinado, entre outros muitos infelizes, a um irmão e a sua própria mulher; essa diligência, porém, frustrou-se, porque, no momento de cercar-se a casa do criminoso, estava êle nos paroxismos da vida e foi mister que o deixasse a Justiça humana quando o chamava, e ia tomar-lhe contas a Justiça Divina.

A tradição popular se rebela formalmente contra a versão oficial. Uma história, já mencionada por alguns dos nossos estudiosos, informa que o Brigadeiro, impossibilitado de resis-

tir à prisão, bebera cianureto de potássio. Vestira-se antes, rigorosamente, e morreu deitado em sua cama de luxo. A irmã, que morava com êle, pela manhã abriu as portas à tropa que cercava Cunhaú, dizendo, pausada e grave:

O Senhor Brigadeiro é com Deus! Podem entrar!...

Nenhuma irmã morava com Dendé. Com êle residiam os seis filhos e uma amásia, Maria Leopoldina de Albuquerque.

A tropa ida do Natal não cercou Cunhaú, temendo a reação tremenda dos súditos de Dendé, a escravaria fiel e os rendeiros, supersticiosos de sua onipotência. Afirma-se, nos depoimentos ouvidos por mim na própria região dos sucessos, que a tropa era dirigida pelo próprio Chefe de Polícia. Nesse 1857 era o dr. Luís José de Medeiros. Sendo esta a diligência mais importante, o Presidente Costa Dória tomava precauções minuciosas para sua eficácia.

O Chefe de Polícia e os soldados chegaram a Cunhaú pela tarde, pedindo agasalho, dizendo viajarem para a Paraíba. O chefe de Polícia ficou na casa grande. Dendé recebeu-o, como costumava, com requintes de conforto. Pela manhã, pretextando fadiga, o Chefe de Polícia não abandonou Cunhaú, visitando o engenho, as casinhas, os plantios. Almoçou, jantou, dormiu. O segundo dia também se passou sem que os soldados deixassem Cunhaú. À tardinha, Arcoverde compreendeu. Depois da ceia, disse ao dr. Luís José de Medeiros:

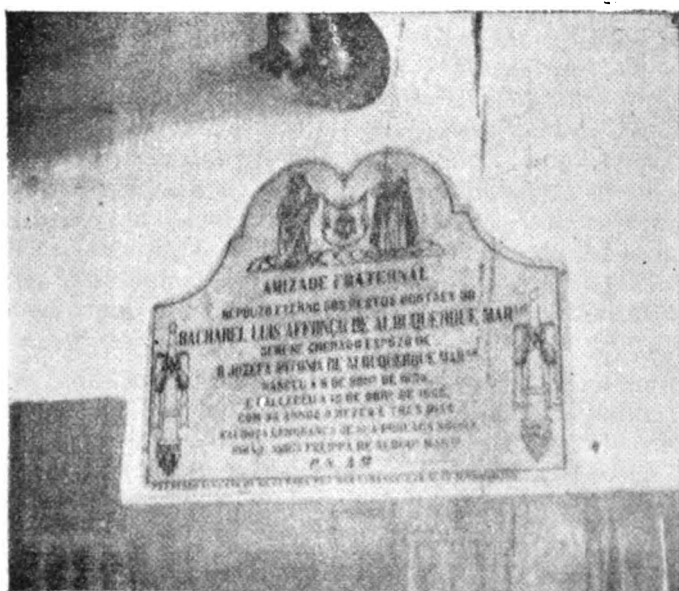
— Senhor Chefe da Polícia. Já não sou o Brigadeiro Arcoverde. Sou uma sombra dêle. Se o senhor tivesse vindo o ano passado, teria outra recepção. Mas, eu não sou mais nada. Não posso e não quero resistir. Amanhã, pela manhã, o senhor me verá.

E recolheu-se. Vestiu sua farda de grande gala, com dragonas de ouro e ramilhetes enfeitados na casaca. Calçou as luvas brancas, deitou-se, composto, e bebeu cianureto.

Pela manhã, encontraram-no morto.

O Dr. Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, amicíssimo do Brigadeiro, foi a S. José de Mipibu entregar ao Juiz Miguel Ribeiro Dantas o testamento cerrado. Disse, no térmo da abertura, que o Brigadeiro André de Albuquerque Maranhão Arcoverde faleceu pelas dez horas e três quartos da manhã do dia de hontem.

Ontem, fôra 26 de julho de 1857...



Lápide do Dr. Luís Afonso Albuquerque Maranhão — existente no interior da Igreja de S. Bento, em Itapeperica. (A lápide foi lavrada por Pedro Augusto da Silva Prôa, Rua das Laranjeiras, n. 30 — Recife, conforme indicação nela contida).

Falecido na manhã de 26 de julho de 1857, o Brigadeiro Dendé Arcoverde foi sepultado na Capela de Cunhaú, junto ao altar-mor, na mesma cova em que fôra enterrada sua mulher, vinte e dois anos antes. Vestiram-no de casaca. Houve missa de corpo presente e cada pobre que assistiu às cerimônias recebeu 320 réis de esmola.

Pelo seu testamento, sabe-se que a situação do Brigadeiro era financeiramente folgada. Quatro capelas-de-missas seriam ditas, uma por êle, outra pelos pais, e as duas restantes pela mulher e pelos irmãos. Deixou 200\$ para a Capela de Nossa Senhora das Candeias de Cunhaú; 800\$ ao seu afilhado José, filho de Brás Antônio Caldeira, alforriou um escravo, Inácio, de 48 anos e Rosalina, de 18. Além de legitimar os seis filhos, dividiu sua herança por êles, e Margarida Leopoldina de Albuquerque, que se assinava Maria Leopoldina. Ainda lhe deviam a herança da mulher. Hipotecara o sítio da "Estrêla", amplamente garantidor de uma dívida para comprar aparelhamento moderno para o engenho do Cunhaú. Os testamenteiros, na ordem da disposição, seriam o dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, o primo Julião Lumachi de Albuquerque Maranhão e o compadre Urbano Egide da Silva Costa Gondim de Albuquerque, com o praso de cinco anos para efetuação. Demoraria dezoito...

O dr. Amaro Bezerra era designado para tutor dos filhos de Dendé. O testamento, feito pelo compadre Manuel Leopoldino da Silveira Coelho e assinado pelo Brigadeiro, estava escrito em quatro laudas e firmado na quinta, depois de 28 linhas, lacrado com três gotas de lacre vermelho e três pontos de linha encarnada.

O inventariante e tutor, absorvido pela política, esqueceu completamente os órfãos. Sòmente em 10 de outubro de 1875 é que o Juiz Municipal de Canguaretama, dr. Avelino Ildefonso de Oliveira Azevedo, a pedido dos interessados, deferiu o requerimento para que se procedesse ao inventário. A sentença julgando é de 9 de abril de 1878, pelo Juiz Joaquim Guedes Corrêa Gondim. As custas foram a 708\$854.

Pagaram as doações: - - 200\$ para a Capela de Cunhaú, 800\$ ao afilhado, 400\$ para as missas e mais uma dívida de 594\$120 a Constância Maria do Espirito Santo, que já tinha morrido. As filhas, Idalina-Emília e Emília-Idalina receberam por ela.

Os herdeiros que assinaram o requerimento pedindo a partilha, em outubro de 1875, foram Antônio Jerônimo Pi-

nheiro (casado com d. Amélia Carolina), João de Albuquerque Maranhão Cunhaú (casado com d. Luzia Antônia), Emília-Idalina e Idalina-Emília, Carolina-Amélia e mais Afonso de Albuquerque Maranhão.

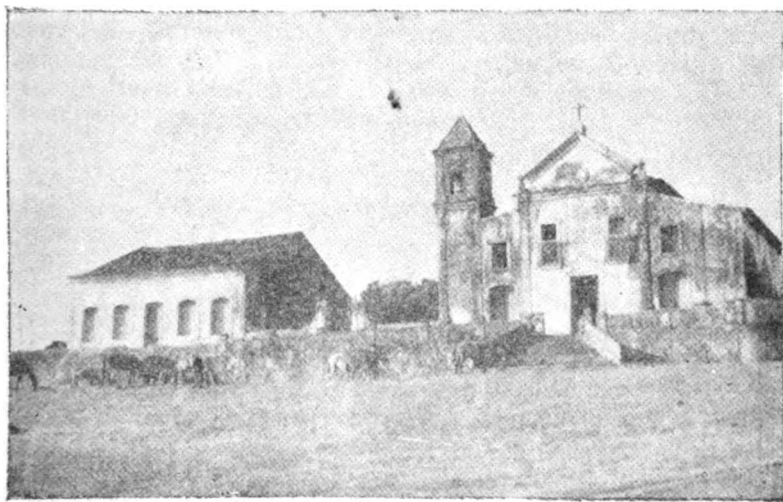
Fóra as safras fundadas, carregamentos de paubrasil, escravaria, baixelas de pratas, cavalos, o Brigadeiro possuía, além do Engenho Cunhaú, arrendado a êle, a propriedade do "Cruzeiro", avaliada em 12:000\$000, "Estrêla" na mesma quantia; a fazenda "Mãe d'água", na freguesia de Santa Cruz, termo de S. José de Mipibu, por 2:500\$000, o sítio "Atalaia", por 200\$, a casa do sítio "Mangueira", a 150\$ a "parte de Terra" em Conceição, freguesia do Coité, na Paraíba, assim como a fazenda "Cipó", na freguesia de Pombal, na Paraíba, com três léguas de extensão, calculada em 7:000\$. A "parte" de Conceição valia 200\$. O gado era julgado em preços baixos. Garrote a 8\$ e as vacas a 20\$.

Nem uma moeda de ouro foi encontrada.

Não é possível arredar da imaginativa popular que o Brigadeiro haja enterrado muito ouro e muita prata. E também jóias, que não apareceram. Vez por outra, um morador das vizinhanças "sonha" e vai cascavilhar as ruínas da Capela, as ruínas gloriosas, na pista do ouro fascinante...

Em fevereiro de 1931, dois dias andei vendo e ouvindo as tradições vivas do Brigadeiro Dendê Arcoverde. Posso autógrafos. Horas fiquei à sombra familiar da casa-grande de taipa, onde Henry Koster se hospedou, elogiando André de Albuquerque. Visitei longamente a Capelinha, o sítio do Engenho, as águas tranquilas do Piquiri onde Dendê, menino, folgou, e, homem, refletiu sua fisionomia severa. Otávio de Araújo Lima, o senhor de Cunhaú, fundador da segunda dinastia, recebeu-me com as demonstrações positivas de que não morreram, no tempo, as graças fidalgas da casa senhorial do "Bom Jardim". De tudo, olhando com amor, ouvindo com a memória alertada, juntei êsses depoimentos, sôbre a invulgar, espetacular e sugestiva figura do Brigadeiro valente, cujo nome tatála nas lembranças da região"...

Em aditamento ao belo ensaio do erudito polígrafo brasileiro Câmara Cascudo, posso acrescentar que, em minhas pesquisas, encontrei no Distrito Federal, residindo na rua Jorge Rudge, n. 120, casa 11, em Vila Isabel, a Senhora Maria Antonieta de Melo, nascida Maria Antonieta de Albuquerque Maranhão Arcoverde (Sinhazinha) casada com o sr. Luís Emídio de Melo, neta do Brigadeiro André Arcoverde, porque



**Casa Grande e Igreja de S. Bento do Engenho Ita-
peçerica.**

era filha de D. Luisa Antônia de Albuquerque Maranhão, casada com João de Albuquerque Maranhão Cunhaú. De D. Maria Antonieta de Melo, falecida aos 80 anos em 19 de janeiro de 1953, em curso são filhos: os doutores Jorge Alberto de Melo e Luis Emidio de Melo Filho, médico e químico industrial, respectivamente, e a senhora Clotilde Antonieta de Melo, professôra normalista no Rio de Janeiro. Sinhazinha nasceu no engenho Estrêla no Rio Grande do Norte. Declarou-me que teve 3 irmãs, tôdas de nome Maria da Conceição e um menino de nome André de Albuquerque Maranhão Arcoverde, todos já falecidos. João de Albuquerque Maranhão Cunhaú, em 21 de março de 1880 comprou à sua cunhada D. Idalina-Emilia a parte que esta tinha em "Estrêla".

Em 29 de agosto de 1882, conforme escritura passada pelo tabelião Fulgêncio I. de Albuquerque Melo, no Recife, venderam João Cunhaú, sua mulher e sua cunhada a aludida propriedade "Estrêla" à firma Edward Charles Bowen e John Langhan Reed (Bowen & Ca.) pelo preço de Rs\$ 300:000\$000 (trezentos contos de réis).

X X X

E assim, melancolicamente, vencidos dois e meio séculos, se desfez aquêlê reduto cívico onde ao influxo do heroísmo dos Albuquerque Maranhões, que se chamaram Jerônimo, Antônio e Matias, nasceu o amor pela posse da terra natal, obedecendo à legenda "tirar as terras das mãos dos estrangeiros".

Um único marco resiste ainda impávido à ação demolidora do Tempo: é o Forte dos Reis Magos. A sombra desta Fortaleza Jerônimo de Albuquerque Maranhão realizou a sua obra formidável: "a colonização caminhou sempre, a paz com o gentio, não foi perturbada, o sertão desbravou-se em parte e a conquista prosseguiu, irradiando-se em diversas direções". (9) Um antigo documento fornecido ao Barão de Studart por Capistrano de Abreu, assim a descreve: (10). "A Fortaleza do Rio Grande he a mayor e mais bem trazada que ha no estado do brasil, está situada na terra firme sobre arrecifes da ban-

(9) — A. Tavares de Lyra op. cit. pág. 74.

(10) — Conservamos o estilo e a ortografia d'êste vetusto documento. — J.M.

da do Sul do Rio, mas de modo que de marêa chêa fica por todas as partes rodeada de mar e de aguas vivas; se não pode ir a ela se não depois que abaixa a marêa. Não pode entrar pela Barra mais que hum navio como em o Recife de Pernambuco, porem de qualquer parte que seja poderá entrar por ser esta Barra muito mais funda.

“Tem esta fortaleza trinta e tres peças de Artilharia grossa nove de bronce que jogão de dez até catorce libras de bala, e as demais de ferro das quaes sós quatro estão boas e as demais muy ruins por que como estão na muralha ao tempo estão muito gastadas de ferruge.

“Ha nesta Fortaleza duas casas matas, em cada hua sua pessa de ferro que jogão oito libras de bala e da banda de dentro da porta joguão duas peças para a mesma porta e estas são as Pessas de ferro que estão boas por estarem debaixo de telha separada do tempo e do mar. Tem um fermoso Corpo de guarda todo lageado e com seu tabernaculo de madeira, hum terreno muy fermoso no meio do qual está hua casa de polvora a modo de torre fundada sobre quatro Arcos de pedra tem hua portinha falsa para o Rio em defesa da qual joga hua pessa da Banda de dentro do terreno ao Redor do qual estão as casas dos soldados, e Capitão todas de sobrado muito boas com suas chaminés ficando por baixo delas huns fermosos Almazens, a hua parte do terreiro fica a Igreja com seu Alpendre com hum retabolo dos Santos Reys, que he a invocação desta fortaleza, falta-lhe porém, o millôr que he hua cisterna cousa tão necessária e de que se não ouvera de esquecer quem ategora Governou aquelle estado que não se pode escusar tambem de culpa da grande falta de munições e polvora que continuadamente padece aquella praça.

“Ha nesta fortaleza oitenta prassas das quaes o Governador Gaspar de Souza que Deus aya ordenou, sendo Governador, que as cincoenta actualmente servissem e o dinheiro das trinta se gastava em haver um contramuro a dita Fortaleza pella banda do mar, o qual está meio feito, e he cousa muy importante que se acabe pello rigor com q. aquelles mares batem aquelles muros, cuja obra cessou depois que os Olandeses tomarão a Bahia.

“He este Rio o mais fertil de peixe que ha no Brasil, e nelle se faz muito grandes pescarias. E as mesmas pellas costas no verão de que vay muito peixe salgado a Paraiva e a Pernambuco.

“Hum quarto de legua da Fortaleza está a povoação que chamão Cidade do Natal tem hua bôa Igreja porem a povoa-



Rio Itapeceerica fluindo ao lado direito da chaminé do Engenho, construido em 1893.

ção he muito limitada respeito dos moradores estarem e morarem nas suas Fazendas onde tem muitos delles suas casas muy nobres.

“Na cidade assiste sempre um Juiz ordinario e hum Ouvidor e os mais dos Officiaes da Camara.

“Haverá em toda esta Capitania até trezentos moradores e os mais dele com sua Familia e escravos e seus curraes de gados de toda a sorte que he o meneo desta gente e alguas Religiões e pessoas particulares mercadores da Paraiva. Tem muitos currais de gado nesta Capitania. Ha nella dois Engenhos de Assucar hum Real e outro de Pallitos (11), não há pera canas boas terras ainda que para mantimentos as tem bastantes.

“Desta gente se fazem duas Companhias de Ordenanza com seus capitaes officiaes são dextros em suas Armas porque os mais forão soldados da fortaleza e hua esquadra até quarenta homens de cavallo.

“Do gentio da Terra haverá pouco mais de 300 frecheiros repartidos em quatro Aldeotas, sendo assim que havia aqui tanta quantidade delles que lhe não sabia o numero e ainda estes cada dia vão fugindo para o Seará pelo ruim trato que aqui lhe fazem os Capitães e pelo bom que no Seará lhe faz o Capitão Martim Soares que só em hua Aldea tem 900 frecheiros. Os Capitães que ali alcancei foram. Hieronimo de Albuquerque **por serviço do Brasil.**

“Lourenço Peixoto Cirne Cavalheiro do habito de Christo por serviços das Armadas Estevão Soares Dalvergaria tambem do habito por serviços da India.

“Ambrosio Machado de Carvalho por serviços de Armadas.

“André Pereira Themudo por serviços do Maranhão.

“Francisco Gomes de Mello serviços de Armadas.

“Bernardo da Mota que hoje está servindo Cavalleiro do hábito por serviços de seu pay e alguns seus que faz na India.

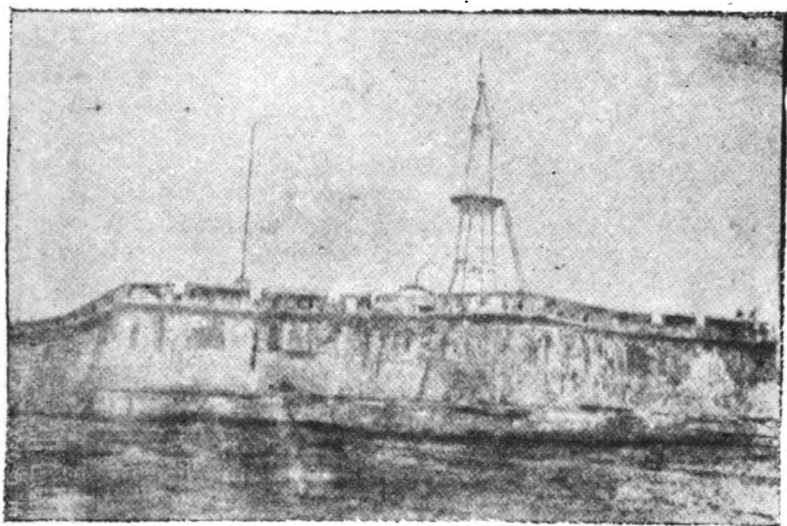
(11) — O Engenho Real era “Cunhaú” um dos mais importantes de todo o norte. núcleo principal da população da capitania, fundado por Jerônimo de Albuquerque em 1604. O de Pallitos era “Ferreiro Torto” onde se deu a primeira matança depois da ocupação holandesa. — Nota do Autor.

“Fabião Pita Porto Carneiro que lá está já para entrar, serviços das Armadas, e por ir a Bahia nesta ocasião. — Domingo da Beiga”.

Da leitura dêste precioso documento, que se remonta ao primeiro quartel do século XVIII, verificamos que Jerônimo de Albuquerque foi o único capitão-mor dos “Reis Magos” **por serviços do Brasil**. Ele foi o denodado defensor da integridade territorial da Pátria que era a de sua mãe e a de seu avô Arcoverde. Na defesa do Brasil sempre foi mais caboclo do que Albuquerque. A sua glória há-de sempre florir na alma brasileira, servindo de salutar exemplo à posteridade. Et quidem omnia praeclara rara (tôdas as cousas boas são raras) já dizia Cícero.

‘Ele era grande e bom! massa p’ra deuses!’ (12)

(12) — Guilherme de Castro Alves.



Forte dos Reis Magos construído em 1598 sobre a rocha marinha na costa leste, à entrada da barra do Rio Grande do Norte pelo seu capitão-mor e 1.º comandante, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, "por serviços do Brasil". Foi a primeira sede do Governo da Capitania e teatro de acontecimentos que tornaram sua tradição cheia de lances emocionantes. À sua sombra, Jerônimo de Albuquerque Maranhão realizou a sua obra formidável de colonizador.

CAPÍTULO VIII

A LENDA DA RESSUSCITADA

Sem apoio em qualquer documento ou tradição respeitável, o escritor e jornalista patricio Luís da Câmara Cascudo publicou na "A República" da cidade do Natal, em 1941, três das suas crônicas "Ata Diurna", ocupando-se de uma lenda que, diz êle, ter se formado em tôrno da família do comendador Antônio de Albuquerque Maranhão e assim explica o curioso episódio: "... Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, senhor de "Tamatanduba" e da "Ilha Maranhão", no Município de Canguaretama, no Rio Grande do Norte, filho de André de Albuquerque Maranhão, Capitão-Mor de Ordenanças de Vila Flor e Arez, e de d. Antônia Josefa, irmã de André de Albuquerque Maranhão, senhor de Cunhaú e Chefe da revolução republicana de 1817, casou com sua prima, d. Joanna, filha do tenente-coronel José Inácio de Albuquerque Maranhão e de d. Luzia Antônia, irmã de sua mãe. Era Comendador da Ordem de Cristo e tenente-coronel da Guarda Nacional, no tempo em que os oficiais andavam fardados, de grande gala, nas missas serenas e dominicais. O famoso Brigadeiro Dendê Arcoverde era seu cunhado. O Comendador hospedou dom João da Purificação Marques Perdigão, Bispo de Olinda. Homem rico, imponente, faustoso, mantinha a herança senhorial de bem-receber e melhor tratar. No biênio de 1858-59 fôra deputado provincial no Rio Grande do Norte e suplente de Deputado-Geral na décima legislatura, 1857-60. O Deputado-Geral era o dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, casado com uma irmã de sua mulher.

Teve quatro filhos. Três mulheres e um homem. Foram: — Antônio, bacharel em 1854, deputado norte-riograndense na Assembléia Provincial de 1856-57, falecido, creio, antes do Pai; Luzia Antônia, casada com João Nepomuceno de Albu-

querque Maranhão; Emília, casada com Afonso Leopoldo de Albuquerque Maranhão e Maria Umbelina, que se casou com o capitão Anacleto José de Matos.

O Comendador fêz seu testamento a 5 de março de 1862. Morreu a 5 de setembro de 1865, na freguesia de Goianinha. Foi sepultado de casaca, com solenidade, indo a “música” de São José de Mipibú para as cerimônias religiosas da Missa de Sétimo Dia.

Esse Comendador, ativo e nobre, cioso do sangue secular, passaria à História oral da região, na lenda da “RESSUS-CITADA DE CUNHAÚ”.

Sua filha, dona Maria Umbelina, casou com Anacleto José de Matos, abastado, dispondo de eleitores, autoridade policial, amigo da “gens” Maranhão. O casamento foi festivo. Anacleto, temido pela sua energia, ficava, desta forma, vinculado a uma das famílias mais ilustres do norte brasileiro.

Um ano depois do casamento, 1858, dona Maria Umbelina morria. Complicações de parto, embora o filho sobrevivesse, sadio. O falecimento enlutou toda a redondesa. Veio gente dos municípios vizinhos. Voltou a “música” de S. José de Mipibú para executar trechos fúnebres e comovedores. Frei Serafim de Catânia, pregando então em Vila Flor, dirigiu o serviço religioso, acompanhado de imenso povo, contrito.

Sepultaram Dona Maria Umbelina na Capela de Cunhaú, junto à porta que dá para a sacristia. A família ficou inconsolável. A defunta pouco saíra da mocidade mais prometedora de encantos.

As Missas, do Sétimo e Trigesimo Dias, foram concorridíssimas. Pregou Frei Serafim de Catânia, o Capuchinho prestigioso pela dedicação sem par.

Os anos rolaram sem rasto naquela doce solidão tranquila...

Em 1862, na capital da Província da Paraíba, numa “pensão” suspeita, adoeceu de febre palúdica uma mulher, dessas de vida alegre, que é a mais triste das vidas. Chamara um médico. O homem compareceu, mergulhou na escura camarinha onde a mulher tiritava de frio incontido, examinou-a, voltando à sala para receitar. Perto, interessadada pela saúde da companheira, a “dona” esperava os conselhos médicos.

Finalmente, o doutor assinou o receituário, enxugou-o, e disse, numa entonação grave:

— Se eu não tivesse assistido, em Cunhaú, no Rio Grande do Norte, ao enterro da filha do Comendador Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti, diria que se tratava da mesma pessoa...

Do quarto, a voz entrecortada pelo acesso da febre, a doente informou, numa serena convicção inabalável:

— ... E não se enganaria, Doutor. Eu sou Dona Maria Umbelina, casada com o capitão Anacleto José de Matos, e filha do Comendador Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti...

Ao médico, e depois ao dr. José Nicolau Regueira Costa, Chefe de Polícia da Paraíba, a “Ressuscitada” contou sua história espantosa.

Casara sem amor, impôs Anacleto José de Matos pelos pais. O namorado fiel era um português, moço, forte, bonito. Anacleto era grosseiro, impulsivo, grotesco. Depois de casada, encontrava-se com o português frequentemente. Um dia o marido surpreendeu-os em palestra íntima. Não a matou imediatamente por temer a vingança fulminante dos Albuquerque Maranhão. Procurou o Comendador e narrou a traição de sua filha.

Antônio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti reunira o “conselho de Família”, expondo o enredo, denúncia de Anacleto e pedindo sugestões para o bom nome da raça ilustríssima. Discutiram quase uma noite inteira. Dona Maria já estava presa, num quarto, incomunicável, guardada por um escravo, de bacamarte ponteiro.

Uma escravinha de confiança, esgueirando-se pelos corredores achatando-se de encontro as paredes, furou o cerco dos negros fiéis e voou até o português, dizendo a tragédia.

Pela madrugada um escravo montou a cavalo e galopou para Vila Flor, para a residência de um parente, levando uma carta. O “conselho de Família” deliberara suprimir Dona Maria do número dos vivos. Resolvera-se optar pelo veneno porque o corpo seria vestido e visitado, quando exposto no caixão. Convinha, apesar da onipotência, anular os vestígios de um crime. Deram a Dona Maria Umbelina ordem para que **“se encomendasse a Deus, pedindo perdão pelos pecados cometidos”**. Os Juizes, membros natos desse “conselho”, eram sem mácula de pecado.

Voltando de Vila Flor, onde recebera uma dose de veneno, o escravo foi detido pelo português. E convenceu-o de pressa que devia substituir o veneno por um outro pó, igual, em côr, que o português lhe entregava, ao mesmo tempo que moedas de oiro, sedutoras como uma tentação...

Dona Maria passou o dia orando mas a escravinha pôde dizer-lhe o que estava preparado. Tomasse o “veneno” sem susto. O “veneno” foi ingerido ao escurecer. Às trindades, hora em que o sino da Capela soava as três badaladas da “Ave-Maria”, expirava, suavemente, em seu leito de jacarandá trabalhado, a filha mais môça do Comendador Albuquerque Maranhão Cavalcanti.

Tão violento era o “veneno” que o corpo da morta se enrijou dentro de poucas horas. Vestiram-na, mandando participar aos parentes distantes, com os convites para o entérro que seria na manhã seguinte. Estavam com mêdo de uma putrefação rápida. Ainda corre uma reminiscência de que o cadáver estava pôdre ao ser sepultado. Era um elemento que a família fazia circular, apressando a ida para o sepulcro.

Sepultada, Dona Maria voltou a si alta madrugada, nos braços do português, num galope doido de cavalo robusto, seguido por dois negros possantes, armados e resolutos.

Os cavalos levaram a “Ressuscitada”, até Barra de Cunhaú onde uma canoa esperava. Remaram para a Baía da Traição, terra paraibana. Ai passaram para uma barçaça porque o português não queria ir para a Paraiba, região cheia de Albuquerque Maranhões, influentes e ousados. O rumo era ao norte. E, pela manhã, a barçaça, lentamente, cortou águas; roteiro do Ceará, ajudada pelos ventos que rodavam do sul.

No Ceará, morrera o português, de morte natural. Um soldado airoso, substituíra-o. Ficara morando em Missão Velha. Indo assistir a uma “Festa de Novena” em São José de Piranhas, na Paraiba, apaixonara-se por outro soldado, abandonando o primeiro. Com êsse soldado paraibano vivera até que, sendo êle transferido para um destacamento longinquo, não o quisera acompanhar. Decidiu descer para a Cidade da Paraiba.

Era essa a história da “Ressuscitada de Cunhaú...”

Durante a narrativa, a “Ressuscitada de Cunhaú” descrevia, com precisão, o ambiente em que se criara, indicando a vasta parentela fidalga, as ligações genealógicas, aprumada, certa, impecável. O dr. Regueira Costa ficou impressionado. Levou o fato ao conhecimento do Presidente da Provin-

cia da Paraiba, dr. Francisco de Araújo Lima. A história passou ao domínio público, despertando um interesse geral. A "Ressuscitada" ficou literalmente coberta de presentes, de mimos, de agradados. Exigia-se uma punição severa para a família Albuquerque Maranhão. O Chefe de Polícia informou aos interessados, creio que em caráter particular.

Anacleto José de Matos, sopitando a ira, acompanhado pelo Comendador, seu ex-sogro, compareceu à Chefatura de Polícia paraibana. Foram acareados com a mulher. Ambos afirmaram ser a primeira vez que a viam. O Comendador negou firmemente a história maravilhosa. A filha falecera e ainda era chorada por todos. Dona Joana não reconheceu a que se dizia sua filha. Nem mesmo achara uma parecida com a outra.

A "Ressuscitada de Cunhaú" se defendia tenazmente. Enumerava detalhes da casa de sua família, particularidades domésticas, anedotas privadas, desnortando o auditório. Indicou um sinal roxo, bem visível, que sua mãe teria no alto da perna direita. Anacleto José de Matos tinha uma cicatriz em meia-lua, em cima do mamilo esquerdo. Era vestígio de uma dentada que ela lhe dera em certa ocasião.

Regueira Costa pretendeu, para anular as suspeitas, mandar proceder a um exame em Dona Joana de Albuquerque Maranhão e em Anacleto José de Matos. Ambos repeliram a idéia com violência exagerada. Autoridades e povo ficavam convencidos de que a "Ressuscitada" era, positivamente, a filha martirizada pela família aristocrática, impiedosa e terrível.

Os amigos mais íntimos e mais poderosos da Casa de Cunhaú, correram em auxílio do Comendador, exposto ao exame coletivo e atormentado pela crítica social e unânime da Paraiba. Dois amigos, o tenente-coronel Manuel Salustiano de Medeiros e o Dr. Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, grandes proprietários e agricultores, o segundo ex-deputado provincial no Rio Grande do Norte, foram depor, endossando as negativas feitas e influindo para que a vistoria não fôsse realizada. O Comendador, furioso pela curiosidade pública e fremente de indignação pelo atrevimento do dr. Regueira Costa sonhar examinar a respeitável coxa de dona Joana de Albuquerque Maranhão, dizia que só

depois de passar por cima do seu cadáver.

O processo contra Anacleto José de Matos, acusado de tentativa de uxoricídio, foi iniciado. Toda a família Albuquerque

Maranhão, alarmada, movimentou o prestígio, para obstar aquêlê escândalo sem precedentes.

Surgiu então o dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, deputado-geral pelo Rio Grande do Norte, casado com dona Maria Cândida, prima do Comendador e irmã de Dona Joana, mãe da “soidisant” “Ressuscitada”.

O dr. Amaro, deputado-geral pela terceira vez, era então conservador puro, casado na maloca saquarema legítima e cioso de sua bandeira. Amicíssimo do Comendador, que fôra seu “suplente” na Décima Legislatura, voou em socorro dos seus grandes eleitores.

A situação política era propícia. Estavam dominando os conservadores, com o gabinete presidido pelo Marquês de Olin-da, Senador Pedro de Araújo Lima. O dr. Amaro Bezerra teve a marcha do processo e fê-lo desaparecer. O dr. José Nicolau Regueira Costa, o Chefe de Polícia que tanto cuidado estava tendo pelas averiguações, foi, imediatamente, transferido para o sul.

A Ressuscitada de Cunhaú desapareceu. Dizem que o Dr. Amaro a levou para o Rio de Janeiro. Dizem que a mataram. Dizem que viajou para o norte, com dinheiro dado pelos Albuquerque Maranhões. Nunca mais ouviram falar em sua existência, centralizadora das palestras durante tanto tempo.

Anacleto José de Matos, que se casou novamente, o Comendador, Dona Joana, os parentes, regressaram, tranquilos, às residências. Dissipara-se o fantasma da “Ressuscitada”.

E’ evidente que tudo isto não passa de uma novela urdida em tórno de um dêsses ridículos casos de vingança da velha politicagem de campanário do nordeste brasileiro. Os Albuquerque Maranhões pontificaram, secularmente, na política das duas províncias nordestinas (Rio Grande e Paraíba) e, por assim dizer, possuíam, na região, muitos inimigos que os não poupavam. Assim se explica a celeuma que fizeram em tórno do caso aludido na crônica de Câmara Cascudo.

Em fins de janeiro de 1911, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, visitando-me em Ipanema, Distrito Federal, presenteou-me com um retalho do jornal “UNIÃO” que se publica em João Pessoa, datado de sexta-feira 3 de dezembro de 1913, em que o cronista paraibano F. Coutinho de L. Moura, sob o título “Reminiscências”, atende a um pedido que lhe teria feito Cascudo em carta publicada ontem, que teria sido 2 de dezembro do mesmo ano. Transcrevendo neste livro o

precioso achado do saudoso Dr. Alberto Maranhão, falecido em Angra dos Reis, às 9,50 de 1.º de fevereiro de 1944, isto é, 8 dias depois da amável visita que me fêz, julgo ter provado que tôda a **lenda** em aprêço não passou de uma infâmia com que se quis manchar a reputação de uma respeitável e digna família brasileira.

Escreve o Sr. F. Coutinho de L. Moura:

“REMINISSENCIAS

Maria Umbelina a Ressuscitada

“Em uma das minhas ultimas “Reminissencias”, tratei do caso de Maria Umbelina, a “ressuscitada”, e agora, a propósito, deparei com uma noticia publicada no “O Publicador” n. 85, de 11 de dezembro de 1862, sob a epigrafe — “A ressuscitada”.

“Foi no ano referido que aqui montou uma tipografia no Bêco da Misericordia, hoje rua Peregrino de Carvalho, no sobrado pertencente aos herdeiros de João Casado de Almeida Nobre, o portuguez José Rodrigues da Costa, e publicava diariamente o seu jornal “O Publicador” e “A Matraca”, hebdomadario, com o auxilio exclusivo de seus filhos: Calecina, chefe da composição, ajudada pelas irmãs Eliza, Francisca (Xixi) e Julia (Sinola): sendo impressor o irmão Francisco (Gondim).

“Desta familia ainda existem netos de José Rodrigues da Costa, filho de Sinola e Manuel dos Anjos Custodio, o poeta Manuel dos Anjos Pereira, linotipista que está compondo estas linhas.

“Eis a noticia:

“— A Ressuscitada — Ante-ontem, 10 do corrente, às 4 horas da tarde, o Sr. Dr. Juiz municipal desta cidade, o suplente em exercicio, dr. Francisco de Souza Carvalho, principiou o procedimento official, a requerimento do Sr. Commandante superior Antonio de Albuquerque Maranhão Cavalcanti da verificação da identidade de pessoa de Catharina Maria da Conceição, que se dizia D. Maria Umbelina, morta e ressuscitada, filha d'aquelle commandante superior, e mulher

do capitão Anacleto José de Mattos, que tanto deu que fazer à policia, e população d'esta provincia, como aos jornalistas das outras, e que não passa de filha de Antonio Alves de Oliveira e Mafalda de tal.

“Estando presente aquele Antonio Alves declarou, que ele tinha uma filha de nome Catharina, casada com Manoel Joaquim de Oliveira, a qual deixando a companhia de seu marido, tornara para sua casa, onde, em consequencia de um parto, ficara alienada tendo tido antes dous filhos, que morreram; e que deixando uma filha, que existe, de poucos mezes em sua companhia, desaparecera ha quasi cinco anos, sem que d'ella tivessse noticia. Que aquella filha tinha o dedo polegar do pé direito alejado por causa de um panaricio, uma cicatriz em um dos ante-braços, era baixa, grossa, cabelos um pouco crespos e não muito pretos.

“N'esse entretanto Catharina se achava quasi em furor em uma das cellulas do hospital de caridade, onde teve lugar o acto, mas muito distante, para não ser vista por seu supposto pae. Tomando o depoimento daquelle homem fez vir a dita Catharina, mas em seu estado de furor não quiz acompanhar ao enfermeiro, e nem attendeu aos pedidos, que para isso lhe eram feitos. Então, o juiz acompanhado do intitulado pae, e de mais de quatro pessoas de todas as graduações, seguiu para onde ella se achava.

“Descrever a scena d'aquelle encontro, que também presenciámos, excede á nossa rude pena. O choque simultaneo, que receberam aquelles dous infelizes, pae e filha, só bem se pode manifestar pelas lagrimas, que ambos derramaram, as quaes provocaram o internecimento, e também as lagrimas de quasi todos os circunstantes.

“Apenas a filha vio o pae moderou a furia, e exacerbação, em que se achava, ficou um segundo como que ferida de torpor, e antes de abrir a porta, que tinha cerrada, como resistencia para não sair, pegou pela fresta da porta na mão do pae, cahindo de joelhos, a beijou, a lavou com suas lagrimas...

“A porta abriu-se, e ambos se arremessaram nos braços um do outro, conservando estreitados no mais cordeal, respeitoso e amoroso amplexo por bastantes minutos...

“Somente os soluços interrompiam o silencio, que a solemnidade e novidade da scena causou...

“A natureza é eloquente ao sublime em sua linguagem...

"Admira como ella se manifesta com tal sublimidade entre individuos de uma educação menos acurada... Quem nos ler, sem ter observado a scena, julgará, que amplificamos, entretanto que nossa descripção não representa nem a sombra do que vimos, e do que sentimos... A desassisada, que tinha recusado vestir-se, correu a tomar uma saia, em vestido, um chale, e a acompanhar o pae, apenas elle a convidou para isso. A alienada tinha perdido a furia, e adquirido quasi todo seu senso.

"O interesse com que ella se informou de sua familia. Os consolos, que ella dava a seu pae, que continuava a chorar. Os factos de sua vida passada, em commum com a familia, que ella recordava. O nome de sua mãe, que ella declarou ao juiz, que lh'o perguntou. A segurança com que ella respondeu ao juiz, que lhe perguntava se aquelle era verdadeiramente seu pae. Tudo parecia indicar, que uma cura prompta e miraculosa se tinha operado, infelizmente não era assim. Em pouco o delirio se manifestou, mas um delirio pacifico e intercalado de muitos lucidos intervallos.

"O pae a fez seguir à sala, onde se effectuava o acto judicial, e o juiz continuou em suas funcções.

"Ali tornou elle a perguntar se sua mãe ainda era viva, e perguntando-lhe o pae, se ella queria a benção de sua mãe, respondeu: "e porque não, se ella é minha mãe? — Findo o interrogatorio de Antonio Alves de Oliveira, appareceu Manoel Joaquim de Oliveira marido de Catharina, o qual confirmou os signaes declarados, por Antonio Alves, toda a historia por aquelle referida. Quando se apresentou elle a desassisada entrou em furor, chamando-o condemnado, malvado, e outros nomes, que manifestavam odio inveterado. Perguntada pelo juiz se conhecia aquelle homem respondeu, que sim que era filho de Manoel Branco e de Margarida Maria da Conceição. Perguntada se era seu marido, disse, que "sua mão tinha casado com elle, mas seu corpo não". E isto em um grau elevado de exasperação. O pae, que se achava presente, pediu-lhe que falasse com mais moderação ao Sr. Dr. (o juiz) e ella abrاندando immediatamente disse: ella tinha casado em casa de uma tal Victoria sendo o vigario Camillo de Mendonça Furtado quem a casara. E ambos Joaquim Florencio da Silva, e Ignacio Duarte de Carvalho, o que foi confirmado pelo referido e ainda mais pelos documentos de que se achavam em poder do juiz, juntos aos autos para verificação da identidade de pessoa, como pela occasião de examinar. O juiz

interessado como se encontrou na descoberta da verdade, no que era acompanhado pelo Revmo. Dr. João do Rego Moura, curador nomeado a desassisada, lhe perguntou, visto existir também certidão de seu baptisado, se sabia qual sacerdote, que a tinha baptisado. Respondeu, que isso quem podia dizer era seu pae, porquanto não tinha disso lembrança, mas que suppunha ser... ao que o pae disse, que não tinha sido esse, mas sim o padre João Marinheiro.

“Aqui ella teve um acesso de furor contra o marido, que custou a conter, attribuindo-lhe a culpa de todos os seus sofrimentos; e como o pae continuasse a chorar: “Pois meu pae que devia estar alegre, como eu estou, por ver sua filha, chora? Eu quando vi o Sr. Antonio de Albuquerque tive um ataque, agora que vejo meu pae estou contente, e começou a pentear o velho, que se prestava chorando a esses carinhos filiaes. Mas... diz ella de repente olhando para um lado proximo a orelha do pae. V. Mc. tem aqui um caroço, que não tinha no meu tempo... — E’ verdade minha filha, um lobinho, que me está nascendo...

“Talvez o nevus maternus, que a policia procurava da Exma. Sra. D. Joanna...

“O juiz fez sair o pae com a filha, áfim de poder continuar com o interrogatorio do marido.

“Fazia dó ver o pobre velho, em choros, pedindo todos para se interessarem com sua Exc. o Sr. presidente, áfim de consentir, que elle levasse sua filha para sua companhia, porque lhe constou, que ella tem de ir para o Rio de Janeiro.

“Pensamos, que S. Exc. não pode recusar-se a isso, porque a ordem do Exmo. Ministro da Justiça para ella ir para o Rio, foi sem duvida na supposição de que ella não tinha aqui quem por si se interessasse, e sob a pressão do receio — de que haviam mais planos de conspiração contra sua existência, do que contra Napoleão III, entretanto que sua estada em paz na Santa Casa de Misericordia, manifesta a todas as luzes, que os taes planos não eram senão concepções de um cerebro em estado de excitamento...

“Concluido o interrogatorio do marido, o juiz suspendeu o acto por serem seis horas da tarde, designando o dia seguinte para inquirição das outras testemunhas.

“O pae, que se queixou de que a muitos dias não tinha socego, e nem podia comer, desde que soube do estado de sua filha, tomou chá com esta, mandado dar pela provedoria da Santa Casa, e a desassisada, na presença do pae, portou-se

sempre moderadamente, tendo lucidos intervallos muito longos, e delirando em poucas cousas, sómente quando tinha de fallar no marido, ou em uma morte, interro e ressurreição, que diz ainda ter soffrido.

“Um imprudente perguntou-lhe porque ella dissera, que o Sr. Commandante superior era seu pae, respondeu “por que se parecia com este...” E, acrescentou, é bom que não fallem mais nisso, porque então eu descubro quem foi causa de tudo.

“Iremos dando conta a nossos leitores do que for occorrendo, com a fidelidade, que nos for possível, e imparcialidade que semelhante questão recomenda ao escriptor de consciencia, e prudente.

“Assistiram a esses factos, ao menos aos mais essenciaes, além de innumeradas pessoas, como dissemos, os Srs. médicos, Drs. Cordeiro, Galdino e Poggi, advogados Drs. Felizardo, João Leite, Lima, o curador da desassissada Dr. Moura, o advogado do commandante superior Dr. Lindolfo; assim como as pessoas, que mais fogo tinham tomado n’essa infeliz questão, quando a policia procurava no pollo antartico o fio que se achava no artico”.

“E julgo ter assim atendido ao pedido constante da carta publicada ontem, do sr. Luiz da Camara Cascudo, a quem saúdo cordialmente”.

Em conclusão: pessoa de grande respeitabilidade de minha familia conheceu em Cabedelo José Umbelino de Matos, filho do D. Maria Umbelina de Albuquerque Maranhão, esposa do capitão Anacleto José de Matos. No primeiro decênio d’este século, José Umbelino exerceu na Paraíba o magistério primário. Casado, deixou um filho. E assim se desfaz a lenda da Ressuscitada de Cunhaú.

CAPÍTULO IX

A CASA DE CUNHAÚ NA GUERRA CONTRA A REPÚBLICA DO PARAGUAI

(Cel. Luis Ignácio Leopoldo d'Albuquerque Maranhão, o grande herói de Lomas Valentinas).

Quando escrevi no quinto capítulo desta História que Olinda foi o berço da nossa cultura jurídica, de vez que no Convento dos beneditinos se instalou o curso jurídico em 11 de agosto de 1828, deixei de mencionar o nome de Luis Ignácio Leopoldo d'Albuquerque Maranhão que como Zacarias Sinimbú, Souza Franco, Cotegipe Nabuco de Araújo e outros, ali bacharelou-se em Direito com a turma de 1850, sendo Diretor daquela Faculdade histórica o Desembargador José Bernardo da Gama, Visconde de Goiana.

Posteriormente ali também se formaram seus primos legítimos Luis Affonso de Albuquerque Maranhão em 1851, João d'Albuquerque Maranhão Junior e Pedro d'Albuquerque Maranhão em 1853.

Eram todos naturais da então Província da Paraíba do Norte, filhos de senhores de engenho e nascidos no ubertoso vale do rio Mamanguape. (*)

Luis Ignácio, herdeiro dos nobres sentimentos patrióticos dos seus ascendentes ilustres que se chamaram Jerônimo e Matias d'Albuquerque Maranhão, sobreexcitado com os tristes acontecimentos resultantes do aprisionamento do vapor brasileiro Marquês de Olinda e subseqüentes atentados cometidos pelo governo ditatorial do Caudilho Francisco Solano Lopez contra a nossa soberania, partiu para o teatro da guerra no 1.º de abril de 1865, em virtude de ordem do Presidente da

(*) — O Mamanguape nasce na Serra da Borborema e desagua no Oceano. Nota do autor.

Provincia da Paraíba do Norte, para comandar o 47 Corpo de Voluntários da Pátria, na qualidade de Tenente Coronel Comandante do 25 Batalhão de Guardas Nacionais daquela Provincia.

Não é novidade para os estudiosos da História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai dizer-se que o Marechal Luís Alves de Lima e Silva futuro Duque de Caxias, hoje Patrono do nosso exército, ao ser nomeado Comandante em Chefe do Exército brasileiro em operações naquela República (10 de Outubro de 1866) ao chegar ao solo sangrento onde se travava a cruenta batalha de Tuiuti, lá encontrara o Tenente General Manuel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre, investido no comando do 2.º Corpo do Exército e tendo sob suas ordens o invicto Tenente Coronel Dr. Luís Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, comandante do 47 Corpo de Voluntários da Pátria.

Marques de Souza a 18 de Setembro de 1865, já estava redigindo o *ultimatum* de rendição do Coronel Antônio Estigarribia em Uruguaiana.

Expulso o inimigo do solo da pátria as tropas foram divididas em dois corpos de exército cabendo o comando do 1.º ao insigne Manuel Luis Ozório, Marquês do Herval patrono da nossa Cavalaria, que conseguiu também ser o primeiro a pisar o território paraguaio, em desagravo da invasão do Rio Grande do Sul onde nascera.

Luís Ignácio figura no primeiro plano dos oficiais superiores que mais se distinguiram naquela guerra cruel. Senão vejamos: Lê-se no Livro manuscrito n. 3 de Assentamentos dos Senhores oficiais do 47 Corpo de Voluntários da Pátria — 1865. (1). “Assentamentos de praça do Tenente Coronel Dr. Luiz Ignacio Leopoldo d’Albuquerque Maranhão”.

Foi elogiado em ordem do dia n. 87 do comandante deste corpo do Exército (2) por se ter portado intrepidamente no combate de 3 de setembro do ano de 1866 contra as fortificações de Curuzú.

Foi elogiado em ordem do dia n. 88 do mesmo commando por se ter portado com bravura e coragem no ataque contra as fortificações de Curupaiti.

(1) — Este Doc. pertence ao Arquivo do Exército, sob a competente e sábia direção do Exmo. Sr. Cel. Custódio Spolidoro dos Santos, e que está situado no andar terreo do Quartel General, no Distrito Federal.

(2) — 2.º Corpo do Exército sob o Commando do Conde de Porto Alegre — Tenente General Manoel Marques de Souza.



Brigadeiro Dr. Luiz Ignacio Leopoldo d'Albuquerque Maranhão, o grande heroi de Lomas Valentinas.

Por Decreto de 14 de Março de 1867 foi nomeado official da Ordem da Rosa por serviços prestados em combate.

Foi elogiado em ordem do dia n. 135, do Comando em Chefe de todas as fôrças brasileiras, por bem cumprir seus deveres no combate de 21 de setembro de 1867, no banhado Rojas.

Foi elogiado em ordem do dia n. 165 do mesmo comando, por se ter portado com valor e discreção no combate de 3 de setembro do ano de 1866.

ALTERAÇÕES

Na qualidade de Tenente Coronel da Guarda Nacional foi mandado comandar este Corpo no 1.º de abril do ano de 1865 — em virtude de ordem da Presidência da Província da Paraíba do Norte. — Comandou a 1a. Brigada de Infantaria de 15 a 30 de Outubro do ano de 1886. Assistiu os combates de 3 e 22 de setembro, o reconhecimento forçado que se fez em Curupá, assim como todos os bombardeios que fez o inimigo em Curuzú, contra o 2.º Corpo do Exército. Assistiu o combate de 24 de Setembro do ano de 1867, no banhado Rojas, em Tuiuti. Assistiu o combate de 3 de Novembro do referido ano, na qualidade de comandante Geral da linha da Esquerda de nossas Fortificações. Comandou a 11a. Brigada de Infantaria de 13 a 22 de janeiro do ano de 1868.

Assistiu todos os bombardeios que fez o inimigo contra o 2.º Corpo de Exército em Curuzú.

Assistiu o combate de 21 de março de 1868. Foi nomeado coronel, em comissão, em virtude de ordem do dia n. 213, do comando em chefe de todas as Fôrças Brasileiras de 10 de maio do referido ano de 1868. Passou a comandar a 10a. Brigada de Infantaria a 12 do mesmo mês e ano, segundo fez o público apontamento desse dia do comando deste Corpo de Exército.

Aqui termina a brilhante fé de officio desse grande nêto de officiais generais que deram suas vidas e seus bens de fortuna pela maior grandesa do Brasil desde o amanhecer da nacionalidade.

Luis Ignácio assistiu o combate de 3 de setembro de 1866 sendo elogiado na ordem do dia n. 87 do Conde de Porto Alegre, o bravo de Curuzú, que assim se manifesta: : —“Sôbres as trincheiras de Curuzú tremula altivo o pavilhão nacio-

ual que, sustentado pelos bravos à cuja frente me acho, percorrerá triunfante este solo aonde impera ainda a tirania. A jornada do dia 3 foi o brilhante prólogo da obra cujo desempenho a pátria nos incumbiu. Ocupar-me das peripécias do ataque seria repetir aqui o que está consignado na parte que abaixo vai transcrita. Soldados! Si vingar a honra vilmente ultrajada, o direito conculcado e a liberdade foi, é e será sempre a mais nobre missão que pode ter o exército de um país livre, ufanai-vos por que tal é a nossa incumbência (a) Barão de Porto Alegre. Segue-se a parte assinada pelo Tenente Coronel Alexandre Freire Maia Bittencourt e dirigida ao Tenente Coronel Augusto Caldas, comandante da 1a. Brigada do 2.º Corpo do Exército, com a descrição da Batalha em que foi tomado o Forte de Cruzú. (3) Do livro infra citado consta a Parte do Tenente Coronel Dr. Luís Ignácio Leopoldo d'Albuquerque Maranhão comandante do 47 Corpo de voluntários da Pátria do teor seguinte: Parte. Participo a V. S. que ontem, às 6 horas da manhã, formado o corpo em coluna de ataque, recebi ordem de avançar sobre as fortificações inimigas; o que fiz chegando de baixo de mortífero fogo de artilharia e mosquetaria até a trincheira que tratei de levar de assalto.

A sua grande profundidade não permitiu que o corpo escalasse pelo centro por onde atacara, porém não obstante grande parte dele transpôs aquele ponto com imensa dificuldade o que vendo eu e não tendo tempo a perder pedi a S. Excia. o Sr. General em chefe que ali estava presente (4) permissão para passar com o resto do corpo pelo flanco esquerdo do entricheiramento, o que me foi concedido, guardando o corpo até ali a maior ordem e perseguindo depois o inimigo que já batia em retirada.

O corpo 47 de voluntários, confirmou a opinião que a seu respeito eu fazia: no ataque, no assalto, e depois na perseguição do inimigo, sempre se portou com valor e heroísmo.

Sinto não ter podido, por causa da confusão inerente a um combate, apreciar os atos de todas as praças que se distinguiram, porem, vou aqui mencionar os nomes daquelas de que pude observar o valor durante a ação, e são os seguintes: Capitão Fiscal Leopoldino Machado de Lemos. Este in-

(3) — Livro 6, pág. 313 (Segundo Volume) Ordens do dia de ns. 50 a 103. Arquivo do Ministério da Guerra. Quartel General — Rio de Janeiro.

(4) — Tenente General Manoel Marques de Souza, Conde de Porto Alegre, comandante do 2.º Corpo do Exército. Nota do autor.

trépido official bateu-se com o maior sangue frio e prestou-me o maior auxílio, ajudando-me nas manobras que tive necessidade de ordenar na direcção do fogo, do assalto etc. Capitães Francisco da Gama Cabral, José Fernandes de Oliveira Galvão (teve a espada quebrada na acção) portaram-se com valor e sangue frio. Tenentes Júlio Índio do Brasil Moraes (for um dos primeiros que escalaram a trincheira) Marcolino da Costa Teixeira, João Mamede de Seixas Machado, Benigno de Sá e Albuquerque bateram-se como valentes.

Alferes: Antônio de Freitas Saldanha, João Maria dos Santos, Secretário Pompilio Gonçalves de Albuquerque e Silva, Ponciano Ferreira Souto, porta-bandeira Antônio Luis Ribeiro, João da Costa Maia, José Gonçalves de Albuquerque e Silva (ferido levemente) Candido Hermenegildo Fernandes de Carvalho (teve a espada partida por uma bala) e Flávio da Costa Queiroz (ferido gravemente) portaram-se com toda a coragem, saltando dos primeiros a trincheira, e batendo-se dentro dela intrépidamente.

E as seguintes praças de pret: Sargentos Ajudantes Francisco Antônio Pereira Pinto e José Muniz Botelho. 2.º Cadete, 1.º Sargento Antônio Ermindo Duarte de Oliveira; 2os Sargentos Bernardino Fernandes Cajá, Anacleto Ribeiro de Carvalho, Cadetes José Floriano de Melo e João José de Farias Costa.

Forriés: João Antônio Dias e Leonillo Luciano de Araújo Costa, que salvou a um official do 34 de voluntários. Cabos de Esquadra: Laurindo Ferreira de Souza Emigdio Dantas Barreto (5) e Manuel Felipe Ferreira Pires todos do pelotão da bandeira.

Anspeçadas: Antônio Ferreira Melquiades e Virgolino Gomes da Silva, Cadete Manuel Augusto de Oliveira Galvão, ferido; e soldados Feliciano Barbosa de Sant'Anna, Gervásio Bispo dos Santos, Galdino Francisco de Lima, Ignácio Gomes de Souza, José Antônio Pereira, Jacinto Pereira da Silva, João Cabral de Macêdo, Manuel Gomes Franco Galdino, Antônio

(5) — Do livro 3 de Assistentamentos de officiaes do 47 Corpo de Voluntários da Patria a pág. 129, constam os Assentamentos do Sargento Quartel Mestre Emigdio Dantas Barreto, futuro Marechal do Exército nascido em 1850. Historiador militar, antigo deputado, Governador de Pernambuco, senador, Ministro de Estado e Membro da Academia Brasileira de Letras, foi louvado em Parte do seu comandante Tenente Coronel Luiz Ignacio como um dos bravos da sangrenta tomada do Forte de Curuzú na cruenta batalha de 3 de Setembro de 1866. PERNAMBUCANO, filho de Manoel Joaquim de Moura Barreto, contava apenas 16 anos de idade quando partiu para a guerra.

Duarte, Bento Calisto, Justino Ferreira Martins e Cursino Emílio de Moura Brito. Corneta-Mór — Manuel José Corrêa e Corneta Antônio Manuel Raimundo da Trindade. Também portou-se dignamente, o Alferes Cesário Paulino de Figueiredo, que estando inspecionado de saúde, e com 4 meses de licença para tratar-se apresentou-se e tomou parte em toda a luta bem como o ex-tenente do 1.º corpo do exército Francisco Gomes da Silveira que encostado a este corpo combateu como um bravo.

Quando já chegavamos perto da mata, caiu uma bomba no pelotão da bandeira, causando a explosão dela e morte de dois cabos, e ferindo gravemente a outros dois.

Nesta circunstância o corpo que estava em linha conservou-se unido e continuou na carga.

Concluo esta parte felicitando a S. Excia. o Sr. General em Chefe, pelo triunfo, que no primeiro encontro com o inimigo, alcançou a tropa sob seu digno comando.

A esta parte acompanha a relação dos mortos, feridos, contusos e extraviados no combate. Acampamento 3 de setembro de 1866, Luís Ignácio Leopoldo d'Albuquerque Maranhão. Tenente Coronel Comandante. Espelha-se na simplicidade da linguagem de Luís Ignácio a nobresa da sua grande alma moldada a feição dos heróis de Carlyle. Ha uma fôrça, misteriosa que faz voltar a vida os que morrem por um ideal. Luís Ignácio é um redivivo. Nas páginas despretenciosas deste livro que, no fim da vida, resolvi escrever não me anima a vaidade de engrandecer-me exaltando as sombras dos que pertencendo a minha família serviram a pátria com denôdo em todos os departamentos da atividade humana.

Entretanto, elegendo-me o destino para humildemente historiar os seus feitos, sem o brilho com que outros da mesma estirpe poderiam fazê-lo, prosseguirei na difficil tarefa a que me impús cumprindo destarte um dever de honra para com os que me deram o apelido glorioso de que faço uso. (6)

(6) — Da ordem do dia n. 87 do Conde de Porto Alegre, consta que foi contuso o Tenente Coronel Luiz Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão na batalha de 3 de Setembro de 1863, tomada de Curuzú.

LUIS IGNÁCIO BRILHA EM CURUPAITI

Curuzú, escreve mestre João Ribeiro, era apenas obra avançada de Curupaiti. Depois da tomada de Curuzú, surgiram divergências e discussões; contudo, o general Mitre ordenou o assalto de Curupaiti que foi uma derrota”. (7)

Curupaiti poderosa fortaleza paraguaia junto ao Rio Paraguai foi atacada em 22 de setembro de 1866, pelos exércitos brasileiro e argentino sob o comando de Mitre. Eram 9.000 os argentinos e 10.000 os brasileiros. As perdas foram para os aliados de mais de 4.000 homens fora de combate. No ano de 1867, a esquadra brasileira sob o comando de Joaquim José Ignácio, futuro Visconde de Inhauma, companheiro de Tamandaré dos tempos da Cisplatina, transpôs gloriosamente o passo de Curupaiti sob uma tempestade de balas. Da batalha de 10 de Outubro de 1866, em Parte redigida no Quartel General de Curuzú, assim nos fala o Tenente Coronel Luis Ignácio Leopoldo d'Albuquerque Maranhão comandante do 47.º Corpo de Voluntários da Pátria: “Participo que ontem às 8 horas da manhã, formei o Corpo sob meu comando, e recebendo ordem para atacar o Forte de Curupaiti, o fiz debaixo de mortífero fogo de Mosquetaria e Artilharia inimiga e ali sustentei-me até as 5 horas da tarde, quando recebi ordem para retirar-me. Tenho a lamentar a perda de alguns mortos e os ferimentos dos Officiais e praças constantes da relação que vai anexa.

Todos os officiais e praças do Corpo portaram-se com dignidade, sobressaindo porém os seguintes: Capitão Fiscal Leopoldino Machado Lemos, Capitão José Campelo de Albuquerque Galvão, etc., etc.

X X X

Em aditamento à brilhante fê de officio do nordestino heróico, transcreveremos em seguida as seguintes Ordens do dia: “n. 89, de 30 de Outubro de 1866. “Livro 6. Nomeações. Do Sr. Tenente Coronel Dr. Luis Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, para comandar, interinamente, a 1.ª brigada, revertendo para o comando de seu corpo, o 18.º de

(7) — João Ribeiro. Historia do Brasil. O Imperio, pág. 408 (14a. Edição).

voluntários da pátria, o Sr. Tenente Coronel Antônio Martins de Amorim Rangel em 15 do corrente.

“N. 213. Quartel General em Pare-Cué 10 de maio de 1868. De ordem de S. Excia. o sr. Marquês Marechal e Comandante em Chefe publico as seguintes disposições e ocorrências para que tenham os devidos efeitos. Nomeações. Dos Senhores Tenentes Coronéis Hermes Ernesto da Fonseca e Luis Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, **para Coronéis em comissão**”.

X X X

Ordem do dia 243 — Livro 10 — 4.º volume. Nova organização das Divisões e Brigadas de Infantaria, 5a. Divisão — 10a. Brigada. Coronel Luis Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, **Corpos — 6.º, 23.º 28.º e 46.º**.

Ordem do dia n. 270. Quartel General em Villeta, 31 de Dezembro de 1868. O Exmo. Sr. Marquês Marechal e Comandante em Chefe, manda publicar as disposições e ocorrências abaixo transcritas para que cheguem ao conhecimento das forças sob seu comando e tenham a devida execução. Em 3 de Dezembro. Devendo os corpos deste Exército passar para a margem esquerda do Paraguai, e entrar em novas operações de guerra, ordena S. Excia. o sr. Marquês Marechal e Comandante em Chefe que fiquem assim organizados: O 1.º Corpo, ao mando do Exmo. Sr. Brigadeiro Jacinto Machado Bittencourt, se comporá da 5a. Divisão de infantaria sob o comando do sr. Coronel Carlos Betbezé de Oliveira Nery, e esta das Brigadas: 4a. comandada pelo Sr. Cel. Francisco Vieira de Faria Rocha, 9a. sob o comando do Sr. Cel. Francisco Lourenço de Araujo e 10a. do Sr. Coronel Dr. Luis Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão.

X X X

Logo após a arrancada de Curuzú o insigne Manuel Marques de Souza, Conde de Porto Alegre aquele que, na fase de Lima Figueiredo (8) “é o que se pode chamar o exemplo vivo

(8) — Lima Figueiredo “Grandes Soldados do Brasil” pág. 104.

da bravura conscienciosa”, exausto de tanta energia despendida, pediu dispensa das funções de comandante do 2.º Corpo do exército e retirou-se para o Rio de Janeiro, onde recebeu o título de Conde e a medalha de mérito militar. Caxias que substituíra Mitre desde 10 de outubro de 1886 já havia, com aquele seu formidável senso de organização, transformado o exército farroupilha que encontrou em Tuiuti, constituído de um triste acervo de soldados maltrapilhos e escaveirados pelo colera, naquele bloco granítico que lhe havia de abrir as portas de Assunção.

E’ ainda o inclito mestre João Ribeiro que, em traços gerais, nos desenha o quadro magnífico daquela epopéia sublime. “Caxias então abriu caminho através do Chaco protegido pela esquadra que o acompanharia pelo rio acima. São ganhas as vitórias da ponte de Itororó (6 de dezembro de 1868) tomada e retomada varias vêzes, a vitória de Avahy (11 de Dezembro) sôbre as de Caballero, em campo raso; Lomas Valentinas (9) onde os paraguaios viram Lopes pela primeira vez no meio deles, procurando talvez, com a morte, poupar-se o espetáculo da ruína da pátria.

“Durou 6 dias (de 21 a 27 de dezembro) o ataque as linhas de Lomas Valentinas que afinal caíram em nosso poder. Custou-nos a vitória o termos metade de nossas fôrças fóra de combate, mas foi aniquilado o exército paraguaio”.

“Caxias progredindo tomou Angustura e logo depois entrou em Assunção, que deserta e abandonada, não ofereceu resistência ao exercito triunfador. Podíamos ter aí parado com todas as vantagens do triunfo. Caxias declarou que a guerra aí havia terminado e, como estava doente, voltou para o Rio”.

E foi naquela tenebrosa escalada da Colina de Lomas Valentinas que coberto de glorias encontrou a morte o intrepido Cel. Dr. Luis Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão. A ordem do dia n. 3 de 21 de Abril de 1869, redigida no Quartel General em Luque, assim no-la descreve fria e, lacônicamente: “47 Corpo de Voluntários da Pátria Mortos — Coronel Dr. Luis Ignácio Leopoldo d’Albuquerque Maranhão”; e segue-se a lista macabra dos nomes daqueles bravos da 10a. Brigada que sob seu comando transpuseram as trincheiras de Lomas Valentinas pondo fim a ditadura de Francisco Solano Lopez. Mas, demos, neste passo, a palavra a S. Excia.

(9) — Loma corresponde ao português lombo ou lombada, pequena elevação de monte, como cerro ou outeiro. Padre Rafael M. Galanti S.J. *História do Brasil* V.º 4.º pág. 594. Nota do autor.

o Sr. Marquês Marechal e Comandante em Chefe das Forças brasileiras em operação na República do Paraguai. Caxias em sua linguagem simples de soldado afeito aos horrores das incontáveis batalhas que assistiu dentro e fora do território da patria, assim descreve em 31 de dezembro de 1868, no seu Quartel General de Villeta, a hecatombe de Lomas Valentinas:

... "Eram 3 horas da tarde, quando mandei dar ao exército o sinal de avançar e carregar. Todas as nossas tropas rivalisavam em denodo e coragem avançando rapida e intrepidamente sobre as trincheiras inimigas colocadas no ponto mais culminante de uma elevada colina, para dentro das quais suas forças se haviam recolhido, obrigadas pelo nosso nutrido bombardeio. As 6 horas e não obstante a mais pertinaz resistencia inimiga haviam nossas forças feito brecha e transposto o fosso; achando-se dentro de uma das linhas da trincheira, na qual tambem penetrou a coluna de cavalaria do Exmo. Sr. Barão do Triunfo, que se aproximara ouvindo o fogo e só se retirando depois de haver recebido um glorioso, mas, felizmente, leve ferimento (10). Reconheceu-se então que o terreno do entrincheiramento favorecia extraordinariamente ao inimigo, por conter extensos e sucessivos capões de mato, dentro dos quais se enboscavam suas infantarias, além de uma grande quantidade de arranchamento em todas as direções cada um dos quais se poderia tornar um baluarte sendo absolutamente impossível que nossas cavalias podessem manobrar em terreno tal, juncado além disso de cadaveres por toda a parte. Ao entrar da noite, o tempo que durante o dia fora de excessivo calor e de trovoadas, tornou-se horrascoso caindo chuva copiosa e incessante que inundou todo o terreno por nós ocupado".

(10) — José Joaquim de Andrade Neves, Barão do Triunfo, uma hora antes de marchar o exército seguiu a testa de uma columna de cavalaria de 2.500 homens, com ordens e instruções para contornar o inimigo da Lomas Valentinas, explorar o potrero Mármol arrebanhando todo o gado que ali encontrasse, batendo quaisquer parte das que podesse alcançar e interceptando a comunicação entre Lopez e as forças de Pikyciry ou quaisquer outras do interior. "O bravo marcha para Lomas Valentinas onde se acuara El Supremo e onde a morte espregueava o cavalarião-herói. Escreve Lima de Figueiredo: "Agindo com o vigor de sempre esse velho que possuía uma energia de Guilherme Tell como Aquilles, foi ferido no pé. Veio a febre e o aniquillamento daquele espirito moço numa carcassa de sessenta e dois anos... Lutou até vencer em Lomas; marchou para Assunção, para nessa cidade morrer no dia 6 de Janeiro de 1869. "Grandes soldados do Brasil". Lima de Figueiredo, pág. 176. Nota do autor.

Transcrevendo este pequeno trecho da extensa ordem do dia n. 970 supracitada, excuso-me de bordar maiores comentários sobre a gloriosa morte daquele que, desinteressadamente, sacrificou-se para desagravar a Pátria ofendida pelos arreganhos quixotescos de Francisco Solano López. Bem nascido, jovem, belo, rico, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela venerável Faculdade de Olinda na época em que tantos e tão ilustres nomes deu aquela Escola ao governo do segundo Império do Brasil. Em suas Efemerides Brasileiras às paginas 599 usque 602, o saudoso Barão do Rio Branco referindo-se à Batalha de Lomas Valentinas, travada de 21 a 27 de Dezembro de 1868, escreve... “Como succedeu em quasi todos os grandes combates dessa guerra os Corpos de Voluntários e da Guarda Nacional por serem mais numerosos que os do exército regular pagaram o maior tributo de sangue; tiveram nesses 3 dias 3.908 homens fora de combate (313 officiais) cumprindo notar que muitos batalhões de linha acabavam de ser reforçados com os restos dos 6 corpos de voluntários dissolvidos depois das batalhas de Itororó e Avai (26.º, 28.º, 42.º, 44.º, 48.º e 55.º de voluntários) e que no dia 23 foram ainda dissolvidos mais 11 desses corpos (21.º, 25.º, 29.º, 32.º, 33.º, 34.º, 36.º, 39.º, 41.º, 47.º e 49.º), sendo as suas praças incorporadas aos batalhões de linha. Entre os mortos contavam-se o Coronel Albuquerque Maranhão, comandante da 10a. Brigada de Infantaria, (era voluntário da Pátria, bacharel em Direito e senhor de Engenho na Paraíba). (*)

Castro Alves, escreveu o poema heróico “Quem dá aos Pobres, Emprasta a Deus” que se ajusta singularmente ao romance cívico de Luís Ignácio, este ardoroso enamorado da Pátria.

Ei-Io:

... “Duas grandesas neste instante cruzam-se
Duas realezas hoje aqui se abraçam!...
Uma é um livro laureado em luzes...
Outra - uma espada onde os lauréis se enlaçam...”

(*) — Em 1865, quando partiu para o Paraguai, Luís Ignácio era deputado à Assembléa da Província da Paraíba. Nela tinha assento desde 1858 e foi reeleito para a legislatura de 1866 a 67. Nota do Autor.

O poeta da raça, declamou estes versos lapidares em Salvador, em 31 de Outubro de 1867 no Gabinete Português de Leitura, ao ensejo de oferecer o produto de um beneficio às famílias dos soldados mortos na guerra. Em 21 de dezembro de 1868 Luis Ignácio a cuja espada já se enlaçavam os lauréis colhidos nos combates de Tuiuti, Curuzú, Curupaiti e Banhado Royas — oferecia-se em holocausto à batalha decisiva da guerra do Paraguai transpondo o Fosso de Lomas Valentinas, isto é, marcando um ponto a mais na série incontável de sacrifícios feitos por esse pugilo de bravos idealistas que desde o alvorecer do seculo XVII, vinha construindo o monumento eterno da eterna soberania da pátria brasileira.

X X X

Lutaram ainda na Guerra do Paraguai os seguintes rebentos da Casa de Cunhaú: Tenente Affonso José de Albuquerque Maranhão classificado no 11.º corpo de Voluntários da Pátria, conforme ordem do dia n. 124 de 10 de fevereiro de 1886, e efetivado posteriormente no 42.º pela ordem do dia 139, de 12 de março de 1886.

Foi louvado em ordem do dia n. 80, do Quartel General do Exército em Ajuy em 16 de agosto de 1865 assim redigida: — O Exmo. Sr. General Comandante em Chefe manda dar publicidade às disposições e ocorrências abaixo transcritas a fim de que cheguem ao conhecimento do Exército, e tenham a devida execução. S. Excia. manda louvar o procedimento do Sr. Tenente Coronel José Paulo Travassos de Arruda e dos senhores oficiais do extinto corpo de seu comando: Tenente Affonso José de Albuquerque Maranhão, etc. etc. (11)

X X X

Ordem do dia n. 233 de 17 de Julho de 1868, Quartel General em Pare-Buê. Nomeações: Para comandar a 2a. brigada provisória da divisão expedicionária do Chaco. Nesta da-

(11) — Este official era filho do Capitão-Mor da Paralba João d'Albuquerque Maranhão (João de Miriri) Soldado da Revolução Republicana de 1817, meu avô paterno. Nota do autor.

ta o Coronel Graduado do Corpo do Estado Maior de artilharia José de Miranda Silva Reis. Para capitães os Tenentes do 51 batalhão Affonso de Holanda de Albuquerque Maranhão e Francisco Baldomiro de Albuquerque Maranhão.

X X X

A página 121 do Livro 3.º de Assentamentos de oficiais do 47 Corpo de Voluntários da Pátria do Comando do Tenente Coronel Dr. Luis Ignácio Leopoldo d'Albuquerque Maranhão lê-se:

Alferes Manoel Ignácio de Albuquerque Maranhão Lacerda.

Sendo do 45 corpo de Voluntários da Pátria foi incluído neste Corpo a 7 de abril do ano de 1868, em virtude da ordem do comando deste 2.º Corpo do Exército da mesma data passando a pertencer ao estado efetivo da 8a. companhia segundo faz público a ordem do dia sob n.º 166 dêste comando.

O 47 Corpo de Voluntários da Pátria foi inteiramente dizimado no combate de Lomas Valentinas como se vê da ordem do dia n.º 270, publicada no Quartel General de Villeta em 31 de Dezembro de 1868. As praças remanescentes foram reunidas por determinação de S. Excia. o Sr. Marquês Marechal Comandante em Chefe, ao 8.º batalhão de infantaria. O mesmo destino tiveram os soldados dos Corpos 34.º, 24.º, 29.º, 33.º, 51.º e 25.º, que ficaram (sic) "muito resumidos, em sua força". A tanto heroísmo enquadra-se perfeitamente o seguinte poema do consagrado vate potiguar Dr. Manoel Segundo Wanderley.

... Morreram sim, mas morreram
Cumprindo um nobre dever!
Tombar assim é ser grande,
Cair assim é vencer;
Era arriscado o trajecto,
Porem sublime o projeto
Que os impelia a seguir;
Morreram sim na cubiça
De proteger a Justiça,
De resgatar o Porvir.

UM SUBLIME VULTO DE MULHER BRASILEIRA DO SÉCULO XVI

Das “Notas Genealógicas” inéditas da lavra do Conselheiro e Senador do Império Francisco de Barros Barreto cujo extrato me foi apresentado pelo meu ilustre amigo e parente Dr. João Macdowel pernambucano, engenheiro civil e actual secretário do “Jornal do Brasil”, transcrevo a seguinte página em homenagem a D. Maria do Espírito Santo Arcoverde, principal avoenga de todos nós os descendentes do General português Jerônimo de Albuquerque, o Adão pernambucano, de quem ela salvou a vida quando já tinha a cabeça na pedra sacrificial em 2 de Janeiro de 1518. Escreve o Conselheiro Barros Barreto:

...“Ponho termo a esta descendência na decima avó Maria do Espírito Santo Arcoverde.

Em homenagem a memória de minha mãe, a quem muitas vezes ouvia, desde creança, nas referências feitas em família à “cabocla” que ela não se envergonhava de tê-la entre suas ascendentes pela razão de ser esta filha de um dos reis das terras do Brasil.

Por minha vez, consoante d'êste sentir, acrescente que nenhum desar advinha à “cabocla” por sua ligação com Jerônimo de Albuquerque, atento o estado de ignorância, absoluta, de qualquer lei civil ou religiosa, em que viviam os indígenas. Devo assinalar entretanto que a descendência de Jerônimo de Albuquerque com a “cabocla” foi incomparavelmente mais fecunda de homens notáveis do que a legítima do seu casamento posterior com Dona Felippa de Mello. E' assim que, d'esta, raríssimos vultos sobressaíram, d'aquela, porém, abriu-se com Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o conquistador do Maranhão, a série de filhos notáveis do Brasil, os quais, quer na vigência do domínio portuguez, quer depois de proclamada a Independência, occuparam posições das mais elevadas, sendo que, durante o Império, Ministros e Conselheiros de Estado, Presidentes da Província, Senadores, Deputados. Generais de terra e mar, magistrados de todas as categorias, desde as mais humildes até as mais elevadas, inúmeros titulares, e, agora, na República, como para fechar com chave de ouro essa brilhante cadeia, coube o primeiro Cardinalato da América do Sul a um seu descendente do mesmo apelido. Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Arcebispo do Rio de Janeiro”.

Encerrando, como este documento inédito, o penúltimo capítulo da História da Casa de Cunha cabe-me o dever de agradecer o fidalgo acolhimento que tive no Quartel General do Exército Brasileiro em cujo arquivo, reorganizado magistralmente pela técnica do Exmo. Sr. Coronel Custódio Spolidoro dos Santos, pude encontrar com o precioso auxilio do Sr. Tenente Edgar Altino Machado, todos os elementos de que me utilizei para documentar a participação que teve a Casa de Jerônimo de Albuquerque Maranhão na guerra do Paraguai, a mais importante que já se feriu na América Latina, com o sacrificio da vida luminosa do Coronel Dr. Luis Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, o grande morto de Lomas Valentinas.

X X X

Luis Ignácio Leopoldo d'Albuquerque Maranhão nasceu em 12 de Outubro de 1828, no Engenho "Espírito Santo", na então Província da Paraíba. Era filho de João d'Albuquerque Maranhão e Da. Maria Francisca Benedita d'Albuquerque Maranhão. Batisou-se na Capela do mesmo Engenho, sendo seus padrinhos o Coronel Luis d'Albuquerque Maranhão e Da. Luiza Paula de Albuquerque Maranhão. Matriculou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 8 de Outubro de 1846 (12), colando grão na mesma Faculdade em 1850. Morreu com 40 anos de idade, gloriosamente, na batalha de Lomas Valentinas, na República do Paraguai, no dia 21 de Dezembro de 1868.

(12) — Notas tiradas do Livro de Matrículas da Faculdade de Olinda —
fólias n. 61, verso.

CAPÍTULO X

LETRAS E ARTES

... “Nem cora o livro de ombrear c’o sabre...
Nem cora o sabre de chamá-lo irmão...
Quando em loureiros se biparte o gladio
Do vasto pampa no funéreo chão”.

Castro Alves. Salvador 1887.

A família Albuquerque Maranhão não se distinguiu apenas na arte da guerra.

Ela igualmente brilhou e brilha ainda na política, nas ciências positivas, nas artes e na literatura. Senão vejamos: **Augusto Severo de Albuquerque Maranhão**, o malogrado inventor do dirigível “Bartolomeu de Gusmão”, experimentado em 14 de fevereiro de 1894 no Realengo, Distrito Federal, sete anos antes de aparecer o nosso genial Santos Dumont com a sua linda **demoiselle** em França, nasceu em 11 de janeiro de 1864, em Macaíba, no Rio Grande do Norte, e morreu em Paris, a 12 de maio de 1902, na explosão do dirigível semi-rígido “Pax”.

O governo francês mandou colocar na Avenida do Maine, bem em frente ao n. 83, uma placa com as palavras: “Aqui foram mortos, vítimas da ciência Severo, aeronauta brasileiro e seu mecânico, o francês Sachet. Queda do dirigível Pax em 12 de Maio de 1902”.

Quando da sua primeira viagem à América do Sul o dirigível alemão “Zepelín” sobrevoando a estátua do seu inventor que foi, incontestavelmente, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, deixou cair sobre o seu monumento em Natal custosa coroa de flores naturais com expressiva legenda alusiva à sua gloriosa prioridade na solução do problema da dirigibilidade dos balões. Parlamentar emérito, quando Santos

Dumont realizou uma feliz experiência com um aeróstato dirigível em Paris na tarde de 13 de julho de 1901, Severo, então representante do Rio Grande do Norte na Câmara Federal na sessão de 17 do mesmo mês, protestou contra a segunda parte do projeto do deputado mineiro Bueno de Paiva, que além de um voto de louvor para ser consignado na ata dos trabalhos da Câmara como homenagem a Dumont, continha a declaração de que assim procedia o parlamento por ter sido encontrada a solução do secular problema brasileiro. Augusto Severo justificou brilhantemente o seu voto em discurso improvisado, demonstrando à luz da ciência, de que era mestre, que Dumont se limitara na referida experiência a repetir o feito dos capitães franceses Renard e Krebs em seu balão "La France" e apresentou um projeto substitutivo do teor seguinte: — "O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º — Fica o governo autorizado a abrir o crédito de cem contos de réis ao Ministério da Viação com o fim de ser esta quantia entregue ao sr. Alberto Santos Dumont como prêmio pelo resultado de sua experiência de um balão dirigível feita em Paris a 13 do corrente. Sala das Sessões 17 de Julho de 1901. (a) Augusto Severo. Carlos Cavalcanti. Vencedora a idéia, Santos Dumont, que era milionário, recebeu o dinheiro e o fêz distribuir pelos pobres de Paris...

X X X

Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, irmão de Severo, foi jornalista e político norte-riograndense. Administrador, remodelou a capital do seu Estado nos períodos de 25 de março de 1900 a 25 de março de 1904, e de 25 de março de 1908 a 1.º de janeiro de 1914.

"Generoso e bom", escreve o escritor Câmara Cascudo, "espalhou alegria, estímulo, coragem, bom humor. Urbanista, transformou Natal que era uma aldeia insípida na urbis moderna que constitui hoje o orgulho dos que desfrutam as delícias, dos bairros de Petrópolis e Tirol desenvolvidos aos influxos de seu patriótico governo e de sua culta sensibilidade artística". Paralelamente ao progresso material de sua capital, êle não se olvidou de cultivar também o espírito de seus governados dando-lhes a Escola Doméstica, o Conservatório

de Música, o Teatro Carlos Gomes, e abrindo 24 escolas novas. Nasceu também em Macaíba em 1872 e faleceu em Angra dos Reis em 1.º de fevereiro de 1944.

X X X

José Augusto Américo dos Albuquerque Maranhão Sobrinho, nasceu no sertão do Estado do Maranhão num dia de Natal no lugar "Barra do Corda". Filho de agricultores, ainda bem novo veio para S. Luís, onde se matriculou na Escola Normal. Entregou-se à vida errante e boêmia, mudou-se para Belém do Pará, onde escreveu abundantemente em revistas e jornais e foi morrer em Manaus, hidrópico, com 32 anos presumíveis.

Naquela morada pobre e quase isolada, naquele silêncio e naquele quase abandono em que morreu o insigne poeta Maranhão Sobrinho, foram buscá-lo alguns amigos que acompanharam os seus restos mortais ao cemitério de S. João, na clara e formosa tarde de 25 de dezembro de 1915. Na madrugada daquele dia, naquela casa humilde, sob o choro das palmeiras que a rodeavam, ele expirou como um santo, ouvindo o festivo tanger dos sinos num apêlo para a missa do Natal de Jesus na branca ermida do remoto bairro de Cachocirinha. Maranhão Sobrinho foi o mais original dos boêmios que já transitou pelas letras brasileiras. Modesto, passou pelo mundo com as suas asas de águia sem produzir revolta no espirito dos nulos; bizarro e filósofo, procurou no artifício o meio melhor de desprezar este mundo cheio de ambições e ódios, tangendo a sua lira encantadora quase nas selvas, com mêdo talvez da multidão traidora. Muito se tem dito e escrito sobre a personalidade literária do poeta maranhense. A sua melhor obra poética entretanto não está em seus livros e é constituída dos sonetos magistrais e poemetos impecáveis que espalhou como um perdulário que era do ouro do seu talento pelas revistas e jornais do Maranhão, de Belém e de Manaus. Sobre este aspecto de sua vida boêmia depõe Antônio Lobo em "Novos atenienses", traçando-lhe excelente perfil:

"Maranhão Sobrinho resuscita entre nós o tipo clássico do boêmio, a velha moda de Murger ou de Bocage. Possui, pelas coisas materiais da vida, a mais soberba das indiferenças. Desde que encontre, ao saltar da cama, a sua fatiota cos-

tumeira e seu indefectível chapéu de palha, este último não para o trazer à cabeça, como toda a gente, mas, ao contrário dos outros, para o carregar de baixo do braço, à guiza de um embrulho precioso, reputa-se logo o mais feliz dos homens. Ganha imediatamente a rua e ei-lo a perambular o dia inteiro, pelos cafés, pelas farmácias, pelas redações dos jornais, pelas avenidas, sempre a afetar ocupações, a formular projetos múltiplos de excursões e de viagens, a erguer para o ar gigantescos castelos de trabalhos, destinados a revolucionar a arte e pôr em sarilho as musas. Quem o não conhecer de perto, cuida mesmo que aquilo é exato, que o poeta vive carregado de obrigações, que está com as malas prontas para tomar o primeiro paquete, ou que tem entre as mãos algum poema estupendo, desses que assinalam de vez, na literatura a que pertencem, uma época inconfundivelmente fecunda e nova. Porque Maranhão, se tem o regímen de vida de um boêmio, afeta, por outro lado, no andar, no gesto, nas palavras, a aparência iniludível do mais refletido e do mais ponderado dos homens. E' grave e sizudo, rindo raramente e isto mesmo apenas na intimidade dos camaradas. Os seus planos, expõe-nos sempre em poucas palavras, mas com um grande ar de convicção decidida e resoluta. E se a gente lhe contrapõe que é a milésima vez que os ouve formular, sem que nunca se transfiram das regiões indecisas do sonho para o terreno positivo da execução prática, encolhe ligeiramente os hombros e limita-se a confirmá-los secamente, pouco se lhe dando que as suas palavras mereçam ou não crédito. Se é, por exemplo, a sua premeditada viagem ao Rio que se põe em dúvida, retruca o poeta, invariavelmente, com esta frase que começa por uma expressão interjectiva - habitual nos sertões maranhenses:

— Qual o que siô! Vou mesmo... Então você acha?

Fervillam, na vida de Maranhão Sobrinho, as anedotas típicas, os detalhes curiosos, clássicos na existência de todos os boêmios da sua espécie. De uma feita, andava o poeta preocupado com o ocultismo e a magia. Lêra, não sabemos onde, umas coisas complicadíssimas e fantásticas, acêrca de uns mistérios que deveriam praticar á meia-noite, com o auxilio de uma coruja, e destinados a iniciar o oficiante em altíssimos segredos super-naturais. Obteve, ignoramos por que processo, um especimen autêntico da *ave sagrada*, levou-a para casa, deixou a pobresinha o dia inteiro a raspar fome e sede,

enquanto o dono se debruçava atento sôbre os formulários e rituais de alta magia, prêsa da mesma angustiada curiosidade com que os alquimistas medievais rebuscavam, nos seus **in-folios**, a solução exata dos altos problemas da fabricação dos metais nobres. Chegou a noite, e a coruja sempre com fome e sede e o poeta sempre obstinadamente agarrado aos seus alfarrábios. Finalmente, na torre de uma igreja próxima, soaram lugubrememente as badaladas fatidicas, anunciando a hora sagrada, a hora misteriosa, em que o Maranhão Sobrinho iria sacerdotalmente arrancar ao desconhecido meia dúzia dos seus aguçantes segredos. Dispoz o oficiante todos os petrechos simbólicos da solenidade: uma vela, um coiro de gato e outras trapalhadas congêneres. Foi solenemente buscar a coruja e deu começo á cerimônia, passando-lhe a mão pela cabeça, de acôrdo com os preceitos do ritual. A coruja, porém, que, pela primeira vez na vida, se via alvo daqueles carinhos, e, ainda mais, que tinha o estomago a reclamar, em altos berros, o combustível necessário ao exercicio das funções, não esteve pelos autos, e, de uma feita em que sentiu a mão do poeta em posição mais propicia, ferrou-lhe com vontade os bicos na extremidade de um dos dedos. O sangue esguichou e Maranhão Sobrinho, na reação agressiva da dor, jogou longe a coruja, depois de lhe haver aplicado meia duzia de muros, correu a uma bacia proxima a estancar o sangue da ferida e, depois disso, muito tranquilo da vida, foi estender-se na cama, onde roncou como um bemaventurado até alto dia, deixando em paz o desconhecido e mais os seus segredos preciosos e raros. Quando despertou, nem mais conservaria lembrança da tentativa ocullista gorada da véspera, se não fôsem os instrumentos simbólicos que jaziam esparsos em redor do seu leito e aquela ferida do dedo, resguardada já por crosta de sangue coagulado. Assim como essa, poderíamos enfileirar agora uma série de passagens identicas, pondo em destaque o feitio originalissimo do espirito de Maranhão Sobrinho; basta-nos, porém, para tal resultado obter, narrar mais uma, ha pouco reproduzida pelo Luso Torres, numa bela cronica, inserta na "Pacotilha", acêrca do boêmio maranhense. Maranhão Sobrinho almejava possuir um canario belga. Alguem, que lhe soube o desejo, aproveitou a passagem do seu aniversario natalicio para presentear-lo com o ambicionado passaro. Maranhão colheu radioso a dadiva, antegosando a delicia de sentir, todas as manhãs, a aurora anunciada, dentro das quatro paredes de seu quarto de boêmio, pela garganta de cristal da avezita. Mas... esqueceu-se, no descanso congênito das coisas práticas, de que as aves, para cantar, precisam de comer e

beber, e, dentro de pouco tempo morria, por entre as grades deshumanas da sua gaiola, o formoso e doirado canario belga. Maranhão celebrou-lhe a morte com um bellissimo soneto e não pensou mais no caso.

E, no entanto, esse incorrigivel boêmio é um dos poetas mais assombrosos, cujo berço até hoje tem sido beijado pelo fecundo sol do norte. Mesmo entre os grandes consagrados da poesia brasileira atual, raros serão os que o excedam na fecundidade pasmosa da produção e na perfeição artística da forma”.

O Padre Assis Memória que o conheceu no Pará, ao tempo do govêrno do Senador Lemos — sempre lembrado como protetor de muitos talentos que se fizeram à sombra de seu jornal — “A Província do Pará”, — conta, em brilhante crônica publicada no “O Mundo Literario”, que, certa vez, poz em brios Maranhão Sobrinho, fazendo-lhe sentir a necessidade de não malbaratar o tesouro opulento de sua inspiração e produzir uma obra à altura dos seus méritos; a essa ponderação respondeu o poeta: — Impossivel, meu caro! E’ que eu sou como o pássaro: meu destino é cantar. No dia em que me engaiolassem ao método e à semsaboria do viver ordenado, morreria como o melro do poeta, morreria literalmente de tédio e de horror”. E prosseguia justificando-se — “Creio assim, que nasci para cantar: cantar como o rouxinol, livremente, nos velhos muros, à orla dos rios, nas arvores como pelos telhados, ao fragor das tempestades como ao sôpro leve dos zéfiros. As andorinhas não me serviriam, porém, de modelo do meu trinar. E’ que as lendarias filhas do rei de Atenas só amavam as ruinas tristes: na primavera, os escombros de Versalhes; no inverno, os destroços de Tébas”.

Maranhão foi dos que deixaram o destino seguir como a água corrente de um rio, ao sabor das sinuosidades da campina.

Passou a vida à mercê dos seus sonhos, dos seus devaneios poéticos, fora da realidade da vida.

x x x

Em seus dois livros — “Papéis velhos” (1908) e “Estatuêtas” (1909) está reunida a maior parte de sua lavra poetica.

São versos que lhe fizeram conquistar invejável renome que ultrapassou as fronteiras provincianas.

Maranhão Sobrinho tornou-se um dos poetas mais queridos do seu tempo.

Muitos dos seus sonetos ficaram populares e eram recitados nos salões familiares ou nos serões literários, como, por exemplo, estes:

SOROR TERESA

... E um dia as monjas fôrão dar com ela
morta, da côr de um sonho de noivado,
no silêncio cristão de estreita cela,
lábios nos lábios de um Crucificado...

Sòmente a luz de uma piedosa vela
ungia, como um óleo derramado,
o aposento tristíssimo daquela
que morrêra num sonho, sem pecado...

Todo o mosteiro encheu-se de tristeza,
e ninguém soube de que dôr escrava
morrera a divinal Soror Tereza...

Não creio que, de amor, a morte venha,
mas, sei que a vida da soror boiava
dentro dos olhos do Senhor da Penha...

ROSAS, ROSAS, ROSAS

Rosas no céu, rosas nas cârcas, rosas
nos teus ombros e rosas no teu rosto,
rosas em tudo, e ha chagas veludas
de rosas côr de rosa no sol-pôsto...

Florescem rosas de ais, maravilhosas
nas róseas fontes, rosas no recôsto
dos róseos montes se debruçam! Rosas
em abril, maio, junho, julho e agôsto!

Si ha noivados ha rosas nas redomas
dos Altares e ha rosas invisíveis
difundindo, no azul, roseos aromas!

Si morre um anjo, ás brancas nebulosas,
leva, entre as mãos de rosas marcessíveis,
rosas, fechado num caixão de rosas...

O M A R

Ouve! O mar, escarpando as rochas, na agonia
do sol, parece ter na voz o humano acento
de dôr! Resa, talvez. Vai recolher-se. O dia
se ajoelha e a tarde, em sonho, abraça o firmamento!

Como nós, pode ser que a tristeza e a alegria
o mar sinta também; precisa, em movimento,
trazer um coração... Quem sabe o que irradia,
no seu íntimo, em doce e azul recolhimento!

Escuta! Uma onda vem beijar-te os pés. Não ha-de
calma os seios rasgar sobre os basaltos. Quérulas
as ondas todas são. Ouve-lhe a voz. Piedade!

O mar leva-me a crer que tem paixões mortais
em que rolam, brilhando, as lágrimas das pérolas
e palpita, fervendo, o sangue dos corais...

x x x

Para encerrar esta página de carinhosa recordação transcreveremos ainda o seu soneto "Evocações" publicado anos antes do célebre soneto "Saudade" do poeta piauiense Da Costa e Silva com que oferece alguma semelhança. Esta jóia literária foi declamada na Academia Brasileira de Letras pelo saudoso acadêmico Pereira da Silva, na sessão de 19 de dezembro de 1936, quando o cintilante burilador de "Solitudes"

requereu e obteve que na ata se consignasse um voto de saudade à memória de Maranhão Sobrinho pela passagem do 20.º aniversário da sua morte. (1)

EVOCAÇÕES

Saudade: o sol a se esconder. O gado
descendo a serra, longe, entre mugidos
tristes e a voz do córrego anilado
enchendo a tarde branca de gemidos!

Saudade! Eu pequenino. O olhar sagrado
de minha irmã contando aos meus ouvidos
a história de algum Rei — Mouro encantado.
à voz das rolas dos sertões perdidos...

O velho alpendre à mansa claridade
do luar, como um sonho, despontando
entre as saudosas arvores! Saudade...

a mãe-da-lua as queixas desfiando
E minha mãe, branquinha de piedade,
diante do altar do bom Jesús resando...

X X X

Maranhão Sobrinho está sepultado no Campo Santo de Manaus em cova rasa que tomou o numero 14.437 de dezembro de 1915, perpetuada por uma lei municipal. Nenhuma lápide, nenhuma palavra, recorda ali a sua personalidade de eleição. Antes assim. Para recomendar o seu nome ao culto da posteridade nenhum monumento mais belo que a sua obra de arte.

Eça de Queiroz já dizia: — a Arte é tudo porque só ela tem duração — tudo o resto é nada. Só um livro é capaz de

(1) — Vide Revista da Academia Brasileira de Letras n. 160 de janeiro de 1936, pág. 126.

fazer a eternidade de um povo". Por isso a memória do delicado burilador de "Papeis Velhos" "Estatuetas" e "Vitórias Régias" aí está resistindo a ação demolidora do tempo mau grado a humildade em que voluntariamente viveu e morreu.

X X X

Neste capítulo final da História da "Casa de Cunhaú" merece um lugar de honra um vulto de mulher que no Distrito Federal se dedica religiosamente ao professorado e à enfermagem, procurando, destarte, resolver os dois magnos problemas que o Professor Miguel Couto já dizia no parlamento serem vitais para a sobrevivência do Brasil: — educação e saúde. Trata-se de D. Silvia Arcoverde de Albuquerque Maranhão, professôra do Curso secundário da Prefeitura Municipal do Distrito Federal e enfermeira diplomada pela Escola Ana Néri, da Universidade do Brasil, com aperfeiçoamento nos Estados Unidos, durante 3 anos, em Philadelfia General Hospital.

Legítima cunhauzeira, Silvia é neta de D. Amélia Carolina Arcoverde de Albuquerque Maranhão, filha do Brigadeiro André de Albuquerque Maranhão Arcoverde (Dendé Arcoverde), com D. Margarida de Albuquerque Maranhão Arcoverde.

Amélia Carolina casou-se com Antônio Jerônimo Pinheiro, Capitão da 1a. companhia do Batalhão da Guarda Nacional do Município de Canguaretama, por Patente de 25 de maio de 1869, assinada pelo Dr. Pedro de Barros Cavalcanti de Albuquerque, Presidente da Província do Rio Grande do Norte.

João Pinheiro de Albuquerque Maranhão, 4.º gênilo dêsle casal, consorciado com D. Luiza Buxton, foi pai de Silvia que nasceu no Rio de Janeiro.

De Pedro Pinheiro de Albuquerque Maranhão, capitão do nosso exército, 8.º gênilo, nascido no Engenho Cruzeiro, satélite da Casa de Cunhaú, em 22 de junho de 1870 e batizado em 18 de setembro de 1871, pelo vigário de Canguaretama Manuel Januário Bezerra Cavalcanti, sendo padrinhos o Dr. João de Albuquerque Maranhão e sua espôsa D. Antônia Josefa de Albuquerque Maranhão, que foram meus pais, são filhos, entre outros, o General de Brigada Helvécio Pinheiro



**Desembargador Luís de Albuquerque Maranhão —
Senador federal e vice-Presidente do Estado do Para-
ná. ★ 1875 — † 1949.**

de Albuquerque Maranhão e Luís Pinheiro de Albuquerque Maranhão, Diretor da Renda Imobiliária da Prefeitura do Distrito Federal, ambos com descendência. (2)

X X X

Nas letras jurídicas, a Casa de Cunhaú deu ao Brasil um vulto de grande respeitabilidade que teve posição de destaque na magistratura e na política do futuroso Estado do Paraná.

Refiro-me ao Desembargador Luís de Albuquerque Maranhão, nascido na capital do Estado de S. Paulo a 15 de maio de 1875, filho do Capitão Luis Francisco de Paula Albuquerque Maranhão, distinto oficial do exército brasileiro, cunhauzeiro da gema, que prestou serviços relevantes à Força Pública de Piratininga e foi casado com D. Engrácia Mendes de Albuquerque Maranhão.

Estudou humanidades no Seminário Episcopal de sua terra natal, matriculando-se na tradicional Escola de Direito de S. Paulo, onde recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no dia 8 de dezembro de 1896. Até 1899 advogou nos auditórios daquela capital, revelando grande vocação para a carreira que abraçara. Transferindo-se então para o Paraná, ingressou na sua magistratura como juiz municipal do Termo de Campo Largo, onde permaneceu até 1901. Naquele ano foi nomeado Promotor Público de Curitiba, cargo que exerceu com brilhantismo até 1904. No governo do Dr. Vicente Machado da Silva Lima foi o Dr. Luis de Albuquerque Maranhão nomeado Chefe de Polícia do Estado, cargo que assumiu em 1904, nêle permanecendo até 1906.

Como Chefe de Polícia fêz concurso perante o Superior Tribunal de Justiça para exercer o cargo de Juiz de Direito e sendo classificado em 1.º lugar entre os sete concorrentes à vaga existente na comarca do Rio Negro, foi para ela nomeado.

Peregrinando pela magistratura do interior do Paraná, serviu como Juiz de Direito em Antonina, Guarapuava, União da Vitória e Lapa, sendo afinal removido a seu pedido em

(2) — Apontamentos extralidos de um velho caderno de notas tomados pelo Capitão Antônio Jerônimo Pinheiro, genro do Brigadeiro André Arcoverde, datado de 1859 e pertencente ao arquivo da Professora Sílvia Arcoverde de Albuquerque Maranhão.

maio de 1919 para a 1a. vara de Orfãos Interditos, Ausentes e Provedoria da Capital. Nomeado Chefe de Polícia do Estado no govêrno do Dr. Munhoz da Rocha, nesse cargo serviu até 1926 quando foi nomeado por merecimento desembargador do Supremo Tribunal de Justiça do Estado. Aposentado em 26 de outubro de 1926 como Desembargador, deixou o cargo de Chefe de Polícia que vinha exercendo desde 1920.

Escolhido pela convenção do Partido Republicano do Paraná, foi eleito Senador Federal para renovação do têrço daquela casa do Parlamento. Reconhecido, tomou posse a 25 de abril de 1927.

Eleito Vice-Presidente do Estado do Paraná, tomou posse ao lado do Dr. Afonso de Camargo, na Presidência, no dia 25 de fevereiro de 1928. Nesse alto cargo veio encontrá-lo a revolução de 1930, ficando assim encerrada com dignidade a sua vida pública no Estado do Paraná. Casado em 1900 com D. Alaide Rocha Kuster, o Desembargador Luis de Albuquerque Maranhão, deixando numerosa e ilustre prole naquele Estado do Brasil meridional, que adotou como seu, faleceu sob o respeito público, em 6 de janeiro de 1949, em Curitiba, capital do Estado do Paraná. Dêste modo a ilustre Casa de Cunhaú, fundada há 3 séculos na freguesia de Nossa Senhora do Destêrro de Vila Flor, têrmo de Goianinha na capitania do Rio Grande, pelo ilustre mameluco Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o primeiro general brasileiro na ordem cronológica, nascido em Olinda em 1548, projetou o poder de sua ação construtiva e civilizadora por todo o vasto território da pátria brasileira e, perpetuada nas ruínas gloriosas da Fortaleza dos Reis Magos, continua de pé pelo Brasil.

A P E N D I C E

DOCUMENTO 1

1a. Patente — Nomeação de Jeronymo de Albuquerque para Capitão mór do Rio Grande do Norte.

D. Felipe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa, senhor de Guiné e da Conquista, Navegação, Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

Faço saber aos que esta carta virem que, havendo respeito aos serviços que Jeronymo de Albuquerque, morador na Capitania de Pernambuco, me tem feito naquellas partes até agora.

Hei por bem, e me praz de lhe fazer mercê da capitania do Forte do Rio Grande, por tempo de 6 anos, na vacante dos providos antes de 18 de janeiro de 1601, em que lhe fiz essa mercê, com a qual capitania terá e haverá o ordenado, proes e precalços que tiveram e houveram as pessoas que até agora serviram, que lhe será pago no livro, o almoxarife da dita capitania aos quarteis de cada ano, e pelo traslado desta carta, que será registrada no livro de sua despesa pelo escrivão de seu cargo, e com conhecimento do dito Jeronymo de Albuquerque lhe será levado em conta o que lhe pela dita maneira assim pagar. Pelo que mando ao capitão da dita capitania de Pernambuco, que ora é, e ao deante fôr, que tanto que pela dita maneira ao dito Jeronymo de Albuquerque couber entrar na tal capitania lhe dê a posse della e lh'a deixe servir e haver o ordenado, proes e precalços, que lhe pertencerem, como dito é; e elle jurará em minha Chancellaria, aos Santos Evangelhos, que bem e verdadeiramente o sirva, guardando em tudo a mim meu serviço, e ás partes seu direito; do que se fará assento nas costas desta carta que por firmeza do que dito lh'a mandei dar por mim assignada, e sellada do meu sello pendente; e antes que o dito Jeronymo de Albuquerque parta deste Reino me dará menagem pela dita capitania, segundo uzo e costume delle, de que apresentará certidão nas costas des-

ta de Diogo Vellio. Meu secretario Luiz Figueira a fez em Lisboa a 9 de janeiro de 1603. Janalves Soares o fez escrever Rei. (1)

DOCUMENTO 2

Correspondencia de La Ravardiére com Jeronymo d'Albuquerque Maranhão antes e depois da batalha do vale de Santa Maria de Guaxenduba ocorrida em 19 de novembro de 1614 presumivelmente, na atual Baía de São José, sendo o Forte de Santa Maria localizado em "Vila Velha" ou "Icatú", uma das mais antigas povoações do Estado do Maranhão. (Documentos copiados da 3a. Edição dos Anais Históricos de Berredo — 1905).

La Ravardiére intima Albuquerque a render-se.

A carta trazida por um Trombeta, é aberta e lida pelo Sargento-Mór Diogo de Campos que do seu sentido dá ciencia a Jeronymo d'Albuquerque. Este, como bom soldado, conhecendo bem a tática do francês que desejava protelar a ação para adiantar as suas fortificações, ordena a batalha. Em sua primeira tradução do francês a carta dizia:

Senhor Albuquerque

O vosso atrevimento he incomparavel, vindo cometter na minha pessoa ao mayor Monarca da Christandade com o seu Povo, e Reino, ao qual eu tomey posse com os meus Companheiros ha perto de tres annos, tendo commissões, e letras, patentes de El Rey meu Amo para este effeito, e vinte Capuchinhos, guarnecidos de muy boas missões do Papa; por tanto eu vos pergunto: Oh Albuquerque, onde está a justiça da vossa causa? E se Deos vos póde ajudar vindo sem algum direito a perturbar os nossos limites, e a transtornar por algum tempo os bons effeitos, que aqui se colhem em todas as cousas? Eu não deixo de rogar a Deos, que vos mande o castigo, que mereceis, turbando-vos em tal sorte o espirito, que não aceiteis a graça, que como Christão, e como Nobre vos quero fazer, por duas razões principaes; a primeira pela co-

(1) — Vicente de Lemos. Capitães-Móres e Governadores do Rio Grande do Norte. PATENTES REAES, pág. 89.

ragem de haver ousado vir dentro dos limites Francezes, acomettendo hum grande numero de bravos Fidalgos, onde eu sou o menor, e incapaz da honra, que tenho de os mandar: a outra razão mais forte he a prevenção, que faço á perda do sangue Christão, que não posso estorvar, senão guardardes as condições seguintes, assim como desejão todos os meus Francezes; porque tenho hum numero infinito de Selvagens, que não desejão mais que abocanhar-vos, e ás vossas gentes, e executar em vós, e nos vossos todas as sortes de carneçarias, gozando dellas, e de outras mortes; e com tudo eu por desviar estes inevitaveis males, porque os não desejo, vede se vos quereis render por meu prizioneiro de guerra, com todos os vossos Soldados, e Salvagens; porque fazendo-o, vos prometto sobre minha honra, e a elles todos de vos fazer todas as cortezias em vossas pessoas, que puderdes desejar de hum verdadeiro Christão, e Fidalgo Francez; e não querendo aceitar este favor, dando-me a pena de pôr os pés em terra, e plantar a bateria das minhas peças, não tendes que esperar de mim nada, mais que o que as leys da nossa arte permitem; assim que, pois não sois ignorante, e tendes as qualidades, que eu hey visto em vossos passaportes, não confieis nos soccorros, antes seguray a vossa vida, e dos vossos, que está hoje posta no vento, e mais quando vós vedes o estado em que estou para lhe romper a cabeça, antes que vejão o vosso Forte; e antes que cheguem a mim, tem que fazer com humia não de quatrocentas tonelladas, que tenho á entrada da barra com hum palaxo; assim que, eu vos concedo o termo de quatro horas para receber a ley de vosso bemfeitor, e servidor, se fizeres para vosso bem, o que vos digo acima.

Ravardiére.

Se desejaes de me mandares hum dos vossos Cavalleiros, pôde vir seguramente; porque vos dou minha fé, e palavra de o tornar a mandar em fallando com elle; e porque vós não ignoreis, e os vossos o estado em que estou, e vós vos achais, ahí vos mando parte das Cartas, que elles escrevião.

Dada no Campo Francez, diante do Forte de Santa Maria dos Portuguezes, no Maranhão a 19 de Novembro de 1614.

DOCUMENTO 3

Senhor de Albuquerque.

Eu vos mando esta para saber a verdade da guerra, que fazeis, e quereis fazer aos meus Francezes; porque até aqui não quíz praticar-vos nada daquillo, que toca á nossa arte, por ver que quebrais todas as leys observadas em todas as guerras, assim Christãs, como Turquescas, ou seja em crueldade ou seja em liberdade das seguridades, que os homens tomão huns com os outros para os seus parlamentos; e retendo os Trombetas, que vos mandão, pessoas livres pelo meyo de todos os inimigos, fazeis que em vós vejamos praticadas leys novas em nossos officios: pelo que vós não tereis honra já mais com pessoas de merecimento, nem fareis mais que abocanhar a carne christã; mas a justiça divina vos castigará, como o mereceis, e me dará graça para que vós, e os vossos proveis a cortezia Franceza, cahindo nas minhas mãos, a qual eu vos prometto, que saberey executar sobre vós, e em vingança das vossas crueldades. Os vossos Selvagens, que cá tenho no Forte de S. Luiz, são doze, a quem faço melhor tratamen'to, que posso: por tanto não vos ensoberbeçais por haveres espan-tado huns poucos de Salvagens, os quaes vos deixarão nas mãos alguns oitenta homens dos meus Francezes, governados pelo meu Tenente General, mancebo e bravo Capitão experimentado na guerra, se já mais a houve, que foy morto na primeira occasião, em que aqui se achou. Tambem havia outro bravo, e experimentado na guerra, chamado Mons. de Pratz, o qual me veyo achar depois da defesa, que fez fazer aos Francezes, e Salvagens, para que não tirassem em modo algum, em quanto durava o parlamento; e esta foy a causa, porque vós a tão barato preço o destruistes, contra toda a ley da guerra, violando tudo o que nella se pratica. O Senhor de Pratz suspendeo a furia dos Francezes; porém vendo a vossa desordem, e o atrevimento, e valor dos seus, os acompanhou pelejando, até que se vio senhor do campo, e depois se salvou, e está com saude, aonde me assistirá bravamente a tomar razão dos vossos crueis effeitos: porque vós sómente tivestes a honra de ficar com praça, a qual eu espero render bem cedo; porque ainda me ficou assaz gente de bem para executar o meu desejo, sem ter necessidade daquelles, que mandey ao Pará, os quaes espero cada dia, e outros muitos de França; e assim esperarey a vossa resposta sobre o que acima digo, a qual me podeis mandar sobre a minha fé, e palavra, que nun-

ca ja mais, quebrey, nem o farey em nenhum tempo; porque tenho vinte e cinco annos de Governador de gentes: pelo que se vos mostrais Christão, fazey boa guerra aos meus, e mandai-me o meu Trombeta, senão quereis, que á vossa vista faça enforcar em vinte e quatro horas todos os vossos, assim Portuguezes, como Salvagens. Este vosso mortal inimigo.

Ravardiére.

Diante do Forte de Santa Maria aos 21 de Novembro de 1614.

DOCUMENTO 4

Recbendo esta carta o Capitão-Mór Jeronymo de Albuquerque desprezando as vivas expressões de alguns de seus termos, como licenças militares, proprias da arrogancia Francesa nas mais pezadas das aflições do animo, cuidou só dos pontos mais essenciais na substancia dela, respondendo a todos no seguinte sentido.

Senhor Ravardiére.

El Rey Catholico de Hespanha nosso Senhor me mandou a este rio Maranhão como Capitão, e Sargento mór de todo este estado do Brasil, Diogo de Campos, meu Collega, e muitos homens Nobres, Fidalgos, e Cavalleiros de diversas gerações de Portugal, de que realmente eu tenho mui honra, e tanto me fio da sua companhia, que tenho dous filhos comigo nesta empreza, na qual nunca me persuadi, que tinha parte o Christianissimo Rey de França, nem os Francezes nobres, que se nomeão; pois he de crer, que sendo o meu Rey Emperador deste novo Mundo ha mais de cento e doze annos, que não dará parte delle a outro Principe; e se lha der, que lha não tornará a tirar: pelo que sobre a título da nossa vinda não ha que disputar; que se os Reis a hão de averiguar mal fez quem faz a guerra, e sem as armas escusadas são as palavras. Por averiguar duvidas, e saber quem estava nesta Ilha, mandey os dias passados os meus Indios com a paz á mesma Ilha, e tomarão-nos os Francezes della; vierão outros a buscar-me com engano, dissimuley, e mandey-os livres; depois vierão os Francezes de Itaperi a esta coroa de area, que

me jaz defronte, e puzerão bandeira branca, a que logo aco-
di com hum barco, em que hia hum filho meu, e hum Capi-
tão da Casa Rangel para ver sua falla; e tanto que entenderão
poder damnar os meus, lhes atirarão cruelmente muitos gol-
pes de arcabuz, e mosquete. Eis aqui, Senhor Ravardiére,
quem por trez vezes rompeo, e violou a ley das gentes, e o
primor da guerra, e quem se faz incapaz da fidelidade. Pas-
sadas estas cousas vierão os Franceses a tomar dous pobres
cascos de navios desarmados a meus pobres marinheiros, os
quaes estavam a boa fé no mar de El Rey nosso Senhor, sem
fazerem mal a pessoa alguma, e foy a intérpreza a horas, e
termos pouco valentes: enfim ficamos lastimados de tanta
ousadia, e má visinhança. Passado isto, Senhor Ravardiére,
vierão huns Franceses em numero grande com todas as for-
ças do Estado dos Indios destas Comarcas, enganados para nos
comerem, e tirarem a vida a fome, e sede, e ao cutelo; e an-
dando-nos apercebendo para a nossa defensa, mandarão hum
Trombeta, não sey de quem, o qual queria, que dentro de
quatro horas nos rendessemos; e em quanto fallava com o
meu Companheiro Diogo de Campos, a gente Franceza de-
sembarcava, os Salvagens se chegavão, e os Franceses astu-
ciosamente se fortificavão; sendo assim que cada crime des-
tes he intoleravel. Pelo que seguindo-se o effeito pela nossa
parte, começando a Deos graças, o Trombeta ficou salvo, e a
vosso serviço, e vos dou palavra de o mandar quando for tem-
po, por minha cortezia, e vossa boa attenção; não pelo mere-
cimento da causa, que ja vay declarada para diante, dos que
da nossa arte mais entenderem. Do sangue, que se derramou
dos Franceses, e Portuguezes, Deos he testemunha, que não
tenho eu a culpa, a quem a tiver elle dará a pena: por tanto,
se os meus que lá estão enforcades, mal fareis aos vossos que
cá tenho, que são nove com o Trombeta, e hum vosso Tam-
bor; mas isso será como vós quizerdes. Todos os mortos
Franceses fiz enterrar como pude, não como merecem: se
delles algum he necessario aos vossos, pódem livremente vir
por elle sem nenhum interesse: a muitos salvey a vida; mas
os Salvagens que vem comigo, confesso que são mais crueis
que os vossos, não para comerem carne humana; e assim he
fabula, que faltou perna, nem braço a nenhum Francez, e isto
sobre minha honra, antes a hum Soldado meu valeroso da
Casa Grizante, que morreo pelejando dentro já da cerca, os
vossos Tapuyas, ou Selvagens lhe cortarão hum braço, e sem

elle foy á terra; nem me maravilhey disso, porque sou velho, e ha muitos annos, que ando nestas cousas; e por derradeiro sey, que será o que Deos quizer.

Dada no Forte de Santa Maria no rio do Maranhão a 21 de Novembro de 1614.

Jeronymo de Albuquerque

Andava fóra á caça, por tanto não mandey a resposta mais cedo: as Cartas dos meus vi fallão verdade; mas póde alguém enganar-se com ellas; torno-as a mandar, para que se vejam mais de espaço.

DOCUMENTO 5

Com esta carta formou já o Senhor de la Ravardiére differente conceito; assim da justiça das armas luso-brasileira como da sua força; e reduzido todo a termos urbanos, escreveu no seguinte dia a Jeronimo de Albuquerque, que na resposta aqui trasladada mandou logo a relação dos nomes dos prisioneiros.

Senhor de Albuquerque.

Tenho visto pela vossa Carta a boa guerra, que tendes feito aos meus Francezes, que eu governo; e assim estou muito alegre, e crede de mim hum natural, que já mais ficará vão de cortezia; porque tudo vos pagarey em dobro, quando Deos me der occasião: peço-vos, que me mandeis os nomes dos meus, a que salvastes a vida, e não creais, que se vos dará por isso nenhuma molestia; e me avisay quando me daís a vossa palavra, e fé, para que eu mande hum Fidalgo dos meus, a ver o Corpo do meu Lugar-Tenente General, homem de Casa illustre; e se vós mo quereis mandar buscar por alguém, eu vos empenho minha fé, e honra, que pode vir, e tornar seguramente; e assim se algum dos vossos Padres, quizer vir, eu lhe farey, que veja os nossos, e responderey de viva voz a todos os pontos da vossa Carta, á pessoa que me mandardes, ou a quem lá for sobre a vossa palavra; na qual fio tanto, como vós podeis fiar da minha; pois a dou como Christão verdadeiro, e servidor fiel de meu Rey, e vosso amigo. Man-

dai-me dizer se me dais a palavra para ir lá o Capitão Marlhart, que vós já vistes em Pernambuco; e vos rogo, que me façais escrever em Francez, ou em Hespanhol pelos vossos que lá tendes, que sabem de tudo.

Dada em 22 de Novembro de 1614.

Ravardiére.

DOCUMENTO 6

Mi Señor de la Ravardiere

Mas obliga a los Cavalleros Portuguezes un termino cortez, que la fuerça de las armas; y assi doy mi palabra, que de nuestra querella en fuera, que a todo lo que fuere de gusto, y servicio de Mons. de la Ravardiere, de lo hazer muy a punto. Luego, que recebi este segundo mensage, embie dos Capitanes con dos Francezes, y el Trombeta a buscar el Cuerpo de Mons. de Pizieu; y mal aya la fortuna, y desconfiança, que de mi se tuvo, que si ellos no pelearon tan valerosamente, y darse quizieron a mi persona, que se lo rogava, teniendo el impeto de los mios sobre mis armas, todos oy fueran vivos, ó a lo menos si el mismo dia de la batalla, yo tuviera aviso, como se acostumbra en las ocasiones, para enterrar los muertos, pudiera estar hecho lo que la amistad, y lealtad, de los tales hombres se debe; y por vida de mis hijos, que yo los sepultara muy de otra manera; pero como cosa sin noticia los hize enterrar, como a los mios, a quien todo el bosque es muy honrada, y dichosa sepultura; y assi en lo de los muertos tengo hecho la debida diligencia. El Trombeta dirá como quedamos; yo diré, que mejor lo trataramos, si estuviéramos en nuestra patria; pero como somos hombres, que un puno de harina, y un pedaço de culebra, quando la ay, nos sustenta, quien a esto no se acomoda, siempre rehusará nuestra compania: con los demas prisioneros hago cierta diligencia, conveniente a quien ha de dar cuenta a su Rey: hecha que sea, se tratará de dar gusto a todos; entre tanto, si pareciere conveniente, puede venir a tierra un Personage Francez de los mas principales, para que vaya un Cavallero Portuguez de los mios a tratar de los mas puntos en voz viva, como se prome-

te; advertiendo, que está la fé de Mons. de la Ravardiere, y de Jeronymo de Albuquerque de permedio, y que no havrá quien haga macula en ella.

Hecha en el Fuerte de S. Maria en el rio Maranon a 22 de Noviembre de 1614.

Jeronymo de Albuquerque.

DOCUMENTO 7

Por um lamentavel descuido, Albuquerque deixou de assinar esta carta; mas como tinha dado a entender ao mesmo Trombeta do inimigo, que remeteo com ela, que admitiria a pratica de suspensão de armas, e o Senhor La Ravardiére a desejava muito, lhe escreveo este a que se segue:

Senhor de Albuquerque.

A clemencia daquelle grande Capitão de Albuquerque, Governador de El Rey D. Manoel nas Indias Orientaes, se vos assemelha na cortezia, que fazeis aos Soldados Francezes, e a sepultura, que haveis dado aos mortos, entre os quaes tenho hum, que amey em vida, como a irmão; porque era bravo, e de boa casa. Eu louvo a Deos com tudo, esperando, que se tornarmos ás mãos, tomará minha justa causa nas suas. Para responder á vossa Carta, como vier assinada, a mandarey communicar ao resto dos meus Capitães, e lida se vos dará resposta, fiando-me inteiramente na vossa fé, e palavra tanto que vier posto o vosso sinal, assim como vós vedes na minha: eu vol a mando, e não digo por ora outra cousa, senão que honrariéis a casa, e nome dos Albuquerquees.

Feita ante o Forte de Santa Maria no Maranhão a 23 de Novembro de 1614.

Ravardiére.

DOCUMENTO 8

Restituiu Jeronimo de Albuquerque ao Sr. de La Ravardiére a carta assinada desculpando-se do descuido, resultante do numeroso expediente a seu cargo, mas com uns termos tão atenciosos que aquelle General dando provas do seu agradecimento, levantou logo todas as ancoras para descercar o Quartel Português indo fundear na visinha ilha das Guyabas onde se deteve no ajustamento das suas medidas, sobre a presente situação, até o dia 25; e voltando neste dia ao primeiro lugar, em que esteve surto, escreveu a seguinte Carta, de que é resposta a que se segue firmada por Jeronimo de Albuquerque.

• Senhor de Albuquerque.

Tenho considerado os pontos principais da vossa Carta, e conforme aos discursos, que vós tendes feito ao meu Trombeta, parece que tudo não attende a mais que á paz por esta banda de cá, como os nossos Reys tem pela parte de lá com muito estreita alliança; e como me fallarão em Suas Magestades, logo assentey com os meus Capitães que não he possível teres soccorro, por mar; todavia vos quero ouvir sobre o que me quereis propor ácerca da paz, tanto de palavra, como por escrito, por aquellas pessoas que mandardes sejam quem forem; e eu vos dou minha fé, e minha honra em penhor, que pôdem vir seguramente, e voltar quando quizerem; e se for servido o Senhor Diogo de Campos vir, eu serey contentissimo; porque falla Francez, e nós havemos feito a guerra hum contra o outro, servindo os nossos Reys, quando elle andava com o Principe de Parma, segundo me disserão: eu lhe beijo as mãos com vossa licença, e o mesmo faço a vós ambos.

Vosso servidor — Ravardiére.

Peço-vos, que sempre me escrevais em Francez, ou bom Hespanhol; porque não podemos ás vezes achar depressa o sentido das vossas Cartas.

Feita diante do Forte de Santa Maria a 25 de Novembro de 1614.

DOCUMENTO 9

Mons. de la Ravardiere.

Yo soy contento de os embiar al Sargento mayor Diego de Campos, y otro Capitan de Infantaria, para tratar los puntos, a que por aora no respondo, confiando, que se les hará la cortesía en tales casos acostumbrada; mas para que guardemos el estilo de la guerra, supuesto que de vuestra fé, y palabra mucho me fio, conviene que vengán a tierra de vuestra parte un Cavallero de San Juan, que teneis; y el Capitan Mallhart, que deve conocerme, y con esto se tratará lo que conviene: el de Campos, y yo os besamos las manos muchas vezes, y quanto a la seguridad de mi parte siempre la daré, y doi con los terminos debidos.

Dada en el Fuerte de Santa Maria en 25 de Noviembre de 1614.

Jeronymo de Albuquerque.

DOCUMENTO 10

Em seguida La Ravardiére mandou logo no dia 16 o Cavalleiro de Racily, com o Capitão Matheus Mallhart assistidos de todos os seus officiaes até o porto de Guaxenduba, de onde foram conduzidos com os mesmos cortejos a presença de Jeronymo de Albuquerque que os esperava em uma tenda de campanha junto a praia para que não vissem a Fortaleza. Simultaneamente, Jeronymo enviou em seu lugar o Sargento mór Diogo de Campos com o Capitão Gregorio Fragoso de Albuquerque que chegando a bordo da náu Almiranta, acharam também todos as atenções nas do seu General.

Diogo de Campos em seus discursos evitou falar da projectada suspensão de armas por ter notado que La Ravardiére não desejava ser o primeiro a propo-la. O Sr. de Pratz, loco-tenente do General, em substituição a Mons. de Pizieu morto em combate, abordou a questão insinuando que sabia que os portuguezes necessitavão muito da paz e podiam pedir naquella forma que lhe parecesse que o Senhor de La Ravardiére se inclinava todo a seu favor.

Diogo de Campos agradecendo aquelas atenções declarou que não podia tomar resolução alguma, por lhe faltarem para isso os plenos poderes do Comandante General; mas que se aos Francezes interessava a suspensão de armas, a podiam propor, tendo já entendido, que a terra que occupavam as tropas vencedoras, como dominio proprio da Coroa de Portugal, não sendo com ordens positivas do seu legitimo Soberano, só a largariam com as vidas; porque todos sabiam muito bem, que as vantagens da paz só as costumavam segurar com honra os esforços da guerra. Ravardiére muito appreciou as bizarras de Soldado, naturaes sem duvida no destimido animo de Diogo de Campos. Ofereceu-lhe um **lanche** a bordo da Almiranta e quando este já se despedia lhe perguntou o Senhor de Pratz: “O como ficavão na materia das armas?” A que respondeu, que como quizesse o Senhor de la Ravardiére; porque sendo contente podia mandar no seguinte dia o Capitão Malhart com a proposta, que elle lhe havia insinuado, que se achasse racionavel, seria atendida.

Com esta ultima resolução, e reciprocas urbanidades, desceu o portaló Diogo de Campos; e separando-se da Almiranta, foi salvado de todo a artilharia, seguida de muitos clarins, e mais navais cortejos. O Cavalheiro de Racily com o seu companheiro, que tinham tambem gastado o tempo na tenda de Jeronymo de Albuquerque, embarcou-se á mesma hora, foram despedidos com iguais atenções, no que permitia a possibilidade. O Senhor de la Ravardiére, depondo já todas as soberanias do seu carater, se resolveu a ser o **primeiro** na proposta da tregoa; mandando no dia seguinte, que era o de 27 o Capitão Malhart com os Artigos, que se seguem, copiados tambem no mesmo idioma da sua tradução:

“Artigos acordados entre los Señores Daniel de la Touche, Señor de la Ravardiere, Lugar-Teniente General en el Brasil por el Christianissimo Rey de Francia, y Navarra, Agente de Mons. Nicolao Arle, Señor de Sanci, del Consejo de Estado del dicho Señor Rey, y del Consejo Privado; y por Mons. Francisco de Racily, entre ambos Lugar-Tenientes Generales, por El Rey Christianissimo, en las tierras del Brasil, com cien legoas de Costa, con todos los meridianos, en Islas inclusas; y Jeronymo de Albuquerque, Capitan mayor por la Magestad Catholica del El Rey Philippe de España de la jornada del Maranon; y ansi el Sargento mayor de todo el Estado del

Brasil Diego de Campos Moreno, Colega, y Colateral del dicho Capitan mayor en esta tierra, por la Magestad del dicho Señor.

Primeramente la paz se acordó entre ellos dichos Señores, desde el dia de oy hasta el fin de Deziembre de 1615; durante el qual tiempo cessarán entre ellos todos los actos de enemistades, que fueron, y han durado deste 26 de Octubre hasta el dia de oy, por falta de saberse las intenciones los unos de los otros; y de no entenderse, donde se siguió gran perdida de la sangre Christiana de ambas partes, y grande disgusto entre los dichos Señores.

Se acuerda entre los dichos Señores, que enbiarán a Sus Magestades Christianissima, y Catholica, dos Hidalgos cada uno, para se saber sus voluntades, tocante a quien debe quedar en estas tierras del Maranon, a saber: dos Cavalleros, un Francez, otro Portuguez, hirán a Francia; y otros dos Cavalleros de la misma suerte, hirán a Espana.

Durante el tiempo, que los dichos Cavalleros tardaren en bolver de Europa, y traer de Sus Magestades el acuerdo, y orden de lo que se deve seguir se advierte, que ningun Francez, ni Portuguez, passará a la Isla de Maranon, ni Selvajes de los Indios, ni a la tierra firme de Leste, ni de una parte a otra, sin passaporte de los Señores nombrados arriba.

Los Señores de Albuquerque, y de Campos prometten al Señor de la Ravardiere no los consentiran poner los pies en tierra a menos de diez legoas de sus Fortalezas, ni de sus puertos, sin la permission del dicho Señor.

Que tanto, que las nuevas venieren de Sus Magestades para aquellos, que deven quedarse en la tierra, la Nacion destinada a se partir se aprestará dentro de trez mezes, para dexar a la otra la tierra, y los Selvajes, que queiran quedarse dentro de la tierra, y haziendose todo con buena orden, amistad, y diligencia, siguiendo la intencion de las alianças de Sus Magestades, a las quales los susdichos se remiten interamente por todo aquello, que pertence a esta Colonia del Maranon.

Se acuerda, que los prisioneros tomados tanto de una parte, como de otra, queden libres, assi los Christianos, como Selvajes, los quales se bolverán sin ninguna duda; y si algunos dellos por algun tiempo. quieran quedarse en la parte, que se hallaren, será permitido con licencia de los susdichos.

Todos los actos de enemistades passados hasta al dia de oy, quedarán olvidados, y extintos, sin que los unos, y los

otros puedan ser buscados por ninguna via que sea, quedando cada uno de ellos libre en el estado en que son.

De aqui en adelante los dichos Señores, y sus gentes, vivirán en paz, y buena amistad, y concordia los unos con los otros, dando-se poder por sus personas, y de sus criados solamente, para poder hir, y venir a los Fuertes de la Isla, y tierra firme, todas las vezes, y quando bien les pareciere.

Ningun accidente, en controversia de lo que arriba está assentado por estes Señores, será capaz de hacer romper este dicho Tratado de Paz, a causa de los grandes danos, que pueden venir a Sus Magestades, alterando-se tales amistades, y concordia; y si sucediere algun caso entre los Christianos, y Selvajes de una, y otra parte, la otra Nacion ofendida hará su queja a su General, para se le dar remedio, el qual promete sobre su fé, y honra de le dar satisfacion como el caso pidiere.

En consideracion de lo que queda dicho, y por testimonio de la buena inteligencia, que desde esta hora havemos como Christianos, y Cavalleros de honra, el Señor de la Ravardiere promete debaxo de su fé de dexar la mar libre a los Señores de Albuquerque, y de Campos, y llevar sus navios para la Isla, tanto estos, como aquellos, que están en la entrada desta bahia, a fin de que los dichos Señores de Albuquerque, y de Campos puedan hacer venir todas suertes de vituallas para ellos, y sus gentes, tantos quantos les pareciere con toda la seguridad; y si sucediere, que le vengán socorros de gente de guerra, ó que nos vengán a nós otros, durante el tiempo de nuestra paz, los dichos Señores nombrados se obligan sobre sus honras, y fé de que cada uno tendrá su gente en paz, assi como está acordado, sin alteracion alguna, durante el dicho tiempo de la paz, que para esto se obligan de hacer guardar en todo, y por todo, y delante todo el Mundo. Y quanto a otras cosas de menos substancia, los dichos Señores no las especifican; por que se confian en sus palabras verbales, en las quales no faltarán já mas, como gente de honra. Y para seguridad de todo lo arriba declarado, mandaran hazar esta, que todos tres los susdichos Señores de la Ravardiere, y de Albuquerque, de Campos, firmaron, y sellaron con el sello de sus armas”.

Hecha en la Armada de los Portuguezes en el rio Marañon em 27 de Noviembre de 1614.

Ravardiere.

DOCUMENTO 11

Certidão de óbito do Coronel André de Albuquerque Maranhão, chefe da Revolução Republicana de 1817, na Capitania do Rio Grande do Norte.

Aos vinte e seis de abril de mil oitocentos e dezasete falleceu da vida presente nesta freguesia, tendo recebido os sacramentos da Penitencia e Unção, o Coronel André d'Albuquerque Maranhão, branco, solteiro, com a idade de quarenta annos, pouco mais ou menos... Foi sepultado nesta matris envolto em uma esteira, depois de ser encommendado pelo R. Coadjutor Simão Judas Thadeu, de minha licença... E para constar fiz este assento, que assigno — (a) Feliciano José Dornellas, Vigario Colado”.

DOCUMENTO 12

Officio da Junta Governativa do Rio Grande do Norte enviado ao Tenente Coronel José Ignacio Borges de que foi portador João de Albuquerque Maranhão Capitão-Mor da Parahiba, em 29 de Março de 1817.

“Illmo. Sr. Tenente-Coronel José Ignacio Borges:

Vamos participar a V.Sa. que este governo provisorio tem deliberado que V.Sa. seja remettido para Pernambuco para que o governo provisorio daquella Capitania, a quem esta é sujeita, delibere o que fôr servido. O capitão-mór da Parahiba, patriota João de Albuquerque Maranhão, enviado do governo da mesma, é encarregado de acompanhar a V.Sa.

Não pode ser permittido a V.Sa. vir a esta cidade, mas pode eleger pessoa que venha arranjar a partida da Illustrissima Senhora Dona Clara. Não sendo do animo de alguns individuos deste governo sinão obsequiar a V.Sa. e, estando ancorado neste porto um barco que ha de velejar para Pernambuco, determinou o mesmo governo ao mestre houvesse de parar aqui até que V.Sa. desse as convenientes ordens para o embarque do seu fato. Deus guarde a V.Sa. por muitos annos.

Casa do Governo Provisorio do Rio Grande do Norte, 29 de Março de 1817. André de Albuquerque Maranhão. Antonio Germano Cavalcanti de Albuquerque. Antonio da Rocha Bezerra. Joaquim José do Rego Barros. Feliciano José Dornellas". (1)

DOCUMENTO 13

Correspondência de escritores

Natal 8 de 12 de 39

Meu querido João d'Albuquerque Maranhão

Petrarca teve a bondade de trazer a transcrição de minha pobre acta e sua "carta aberta" que é, retirando o assunto, um modelo de graça afetuosa e de elegancia verbal. Que posso dizer para significar-lhe o quanto ela me desvaneceu e sensibilizou, realçando meus vícios de histórias e manias preteritas em amar o que se imobilisa no Tempo? V. herdeiro das velhas galanterias de outrora, fez esse gesto claro e gentil que me agradou, pela raridade do alvo e compreensão moral.

Mas, como V. destacou, é possível amar o passado sem relegar quanto de util exista em nossa epoca. Sou homem do meu seculo, amando o cinema, o fox-trot, banho de mar, o auto, o avião, o sorvete, alguns vícios e muitas máquinas simplificadoras.

Mas adora minh'alma o que o seu amigo Bilac dizia ser o perfume dos tempos, nimbo misterioso de luz difusa e doce que halôa de encanto homens e coisas que a Morte levou.

Um grande abraço de gratidão. Esqueceu os volumes do Stradeli que prometeu enviar, assim como os dois fotos do tumulo de Koch-Grünberg no cemitério? Remember...

seu, velho e fiel adm.

(a) Luiz da Câmara Cascudo

Rua da Conceição, 565.

(1) — A. Tavares de Lyra. Historia do Rio Grande do Norte. pág. 473.

DOCUMENTO 11

Guaxinduba

Os franceses não tardaram em atacar Guaxinduba. Trouvou-se a batalha em 19 de Novembro. La Ravardiére e seu imediato Pézieu, com uns 200 brancos e mais de 1.500 tapuias, desembarcaram na praia próxima e, a exemplo dos petiguares na Paraíba, levantaram trincheiras na areia. Em seguida, intimou La Ravardiére, com solenidade, a rendição aos portugueses. Respondeu-lhe Albuquerque com uma ofensiva, também de estilo indígena. (1) Dividiu a sua gente em dous grupos (um dos quais comandado por Diogo de Campos) e caiu de subito sobre as alas inimigas num impeto irresistível, destroçando-as: e de tal sorte que os franceses se retiraram para os barcos, abandonando mortos, e feridos (uma centena dêles, e cêrca de mil índios) e as canôas, varadas na maré baixa. A derrota foi-lhes completa. Preferiu La Ravardiére propôr uma acomodação. Combinaram um armistício — largo e algo original: não se hostilizariam durante um ano, à espera de instruções de seus governos, para uma paz efetiva. Para isto iriam emissários: a Paris, de Pratz e Gregorio Fragozo (sobrinho do capitão-mor) a Lisbôa Diogo de Campos e Mathieu Maillard.

Era um paliativo e não uma solução.

As guerras, nos climas coloniais, não poderiam regular-se pela polidez européa. Tanto que um dos partidos se sentisse forte, sem atenção à palavra da côrte distante trataria de eliminar o inimigo. Foi o que succedeu — com o auxílio que Alexandre de Moura levou a Jerônimo de Albuquerque Maranhão (como se chamou o capitão-mor após a sua feliz campanha).

(1) — A batalha de Guaxinduba foi descrita pelo próprio Albuquerque numa certidão passada em favor de Antonio Telxreira de Melo (doc. ms. no Arq. Hist. Col., inéd.): Os franceses acometeram "com sete nãos e 46 canôas lançando em terra 200 franceses mosqueteiros com passante de 2 mil índios tendo impedidas as barras para que não entrasse socorro, e acometendo-os se lhe ganharam as trincheiras com morte de 120 franceses e de mil índios pondo-os em fugida tomando-se-lhes as 46 canôas..."

DOCUMENTO 15

Recife assediado

A guerra tornára-se sobremodo rigorosa para os mercados de Recife.

A ocupação de Olinda fechou o sitio, que Fernandes Vieira levou às imediações da cidade. Do sul nada podiam esperar. Logo ficaram sem as farinhas da Paraíba e as carnes do Rio Grande interceptadas pelos soldados de André Vidal. Antonio Jácome Bezerra com 400 homens salteou o Rio Grande a dispersar os rebanhos, destruir os currais e afugentar os vaqueiros que serviam ao inimigo. “... E no encontro que em Cunhaú teve o mesmo Antonio Jácome a mais de mil homens que o inimigo levava, poder muito superior ao nosso, e se pelejou desde a uma hora depois do meio dia até quasi noite em que o inimigo se retirou deixando mais de cem mortos, e entre elles o cabo que os governava, muitas armas e despojos, alem de grande número de feridos, que levou, recolhendo a nossa gente mais de 600 cabeças de gado necessárias para o nosso exercito...” (1)

Restava-lhes o oceano. Passaram os assediados dias terribéis, entre Março e Junho de 1646. Bateram moeda obsidional, de 3, 6 e 12 florins, com algum ouro de Guiné bem pouco valioso, se a premencia era de alimentos e combustivel. Demora que houvesse no socôrro da Europa os forçaria á capitulação. Deu-lhes alma nova a chegada — em 23 de Junho — de dous barcos annunciando grande armada, que efetivamente surgiu em 1 de Agosto, com 2 mil homens, os governadores em sucessão do conselho que administrára tão mal a conquista, os coroneis von Schkoppe e Hinderson, e abundantes recursos.

A campanha tomou outra fisionomia. Os coroneis resolveram concentrar em Recife as forças abandonando a Paraíba e o Rio Grande, já sem interêsse para a manutenção da Praça, de vez que lavouras e currais tinham sido devastados; e fizeram saídas com alardes ameaçadores, em ordem a ali-

(1) — Patente do cap. Francisco Fernandes Pacheco, Doc. Hist., XXV, pág. 154. História do Brasil — Pedro Calmon — Págs. 223 a 225.

viar o cerco e lançar o terror às fileiras portuguesas. As armas voltaram a lampejar na Várzea, porém em efêmeras sortidas. O plano geral consistia em não deixar reforçar-se em torno de Recife a força atacante — distraíndo-a com desembarques imprevistos e brutais.

DOCUMENTO 16

Guararapes

A paisagem nas imediações de Recife estava a determinar as grandes batalhas. Onde houvesse um monte, uma trincheira natural, um sítio alto, aí se abrigariam os da terra, à espera do ataque ou prontos para cair de surpresa sobre as posições avançadas do inimigo. Precipitando-se para o outeiro de Bom Jesus, lograra Matias de Albuquerque manter-se no “arraial” cinco anos. Francisco Barreto teve a intuição do que valiam os Guararapes e a eles se acolheu.

A várzea, levemente ondulada, o Capibaribe como sua estrada central, aqui e acolá um arvoredo copado, os canais, os engenhos, as capelas, naquelas redondezas é como um parque imenso limitado por Olinda, Recife, e os montes Guararapes que arrancam da costa para o oeste. Restringem nessa direção o horizonte, verdes, sem recortes bruscos, esbôço de serra que se esbate em perspectivas altiplanas, sem quebrar a harmonia geral do panorama onde não ha elevações abruptas. Quem lá se encontra, vê à frente, até muito longe, a planície canavieira, dando as costas ao casario de Recife. A igreja, comemorativa dos triunfos que vamos narrar, tem a fachada para o sul. A subida dêsse lado é amena, porém agreste e difícil do lado oposto, fronteiro de outra colina, também crêspa de matos, de aspecto selvagem, as rampas perigosas, portanto própria para a defesa e a guerrilha. Assim imaginou Francisco Barreto: certo que von Schkoppe não deixaria de ataca-lo, acampou no topo dêsses montes os terços de Camarão e Henrique Dias (dous mil e quinhentos homens). Foi em 19 de Abril de 1617 que se travou o combate célebre.

Atraídos igualmente pelas vantagens topográficas os holandeses couberam instalar-se nos cimos com as suas peças de artilharia. Eram uns seis mil soldados. Queremos crêr que

os tiros, com que castigaram as linhas pernambucanas, fossem de monte a monte, cada exército agarrado ao seu e bem protegido pelos despenhadeiros. Mas o general português saiu a campo; logo se engajaram as vanguardas, e em breve a ação se desenvolvia à arma branca, nas rampas e no vale, investidos os flamengos por Fernandes Vieira ao centro, negros e índios pelos flancos. Henrique Dias foi forçado a retirar sob a pressão de reservas que acorreram em substituição dos derrotados, enquanto Camarão e Vieira levavam de vencida os que encontraram por diante. Fertil em decisões rápidas, reorganizou Barreto o terço de homens pretos, cujo comando assumiu André Vidal, e logo os holandeses, em desordem, cederam o terreno, deixando às mãos dos nossos um canhão de bronze, mais de trinta bandeiras, 515 mortos, 523 feridos. Nessa mesma noite retrocederam para a Barreta, o próprio Segismundo ferido na perna, desfalcados dos seus melhores oficiais, desenganados quanto à força e à disciplina do adversário.

A batalha de Guararapes foi de influência incalculável sobre o espírito dos colônos. (1)

Peito a peito, exercito contra exercito, às vistas de oficiais hábeis, mostrara-se valoroso e tenaz o soldado **brasilião**. Vinte e quatro horas suportou, sem se alimentar, a dureza das marchas, o fogo vivo, a luta encarniçada. Consequência imediata do triunfo: fez Francisco Barreto tomar pela gente de Henrique Dias a vila de Olinda (20 de Abril), com outra matança de holandeses ali surpreendidos (2) e arranchou no arraial de Bom Jesus, renovando-lhe a tradição gloriosa.

O cerco à praça de Recife voltava a ser asfixiante. Das ruínas do Carmo de Olinda e, ao sul, da outra margem do rio dos Afogados, perto do forte de Cinco Pontas, os sitiantes podiam observar os movimentos de tropa em Santo Antonio e

(1) — Em carta a Salvador Corrêa o governador geral descreveu: o inimigo era em número de 6 mil e tinha nove peças de campanha. Os nossos tomaram-lhe 33 bandeiras e um estandarte dos Estados. Deixaram 800 mortos, uma peça e muitos petrechos. De seus sete coronéis morreram dous, um foi aprisionado e Segismundo ferido. "De nossa parte morreram vinte soldados pagos e 40 moradores", Doc. Hist., IV, 435. No século seguinte foram pintados painéis alusivos à batalha, um para a Igreja dos Guararapes (hoje no Instituto Arqueológico) e outro no côro baixo da Igreja da Conceição dos Militares de Recife, ambos sem valor documental, os soldados trajados pelos figurinos de 1700 e as figuras puramente simbólicas.

(2) — Garcia, nota a Varnhagen, III, 62. História do Brasil — Pedro Calmon — Págs. 231 a 234.

Recife, a entrada dos navios, protegida pelos canhões do forte de Brum (a prevenir qualquer surprêsa das bandas de Olinda e do norte), o nervosismo e a tristeza dos mercadores encerrados na ilha e naquele estreito bairro mercantil cheio de judeus e de soldados.

As negociações diplomaticas na Europa podiam agora mudar de rumo. E mudaram.

DOCUMENTO 17

Entrada em Recife

Assim se cumpriu.

A 28 de Janeiro apresentou-se a cavallo Francisco Barreto para receber as chaves da cidade: rodeavam-no os officiaes formando um lusido estado-maior, em vistosa cavalgata que contrastou com a modestia de Segismundo von Schoppe e dos seus ajudantes que, a pé, foram encontrá-lo.

Então o general se apeiou e recebeu as chaves, ao som de salvas e clarins; a que se seguiu a entrada na povoação. Para acentuar as suas disposições cortêzes Barreto visitou na sua casa Segismundo e foi alojar-se nas do Conselho, preparadas para hospedá-lo. Levou a sua cordura ao requinte de conceder a von Schoppe e à esposa que carregassem o pau brasil correspondente aos bens que deixavam em terra — o que aumentou a suspeita de venalidade que, na Holanda, atormentou o guerreiro bravo e infeliz. Determinou que os soldados flamengos ficassem em Olinda, dando-se-lhes 480 réis a cada um. Incorporou às suas próprias fileiras os negros e índios que até aí os acompanhavam. A tomadia cifrava-se em quasi quinhentas casas logo concedidas ou alugadas a quem as requereu — trezentos canhões (1), 38 mil balas, 5 mil mosquetes, 2 mil arrobas de polvora...

A restauração dos demais distritos foi immediata.

(1) — Um desses canhões, com as iniciais da Companhia das Índias Ocidentais e o dístico de Middleburgo, está no Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro). Outro, no Instituto Arqueológico Pernambucano. Vd. Inventário das armas e petrechos bellicos, etc. Recife 1939 (reimpressão de opusculo de 1838).

Felipe Bandeira de Melo (2) teve o governo dos fortes do sul. Francisco de Figueirôa despachado para a Paraíba, já a encontrou em poder dos portugueses, pois o tenente-coronel Claes, fugindo de Recife, persuadira o coronel Houthain a abandoná-la, largando tudo. Os índios, avaliados em 4 mil, acreditaram nas notícias terríficas que corriam sobre a vingança dos católicos, (3) correram a refugiar-se nas serras do Ceará. Itamaracá foi ocupada pelo capitão Manuel de Azevedo, e Alvaro de Azevedo Barreto, por mar, reconheceu o abandono do Rio Grande pelo inimigo e ocupou o Ceará — que o major Garstman não teve dúvida em entregar-lhe.

Melhor comissão ganhou André Vidal: a de levar ao reino as alviças do triunfo. Chegou a 19 de Março; e logo na manhã seguinte fez D. João IV cantar na capela real solene "Te Deum". Não lhe ficou nisto o júbilo: no dia imediato foi dar público testemunho do seu agradecimento a Deus na Sé, a que se juntou a côrte, em procissão grande. Não regateou os premios merecidos pelos heróes, sobretudo Barreto, Vidal, Vieira, que tiveram os governos de Pernambuco, Maranhão e Angola. Officiaes e soldados lucraram mercês pecuniárias e sesmarias.

Consumára-se o "milagre". Expulso o estrangeiro, a economia colonial normalizada, restabelecida a unidade da América portuguesa, depressa esqueceria esta o quarto de século consumido por uma guerra feroz. Cicatrizaram-lhe as feridas recuperando sem demora a prosperidade que se lhe interrompera: em 1655 afiançava com o seu rico comércio a definitiva restauração da metrópole.

Mas já não era igual ao Brasil de ha trinta anos antes.

Uma profunda modificação moral fôra o vestigio deixado pela campanha ardua, a marca dos seus asperos trabalhos, o seu legado: no ir e vir das marchas, ao calor das refregas, na paixão dos levantes, na dôr dos êxodos, na continuidade dos

(2) — Natural de Pernambuco, serviu quinze anos na Armada Real e viera adido a pessoa de Francisco Barreto, patente de 20 de Dezembro de 1646, Borges da Fonseca, Nobiliarquía. I, 185 (ed. da Bibl. Nac.). Sua irmã Maria de Mello foi mulher de Jeronimo Cadena Villa-Santi, de quem se dará noticia.

(3) — Cabedêlo foi tomado por Ambrosio Luiz de La Penha, Doc. Hist. XXI, 20.

sacrifícios e na exaltação das vitórias se compuzêra — em linhas inconfundíveis — um espirito nativista capaz de independência, de reivindicações inesperadas, de afirmações definitivas. Pondo-se fóra o holandês metêra-se no Brasil o brasileiro: é a sutil resultante d'uma campanha aparentemente concluída.

História do Brasil — Pedro Calmon — Págs. 247 a 250.

DOCUMENTO 18

O Arraial de Bom Jesus

Nos entrementes corriam ao socôrro da costa o padre Manuel de Moraes com muitos índios. Antonio Ribeiro de Lacerda, vindo de Ipojuca, Pedro de Albuquerque, de Vila Formosa, Matias de Albuquerque Maranhão, da Paraíba. Os fortes sustentaram a luta até 2 de Março. Capitularam honrosamente, obrigando-se a guarnição a não tomar armas durante seis meses. (1)

Retirou o governador para um lugar equidistante de Olinda e Recife, alto e defensável; denominou-o “Arraial de Bom Jesus”. Podia concentrar aí os reforços do interior, dominar o rio e a várzea, e hostilizar com as guerrilhas, á maneira dos da Baía cinco anos antes, as partidas inimigas que se aventurassem pelos descampados. Deu a Albuquerque Maranhão o comando da estancia de Santo Amaro, a Lourenço Cavalcanti a Goiana, a Luiz Barbalho a Boa Vista (casas do rico João Velho Barreto) e a Antonio Ribeiro de Lacerda a Ipojuca (Afogados).

A notícia da perda de Recife e Olinda chegou a Portugal em 29 de Abril. Não foi maior a emoção causada pela desgraça de 1624. O governador do reino D. Diogo de Castro pediu a Felipe IV fosse em pessoa assistir aos preparativos da armada restauradora: que se fazia mistér da influência del-rei, enquanto era tempo! Providencia preliminar, expediu Felipe a carta régia de 11 de Maio de 1630, a recomendar préces e penitências, pois via na calamidade sinais de punição divina: e encolerizado contra os judeus, mandava ao Bispo Inquisidor

(1) — O capitão Antonio de Lima, comandante do forte de S. Jorge, foi preso, depois de entregue pelo inimigo, e mandado processar na Bala, cf. carta régia de 25 de Outubro de 1630, Doc. Hist. XV. 414.

dêsse “exemplar castigo contra os herejes infieis, com o castigo devido à sua perfidia...” Onde se tem visto o espírito beato e intolerante de Espanha deve descobrir-se também a represália política: em Madrid se considerava que os cristãos-novos conduziam os invasores pela mão... Feitas as rézas, cuidou o governo de aprestar a esquadra entregue a um chefe célebre: D. Antonio de Oquendo, o “heróe cantabrico”. Com êle vieram Duarte de Albuquerque, donatário de Pernambuco, e o conde de Bagnholo.

A esquadra de Oquendo não se parecia, entretanto, com a de D. Fradique de Toledo. Compunha-se de 18 navios de guerra e cinco fretados, e transportava mil homens, 200 para a Paraíba e oitocentos para a Baía (2) — tropa e frota insuficientes para o choque previsto.

Em 13 de Julho de 1631 fundeou na Baía: então as perspectivas da luta eram claras, as posições definidas.

Os holandeses recebiam regularmente socorros e novos contingentes militares. Consolidara-se Matias de Albuquerque no arraial e — em 14 de Março — rechassara um formal ataque (do tenente coronel van der Elst). Mas não esperou, inativo, o inimigo cada vez mais forte. Mandou Luiz Barbalho e Antonio Ribeiro de Lacerda inquietá-lo nas suas trincheiras da ilha de Santo Antonio (ação em que morreu Lacerda e van der Elst saiu ferido). Demonstrava o empenho em preservar a várzea e defender-lhe os caminhos e os engenhos. Trataram os holandeses — ante a impossibilidade de expandir-se pela zona agrícola — de cingir Recife com um cinto de fortalezas: construíram as do Brum (de Bruyn, nome d’um dos conselheiros da Companhia), Cinco Pontas e Três Pontas, donde vijavam os campos adjacentes. Não desdenharam os adversários. “Acho êste povo de soldados vivos e impetuosos”, reconheceu Waerdenburch (que assistira ao combate de 16 de Julho). Sentiram que o domínio do país exigia um exercito numeroso, e confessaram a perplexidade em que estavam, junto do mar, rodeados da gente hostil e dispersa, e d’uma natureza cheia de mistério. A audácia dos portugueses — se D.

(2) — 600 portugueses e 200 castelhanos, sob o comando do mestre de campo D. Cristovão Mexia Bocanegra, formaram o Terço Novo da Bala, cf. prov. de 9 de Set. de 1631, Doc. Hist., XV, 458. Al os nomes dos oficiais, alguns notáveis depois, como o sarg. mór D. Fernando de Luduenha, e Antonio de Brito de Castro. O Terço ia ser embarcado para Flandres, D. Francisco Manuel, Epanáforas, p. 180. No Museu Britânico ha um papel de 1630, “Inconbenientes que se ofrezem en la jornada y socórro de Pernambuco”. O. Lima, op. cit., p. 69.

Antonio de Oquendo batesse a armada flamenga — não os deixaria permanecer ali. Perderiam Recife se a sua frota fosse destruída: a frota salvou-se, e se desvaneceu também a oportunidade da reconquista. Numa batalha indecisa Holanda ganhou quasi tudo; e sacrificou Espanha, mais do que uma expedição, o prestígio de sua marinha.

Feriu-se o combate perto da baía de Traição em 12 de Setembro (1631). Inicialmente os holandeses (almirante Adriaan Janszoon Pater e vice-almirante Marteun Thijssen) imaginavam vencer pelo número: tinham 17 navios e estimavam em oito galeões a força espanhola. Com surpresa viram 17, fóra 12 caravelas e 24 navios de comércio. Tarde para retirar, suprimam a desigualdade com a iniciativa: a não-capitânea, de Pater, lançou-se sobre a de Oquendo, enquanto o galeão de Thijssen se atirava à vice-capitânea de Castela. Esta, atingida por uma bordada, afundou, e o “São Boaventura”, que quiz socorrê-la, foi aprisionado. Ao contrário, o navio de Pater atracando ao de Oquendo ficou debaixo do fogo de dous outros espanhóis. Um deles, “Nossa Senhora dos Prazeres Menor”, naufragou, caindo em poder do inimigo Cosme do Couto Barbosa.

Mas os primeiros incendiaram a nau inimiga. Debalde Adriaan Pater aguardou o auxilio do resto da frota. Quando a sua nave era uma grande fogueira dependurou-se d’um cabo segura à prôa, e muito tempo assim se conservou até que lhe faltaram as forças, e desapareceu nas ondas. (3)

Aproximava-se a noite; e sem quererem insistir na ação, Thijssen e Oquendo trataram de afastar-se, um para Recife,

(3) — Nada mais falso do que a frase attribuída a Adrião Pater: “O oceano é o tumulto digno de um almirante bätavo... E’ apenas literatura. Frel Rafael de Jesus: “... amortalhado na honra se sepultou vivo nas ondas”, *Castricto Lusitano*, p. 66, Lisboa, 1679. “Envolto no estandarte...” Frel Manoel Callado, *O Valeroso Lucideno*, p. 13, teria dito: “Muy gran soldado es D. Antonio de Oquendo”. Rocha Pitta, op. cit., p. 181 repete os dous autores, e acrescenta: “... querendo poupar os mausoleos, escondesse no profundo do Oceano o seu cadaver”. Mas frel Giuseppe di Santa Tereza inventou: “... si gettò barbaramente nell’onde, dicendo che solo tutto l’Oceano era degno tumulto del suo invitto cuore”, *Istorie delle Guerre del Regno del Brasile*, p. 115, Roma 1698. Alphonse de Beauchamp concluiu a frase completando o mito: “L’Océan est le seul tombeau digne d’un Amiral Batave!” (*Hist. du Brésil*, 1815, cit. por R. Garcia, nota a Varnhagen, II, 342). Os autores holandeses não contribuíram para a lenda...

outro para Baía e a Paraíba, (4) onde desembarcou os soldados que levava.

As perdas tinham sido igualmente peizadas: mas para o Brasil foi como se um destrôço irreparável tivesse mergulhado no oceano as quilhas portuguesas. Porque tomou Oquendo o rumo das Antilhas, afim de proteger a "frota da prata"; Thijssen reconduziu a salvamento os seus barcos; e a próxima esquadra que mandou a côrte de Madrid chegou sônente em 1635, quando já nada mais restava do arraial de Bom Jesus...

Pedro Calmon. História do Brasil — Págs. 88-89.

DOCUMENTO 19

Um jovem do século XIX

O Dr. Metodio Maranhão, Professor Catedrático da Academia de Direito de Pernambuco, republicano histórico, escreveu aos 17 anos um **poema dramático** "Os patriotas", tendo por assunto a revolução pernambucana e republicana de 1817. "Este livro, escreve Metodio aos 75 anos, impresso em pleno dominio da monarquia em 1883, quando eu era estudante do 2.º ano de direito, tem ao menos o mérito da antiguidade". (1) Em 1918 visitando eu o velho mestre dele obtive a Introdução do Drama "Os Patriotas" que aqui transcrevo como índice do liberalismo ancestral dessa família, que através dos séculos, vem cultuando os principios democráticos no Brasil. Ei-lo:

Conversação com o Leitôr

Simpatisei com a revolução de 1817, e lembrei-me de tomá-la para assumpto de uma obra literaria. Vendo que era

(4) — Houve conselho no dia 13, decidindo-se mandar o galeão "los Prazeres major", que fazia água concertar na Bala, Doc. Hist., XVI, 5. Este era fretado por 1148 por mez, ibd., p. 6. Diz o Licenciado Manuel de Moraes. Resposta que deu etc., An. do Museu Paulista, I, 2a. parte, p. 17, que os galeões espanhóes não combateram devidamente por irem muito carregados de caixas de açúcar.

(1) — Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. XXVII — 1941-1942, pág. 266. Conferência pronunciada no Instituto Arqueológico em 14 de Novembro de 1939 em comemoração do cinquentenário da República no Brasil.

cousa superior ás minhas fôrças, tratei de me esquecer d'isso. Mas não pude, sempre aquella lembrança a me atormentar o espirito, só pensava naquilo: era como D. Quichote com a cavalaria errante. Quando a gente tem uma idéia fixa, só socega quando a efetua. Foi o que succedeu comigo. Em fevereiro do ano passado estava feito o meu trabalho, que era... um drama ou cousa que o valha, em versos alexandrinos. Desde então para cá não tive mais descanso, só vivo emendando a tal obra, é um não acabar, um martírio para mim. Quero me ver livre disto. Só ha dous meios: ou submeter o drama a um AUTO DA FE', ou publica-lo. O primeiro me custa, falo franco, porque na verdade doi muito ver se acabar assim o que nos deu trabalho; portanto publico-o. Se a obra não fôr mais que uma aluvião de asneiras, ora! que leve o diabo! sentirei muito da minha parte, mas não tenho que fazer.

Dizem os mestres que para o drama só são próprios os decassílabos soltos. Abomino os versos soltos, por isso preferi os alexandrinos — “os insípidos e sesquipedaes versos alexandrinos, como diz o Sr. J. Noberto, tão bem fulminados pelo Sr. Alexandre Herculano e tão mal apadrinhados pelo Visconde de Castilho” — ; mas que eu invertendo a frase, direi: — “tão fulminados pelo Sr. Alexandre Herculano, e tão bem apadrinhados pelo Visconde de Castilho” —. Não se zangue com isto o Sr. Noberto. São opiniões, como dizia o sujeito da anedota.

“Que escola segue?” hão de perguntar. Nem sei que responder. No mundo de hoje não se vê um Hernani suicidar-se porque prometeu, nem uma Marion purificada pelo amor de algum Didier. Hoje a gente namora para divertir-se como o Sr. Rocha. Também não acho cousa natural — “os beliscões que o diabo leva por detraz, nem vou me ocupar com o que se passa nos alcoucs. Os Cids e Catões já se tornaram cousa velha. Não sei escrever um compêndio de filosofia positiva em versos. A arte, no meu humilíssimo entender, não se deve apoderar dos excessos dessas chamadas escolas. Quero o meio termo, o natural. Isto não é lembrança minha, não é cousa nova. Michelet já disse que — “o trabalho e o simples viver do povo encerram uma santa poesia”.

E muitos outros escritores pensam assim.

Repelir a pontapés a escola clássica, esbofetear a romântica, para cair com o nariz no realismo, é falta de gosto; só se a gente não tivesse olfato.

Poesia científica não sei o que é.

Ao puro amor ideal preferi o amor real, o amor que existe naturalmente entre os membros da família. Virgínia e Teotônio se amam. Em vez de uma Naná predisposta para o vício, apresento Dalila, uma tolinha que acredita nos galanteios do Dr. Rocha, e depois cáí.

Mas então não vou faze-la manchar-se nas cenas de um prostíbulo, faço-a, pelo contrário, elevar-se na queda, conhecer o estado, o céptico do mundo, ir amparar na loucura aquella que já a amparara na desgraça.

Os personagens aqui não são também semi-deuses no character e no valor.

Evitei o excesso. O Brigadeiro apesar de insolente não é mau homem, é leal á pátria; Barros e Pedroso são crueis, de gênio violento; Mariano é indeciso; Theotônio foge na hora do perigo; Dr. Rocha, se faz aquilo tudo é por ser covarde e leviano; Luiz do Rego, no 5.^o acto, ia querendo ceder a Virgínia, e assim por diante.

Outro ponto. O Sr. Visconde de Porto Seguro na sua imparcialissima História do Brasil pintou a manta nas revoluções que se deram na nossa pátria.

Falando da de 1817, diz ele que Luiz do Rego era um honrado e valente militar; Barros Lima um cachaceiro, conforme o testemunho verbal (!!!) de um seu amigo; Martins um ladrão, etc. Ora! nas outras histórias do Brasil que nós lemos não vimos nada d'isto, parece pois que o Sr. Visconde tirou aquilo tudo da sua consciência, que se assemelha a um fole de borracha. Quem quizer, leia a tal História do Brasil e verá. Ora! quando o Sr. Visconde não hesita em dizer que D. João VI era tão bom que anistiou os revoltosos; mostrando assim como os reis são a imagem de Deus na terra!!!...

Na verdade, mandar anistia aos que já sofreram na massmorra muito mais do que a consciência do Sr. Visconde, porque somente ai morreram 26, sendo muitos deles inocentes... mandar a anistia depois que deixou arcabusar 4 infelizes na Bahia, e enforcar e esquartejar 9 em Pernambuco... de certo que é a prova mais cabal de um coração virtuoso, é o **supra-summum** da bondade. Bem que diz o velho Hugo:

“Le courtisan est fait du ventre du serpent”.

E' o caso. Para o Sr. Visconde quem é paulista, ou quem faz limpeza no palacio do rei, é bom, os mais não prestam.

Agora digo eu: Se não fosse um anacronismo, eu poria no meu drama um novo personagem. Era o Sr. Visconde vestido de **carcamano**, tocando realejo para divertir a Luiz do Rego, em falta do rei.

Mussumbú, 16 de fevereiro de 1883, 6 horas da tarde.

Methodio.

Ultima Verba.

Eis concluída a minha obra. Talvez não passe de um grande conjunto de asneiras mas ao menos será um grande insentivo para outros. A literatura inspirada na História, como diz Franklin Távora, pelo menos traz uma grande utilidade, instrui deleitando. Eu aprendi muitas cousas das Guerras dos Mascates, lendo o Matuto e o Lourenço daquele autor.

Vai o meu livro correr mundo; diria melhor correr mãos. Tomemos agora um tom sentimental, demos um conselho ao pobrezinho que saiu sem carta de proteção, simples e humilde sem ser bajulador: — Vai, meu filho, vai. Se em teu caminho encontrares alguém que te mostre os defeitos e os censure acemente, mas com razão, abaixa humilhado a tua cabeça e corrige os teus erros. Mas se vires algum cão arreganhando os dentes não faças caso, porque “se fores atirar pedras a todos os cães que te ladram nunca chegarás ao fim de tua viagem”. Quantas vezes te contemplando, não te aches defeituoso e quasi que cometo um infanticidio! Mas também quasi sempre te achei perfeito e formoso; são orgulhos de pai; é como o môcho de La Fontaine.

Há neste mundo a quem deves muito; e são: 1.º a teu pai que te gerou; 2.º a teus avós, os pais de teu pai, que guiaram para o bem o teu progenitor e concorreram com tuas despesas de roupa — a impressão; 3.º a teus tios e tias que sempre animaram teu pai; 4.º a dois amigos deste que o acolheram; 5.º a teu alfaiate — o impressor, que mostrou-se cuidadoso contigo; 6.º finalmente a aqueles que ensinaram o autor dos teus dias a viver neste mundo, quer fazendo-o sofrer, quer fazendo-o rir. Se te acolherem bem riréi contente, se te

matarem, ou se ficares como Alceste, longe do mundo, encolhido nas estantes das livrarias; apenas duas lagrimas de teu pai é que poderás ter como conforto na desgraça.

Accita uma benção de

Teu pai que te estima

Methodio.

Recife, 5 de Junho de 1883. (2)

DOCUMENTO 20

Um ilustre Mameluco

“Conferência sôbre Jeronimo de Albuquerque, Primeiro General Brasileiro”.

Realiza-se hoje às 20,30 horas, no auditório do Club Militar, a palestra do escritor João de Albuquerque Maranhão, sôbre o tema “Jerônimo de Albuquerque Maranhão, 1.º general brasileiro, sua vida e sua obra. Do berço ao túmulo”. O conferencista dirá da ação patriótica do ilustre mameluco, 3.º filho do capitão português Jerônimo de Albuquerque, o Velho, com a princesa indígena Uirá-Ubi, primogênita do chefe tabajara Arcoverde, batizada com o nome cristão de Maria do Espirito Santo Arcoverde. Nascido em Olinda, no ano de 1548, Jerônimo de Albuquerque aos 20 anos já lutava ao lado do seu pai contra os franceses, na Paraíba. Foi o primeiro capitão-mor do Rio Grande do Norte, onde fundou a Casa Grande de Cunhaú, engenho de 5.000 braças, que transmitiu aos seus herdeiros. Foi o construtor do Forte dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte, e o fundador da cidade do Natal. Em 1613, recebeu carta particular de Filipe III, de Por-

(2) — O livro foi composto e impresso em 1883, na Tipographia da Fábrica Apollo — Recife.

tugal, pedindo-lhe que fôsse expelir os franceses do Maranhão, engajados em Diepe pelo armador Jacques Riffault desde 1549. Por informação de Gaspar de Souza, mandou El-Rei que se nomeasse para chefe dessa empresa a Jerônimo de Albuquerque, “varão recomendável por seu caráter e serviços, já na idade de 65 anos aparentado por sua mãe com os indígenas, de quem sabia o dialeto e entre os quais gozava estima e exercia influência”.

A sua provisão de nomeação foi lavrada aos 29 de maio de 1613 e, em virtude do cargo que lhe foi conferido, ficou vencendo, anualmente, Rs. 220\$000, “sendo metade em dinheiro e metade em fazendas pagas no almoxarifado da dita conquista, a contar de 1.º de junho seguinte”. Partiu Jerônimo de Albuquerque do porto do Recife a 1.º de junho de 1613, e em 19 de novembro de 1614, em cruenta batalha travada no vale do Guaxenduba, com as forças de La Ravardière, conquistou para o Brasil as terras que hoje formam os Estados do Maranhão, Pará e Amazonas.

Jerônimo de Albuquerque, ao assinar o auto de paz, lavrado a 27 de novembro de 1614, adotou o cognome de Maranhão, que transmitiu aos seus descendentes e foi posteriormente aprovado por Felipe II de Castela.

O conferencista é 6.º neto do herói de Guaxenduba.

“A Noite”. Rio, 27 de Julho de 1951.

DOCUMENTO 21

Baixasas de uma época

Neste livro, á fls. 55 **usque** 59, transcrevi uma carta íntima do Capitão Antonio de Albuquerque Maranhão, herói de “Guaxenduba” na conquista da França Equinocial, e defensor da Paraíba na luta contra os batavos, endereçada ao seu irmão o capitão-mór da Paraíba Matias de Albuquerque Maranhão, de Lisboa, em Fevereiro de 1667. Nesse documento Antonio de Albuquerque Maranhão acusa João Fernandes Vieira de ter se apossado, criminosamente, de 70 escravos de sua propriedade que residiam em Cunhaú no tempo dos Flamengos e, bem assim, de artefactos de cobre daquele seu engenho

real dizendo (sic) "... e a este homem lhe correu a fortuna com monstruosidades, e em Angola grangeou grande cabedal; se lhe correr até o fim, he um monstro dos nossos tempos. Também me avisa Vmc. que não pode fazer a diligência com ele para a Carta citatoria, que mandei sobre os nossos cobres; se me não faltar a vida eu o endireitarei".

O erudito ensaio infra transcrito, da lavra do consagrado historiador fluminense Professor Alberto Lamago falecido em 1952 no Rio de Janeiro na avançada idade de 78 anos, vem confirmar o juízo critico do bravo cabo de guerra olindense Antonio de Albuquerque Maranhão constante de sua aludida epistola. Vejamos:

João Fernandes Vieira

"O homem é em grande parte o que dele fazem os acontecimentos. Nas lutas em que se vê envolvido com o inimigo, onde em ambas as partes comete-se toda a sorte de crimes, se é bafejado pela fortuna, é louvado, bajulado, coroado de louros e proclamado herói.

Ao contrário, se a vitória não lhe sorri, é coberto de la-beus, caluniado, perseguido, criminoso de guerra, arrastado às prisões e muitas vezes, enforcado. E' o que nos espelha a história de todas as nações em todos os tempos. Só decorridos anos, amainadas as paixões, sopitados os ódios e analisados os fatos com imparcialidade e ponderação, a justiça dos posteros com os olhos fitos no fiel da balança que pesou em suas serenas conchas as ações de ambos os contendores, proclama a inocência do vencido, cultúa a sua memória com festejos civicos e relega ao esquecimento o nome do então herói.

E' o reverso da medalha da vida!

Os que deitam os olhos aos acontecimentos de outras éras procurando decifrar e estudar os personagens que nela deixaram a lembrança das suas façanhas, são obrigados numerosas vezes, deitar por terra idolos consagrados pela aura popular, levantados em seus pedestais por panegeristas interessados.

O Instituto do Açúcar e Alcool acaba de editar o "Relatório sobre as Capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses; suas condições econômicas e sociais" escrito por Adriaen Van Dussen, que alcança o ano de 1639.

E' um trabalho imprescindível á euristica história, enriquecido com erudita introdução de José Antônio Gonsalves

de Mello neto e que confirma grande verdade já por nós manifesta e divulgada no vo. 75 da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil".

O madeirense João Fernandes Vieira não aderiu aos patriotas que sob a chefia de André Vidal de Negreiros se levantaram em 13 de Junho de 1645, contra o domínio holandês, por patriotismo, ou por insistência dos parentes de sua mulher, mas somente para não pagar a soma que devia aos flamengos e que se dizia ser mais de 300 mil cruzados.

Serafim Leite (Re. Inst. Hist. vol. 182) afirma que o partido dos moradores de Pernambuco era grande a favor dos holandeses e entre os que se mostraram indecisos a entrar na revolução se incluía João Fernandes Vieira que acumulou os seus cabedais e manteve estreitas relações comerciais com os invasores. Estes tinham tanta confiança no seu amigo que era membro do Conselho dos Escabinos, que quando lhes disseram que estava conspirando contra eles, o almirante Licthart sossegou os companheiros dizendo que não acreditassem e que se encarregaria de trazê-lo ao Conselho e que viria visitá-lo e convidá-lo para pescarem juntos no tanque de Luiz Bezerra.

No "Relatório" está o seu nome na lista dos cinco maiores devedores à Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, com a importância de 321.766 florins, figurando também o nome de seu sogro Francisco Beranger com menor quantia.

Na relação dos 166 engenhos de açúcar que existiam nas capitanias conquistadas pelos holandeses, cinco pertenciam a João Fernandes Vieira: **de Santo Antonio, Santa Ana, N. S. do Rosário** (hipotecado ao governo holandês no Recife) **de Carlos Francisco e Ilhetas**, os dois últimos comprados a Jacob Strachouwer.

Por um alvará régio, todos os súditos que se julgassem prejudicados pelos agentes do governo, ou mesmo por particulares autoritários podiam apresentar as suas queixas a el-rei, mesmo sob o anonimato e se fossem assinadas se guardaria o maior sigilo para que os denunciadores não fossem perseguidos.

Firmados nessa graça, quando a guerra contra os holandeses estava em franco apogeu, em 1646 os pernambucanos enviaram ao governador geral da Bahia Antonio Teles da Silva um tremendo libelo contra João Fernandes Vieira a quem, por mais de uma vez quizeram tirar-lhe a vida, sendo mesmo ferido. Rezava o libelo: "... que ele chegara ao Recife

com 12 anos de idade, onde se empregara em um açougue; que era filho de húa mulata rameira que lhe chamam Bemfeitinha e de hum homem que lhe dão por pay, que fôra ali degradado em titulo de ladrão”; que tiranisava e roubava toda gente; que devendo mais de 300 mil cruzados aos holandeses e vendo-se impossibilitado de poder pagar, buscára o caminho da revolução.

A denúncia enumerava todos os crimes e nomes das victimas e o acusava de cumplicidade na terrivel matança de Cunhaú, em 26 de Julho de 1646.

O governador geral que sabia do procedimento de Vieira e que tinha recebido outras informações de pessoas fidedignas e entre estas as do capitão-mór Antonio Cavalcanti, apressou-se em enviá-la à Córte onde por intermédio do Secretário do Reino foi sujeita a consulta.

Tão grandes eram as acusações feitas a Vieira que o próprio Conselho Ultramarino em 22 de Setembro de 1646, contra a praxe, até então observada, foi de parecer “que el-rei fosse servido ouvir ler, para se inteirar; que não convém haver dilação em acudir com remédio a tão grande necessidade; e lembra a V.Maj. que é necessário em aquela campanha hum Mestre de Campo General e hum Auditor que governem a guerra e justiça, pois convém muito accudir aqueles vassallos por todos os meios possiveis”.

Levada a denúncia a D. João IV, tão impressionado ficou com a sua leitura que sem detença, em 30 de Janeiro de 1647 ordenou: “Parta Francisco Barreto e diga-me antes o Conselho sobre o que lhe parece o que devo fazer o que apontam os papeis inclusos”.

Reuniu-se novamente, o Conselho em 17 de Fevereiro seguinte e foram estes os pareceres dos seus membros:

Jorge de Albuquerque que bem conhecida a vida do acusado, disse que ele merecia exemplar castigo, porque além dos crimes descritos na denúncia, recebera por diferentes vias, informações que confirmavam ser verdade o que afirmaram os denunciantes, mas “como ele era tão poderoso em Pernambuco e se diz também na Bahia, deve V.Maj. mandá-lo vir a esta Córte para na devassa que se tirar, possam as testemunhas depôr livremente”.

Jorge de Castilho a quem não era estranha a árvore genealógica de Vieira foi de parecer “que autor de tantos crimes e homem de baixissima classe merecia ser punido severamente,

mas devido ao seu prestígio, a devassa devia ser tirada com todo o segredo e resguardo possível”.

General Salvador Corrêa de Sá e Benevides foi de opinião que Vieira fosse afastado da capitania “por bom modo de maneira que se entenda que essa providencia nascera do mesmo Mestre de Campo Francisco Barreto de Menezes, pois, é preciso prudência e melhorando as cousas se tratará do castigo”.

O **Marquês de Montalvão** se conformou com o voto do general Salvador.

Ciente dos pareceres resolveu el-rei: “**Como parece a Salvador Correa de Sá e estes papeis se recolham em parte onde não possam ser vistos. Lisboa 20 de Março de 1647**”.

Era tão temido João Fernandes Vieira que el-rei mandava que se fechassem os papeis da denúncia a 7 chaves e que ele fosse afastado da campanha por bom modo e de maneira que se pensasse que esse ato partia do próprio Mestre de Campo e não da Metrópole.

Foi no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, hoje Arquivo Colonial, que em nossas pesquisas descobrimos esses documentos que estiveram escondidos cerca de 3 séculos.

Os sucessos da guerra contra os holandeses com a vitória de Guararapes e com a assinatura do termo de capitulação em 26 de Janeiro de 1654, foram a porta aberta às honrarias recebidas por João Fernandes Vieira, a alcaidaria-mór de Pínhel; as comendas do Torrado e Santa Eugênia da Ala, na Ordem de Christo, governador de Angola e da Bahia.

Pela mão de frei Manuel Calado passou o seu nome a brilhar no “Valeroso Lucideno” e daí transferido para as páginas da nossa história. Não merecem fé os seus panegéricos. Calado como diz Serafim Leite “era um dos que se parcializaram com os holandeses e pleitearam a sua privança e também amigo de Vieira o exaltou como herói em detrimento de outros no seu Valeroso Lucideno”.

Este livro diz Varnhagem (tomo III págs. 117 e segs.) “deve ser consultado com possível tento e critério. Calado ministro de uma religião toda de paz e tolerancia, mostra-se de animo pequenissimo contra os que não eram seus amigos.

Partidário de João Fernandes Vieira, compromete-o com o seu pouco tino quando mais o pretende exaltar e presta-se a denegrir aos da parcialidade rival, acusando-os de assassinos. Além disso falta muitas vezes à dignidade histórica”. Calado para mais engrandecer o seu amigo Vieira chegou a trans-

fundir em suas veias onde corria o sangue plebeu da **mulata Bemfeitinha** o sangue nobre a fim de ser considerado de alta linhagem.

Varnhagen que não teve conhecimento do libelo referido assim se pronuncia sobre João Fernandes Vieira: “Estudando bem os fatos, não aparece, decididamente tão grande como em detrimento dos seus camaradas, nó-lo quizeram apresentar os seus panegiristas”. (Hist. do Br. Vol. III pág. 108).

André Vidal de Negreiros que chefiou a revolução até 26 de Abril de 1648, quando assumiu o cargo de general em chefe do exército pernambucano Francisco Barreto de Menezes, é julgado de modo diferente pelo douto historiador: “Negreiros era um homem tão superior que necessitava, um Plutarco para apreciá-lo...

Sua abnegação a bem da pátria chegou ao excesso de consentir que, sem a minima reclamação circulassem essas infundadas narrações contemporaneas desta campanha que sempre lhe atribuíram um papel secundário”.

Oliveira Lima comentando o nosso estudo sobre Vieira (vol. 75, citado) sem negar as acusações que lhe foram feitas assim o julga: “... **como instrumento da guerra e com os resultados obtidos resgatou muitas faltas e mesmo alguns crimes**”. Sim, resgatou muitas faltas e crimes, mas como dissemos acima: o homem é o que dele fazem os acontecimentos e a revolução contra os holandeses foi o acontecimento que o levou à história e o remiu do merecido castigo.

Mas a “História” que é a luz da verdade (inelegível) a testemunha dos tempos — **Testis temporum** — inflexível no seu julgamento, não silenciando os serviços prestados (inelegível) da guerra, proferiu a sua sentença que é inapelável e tem de ser aceita pelos historiadores que iludidos pelos panegiricos do frade interesseiro e seus asseclas, levaram-no ao pedestal da glória e o coroaram de louros.

Foi João Fernandes Vieira condenado como traidor, explorador e caloteiro dos holandeses, apoderando-se de suas fazendas; vingativo, cruel, carnifice, espoliador, matador dos pernambucanos seus inimigos dos quais arrebatou joias, dinheiro e mais bens; falsificador de títulos da nobreza para ocultar a sua carcomida arvore genealógica.

A Justiça que é a fonte do Direito, tarda muitas vezes, mas, não falha!

Mas para que reviver esse drama representado em nossa pátria nos meados do século XVII? Todos os seus participantes não mais existem; esquecidos, ninguém fala mais neles. Os seus lugares foram ocupados por outros que por sua vez não de entregá-los aos que lhes sucederem.

Seria talvez preferível que os papéis escondidos por ordem do rei jamais caíssem sob as vistas do historiador, obrigado a desvendá-los.

Oh! como a glória deste mundo passa depressa! (Imit. de Christo Cap. III).

(a) Alberto Lamego (*)

("Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro — 1950).

(*) — Alberto Lamego: — "Papéis inéditos sobre Vieira". Rev. do Inst. Hist. Bras. vol. 75 Noreau, Histoire des dernières troubles: "entr'autres estoit venu Johan Fernandes Dieira, Molate de Naissance, esclave affranchy. pourtant intelligent et subtil"... No "Diário dum Hollandez" vem textualmente "die cen hawe moor end bastard is..." — Paulo Setubal. O Príncipe de Nassau, pág. 46.

Frei Calado pág. 43: — "O Capitão André Vidal de Negreiros, o qual, por seu valor, e esforço, e grande nome que grangeou por seu braço, veio a ser depois Tenente General, e Mestr de Campo; e S. Magestade ornou seu peito com a insignia do habito de Christo, e o despachou com o cargo de governador do Maranhão, e foi hua das cabeças do movimento, não porque el Rey nosso senhor lho mandasse mas movido da caridade christã, zelo ao amor da Patria, e desejo de ver o Brasil livre de Olândeses e de tantas falsas seitas e heresias..." André Vidal de Negreiros — Paulo Setubal — O Príncipe de Nassau. Pág. 66. (Nota 1).

O nosso poeta juriconsulto e filósofo Tobias Barreto, resume em dez versos toda essa epopéia que foi a restauração de Pernambuco e suas capitâncias do domínio holandês no ano da graça de 1654, apenas pelo esforço e patriotismo desse pugilo de heróis brasileiros que se chamou André Vidal de Negreiros, Antonio Filipe Camarão e Henrique Dias, auxiliado já no fim da luta pelo mestre de campo português João Fernando Vieira que, tendo sido colaboracionista do flamengo, com êles manteve estreitas relações comerciais, acumulando enorme fortuna.

Eis o poema de Tobias Barreto em que se nota a ausência do nome de Vidal de Negreiros e dá-se a primazia do feito heróico a Vieira. Tobias foi,

DOCUMENTO N. 22

Certidão de óbito do dr. João d'Albuquerque Maranhão (Dr. João das Estivas)

(Presidente da Assembléia do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, realizada a 27 de Janeiro de 1889, conforme ata do mesmo dia).

Aos onze dias do mês de novembro de mil oitocentos e noventa, nesta Vila de Aréz, térmo do mesmo nome, Comarca de Goianinha, Estado do Rio Grande do Norte, em meu Cartório veio, pessoalmente, Luiz Affonso de Albuquerque Maranhão, de idade de vinte e oito anos, filho legítimo do Doutor Luiz Affonso de Albuquerque Maranhão e Dona Josefa Antonia de Albuquerque Maranhão, agricultor, natural da Paraíba do Norte, e por êle me foi dito que vinha dar o assento de óbito do finado seu tio Doutor João de Albuquerque Maranhão, de idade de cinquenta e nove anos, filho legítimo de João de Albuquerque Maranhão e Dona Gertrudes Candida de Albuquerque Maranhão, ambos falecidos, natural da Província da Paraíba do Norte, e era morador neste Município de Aréz, no lugar denominado Estivas, propriedade do mesmo finado Doutor João de Albuquerque Maranhão e que era casado com Dona Antonia Josefa de Albuquerque Maranhão, e que morreu às 11 horas da noite do dia quatro do corrente mês, de lesão cardíaca, e foi sepultado no cemitério público desta Vila, e levou hábito preto de merinó, do que

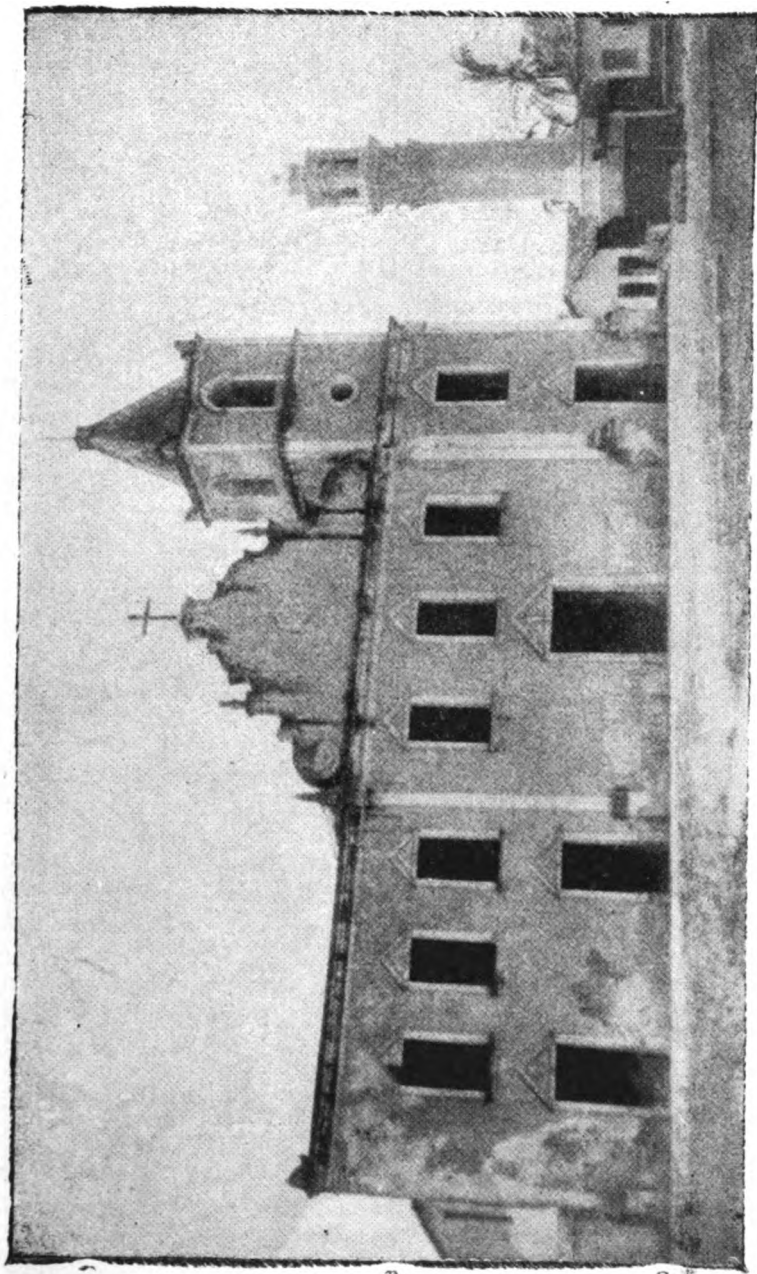
por certo, um dos ludibriados pelo panegírico de João Fernandes Vieira, feito por Frei Manoel Calado no Valeroso Lucideno.

GUERRA HOLANDESA

(Fragmentos)

Barreto diz. Somos poucos
De encontro ao troço holandês.
Que vamos fazer ó loucos?
Morrer inglórios talvez...

"General, brada Vieira
Foi minha a idéia primeira
O passo primeiro é meu!
Morreremos neste extremo"
Camarão ruge: não temo
Henrique Dias nem eu.



**Igreja matriz da cidade de Arez (sob a invocação de S. João Batista).
(Ao lado a coluna, espécie de campanário, curiosidade de arquitetura religiosa no Brasil).**

para constar lavrei este termo em que assino com o Declarante. — Eu, José Barbosa Nobre de Gouveia, Escrivão do registro civil. (a.) Luiz Affonso de Albuquerque Maranhão. O Escrivão (a.) José Barbosa Nobre Gouveia.

DOCUMENTO 23

Efemerides Brasileiras

Barão do Rio Branco. Págs. 599-602 Dr. José Maria da Silva Paranhos Junior, nasceu em 20 de Abril de 1845 na travessa do Senado (Rio de Janeiro) e morreu em 10 de Fevereiro de 1912, no Palacio Itamarati (Ministerio das Relações Exteriores).

21-12-1868 — Primeiro dia da Batalha de Lomas Valentinas e tomada de Pikisiri.

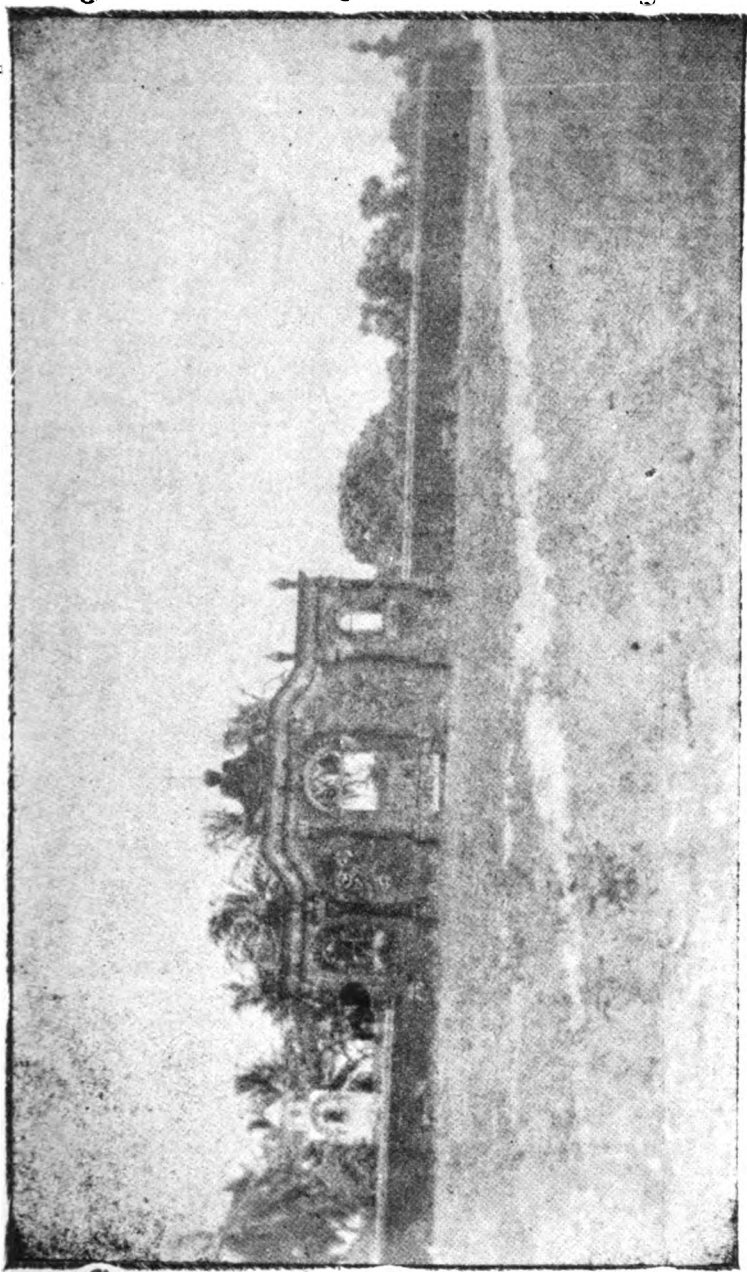
O exercito do ditador Solano López, tendo perdido, desde 6 de Dezembro, perto de 7.000 homens nas batalhas de Itororó e Avali, estava reduzido, segundo Resquin, a 13.000 combatentes. Ocupavam as baterias e trincheiras de Angustura, sobre o Rio Paraguai 700 homens (tenentes coroneis George Thompson e Lucas Carrillo); a linha do Pikisiri, 2500 e tantos sob o comando do coronel Hermosa; e as Lomas Valentinas 9800, sob o comando do ditador, que tinha ás suas ordens os generais Resquin e Caballero. Um entrincheiramento fechava parcialmente duas dessas colinas a Loma de Acosta, mais setentrional, e a Loma de Ita-Ibaté, onde estava o quartel general do ditador, entre aquela colina e a seção oriental da linha do Pikisiri.

A face Nordeste dessas linhas de defesa chamava-se trincheira de Tacuruti; a face Norte, trincheira de Acosta; a de Oeste, trincheira do Quartel de Reserva ou trincheira Auxílio, porque quasi em frente ficava a sombra dêsse nome. Os lados Sudêste e Sul estavam indefesos, mas os capões de mato não deixaram perceber isso á cavalaria das divisões Andrade Neves e Vasco Alves, que penetraram no Potrero Marmol nes-

sa manhã. O marechal Caxias deixando em Villeta uma pequena guarnição, marchou para a lombada de Cumbarati; onde às 9 da manhã a nossa artilharia começou a bombardear as posições de Lomas Valentinas. Ao mesmo tempo as forças do exército aliado, que haviam ficado em Palmas, ao Sul de Pikisiri, procediam a um reconhecimento, ameaçando por esse lado o inimigo. O exército do marechal Caxias compunha-se nesse dia de 19.415 homens todos Brasileiros e 26 canhões (pantoneiros, 306; artilharia, 408; infantaria, 14.690; cavalaria, 4.011). Às 3 da tarde foi dado o sinal de avançar. O General Manoel Mena Barreto, à frente de 3 corpos de cavalaria (700 homens) e duas brigadas de infantaria (Mesquita de Oliveira Bueno, 2000 homens), atacou de través e pela parte Oriental a linha do Pikisiri, destruindo completamente as tropas do Coronel Hermosa e apoderando-se de 32 canhões e 3 bandeiras. O combate, por esse lado, terminou ao escurecer. O General José Luiz Mena Barreto assaltou a trincheira de Lomas Valentinas pelo lado ocidental. Alguns dos seus batalhões penetraram nas posições inimigas e apoderaram-se de varios canhões, 3 dos quais foram logo remetidos ao general em chefe, assim como 1 bandeira, mas os Paraguaioes receberam reforços e reconquistaram o terreno perdido.

Outros ataques foram tentados, mas sendo grandes as nossas perdas, o general ordenou a retirada para a colina fronteira, quando a noite começava. A infantaria que combateu por esse lado (5.900 homens), formava a divisão do general Auto Guimarães (brigadas Cesar da Silva, Hermes da Fonseca, Albuquerque Maranhão e Pinheiro Guimarães), e foi apoiada por 1 corpo de cavalaria.

A trincheira de Acosta (Norte) foi atacada pelo General Jacintho Machado Bittencourt com 6786 homens de infantaria das divisões Miranda Reis e Salustiano dos Reis (brigadas Pereira de Carvalho, Freire de Carvalho, Lourenço de Araujo, Faria Rocha, Valporto e Seixas), apoiados pela divisão de cavalaria do General Andrade Neves (Brigada Jacintho Pereira e Gonçalves Silva, 1400 homens). A divisão de cavalaria do Cel. Vasco Alves ficou de reserva na extrema direita do inimigo. O general Bittencourt conseguiu apoderar-se da trincheira (veja a sua parte official; a ordem do dia e o "Diario do Exército" dizem erradamente 14) travando-se por esse lado o mais encarniçado combate. Por ordem do Marechal Caxias foram sustentadas as posições conquistadas, continuando ali o combate durante toda a noite e o dia 22. Nossas perdas foram enormes mas as do inimigo muito maiores fi-



Portão barroco do Cemitério Público da cidade de Arez, Rio Grande do Norte, onde foi sepultado o Dr. João de Albuquerque Maranhão (4-11-1890), Presidente da Intendência Municipal da Cidade.

cando completamente destruídos o batalhão de Rifleros e os regimentos Acaveran e Acaraia que eram os da guarda de López, o regimento Arcomorati e muitos outros corpos.

Durante toda a noite e o dia 22 tentaram os Paraguaioes retomar essas posições, mas foram sempre repelidos. Depois continuou o tiroteio conservando-se o inimigo entre os capões de mato da colina de Ita-Ibaté. Às 6 horas da tarde de 23 outras tropas foram render as do General Bittencourt, e o tiroteio prosseguiu até ao ataque final no dia 27. Os Paraguaioes perderam nos 2 primeiros dias de batalha 58 canhões, 8 bandeiras (ofício de 26 de Dezembro de Caxias) e 8.000 homens (algarismos de Resquim na "Memoria" por ele oferecida ao Duque de Caxias), ficando mortos os coroneis Manoel Cabrera e Manoel Rosa e muitos dos melhores comandantes. Pelos incompletos documentos publicados sabemos que o 31.º de voluntarios (corpo policial da cidade do Rio de Janeiro) tomou duas bandeiras e que 3 outras foram tomadas pelo 49.º de Voluntarios (Minas Gerais) 15 de linha e 11 de cavalaria da Guarda Nacional (Rio Grande do Sul). A bandeira dos Rifleros da Guarda foi tomada por um sargento deste ultimo corpo. A nossa perda desde o dia 21 até a tarde de 23, foi de 702 mortos (53 officiais), 4049 feridos (268 officiais), 481 contusos (119 officiais) e 573 extraviados (6 officiais). Total 5.805 homens fora de combate (446 officiais), sendo: 2 do Estado Maior e 1 dos colonas; 5.165 da infantaria; 569 de cavalaria (incluindo 5 do piquete do General em Chefe); e 69 de artilharia e ponteiros.

"Como succedeu em quasi todos os grandes combates dessa guerra os Corpos de Voluntarios e da Guarda Nacional por serem mais numerosos que os do exercito regular pagaram o maior tributo de sangue; tiveram nesses 3 dias 3.908 homens fora de combate (313 officiais), cumprindo notar que muitos batalhões de linha acabavam de ser reforçados com os restos dos 6 corpos de voluntários dissolvidos depois das batalhas de Itororó e Avaí (26.º, 28.º, 42.º, 44.º, 48.º e 55 de voluntarios) e que no dia 23 foram ainda dissolvidos mais 11 desses corpos (24.º, 25.º, 29.º, 32.º, 33.º, 34.º, 36.º, 39.º, 41.º, 47.º e 49), sendo as suas praças incorporadas aos batalhões de linha. Entre os mortos contavam-se o **Coronel Albuquerque Maranhão, comandante da 10a. Brigada de Infantaria, (era voluntário da Pátria), bacharel em Direito e senhor de Engenho na Paraíba.** Os tenentes Coroneis Manoel Jacintho Ozorio, comandante de uma brigada de cavalaria, e Almeida Corte Real, do 25.º batalhão de voluntarios; os majores comandan-

tes Secundino Tamborim, Galdino Vilas Boas e Carlos de Carvalho (1.º e 12.º de infantaria de linha e 50º de voluntários). Entre os feridos brigadeiro honorario barão do Triunfo (Andrade Neves) comandante da 2a. e 3a. divisões de cavalaria; o coronel Miranda Reis, comandante da 1a. divisão de infantaria; os comandantes de brigada Freire de Carvalho (voluntario) e Cezar Silva; e 16 comandantes de corpos, os batalhões que mais sofreram foram: o 25.º (355 homens fora de combate), 24.º (223), 51 (266), 54 (219), 33.º (205) e 34 (205), todo de voluntários; e o 15.º (231), 12.º (233) e 1.º (203) estes 3 últimos de linha. Tomaram parte nesta batalha os seguintes corpos: 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, e 16.º de infantaria de linha (13 batalhões); 23.º, 24.º, 25.º, 27.º, 29.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 46.º, 47.º, 49.º, 50.º, 51.º, e 54.º de voluntarios (21 batalhões) 2.º e 3.º regimentos de cavalaria de linha; 4.º corpo de caçadores a cavalo; 1.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 13.º, 14.º, 15.º, 17.º, 19.º, 20.º, 21.º e 21 de cavalaria da Guarda Nacional (16 corpos da guarda Nacional e 3 de linha): 2.º regimento de artilharia e corpo de pontoneiros. Com a tomada da linha do Pikisiri, ficou franca a passagem para as tropas aliadas do acampamento de Palmas (ver o dia seguinte) e ficaram completamente isolados os Paraguaiois que ocupavam as fortificações de Angustura. Esses resultados junto a tomada de uma parte do entrincheiramento de Lomas Valentinas e a distinção de mais de dois terços do exercito inimigo, mostram a importancia da vitoria alcançada no dia 21 e sustentada com a mais heroica tenacidade até o dia 27, em que foi tomada a segunda colina ocupada pelo ditador. Na manhã deste dia 21, antes do nosso ataque o ditador Solano Lopez mandou fuzilar, em Ita-Ibaté, seu irmão Benigno López, seu cunhado o General Vicente Barrios, o Bispo Palacios, o Deão José Bogado, o Ex-ministro de Negocios estrangeiros José Borges, o Coronel Paulin Alen, consul Português Leite Pereira, o armador italiano Simão Fidaza e 3 senhoras: Dolores Recalde, Juliana Isfrán de Martinez e Maria de Jesus Egusquiza. Centenas de Paraguaiois e de estrangeiros foram assim executados por ordem deste barbaro; uns porque eram suspeitos de conspiração; outros por serem parentes de officiaes aprisionados pelos aliados.

OS ALBUQUERQUE MARANHÃO

(Poema histórico)

Ser Maranhão é sinônimo
De animoso coração.
E' proceder de Jerônimo
De Albuquerque Maranhão.

Ser forte, leal e crente
Na vitória do ideal.
— Venturoso descendente
Do fundador de Natal.

Mil troféus de lindos brillos,
Enchendo grande baú,
São o estímulo dos filhos
Da Casa de Cunhaú.

De exemplos ilustrativos
Iguais a quadros pictóricos,
Estão ainda bem vivos
Seus grandes feitos históricos.

Não há Maranhão que um dia
Degraus da glória não suba,
Se herdou tôda a gallardia
Dos heróis de Guaxenduba.

Tôda nossa história vibra
E puro valor reflete,
Se acaso recorda a fibra
Dos bravos de dezessete.

Se existe uma grei notável,
Que de glória a Pátria cerque,
Certo, essa gens admirável,
E' a estirpe dos Albuquerque.

Triunfo de alto sentido
E de singular beleza,
Foi conquistado e vivido
Quando da guerra holandesa.

E' gente civilizada
De quem a Pátria se ufana.
De epopéia consagrada
Na história pernambucana.

A família foi o ninho
Também, de muitos estétas,
Sendo Maranhão Sobrinho
Um dos seus grandes poetas.

Titulo honroso e feliz,
De belo e intenso fulgor,
E' provir de D. Diniz,
O ilustre Rei-Trovador.

Ser Maranhão é ser digno
De autêntico herói de Homero;
Brilha em seu céu, como um signo,
O astro de Augusto Severo.

Pertencer aos Maranhões,
E' destino afortunado,
A confirmar tradições
Dêsse fecundo passado.

Do Amazonas ao Rio Grande,
Da Bahia a Mato Grosso,
Por tôda parte se expande
Como uma raça colôso.

Com nobreza, mas sem fausto,
Que cívico orgulho encerra,
Tem se dado em holocausto
Pelo bem de nossa terra.

Por entre cruentas batalhas
Corre o sangue brasileiro,
Fazendo jús a medalhas,
O expulsador do estrangeiro.

Ser Maranhão, finalmente.
E' trazer sempre consigo,
Um coração indulgente
Até com o próprio inimigo.

E' ser firme e generoso,
Destemido até na morte,
— Ligado ao povo brioso
Do Rio Grande do Norte.

Com sua grandeza imensa
Em todo aspecto da vida,
Também já deixou na imprensa,
Mostras de uma alma aguerrida.

Aqui está sintetizada
Tôda a excelsa trajetória,
De uma família fadada
A alto destino de glória!

Raça de bôa e celebrada gente,
De clássica nobreza varoni!,
Por cujos feitos, valorosamente,
Se enchem de glória e luz resplandecente,
As páginas da História do Brasil...

PETRARCA MARANHÃO (*)

(*) — Professor de História da Associação Cristã de Moços — (A.C.M.).

B I B L I O G R A F I A

— A —

- A. Tavares de Lyra. **Historia do Rio Grande do Norte**, 1920.
A. Tavares de Lyra. **Corografia do Rio Grande do Norte**.
Ayres de Casal **Corografia**, 1817.
Adrian Balbi — **Essai Statistique de Royaume de Portugal e Algarvies**, 1821.

Alberto Maranhão. **Ensaio Histórico** — 1899.

— B —

Berrêdo. **Anais Historicos do Estado de Maranhão** L.º II, 1905.

— C —

- Capistrano de Abreu, João — **Notas a Frei Vicente do Salvador** —
Prolegomenos ao L.º V, 1921.
Comendador Antonio Joaquim de Mello. **Biografias de Alguns Poetas
e Homens Ilustres de Pernambuco**, 1856.
Castro Alves. **Ode ao Dous de Julho**, 1868.

— D —

- Dom Augusto Alvaro da Silva — **Conferencia** — **Revista do Arquivo
Publico**, Ano IV n. VI, 1949, Recife, Pernambuco.
Diogo Lopes de Santiago. **Historia da Guerra de Pernambuco**, 1943.
Dias Martins. **Martires Pernambucanos**.
Dr. Manoel Segundo Wanderley, **Poesias**, 1910.

— E —

E. Sales Guerra. **"Oswaldo Cruz"**.

— F —

Frei Jaboatão (Antonio de Santa Maria) pregador, ex-difinidor, cronista da Provincia de Santo Antonio do Brasil, academico numerario da Academia Brasilica dos Renascidos e natural de Pernambuco. Orbi Serafico e Brasilico, 1768.

F. Coutinho de L. Moura, "Reminiscências" União — Diario de João Pessoa 13 — 12.1943.

— G —

Gilberto Freyre "Olinda", 1944.

— H —

Henry Koster Travels in Brazil, 1942. Tradução e Notas de Luiz da Câmara Cascudo.

— I —

Izabel Gondim. Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte, 1908.

— J —

Jayme de Seguiet, Dicionario Ilustrado, 1910.

João de Albuquerque Maranhão. Historia da Industria Açucareira no Nordeste, O papel Social de Catende, 1948.

João Lyra Tavares. Pontos de Historia Patria.

Joaquim Thomaz. Conferencia. Jornal do Brasil 14.4.1950.

João Ribeiro. Historia do Brasil 14a. Edição, 1953.

— L —

Luiz da Câmara Cascudo. Os Holandeses no Rio Grande do Norte, 1949.

Luiz da Câmara Cascudo. Governo do Rio Grande do Norte, 1949.

Lima Figueiredo. Grandes Soldados do Brasil, 1944.

— M —

- M. L. Machado. **Introdução à Historia da Revolução de Pernambuco, 1883.**
- Monsenhor Muniz Tavares. **Historia da Revolução de Pernambuco em 1817** — Edição Comemorativa, 1917.
- Mario Mello. **A Maçonaria e a Revolução de 1817.** Revista do Instituto Arqueologico n. 79, V.º XV, 1910.
- Malheiros Dias (Carlos) — **Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil** — Vol. II.
- Manoel Bonfim. **O Brasil na America, 1929.**

— N —

- Neves — Manta (I. de L.) **“A Alma do Homem”** — 2a. Edição, 1951.

— O —

- Oliveira Lima. **Proemio da Historia da Revolução de Pernambuco em 1817.** Edição comemorativa, Recife, 1917.

— P —

- Professor Pedro Calmon. **Historia do Brasil**, vol. II, 1941.
- Pereira da Costa — **Dicionario Biografico de Pernambucanos Celebres.**
- Padre Rafael Galanti. S. J. **Historia do Brasil**, 4.º volume.

— R —

- Rocha Pombo — **Historia do Brasil**, 1924.
- Rodolfo Garcia. **Nota a Varnhagen**, L.º IV.
- Rodolfo Garcia **Nobiliarquia Pernambucana.** Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, V. XLVII, 1925.

— S —

- Stefan Zweig — **Brasil, Pais do Futuro**, 1941.
- Souza Dessa. **“A Breve Relação”.**

— V —

- Varnhagen (Francisco Adolfo de) Visconde de Porto Seguro. **Historia da Independencia do Brasil.** Tomo 79 da Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, 1916.
- Vicente de Lemos — **Capitães - Móres e Governadores do Rio Grande do Norte**, 1912.

Itinerário da Escola (*)

Mauro Mota



ESTAMOS aqui reunidos para comemorar o nonagésimo aniversário do Instituto de Educação de Pernambuco. E sentir como os anos atuam de forma diversa sobre as criaturas e as instituições. Pois, às instituições, em vez de qualquer declínio, conferem permanência e vigor. Contraditóriamente, é o tempo que as fortalece com as quotas sucessivas do ânimo e da juventude das gerações.

Mesmo quando o homem se entrega de corpo e alma a obra de muitos, ou que pretende ser de muitos, o homem, se é um abnegado, é também um egocêntrico dissimulado. Busca uma evasiva para o efêmero de sua condição humana. Esse comportamento, sem dúvida lógico, impõe-se por um quase instinto de conservação moral; pelo ímpeto irreprimível de sobrevivência com a matriz no âmago de todos os seres. A tal sentimento, longe de competições ou vaidades, devemos a harmonia e o rendimento das sociedades humanas: o patrimônio de cultura, que hoje usufruimos e amanhã teremos de passar aos sucessores, acrescido das nossas próprias contribuições.

Graças a semelhante continuidade, estamos agora festejando a vida longa deste Instituto. Vida que não se prolongou aos embolês e sim à custa dos contingentes de muitas outras. Todos quantos o dirigiram, todos quantos se consumiram no seu magistério, lhe deram este alento perdurável: o sangue e o espírito, sustentáculos da sua resistência e da sua amplitude.

(*) — Discurso por ocasião das comemorações do nonagésimo aniversário do Instituto de Educação de Pernambuco, a 13 de maio de 1954.

Se não fôsse isso, nem falaríamos agora no cônego Francisco Rochaél Pereira de Brito Medeiros. Só, com as meias roxas, e os sapatos de entrada baixa e fivelas de prata, êle não caminharia até nós. Também — e os biógrafos o indicam jeitosamente pela omissão — o cônego Rochaél falava baixo e escrevia à tinta simpática. Sermões e escritos desapareceram no âmbito paroquial. De modo que as suas botas de sete léguas, para uma distância quase secular, êle as calçou com o ato de sua nomeação de primeiro diretor da Escola Normal. Assumiu com êsse ato a importância cronológica que ainda hoje o conduz ao nosso convívio.

A Escola fôra criada a 13 de maio de 1864, para receber “como alunos todos aqueles cidadãos que se quizerem dedicar à profissão de mestres públicos”, dizia o decreto de criação. Os cidadãos foram apenas trinta e sete, no período letivo inaugural. Na maioria, homens feitos e casados. Usando coletes, fraques e barbichas. E, com um tanto de gaiatice, recitando de pé as lições marcadas pelos mestres — escolas Maximiniano Lopes Machado, Jorge Dornelas Ribeiro Pessoa e Miguel Arcanjo Mindelo.

Também a Escola não era risonha nem franca. A sede, a torre do velho edificio da Alfândega, no bairro do Recife, podia servir para tudo: depósito de contrabandos, pôsto de observações meteorológicas ou criação de pombo-correio. Menos para exercícios pedagógicos.

Superando condições tão rudes de ambiente e frequência, com as suas classes de marmanjos, a Escola toma impulso. Dois anos depois, transfere-se para uma casa colonial, de azulejos, pinhas e biqueiras, tão saliente na rua da Praia, que até o **Diário de Pernambuco** a chamava de palacete.

Em 1875, vem a lei do govêrno provincial, autorizando-a a receber alunos de ambos os sexos. Essa lei, então quase revolucionária, é aplicada com excessivas cautelas. O inspetor João Barbalho comunica em relatório ao presidente da província: “As moças sentam-se de um lado e os rapazes do outro. Em frente fica a cadeira do professor”. E, para que a vigilância seja mais completa, “os pais das alunas e as pessoas que conduzem podem assistir às aulas”.

Essa lei da frequência mista era quase revolucionária para o seu tempo, porque o seu tempo se caracterizava pela tirania do patriarcalismo.

O Recife de então era o Recife orientalista do qual o historiador Estêvão Pinto nos deu um retrato bem vivo e fiel.

(1) Orientalista na arquitetura dos sobrados e das ruas. Mais ainda em certos hábitos da população, as influências mouriscas trazidas na bagagem dos colonizadores. O açúcar era mesmo doçuras para os donos do seu monopólio nesta província. Em lugar da "Veneza Americana transportada" havia um luxo asiático boiante sôbre as águas. Para as mulheres, contudo, a Ásia dentro de casa ou, quando muito, nas adufas em xadrez, com as sedas, as tapeçarias, os damascos, os xarões, as colchas da Índia.

Quando as Iaás ou Sinhazinhas saíam, eram dentro dos palanquins sob escolta ou embrulhadas em abundantes vestidos a prova de olho. Cronistas da lucidez de Maria Graham ficaram de bôca aberta em face da tirania do patriarcado rural das casas-grandes e do burguesismo urbano dos sobrados em Pernambuco.

As dimensões espirituais das moças do século XIX tomavam-se pelas chamadas prendas domésticas. Nessa base decorria o noviciado para a segunda servidão, a do casamento, muitas vezes com bacharéis ou filhos de senhor de engenho, que elas só vinham a conhecer na hora de receber as alianças. Era uma juventude feminina pregando rendas nas camisas e engordando nas cozinhas, às voltas com tachos de goiabada e fôrmas de pé de moleque e alfinins. A agulha de croché e a colher de páu poderiam simbolizá-la nesse tempo.

Não havia o menor cuidado pela instrução. Deputado em 1879, Tobias Barreto apresentou à Assembléa Provincial um projeto de lei para a fundação de um curso oficial de instrução secundária feminina e êsse projeto foi derrotado. O mesmo destino teria a campanha de João Barbalho, a favor da criação de escolas mistas na província. (2)

As causas do fracasso dessas e de outras iniciativas semelhantes José Veríssimo fixaria com tôda limpidez:

"A constituição da família brasileira, profundamente viciada pela escravidão, ressentia-se ainda de graves senões, entre os quais o mais saliente é a ausência da ação feminina. Os antigos hábitos portugueses de proscrever a mulher não só da

(1) — Estêvão Pinto. Reabertura das aulas no Instituto de Educação. In *Diário de Pernambuco*. 17-3-1948.

(2) — Olívio Montenegro. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife, 1943. P. 188.

sala mas de tôdas as relações sociais e domésticas, adotamo-las piorando". (3)

Henry Koster, durante um jantar no engenho Mussumbu, em Goiana, ficou à mesa com o proprietário "e várias outras pessoas" — é êle mesmo quem informa — "enquanto as senhoras, às quais não era permitido sequer trocar um olhar, se serviam num aposento adjacente". (4)

Se o episódio constituiu quase um escândalo para êsse esperto cronista ocasional, que viera a Pernambuco em busca de bons ares para os pulmões enfermos ou "morrer devagar como diria El-Rei Dom Sebastião", aqui, era coisa de rotina.

Dai o relevo da ação da primitiva Escola Normal com o seu curso misto. Representava a coragem de investir contra uma sólida estrutura de preconceitos e tabus. A investida ultrapassava a circunscrição do ensino. Atingia o regime social. Dava as costas aos mandarinos urbanos e rurais, quando dêles tentava libertar a mulher, tirando-a da reclusão das camarinhas, dando-lhe a maioria intelectual. O direito sôbre si mesma e o direito de ser útil à sua comunidade. E ser útil num sentido inestimável. Pois, com o seu curso de três anos, de quatro, ou de três novamente, anexa ao extinto Instituto Benjamim Constant em 1893, instalado na rua da Aurora, no edifício do atual Colégio Estadual, retomando depois a sua independência, a Escola Normal, com tôdas essas alterações através de sua história, exerceu e exerce uma função ainda não bem estudada nas influências pioneiras e recuperadoras no espaço social que abrangeu.

Só a sua existência significou uma reforma e uma renovação de base em retrógrados e vacilantes métodos educacionais.

Antes, nesta província, nenhuma moça ousaria manifestar gôsto pela carreira mais ajustada à condição feminina, a de ensinar crianças nas escolas, sem incorrer na censura paterna, sem tornar-se um galho rebelde da árvore genealógica.

Pois ainda na segunda metade do século passado, excluindo-se o do colégio-seminário de Olinda, que já vinha de 1800,

(3) — A Educação Nacional. 2.º edição. P. 47. Apud. Olívio Montenegro. Ob. p. cit.

(4) — Henry Koster, Viagens ao Nordeste do Brasil. Tradução e notas de Luis da Câmara Cascudo. São Paulo, 1942. P. 83.

e o do Liceu Provincial, depois de sua completa organização, o ensino primário e o secundário em Pernambuco eram uma lástima sob muitos aspectos.

Em seu relatório ao presidente da Província, de 4 de setembro de 1825, o visitador das Escolas Maiores e Menores da Cidade do Recife, frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, não tem papas na língua: "as aulas de 1as. letras, tão necessárias professores pela mór parte ignorão os primeiros rudimentos da gramática de nossa Lingoa; e d'aqui os rapazes saem sem a mais leve idéia da construção e da regência da oração, e nella mocidade, estão comumente em lamentável atrasamento. Os nenhum conhecimento da Orthografia, e Prosodia da Lingoa; e d'aqui os barbarismos, os neologismos, e infinitos erros a que desde os tenros annos se vae habituando a mocidade.

Quanto ao estudo da Lingoa Latina tenho notado que os Professores que a ensinão, ainda que entendam os Autores Clássicos, tem ordinariamente máo methodo, enchem as cabeças dos rapazes de vãs subtilezas gramaticais, de explicações refinadas, superiores à concepção de hum menino, e sem se darem ao trabalho de os adeztrar nas bellezas da Lingoa e na pureza da Latinidade. Dahi resulta os rapazes versarem annos e annos as aulas desta Lingoa Morta e sahirem pela maior parte sabendo uma geringonça".

Inspecionando a cadeira de Rhetorica, frei Miguel do Sacramento Lopes Gama não teve para o seu catedrático qualquer piedade humana ou solidariedade ecclesiástica. Tanto que escreveu no relatório:

"A cadeira de Rhetorica desta cidade está entregue ao padre Francisco Lopes Lima, homem entrevado de ambas as pernas... não posso informar a V. Excia. a respeito desta classe, nem sobre o methodo que segue o Professor, nem sobre a escolha dos compendios, etc., etc., porque achei esta aula deserta..." (5)

No campo do ensino particular, havia cousas dum pitoresco irresistível, muitas recolhidas por Mário Sette em anúncios de jornal. O prof. Bernardo Fernandes Viana ensinava

(5) — Do vol. em ms. "Empregados literários", de 1827. Arquivo Público.

“meninos a 2\$ por mez, dando somente a tinta”. Programa: leitura, taboada pequena e dobrada, pesos e medidas, algarismos e vintens até patacas, regras de civilidade. Já o Colégio Santo Antônio dizia ensinar todos os preparatórios do programa oficial. E atraía alunos para o seu internato, anunciando inclusive banhos às quartas-feiras e aos sábados.

O Colégio N.S. das Vitórias para moças, dirigido pela Baronesa Lucie d’Herpent, incluía, na lista do enxoval das alunas internas, umas peças algo extravagantes, refletindo embora as condições da época no Recife: um vestido preto, um chapéu de palha, um cobertor de lã, seis guardanapos, uma bacia para banho e um vaso com tampa. (6)

A Escola Normal dirigiu a oposição a essas frivolidades praticadas em nome do ensino, inaugurando uma consciência lúcida do aprendizado pedagógico.

Quando as suas jovens professoras entraram em exercício na capital e no interior, inaugurava-se para as gerações infantis uma época que não teria mais interrupção.

Pelo contrário: tendia a ampliar-se simultaneamente com a amplitude da própria Escola Normal, possível através de um conjunto de medidas governamentais: em 1920, a inauguração deste edifício; em 1933, a substituição do antigo curso normal pelo curso de professores e a instituição do curso secundário, sob o regime federal, o que significou uma quase recriação da Escola que passou à presente denominação de Colégio Estadual do Instituto de Educação de Pernambuco; em 1936, a admissão de alunas exclusivamente; em 1946, a instituição do curso colegial; em 1948, a dos cursos noturnos ginasial e colegial; em 1954, o funcionamento do curso pedagógico.

As matrículas passaram a extraordinário aumento. Antes da reforma de 1933, tínhamos 553 alunas; imediatamente depois, 756; em 1947, 840; em 1950, 1.780; em 1952, 1.809; em 1953, 1.880; este ano, mais de 2.000.

Uma situação dessa ordem não se conseguiria apenas por força das circunstâncias. Digo-vos mais: não se conseguiria apenas com os propósitos do governo, de criá-la com as suas leis, solidário com os planos e propostas levados ao seu exame. Tudo dependeria da forma de aplicação dessas leis. Da

(6) — Mário Sette. Arruar. Rio. CEB. 1948. Ps. 331 - 335.

forma de recortá-las do "Diário Oficial" sem mutilar-lhes o espírito, trazendo-as vivas e límpidas para a execução. A hermenêutica é plástica. Coexistem vários métodos de comportamento legal em face da mesma circunstância.

Escolhendo o melhor, alguns mestres entraram para a história desta casa sem forçar-lhe as portas. Pois a história não se deixa violentar. Faz seleções e não oferece lugares interinos a ninguém.

O Colégio Estadual do Instituto de Educação, quando se avizinha do 1.º século, mantém um conceito exato de tradição. Sabe que tradição não é só olhar o itinerário com as marcas dos pés alheios: é percorrê-lo também em novos trechos. Não é só contemplar as coisas realizadas: é realizar alguma coisa também.

O Instituto é a instrução nos diversos cursos, mas é ainda "o espírito de devoção à coletividade, o hábito ou tradição de solidariedade social ou de cooperação", cuja ausência Oliveira Viana tanto lamentava" nas escolas primárias, secundárias e superiores do Brasil. (7)

E' a biblioteca, o orfeão ,a caixa, o jornal e a merenda escolares. E' a assistência médica e dentária. E' sobretudo o espírito de harmonia e entendimento dominante numa comunidade superior a 2.000 alunas procedentes dos mais diversos bairros e formações. A filha da lavadeira e a filha do usineiro, para mencionar somente êsses dois extremos, aqui se identificam pelo mesmo traje, pelo mesmo tratamento que recebem, pelas mesmas aspirações nas aulas, nos exames, nas associações da classe, nos jogos, na convivência do pátio de recreio. Uma convivência que se prolonga lá fora, na vida universitária e na vida profissional, contribuindo para eliminar resquícios de privilégios e auto-suficiência e para estabelecer o equilíbrio social em bases mais humanas e mais cristãs.

Aqui não existe a aluna rica nem a pobre, a morena ou a nórdica, a nativa ou a imigrante. Existem simplesmente as alunas com iguais deveres e direitos.

A situação não chegaria a essa altitude moral em correspondência com o êxito do aprendizado, se mãos hábeis de mestre não a sustentassem com vigor e amor em tantas ocasiões.

(7) — Oliveira Viana. Problemas de organização e Problemas de direção. Rio. José Olympio. 1952. P. 32.

O nonagésimo aniversário do Instituto, que hoje celebramos, vem encontrá-lo sob a assistência do Govêrno, assistência nada convencional nem exercida por dever de ofício; antes com emoção e conhecimento de causa, por intermédio do Secretário de Educação e Cultura, prof. Gilberto Osório de Andrade, que jamais foi buscar prestígio ou sombras em mandatos ou em funções públicas. A vaidade não é dêle nos cargos: é dos cargos com êle.

Outro acontecimento marcante, na data que hoje comemoramos, decorre da presença do prof. Dácio Rabelo na diretoria desta casa, a cujo serviço vem colocando a sua experiência, a sua dedicação, o seu alto senso administrativo e moral. A esta figura do nosso magistério, o Instituto de Educação deve algumas das suas mais importantes conquistas e muito do conceito que o distingue no panorama cultural do Nordeste.

Mas, professores ou estudantes, somos todos transeuntes. Ao Instituto devemos dar um pouco de nós mesmos enquanto é tempo. Já na próxima comemoração, várias das turmas de hoje não estarão mais aqui. Daqui a sete anos, não restará mais nenhuma. Tôdas estarão substituídas. Também vários professores serão outros. Isso vem acontecendo sucessivamente, há noventa anos. E o Instituto permanece com a lembrança dos que o quiseram e o esquecimento dos que o negaram. Somos todos intermediários. Recebemos a chama acesa e mais acesa ainda devemos entregá-la às gerações sucessoras.



**O LOBISHOMEM DA PORTEIRA
VELHA
(10 HISTÓRIAS)**

**D e
J A Y M E G R I Z**

Em O Lobishomem da Porteira Velha o escritor Jayme Griz reúne um grupo de histórias do melhor sabor regional, várias delas das chamadas de almas-do-outro mundo. Gênero que eu próprio venho procurando desenvolver dentro dos meus limites e à margem dos estudos de minha predileção — antropologia do brasileiro — inspirado no que a tradição recifense guarda de mais especificamente urbano com relação ao sobrenatural.

E conforme já sugeri, o sobrenatural entre nós — o mesmo talvez se observe noutros países — tem sua ecologia: há assombrações que são próprias das cidades — do Recife, por exemplo — e outras que parecem limitar-se às matas, aos descampados e em Pernambuco, aos velhos engenhos de açúcar, nos quais o ponto preferido para as aparições mais temidas pela gente do povo vem sendo, desde dias remotos, as portadeiras quase feudais dos velhos domínios. Conheço mais de uma história de assombração rural em que o ponto escolhido pelo lobishomem ou pela alma penada para aparecer à gente rústica com uma exatidão matemática de lugar e de hora é uma porteira: alguma velha porteira de engenho bangüê. Pode-se até especificar esta combinação de espaço com tempo para “rendevous” dos vivos com os mortos, da gente sã com a que de doentamente amarela se encanta às vêzes em lobishomem: porteira de engenho, sexta-feira, meia noite de noite escura — sinistramente escura.

O livro do escritor Jayme Griz é no gênero um dos melhores que conheço dentre os aparecidos ultimamente em língua portuguesa. O poeta que se vinha especializando com a mais poética das pachorras em ouvir sapos-cigarras (que ele sabe distinguir dos sapos-pimpões) e em estilizar em música e em literatura os ruídos daquelas criaturas misteriosas de beira de rio ou de margem de lagoa, tão ligadas ao folclore e à magia negra no Brasil, surpreende-nos agora com um livro em que

os heróis, em vez de sapos, são homens de engenhos e de cidades do interior de Pernambuco ou do Nordeste, tocados por algum mistério, arrebatados à vida por algum estranho "rendevous" com a morte, marcados por alguma esquisita vingança da Mata ou da Água ou da Terra contra o Homem: o Homem quase por natureza matinal e amigo do trabalho ao céu aberto que é o lavrador, o agricultor, o trabalhador do campo nos países tropicais.

Quando digo que se trata de livro surpreendente, não exagero: o sr. Jayme Griz alcança nas páginas de sua coleção de histórias de assombrações de engenho um vigor dramático na narrativa que marca uma nova fase no desenvolvimento do seu talento de escritor e da sua técnica literária. Apresenta-se desembaraçado da má retórica que também atinge entre nós os escritores especializados em temas folclóricos, fazendo que alguns deles percam todo o poder literário de narração ou estilização de histórias colhidas da boca do povo. Uns sob o pendor para o caipirismo exagerado, cabalístico e a seu modo retórico. Outros, sob a preocupação da narrativa eloqüente. Preocupação que também resulta, quase sempre, em literatura de todo postiça: postiça quando finge ser ingênua e postiça quando simula ser erudita em torno de temas rústicos.

Entre êsses extremos, equilibra-se de modo admirável o sr. Jayme Griz no seu livro. Sua narrativa é honesta sem ser fonográfica. Nela se sente o sabor da vida regional não em sua crueza caipiresca, mas em sua pureza de valores essenciais. E é quando êsse equilíbrio se verifica que nos encontramos diante da melhor literatura autenticamente brasileira com pretensões a literatura regional. A do primeiro Afonso Arinos. A de Simões Lopes Neto. A do sr. Luís Jardim em O Boi Aruá. A do sr. Guimarães Rosa. A do sr. Ascenço Ferreira. A do ainda desconhecido pe. Nelson de Barros Carvalho. A das melhores páginas de Monteiro Lobato e do sr. Gustavo Barroso.

Já existe sobre os engenhos do Nordeste obra monumental: a do escritor paraibano de formação recifense José Lins do Rêgo. Mas a êsse monumento de literatura regional falta a presença do sobrenatural em suas formas ou expressões mais caracteristicamente regionais. Falta-lhe a constância ou a re-

corrência de Lobishomens, almas penadas e caiporas de engenho. E' uma catedral quase sem quimeras, alevantada pelo grande escritor paraibano, talvez afastado do quimérico ou do fantástico pela sua preocupação de realismo absoluto.

Precisamente em quimeras de engenhos, de casas-grandes, de porteiras de engenhos do Nordeste do Brasil é que se especializa o regionalismo menos ortodoxo em suas preocupações realistas, do sr. Jayme Griz. Seu livro repito que me parece um dos melhores no gênero dentre os últimamente aparecidos na língua portuguesa. Seria bom que outros Jaymes Griz aparecessem por todo o vasto mundo de cultura lusitana espalhada nos trópicos, evocando com o honesto vigor que o escritor pernambucano põe nas suas novas narrativas, manifestações regionais de mitos com alguma coisa de comum a todo esse vasto mundo — as suas áreas rurais ou rústicas: aos contactos do homem mais rústico de origem lusitana e de cultura cristã com os mistérios das matas, das águas, das árvores, dos animais, das populações mais agrestemente tropicais que ele vem encontrando no Oriente, na África e na América.

St.º Antônio de Apipucos, Agôsto de 1955.

GILBERTO FREYRE



**"... ERAM DOIS HOMENS. FIZERAM-SE DE
FORTES E, CACETE A MAO, PARTIRAM
PARA A PORTEIRA MALASSOMBRADA".**

O Lobishomem da Porteira Velha



engenho Cafundó ainda hoje é conhecido em todos aquêles velhos sítios que o cercam, como mundo de abusão, terra de lobishomem, toca de malassombrado.

Ĉafundó mete mesmo mêdo a gente. Perdido em meio de espêssa e vasta mataria, encravado entre serras onde o vento zune noite e dia, sombrio e triste, aquilo só parece mesmo toca de malassombrado.

As histórias que se contam dêsse engenho são de arrepiar. Dizem os antigos que, no tempo da escravidão, negro ali sofreu mais que Nosso Senhor na cruz! Por qualquer asneira: negro no couro, negro esmagado na moenda, negro queimado na fornalha, negro cozinhado no mel quente, negro enterrado vivo pelas estradas!

Um horror ouvir contar!

Um dia, contam, o engenho foi excomungado por um padre que, por lá passando clamou, revoltado, contra as atrocidades impostas aos pobres negros, pelo seu cruel senhor. Dêsse padre, daí por diante, ninguém mais ouviu falar... E desde êsse tempo, escureceu em Cafundó, as almas dos negros trucidados começam a correr o fado, penando, gemendo, chorando, nos ferros e no chicote do Feitor, acima e abaixo, como no tempo de vivos.

Dizem que depois da excomunhão do engenho e do desaparecimento do padre, o senhor dos negros deu para trás, empobreceu, amofinou, adocceu e, lá um dia, depois de muito padecer, amarelo, inchado, cabeludo como um bicho, rinchando e dando pôpas como se fôsse um cavalo, ganhou o mato. Desapareceu. Virou lobishomem.

Verdade ou mentira, o certo é que por tudo o que se conta dêsse engenho, muita gente cortava volta de léguas para

lá não passar. Trabalhador só pedia rancho ou serviço ali quando em outra parte não encontrava o que fazer. O engenho, por isso, vivia sempre sujo, feio, triste, coberto de mato.

.....

Era no verão. O sol, impiedosamente, dizimava o sertão. Os sertanejos, batidos pela soalheira, rasgados, famintos, sedentos, desciam para a zona da mata, para o brejo, em busca de pão e água.

Manhã de sol no engenho Cafundó. No terraço da casa-grande, o Cel. Fulgêncio ajusta preço e trabalho com dois retirantes:

— Como se chamam?

— Zé Valente e Chico Magro.

— Que sabem fazer?

— Um pouco de tudo, coroné; só não se sabe é matar gente e tocar no alheio!

— Servem.

E os corumbas ficaram.

No outro dia, pela madrugada, quando o búzio do engenho roncou, chamando o pessoal para o trabalho, já os retirantes estavam pegados, como duas feras, num rojão danado, na roçagem dum capão.

E ninguém com eles competia em tal mister!

Os dias correram. Ao engenho afluíram mais alguns trabalhadores. Quase todos retirantes. A psasmaceira cotidiana quase desapareceu. Havia agora, em Cafundó, o que há muito tempo não se via: vai-e-vem, agitação, trabalho intenso. Quase não se falava mais em abusões, em malassombrados. Mas mesmo assim, quando escurecia, ninguém mais botava o pé fora de casa...

O Cel. Fulgêncio andava então muito contente com a nova fase que atravessava o seu engenho malassombrado. Nunca vira ele tanta gente pedindo serviço ali. A coisa era mesmo de admirar! Essa transformação fôra obra da preta Joana, de Pau Pombo. Catimbozeira de fama, a preta Joana, a pedido do coronel, com a ajuda de estranhos exorcismos, havia, de vez, limpado Cafundó de seus fantasmas, de suas abusões.

A boa nova espalhara-se em tôda aquela redondeza. Dai a nova vida que apresentava agora o antigo engenho malas-sombrado. Cafundó já não era mais aquêlê mundo desprezando e triste de tempos atrás.

Milagres da preta Joana!

Zé Valente e Chico Magro, por êsse tempo, já estavam senhores de tudo o que se dizia de Cafundó. De suas histórias arrepiantes de almas penadas, andando de noite pelas estradas, seus lobishomens, suas abusões, etc. Moços e fortes, acostumados, no sertão longinquo, com as grandes caminhadas, de noite e de dia, pelos lugares mais ermos e esquisitos, habituados com o urro das onças no alto das serras, identificados, finalmente, com tôdas as calamidades próprias de seu meio, eram, por isso, desassombrados de tudo, apesar de acreditarem na existência de tôdas essas coisas estranhas e esquisitas que tôda a gente das brenhas respeita e teme, desde o berço, por instinto.

Os dois corumbas, apesar da proibição do coronel, que não queria que saísse ninguém, de noite, do engenho, durante a semana, fôsse para Pau Pombo ou outro qualquer lugar, e do que já tinha acontecido, conforme contavam, a algumas pessoas que haviam dado para andar fora de horas no engenho, passaram, também, quase tôda noite, a dar um saltinho em Pau Pombo, para namorar as meninas do Pastoril da preta Joana. Saíam ao anoitecer e, lá chegando, ficavam até duas, três horas da madrugada do dia seguinte. De lá voltavam, depois dos carinhos das meninas e da bênção da preta Joana, pelas estradas êrmas, sòzinhos, sonolentos. E de manhã lá estavam êles agarrados ao serviço, ágeis, fortes, trocando gracinhas e relembrando as carícias gostosas das meninas de Pau Pombo.

* * *

Noite de sexta-feira. Noite escura e chuvosa. Noite de correr lobishomem e mula-de-padre. Mas Zé Valente e Chico Magro lá se foram para Pau Pombo. Aquilo já era um vício. Iam e vinham agora por um atalho, estrada velha e abandonada, tomada pelo mato. Contavam-se coisas enormes dessa estrada, que, por isso, fôra abandonada. Ninguém por ali passava mais. A coisa, como diziam, aparecia numa porteira velha que dava acesso ao engenho, junto a uma gameleira secular.

Era um bicho que ninguém sabia bem que forma tinha. Parecia um porco. Parecia um cachorro grande. Parecia um bezerro. Roncava. Gania. Berrava. As vêzes gemia como gente...

João Roberto viu êsse bicho, uma noite, e amanheceu lesando no engenho. Ficou maluco. Joaquim Menino também viu, perdeu a fala para tôda a vida. Zé de Ana topou com êle e, de mêdo, ficou cego. Misericórdia! Nem é bom contar o resto!

* * *

Três horas da madrugada. Chuviscava. Um vento frio, arrepiante, balançava o mato molhado. Zé Valente e Chico Magro, calados, soturnos, lá vinham de Pau Pombo. Pela estrada velha era um salto. Com pouco mais estariam em Cafundó. Dentro de pouco tempo alcançaram o cercado do engenho. Velhas cêrcas de embiriba que o mato quase já cobria. Andaram mais. Lá adiante surgiu o copado da velha gameleira. Depois descobriu-se tôda ela, frondosa e sombria. Junto à gameleira, a velha porteira malassombrada. Um arrepio passou pelo corpo de Zé Valente. Chico Magro percebeu o brusco estremecimento do companheiro e perguntou, zombando, se estava com mêdo. Zé Valente disse que não era mêdo, não, mas lhe parecia que por trás da porteira havia qualquer coisa que se mexia. Um bicho parecido com um porco grande. E achava bom parar para ver bem o que era.

Pararam. A chuvinha continuava. Silêncio. Solidão. Chico espiou para a porteira. Qualquer coisa lhe passou também pelo corpo. Um estranho calafrio fê-lo estremecer da cabeça aos pés. Continuaram parados, silenciosos, olhando a porteira, numa atitude de assombro. O que estava ali por trás da velha cancela, não sabiam bem o que era, mas não tinham mais nenhuma dúvida, lá estava uma coisa estranha que se mexia, e, já agora, abalava a porteira como se quisesse passar para o lado em que se achavam, cheios de espanto, os dois corumbas. E ambos raciocinavam: Que diabo seria lá aquilo? Porco, àquela hora, naquelas paragens, não podia ser. Cachorro, também não. Gente, muito menos... Seria

então uma abusão das tais de que no engenho tanto se falava? Se fôsse mesmo o tal bicho da porteira velha, era tratar logo de correr, enquanto era tempo. Voltar para Pau Pombo. Mas era o diabo a vergonha da carreira. A mangação, depois, no engenho! E a ordem do coronel para não sair ninguém, de noite, do engenho, desrespeitada... Qual! Não voltariam. Que diabo de covardia era aquela! Eram dois homens, fôsse lá o que fôsse, era preciso enfrentar. E assim aconteceu. Fizeram-se de fortes e, cacête à mão, partiram para a porteira.

Já a êsse tempo o bicho estava abre-não-abre a velha cancela. Arrepiados da cabeça aos pés, atiraram-se os corumbas ao bicho que, já tendo forçado a porteira, se botara para êles, como um cão danado! E travou-se, então, estranha luta. Fixar o bicho para ver bem o que era, impossível: o monstro ora era um porco, ora um cachorro, ora um bezerro de olhos de fogo, ora se sumia para logo voltar ao combate, mais feroz ainda. Os corumbas, tomados de imenso pavor pelo que viam e sentiam, não davam tréguas ao bicho. Eram cacetadas tremendas, mas tudo em vão. Uma só paulada, com quase meia hora de luta, não tinha ainda atingido a fera. E a luta prosseguia, sem tréguas, desigual, medonha, apavorante! Nesta altura, Chico Magro e Zé Valente viram então que estavam perdidos. Estavam de testa com o lobishomem da porteira velha! Lobishomem não corre de cacête nem de bala. Só arma branca bota tal monstro para correr. E êles não dispunham, no momento, senão de cacête. Estavam sem jeito. O bicho bebia mesmo o sangue dêles... Foi quando Zé Valente, no horror da luta, teve uma idéia salvadora: largou um grito enorme, de angústia e desespero, grito que ecoou longe, pelas quebradas daqueles tristes ermos: — Valha-me Nossa Senhora!!! E um tremendo berro, indescritível, partido parece das profundas dos infernos, acompanhou aquêles angustioso grito de socorro. E o bicho sumiu-se de repente...

Da estranha luta só ficou, como vestígio, um enorme amassado de mato, como se ali tivesse havido um violento choque entre dois touros bravios!

O bicho roncava ainda mato a dentro, enquanto os corumbas, lividos, sem fala, mortos de cansaço e de espanto, compreendiam uma carreira louca, em busca do engenho.

E era preciso correr, correr, correr mais, correr muito, pois que o bicho aí vinha outra vez. E êles corriam, pulavam, caíam, gemiam, e corriam, corriam sempre...

* * *

Grande alvoroço no engenho Cafundó. Que foi que aconteceu, minha gente? Ora o que foi que aconteceu! Aconteceu o que tinha de acontecer: Zé Valente, caído, têso, morto, na bagaceira. Chico Magro, aluado, sem fala, andando, vagando, à-toa, pelo engenho, cai aqui, cai acolá, gemendo, penando, coitado, sem jeito p'ra êle.

Chico, assim penando, desapareceu do engenho. Ninguém mais o viu nem teve notícia dêle.

Oito dias depois de tão tristes acontecimentos, os urubus devoravam um corpo humano no Sítio das Corujas, do engenho malassombrado.

* * *

Cafundó desta vez ficou deserto. O coronel Fulgêncio correu doido. E o engenho cobriu-se de mato, até hoje.



— "QUEM SÓ TEM QUATROCENTOS
CURURUS CANTADORES, ENTRE
MACHOS E FÊMEAS, PODE LÁ DAR
FILHO DE CURURU A NINGUÉM!"

TERRA DESHUMANA

Zefinha ia de mal a pior. O caso dela era mesmo sem jeito. Moléstia do peito... E moléstia do peito, quando bate de jeito, já sabe, não há doutor que cure. E a coitadinha definhava a olhos vistos. Cada dia mais fininha. Mais esmorecida. Mais perto da cova.

O coronel Jerônimo, velho fazendeiro, pai da doente, não media sacrifícios. Tudo fazia para salvar a filha. Médicos caros. Remédios das estranhas. Mudanças. Sertão. O diabo! Mas tudo em vão. Nada de Zefinha melhorar.

O coronel, depois de esgotados todos os recursos da ciência médica ao alcance de suas algibeiras, ainda na cidade em que se achava havia dias, onde com uma grande dor na alma ouvira da boca da última sumidade médica que consultara, a sentença de morte da filha, resolveu voltar à Fazenda e lá, na velha casa em que viu nascer Zefinha, esperar o desenlace, o último suspiro da pobrezinha.

Na véspera da partida da doente para as brenhas, para morrer na velha casa onde nascera, no meio dos seus, no aconchego daqueles que tanto a queriam, como deliberara o coronel Jerônimo, bateram na porta.

Uma visita para o coronel.

Quem lá podia ser, minha gente, se o coronel, de passagem pela cidade onde estava, quase ninguém conhecia ali! Quem seria, então?

Ora quem! Tudo no mundo acontece. Não era nem mais nem menos do que Manuel Bento da Catingueira, afamado curandeiro, velho amigo do coronel Jerônimo. De alpercatas, chapéu de couro, rêde às costas, emburacou de casa a dentro e foi aboletar-se na sala de jantar.

Que coisa! Há tanto tempo já que Catingueira não dava sinal de vida e vinha agora aparecer ali, assim, de repente, em

plena cidade, mundo que êle tanto temia e detestava! Só sendo mandado por Deus Nosso Senhor!

O coronel:

— Faça-se de casa, Catingueira.

Catingueira:

— E' verdade. E de casa eu sou.

Dai por diante, já se sabe: foi conversar de danar a paciência.

E conversa vai, conversa vem, indaga Catingueira:

— Que me conta de D. Zefinha, coroné? Curada já?

E o coronel, pesaroso:

— Cada vez pior. Desenganada dos médicos, volta amanhã para casa. Vai morrer onde nasceu.

E Catingueira, resoluta:

— Oxente, coroné! Só morre se Deus quiser! Se está preparando a moça pra ir morrer em casa, desmanche a trouxa que não vai mais.

— Só se não correr trem amanhã, Catingueira.

— Mas coroné, me diga uma coisa: a moça está mesmo desenganada?

— Dizem os médicos que está sem jeito, esclarece o coronel Jerônimo.

E Catingueira, num repente:

— Quer curar a moça, coroné?

— Bom, basta, Catingueira, lá vem você com a sua medicina braba.

Replica Catingueira:

— O coroné diz que a minha meizinha é braba. Mas falar a verdade é bom: minha meizinha é braba, mas nunca matou ninguém. E a meizinha dos doutô é mansa... mas eles matam gente todo dia. Catingueira faz uma pausa. Depois continúa: — Vosmecê não diz que a moça está perdida? Que

não tem mais jeito?... Então não tenha medo de minha meizinha não, coroné, deixe eu curar a moça...

O coronel ficou pensando... Depois, num rompante, êle diz:

— Bem! Eu já estou por tudo, Catingueira. Tome conta da moça.

E Catingueira, triunfante:

— Isto, coroné! Isto! Agora é tratar da meizinha.

Pergunta o coronel:

— E como é esta meizinha, Catingueira?

Catingueira explica:

— Pegue um filhinho de cururu, bote num pilão virgem, pise o bicho bem pisado, bote o bagaço num lenço branco, também virgem, esprema bem espremido, e o caldo, depois de serenado, dê três vêzes por dia à doente pra beber: três gotas de manhã, três gotas ao meio-dia, três gotas de noite. Se não ficar boa desta feita, coroné, só Nosso Senhor descendo do céu pode dar jeito!

— Remédio brabo danado, Catingueira!

— Mas também é bater e curar, coroné, acrescenta Catingueira.

* . * *

E haja, daí por diante, de dia e de noite, a corrida aos sapos.

Ora, arranjar-se um sapo em plena cidade, já é uma coisa difícil, imagine-se, agora, agarrar um filhinho de cururu!

Que sapo, que nada! Tempo perdido, a procura. Nem sombra dos bichos!

Catingueira, impaciente, exclama:

— Terra amaldiçoada! Nem um filhinho de cururu pra fazer uma meizinha!

O tempo corria e nada do remédio salvador. Nada de chegar o remédio milagroso para curar Zefinha...

Um dia, finalmente, por um milagre do céu, Catingueira estafado já de tanto andar acima e abaixo, atrás dos bichos,

esbarrou às bordas de um grande tanque, onde um estranho homem, com espanto de tódá a gente da redondeza, mantinha e multiplicava, dia a dia, avara e carinhosamente, uma vasta criação de sapos cantadores. Gostava de escutar a cantiga dos bichos. E como todo colecionador de raridades e esquisitices, não consentia que ninguém tocasse numa jóia daquelas. Misericórdia. Nem é bõem falar! Mexeu ali, o mundo vinha abaixo!

Não adivinhando tais zelos, com a preocupação única de salvar sua doente, o curandeiro foi se aproximando do tanque e tratando logo de falar ao dono de tão rara e estranha criação, que, como sempre, ali se achava parado, em êxtase, numa atitude religiosa, espiando os seus sapos. O estranho homem parecia, assim, um religioso antigo adorando os seus deuses! Acercando-se do tanque, Catingueira, emocionado, assim falou:

— Queria que vosmecê me arranjasse um filhinho de cururu pra fazer u'a meizinha...

E o homem dos sapos, colérico, de olhos esbugalhados, numa atitude de meter mêdo, vira-se para Catingueira e, gesticulando, com os braços no ar, grita:

— Com todos os diabos! Quem só tem 400 cururus cantadores, entre machos e fêmeas, pode lá dar filho de cururu a ninguém, meu senhor!

E cururu do maluco ninguém viu...

.....

Três dias depois do acontecimento do tanque dos sapos, Zefinha, coitadinha, não por falta de médicos ou remédios, que ela os teve a bambão, de dia e de noite, à sua cabeceira, mas por falta de um filhinho de cururu, depois de botar pela bôca o restinho do sangue que ainda lhe corria nas veias anêmicas, despediu-se do mundo para todo o sempre.

Saído o caixão com o corpo mirrado da morta para a sua derradeira morada, ali mesmo no meio da casa onde se estinguira a pobre moça, Catingueira, pesaroso e revoltado com o que acontecera, sacode os braços de punhos cerrados, no ar, num gesto rude de sincero desespero, e brada, dentro da casa vazia, com tódá a fôrça dos pulmões:

— Terra deshumana! Nem um filhinho de cururu pra salvar um cristão!!!



"MESTRE CHICO SENTA-SE NO CHÃO, ACEN-
DE O CACHIMBO, E DIZ: — "POIS SE QUER
OUVIR HISTÓRIAS, MOÇO, ENTÃO ESCUTE..."

NO ENGENHO LIBERDADE

Noite de escuro no engenho Liberdade. Escuridão fechada da gente esbarrar um no outro. Noite velha. Noite em que não se ouve nem um pio de bacurau.

Lá embaixo, no velho engenho de moer cana, tudo parado. Nem mais sinal de vida. Só se ouve o ruído da água rolando da bica no cavouco.

.....

-- Boa noite, seu moço. Alguma novidade na casa-grande?

O moço da casa-grande:

— Nada não, mestre Chico. Mandei chamá-lo porque estou sem sono e quero ouvir umas histórias das suas. Você bem sabe que eu gosto. Hoje quero ouvir histórias de bicho e de assombração. daquelas que quando você conta a gente passa a noite tôda vendo malassombrado.

— Mas vosmecê tem coisas, moço, que o diabo duvida!

E mestre Chico senta-se no chão, num ângulo de uma das salas da casa-grande, acende o cachimbo, resmunga umas palavras, coça a cabeça branca de negro velho e diz:

-- Pois se quer ouvir histórias, moço, então escute...

O moço interrompe mestre Chico e diz:

— Comece hoje contando histórias de bicho. Histórias de sapo. daquelas que você sabe tão bem contar e que tem sempre o Cão no meio...

Lá embaixo, nos brejos, dentro da noite de breu, contam, ainda, os sapos e os cururus de cheia chegados com as primeiras águas da última invernada.

Fala mestre Chico:

— Se quer ouvir histórias de sapo, moço, então lá vai:

No engenho Capoeira, Pedro Mole pisou num sapo podre e nasceu-lhe um feridão tão feio no pé, e doía tanto, coitado, e o pobre de Pedro gritava tanto e tão alto, que com uma légua de distância se ouvia a latomia... E com duas semanas de tão feio padecer, o pé caiu e Pedro Mole tratou foi de morrer!

— Ô bicho brabo danado, mestre Chico!

— Sim, sinhô... E tenho outra:

João Macambira, homem ruim como peste pra toda sorte de bicho, deu um dia um pontapé num sapo de cheia, e o bicho baixou-lhe o dento no peito do dito, que saiu-lhe um feridão que nunca mais fechou... E Macambira, de lá pra cá, deu pra ficar sêco, sêco, que só quem sofre do peito!

— Ô bicho mau danado, mestre Chico!

— E' verdade, seu moço. Mas sapo também tem boas ações. E quer ver, lá vai:

No engenho Urubu, do coroné Caçoada, Pedro Cagula estava perde-não-perde um braço, com um tumorção que fazia até mêdo a gente espiar. Foi quando apareceu uma nêga da Costa, bateu mão dum sapo do lombo prêto e papo amarelo, tirou-lhe a banha, secou-lhe o couro, depois enrolou a banha no couro e ensinou como havia de usar tão braba e feia meizinha. Mas também foi só botar e o bicho tratar logo de sarar! Mas teve que guardar resguardo. E resguardo duro, seu moço.

— Que resguardo foi êsse, mestre Chico?

Responde mestre Chico:

— Foi um despropósito, moço. O cão da nêga disse assim pra êle:

Depois de curado, meu branco, corra dez léguas com mêdo dum sapo. Respeite e tema o bicho como respeita e teme a Nosso Senhor. E Pedro Caçula cumpriu o resguardo que não era bêsta... Quer ver hoje o diabo do Inferno, mas ninguém lhe fale num bicho daqueles. Mas também, moço, já vi moleza. O homem é uma verdadeira chama de sapo. Por onde passa, já sabe: tudo quanto é cururu corre pra riba dêle. Pra onde se vira, está de testa com um danado dum sapo. Só parece que os bichos adivinham... E se o respeito dêle pelos bichos é grande, o pavor ainda é maior! E eu tenho cá pra mim, criatura (mêdo é o diabo!), que o homem vai morrer mas é da cura!...

— Danou-se, mestre Chico, estou todo arrepiado. Essa negra tem parte com o Cão. Parece que já estou vendo mal-assombrado!

E mestre Chico:

— Já que falou em malassombrado, moço, lembrei-me de outra:

Em Pedra Redonda, numa noite de São João, quando queimava uma bruta fogueira em louvor do santo, quase tocando no céu o vermelhão do fogo, um rapaz encapetado, cujo nome não me lembro, sacudiu dentro das brasas um cururu gamela que já não tinha mais pra onde crescer... Com pouco mais ouviu-se um pipoco tamanho que a fogueira tôda se desmanchou. Foi fogo pra todo lado. E uma catin-ga danada de enxôfre queimado tomou conta do mundo... Estou digo-não-digo o resto, moço, porque só parece mentira, mas é verdade: o rapaz encapetado, de lá pra cá não dormiu mais. Nem de dia nem de noite. De dia tudo lhe dói. De noite toca a ver malassombrado!

— Que diabo quer dizer isso, mestre Chico! Interrompe o moço da casa-grande.

— E' a fôrça do bicho, seu moço... Explica mestre Chico. E em seguida, prossegue:

... E' que o Rei dos sapos, o monstro mais feio que o mundo tem, sabendo do sucedido, reuniu a saparia e falou sêgrêdo pro sapo-boi, o mandingueiro maior do mundo, e toca feitiço, toca mandinga, de dia e de noite, pra riba do tal. E dizem os entendidos nessa questão de ciência de sapo, que o tal moço está mas é perdido... Pois é que o Rei dos sapos, que além de Rei poderoso é mestre mandingueiro, sòmente sossegará quando um dia o malvado matar!...

— Basta, mestre Chico, estou assombrado. Não quero mais não. Meia-noite. Vamos dormir. Nunca mais quero ouvir falar nesses bichos. A última foi danada. Quem catinga a enxôfre, mestre Chico, tem parte com o Cão. Credo!

Mestre Chico concorda:

— E' verdade, moço. Quem catinga a enxôfre tem parte com o Cão. E acrescenta: — Mas sapo também tem boas ações...

E continuando:

... Sapo envenena, mata, assombra, mas também tem boas ações. Também cura. A questão é a intenção da criatura... Não foi um cururu, que em graça de Deus, salvou Pedro Caçula? Bicho é que nem gente. Tem do ruim e tem do bom... Se sapo tem parte com o Cão, também tem parte com Nosso Senhor! Duvida, moço? Sapo também brinca. Sapo também canta. E então não causa o menor sobrosso!...

.....

Nesta altura, o relógio da casa-grande bate meia-noite.

Houve uma pausa. Mestre Chico tinha então concluído suas histórias, nessa noite, na casa-grande do engenho Liberdade.

O moço levanta-se de sua cadeira. Põe-se de pé. Mestre Chico desencruza as suas longas e bambas pernas e põe-se de pé, também, por sua vez.

Em meio do silêncio reinante àquela hora, na casa-grande, o moço e mestre Chico se despedem.

— Boa noite, moço.

— Até amanhã, mestre Chico.

* * *

E o filósofo mestre Chico afunda-se na escuridão da noite fechada.

Mestre Chico tinha razão. Sapo também brinca. Sapo também canta. Sapo também tem boas ações.

Naquele instante, lá em baixo, na Lagoa das Lontras, na densa escuridão, a saparia cantava a cantiga mais bonita deste mundo para as estrêlas do céu alto!...



"GROSSO CIPÓ-PAU A MAO. TEMPERA-
MENTO QUENTE, BULHENTO, IRASCÍVEL.
FALANDO SEMPRE ALTO. QUASE
AOS BERROS. VOZ DE TROVAO!"

“SEU” TEIXEIRA DE BEM-TE-VI

Um metro e noventa de altura. Cento e vinte quilos de peso. Ombros largos e hercúleos. Cabeça grande e chata. Cabelo cortado rente ao casco, com uma trunfa caída sôbre a testa estreita. Cara larga, de gorila. Bôca grande, de sapo, como que rasgada a faca. Lábios grossos e brutais. Bigode negro e grosso, com as pontas pendentes, dos lados. Vestes largas, de azulão. Cinturão prêto e largo, sustentando as largas calças. No bôlso do cinturão, do lado esquerdo, um relógio “Roskoff”, tipo bolachão, seguro por um correntão de metal branco, que tem a outra extremidade prêsa do lado direito do mesmo cinturão, formando a estranha cadeia um meio círculo sôbre o alentado ventre do gigante. Chapelão prêto, de massa, de abas largas, a parte da frente ora caída sôbre os olhos, ora quebrada para trás, à maneira dos chapéus de cangaceiros. Pistola “comblain”, de dois canos, no quarto. Grosso cipó-pau à mão. Temperamento quente, bulhento, irascível. Falando sempre alto. Quase aos berros. Voz de trovão!

Era assim seu Teixeira de Bem-te-vi, distante vilazinha do município do Bonito, encravada entre as terras e matas dos engenhos Liberdade, Aratinga, Levas, Camevouzinho e Serra Azul.

E seu Teixeira, assim, com todos os seus méritos e deméritos, reinou, por muitos anos, como sub-Delegado de policia da vila de Bem-te-vi.

Para tanto, tinha o Ferrabrás matuto amigos prestigiosos e de posses, naquelas redondezas.

Tinha lá êle seus hábitos e esquisitices, sua psicologia, e também sua filosofia. Ah! isto êle tinha, sim, senhor!

Tinha lá suas ferezas. Suas crueldades. Mas tinha também seus hábitos decentes.

Como dizia lá êle, não fumava porque não era nenhuma chaminé, nem tão pouco queimaria êle próprio seu rico dinheiro. Não bebia, para não dar cabimento a cachaceiro tirar-lhe o chapéu, na rua. Não jogava, para não dar liberdade a bicheiro, mais do que já tinha, pois que o jôgo era uma contravenção da lei. Não dansava nem ia a festas, para não andar de cumprimentos para tôda a gente. Não tomava banho de rio, para não se lavar em águas já usadas atrás por gente suja... E por aí seguia o seu raciocínio das gentes e coisas do mundo, do que fazia praça.

Tinha seu Teixeira, como tôda gente, suas manias. Por exemplo: Era um admirador de certos hábitos das galinhas: o de deitar e acordar cedo. Ora lá que coisa... E observava, êle próprio, êsse preceito de higiene galinácea: deitar cedo e acordar cedo. Assim, anoiteceu, lá estava êle nos seus lençóis. E quando a barra do dia vinha quebrando e a manhã vinha se esboçando por sôbre a serraria distante, para se derrear depois, em meio do chilrear da passarada, por cima da mataria e dos canaviais que circundavam a pacata vilazinha de Bem-te-vi, lá estava seu Teixeira, invariavelmente, salvo caso excepcional, no seu quintal, dando os bons dias às suas ricas e gordas galinhas e, logo após, abrindo ruidosamente os janelões de sua velha casa, ali na rua da Igreja, que tem por trás, mais abaixo, o murmurante e manso rio Camevouzinho.

E o homem ficava fulo de raiva quando um acontecimento qualquer, relacionado ou não com os misteres de sua vida de autoridade policial, vinha perturbar a continuidade dêsse ritual.

E ninguém sabe bem porque, se pela admiração que votava aos galináceos, se por outra qualquer razão, o que é certo é que seu Teixeira era um inimigo feroz de ladrão de galinha. Caindo-lhe nas mãos um coitado dêsses, estava liquidado. E essa atitude de seu Teixeira, para com os ladrões de galinhas, era conhecida já em tôdas aquelas redondezas. E quem era lá doido para roubar galinhas em Bem-te-vi ou em suas proximidades?

Em Bem-te-vi não havia mesmo ladrões de nada, que seu Teixeira era uma fera. E muito menos ladrão de galinhas.

Seu Teixeira era uma autoridade sumária nos seus julgamentos e na aplicação da justiça ou da penalidade, na sua ju-

risdição. E éle ali era tudo. Polícia. Juiz. O diabo! Roubos, questões de terra, de casamento, tudo era por éle rápida e sumariamente resolvido. Ora com conselhos, ora com gritos e ameaças, ora com pauladas ou cadeia. O diabo lá que fôsse.

A vila vivia assim, de qualquer modo, tranqüilamente arimada a uma paz imposta pelo mêdo a seu Teixeira.

Bem-te-vi, aliás, faça-se justiça, sempre foi uma terra pacata. Ali ninguém brigava nem falava alto. Nem mesmo havia necessidade disso. Só quem falava alto ali era seu Teixeira. Mais ninguém. A gentinha sem categoria do lugar, temia seu Teixeira. A mais graúda, compreendendo certas situações, contornava as dificuldades por vêzes surgidas e tudo assim seguia em paz.

Um dia, porém, o que havia muito não acontecia, seu Teixeira amanheceu ruidoso e barulhento, rua acima, rua abaixo, com o seu cacetão à mão, seu chapéu de abas largas quebrado a meio-pau na testa, com sua voz de trovão inquietando e assustando a todos.

Que acontecera? Um fato sensacional sacudira os nervos de seu Teixeira e de tôda a vila de Bem-te-vi! Fôra pegado um ladrão de galinha para a gana de seu Teixeira! Mas ali na vila de Bem-te-vi? Não! Ah! isto não, que ninguém era bêsta para cair nesta. O ladrão fôra agarrado no engenho Aratinga. A duas léguas de Bem-te-vi. E seu Teixeira estava danado, naquele dia, com o sucedido. Estava com o cão no couro. Todos estavam alarmados com os seus esturros e ameaças. O mundo parece vinha abaixo.

Que iria então acontecer, santo Deus!

Um ladrão de galinhas nas garras de seu Teixeira!! Nossa Senhora!

Mas o ladrão não fôra pegado ali, em Bem-te-vi, e sim no engenho Aratinga. Deixemos, pois, por enquanto seu Teixeira em Bem-te-vi, com os seus gritos e esturros, inquietando a todos, e vamos ver como ocorreu o caso em Aratinga, onde foi agarrado o furtador de galinhas, de que teve notícia o sub-Delegado Teixeira.

.....

Havia alguns dias atrás, apparecera em Aratinga um homem pedindo serviço. O nome dêle era Manuel Amaro. Sôzinho. Sem família. Um pequeno matolão às costas. Uma

bôlsa de palha pendurada num cabo de foice de roçar mato que o novato trazia sôbre um dos ombros, e, ainda, em uma das mãos, umas varas de pescar. Como se tratasse de trabalhador de eito, ficou. O senhor do engenho deu-lhe uma casa de morar, perto do sítio do mestre Purgador do engenho e lá ficou o homem, que, por ser muito pálido e barrigudo, ganhou logo o apelido de Mané Amarelo. O novato trabalhava pouco e ruim, como informara o cabo do eito. Poucas vêzes chegava p'ro cabo da enxada. Não aguentava o rojão do eito.

O homem trabalhava mesmo pouco e ruim. Poucas vezes aparecia nas limpas de cana. Ora fazendo meio-dia, ora um quarto de dia. Mesmo trabalhando pouco, parece que não tinha necessidade de nada. Não tinha conta no barracão. Não aperriava o senhor do engenho por dinheiro ou outra qualquer coisa. E um domingo ou outro, lá ia êle à feira de Bem-te-vi. Mané Amarelo não trabalhava, como se podia ver, mas não dava mostra de fome ou necessidade. Era um mistério a vida daquele homem, ali, no engenho. E isso já estava dando o que falar.

Não ia ao eito, mas era visto, constantemente, aqui e ali, de vara de pescar às costas e bôlsa de palha à mão.

Um mês depois da chegada de Manuel Amarelo a Aratinga, galinhas começaram a desaparecer dos quintais dos moradores do engenho. Depois, do quintal do administrador e do Purgador. Atribuiu-se o caso a artes de rapôsa. Mas os casos se sucediam. Já agora, desapareciam também galinhas do quintal da própria casa-grande. O caso chegou ao conhecimento do senhor do engenho. Em face do que acontecia e da vida que levava ali Mané Amarelo, puseram gente nos calcanhars dêle, às escondidas, de dia e de noite.

E eis que foi agarrado o amarelo, escondido numa moita, com os bolsos cheios de milho, pescando, de anzol, as galinhas do mestre Purgador. Foi levado o caso ao senhor do engenho. Êste, ou porque quisesse ver-se livre do amarelo, ou porque quisesse furtar-se a intervir em assunto da alçada da polícia do Distrito, encaminhou, com uma carta, o caso a seu Teixeira de Bem-te-vi.

No dia em que foi surpreendido o estranho pescador com uma bôlsa cheia de galinhas, do Purgador, nesse dia mesmo o dono do engenho o encaminhou a Bem-te-vi.

Por mais que suplicasse Mané Amarelo, ao senhor do engenho, que não o entregasse nas mãos de seu Teixeira, foi êle sempre, nesse dia, parar em Bem-te-vi.

— Seu coroné, eu não estava pegando galinha não. Eu estava era pescando meus peixinhos no brejo. Me solte, seu coroné, senão seu Teixeira me mata... — assim falou Mané Amarelo.

— Sei não, rapaz. Esse negócio de roubo não é comigo, não. Seu Teixeira é quem entende disso. Fale lá com êle e volte cá se puder...

Foram estas as palavras do senhor do engenho. E o amarelo seguiu mesmo, aos empurrões, para as mãos de seu Teixeira.

Dois homens conduziram, pelo cós da calça, Mané Amarelo, cheio de mêdo e de pavor, para as mãos de seu Teixeira. Ou melhor dito: para as garras de seu Teixeira de Bem-te-vi.

Pelo caminho ia o pobre diabo suplicando aos dois cabras do engenho que o levavam a Bem-te-vi, que o soltassem, que não o entregassem a seu Teixeira, que, de certo, o mataria de pau, como fazia sempre com quem não tinha proteção e lhe caía nas mãos.

Mas de nada serviam as lamentações de Mané Amarelo. O homem seguia mesmo, de qualquer modo, às tabicadas e empurrões dos dois cabras, até Bem-te-vi. O que faziam os seus desalmados acompanhantes, ao ouvirem, pelo caminho, as súplicas do pobre diabo, era enchê-lo cada vez mais de mêdo e terror a seu Teixeira, com as histórias que iam contando a respeito das façanhas do cruel sub-Delegado, em casos semelhantes.

E assim penando e assombrado, chegou Mané Amarelo à velha porteira que dá acesso à rua principal da vila. Aí chegando, agarrou-se o homenzinho à velha cancela, com unhas e dentes. Não sairia dali. Não entraria na rua. Lamentava-se. Chorava. Berrava. Mas não largava a porteira. Juntou gente. Deu escândalo. E para largar a porteira, foi preciso que se ameaçasse o pobre diabo com a vinda, ali, do próprio sub-Delegado. De seu Teixeira, em pessoa, para arrancá-lo dali a pauladas.

Enfim, apavorado com tal ameaça, de repente largou a porteira e acompanhado de perto pelos cabras que o tinham trazido até ali, e já agora seguido de grande número de curiosos, que o cercavam cheios de espanto com aquêlê espetáculo, seguiu rua afora, na direção da Delegacia de policia. Adiante o grupo parou perto do barracão da feira da vila, diante de uma velha e carrancuda casa, ao lado direito do arruado, de duas altas e largas portas que davam acesso a uma ampla e comprida sala que confinava com um escuro corredor servido por estreitos e úmidos quartos, de portas de gradil de ferro. Era ali a Delegacia de Policia da vila de Bem-te-vi. No fundo da aludida sala havia um tôsko e comprido banco de madeira. No banco alguém estava sentado, cochilando, àquela hora de sol e de mormaço. Era o sub-Delegado Teixeira.

Ali estava, como se vê, a Delegacia de Policia local. A tenda do Ferrabrás. A furna da onça. A toca do bicho-papão dos ladrões da região. Lá dentro se encontrava seu Teixeira de Bem-te-vi. Mané Amarelo já tinha alcançado tudo. Sabia, naquele momento, que estava diante da Delegacia. Diante do perigo iminente. De súbito tomou uma inesperada atitude. Largou-se de repente das mãos dos cabras que o conduziam aos empurrões, e, rápido, galgou a calçada da Delegacia. Alcançou em seguida o batente de entrada. Sem perda de tempo, emboca de sala a dentro. Diante de seu Teixeira, que ainda dormitava, no banco, caiu-lhe aos pés, de joelho. E tremendo de cansado, de susto e de mêdo, com voz trémula, sumida, de chôro, diz:

— E' o sinhô que é seu Teixeira...

Seu Teixeira, a esta altura, com o ruido que havia na sala invadida pelo povo e com as palavras daquele homem ajoelhado aos seus pés, despertando da modorra em que até então se encontrava, e se assenhoreando da situação, arregala os olhos enormes para Mané Amarelo, que continúa ali prostrado aos seus pés, e num gesto rápido e brutal, põe-se de pé como uma mola. Isto feito, atira contra o chão de tijolo da sala, com tôda a fôrça de que dispõe, o pé direito calçado de bota reúna, com sola reforçada de ferro, gesto que é acompanhado do cacetão que tem à mão direita, e em seguida ao bruto estrondo da bota e do cacetão jogados contra o chão

da sala, grita, grita não, berra, berro que repercute como trovão dentro da velha casa da cadeia e ecôa lá fora, na rua, cheia de gente curiosa e alarmada:

— SOU EU MEEEESMO, SEU DANADO!!!

E Mané Amarelo, na posição em que se encontrava, de joelhos aos pés de seu Teixeira, abatido, aniquilado, acovardado física e moralmente, diante de tão inesperada e brutal atitude e aterrorizante berro do sub-Delegado, virou para trás, desacordado, e todo borrado, coitado, e ali ficou inerte, como uma coisa morta.

* * *

O resto agora é fácil de adivinhar. Três ou quatro dias depois de tais acontecimentos, o cemitério da rua do Urubu, da vila de Bem-te-vi, engolia mais um ladrão de galinha. Mais uma vítima indefesa dos mórbidos zelos de tão estranha e brutal autoridade.

Dias depois, ninguém mais falava no ocorrido. E, assim, voltou a vila à rotina cotidiana.



"DE REPENTE, SURTIU ADIANTE, NA CURVA
DA ESTRADA, UM CAVALO PRETO, DE
OLHOS FOSFORESCENTES, COM
DOIS VULTOS NO LOMBO".

O CAVALO FANTASMA DA ESTRADA DO ENGENHO BARBALHO

Zé Cambinda era trabalhador do engenho Barbalho. O Engenho fica a uma meia légua da cidade do Cabo. Era num domingo. Zé Cambinda estava ali, na cidade, onde passara aquêle dia de folga e de feira.

De manhã fêz sua feira e o resto do dia estêve na parte baixa da cidade, conversando aqui, ali, e acolá, com os conhecidos do lugar e dos engenhos da redondeza, que a feira tinha trazido até ali, naquele domingo.

Ao escurecer, estêve na barraca de seu Tonho, na rua da Lama, onde tomou seu costurneiro copinho de cachaça. Depois tomou o rumo da rua do Capim e parou, mais adiante, na rua do Sapo, onde estêve um tempão, vendo e ouvindo, de longe, as “mulheres da vida”, que, ali, àquela hora, bebiam, cantavam e dançavam ao som de uma velha vîtrola.

Depois Zé Cambinda subiu pelo beco do Professor, galgou a rua da Matriz, passou pela igreja de Santo Amaro, seguiu pelo Rosário, foi até uma velha garapeira que ficava no outro extremo da cidade, onde parou, abancou-se, e conversou por muito tempo com almocreves seus conhecidos que ali pernoitavam com seus animais. Dali voltou ao Rosário. Ai chegando, foi parar no maracatu de Zé Inácio, onde estêve, até tarde da noite, ouvindo o batuque e os cantos, ora dolentes ou tristes, ora quentes ou ruidosos, dos mulatos e negros de Zé Inácio. Muitos daqueles cantos Zé Cambinda não comprehendia, mas era sempre com grande emoção que os ouvia. Dentro do seu eu de negro crioulo, ecoavam, naqueles momentos, vozes e gritos estranhos que se casavam e entrelaçavam, cá fora, com o batuque e os cantos gritados ou gemidos dos negros de mestre Inácio. Ele sentia tudo isso, embora não comprehendesse nem pudesse explicar nada do que via e sen-

tia diante daquele espetáculo. Eram vozes e ecos que vinham de longe. Cambinda só sentia, não sabia explicar nada. Mas aquilo bolia com êle lá por dentro, agitando-o por fora. E naqueles instantes, o que Cambinda ouvia cá fora e nas profundezas do seu ser, apenas sentindo, mas sem já compreender, não eram senão ecos, gritos e arroubos de uma raça em luta contra o seu destino!

E até as onze horas Zé Cambinda estêve no maracatu de mestre Inácio. Dai desceu pelo Rosário, rua da Matriz e rua da Feira. Ai, contornou os fundos da igreja Matriz e seguiu, rua abaixo, até o largo das oficinas da Great Western. Na barraca de Pedro Velho, parou. Comprou fósforo. Comprou fumo. Tomou um trago de cana. Acendeu o cachimbo. Deu uma conversinha com o barraqueiro. Consultou a hora no relógio da barraca. Em seguida, deu boa noite ao barraqueiro e saiu, devagarinho, rumo do engenho.

Atravessou a linha de ferro, do trem, e entrou na estrada que leva para Barbalho. Estava, assim, no caminho de casa. Era no mês de agosto. Noite de escuro. Os canaviais que marginavam a estrada e se estendiam pela beira do rio Pirapama, dum lado e doutro, ali bem perto, e pela várzea afóra, estavam, naquela altura do ano, já em ponto de corte. Zé Cambinda caminhava. Começou a cair uma chuvinha fina. Estava com jeito de que ia engrossar. Cambinda foi a uma touceira de bananeiras, ali na margem da estrada, cortou uma de suas folhas, pôs sôbre a cabeça, e continuou seu roteiro. Por cima de sua cabeça, bem alto, na escuridão da noite sem estrêlas, passou uma coruja rasgando mortalha. Cambinda benzeu-se, largou um "t'esconjuro, cão!" e continuou a andar. Parou a chuvinha. A sinêta do engenho Novo, do outro lado do rio, longe, na várzea imensa, batia agora meia noite. Cambinda continuava andando, no rumo do engenho. De momento, vindo dos lados de Barbalho, que já estava perto, começou êle a ouvir um tropel. E o ruído crescia, aumentava, e vinha na sua direção. O tropel era cada vez mais nítido e mais forte. E estava cada vez mais perto. Já agora, não tinha mais dúvida, era um cavalo que se aproximava, e à tôda brida. Cambinda parou, na estrada, estranhando aquêle cavalo correndo assim, por ali, àquela hora da noite. Na sua frente, pouco mais adiante, a estrada fazia uma curva. O tropel aumentava cada vez mais. Saiu do meio da estrada e encostou-se nas canas que fechavam o caminho, dos dois lados. Continuou parado, à margem da estrada, na densa escuridão, cheio de espanto, aguardando a passagem do que vinha por ali, já bem perto. De repente, surgiu adiante, na curva da es-

trada, um cavalo prêto, de olhos fosforescentes, à tôda brida, na sua direção, rumo da cidade, e passou, em seguida, como um furacão, na sua frente, com dois vultos no lombo. Dois vultos vagos e imprecisos, como se fôsem duas almas do outro mundo. Cambinda, no seu espanto, todo arrepiado, pelo que via e sentia, naquele momento, pôde perceber que os dois vultos eram de um homem e de uma mulher, esta na garupa do cavalo. E acompanhando o cavalo negro, como que arrasada por êle, seguia uma ventania fria e uivante, fazendo redemoinho, levantando a poeira da estrada e agitando o canavial em roda. O cavalo fantasma assim passou por Cambinda como um tufão, e desapareceu, logo após, longe, na estrada, na negrume da noite, no rumo da cidade.

Cambinda ficou ali parado, sòzinho, no meio do canavial, na densa escuridão, todo arrepiado, tremendo de frio e de susto, diante do que presenciara. Recuperou depois o contrôle de si mesmo. Benzeu-se três vêzes. Ali mesmo na estrada rezou uma oração. Após, de passo apressado, recomeçou a marcha para o engenho. Ali chegando, contou em casa o sucedido. Disseram-lhe que aquilo eram artes de almas do outro mundo. Que êle acendesse, no outro dia, de noite, duas velas na estrada, no lugar em que tinha visto a aparição.

Isto foi num domingo. Na terça-feira, às seis da tarde, terminada a sua tarefa no engenho, Zé Cambinda botou-se de novo para a cidade. Na barraca de Pedro Velho, comprou duas velas. Perguntaram-lhe se aquilo era prâ promessa que ia fazer a santo. Êle disse que não. Que as velas eram para as almas do outro mundo. E em seguida, contou o que vira domingo último, de noite, na estrada do engenho Barbalho.

Depois de contar sua história, Zé Cambinda encostou-se no balcão da barraca. Acendeu o seu cachimbo. E ficou ali calado, por muito tempo, cachimbando a natureza... Depois foram feitos, pelos presentes, comentários a respeito da assombração de Cambinda. Dentro em pouco, o sino da Matriz deu oito horas.

O barraqueiro Pedro Velho, que na sua mocidade fôra tipógrafo no Recife, e que gostava de ler os jornais e de conversar, depois de ouvir, calado, a história de Cambinda e os comentários surgidos acêrca do caso, levantou-se do banco em que estava sentado, foi lá dentro da barraca, trouxe um tamborete, deu a Zé Cambinda e pediu a êste que se sentasse um

pouco. Cambinda sentou-se. Sentando-se, por sua vez, no banco de onde se levantara havia pouco, disse o barraqueiro a Zé Cambinda:

— O que você viu, Zé Cambinda, foi o cavalo fantasma que há muitos anos, de quando em vez, nas noites de escuro de domingo, aparece ali naquela estrada.

— E existe êsse fantasma ali, seu Pedro Velho? — pergunta Cambinda.

— Existe, sim, Zé Cambinda, — diz Pedro Velho. Existe, e há muitos anos, como já lhe disse. E conclui: — E se quer ouvir a história dêsse fantasma, então eu vou contar.

E Pedro Velho, sentado no seu banco, passa a vista nos presentes, pigarreia na garganta, cospe para um lado, toma um pouco d'água, acende um cigarro, vira-se para Zé Cambinda, e começa a sua narrativa:

— Meu avô paterno, que aqui viveu muitos anos, e aqui morreu, e que Deus Nosso Senhor o tenha na sua glória, assim contava essa história:

No ano em que D. Pedro II veio a Pernambuco, e que aqui andou em visita ao Morgado do Cabo, era dono do engenho Barbalho um Sr. vindo do Norte. Seu nome, se não me engana a memória, era, era... ah, já não me lembro. Era não sei o que Barbosa. Sr. Barbosa. Homem sisudo e de poucas palavras, dizia meu avô. Homem já de idade. Era casado e tinha três filhos. Dois menores e uma moça. Chamava-se ela Flora. D. Florinha, como era conhecida. Estudava num colégio do Recife. Numa de suas viagens de negócio ao Recife, descobriu o velho Barbosa que a moça estava de namôro com um caixeiro de um armazém de fazendas do Largo do Livramento. Não gostou nada da coisa porque não via futuro nessa amizade da moça. Aconselhou a filha a esquecer aquilo. A moça prometeu acabar o namôro, mas não cumpriu a palavra. Ao contrário do que era de esperar, depois do desagrado do velho e de suas palavras à moça, a coisa continuou até mais animada.

Pouco tempo depois, o velho Barbosa enviuvou. A filha foi passar uns dias com o pai no engenho. Ali, começou ela a receber cartas do moço do Recife. O velho descobriu a correspondência da moça. Ralhou muito, e severamente, com a filha, e terminou tirando D. Florinha do colégio do Recife.

A vigilância agora era grande em tôrno da moça. Ela entristecia e se acabrunhava com aquela vigilância do pai e com a prisão em que vivia. Não saia mais sòzinha. Pouco vinha ao Cabo. E quando vinha, era acompanhada do pai. Não ia mais ao Recife. Nem mesmo em companhia do velho Barbosa. E assim era como vivia agora D. Florinha na sua solidão do Barbalho. Ali a pobre moça só tinha um refúgio: a dedicação maternal da velha mucama Teresa, da casa-grande. Até que um dia, numa festa de São Sebastião, padroeiro da cidade, o moço do Recife apareceu no Cabo. A moça estava na cidade e êles tiveram um encontro. Ela contou tudo o que havia e o que vinha sofrendo com o carrancismo do velho pai. O moço convidou-a para fugir. D. Florinha, a princípio, relutou. Não aceitou a proposta. Mas terminou vencida. Combinaram então o plano. Ficou tudo acertado. Dia e hora da fuga. E no segundo domingo depois dêsse encontro, lá chegou, de noite, no Cabo, o moço do Recife. Veio disposto e pronto para roubar a moça, no engenho. Na hora combinada, vestiu uma capa escura, alugou um cavalo prêto para disfarçar o vulto dentro da noite, e nesse domingo era noite de escuro, e quando a sinêta do engenho Novo batia meia-noite, chegava, a cavalo, ao engenho Barbalho, o moço do Recife. Ali chegando, postou-se debaixo de uma frondosa gameleira que havia na beira da estrada, defronte da casa-grande. Fêz o sinal combinado. Um assobio dentro da noite. Estando a moça à espera daquele sinal, pôs-se logo em movimento, ajudada pela mucama Teresa, que de tudo sabia e animava, meio temerosa, a moça. Esta, arrimada a uma pequena escada, desceu a janela do seu quarto que dava para um dos oitões da casa-grande, e em seguida dirigiu-se para o moço que lá embaixo a esperava. Quando estava a meio do caminho do lugar onde se encontrava à sua espera o moço, o cão da casa-grande, que dormia no terraço da frente da casa, pressentiu o movimento, acordou, e botou a bôca no meio do mundo. A rosnar e a latir, o cachorro tratou logo de pular a grade do terraço e descer na direção do vulto que, lá embaixo, na estrada, se encontrava, a cavalo, ou seja o moço do Recife à espera da moça.

O plano de fuga dos namorados, assim, parece, ia falhar. Tinha havido um equívoco no seu preparo. A mucama Teresa tinha-se esquecido de prender o cachorro da casa-grande.

Diante do que agora acontecia, pareceu à mucama Teresa que o plano ia falhar. Pensou na parte que lhe cabia no plano de fuga da moça. Pensou na sua situação perante o senhor do engenho. Tomou-se de medo pelo que lhe podia suceder, e assim, procurando salvar sua responsabilidade, no caso, gritou para a moça: — “Volte, D. Florinha! Não faça isso, D. Florinha! Volte pra casa!” Mas D. Florinha, a êsse tempo, já estava nos braços do moço do Recife. Com o latido do cão e os gritos de Teresa, dentro da noite, o velho Barbosa acordou. Pôs-se de pé. Vestiu seu velho capote e correu para o terraço. Daí desceu aos gritos para a sua filha. Já aí estava acompanhado de dois retirantes que dormiam ali bem perto, no engenho. O senhor do engenho, acompanhado dos retirantes, e logo após pelo vigia do engenho, que vinha naquele instante chegando dos lados do rio, também atraído pelo barulho do cão e pelos gritos do velho Barbosa, de rifle à mão se juntou ao grupo. A êsse tempo, o moço com a moça na garupa do seu cavalo, já corria estrada afora, na direção da cidade. O velho mandou que o vigia atirasse para o ar, para assim amedrontar os fugitivos. De nada serviram os gritos do velho nem os tiros do vigia. O cavalo tomava distância. O pai da moça não parou também. Acompanhado dos retirantes e do vigia, seguiu, correndo e gritando, atrás dos fugitivos. E enquanto corria o cavalo dentro da noite, com os fugitivos no lombo, atrás corria o velho Barbosa seguido do seu grupo. Adiante, na corrida desabrida em que ia dentro da noite de breu, o cavalo falseou o pé num buraco da estrada, deu um tombo e jogou no chão a moça. O moço, a muito custo parou o cavalo mais adiante. Desapeou. Puxando o cavalo pela rédea, foi até onde estava a moça caída. Deu-lhe a mão. Pôs-se a moça de pé. Nada de mais tinha sofrido. Apenas algumas arranhaduras e um pouco contundida com a queda. Levou o moço a fugitiva para cima de uma pedra, à margem da estrada, puxou o cavalo para ali, e tratou de pôr novamente a moça na garupa do animal. Enquanto isto acontecia, o grupo que vinha em perseguição dos fugitivos se aproxima cada vez mais. O moço, sem perda de tempo, arruma D. Florinha na garupa do cavalo, põe o pé no estribo, monta o animal, e parte. A moça, nervosa e cheia de medo diante de tal situação, lá escorrega da garupa do cavalo e vai outra vez caindo. O moço para o cavalo, conserta novamente aquela situação e vai partir. O grupo que vinha em perseguição, com o velho Barbosa à frente, agora estava à vista.

Parte novamente o cavalo, com os fugitivos. O pai da moça, morto de cansaço e desesperado, manda que o vigia atire no cavalo, visando assim impossibilitar a fuga dos dois namorados. O vigia atira, por várias vêzes, no animal, dentro da noite escura. E desgrazadamente succedeu o inesperado: as balas atingiram o cavalo, mas atingiram também os fugitivos. Caíram do cavalo, logo aos primeiros tiros, o moço do Recife e D. Florinha. Estavam mortos. Irremediavelmente mortos. E o cavalo, ferido, continuou na sua carreira louca, dentro da noite, e veio cair também morto aqui bem perto da cidade.

Aqui Pedro Velho fêz uma pausa. Depois concluiu sua história:

— E foi assim que acabou o romance de D. Florinha com o moço do Recife.

* * *

Zé Cambinda deixa o tamborete. Agora está de pé. Prepara-se para deixar a barraca de Pedro Velho. Antes de sair, porém, vira-se para o barraqueiro e diz:

— Então foi essa abusão que eu vi na estrada, domingo passado.

— E', Zé Cambinda — esclarece Pedro Velho. O que você viu foi o cavalo fantasma da estrada do engenho Barbalho...

E a partir dêsse dia, nunca mais Zé Cambinda andou de noite, sozinho, dia de domingo, na estrada do engenho Barbalho.



"REDES PASSAM CARREGANDO DEFUNTOS.
COMO NO TEMPO DA PESTE, NOS OMBROS
DOS FANTASMAS, ACOMPANHADAS DE TO-
CHAS. DENTRO DA NOITE DE TREVAS"

AS BEXIGAS DO ENGENHO BAGACEIRA

Corria o ano de 77. Era setembro. O engenho estava no começo de moagem da safra daquele ano. Lá um dia chega a Bagaceira um magote de retirantes correndo da seca que então desgraçava os sertões do Nordeste. Chegaram os corumbas e pediram rancho e trabalho. Como no meio deles viessem alguns com bexiga doida, como diziam lá eles, o senhor do engenho, com receio de bexigas no seu engenho, negou rancho e trabalho aos retirantes. Mesmo assim, ficaram eles por ali três dias. No quarto dia, por severa determinação do senhor do engenho, os corumbas arrumaram às pressas seus matolões e prosseguiram viagem, inclusive os doentes de bexiga doida, com ela já secando.

E assim se foram os retirantes, estrada afora, resmungando e praguejando contra o senhor do engenho.

Dias depois da passagem dos corumbas, uma peste de bexiga braba tomou conta do engenho.

Uma verdadeira calamidade caiu sobre a velha propriedade.

Aquilo só tendo sido um castigo. E ainda hoje ninguém sabe porque.

A peste acabou com tudo ali. Alegria. Trabalho. Riqueza. Gente. Tudo, enfim! Só escapou com vida quem dali saiu em tempo.

O engenho ficou deserto. Abandonado. E malassombreado. O senhor do engenho, diante de tal quadro, e tendo perdido tudo o que possuía, naquele ano, com aquela peste, enlouqueceu.

Depois das bexigas, deu u'a morrinha nos animais que acabou com quase tudo em pouco tempo. O cercado, então cheio de mato e de erva daninha, vivia prêto de urubus devorando as carcaças do gado morto.

Nesta altura, só e isolado do resto do mundo, no engenho abandonado, com a morte dos bichos e da maioria de seus moradores, e deserção de outros, ficou o senhor do engenho a andar e a falar sozinho, pelas estradas, com os bichos, com as pedras, com as árvores. E com os fantasmas de suas visões de louco!

As vêzes, punha-se êle aos gritos, no terraço da Casa-Grande, para invisíveis estribeiros ou carreiros:

— Zé Lopes! Ô Zé Lopes! Traz selado meu cavalo que eu quero ir ver o eito! Ou então: — Pedro Carreiro! pega os bois e vai carrear cana p'ro engenho!

Ora entrava de Casa-Grande a dentro, aos gritos para invisível criadagem: — Zefa, ô Zefa, cadê tua senhora, Zefa? Cadê Maria Pequena? Bota essa janta, Maria Pequena!

E assim vivia agora aquêlê homem, noite e dia, como um fantasma, andando, conversando e agindo em meio de outros fantasmas.

Ora cambitava cana para o engenho. Depois, carreava lenha para as fornalhas do engenho. Ali, botava a roda-grande pra correr. Punha cana, êle mesmo, na moenda para moer. Acendia as fornalhas do engenho. Gritava para invisível mestre de açúcar:

— Olhe o ponto, seu mestre, não vá queimar o mel! Ou para também invisível fornaleiro: — Bota fogo na fornalha, fornaleiro, que a tacha não trabalha! E agora, para a casa de purgar: — Eh! mestre purgador, olhe o barro das fôrmas!

Era assim que estava vivendo agora aquêlê louco, no engenho que as bexigas dizimaram. Seu cérebro conturbado pela loucura, continuava em atividade. Agora, porém, apenas animado pelos ecos e reflexos de suas atividades de dantes, de senhor do engenho Bagaceira.

E assim o tempo correu. Sem noticias do senhor do engenho, sua dedicada senhora, que se achava ausente da Casa-Grande por medida de precaução, em face das bexigas de Bagaceira, intranquã pelo que diziam estar ocorrendo ali, um dia, de surpresa, apareceu por lá. Encontrou o engenho deserto e seu marido louco. E quase não o reconheceu. Seu estado era confrangedor. Estava sujo. Rasgado. Cabelo grande. Barba crescida, de monge. Falando e gritando para os seus fantasmas.

A senhora do engenho, ao avistar assim o seu marido, gritou cheia de espanto e de dor:

— Que é isto, Roberto, que foi que aconteceu aqui com você?!

E em seguida, dirige-se para o marido que, ao vê-la, fica parado, imóvel e cheio de espanto. Não a reconhece, na sua loucura. E grita, aterrorizado, para sua senhora:

-- Vai-te daqui, bexiga! Tu não podes comigo não! Vai-te, bexiga!

A mulher, estarrecida com o que via e ouvia, segue na direção do marido. Este, que naquele momento cambitava cana para o engenho, puxa uma cana da carga e prepara-se para enfrentar a mulher, numa atitude ameaçadora. Esta, já alucinada pelo que estava a ver ali, atira-se para o seu marido louco. O senhor do engenho larga a cana que tinha à mão e corre para dentro do engenho, aos gritos: — Vai-te bexiga! Vai-te, bexiga! Tu não me pegarás não! Some-te, bexiga! Mas a mulher acompanha-o de perto. Agora se acham ambos dentro do engenho, que está com as suas fornalhas acesas e a roda-grande correndo, como se tudo ali estivesse sendo animado e movimentado por invisíveis fantasmas. Ele agora está perto do cavouco do engenho, onde gira a roda-grande. A mulher aproxima-se do marido louco que continua gritando para ela: — Vai-te, bexiga! Vai-te, bexiga! Ela tenta alcançá-lo na sua alucinação. Ambos, nesta altura, estavam igualmente alucinados. Neste momento ele está à beira do abismo do cavouco. Ela está quase a alcançá-lo, também aos gritos: — Eu sou tua mulher, Roberto! O louco, de olhos esbugalhados de espanto e pavor e aos gritos de — “Vai-te, bexiga!”, atira-se dentro do cavouco. A roda grande tritura-o no fundo do abismo. E sua mulher, vendo aquilo, aquela cena medonha, dá um grande e lancinante grito e cai desacordada ao chão, à beira do abismo. Depois, levanta-se. Larga uma estridente gargalhada e sai correndo engenho a dentro. Estava louca. Depois sai dali e ganha os campos. Grita. Esforce-se. Cai. Levanta-se. E corre mundo afora. E assim desaparece do engenho que as bexigas desgraçaram.

Tempos depois de tais acontecimentos, nas feiras dos povoados daquelas redondezas começam a aparecer cantigas alusivas às bexigas do engenho Bagaceira e à desdita dos seus senhores. E a ex-senhora de engenho que a desgraça alucinou, de quando em vez surge aqui e acolá, esmolando, louca. Acompanhada de curiosos.

Eis que aparece ela num povoado. Pára no meio da rua. Toma atitudes de antiga senhora de engenho. Está na Casa-Grande de Bagaceira. E agora fala: — Joana, ô Joana! traz meus sapatos. Maria Pequena, bota a ceia do teu senhor! Cadê Zefa!...

Senta-se no chão da rua como se estivesse em sua mesa da sala de jantar do engenho Bagaceira. Grita. Dá ordens. Depois levanta-se, sai correndo rua afora, de cabelos desgrehados, e canta, agora, num estado de passageira lucidez, com voz triste e lamurienta, uma cantiga das muitas que por ali eram então cantadas e que falavam no infortúnio dos ex-senhores de Bagaceira:

“No meu tempo de senhora
Do engenho Bagaceira,
Tinha eu tudo o que queria,
Cama e mesa a vida inteira”.

Faz uma pausa. Olha em redor como que identificando sua atual desdita. Está agora a chorar. Enxuga os vermelhos e fundos olhos com os trapos de suas sujas vestes. E em seguida prossegue em seu caminhar sem rumo, de louca, cantando sua triste toada:

“Hoje só vivo de esmola,
Implorando a caridade,
Satanaz é que é o dono
Dêste mundo de maldade”.

Agora pára. Não canta mais. Volta-se para os curiosos que a acompanham. Arregala os olhos lacrimejantes e vermelhos. Sacode os magros braços para a frente, de mãos espalmadas, como que procurando deter a marcha de alguém que, naquele momento, dela tentasse se aproximar. Parece então estar vendo algum terrífico fantasma à sua frente. Sua atitude é de espanto e pavor. Agora, andando de costas em estado de pânico, grita :— Vai-te, bexiga! Vai-te, bexiga! Em seguida larga a correr rua afora. E desta maneira deixa o povoado.

E no ar ficam ecoando, como um lamento, as notas da triste canção da pobre louca:

“Satanaz é que é o dono
Dêste mundo de maldade...”

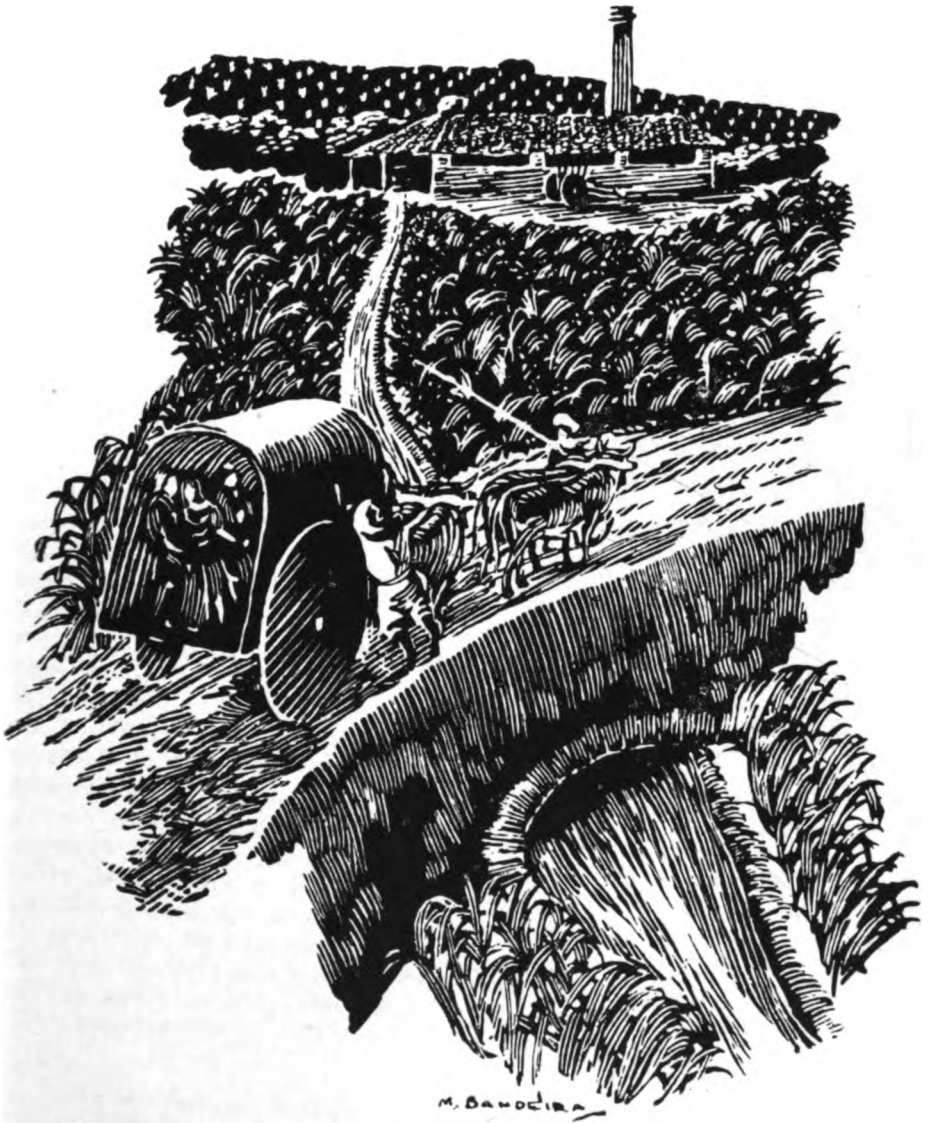
.....

E que resta, hoje, do engenho Bagaceira? Quase nada. Os alicerces da Casa-Grande e, aqui e acolá, velhas paredes desmoronadas do extinto engenho. Ainda de pé, parte do seu velho boeiro, como um marco de desgraças num mundo abandonado e morto. E nada mais. A não ser o denso capoeirão e a gitirana braba cobrindo tudo. Aquilo hoje é um mundo malassombrado. O vento ali zune noite e dia, sem parar. Dizem que de dia se ouvem falas. Gritos. Assobios. De noite, luzes andam no ar, acima e abaixo, naquela solidão. Do velho boeiro sai fumaça. Saem fagulhas como no tempo em que o engenho safrejava. Sombras fantasmais andam com tochas acesas, acima e abaixo. Ouvem-se rumores de rezas. Cantos de quarto de defunto. São as almas dos que morreram de bexiga que ainda andam por ali, penando. Rêdes passam carregando defuntos, como no tempo da peste, balançando em varais nos ombros dos fantasmas, acompanhadas de tochas de luzes mortíferas, dentro da noite de trevas. E os carregadores dessas rêdes gritam dentro da noite malassombrada, num lúgubre convite aos vivos para acompanharem os mortos à sua derradeira morada, como acontecia no tempo das bexigas: — “Acorda, irmão das almas! Acorda, irmão das almas!” E assim segue o fúnebre cortejo, noite a dentro, para ignorados mundos.

Dizem que ali hoje mora uma cobra. Uma grande cobra preta. E que essa cobra é encantada. E que ela é a peste de bexigas que desgraçou Bagaceira. E que se o engenho tiver outro dono, as bexigas tornam a voltar. Por isso ninguém mais pisou ali e o engenho cobriu-se de mato, até hoje. E não mais se recuperará.

Diante de tudo isso, ainda hoje, naqueles mundos, ninguém gosta de falar nas bexigas de Bagaceira. E quem nisso fala, o faz a mêdo. Depois se benze. E reza o Credo. Fecha o corpo às calamidades que infelicitaram, para sempre, o velho engenho.

Esta é a triste e dolorosa história das bexigas do engenho Bagaceira.



"E A SUBIDA SE FAZIA AGORA COM O
CARRO CANTANDO, SOTURNAMENTE
NO "BORDAO", DENTRO DA NOITE"

A TRISTEZA DO CARREIRO

Era numa quinta-feira de agôsto, no engenho Liberdade. Estava-se aproximando o início da moagem da safra daquele ano. A “botada” (1) ia ser em setembro próximo. E havia, no engenho, por toda a parte, uma atividade prenunciadora dessa “botada”. Na casa das cangalhas, os cambiteiros sacodem e batem encerados, remendam e consertam esteiras de cangalhas, reajustam cabeçotes, reparafulzam cambitos, põem ao sol cordas, correíames, cangalhas. Na casa de moagem do engenho a mesma atividade havia: lavavam-se assentamentos e tachas, restaurava-se a bica de correr caldo para as tachas, lavavam-se as moendas, punha-se a rodar a roda-grande. Na Casa de Purgar, o purgador, com uma turma de ajudantes, estava na mesma lida: as fôrmas eram postas nos seus devidos lugares, umas, outras eram levadas dali para lavagem numa represa d’água, por trás do engenho. No Encaixamento, tudo estava sendo varrido e limpo, com água e vassourões manejados por homens nus da cintura para cima. Na casa-de-bagaço, o bagaço da última safra estava empilhado e sêco, para a queima na fornalha do engenho, no cozinhamento do mel. Mais adiante, um enorme picadeiro de lenha da mata estava pronto também para aquecer as gulosas fornalhas do velho engenho moedor. Lá fora, ainda, os cortadores de cana, à beira dos riachos e das levadas, e nas margens do Açude Grande, amolavam suas foices-de-mão para o próximo corte. Os carreiros, na casa dos carros, reajustavam seus carros cantadores, consertavam cangas, canzís, fueiros. Punham ao sol cordas, correias, etc. Passavam a vista nos bois de correia.

(2) Conversavam e acertavam providências para que fôsse

(1) — Festa com que se iniciava, cada ano, a moagem dos engenhos banguês, no Nordeste.

(2) — Bois de trabalho.

levados à canga, naquele ano, bois de aquisição recente ou novilhos já em condições de trabalhar nos carros.

E assim, tudo era atividade e ação, no preparo do homem, das máquinas, e dos animais, para a próxima moagem, naquele ano, no velho engenho Liberdade. Havia mesmo, ali, com aquêles preparativos para a moagem de setembro vindouro, um ambiente alegre de véspera de festa, festa que seria a esperada “botada”.

Nessa semana o senhor do engenho estava ausente. Andava em Palmares, a trato de assunto e negócios relacionados com a “botada” do seu bangüê.

Por trás da estribaria dos cavalos de cangalha, numa baixada circundada, de um lado, pela ladeira grande que compunha parte do cercado do engenho, e, do outro, por um largo e rumoroso riacho que, contornando essa baixada, seguia rumo do rio Camevouzinho, onde desaguava, ficavam as casas do cargueiro Pedro Lopes e do mestre carreiro do engenho, Chico Rogério. Eram três horas da tarde. O sol estava descambando para os lados de Bem-te-vi. Aquela hora, sentado à porta de sua casa, Chico consertava uma vara de carrear, tendo ao seu lado, deitada no chão, sua cachorra de estimação, Piranha. No terreiro da frente da casa estavam expostos ao sol apetrechos relacionados com as suas atividades de carreiro: cordas, correíames, alpercatas, cangas, etc. Neste momento chega um recado da casa-grande: a senhora do engenho queria falar com o carreiro. Chico larga tudo o que estava fazendo, bota para dentro de casa seus apetrechos que estavam ao sol, e sobe em seguida para a casa-grande, acompanhado de Piranha.

Na casa-grande, a senhora do engenho comunica-lhe que sábado próximo ia visitar, com toda a família, a sua comadre, a senhora do engenho Serra Azul. Manda que o carreiro prepare tudo e que o carro de bois esteja saindo da frente da casa-grande, às sete horas da manhã daquele dia. O carreiro recebe as ordens da senhora do engenho e nesse dia mesmo vai à casa de Neco ferreiro, em Bem-te-vi, e de lá traz o sen facão de carrear, que estava em conserto, em mãos do ferreiro. No dia seguinte, sexta-feira, prepara o carro para o passeio do pessoal da casa grande a Serra Azul. Põe um lastro de madeira na mesa do mesmo. Põe varas finas, em arco, de uma ponta para outra dos seus fuciros. Por cima das arcadas das varas, coloca uma outra, comprida, de um extremo a outro do carro. Tudo bem amarrado com embira de caroá. Agora, põe sobre as varas em arco uma esteira grande, de pipiri. Isto

feito, vai à casa-grande e de lá traz uma baeta vermelha, destinada a êsse mister, e coloca-a bem justa e bem posta sôbre a esteira de pipiri. Amarra as extremidades da baeta nos fuciros do carro. Em seguida examina êste todo: cabeçalho, mesa, eixo, cocões, rodas. Tudo regular. Tudo normal. O carro estava assim pronto e em ordem para receber, no dia seguinte, o pessoal da casa-grande. Dai vai o carreiro à casa-grande dar o sinal de que tudo estava pronto para a viagem do dia seguinte. Volta o carreiro à sua casa. Ageita as alpercatas. Amola em seguida o seu facão de carrear. A tardinha, prende no curral grande, perto do engenho, os bois de confiança para a viagem de sábado. Tudo estava, assim, providenciado e em ordem para o passeio da senhora do engenho a Serra Azul.

Onze horas da noite. Tudo era silêncio e repouso, àquela hora, no velho engenho. Sem que nem porquê, de um momento para outro, lá começa a cachorra Piranha, de mestre Rogério, a uivar, dentro da noite, coisa que havia muito tempo não acontecia. Quando tal sucedia, Chico ficava cheio de sustos e de receios, pela sorte dos seus entes queridos. E' que tôdas as vezes que Piranha uivava à noite, acontecia uma coisa ruim na vida do mestre carreiro. Mas êle não tinha coragem de se apartar da cachorra. E tal já sucedera três vezes, com os uivos de Piranha, de noite. Da primeira, morreu-lhe o irmão. Da segunda, adoeceu e morreu seu filho caçula. Da terceira, morreu-lhe a primeira mulher. De maneira que, agora, quando Piranha uivava de noite, Chico, em face de tais exemplos e supersticioso que era, por natureza, ficava inquieto e sem achar canto dentro de casa. Não comia. Não dormia. Ficava apreensivo e receioso com o que lhe podia suceder. E Piranha uivou quase a noite tôda, nesse dia. Uivo alto, lamuriento. Agoirento. E Chico não dormiu, nessa noite. Pensou em mil coisas, diante daqueles uivos. Pensava agora, sobretudo, na viagem do dia seguinte, sábado, no seu carro, da gente da casa grande. Que iria suceder! Que era que estava adivinhando e anunciando Piranha. Aflito e inquieto, não pregou olhos o mestre Rogério, naquela noite de sexta-feira para sábado. Logo ao amanhecer, no outro dia, muito cedo, bate o mestre carreiro na casa-grande. Tudo já estava em preparo para o passeio a Serra Azul. O carreiro quer falar à senhora do engenho. Lá chega D. Sinhazinha. O carreiro lhe fala dos uivos de Piranha. Conta, supersticioso e assustado, o que lhe vinha acontecendo, sempre que Piranha uivava de noite. Estava cheio de receios pela sua sorte e pela sorte do carro, naquele passeio, diante daqueles uivos da ca-

chorra. Estava com vontade de se desfazer daquele diabo. Em seguida, pediu sua dispensa naquela viagem. Que fôsse dada a incumbência de levar o carro a Serra Azul, a outro carreiro. A Bertoldo, por exemplo. Carreiro velho e de confiança. Mas qual! A senhora do engenho não dispensou Chico da incumbência. Dissuadiu-o de seus receios. Que aquilo não era nada. Que deixasse o carreiro de receios e superstições. Que nada aconteceria, nem a êle, carreiro, nem ao carro, nem a ninguém. Que o carreiro seria êle mesmo, Rogério, que era o mestre carreiro do engenho. Ainda mais: que era Chico o carreiro de confiança da casa-grande. Chico, contrafeito, mas estimulado pela confiança que merecia da casa-grande, dali saiu, atrelou os bois ao carro e, às sete horas da manhã daquele sábado de agôsto, saía o carro, dirigido por mestre Rogério, da frente da casa-grande do engenho Liberdade, em demanda do engenho Serra Azul. No carro ia a senhora do engenho, acompanhada de tôda a família, inclusive de dois empregados de serviços da casa-grande: Cicero e João de Nêga. Só não acompanhava o carro o senhor do engenho, que se encontrava então em Palmares, no trato de negócios do seu engenho. E assim, seguiu o carro. Passou em frente ao engenho. Desceu a meia ladeira que, percorrida esta, se chega ao caminho que leva à vila de Bem-te-vi. Atravessou uma pequena ponte situada no fim da meia ladeira já percorrida. Entrou no caminho de Bem-te-vi. De um lado, a ladeira grande, do cercado do engenho, do outro, o manso e tranquilo rio Camevouzinho. Além, o canavial sacudido pelos frescos ventos de agôsto. Mais além, a mata e a linha azul do horizonte distante. Caminhava o carro. Como ajudante do carreiro, porque voltaria tarde o carro e se tratava de tempo em que as noites eram de escuro, lá ia também a Serra Azul o Panta, parente de mestre Rogério. Chega o carro à porteira que dá acesso à vila de Bem-te-vi. Transposta a velha porteira, segue o carro vila a dentro. Passa no barracão da feira. Desceu, aí, uma pequena inclinação e entrou na rua da Igreja. Aí morava, havia longos anos, o velho Barbosa, um dos assíduos freqüentadores do “Pau da Mentira”, do engenho Liberdade, onde, nas tardes de verão, se reuniam pessoas do engenho e também de Bem-te-vi, para conversar, falar da vida alheia, contar lorotas e anedotas, conversas que, vez por outra, eram interrompidas por demoradas e ruidosas gargalhadas do mesmo velho Barbosa. Na rua da Igreja, o carro

parou defronte da casa do alegre velho Barbosa, a pedido dêste que se achava, naquele momento, na calçada da rua, de gorro branco à cabeça, risopho, gordo e corado como um Papai Noel, gorro que casava bem com a sua cabeça branca e seus fartos bigodes brancos. Desceu à rua. Cumprimentou a senhora do engenho. Dirigiu um dito à meninada que viajava ali no carro. Largou, em seguida, uma de suas longas e gostosas gargalhadas. Perguntou pelo senhor do engenho. Indagou da hora da volta do carro. Depois despediu-se da senhora do engenho. Desejou à mesma boa viagem e voltou à sua casa. O carro novamente se movimentou e seguiu rumo a Serra Azul. Atingiu e passou além da porteira situada no outro extremo da vila. Aí a estrada se bifurca. Um braço leva para os engenhos Camevouzinho, Camevou Grande e outros. O outro segue em frente, rumo de Serra Azul. Por aí seguiu o carro, que continuava silencioso, sem cantar. Isto porque passara três dias nágua, para refrescar e inchar o madeirame. Do lado direito, o capoeirão grosso. Do lado esquerdo, a mata verde, viçosa, bravia e bela. Visgueiros, amarelos, sicupiras, paus-d'arco. Êstes, em breve, estariam pintalgando a mata com as suas flores roxas e amarelo-ouro. Sem cessar os ventos de agôsto sopravam e agitavam, ora aqui, ora acolá, o capoeirão e as árvores maiores da mata próxima. Bem-te-vis passam voejando, no ar. Cantam pássaros nas árvores de grandes copados. No alto, um céu límpido e lavado, com tênues blocos de nuvens ciganas, emoldura aquela radiosa e bonita manhã de sol de agôsto. Cá em baixo, tôda aquela fascinante paisagem campesina se anima e se enche de luz, de côr, de vida, de ruídos, de sons. O carro agora canta. Por cima de um capão de mato, à direita da estrada, passa, cantando, um gavião peneira. Depois paira, no ar, e começa a peneirar. Cícero, no carro, vê o peneirado do gavião, e canta:

“Penera as asas, gavião,
Penera as asas, gavião,
Penera as asas, gavião,
Vai peneirar...”

E assim, naquele instante, peneira, no ar, o gavião, canta Cícero a sua toada, e canta, também, o carro, naquela manhã luminosa, bônita e cheirosa, de agôsto. E segue o carro.

Canta, agora, na “prima” (3), depois passa para o “bordão”. (4) Já agora, canta fino e canta grosso, alternadamente, na “prima” e no “bordão”, enquanto, dentro do carro, sob sua cobertura, ri, fala e canta também a meninada da casa-grande de Liberdade, sob as vistas compreensivas e complacentes da senhora do engenho.

O carro, ora cantando fino, ora cantando grosso, dá uma idéia, assim, de dois carros cantando juntos, formando um curioso e original dueto. E neste caminhar, aproxima-se êle do fim de sua jornada. Está, nesta altura, acêrca de meia légua de Serra Azul. A estrada aí corre e se alonga numa chã. E’ de areia fina e branca o caminho. Aos lados da estrada, e por tôda a chã, denso capoeirão. Mais adiante, divisa-se uma curva da estrada. O carro segue o seu roteiro, sob o sol da manhã, chiando e cantando. Adiante, na curva da estrada, surgem, de repente, cavalos de carga. Todos carregados, com grandes sacos no lombo. E’ farinha para a feira de domingo, de Bem-te-vi. Atrás do comboio, vem o respectivo comboieiro, com o seu relho à mão, ativo e vigilante. Atento à marcha dos animais. Os cavalos continuaram caminhando, com suas pesadas cargas, na direção do carro, que seguia rumo contrário em direção ao comboio. Já bem perto do carro, o cavalo da frente, cabeça do comboio, avistando o veículo que se aproximava, parou. Ergueu a cabeça, olhou espantado tudo aquilo: o carreiro, os bois, o carro e o boetão vermelho que o cobria e faz então menção de querer correr para dentro da capoeira. Cícero e João de Nega, que viajavam sentados, na parte da frente do carro, gritam para o comboieiro: — “Sustenta o cavalo, matuto, senão êle ganha a capoeira!”

Com os gritos de Cícero e João de Nêga, o cavalo arrancou mesmo para dentro do mato, acompanhado dos outros que lhe vinham atrás. Na sua arrancada, bateu mais adiante com um dos sacos num tóco de pau sêco e lá foi abaixo a carga que arrastou na virada o cavalo também. Com o cavalo e a carga já no chão, chega correndo o comboieiro, sem poder mais dar jeito a nada, mas debaixo de uma estrepitosa vaia dos dois rapazes de Liberdade. O matuto ficou possesso. Com a virada da carga e do cavalo, e com o desafôro daquela vaia. Não sabia então o que fazer, se cuidar do cavalo da carga virada, se dos outros que também corriam às tontas pela capoeira. O carro parou. Nesse momento passa, no alto, gritan-

(3) — Canto fino, do carro.

(4) — Canto grosso, do carro.

do, um bando de jandaias. Aquilo parecia um propósito. Os gritos das ariscas e andejas aves parece que vinham reforçar aquela vaia ao comboieiro, que estava, agora, às pressas, e furioso de raiva, livrando o seu cavalo caído da carga que o retinha estendido no chão. Prossegue então o carro. Ao passar frente ao comboieiro e do cavalo caído, relutando por se pôr em pé, os rapazes do carro prorromperam em nova vaia! O matuto, aí, por sua vez, responde àquela vaia, gesticulando com o relho na mão, e grita também, com o carro já distante: — “Tomara que Satanaz ajude a virar êsse carro hoje na estrada, cachorros da moléstia!” E lá se foi o carro estrada a fora, ficando para trás o comboieiro furioso e atrapalhado com os seus cavalos.

Por fim, chega o carro a Serra Azul. Mas os uivos de Piranha, e já agora a praga do comboieiro, não deixavam o carreiro Rogério. Não gostou do incidente da estrada, com o matuto, e menos ainda daquela praga. Estava agora ainda mais impressionado o carreiro. Macambúzio e triste, passou êle o resto do dia em Serra Azul. Só pensando na volta e no que poderia então acontecer. Ficava sempre assim quando Piranha dava para uivar de noite. Enfim, logo que o sol desapareceu, longe, por trás das serrarias abuladas pela distância e os morcegos começaram a rodopiar tontos no ar crepuscular da tarde, o carro de mestre Rogério saiu de Serra Azul, de volta a Liberdade. Estava assim feita a esperada visita de D. Sinhazinha de Liberdade a D. Alice de Serra Azul. Subiu o carro a pequena ladeira que começando logo depois da casa-grande, vai até a porteira do cercado, a qual, ultrapassada, atinge-se a estrada que, por entre canaviais e capoeiras, segue o rumo de Bem-te-vi. Caminhavam os bois, com o carro. Em cima, na chã, escureceu. O carro agora caminhava devagar. Panta seguia atrás, atento e vigilante. Rogério não gostava de trabalhar de noite, com o seu carro. Principalmente noite de escuro. Isto porque só tinha uma vista. E nesse dia viajava êle no escuro e mal impressionado, remoendo os seus presságios decorrentes dos uivos de Piranha, reforçados agora com aquela praga, na estrada, do comboieiro. E pensava: “logo naquele dia aquela praga...” Tudo, porém, corria até ali sem incidentes. O carro fazia boa viagem. Já agora estava à vista de Bem-te-vi. Com a lenta marcha que ia desenvolvendo, precaução do carreiro por causa da noite de escuro, quando entrou em Bem-te-vi a sinêta do barracão da feira dava nove horas. E lá estava à espera do carro, sentado a uma cadeira na calçada de sua casa, com a gente da vila quase tôda agasa-

lhada àquela hora, o velho Barbosa. Como sempre, risonho e alegre. Com um lampião à mão, pediu a parada do carro. Deu boa noite à senhora do engenho. Convidou-a, com todo o pessoal do carro, para ceiar em Bem-te-vi. D. Sinhazinha agradeceu o convite, alegando cansaço e por já se achar quase em casa, pois que o engenho estava ali bem perto. Despediu-se o velho Barbosa. E seguiu o carro. Às nove e meia estava no cercado do engenho. Dentro em pouco estava o casarão do engenho à vista. Cantava o carro dentro da noite e seguia seu roteiro. Parou sobre a pequena ponte que, uma vez ultrapassada, começa-se a subida da meia ladeira que, vencida, chega-se à casa do engenho e, logo após, à casa-grande. O carro passou a pequena ponte e mais adiante parou outra vez. Como era noite de escuro e a subida, do lado esquerdo, por onde havia descido pela manhã, estivesse cheia de amontoados de bagaço de mistura com lama ressequida, resultante das últimas chuvas do ano, achou prudente o carreiro seguir pelo lado direito, marginando uma levada, por onde corriam, rumorosas, as águas que desciam do cavouco do engenho. E o carro por aí seguiu e foi subindo. Junto ao carro, do lado da levada, ia Panta, vigilante, por ordem do carreiro, pronto para avisar àquele de qualquer anormalidade que ocorresse na marcha do mesmo, naquela subida. E a subida se fazia agora com o carro cantando, soturnamente, no “bordão”. O carro parecia, naquela lenta ascensão, ladeira acima, dentro da noite, com um grande animal cansado, resfolegando através daquele seu agora baixo e soturno canto. No meio da ladeira, uma das filhas da senhora do engenho, nervosa e receiosa com a marcha do carro, no escuro, pela beira da levada, que cada vez era mais profunda e escura, à proporção que mais se acentuava a subida, aos gritos para o carreiro, pediu que parasse o carro. Isto feito, saltou ela do veículo e disse que subiria a ladeira a pé. Estava com medo de uma virada dentro da levada. O carreiro vem até à menina, pede que ela volte ao carro, que nada aconteceria, que já se estava em casa. Disse que aquilo era uma desfeita ao velho carreiro. Reanimada por sua mãe e por todos os demais companheiros de viagem, lá voltou a menina ao seu lugar e o carro seguiu ladeira acima. Quando ia já transpondo o ponto mais difícil da subida, onde a levada era mais larga e mais funda, formando ali de lado um verdadeiro abismo, com as suas águas gorgolejantes lá embaixo, o carro inclina-se, no escuro, para o lado do abismo, inclinação que se vai acentuando cada vez mais, à proporção que os bois o puxavam para cima, no rumo do engenho. A roda esquerda subira um dos montões de

bagagem e lama que por ali se encontravam espalhados, e não houve gritos do pessoal da casa-grande, nem do ajudante Panta, então de ombros apoiados ao carro, do lado para o qual ele se inclinava mais e mais, que evitassem a virada violenta e brutal do mesmo, ali, quase a dois metros da boca do abismo. Confirmavam-se, assim, os receios da menina da casa-grande. E mais uma vez Piranha denunciara desgraças para o carreiro Chico Rogério, que estava ali, agora, diante daquele quadro constrangedor, quase louco de espanto e de vergonha. Por um nada, quase tudo, bois, carro, gente, não havia caído dentro da levada do cavouco.. Um milagre! Não fôsse a cobertura do carro e todo o pessoal que nele se encontrava teria rolado no abismo e se espedaçado lá embaixo, nas pedras. Ninguém escaparia para contar a história! E a coisa sucedeu de maneira tão rápida, inesperada e brutal, que deixou todos tontos e em pânico!

A senhora do engenho, a esta altura, a salvo e de pé junto ao carro ali virado, já em parte refeita do grande susto que acabava de experimentar, reuniu o seu pessoal, contou a meninada, os dois empregados da casa-grande, Cícero e João da Nega, e ia se retirando, conduzindo seus filhos e empregados, nervosa mas de certo modo tranqüila por não ter havido nenhum desastre pessoal, quando gritos soaram no ar, vindos dos lados do carro, gritos de aflição e de dor. Era o pobre do Panta que ficara preso debaixo do carro, quando tentava, valorosamente, evitar a virada do mesmo. Levantado o carro com a ajuda de pessoas outras que afluíram ao local do acontecimento, foi retirado dali o ajudante do carreiro, seriamente machucado, e conduzido em seguida a uma dependência da casa-grande, onde ficou em tratamento.

Chico Rogério, meio alucinado, e com os seus brios de mestre carreiro abatidos, envergonhado com o que acabava de acontecer com o seu carro, conduziu o mesmo para um galpão que ficava na frente do engenho, soltou os bois, e logo após desapareceu.

O acontecimento correu mundo. Passada a hora dramática do episódio, começaram a surgir, aqui e ali, os ditos, as pilhérias, as mangações, com relação à pessoa do carreiro, tudo inspirado na virada do seu carro com o pessoal da casa-grande. E o carreiro não aparecia. Correu a notícia que ele tinha enlouquecido. Outros diziam que Rogério tinha deixado o engenho, envergonhado.

E nada do carreiro.

Chegou de Palmares o senhor do engenho. Inteirou-se de tudo. Fêz uma visita, acompanhado da senhora do engenho, ao carreiro. Estava êle em sua casa. Não tinha abandonado o engenho. Nem estava louco. Homem velho, sofrido, e de vergonha, estava acamado. Doente de traumatismo moral. Não comia nem dormia, havia mais de três dias. Cardíaco, não era bom, naquele momento, o seu estado de saúde. Recebeu os senhores do engenho abatidissimo e chorando. Pediu desculpas pelo acontecido. Quis deixar a cama e pôr-se de pé, o que foi desaconselhado pelos visitantes, e não pôde realizar o seu intento, tão abatido estava. Física e moralmente abatido. Estava magro, cadavérico, quase irreconhecível. Naquele momento foi acometido de uma crise de nervos, acompanhada de forte dispnéia. Asmático, sobreveio-lhe um forte ataque daquele seu velho mal. Quis dar sinal do seu desgosto aos visitantes, pelo que acontecera. Os senhores do engenho fizeram-lhe ver que não tinham nenhum ressentimento pelo ocorrido. Que aquilo fôra um acidente como outro qualquer. Animavam, assim, o velho carreiro. Disseram-lhe que continuava êle a merecer a velha confiança de sempre, da casa-grande.

O carreiro, quando, a custo, pôde falar, o que fêz com grande esforço, parando a todo instante, em face do seu grande abatimento e da dispnéia agravada pela asma, foi para referir uma história, ouvida na sua mocidade, de um comandante de navio, que tendo naufragado o seu barco, depois de promover o salvamento de tôda a tripulação, desceu, sozinho, para o fundo do mar com o seu navio, lá ficando para sempre. Concluída sua história, morto de cansado, sentado na sua cama, recostado na parede, disse que um mestre carreiro que vira seu carro, deve morrer debaixo dêsse mesmo carro. Que êle, Rogério, devia ter morrido debaixo do seu carro, no dia da virada. Dito isto, foi acometido por um forte acesso de tosse. Uma tosse seca e esquisita que o pôs sem fala e quase morto. Sua mulher e filhos estavam aflitos e alarmados. O estado de Chico era delicado e constrangedor. E dali saíram os senhores do engenho apreensivos e vivamente impressionados com o estado de saúde do velho carreiro.

No engenho continuavam os ditos e pilhérias de alguns, a respeito da virada do carro de Rogério, já agora reprimidos pelos senhores do engenho. Em Aratinga, num samba, e em Bem-te-vi, num maracatu, vinha sendo aludida e cantada a virada do mestre carreiro de Liberdade.

Chico teve uma ligeira melhora e veio a saber de tudo isso. Tomara conhecimento de tudo o que se dizia a seu res-

peito, no engenho e fora do engenho. E o motivo era sempre o mesmo: a virada do seu carro. Agora estava novamente passando mal. Sua tristeza era cada dia maior. Sua tristeza e o seu desgosto. E aquela tristeza e aquêles desgosto o matariam, certamente. Tudo indicava ser isto inevitável.

E o que tem de ser tem muita fôrça. Quinze dias depois da virada do carro, numa noite de escuro e de muito vento, lá Piranha outra vez bota a bôca no meio do mundo, a uivar, a uivar, aqui, ali, acolá. E desta vez, uivava na porta da casa do carreiro, uivava na bagaceira, e vinha uivar junto do seu carro, cá em cima, no engenho. E o carro ainda ali estava armado e coberto como no dia da virada. Piranha estava agora ali uivando. Foi tangida várias vêzes, de debaixo do carro de Rogério, a pedradas, para logo mais voltar, com os seus lúgubres e agourentos uivos. E assim correu tôda aquela noite de escuro e de ventos. No outro dia, mal amanhecia, bateram na porta da casa-grande. Era a mulher de Chico Rogério, em pranto, acompanhada dos filhos e de várias outras pessoas do engenho. Vinha dizer que Chico tinha desaparecido de casa e que estava morto, ali perto, junto do engenho, debaixo do seu carro. Enquanto isto sucedia, Piranha continuava uivando. E Chico, na verdade, estava morto, debaixo do seu carro, ali bem perto, no engenho, defronte da casa-grande.

Tinham-se cumprido, assim, os impenetráveis e insondáveis designios de Deus. Morrera, pois, de tristeza e de desgosto, o carreiro Rogério, debaixo do carro que êle próprio, por uma fatalidade do destino, tinha virado com o povo da casa-grande. Êste, o motivo de sua tristeza. Do seu grande desgosto. Da sua morte!

* * *

Morrera, assim, Chico Rogério, mestre carreiro do engenho Liberdade, como aquêles antigo capitão de navio, que afundou e morreu no fundo do mar, com o seu barco naufragado. Aquêles carreiro nordestino acabava de morrer também debaixo do seu carro, que êle próprio virara.

Na tarde dêsse dia, por conta da casa-grande, foi feito o entêrro de mestre Rogério. O seu corpo, pôsto num grande caixão negro, com as iniciais do seu nome e a cruz de Cristo na tampa, acompanhado de quase todo o povo do engenho, inclusive dos senhores do engenho, que lhe prestavam, assim, aquela última homenagem, seguiu, dentro do seu próprio carro, puxado pelos bois de sua estimação, para a sua última morada, na vila de Bem-te-vi, onde ficou sepultado, para sempre, no cemitério local.

.....

Morreu Chico Rogério debaixo do carro que êle próprio virara, trabalhado por secretas fôrças de um destino mau. Mas inscrita também estava, daí por diante, com a sua morte, uma singular legenda nordestina. Ou seja: — o mestre carreiro que vira o seu carro, à maneira daquele antigo capitão de navio que morreu no fundo do mar com o seu barco naufragado, deve também morrer debaixo do seu carro. Tal como morreu Rogério.



"O BICHO ATIRA-SE SOBRE A MOÇA.
ARRANCA-LHE COM OS DENTES O CASACO
E MAMA NOS SEUS PEITOS ATÁ
SACIAR SUA BRUTA FOME"

O CASTIGO

Era uma vez uma vilazinha perdida nas brenhas do Nordeste.

Situada estava ela no vale de um grande rio.

Dentro do vale, ela assim aparecia: De um lado, o rio. Depois do rio, várzeas, campinas, morros, e, além, a mata. Do outro lado, quase o mesmo quadro. Várzeas, campinas, morros, e, lá longe, a mata.

Esta era a paisagem que circundava a vilazinha de que fala esta história.

Ora cintilava ela ao sol. Ora era banhada pelas benfezas águas caídas dos céus.

E ali vivia, havia muito tempo já, uma gente simples e boa, mourejando nas suas atividades cotidianas. Os homens, pescando, caçando, ou trabalhando nos campos vizinhos os seus roçados, as suas lavouras. As mulheres, nas suas lidas domésticas, com suas flôres, suas rendas, seus doces, suas indústrias caseiras. E, ainda, no habitual culto aos santos de sua devoção, nos oratórios domésticos ou diante dos floridos altares da capelinha local.

E assim, como num mundo de contos de fadas, corria a vida daquela gente, em tempos que já vão longe, na distante vilazinha.

A capelinha da vila, no decorrer dos dias de cada semana, permanecia aberta à adoração dos fiéis. Vez por outra, aos domingos, vinha de longe um padre e rezava ali u'a missa. E assim era estimulado e mantido o espírito de fé católica do lugarejo.

Um dia, apareceu ali um moço de uma cidade distante. Um moço da Capital. Num período de férias fôra êle refazer-se, na amena quietude da vila, das canseiras da Capital. E numa missa domingueira, na capelinha da vila, o moço se

enamorou de certa moça dali. E nesse namôro, o moço da cidade distante ousou mais do que devia. E a moça da vilazinha cedeu demais...

Dias depois, voltou o moço de longe aos seus pagos. E a moça ficou curtindo a saudade daquela ausência e sofrendo, em silêncio, e sôzinha, as amarguras de seus pecados, nascidos daquele breve e fugaz enleio com o moço da Capital.

Meses depois, a moça começou a notar certa alteração em todo o seu ser. Sentia uma secreta necessidade de amparo e de arrimo. Seu corpo perdia certas linhas. Sua anatomia se modificava... Urgia, assim, sair dali antes que aquêlê seu aspecto físico fôsse notado. E ela ausentou-se da vila para certo sítio, não muito distante do lugarejo onde vivia, mas que oferecia proteção ao seu segredo.

E um dia, lá no sítio onde a moça fôra guardar o seu segredo, veio à luz o fruto do seu pecado com o moço da Capital. O filho indesejável. E não querendo deixar vestígios de seu pecado, nem do crime que premeditara nos longos dias de sofrimento e de ausência do seu domicílio, nas caladas da noite jogou num poço do rio que ali passava, o fruto do seu ventre, o filho de suas entranhas de mãe desnaturada.

Dias depois, voltava a pecadora à vilazinha, refeita dos seus sustos, integrando-se novamente nos seus hábitos de dantes, como se nada de anormal houvesse ocorrido na vida da moça de tempos atrás. Cultivava suas flôres. Fazia suas rendas. Passeava com as amigas. Rezava para os seus santos prediletos, em casa ou na capelinha da vila. E nos domingos de missa, lá estava ela na capelinha, rezando diante dos altares, ou genuflexa no confessionário, dizendo os seus veniais pecados, nos seus hábitos de religiosa. Mas nunca dizendo aquêlê pecado e aquêlê crime inconfessável, que lhe denegria a alma... Aquêlê segredo ninguém saberia. Ela o levaria para o túmulo.

E assim correu por muito tempo, ali, a vida da moça que tinha uma tristeza no coração, um pecado inconfessado, e um negro crime turvando-lhe a alma. Gritando-lhe na consciência...

* * *

Lá um dia, eis que chegam à vilazinha umas santas missões. E a moça, como as outras da vila, tal como se fôsse a donzela de dantes, foi confessar-se ao frade missionário. Este, que possuía invulgares merecimentos, descobriu a mentira

da moça. A mentira, o seu pecado, e o seu nefando crime... E nesse dia mesmo, frente aos fiéis reunidos na capelinha, revoltado diante do que desvendara, falou o frade do lôgro de que estavam sendo vítimas aquêles mesmos fiéis e a fé católica da vila, lôgro que estava sendo praticado por uma pecadora ali presente, a qual, por isso mesmo, declarou êle, iria receber o justo castigo que estava a merecer!

— Meus filhos! — assim falou o frade. Está aqui presente uma pecadora que vai receber, logo mais, o castigo que está a merecer, pelos seus pecados e por um medonho crime que praticou. Pecados e crime que procurara esconder, até agora, dos olhos da Sociedade e da Santa Igreja!

Em seguida, o missionário convidou os fiéis presentes, sem exceção de um só, que o acompanhassem a um determinado sítio proximo da vila. E acompanhado de seus fiéis, chegou o frade ao lugar visado, à margem de um rio que por ali passava. Diante de certo trecho do rio, onde existia um fundo poço, exatamente onde a moça pecadora jogara, tempos atrás, o filho pagão, o frade mandou que os fiéis se colocassem em fileiras, frente para o poço: as moças donzelas, à frente, por trás destas as senhoras, e por trás das senhoras, os homens. Isto feito, o frade foi até a beira do rio e dali, voltado para o poço, assim falou:

— Sai, pagão, do fundo do rio, e vem cá fora matar a tua fome nos peitos de tua mãe, que aqui está à tua espera!

Dentro em pouco, as águas do poço começaram a se agitar, e dali surgiu um horrendo bicho, que tinha uma forma de cobra, e veio parar a beira do rio. Tinha uma enorme e disforme cabeça. Seus olhos eram vermelhos e dêles caíam lágrimas de sangue. De sua enorme bôca saía fumaça. E o frade, apontando para a falsa donzela, ali perto, novamente falou ao bicho:

— Olha ali tua mãe. Vai, aproxima-te dela e mata nos seus peitos a tua grande fome!

O bicho arrasta-se pelo chão e pára diante da pecadora. Com tal monstro aos seus pés, a moça desmaia e cai ao chão. O bicho atira-se sobre ela, arranca-lhe com os dentes o casaco e mama nos seus peitos até saciar sua bruta fome. Após, atira-se êle no rio e desaparece nas fundas águas do poço. Inerte e desacordada, quase morta de medo e de vergonha, fica a pecadora ali estendida no chão, à beira do rio. Em seguida

ao desaparecimento do bicho nas águas do poço, dos peitos da moça, ali caída, chamas começaram a surgir, chamas que dentro em pouco envolveram tôda ela. Envolta em chamas, levanta-se a moça do chão e atira-se, em seguida, dentro do rio, desaparecendo, para sempre, nas escuras águas do poço malassombrado.

Estava assim consumado o terrível castigo impôsto à infeliz pecadora!...

* * *

Dias depois daquele estranho acontecimento, quem por aquêlê sítio passasse, noite de escuro, ouvia um chôro de menino. E após o chôro, um corpo em chamas boiava e rodopiava sôbre as fundas águas daquele poço. E desde então — diz a lenda —, as águas do rio se turvaram e se tornaram pretas. E o rio passou a se chamar: Rio Prêto. E o poço do bicho: Poço do Castigo!

Com o decorrer do tempo, a gente da antiga vilazinha desagravou aquela tradição de pecado, que ecoava no seu passado, erigindo no lugar da primitiva capelinha um majestoso templo católico.

Aquêlê templo representava um comovente ato de fé.

A vila tinha assim sublimado e redimido o seu pecado, para a posteridade!

.....

No sítio da antiga vilazinha, hoje existe uma cidade.

Nessa cidade há um belo templo católico. Ali está êlê plantado há muito tempo já. Ao pé dessa cidade, corre mansamente um grande rio. Seu nome é: Rio Una (rio prêto). E nesse rio, à pouca distância da cidade, há um profundo e negro poço. Esse poço tem hoje o nome de: Poço da Fôlha.

E' assim chamado, porque sôbre suas profundas e negras águas giram e regiram, noite e dia, fôlhas de árvores, numa simbólica alegoria ao que acontecera, ali, num passado longínquo.

Nesse poço mora uma enorme cobra. O estranho bicho aparece ali quando em vez, no poço malassombrado. E' coisa que se vê de tôda a cidade. Aquilo é olhado pelas gentes do lugar como um aviso ou lembrete, para a posteridade, de tristes e trágicos episódios ali desenrolados num distante e remoto passado.

Hoje, pelas letras, pelas artes, pela fé, pelo trabalho, a cidade vai se redimindo de suas culpas de ontem.



**"A FLORESTA AGORA SE ENCHE
DE ASSOBIOS, DE GRITOS DAS CAI-
PORAS, DE ZUMBIDO DOS VEN-
TOS, DE SOMBRAS ESPECTRAIS".**

JOÃO - PERDIDO

Era numa sexta-feira de setembro. Mané Bento largou o serviço cedo, nesse dia. Ao meio-dia estava no caminho de casa. Tomou banho numa levada que ficava no meio de um canavial, ali perto, por trás do engenho. Depois do banho, já em casa, almoçou. Mudou de roupa. Calçou suas alpercatas. Pendurou um facão de mato na cintura. Pegou uma bolsa de palha, de viagem, botou farinha, carne de charque assada, rapadura, banana anã, uma quicé de cortar fumo. Fósforo. Uma cabacinha com pólvora e outra com chumbo de caça. Encheu uma moringa d'água, amarrada pela boca com embira de caroá, pendurou-a em um dos ombros. Amarrou um candieiro de gás, de folhas de Flandres, no cinto. Tirou da parede sua espingarda de espolêta, de caça, carregou-a com a primeira carga do dia, bem socada, botou a espolêta do primeiro tiro, deu um grito pelo seu cachorro Tubarão, que àquela hora dormitava lá fora, no terreiro da casa, e, em seguida, tocou p'ro mato. Ia à caça. E ia dormir na mata, naquele dia, para na madrugada seguinte, atirar em uns papa-méis que chegavam toda madrugada para debaixo de um visgueiro já seu conhecido. Depois dos papa-méis, ia encovar umas pacas na Chã-do-João, perto do visgueiro, ali mesmo nas matas do engenho Miarini.

Apesar de ser um dia ruim de caça, sexta-feira, dia de caipora andar solta na mata, dia de dar surra em cachorro e atrapalhar caçador com seus assobios e estrepolias, e até fazer malassombrado e botar muito cabra medroso para correr, mesmo assim Mané Bento foi p'ro mato.

Era manhoso e teimoso como todo caçador. Dizia sempre que um dia desencantava a caipora. E lá se foi ele para a mata, seguido do seu cachorro Tubarão. Às seis da tarde daquele dia estava fazendo um fogo numa clareira da mata, perto do visgueiro dos papa-méis. A uns duzentos metros, na

sua frente, ficava o visgueiro. O seu copado estava à mostra, à distância, por entre os copados das demais árvores da floresta. Perto do visgueiro, num pau alto e esgalhado, Bento havia dias antes armado, bem no alto, um girau de espera para atirar dali nos papa-méis. Depois que Bento fêz sua merenda, ali na mata, e o fogo se apagou, escureceu. Bento acendeu seu candieiro e, devagarinho, ia seguindo, acompanhado de Tubarão, no rumo do pau do girau. Quando lá chegasse, subiria no pau e, lá de cima, aguardaria o amanhecer e chegada da caça. Depois dos papa-méis, seguiria para a Chã-do-João, para a caça às pacas. De candieiro aceso à mão, seguido do seu cachorro, caminhava Bento rumo do seu girau. De repente, saltou sôbre o seu candieiro qualquer coisa que êle não pôde perceber de logo o que era e o apagou, arrebatando-lhe ao mesmo tempo, das mãos, a candeia. Seu susto foi enorme, sobretudo quando sentiu que aquilo fôra um bote de surucucu pico-de-fogo. Que, segundo dizem, come fogo. Assalta qualquer fogo e em qualquer lugar, à noite. E se em mãos de alguém, terá êste que agir rápido, afastando-se do lugar do assalto, antes que seja picado pela cobra. Correu Bento, deixando seu candieiro, na direção do seu girau, acompanhado de Tubarão. Ao dar algumas passadas no escuro, percebeu novo movimento da cobra e, logo após, o grito do cachorro. Fôra êste mordido pela surucucu. Estava perdido. Bento, temeroso de um ataque da cobra, apressou o passo e seguindo por uma picada antes feita por êle, na mata, atingiu com brevidade o lugar da espera, subiu pau acima para o seu girau. Na pressa com que agira, deixou no chão tudo o que trazia consigo. E de lá de cima ficou a ouvir o movimento da cobra, que o acompanhara, lá em baixo nas fôlhas sêcas das árvores que forravam o chão da mata. E o que mais lhe constangia: ficou a ouvir os grunhidos do seu cachorro, sem poder dar jeito àquela situação, até que o pobre cão silenciou. Estava morto Tubarão. Seus apetrechos de caça tinham ficado lá em baixo. Não pudera conduzir nada, com a pressa da fuga, para a espera, para o seu girau. lá em cima, no copado alto da árvore de onde, ao amanhecer do dia seguinte, pretendia atirar nos papa-méis, como sempre fazia, em dias outros. Era o diabo, aquilo. Perdera o seu cachorro de caça, de estimação. Quase fôra mordido pela surucucu. Não atiraria mais nos papa-méis. Nem encovaria mais as pacas, na Chã-do-João, no outro dia. E não podia nem devia descer dali, senão no dia seguinte, tudo já claro e limpo, que a surucucu ali estava, em baixo, se remexendo e se espojando nas fôlhas, esperando por êle. E Bento estava triste e aca-

brunhado com o que acabava de lhe acontecer, ali, na mata, coisa aliás que nunca lhe sucedera. E pensava: será mesmo isso arte de caipora? O diabo era que estava agora sem sua espingarda, sem mantimentos, sem nada ali em cima, e tinha que passar toda a noite naquele êrmo, com fome, com sede, e sem futuro nenhum para o dia seguinte. Estava assim Bento no seu girau, lá no alto da árvore, imaginando, e as horas corriam. Por cima do copado do pau em que se encontrava, bem alto, lá nos infinitos e tranqüilos céus de Deus, desenhava-se o "Setestrêlo", boiando em meio daquela massa láctea, das nebulosas.

O "Setestrêlo" serve às vêzes de roteiro das horas aos caminantes e caçadores noturnos. Quanto mais láctea a massa em que êle sobrenada, isto indica que mais alta se vai tornando a noite. A certa altura dessa noite, o céu longínquo estava ondulante e pontilhado de estrêlas. E o "Setestrêlo" boiava como que num tremulante lago de leite. Ia assim alta a noite. Era certamente de uma para duas horas da madrugada. Silêncio no céu. Silêncio das horas. Silêncio na mata. Naquele momento, um mistério insondável envolvia o mundo e as criaturas de Deus. A mata era àquela hora um mundo misterioso, sombrio e inescrutável, onde seres de sonho, de lenda, e de fábula, se movimentavam embuçados nas sombras, havia milênios!

Bem defronte da árvore em que se encontrava o girau de Bento, havia um grotão largo e escuro, onde, diziam os caçadores, havia uma fonte perene. Uma bebida de bichos. Ali andavam cobras e outros bichos maiores, àquela hora. Tão escuro era êsse grotão, coberto de árvores tão altas e ramalhudas, que, mesmo de dia, diziam, era uma temeridade andar ali. Dia e noite estalavam as lagartixas da mata. Até gato maracajá e onça vermelha andavam ali dentro.

Houve um momento, dentro daquela noite sem fim para Bento, que parecia ao caçador que o mundo se transformara num caos medonho, com bichos informes, de eras remotas, andando por ali, acima e abaixo.

Bento não dormia. Nem tirava o pensamento de tudo o que era estranho e que a mata, para êle, àquela hora, continha e o envolvia. E pensava na cobra. Pensava no seu cachorro morto, ali em baixo. Pensava nas Caiporas. Pensava nas abusões da floresta. Enquanto isso as lagartixas da mata estalavam lá embaixo, no grotão. Bento estava ali, só, dentro daquele êrmo de mistério e escuridão, já agora cheio de

susto, de espanto e de medo, coisa que antes nunca lhe sucedera...

De momento, Bento ouve, longe, naquela hora alta da noite sem fim, vindo do lado de lá do grotão, ali na sua frente, de dentro daquele caos de silêncio e trevas, um enorme e estranho grito:

— Óôôô João!!!

E após êsse grito, houve como que um silêncio ainda maior, na mata. Era como se tudo tivesse ficado à escuta daquele grito. Decorridos alguns instantes, outro grito ecoou, longe, dentro daquele êrmo, mas agora do lado oposto ao de onde tinha partido o primeiro, do lado da outra encosta do grotão, por trás de Bento. Longe, bem longe:

— Inhôôôôôô!!!

Bento agora, lá em cima, na árvore, no seu girau de varas, estava voltado para o lado de onde surgira aquêle segundo grito, cheio de susto e de dúvidas. E pensava: será isso arte das caiporas, naquela noite de sexta-feira? E lamentava: "... Meu fumo ficou lá em baixo, na bôlsa. Aqui não tenho nada p'ra abrandar as suas iras". E estava ainda Bento nessas conjecturas, quando outro grito ecoou do lado oposto ao segundo, do lado de lá do grotão, agora mais próximo e mais forte que o primeiro:

— Óôôôô Joaão!!!

Que diabo seria aquilo, santo Deus! Gente perdida, por ali, àquela hora da noite? Não era possível. Seria uma abusão da mata? Seria a abusão de João - Perdido? Pensava Bento. E agora, os gritos de um lado e do outro, dentro da noite, se sucediam, com maior freqüência, e cada vez mais próximos. Bento, a esta altura, estava cheio de susto e de medo, diante daquela situação sem precedente na sua vida de homem do mato e de antigo caçador. No seu espanto, naquele êrmo, sòzinho, sem socorro possível em face do que lhe pudesse acontecer ali, tomou-se de receios e fraquezas que nunca experimentara antes nas suas rondas noturnas, no mato. Os gritos cessaram, por alguns instantes, de ecoar, de um lado e do outro da floresta. Lá em cima, no seu girau, na densa escuridão daquela noite tormentosa, Bento procurava reagir aos seus sustos, àquêle seu estado de pânico. Mas eis que, de

súbito, bem perto, no cimo do barranco do grotão, outro grito, alto, nítido, assustador, se fêz ouvir, ecoando na floresta:

— Óôôôô Joôôôô!!!

E logo em seguida, do outro lado, já bem perto também, nas costas de Bento, outro grito, também nítido, forte, alucinante, ecoou:

— Inhóôôôôô!!!

E logo após êsses dois gritos que repercutiram e ecoaram longe, nos ermos da floresta escura e impenetrável, percebeu Bento que a mata, do lado de lá do grotão, se agitava como que sacudida por um vendaval. E aos seus ouvidos chegava o estralejar de mato quebrado, indicando que alguma coisa, gente ou bicho, descia encosta abaixo, enquanto do lado oposto da mata idêntico movimento se registrava. Isto indicava que aquêles que, aos gritos, se procuravam mutuamente, dentro da floresta, àquela hora, se aproximavam para um encontro final. E o que vinha ali, galgava e subia agora a outra encosta do grotão, na direção da árvore em que se encontrava Bento. Subiu finalmente a outra encosta do grotão. Atingiu à borda do barranco e continuou andando, dentro das trevas, no rumo do caçador, que estava, lá em cima de sua árvore, atento aos movimentos do bicho, do fantasma, ou o que fôsse, que lá em baixo se encontrava. Cessaram os passos do fantasma. Agora estava parado dentro da noite, ali perto de Bento. Neste instante uma forte e rude ventania começou a agitar tôda a floresta. Um vento frio e tempestuoso sacudia tôda a mata e zunia por cima do copado das árvores. Bento, assombrado, segurava-se com unhas e dentes ao seu girau, temendo cair lá de cima da árvore que lhe servia de pouso.

Outro grito ecoou agora bem perto da árvore em que Bento se encontrava. E outro, em resposta, repercutiu, mas agora longe, bem longe, do outro lado da floresta, quase imperceptível. E Bento, a esta altura, estava quase louco de susto e de medo. E não tinha mais dúvida, aquilo era uma abusão. E tudo indicava que era a abusão de João - Perdido. Se-

gundo diziam, quem se encontrava com aquela abusão, se perdia também. E Bento, sòzinho, naquele êrmo, relutava por escapar com vida diante daqueles fantasmas da mata. E que fazer agora para fugir dali, se aquela noite não tinha mais fim! E enquanto Bento lá em cima, na árvore, no meio das trevas, se consumia no seu pavor, outro grito surgiu dentro da noite. Agora, quase debaixo da árvore em que se encontrava o caçador. Grito que repercutiu nas trevas e se perdeu longe, por cima da mata escura e agitada por um vento de tempestade. E êste grito não teve mais resposta do outro lado da floresta. Agora o fantasma estava debaixo da árvore do caçador. E passou em seguida a gritar para cima, para Bento:

— “João, ô João, eu estou aqui, João!” E continuou gritando: — “Desce daí, João! Desce, senão eu vou te buscar lá em cima!” E mais alto ainda: — “Desce, João! Desce, João!”

E Bento, diante de tal quadro, estava livido de mêdo. Louco de pavor. E já agora o fantasma, gritando por João, sacode, com mãos de gigante, a árvore em que se encontrava Bento. E êste, no seu mêdo, no seu pavor, na sua alucinação, via, ouvia e sentia um mundo de coisas estranhas ao seu derredor. Naquele instante, o fantasma subia, pau acima, na sua direção. Um vento de tempestade desencadeia-se por tôda a floresta e sacode, agora, violentamente, a árvore em que êle, Bento, se encontrava naquela situação desesperadora. A floresta agora se enche de assobios e de gritos das caiporas, de zumbido dos ventos, de sombras espectrais. Tal era a alucinação de Bento. E assim, naqueles instantes indescritíveis, Bento, no seu horror diante de tudo aquilo, no seu mêdo sem limite, na sua crescente alucinação, vendo o fantasma aproximar-se, pau acima na sua direção, ouvindo os assobios e os gritos das caiporas, cercado de sombras espectrais, ouvindo o uivar do vento que agitava a floresta e sacudia e vergava a árvore em que êle se debatia na sua alucinação, no seu enorme desespero, e já sem fôrças para suportar sòzinho tal crise, tamanho drama, desprega-se lá de cima e rola no abismo que

se abre aos seus pés, arrebatando-se no solo, por sobre espinhos e velhos paus ali caídos. Caiu no chão da mata e ali ficou inerte e imóvel. Estava morto Mané Bento. E mais adiante, morto também estava Tubarão.

E foi assim que acabou aquela tormentosa caçada, naquela noite de sexta-feira, na mata malassombrada.

E nunca mais Mané Bento voltou daquela trágica caçada, nas matas do Miarim.

.....

(João-Perdido era caçador. Numa noite de sexta-feira, contra os conselhos do seu velho pai, foi caçar nas matas do Miarim. E dessa caçada João nunca mais voltou. Perdeu-se, segundo dizem, numa chã, que tomou o seu nome: Chã-do-João. Seu velho pai, homem afeito ao mato, botou-se para a mata, à procura do filho. E por lá esteve dias, semanas, meses, anos, e de lá também nunca mais voltou. Perdeu-se na procura do filho que nunca encontrou. E virou abusão. Diz a lenda que quem topa com esse fantasma, também se perde na mata. Não volta mais. E isto tem sucedido. E Mané Bento foi uma das vítimas dessa abusão. Esta é a história de João-Perdido, das matas malassombradas do Miarim).



M. B. B. B. B. B.

"OS MENEZES, A ESSE TEMPO, UM DE CADA
LADO DO MORIBUNDO, ESTAVAM REN-
TES COM O VELHO LEÔNCIO".

ENTRE DOIS BANDIDOS

Manuel Leôncio era comerciante. E comerciante abastado, conceituado e feliz. Entre o duro labor de todos os dias e os lucros certos de todos os anos, vinha vivendo o solteirão Leôncio sua vida, há muito tempo já.

Mas o mundo dá muitas voltas... E foi numa dessas bruscas viravoltas do mundo que, lá um dia, tôda a estabilidade do hábil e ativo comerciante ruiu fragorosamente. E da catástrofe resultou o inesperado. Quase de um dia para outro, Leôncio foi jogado da agitação da capital para a longínqua quietude do Fundão, velha propriedade agrícola perdida nas brenhas do Nordeste.

A mudança foi brusca, violenta, desconcertante. Mas mesmo assim o ex-comerciante não perdeu o prumo. Aguentou firme a sacudidela da sorte e, anos depois, com trabalho, sacrificio e honestidade, tinha juntado dinheiro, constituído familia, e firmado reputação no novo mundo em que então vivia.

No Fundão, a atividade de Manuel Leôncio era sem par.

Era um raro e nobre exemplo de coragem e fortaleza de ânimo a sua vida ali, no meio daquela gente rústica e não menos heróica do que êle, no afã cotidiano de desbravar a terra, plantar e colhêr. E se muito plantava, muito colhia e melhor ainda vendia. E assim, nesse ritmo de trabalho incessante e prosperidade ininterrupta, vivia então o homem que a sorte jogara, inesperadamente, do trepidante fordoção da capital para a melancólica tristura das brenhas.

Correram assim os anos.

Manuel Leôncio envelheceu. Êle era agora o velho Manuel Leôncio do Fundão. Endinheirado. Conceituado. Levava êle então uma vida patriarcal naquelas lonjuras onde vivia. Ali êle era tudo. Sua abastança era um fato. Sua palavra, um tiro. Sua honestidade, proverbial.

Um dia, porém, o velho Leôncio cansou daquela vida que vinha vivendo ali, no Fundão, havia tanto tempo já. Não aguentava mais aquilo. E dêsse cansaço resultou um sonho: vender por bom preço a propriedade, reunir os cobres da transação aos que êle havia tão árduamente cavado naquelas ubérrimas terras e voltar à cidade, lá radicar-se outra vez. Voltar ao contacto da civilização. Experimentar, outra vez, as gostosas emoções de uma vida de conforto e de fartura, na capital! Sim, na capital, no seu sempre lembrado e desejado mundo.

Isto luziu como um relâmpago na cabeça do velho Leôncio. E empolgado pelo seu sonho, dispôs-se a realizá-lo. Comunicou sua pretensão à família. Aos amigos. Espalhou-se a notícia. Houve comentários azedos em tórno da inesperada pretensão do velho.

A família é que achou a coisa do outro mundo...

O velho Leôncio, agora, só vivia do seu sonho. Já se sentia lá, na capital. Com toda a família. E que ventura! A família, então, estava encantada. Só se falava agora, ali, nos passeios, nos automóveis, nos teatros da capital. O velho, nas velhas amizades, no descanso, no conforto da cidade e, sobretudo, em poder virar gente outra vez... Pois, como dizia, tinha virado bicho, no Fundão.

Mas, nesta altura, bastava de sonhos. Convinha agora mudar de rumo. Era preciso concretizar-se a coisa. Leôncio compreendeu que já era tempo de tratar do principal, do indispensável, no caso: vender o Fundão. E pôs mãos à obra.

Dentro de alguns dias, começaram a aparecer as primeiras propostas de compra da velha propriedade. Raras, é verdade, muito raras, mas surgiam. Algumas irrisórias, sem pé nem cabeça, que só serviam para irritar o velho. Outras mais razoáveis chegaram. Porém raras, a grandes intervalos. Mesmo assim, não chegavam a contentar plenamente as exigências do velho Leôncio, que não entregaria sua rica propriedade por qualquer preço. Ah! isto não! Sobretudo porque, da boa venda de suas terras, dependia a sua volta para a capital.

Um mês assim passou. Outro mais. E nada do Fundão achar comprador. O velho, no íntimo, desanimava. Desesperava. Mas de tal não dava demonstração a ninguém. E era nesses momentos de desânimo e desespero, que êle, para disfarçar o que lhe ia na alma, caminhando para lá e para cá, sozinho, no terraço da casa-grande do Fundão, de mãos nervosamente entrelaçadas às costas, resmungava: "Oxente! O Fundão é o Fundão! Vale o que pesa. E êle, Manuel Leôncio, era

Manuel Leôncio do Fundão! Todo mundo sabia disso. Homem abastado e independente. E então!... Pois era ali, no duro, não cedia uma linha. Quem quisesse possuir o Fundão que puxasse pelos cobres. Fizesse como ele fez. Ora essa!"

E nesse pé ficava sempre a coisa. Dai não saía. E os dias corriam. E nada do negócio ir para diante. Nada de aparecer quem comprasse o Fundão. O velho, agora, com toda a sua importância, murchava. A família desesperava.

Mais um mês se foi. Mais outro. E outro mais. E nada do negócio se fazer. Desânimo. Tristeza geral no Fundão. O sonho, parece, estava desfeito. Pois agora quase nem mais no caso se falava.

Lá um dia, porém, todas as esperanças voltaram. Os Menezes, dois ricos de Pedreiras, comprariam o Fundão. Apalavrou-se o negócio. Ajustou-se tudo. E a coisa agora ia mesmo. Dentro de quinze dias estaria tudo liquidado. E então, que beleza! Era só tocar para a capital, que de novo sorria para todos!

Depois da estada dos Menezes no Fundão, para os últimos acertos sobre o negócio, então, sim, fazia gosto ver o alvoroço, a alegria transbordante que reinava ali, por tudo de bom que ia em breve acontecer.

E a partir desse dia, reinou sempre um ambiente de festa no Fundão. Visitas de longe. Abraços. Parabéns. Saudades. Mas saudades dos que ficavam... porque os que se iam, andavam empanzinados de alegria!

Nesta altura, já havia gente na capital encarregada de escolher bairro e casa para a residência dos felizardos do Fundão.

Quinze dias correram. Escrituras prontas. Agora era só assinar. Após, documentos para lá e cobres para cá. Casa e bairro na capital já escolhidos. Até já andava, no Fundão, de mão em mão, o retrato da casa da capital.

* * *

Até que enfim, três dias apenas faltavam para consumar-se o negócio. Tudo pronto. Tudo combinado. Malas arrumadas. Despedidas feitas.

Na véspera da assinatura dos papéis de transmissão da propriedade aos Menezes, quando mais intensa era a alegria no Fundão, lá recebe Manuel Leôncio uma carta dos ricos de Pedreiras. Carta não, pois não chegaram os Menezes a dar

tanta importância ao velho Leôncio. Um bilhete. Um simples bilhete. Quatro ou cinco palavras. Duras. Sêcas. Cínicas. Fulminantes. Apenas isto: que êles, os Menezes, não fariam mais o negócio. E pronto. Nada mais.

Caiu como uma bomba, no Fundão, o bilhete dos Menezes. Manuel Leôncio lendo aquilo, ficou roxo, roxo, e estendeu-se no chão, estrebuchando, gemendo, espumando. A família correu tôda, aos gritos, para acudir o velho. Um horror, um alvoroço indescritível tomou conta da casa-grande do Fundão. Leôncio, desacordado, foi conduzido nos braços dos presentes para os seus aposentos. Horas depois, quando recuperou os sentidos e pôde falar, com gente amiga à cabeceira, foram estas as suas primeiras palavras: "Os bandidos dos Menezes! Mataram-me os bandidos dos Menezes!"

Dias depois, o velho Leôncio, escorado numa bengala, trôpego, muito pálido, passeava no terraço da casa-grande do Fundão. Convalescia, aos poucos, de um melindroso estado de saúde, resultante daquele bruto traumatismo moral que, dias antes, quase o fulminou.

Os dias se sucederam. O velho endureceu. E a vida continuou. Não mais como dantes, porque o ambiente agora no Fundão era de tristeza, desânimo, e amargas apreensões.

.....

A roda do tempo girou. Alguns anos eram já passados dos tristes acontecimentos do Fundão. E o tempo pode muito. Muita coisa destruíra na velha propriedade. Abastança. Alegrias. Vidas. Amizades... Sòmente uma coisa o tempo não pôde destruir, no Fundão: o ódio aos Menezes! Odio velho. Incansável. Indestrutível. Pois havia ali quem o cultivasse e difundisse com um estranho e diabólico carinho: o velho Manuel Leôncio. Vivia êle, então, os últimos dias de sua afanosa existência. Mas tal era o rancor, a ira tremenda que Leôncio alimentava ainda contra os ricaços de Pedreiras, que parecia, assim, viver do seu ódio e para o seu ódio. Era a sua vingança. Odiar até a morte àqueles que lhe haviam envenenado a vida. Mentido à sua palavra. Destruido o seu sonho. Aquêlê ódio era um vício. Uma obsessão. Uma doença. E doença sem cura. Sem remédio. Doença que fatalmente acabaria matando o velho Leôncio.

Entardecia, no Fundão. No terraço da casa-grande, sentado numa cadeira, respirando o ar fresco da tarde, o velho Leôncio, com as suas compridas barbas brancas, espiava, absorto, para a larga estrada que, vindo dos lados de Lagoa Seca, cortava o Fundão ao meio, passando rente à casa-grande, tomando, depois, a direção de Pedreiras.

Dois homens, a cavalo, apontam lá longe, a trote largo, numa curva da estrada. Lá vêm eles. Os animais ganham terreno, seguem o rumo de Pedreiras. Quem seriam os cavaleiros? Aproximam-se. Agora estão bem perto. — Os Menezes! Há muito tempo não passavam por ali os Menezes. Há muito tempo, é verdade! Desde o fracasso da venda do Fundão. Desde o dia em que o velho Leôncio, lendo aquêle bilhete, caíra estrebuchando no chão, quase morrendo de raiva. Por ali eles agora! Que iria acontecer? Os animais diminuíram a marcha. Passam agora bem defronte da casa-grande do Fundão. O velho Leôncio, ao ver os cavaleiros, mexe-se na sua cadeira. Botou as mãos em pala sôbre os olhos. Fitou-os. Reconheceu-os. Ergue-se da cadeira como uma mola. Estremeceu da cabeça aos pés. Ficou lívido de cólera. Como um possesso, sacudiu os punhos cerrados no ar e berrou: — “Bandidos!!!” e estendeu-se no chão com todo o corpo. Alguém que se aproximava da casa-grande naquele momento, gritou, alarmado: — “Acudam que o patrão está morrendo!”

Correu gente de todos os lados. Um alarido enorme encheu de novo a casa-grande do Fundão. Puseram o velho na cama, desacordado. Meio morto. E que alvoroço, que horror diante daquele triste quadro. Gente entrava e saía a todo momento. Chôro. Lamentações. Rezas. Promessas. Remédios de ocasião. E o velho espichado na cama. Duro. Roxo. Sem fala. Sem dar sinal de vida. E assim passou êle o resto da tarde e tôda a noite dêsse dia angustioso.

Na manhã do dia seguinte, chegou o padre Lucas, de Pedreiras. Viera a chamado da família, para o piedoso ofício da confissão.

O velho, então, ansiava e gemia. Seus grandes olhos, vermelhos, lacrimejantes, mexiam-se, à-toa, nas largas órbitas. Sua cabeça, inquieta, girava nos travesseiros. Seu peito arfava. Estava muito cansado. Seu coração pipocava. Em tal estado estava Leôncio vivendo os últimos momentos de sua atri-

bulada existência. De repente, começou a falar. E as suas palavras, cansadas e trôpegas, eram somente estas: “Os bandidos dos Menezes... Bandidos... Mataram-me os bandidos... dos Menezes...”

Fêz-se um grande silêncio na casa-grande do Fundão. O padre Lucas confessava, agora, o velho Manuel Leôncio, moribundo, nos seus últimos momentos. E enquanto o velho repetia, exausto: “... Bandidos... Os bandidos dos Menezes... Mataram-me os bandidos dos Menezes...”, o padre ia-lhe ministrando os santos conselhos da Igreja cristã: “... que perdoasse e esquecesse os inimigos, na hora extrema. Que fizesse como Jesus Cristo, que morreu na cruz perdoadando os seus algozes. Que perdoasse os Menezes...”

A estas palavras, o velho remexeu-se mais forte na cama, esbugalhou os olhos e fitando o padre Lucas, disse: — “Padre, depressa, quero morrer como Cristo morreu... Depressa, padre, os Menezes...” Ouvindo tais palavras, o próprio padre Lucas correu num velho cabriolé até Pedreiras e de lá trouxe os Menezes. Estavam eles já inteirados de tudo o que ocorresse. Entraram no quarto do moribundo. Este, ao vê-los, estremeceu nos seus lençóis. Ficou roxo, branco, preto, de todas as cores. Coisa horrível vê-lo assim, como agora estava. Tinha um aspecto estranho, indescritível, apavorante. Parecia antes querer fulminar os recém-chegados que perdoá-los. Pediu, com um gesto, que os Menezes se aproximassem. Deu sinal ainda de querer que os ricos se chegassem bem para perto, um de cada lado de sua cama. Indicava isto, para quem não lhe sondasse bem os olhos esbugalhados e terríveis, um claro gesto de perdão. Parecia que assim colocados, um de cada lado, estenderia ele então u’a mão a cada um dos seus velhos inimigos e consumir-se-ia, assim, o perdão!...

Belo gesto, sim, senhor! E o padre Lucas o fator de tão meritória e nobre ação! Que nosso Senhor, no céu, espiasse bem para tudo aquilo e louvasse o Padre Lucas. Sim, senhor, que bem louvasse o padre Lucas!

Os Menezes, a esse tempo, um de cada lado do moribundo, estavam rentes à cama do velho Leôncio. Este, então, quebrando o enorme e impressionante silêncio que reinava no quarto, num arranco que só podia mesmo ser o último, o der-

radeiro, o arranco da morte, num supremo esforço, sentando-se, e em seguida quase se pondo de pé na cama, berrou:

— Sei que vou morrer...

E entalou-se. Não pôde dizer mais nada. O padre Lucas, orando, abriu o breviário.

O moribundo, a custo, retomou a palavra:

— Sei que vou morrer, padre Lucas... E tomando um novo alento, repetiu: — Sei que vou morrer... e morrendo.... quero morrer como Jesus Cristo morreu na cruz: entre dois Bandidos!!!

E caiu pesadamente sôbre o leito. Estava morto.

O fator religioso na História Brasileira

Nilo Pereira

(Da Faculdade de Filosofia de Pernambuco)



MINHA presença no Instituto Histórico da Paraíba, no dia em que se inaugura a sua nova sede, é uma imposição da amizade. O meu amigo e colega de turma, prof. Clóvis Lima, me traz aqui pelo impulso de uma generosidade muito minha conhecida: a de velho companheiro de vida acadêmica do Recife querendo prolongar o convívio da Faculdade em tertúlia cultural a que me incorporo como admirador e cultor da história paraibana. E como um devoto, que sou, da vida nordestina nos seus aspectos humanos mais vivos e mais contagiantes — aquêles em que uma geografia desconcertante, que mestres da categoria de Clóvis Lima mostram como milagre da continuidade paradoxal, fixa a nossa permanência no tempo como uma afirmação do heroísmo histórico em seus ímpetos mais característicos.

Esse milagre é extraordinário. Desde as lutas contra os invasores em nome da “divina liberdade” até à epopéia das sêcas, o Nordeste brasileiro tem sido a experiência histórica na sua dramaticidade mais pungente: um mundo confiante em destino tão ingrato, tão áspero! Mas, um mundo só, ecologicamente unido numa luta incessante, que conhece o epílogo do combate ao invasor com a vitória da liberdade política, mas está longe ainda de assinalar, com a superação da contingência fisiográfica pelo homem, o término daquilo que o meu amigo Eloi de Sousa, antigo senador pelo Rio Grande do Norte, chama, sem nenhuma excitação pela frase feita, o calvário das sêcas.

A história da Região, da qual são os Institutos Históricos os guardadores mais fiéis, é entretecida dêsse gôsto pela aventura — de um lado a terra na sua surpresa climática às vèzes levada ao destempêro da tragédia, do outro o homem na sua telúrica fidelidade às “constantes” da História, à vida tal como a fomos escrevendo aos poucos, com uma tenacidade de apóstolos vencendo rudezas de espíritos e não apenas asperezas do meio.

Dai porque para serem exatos terem os Institutos Históricos de ser também Geográficos e ainda Arqueológicos: tudo a somar-se nos aspectos totais de uma vida em que a tradição surja não apenas do homem, mas da terra. E surgindo da terra e do homem, resulte de uma vocação nítida e específica, à qual o tempo se encarrega de dar uma configuração própria e às vèzes tão particular que, em País como o Brasil, de vastidão territorial a se diversificar em estados de cultura regionais, os complexos histórico-geográficos como que erigem formas diferentes de cultura, não raro chocantes entre si pela discriminação sociológica, e por maneiras de vida a que as condições climáticas imprimem feição curiosa e determinada.

Pensei em dizer, hoje, à face de tais considerações, do papel que aos Institutos Históricos e Geográficos cabe no recolhimento dessa experiência e na investigação dêsses fatos, como entidades que, no Nordeste brasileiro, procuram algo mais que a rotina da História, porque, em verdade, buscam um pouco a aventura da História, o mistério do homem a se fixar nesta Região contra fatores tão adversos e a escrever o espantoso capítulo de sua permanência e do seu desenvolvimento. Mistério que nos dá essa quase incompreensível realidade, a da unidade nacional feita da coberta de tacos de áreas geográficas ecológicamente diversas, mas se comportando no espaço e no tempo em função de imponderáveis históricos que fazem da continuidade brasileira um enigma. Dai o encanto que há nessa aposta entre a História e a Geografia brasileiras: a primeira disputando à terra a unidade ludibriada pelos fatores naturais mais inclementes; a segunda oferecendo ao homem o teste de sua sobrevivência pela inflexível coesão espiritual, de que advém, afinal, nessa disparidade formidável, o milagre da vida. Sim, é uma aposta essa luta em que a terra parece sempre maior do que o homem, mas em que a História tem ganho de causa pela superação das dificuldades geográficas e manutenção da unidade na diversidade. O milagre histórico é, por conseguinte, o nosso grande triunfo.

Sob diversos aspectos poder-se-ia estudar ou apreciar **êsse milagre**, inclusive na sua modalidade mais sugestiva — a **miscigenação** ajudando a formação da sociedade brasileira, ao invés de onerá-la, como seria talvez mais explicável, pela complexidade étnica em que nos situamos. A presença do português nestes trópicos constitui, de fato, a medida do processo de aculturação que permitiu ao Brasil essa unidade psicológica e moral que é um patrimônio indestrutível de uma civilização — a lusitana, em seus processos incansáveis de adaptação aos mais diferentes climas e aos mais estranhos exotismos.

Mas, haveria, ao meu ver, uma investigação a fazer — missão, creio eu, dos Institutos Históricos, já ai mais Históricos do que Geográficos — na sua tarefa incessante de fixar a verdade através de critérios que não sejam exclusivamente os da história civil, pois que a influência religiosa há de constituir, mesmo para pesquisadores a ela indiferentes ou hostis, algo de fundamental na explicação dessa unidade surpreendente pelo próprio simplismo dos seus termos.

E' evidente que não trago novidades com essa assertiva, mas me parece que a investigação de motivos religiosos associados à formação social e política brasileira seria, por parte dos Institutos Históricos, u'a maneira de não ficarem adstritos à história como que compulsória das instituições civis, despidas quase sempre de qualquer influência que não a do Estado, empregada a expressão, obviamente, no sentido de ser a Política, em sua acepção aristotélica, a medida exclusiva da vida organizada dos povos.

O caso brasileiro é típico. E se nos voltarmos para o Nordeste, particularmente estudado por Gilberto Freyre com um critério não apenas histórico, mas sociológico, veremos que o processo religioso é dos mais nitidamente representativos do milagre cívico e social de que nos orgulhamos.

Não se deduza daí que é possível dar à História uma feição confessional, uma sujeição ética que mais parecesse a realização de u'a missão religiosa do que o cumprimento dos imperativos sociais da vida. O que eu sustento, dentro do processo histórico, é que a organização institucional da sociedade não se objetiva sem uma filosofia de vida, sem u'a mística, sem um "élan" capaz de transcender a simples norma política em que se funda a dinâmica social. Não vai nisso uma tentativa de providencialismo histórico, tomado no sentido de conferir excepcionais privilégios aos reis, geralmente tidos como os fazedores da História, como os representantes de Deus na terra: delegados de um Poder que eles se encarregaram de subverter quando, pensando encarnar as relações entre a Igreja

ja e o Estado, na verdade o que faziam era colocar a Cidade terrena sobre a Cidade divina, em impetos de absolutismo que eram a tirania mais ostensivamente esmagadora da liberdade criadora e eterna

Deve-se a Gilberto Freyre a contribuição ao meu ver mais completa, mais lúcida, mais objetivamente científica ao conhecimento da civilização lusitana no Brasil, ou para particularizar este estudo — na formação do que podemos chamar, sem empáfia de expressão, civilização nordestina. Civilização que podemos perfeitamente opor para efeito sociológico de contraste e comprovação de confrontos à civilização meridional — esta uma tentativa que Oliveira Viana fixou no binómio **raça e clima** para exaltação pseudo-científica de teses germanizantes e depois nazificantes; enquanto a nossa se exalta pelo complexo confusamente tumultuário de **raças** a respeito das quais não se poderia ter nenhum pressuposto messiânico em que o providencialismo histórico, feito à maneira daqueles reis de Direito Divino, mal disfarçaria a sua preferência por homens, climas e regiões a que as condições excepcionais de meio conferissem a natureza excêntrica de uma predestinação.

Predestinação não no sentido de um imperativo obscuro e cego, mas de forças que convergem para um progresso que tivesse como fundamento condições certas e até infalíveis de vida e de ambiente. Condições que no Nordeste não teriam oferecido resultados tão eloqüentes e tão paradoxais (o paradoxo é, entre nós, uma forma de eloquência) se não houvesse alguma coisa de excepcional como fator determinante da união étnica e social que se realizou apesar de todas as disposições histórico-geográficas em contrário.

E' aí que me parece mais nítida e mais irrecusável a necessidade de estudarmos as causas dessa extraordinária mobilidade social em função da colonização que nos formou e dos princípios sobre que assentava.

Um desses princípios era o da dilatação da Fé, que se ligou, indissolúvelmente, à epopéia dos mares e à civilização renascentista e peninsular dos descobrimentos. A empresa comercial não trazia consigo apenas o fito imediato de lucro, mas um gosto científico a que se aliava o senso espiritual daquilo que o poeta chamou os "cristãos atrevimentos". Tão cristãos, com efeito, que sem isso teriam esmaecido, apesar de todo o seu luzimento científico, em cometimento mercantil ou aventura de povo insatisfeito, à cata de novos mundos com que saciar a sede do desconhecido. Mas, não! Cria-se entre o Ocidente e o Oriente, como entre o Ocidente europeu e

os trópicos americanos, relações iniciais de unidade espiritual, que persistem como a mais admirável obra de aculturação e adaptação que se conhece no mundo inteiro. E', em relação a nós, o que Gilberto Freyre chama uma civilização luso-tropical, a civilização que ostentamos e que no Nordeste se afirma como uma extraordinária vivência de processos sociológicos que não se explicariam sem o concurso de u'a mística — a de descobrir não apenas terras, mas também almas. Não apenas o Império, mas também a Fé!

E' o que está na assertiva do poeta, como que definindo a presença lusitana, capaz de tão árduos cometimentos contra povos mergulhados na ignorância de Deus — as terras viciosas de Ásia e de África — mas também capaz de misturar-se sàbiamente com hábitos e usos locais para melhor penetrar no complexo antro-po-geográfico descoberto. Com efeito, diz Camões a respeito da obra de expansão portuguesa:

Vós, Portugueses, poucos quanto fortes
Que o fraco poder vosso não pesais;
Vós, que à custa de vossas várias mortes
A lei da vida eterna dilatais:
Assim do Céu deitadas são as sortes,
Que vós, por muito pouco que sejais,
Muito façais na santa Cristandade,
Que tanto, ó Cristo, exaltas a humildade!

Ora, êsse é o lançamento da mensagem civilizadora: — “A lei da vida eterna dilatais”. A conquista haveria de fazer-se, assim, à base da unidade do Espírito, que seria, por sua vez, o fundamento de outra unidade — a das etnias dispares de que resultamos. Motivo, decerto, para intensa reflexão onde quer que nos reunamos, como neste momento, para pesar os valores históricos na sua formulação mais completa, aquela que não poderia excluir a motivação da crença como elemento formador da personalidade histórica entre povos descobertos e civilizados por uma cultura jungida, como a portuguesa, a fatores religiosos inelutáveis.

Dentro dêsse conceito, aliás amplo, admitiu Portugal, na sua tarefa expansionista, uma elasticidade de processo sociológico em relação às correntes migratórias somente limitada, ou restringida, para aquêles, veja-se bem, que não professassem a mesma Fé. Observa com muita razão Gilberto Freyre em CASA GRANDE & SENZALA: — “Temia-se no adventício acatólico o inimigo político capaz de quebrar ou de enfraquecer aquela solidariedade que em Portugal se desenvolvera

junto com a religião católica. Essa solidariedade manteve-se entre nós esplendidamente através de toda a nossa formação colonial reunindo-nos contra os calvinistas franceses, contra os reformadores holandeses, contra os protestantes ingleses. Daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente — remata o mestre da Sociologia brasileira — o cimento da nossa unidade”.

Essa condição exigida para o colono e para o adventício, para o português e para o alienígena, era também requisito essencial para a concessão de sesmarias. Isso significa que todo um sistema de gravitação espiritual abrangia a vida da colônia, de modo a deixar nesse complexo sociológico a marca por excelência de uma unidade tão difícil, lição rara de convergência de sentimentos plasmando uma só alma entre grupos diversos e chocantes, que bem poderiam abrir-se em ilhas étnicas emergentes do choque inevitável.

Restaria saber se a influência do catolicismo, que eu penso ser a base por excelência do nosso milagre histórico, ter-se-ia arrebitado em norma inquisitorial de vida, isto é, em tirania impositiva do processo de aculturação social.

O simplismo histórico pode conduzir-nos a conclusões levianas: a de que, por exemplo, o cristianismo, ditando as leis eternas da vida, se extremasse em ditadura do Espírito, no desconhecimento ou na negação dos valores culturais encontrados.

A Companhia de Jesus mantinha a ortodoxia rígida da Fé. Mas, nem por isso, na prática, os portugueses deixaram de assimilar dos mouros, dos mahometanos, dos exotismos orientais estilos e sentimentos que fazem da civilização lusitana transplantada não uma quebra da disciplina canônica, mas algo como uma concessão que eu não diria religiosa, mas sociológica, às crenças locais. Isso para que a penetração social fôsse mais eficaz e não para alterar no Oriente ou nos Trópicos a essência mesma da Religião. Este era o cristianismo humano e lírico do português, resultado, diz Gilberto Freyre, da influência moura a se traduzir em culto por vezes sensualmente ascético. Repito que isso não se fazia para abrandar em relaxamentos perigosos a disciplina ortodoxa, mas como processo de inter-penetração que me parece, às vezes, inarredável do sistema luso de conquista.

Tanto o cristianismo se conservou puro e absoluto na sua influência decisiva que, por ocasião da expulsão dos holandeses do Nordeste, e não apenas de Pernambuco, instaurou-se o que chamou Fernandes Vieira de “guerra da divina liberdade”. E lutava-se tanto contra o flamengo invasor quanto se

pelejava contra o herege, o reformador protestante. Prova de que, na defesa da terra, preservava-se também o homem integralmente cristão, que iria dar-lhe perenidade. Era a guerra aos infiéis. A repetição do milagre de Ourique:

Aos infiéis, Senhor, aos infiéis,
E não a mim, que creio o que podeis.

Esse sentido religioso da formação brasileira — ou mais especialmente nordestina, já que da cultura nordestina é que estou tratando de maneira mais direta — decorre de uma civilização — de um tipo de civilização, direi melhor — que não se esgota nos conceitos materiais e imediatistas da vida. Há, assim, que fixar as características dessa liberdade que se criou entre nós antes da Independência. Liberdade que reconquistamos com a Restauração de Pernambuco do domínio holandês, sem que houvessemos conquistado a Independência. O que foi, diga-se de passagem, um passo sábio de povo que realmente lançava os verdadeiros fundamentos de sua existência a um tempo política e espiritual.

Camões nos dá, como ninguém, esse roteiro no admirável poema que precisamos interpretar como uma concepção aristotélico-tomista da Política, e não apenas como exaltação renascentista, embora o sendo em parte, da grande empresa que punha nos mares o arrôjo da ciência e da arte. O historiador Pedro Calmon, no seu livro *O ESTADO E O DIREITO NOS LUSÍADAS*, me parece dos que têm encarado melhor a significação política da epopéia camoneana como um reflexo indisfarçável do medievalismo e do gótico na política de expansão que fazia de Portugal não apenas um país descobridor, mas colonizador, isto é, fixador do seu tipo de cultura nos climas mais diversos e às vezes até mais exóticos.

O conceito de liberdade que nos formou a personalidade histórica está todo inteiro nos *LUSÍADAS*; e é bom lembrá-lo para que se veja o que até nós chegou nos primeiros e decisivos séculos de colonização, criando a ambiência psicológica e moral que determinou, no Nordeste brasileiro, a luta por uma liberdade que seria, mais tarde, a luta pela Independência. Primeiro adquirimos a consciência da liberdade, que é, a rigor, a faculdade de discernimento entre o que nos era dado como norma de verdade e o que nos chegava como ameaça à espiritualidade da colonização lusitana por invasores que não eram apenas inimigos políticos, mas também religiosos.

No poema camoneano, como sabeis, perpassa numa invectiva ou numa advertência ao mundo cristão a sombra do

reformismo luterano se estendendo numa incontida ameaça sobre povos e nações. A dilatação da Fé, e não apenas do Império, não podia deixar de prevenir o aspecto capital do problema: a preservação da lei de Deus, do bem comum, de uma filosofia de vida, que Santo Tomás aperfeiçoou e espiritualizou em Aristóteles e que o medievalismo projetou no Renascimento, que só erroneamente poderíamos supor uma ressurreição do clássico, no seu sentido mais estritamente pagão, com esquecimento ou negação do cristão e do escolástico da Idade Média.

Esse espírito digamos camoneano da civilização lusitana, mostrando que a aculturação portuguesa se fez à base também da Fé, e talvez principalmente da Fé, contra todas as tentativas de diversificação do mundo cristão e ibérico, preparou-nos para assegurar, nos momentos mais decisivos, um dos aspectos básicos da nossa complexa unidade. A liberdade que se formava nos espíritos, não só por influência da catequese, mas do Estado, era u'a maneira de nos manter vigilantes pelos interesses religiosos misturados aos políticos e aos comerciais, nas lutas contra os invasores. Com efeito, dizia Camões:

E vós outros que os nomes usurpais
De mandados de Deus, como Tomé,
Dizei, se sois mandados, como estais
Sem irdes a pregar a santa Fé?
Olhai que sois sal, e vos danais
Na pátria, onde profeta ninguém é,
Com que se salgarão em nossos dias
(Infiéis deixo) tantas heresias?

O problema ético-religioso se põe nitidamente no combate aos infiéis, de qualquer matiz; e o poeta não encara apenas as heresias exóticas já vencidas pela lança, mas as novas heresias, que vinham da Reforma luterana e do renascimento alemão ao qual, sob o ponto de vista filosófico e teológico, comunicou Erasmo de Rotterdam a centelha do negativismo alimentada por um falso livre-arbitrio.

Foi ao influxo dessa civilização nascida ao calor do medievalismo escolástico, transfundido para a arquitetura política do Estado português, que conseguimos manter contra os flamengos a luta que se chamou da "divina liberdade". Entendida a expressão ao pé da letra, como deve ser, temos a liberdade de Deus na sua resistência à falsa liberdade — a dos pregadores calvinistas, que ao Renascimento cristão lusitano

opunham, tanto quanto os conquistadores, o Renascimento erasmiano e protestante. Daí a significação que tem para a pesquisa histórica o fator religioso, que não confessionliza a tarefa em Institutos Históricos tomados como entidades profanas, porque mostra uma face essencial do desenvolvimento do nosso processo de formação social. Foi essa liberdade religiosa, ou de fundo religioso, que nos permitiu lançar em bases seguras a unidade do complexo étnico, que representamos. Foi ela que nos permitiu a defesa consciente não apenas da terra, mas de um patrimônio espiritual já consolidado ao tempo da maior ameaça que sofremos como tentativa de dissolução da nossa personalidade histórica — a invasão holandesa. E dessa liberdade politicamente assegurada pela preferência que demos à colonização lusitana sobre a conquista flamenga ou francesa, resultou a fixação da unidade brasilica nos seus aspectos totais — a unidade da Fé, a unidade da Língua, a unidade do Direito.

Não será, êste, senhores membros do Instituto Histórico da Paraíba, motivo de crescente investigação e de apuro dos elementos formadores da nossa vida e da nossa cultura?

Eu vos demonstrarei que o assunto é cada vez mais sugestivo nas suas implicações históricas mais diretas. A REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, em Pernambuco, a propósito de conferência minha proferida, no referido sodalicio, sobre o Tricentenário da Restauração Pernambucana, insere importante documento até então inédito sobre o combate do Monte das Tabocas, extrai-do da famosa coleção “José Higinio Pereira”, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e traduzido pelo historiador José Antônio Gonçalves de Melo. Não há, ao meu ver, testemunho mais vivo, mais tangível, mais persuasivo da influência da Fé nas guerras de libertação, fonte da independência nacional e da soberania política da Pátria, do que êsse, porque outra coisa não é — reparai bem — do que um relatório sobre o aludido combate dirigido pelo capitão Henrique Haus, comandante das tropas holandesas derrotadas naquela memorável pelêja, aos Senhores Membros do Alto e Secreto Conselho. É longo o documento; eu me limito à citação da parte que interessa à tese que defendo: o influxo decisivo da Religião na guerra movida em nome da liberdade divina contra uma outra liberdade falsa e fementida, qual a que vinha de concepções consideradas heréticas pelos luso-

pernambucanos. Diz o comandante Haus, num testemunho mais do que eloquente por sua insuspeição: —

Deus não foi servido recompensar o nosso esforço, dever e armas com a vitória, mas diminuir as nossas tropas de alguns soldados mortos e feridos, com que mostrou que a vitória só d'ele provém e que ninguém deve confiar apenas na força dos homens.

O depoimento é tanto mais importante quando se considera que a Restauração é o movimento histórico por excelência relevante na fixação da unidade brasileira complexa e estranha pelos elementos dispares e contraditórios, que a compõem. A aculturação sociológica, destarte, se fêz sob o signio de fatores de tóda espécie — o político, o social, o econômico, o religioso, — porque um lastro comum informava essa civilização nordestina aparentemente inconciliável nos termos de sua equação humana: o sentimento de uma tarefa que a idéia de Deus galvanizava, fazendo com que a diversidade se puzesse a serviço da unidade.

Oliveira Lima reconhece que o fator religioso na guerra contra a ocupação holandesa “foi a primeira afirmação certa e irrecusável da unidade, eu poderia quase dizer, acrescenta, na nacionalidade brasileira”. E o historiador José Antônio Gonçalves de Melo, no seu livro verdadeiramente monumental TEMPO DOS FLAMENGOS, lembra Vidal e Martim Soares Moreno, quando diziam que a guerra tem por fim a honra de Deus.

Assim, a honra de Deus se confundia com a honra do Estado. Numa carta aos holandeses, Fernandes Vieira afirmava: ... “Temos Deus ao nosso lado”. Maneira que eu me permito chamar camoneana de traçar a epopéia da “disciplina militar prestante”, que, segundo o poeta, não se aprende na fantasia, mas vendo, tratando e pelejando, em plena e renascentista coexistência com o serviço de Deus. Era a época, como se lê em Rafael de Jesus, em que “o mais religioso é o melhor soldado e será melhor soldado o que fôr mais religioso”. Maneira de fixar a luta nos seus aspectos essenciais, como uma filosofia de vida, a divergência insuperável entre “o católico povo e luterano”, como acentua O VALEROSO LUCIDENO, que não será livro de um historiador, como diz José Antônio na sua biografia de Frei Manuel Callado do Salvador, publicada pela Reitoria da Universidade do Recife em solenização do Tricentenário da Restauração; mas, será sempre de um cronista em cujo relato a intercessão dos pla-

nos — o profano e o religioso — mostrará pelos tempos dos tempos o sentido da liberdade que se conquistava.

Creio, senhores membros do Instituto Histórico, que me fiz compreender nesta tentativa de fixação dos motivos e bases da unidade brasilica, ao delinear a nossa tarefa, sempre afanosa e insatisfeita, de pesquisa dos elementos constitutivos do nosso milagre. Porque o Instituto Histórico, por toda parte, é pesquisa documental e é também interpretação.

Parece-me que não há confessionalismo da história ou ensaio de teocratização da crônica, quando se pede para a exegese da civilização nordestina, informadora da unidade política do país, um ponto de apoio seguro e lúcido no espírito da cultura ibérica, naquele Renascimento cristão, que não tinha a especulação dissidente de Erasmo ou de Melancton, nem fazia do livre arbítrio luterano uma servidão de paixões. E que podia apresentar, nos seus reflexos mais puramente medievais ou escolásticos, o sacrifício de um Thomas Morus naquela mesma Inglaterra shakespereana e baconiana.

Considerando a contribuição que Janssen trouxe ao conhecimento profundo da história alemã, liberta, de certo modo, da presença fatal e exclusivista do luteranismo como medida incoercível da vida germânica, o grande orador brasileiro que foi o padre Júlio Maria, na sua famosa Memória Histórica intitulada O CATOLICISMO NO BRASIL, pedia para nós um Janssen, que restaurasse o primado dessa destinação religiosa tão superiormente reconhecida por um Capistrano de Abreu. Infelizmente não temos um Janssen, exclama o padre Júlio Maria, no livro em que com uma bravura capaz de ser hoje identificada como de revolucionário ou mera subversão de cripto-comunista, como salienta Alceu Amoroso Lima no prefácio à obra, apontou os males do liberalismo religioso no desvirtuamento dessa tradição histórica, de que somos, com efeito, os depositários.

E' tarefa que nos cabe, se realmente queremos que a vida nordestina nos seus reflexos mais nitidamente nacionais se projete pelo todo brasileiro como expressão de um esforço inestimável na consolidação do sentimento de independência que coexistiu com o de unidade.

Não se pretende, com esse gênero de considerações, isolar um tipo de cultura, o nordestino, para tirar disso proveito para uma história que fôsse a dos privilégios de uma Região, mas acentuar nessa história o que há de contribuição inestimável para a compreensão da própria substância histórica de que nos alimentamos. Eu creio que estamos num mundo de tal modo saharizado pela dúvida e pela negação, com um sen-

tido de historicidade tão precário e tão falho, que a consideração de fatores espirituais da História ainda será u'a maneira de opor ao imediatismo e ao pragmatismo da vida a réplica mais perfeita e mais profunda.

A tendência para considerar o fato capital da história nordestina — a Restauração de Pernambuco do domínio holandês — como acontecimento em que a intervenção do sentimento religioso é patente, não representa obra de sectarismo a que se acrescentasse um sentimentalismo piegas ligado à formação espiritual do nosso povo. Parece-me antes o próprio sentido da civilização lusitana transplantada para os trópicos, a fusão de elementos políticos e religiosos num Estado tipicamente representativo do renascimento cristão ibérico, determinando uma colaboração entre o Poder Civil e a Igreja que não é apenas "cordial", como proclama Pandiá Calógeras, mas até mesmo íntima. Colaboração de Poderes irmanados e não apenas apasmatizantes.

Esse patrimônio terá de ser defendido pelos Institutos Históricos como expressão de uma vida orgânica. Eu poderia dizer que a pesquisa documental é o objetivo primacial dessas entidades tão interessadas no conhecimento do passado: pesquisa que só ultimamente se vem desenvolvendo, dando à história uma frieza que o gosto pela narrativa erigava em calor quase romanesco. O caráter social da história confere ao documento — inventários, sesmarias, testamentos, arquivos de família, cartas, doações — um valor comparativo capaz de dar aos fatos uma autenticidade indiscutível.

E' a história magra contrapondo-se à história gorda, esta última sendo o gosto antes brasileiro de invenção ou de fantasia do que a apreensão científica da verdade. Mas, senhores membros do Instituto Histórico da Paraíba, o espírito da história, a historicidade nordestina, nos dita um comportamento que vem do documento como vem da vida mesma que temos vivido: somos um povo cuja auto-determinação se fez pelo primado do humanismo cristão. O historiador e filósofo alemão Karl Jaspers, no seu livro *ORIGINE ET SENS DE L'HISTOIRE*, tradução do alemão (*VON URSPRUNG UND ZIEL DER GESCHICHTE*) de Helène Naef, assinala que a história é a compreensão do sér. Há um momento, com efeito, em que a História, como adverte Jaspers, ultrapassa a si mesma, ficando além da temporalidade que parece o seu clima por excelência. E' quando ela mostra o destino integral da pessoa humana, mesmo quando nesse destino intervém o mal, sob formas até diabólicas, como refere Jacques Maritain, no seu admirável *RELIGION ET CULTURE*, a proposi-

to da revolução francesa e de Joseph de Maistre, que a considerava "satânica".

Essa presença do homem integral na história deve ser a constante da própria história. E u'a maneira de considerá-la eterna é não tomar a sociedade temporal como fim supremo do homem.

Se me permitirem os ilustres membros do Instituto Histórico da Paraíba, eu exaltarei neste dia de hoje, quando sob novo tecto prosseguirão as vossas atividades eruditas e benéficas, êsse homem eterno que emerge da sociedade nordestina cheio de confiança, de espiritualidade, de humanismo cristão. Nós somos detentores de um legado, que conseguimos realizar, e que, agora, não poderia abismar-se no esquecimento e no desdém. A mensagem de um mundo cristão — o mundo do descobrimento e da colonização — deu-nos a personalidade vigorosa com que assinalamos não apenas um serviço à unidade nacional, mas um pensamento que vem do fundo dos tempos, pela palavra do Poeta, em incitamento que fica nos nossos espíritos como o sêlo mesmo da nossa continuidade: —

Mas em tanto que cegos e sedentos
Andais de vosso sangue, ó gente insana,
Não faltarão Cristãos atrevimentos
Nesta pequena Casa lusitana:
De África tem marítimos assentos;
E' na Ásia mais que tôdas soberana;
Na quarta parte nova os campos ara,
E se mais mundo houvera lá chegára.

Senhores: conservemos, como a nossa melhor tradição histórica, a memória dos Cristãos atrevimentos. Essa memória é uma lição. Ela vem da História, mas ultrapassa a História com o homem que a continua para além dos tempos, como um mensageiro das coisas ilimitadas e eternas.

**NOTAS SOBRE A CAPELA DOS
APIPUCOS**

L. I. C.

A SANTÍSSIMA MÃE DE DEUS,

sob a invocação de Senhora das Dores,

é oferecido este pequeno esboço para documentar, enquanto vivem pessoas idôneas, interessadas no assunto, que, na Capela dos Apipucos, o “velho Altar de talha” nunca foi substituído nas reformas de 1906, quando foi necessário remover o “velho nicho” por ser imprestável. Sómente estimulada pelo boníssimo Snr. Dr. Jordão Emerenciano, diretor do Arquivo Público Estadual, que me honrou com um pedido de não deixar no esquecimento esse assunto, é que me atrevi a escrever estas notas.

L. I. C.

NOTA EXPLICATIVA

L. I. C. (a sua modéstia não permite que lhe decline o nome por extenso) tem um verdadeiro encantamento por Apipucos. Há anos reside naquele que é dos mais apetecidos subúrbios do Recife. Não teve a pretensão de escrever a crônica da sua capela histórica. Apenas reuniu dados, notícias e fotografias que corriam o risco de se perder. São, porém, um subsídio nada desdenhável para o futuro cronista.

A linguagem de L. I. C. é simples e chã. Não se preocupou com luxos de forma e de estilo. Seu objetivo — louvável e digno do melhor aprêço — foi o de salvar um material e o de coordenar notícias esparsas — impressas algumas e outras colhidas em velhos assentamentos de família. Aliás, êsses papéis de família são uma fonte muito apreciável para o historiador. Publicando as notas de L. I. C., o ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL presta uma homenagem à veneranda relíquia de um passado histórico, que é a Capela de Apipucos, e espera se desenvolva o gosto de publicar notas e informações de velhos papéis de família.

JORDÃO EMERENCIANO

Diretor do Arquivo Público Estadual

S U M Á R I O

- I) "OS APIPUCOS".**
- II) CÓPIA AUTÊNTICA DO ARTIGO DE PEREIRA DA COSTA.**
- III) DATAS REFERENTES AO ARTIGO DE PEREIRA DA COSTA.**
- IV) RESUMO HISTÓRICO DA CAPELA E SUAS CERCANIAS, tirado da REVISTA MARIA [Agosto - Setembro, n.º 33, de 1945].**
- V) DADOS ENVIADOS À COMISSÃO CENTRAL ARQUIDIOCESANA DE ARTE SACRA DE OLINDA - RECIFE.**
- VI) DATAS MEMORÁVEIS EM APIPUCOS.**
- VII) ARTIGO d'A TRIBUNA para o TRINGENTENÁRIO.**
- VIII) JORNAL "O APIPUCOS".**



RUA DOS CAETES, VISTA DO ALTO. DOS MA-
RISTAS, OLHANDO PARA A PORTA D'AGUA.

A VOLTA DO MAIA. VISTA
DO JARDIM DA CASA N.º 1031.



FRANS POST — (PARTE DA CASA
E O ENGENHO DOS APIPUCOS?)
Coleção National Gallery - Dublin.

FRANS POST (OLHANDA PARA APIPU-
COS? A CAPELA, O ENGENHO E O RIO?)
Coleção Harewood.



DECERTO, por ser o mais belo lugar do Recife, com suas vistas de antigos canaviais, hoje baixas-de-capim, é que APIPUCOS mereceu o enternecido interesse do grande pintor FRANS POST, que o Príncipe Maurício de Nassau trouxe a Pernambuco. Em mais de uma vez, provavelmente, FRANS POST se demorou na Porta d'Água e no Engenho dos Apipucos.

Interessante é vêr o quadro que êle pintou [coleção Harwood, até 1951, e hoje no Palácio dos Campos Elísios — São Paulo] de uma vista do Alto do Mandu.

Apipucos, no século 19, era arrabalde procurado para passar a Festa e tomar banhos de rio, outrora bem diferente, com as suas águas límpidas e areia branca. [O último banheiro, coberto de palha de coqueiro, na beira do Capibaribe, ainda existia em 1916].

Apipucos, antes da vinda dos Portuguezês, era conhecido pelos índios Caetés, que buscavam água fresca nas nascentes do futuro açude, através do chamado “Caminho dos Caetés” [cf: Frei Manuel Calado, VALEROSO LUCIDENO] hoje Rua dos Caetés, que vai beirando o açude até as matas de Dois Irmãos e continua no sentido N.E. até ganhar o “Passarinho” e Beberibe. Interessante era ver essas nascentes jorrar as suas águas cristalinas e correr, entre troncos de árvores seculares, em direção da Porta d'Água, em 1934, quando, pela primeira vez, arrombou o açude cujas águas moíam o Engenho de São Pantaleão, no Monteiro, serpenteando pela beira da estrada. Constituiu um espetáculo para os visitantes e todos aquêles que passavam pelo local, a alegria das lavadeiras, que tomavam conta das margens, e o pitoresco dos banheiros de palha.

Tudo isto foi antes de 1934, quando em lugar de deixar a “levada” por onde se escoavam as águas pluviais dos morros até o Monteiro, foi feito um escoamento para o rio perto da antiga “Porta d'Água”, até que, pela segunda vez, neste

século, se arrombou o açude novamente, causando grande transtôrno aos moradores de Apipucos e Dois Irmãos durante onze meses.

Em fevereiro de 1915, o Interventor Federal General Dermal Peixoto, a quem Apipucos ficou a dever êste serviço, determinou o "fechamento" e pôs fim à controvérsia entre os que queriam aproveitar o lençol de diatomácea existente, e os que queriam ver, outra vez, a beleza das águas do açude banhando a floresta que, antes da plantação de eucaliptos, vinha até à margem.

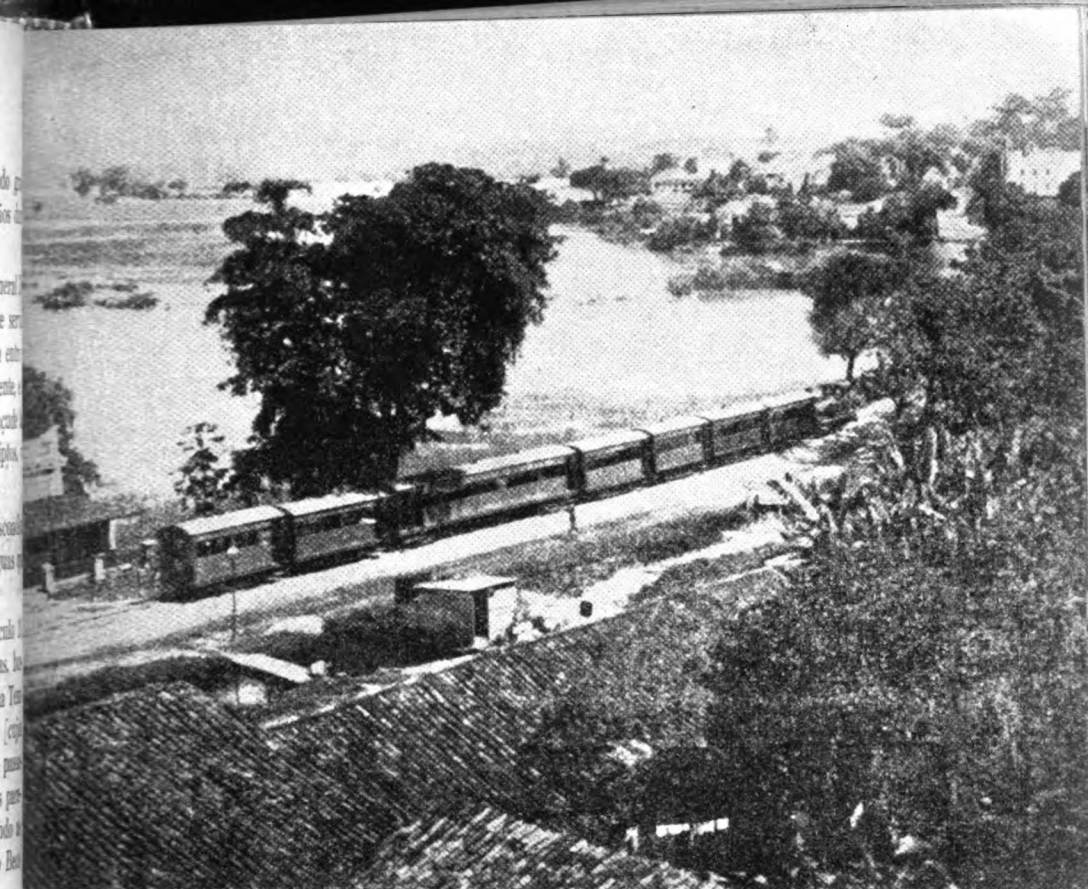
Naquela data se iniciou a construção do novo escoadouro e, em abril, estava pronta e fechada a saída das águas que levaram mais de um mês para encher o açude.

De Porta d'Água até o Monteiro, a levada, no século 19, era tão limpa que as barcaças vinham, com suas pipas, buscar água para o Recife. No Monteiro, ainda hoje, na Ilha Temporal, se vê a descida das águas que moíam o engenho [cujas 4 paredes e janelas quadradas desafiam a picareta] e passavam por um tunel em baixo da atual casa n. 2756. As paredes da reprêsa, no Monteiro, só caíram em 1950, quando as águas pluviais do Beco do Quiabo foram desviadas do Beco do Lamarão.

Interessante é que quando foi escavado o esgôto, perto da antiga estação de trem, no Monteiro, encontraram-se sepulturas e ossos humanos, devendo ser o local do antigo Cemitério de São Pantaleão, existente antes da "Maxambomba", em 1866. Havia também um outro, ao lado da Capela dos Apipucos. [Os ossos encontrados, em 1923, quando foi teraplanado o lado da Capela, foram reenterrados numa cova perto da Capela].

O "Trem do Sr. Fletcher", substituindo os ônibus puxados a burros que o Sr. Cláudio Dubeux mantinha de manhã e de tarde para o transporte de passageiros, desde 1854; o trem que, pontualmente, passava cada hora, trabalhou 50 anos até o fim de 1916 quando foi celebrada a chegada do primeiro bonde elétrico.

Ninguém supôs que, em nossos dias, se visse o grande melhoramento do calçamento, mas, antes do fim de 1950, Apipucos estava calçada e os ônibus "White", da Autoviária, no princípio, passavam regularmente, de 15 em 15 minutos, mas



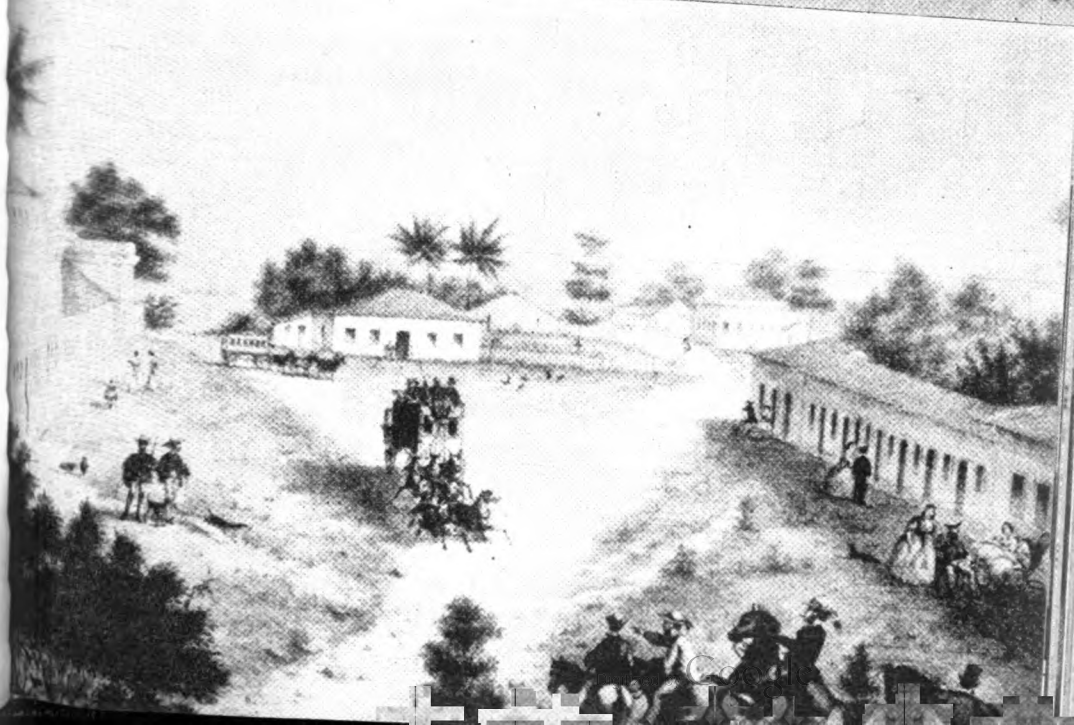
A MAXAMBOMBA, EM PORTA D'ÁGUA,
A LEVADA É UM BANHEIRO.

O CAPIBARIBE RECEBENDO AS ÁGUAS DO
AÇUDE, QUANDO DO ARROMBAMENTO, EM 1944.



Pantaleão

Monteiro



IGREJA DE SAO PANTA-
LEAO. NO MONTEIRO EM 1904.

VISTA DA POVOAÇÃO DOS APIPUCOS. EM 1865.
VENDO-SE O ANTIGO HOTEL E O ONIBUS.

esta facilidade de transporte não durou muito e, cinco anos mais tarde, se não fôsem as “lotações”, estariam os habitantes desta zona quase completamente sem condução. O pobre povo ainda dá graças a Deus que um bonde pequeno suba até Apipucos, cheio de gente e lembrando, tristemente, como outrora êsses bondes eram bons e corriam velozes.

O Engenheiro Vauthier visitava, diversas vêzes, família amiga residente nos Apipucos (Diário Intimo). A casa do casal Navarre, hoje em ruínas, no jardim de n. 26, foi, também, a residência do Sr. Cláudio Dubeux e sua espôsa, D. Josefina Burle Dubeux, sobrinha de D. Maria Navarre.

Notas diversas sôbre APIPUCOS:

Da Casa do Engenho resta sòmente a metade hoje convertida em garage da casa n. 1031, que fica localizada onde era o Engenho. No jardim, existe uma fonte ferruginosa. Desde 1916, por longos anos, foi a residência do Sr. Max A. Dietiker.

O Hotel mencionado por Mário Sette, in *Arruar*, n. 2, Largo dos Apipucos, foi, por 50 anos, residência da Família Brotherhood.

O Sr. José Burle (Cazuza), irmão de D. Josephina B. Dubeux, construiu a sua casa, hoje da Família Tasso, e uma das suas filhas casou com o Dr. Alfredo Lisboa, que tanto fez, em 1906, pela Capela de Nossa Senhora das Dores.

Delmiro Gouveia, entusiasta sonhador de Paulo Afonso, residia na “Vila Anunciada”, nome da sua espôsa, que se lê no portão de ferro da entrada.

Os Rev. Irmãos Maristas, em 1912, compraram a velha casa dos Amaral e agora têm o seu imponente seminário no local, com o belo sítio que desfruta vistas magníficas do açude e do Recife.

O nome de Apipucos é mais conhecido depois que nêle se fixou o escritor Gilberto Freyre, que comprou a casa da Família Botelho.

“A CAMPANHA as Senhoras Pernambucanas PRO’ INFANCIA” sustenta uma Cantina, dando, diàriamente, sopa às crianças pobres, de 1 a 7 anos de idade, na casa que, antigamente, pertencia à Família Maia, na Rua Itatiaia, 45.

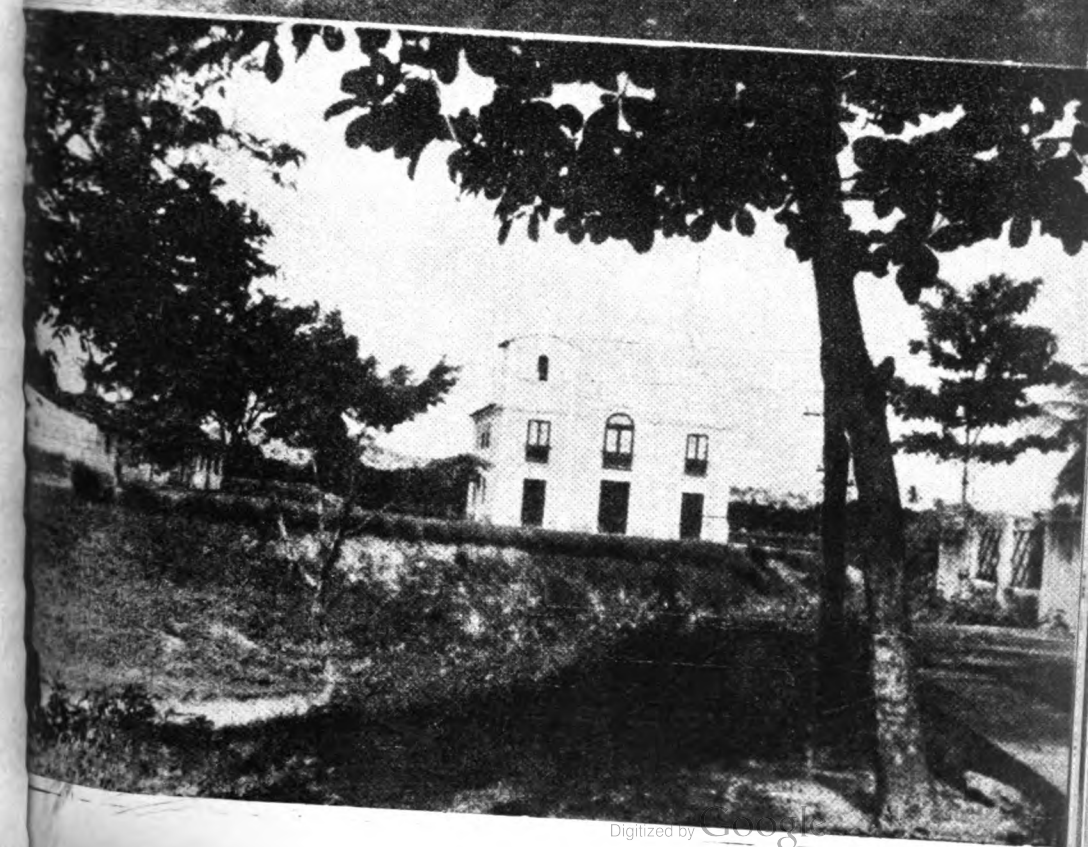
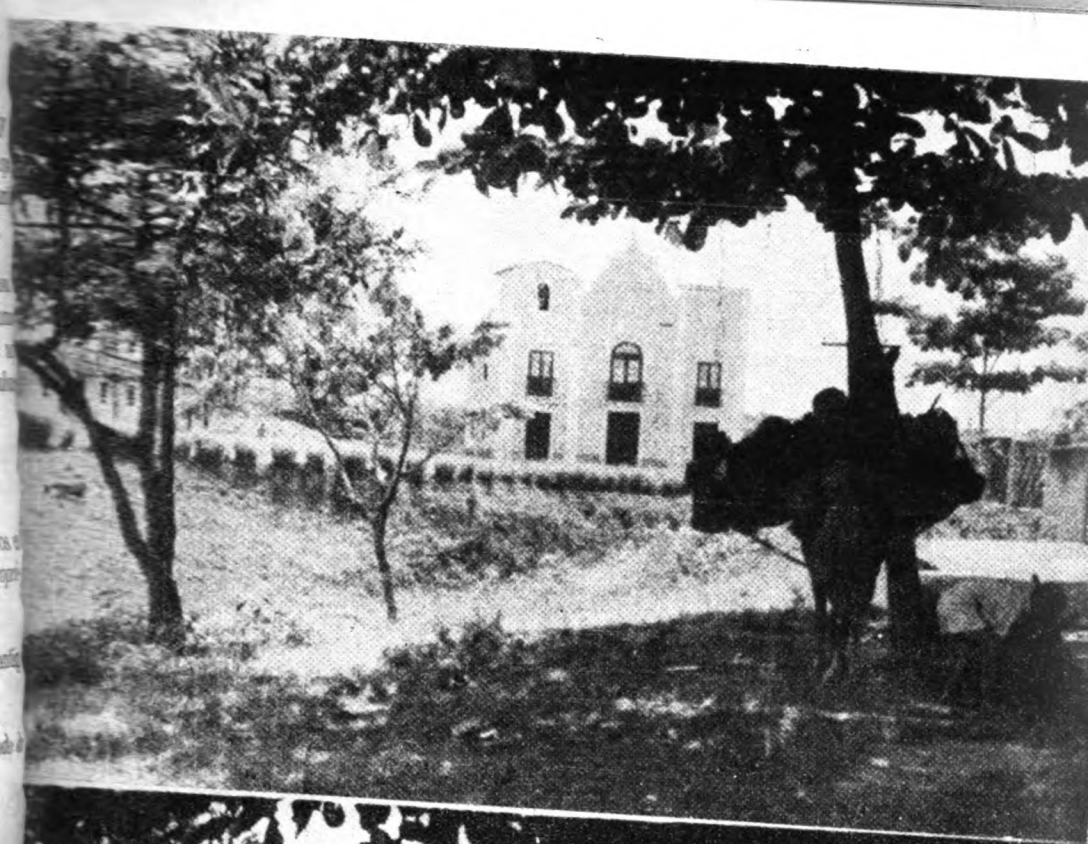
Um outro Maia, no século passado, ocupava a casa na Estrada, n. 1031, que deu o nome à curva do Rio chamada “A Volta do Maia”, e um dos seus filhos, esquecido aqui, morreu, santamente, em Roma: o Bispo — cego pernambucano, **Maia**.

TRADIÇÃO:

A Capelinha tinha patrimônio — as matas e morros em redor do Açude, mas hoje não existem títulos dessa propriedade.

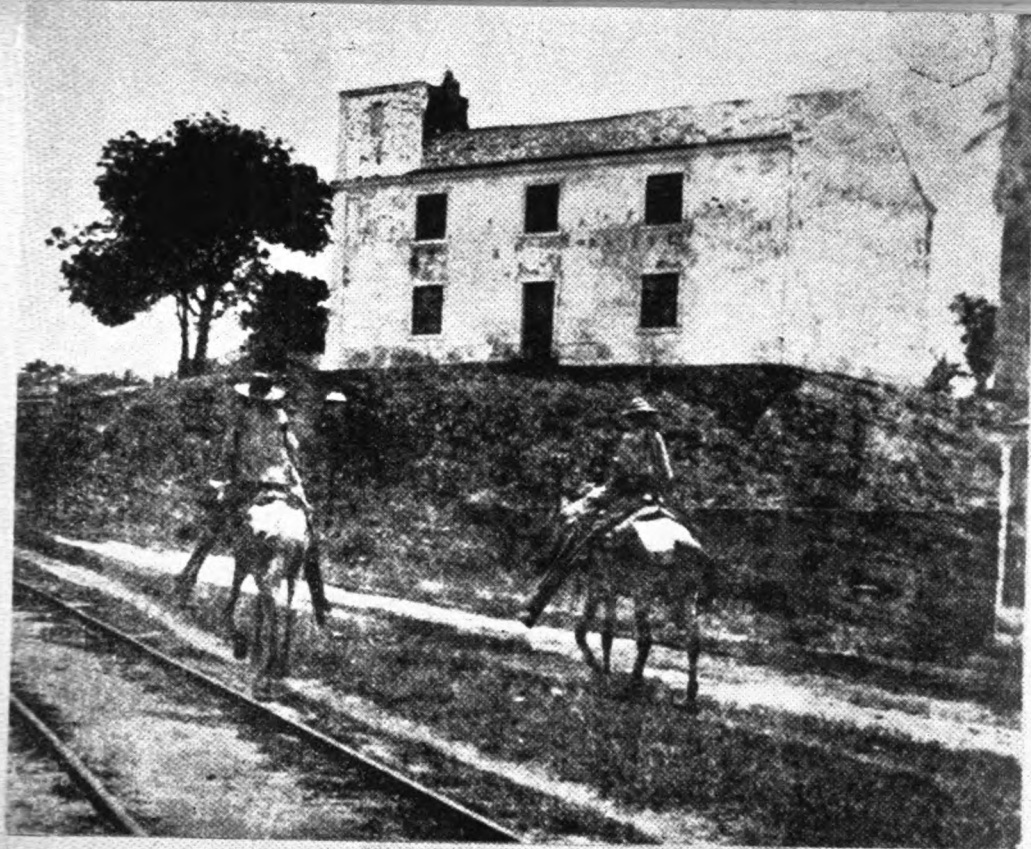
Até o século XX, havia, ainda, atrás da Capela, a antiga casa que tinha sido do Capelão.

SANTO ANTÔNIO uma vez foi achado no outro lado do rio.



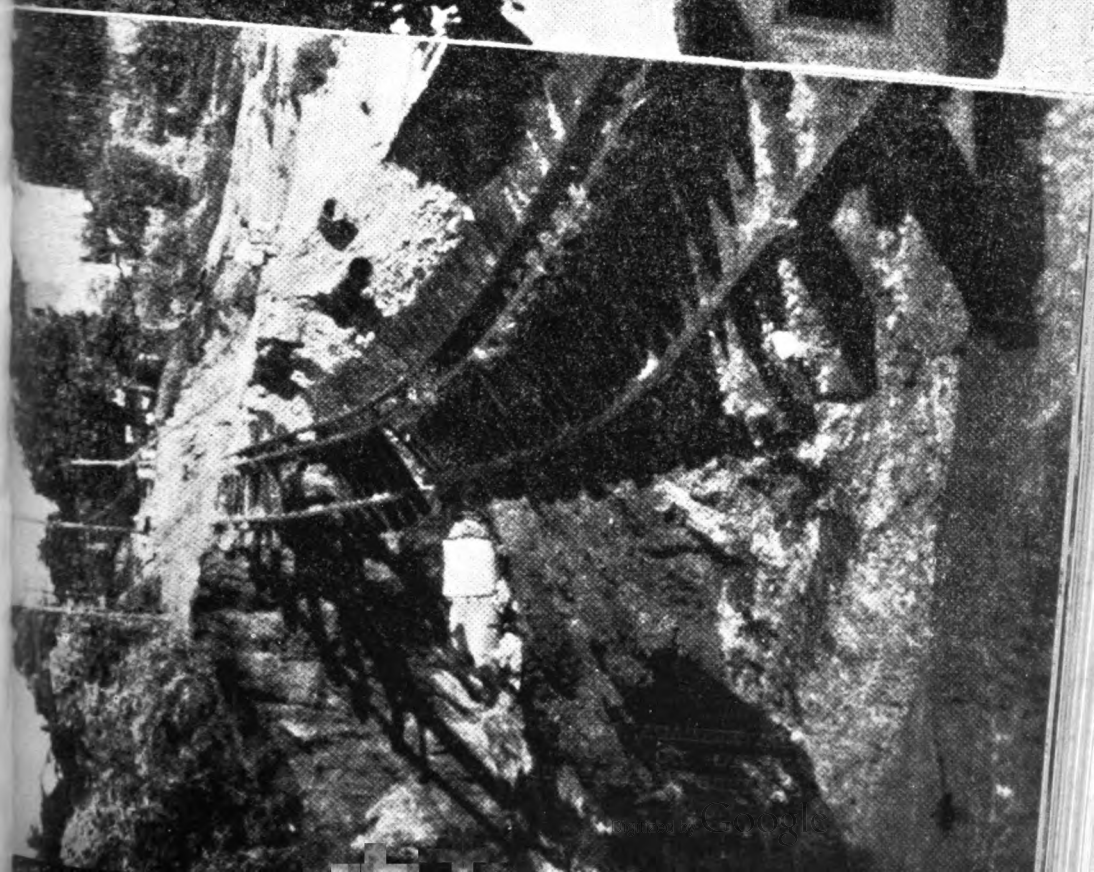
TORRE DA CAPELA COM OS SEUS TRÊS SINOS.

A VELHA SENZALA, AO LADO DA CAPELA.



ASPECTO DA CAPELA DE N.S. DAS DO-
RES, ANTES DAS OBRAS DE 1906.
LINHA DE TREM E VELHO LAMPEAO.

FRENTE DA CAPELA COM O LAMPEAO. (CER-
CA DE 1940). DESDE O INÍCIO DO GAZ NO RE-
CIFE. APIPUCOS POSSUÍA OS SEUS LAMPEÕES.



A VELHA CAROLINA. A ÚLTIMA DAS
QUE LADEAVAM O AÇUDE, FOI SACRIFI-
CADA PELO CALÇAMENTO, EM 1950.

ASPECTO DA ESTRADA, DEPOIS DO
ARROMBAMENTO DO AÇUDE, EM
1944 — OLHANDO PARA APIPUCOS.

II — CÓPIA AUTÊNTICA DO ARTIGO DE PEREIRA DA COSTA

“Neste ano já estava levantado o engenho de Apipucos, e pertencia ao colono Leonardo Pereira, como consta dos autos de uma questão que houve entre este e o proprietário do vizinho engenho de S. Pantaleão do Monteiro, sobre os limites extremos das duas propriedades.

Em sua origem, as terras de Apipucos faziam parte do engenho Monteiro, como consta de uma escritura de venda do mesmo engenho, lavrada na vila de Olinda em 5 de dezembro de 1577, em que se declara que as ditas terras, situadas na Várzea do Capibarihe, estavam dadas de partido ao colono André Gonçalves, com os seus canaviais e matas e que fazendo êle a moagem das canas de sua cultura no engenho do Monteiro, ficava assim o comprador com a obrigação de fazer a da safra de Apipucos daquele ano somente, ficando, naturalmente, as que se seguissem, mediante particular contrato a respeito com o novo senhorio.

Em face da referida escritura, vê-se que já então, estavam povoadas e cultivadas as terras de Apipucos; e que posteriormente desmembradas daquela propriedade, fundou, talvez o referido André Gonçalves, um engenho que tomou o nome da localidade, em época desconhecida, mas que existia já em 1593, como vimos. Depois passou a sua propriedade a D. Jerônima de Almeida, e desta a Gaspar de Mendonça, que a mantinha já em 1630.

Referindo um cronista do tempo o fausto e a grandeza de Olinda, mas concorrentemente, a sua vida de desmandos e escândalos, narra este fato curiosíssimo:

“E tantas eram as injúrias que se faziam que um homem honrado chamado Gaspar de Mendonça, senhor de engenho dos Apipucos e sua povoação, vendo-se quase desesperado de uma injustiça notável que lhe fizeram, se pôs no meio da rua Nova, e a altas vozes exclamou dizendo: AONDE ESTÃO OS IRMÃOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, TÃO ZELOSOS DAS OBRAS DE CARIDADE E DO SERVIÇO DE DEUS? VENHAM AQUI PARA DAREM SEPULTURA A

JUSTIÇA, QUE MORREU NESTA TERRA E NÃO HÁ QUEM A ENTERRE HONRADAMENTE. E o ouvidor estimulado desta queixa feita com tanta causa, mandou chamar o tabelião Luis Marreiros, e com ele fez um auto de afronta, e quis prender ao sobredito Gaspar de Mendonça e castigá-lo, o que fizera se elle se não escondera”.

Em 1645 já estava construída a capela do engenho, sob a invocação de Nossa Senhora da Madre de Deus, mudada depois para a de N.S. das Dores, que ainda conserva, e cuja situação é a mesma que originariamente occupava.

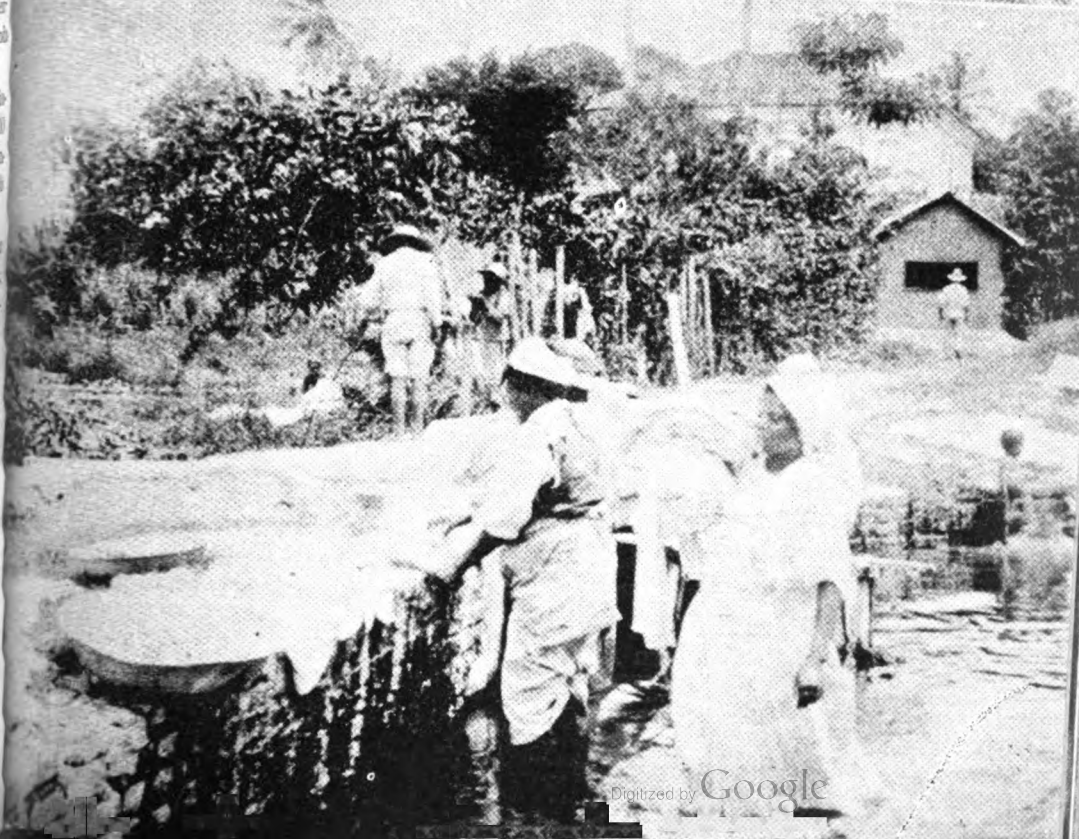
Muito sofreu a localidade com a invasão holandesa. Em 1645 foi a capela saqueada pelo inimigo, de opostas crenças religiosas à católica, e quebradas as suas imagens; e voltando de novo, a 15 de agôsto, sofreu a povoação uma completa pilhagem, e conduzindo mesmo o inimigo entre os seus despojos todo o gado e escravos que encontrou para o engenho de D. Ana Pais, ou Casa Forte, onde acampara de volta da sua perdida batalha de Tabocas.

Mas os moradores de Apipucos vingaram-se dos holandeses. Ouvidas as descargas do combate travado naquele engenho no dia 17, narra o referido cronista, que então residia na povoação, logo o senhor do engenho, Gaspar de Mendonça, velho e enfêrmo, partiu descalço pela lama do caminho, à frente de tódá a gente da sua fazenda, provida de armas, com seu filho Cristóvão Pais e o Padre Fr. Manuel do Salvador, que é o próprio cronista, — que andou por as casas dos moradores daquela povoação incitando-os ao combate; — e terminada a peleja, e derrotado o inimigo, regressa Gaspar de Mendonça conduzindo com os seus feridos para a sua casa de vivenda do engenho, onde foram pensados e carinhosamente tratados.

Apipucos tinha nessa época a sua capela curada, por um sacerdote de residência na localidade, como se vê dos sinatários do **TÉRMO DE ACLAMAÇÃO DA LIBERDADE DIVINA**, lavrado no acampamento dos insurgentes a 7 de outubro de 1645, em que se vê o nome do padre João Dias, Capelão e Cura dos Apipucos.

Com a guerra da Restauração que irrompeu naquele ano, ficou o engenho completamente abandonado, e daí os estragos que sofreu; mas terminada a campanha em 1654, vitoriosamente, foi tudo reparado, recommçaram os seus interrompidos trabalhos por tanto tempo, desenvolveu-se a povoação de casarias novas e, restaurada, a capela tornou ao seu antigo esplendor; e assim, em 1666 já era bem próspero o estado da fazenda, graças aos esforços do seu proprietário de então, Cristóvão Pais de Mendonça, filho do velho Gaspar de Mendonça.

Em 1687 pertencia o engenho a Luis de Mendonça Cabral, que por escritura pública de 13 de fevereiro vinculou 200\$000 da renda da fábrica, applicando os seus respectivos juroes em beneficio da ca-



APIPUCOS, EM 1955. (O AÇUDE
LIMPO, A ESTRADA E O RIO).

A PORTA D'ÁGUA, VENDENDO-SE A CA-
SA GRANDE DO "SÍTIO GRANDE" HO-
JE ENTRADA DA RUA MANDACARU.

pela de Santana do Colégio dos Jesuitas da cidade de Olinda; em 1783 era seu proprietário o capitão-mor João do Rêgo Barros, distinto fidalgo, e homem de prestígio e de grande influência na capitania; e nos primeiros anos do século passado, o capitão-mor Pedro Velho Barreto, falecido pelos anos de 1830.

De fins do século XVIII por diante foi o engenho decaindo da sua atividade industrial, ao passo que a povoação ia consideravelmente tomando grande incremento, e avultando em população e novas construções de prédios, foi abandonada a cultura da cana, e assim desaparecendo a fabricação do açúcar, deu-se a extinção do engenho.

A fábrica, que era movida a animais, tinha os seus edificios situados à margem esquerda do rio Capibaribe, na larga faixa de terra que corre ao longo da quebrada da colina, e fronteiras à fachada lateral da capela que olha para o poente; e bem assim a **casa grande**, de vivenda dos seus proprietários, que a tradição local, como encontramos, indica uma que fica à esquerda, ao subir da ladeira, mantendo assim a sua originária situação; mas que nos parece antes que foi um bom prédio que fica na planície da colina, à direita e próximo à quebrada que dá para o rio, na rua principal da povoação, e a certa distância em frente à capela, tendo a sua face lateral que olha para o oriente ao correr do comêço do caminho que vai para Dois Irmãos, e assim ocupando uma aprazível e bela situação. O açúcar fabricado no engenho descia pelo rio em batéis para o mercado da praça do Recife.

Os canaviaes ficavam nos terrenos baixos, planos, que se estendem ao longo da colina, em frente à capela, e desciam às suas quebradas, limitadas pelo rio, ao poente, e pelo grande açude, ao nascente; e assim chegando aos extremos da povoação, em começos da avenida Dois Irmãos, estendiam-se ainda a uma ilha que fica frente a esta situação, limitada, por um lado, pelo riacho Camarajibe, ao correr do seu desaguadouro no rio Capibaribe, que no seu curso subindo, banha a ilha pelo outro lado.

O canal que se via naquela ilha, hoje convertido em uma grande baixa de capim de planta, era chamado em começos do século XVIII, o PARTIDO DA ILHA, pertencia ao lavrador Lourenço Cavalcanti Bezerra, que por ter aí a sua própria residência, chamavam-no, o DA ILHA, como escreve Borges da Fonseca na sua NOBILIARQUIA PERNAMBUCANA, tratando a seu respeito.

Do extinto engenho, que não safrejou até muito além dos primeiros anos do século passado, naturalmente ao tempo da fundação do próximo engenho DOIS IRMÃOS, em terras que lhe foram desmembradas, e nas quais ficavam as suas matas, que forneciam a lenha necessária para o serviço do fabrico do açúcar, restam ainda alguns vestígios, como a capela, hoje de domínio público, e uma parte da senzala dos escravos, que corria ao lado do nascente da mesma capela, ficando um caminho de permeio.

De um documento de 1783, que tivemos sob as vistas, constava, na menção das alfaias e paramentos da capela, que possuía um primoroso crucifixo de marfim, com três palmos de altura, de todo aparelhado de prata, que se via no altar-mor, e que tôdas as suas imagens tinham os seus adornos também de prata.

A capela, que domina tôda a povoação pela sua elevada situação, acha-se hoje restaurada, com maiores dimensões mesmo, só restando da primitiva as imagens e as paredes da fachada do fundo, em cujo frontão ainda se vê a sua velha cruz de pedra. Tudo mais é novo, é moderno, mas sem arte, e mesmo sem elegância alguma, quer nos seus traços gerais, quer particulares.

Condenaram, destruíram tudo que havia de antigo, talvez por imprestável ou FORA DE MODA; retiraram o velho altar-mor, com o seu bonito nicho de talha dourada, em que se via a imagem da padroeira, e fizeram tudo de alvenaria, acaso sob o plano de algum boçal mestre pedreiro. Mas... Mil vêzes a velha, tradicional e graciosa capelinha do extinto engenho de Apipucos com a sua elegância e simplicidade do século XVI!

Terminada em 1887 a obra de reconstrução da capela, que foi feita às expensas dos moradores da localidade, teve a sua bênção festivamente celebrada, no dia 22 de dezembro do mesmo ano, e bem assim a da imagem da sua padroeira e a de um sino novo.

Há em Apipucos uma fonte de águas férreas, a cuja análise procedeu o dr. Simplicio Antônio Mavignier, em 1839, e é muito conhecida.

Acampanando na povoação uma força dos liberais em aberta revolução, foi atacado por uma do governo em 30 de novembro de 1849, de cujo combate resultou a morte e ferimentos, em número não pequeno, entre a força e outra.

Em 1900 apareceu um periódico O APIPUCOS — órgão dos interesses dêste belo arrabalde, — cuja publicação, porém, não passou do seu primeiro número.

Apipucos ou APOPUCOS, como se escrevia antigamente, segundo a sua grafia originária, é um termo que vem do tupi, cuja etimologia é encontradamente exibida por alguns escritores, desde o Padre A. R. Montoya (1639) até os dos nossos dias, cujo ciclo fecha Teodoro Sampaio, que assim se manifesta: — “Apipucos corrutela de apé-puc, o caminho se divide, ou se parte, a encruzilhada, pode ser também corrupção de apépucú, caminho ou vereda longa”.

A nosso ver, (esposando uma apreciação a respeito) a primeira etimologia é a mais provável, não somente pela forma pluralizada que conservou, assim também porque de um mapa antigo, contemporâneo da ocupação holandesa, se verifica a existência de dois caminhos, que se conjugavam no local onde hoje assenta a povoação de Apipucos.

ANAIIS PERNAMBUCANOS — F. A. Pereira da Costa — Secretaria do Interior e Justiça, Arquivo Público Estadual, v. II [1591 - 1634], 1952, pp. 51.

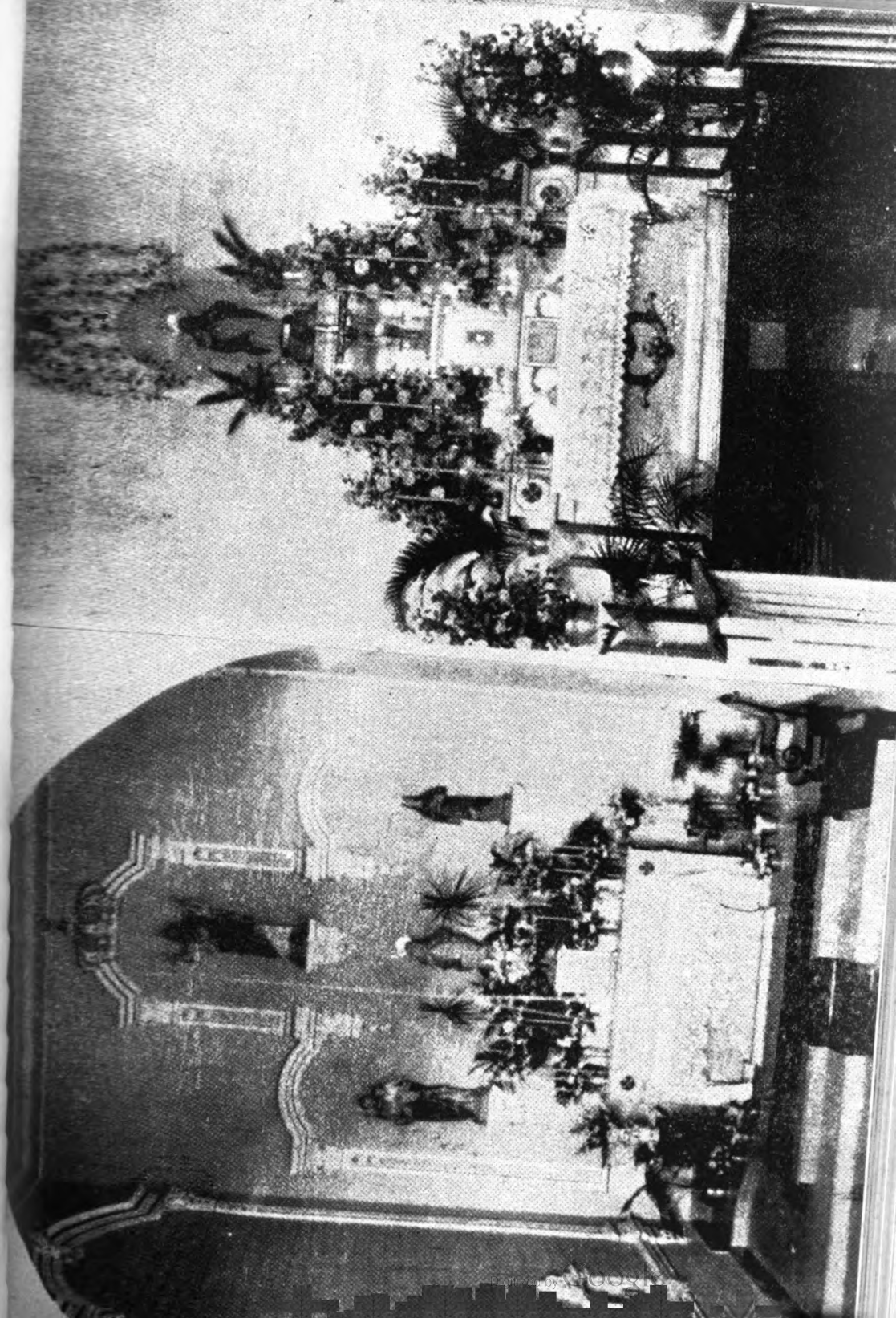
III — CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS DORES, Apipucos

Datas referentes ao artigo de Pereira da Costa
sobre Apipucos.

- 1887 Não “foi retirado o velho altar com o seu elegante nicho de talha dourada” como se prova com os retratos tirados do mesmo altar, em data posterior. Não houve remodelação na Capela e sim reparos e conservação.
- 1891 Em procissão foi levado o novo sino fundido, no Pôrto, em 1890.
- 1899 “Apelo feito pelo Monsenhor Casemiro Tavares Dias, digno Secretário do Sr. Bispo, a fim de evitar o desabamento da Capela” (“Jornal do Recife”, outubro de 1899).
De 23 de julho, a 23 de setembro, grandes obras no telhado, varanda de ferro para o coro, pintura, caiação. Sobre a festa, vide “Jornal do Recife”, outubro de 1899.
- 1906 Grandes obras do Dr. Alfredo Lisboa.
Amarração, parede de fundo, muro pequeno de arri-mo. Nesta ocasião, foi retirado o nicho de talha do altar por se achar destruído pelo cupim.

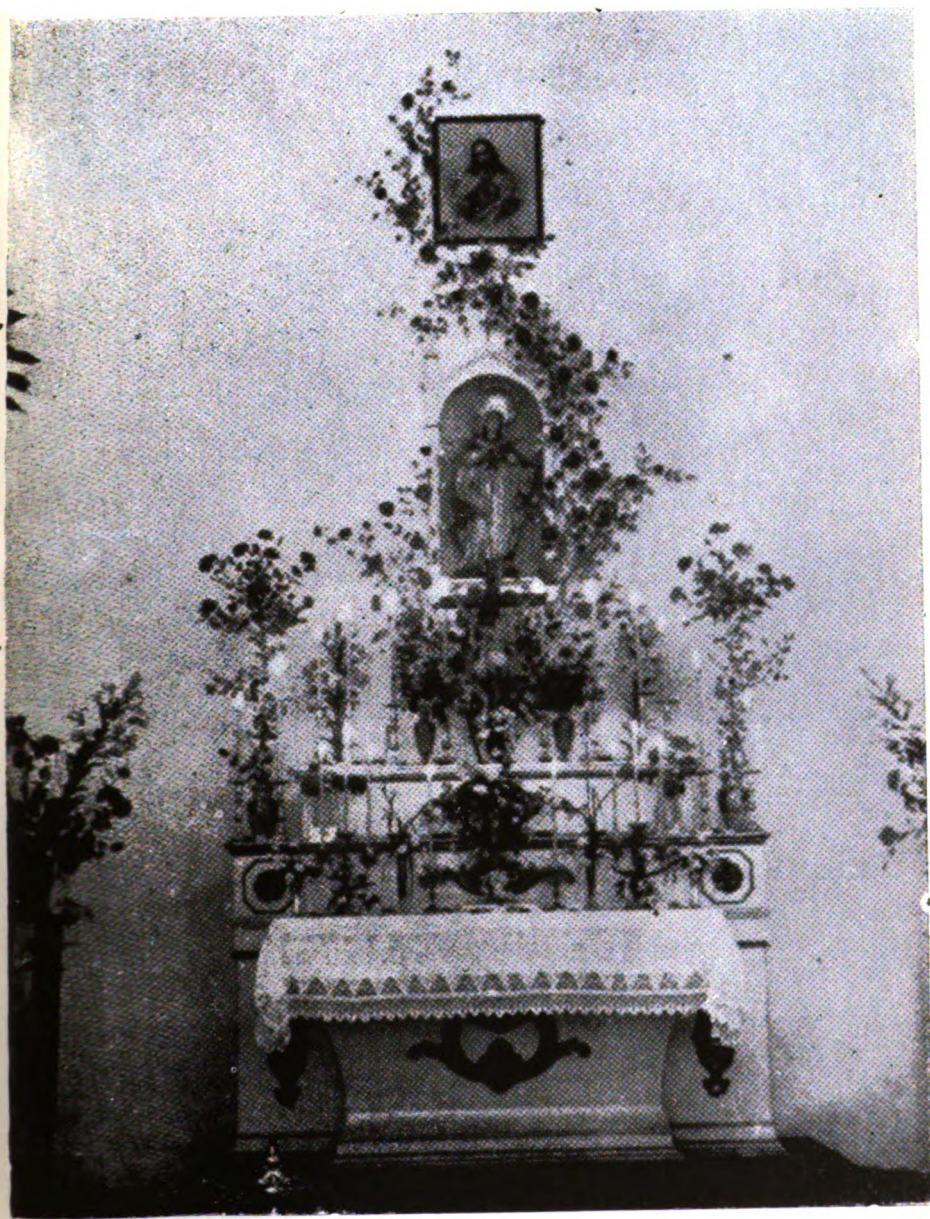


IMAGEM DE NOSSA SENHORA DAS DORES NO
DIA DA FESTA (SET. 1945) EM QUE O REV. CA-
PELAO, PADRE T. P. DIGNAM S.J. CELEBRAVA
MISSA CANTADA EM AÇÃO DE GRAÇAS, POR ES-
TAR A CAPELA AINDA ABERTA, 300 ANOS DE-
POIS DE SAQUEADA E QUEIMADA PELOS
HOLANDESES EM 15 DE AGOSTO DE 1645.

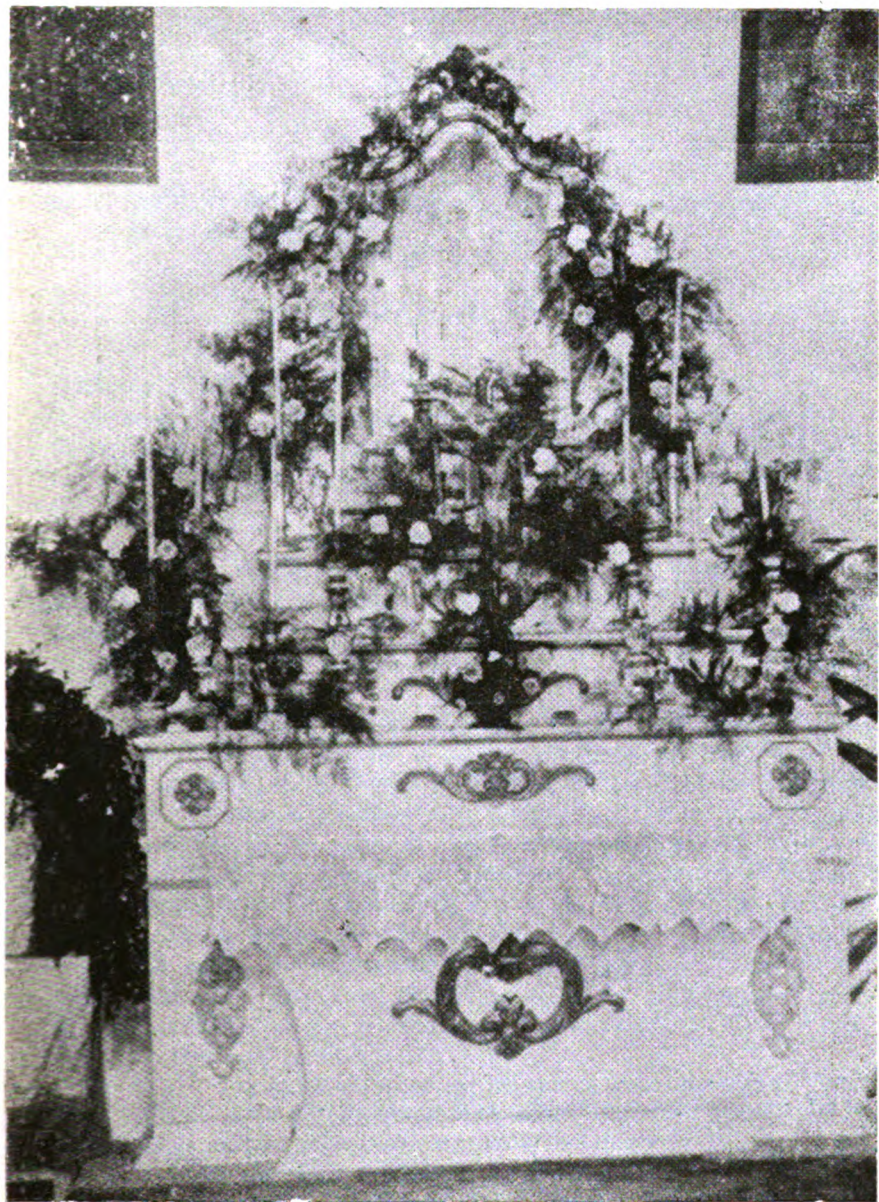


**ALTAR-MÓR DA CAPELA
ATUAL, REFORMADO EM 1923.**

**ALTAR - MÓR, COM NICHÓ DE ALVE-
NARIA E SACRÁRIO, EM 1922.**



ALTAR-MÓR COM O NICHÓ DE MADEIRA, ATÉ 1915



ALTAR-MÓR COM O NICHÔ DE TALHA PINTADO
DE AZUL E NÃO DOURADO ATÉ AS OBRAS DE 1908.

IV — RESUMO HISTÓRICO SOBRE A CAPELA DE APIPUCOS E SUAS CERCANIAS.

[Revista "MARIA" ano 33 n. 8-9 — Ago.-Set. 1945].

1593 - 1887 [Notas de Pereira da Costa sobre "APIPUCOS"]

O nicho de talha dourada foi substituído por outro de alvenaria feito na parede, que também foi modificado mais tarde como está agora. O altar atual porém não é de alvenaria, mas ainda é o velho altar de madeira.

1917 — Com a chegada ao Recife dos Revs. Padres Jesuítas começou a florescer de novo a capela sob a direção dedicada do Pe. Tomás Dignam. S.J., ao princípio a pedido do Vigário da Casa Forte e depois canonicamente provisionado.

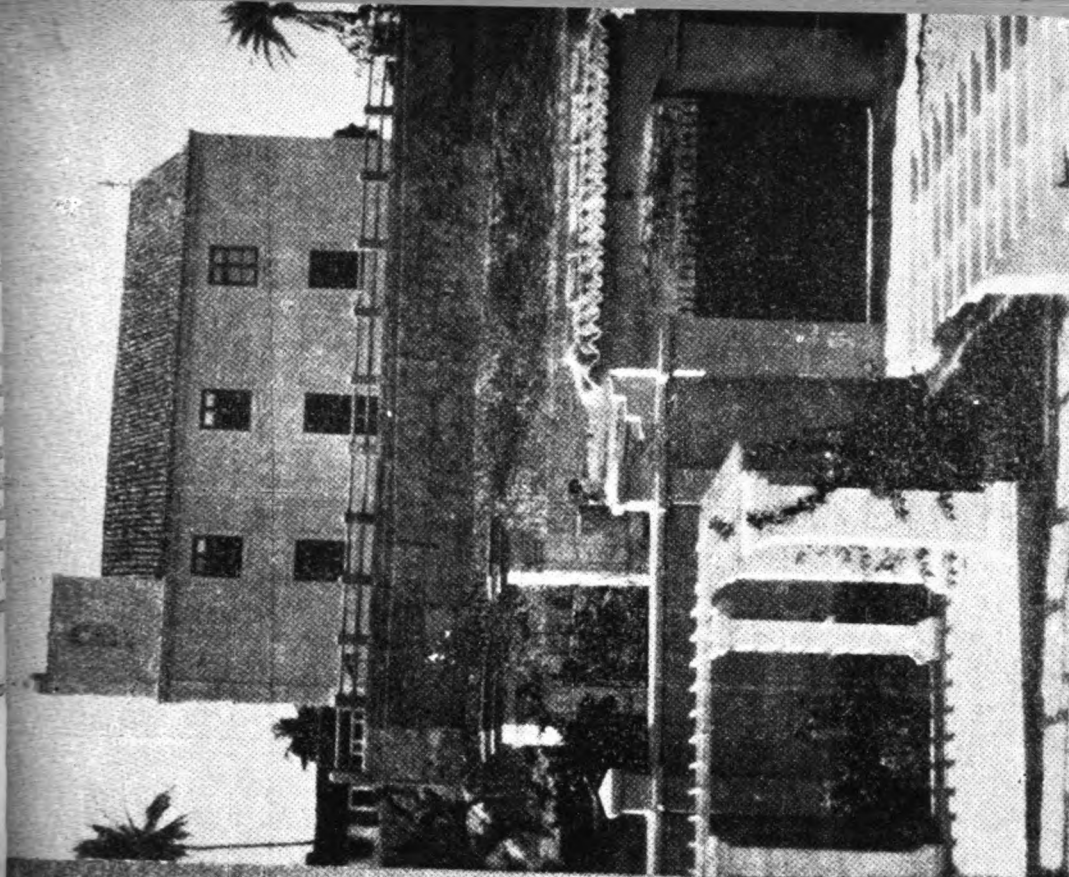
Em 1923 o aspecto interior da capela foi renovado, sendo o santuário artisticamente pintado e enriquecido com as imagens do S. Coração de Jesus, de S. José e de Santa Luzia, e o corpo da capela provido de 18 bancos cômodos para a lotação de 200 pessoas. A despesa desses bancos, no valor de Cr\$ 2.000,00 foi paga pelas Senhoras Dona Lucy Boxwell e Dona Mary Lorimer. No ano anterior tinha-se já acrescentado ao altar um sacrário e desde 1926, por concessão especial da Santa Sé [renovada de cinco em cinco anos] tem se conservado aí o SSmo. permanentemente. Por provisão do Sr. Arcebispo metropolitano foi erecta em 1942 uma pia batismal, sendo os assentos dos batizados enviados para o tombo da Matriz da Casa Forte, donde se tiram as certidões.

Desde há mais de 50 anos duas famílias distintas, anglo-brasileiras, Brotherhood e principalmente Needham domiciliadas em Apipucos, zelaram os interesses materiais e espirituais da capela local como se fôra um tesouro da família, Dona Henrie Dietiker, Dona Jo-

sephina Clarkson e sua filha Dona Lucinha Clarkson, e dona Mary Lorimer, tôdas três da família Needham, empenharam-se sucessivamente pela aquisição e conservação do recheio da capela, pela celebração regular da missa nos domingos e dias santos, pelo canto litúrgico no côro e pela educação catequética das crianças da localidade.

Essa dedicação amorosa foi generosamente coadjuvada por parentes próximos e pessoas da amizade das mesmas famílias acima mencionadas, principalmente na compra dum órgão, que fôra antes do templo anglicano desta cidade, e na construção do muro que atualmente escore a capela. Para êsse fim recolheram-se donativos no valor de Cr\$ 14.000,00 que foi quanto rendeu uma quermesse organizada pelas mesmas famílias e pessoas atrás mencionadas e em que tomaram parte saliente Dona Emilia Brotherhood Leão, hoje distinta carmelita no Carmelo sito no Parnamirim, Dona Lucy B. Conolly, Dona Laura Thom e as famílias Artur Lemos e Corbiniano Fonseca.

Atualmente, celebram-se aos domingos e dias santos duas missas, sendo a primeira para as crianças.



PAREDAO SEM GIGANTES. FEITO EM 1928.

.

PAREDAO COM GIGANTES E
COM PITEIRAS EM FLOR.

V — DADOS ENVIADOS À COMISSÃO CENTRAL ARQUI-
DIOCESANA DE ARTE SACRA DE OLINDA --
RECIFE.

Em 12 de maio de 1950:

- 1) Capela, 3 sinos, o maior, do Pôrto, datado de 1890; os outros 2 mais antigos.
Cemitério, que já não existe, ao lado da Capela.
- 2) Título: Capela de Nossa Senhora das Dores, Apipucos, do antigo Engenho dos Apipucos.
- 3) Povoação dos Apipucos, hoje Largo dos Apipucos.
- 4) 18 metros por 13, altura 16, fachada da igreja a oeste.
- 5) alvenaria — na parte antiga de 300 anos, blocos de pedra.
- 6) muita humidade.
- 7) muita humidade principalmente porque empossam as águas na frente da Capela, não podendo, para salvar a frente, deixar escoar pela ribanceira a baixo.
- 8) Estilo. Capela de Engenho, construída parte central antes de 1645, quando em 15 de agosto foi saqueada e queimada pelos holandeses de passagem de São Lourenço para Casa Forte. [Valeroso Lucidenio vol. II, cap. 2] Reconstruída antes de 1666.

Grandes reparos e amarração da antiquíssima parede de fundo, em 1906, quando, também, foi construído um pequeno muro de arrimo.

Em 1922, no antigo altar-mor de talha, foi colocado um sacrário de madeira combinando com o estilo, doado por D. Emilia Brotherhood Leão.

Em 1923, remodelada a Capela — piso de tijolo no Santuário substituído por granito, os dois púlpitos

removidos, colocadas as imagens do Sagrado Coração de Jesus, São José e Santa Luzia, ficando a Padroeira Nossa Senhora das Dores pouco acima do Altar, o Crucifixo, obra portuguesa, todo aparelhado de prata, pertencente a D. Josephina Burle Dubeux. foi, nesta ocasião, doado por sua filha D. Joaquina Needham à Capela, para o altar-mor. O antigo crucifixo foi colocado na sacristia.

- 9) Atos religiosos para a redondeza. (Frequência de 400 pessoas por domingo); 2 Missas aos domingos para as crianças (6.40 horas); para adultos (8 horas); catecismo nas quintas-feiras.
- 10) Zeladora administrando até a chegada dos Revs. Padres Lazaristas em abril de 1950.
- 11) Artigo tirado dos arquivos do Dr. Pereira da Costa.
- 12) Principais solenidades: setembro, festa da Padroeira celebrada no 3.º domingo do mês, com Missa Cantada; Missa de Natal, à meia noite; novembro: Primeira Comunhão; Procissão no dia de Corpo de Deus da Capela para se incorporar à procissão do Santíssimo dos Irmãos Maristas — o mais belo espetáculo do Recife.

Inventário completo dos objetos de Arte da Capela de Nossa Senhora das Dores:

- 1) a) CRUCIFIXO de marfim, pintado, no altar-mor, 1783 até 1843. (do original só estava o Cristo) agora voltou à veneração dos fiéis, em cruz de jacarandá, de três palmos (adquirida por D. Lucy Clarkson), colocado, em Santuário próprio, pelos bons ofícios de Sr. e Sra. Max A. Dietiker. (D. Henrie) Santuário doado por D. Mary Lorimer.
- b) Crucifixo de marfim, doado por D. Patrolinda Salazar B. Silva em 1942, hoje perto da pia batismal.
- c) Crucifixo de madeira, obra portuguesa, aparelhada de prata, doado por D. Joaquina Dubeux Needham, quando a sua filha D. Josephine Clarkson zelava em 1923, pôsto no altar-mór.
- d) Crucifixo, obra antiquíssima, de madeira, no Côro.
- e) Crucifixo, muito bonito, de madeira, hoje na sacristia, antigamente no altar-mór, até 1923.
- f) Crucifixo de bronze, doado por Mrs. van Humbeck, em 1941, usado nas procissões.

- 2) a) Imagem de madeira, obra portuguesa: Nossa Senhora das Dores, com resplendor de prata, nove estrêlas, sete espadas, com cabo doirado, um par de brincos. Colocada no altar-mor.
- b) Imagem grande, em terracota, de Santo Antônio, antigamente ao lado do altar-mor, depois, colocado em altar próprio de alvenaria, até 1944, quando foi presenteado pela sua devota D. Angelita Lemos Fonseca, com altar de madeira laqueada.
- c) Imagem antiga de Nossa Senhora Sant'Ana e Filha, na Sacristia.
- 3) Cômoda, de jacarandá, onde se guardam os paramentos.
- 4) Jarros (2) de porcelana francesa, usados em dias de festa, pertencentes a D. Josephina Burle Dubeux, doadas por sua filha D. Joaquina Needham (Grande Benfeitora da Capela, falecida em 3-10-28).
- 5) Santuário antiquíssimo — côres originais, hoje com políia, mas podendo ainda ser salvo, que guardava o Crucifixo no altar-mor em 1783. Único objeto de ARTE disponível para o MUSEU DE ARTE SACRA.

VI

De

De

De

De

De

De

De

De

De

De

De

De

VI — DATAS MEMORAVEIS EM APIPUCOS.

A Capela, entre 1870 e 1908, não tinha Capelão próprio nem Missa aos domingos. Os fiéis iam assistir à missa, aos domingos, na Igreja de São Pantaleão, no Monteiro. Com a chegada do Rev. Vigário Padre José Leal, em 1908, Pároco da Casa Forte, Apipucos começou a ter Missa dominical. Mesmo sem Capelão, o povo tinha o costume de cantar, na Capela, o Mês de Maio, a trezena de Santo Antônio e as novenas para a Festa de Nossa Senhora das Dores e de Santa Luzia.

1906 — Grandes Obras na Capela feitas por Dr. Alfredo Lisboa; — duas amarrações na parede de fundo; reparo no telhado; bancos substituindo os antigos, no centro da Capela; um confessionário de grandes proporções.

Nesta ocasião, o nicho de talha foi retirado do altar, e a imagem de Nossa Senhora das Dores a Padroeira colocada em um nicho de madeira, na parede.

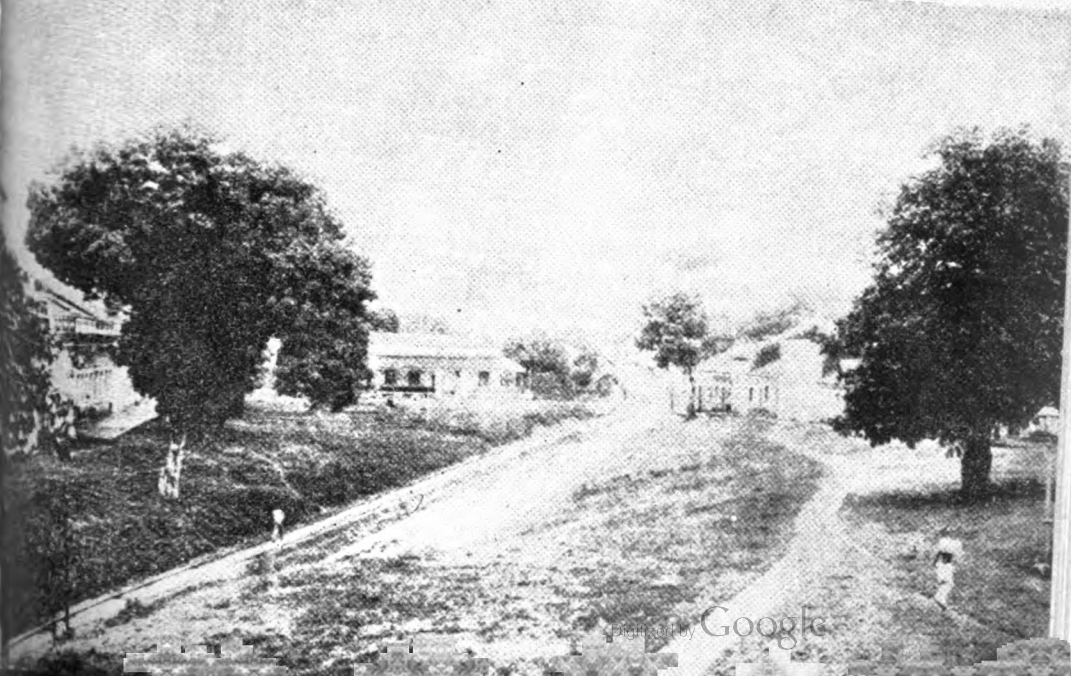
1912 — As Rev. Irmãs da Sagrada Família, da Casa Forte começaram a vir tomar conta do CATECISMO que já existia em pequena escala. Alguns anos mais tarde, foram substituídas pelas Irmãs Dorotéias do Colégio de São José. Hoje em dia, estão inscritas 400 crianças.

1915 — O nicho de Nossa Senhora, na parede, foi refeito em alvenaria.

1917 — Chegada dos Rev. Padres Jesuitas no Recife. Entre eles veio o Rev. P. Thomas Patrick Dignam, irlandês que, a pedido do Vigário da Casa Forte, P. Odo-rico Chaves, começou a celebrar Missa, aos domingos, tomando a direção do catecismo, nas quintas-feiras,

continuando, até a sua morte, em 1946, a zelar pela capelinha à qual dedicou tanto amor e carinho.

- 1921 — Em abril dêste ano, houve uma reunião, no Circulo Católico, dos Coros do Recife e, entre os que foram cantar, mereceu elogios, do R. P. João Carneiro, num artigo da "Tribuna", de 14-4-21, sôbre MUSICA SACRA, o Côro de Senhoras de Apipucos, pelos cânticos litúrgicos. O órgão, com o seu bonito tom, foi comprado à Igreja Inglesa, neste ano.
- 1922 — O altar-mor foi enriquecido com um Sacrário guardando o estilo do velho altar.
- 1923 — Em junho, depois de um futebol em benefício da Capela, arranjado por D. Laura Thom, houve uma grande quermesse, em que tantas pessoas amigas tiveram a bondade de colaborar: sala de chá e bar na casa n. 8; sala de dança em outra casa defronte; leilão de prendas na povoação; o TEATRO FAZ QUE OLHA na casa n. 26 que atraiu muita gente nas duas noites de representação.
- As obras consistiram em piso de granito no Santuário, substituindo o tijolo vermelho que, desde 1906, foi coberto pelo grande tapête da antiga Associação Comercial adquirido pelo Sr. Ed. Dubeux (Dadinho) que, na mesma ocasião, rifou um relógio e comprou uma serafina. O Santuário foi remodelado, sendo colocadas as imagens do Sagrado Coração de Jesus, São José e, um pouco mais tarde, Santa Luzia.
- As duas últimas tribunas, situadas no recinto do Santuário, foram fechadas e os dois púlpitos, no corpo da Capela, retirados, e a Capela caiada e pintada.
- 1925 — O Diretor Diocesano do Apostolado da Oração, Pe. Antônio Gonçalves S.J. funda o Centro de Apipucos.
- 1926 — Pelos bons officios do Rev. Pe. Dignam S.J., foi concedido o privilégio da licença para guardar o Smo. Sacramento, por um rescrito dado em Roma e renovado, cada cinco anos.
- 1928 — Pelo Dr. Corbiniano de Aquino Fonseca e seus amigos foram feitos o terraço e o paredão, que não tinha gigantes.





VISTA DA IGREJA, EM 1906.

A POVOAÇÃO DOS APIUCOS. VISTA
DA CAPELA VENDO-SE A LINHA DA MA-
XAMBOMBA E OS ANTIGOS LAMPEÕES.

- 1929 — Em 12 de maio — queda do dito paredão em consequência das grandes chuvas da época.
- 1930 — Os gigantes para o paredão foram feitos com os doativos da Lista 333, quando pessoas da Família Du-beux-Needham ajudaram com a soma de 333 mil réis arrecadados por D. Josephine C. Clarkson, grande bemfeitora da Capela e falecida em 17-8-1931.
- 1933 — Padre Jerônimo Maher S.J. funda a Associação da Propagação da Fé.
- 1939 — Iniciou-se a Missa das Crianças, além da Missa dominical para o povo.
- 1942 — Com a licença de Sua Ex. Revdma. Dom Miguel de Lima Valverde, Arcebispo de Olinda e Recife, foi ereta a Pia Batismal, silenciosa homenagem comemorativa dos 25 anos de dedicação do Rev. Pe. Dignam S.J.
- 1943 — Colocado, em Santuário próprio, o Santo Cristo dos Apipucos e exposto à veneração.
- 1946 — Falecimento do Capelão R. Pe. Dignam S.J.
- 1946-49 — A Capela esteve sob a direção dos Rev. PP. da Congregação do Sagrado Coração de Jesus.
- 1950 — D. Mary Lorimer, filha da D. Joaquina Needham, doou, para ser entregue depois da sua morte, sua propriedade constando da casa n. 26, rua da Aliança, e os terrenos pertencentes aos Rev. PP. Lazaristas, que fixaram residência em Apipucos e assim inúmeros benefícios vêm prestando à população da redondeza.
- 1954 — Com as esmolas arrecadadas pelo Capelão Rev. Pe. Pedro Hermans C.M. e Sr. Saul da Cunha Antunes e outros bemfeitores da Capela, foram feitas diversas benfeitorias, como a mudança do piso de cimento para mosaico e impermeabilização das paredes, instalação d'água, mudança da luz, e um quarto.

THEATRE 147 0015 01000

THEATRO FAZ QUE OLHA

(EM APIPUCOS)

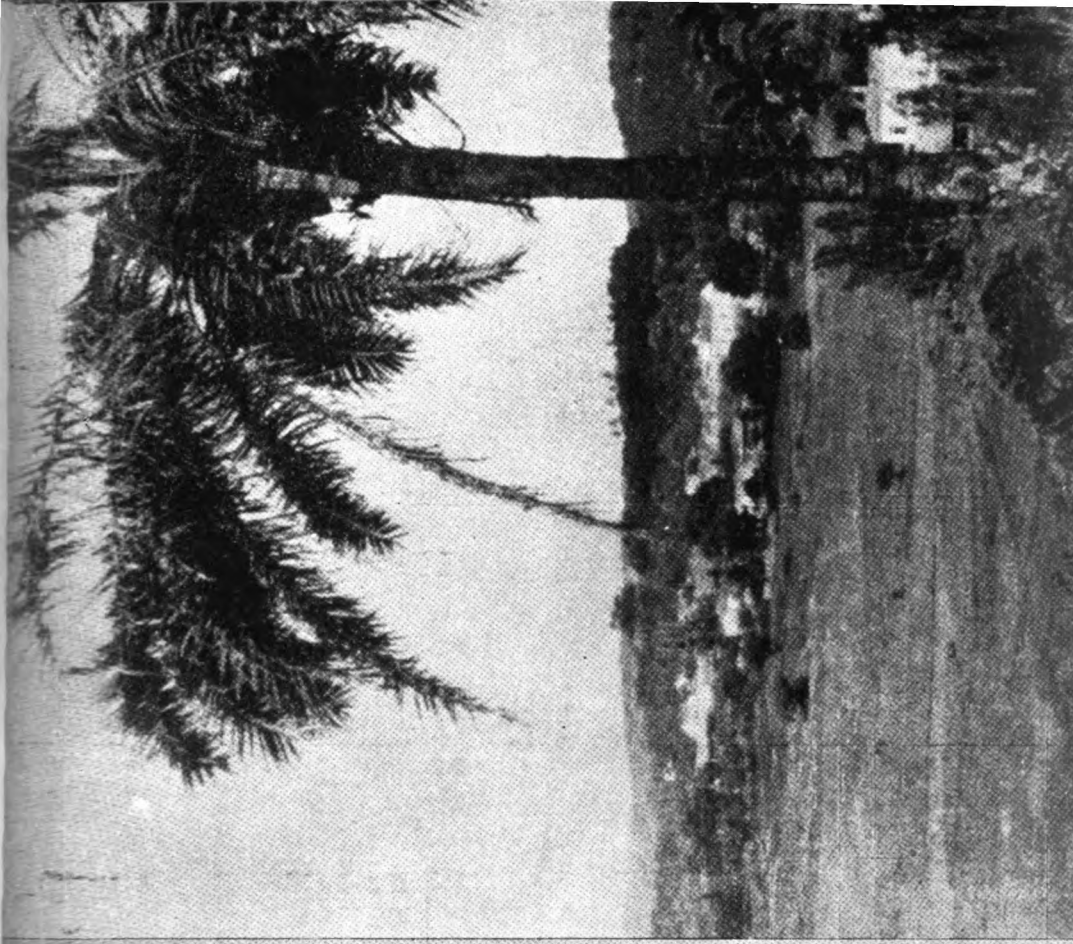
Programma

Com o gentil concurso das senhorinhas Margarida de Amorim, Lucy e Edith Richmond, Maria dos Anjos de Lemos, Odette, Vanja, Maria e Bijou Fanéca e Maria Carolina Burle.

- 1—*Ronde Fleurie*—Dança antiga
- 2—*Quadro Hespanhol*—Quadro vivo.
- 3—*Era uma vez* —poesia de Adhemar Tavares, mimada
- 4—*Quadro "Maria Borracheira"*—Quadro vivo.
- 5—*Nocturno, de Chopin* — Quadro mimado
- 6—*Despertar de Jesus*—Quadro vivo.
- 7—*Sonho de Pierrot*—Serie de quadros vivos
- 8—*Gavotte du "Galant Berger"* — Dança classica, cantada.

INTERVALLO, durante o qual serão apontadas diversas surpresas

- 9—*Atelier de esculptor* — Poses plasticas em marmore
- 10—*Homenagem ao pavilhão do Brasil.*



PROGRAMA DO "TEATRO FAZ QUE OLHA" (1923)

BUCÓLICO ASPECTO DOS APIPUCOS.

O APIPUCOS

ÓRGÃO DOS INTERESSES DESTA BELLO ARRABALDE

Apiucos, 1. de Janeiro de 1900

ASSIGNATURAS

Por Anno 28000
Anual 100

Redactor-governador: SARADILLO MA
RANILLO.

Typographia e Redacção: — Tra-
vessa da rua Nova, Apiucos.

O APIPUCOS

1. de Janeiro de 1900.

Entrando hoje na scena da imprensa, *O Apiucos* apresenta aos seus leitores cumprimentos, fazendo votos por um futuro sorridente e prospero para todos, confiando de que tambem lhe toque uma parte regular.

Periodico dedicado exclusivamente ao desenvolvimento do melhor, bonito e mais saudavel arrabalde do Recife, a bella capital de Pernambuco, *O Apiucos*, confessa-se francamente alheio a toda a politica, que não seja a da conservação de seus fins.

Destando os apodres e as mediocres, conservar-se-ão dentro dos limites da liberdade das conveniências, podendo ter as armas de cavallito com quem quer que seja, em casos necessarios, mas não apunhalará lutas que, por falta de limpeza, possam causar nauseas aos leitores.

NOTICIARIO

1900 XXY XX.

Nosso Jornal. Mandamos distribuir o nosso periodico por varios cavalheiros, a quem pedimos o obsequio de subscrevê-lo, mandando de pois receber a respectiva importância.

Eleições.—Procedem-se hoje em nossa localidade, a eleição para deputados a um senador Federal. Se foram vencedores os candidatos mais votados.

Festações.—Nesta localidade organisou-se um club de div-essa, que foi inaugurado noite de natal.

Para hoje e amanhã ha um optimo programma.

Nosso carnaval.—Faz annos hoje o nosso amigo Major Dr. João Alves Pereira da Lira, a quem felicitamos.

Diversões.—Hoje á noite ha presepé ao ar livre, com o concurso de interessantes pastores.

Ananã haverá musica a tarde e outros divertimentos.

Segurança publica.—Devido a actividade da provincia auctoridade de politica, e ao espirito ordinário dos habitantes, a tranquillidade publica tem sido inalteravel nesta localidade.

Casas.—Tem havido grande procura de casas n'esta localidade, tanto para moradia como para passar o proximo verão. Infelizmente não tem sido possível attender a todos os desejos.

Syndicato.—Sabemos estar em via de formação um syndicato, a que não são estranhos alguns dos nossos lucidos mais notaveis, no intuito de chegar conveniente desenvolvimento aos recursos e bellezas desta localidade.

Podem adituaes, com a devida reserva, que um dos melhoramentos que entra no programma, é a impoza completa do acude, circulando com uma rua larga e arborisada. No acude haverá lancheis, movidas a electricidade, para passios de recreio, churrascos, regatas e outros divertimentos, como *chilled-restaurants*, sobre os muros juntos ao acude, as-chores-etc, etc.

Por projectos que examinamos

são grandiosas as obras a executar, mas ficará este ponto sendo uma prioridade na lista em Pernambuco.

Boa sociedade.—Procedem-se na localidade um abaixo assignado, com o fim de ser aforçado o pequeno largo que fica por tras do chafariz, onde actualmente se faz deposito de lixo. É muito bem entendido isto, pois o terreno lá se acha bem preparado para esse fim, e será uma compensação para os moradores das proximidades, que trocaram os aromas actuaes por outros mais agradaveis, igualmente pretendem obter da preferença a possibilidade de transito de carros entre Apiucos e Caxanga.

BIZ-SE...

que nos festas do Natal uma das cousas mais attractivas foi incontavelmente o pastoril;

Que um hospede de um dos mais amiguetes mecos da Commissão de festejos, nunca tendo visto prece em sua terra (Baturité), ficou todo habito pela contra-actura, segundo confessou;

Que no balão effectuado em prod das pastorinhas o objecto do maior valor foi um cravo *rosa offertado* a Dianna, por um donatorinho *in fieri*, mettido a poeta;

Que, quem mais bravos deu á nés- tra foi um sympathico despachante cujo nome não peca por não pertencer ao nosso idioma;

Que devendo apparecer no fogo de artificio a estampa da Commissão de festejos, n'ello vize-se apenas o retrato do thesoureiro;

Que, finalmente, a autoridade local, para melhor fiscalisação dos pastores (sic?), mandou collocar o palio, em frente a sua residência.

Edgual.

MUDEZAS E PHANTASIAS

Frangoso & Medeiros
101—RUA DEQUE DE CAXIAS 101

Despachantes da Alfândega
Cláudio Luiz Dubois

Dr. F. do Rego Baptista

PREÇOS CONVENCIONAIS

Graphonnes, Graphonnes,

CONTRASTI DI VIOI

— (continued)

Quem mandou

trabalho em tal

balho bom, em

Padre Nobrega

 $T_{\text{eff}} = 5.0 \text{ eV}/h\nu \cos \theta$

SOULIER, O. J.

VII — A CAPELA DE APIPUCOS E O TRICENTENARIO DA RESTAURAÇÃO.

Em 1645, Apipucos “muito sofreu com a invasão dos holandeses — Saqueiam a capela e quebram as suas imagens”; ainda no mesmo ano, de passagem de S. Lourenço para o Recife caíram de novo sobre a povoação em 15 de agosto, e saquearam-na completamente.

Em sua origem as terras de Apipucos faziam parte do Engenho de São Pantaleão do Monteiro, como consta de uma escritura de venda do mesmo engenho lavrada na Vila de Olinda em 5 de dezembro de 1577.

Em 1593, o Engenho de Apipucos pertencia ao Sr. Leonardo Pereira, como consta dos autos de uma questão que houve entre este proprietário e o do Engenho de São Pantaleão do Monteiro, sobre os limites extremos das duas fazendas.

Ao que parece, tinha Apipucos uma capela curada, porquanto figura entre os signatários do termo de aclamação da liberdade, lavrado em 7 de outubro de 1645, o nome do Pe. João Dias, Capelão e “cura dos Apipucos”.

Com a guerra da restauração que rompeu naquele ano, ficou o engenho completamente abandonado e daí os estragos que sofreu; mas, terminada a campanha em 1654, foi tudo reparado. A Capela tornou ao seu antigo esplendor.

De fins do século XVIII por diante, foi o engenho decaindo; entretanto, restam ainda alguns vestígios do engenho, que era situado à margem esquerda do rio, a senzala dos escravos e, principalmente, a Capela, só restando da primitiva as paredes da fachada do fundo.

Há quase 100 anos as famílias Burle-Dubeux, Needham e Brotherhood zelam a Capela, mas foi em 1917 quando em Recife chegaram os Rev. Padres Jesuitas que começou a florescer de novo a Capela sob a direção dedicada do R. Pe. Thomas Dignam, seu Capelão por 29 anos. Falecendo em 1946 o R. Pe. Dignam S.J., a Capela foi, por 4 anos, assistida pelos Rev. Padres do S.C.J. da Várzea. Em

16 de abril de 1950 os Rev. Padres da Missão, (Lazaristas) vieram tomar conta dos Apipucos, na palavra do R. Pe. Guilherme Vaessen era "a segunda invasão dos holandeses — mas desta vez pacífica" e, como se tem provado, cheia de benefícios para o povo da redondeza. Hoje é Capelão residente o R. Pe. Pedro Hermans.

Domingo 15 de agosto é o 309.º de destruição da Capela mas 1954, Tricentenário da Restauração Pernambucana, é também o 300.º ano da restauração da Capela dos Apipucos.

Esperamos portanto que a digna Comissão do TRICENTENARIO ache meios para construir o paredão de arrimo do lado da rua, tão necessário para preservar a frente da Capelinha de N. Senhora das Dores, e também que o Sr. Prefeito faça a subida para a Capela, prometida desde 1940, quando Dr. Novais Filho, então Governador da cidade, cedeu e transportou tôdas as pedras do pátio do Paraíso para Apipucos, — mas o serviço demorou e, em abril de 1942, quando o Comandante da Divisão Moto-Mecanizada, sediada em Caldereiro, queria pedras para os galpões, sendo tempo de guerra, levou tôdas as pedras, menos uma que ficou de amostra da saudade que tiveram os moradores ao ver abandonada uma obra tão necessária.

(Artigo extraído de A TRIBUNA — Recife, 14-8-954).

MEMORIAS DE UMA CRUZADA

Joel F. Jayme Galvão

Olinda, 3 de novembro de 1955

Querido amigo Prof. Joel Falvato -

Sempre me agradeço, e, antes de qualquer outra coisa, a oportunidade, que o Sr. me proporcionou, de ler o original do trabalho que vai publicar sob o título Memórias de uma Fregata, fazendo um histórico da fundação da Escola de Belas Artes de Pernambuco e focalizando, especialmente, o período em que esteve à frente da citada instituição.

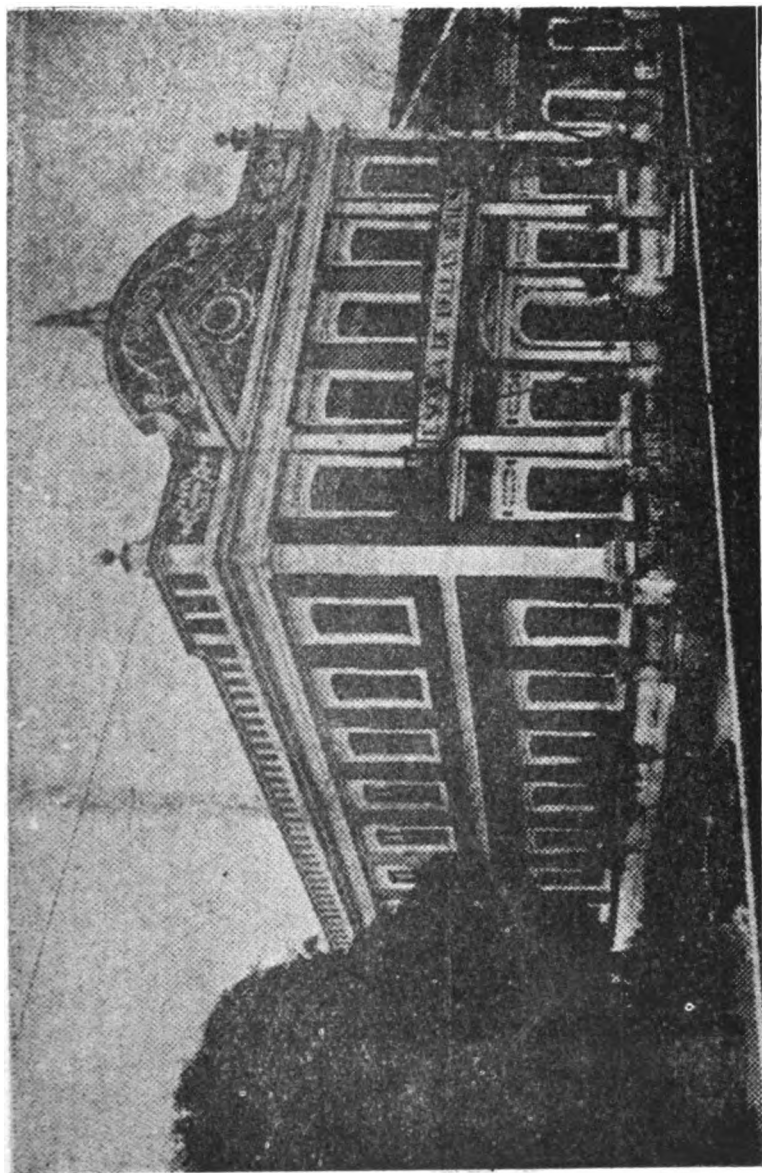
Sei que é uma contribuição valiosa para a história de nossas instituições culturais e seu desenvolvimento. Comprometendo dia por dia, quando não hora por hora, o longo esforço de ler e considerar a Escola de Belas Artes, mostra-nos o que a necessidade de se completar o idealismo com outras qualidades como a pertinência, a eficiência de organização e de métodos, a imple-

bondeável constância. lendo as páginas que o
sur. escreveu, toma-se contacto íntimo com um
surpreendimento em que toda, essas forças es-
pirituais tiveram papel de relevo. Assim não
é somente a fundação da escola que fundaram
no Recife, há vinte e cinco annos, alguns artistas
e professores, o que imprimiu um nobre cunho
à reconstrução histórica intentada pelo sur.
é, também, a ardeção da acção desimpemba-
da por aquelles artistas. A minucia dos seus
registros acaba por ser um hino a essas ener-
gias que permitem a nossa civilização con-
dicional humana ser fecunda e deixar sinais
de seus sonhos na face da terra e no destino
das sociedades.

Perseguente é o mérito de documentar
e perpetuar acontecimentos que bem poderiam
ser esquecidos, que talvez já o estejam sendo - e
seu estudo parece-me digno de nossos honrosos.

Trago meus aplausos à sua ideia de pu-
blicar as Memórias de uma longata e sob elles, de
esta forma, um acto de afirmação com que acom-
panhei o nobre seu gesto, como director, na escola de
Belas Artes de Pernambuco.

Subscrovo, muito atenciosamente,
Luis Delgado



O edificio da Escola de Bellas Artes de Pernambuco

Jamais passou pela minha mente escrever sobre história, tão espinhosa tarefa, muito bem traduzida neste pensamento: "A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, e a mestra da vida".

Insistência honrosa dos velhos companheiros de uma cruzada das mais edificantes, envaideceu-me para um cometimento que tem a ajudar-me o sentimento de seguir a verdade, através de tudo a que assisti, e do meu documentário.

É a história da Escola de Belas-Artes de Pernambuco.

Pernambuco sempre teve a prioridade das ciências e das artes no Brasil e coube ao grande Príncipe Nassau trazer para a terra que ele tanto queria e que esse sentimento expressava no dizer "bello paiz do Brasil, que não tem igual debaixo do céu", um séquito de artistas ilustres, como os irmãos Post, Peter, o architecto, e Franz, o pintor. Franz Post pintou a paisagem de Pernambuco, com seus costumes, sua flora, seus rios, tudo enfim com uma percepção tão nítida que é um verdadeiro manancial da nossa vida daqueles tempos. Os quadros de Posto, em várias galerias, despertaram a arte com o sublime cenário de que dispunham os artistas. Constituíram a semente das artes plásticas na terra pernambucana.

Surgiu, assim, em 1637, o sentimento da arte em nossa querida terra.

Em 1888, o architecto Herculano Ramos ofereceu à Província de Pernambuco um projeto completo para formação de uma "Escola Especial de Architectura em Pernambuco", onde não faltava coisa alguma, desde a seriação até à parte construtiva do prédio, e que, infelizmente, não se positivou. Contudo, foi mais uma semente jogada à terra.

Continuou Pernambuco, anos a fio, fazendo arte pelo esforço próprio de um ou outro apaixonado. Berard, Teles, Mauricéa, etc. Houve, até, a tentativa do "Círculo de Belas-Artes", cujo objetivo era a fundação de uma Escola de Belas-Artes,

com Teles Júnior, Eustórgio Vanderlei e outros. Também fenecceu.

O nosso Liceu de Artes e Ofícios, não deixou de ser um dos precursores do nosso movimento artístico, como é fácil verificar pela história, possuindo, ainda, uma pinacoteca que deveria merecer mais interêsse dos poderes públicos.

Em a nossa geração, surgiram novos artistas que, apesar das vicissitudes por que passavam, sonhavam com uma alvorada de esplendor para as suas artes. Eliot, Mário Nunes, Bibiano Silva, Euclides Fonseca, Baltasar da Câmara, Murilo La Greca, Henrique Moser, Jayme Oliveira, Luís Mateus Ferreira, Fédua Monteiro Fernandes, Abelardo Gama, Heitor Maia Filho, Álvaro Amorim, Emílio Franzosi, e outros, que fixaram suas idéias num objetivo de alto sentimento.

Daí nasceu a Escola de Belas-Artes de Pernambuco. Dos artista.

Antes de iniciar o meu modesto trabalho, rendo o meu profundo e sincero preito de homenagem a essas figuras que alicerçaram com um altruísmo invulgar uma obra tão enobrecedora para a cultura de Pernambuco, que é a Escola de Belas-Artes da Universidade do Recife.

Memórias de uma Cruzada

Joel F. Jayme Galvão



Escola de Belas-Artes de Pernambuco teve, na sua criação, duas fases: a primeira, da idéia, e a segunda, da instalação.

Jayme Oliveira, grande obreiro da Casa do Estudante, em outubro de 1931, dando uma entrevista referente a essa nova iniciativa, perguntava quando viria a "Casa da Arte". Brotava a idéia, não resta dúvida. Em abril de 1932, fundava-se a "Sociedade Protectora de Belas Artes", após os primeiros passos desde março do mesmo ano, e, no mês seguinte, surgia o "Comité Central da Escola de Bellas Artes de Pernambuco". Era a idéia vitoriosa em tódia a sua plenitude.

A 20 de agôsto do referido ano, era instalada solenemente a Escola, constituída a sua Congregação dos seguintes professores fundadores: Gervásio Fioravanti Pires Ferreira, José Maria Carneiro de Albuquerque Melo, Francisco Barreto Rodrigues Campelo, Mário Carneiro do Rêgo Melo, Adalberto Afonso Marroquim, Luís Cedro, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, Geraldo de Andrade, Newton Maia, Manuel Caetano Filho, Domingos da Silva Ferreira, Nestor Moreira Reis, Joel Francisco Jayme Galvão, Carlos A. Simon, Jayme Estácio de Lima Brandão, Heitor Maia Filho, George Munier, Jayme Oliveira, Nelson Nevares, Luís Mateus Ferreira, Abelardo de Albuquerque Gama, Giacomio Palumbo, Álvaro Amorim, Murilo La Greca, Baltasar da Câmara, Fédora Monteiro Fernandes, Mário Nunes, Henrique Eliot, Heinrich Moser, Avelino Pereira, Bibiano Silva, Emilio Franzosi, Manuel Augusto dos Santos e Fr. Matias Teves (do 1.º Regulamento).

Mas, vamo-nos reportar aos movimentos iniciais da consecução da idéia, transcrevendo tópicos de uma publicação inserta no “Jornal do Comércio”, de 18.12.949, sob o título:

“Como se fêz a Escola de Belas-Artes de Pernambuco”.

“No ano de 1932, lá pelo mês de maio, tivemos a visita no nosso atelier, de Jayme de Oliveira e de Bibiano Silva. Nessa época, a nossa tenda de trabalho era nos altos do prédio da Farmácia Simões Barbosa.

Os dois artistas, um arquiteto e o outro escultor, não tinham, por hábito, visitar-nos, causando-nos por isso tanta surpresa a sua presença, que lhes ponderei não haver festa em nosso atelier...

Jayme, sonhador, perseverante, confiante no seu lema: “querer é poder”, retrucou: “A nossa visita é coisa mais interessante que festa”. Álvaro Amorim, voltando-se para êle e colocando o monóculo no canto do olho esquerdo ficara impaciente por saber aquela “cousa tão interessante” e Mário Nunes, dando um longo suspiro, disse: “senta-te Jayme; Bibiano, toma esta cadeira”.

Sentamo-nos todos, ansiosos por ouvir o architecto! Jayme teve a palavra.

Vimo-nos reunir a vocês, para que melhor possamos trabalhar pela criação da Escola de Belas-Artes de Pernambuco”.

Entreolhamo-nos!

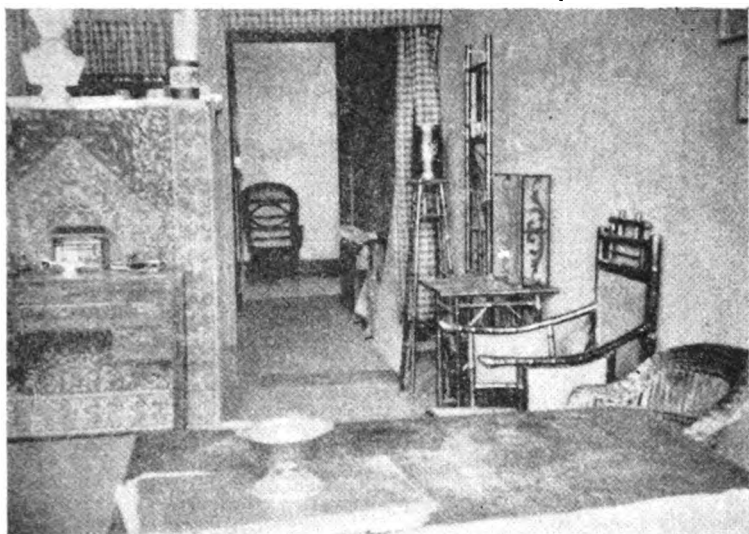
Álvaro reajustou, com nervosismo, o monóculo no canto do olho, eu fiquei a olhar os dois temerários sonhadores, que não haviam, certamente, pensado na extensão da responsabilidade do que acabavam de dizer pela palavra firme e resoluta de Jayme de Oliveira. Mário Nunes baixa para um canto do atelier, como que pesando as palavras do architecto, a cabeça, olhando vagamente.

“O Norte precisa de uma Escola de Belas-Artes e esta terá existência em Pernambuco” — disse Bibiano.

“A idéia é magnifica” — ajuntou Álvaro.

“Com que recursos fundaremos a Escola de Belas-Artes? — indagou Mário Nunes.

“Com os recursos da vontade, da perseverança, do valor de querer e da audácia. Em qualquer parte instalaremos a Escola. Ela precisa nascer para ter existência. Não é somente de pão que vive o homem: o espirito precisa dêsse alimento transcendente que é a arte!... — assim falou Bibiano.



Atelier de Alvaro Amorim e Mário Nunes onde teve lugar a primeira reunião no dia de de 1932 para a fundação da Escola de Bellas Artes de Pernambuco, no prédio n.º 105 à Rua Joaquim Távora — 2.º andar



Atelier de Alvaro Amorim e Mário Nunes onde teve lugar a primeira reunião no dia de de 1932 para a fundação da Escola de Bellas Artes de Pernambuco, no prédio n.º 105 à Rua Joaquim Távora — 2.º andar

E de nada mais se tratou nessa tarde, pelo adiantado da hora, visto que Bibiano, respondendo àquela interrogação de Mário, consumiu cerca de três horas!

Combinamos, nesse mesmo dia, outra reunião, para o comparecimento de todos os artistas entre nós.

Essa reunião foi movimentadíssima! Todos a postos no dia e na hora convencionados. Bibiano Silva, Jayme Oliveira, Henrique Moser, Mário Nunes, Álvaro Amorim, Heitor Maia Filho, Murilo La Greca, Adalberto Marroquim, Fédora Monteiro, que se fez representar, Emilio Franzosi, Luís Mateus Ferreira, José Maria, Henrique Eliot, Abelardo Gama. João Alfredo não compareceu, por estar preocupado com a estética da "fachada" de um cliente, que desejou remoçar e aformosear-se, mas se fez representar. E outros, inclusive o narrador desta história.

Jayme tomou a palavra, explicou os primeiros passos que se deveriam dar para a instalação da Escola, pois esta ficara fundada na reunião anterior.

Precisamos esclarecer que devido à agitação e calor das discussões, nunca foi lembrada a lavratura de uma ata, em nenhuma das reuniões.

Bibiano pediu a palavra. Era Jayme, o presidente.

Acabou toda vozeria, como por encanto. Mário Nunes deu um longo e profundo suspiro. Bibiano ia falar.

"Meus grandes amigos e irmãos em arte e espírito, disse Bibiano, vamos construir o sagrado templo das Belas-Artes..."

Álvaro quis apartear, mas Jayme levantou a mão, em sinal de silêncio.

"Os nossos arquitectos, continuou Bibiano, projetarão um templo que será majestoso, sublime, harmonizando, num feliz conjunto, as cinco das artes grega e romana..."

Ia irromper um movimento de apartes, mas, Jayme levantou os braços, pedindo silêncio.

Bibiano continuou:

"O gênio do artista manifesta-se através das arrojadas iniciativas; é a centelha do belo, do sublime, a serviço da grandeza majestosa das artes..."

E... ninguém mais falou, porque, quando Bibiano terminou com o clássico remate — “tenho dito” — eram três horas da madrugada!

Dias depois, Jayme e Bibiano estiveram conosco.

“Devemos espalhar-nos. Não adianta estar juntos — disse Jayme. Bibiano modificou sua ideia de construirmos o prédio da Escola. Lembrou-se de que o nosso capital, que é coragem, não chega para um idealismo além das “fronteiras” daquilo que devemos realizar”.

“Encontramos uma casa, na Madalena, em que, com pequena adaptação, podemos instalar a nossa Escola”.

“Quanto ao aluguer?” — indagou o Alvaro.

“Quinhentos mil réis” — respondeu Jayme.

Alvaro tirou o monóculo, limpou-o com inquietação e reajustou-o no canto do olho, indagando impaciente:

“Como poderemos pagar o aluguer dessa casa?...”

“Não devemos preocupar-nos com isto agora, somente depois de trinta dias e, até lá, muito teremos que fazer” — explicou, fleugmaticamente, o Bibiano.

“Até lá, teremos muito para pensar e realizar” — ajuntou o Jayme; vamos pedir, assaltar, mesmo, as repartições públicas, as casas particulares, onde encontraremos o que seja útil, concluiu aquêle architecto”.

E assim foi. Cavaletes, pranchetas, armários, estantes, cadeiras, tudo considerado imprestável, era prestável para nós.

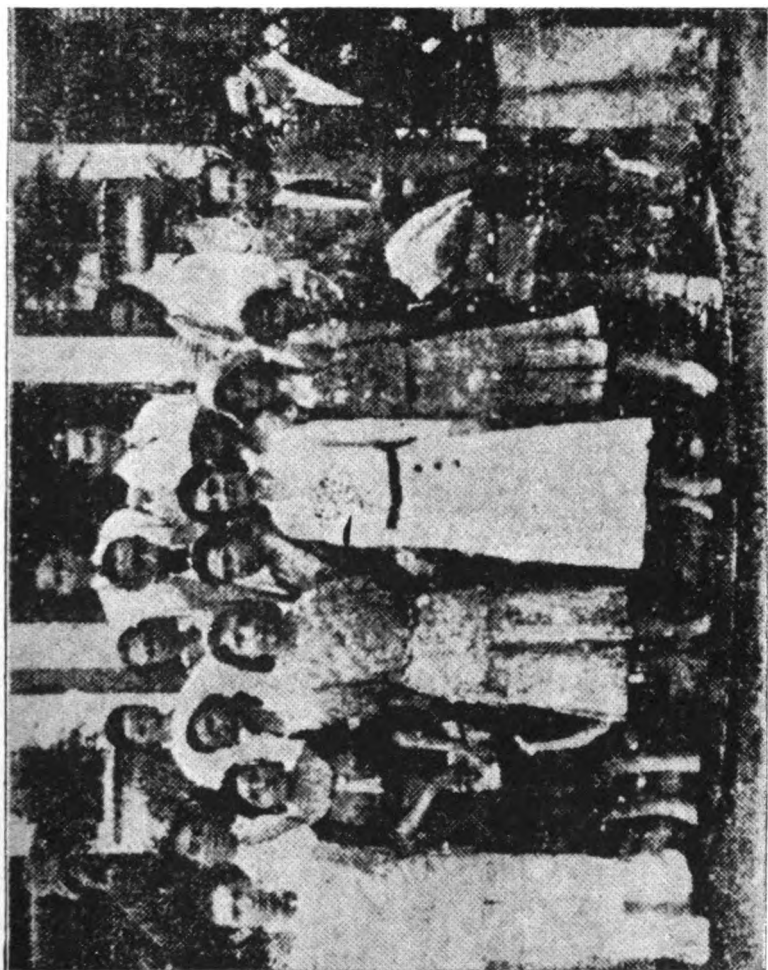
Os governos estadual e municipal, de então, tiveram muito trabalho conosco; não os deixávamos descansarem. Onde encontrávamos um “imprestável” batíamos logo à porta do chefe do executivo estadual ou municipal.

Com Jayme de Oliveira e Bibiano Silva à frente, fizemos verdadeiros milagres. A colheita foi penosa, mas proveitosa.

Sr. José de Barros, hábil marceneiro, hoje zeloso bedel da Escola, foi incansável em restauração dos “imprestáveis”.

Obtivemos dádvas em dinheiro; entre elas, devemos ressaltar a do construtor Crispim Velhote”.

Nas palavras acima, temos um espelho fiel, bem fiel, do magnífico alvorecer da Escola do Benfica, onde o altruismo teve o seu vértice, sendo justo destacar o idealista de tantas campanhas, Jayme de Oliveira. São palavras de uma testemu-



Grupo de alunos matriculados em 1932

nha insuspeita, o pintor Baltasar da Câmara. Nesse pé, foi-se logo cogitando dos nomes que deveriam compor o corpo docente, figuras que passariam a formar no batalhão do trabalho, e outros artistas ocorreram a nos auxiliar, como Nelson Nevares, Nestor Silva, Carlos de Holanda.

Mas, o entusiasmo não podia prescindir de uma ajuda que seria, certamente, a mais valiosa, a dos jornais, de uma imprensa sempre solícita em cerrar fileiras em torno de causas simpáticas. Lá vêm Samuel Campelo, Luis Cedro, José Campelo, Eugênio Coimbra Júnior, J. Ranulfo, Oscar Pereira, Filemon de Albuquerque, Hercílio Celso, Silvino Lopes, Paulino de Andrade, Heloisa Chagas, João Monteiro, Luiz Nascimento e outros.

O Jayme, na sua luta incansável, juntamente com o Bibiano Silva e o Murilo La Greca, arrastavam às mesas dos cafés um vulto intelectual para uma entrevista ou marcavam uma ceia com um jornalista, e, no outro dia, aparecia nos jornais a propaganda da nossa campanha.

O Luis Mateus Ferreira era o homem de dentro de casa: na Escola, com a sua competência, arranjava *ateliers*, distribuía salas, etc.; e nosso Fr. Matias Teves, com a sua modestia de sempre, não fôra o depoimento de um companheiro de jornada da fundação da Escola, não seria conhecida a sua ação valiosíssima, constituindo-se uma barreira contra vozes de projeção social que, com alegações grosseiras, procuravam deturpar o objetivo da nóvel instituição; e Adalberto Marroquim era o intelectual da cruzada; Bibiano, Jayme e Murilo La Greca, trabalhavam ativamente junto aos homens da Imprensa. Contou-nos o Murilo que, de uma feita, subiram ao gabinete do diretor de um renomado jornal da época e encontraram o mesmo escrevendo as suas notas; fêz que não havia percebido a comissão e, então, o Bibiano largou a notícia que trazia redigida, na mesa do jornalista.

O "Diário da Tarde", daquela época, em sua edição de 21.6.932, no seu cabeçalho, estampava: "ESCOLA DE BELLAS ARTES DE PERNAMBUCO — Está francamente vitoriosa a idéia dos artistas pernambucanos. A Escola de Bellas Artes de Pernambuco deixou de ser um belo sonho da nossa mocidade artística para transformar-se numa útil e patriótica realidade. Os trabalhos de adaptação no edificio da rua Benfica, n. 150, onde o novo instituto de ensino especializado vai funcionar, está passando por urgentes e imprescindíveis adaptações. Enquanto a secretaria dá as primeiras informações aos candidatos aos diferentes cursos, os operários, sob a

chefia dos professores, adaptam móveis e constroem cavaletes, areópagos, pranchetas, etc. As comissões agem com dedicação junto aos que se comprometeram a auxiliar a sua generosa iniciativa. Em Pernambuco podem, agora, os que têm vocação artística aperfeiçoá-la no novo instituto de ensino. Aos cursos superiores de Architectura, Pintura e Escultura poderão os interessados ser admitidos, de acôrdo com o Regulamento da Escola, que é moldado no decreto 19.852, da reforma Francisco Campos, que reorganiza a Escola Nacional de Belas Artes. Além dêstes mantém a Escola as cadeiras livres de Composição de Architectura, Pintura, Perspectiva, Artes Decorativas e Aplicadas, Modelagem e Desenhos Geométricos, Ornatos, Figurado e Modelo Vivo. Os pretendentes a êstes cursos terão de realizar a prova de capacidade. A secretaria da Escola, funcionando das 8 às 12 e das 14 às 16, dará tôdas as informações a respeito dos exames de admissão, e capacidade, assim como das taxas regulamentares. A secretaria torna público que, por excepção, o vigente ano letivo começará em julho, isto em virtude de só agora terem sido ultimados os trabalhos referentes à instalação do novo ensino especializado”.

Naturalmente, como novidade, a Escola de Belas-Artes já atraía a atenção de todos, e o “Jornal Pequeno”, de 22 de março, noticiava:

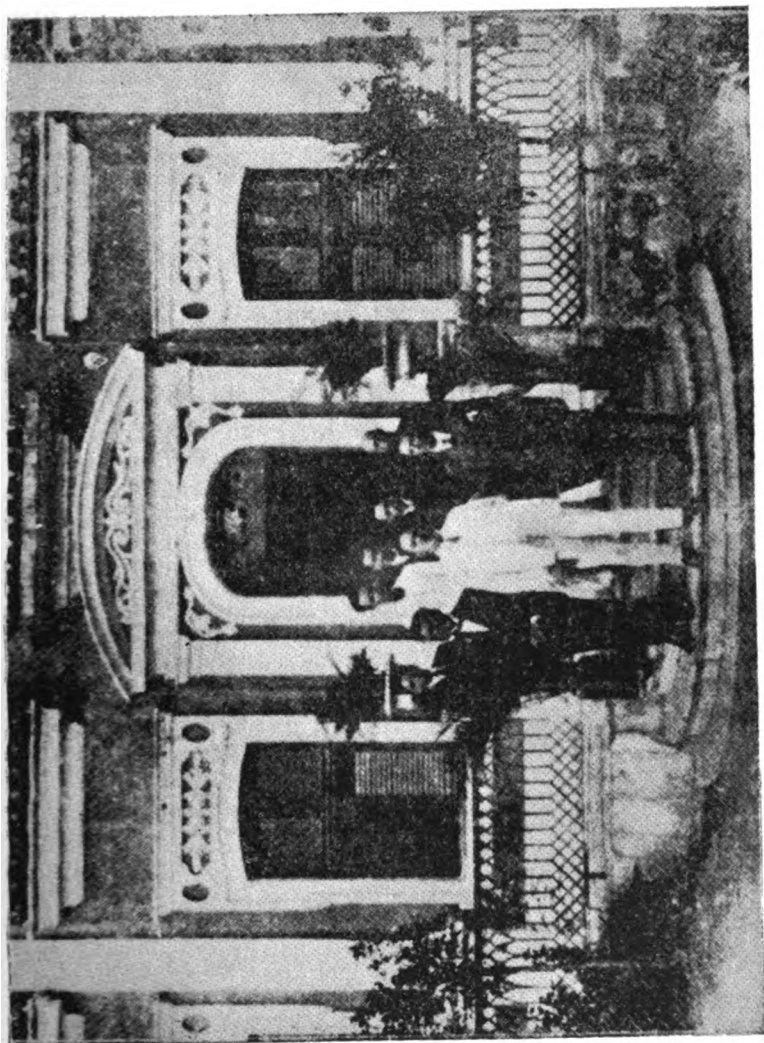
“Cêrca de cem jovens conterrâneos, já deixaram a sua assinatura para alunos do futuro estabelecimento de ensino”.

O prédio, antigo solar dos Amorim, estava alugado e tinha como fiador o construtor José Antônio Camarinha, de cuja firma Jayme era architecto.

Surgiam as enquetes aos seus fundadores e pessoas ligadas às artes.

O prefeito, engenheiro Antônio de Góis, assim se expressava: “E’ uma iniciativa brilhante, que deve, certamente, ter o apôio de todos que se interessam pelo desenvolvimento artístico do nosso meio. Ela virá, quando concretizada, satisfazer a uma lacuna, que, de há muito, se tem feito sentir. Deve, por isso mesmo, merecer o auxilio dos poderes públicos, porque constitui uma iniciativa de grande relevância social”. (“A Província”, de 20.4.932).

O “Diário da Manhã”, de 9 de maio, dizia: “Hontem, à tarde, esteve em visita ao sr. Interventor Lima Cavalcanti uma comissão de artistas pernambucanos composta dos srs. Bibiano Silva, Murilo La Greca e Jayme Oliveira, que foi pe-



Visita do prefeito Antônio de Góis ao solar de Benfica, em 1932, antes da inauguração da Escola

dir ao chefe do governo revolucionário do Estado a sua adesão à idéia da fundação, nesta capital, de uma Escola de Belas-Artes. Recebidos pelo sr. Lima Cavalcanti, no salão de espera do palácio do governo, entretiveram os artistas pernambucanos amistosa palestra com o sr. Interventor que, lamentando a situação financeira do Estado não desse margem a despesas vultosas, prometeu, todavia, auxiliar no que fôsse possível à patriótica iniciativa”.

Já o solar do Benfica passava a ser visitado, recebendo entre outras visitas honrosas, a do prefeito Antônio de Góis, que se integrou na obra, mandando confeccionar nas oficinas da Prefeitura, cavaletes e pranchetas para a Escola.

Além do que pediam os incansáveis descobridores de “imprestável” para a Escola, nas repartições, o Interventor Federal mandava fornecer pela Casa de Detenção, 50 bancas para as aulas didáticas.

A Escola Técnica Profissional Masculina, pela sua directora, naquela época, d. Ida Marinho Rêgo, preparava os diferentes livros para o expediente e oferecia o “Livro de Ouro”, primor de arte.

Abelardo Gama, cede vários dos seus trabalhos para ornar as paredes; Bibiano Silva manda para a Escola uma fina mobília de jacarandá, um cofre e outros objetos de sua propriedade; Jayme Oliveira arranja uns moldes em gesso da obra que se fizera no Recife, de propriedade do Sr. Antônio Azevedo (tenente), da firma J. Brandão & Magalhães, e por empréstimo, a valiosíssima contribuição da Loja Maçônica — A Conciliação, de vários bustos e uma Venus de Médicis, sem o que não se poderia inaugurar uma escola onde haveria um curso de escultura. Bibiano ainda manda uma sua estante com várias obras; Murilo la Greca manda primorosos desenhos de modelo vivo.

Estamos na fase dos exames vestibulares, obedecendo ao programa da Escola Oficial.

A Escola já possuía a sua direção: Diretor, Bibiano Silva; secretário, Jayme Oliveira; tesoureiro, Luis Mateus Ferreira.

Era exigido o exame de uma língua estrangeira, havendo os alunos inscritos escolhido: francês, alemão, italiano e inglês.

Foram designados: Moser, para alemão — Franzosi, italiano — Munier, francês — e Mateus Ferreira, inglês.

A hora acertada, todos faltaram, menos o Mateus Ferreira, que não gostou do ocorrido, pois teve de examinar, com

grande admiração de todos, os quatro idiomas. Modesto, entretanto, era um poliglota.

De acôrdo com uma nota da secretaria da Escola, publicada nos jornais da época, os exames tiveram início a 21 de junho, tendo a Escola resolvido dar a cada jornal diário uma matrícula.

A Escola transpunha fronteiras.

O “Jornal do Brasil” publica um tópico onde se destaca: “Agora, enfim, mercê do esforço de alguns homens de boa vontade, essa escola foi fundada”.

Teodoro Braga, renomado pintor paraense, vivendo em São Paulo, escreve a Bibiano Silva uma entusiástica carta, na qual se lê: “Faço votos os mais ardentes para que a idéia de Vocês se concretize numa radiosa realização. Recife foi, no meu tempo, a cidade da música, dos deliciosos espetáculos de magnificas companhias líricas e o meu inesquecível mestre Teles Júnior reunindo em tórno de suas proveitosíssimas lições, formava, êle só, uma academia incompleta embora mais utilíssima e criteriosa”.

Processados os exames vestibulares, aliás realizados em tórno de uma mesa elástica que servira à sala de jantar da família Amorim, a secretaria em franco funcionamento, é anunciada a inauguração da Escola para o dia 20 de agôsto, às 20,30 horas, do que foi lavrada a respectiva ata. Por estar enfêrmo o diretor, escultor Bibiano Silva, presidiu à sessão o vice-diretor, architecto Heitor Maia Filho, concedendo a palavra ao orador designado, professor Adalberto Marroquim que, num discurso cheio de erudição, ressaltava a necessidade da Escola.

O sr. Gastão Manguinho, representando o corpo discente, também discursou, encerrando, em seguida, os trabalhos, o architecto Heitor Maia.

Muito esforçado, o professor Luis Mateus explicava aos presentes que as instalações, se não estavam suntuosas, não desmereciam relativamente a congêneres de outros países cultos, embora com um salão nobre com cadeiras emprestadas, uma mesa velha coberta com um bonito pano mandado pela aluna Clóris Câmara, e assim por diante.

Só as iniciativas que começam com êste colorido de vontade e abnegação, podem merecer o triunfo de que desfruta a Escola de Belas-Artes da nossa Universidade do Recife, como bem disse o professor Anibal Freire, olhando com profunda recordação o solar vizinho que pertenceu ao seu sogro.

Começa, aqui, a via-crucis da Escola.



• **Antigo Gabinete da Diretoria**

Eleito Bibiano Silva, diretor em Congregação de 1 de junho de 1932, já com sua vida bem sacrificada, licencia-se em 15 de maio de 1933, embarca com destino ao Rio e lá, depois de trabalhar pelo seu ideal em Pernambuco, inicia na metrópole uma nova vida de lutas, não voltando ao Recife, onde vira ir em leilão as suas oficinas, situadas na rua do Hospício, próximas ao cinema, que ainda hoje existe.

Partia, assim, o comandante.

A 17 de maio, assumia a direção da casa o vice-diretor, professor Heitor Maia Filho, até 24 de julho do mesmo ano de 1933, quando assumiu o professor Murilo La Greca, eleito em Congregação da mesma data, estando no cargo até 19 de fevereiro de 1934.

Pelos jornais da metrópole, daquela época, como "Correio da Manhã", de 20 de julho de 1933, "Jornal do Brasil", de 9 de julho do mesmo ano, "O Radical", de 29 de julho, ainda do mesmo ano, além da subvenção federal que conseguiu para a Escola, Bibiano Silva, completamente desajustado na sua vida, tendo perdido seu negócio no Recife, ainda pôde, com seu entusiasmo, divulgar o nome da instituição e obter recursos para a sua ajuda.

Nessa luta de todos os dias, a classe estudantil não ficou indiferente. A 7 de agosto de 1932, reunia-se a mocidade com a presença dos professores Bibiano Silva e Jayme Oliveira e sob a presidência do acadêmico José Austregésilo Filho, os estatutos aprovados e eleita a primeira diretoria, que ficou assim constituída: Presidente, Gastão Manguinho; vice-dito, Clóris Câmara; 1.º secretário, George Goldberg; 2.º secretário, Zuleide Aureliano; tesoureiro, José Austregésilo Filho; vice-dito, Leticia Silva; orador, José Neves; vice-dito, Celso Feijó; comissão de sindicância — João Perdigão, Lília Ledebour, José Borges Uchoa; comissão de contas — Lauro Vilar, Mário Dubeux, M. Carmo Carneiro Leão. Era o "Centro Acadêmico da Escola de Belas-Artes".

O Diário do Estado, de 17 de fevereiro de 1933, publica o parecer n. 19 do então Conselho Consultivo, perdando o débito do imposto do último semestre vencido e concede isenção de impostos.

O mesmo Diário, de 3 de julho do ano acima citado, insere o parecer n. 59, do Conselho Consultivo, concedendo à Escola isenção de impostos e perdão do débito do semestre vencido, com a obrigação de matricular gratuitamente três alunos indicados pela Prefeitura do Recife, o que aliás, fôra concedido ao Estado, pela sua Secretaria respectiva.

Ambos os pareceres foram convertidos em atos pelo Interventor Federal e Prefeito do Recife.

As subvenções obtidas foram de Cr\$ 5.400,00 e Cr\$ 2.400,00, respectivamente, do Estado e da Prefeitura. A subvenção conseguida do Governo Federal era de Cr\$ 20.000,00, mas foi reduzida a Cr\$ 10.000,00.

A Escola já estava reconhecida de utilidade pública pelo Governo do Estado e o seu Regulamento publicado no "Diário do Estado" de 14 de dezembro de 1932, assinado pelos professores Bibiano Silva — diretor, Heitor Maia Filho — vice-diretor e José Jayme Oliveira da Silva — secretário.

O professor Luis Mateus Ferreira renunciou o cargo de tesoureiro a 24 de março de 1933, sendo eleito para substituí-lo o professor Joel Galvão, que foi reeleito para o biênio 1934-1936, tendo renunciado a 12 de julho de 1934.

O professor João Alfredo assumiu o cargo de diretor, renunciando a 2 de outubro de 1934, assumindo, então, a diretoria na qualidade de vice-diretor, o professor Mário Nunes.

O professor Domingos Ferreira é eleito diretor em 21 de julho de 1935, tomando posse a 29, renunciando e deixando o cargo a 2 de março de 1936.

Atravessava a Escola uma fase nitidamente desanimadora.

Em cerca de três anos e meio, seis diretores; a vida da Escola arrefecia, a matrícula diminuía, os meios de manutenção escasseavam, a frequência dos professores era precária, enfim, a instituição caminhava para cerrar suas portas, pois, até aluguer de casa se devia, e o professor Jayme Oliveira já havia mandado religar o telefone, cuja ligação havia sido cortada por falta de pagamento. Este professor me revelou que teve seus móveis penhorados, porque dinheiro de alugueres de sua residência tinha desviado para pagamento do aluguer da Escola!

Numa manhã de domingo, recebia em meu solar à Avenida Rui Barbosa, n. 699, a visita dos professores Jayme Oliveira, Murilo La Greca e Emilio Franzosi, que me vinham convidar para assumir a direção da Escola. Fiz ver que, apesar de lecionar várias disciplinas, ter feito parte do Conselho Técnico e ter sido tesoureiro, muito diferente era o caso, devendo os artistas cuidar daquilo que lhes pertencia, ao que o Jayme retrucou, declarando que esses tinham falhado e que eu era o professor indicado para o momento, já tendo conversado com os outros professores.

Reunida a Congregação em 4 de março do ano de 1936, por maioria, era eleito diretor para o período que se extinguiria a 31 de maio, o narrador desta história.

No relatório referente ao período acima, eu dizia: "Eleito pela generosidade dos vossos votos, eu bem conhecia a marcha desarticulada que atravessava a nossa Escola, cujos motivos determinantes não me interessavam apreciar, pois, o meu dilema de trabalho é seguir para frente sem entrar em detalhes, que, em vez de nos elevar, nos diminui. O meu dever era cumprir a minha tradição de trabalho, com o concurso valioso de cada um de vós, sem distinção, para poder corresponder à confiança e à consideração que me dispensastes na Assembléia-Geral realizada a 4 de março último, elegendo-me vosso diretor para um período de menos de 90 dias. Posso dizer que soube corresponder a esta confiança, tratando, neste curto espaço de tempo, de vários problemas, uns de regularização de casos existentes, e outros, de novas iniciativas, para grandeza da nossa instituição, como passarei a expor".

Na ocasião da minha posse, declarava perante a Congregação que dois seriam os fins que procuraria atingir ou concorrer para a sua obtenção: 1.º) eficiência do professorado; 2.º) oficialização da Escola.

E, com o perdão dos que me lêem, posso dizer que concorri notavelmente para os fins aludidos, como verão no decorrer desta minha história.

Visitei, em companhia do architecto Jayme Oliveira, a pintora Fédora Monteiro Fernandes e consegui sua volta à Escola, com a qual, aliás, cooperou eficientemente durante o longo período de minha gestão; convoquei o ilustre fundador Luis Cedro, que nunca me abandonou; Henrique Moser voltou à Escola; Geraldo de Andrade, Mário Melo, Frei Matias Téves e outros, foram figuras que, logo, se tornaram credoras do meu reconhecimento.

Dado o desalinho em que se encontrava a Escola, somente a 15 de abril foram solenemente reabertas as aulas com uma sessão, na qual foi orador oficial o professor Adalberto Marroquim e em nome do corpo discente, o aluno Pelópidas Correia. A sessão teve boa assistência, inclusive autoridades e representante do Sr. Secretário de Justiça e Interior, conforme ata lavrada. Verificou-se, também, a aposição do retrato do saudoso professor Luis Mateus Ferreira, na sala onde costumava fazer suas eruditas preleções, presentes membros da família. Discurssei, inaugurando o retrato; também

discursou a aluna Magnólia Monteiro. Nessa ocasião, foi inaugurada, igualmente, a biblioteca Mateus Ferreira, oferecida à Escola pela família do ilustre colega.

Encontrei como sub-secretário, e então estudante de direito, Esmaragdo Marroquim, hoje brilhante jornalista e meu prezado amigo.

Iniciamos o nosso trabalho, regularizando matrículas, inclusive pagamentos atrasados, termos de exames, distribuição de documentos nas pastas devidas, etc.

Reduzi o pessoal administrativo, assumindo a secretaria e a tesouraria, tendo mais o sub-secretário e dois bedéis, remunerados, e um bibliotecário que não percebia vencimentos. Encontrei um sub-secretário, um bedel-porteiro e um bedel-jardineiro, o que modifiquei para um sub-secretário, dois bedéis e um zelador-carteiro, organização mais adequada à administração, atingindo a fôlha a importância de Cr\$ 590,00.

As contas estavam embaralhadas, tendo constado do primeiro relatório que apresentei, referente ao período de 4 de março a 31 de maio de 1936, o seguinte: "Tomei posse do cargo sem saber qual a situação financeira e econômica da Escola, pois as contas da tesouraria não haviam sido ajustadas. Destas contas, as referentes ao período terminado em agosto de 1935, foram processadas devidamente, havendo um saldo a favor da Escola, de 3.315\$600 (não recolhido); as restantes, até quando me empossei, estão em poder do Conselho Técnico Administrativo, para apresentar parecer". Dei nova feição à Tesouraria, criando os livros "Caixa" e "Conta Corrente" para a devida escrituração em dia.

Naquela época, isto é, em maio de 1936, dava eu contas à Congregação, declarando que do "Caixa" de minha administração ou seja de menos de 90 dias, havia um saldo de "um conto duzentos e oitenta e um mil e duzentos réis (1.281\$200) a favor da Escola", existindo um depósito no Banco Auxiliar do Comércio de "cinco contos seiscentos e quarenta e nove mil e quinhentos réis (5.649\$500)".

Uma das providências que adotei foi a anexação ao requerimento do aluno do recibo de pagamento das taxas.

Sempre pensei que nada se leva adiante sem uma rigorosa vigilância do recebido e do gasto. Fiz no decorrer do primeiro ano de minha administração uma arrecadação sem exceções, recebendo dividas do ano anterior, conforme consta do relatório apresentado, nada se devendo no término do ano, apesar de não receber subvenções federais e ter realizado um

ano movimentado com propaganda, solenidades e melhoramentos diversos.

O Regulamento da Escola não estava de acôrdo com as novas exigências para um estabelecimento de ensino dessa ordem. O assunto estava paralizado, apesar de existir uma comissão para êsse fim. Aproveitei a ida de Jayme Oliveira ao sul e organizamos um Regulamento que, encerrando ao mesmo tempo um Regimento, foi moldado nos da Escola Nacional de Belas-Artes, Mackenzie College e outros institutos.

Êsse regulamento foi aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo e pela Congregação, e devidamente registrado em Cartório. Impresso, posteriormente, em forma agradável, serviu para apresentação na Inspeção Federal.

A matrícula não foi das mais desanimadoras, 44, sendo que 9, alunos gratuitos.

As aulas tiveram maior regularidade, tendo conseguido gêsso para fundição de novos modelos e nos cursos de Modêlo-Vivo, nunca deixamos de ter modêlo ou como se chama, existir "pose".

Devia iniciar a luta para um dos fins a que me propuz ao me empossar no cargo, a oficialização da Escola.

Requerida a Inspeção Federal, apressei os trabalhos da Secretaria, e de posse de um questionário, iniciei a luta.

Os professores tiveram de apresentar os seus diplomas regularmente obtidos ou diplomas outros que satisfizessem às exigências da lei, havendo até professor que teve de tirar o seu diploma. No novo Regulamento, estabeleceu-se a posição de todo o professorado, a fim de que a Escola não ficasse em situação de difícil explicação perante o Ministério.

Depois, veio o caso dos programas, fichário dos professores e de estudantes, parte que nos deu grande trabalho, pois havia têrmos e mais têrmos a exarar, primeiramente os têrmos que não apresentavam dúvidas e após correr prova por prova para esclarecer os casos de interrogaçõç.

Todo êsse trabalho foi realizado juntamente com as festas comemorativas do aniversário da Escola, que denominei de "Quinzena da Arte", com o fim de dar ressonância ao nome da instituição, e, também, com os reparos e adaptações que devia sofrer o prédio, não só para as festas, quando o prédio seria visitado pelas autoridades e público, como para satisfazer a exigências da Inspeção. Fomos felizes, tal a impressão colhida pelo sr. Governador do Estado, Prefeito da Capital, autoridades, público e posteriormente outros visitantes ,entre os quais, o professor Anibal Freire, que assim se

expressou: "Felicitações muito cordiais à Direção da Escola de Belas-Artes, que procura de modo tão meritório e altruístico dignificar e enaltecer o nome de Pernambuco".

Após a realização da "Quinzena da Arte", sentia-se que o nome da Escola se reafirmara no conceito do público. Conseguia-se muito em cêrca de cinco meses e meio. O sr. Governador, que não havia ainda visitado a Escola, comparecera à sessão solene que realizamos; o Comandante da Região Militar, General Newton Cavalcanti, enviava um oficial de sua confiança e de alto valor para presidir à solenidade do hasteamento do símbolo nacional; o sr. Prefeito da Capital vinha inaugurar a exposição de trabalhos e saía admirado do nosso esforço, e, finalmente, o público culto do Recife, empresta o brilho de sua presença, dias e mais dias, conforme consta de um livro de frequência com 239 assinaturas.

Embarcando o nosso incansável Jayme Oliveira para o sul, procedemos ao trabalho de secretaria: encadernação de documentos, cópias de antigos programas, regulamentos, etc.

Volta o nosso companheiro de trabalho e, então, reiniciamos a organização do relatório de Inspeção, e, domingos e domingos, noites e noites, até hora adiantada, eu, Jayme, fotógrafos e pessoal da administração, trabalhamos sem lençuança dêste nome tão bonito de — idealista. Ajudaram-nos na colheita de dados e organização de contas o aluno Sixto de Andrade Lima e o contabilista Antônio de Pádua Carneiro, o primeiro em serviço de datilografia e o segundo em serviço de sua especialização, sem nada ganhar. Durante o dia, devidamente autorizado pelo Conselho Técnico, admiiti a senhora Creusa Banks dos Santos para nos auxiliar nos trabalhos do relatório, a qual prestou seus serviços durante quatro meses e seis dias, recebendo a importância de seiscentos e trinta cruzeiros (Cr\$ 630,00), cooperando também em outros serviços da Secretaria e organização do Patrimônio.

Obtidos, assim, os elementos necessários para a organização do relatório de Inspeção Federal, o Inspetor designado, o ilustre dr. José Campelo apresentou o seu trabalho, declarando em uma das suas páginas: "A impressão que me deixou a Escola de Belas-Artes de Pernambuco foi, francamente das melhores. Trata-se de um esforço notável em benefício das nossas incipientes tentativas de cultura, sobretudo numa hora em que, sem exageros, podemos considerar inexistente o ensino secundário e superior do Brasil". Adiante se expressa: se os seus diretores mantiverem a linha de moralidade e seleção de valores de que se não afastaram até êste momento, estou certo que a Escola será da maior utilidade num meio em



**Visita do governador Lima Cavalcanti. Aspecto da sessão solene em homenagem
ao governador do Estado e prefeito da Capital, em 1936**

que as belas-artes, se excetuarmos a música, reclamam, com eficiência, o amparo dos poderes públicos". Quanto ao relatório organizado, diz: "... venho desempenhar-me da incumbência com a apresentação do respectivo relatório, o mais completo possível e que corresponde, "in-totum", às instruções recebidas".

Quanto às condições da Escola, diz: "A Escola já possui o seu patrimônio legal e está instalada num edifício que atende às suas necessidades, situado numa das melhores zonas da cidade, recuada da via pública, e que constitui, forçadamente um dos requisitos essenciais para a boa colocação de um estabelecimento dessa natureza".

Com a Inspeção Federal, gastou-se a importância de quatro mil setecentos e sessenta e cinco cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 4.765,50) inclusive a importância de mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1.500,00), referente ao pagamento do Inspetor, o que foi devidamente comprovado e aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo, estando, também, incluídas nessa importância, várias despesas com melhoramentos e adaptações feitas na Escola.

Voltando à "Quinzena de Arte", que se realizou de 20 de agosto a 6 de setembro, em comemoração ao 4.º aniversário da fundação da Escola, temos a dizer que se nos custou uma boa dose de sacrifícios, deu à instituição uma necessária divulgação no nosso meio.

Na reunião semanal do Rotary Clube, o professor Mário Nunes fez uma magnífica palestra sobre a função da Escola, da sua necessidade e mostrou que estava aparelhada para a sua alta missão; no dia 20, pela manhã, houve o hasteamento da bandeira nacional, oferta dos estudantes, solenidade que foi dedicada às classes armadas e sob o patrocínio do general Newton Cavalcanti, comandante da 7a. Região Militar. Não se achando na cidade, fez-se representar pelo seu ajudante de ordens, tenente Henrique Almeida e o capitão Pedro de Oliveira Palma, que foi o orador oficial, comparecendo uma banda de música. Ofereceu a bandeira a aluna Clóris Câmara, falando depois o capitão Pedro Palma, enaltecendo a significação daquela solenidade, e depois agradeceu a presença de todos, sendo servido **champagne**, **chopp**, águas gasosas, tudo isso se conseguindo na praça, gratuitamente. Batemos uma chapa fotográfica, que deve constar ainda do arquivo da Escola.

A noite desse mesmo dia, 20, realizamos uma sessão solene em homenagem aos governos do Estado e do Município, comparecendo, aliás, pela primeira vez, à Escola, o governa-

dor Lima Cavalcanti, autoridades, professores, famílias, imprensa e outras pessoas gradas, fazendo a oração oficial o professor João Alfredo. O governador Lima Cavalcanti, usando da palavra, louvou o entusiasmo e a força de vontade dos que faziam a Escola de Belas-Artes, prometendo continuar a ajudá-los na medida do possível. Estiveram presentes os professores Joel Galvão, João Alfredo, Heitor Maia Filho, Mário Nunes, Manuel Augusto dos Santos, José Maria e Mário Melo.

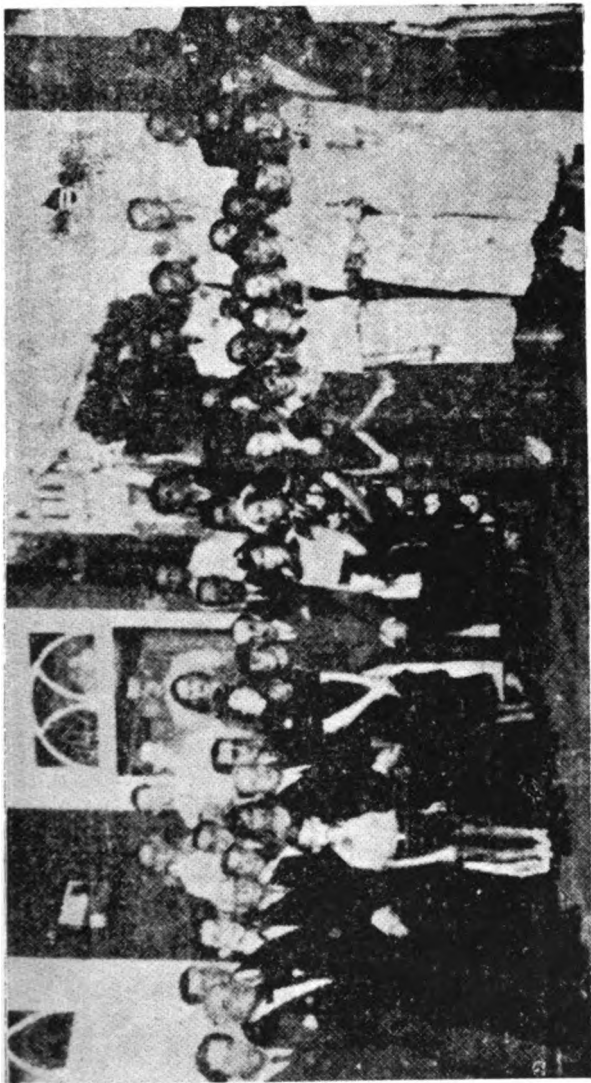
Na galeria central do edifício, fizemos uma exposição de trabalhos e exercícios escolares, artes aplicadas, desenho figurado e de ornatos, perspectiva, composição de pintura, composição de arquitetura, arquitetura analítica, natureza morta, modelo-vivo (desenho e pintura), paisagem, além do exposto nos *ateliers* de modelagem e escultura. A inauguração realizou-se no dia 22, com a presença do então prefeito da capital, engenheiro Pereira Borges, autoridades, imprensa, famílias e professores Joel Galvão, Heitor Maia Filho, Otávio Moreira, Mário Túlio e Cassimiro Correia. A exposição durou sete dias e compareceram 239 pessoas, conforme o livro de presença.

Para precisar o nosso empenho em economizar, abaixo, a título de curiosidade, vai o quadro do que adquirimos, gratuitamente:

- 108 metros de aninhagem (Fábrica Iolanda);
- 52 litros de **chopp** (Cia. Artártica);
- 6 garrafas de **champagne** (Osório Albuquerque);
- 4 dúzias de águas gasosas (Cia. Antártica);
- 50 quilos de papelão (Fábrica de Jabotão);
- 2 sorveteiras de 10 litros, cada (Cia. Agrícola e P. S. Francisco);
- 10 quilos de gelo (Prof. Joel Galvão);
- Impressão de dizeres para cartazes (Fratelli Vita).

Os professores Mário Túlio, José Estelita e Frei Matias Téves, em dias alternados, realizaram palestras no Rádio Clube, subordinadas aos títulos: “A técnica e a beleza nas artes” — “O urbanismo, como ciência e como arte” — “Fim social do urbanismo” — “Necessidade de um ensino e propaganda nas capitais brasileiras” e “A estética nas belas-artes”, respectivamente.

Realizamos uma excursão à lendária cidade de Olinda, visitando o Museu de Olinda, o Convento de São Francisco, Igre-



**Grupo feito após a sessão solene, em homenagem aos governos do Estado e da
Cidade — 1936**

ja do Carmo, Catedral, praças, etc., comparecendo com os alunos os professores Joel Galvão, Frei Matias Téves e Mário Nunes.

Em reconhecimento à imprensa, pelos serviços que nos vinha prestando, foi oferecido um almoço íntimo no parque da Escola, debaixo de uma frondosa mangueira, comparecendo representantes de jornais e os professores Joel Galvão, Frei Matias Téves, Mário Melo, Adalberto Marroquim, Pôrto Limeira, Heitor Maia Filho e Correia Lima. Esse almoço foi custeado pelos professores, dispendendo a Escola somente a importância de cento e vinte e cinco cruzeiros, conforme comprovante apresentado.

Não foi realizado, do programa estabelecido, o concerto sinfônico, o que se verificou no ano seguinte.

Vamos caminhando pelo ano de 1936, o meu primeiro ano de administração.

A Biblioteca, já sob as vistas da diretoria da Escola, era muito precária. Fiz uma campanha aqui e na Bahia, Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, que, se não tivesse outro mérito, teria o da divulgação do nome da instituição. Consegui pouca coisa: cinquenta e cinco livros, cumprindo salientar que somente me corripondi com intelectuais. Ofertaram livros à Escola, as seguintes pessoas: dr. Anselmo Piretti, prof. Heitor Maia Filho, dr. Clóvis Castro, pintor Teodoro Braga, deputado Aldo Sampaio, professor Newton Maia, prof. Domingos Ferreira e aluno Isaac Cavalcanti.

Iniciei, também, um trabalho para organização da nossa Pinacoteca, pois tínhamos poucos trabalhos. O saudoso engenheiro Carlos Alberto Machado, homem que correu os museus de Paris e compreendia a elevação da nossa obra, ofereceu um quadro a óleo de autoria do pintor Rosalvo Ribeiro, no que muito nos ajudou o professor Arsênio Tavares.

O pintor Teodoro Braga, professor da Escola de Belas-Artes de São Paulo, em amistosa missiva, assim se dirigia a mim: "O seu pedido, aliás, interessante como maneira de comemorar uma data artistica como o é a da fundação dessa digna Escola, não é, entretanto, fácil de ser realizado assim um tanto às pressas. E' antes um trabalho muito lento, pois que, para pedir a um artista um trabalho seu, por mais insignificante que seja, e que neste caso presente não deveria ter esse minimo aprêço, precisa-se, para cada um, de um cuidado extremo. Não me negarei a consultar, a um por um, se desejam colaborar nessa obra de congraçamento artistico, mas para isto o modo deverá ser o mais criterioso possível. Aqui,

terra exclusivamente de trabalho não permite uma convivência diuturna, como acontece no Rio de Janeiro”.

E, dizia no meu relatório de 1936: “... Faço agora uma intimação justa aos senhores professores, artistas, no sentido de cada um enviar à Escola, um quadro de sua autoria, até 20 de agosto próximo, quando deveremos apresentar ao público um ligeiro esboço de pinacoteca. Este gesto dos professores, além de constituir um dever, é um estímulo para os estranhos. Depois, êsses quadros, na posteridade, dirão dos méritos dos que trabalham nesta casa”.

Continuamos o nosso trabalho, pedindo aqui, pedindo acolá.

Conseguimos o perdão da multa sôbre contribuição de água e esgôto, referente ao ano de 1935; obtivemos uma máquina de escrever da Secretaria de Viação e Obras Públicas — carro duplo, cujos consertos importaram em cento e cinco cruzeiros (Cr\$ 105,00); o aluno Isaac Cavalcanti, além de trinta e oito livros, deu-nos uma bússola, um teodolito e um nível. Exemplares de materiais para os gabinetes foram ofertados pelos professores Joel Galvão e Heitor Maia Filho.

A Secretaria de Viação cedeu-nos onze metros de azulejo para o gabinete sanitário do 1.º andar e, ainda mais, a mão de obra da ligação de um lavatório no andar térreo; a firma L. & U. Borba presenteou-nos com um lavatório de louça com tôdas as peças de ligação, e barrica e meia de gesso para os trabalhos de escultura e modelagem.

Obtivemos, também, na praça, por intermédio das alunas, objetos para o gabinete de natureza morta.

Para a Biblioteca, que possuía 292 obras em 356 volumes, sendo 55 adquiridas por mim de pessoas amigas, adquiri, pela importância de dois mil e oitocentos e setenta cruzeiros ... (Cr\$ 2.870,00), em prestações mensais de cem cruzeiros .. (Cr\$ 100,00), as obras “Galerias da Europa”, em seis volumes e “Maravilhas do Universo”, em três volumes, tudo em fina encadernação.

O Governo do Estado, mediante autorização do Legislativo, deu-nos o patrimônio de duzentos mil cruzeiros (Cr\$... 200.000,00), em apólices. Para obtenção disto, que tanto devia influir para a Inspeção Federal, muito concorreu a palavra amiga do então deputado Levino Pinheiro e o esforço de Jayme Oliveira e Adalberto Marroquim, junto ao Governo, e depois, do corpo discente, com Sixto de Andrade Lima, Israel Feldman, Luísa Ribeiro, Sarah Rabin, Clóris Câmara e outros. No Legislativo, tivemos o apoio do líder Arsênio Mei-

ra e do deputado Souto Filho, além do então secretário da Fazenda, dr. Duarte Filho.

Ao assumir o cargo de diretor, já deviam ter seguido para o Rio os documentos que habilitariam a Escola a receber a subvenção federal de 1935 e conseqüentemente a de 1936. Uma carta do deputado Teixeira Leite veio esclarecer o assunto, ou seja, estavam realmente perdidas as subvenções em li-de. Tal a confusão nas informações, que não foi possível precisar o caso.

A subvenção estadual não foi aumentada.

A subvenção municipal, graças à ação desta diretoria, que enviou uma mensagem ao sr. Prefeito, e também pela inter-fêrencia do sr. Governador do Estado, por intermédio do deputado Levino Pinheiro, o idealista da Casa do Estudante de Pernambuco, foi aumentada para quatrocentos cruzeiros, mensalmente.

Iniciei um trabalho junto aos principais municípios no sentido de nos ajudarem, mediante a admissão de alunos gratuitos. A Caruaru enviei uma comissão de professor e alunos; a Pesqueira, aproveitei a ida do general Newton Cavalcanti, e fiz seguir uma outra comissão e me dirigi ao prefeito de Palmares, o que ficou em promessas da parte dos respectivos prefeitos.

Como expuz acima, melhorei os gabinetes e ateliers, efetuando adaptações e melhoramentos, com o fim de satisfazer às exigências da Inspetção Federal, inclusive pintura, onde necessário.

O ano letivo de 1936 processou-se com mais regularidade, procurando dar bom andamento às aulas, preenchendo as vagas e encarecendo dos senhores professores frequência conveniente. Ora substituindo os professores, ora chamando os que estavam ausentes, como Moser, Luís Cedro, Joaquim Cardoso e outros.

Iniciei as **demarches** para compra do prédio, entendendo-me com os proprietários e agindo junto à Caixa Económica Federal para a necessária transação, isto depois de pensarmos no que cumpre lembrar o saudoso Frei Matias Téves, sonhador mais do que nós outros, de arrecadarmos entre **figuras** de dinheiro da nossa terra o necessário para compra do prédio.

E como se movimentou o ano seguinte de 1937? Veremos **abaixo**.

A Escola ingressou neste ano em idênticas condições às demais no Estado, daí ter diminuído o número de alunos. Requerida a Inspeção Federal em meados do ano de 1936, a primeira providência que tomei foi a de regularizar a situação dos antigos alunos que haviam ingressado no estabelecimento sem a apresentação de certificados do curso secundário, a fim de respeitar os seus direitos, outorgados por um curso realizado na instituição e que habilitava a ascensão ao primeiro ano. Assim fazendo, estava imprimindo uma feição criteriosa e de moral para o ensino.

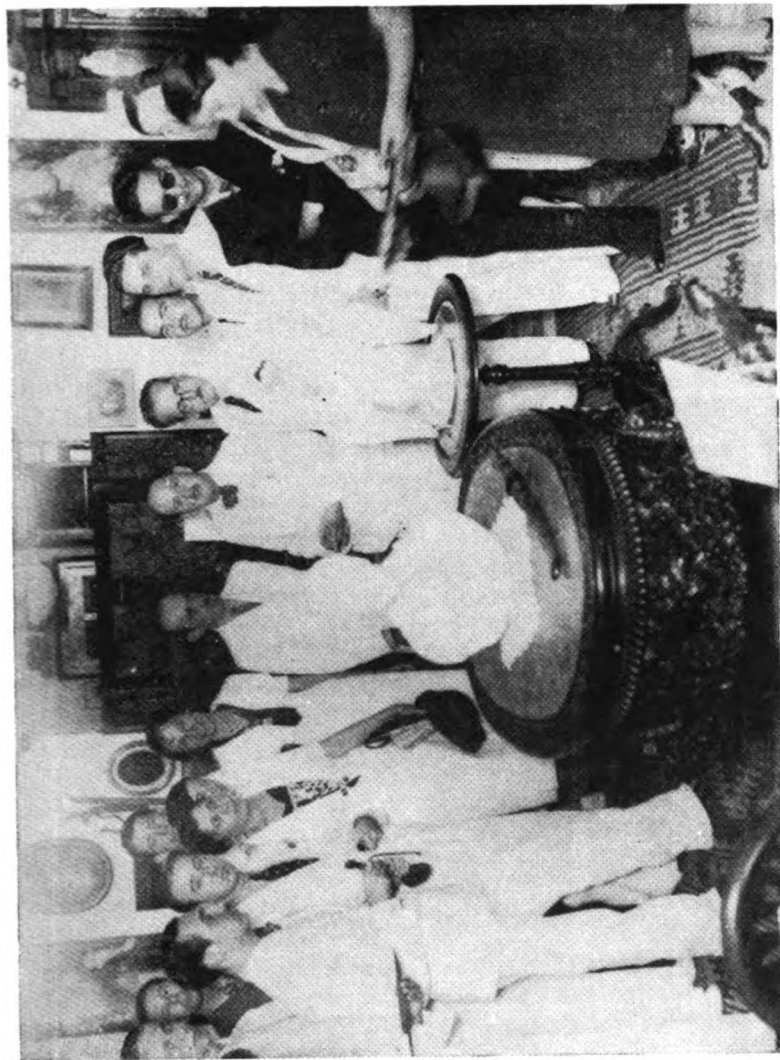
Esse trabalho foi dos mais enfadonhos, dado o arquivo desordenado que existia, embaraço para a organização de um fichário da vida escolar dos estudantes. Feito isto, ao iniciarse o ano de 1937, só se admitiram nesta Escola candidatos que apresentaram certificados do curso seriado, secundário, concluído em 1934, ou do artigo 100, êste realizado em 1936, ou sua 2a. época, em 1937, observando assim às leis do ensino. Assim, no 1.º ano de Arquitetura, só tiveram ingresso dois alunos, rejeitando-se oito.

Quanto aos cursos de pintura, escultura e gravura, só foram admitidos candidatos que tivessem os seus diplomas expedidos por Escola Normal, Escola de Comércio, no Estado, ou colégios equiparados, matriculando-se somente dois alunos no primeiro desses cursos.

Nessa época, andava seguindo os seus tramites o processo de Inspeção Federal, cujo inspetor havia sido o ilustre dr. José Campelo, renomado homem de letras e particularmente votado às artes.

Das comemorações da "Quinzena da Arte", realizadas no ano passado, deixou de ser efetuado o "Grande Concêrto Sinfônico", no Teatro Santa Isabel, o que foi levado a efeito no dia 29 de janeiro do corrente ano. Êste concêrto era em benefício da Pinacoteca e da Biblioteca, tendo sido arrecadada a importância de seis mil cento e oitenta e sete cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 6.187,20) e gasta a importância de dois mil setecentos e sete cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 2.707,80), havendo assim um saldo para a Escola de três mil quatrocentos e setenta e nove cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$.. 3.479,40). Os jornais deram grande relêvo à festa, crônicas foram escritas, ao espetáculo assistiu seletto público, e, enfim, foi uma propaganda para a Escola.

A reabertura dos cursos verificou-se na época devida, ou seja, 16 de março, com uma bonita sessão solene, usando da palavra o conferencista indicado, Frei Matias Téves, que subordinou a sua oração ao título "Rumos da Arte".



Visita ao Museu João Piretti, em Caxangá, em setembro de 1937

A Escola não possuía um regime de realizações de prova parciais e finais que estivesse de acôrdo com uma organização condigna, sendo as provas feitas em papel almaço, sem timbre nem rubrica, podendo advir daí enganos desagradáveis e talvez prejudiciais. Imprimi, então, ao caso, feição análoga à Escola de Engenharia de Pernambuco. Organizei, ainda, o serviço de mapas para registro de trabalhos escolares, de onde se extraía a média escolar para adicionar às notas de provas parciais. Determinei à secretaria que os trabalhos escolares, provas gráficas, fôsem executados no recinto da Escola, para o que os trabalhos eram colados às pranchetas e rubricados pela secretaria.

Estabeleci a obrigatoriedade de freqüência dos dois terços.

Assim, alunos houve que não tiveram promoção, em algumas cadeiras, ou porque não tivessem freqüência, ou porque não apresentassem o número suficiente de trabalhos escolares.

Prosseguindo no meu trabalho de melhoramentos, mudei a Biblioteca para uma sala mais ampla, mais agradável. Dispondo de três estantes, duas das quais bem precárias, adquiri novos e uniformes jogos de estantes americanas, que ainda hoje lá estão. Igualmente, adquiri uma rica otomana, que, além de abrigar nas suas divisões livros e planchas, oferecia aos estudantes e professores o conforto desejado.

Com o regime de economia adotado, comprei as seguintes obras: "Ornamentação Polychroma", em três volumes — "Fragments d'Architecture de la Renaissance", em 2 volumes — "Le beau chateau de France" — "Dictionnaire d'Architecture" (Henry Guedy) — "Villas de la Cote d'Azur", "Novo tratado de Perspectiva" — "Noções educativas de Modelagem", "Materiais de construção", afora revistas.

Incluí no meu plano de melhoramentos a instalação da Pinacoteca, providência que, além de proporcionar curiosidade aos visitantes, dá aos estudantes subsídios necessários a uma melhor aprendizagem.

Realizada a "Quizena da Arte", no ano p. passado, colhi alguns frutos para o importante cometimento.

Transformei o antigo salão nobre, de aspecto tão agressivo, em Pinacoteca. O revestimento de suas paredes em papel, em adiantado estado de decomposição, foi substituído por uma pintura sóbria, confiada ao professor Baltasar da Câmara, e o relêvo do estuque reconstituído pelas mãos do professor Casemiro Correia. Modifiquei a sua instalação elétrica, que era composta de lâmpadas penduradas, embutindo tô-

da a fiação e montando um custoso lustre de vidro, do antigo solar dos Amorim, que se encontrava no sótão do prédio. O pintor Baltasar da Câmara ofereceu o quadro "O fim do Romance"; pelo pintor Mário Nunes, o quadro "Convento do Santo Cristo de Ipojuca"; o pintor Mário Túlio, uma natureza morta; a pintora Fédora Monteiro Fernandes, dois retratos dos seus irmãos, o pintor Joaquim do Rêgo Monteiro e a escritora Débora Monteiro Bastos, todos a óleo. Havíamos conseguido o valioso presente do engenheiro Carlos Alberto Machado, o quadro a óleo de autoria do consagrado pintor alagoano, Rosalvo Ribeiro. O pintor Murilo La Greca ofereceu uma paisagem, de sua autoria; na exposição do pintor Mário Nunes, adquiri dois quadros a óleo, intitulados, respectivamente, "Fundo do Convento de São Francisco" (Olinda) e "Barcaças". O salão nobre, com o seu rico mobiliário que adquiri e a instalação de sua Pinacoteca, oferecia ao público um aspecto atraente e deslumbrante. Prossegui na campanha, como veremos adiante.

Devido as exigências ditadas pelo regime de Inspeção que atravessávamos, a matrícula no ano de 1937 atingiu à pequena cifra de 27.

As provas foram processadas dentro dos tramites legais, tendo havido todo rigor no funcionamento das bancas, realizando-se sempre completas. A frequência melhorou consideravelmente, pois, no ano de 1936 foram dadas 672 aulas e no ano seguinte, 1.071.

Continuei na abertura das verbas, tendo em vista pequena matrícula em virtude de a Escola não estar ainda oficializada e a reduzida quota de subvenções e auxílios.

O Conselho Técnico Administrativo aprovou o orçamento para o ano de 1937, prevendo uma arrecadação de Cr\$ 89.000,00 e uma despesa de Cr\$ 27.728,40. Mas, os prognósticos falharam, porque foram cassados os juros dos duzentos mil cruzeiros, das apólices, no valor de dez mil cruzeiros e ter caído em exercício findo a subvenção federal referente aos anos de 1935 e 1936, e não ter recebido ainda a subvenção federal do ano corrente. Urge acrescentar que não me coube responsabilidade alguma na perda das subvenções de 1935 a 1936, sendo o maior culpado o antigo procurador da Escola, tanto que foi substituído pelo sr. Antônio Delfim, tudo do conhecimento do Conselho Técnico Administrativo.

Conforme balanço apresentado, para o ano de 1938, houve um saldo de mil duzentos e oitenta e um cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 1.281,50).



Conferência do professor Luiz Delgado, em 28-10-1937

Como disse anteriormente, pretendia adquirir o prédio da Escola pela Caixa Econômica Federal, amortizando com a pequena renda e as subvenções, principalmente as subvenções federais. Na impossibilidade disso, resolvi redigir um memorial ao então Secretário do Interior, o ilustre dr. Luís Delgado, solicitando o amparo do governo do Estado à Escola, mostrando que os seus professores, apesar de ensinarem já há cinco anos, não percebiam remuneração, dando a conhecer ao senhor Secretário da nossa transação com a Caixa. No dia 15 de setembro, recebia um chamado do dr. Delgado e atendi prontamente, tendo ele me declarado que o governo estava disposto a comprar o prédio, onde a Escola funcionaria e reverteria para o Estado, caso a instituição não se pudesse manter. O Estado oferecia duzentos mil cruzados (Cr\$... 200.000,00), em apólices, as quais seriam invertidas em dinheiro, pois os proprietários não aceitavam apólices. A proposta de cento e vinte mil cruzeiros (Cr\$ 120.000,00) partiu dos proprietários, da qual fui portador a 7 de outubro. Processei tudo no mais breve espaço de tempo, fazendo que o corretor encarregado da venda das apólices o fizesse no mais curto tempo possível. A 22 de outubro, era assinada a escritura de compra e venda no cartório do tabelião Henrique Cavalcanti, presentes os irmãos Eurico e Cândido Soares do Amorim, o representante do governo, eu e o professor Nestor Moreira Reis. Restava, somente, a assinatura do termo de entrega do prédio à Escola, o que foi interrompido pela implantação do regime do Estado Novo, quando assumiu a Secretaria do Interior o dr. Artur de Moura, que, recebendo uma comissão composta de mim e do professor Frei Matias Téves, disse-nos poder contar com o apoio do novo governo, o que de fato se processou. Possuía a Escola de Belas-Artes de Pernambuco a sua sede, pois, anos mais tarde foi doado à instituição. Melhor serviço não poderia prestar à Escola, no que contei com o culto e digno homem público, o dr. Luís Delgado.

A Diretoria da Escola soube obter da família Amorim uma valiosa doação, constante de uma mobília de jacarandá, uma grande mesa elástica, um espelho antigo e finos lustres, que hoje enriquecem o seu patrimônio.

Adquiriti um excelente aparelho de projeção "ADEPT", de marca Reiss, de muita utilidade nos vários cursos do estabelecimento. O seu custo foi de dois mil e cem cruzeiros (Cr\$ 2.100,00), tendo sido pagos inicialmente seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00) e o restante em dez prestações.

Caminhemos para o ano de 1938.

A abertura dos cursos verificou-se no dia 16 de março, fazendo a preleção do mestre o professor José Estelita, sob o título "A função social do Urbanismo".

Continuava sem solução o caso da nossa Inspeção Federal, havia mais de um ano dormindo no Ministério da Educação, apesar das várias cartas enviadas àquele departamento.

Resolvi, então, mandar ao Rio o sub-secretário da Escola para investigar a causa da demora e ao mesmo tempo saber o que era exigido para a sua solução. E assim, no dia 31 de janeiro deste ano, embarcava para o Rio o funcionário em questão. Na metrópole se avistou com vários funcionários do Ministério, inclusive o dr. Caminha Sampaio, meu contemporâneo na Escola de Engenharia e alto funcionário daquele Ministério, a quem o apresentei através de uma carta. Ficava tudo solucionado, aguardando somente a reabertura, em junho, do Conselho de Educação, quando seria julgado o assunto.

Estava tudo na mais perfeita ordem, quando em 11 de maio do ano em lide, o Presidente da República assina o decreto-lei n. 421, estabelecendo condições para o ensino livre nas escolas superiores, cancelando todos os direitos anteriormente adquiridos, exigindo das escolas que quizessem manter-se legalmente, pedir novo reconhecimento e um depósito em dinheiro, no valor de Cr\$ 5.000,00, depósito para pagamento das despesas com três fiscais, percebendo cada um Cr\$... 1.500,00, sendo reservados sobre aquela importância 10% para o Ministério.

A Escola ficou deveras estonteada, em face do que ocorrera. Sem uma orientação segura do que deveria fazer, resolvi mandar novamente ao Rio o funcionário acima citado, já conhecedor do assunto. De princípio, verificou-se a extorsão do Ministério, exigindo de nós a importância total de Cr\$.. 5.000,00, quando já tínhamos feito o depósito anterior de Cr\$ 1.500,00 para a inspeção preliminar, cujo processado, se não teve andamento, deve-se exclusivamente ao próprio Ministério, resolvendo, ainda, arquivar o relatório do fiscal dr. José Campelo, com o que não concordou o nosso representante, apresentando convincentes argumentos, que levaram o Ministério a não só considerar a importância já depositada, como também a consideração devida do processo, inclusive a manutenção do dr. José Campelo na comissão fiscalizadora. E a comissão ficou composta do dr. José Campelo, dr. Manuel Caminha Sampaio e dr. Otávio Martins, assistente técnico do Ministério, que se encontrava no Recife, inspecionando o curso de química da Escola de Engenharia.



Preleção de mestre do professor José Estelita, em 16-3-1938

No fim do mês de outubro foi iniciada a nova verificação, à frente o relator, o dr. Otávio Martins, que a interrompeu por quase um mês, visto ter de seguir até o Pará, onde o aguardava nova missão.

Reiniciado o trabalho de verificação, com buscas rigorosas no arquivo e em todos os livros e documentos existentes, foi organizado o complemento do antigo relatório. E' de notar que, principalmente o dr. Otávio Martins, de "mangas de camisa", como se diz aqui, tudo procurou e, envaidece-nos dizer, que encontrou na mais perfeita ordem, estimando o seu patrimônio em seiscentos e sessenta e um mil cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 661.000,60).

No mês de dezembro, tanto o dr. Otávio Martins como o dr. Caminha Sampaio avisavam à Escola o início das sessões do Conselho, julgando importante a ida de uma pessoa ao Rio, para acompanhar a marcha do relatório. Nessa época, empreendi uma viagem ao sul, e no dia 26 do mês citado acima, embarcava em companhia do sub-secretário para trabalhar pela Escola de Belas-Artes de Pernambuco, sem nada gastar das suas precárias finanças, aprovando o Conselho Técnico as despesas a serem efetuadas pelo funcionário que me acompanhava. No primeiro dia da nossa chegada ao Rio, procuramos os drs. Otávio Martins e Caminha Sampaio, a quem entregamos alguns documentos que nos foram pedidos, isso no dia 30 de dezembro.

Com a Inspeção Federal, gastou-se, em 1936, a quantia de quatro mil setecentos e sessenta e cinco cruzeiros e cinqüenta centavos (Cr\$ 4.765,50), em 1937, a quantia de cento e setenta e quatro cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 174,70) e, em 1938, a quantia de seis mil cento e quarenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 6.145,00), sendo a elevação de despesas neste último ano devida às exigências do decreto-lei de 11 de maio do referido ano.

O número de alunos matriculados no ano em questão atingiu a 34.

A freqüência foi muito melhor, pois tivemos-la em número de 1.400

A Escola possuía quadros emprestados, e por isso resolvi fazer a campanha da Pinacoteca, no que obtive relativo êxito. Obtive no Sul muita cousa, principalmente, quando estive no

Rio. Abaixo, vê-se uma relação de quadros e gessos obtidos no Rio:

Seis (6) bustos
Quatro (4) máscaras
Cinco (5) ornatos

Autores:

Manuel Santiago (óleo); Haidéa Santiago (óleo); Hilda Campofiorito (óleo); Quirino Campofiorito (óleo); Georgina Albuquerque (óleo); Lucilo Albuquerque (óleo); Jordão de Oliveira (óleo); Sarah Vilela de Figueiredo (óleo); Osvaldo Teixeira (óleo); Armando Viana (óleo); Vicente Leite (óleo); Euclides Fonseca (óleo); U. Cavina (gesso); Correia Lima (gesso); Cópia de Donatelo (gesso); Cópia de Donatelo (gesso); Cópia de Donatelo (gesso); E. Visconti (óleo); Alfredo Galvão (óleo); Alfredo Galvão (pastel); Alfredo Galvão (aquarela); Ivone Visconti (óleo); Louise Visconti (óleo); Maria Francelina (óleo); Maria Francelina (óleo); Maria Francelina (óleo); Pedro Bruno (óleo); Gutman Bicho (óleo); Rodolfo Amoêdo (óleo); Henrique Bernadelli (óleo); Hélios Selinger (óleo); Saldanha da Gama (óleo); R. Bernadelli (gesso); R. Bernadelli (gesso); U. Cavina (gesso); Modestino Kante (gesso) e Cópias (máscara e ornato) (gesso).

Estes trabalhos nada custaram à Escola. A nós, a ida à casa de Visconti, à noite, à casa do Alfredo Galvão, um encontro com o Pedro Bruno na Avenida Rio Branco e assim por diante. Mas, estava vitoriosa a minha idéia da criação da Pinacoteca, cujo plano seria instalá-la num pavimento a construir, ou seja num 3.º pavimento do prédio principal da Escola.

Voltemos ao nosso trabalho no Rio.

No dia 2 de janeiro de 1939, o relatório ingressava no protocolo do Ministério, com o número 143-39. Parti para São Paulo, deixando um plano de trabalho traçado.

Juntamente com o funcionário da Escola e com o pintor Jordão de Oliveira, funcionário do Conselho Nacional de Educação, em comissão noutro departamento do Ministério, aproximamo-nos dos srs. Membros do Conselho para esclarecer o nosso caso e mostrar-lhes o que representava a Escola de Belas-Artes de Pernambuco nos meios culturais do Nordeste. Falamos com Parreiras Horta, Lourenço Filho, Padre Leonel

da Franca, Josué de Afonseca, Samuel Libânio, Aníbal Freire, Cesário de Andrade e Luis Camilo. O escritor Carlos Domingues da Silva entendeu-se com o conselheiro Paulo Lira; o nosso amigo, o engenheiro e bacharel Luis Nogueira de Paula, catedrático de Prática Profissional e Organização do Trabalho, da Universidade do Brasil, conversou sobre o assunto com o conselheiro Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) e Jurandí Lodi, este, além de conselheiro, chefe do gabinete do Ministério da Educação. Os prezados amigos, drs. Irineu Malagueta e Décio Parreiras, também se interessaram pelo caso. É fácil de avaliar, numa cidade como o Rio de Janeiro, os embaraços que surgiam para nos impedir de prosseguir, mas, cujo desfalecimento nunca se apossou de nós.

A nossa ida ao Ministério repetia-se, por vezes, durante o dia, a fim de empurrar o processo. Esse processo devia ir ao assistente técnico da Divisão de Ensino Superior, e fomos muito felizes nos nossos votos, pois, foi às mãos da senhorita Nair Fortes, que apresentou um parecer dos mais dignos, defendendo, até, o direito dos alunos e professores, mantidos pela Escola, "ad referendum" do Conselho. Ocupou o seu parecer oito folhas de papel datilografadas e foi subscrito pelo dr. Rui de Lima e Silva, diretor da divisão do Ensino Superior e pelo dr. Abgar Renault, diretor-geral da Educação. Tínhamos no Conselho dois bons amigos, o secretário do Conselho, dr. Américo Lacombe, e o dr. Francisco Leitão, que haviam conversado sobre o não indeferimento do processo, transformando em diligência, caso houvesse algum embaraço.

No pé em que estava o assunto, não era mais necessária a nossa presença no Rio e assim voltamos para o Recife, convencidos da nossa vitória.

Dias depois de minha chegada a esta capital, recebia informação do pintor Jordão de Oliveira de que o nosso pedido havia sido indeferido e remetia, também, o parecer do relator, sr. Ari de Abreu e Lima, com alarmante ausência da verdade, demonstrando não ter estudado o assunto. De posse da comunicação oficial, solicitei ao Ministério da Educação revisão do processo, não obtendo resposta.

Interrompi a minha história sobre o ano de 1938 e entrei no ano de 1939. Voltemos, pois, ao ano de 1938.

A Escola tinha o seu Salão Nobre com uma pintura bonita, seu teto restaurado e sua iluminação faustosa. E o mobiliário? — Para as solenidades, cadeiras cedidas pelo Sport Club do Recife ou outra associação, uma mesa velha coberta por um pano emprestado, etc. Urgia cuidar do seu mobiliário.

Não desanimei. Solicitei de importante firma do Rio um orçamento, o mesmo fazendo com as firmas desta praça, "A Decoradora", "Casa Holanda" e "Liceu Industrial". O orçamento da firma carioca era elevado e os da terra ainda não nos deixavam satisfeitos. Então, dirigi um memorial ao Prefeito do Recife, dr. Novais Filho, solicitando-lhe a importância de quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00), isto em meados de agosto. No dia 20, data da instalação da Escola, assinava o Prefeito um ato, concedendo à nossa casa dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00) para fazer face à confecção do mobiliário. Entrando em entendimentos com o Liceu Industrial, consegui uma redução no orçamento apresentado, contratando pela importância de onze mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 11.500,00), despendendo a Escola somente o restante, ou seja, mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1.500,00). Foi, assim, executado o mobiliário, muito bonito, sob a direção do artista Gustavo Dionísio da Silva, professor do Liceu Industrial, e, ainda hoje, lá está na Escola do Benfica, mostrando que a tenacidade de tudo pode conseguir.

Nesse ano não recebemos a subvenção federal, cujo processo de habilitação se achava na contadoria do Ministério da Educação, devidamente informado.

A subvenção havia sido reduzida pela administração municipal anterior à do dr. Novais Filho, tendo este ilustre homem público restabelecido a mesma, mediante um cartão que lhe enderecei, em caráter particular.

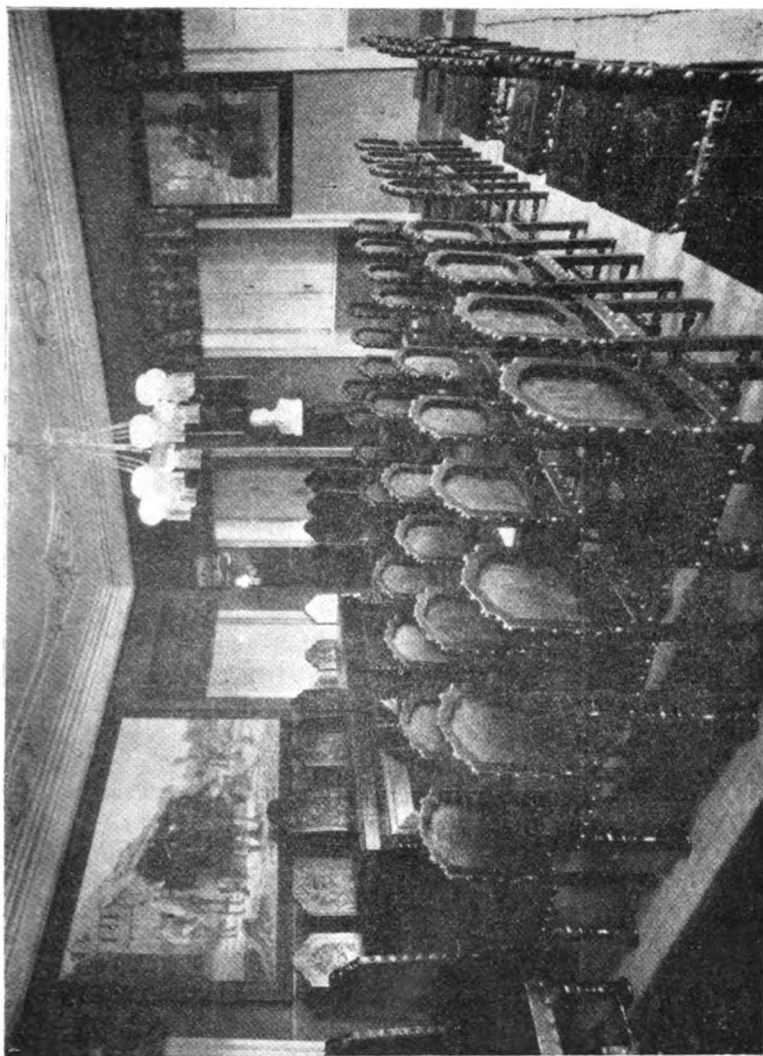
No ano em lide, tivemos um saldo para o ano de 1939, de mil quinhentos e trinta e nove cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 1.539,70).

Tratemos do ano de 1939.

Na época regulamentar, realizou-se a solenidade de reabertura dos cursos, fazendo a preleção o professor Joaquim Cardoso, catedrático de Materiais de Construção.

O ensinamento das diferentes disciplinas teve toda regularidade no presente ano, indicando os professores os seus assistentes, quando, por circunstâncias justas, ficavam privados de dar concurso à Escola. Outrossim, para satisfazer às exigências do departamento do Ensino Superior e em obediência aos órgãos competentes, vários professores foram postos em disponibilidade ou jubilados, ou por não satisfazerem a determinadas condições, ou por terem sido extintas as cadeiras, ou por estarem fora do Estado.

Em 1939, estavam fora de exercício, por motivos justificados, os seguintes professores: Joaquim Moreira Cardoso, au-



Novo Salão Nobre, inaugurado em 14-7-1939

sente, no sul do país; Nestor Moreira Reis, aplicando sua atividade em outro Estado; Luís Cedro Carneiro Leão, não tem curso no presente ano; Edgar G. Amorim, idem; José Estelita de Barros e Silva, idem; Oscar Ferreira da Silva, licenciado, por um ano, em prorrogação; Carlos Fost, licenciado por três meses, por doença; Mário Túlio, licenciado, por doença; João Alfredo, licenciado, por um ano, em prorrogação, e Rodolfo Lira, licenciado por um ano.

As matrículas continuavam decrescendo, pelos motivos já expostos. Em 1936 - 44, em 1937 - 27, em 1938 - 34 e em 1939 - 22.

Manter uma instituição com a preocupação constante de aumentar o seu patrimônio e seguir rigorosa moralidade no ensino, com tão precárias verbas, é mais do que sacrifício. E' milagre.

Todo o serviço chegou a manter-se rigorosamente em dia, assim como reuniões da Congregação e do Conselho Técnico Administrativo. Essas reuniões só eram realizadas quando necessárias, convocando êstes órgãos em casos especiais, pois, uma boa administração basta cumprir as leis e regulamentos. Nos anos de 1936 a 1939, foram realizadas, respectivamente, 9, 5, 6, 3, reuniões de Congregação e 12, 8, 5, e 3 do Conselho Técnico.

As subvenções continuaram: dez mil cruzeiros (Cr\$... 10.000,00) da União, cinco mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 5.400,00) do Estado e quatro mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 4.800,00) do Município.

A Biblioteca enriquecida em 1938 com revistas e a Enciclopédia de Arte Fotográfica, gastando a importância de mil novecentos e sessenta e três cruzeiros (Cr\$ 1.963,00). Em 1939, adquiriram-se as obras: "Manual do Engenheiro", "As Artes", "Evolução Humana" e "Dicionário Ortográfico", gastando a quantia de mil trezentos e trinta e sete cruzeiros (Cr\$ 1.337,00), recebendo as revistas Arquitectura e Urbanismo, P.D.F. e Revista Politécnica de São Paulo, afora Life & Arte, etc.

Como já disse, temos o novo Regulamento, em feição simpática, impresso no Liceu Industrial, em número de 300 exemplares, pela importância de seiscentos cruzeiros (Cr\$. 600,00).

Não tem passado despercebida a nossa data de instalação, pois, no ano de 1938, fez uma palestra na sessão solene realizada o professor Baltazar da Câmara e, em 1939, o jornalista

Como disse anteriormente, pretendia adquirir o prédio da Escola pela Caixa Econômica Federal, amortizando com a pequena renda e as subvenções, principalmente as subvenções federais. Na impossibilidade disso, resolvi redigir um memorial ao então Secretário do Interior, o ilustre dr. Luis Delgado, solicitando o amparo do governo do Estado à Escola, mostrando que os seus professores, apesar de ensinarem já há cinco anos, não percebiam remuneração, dando a conhecer ao senhor Secretário da nossa transação com a Caixa. No dia 15 de setembro, recebia um chamado do dr. Delgado e atendi prontamente, tendo ele me declarado que o governo estava disposto a comprar o prédio, onde a Escola funcionaria e reverteria para o Estado, caso a instituição não se pudesse manter. O Estado oferecia duzentos mil cruzados (Cr\$... 200.000,00), em apólices, as quais seriam invertidas em dinheiro, pois os proprietários não aceitavam apólices. A proposta de cento e vinte mil cruzeiros (Cr\$ 120.000,00) partiu dos proprietários, da qual fui portador a 7 de outubro. Processei tudo no mais breve espaço de tempo, fazendo que o corretor encarregado da venda das apólices o fizesse no mais curto tempo possível. A 22 de outubro, era assinada a escritura de compra e venda no cartório do tabelião Henrique Cavalcanti, presentes os irmãos Eurico e Cândido Soares do Amorim, o representante do governo, eu e o professor Nestor Moreira Reis. Restava, somente, a assinatura do termo de entrega do prédio à Escola, o que foi interrompido pela implantação do regime do Estado Novo, quando assumiu a Secretaria do Interior o dr. Artur de Moura, que, recebendo uma comissão composta de mim e do professor Frei Matias Téves, disse-nos poder contar com o apoio do novo governo, o que de fato se processou. Possuía a Escola de Belas-Artes de Pernambuco a sua sede, pois, anos mais tarde foi doado à instituição. Melhor serviço não poderia prestar à Escola, no que contei com o culto e digno homem público, o dr. Luis Delgado.

A Diretoria da Escola soube obter da família Amorim uma valiosa doação, constante de uma mobília de jacarandá, grande mesa elástica, um espelho antigo e finos lustres, que enriqueceram o seu patrimônio.

Adquiri também um aparelho de projeção "ADEPT", de uso nos vários cursos do estabelecimento, custando mil e cem cruzeiros (Cr\$ 1.100,00). O aparelho custou seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

ta e homem de letras, dr. José Campelo, fazendo uma palestra no Rádio Clube o professor Maurício de Abreu.

E' interessante, como documento curioso, transcrever abaixo o quadro dos orçamentos e importâncias arrecadadas, com os seus respectivos saldos, no periodo de 1936 a 1939.

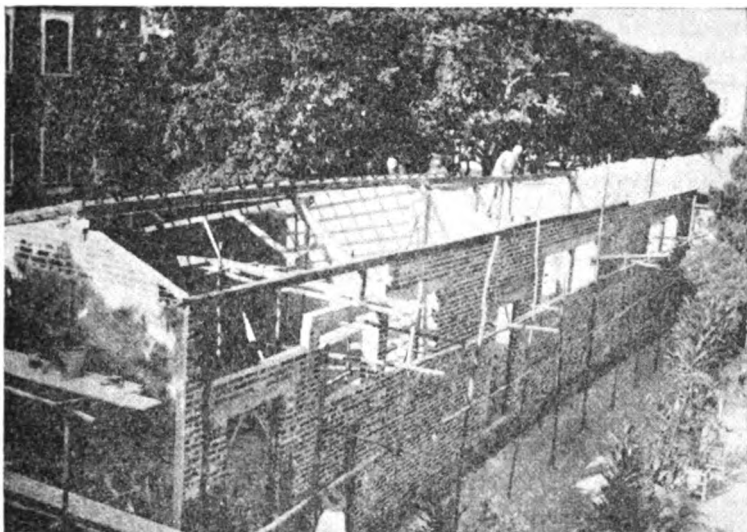
Ano	Orçamentos		Importâncias		Saldo
	Despesa	Receita	Arrecadadas	Gastas	
1936	35.452,00	55.600,00	24.007,30	23.989,40	17,90
1937	27.728,40	89.000,00	31.543,40	30.261,90	1.281,50
1938	19.504,40	50.800,00	47.193,10	45.281,40	1.311,70
1939	24.596,40	28.600,00	31.040,20	30.878,00	162,80

A nossa Pinacoteca possuía 55 quadros, afora gessos, avaliados, sempre para menos, num total de setenta e cinco mil duzentos e sessenta e nove cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 75.269,20), sendo que sessenta mil e trezentos cruzeiros (Cr\$ 60.300,00) obtidos no Sul.

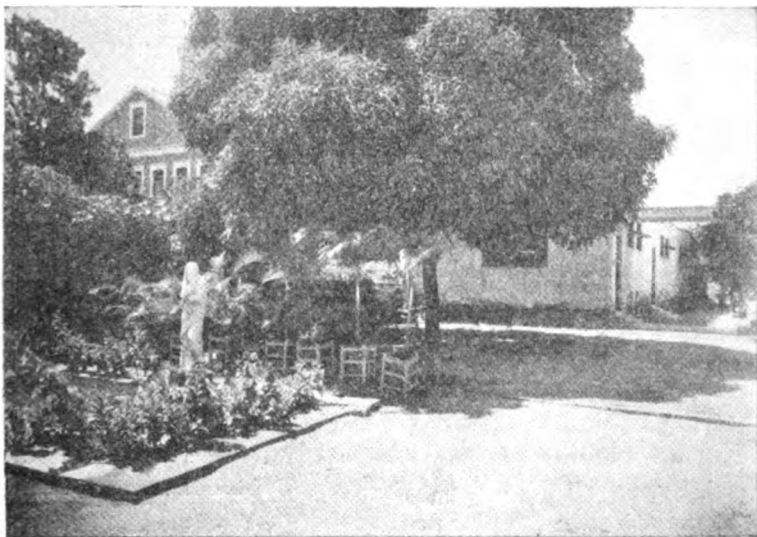
Com a adaptação da pinacoteca, gastamos apenas Cr\$.. 575,20.

Na minha administração, um assunto que me preocupou foram as justas homenagens, sempre prestadas àqueles que realmente se interessaram pela nossa obra, com reais serviços e não com suor ou dinheiro dos outros.

Fizemos a aposição do retrato do saudoso professor Luis Mateus Ferreira, numa sala de aula, pois êsse professor, além de serviços prestados à Escola, defendeu no nosso Clube de Engenharia a regulamentação da profissão do engenheiro e do arquiteto; concedemos ao nosso abnegado companheiro Jayme Oliveira, o título de professor honorário; em 14 de julho do corrente ano, aposição de uma placa de bronze, denominando Salão Novais Filho o salão de conferências; ainda, na mesma data, uma placa de bronze denominando Sala Luis Delgado à sala da Biblioteca; aposição de uma placa de bronze, externamente, nos novos ateliers, em homenagem àqueles que contribuíram para a construção dos mesmos; inscrição no livro de atas da Congregação dos nomes de pessoas que doaram quadros, objetos e materiais à Escola; concessão do título de sócio benfeitor ao engenheiro Carlos Alberto Machado; homenagem às memórias dos pintores Amoedo, Vicente Leite e Euclides Fonseca; colocação de uma cruz de mármore no túmulo do ex-aluno Nicanor Raimundo da Silva.



**Construção de novos atelieres, inaugurados em 1940:
Composição de Pintura, Natureza Morta, Modelagem,
Modelo - Vivo e Escultura**



**Vista do parque, vendo-se os atelieres construídos e
inaugurados em 1940**

Afora essas manifestações de gratidão, nunca deixei passar em branco uma data que se referisse a um vulto prêso às nossas artes.

As nossas apólices, doadas pelo governador Lima Cavalcanti, continuavam sem render juros, os quais, no momento, elevam-se a trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00), aproximadamente.

O professor Joel Galvão ofertou dois lustres de piungentes para a diretoria e secretaria da Escola, que ainda lá estão, assim como um pano para mesa de reuniões e cortinas para a sala de recepção, junto ao salão nobre, uma divisão de amarelo para o atelier de Modelo-Vivo e um lance de prateleiras de amarelo para o atelier de Desenho Figurado.

O prefeito de Limoeiro, sr. Raimundo Moura, concedeu-nos uma contribuição anual de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00).

O conde Pereira Carneiro ofertou-nos quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00); a viúva do ex-aluno Oto Acióli ofertou-nos dezoito (18) obras; o então diretor do Saneamento, dr. Paulo Guedes, em nome de sua repartição, presenteou-nos com uma valiosa estátua de mármore; o govêrno do Estado, pelo seu secretário de Viação e Obras Públicas, engenheiro Gercino de Pontes, auxiliou-nos com vinte e três mil setecentos e quatro cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 23.704,80), em materiais e mão-de-obra para a construção dos novos ateliers, e finalmente doações diversas de pessoas amigas, no valor de onze mil e sessenta e dois cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 11.062,70), também para os novos ateliers.

Outro problema que estava nas minhas cogitações, era o de dotar a instituição de novos ateliers, com boa ventilação e luz adequada.

Primeiramente, o Diretório Acadêmico tentou a iniciativa, mas, morreu, ante a pequena arrecadação obtida. Depois, a Diretoria, animada pelo prometimento do conde Dolabela Portela, organizou um novo projeto, mas, também falhou. Em face disso, solicitou um auxílio ao govêrno do Estado, sendo negado.

Deliberei solicitar ao dr. Gercino de Pontes, então secretário de Viação e Obras Públicas, o auxílio de cem sacos de cimento e a mão-de-obra para a construção dos ateliers, tendo êste titular encaminhado ao govêrno do Estado, com parecer favorável e tivemos a primeira vitória. Organizei o projeto, no local onde hoje se elevam ótimos ateliers construídos pela Universidade do Recife, com aproveitamento, em

parte, do que fizemos e apelei para vários colegas amigos e para negociantes de materiais, nesta praça, sendo plenamente correspondido.

Segue-se a relação dos doadores: Abílio Moreira, Bento Peres, Belarmino Mendes, Dolores Salgado, Sebastião Barbosa, Manuel Cesar de Moraes Rêgo, J. Brandão & Magalhães, Belarmino Sá, Aurino Duarte, R. L. Almeida Brenand, João Pereira Borges, Cassemiro Alves, Irmãos Claudino Leal, Cunha & Cia., Clóvis de Barros Lima, Prefeitura de Olinda, Américo & Batista, N. Varehaysky, Léon Cherpack, José de Araújo Neves, Otilio de Sousa, Joel Galvão, João Alves da Silva, Bernardo Kelner Sobrinho, A. Sirkis, Luís Ferreira, João Sencades, Artur Marinho Vanderlei, Ramos & Campozana, Plácido Farias, Antônio Lages, Antero Vasconcelos & Cia., Antônio Augusto, G. Kirilos & Cia., Júlio Gonçalves, Jaime-son C. Ferreira, J. Kusminsky, Alves & Cavadinha, Virgílio Sá Leitão, J. Pinheiro & Cia., Helmut Niterband, Diógenes de Sousa Leão, R. Borrione & Irmão, Afonso de Albuquerque & Cia., Sul América Capitalização, Domingos Rodrigues, Adauto Melo, Sá Barreto, Albino Silva & Cia., J. Gouveia e Secretaria de Viação e Obras Públicas.

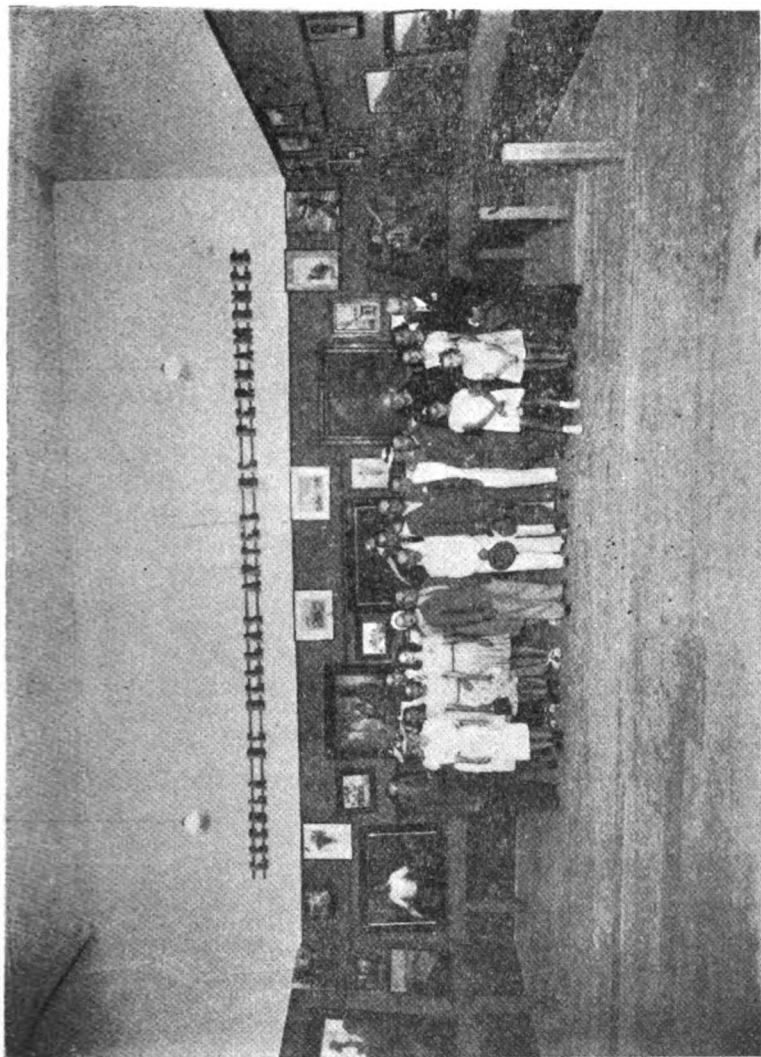
A construção dos *ateliers* importou em trinta e nove mil trezentos quarenta e nove cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 39.349,40), conforme documentação que apresentei à Congregação, atingindo uma área de 300 metros quadrados.

Com uma arrecadação de alunos que alcançou de 1936 a 1939 a importância de trinta e um mil novecentos e quarenta e oito cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 31.948,70), era já bem elevado o patrimônio da instituição, montando cerca de setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 700.000,00).

A Escola, durante o ano de 1939, enviou duas mensagens: uma, em fino papel pergaminho, cuidadosamente redigida, ao Exmo. Sr. Presidente da República, em 31 de dezembro, subscrita por toda a Congregação, solicitando auxílio para a instituição, em face do que continha a nova carta de 10 de novembro de 1937, quando se referia ao ensino profissional, e a outra, à Escola de Belas-Artes de São Paulo, de confraternização.

Estávamos, também, atrasados com o Instituto dos Comerciantes, pelo que tive de recolher a importância de dois mil duzentos e doze cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 2.212,20).

Com a oficialização solicitada para a Escola, já havíamos despendido a importância de treze mil seiscentos e trinta e cinco cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 13.635,60).



**Inauguração da mostra de trabalhos de professores da Escola de Belas Artes,
na Exposição Nacional de Pernambuco — 1939**

Sôbre o reconhecimento da Escola, assim me expressei no relatório referente ao ano de 1939: "Conheceis também, os termos do relatório do dr. José Campelo e da comissão composta dos drs. José Campelo, Otávio Martins e Manuel Caminha Sampaio, donde se depreende ser a parte financeira, no que diz respeito a vencimentos de professores, o único embaraço para solução do assunto. A direção desta casa e todos vós, em pessoa e em documentos escritos, vêm fazendo sentir ao govêrno do Estado e à prefeitura do Recife a necessidade inadiável de atenderem esta exigência, sob pena da Escola ter de passar por instantes inquietadores, tendo, assim, a consciência de ter feito o possível e espero que, patriôticamente, os homens de hoje não desamparem uma obra que custou tanto e que tanto dignifica Pernambuco, pela abnegação oferecida e real finalidade. Ante o dever de requerer nova inspecção, fi-lo em data de 3 de maio último, obdiente ao telegrama que me enviou o dr. Rui de Lima e Silva, diretor do Ensino Superior do Ministério de Educação".

E, de fato, como veremos adiante, era o único embaraço à oficialização da Escola o caso do pagamento aos professores, porque tudo mais eu fizera.

Não ficamos alheios à realização da Exposição Nacional, quando do Congresso Eucarístico, pois obtivemos um vasto salão no Pavilhão dos Estados do Sul, onde com a importância de duzentos e quarenta e nove cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 249,80) e sob a orientação do professor Álvaro Amorim, expusemos vários quadros dos nossos professores. Essa exposição foi inaugurada solenemente com a presença da imprensa, na pessoa do jornalista José Campelo, pessoas gradas e dos professores Joel Galvão, Mário Nunes e Fr. Matias Téves.

Na parte cultural, tivemos sempre o Curso de Extensão Universitária, não só com as palestras em dias comemorativos de datas que nos eram gratas, como ainda as dos drs. Valdemar de Oliveira sôbre "Exposição de Arte", Luís Cardoso Aires, sôbre um tema interessante, assunto ligado à beleza da arte, Luís Delgado, José Campelo e Ademar Vidal, sôbre os temas "Condições espirituais e sociais da arte de Gieto", "Educação Artística", "Juventure e sua expressão criadora", respectivamente, e Baltasar da Câmara, sôbre Pedro Américo, e Gonçalves Fernandes, sôbre "Alguns aspectos de uma psicopatologia da arte". Em abril de 1933, o dr. José Mariano Filho, quando em visita à sua terra natal, fez uma palestra na Escola, subordinada a assuntos urbanísticos.

Ingressemos no ano de 1940.

A reabertura dos cursos verificou-se no dia 15 de março, falando o professor Mário Melo, sobre o tema "Arte, Arqueologia e Futurismo", comparecendo autoridades, professores, alunos e outras pessoas gradas.

Dada a falta de determinados professores, por motivos que não era interessante insistir, lembrei à Congregação permitir que a Diretoria da Escola pagasse, a título de gratificação e de acôrdo com as possibilidades das suas finanças, a todo professor que, além de sua cátedra, tivesse o encargo do ensino de outra disciplina, estipulando-se em cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00) por unidade.

Tivemos 55 alunos matriculados nos diferentes cursos mantidos pela instituição, neste ano.

Devido ao novo salário mínimo adotado no território nacional, teve a Escola de elevar vencimentos do pessoal, passando a folha à importância de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) mensalmente.

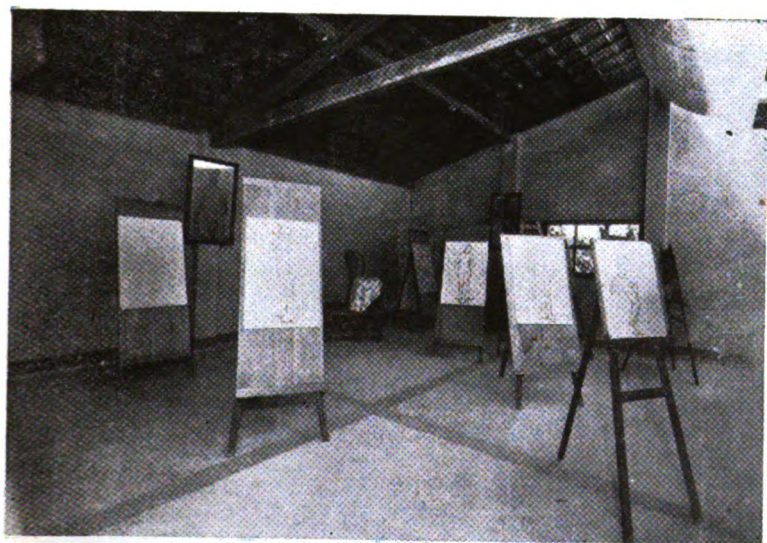
Esqueci de esclarecer anteriormente que a subvenção havia sido reduzida a cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), a federal, sendo arbitrada para 1911 em seis mil cruzeiros (Cr\$ 6.000,00), isto em virtude de ter o relatório apresentado ao Conselho Social, obtido desse órgão do Ministério de Educação, as melhores referências. Apesar de ser pequeno o aumento, teve alguma significação, uma vez que outras instituições em Pernambuco tiveram as suas subvenções diminuídas.

Em 1939, eu havia escrito uma carta ao prefeito Novaes Filho, cuja ação a favor da Escola já sentistes, solicitando um auxílio, pedindo ao professor José Estelita que se entendesse com o chefe da Edilidade, nesse sentido, tendo obtido a ajuda valiosa de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), sem falar na habitual subvenção.

Existiam na Escola do Benfica, desde a sua fundação, os seguintes modelos em gesso, cedidos por empréstimo pela Loja Maçônica — Conciliação, por intermédio do professor Jayme Oliveira: Apolo, Demóstenes, Walter Scott, Cupido, Byron, Homero, Venus, Sacchi, afora duas estátuas em mármore da Venus de Médicis. Já estávamos faltosos em não devolver aquilo que não nos pertencia, colocando mal o nosso dileto companheiro Jayme Oliveira. Diante dessa situação, resolvei, de acôrdo com um contrato com o professor Cassemiro Correia, tirar duas cópias de cada busto em apreço e uma forma em taceio. Pela forma e duas figuras, pagou a Escola a quantia de setenta cruzeiros (Cr\$ 70,00), fornecendo o gesso, restando para depois, as duas estátuas. Para tal realização,



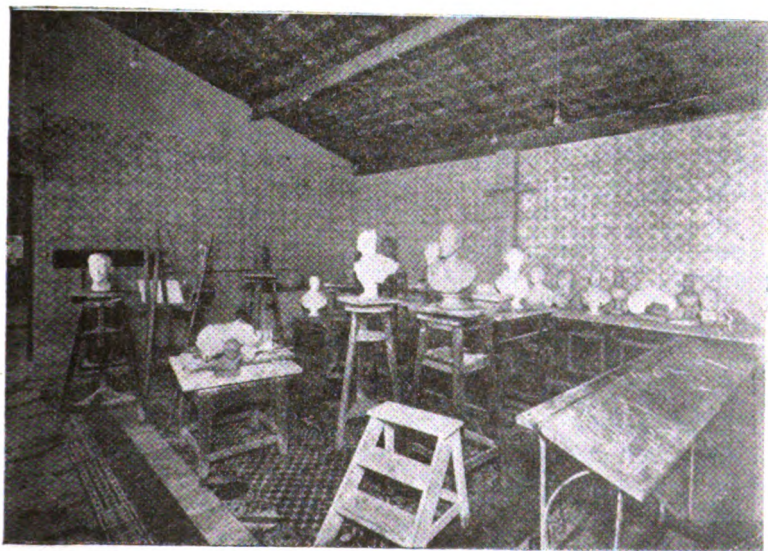
Antigo atelier de “Modelo - Vivo”, improvisado no Salão de conferencias



Novo atelier de “Modelo - Vivo”, inaugurado em 1940



**Antigo atelier de Escultura, improvisado n'uma co-
zinha do velho solar de Benfica**



**Novo atelier de Escultura, com luz própria pela cober-
tura, inaugurado em 1940**

adquiri diretamente da fábrica de gesso Tapuyon, no Rio de Janeiro, dez barricas de gesso, pela importância de oitocentos cruzeiros (Cr\$ 800,00), ou seja, oitenta cruzeiros (Cr\$ 80,00) por unidade, com grande economia, pois aqui na praça custava Cr\$ 115,00.

Outra cousa que muito me constrangia era a substituição das bancas escolares, que eram o que se podia imaginar de atentatório à moderna pedagogia. Bem me lembro que foi o único ponto que desagradou ao nosso conterrâneo, José Mariano Filho, quando aqui esteve. Tentei adquirir em São Paulo, na fábrica Brasileira, porém, não nos convieram. Então, estudamos um novo tipo, de acordo com os da Faculdade de Medicina. Fizemos, comodamente, contratando com o nosso bedel José Correia de Barros, hábil marceneiro, construindo-se vinte bancas, todo material por sua conta, madeira de lei (pau carga), pelo preço de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00). As duas salas de aulas teóricas tiveram, assim, melhor aspecto.

A sala de Composição de Arquitetura e Arquitetura Analítica, que naquela época funcionava no andar térreo, era composta de duas velhas pranchetas e três mesões antigos e baixos. Materiais doados. Tratamos de contratar doze pranchetas modernas, sendo duas grandes, quatro médias e seis pequenas, ainda com o sr. José Correia de Barros, pelo preço de mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 1.200,00), sendo a madeira empregada, cedro.

Adquiri também 21 ferros próprios e de vários formatos para trabalhos de escultura e modelagem, pela terça parte do seu preço.

Outras pequenas pranchetas foram confeccionadas para o curso de Desenho Figurado e mais cavaletes. Para a secção do Modelo-Vivo foram construídas quatro pranchetas grandes de cedro, de 1.70m x 0,80m.

Doei à Escola um tapete para o Salão Nobre que, em bora com certo uso, naquela época custaria bastante, o que modificou profundamente o aspecto do conjunto.

O que se não pode obscurecer é que o trabalho de **atelier** é o que é mais necessário, ou seja, eficiente ao artista, inclusive o arquiteto. Riscar, traçar, rasgar, fazer de novo, essa coisa é que dá ao artista o desalinho de que precisa. Disso fiz sempre questão quando à frente do estabelecimento, obrigando os alunos a frequentarem os **ateliers**, executando os seus trabalhos na Escola e não levando para as suas casas. Fui estudante e sei como se podem fazer as coisas...

Os trabalhos eram devidamente rubricados, e no fim do ano letivo, poder-se-ia fazer uma exposição que desse ao público uma idêia do rendimento obtido. No presente ano, alcançando o de 1941, ou seja, no período de 27 de dezembro de 1940 a sete de janeiro de 1941, de 18,30 h. às 21 horas, fizemos uma exposição de trabalhos escolares de modelo-vivo, natureza morta, paisagem, artes decorativas, escultura, modelagem, desenho figurado, arquitetura analítica e composição de arquitetura, obtendo uma freqüência de cerca de 200 (duzentas) pessoas. Foram expostos 103 (cento e três) trabalhos, tendo os jornais elogiado a realização da mostra.

Foi um ano promissor, pois apresentou um saldo do Caixa para 1941, de doze mil seiscentos setenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 12.678,50).

Alcançamos o ano de 1941.

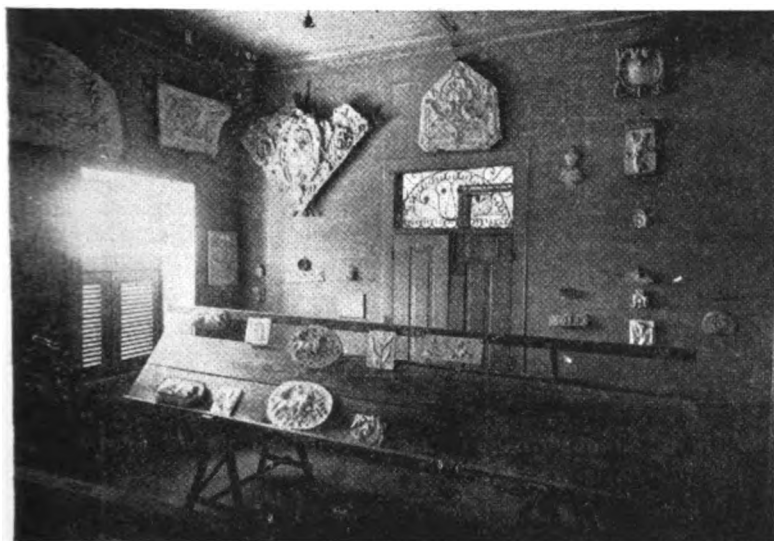
As aulas foram reabertas no dia 17 de março com uma sessão solene, sendo orador o professor Mauricio de Abreu.

Devo repetir aqui as palavras constantes do relatório apresentado à Congregação, referente ao ano em lide: "Um fator já muito evidenciado é este que se espelha aos olhos de VV. Excias., de que sem uma subvenção à altura do que a Escola precisa para múltiplas e urgentes necessidades, não se podia recorrer novamente ao Ministério da Educação, no sentido de obter outra fiscalização e consequente reconhecimento. Teríamos de escorregar no mesmo caminho onde os motivos nos precipitam à queda, porquanto o decreto n. 421, de 11 de maio de 1938, estabelece nas letras A e B do seu artigo 4, entre outras formalidades, as seguintes:

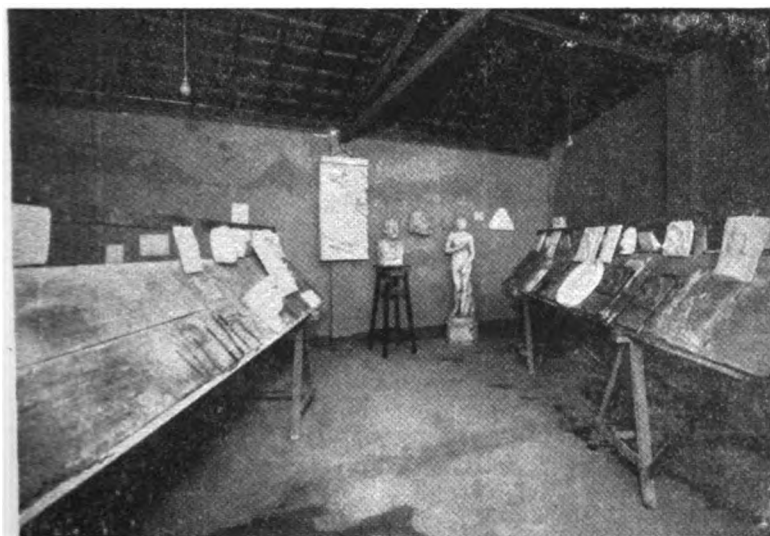
- a) — se a entidade de caráter público ou privado, que se propuser instituir o curso, demonstrar que possui capacidade financeira para manter, de modo satisfatório, o seu integral funcionamento, etc.
- b) — se o estabelecimento dispuser de aparelhamento administrativo regular, sobretudo no que se refere à sua questão financeira. (O grifo é nosso).

Insistir em fazer novo depósito de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), para enfrentar as despesas de fiscalização, seria, a meu ver, trair os nossos próprios esforços e desperdiçar a economia do estabelecimento.

Julguei, por isso, mais prudente, arquitelar um plano de ação imediata e que pudesse oferecer o tributo compensador. E levei a idêia à frente, apresentando-a à Congregação, den-



**Antigo atelier de “Modelagem”, improvisado no atual
Gabinete da Diretoria**



**Novo atelier de “Modelagem”, com luz própria pela co-
bertura, inaugurado em 1940**

tro dos seguintes moldes. Seria feita uma ligação com elementos amigos, dentre êles os drs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde Sampaio e o escritor Gilberto Freyre, sendo que, com o último já havia, juntamente com o sub-secretário da Escola, trocado opiniões a respeito, obtendo do mesmo a promessa de sua decidida colaboração.

Mas, o caso não devia se circunscrever aqui no Recife, onde as esperanças de uma ajuda foram inúteis. **Tínhamos que** agir junto aos poderes centrais do país e para isso se tornava necessário que uma pessoa acompanhasse todos os passos e fornecesse também todos os informes precisos. E ainda, que o nosso emissário levasse consigo uma documentação perfeita para mostrar a grandeza da obra dentro dos seus verdadeiros aspectos. Impunha-se também a organização de um album de fotografias, no qual estivessem consignadas tôdas as etapas da Escola evidenciando o confronto das suas transformações.

Visava êsse movimento obter do presidente da República, o dr. Getúlio Vargas, uma melhor subvenção, subvenção esta que suprisse de maneira satisfatória tudo quanto as exigências legais continuavam reclamando e para definitivo ajuste da situação.

Abordei, ainda, em tôrno do assunto, outros comentários, nos quais procurei sempre mostrar o relêvo do movimento, obtendo da Congregação o apoio integral, achando plenamente aceitáveis os pontos de vista defendidos e a emprender. Apontei então o sr. sub-secretário para desempenhar as funções de nosso delegado, visto o mesmo, das vêzes anteriores, ter sido o enviado, resolvendo o assunto dentre das suas possibilidades, dos seus esforços e de sua capacidade. Mereci, igualmente, acolhimento nessa minha proposta. E, diante de tão absoluta prova de confiança, restou-me sòmente o direito de apressar a viagem do sub-secretário, munindo-o de cartas para se credenciar junto aos drs. Barbosa Lima Sobrinho e Alde Sampaio, a quem estava ligado por uma velha e cordial amizade.

Finalmente embarca o nosso representante e chega ao Rio de Janeiro, cioso de suas obrigações. Inicia incontinentemente o seu trabalho, obtendo do dr. Alde Sampaio, com quem primeiramente se avistara, a seguinte opinião: — “escreva a Joel, dizendo que aqui estarei pronto para tudo quanto êle desejar de mim; resta adiantar que, para o justificado êxito da campanha que êle deseja promover junto ao presidente Getúlio Vargas, para obtenção de um melhor auxílio, é conveniente a

Escola dirigir ao chefe da nação um memorial explicando as suas dificuldades e que o único e remediável meio para afastá-las seria a ajuda dos poderes centrais, ressaltando também a necessidade da existência de um estabelecimento de arte no Norte ou Nordeste, para amparar e educar os valores que surgem, além de outros pormenores”.

Recebida essa comunicação, imediatamente foi redigido um memorial e desenhado a nanquin, em papel pergaminho, subcrevendo o mesmo quase tôda a Congregação, faltando apenas os nomes daqueles que se encontravam ausentes da cidade e remetido por via aérea ao Rio, sob registro. De posse de tão importante documento, o sub-secretário volta ao dr. Alde Sampaio e aí ambos trocam idéias a êsse respeito, ficando assentado que dentro de alguns dias mais, iriam à presença do dr. Barbosa Lima Sobrinho, a fim dêste servir de nosso emissário, na entrega do aludido memorial ao presidente da República.

Estabelecido o plano, o seu cumprimento não se fez esperar. Dias após recebia o dr. Barbosa Lima Sobrinho os nossos representantes, acolhendo a idéia e prontificando-se pela mesma muito fazer, sugerindo, no entanto que, em vez dêle próprio entregar ao dr. Getúlio Vargas o memorial, êste fôsse entregue pelo sub-secretário ao diretor da secretaria do Catete, dr. Queiroz Lima, também pernambucano, assegurando de ante-mão êste muito se interessar pelo caso, em face de possuir obrigação de defender as causas de Pernambuco e, ainda, entregar o documento em aprêço em mãos do próprio presidente da República, com quem se avistava diariamente, e nesta hipótese teria facilidade de apreciar o estudo do assunto e fornecer informes mais preciosos.

Accepta a convenção, foi o memorial entregue ao dr. Queiroz Lima. Êste levou-o às mãos do presidente da República, que desejou ouvir sôbre o assunto, primeiramente, o Ministério da Educação, a quem distribuiu o documento em forma de processado. Enquanto isso se passava, o sub-secretário acertava medidas com o escritor Gilberto Freyre acêrca do movimento e êsse nosso amigo junto ao Ministro Gustavo Capanema, com quem possuía estreitas relações de amizade, tendo merecido do titular do Ministério da Educação, a melhor acolhida.

O escritor Gilberto Freyre informava, ainda, que o chefe do gabinete do Ministro, o dr. Carlos Drummond de Andrade, muito se interessava pelo caso, pelo que qualquer informe que dependesse de um ou de outro, seria francamente favorável.

Nessa fase, o memorial necessitava transitar plos vários departamentos do Ministério e o nosso delegado acompanhava todos os tramites, até que o processado foi ao Conselho do Serviço Social, para a devida apreciação dêsse órgão, cujo presidente era o Ministro Ataúlfo de Paiva.

No desenrolar dessa fase, recebia a diretoria da Escola um telegrama do Palácio do Catete e assinado de ordem do dr. Getúlio Vargas, pelo seu oficial de gabinete, o dr. Oscar Matos, adiantando que, para fazer face à subvenção, se tornava preciso recorrer em tempo. Embora quizesse com as palavras acima, expressar o seu interêsse, mostrou o Presidente da República que desconhecia ter A ESCOLA DE BELAS ARTES DE PERNAMBUCO uma subvenção, mesmo porque o pedido habitual de 1912 já havia sido feito e seguido em época regulamentar.

Transmiti-lhe por isso, em resposta, um despacho, no qual esclarecia já possuir o estabelecimento uma subvenção e que o memorial que fôra enviado pela Congregação representava um pedido de aumento de auxílio, o que esperávamos fôsse arbitrado em sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60.000,00) anuais e merecesse a devida consignação nos orçamentos da União, a partir de 1912. Ofereci desta maneira o subsídio capaz para S. Excia. dar ao caso o despacho de acôrdo com o que havia sido o mesmo encaminhado.

Diante da pouca compreensão surgida, julguei mais acertado relatar o fato ao sub-secretário, que por sua vez, surpreso, conforme correspondência que me transmitia a êsse respeito, procurou elucidar o assunto, chegando à seguinte conclusão: "O presidente da República ordenara uma resposta sôbre o memorial ao seu oficial de gabinete, em cuja função se encontrava apenas há alguns dias, daí ignorar a finalidade do que havia sido historiado, externando-se, por conseguinte, da maneira acima aludida".

Conhecedor do equivoco, o sr. sub-secretário avistou-se novamente com o dr. Queiroz Lima e êste então informou que o processado devia sair do Ministério da Educação para o Conselho do Serviço Social, onde mereceria o pronunciamento da comissão, para daí voltar ao citado departamento de Estado, recebendo do respectivo titular a devida homologação e após, em instância final, a sanção do presidente da República.

De posse dessa informação, voltou o sub-secretário ao Conselho do Serviço Social, para ter conhecimento do processado e lá obteve, através do seu secretário, o dr. Rogério, o

número do pedido costumeiro da subvenção, tendo o mesmo, ainda, sugerido fôsse solicitada ao citado Conselho a juntada do processo em aprêço ao chegar do Ministério da Educação, para melhor estudo do caso.

Procurou o sub-secretário o Ministro Ataúlfo de Paiva, presidente do Conselho do Serviço Social, apresentando-lhe as suas credenciais e aproveitou o ensejo para mostrar o album de fotografias, encarecendo nesta ocasião o seu apôio à causa, aludindo ainda a conveniência de juntar ao pedido de subvenção o memorial que fôra convertido em processado. E, com a promessa de seu decidido apôio, o Ministro Ataúlfo de Paiva atendeu à solicitação do nosso emissário, fazendo a necessária anexação, transformando num só processo, que tomou o número 15.874 e que encaminharia à Conselheira Estela Faro, então na América do Norte, comissionada pelo governo da União, para, quando do seu regresso, dar o necessário parecer.

Foram assim acertadas tôdas as medidas, a fim de que, quando o processado chegasse ao Catete, fôsse com tôdas as informações favoráveis.

Processou-se dessa maneira todo o trabalho, sem nenhuma parcela de arrefecimento, antes com denodo e abnegação.

Estabeleceu-se ainda que o sr. Salvador Lima, procurador da Escola, no Rio acompanhasse a marcha do processado, isto quando o sub-secretário tivesse de regressar e informasse com a devida antecipação, telegraficamente, o dia em que o nosso pedido deveria merecer o arbitramento presidencial, a fim de que, daqui, pudéssemos telegrafar tanto ao presidente da República como às demais pessoas amigas e influentes para substanciarem tão justa pretensão.

Estando, por conseguinte, terminado o nosso trabalho, tornou-se prudente a volta do delegado da Escola, uma vez que dêle não dependeria qualquer solução. Ordenei o regresso, o que se deu no mais breve prazo.

Decorridas algumas semanas, recebi do sr. Salvador Lima um telegrama comunicando haver o Conselho do Serviço Social se pronunciado favoravelmente ao pedido, encaminhando-o aos poderes competentes para a devida homologação.

Em vista do comunicado acima, impunha-se tão somente a medida anteriormente prevista: renovar por telegrama o pedido ao sr. presidente da República e ao dr. Queiroz Lima, o que fiz.

Espaçaram-se novamente as semanas e por fim, para surpresa do meu conhecimento, chegou a decisão presidencial,

arbitrando a subvenção para 1942, em cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00).

O ocorrido foi de tal natureza, que não emiti comentário algum sobre o mesmo!

Mas, a luta prosseguiu e orgulho-me em dizer que o meu trabalho teve pleno êxito, evidenciado como ficou que a única exigência a preencher era o pagamento aos professores ou seja maior amparo dos poderes públicos, que de mim não faltaram os reclamos, mostrando-se o govêrno do Estado, naquela época, completamente indiferente ao assunto, conforme até foi observado numa das visitas que fiz ao então chefe do executivo, em companhia de regular número de professores.

Prosseguia a minha luta no ensinamento regular das diferentes cadeiras. Os professores, uns ausentes e outros sem motivos justos ausentavam-se da Escola. Obtive nessa época a ajuda dos colegas Antônio Baltar, Antônio Barreto Gonçalves e Aurino Duarte, sem receberem um real, tendo a Congregação designado uma comissão para estudar o caso, comissão que não apresentou o seu parecer, até deixar as funções de diretor.

A nossa Pinacoteca aumentou o seu patrimônio, conforme avaliação feita pelos professores Murilo La Greca, Baltasar da Câmara e Cassemiro Correia, em oito mil e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 8.050,00), obtendo os seguintes trabalhos:

Autores

Maria Luiza Stafa (óleo)

Augusto Bracet (óleo)

Joaquim Ferreira (aquarela: estudo)

Fernando Martins (óleo)

Autran de Oliveira (óleo)

Percy Lau (desenho — bico de pena)

Henrique Cavaleiro (desenho)

Augusto Rodrigues (retrato)

Ivone Visconti (óleo)

Cadino Fausto (óleo)

Rodolfo Bernardelli (medalhão em gesso, retrato do pintor Vitor Meireles de Lima)

Newton Sá (medalhão em gesso, retrato do general Daltro Filho)

Escultor Barreto (busto em gesso).

A biblioteca continuava merecendo minha atenção, tendo obtido os livros Giotto, Giovanni Belini, Rafaelo, Afreschi de-

corative Italiani, Decorazione murale, Viviendas economicas e O Bispo de Olinda perante a História.

Providencie trabalhos de encadernação, conservação, etc.

Recebemos as revistas "Revista Municipal de Engenharia", "Revista de Arquitetura", "Revista de Arte", do Chile, "Revista Notaria", "Japão Comercial" e o "Boletim Técnico da Secretaria de Viação do Estado de Pernambuco".

Para estimular a frequência dos alunos à Biblioteca, institui prêmios, de acôrdo com o ato abaixo:

"O Diretor da ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regulamento, e, considerando merecer a Biblioteca melhor frequência e maior número de consultas pelos alunos;

considerando ser o referido departamento de real aproveitamento na formação cultural dos estudantes, visto possuir material suficiente, composto de coleções especializadas sobre os cursos de Arquitetura, Pintura, Escultura e Gravura, mantidas nesta instituição;

considerando o interêsse de difundir as artes plásticas, oferecendo aos que estudam, mais incentivo e mais longos conhecimentos;

considerando terem sido os professores catedráticos dos cursos de Arquitetura e Pintura, respectivamente, arquiteto Luis Mateus Ferreira e Henrique Eliot, de saudosa memória, incansáveis quando no periodo de fundação e funcionamento desta Escola, resolve, como homenagem póstuma àqueles dois professores, instituir dois prêmios, tendo como patronos os aludidos mestres, com a dotação de cem mil réis (100\$000) cada um, que serão conferidos aos estudantes dos cursos já acima citados, estabelecendo-se as seguintes condições:

- a) — será facultado a qualquer aluno dos cursos mantidos por esta Escola, concorrer aos prêmios em apêço, desde que obtenha uma frequência de 2/3 (dois terços) à biblioteca e às aulas das disciplinas em que está matriculado, cuja computação será feita na respectiva caderneta;
- b) — estar em situação legal perante a Escola, principalmente no que diz respeito à parte financeira, devendo prestarem informes precisos sobre o assunto, o secretário e o tesoureiro do estabelecimento ou seus substitutos eventuais;

- c) — apresentar um trabalho sôbre matéria correlata com o curso que está realizando, cujo texto, no mínimo, ocupe quatro fôlhas de papel, como complemento, pranchas com gráficos, desenhos ou outras demonstrações práticas semelhantes;
- d) — todos os trabalhos devem ser escritos em português, permitindo-se apenas em linguagem estrangeira os têrmos técnicos e transcrições, quando estas se referirem a conceitos de mestres ou pessoas versadas no assunto, devendo prevalecer o critério de citação;
- e) — poderá o trabalho ser apresentado em colaboração entre dois estudantes, que, na hipótese de saírem vencedores, dividirão o prêmio, cabendo a cada um, cinquenta por cento (50%);
- f) — fica estabelecido o dia 31 de outubro do corrente ano para encerramento da entrega dos trabalhos do referido certame, quando os concorrentes deverão entregar até às 16 horas daquela data, na Secretaria da Escola os seus trabalhos, assinados com pseudônimo em envelopes fechados e em outro envelope também fechado, num pedaço de papel escrito o nome e o pseudônimo correspondentes;
- g) — será nomeada uma comissão julgadora composta de três representantes do curso de Arquitetura e três representantes dos cursos de Pintura, Escultura e Gravura, sob a presidência do diretor da Escola, que deverá reunir-se nos primeiros dias de novembro, para a leitura, discussão e aprovação dos trabalhos apresentados, sendo outorgados direitos à mesma comissão de arguir os autores dos trabalhos classificados;
- h) — a comissão a que se refere a letra g) poderá funcionar durante todo o mês de novembro, obrigando-se, porém, a entregar parecer de classificação e premiação no dia 1.º de dezembro;
- i) — fica automaticamente afastado de concorrência o trabalho que fôr apresentado com rasuras, entrelinhas ou outro qualquer defeito que crie à comissão dificuldades de leitura.

Submeta-se à apreciação do Conselho Técnico Administrativo, em 15 de abril de 1941. As.) Joel Galvão — Diretor.

A frequência atingiu ao número de 1.125 aulas.

Providenciai o levantamento do patrimônio da Escola atelier por atelier, sala por sala, em fichas próprias, num total de seiscentos e oitenta e dois mil cruzeiros (Cr\$ 682.000,00). Urge salientar que a avaliação foi muita baixa, como por exemplo, o prédio por Cr\$ 210.000,00, a Pinacoteca por Cr\$ 31.260,00, etc.

Quanto valerá hoje êsse patrimônio? Muitíssimo mais, pois é um patrimônio que, além de material, tem um alto valor histórico, qual seja o de representar o altruísmo e a abnegação de um grupo de homens dando tudo, sem nada ter.

No patrimônio, deixei anotado em ficha separada, o que o professor Bibiano Silva deixou no estabelecimento e que lhe pertencia.

A Receita do presente ano importou em Cr\$ 35.521,60 e a Despesa em Cr\$ 26.238,00, havendo assim para o ano de 1942 um saldo de Cr\$ 9.283,60.

Deixei para o final da minha história sobre o ano de 1941, as festas comemorativas da fundação da Escola, a 20 de agosto.

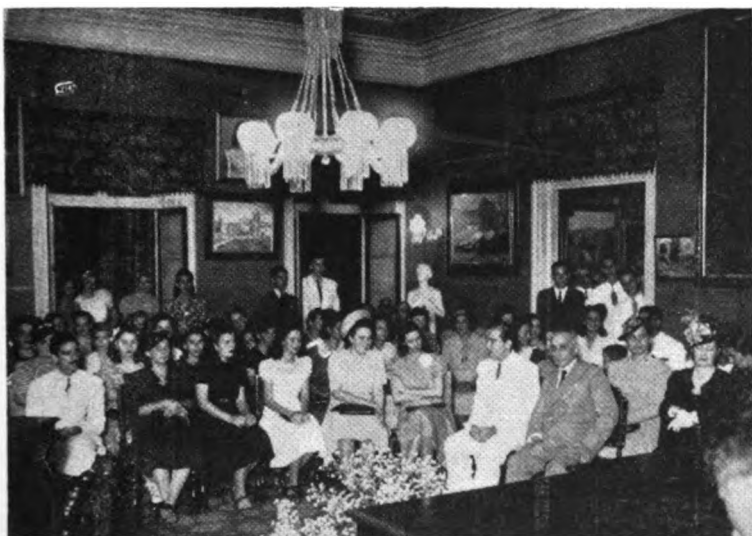
Foram inaugurados, na sala da diretoria, os retratos dos professores Henrique Eliot, Adalberto Marroquim e Abelardo Gama, pintados, respectivamente, pelos professores Baltasar da Câmara, Murilo La Greca e Mário Túlio, colocados em ricas molduras. Falou o professor Baltasar da Câmara, que justificou a deliberação da diretoria em assim proceder, lembrando os serviços prestados por aquelas figuras à instituição. Em seguida, realizou-se uma sessão magna no salão nobre, sendo orador o professor fundador Nestor Moreira Reis, com a presença de altas autoridades, professores, estudantes e famílias.

Nos dias 19 e 20, falaram ao microfônio do Rádio Clube, a estação que sempre nos ajudou, os alunos Israel Feldman e Giselda Lopes, sobre a significação da data e os fins da instituição no meio em que atua e os valores que tem formado.

Aproveitando a data aniversária do grande Caxias, 22 de agosto, a Escola associou-se às justas homenagens, promovendo uma sessão solene, que teve a presença dos generais João Mascarenhas de Moraes, comandante da 7a. Região Militar, e Sousa Doca, chefe do Serviço de Intendência do Exército, grande número de oficiais, intelectuais, professores, alunos e famílias, usando a palavra o professor Mário Melo, fazendo um es-



Conferência do jornalista Aníbal Fernandes, em 30-8-1941



Aniversário de fundação — Assistência ao Concerto que se realizou em 30-8-1941

tudo que prendeu a atenção de todos e comparando o grande soldado com o seu velho pai.

Finalmente, no dia 30 do mês referido, foram encerradas as festas obedecendo ao seguinte programa: às 8 horas da manhã, foi rezada missa na capela do Colégio Salesiano, a que assistiram professores, alunos e famílias; às 20 horas, no salão nobre da Escola, houve uma hora musical, a cargo do violinista José Gegna, maestros Júlio Braga e Alberto Figueiredo e cantora Lúcia Amaral, sendo organizador desta tertúlia o maestro Manuel Augusto. Da parte material se encarregaram as alunas Maria do Carmo Guimarães, Giselda Lopes e Triestina Giovaneti, que souberam dar todo brilho à solenidade. Convidado especial da diretoria da Escola, o brilhante jornalista, dr. Anibal Fernandes, fez uma magnífica conferência ligada a assuntos de arte. Essa solenidade teve uma assistência seleta, destacando-se uma comissão de oficiais superiores do Exército, representando o general Mascarenhas de Moraes, que não pôde comparecer, por motivos justos.

Sempre com o meu espírito voltado para o bem da instituição, dizia no início do meu relatório, referente ao ano de 1942: "Com um duplo fim, estamos hoje reunidos: cumprir um dever regulamentar com a apresentação do relatório referente ao ano p. passado e, num ambiente de continuada camaradagem, deliberarmos sobre nossos propósitos promissores para o ano em curso". Era o ano de 1942.

No dia 17 de março, com a presença do já costumeiro auditório, realizou-se a reabertura dos cursos, fazendo a preleção do mestre o professor fundador, dr. Luis Cedro, que subordinou a sua conferência ao título: "O fenômeno econômico e a arte", conferência que foi publicada, na íntegra, pelo conceituado órgão "Diário de Pernambuco".

Sobre o reconhecimento da nossa Escola, transcrevo as minhas palavras do último relatório que tive a honra de apresentar à Congregação: "De acôrdo com o que já está sobremodo evidenciado e conforme deliberação desta ilustre Congregação, a falta de patrimônio financeiro suficiente para pagamento ao professorado, tem sido a causa de se não requerer nova inspeção federal. Seria arriscar-se a um fracasso, tanto material, como moral. Considero a Escola de Belas-Artes de Pernambuco em condições muito superiores à Faculdade de Medicina e Escola de Engenharia, quando obtiveram a sua equiparação às congêneres do país. Urge, pois, que a Congregação e muito principalmente os professores artistas, que, em geral, lutam muito diferentemente que nós outros, diplo-

mados em ciências, deliberem pela solução do caso, mas de um modo decisivo e concludente”.

Enviamos, ainda uma vez, um memorial ao Exmo. sr. Ministro da Educação, dr. Gustavo Capanema, subscrito pela Congregação, por intermédio do então Ministro Apolônio Sales, solicitando o aumento da nossa subvenção federal e nada obtivemos, uma vez que a subvenção para 1943 havia sido arbitrada em cinco mil cruzeiros.

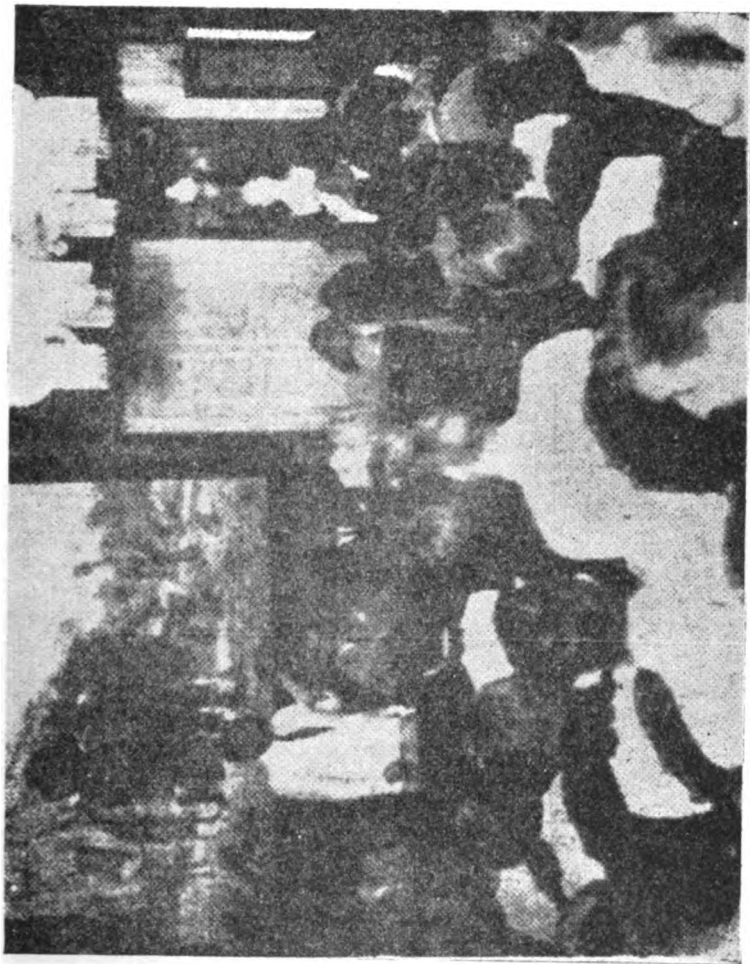
As demais subvenções, continuaram sem alteração, tendo o Prefeito Novais Filho atendido a uma solicitação da Congregação, o que me comunicou em um cartão que me enviava no dia de aniversário da fundação da Escola, dizendo que, em homenagem à data, poderia receber da Prefeitura a importância de cinco mil cruzeiros.

Continuava a instituição com a luta pela frequência do professorado que, nada percebendo, tinha de arranjar sua subsistência em outros setores. Assim, licenciavam-se Fernando Almeida, José Estelita, José Maria, Henrique Moser, Mário Nunes e Fédora Monteiro, que foram substituídos devidamente.

Estão licenciados: Bibiano Silva, desde 1933; José Estelita, desde 1939; Mário Túlio, desde 1939; Edgar C. Amorim, desde 1939; Rodolfo Lira, desde 1941; Joaquim Cardoso, desde 1941; Carlos Festz, desde 1941; Henrique Moser, desde 1942; Mário Nunes, 1942; Fédora M. Fernandes, João C. Lima, Fernando Almeida, José Maria e Nestor Moreira Reis, 1942. As comemorações de aniversário deixaram de se realizar na época devida por motivo do conflito mundial, o que foi previamente anunciado, realizando-se em outubro com uma sessão magna, sendo conferencista o erudito carmelita, Frei Romeu Peréa, sobre “O Critério da Moralidade nas Obras de Arte”. A sessão foi presidida pelo então secretário do Interior, dr. Arnóbio Tenório, contando com a presença do Cap. Paulo Pará, ajudante-de-ordens do general Mascarenhas de Moraes, representante do Cap. dos Portos, artistas, professores, alunos e famílias. Fêz a apresentação do conferencista o professor Baltasar da Câmara.

A Escola fez-se representar, diante do convite da 7a. Região Militar, nas comemorações a Caxias, como também colaborou na Campanha pró-metais, atendendo ao convite do sr. Sousa Barros, diretor de Propaganda e Turismo da Prefeitura do Recife.

A Pinacoteca continuou a merecer da diretoria toda atenção, tendo recebido da pintora sulista Zaide Dantas de Sousa, ex-aluno de Bernadelli, um ótimo trabalho de sua autoria.



Preleção de mestre do professor Luiz Cedro



**Outro aspecto da assistência que compareceu à solenidade da reabertura das aulas
no dia 17 de Março de 1942, na Escola de Belas Artes de Pernambuco**

Adquiri para a Biblioteca, por preços aquém do real valor, alguns livros e revistas das bibliotecas dos saudosos arquitetos Abelardo Gama e Luis Nunes. Os livros adquiridos foram os seguintes: "Le Corbusier", de Pierre Jeanneret; "Traité de Coupe des Pierre", de J. Chaix; "Acostica Nell'Architettura", de C. Marchesi Cappai; "Stadi de Cuissepe", de Fanotti; "Wienor Nobil", de Julius Hoffman; "The Study of Architectural Disiga", de John Herbesen; "El Problema del Trafico en Buenos Ayres", de Jacobo Stok; "Los Subterraneos en Buenos Ayres", de Jacobo Stok; "Les Artes au Mohen Age" "La Tecnica de la Pintura", de Le Rosa; "Cinco Siglos de Historia através del Arte de Francis"; "Duden François", de A. Snyckers; "Course de Construction Civile", de Paul Planat; "Dessin Geometrique", de V. Derches.

Foram adquiridas as seguintes Revistas: "Architecture D'Aujourd' Hui"; "Der Baumeister"; "Casabella Die Form"; "Batir"; "The Architectural Record"; "La Casa"; "Casas y Jardines"; "Nuestra Arquitetura"; "Revista de Arquitetura"; "Forma"; "Chantiers".

Resolvi, já com a Biblioteca organizada, iniciar a restauração das obras. Contratei com o sr. Jorge Freitas, que trabalhava para a Biblioteca Pública do Estado, a restauração das obras que se seguem: "La Sacra Biblia" (2 volumes); "História da Colonização Portuguesa no Brasil"; "Intericurs en ornament"; "Nature and Ornament", "Les Arts au Moyen Age"; "Medicina Legale"; "Grammaire du Dessin"; "Traité Architecture" (4 volumes); "Vignola"; "L'Art Public" (2 volumes); "Viagem a Nova Iorque"; "Fontains"; "Consertos em 14 pastas"; "Historia de Los Estilos Artisticos"; "Diccionario Francês-Português"; "Filosofia da Arte"; "Les grs. Maitres de l'Art: la Belgique" (2 volumes); "Teoria e C. l'Art"; "L'Atmosphere"; "Prima Exposicione"; "As Artes"; "Vultos e datas do Brasil"; "Rubens-Frans-Hols-Goya-Titian"; "Velasques"; "Murilo"; "Pares et Jardins"; "L'Art. de reconnaitre"; "Les Styles"; "Machine a vapor"; "Revistas P.D.F. — 1911.

Para o ano de 1943, foram assinados contratos das seguintes revistas: "Interior Decorator"; "Art. Digest"; "House Beautiful"; "House & Garden"; "Architectural Ligest"; "Architectural Forum"; "Architectural Record"; "La Casa"; "Casas e Jardines"; "Nuestra Architectura"; "Revista de Arquitetura".

Obtive a inscrição no Instituto Nacional do Livro, tendo recebido as seguintes obras: "O Ensino no Brasil em 1935 e 1936"; "Bibliografia Brasileira"; "Bibliografia das Bibliografias Brasileiras"; "Floriano"; "Exposição Machado de Assis";

“Alerta”; “Catecismo da Defesa Passiva Ante-aérea”; “Bibliografia de Gonçalves Dias”.

Iria promover uma campanha pró-criação da “Estante de Obras Literárias Escolhidas”, dada a correlação entre a arte e a literatura, o que faria junto às casas editoras, livrarias, literatos e amadores de arte.

Foram dadas 728 aulas, de acôrdo com as matriculas.

No relatório referente a êste ano de 1942, dizia: “Tôdas as provas e trabalhos escolares estão devidamente arquivados em dois móveis próprios. Todos os documentos da secretaria, até 1941, foram encadernados e colocados na Diretoria, em móvel adequado. Ficaram, sômente, em pastas, os documentos em circulação”.

A moldagem dos bustos pertencentes à “Conciliação” foi concluída, faltando sômente a Venus de Médicis. O arquiteto Jayme Oliveira declarou que a Loja receberá tôdas de uma vez. Far-se-á a moldagem da Venus e irei conseguir outros exemplares para tiragem de cópias.

Foi retificada a anotação do Patrimônio, o qual pelas fichas organizadas, importa em Cr\$ 690.632,00, registrado no Cartório de Títulos e Documnetos e entregue uma via ao Governo do Estado.

A Diretoria ainda iniciou a construção de dois gabinetes sanitários no andar térreo, assim como mandou confeccionar quatro cavaletes de rodizio, desenhados pelo professor Álvaro Amorim, para o atelier de Natureza Morta, estando cogitando de organizar o vestiário para os alunos, onde serão guardados os seus roupões e materiais de pintura.

Durante os anos de 1940, 1941, 1943, foram realizadas 3, 5 e 4 reuniões do Conselho Técnico Administrativo e 1, 5 e 3 reuniões da Congregação.

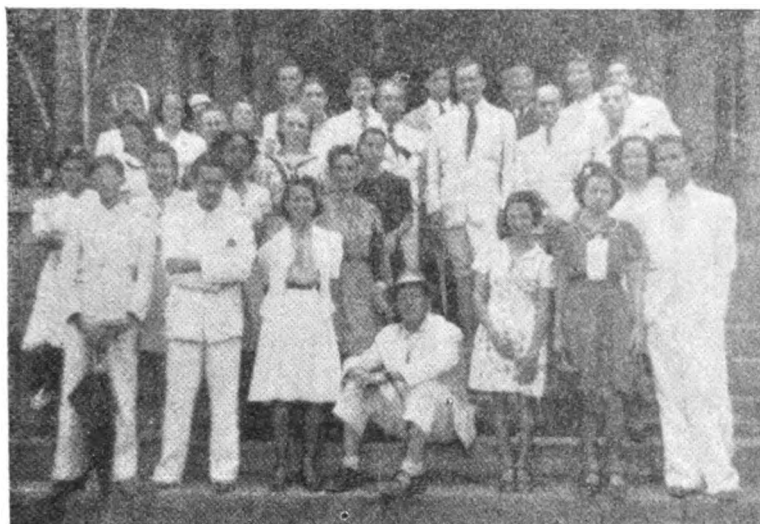
Abaixo, vê-se uma discriminação do movimento econômico-financeiro, referente ao período de 1940 a 1942, donde se destaca um saldo de Cr\$ 9.896,90 para o ano de 1943:

Ano	Orçamento		Inpor'ância		Saldo
	Despesa	Receita	Arrecadada	Gastas	
1940	28.387,20	70.300,00	42.013,50	29.786,90	12.226,60
1941	29.782,00	83.428,50	35.521,30	26.238,00	9.283,30
1942	29.104,90	89.483,30	34.331,10	24.434,20	9.896,90

Fiz o encerramento dos cursos, que seria o último por mim realizado, no dia 19 de dezembro, com tôda solenidade,



**Excursão à Monjope, em Igarassú, vendo-se o religioso
Frei Matias**



**Excursão à antiga usina São João da Várzea, vendo-se
o industrial Ricardo Brenand**



Conferência do professor Odilon Nestor, em 19-12-1942

demonstrando, assim, que a Escola de Belas-Artes, mal amparada, existia e num ritmo de intensa vibração. As 20 horas, realizou-se uma sessão magna por mim presidida, com a presença de autoridades, professores, jornalistas, alunos e famílias, proferindo uma conferência o professor e homem de letras, dr. Odilon Nestor, sob o título: "A Arte na Vida Moderna", podendo afirmar que palestra alguma até então realizada superou o mérito da que foi proferida neste dia, pela larga erudição e forma literária da peça.

Conjuntamente, a Escola expôs nos vários **ateliers**, os trabalhos escolares em número aproximado de duzentos e que foram atentamente admirados.

Iniciou-se o ano de 1913 no mesmo ritmo de trabalho e esperanças, como dizia em meu relatório do ano anterior: "E, eis, meus distintos e sinceros cooperadores. a prestação dos meus serviços em mais um ano de lutas pela concretização integral da nossa digna Escola de Belas-Artes".

O fim chegara, como sempre. A 4 de maio de 1913, renunciava ao cargo de diretor, após sete anos e dois meses de administração, sendo eleito pela Congregação em cinco escrutínios.

A Escola de Belas-Artes de Pernambuco faltava somente pagar ao seu professorado e entraria no período de franco andamento.

Continuou a sua marcha de sempre; para uns, os incrédulos, monótona — para mim, que vejo na luta por um ideal puro a maior vibração, ela levava o facho da vitória para acender a luz do nosso santuário.

Era fatal o destino das escolas do Brasil a fora, que estavam como a nossa, entre as quais a Escola Politécnica de Pernambuco, onde lá estava o nosso Jayme Oliveira.

Devidamente credenciado por esta escola, Jayme Oliveira vai ao Rio e procura o então ministro Apolônio Sales, expondo-lhe o caso e solicitando sua valiosa interferência junto ao Presidente da República. No dia seguinte, o ministro teria audiência com S. Excia., o sr. Presidente da República. Expôs-lhe o assunto, conseguindo a alviçareira notícia para o Jayme de que seria assinado um Decreto regularizando o caso.

Para a Escola Politécnica, o caso foi muito mais sério, dada a emergência de solução; para a Belas-Artes, obtenção de maiores subvenções dos governos do Estado e do Município e juntada aos processados de inspeção existentes no Ministério de Educação, com pareceres elogiosos à nossa vida escolar, de "informações complementares que julgem oportunas," o

que foi feito em relatório organizado pela própria Escola de Belas-Artes.

A 23 de setembro de 1944, era assinado o decreto-lei n. 6.896 que dispunha "sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior não reconhecidos". Muitas e muitas instituições se serviram com justiça deste decreto, inclusive no Rio Grande do Sul, onde o ensino livre era bem desenvolvido, desde a lei Rivadavia.

A Escola de Belas-Artes teve, como a Escola de Engenharia e a Faculdade de Medicina, o seu período de sonhos, o seu período dramático, e teria, em breves dias, o seu período de bonança. O destino aponta os homens para essas fases, e embora surjam os julgamentos inconscientes, nunca a posteridade faltou com o seu **verdictum**.

Guardo com profunda emoção aqueles dias que se foram. dias que constituíam, muitas vezes, o domínio de repulsa dos nossos sentimentos ante a indiferença de outros, que não foram poucos. A nossa ida, eu, o Jayme, o Murilo e o Abelardo, ao Cais de Santa Rita, após as Congregações, saborear o nosso delicioso abacaxi; a minha espera no corredor da Escola, com uma luz meio fraca, para economizar, por professores para reuniões da Congregação e finalmente, dizia ao bedel José de Barros: "feche a Escola que não vem ninguém; a espera, no pórtico do Santa Isabel, ou na porta da Prefeitura, por outros professores, sempre presente o bom amigo, o saudoso Frei Matias Téves, para mendigar auxílio aos poderes públicos; as nossas excursões tão cheias da simplicidade dos artistas; a minha insistente solicitação junto aos jornalistas Anibal Fernandes, Esmaragdo Marroquim, Luís Teixeira, Oscar Melo, Luis Nascimento, Cleofas de Oliveira e tantos outros, que prodigalizavam a mim a satisfação de ler, no outro dia, uma nota sobre a Escola e que guardo, no meu album, com desvelado carinho; os alunos ajudando-me, em vésperas de festa, quando cheguei a dormir num banco duro da casa, tudo isso para orgulho e satisfação, quando vejo a instituição marchando dignamente ao lado das nossas velhas instituições congêneres.

A minha história de sete anos e dois meses não mais se repeteria para a Escola de Belas-Artes de Pernambuco, porque, seguindo o seu curriculum, teve o seu reconhecimento federal, pelo Decreto n. 19.903 de 14 de novembro de 1945, publicado no "Diário Oficial" de 22 de novembro do mesmo ano, decreto decorrente do de n. 6.897 de 23 de setembro de 1944, sendo presidente da República o ministro José Linhares e ministro da Saúde e Educação o professor Leitão da Cunha.

A N E X O S

(Dos Archivos)

APÊLO DO COMITÉ CENTRAL DA ESCOLA DE BELAS-ARTES AO POVO PERNAMBUCANO

“O Comité Central da Escola de Belas Artes, empenhado em dotar Recife, no mais breve prazo possível, de um estabelecimento em condições de aproveitar as vocações artísticas que por aí fenecem à falta de estímulo e quiçá, de orientação, faz daqui um apêlo ao povo de Pernambuco no sentido de amparar e proteger a sua iniciativa. Contando com a boa vontade e as simpatias do poder público, tem o Comité dobradas razões para esperar da clara visão dos seus patrícios e de todos quantos podem alcançar a grandeza do estabelecimento, o indispensável apêlo material, sem o qual não se concretizariam as aspirações desse núcleo de artistas que tomaram a peito a árdua tarefa. A natureza fez o Recife para ser um ninho de arte; bordou-lhe o solo de rios e canais, rendilhou-lhe as alvíssimas praias de coqueiros pensativos, pincelou os seus crepúsculos de arrojados sangüíneos; deu-lhe um céu milionário de estrêlas, luares riquíssimos de luz. E’ preciso que o pernambucano saiba transportar na sua arte, tôdas as emoções que lhe despertem a sua linda terra e a suas lindas mulheres. Para isto é criada a Escola de Belas Artes. Disciplina e coordenação de aptidões nascentes, estímulo, aos negligentes e pessimistas, glória aos gênios e conforto aos medianos, tudo ela proporciona e mais essa linha de nobreza e altos sentimentos que é característica das raças civilizadas. O Recife, importante centro de comércio e indústria, irradiando para todo o nordeste brasileiro o fulgor da sua cultura universitária, não será em breve um grande centro de arte, se o seu povo não o quiser. Mas o Comité confia em que o seu apêlo será bem recebido com o entusiasmo que merecem as idéias criteriosas e que a sociedade pernambucana não lhe negará os donativos que irá angariar, a fim de que a idéia seja corporificada, cresça e frutifique”.

Da “A Província” de 5.5.1932.

ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO

Damos abaixo, na íntegra, o discurso que pronunciou sabado ultimo, na Escola de Belas-Artes de Pernambuco, o dr. Adalberto Marroquim por ocasião da inauguração da mesma Escola:

“Sr. Representante do Interventor Federal, Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Honrosa delegação de ilustres e generosos companheiros, impõe-me o dever, gratíssimo dever, de dirigir-vos a palavra nesta solenidade com que se inaugura a ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO.

Tanto mais grata é esta tarefa quanto, velho exilado do Parnaço, fora pois, da convivência amável das Musas, jamais supus que me revivessem as ilusões fenecidas nos rijos embates das realidades.

E' que mais envelhece o sofrimento que o pêso dos anos, e o caminho que tenho percorrido, por difficil e escarpado, apagou a chama de fé que incendia as minhas horas de sonho e de glória.

Vejo, porém, com satisfação, sinto-o e digo com sinceridade, que a fé e a esperança são sentimentos contagiosos: adormecem no fundo do nosso ser, num grande sono letárgico, espécie de morte integral, para despertarem vivos e viçosos, em maravilhosa ressurreição, em milagroso rebento de primavera, ao mágico contacto dos entusiasmos alheios.

E foi a fé pura, a cândida esperança de meus companheiros de jornada que evocaram a luz da vida, reacendendo-lhes a centelha que eu julgava extinta, as minhas ilusões sem remédio.

Aqui estou eu pois, ainda sem saber como, tonto do impulso que me projetou ao lugar donde vos falo, para trazer-vos a nova que ha de encher de orgulho o coração pernambucano.

Se há trinta anos passados, no velho Recife ronceiro e pacato, a arrastar molemente a sua vida provinciana e burguesa, entre os ruidos de ferro e apitos estridentes dos trens de Olinda e Caxangá, e os bondezinhos puxados a burros da “Trilhos Urbanos”, ou entre um vago espetáculo lírico no “Santa Isabel” e um sarau dançante do “Internacional” ou da “Juventude”, ou nos ruidosos passatempos das festas de igreja, ou nos pastoris do Erotides, ou nos entrudos de bisnagas; se há trinta anos atrás me viessem falar duma Escola de Belas-

Artes neste pedaço do Brasil, o meu único comentário teria sido, talvez, uma boa pilhéria acadêmica, alegre, môça e irreverente.

Porque naquele tempo (e isto foi ontem), naqueles bons tempos em que um ou outro “dileitante” atirava a um pedaço de tela uma pin celada modesta e anônima, em que a sumidade de expressão estética se resumia numa crônica de jornal parnasianamente marmórea, ou num soneto de rimas têrças, com censura na sexta à moda alexandrina, ou num inflamado discurso acadêmico a atrizes itinerantes; naqueles tempos em que Teles Júnior foi apenas entrevistado e de Carneiro Vilela ficou tão sòmente a memória dos romances, cujas edições precárias amareleciam à falta de leitores, e Mauricéa e Vera Cruz não foram sequer percebidos; naqueles tempos em que a cidade Mauricéa se deixava inocular o germen nocivo dessa arquitetura de confeitaria siciliana, que em a fachada das cavernas enfeitadas que são os nossos casarões de três e quatro andares; naqueles tempos, senhores, que cabeça se atreveria a conceber a instituição que tenho a honra de apresentar-vos vitoriosa?

Seria um grito no vácuo. O Recife não tinha ambiente, o Recife não tem ainda ambiente; mas, na inquietação geral da hora que passa, descarga nervosa que abala o arcabouço social do mundo, sentimos a alma vazia porque nos fala o sedimento espiritual e queremos criar, tirar do Nada o alimento que havemos de levar ao povo, a idéia suprema da Beleza, única fôrça capaz de por si só, na sua imortal serenidade aplicar os instintos revoltos.

Não temos ambiente porque nunca ninguém se preocupou de criar as condições em que as artes plásticas se pudessem gerar e desenvolver nesta paragem. À vista do povo aparecem tão sòmente os poucos templos que nos legaram os portugueses, o que, em suma, nada representa como lição, exemplo, estímulo às gerações presentes e futuras.

Onde os nossos museus? Onde as nossas pinacotecas? Onde os nossos colecionadores de arte? Como seria possível educar os nossos patricios, abrir-lhes o sagrado velário da Beleza, se nada temos e nada fizemos por o ter?

A inteligente e ousada tentativa do “Círculo de BELAS-ARTES”, anos atrás, enlangueceu, morreu como uma planta de estufa, porque aos seus animadores gelou a indiferença do ambiente. E, estou em crer, meus senhores, tais razões me assistem, não fôra o acidente político que transferiu a metrópole portuguesa para o Brasil, teríamos retardado a fundação da “Escola Nacional de Belas-Artes, sabe Deus até quando.

Bem sei que as escolas são criações relativamente modernas. Não as tiveram certamente os caçadores de renas, nem os caldeus, nem os egípcios, nem os gregos, nem os romanos, nenhum povo, em suma, donde emanaram as obras primas, motivo de admiração e pasmo de toda a Humanidade.

Bem sei que as maravilhas da Renascença não se fundiram no cadinho desta, organizações didáticas tais, como existiram e existem.

Não foram frutos de Academia a angústia mortal do desgraçado Laocoonte, a serenidade olímpica do Apolo de Belvedere, as formas perfeitas dessa Afrodite de Anadiodomo, as solenes colunatas do Partenon, a gravidade arquitetônica dos monumentos romanos, e as audácias das agulhas góticas, projeção da alma para o céu, no dizer expressivo de Salomão Reinach, não foram de Escolas os Donatolos e Botticellis, Ticianos, Leonardos, Rafaéis e Miguelângelos, e tantos outros que embelezaram com o seu gênio a face áspera do mundo; tudo isso é bem verdade, mas em falar no desenvolvimento da Arte no Ocidente Europeu, onde foi, decisiva a influência dos modelos gregos, é certo que o ambiente exerceu papel preponderante na criação de todas as obras de arte.

O que faltava aos artistas em escola sobrava-lhes em conceito, no estímulo, na projeção dos homens que os cercavam, e se é verdade que houve artistas desgraçados, não é menos verdade, a maior parte conheceu as delícias que só poderiam gozar sobre a Terra os seres de eleição.

Foi na observação dêsse conceito que Taine assentou os fundamentos de sua filosofia da Arte, quando afirma o que, para compreender uma obra de arte, um artista, um grupo de artistas, é preciso conhecer com exatidão o estado geral do espírito e dos costumes do tempo a que pertenciam. Assim como pelo conhecimento dos costumes, pelo estado de espírito e pelo tempo em que vivem se explicam o artista e as suas obras, por iguais conhecimentos explicamos as deficiências e até a ausência da Arte.

Teria sido Fídias o chefe da Escola Ática e o maior escultor do mundo antigo, sem o ambiente artístico da Grécia e a visão aquilina do grande ditador da persuasão, Péricles, um dos poucos homens que deram o seu nome ao século em que viveram? Teria êle ligado indissolúvelmente ao Partenon a sua glória, a sua imortalidade fulgurante?

Que teria sido de Rafael, meus senhores, se a celebridade aldeã de Giovanni Santi ouvesse ficado circunscrita ao apertado círculo de Colbordelo? E como teria sido possível ao pintor e poeta de Urbino sair da obscuridade se não fôra o autêntico mecanismo de Frederico de Monte Feltro, cujo sonho febril de arte ideara o fantástico castelo do qual

disse maravilhado Costiglione ser “il più bello che in tutta Italia se ritrovi”?

E não era só nas cidades que se erigiam êsses fenômenos inéditos de magnificências; por tôda parte dominava o luxo, a riqueza, o esplendor, nos quais se disputavam a primazia a velha nobreza e a potência temporal dos Papas.

Pois nesse meio, nesse tempo, no âmago de uma rica floração de esquisitos artistas, exatamente quando Giovanni chegava ao ápice da glória e da fortuna, nascia em Urbino, dentro do **atelier paterno**, Rafael, “o garzone affortunado” do biógrafo Vassari. E’ inutil continuar por essa estrada; poderíamos multiplicar as citações, se não fôra o conceito de tão clara evidência.

A verdade, a triste verdade é que nós precisamos de edificar uma Arte, de construir uma Arte, de criar uma Arte, e, à falta de Mecenassas que ampare os artistas de boa vontade, e à mingua das beteghes de generosos cândidos e acolhedores, como sucedia na Renascença, só um meio temos de orientar a mentalidade estética popular e de incutir no espírito desta raça em formação, rebelde e descuidosa, aos poucos, como quem destila uma essência de raros e delicados perfumes, a significação construtora do ideal artístico; é a Escola, porque esta facilita e simplifica o esforço dos que se empenham na árdua tarefa de ensinar e, logo, de civilizar.

O Círculo de Belas-Artes não vingou, mas, hoje, 15 anos depois, daquela semente lançada a esmo, em terreno árido, estão desabrochando rebentos vivazes, de cujo vigor dá prova a instituição nascente e que decerto não permitirão os Fados que morra à mingua de carinhos e zelos.

Há aqui meia dúzia de homens que realizam o símbolo de Atlas carregando o Mundo ou, menos ousadamente, representam as Cariátides de Eriteu de Atenas. São todos artistas apaixonados da natureza e da terra que lhes é berço, sem ambições, com uma noção bem nítida das suas responsabilidades e de seu ideal. A eles vão dever as futuras gerações a florescência, que adivinho e ardentemente desejo, do patrimônio artístico de Pernambuco. E’ preciso porém que os não deixemos esmagados sob o pêso do frontão colossal. Se não lhes faltar o amparo de que necessitam, se não são falazes as esperanças que as embalam, se o povo de Pernambuco não abandona à sua sorte ingrata os intrépidos pioneiros, podeis estar seguros de que Recife não será Veneza só pela vaga configuração topográfica, senão que se filiara ao espírito da jóia do Adriático pelos laços magníficos dos labores de sua arte inconfundível. A criação desta Escola é, pois, um Mundo que se abre aos que desejam iniciar-se nos mistérios da Arte para honrando o próprio nome, engrandecedor por uma contígua ascensão o nome da Pátria.

Hão-de confluír para esta Casa talentos anônimos que revelarão qualidades talvez surpreendentes, de outra forma condenados a não vi-rem à luz, ou a se arrastarem em lamentável mediocridade amadora, durante a vida inteira. O sonho de glórias que agitou o sono dos anti-gos há-de brotar na imaginação tropical dos nossos moços, mas há-de também pôr-lhes um freio à exaltação trepidante, graças ao ritmo sere-no e ao trabalho tranqüilo que nos impôs o ideal da perfeição.

Há-de êsse sonho divino caldear-lhes, em tẽpera sagrada, o espi-rito de renúncia, impelindo-os a fazer a Arte pela Arte, isentos de ex-cessos de amor-próprio e de apetites desordenados.

Um artista, um verdadeiro artista, não compreenderia o desespero de Pigmalião suplicante aos pés da Divindade, a pedir a esmola da vi-da para a estátua que adorava, nem tão pouco a vesania dos Cupidos, abrasados de amor carnal ante o mármore impassível da Afrodite de Praxisteles.

“O homem que confunde os gêneros e os amores não tem olhos de artista”.

Estas palavras de Victor Cherbuliez, em ao mito do Rei de Chipre e que desgraçados mancebos da Caria, mostra-nos os dois lados de uma grande muralha, num dos quais está o homem cego, escravo das suas paixões, e do outro, o artista, frio como um mármore mas be-lo como um Deus.

Pernambucanos, esta casa é vossa”.

Do “Jornal do Recife”, de 21|8|1932.

ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO

28 de fevereiro de 1934.

Ilmo. Sr. Presidente da “Loja Maçônica Conciliação”:

Cumpro o dever de comunicar-vos que se encontram, nesta Escola aonde foram trazidos por mim, os seguintes objetos, pertencentes ao patrimônio dessa instituição:

- 1 busto de Mendelsonh
- 1 busto de Apolo
- 1 busto de Vênus de Milo
- 1 busto de Demostenes
- 1 busto de Walter Scott

- 1 busto de Cupido
- 1 busto de Byron
- 1 busto de Sachi (?)
- 1 busto de Homero
- 1 busto de Vênus
- 2 estátuas da Vênus de Médicis

Comunico-vos, outrossim, que ditos objetos serão devolvidos logo que consiga a Escola de Belas-Artes completar as suas instalações ou imediatamente, caso assim o julgar essa instituição conveniente.

O Secretário

a) Jayme de Oliveira

Senhores Membros da Congregação da Escola de Belas-Artes de Pernambuco; Digníssimas autoridades federais, estaduais, municipais; Exma. Família Luís Mateus Ferreira; Mocidade da Escola de Belas-Artes de Pernambuco; Minhas Senhoras; Meus Senhores:

Deveria dirigir-vos a palavra nesta alta homenagem que prestamos. ao saudoso professor Luís Mateus Ferreira, o nosso companheiro Jayme de Oliveira, pioneiro dos mais destacados na realização do ideal da fundação desta Escola, irmão de lutas da figura brilhante do homenageado. Ambos, com outros abnegados, aqui viveram horas de uma idealogia sublime, que enaltece, que enobrece. No entretanto, dada a premissa de tempo, o Jayme, apresentou suas excusas, pois, conhecendo profundamente dos méritos de Luís Mateus, desejava apresentar um estudo perfeito a seu respeito. Aceitamos as razões. Assim, como diretor do estabelecimento, devo interpretar o sentir da Congregação, nesta solenidade de justiça e gratidão, da aposição do retrato do mestre desaparecido, justamente na sala onde seu mérito de professor tanto se fez sentir.

Fundador desta Escola, dêle guardo a lembrança honrosa do seu convite para professar a cadeira de Higiene da Habitação, deixando transbordar do seu íntimo, formado de sinceridade e franqueza, o motivo aliás, que me desvaneceu, da escolha do meu modesto nome. Eu devo confessar, nesta solene ocasião, que êste encontro inspirou em mim um profundo devotamento à nossa instituição. Experimento, pois, intensa satisfação de, como diretor da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, realizar êste preito de justa homenagem.

Mestre com a mais nítida noção dos deveres, incentivava a aprender e indicava os meios. Dotado de uma cultura artística invejável, Luís Mateus não pensava, ou antes, jamais pensou, em fazer época do seu nome; procurava, sim, mostrar aos cegos que a arte era grandiosa e que

a ignorância não poderia empanar o seu brilho, o seu avanço. Arquitecto abalizado, ia desde o ante-projecto até a orientação do gosto artistico, na execução, deixando em nossa terra belissimos projetos de sua autoria. Possuidor de notável illustração, era uma sentinela sempre a postos, ante a praga dos descrentes, que **falam por ouvir dizer**. Lembrome, bem duma explicação que elle dera a um convidado, no dia da inauguração da nossa Escola, sobre o preparo de uma sala, comparando-a com o que existia em instituto congênere, no estrangeiro.

Como artista, possuía as qualidades precisas. Defendia a sua profissão com bravura, servindo-se do seu preparo invulgar, porém, sempre com a alma bondosa. Muitas vèzes, depois de um aborrecimento qualquer via-se o Luís Mateus nos deleiciando com a sua conversação communicativa e útil, sem recordar paixões. Elle nos legou o exemplo. Sejamós fortes quando lutarmós por um ideal, mas, com elevação de espirito, e no triumpho, sejamós bondosos. Constitui, isto, saber ser belo, no sentido estético que devemos adotar.

Exma. Família Luís Mateus Ferreira: A realização dèste ato, é mais do que um conforto a todos nós; é um gesto de alta elevação moral para èste estabelecimento, é um marco estável e bem aparente que manda prosseguir na conquista de novas vitórias. E' fácil imaginar a emoção de alegria, permiti assim me expressar, que experimentais neste momento. Vêde a justiça se fazer, de um modo expontâneo e sincero, no recinto que o nosso Luís mais amava, e onde sempre se destacou pela abnegação ao trabalho e pela cultura.

Sirvo-me dèste momento para, em nome da Congregação da Escola, agradecer-vos a doação preciosa que fizestes à nossa instituição, dos livros do lembrado companheiro. E' um patrimônio que honrará a Escola, pela expressão de estima e pelo valor que encerra. Saberemos zelar esta doação com todo carinho e aprêço.

Senhores da Escola de Belas-Artes de Pernambuco: esta página que aqui relembramos, longe de se encerrar, abre-se aos nossos olhos, para fortalecer a nossa fé e a nossa submissão aos ideais da grandeza da nossa Escola.

Disse.

ABRINDO NOVOS RUMOS À ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO

O que nos diz, em palestra, o seu actual director, dr. Joel Galvão. — **Todo um vasto programa a cumprir corajosamente, com o pensamento voltado para o futuro artistico de Pernambuco.**

Pernambuco tem avançado muito em matéria de instrução. Difunde-a mesmo, inteligentemente. Entre as suas instituições de ensino

primário, secundário e superior, possui a Escola de Belas-Artes, que é, sem favor, um estabelecimento que honra a cultura artística pernambucana. Moldada dentro de uma sadia orientação, ela tem trabalhado para nivelar-se aos grandes centros do país, quicá da Europa. Dela já temos visto sair verdadeiras expressões de artistas, hoje, vitoriosos na vida prática. O exemplo de Edson Figueiredo confirma plenamente o que estamos gravando. E também os de muitos outros, que continuam frequentando-a, buscando alcançar uma sólida cultura artística e assim preparar-se para mais facilmente vencer na vida. Inegável, por tudo isso, é que Pernambuco, em matéria de educação artística, ocupa já agora, um lugar de indissimulável relêvo. E isso graças à sua Escola de Belas-Artes. Daí acharmos oportuno ouvir a palavra autorizada do seu atual diretor, o dr. Joel Galvão.

Fomos encontrá-lo no antigo casarão dos Amorim, à rua do Benfica, onde está localizada aquela escola superior. Desejávamos algumas palavras suas sôbre a Escola de Belas-Artes. Sôbre o que ela realizou e pretende realizar ainda. Palestrador amável, disse-nos o dr. Joel Galvão: "É-me sempre grato falar a um jornal de uma tão intensa irradiação, como é o Diário da Manhã. E sobretudo quando êle quer que lhe fale da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, realização de uma plêiade de abenegados e heróicos, tornada possível pelo apôio que lhes dispensaram os poderes públicos e o povo. Todos conhecem como se formou a Escola de Belas-Artes. Não se poupou nenhum sacrifício. Fomos pródigos em renúncias, com o pensamento voltado, exclusivamente, para o êxito do nosso assinalado empreendimento. E temos trabalhado intensamente. Entra a Escola, assim, no quinto ano de sua fecunda existência. Aqui todos trabalham, e com o maior desprendimento. Agora mesmo estamos em vésperas de solicitar, ao Govêrno Federal, inspeção preliminar. E' mais um passo à frente que dá a Escola e isto fazemos convictos de obtê-la. Atravessamos, como vê, uma fase de sadia construção, ansiosos por novas conquistas. Firmaremos posição definida no seio do ensino em Pernambuco.

Interrompemos, nessa altura, o dr. Joel Galvão. Desejávamos que êle nos dissesse quais, no momento, os meios de vida da Escola.

Mantém-se com as subvenções da União, do Estado e do Município, afora as taxas de freqüência dos alunos. Tudo isso temos conseguido, graças à eficiência com que norteamos os diferentes cursos, a fim de que os diplomas conferidos nos dignifiquem. Haja vista o acolhimento que nos dispensam os poderes públicos e os elementos de merecido valor, de Pernambuco e demais Estados.

UM PROFESSORADO EFICIENTE

Um dos fatores do nosso êxito, está na formação do nosso professorado. Êle vem prestando continuado e eficiente concurso a esta Es-

cola. Composto de Murilo La Greca, Fédora Monteiro, Mário Nunes, Baltasar da Câmara, Jayme de Oliveira, Henrique Moser, Alvaro Amorim, Cassemiro Correia, Domingos Ferreira, Nestor Moreira Reis, Adalberto Marroquim, Mário Melo, Emilio Franzozzi, George Munier, José Maria C. de Albuquerque, Frei Matias Téves, drs. Geraldo de Andrade, João Alfredo, Abelardo Gama, Heitor Maia Filho, Newton Maia além dos professores contratados, Carlos Fest, Oscar Ferreira, Tolentino de Carvalho, Edgar Amorim, Domingos Medeiros, Rodolpho Lyra e Aurélio Lopes, o nosso professorado atua sempre de modo a proporcionar à Escola uma projeção singular. Como vê, são nomes dos mais expressivos. E todos trabalham com uma única finalidade: a de elevar o nome cultural de Pernambuco, esquecendo lucros e posições. Mesmo porque aqui não se cogita disso.

OS CURSOS

O dr. Joel Galvão aborda agora um outro assumto. E nos diz que a Escola mantém os cursos de Pintura, Escultura, Arquitetura e Gravura, os quaes funcionam com uma animadora freqüência. Mantém, ainda, um curso de grande alcance: o Curso Livre. Aqui, adianta-nos, as pessoas que não desejarem um curso seriado e sim apenas se dedicarem a uma especialização artística, encontrarão os professores da cidade. Nomes como Moser, Mário Nunes e outros.

NOVAS INSTALAÇÕES — NOVOS PLANOS

Temos um projeto de melhores adaptações do prédio, para a consecução da qual vamos iniciar uma campanha, que será, estou certo, vitoriosa. Faremos entre outros melhoramentos, novos **atelieres** para pintura e escultura, pinacoteca e museu.

Queremos que a nossa instituição satisfaça completamente às exigências da arte. E conseguiremos.

A imprensa local e o Rádio Club, que tanto têm amparado as grandes e boas causas, não poderão ficar indiferentes à grandeza do nosso empreendimento.

UMA EXPOSIÇÃO DE ARTE

Encerrando a sua proveitosa palestra, o dr. Joel Galvão nos revela que, no fim do presente ano letivo, promoverá uma exposição de trabalhos dos alunos, a fim de que o público, que tanto lhes tem auxiliado, veja os frutos dos seus esforços. Igualmente, faremos, conclui, segun-

do estamos estudando, o Salão Oficial de Belas-Artes. Vê-se pelo exposto, que muito temos feito e mais teremos que fazer ainda. O raio de ação da Escola não se circunscreve somente a este Estado. Ele vai mais longe. Mesmo porque a Escola de Belas-Artes não é somente um patrimônio de Pernambuco. Ela é também do Norte.

Assinalamos aqui, prazeirosamente, os novos rumos da Escola de Belas-Artes, conhecidos já agora dos pernambucanos, através da palavra clara e persuasiva do seu atual diretor, o engenheiro Joel Galvão. E todo o apóio ao seu programa é obra do melhor patriotismo e do melhor amor a Pernambuco e à nossa cultura artística..

Do "Diário da Manhã" de 16.3.1936.

OBSERVATÓRIO

Em breves dias terá a "Escola de Belas-Artes", a sua festa, no Teatro Santa Isabel. Que os pernambucanos saibam compreender, como tem sucedido sempre, os nobres fins que levaram os seus organizadores a preparar o lindo programa que lhes oferecem.

Quando há cinco anos passados meia dúzia de sonhadores pensaram na fundação da E. B. A., quando os mesmos, sem dar tempo ao raciocínio, se puseram a campo para transformar a idéia em ação e, em seguida, a ação em fato, muito sorriso cético, muito bocejo ocioso, acompanhou de longe os ousados pioneiros que empreendiam a luta cheios de juvenil entusiasmo. Cumpre assinalar entretanto que a iniciativa partia de homens trabalhados de decepções, que apenas uma viva centelha de ideal iluminava.

Para os moços tudo é fácil. A idade, para empresas dessas, já é um fator decisivo. Ainda assim, num supremo esforço de vontade, resolutamente tiramos do nada a instituição cuja vitalidade se afirma na resistência com que vence a adversidade e a indiferença.

Bibiano, alma e corpo da E.B.A., deu-lhe o sôpro criador; Jayme de Oliveira, tenaz como um mouro, sustentou o edifício, professores como Abelardo Gama, Heitor Maia, Henrique Moser, José Maria e outros pegaram a sério, a sua tarefa. Conseguimos até as simpatias desse frade bom e ilustre, Frei Matias, que se ligou definitivamente aos destinos da Escola.

Estava escrito que deveríamos ir além. Era preciso despertar o governo federal. Do Estado havíamos conseguido alguns favores; o prefeito Antônio de Góis deu-nos o que pôde, mas a Escola precisava e precisa de mais e contando com as simpatias do sr. Lima Cavalcanti, conta certamente com o completo êxito das suas aspirações. E' ainda a Jayme de Oliveira que devemos as últimas conquistas, porque embo-

ra afastado da Diretoria, onde elevou o nome da Escola e manteve aceso o lume do entusiasmo inicial, para que não fenecesse e morresse, não perde a oportunidade de prestar-lhe bons serviços.

Em verdade, tem a Escola de Belas-Artes sofrido crises das mais sérias. Melhor diremos, sofreu. Sim, porque a impressão atual é que encontramos um piloto a preceito para guiar o barco.

A Joel Galvão estão entregues os seus destinos e é de Justiça acentuar que nunca esteve a Escola em tão boas mãos. Homem de idéias e de ação, terrivelmente vigilante e teimoso, tudo vê, tudo resolve, a tudo provê, com um sorriso e um bom humor que mata toda resistência. Cheio de nervos, finge não os ter para melhor atacar o inimigo — a displicência, a indiferença, o far niente — e obrigá-lo enfim a prestar atenção á Escola.

Estou certo, certíssimo de que a E.B.A. vai para a frente. Vai. Com Joel Galvão ou vai, ou...

Não, não vai, porque já foi.

A. M.

Do "Diário da Manhã", de 27.11.1936.

LEI N.º 204

Art. 1.º — O Governador do Estado fica autorizado a constituir em favor da Escola de Belas-Artes do Estado de Pernambuco um patrimônio representado por apólices da Dívida Pública do Estado no valor de duzentos contos de réis (200:000\$000), para o que poderá utilizar as apólices provenientes da caução existente no Banco do Brasil, em garantia da dívida do Banco Agrícola e Comercial de Pernambuco, ora libertadas em virtude da liquidação da referida dívida.

Art. 2.º — No caso de extinção da referida Escola, serão as aludidas apólices restituídas ao Estado.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de Pernambuco, em 3 de dezembro de 1936. aa) — Carlos de Lima Cavalcanti, Alfredo Duarte Filho.

ATO N.º 224, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1933.

O Interventor Federal no Estado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas leis em vigor, tendo em vista o que requereu a

Escola de Belas-Artes de Pernambuco, e atendendo ao parecer que sobre o seu requerimento foi emitido pelo Conselho Consultivo, resolve conceder isenção dos impostos incidentes sobre o prédio à rua Benfica, n.º 150, enquanto nêle funcionar a referida Escola.

DIÁRIO DO ESTADO, de 19.2.1933.

NOTAS DE ARTE

A proposito...

Realiza-se, hoje, o concerto que a Escola de Belas-Artes organizou para fazer face às despesas com a ampliação de sua pinacoteca. Esse concerto, que há meses vem atraindo a atenção do público pelos constantes adiamentos de que tem sido objeto, merece, de fato, toda a simpatia da nossa melhor platéia. Se há no Recife uma instituição digna de todo apoio e estímulo, a Escola de Belas-Artes é uma. Ela integra superiormente o nosso aparelhamento educacional e é uma necessidade num momento em que de todos os lados surgem vocações a serem cultivadas e de toda parte espirram valores mediocres que se anunciam e proclamam artistas consumados. Para estes, o desenho linear é um mito; perspectivas e coloridos são coisas de somenos; planos e volumes, ninharias. A Escola de Belas-Artes, educando e instruindo os seus alunos no respeito aos cânones artísticos e no apuro do sentimento estético de cada um, é uma força neutralizadora dessa tendência ao livre arbítrio que alguns "soi-disant" artistas revelam em desprezo do público que nem sempre sabe discernir o bem e o mal, o belo e o feio, o certo e o errado.

Não se pode, por outro lado, imaginar uma Escola de Belas-Artes, sem a sua pinacoteca. Ali estarão os alunos em contato com as obras dos mestres a que devem seguir e ali se constituirá o patrimônio artístico mais valioso do Estado. Daí a importância do concerto que hoje terá lugar no Teatro Santa Isabel. O programa, por outro lado, é uma sedução para os amantes da boa música. Nada falta, portanto, para que o Santa Isabel se encha da platéia às torrinhas na noite de hoje; nem a excelência da programação, onde se inscrevem nomes de destaque nos círculos musicais da cidade, nem o significado da festa, que é o mais elevado e o mais nobre. E terá o público concorrido para auxiliar uma obra grandiosa como é a Escola de Belas-Artes de Pernambuco. — W

GRANDE CONCERTO SINFÔNICO, NO SANTA ISABEL

Consoante foi anunciado, realizar-se-á, hoje, no Teatro Santa Isabel, o concerto sinfônico promovido pela Escola de Belas-Artes de Pernambuco, em benefício de sua pinacoteca.

A festa, que se realizará sob o patrocínio das senhoras Lima Cavalcanti, Pereira Borges, Frederico Mindelo, Ernesto Odonheimer e Severino Pinheiro, promete alcançar grande êxito.

Foi organizado o seguinte programa:

I

Mondelsohn — “A gruta da Fingal”, pela orquestra.

II

Sinding — Temas e variações em mi b. menor, para dois pianos.
Senhorinhas Janete Moraes e Maria de Loureds Cintra Amaral.
Ernâni Braga — Duetto, Senhora Arlinda Rocha e senhorinha Nijda Pias.

III

Lizst — Concerto em mi bemol, para piano, com acompanhamento de orquestra. Solista: Manuel Augusto dos Santos.

A orquestra é organizada pelo Rádio Club, com o concurso de destacados elementos da Brigada Militar, Conservatório Pernambucano de Música e Sindicato dos Músicos. Regente: maestro Vicente Fittipaldi.

Os ingressos são vendidos aos seguintes preços: Frisa e camarotes de 1a. — 110\$000; cadeira — 22\$000; cadeira para camarote de 2a. — 16\$500; geral — 5\$500, inclusive o impôsto. Podem ser procurados durante o dia, na secretaria da Escola de Belas-Artes e, à noite, no Teatro Santa Isabel.

Do “Jornal do Commercio”, de 28.1.1937.

OBSERVATÓRIO

Os alunos da Escola de Belas-Artes conseguem afinal, depois de uma série enorme de dificuldades, realizar a festa que imaginaram em favor da sua pinacoteca.

Há seis anos, aproximadamente, a Escola não vem fazendo outra coisa senão vencer todos os obstáculos que passivamente lhe entravam o caminho.

A despeito, porém, dessa campanha derrotista por omissão, tem ela resistido bravamente e se não vive com o fulgor que era de esperar de uma instituição numa cidade presumida, de cerca de quinhentos mil habitantes, não cabe a culpa aos que teimam em mostrar ao Recife o esforço que representa a sua manutenção e o bem que pode trazer ao povo.

Não somos uma raça incapaz de produzir o nosso contingente no campo das artes plásticas.

Se é verdade que os nossos grandes pintores se contam por exceções, também é certo que numa terra sem coleções de pintura e escultura, sem museus e galerias de arte, sem fisionomia arquitetônica própria ou copiada dos bons modelos, não mostra, não demonstra, não educa.

Como, pois, estimular as aptidões, encaminhá-las, protegê-las? Esta Escola de Belas-Artes que ali está, fruto de uma centelha de entusiasmo que brotou da cabeça de Bibiano, Jayme de Oliveira, Heitor Maia, Murilo La Greca, e poucos mais, pelo que já fez e pelo que não se pode calcular que possa fazer, merece, assim, as simpatias dos pernambucanos em geral, como tem merecido as de uma pequena elite onde de justiça se destacam as figuras proeminentes do governo.

Desde o ano passado a Escola se agita num movimento promissor de vitalidade. O sangue novo, que lhe vem injetando, com a sua técnica de sorridente pertinácia, o dr. Joel Galvão, tem garantido magníficos triunfos ao sonho que já dura cinco anos!...

A festa de hoje no Santa Isabel é mais uma afirmação de que a Escola vive.

O concerto sinfônico que Manuel Augusto ensaiou e será executado com todo o rigor da arte, deve estar tentando os que amam a música, a grande, a boa música.

O programa indica colaboradores tais que não temos dúvida em prognosticar o êxito desse sarau.

O Recife, por seus habitantes, deve estar atento hoje à festa da Escola de Belas-Artes para verificar de perto o que fez Euterpe prestigiada por Apolo e Minerva.

A. M.

Do "Diário da Manhã", de 28.1.1937.

OBSERVATÓRIO

Ausentei-me ontem desta coluna com enorme saudade dos seus leitores que me lêem com a resignada paciência dos mártires. Devo esta infração de meus deveres e obrigações para com aquelas almas heróicas e caridosas, ao pintor Ismael Dmitri, que, armado de um lápis sanguíneo improvisou em casa de Alfredo Medeiros um lindo retrato de D. Iracema, e também ao concêrto sinfônico que Fittipaldi e Manuel Augusto, com a sorridente cumplicidade de Ernâni Braga, organizaram em benefício da Escola de Belas-Artes.

Não me arrependo, todavia, de haver desertado o meu pôsto, ontem. Raramente se oferecem duas oportunidades tão ricas de emoções para quem, como eu, guarda ainda neste século de utilidades imediatas, uma pequena centelha de ideal.

Em Ismael Dmitri admirei o perito desenhista, o habil manejador do lápis, o intérprete maravilhoso da fisionomia interior.

Constrói com invejável rapidez a figura que lhe serve de modelo com golpes certos. Pela segurança dos traços adivinha-se o olho habituado a ver mais do que os acidentes anatómicos, e a mão calejada no uso constante do trabalho que dêle fêz o exímio desenhista que é.

Nem pude comentar o artista porque a hora me empurrava para o Santa Isabel onde me esperava outra excelente hora de arte. Cheguei a tempo de ouvir o "tema e variações em mi bemol menor de Linding", magistralmente executado por Maria de Lourdes do Amaral e Janette Moraes; as canções interpretadas pela sra. Arlinda de Melo Rocha, cuja voz, sem grandes recursos, tem, entretanto, o dom de agradar, e finalmente, o grande concêrto em mi bemol, de Lizst, para piano e orquestra.

Para não perder tempo falando de particularidades que escapam à minha capacidade de profano, basta dizer que foi solista o grande Manuel Augusto a quem ouvi pela primeira vez e que a orquestra cuidadosamente ensaiada e com elementos de real valor entre os artistas de Pernambuco, andou à altura das suas responsabilidades.

Coube a Fittipaldi a regência, da qual se desempenhou com garbo, tendo conseguido imprimir aos seus comandados o sentimento de concêrto tal como sentiu e interpretou. Notava-se apenas que estaria um pouco preocupado.

Mas... o riuzcito.

Foi, em suma, uma festa encantadora a que os alunos da E.B.A. ficaram devendo a todos quantos nela colaboraram.

Poderia encerrar aqui estas notas, mas sou forçado a estranhar não já a indiferença, mas o desdém que os recifenses demonstram pela

arte, pela boa arte. Digo-o sem azedume, antes com uma funda tristeza, não sei o que senti quando vi o Santa Isabel com apenas o têrço de sua lotação ocupada, quando foi passada quase tôda pelos alunos da Escola.

Não explico a ausência dos que aceitaram os ingressos que lhes foram enviados. Eu, por exemplo, se advinhasse que os amigos a quem remeti bilhetes se julgaram quites porque os pagaram, não os teria mandado. Perdoem-me se considero essa atitude de pouca ou nenhuma elegância.

Do "Diário da Manhã" de 29.1.1937.

Recife, 7 de abril de 1937.

Ilustre

Dr. Aníbal Freire.

A tarefa em que estou, à frente da Escola de Belas-Artes, tem-me obrigado a recorrer continuamente aos préstimos dos amigos, entre os quais V. Excia. E' que a instituição está a exigir de nós alguma coisa em seu benefício, ou melhor, em benefício das gerações que se formam no Nordeste Brasileiro e particularmente o nosso Pernambuco.

A sua justa pretensão foi agora ao auge, requerendo a sua inspeção, como V. Excia. não desconhece. Entretanto, apesar do magnifico parecer do fiscal, dr. José Campelo, o Diretor-Geral da Educação, o provecto professor Lourenço Filho, zelando pelos interesses do ensino, solicitou informes sôbre o registro dos professôres e se os alunos possuíam documentos referentes ao curso secundário. Quanto aos primeiros, obstino-me em fornecer qualquer detalhe, visto terem os mesmos os seus títulos regulamentados, sendo na maioria engenheiros, arquitetos, bacharéis, médicos, escultores, pintores, etc., exercendo o magistério em várias escolas superiores e colégios equiparados. Em relação aos alunos, muitos dêstes, possuem o curso secundário completo e ao ingressarem neste estabelecimento, não ficaram dispensados do exame vestibular. Os estudantes que se encontram matriculados nos vários cursos e anos e que deixaram de apresentar certificado daquele curso, fizeram o exame de admissão e posteriormente o vestibular, obedecendo iguais exigências às da Escola Nacional de Belas-Artes, incorporada desde 1931 à Universidade do Rio de Janeiro.

Acresço ainda, que os alunos nesse caso, tem a ampará-los o Decreto n. 23.546 de 5 de dezembro de 1933 que modificou dispositivos

do Decreto n. 20.179 de 6 de julho de 1933, afora o Decreto n. 11.749 de 13 de outubro de 1915, considerado pelo Decreto n. 19.852, que respeitou os mesmos direitos aos seus colegas da Escola Nacional de Belas-Artes.

E para evidenciar mais, o caso em apêço, é bastante dizer que os exames de admissão realizados aqui, foram de acôrdo com os artigos 64, 65 e 66 do Decreto acima referido, que transcrevo abaixo, para mais fácil elucidação: "Art. 64 — O exame de admissão compreendera prova escrita e oral das seguintes matérias: português, uma lingua viva (francês, inglês, alemão ou italiano), aritmética e geometria prática, elementos de história geral e especialmente do Brasil, e geografia, tudo de acôrdo com o regimento interno. — § único — E' proibida a inclusão do titulo dos livros que servirão para exame, no regimento interno ou nos programas dos cursos. — Art. 65 — Serão dispensados do exame de admissão ao curso geral os candidatos que exhibirem certificados de aprovação nas matérias exigidas, conferido: a) pelo Colégio Pedro II ou pelos Colégios militares; b) pelos institutos equiparados ao Colégio Pedro II, mantidos pelos Estados e inspecionados pelo Conselho Superior do Ensino; c) por ginásios estrangeiro cujo certificado seja autenticado pela mais alta autoridade brasileira da cidade onde o instituto funciona, e acompanhado da prova de que o titulo exibido era aceito pelas academias do país. — Art. 66 — O exame de admissão será julgado por uma comissão de professores da Escola, ou, na sua falta, por professores do Colégio Pedro II, ou, ainda, por professores de incontestável competência; mas sempre sob a presidência de um professor da escola".

Pelo exposto, pode V. Excia. observar o quanto nos esforçamos, para sempre imprimir no ingresso aos diversos cursos, as modalidades exigidas na Escola padrão. E isto, é o subsídio que posso oferecer a V. Excia. para, no caso de qualquer interpelação no Conselho, como é do vosso feitio interessar-se pelos assuntos que chegam ao plenário e mormente, de Pernambuco, poder argumentar dentro dos mais justos e lógicos pontos de vista.

Esperando merecer de V. Excia. a acolhida de sempre, curvo-me sumamente grato.

a) Joel Galvão

Recife, 8 de abril de 1937.

Ilustre Professor

Dr. Amoroso Lima.

Dirigindo atualmente a Escola de Belas-Artes de Pernambuco, tenho decidido-me a dar-lhe uma feição oficial. Disto aliás, deve ter tido

V. Excia. comunicação, através da palavra do professor Barreto Campelo, catedrático desta instituição, que deveria ter recebido, neste sentido, carta do nosso companheiro, professor Luís Cedro.

Após a inspeção prévia que obtivemos e cujo relatório se encontra na Diretoria-Geral de Educação, recebeu, há dias, o nosso inspetor, dr. José Campelo, do dirigente daquele departamento, interpelações a respeito das condições dos estudantes, indagando se os mesmos tinham curso secundário completo e se os professores estavam com os seus títulos convenientemente registrados.

Referente aos estudantes, tenho a informar que muitos têm o curso secundário completo e não obstante isso, submeteram-se ao exame vestibular e quanto aos demais, só tiveram aqui, após o exame de admissão e posteriormente o vestibular, obedecendo os dispositivos aplicados à Escola Nacional de Belas-Artes. Para uma demonstração cabal, passo a transcrever os artigos que permitem tais exigências: "Art. 64 — O exame de admissão compreenderá prova escrita e oral das seguintes matérias: português, uma língua viva (francês, inglês, alemão, italiano), aritmética, geometria prática, elementos de história geral e especialmente do Brasil, tudo de acordo com o regimento interno. § único — É proibida a inclusão do título dos livros que servirão para exame, no regimento interno ou nos programas dos cursos. Art. 65 — Serão dispensados do exame de admissão ao curso geral, os candidatos que exhibirem certificados de aprovação nas matérias exigidas, conferido: a) pelo Colégio Pedro II ou por Colégios Militares; b) pelos institutos equiparados ao Colégio Pedro II, mantidos pelos Estados e inspecionados pelo Conselho Superior do Ensino; c) por ginásio estrangeiro, cujo certificado seja autenticado pela mais alta autoridade brasileira da cidade onde o instituto funciona, e acompanhado da prova oficial de que o título exibido era aceito pelas academias do país. Art. 66 — O exame de admissão será julgado por uma comissão de professores da escola, ou, na sua falta, por professores do Colégio Pedro II, ou ainda, por professores de incontestável competência; mas sempre sob presidência de um professor da escola".

Excuso-me em prestar quaisquer esclarecimentos sobre os nossos professores, em face dos mesmos exercerem idênticas funções nas diferentes escolas superiores, colégios equiparados, escolas profissionais e uma vez que estão aptos a satisfazerem às exigências que forem solicitadas.

Quanto à equiparação, cito o Decreto 23.546 de 5 de dezembro de 1933, que modificou dispositivos do Decreto 20.179 de 6 de julho de

1933, por onde V. Excia. pode certificar-se que preenchemos todos os requisitos necessários. A instituição a que me refiro foi fundada pela iniciativa particular e representa, neste momento, a preocupação máxima de dotar Pernambuco, ou melhor, o Nordeste, de um estabelecimento desse gênero, para não deixar em desabrigo as tendências que se perdiam justamente por falta de ambiente.

Na convicção da cooperação de V. Excia. aos nossos desejos, firma-se antecipadamente grato, patricio admirador.

a) Joel Galvão
Diretor

Recife, 10 dle abril de 1937.

Ilustre patricio

Dr. Izaías Alves.

Conhecendo-o apenas de tradição, animei-me a escrever-lhe esta, na carência dos seus bons préstimos a uma causa dignificante e meritória.

Existe aqui em Pernambuco a Escola de Belas-Artes, que é a concretização de um sonho de vários abnegados. Com o seu jovem passado de atividades ininterruptas, requereu há bem pouco a sua inspeção prévia. Concedida esta, organizamos o necessário relatório, cujo inspetor, dr. José Campelo, julgou-o com as palavras mais lisonjeiras. Acontece, porém, que, chegando aquêlo documento, o Diretor-Geral da Educação, mereceu do seu ilustre diretor, professor Lourenço Filho, indagações acêrca do registro dos professores e se os estudantes tinham certificados do curso secundário.

Referente aos primeiros, cumpre-me adeantar, serem na sua quase totalidade, mestres de várias escolas superiores, colégios equiparados escolas profissionais, etc., estando portanto com os títulos regulamentados.

Quanto aos alunos admitimos alguns com curso secundário completo e os demais realizaram aqui, exame de admissão e posteriormente o vestibular, como está previsto no Decreto 23.546 de 5 de dezembro de 1933, que modificou dispositivos do Decreto n. 20.179 de 6.7.1933, e

ainda mais a garanti-lo o Decreto n. 11.749, de 13 de outubro de 1915, considerado pelo Decreto 19.852 de 11 de abril de 1931, que respeitou os mesmos direitos dos estudantes da Escola Nacional de Belas-Artes, cujas condições eram iguaes às dos nossos.

E ainda, para govêrno de V. Excia. permito-me citar os artigos 64, 65 e 66 do Decreto 11.749, que facultam os alunos efetuarem os exames de admissão na escola em que desejam ingressar.

"Art. 64 — O exame de admissão compreenderá prova escrita e prova oral das seguintes matérias: português, uma língua viva estrangeira (francês, inglês, alemão ou italiano), aritmética e geometria prática, elementos de história-geral e especialmente do Brasil, e geografia, tudo de acôrdo com o regimento interno.

§ único — E' proibida a inclusão do título dos livros que servirão para exame, no regimento interno ou nos programas dos cursos.

ART. 65 — Serão dispensados do exame de admissão ao curso-geral os candidatos que exhibirem certificado de aprovação nas exigidas matérias, conferido: a) pelo Colégio Pedro II ou pelos colégios militares; b) pelos institutos equiparados ao Colégio Pedro II, mantidos pelos Estados e inspecionados pelo Conselho Superior do Ensino; c) por ginásio estrangeiro cujo certificado seja autenticado pela mais alta autoridade brasileira da cidade onde o instituto funciona e acompanhado da prova oficial de que o título exibido era aceito pelas academias do país.

Art. 66 — O exame de admissão será julgado por uma comissão de professores da escola ou, na sua falta, por professores do Colégio Pedro II, ou ainda por professores de incontestável competência; mas sempre sob a presidência de um professor da escola".

Verificando o nosso relatório, poderá V. Excia. observar a clareza com que o fizemos e o modo pelo qual seguimos integralmente a seriação da Escola padrão.

E isso já representa algum esforço, para imprimir a uma instituição, até o momento livre, um cunho de moralidade.

Diante dessa exposição, estou cômico do inteiro apóio de V. Excia. às justas solicitações, sabendo premiar com a sua inteligência a tenacidade de um punhado de brasileiros que procura presentear ao Nordeste e particularmente a Pernambuco, um estabelecimento de arte à altura do nível cultural dos seus filhos.

Apresento a V. Excia. os protestos de minha admiração e de antecipado agradecimento.

a) Joel Galvão
Diretor

ALCEU AMOROSO DE LIMA

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1937.

Ilmo. Snr.

Joel Galvão:

M. D. Diretor da Escola de Belas-Artes
de Pernambuco.

Recebi sua carta do dia 8 e já conversei a respeito com o professor Barreto Campelo, tendo grande prazer em servi-lo.

Com protestos de estima e consideração, subscrevo-me

Am.º at.º ob.º

a) A. Amoroso Lima

Recife, 29 de maio de 1937.

Meu prezado Borges:

Saúde e fraternidade.

Faço a presente, levado pela sinceridade da nossa amável amizade e animado pelo que você vem fazendo em prol da nossa cidade. De princípio, devo ressaltar a gratidão do instituto que dirijo, pelo que fez, aumentando a sua subvenção de 200\$000. Foi uma demonstração de boa vontade e uma prova de distinção que nos ofereceu. Assim a Escola de Belas-Artes só lhe poderá ser grata. Você viu o meu esforço e avalia a obra de vulto que estamos construindo. Disso também tem ciência o dr. Carlos de Lima, que tanto nos tem ajudado e que estou certo nos faz a melhor ausência. Posso afirmar que esta casa pratica, ou melhor, fez sentimentos de patriotismo, unindo culturas, difundindo o ensino artístico e realizando a maior das disciplinas, em saber amar o Brasil. Esta impressão todos que aqui vêm, obtêm. O professor Aníbal Freire da Fonseca, esta figura tão singular da nossa terra, visitando este estabelecimento, depois de elogiar a obra realizada, disse que aqui já havia ambiente de arte e que merecia o amparo de todos, pois, não era obra somente de ensino, porém também de assistência social. Requeremos a inspeção federal e o nosso relatório atesta a asserção, me-

recendo do inspetor, entre outros conceitos, o seguinte: "Se os seus diretores mantiverem a linha de moralidade e seleção de valores de que se não afastaram até este momento, estou certo que a Escola será da maior utilidade num meio em que as belas-artistas, se excetuarmos a música, reclamam, com eficiência, o amparo dos poderes públicos". Agora mesmo, iniciamos um curso de ciência, a cargo do erudito professor Frei Matias Téves, com o maior êxito, sendo assistido por alunas da Escola Doméstica, Colégio N. S. do Carmo e outras pessoas, pois, este curso tem por fim elevar o nosso grau cultural, a exemplo do que se faz no sul. Vamos iniciar no segundo semestre, um Curso Prático de Artes, com responsabilidade de exames e frequência, justamente para propaganda de divulgação, aproveitando aptidões que possam existir. Francamente, este trabalho todo é serviço de renome para o Estado. Mas, meu caro amigo, em país algum, isto se faz com auxílio particular e muito principalmente dos governos. Aqui, a iniciativa é nenhuma. Resta ao Poder Público não deixar a semente fenecer. Felizmente a nossa Escola, fraca e muito fraca de recursos, ainda não feneceu — e se diga com justiça — devo ao atual Governo, quando foi fundada e instalada. Mas, os recursos vêm em doses homeopáticas e o sonho quer atingir alturas, que não são perigosas, mas, cujas etapas de triunfo vamos atingindo, para honra e brilho de Pernambuco. Por que, então, não nos sentiremos à vontade para pedir aos homens públicos aquilo que merecemos, pelo que fizemos e pelo que pretendemos fazer? E' o caso. Temos um programa para este ano, junto ao Governo do Estado, e o faremos em tempo oportuno. A Prefeitura, está na vez. Enderrecel, na sessão passada da C. Municipal, um pedido de auxílio de cinquenta contos, o que nem em plenário foi, declarando o leader depender de si. Aliás, você estava em Rio. Agora, vou repetir o pedido e conto com o seu apóio, fazendo o que fôr possível. Uma cidade que tem um plano de remodelação, ainda mais, que realiza parte deste plano, não pode deixar uma instituição de belas-artistas em dificuldades. Temos confiança que obteremos inspeção preliminar e vamos dar artistas para o trabalho da nova cidade (aliás, já estamos dando, ex-vi dos funcionários das repartições, alunos da Escola), justificando-se, assim, os nossos anseios. Estou com os fracos recursos que vou obtendo, melhorando os nossos ateliers e dotando-os de material didático eficiente. Precisamos comprar, por exemplo, um esfolado no valor de cerca de oitocentos mil réis, para Anatomia e Modelo-Vivo, e um aparelho de projeção para os cursos de História da Arte, Estética e Crítica. Afora isto, precisamos adquirir modelos em gesso, ampliação do atelier de Artes Aplicadas, Pinacoteca e Biblioteca. Eis, porque estou crente que os governos nos auxiliarão, ante um plano de serviço tão amplamente comprovado. A Prefeitura, dando-nos a importância citada, muito se recomendará e não será difícil, ante a sua boa situação econômica, gra-

ças, aliás, ao nobre colega. Vou enviar a Câmara Municipal o pedido, e tenho fé no bom amigo e colega, como tive quando pedi o aumento da nossa subvenção. Em suma, faça o que fôr possível, ajudando esta causa, que tem merecido o amparo de todos, salientando-se o desinteresse do seu professorado, onde se destacam vultos de cultura e que vêm, sem percepção de um real, sustentando este centro de cultura artística do Nordeste, para elevação do nome desta região.

Aí fica o pedido e a gratidão da Escola, e mormente do seu de todos os tempos.

a) Joel Galvão

ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO

Recife, 1937.

Exmo. Sr. Dr. Carlos de Lima Cavalcanti:

M. D. Governador do Estado de

Pernambuco.

A ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO, animada pelo amparo que tendes dispensado a todos os seus apelos, através de cinco anos de trabalho, pela sua Congregação, permite-se solicitar-vos a atenção para o vosso ato n. 957 de 4 de junho p. passado, que manda entregar duzentos contos de réis em apólices, conforme a lei n. 204 da Assembléia Legislativa, porém, sem juros. E, para que a lógica dos argumentos seja mais nítida, faz o histórico, em ligeiras linhas, do que motivou a execução da mencionada lei.

A Escola de Belas-Artes de Pernambuco, incorporada está e disto não se pode duvidar, ao ensino superior, apta a realizar um alto problema educacional no meio cultural do Nordeste, tendo a comprová-lo, entre outras cousas, o relatório enviado ao Ministério da Educação, para efeito de obtenção do seu inspecionamento preliminar, estando assim enquadrada nas exigências do assunto. Se mais não realiza, é porque os meios de que dispõe são precaríssimos. Neste Estado, a sua diretoria vos procurou e depois ao então Secretário da Fazenda, isto quando estava em organização o orçamento estadual para o presente ano, e, ante a impossibilidade do aumento da subvenção, foi feita a sugestão pelo deputado Souto Filho e aceita pelo leader da maioria, deputado

Arsênio Meira, de doação de um prédio (efeito de diminuir despesas), que estivesse desocupado, citando até a essa, numero 425, à rua Fernandes Vieira, hipotecado ao Estado. Verificada a impossibilidade de encaminhar o assunto neste sentido, ficou resolvido com o vosso franco apóio, a instituição de um patrimônio em apólices, no valor de duzentos contos de réis.

Deve-se, por um ato de justiça, ressaltar o valor moral do referido patrimônio para efeito de inspeção. No entanto, no momento, o caso envolveu aspecto material e a própria redação da lei, pelos senhores congressistas e a feição de doação da sede comprovam isto.

Os patrimônios que têm sido constituído desta maneira, a exemplo da Faculdade de Medicina, aliás em idêntica fase de sua existência, rendeu os respectivos juros, sem o que não se poderia compreender. Além disto, quando a lei diz: "Art. 2.º — No caso de extinção da referida Escola, serão as aludidas apólices restituídas ao Estado", dá todo valor material ao caso, pois, as apólices sem juros não interessariam a terceiros, caso a instituição desaparecesse. E, aliás, há a louvar o alto zêlo jurídico da questão pelos doutos membros da Assembléia Legislativa.

A Escola de Belas-Artes de Pernambuco tem cinco contos e quatrocentos mil réis anuais e assim se sentia melhormente amparada pela reforma dos seus *atellers* e gabinetes, com a importância referente aos juros sôbre o patrimônio concedido, quando inesperadamente tem a notícia desanimadora da cessão das apólices sem a percepção dos já citados juros. A vossa presteza em sempre atender aos imperativos da justiça, há de compreender a razão da Congregação dêste estabelecimento, pedindo por equidade, arbitrados os juros de direito sôbre a quantia correspondente às mencionadas apólices para tão utilitário fim. E na convicção da vossa acolhida a êste justo apêlo, subscreve-se a Congregação desta Escola, representada pelos seus professores.

Exmo. Sr. Dr. Luís Delgado

D. D. Secretário do Interior e Justiça.

A Escola de Belas-Artes de Pernambuco, atinge no momento presente a sua hora do que necessita o amparo público, para dar-lhe o aspecto material devido.

O Secretário do Interior, é V. Excia. pelo cargo, pela cultura e simpatia que devota à instituição, o eleito pela Congregação da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, para levar ao Govêrno do Estado os nossos apelos no sentido de não deixar morrer uma escola de tão acentuada elevação cultural no grau em que se encontra.

Preliminarmente devo declarar, sem reservas, que tem a sua existência até hoje aos poderes públicos, mas, esta sua existência decorrida, constituiu o projeto da Escola. Atualmente adaptada ao ensino das belas-artes, requerida a sua inspeção federal, cujo relatório constituiu um atestado do mérito da instituição, verificando o aproveitamento do ensino aqui ministrado, com a demonstração pública dos seus alunos, entre os quais se salientou o aluno gratuito Nicanor Raimundo da Silva, que, submetendo-se a concurso na Secretaria de Agricultura, obteve o 1.º lugar, realizada a "Quinzena da Arte", no ano p. passado, pondo em evidência o estabelecimento, salientando-se ainda a exposição de trabalhos escolares e finalmente o seu esforço em elevar a cultura artística do Estado, tudo habilita a instituição a apelar aos poderes públicos uma ajuda modesta e equitativa. O seu corpo docente, composto de artistas de mérito, homens de ciências, médicos, engenheiros e bacharéis, profissionais especializados e muitos dos quais professores em estabelecimentos de ensino superior, o critério do ensino adotado, o que poderá ser evidenciado a qualquer momento, constituem outro fator que encoraja a Escola de Belas-Artes de Pernambuco a despertar a atenção do Governo para este sonho que projetado desde 1888, por Herculano Ramos (arquiteto), ainda na monarquia, só em 1932 pôde surgir de modo tão altruístico para denegrir esta mancha de Pernambuco, quicá do Nordeste. Como se poderá conceber uma região que precisa se elevar cada vez mais, que precisa gravar a sua história, que precisa ter o sentido da arte, sem um instituto desta ordem? Pernambuco, como sempre, foi o paladino, ainda pelos característicos de sua gente, inteligência e persistência. Está armada a tenda. Vamos dar o brilho que merece, para honra e glória da época. E, ninguém melhor do que o atual detentor do poder público do Estado para dar as linhas fixas desta grande obra. Os obreiros aqui estão à espera de mais matéria prima.

Aquisição da sede. A direção do estabelecimento está acertando a aquisição do prédio onde se encontra pela importância de 120.000\$000. Mas, esta compra vai-se processar de modo penoso à instituição, pois, se fará com o produto das subvenções federais, que aliás sempre vêm atrasadas, dentro do prazo mínimo de cinco anos e ainda pagando juros da quantia não amortizada. Acha-se em mãos do Exmo. Sr. Presidente da República, convenientemente informado pelo Ministério da Educação, o processado de subvenção federal. Deixou a Escola de receber as subvenções de 1935 e 1936, de modo que, com a subvenção referente ao ano corrente, poderá haver um arbitramento de cerca de 58.000\$000, sendo que o deficit apresentado é de Cr\$ 44.199\$200 (ato 1936).

Permite-se a Congregação lembrar, na impossibilidade do Estado poder adquirir o prédio, entrar com a diferença e dispensar o impôsto de transmissão, o que é comum. O interesse do Estado junto ao Governo da União e a solução apresentada, resolveria este impasse que tanto embaraça a vida do estabelecimento.

Aparelhamento — Urge destacar que, sobre o seu aparelhamento didático, a Escola não tem o seu patrimônio censurável, ante os demais estabelecimentos de ensino do Estado. Uma escola de belas artes não é um museu de arte, haja vista o estabelecido na recente reforma do ensino, criando o Museu de Belas-Artes, separado da Escola Nacional. Mas, há necessidade de melhorar e ampliar certos ateliers e gabinetes. Dos ateliers, urge breve reforma, o de escultura. Para este caso, permite-se a Congregação lembrar o material existente no Liceu de Artes e Ofícios, estabelecimento com outra finalidade e que, mediante um justo entendimento, poderia passar à Escola de Belas-Artes. E' uma coleção de estatuária digna de melhor aproveitamento com outra finalidade. O atelier de artes decorativas e aplicadas, com cerca de vinte contos de réis, ficaria apto a prestar relevantes serviços ao Estado, oferecendo motivos nossos às diferentes indústrias, tecidos, móveis, louças, etc. A Pinacoteca, organizada com esforço próprio e sem vencer a indiferença do nosso meio provinciano, é preciso melhorá-la, pois, é fonte de estudo e observação; o seu salão de conferências, onde anualmente se realiza o curso de extensão universitária, necessita de ter melhor mobiliário, o que poderá se obter na Escola Técnica Profissional Masculina; a sua biblioteca, com cerca de 400 volumes, recentemente organizada, requer aumento de sua bagagem, e assim por diante. A Escola de Belas-Artes de Pernambuco, não quer fachada, luxo, desperdício; quer linhas, traços, eficiência, dando brilho a Pernambuco. Quer solucionar casos que estão embaraçando o prosseguimento de sua marcha de vitória, com modéstia e boa vontade.

Intercâmbio Cultural — Outro ponto, de real aproveitamento, constituindo intercâmbio de cultura, é a obrigatoriedade dos profissionais contratados, vindos do Sul, prestarem seus serviços à Escola, em condições idênticas aos nossos professores. Quer se referir a Congregação aos arquitetos que trabalham na Diretoria de Arquitetura. Os méritos destes moços ficam, de modo atual, adstritos à sua repartição; é preciso ir além, e campo melhor não existe do que uma casa de arte.

Diplomas Conferidos pela Escola — Para incentivo ao estudo das belas-artistas, está a merecer as vistas do douto Secretário do Interior, o ensino de desenho, pintura e modelagem nas escolas técnicas profissionais. A não ser alguns pintores, professores desta Escola que vêm ensinando em estabelecimentos desta natureza, existe até quem não tenha credenciais e outros que iniciaram o curso aqui e não terminaram ou

mesmo chegaram ao meio do curso. Necessita de regulamentação, como nas demais profissões. Assim, com êste objetivo de incentivar e dar o necessário valor a tão úteis disciplinas, lembra a Congregação, a determinação desta Secretaria, no sentido de só nomear professores, pessoas que possuam diplomas da Escola de Belas-Artes de Pernambuco ou institutos congêneres.

Vencimentos de Professores — O que vem se verificando, neste assunto, na Escola de Belas-Artes de Pernambuco, constitui no Estado, e talvez no Brasil, um exemplo que enaltece a nossa terra, pois, acêrca de cinco anos, nada recebe o seu professorado. No entretanto, os seus alunos, numa quota bem pronunciada, estão prestando serviços em repartições de engenharia, tendo a direção da Escola autorização para admitir alunos gratuitos indicados pelo Estado e Município do Recife, o que vem obedecendo.

De acôrdo com a sua despesa e receita, organizou o quadro abaixo, dentro da maior economia possível:

DESPESA[illegible]

Receita

Matriculas e rematriculas	8.000\$000
Subvenção federal	18.000\$000
Subvenção estadual	5.400\$000
Subvenção municipal	4.800\$000
	<hr/>
	36.200\$000

DEFICIT — 38.500\$000

Em resumo: O Estado precisa aumentar a sua subvenção de 38.500\$000 ou seja, 43.900\$000. Digamos 50.000\$000, a subvenção com que se poderia levar a Escola para diante, honrando as nossas tradições.

A solução mais pronta e eficiente, seria esta importância ser dividida entre o Estado e a Prefeitura do Recife, a quem tanto deve interessar esta Escola, equitativamente.

O Estado daria 24.650\$000, anualmente, ou 2.054\$100 por mês.

A Prefeitura, 24.050\$000, anualmente, ou 2.004\$200 por mês.

Esta é a prática mais segura para evitar crises ao estabelecimento.

Há a lembrança do auxílio dos demais municípios do Estado. Muito há a receiar, dada a mentalidade existente, e mesmo sujeitos a situações deficitárias

E, então, considerando 83 municípios, poderia se estabelecer a proporção seguinte: municípios que tivessem orçamento superior a 100.000\$000, ou a partir desta importância, dariam 400\$000, anualmente, e inferior àquela importância, 200\$000. Assim teríamos:

39 municípios a 400\$000	15.000\$600
44 municípios a 200\$000	8.800\$000
	<hr/>
	24.400\$000

O deficit do orçamento ficaria reduzido a 14.100\$000, passando a subvenção do Estado a 12.450\$000, anualmente, e a Prefeitura, 11.850\$000.

Mas, é preferível, a primeira solução, que não constituirá grande encargo ao Estado e à Prefeitura.

Eis Ilmo. e D.D. Sr. Dr. Secretário do Interior, o que quer a Escola de Belas-Artes de Pernambuco: cerca de 2.000\$000, mensais, do Governo do Estado, da Prefeitura do Recife.

Para manter uma obra tão grande, tão enaltecedora, não é vultoso o auxílio: mais valem as nossas tradições, o nome de Pernambuco, que tanto se tem destacado em amparo às instituições de ensino, nos últimos tempos.

O esforço e a abnegação dos seus dirigentes, do seu professorado tem sido imensurável; mas, o tempo passa e tudo marcha, e vem naturalmente, o desânimo, e a obra poderá ruir, arrastando o nome de Pernambuco. Não, isto só poderá constituir hipótese. O seu Governo, tendo na Secretaria do ensino, um homem culto e independente, dará ainda a vitória a Pernambuco, nesta batalha de cinco anos.

Com esta exposição, a Congregação da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, espera ver resolvida a situação do estabelecimento, pedindo ao Ilustre Secretario do Interior se dignar vir ao seu solar apreciar de perto a veracidade das alegações acima explanadas, prevalecendo-se, assim, com mais esta testemunha valiosa.

A ESCOLA DE BELAS-ARTES PEDE UM AUXÍLIO À CAMARA MUNICIPAL

Com essa subvenção, pretende reformar o prédio e introduzir outros melhoramentos.

A Câmara Municipal, a direção da Escola de Belas-Artes dirigiu o seguinte memorial:

“A ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO, grata ao amparo que lhe deu a Prefeitura do Recife, através do ilustre homem público que é o dr. João Pereira Borges, demonstrando sempre nítida compreensão da alta finalidade de um estabelecimento de arte no desenvolvimento de um povo, dirige-se agora, a essa egrégia Câmara, que tão honradamente tem sabido corresponder à confiança dos seus edis, no sentido de conceder-lhe um auxílio de cinquenta contos de réis.

O governo do Estado, num exemplo que bem o define, concedeu-lhe, para aumento do patrimônio, duzentos contos de réis, representados por apólices da dívida do Estado, suprimindo em parte, uma das suas necessidades, pois, fêz incluir isso no relatório de inspeção federal, enviado ao Ministério de Educação.

E' um estabelecimento de ensino superior e que tem merecido o apoio de tôdas as clases, sendo oportuno, uma adaptação mais própria, para alcançar dêste modo, o objetivo desejado.

A quantia que solicita se destina à ampliação dos seus gabinetes, museus, ateliers, pinacoteca e biblioteca, afora reforma e adaptações em seu prédio. Visa também com isso, aparelhar-se convenientemente para fazer parte integrante da futura Universidade que Pernambuco terá. Não pede, portanto, para os seus professores, porque êstes não percebem remuneração, mas para a sua manutenção, querendo desta maneira, elevar e dignificar Pernambuco.

E' necessário acrescer, que nos seus vários cursos estão alunos gratuitos, enviados pelos governos do Município e do Estado, alias, obtendo singular aproveitamento e muitos dos quais servindo em repartições públicas, como pode ser constatado.

Provas também de sua eficiência, estão nos seus albuns de impressões de visitantes ilustres, nomes que se impõem na ciência, nas letras e nas artes e ainda mais nos recortes de jornais da terra e da metrópole.

A Câmara Municipal do Recife, que tem sabido com elevação, prestar contas de todos os seus atos, como aconteceu há pouco, demonstrando honestamente a aplicação dos dinheiros públicos, virá ao encontro de tal solicitação.

Assim, permite-se enviar à Câmara Municipal, a presente, esperando que a mesma se digne atender-lhe justa pretensão.

Recife, 11 de maio de 1937.

a) Joel Galvão — diretor.

Do "Diário de Pernambuco", de 3.6.1937.

N.º 86

A Comissão de Fazenda e Orçamento foram presentes os memoriais da Escola de Belas-Artes de Pernambuco solicitando do Município do Recife a concessão de um auxílio de 50.000\$000 para ampliação dos seus gabinetes, museus, ateliers, pinacoteca e biblioteca, afora reforma e adaptação do seu prédio, alegando que o Governo do Estado para aumento do seu patrimônio, já concedeu 200.000\$000 representados em apólices da dívida pública do Estado.

A Comissão com quanto tenha o maior desejo de cooperar para o engrandecimento de uma instituição que deve merecer o apóio e a simpatia dos poderes públicos, pois visa dar maior lustre às tradições de cultura artística do nosso Estado.

E' de parecer que, não existindo na lei orçamentária vigente dotação para ocorrer à despesa da verba ora solicitada.

E' de parecer que sôbre o assunto se aguarde a elaboração da lei meios para o exercício vindouro.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, em 16 de agosto de 1937.

aa) Zeferino Lima

José Teixeira Leite

O QUE É E O QUE PODE SER A ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO

Numa entrevista coletiva à imprensa, o seu diretor, engenheiro Joel Galvão, fixa o papel que esse estabelecimento tem a desempenhar na vida universitária de Pernambuco.

O engenheiro Joel Galvão, em entrevista coletiva à imprensa, assim se referiu à obra que realizou a Escola de Belas-Artes de Pernambuco e o muito que poderá fazer.

Mais uma jornada, vencida, jornada de alta significação, de verdadeira brasilidade. Isto que vou dizer, é de uso coletivo à imprensa, que sempre nos prestou a sua decidida colaboração.

Foi em março de 1936, que buscado pelos bons amigos Jayme Oliveira, Emilio Franzozzi (este, hoje em São Paulo) e Murilo La Greca, a quem não faltou a integral solidariedade dos demais companheiros de Congregação, assumi a direção deste estabelecimento, num período grave de sua vida, talvez, quase de extermínio.

Para completar o tempo de diretoria do meu antecessor: três meses. Reeleito em 1 de junho do mesmo ano, aceitei por me serem conferidos amplos poderes. Uma espécie de ditadura. Nessa ocasião declarava em reunião de Congregação, que desejaria dos meus companheiros somente o máximo interesse pelas suas cátedras, do que dependeria o bom nome da casa; do mais, eu me encarregaria.

INICIANDO A TAREFA

Iniciei minha tarefa, estabelecendo a maior coordenação possível entre a Escola, o público e os poderes públicos do nosso Estado, dos demais e do governo federal.

Propaganda, meu amigo! E' preciso que toda essa gente veja que aqui existe a idéia, o projeto e para que não dizer, com segurança? a franca execução de um traçado.

O que a Escola de Belas-Artes tem menos que as demais? Verbas. Isto virá. Não é possível, como já disse, que uma idéia pensada em 1888, pelo saudoso arquiteto Herculano Ramos, que imaginou uma organização didática com perfeito contacto com o que se faz hoje e até planta de edificio traçou, não tenha execução numa época em que o plano geral de urbanismo do Recife se estuda e se inicia a executar. Não é crível.

Sem artistas, sem plástica, sem arquitetura, é impossível. Não podemos continuar com foros de civilizados, com casinhas enfeitadas e nas paredes bloks do Natal e figuras do Hollywood... De modo, voltando ao fio da meada, era preciso divulgar o que fazemos aqui e o que somos. E à Escola chegaram os aplausos e o apóio público e o dos governos redobrou.

Promovi uma campanha em prol da Biblioteca e da Pinacoteca, no Estado, estendendo-me até Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Obtive várias obras e livros, afora farta correspondência. Do pintor Teodoro Braga, nortista que ama a sua região e atual diretor da Escola de Belas-Artes de São Paulo, uma amistosa carta, donde se destaca: "Não me negarei a consultar, a um por um, se desejam colaborar nessa obra de congraçamento artístico, mas para isto o modo deverá ser o mais criterioso possível".

Realizei a "Quinzena da Arte", que a imprensa deu a merecida divulgação. A nossa exposição de trabalhos escolares teve a assistência de inúmeras pessoas, inclusive elementos de destacada atuação no assunto. O sr. Carlos de Lima, que ao lado de Antônio de Góis, tanto nos ajudou a armar a tenda, deu a honra de sua presença à sessão solene, com palavras de solidariedade; o engenheiro Pereira Borges, prefeito do Recife, inaugurou a exposição e teve a satisfação, como bem o disse, de conviver conosco por largas horas, e ainda de programa, salientaram-se as palestras no Rádio Club, pelos professores Mário Túlio, José Estelita e Frei Matias Téves.

E ainda realizamos uma excursão a Olinda, às obras de arte e monumentos históricos, e mais um almôço à imprensa, realizado em nosso parque. Antes destas festividades, houve a abertura dos cursos com a preleção do mestre pelo professor Adalberto Marroquim e concretização de um antigo projeto, sempre retardado: a aposição do retrato de um dos mais esforçados fundadores do estabelecimento, o saudoso arquiteto Luís Mateus Ferreira. A sua família quis nos honrar com um alto gesto, ofertando a ótima biblioteca do companheiro desaparecido à Escola, com 66 obras.

A ESCOLA SOB INSPEÇÃO PRÉVIA

Solicitei a inspeção prévia ao Ministro da Educação, para obter a inspeção preliminar. O relatório apresentado pelo inspetor designado, organizado com dados colhidos no estabelecimento, constitui um precioso documento para a instituição. Dentre as suas declarações, destacam-se: "A impressão que me deixou a Escola de Belas-Artes de Per-

nambuco foi francamente das melhores. Trata-se de um esforço notável em benefício das nossas incipientes tentativas de cultura, sobretudo numa hora em que, sem exageros, podemos considerar inexistente o ensino secundário e superior do Brasil. A não ser as exceções que servem para confirmar a regra geral das faculdades de Engenharia e uma outra dos demais cursos superiores, não haverá contestação possível quanto a verdadeira decomposição em que êle se encontra, na maior parte, pelo regime da incompetência e da imoralidade reinante no estabelecimento, equiparados.

Se os seus diretores mantiverem a linha da moralidade e seleção de valores de que se não afastaram até êste momento, estou certo que a Escola será de maior utilidade num meio em que as belas artes, se excetuarmos a música, reclamam, com eficiência, e amparo dos poderes públicos.

A Escola já possui o seu Patrimônio legal e está instalada num edificio que atende às suas necessidades situado numa das melhores zonas da cidade, recuada da via pública, e que constitui, forçosamente, um dos requisitos, essenciais para a boa colocação de um estabelecimento dessa natureza”.

Infelizmente, ainda não teve solução final, mas está em andamento, dadas as nossas condições de vida. A Escola de Belas-Artes de Pernambuco, pode asseverar, segue o mais escrupuloso regime de ensino. As nossas portas estão abertas para qualquer verificação.

A imprensa teve ocasião de ver como se processam os documentos de provas parciais. Só tem ingresso nesta casa quem apresentar documentos que satisfaçam às exigências de ensino em vigor. Agora mesmo um môço bastante aplicado, filho de um distinto professor da Escola, não pôde aqui ingressar, e note-se, talvez não lhe seja difícil fazê-lo por intermédio do Ministério, pois é uma questão de ordem. Temos em conta, frequência, número de trabalhos escolares e provas parciais, e a perfeita aplicação do que se adota na Escola Nacional.

Um dos maiores serviços que consegui levar adiante e realizá-lo, com observações em institutos congêneres, feitas por um professor nosso, foi o novo Regulamento, incluindo o próprio regimento, sendo de destacar a parte que trata do regimen didático adotado. Podemos afirmar que temos uma verdadeira tábua de Moysés. E havemos de segui-la...

Devo nesta fala, tocar um assunto de grande mérito para o instituto — o seu professorado. Senão vejamos.

O PROFESSORADO

Os professores José Estelita de Barros e Silva, Newton da Silva Maia, Nestor Moreira Reis e Joaquim Cardoso, são engenheiros civis e professores da Escola de Engenharia de Pernambuco. Joel Francisco Jayme Galvão, Rodolfo Lira, Edgar Gonçalves de Amorim, Domingos da Silva Ferreira e Oscar Ferreira da Silva, são engenheiros civis formados pela Escola de Engenharia de Pernambuco. Todos êsses engenheiros são regulamentados pelo decreto n. 23.569, pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, da 2a. Região. O professor João Correia Lima é arquiteto diplomado pela Escola Nacional de Belas-Artes e tem o seu título regulamentado pelo decreto acima. Em idénticas condições também se encontra o professor Carlos Fest, arquiteto pela Escola Politécnica Real de Hannover (Alemanha).

Os professores João Alfredo da Costa Lima e Otávio Leite Moreira, são médicos, sendo o primeiro lente da Faculdade de Medicina de Pernambuco e o segundo fiscal da mesma. Os professores Luís Cedro Carneiro Leão, José Maria C. Albuquerque, Mário Carneiro do Rêgo Melo e Adalberto Afonso Marroquim, são bacharéis pela Faculdade de Direito de Pernambuco, exercendo a advocacia, registrados no Instituto da Ordem dos Advogados. O segundo é diretor da Biblioteca Pública do Estado e também do Museu. O professor Mário Melo exerce o magistério nesta cidade, como catedrático da Faculdade de Comércio e o professor Adalberto Marroquim foi diretor da Educação do Estado de Alagoas e professor da Escola Normal do mesmo Estado. Os professores Heitor Maia Filho e Abelardo Gama têm as suas carteiras regulamentadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, pelo decreto 23.569. O pintor, professor Alvaro Amorim, leciona na Escola Técnica Profissional Masculina, Escola de Aperfeiçoamento e Ginásio Vera Cruz. Tem medalhas de prata e bronze em duas exposições municipais. O pintor Mário Lima Castro Nunes, é catedrático desta Escola, da cadeira de Paisagem e ensina na Escola Doméstica, Escola Normal Pinto Júnior, Instituto Carneiro Leão. Obteve medalha de bronze em 1927 e de prata em 1930, conseguindo também o Grande Prêmio do Estado de Pernambuco, todos no Salão Oficial de Belas-Artes. O pintor professor Mário Túlio, estudou em Veneza, onde obteve três medalhas de prata e menção honrosa, uma medalha de prata e uma de bronze no Salão Nacional de Belas Artes, e professor também da Escola Técnico Profissional Masculina. O pintor sacro e vitralista Henrique Moser, exerce nesta Escola a cadeira de Artes Decorativas. Fêz os seus estudos na Real Academia de Belas-Artes da Baviera, obteve medalha de ouro na Exposição do Centenário em 1922. A pintora Fédora Monteiro Fernandes realizou os seus estudos no Rio de Janeiro e em Paris, na Escola Nacional de Belas-Artes e Academia Julien, respectiva-

mente. Foi premiada com medalha de prata no Salão Nacional, no Rio de Janeiro e menção honrosa no "Salon de l'art et la femme", de Paris. O pintor professor Baltasar da Câmara, é medalhado também, tendo obtido ainda, menção honrosa em vários dos seus trabalhos, inclusive "Mãe e Pátria", "Quem dá aos pobres, empresta a Deus". Exerce o professorado em vários colégios equiparados, entre os quais Liceu Pernambucano, Ginásio Oswaldo Cruz e Escola Normal Pinto Júnior. Bibiano Silva, professor catedrático de Escultura. E' diplomado pela Escola Nacional de Belas-Artes. Concorreu ao prêmio de viagem à Europa. Tem obras em vários museus do país. Autor de vários monumentos públicos.

Casemiro Correia, professor desta Escola, fêz o seu curso de modelador na Escola Nacional de Belas-Artes. Tem executado varias obras de destaque. O pintor, professor Murilo La Greca, estudou no Real Instituto de Belas-Artes, em Roma. Expondo no Salão de Belas-Artes, um dos seus quadros "Fanáticos de Canudos", conseguiu medalha de prata. Foi últimamente à Suíça, representar esta Escola, no Congresso Internacional de História da Arte, expôs com singular êxito os seus quadros. Executou vários trabalhos, que se encontram em varias pinacotecas. Manuel Augusto dos Santos, professor desta Escola, fêz os seus estudos iniciais no Brasil, tendo logo após seguido para a Europa, frequentando os grandes conservatórios da França e Alemanha. E' catedrático do Conservatório Pernambucano de Música e vice-diretor perpétuo do Conservatório da Bahia. Frei Matias Téves, professor de Estética desta Escola, é da ordem franciscana; lente de filosofia do curso de filosofia do convento de São Francisco (Olinda). Mentor artístico de várias obras de arte, especialmente templos religiosos. Mais alguns licenciados e em disponibilidade, todos figuras de renome, prestam serviços como professores assistentes: engenheiros Isaac Moura e Pelopidas Silveira, o primeiro, diretor da Escola de Artífices e o segundo, professor da Escola de Engenharia.

A EFICIÊNCIA DA ESCOLA

Outro ponto a refletir: tem a Escola provas de sua eficiência? Vejamos: Margarida Volker, aluna concluindo este ano, demonstração mais evidente do ensino da Escola. Surpreendeu a todos. Estímulo aos demais, pois, é prova do quanto serve à disciplina, ao estudo. E' comum vê-la, ou nos ateliers, ou na Biblioteca, observando, trabalhando, estudando. Aurora Lima, concluinte de escultura. Espirito indisciplinado ao método, mas indiscutível vocação artística; já tem seu nome nos meios de arte. Maria Alice Lira, aluna livre do Curso de Pintura, pendor evi-

dente em cópias. Tem ótimos trabalhos em Natureza Morta e em retratos. Carlos Amorim, por demais conhecido, também indisciplinado ao método, talvez, pela tendência que possui. Já tem apresentado boas telas de Natureza Morta e mesmo composição. Nicanor Raimundo da Silva, aluno gratuito — pelas suas condições de vida, um dos mais velhos da casa; hoje ocupa um bom lugar na Secretaria de Agricultura, graças ao primeiro lugar que conseguiu em um concurso realizado. E' do curso de Pintura. Israel Feldman, ótimo aluno do curso de Arquitetura, presta seus serviços à firma R. Borrione especializando-se em concreto armado. José Ferreira da Silva, subvencionado pelo govêrno do Estado, 1.º ano de Escultura, paupérrimo, ingressando na Escola, gratuitamente. E' a mais nítida vocação artística. Obediente e trabalhador, Fernando Menezes, aluno do Curso de Escultura, outra tendência plenamente vitoriosa. E, assim por diante.

Muitos alunos já estão trabalhando, dando brilho a esta casa. George Goldberg e Dedrano de Andrade Lima, na Secretaria de Agricultura; Gilvan Acióli Lins, da Diretoria de Obras Públicas; Romeu Pais, na Prefeitura do Recife; Sarah Rabin, na Diretoria de Arquitetura e outros.

E isto, meu amigo, com tão pouco tempo de vida, ou antes, de disciplinado estudo. Você sabe, arte não é ser doutor.

E' preciso o aluno fazer o atelier a sua primeira casa, sem o que não progride, não aproveita a vocação. Será um desnorteado, sujeito a insucessos. E' o meu maior trabalho à frente da Escola: educar ao amor ao atelier.

No presente ano realizou-se também a abertura dos cursos, cuja preleção foi efetuada por Frei Matias Téves, com a presença de destacados elementos dos nossos meios culturais, artísticos e sociais.

Devido a alguns impasses surgidos, transferimos o concêrto que integraria a "Quinzena da Arte", para janeiro dêste ano, o que foi resolvido, marcando um êxito incomum, sendo, sem dúvida, a inauguração da temporada musical de 1937. Foi mesmo um concêrto de arte, cujo brilho muito se deve ao maestro Fittipaldi, ao Rádio Clube, ao maestro Manuel Augusto e outros elementos que emprestaram o realce do seu nome.

A Escola mantém, como sabe, os cursos de Pintura, Arquitetura, Escultura e Gravura. Há cursos seriados, com diplomas finais, e cursos livres, concedendo ou não, diplomas. Além dêstes, criei, mediante aprovação do Conselho Técnico, os cursos práticos, de grande finalidade, para experimentar tendências. Não há responsabilidade da parte da Escola, como nos outros cursos. Por exemplo, o aluno do Ginásio Pernambucano tem tendência pelo desenho. Ingressa na Escola (pois não há exigência tão precisa de idade) e ao terminar o seu curso ginásial,

poderá ingressar no Curso de Arquitetura ou de Pintura, por exemplo, com mais acerto e gosto. Vence mais depressa. Fiz larga propaganda destes cursos junto aos estabelecimentos de ensino secundário e superior.

Tenho realizado, como vê, melhoramentos em vários **ateliers** e outras dependências. Pintura interna e caiação, adaptação de salas, compra de material didático, organização de **atelier** de Escultura, da Biblioteca, com novo mobiliário e obras de arte, no valor de cinco contos de réis.

Reorganização da pinacoteca; pintura sob a direção do professor Baltasar da Câmara, aquisição de quadros, por compra e doação, e estou providenciando a aquisição do mobiliário necessário, pois, aí irá funcionar o salão nobre.

UM LARGO PROGRAMA A CUMPRIR

Tenho um largo programa a cumprir e estou confiado em fazê-lo.

Entreguei ao velho amigo da casa, o íntegro Dr. Luís Delgado, um memorial assinado por toda a Congregação, sobre o assunto. Não queremos luxo nem fachada. Queremos justiça, retribuição a este esforço dos homens de espírito que aqui mourejam.

Consegui da Câmara Estadual, para que tanto trabalharam os deputados Livino Pinheiro, nosso companheiro de lutas de fundação da Escola, o **leader** Arsênio Meira e o saudoso Souto Filho, a votação unânime de um patrimônio de 200.000\$000, que mereceu franco apóio do digno governador do Estado. Infelizmente, não foram dados os juros. A Congregação vem de apelar ao dr. Carlos de Lima que, como sempre, nos fará a justiça, como se fez com a Faculdade de Medicina.

O prefeito Pereira Borges aumentou de 200\$000, a subvenção municipal.

Mas continuamos a lutar com todas as dificuldades, que esperamos vencer este ano. Tem a Escola 5.400\$000, do Estado e 4.800\$000, da Prefeitura. A demonstração acima dos nossos serviços prestados com todo desinteresse faz manter a esperança que este estado de coisas vai modificar-se.

Fiz também uma propaganda pelos municípios demais, mas vai aos poucos, como é fácil compreender.

Tenho também, já aprovado pelo Conselho Técnico, o programa de aulas práticas e excursões de estudo, com exercícios, levantamentos de obras de arte, etc. Já está em execução. Veja como isto tudo é tão grande, de tanto civismo, conhecendo os nossos costumes, a nossa história e os nossos artistas que se foram. Pois bem, esta obra tão grande e que faz este ambiente tão interessante, como a da Escola de Belas-Artes, é que é preciso ser realizada com mais intensidade, para o que neste dia de comemoração tão grata, em nome da Escola, eu apelo a todos para tomar parte neste trabalho de verdadeiro patriotismo.

Do "Diário de Pernambuco" de 20.8.1937.

Recife, 24 de janeiro de 1938.

Ilustre amigo

Professor Barreto Campelo.

Voltando novamente à sua presença, faço-o movido por circunstâncias que estão exigindo de mim e, de V. S. principalmente, pela irradiação que tem nos centros culturais daí, um esforço para solidificação de uma obra.

E' do conhecimento do ilustre amigo o pedido de inspeção federal que fez a Escola de Belas-Artes de Pernambuco e que para tal fim o nosso companheiro prof. Luís Cedro se comunicou com V. S.

Agora, porém, estou seguramente informado que o processado da Escola subirá em fevereiro próximo para devida discussão, ao Conselho Nacional de Educação e de cuja aprovação vai depender a estabilidade deste estabelecimento, que vem de modo inatural, difundindo o ensino das belas-artes.

Pernambuco cogita de criar a sua Universidade, porém se não avançou nesse intento é porque uma das partes integrantes, a Escola de Belas-Artes, ainda continua sem inspeção. E não deixa de ser uma louvável idéia de se dar à metrópole do Norte aquilo que ela tem direito, direito aliás outorgado pelo seu elevado grau de cultura.

Além disto, todo o Norte se vê a braços com a falta de arquitetos. As cidades que se renovam, sem planos de urbanismo e etc. importam profissionais do sul ou do estrangeiro e isto é bem chocante para quem possui foros de cultura. Enquanto isto, a nossa Escola tem estudantes

em conclusão do curso, com bastante capacidade para executar tais planos e que, infelizmente, ao saírem daqui não o podem fazer, em face do estabelecimento não ser inspecionado, nascendo daí a dificuldade de regulamentar a sua profissão.

O Norte também se ressentido de escultores e estes já temos preparados. Quanto aos pintores, possuímos com tendências naturais, talentosos, porém carecendo de disciplina e cultura, o que lhes proporcionamos.

Esta exposição que faço ao prezado amigo, mostra o índice da nossa eficiência, até hoje, infelizmente incompreendida pelos poderes públicos, porém que não passou a oportunidade de alertá-los, identificando-os com a obra promissora que se realiza. E neste particular, os poderes públicos estão representados pelos doutos membros do Conselho Nacional de Educação, a quem, neste momento cabe o interesse na defesa de uma instituição que se vem mantendo através de cinco anos de ingentes sacrifícios.

Assim, reservo a V. S. como fundador desta casa, o direito de trabalhar junto aos seus amigos, entre os quais, o dr. Alceu Amoroso Lima, que por si procurado mostrou-se solícito em nos auxiliar, tanto que escreveu á Diretoria desta Escola, oferecendo os seus préstimos, para termos deferido o nosso requerimento de inspeção preliminar.

Na ausência de outro qualquer assunto, no momento, subscreve-se antecipadamente agradecido.

o amigo e admirador

a) Joel Galvão

diretor

Recife, 24 de janeiro de 1938.

Prezado amigo, Prof. Aníbal Freire

Coerente ainda com a idéia que abracei da defesa desta instituição, é que venho novamente à sua presença para solicitar todo o seu apoio a uma causa digna por todos os aspectos.

Anteriormente, isto é, no ano p. passado, escrevi a V. S. encarecendo todo o seu esforço, no sentido de olhar com carinho para o caso da inspeção preliminar da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, o que estava afeto ao Conselho Nacional de Educação. Entretanto, o nosso processado somente agora em fevereiro deverá subir àquela côrte de ensino, da qual V. S. é uma das figuras proeminentes e para quem reiteremos o pedido de dar ao assunto o acolhimento preciso, procurando defender os interesses dêste estabelecimento.

Aqui em Pernambuco, como V. S. não ignora, superlotam-se de alunos as faculdades de Direito e Medicina, donde saem anualmente centenas de diplomados, enquanto a Escola de Belas-Artes não conseguiu ainda uma dezena e isto em virtude de encontrar-se sem oficialização, provindo daí a abstenção dos candidatos às nossas matrículas.

A Escola mantém os cursos de Arquitetura, Pintura, Escultura e Gravura, e, se não estende mais o seu raio de ação, é devido às dificuldades decorrentes do exposto. E logo que lhe sejam reservados direitos próprios, o seu padrão de vida tomará novo vulto e daí então, teremos profissionais que exercerão as suas atividades, sem infringirem as leis em vigor.

E' bem deplorável ver-se que o Norte, quando deseja ampliar ou criar os seus planos de urbanização, recorra aos arquitetos do sul ou do estrangeiro, isto porque, não é que sejam mais competentes dos que os saídos da nossa Escola de Belas-Artes e sim por se encontrarem inabilitados ao exercício da vida prática, à falta de regulamentação profissional, o que lhes é facultado, quando diplomados por escolas equiparadas.

Agora, permito-me esclarecer a V. S. como se encontra o caso da inspeção da nossa Escola.

Após a remessa do nosso relatório, a Diretoria Geral do Ensino requereu ao fiscal informações acêrca do registro dos professores e certificados do curso secundário dos alunos. Quanto à primeira parte, urge acrescer que os nossos professores, na sua maioria, exercem o magistério nas escolas superiores daqui e mesmo os que não estejam registrados poderão fazê-lo durante o período da inspeção preliminar, que permite justamente a instituição normalizar-se.

Em referência à segunda parte, tenho a esclarecer, que muitos alunos possuem certificados do curso secundário e os que ingressaram sem êsse requisito, fizeram um exame de admissão, igual ao exigido antigamente na Escola Nacional de Belas-Artes e ainda mais, cursaram durante um ano um Curso Anexo, que mantinhamos, para o seu necessário preparo. Verifica-se por aí, que tudo indica o cumprimento ri-

goroso que tivemos, no período inicial desta Escola, auscultando tendências para adaptá-las convenientemente às profissões.

Diante do exposto, espero do prezado amigo todo interesse possível, aproveitando o ensejo para reiterar os meus protestos de estima e elevada **admiração**.

a) Joel Galvão

diretor.

EXMO. SR. DR. GETÚLIO VARGAS

DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO, fundada e mantida pelo idealismo sadio de um punhado de cultores da Arte, vem, de há seis anos, funcionando com uma eficiência de tal sorte reconhecida pelas autoridades administrativas e pelo público, que já conseguiu do Governo Federal a Inspeção prévia a que fazia jus.

Infelizmente, no regimen passado, não foi de todo reconhecido o alcance e o fator cultural do importante estabelecimento superior de ensino, que agora está a merecer as providências de ordem administrativa necessárias ao seu perfeito desenvolvimento.

Os altos dirigentes do País, desejosos de incentivar e prestigiar o ensino técnico-profissional no território brasileiro como uma das medidas renovadoras e de larga visão a que se propõe o Estado Novo, inspirados numa orientação social e patrioticamente superior, convergirão, decerto, as suas atenções não somente para as necessidades econômicas, mas, também, para a expansão dos seus valores culturais.

Constitui motivo de aplausos o artigo n. 188 da nova Constituição, que, falando da Arte, da ciência e seu ensino, diz: "A arte, a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, públicas ou particulares. E' dever do Estado contribuir, diretamente e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino".

Percebe-se, perfeitamente, através dessa afirmação categórica o espírito elevado, clarividente e decidido do notável estadista que preside aos destinos do Brasil, não hesitando em estabelecer como "dever do

Estado" o que dantes era obtido apenas como favor, e proclamando a supremacia dos valores culturais, que, outrora, não passavam de objeto quase secundário das considerações do governo.

Reconhecendo no espírito luminoso e firme de V. Excia. a melhor garantia para o soerguimento intelectual da Nação, a Escola de Belas-Artes de Pernambuco, espera merecer do Governo Brasileiro os auxílios de que tanto carece, para trabalhar, em vários setores da atividade humana, no preparo de verdadeiros profissionais, que sirvam de alavanca na obra do engrandecimento pátrio.

Recife, 31 de janeiro de 1938.

aa) Joel F. Jayme Galvão
Frei Matias Téves, O.F.M.
José Estelita
Mario Nunes
Domingos Ferreira
Henrique Moser
Heitor Maia Filho
Nestor Moreira Reis
Álvaro Amorim
José Maria C. de Albuquerque
Baltazar Dornelas Câmara
Joaquim Cardoso
João Correia Lima
Mário Melo
Pelópidas Silveira
Oscar Ferreira da Silva
Edgar G. d'Amorim
João Alfredo
Fédora R. Monteiro Fernandes.

ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO

Homenagem ao seu Diretor

Realizou-se no dia 22 do corrente a reunião da Congregação desta instituição. Foi lido o relatório referente à vida escolar do ano p. passado, tendo o professor Frei Matias Téves pedido aos seus pares um voto de aplauso à gestão do atual diretor, engenheiro Joel Galvão, pela habilidade e interesse demonstrados, conseguindo adquirir o prédio, melhorar o material didático, adaptar o ensino convenientemente e divul-

gar o nome do estabelecimento. Unânimemente, foi aprovada a proposta, tendo o engenheiro Joel Galvão agradecido a homenagem, dizendo que aquêlê voto dividia com os demais companheiros, entre os quais se destacava o seu esforçado cooperador, autor da proposta.

Entre outros assuntos de interêsse da instituição, foi objeto de cogitação a abertura dos cursos, ficando resolvida a realização de uma sessão solene no dia 16 de março vindouro, fazendo a preleção do mestre, o engenheiro José Estelita, professor de Urbanismo.

"Jornal Pequeno" de 23.2.1938.

Recife, 12 de fevereiro de 1938.

Illmo. Snr.

Diretor da Escola Nacional de Belas-Artes

A Escola de Belas-Artes de Pernambuco, na impossibilidade de adquirir modelos clássicos ou de outro qualquer estilo, não só por falta de verba como também por não existir no País, e ainda, sabendo que a Escola Nacional de Belas-Artes possui vários sem utilidade à mesma, encarece à referida instituição lhe ceder, gratuitamente, visto tratar-se de uma instituição congênere.

Dado o espírito elevado desta solicitação, antecipo-vos os mais cor-deais agradecimentos com os protestos de admiração e estima.

a) Joel Galvão

Diretor

PARECERES DA 1.ª e 2.ª INSPEÇÃO

1.ª Inspeção:

"A impressão que me deixou a Escola de Belas-Artes de Pernambuco foi, francamente, das melhores. Trata-se de esforço notável em benefício das nossas incipientes tentativas de cultura, sobretudo numa hora em que, sem exageros, podemos considerar inexistente o ensino secundário e superior no Brasil. A não ser as exceções que servem para confirmar a regra geral das Faculdades de Engenharia e outra dos

demais cursos superiores, não haverá contestação possível quanto à verdadeira decomposição em que êle se encontra, na maior parte, pelo regime da incompetência e da imoralidade reinantes nos estabelecimentos equiparados. Se os seus diretores mantiverem a linha de moralidade e seleção de valores de que se não afastaram até êste momento, estou certo que a Escola será de maior utilidade num meio em que as Belas-Artes, se excetuarmos a música, reclamam o amparo dos poderes públicos.

"A Escola já possui o seu patrimônio legal e está instalada num edificio que atende às suas necessidades, situado numa das melhores zonas da cidade, recuado da via pública, o que constitui, forçosamente um dos requisitos essenciais para a boa colocação de um estabelecimento dessa natureza.

"Queira V. Excia. receber os meus protestos de mais subida consideração".

Recife, 9 de janeiro de 1937.

a) José Campelo
Inspetor

Parecer da 2.^a Inspeção:

"Da verificação referente à situação da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, situação que a comissão abaixo assinada procurou expor e documentar objetivamente no presente relatório e seus anexos, pode-se chegar às seguintes conclusões:

I — A E.B.A.P. dispõe de instalações e material didático suficiente, sob o ponto de vista pedagógico para os ensinos dos cursos ministrados.

II — Embora disponha de prédio, de algum patrimônio e de apoio material dos poderes públicos, sua situação financeira atual só é equilibrada, graças à dedicação do seu corpo docente que, vem ministrando as disciplinas independentemente de remuneração pecuniária.

III — É regular o seu aparelhamento administrativo, assim como a sua escrituração financeira atual.

IV — Sua organização administrativa e didática obedece às prescrições da legislação federal relativa ao instituto congênere.

V — Os professores das disciplinas privativas do curso de Arquitetura (com a exceção referida na pg. 20 mantida ad referendum do

Conselho Nacional de Educação, nos termos da ata, cuja cópia se encontra anexa, pg. 107), tem todos êles seus diplomas devidamente registrados no D.N.E.. Os professores das demais cadeiras, ou estão nas mesmas condições, ou são artistas de projeção regional ou nacional, já lhes tendo sido concedidas recompensas oficiais por trabalhos expostos.

VI — em recente deliberação foram fixados os limites de matrículas nos vários anos de cada curso. O total (229) corresponde à capacidade didática das atuais instalações.

VII — Os alunos cuja matrícula foi mantida como válida e regular têm seus cursos secundários legalmente reconhecidos pelo Governo Federal. A matrícula dos demais alunos foi mantida a título precário, ad referendum do C.N.E. nos termos constantes da ata cuja cópia se encontra anexa, (pg. 107).

VIII — É fora de dúvida que Recife possui as condições culturais exigidas para funcionamento de uma Escola de Belas-Artes. A manutenção dos cursos da E.B.A.P. é de manifesta utilidade sob o ponto de vista profissional e cultural.

Recife, 26 de novembro de 1938.

aa) José Campelo
Manuel Caminha Sampaio
Otávio Augusto Lins Martins
— relator —

Prezado amigo Joel Galvão

Em continuação à carta que lhe escrevi, envio-lhe a emenda que apresentei ao orçamento, com relação ao auxílio à essa Escola de Belas-Artes.

O Góis a quem você também se havia dirigido e com quem conversei, apresentou, por sua vez, outra emenda por outra verba, a ver se uma ou outra colhe. Assinei a emenda dêle como êle assinou a minha. E até trabalharei pela dêle que engloba a Escola de Engenharia. Acho, porém, que a minha, com importância mais modesta e limitada a despesas precisadas, terá mais possibilidade de passar e de não ser vetada pelo Getúlio, que timbra em querer fazer as distribuições de subvenções. Uma e outra, porém, corre o maior risco de não serem aceitas, principalmente em terceira discussão, quando não é mais permitido aumentar as verbas da despesa. Recomendo mesmo que vocês daí não telegrafem, senão ao relator na Com. de Finanças que é o

deputado Jayme Vasconcelos, insinuando a necessidade do auxílio para continuação e melhora dos cursos da escola e isso sem conhecimento da imprensa e sem estardalhaço, porque se houver ciência de subvenções no orçamento, aparece uma legião de pretendentes.

Aqui ao seu dispor, abraça-o

a) Alde Sampaio

Emenda

Ministerio de Educação e Saúde

Encargos Diversos — Verba 15a.

Transfira-se da verba de aplicação especial determinada pelo artigo 156 da Constituição a importância de 50 contos e acrescem-se à verba 15.^a o seguinte número:

- 4) — Para atender às despesas do curso educativo, remuneração a modelos vivos e aquisição de modelos artisticos da Escola de Belas-Artes de Pernambuco.
50:000\$000.

Assignados:

Alde Sampaio
João Cleophas
Antônio de Góis
Barbosa Lima Sobrinho

JUSTIFICAÇÃO

A arte do Brasil pode dizer-se está à mercê do senso artístico e intuitivo de cada um. Poucas são as Instituições mantidas pelos poderes públicos em benefício da educação do espírito, sob o aspecto da apreciação do belo. Se em épocas passadas êsse descaso era mais ou menos compensado pela influência de um meio social altamente inclinado às contemplações artisticas, hoje o reverso, se observa, como consequência de um industrialismo material levado ao último ponto onde até o bom gosto se standardisa em tipos fixos.

Deixar que se exerça livremente tôda a influência deletéria sem procurar atenuar os seus efeitos, com uma educação que a corrija nos seus excessos, é relegar a arte ao retrocesso do seu primitivismo, onde os espíritos aquinhoados com dons artísticos naturais dão asas à imaginação sem nenhuma disciplina, transformando os sentimentos artísticos no espírito inventivo da novidade antes do que na apreensão da forma real da beleza.

Infelizmente é o atual panorama brasileiro. Urge em salvaguarda das gerações vindouras modificar êsse estado de cousas, conduzindo por caminhos mais seguros a mocidade de hoje, instruindo-a, de forma mais geral, nos conhecimentos anteriores, para que, conscientemente os aplique ou modifique no futuro.

Por força hão de ocorrer estas considerações a quem quer que se dê ao trabalho de investigar sôbre o ensino das artes no Brasil e não é crível que, indiferentemente, deixe o poder público permanecer os mesmos males.

A primeira e a mais fácil das providências é não deixar cair, por desamparo, as instituições que ainda existem, mantendo-se à custa de inúmeros sacrifícios dentro dum ideal que, o espírito da época joga a segundo plano.

É o caso da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, para a qual se recomenda o pequeno auxílio federal proposto a título de incentivo e amparo do ensino das belas-artes no Brasil, tal como, por outras verbas, foi feito para o teatro nacional e para os programas educativos pelo rádio.

A Escola aludida tem perfeita idoneidade e goza de pequenos favores do Estado de Pernambuco e do Município do Recife, o que logo faz nela reconhecer o alto objetivo dos serviços que presta.

a) Alde Sampaio

AFIRMA-SE, CADA VEZ MAIS, COMO FATOR CULTURAL E EDUCACIONAL, A NOSSA ESCOLA DE BELAS-ARTES

Vários melhoramentos recebeu, recentemente, aquêlê Instituto, e outros mais espera, o seu diretor, inaugurar ainda, no decorrer de 1939.

Com o auxílio do Govêrno do Estado, tornar-se-á possível a equiparação do estabelecimento

FALA, SOBRE O ASSUNTO, À REPORTAGEM DESTA FÔLHA, O PROFESSOR JOEL GALVÃO

A Escola de Belas-Artes de Pernambuco é um estabelecimento surgido, humildemente e, defrontando ainda, no momento, certas dificuldades de existência, tem sabido cumprir, no entanto, da melhor maneira, a nobre missão que se traçou, servindo o ideal de aproveitamento dos nossos valores artísticos.

Não seria desprovido de interesse, dessarte, ouvir o seu diretor, o dr. Joel Galvão, numa exposição pormenorizada das realizações empreendidas pela Escola.

A um nosso representante que o procurou, com esse fim, o dr. Joel Galvão fez as declarações que se seguem:

— “É motivo de satisfação para mim, falar à imprensa e dar-lhe todos os informes que exigiu, pois, foi ela, aqui e na metrópole que nos trouxe o maior incentivo na campanha que estamos empreendendo. E é ainda graças à sua cooperação, que vai sendo conhecida e toma vulto a luta que encetamos desde 1936.

A Escola cada vez mais se firma e acelera o seu ritmo de progresso. Para a verificação desta afirmativa, basta se leiam os pareceres não só da comissão nomeada pelo Ministério da Educação, para observar os nossos trabalhos, composta dos drs. José Campelo, Caminha Sampaio e Otávio Martins, senão também os dois assinantes técnicos e diretores de diversas divisões daquele Ministério, que estudaram e encaminharam o relatório ao C.N.E. Por aqueles documentos se pode avaliar da eficiência do ensino da excelência do material didático e das instalações e do vulto do patrimônio da Escola.

A EQUIPARAÇÃO E O PROBLEMA FINANCEIRO

A necessidade da equiparação veio nos trazer uma dificuldade.

Como é sabido, num gesto nobre e abnegado, que diz bem do espírito de idealismo que nos anima, os nossos professores nada recebem. No entanto, a lei estabelece que a falta de recursos financeiros do estabelecimento de ensino e, conseqüentemente, a falta de pagamento aos professores importam no indeferimento do pedido de reconhecimento perante o Ministério de Educação. Em vista disso, a Escola, por sua Congregação acaba de dirigir um bem fundamentado memorial ao Sr. Interventor, solicitando-lhe o seu amparo, nesta hora difícil e decisiva de sua existência de instituição que muito tem servido à educação e à arte em nosso Estado.

FORMAÇÃO DE VALORES

A Escola admite alunos gratuitos, por iniciativa do Estado e do Município e com a cooperação de sua Congregação, auxiliando, assim, aos valores anônimos, fazendo-os surgir e orientando sua carreira artística.

Ainda há pouco dias, um nosso aluno gratuito tendo confeccionado o busto do presidente da República, conseguiu, do Governo do Estado, uma passagem para entregar, pessoalmente, a sua obra, que foi considerada uma das melhores até agora realizadas. Estou informado, ainda, de que êste aluno obteve um auxílio para a continuação dos seus estudos e tem recebido encomendas de vários trabalhos.

E não fica aí a ação benéfica da Escola. Posso afirmar que ela presta uma colaboração técnica e artística ao Estado e ao Município, porque formou valores que hoje empregam suas atividades nas várias repartições públicas. São desenhistas, técnicos, cartógrafos, professores de trabalhos manuais, de desenho profissional, de modelagem, etc.

OPINIÕES DE VALOR

A Escola de Belas-Artes vem criando, no sul do país, um renome que basta a comprovar sua eficiência e um belo atestado para a cultura de Pernambuco. Contribuiu para êsse fato o intercâmbio que temos mantido e continuaremos a manter com os artistas de fora.

As maiores expressões na pintura, na escultura, etc., como E. Visconti, Oswaldo Teixeira, Rodolfo Amoedo, Correia Lima, Modestino Kanto, Sarah Vilela de Figueiredo, Pedro Bruno, Gutmann Bicho e outros têm tido palavras de elogio à nossa instituição.

PLANO DE MELHORAMENTO

Para que êsse bom nome corresponda uma boa situação interna e uma perfeita organização encetei vasto plano de melhoramentos do qual se destacam, entre outras realizações, a instalação da biblioteca, a ampliação da pinacoteca, a adaptação de ateliers e a recente inauguração do salão de conferências.

Para êste ano, ainda, tenho nova série de melhoramentos a serem introduzidos. O primeiro trabalho será a construção que iniciarei dentro de poucos dias, dos ateliers do modelo-vivo, escultura, modelagem e desenho figurado. A execução da obra terá a orientação técnica do

professor J. Correia Lima, que projetou e ocupará uma área de trezentos metros quadrados.

Prestaram-me apóio, nesta iniciativa, além do governo do Estado, vários profissionais e comerciantes em construção civil, olaria, armazém de materiais, entre os quais J. Brandão & Magalhães, R. Brennand, Dolores Salgado, Moraes Rêgo, Belarmino Mendez, Bento Perez, Clóvis de Barros Lima. Todos os citados já nos auxiliaram, enviando-nos materiais.

Os ateliers serão inaugurados em dezembro próximo, com uma exposição dos trabalhos dos alunos.

Outra iniciativa em cogitação é o prosseguimento do curso de extensão universitária, com a colaboração de intelectuais, de artistas daqui e de Estados vizinhos, aos quais convidarei para a realização de conferências.

E eis, em resumo os resultados das atividades da Escola de Belas-Artes de Pernambuco e os seus planos para o futuro, os quais serão integralmente realizados, desde que não nos falte a cooperação do Governo, da sociedade, de todos em geral.

"Jornal do Comércio" de 23.7.1939.

O "STANDARD" DA ESCOLA DE BELAS-ARTES

José Campelo

Redator-chefe da FOLHA DA MANHÃ

A Escola de Belas-Artes do Estado inaugurou o seu "STANDARD" na Grande Exposição Nacional, sem música e sem oratória.

Manifestação modesta de vida e de uma instituição que concorre para elevar a pobre cultura pernambucana, mas, que braceja sobrevivendo por um milagre de tenacidade dos seus organizadores. Negaram-lhe até hoje a equiparação à Escola Nacional de Belas-Artes, por motivos que escapam à justiça, à inteligência e ao raciocínio comum dos homens...

Não se pode dizer que o "standard" da Escola apresente um conjunto de obras primas à admiração e à análise do público e dos críticos. Mas o que se pode afirmar é que ali existem proibidade e quatro ou cinco telas de incontestável valor artístico, como os dois re-

tratos de Fédora Monteiro — dois retratos que estão muitíssimos além da arte mercantil de certos expositores de fora que aparecem às vezes por aqui com os seus quadros feitos para agradar e vender a todo mundo. Ainda há pouco estiveram em Recife dois empresários do comércio de quadros assinados por artistas húngaros e que quase nada conseguiram no maior centro artístico, em São Paulo.

Dentro de quatro ou cinco dias de observação atenta, cheguei a rabiscar uma crônica mostrando a “camouflage” de muitos dos quadros expostos, inclusive dois ou três nus que eram fotografias coloridas, com camadas de tintas habilmente sobrepostas a espátula. Por indiscreção de um amigo, o conteúdo da crônica chegou ao conhecimento dos interessados. E choveram-me os pedidos. Que eu adiasse a publicação da nota até, pelo menos, o encerramento da exposição, para não prejudicar os comerciantes, pobres expatriados, e porque eles, talvez, nem soubessem do “truc”.

A grande arte na pintura é o retrato. Os grandes pintores são sempre figuristas por excelência. E creio que os dois retratos a que me refiro, dentre as telas expostas no **Standard**, da Escola de Belas-Artes, figurariam sem desdouro em qualquer exposição artística de primeira ordem.

A Escola de Belas-Artes reclama o auxílio e o entusiasmo dos pernambucanos. Se queremos ter uma civilização e uma cultura não devemos esquecer a educação e o patrimônio artístico do povo. Civilização sem uma coisa e outra deve ser uma idéia nascida e criada em circunvoluções cerebrais pobres de luz e de massa cinzenta.

Recife, 20 de dezembro de 1939.

Prezado amigo, Dr. Novais Filho.

Sófrego, hoje pela manhã, procurei ler a sua proposta orçamentária e desolado fiquei com a subvenção destinada à Escola de Belas-Artes.

Decididamente, a tarefa é ousada e não me sobram qualidades que me facilitem prestar ao meu Estado um grande serviço, oriundo de quem possuindo poucos méritos, tem um coração brasileiro.

Diante do cenário econômico da Escola e ante as exigências do Governo Federal, o drama se avizinha, contristador e por demais penoso para aqueles que, como eu, vêm lutando há cerca de oito anos para dar valor cultural artístico a Pernambuco.

A Escola tem de desaparecer.

Com 50:000\$000 distribuídos pelo Governo Federal, Governo do Estado e Prefeitura, salva-se uma obra que eu não julgo, deixando para aqueles que servem dos seus valores, cujos méritos na atual Exposição Nacional de Pernambuco bem atestam.

Termino esta carta ainda confiante no brilhante espírito do Prefeito Novais Filho que, criando uma Comissão do Plano da Cidade do Recife, não permitirá que se fechem as portas de uma escola de arte.

Atenciosamente, patricio amigo e admirador.

a) Joel Galvão — diretor

VIDA ESCOLAR

Em visita à Escola de Belas Artes

Estiveram, ontem, em visita à Escola de Belas-Artes, os estudantes da Escola de Engenharia Mackenzie, de São Paulo. Fizeram-se acompanhar por alguns diretores da Casa do Estudante de Pernambuco.

Percorreram os universitários paulistas demoradamente tôdas as instalações daquele estabelecimento, ressaltando a boa impressão que lhes causara o aparelhamento e o esforço pela difusão da arquitetura, pintura, escultura e gravura. Fizeram lisonjeiras referências quanto à sala de projeção, pinacoteca, salão de conferências.

Concluída a visita, quiseram os estudantes paulistas consignar no livro de impressões, as palavras seguintes:

“Quando da visita da embaixada da Escola de Engenharia Mackenzie a este Estado, tivemos a honra de visitar esta Escola e o prazer de ver o esforço em favor da Arquitetura e Arte neste tradicional rincão brasileiro. Recife, 18 de fevereiro de 1941. aa) Rocio de Castro Prado, Roberto Barbetta, Antonio Ferraz de Arruda, Virgílio Formavaro e Sylvio Cariani”.

“Diário de Pernambuco” 20.2.1941

**A DIRETORIA INSTITUIU DOIS PRÊMIOS, EM DINHEIRO,
PARA OS ALUNOS DOS CURSOS DE ARQUITETURA E PIN-
TURA QUE MAIS SE DESTACAREM.**

Uma iniciativa digna de registro acaba de pôr em prática a Escola de Belas-Artes de Pernambuco. O seu diretor, num gesto altamente louvável, instituiu dois prêmios para os alunos dos cursos de arquitetura, pintura, escultura e gravura, com a doação de 100\$000 cada um, desde que os mesmos obtenham média suficiente de assiduidade às aulas e à biblioteca e apresentem um trabalho à altura do seu desenvolvimento no decorrer do ano letivo.

Nenhum outro estímulo mais próprio para melhor compreensão daquelas que se obstinam aos necessários ensinamentos, quer nas aulas diante as lições dos mestres ou na biblioteca, em contacto com os livros, também mestres mudos. E isto vale por uma grande afirmativa, de que a nossa Escola de Artes não vive adormecida, relegando a segundo plano as suas atribuições.

O que, porém, sobressai na iniciativa, num sentido verdadeiramente justo, é a homenagem que cinge a memória de dois mestres desaparecidos. São êles o arquiteto Luís Mateus Ferreira e o pintor Henrique Eliot, que legaram, dentro de sua arte um nome a Pernambuco, e, à Escola de Belas-Artes, a cujo corpo docente pertenceram e emprestaram o acervo da melhor inteligência. E não é fora de tempo que desponta a melhor gratidão que há de se perpetuar com a homenagem póstuma que lhes foi prestada.

"Jornal Pequeno" 15.5.1941.

EXMO. SR. DR. GETÚLIO VARGAS

DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A Escola de Belas-Artes de Pernambuco, fundada e mantida há cerca de nove anos por um grupo de cultores da Arte, com os cursos de Arquitetura, Pintura, Escultura e Gravura, funcionando com eficiência conhecida pelas autoridades administrativas, pela Imprensa e pelo Público, tendo requerido inspeção federal para efeito de equiparação, vê-se na iminência de cerrar suas portas, desde que a comissão designada pelo Exmo. Sr. Ministro de Educação, em brilhante parecer, embora ressaltasse o estado satisfatório da instituição e a necessidade de sua existência, observou a carência de meios de manutenção.

Com sede doada pelo Governo do Estado, e vultoso patrimônio material, tem, no entanto, reduzidas subvenções, num total de 16:200\$000, sendo a referente ao Governo Federal na importância de 6:000\$000, quando até 1934 era de 20:000\$000.

O espírito firme e esclarecido de V. Excia. não deixará de oferecer os meios com que a Escola de Belas-Artes de Pernambuco mantenha a sua trajetória de trabalho e eficiência, podendo revalidar os seus diplomas e preparando profissionais que serão forças propulsoras na obra de engrandecimento em que o atual regime se empenha.

Para tal conseguir, solicita a V. Excia. um auxílio no presente exercício, de sessenta contos de réis (60:000\$000) e a inclusão desse auxílio como subvenção, nos futuros exercícios.

O Norte, que tanto deve a V. Excia. ficará com mais este penhor de gratidão dado o amparo prestado à cultura máxima de uma civilização, que é a Arte.

Recife, 19 de maio de 1941.

aa) Joel Francisco Jayme Galvão
Oswaldo Maurício de Abreu
João Correia Lima
Pelópidas Silveira
Luíz Cedro Carneiro Leão
Evaldo Bezerra Coutinho
Heitor Maia Filho
João Alfredo
Fédora Monteiro Fernandes
Murilo La Greca
Mário Melo
Heinrich Moser
Baltasar da Câmara
Mario Túlio
Newton da Silva Maia
Mário Nunes
Frei Matias Téves, O.F.M.

Ministro Gustavo Capanema

Ministério Educação — Rio

Escola Belas-Artes Pernambuco confia espírito esclarecido vossênci
a solicitação aumento subvenção necessária meios manutenção finali-

dade instituição destacada atuação cultural artística Nordeste conforme têm observado intelectuais professores artistas homens govêrno.

a) Joel Galvão — diretor

Dr. Queiroz Lima

Palácio Catete — Rio

Congregação Escola Belas-Artes Pernambuco sente-se confiante justa causa pleiteia grande Presidente Vargas auxilio subvenção sessenta contos anuais necessários meios manutenção finalidade instituição ante prestimoso amparo vossência demonstrando nítido espírito público feição cultura possui abraçando causa não só Brasil mas particularmente intelectuais artistas. Escola hipoteca vossência expressão cordial simpatia profunda gratidão.

Cordiais saudações.

a) Joel Galvão — diretor

Dr. Barbosa Lima Sobrinho

Instituto Açúcar Alcool

Rua General Câmara, 19 — Rio

Escola Belas-Artes Pernambuco vê ilustre patricio indestrutível demonstração amor terra natal nítido espírito público dando prestimoso amparo perante poderes Nação justa causa aumento subvenção estabilidade instituição. Hipotecando profunda gratidão convida honrá-la visita oportunidade se oferecer sentindo melhor admiração lhe devota. Cordiais saudações.

a) Joel Galvão — diretor

Gilberto Freyre

Florida Hotel

Rua Ferreira Viana, Catete — Rio

Muito grato valioso amparo causa Escola Belas-Artes seu Pernambuco de suas páginas tão verdadeiras. Peço urgente interesse junto Mi-

nistro Capanema cujas mãos está Memorial enviado. Estamos esperando sua conferência maior brilho vida Escola. Abraços.

a) Joel Galvão — diretor

IMPRESSÕES DOS VISITANTES

Do livro de "Impressões" da Escola, pode-se destacar as seguintes:

"Vivamente impressionado com o que acabo de ver, iniciativa belíssima de verdadeiros idealistas, deixo aqui conjugados os meus sinceros cumprimentos, fazendo votos para que este esforço seja compensado pelo carinho do povo desta terra maravilhosa".

Recife, 26.3.933.

a) Humberto Cozzo

"Levo desta casa, fator de coragem e convicção consciente, a mais cara das impressões colhidas na minha visita à terra natal.

O esforço construtivo que essa obra representa não mais poderá ser detido. A Escola de Belas-Artes de Pernambuco honrará a cultura de minha terra e concorrerá para a melhoria das condições sociais, elevando o nível de conhecimentos até hoje esquecidos".

Recife, abril 933

aa) José Mariano Filho
João Cleophas

"Nesta curta e decisiva visita que venho fazendo à minha terra, tão bela quanto querida, foi-me talvez o mais vivo prazer de espírito visitar também esta casa: que com ser um velho solar pernambucano, com evocações encantadoras e sugestivas para meu temperamento de homem de letras, igualmente hoje, uma escola de belas-artes. É uma escola que eu encontro em realização confiante, cheia dessa certeza de

vencer que é mesmo dos que têm consciência de estar executando uma grande e nobre missão”.

Recife, 12.7.1933.

a) Mário Sette

“A Pernambuco estava fazendo grande falta uma Escola de Belas-Artes. A expressão material da casa vetusta e nobre seria bem pouco sem os mestres que aqui encontrei, pioneiros vitoriosos do êxito inicial, exemplo à continuidade da tarefa educadora, cada vez mais proveitosa na perfeição de sua finalidade”.

Recife, 14 de agosto de 1933.

a) Eloy de Souza

“Minha impressão? Qual a impressão de uma idéia bonita que começa cheia de ideal e de esperança, senão a de uma vitória breve e brilhante?”

Recife, 10 de agosto de 1933.

a) Diegues Júnior

“A Escola de Belas-Artes de Pernambuco, revivendo a tradição cultural de uma raça, que sempre se afirmou em movimento à estética, ao heroísmo e à nobreza, fala-me, ainda, do esforço imenso que uma geração nova de artistas abnegados vem realizando para uma ascensão definitiva da Arte no Recife”.

Recife, 6.5.35.

a) Sylvia Moncorvo

“Na segunda visita que acabo de fazer à Escola de Belas-Artes de Pernambuco, levo comigo uma impressão bem forte; é a de que **esta**

estabelecimento se liberta da fase das tentativas louváveis para passar à de vigorosa realidade.

Ao meu coração de brasileiro faz bem verificar o esforço produto do patriotismo bem orientado — de quantos aqui pontificam numa obra de benemerência e de civismo”.

Recife, 11.5.1935.

a) Raimundo Proença

“Os que criaram e mantêm com admirável esforço, dedicação e entusiasmo a Escola de Belas-Artes de Pernambuco, estão realizando uma obra imperiosamente exigida pelo progresso não só do Estado como do Norte do Brasil.

Não basta louvar (e a Escola merece vivos louvores) cumpre que todos — poderes públicos e opinião pública — colaborem nessa tarefa abnegada de cultura, dando-lhe apóio e incentivo para que integralmente atinja a sua nobre finalidade.”

Recife, 31 de maio de 1933.

a) Carlos Domingues
Secretário-Geral da Sociedade de Geografia
do Rio de Janeiro

“Felicitações muito cordiais à direção da Escola de Belas-Artes, que procura de modo tão meritório e altruístico dignificar e enaltecer o renome de Pernambuco”.

16.9.936

a) Anibal Freyre da Fonseca
Alfredo Freyre

“Vi e admirei o grande esforço e entusiasmo pelas coisas de arte. Parabéns.”

a) Guttman Bicho

Recife, 23 de abril de 1940.

"Deixamos aqui as nossas melhores impressões depois da visita que acabamos de fazer às instalações da Escola de Belas-Artes de Pernambuco.

Obra de grande mérito, que recomenda à posteridade os seus organizadores e continuadores de tão nobre esforço, precisa ser auxiliada com maior entusiasmo, tanto pelo Governo, como pelos particulares, a fim de que a Arte, que sempre foi em tôdas as épocas a verdadeira expressão das civilizações, seja em Pernambuco um índice seguro da cultura do seu povo."

Recife, 13 de abril de 1940.

aa) Sarah Villela de Figueiredo
Nestor de Figueiredo
J. da Costa Carvalho

"Visitando a Escola de Belas-Artes de Pernambuco, sente-se o esforço e o amor de seus dirigentes. A organização é notável como incentivo à cultura do povo pernambucano."

Recife, 12 de setembro de 1940.

a) Eurico Bastos
Prof. da Faculdade de Medicina do Recife

"Visitando a Escola de Belas-Artes de Pernambuco, sinto-me orgulhoso como brasileiro, pelo grande esforço que aqui notei em benefício da cultura artística nacional.

Parabéns aos seus ilustres dirigentes".

a) Homero Massena

Recife, 27.4.1940

"Quando da visita da Embaixada da Escola de Engenharia Mackenzie a este Estado, tivemos a honra de visitar esta Escola e o prazer de

ver o esforço em favor da Arquitetura e Arte neste tradicional rincão brasileiro".

Recife, 18 de fevereiro de 1941

**aa) Rocio de Castro Prado
Roberto Barbetta
Antônio Ferraz de Arruda**

**Visita dos alunos e professores da Escola de Belas-Artes ao museu do
dr. João Piretti**

**A próxima excursão a Guararapes, Igarassu e outros monumentos
históricos**

Obedecendo a um dispositivo regulamentar, os alunos da Escola de Belas-Artes, acompanhados do diretor dêsse estabelecimento, engenheiro Joel Galvão, e demais professores, estiveram, domingo último, na residência do dr. João Piretti, em Caxangá, observando a sua valiosa coleção de arte.

A visita, que teve caráter de estudo, foi realizada com explicações diversas dadas pelo colecionador conterrâneo, que teve palavras de elogio para a obra que está fazendo a Escola de Belas-Artes.

Aos visitantes foi oferecido um *cock-tail* pelo dr. João Piretti, que os acolheu fidalgamente.

Prosseguindo nas suas excursões de arte, a Escola de Belas-Artes promoverá em dias previamente divulgados pela imprensa, visita a Guararapes, Igarassu e ainda a monumentos históricos.

"Diário de Pernambuco" de 28.9.1937.

ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO

A visita dos alunos de "Artes Aplicadas" à fabrica de juta

SANTA MARIA

Acompanhados pelo professor da cadeira de "Artes Aplicadas", os alunos da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, visitaram sexta-feira

última a fabrica Santa Maria, localizada no Cordeiro, com o fim de observarem a fabricação do tecido e a sua aplicação nos trabalhos da quella disciplina.

Funcionando com a devida ordem, o professor Henrique Moser pôde ministrar aos seus discípulos uma excelente aula, cujo aproveitamento foi o melhor possível.

É de salientar a fidalguia com que o proprietário da importante fabrica, recebeu os visitantes, cercando-os de toda atenção e necessárias explicações, referentes ao assunto.

Realizará a Escola, ainda outras várias visitas em estabelecimentos fabris da capital.

(Da Imprensa da época)

ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO

Sua excursão à Usina São João

Realizou-se domingo último a excursão da Escola de Belas-Artes à Usina São João, na Várzea, integrando a série organizada anualmente pela instituição, com a parte propriamente escolar e também diversional.

Foi uma feliz escolha, pois, aquêlê parque industrial, além da beleza natural que possui, favorecida por uma interessante topografia, apresenta iniciativas de elevado alcance social-econômico, sem falar no cuidado de conservação que merece a propriedade.

À frente o seu diretor, engenheiro Joel Galvão, e o professor Mário Nunes, catedrático de Paisagem, foi a Escola recebida fidalgamente pelo industrial Ricardo Brennand, que logo encaminhou a comitiva ao aviário, cuja organização e êxito obtido o coloca em plano muito elevado, servindo de útil observação aos interessados no assunto. Percorridos outros pontos, como cerâmica, parque, etc., foram os excursionistas levados ao solar, onde os alunos não sabiam o que mais admirar, se os ambientes das salas, hall, etc., ou os documentos de arte antiga, verdadeiras relíquias, dando à casa o aspecto de museu, com as paredes com os retratos dos Rêgo Barros, Ipojuca, Guararapes, etc.

Antes desta curiosa visita a cada sala, a se ficar minutos e mais minutos admirando esta ou aquela peça, com as gentis informações do sr. Brennand, a Escola apresentou os cumprimentos de admiração e veneração a D. Conceição do Rêgo Barros Lacerda, figura de tradição e nobreza, que entre os alunos viveu momentos de satisfação demonstrando um espirito cheio de inteligência e simplicidade, trazendo trabalhos

que constituem sua distração diária, os quais pelo primor de confecção e acabamento, são verdadeiros trabalhos de arte.

Após, foi servido no **diner-room** um excelente café, a par de uma distinção cativante de D. Conceição e do Sr. Brennand.

Apresentadas as despedidas com os cordiais agradecimentos da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, os alunos retiraram-se para os arredores da propriedade, quando foram realizados os exercícios escolares sob as vistas do senhor diretor, e professor Mário Nunes.

Do "Jornal Pequeno" de 14.11.1942.

NOTAS DE ARTE

A propósito...

Entre as subvenções concedidas, ultimamente, pelo governo federal a diversas instituições do Recife, figura uma que merece especial relevo, nesta coluna: é a que distingue a Escola de Belas-Artes de Pernambuco.

Eu venho acompanhando, com verdadeiro entusiasmo, a vida desse benemérito educandário, desde quando Bibiano Silva o dirigia, cheio de amor e de tenacidade incomparável. Infelizmente, o tempo já não me sobra que o possa dedicar à Escola de Belas-Artes, como queria o seu diretor, quando ali realizei uma conferência cultural. Mas, nunca pude perder de vista o esforço, as energias que ali se desdobram, dia e noite, contra todos os obstáculos e tôdas as vicissitudes. Porque sempre as soube norteadas por um idealismo sadio em luta aberta contra o derrotismo e a incapacidade que campeiam um pouco por tôda a parte, falando grosso em nome da arte que êles chamam moderna. A Escola de Belas-Artes, como tantas instituições culturais que por êste Brasil existem, não escapou também da bôca e da pena desses artistas que de uma hora para outra se consagram gênios, através das máquinas de sua igrejinha. A Escola sempre entendeu que pintar não é borrar. E que há um passado de arte. E que êsse passado não prejudica a personalidade de ninguém. E abriu as suas portas e as tem conservado abertas, com uma perseverança que entusiasma e comove, através dos seus magníficos surtos de progresso. A Escola os deve, em maior parte, a Joel Galvão, uma dessas figuras excepcionais que tomam a peito uma obra, sem medir sacrifícios, tudo renunciando pela glória de realizá-la. E é na direção de Joel Galvão que a Escola merece êsse ato de

justiça. Que venha agora a equiparação e ninguém pode descrever do futuro dessa generosa instituição. — W.

“Jornal do Comércio”, da época.

NOTAS DE ARTE

A propósito...

No momento em que a Escola de Belas-Artes encerra mais um ano de atividades, cobem-lhe duas palavras de estímulo e de aplauso. Esta coluna nunca se negou a semelhantes iniciativas, mesmo quando precárias eram as possibilidades de vitória, e, pelas esquinas, sorriam os “modernistas” que não acreditam na utilidade do desenho e da pintura.

A Escola tem lutado. E tem vencido. Merecidamente. E encerra o ano letivo de 1942 num ambiente de prestígio social e de tranqüila confiança própria. A presença de Odilon Nestor, nessa solenidade final, empresta-lhe um cunho de distinção intelectual que merece ser focalizado. Odilon Nestor é um espírito desde muito voltado para as manifestações de beleza, na Arte — o que lhe teria sido, possivelmente, nestes tumultuosos anos, um doce refúgio às suas decepções de internacionalista eminente. Nunca, aliás, a cátedra logrou roubar, a Odilon Nestor, o tempo necessário à contemplação da Arte. mormente sob o seu aspecto subjetivo. Deu-nos êle, há tempos, na Sociedade de Cultura Musical, o deleite espiritual de lhe ouvir a palavra polida e culta, abordando, entre outros temas, o da Visão Estética do Ritmo — que incluiu, posteriormente, em Aproximações, ao lado de outros lúcidos ensaios de Estética. Ninguém mais indicado, portanto, para subir à tribuna de conferência da Escola de Belas-Artes, do que êsse homem sempre em dia com a cultura moderna, em tôda a sua atordoante multiplicidade de aspectos. Bem haja, por ser fecundo, o recolhimento espiritual em que todos o vemos — nós, da província vaidosa. — W.

Do “Jornal do Comércio”, de dezembro de 1942.

Recife, 13 de maio de 1943.

Exmo. Snr. Dr. Agamenon Magalhães,

M. D. Interventor Federal no Estado.

Renunciando o cargo de diretor da Escola de Belas-Artes, que venho exercendo há cêrca de sete anos, cumpro o dever de apresentar a

V. Excia. meus agradecimentos pelo trato amistoso que manteve com esta instituição, durante este longo período.

Junto uma certidão constante do patrimônio da Escola na importância de Cr\$ 690.632,00 constituído na minha administração com doações do Governo do Estado, Prefeitura do Recife e particulares, e precisa aplicação das subvenções recebidas e arrecadadas.

Respeitosas saudações.

a) Joel Galvão
Professor catedrático

a) H. Vergueiro.

Manuel do Rêgo Pessoa de Macedo, Notário pela Faculdade de Direito do Recife e Oficial Privativo e Vitalício do Primeiro Cartório de Registro de Títulos, Documentos e papéis particulares da Capital do Estado de Pernambuco, por nomeação legal, etc.....

CERTIFICO

por me ter sido verbalmente pedido pela parte interessada que, deste Cartório e do Livro de Registro Integral número quarenta e quatro a folha doze verso consta o registro do teor seguinte: Número de ordem Seis mil quatrocentos e cinquenta e dois. Mês Maio. Dia onze. Registro. Protocolo número nove. Número de ordem Dezenove mil seiscentos e cinquenta e três. Apresentante Dr. José Carneiro Lins. Datilografado com as assinaturas manuscritas: Emblema da Escola de Belas Artes. ESCOLA DE BELAS ARTES DE PERNAMBUCO Patrimônio da Escola de Belas Artes de Pernambuco, conforme livro existente no Arquivo e constante do Relatório de 1942, apresentado à Congregação: Cr\$ Anexo 540,00 Atelier de Escultura 4.910,00 Atelier de Composição de Arquitetura 7.700,00 Atelier de Desenho Figurado 6.945,00 Atelier de Natureza Morta 2.076,00 Atelier de Composição de Pintura 1.948,00 Atelier de Modelagem 4.690,00 Atelier de Modelo Vivo 1.575,00 Biblioteca 29.063,00 Depósito 3.530,00 Diretoria 6.648,00 Galeria Central Terreo 10.935,00 Galeria Central Andar Superior 7.866,00 Gabinete de Materiais de Construção 2.645,00 Gabinete de Arte Decorativa 433,00 Materiais de Jardim 943,00 Portaria 250,00 Pinacoteca Salão de Honra 59.850,00 Pinacoteca Salão de Recepção 31.260,00 Secretaria 10.292,00 Sala de Aula Luiz Matheus Ferreira 1.975,00 Sala de Aula-Anatomia e

Historia da Arte 4.120,00 Toilete 140,00 A transportar 200.332,00 Transporte 200.332,00 Imóvel representado pelos terrenos e antigo edificio 210.000,00 Imóvel representado pelos novos ateliers 80.000,00 Apolices da Dívida Pública do Estado 200.000,00 Apolices do emprestimo da Caixa Economica 300,00 Total cr.\$ 690.632,00(seiscentos e noventa mil seiscentos e trinta e dois cruzeiros). Recife, 31 de dezembro de 1942. Confere. Maria de Lourdes Cavalcanti Sub-Secretaria. Visto: Joel F. Jayme Galvão. Diretor. Conforme com o proprio original no qual me reporto e vai bem e fielmente copiado e conferido do que de tudo dou fé. Recife, 11 de maio de 1943. O official Manuel do Rêgo Pessoa de Macedo. O Certificado é verdade e ao próprio livro me reporto e DOU FÉ.

Fiz datilografar, subscrevo e assino. Dou fé.

O official substituto:

Recife, 11 de maio de 1943. a) Heitor Jaçanam Pires Vergueiro, sôbre estampilhas devidamente inutilizadas no valor de Cr\$ 2,20.

Emblema da
Escola

ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO

Recebi três Apólices de Cr\$ 100,00 do Estado de Pernambuco. Obras Novas do Pôrto do Recife — nos. 22086, 22087 e 22088, uma Caderneta do Banco Auxiliar do Comércio, onde se vê um saldo de Cr\$ 7.569,10, um livro de cheque de 237281 a 237290 e em dinheiro a importância de Cr\$ 2.185,90, que se achavam em mãos do então Diretor, o qual acumulava as funções de Tesoureiro.

Recife, 15 de maio de 1943.

a) Maria de Lourdes Cavalcanti

Sub-Secretária

ESCOLA DE BELAS-ARTES DE PERNAMBUCO

Recife, 17 de maio de 1943.

Sr. Professor Joel Galvão.

A Congregação da Escola de Belas-Artes reuniu-se nesta data para tomar conhecimento do vosso officio de 4 do corrente, em que renuncia ao cargo de diretor desta instituição.

Os membros do C.T.A. presentes à reunião de hoje foram unânimes em reafirmar que nenhuma intenção houve, na sessão de 3 de maio, de melindrar-vos nem de deixar de reconhecer os inestimáveis serviços que tendes prestado à Escola.

Dada a deliberação que tomastes, a Congregação viu-se na contingência de aceitar a vossa renúncia e resolveu por unanimidade inserir na ata um voto de agradecimento e de louvor ao esforço desinteressado e ao trabalho abnegado, que desenvolvestes durante sete anos como diretor dêste estabelecimento de ensino superior.

Recebei, sr. Prof. Joel Galvão, a expressão do nosso reconhecimento e a segurança do nosso aprêço.

aa) Pelópidas Silveira
Maurício de Abreu
Mário Nunes
Moreira Reis
Evaldo Bezerra Coutinho
Casseiro Correia
Heitor Maia Filho
Murilo La Greca
Alvaro Amorim

Diretório Acadêmico da Escola de Belas-Artes de Pernambuco

Recife, 29 de maio de 1943.

Ilmo. Sr.
Eng. Joel Galvão
Nesta

O Diretório Acadêmico da Escola de Belas-Artes, vem por intermédio do presente agradecer penhoradamente a vossa atuação como diretor do referido estabelecimento, durante tantos anos em que destes o vosso melhor esforço e carinho para fim único: "o engrandecimento desta Escola".

Apresentando-vos os protestos da mais alta estima e consideração, subscrevo-me.

a) L. Cunha Lima
1.º secretário.

Recife, 4 de junho de 1943.

Ilmo. Sr. Dr. Castro Filho

D.D. Presidente da Associação Brasileira de Belas-Artes

Renunciando a direção da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, onde sempre tive o prazer de receber gestos de sua fidalguia, quero enviar-lhe os meus votos de admiração e rogar-lhe transmitir aos artistas daí, que tanto concorreram para formação da Pinacoteca da E. B.A.P., como Compofiorito, O. Teixeira, Jordão, Santiago, Pedro Bruno, Gutman, Salinger e todos mais, os meus agradecimentos de coração.

Sem ser artista, dei à Escola, muito, patrimônio e nome, através de um intercâmbio sem similar em nossos dias. Isto não conseguiria se não fôsem cheias de êxito as nossas propagandas em Rio, contando sempre com a bondade dos artistas cariocas, de berço e de hábitos, nesta terra bela e grande.

Com os protestos de estima e amizade.

a) Joel Galvão

Recife, 9 de julho de 1943

Ilustre Pintor Osvaldo Teixeira

M.D. Diretor do Museu Nacional de Belas-Artes

Sòmente, agora, tenho tempo em cumprir o dever de agradecer-lhe as atenções que recebi durante o longo período que dirigi a Escola de Belas-Artes de Pernambuco, cargo que venho de renunciar.

Aqui, no Recife, pode dispôr dos meus préstimos e da minha cordial amizade.

Do patricio admirador

a) Joel Galvão

Recife, 9 de julho de 1943.

Ilustre Pintor Augusto Bracet

M.D. Diretor da Escola Nacional de Belas-Artes

Sòmente agora, o tempo me permitiu comunicar-lhe a minha renúncia à diretoria da Escola de Belas-Artes de Pernambuco, cargo que vinha exercendo há sete anos.

O cumprimento dêste dever apraz-me agradecer-lhe e bem assim, a todos desta tradicional casa de cultura, o acolhimento que minha administração sempre encontrou, além da contribuição valiosa que vários professores deram para formação da nossa Pinacoteca, entre os quais o prezado patricio a quem tenho a honra de me dirigir.

Renovando os meus votos cordiais de agradecimentos, fico ao inteiro dispor de todos.

Afetuosas saudações

a) Joel Galvão

Ilmo. Sr.

Dr. Joel Galvão

Av. Buenos Aires, 166

Recife — Pernambuco

Recebi com tristeza sua carta de 4 do corrente em que me comunica a renúncia à direção da Escola de Belas-Artes de Pernambuco. Não sei quais os motivos que determinaram êsse seu gesto extremo, mas lamento, que tal houvesse acontecido, pois bem conheço da sua dedicação por êsse estabelecimento que se tornou conhecido, querido e respeitado aqui no Rio graças ao seu trabalho bem orientado e ao seu grande entusiasmo pelos assuntos de arte brasileira.

Mandei afixar em nosso mostrador a sua carta para que os nossos companheiros se inteirassem dos termos da mesma.

Ao terminar, quero renovar-lhe o oferecimento dos meus préstimos aqui no Rio e convidá-lo a ingressar em nosso quadro social na categoria de socio-correspondente, onde poderá continuar o seu trabalho de divulgação da nossa arte. Para isso, remeto-lhe uma proposta que peço preencher e devolver acompanhada de duas fotografias 3 x 4 cm.

Aceite também o meu grande abraço de amizade.

a) Castro Filho

Presidente da Sociedade Brasileira de Belas-Artes

Rio, 23.6.943.

Recife, 9 de julho de 1943.

Ilmo. Snr.

Dr. Castro Filho

D.D. Presidente da Sociedade Brasileira de Belas-Artes.

Acuso recebido sua carta referente à minha renúncia de diretor da Escola de Belas-Artes de Pernambuco.

Guardarei com o maior carinho as bondosas expressões a mim atribuídas pelo prestimoso presidente da associação mentora das belas-arts no Brasil. Quero, mais uma vez, ressaltar que, se não fôra o bom acolhimento que mereci dos artistas, jornalistas e homens de cultura, da Metrópole, nada teria conseguido em prol das belas-arts no meu querido Estado natal.

Quanto ao honroso convite que venho receber para sócio correspondente da Sociedade Brasileira de Belas-Artes, sobremodo agradecido, pode considerar-me de hoje em diante um humilde servidor da conceituada e tradicional associação, enviando junto o que me foi exigido.

Com os cordiais votos de felicidades, subscrevo-me
patricio adm^{or}.

a) Joel Galvão

DECRETO-LEI N.º 897 DE 23 DE SETEMBRO DE 1944

Dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior ainda não reconhecidos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O Conselho Nacional da Educação examinará as condições dos estabelecimentos de ensino superior que estejam funcionando sem autorização ou sem reconhecimento do Governo Federal, para opinar sobre a conveniência de lhes ser concedida a inspeção legal ou de lhe ser proibido o funcionamento.

§ 1.º — O Departamento Nacional de Educação remeterá ao Conselho Nacional da Educação os documentos que tem em seu poder e interessam ao exame previsto neste artigo.

§ 2.º — Os responsáveis pelos estabelecimentos de ensino de que trata este artigo poderão apresentar ao Conselho Nacional de Educação,

no prazo de quinze dias contados da data da publicação dêste Decreto-lei, as informações complementares que julguem oportunas.

Art. 2.º — De acôrdo com a conclusão do parecer aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, será baixado o necessário Decreto de reconhecimento ou de proibição de funcionamento.

Art. 3.º — Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

aa) Getúlio Vargas
Gustavo Capanema

Publicado no Diário Oficial de 25.9.1944.

DECRETO N.º 19.903 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1945.

Concede reconhecimento a Cursos da Escola de Belas-Artes de Pernambuco.

O Presidente da República, usando de atribuições que lhe confere o artigo 74, letra A da Constituição, e nos têrmos do artigo 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único — Ê concedido reconhecimento aos cursos de Arquitetura, Pintura e Escultura mantidos pela Escola de Belas-Artes de Pernambuco, com sede no Recife, no Estado de Pernambuco.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

aa) José Linhares
Raul Leitão da Cunha

Publicado no Diário Oficial de 22.11.1945.

CONFERÊNCIAS

A ARTE NA VIDA MODERNA

Conferência do Dr. Odilon Nestor na Escola
de Belas-Artes

A arte na vida moderna é o assunto sobre o qual eu me proponho falar aqui; mas, devo logo dizer que eu não tratarei senão das artes plásticas unicamente, — o espaço de que disponho não permitindo ocupar-me das outras artes. Mesmo assim, terei que dar um caráter geral ao meu estudo e o encurtar o mais possível, passar depressa e um pouco alto sobre diversas partes: um pequeno passeio em avião.

Pelo que toca em particular à arte no Brasil e aos novos artistas brasileiros, poderá ser isso o objeto de um trabalho especial, histórico e crítico; e não o é o presente ensaio, onde se tenta somente encarar a arte diante da vida moderna, sem individualização regional. O artista está onde lhe estão as obras, aí onde são elas compreendidas, aí onde existem homens em quem se possa espalhar, através do espaço e do tempo, a influência dos que se teriam nutrido d'ele.

Quem sabe se não será perigoso buscar na arte a imagem de um tempo! Talvez se achasse aí antes o que esse tempo quis sem conseguir obter, e tudo o que elle sentiu que lhe faltava. Nos seus sonhos, nas ilusões, uma época se pinta é certo, mas se encontra aí o que ela desejava antes que o que ela fez, a vida entrevista mais que a vida vivida, e as paisagens dessa Canaan que cada um faz segundo as conveniências secretas de seu coração.

A arte assim, diríeis, é o reverso do tempo. No entanto, ella lhe pode ser também a face.

Existe, em cada época, isso que nós chamamos um arte moderna, como há, da mesma maneira, uma vida moderna; somente, os artistas não se têm deixado cegar por ella. Os poetas que, no seu tempo, exaltaram o telescópio, os caminhos de ferro e outras maravilhas, que pensamos d'elles hoje?

Também, não vão êles lançar-se fora da medida quando cantam os ascensores ou a T.S.F. — e se o fazem, é com um sorriso onde brilha alguma lucidez.

Não há nada moderno, dizia um artista do nosso tempo falando da beleza — e a beleza, para êle, é como um ramo de flôres ou como a vida, quer dizer excessivamente fugitiva conforme os costumes e os países.

A arte, em sua profundidade, não tem com efeito variado mais no curso dos séculos que o andar a pé; e ela não pode variar mesmo mais. Quero eu dizer que o homem tendo ficado e ficando ainda o mesmo — poucas nuances somente e que são, no caso, destituídas de todo o interesse, — êle pinta ou esculpe e anda no nosso tempo, como andava e esculpia ou pintava há dois mil anos. E é mesmo uma grande alegria e também uma grande certeza pensar que um quadro de Pedro Américo, uma obra de Rafael são, de alguma maneira, formados da mesma substância e se elevam ao mesmo nível. São magníficos jatos d'água que sóbem à mesma altura. E é uma volúpia ainda pensar — enquanto um estudante de ciências pode conhecer coisas que ignoravam Leibniz e Descartes, é, uma alegria, digo, pensar nesta espécie de constância na perfeição que faz que um Rodin, malgrado os séculos, não fêz melhor que um Fídias, e que uma bela obra é uma coisa, é um ser que palpita imortalmente e não se esquece, e não passa e não é excedido, — ao contrário de tantas descobertas tão científicas quanto filosóficas e precisas que, de fato, não duram mais que um capricho da opinião ou uma moda em matéria de vestidos, e nós sabemos que os largos e curtos não duram mais que os compridos e estreitos...

Não existe progresso nas artes, porque as artes correspondem ao que há de mais profundo na alma dos homens, e porque a alma dos homens, na sua essência mesma, não muda. Não existe progresso; o que há é uma grande sinceridade, uma grande ebbriez sempre renovada, uma grande consolação.

Mas, se a arte, em sua substância, não varia, encontram-se, de tempo em tempo, mãos que reacendem e erguem bem alto o facho. Nós iremos ver alguns dêsses grandes guias, portadores da luz, que trouxeram ainda ao nosso tempo uma nova claridade.

Primeiro, eu quereria dar uma palavra sobre a arquitetura; outra, depois, sobre a escultura; e por último, falar então da pintura moderna.

Até há muito pouco tempo, aqui, em nossa terra, o público se desinteressava quase totalmente da arquitetura. Acredito que isso se observaria do mesmo modo em outras terras, e, na própria França, até à Exposição das Artes Decorativas, que se realizou em Paris, já depois de 1928, o desinteresse não seria menor.

O notável arquiteto francês, Robert Mallet-Stevens, que é também escritor e conferencista, alude a essa indiferença no seu trabalho **"As razões da Arquitetura Moderna em todos os países"**, publicado há uns quinze anos. Ele diz neste seu ensaio:

"O público ignora não somente a arquitetura das ruas, mas ele não sabe os nomes dos autores dos monumentos que ama, que respeita e no meio dos quais evolui cada dia. Suponhamos por um instante que o público um pouco cultivado — oh! muito não — tenha de fazer um exame versando sobre a literatura e as artes. O examinador, homem bom, faria as questões elementares seguintes: "Quem é o autor de *Atália*? do *Cid*? dos *Miseráveis*? de *Otelo*? Quem escreveu as músicas de *Parsifal*? de *Manon*? de *Fausto*? Quem pintou o *Angelus*? a *Joconda*? a *Sagração de Napoleão*? Eu estou certo que todos os candidatos passariam. Mas, se por acaso, (sempre com benevolência), ele entendesse de perguntar: "Quem construiu *Notre-Dame*? o *Arco de Triunfo da Estrêla*? o *teatro de Bordeaux*? o *Castelo de Chambord*?", devo confessar, não teriam boas notas! Descuidos são possíveis, faltas de memória poderão se dar, e, catando bem, certos candidatos se lembrariam que o *Arco de Triunfo* é de *Chargrin*; mas os nomes dos autores de *Chambord* não evocariam nenhuma lembrança: *Denis Sourdeau*, *Pierre Nepveu*, *Jacques Coqueau*, bons artistas, desconhecidos ilustres. E que se diria de um senhor que, com calma, perguntasse: "Que é que pensa você da obra de *Ictinos*?" Pensar-se-ia, de um modo geral, pouca coisa. E no entanto, foi *Ictinos* quem fôz o *Partenon*".

A arquitetura moderna — também chamada nova, de hoje, de amanhã, não importa o nome — é a arquitetura da nossa época, essa que corresponde à nossa existência, que se tenta acordar com o nosso ideal.

A arquitetura moderna não é uma moda, é necessidade. Antes de tudo, não é decorativa, ela é útil e normal. A parte ornamental é somente um acessório. O processo de construção é que cria uma arquitetura e não a decoração que nela se aplica. Há engano quase sempre de explicação, já não direi dum estilo, mas das marcas características duma época.

Mallet-Stevens, no ensaio a que há pouco me referi, faz um resumo dos grandes estádios da história da arte na França.

Essa história que não é bem diferente da que nos oferece a arte nos outros países — distinções quase que só de nomes — é muito conhecida e não haveria necessidade de eu a recordar aqui.

No estudo da evolução da arte, não nos importa saber, com efeito, que houve, após um período de iniciação, uma época ogival, uma época da Renascença e dos Luíses: *Luís 13*, *Luis 14*, *Luis 15*, *Luis 16*, Império, etc; mas, reconhecer em que pontos ou em que traços a arte dos

nossos dias se separa da arte dos outros tempos. Interessa saber que é o que caracteriza a arte moderna. Essa é a primeira indagação que se propõe a quem quer ter um juízo distintivo da arte de hoje.

Não digamos de uma casa que ela será moderna, se, em lugar das pilastras molduradas e grinaldas esculpidas nós pomos, ajustando-os assim, motivos triangulares ao modo cubista.

A arquitetura moderna não é isso.

Uma comparação e um exemplo poderão melhor esclarecer onde está a verdadeira diferença. E é ainda o arquiteto Mallet-Stevens quem nos vai dar este critério numa outra página sua, que eu transcrevo.

Evocando a velha carruagem dos outros tempos, elle diz:

“As miniaturas da Renascença, as estampas do século 17, as lithos Luís Filipe, ou as fotografias desses últimos anos, nos representam veículos puxados por animais: quatro rodas em raios, uma caixa, dois varais, um cavalo. Em todas essas épocas, as formas dos carros variam pouco, só os enfeites recortados, esculpidos ou fundidos, pintados ou de aspecto metálico, permitem se referir a um estilo. Hoje brutalmente a carruagem varia: o cavalo desaparece, a carroserie se mostra mais baixa, as rodas cheias se guarnecem de pneus, a silhueta geral se delinea. Nada mais de comum com os séculos passados. Um fiacre, uma vitória ou um tilbury por mais carregados que fossem de desenhos cubistas, jamais seriam modernos. Com a arquitetura se dá o mesmo. Não há mais cavalo, se ousa me exprimir assim. O motor este órgão que veio transtornar tudo, cientificamente e plásticamente é para a carruagem o que o cimento armado é para a casa: construção nova, estética nova. Nós não temos mais ligação com o passado, o fio rompeu-se, um salto para a frente se deu. Pra se ter luz, queimava-se uma coisa qualquer: óleo, cêra, sebo ou resina, e de repente aparece a electricidade; pra se subir aos andares tomava-se uma escada, milagre: o ascensor; pra se aquecer levava-se com grande custo carvão através do apartamento, terceiro milagre: o *chauffage* central; pra trocar uma conversa era preciso deslocar-se: o telefone; pra fazer a sua *toilette* bastava uma bacia e um jarro d'água: água quente e água fria nas salas de banho; varriam-se os soalhos de juntas abertas e cheias de poeira; etc., E os que protestam ainda contra as formas modernas admitiram, sem muito desprazer, a idéia de um ascensor, do telefone e da electricidade”.

Assim se exprime o autor das **Razões da Arquitetura Moderna**.

Mas, ter-se-á rompido inteiramente com o passado? Ter-se-á quebrado o fio da tradição? Não o creio. Impossível partir-se um elo qualquer desta corrente.

Possuímos um fundo resistente de idéias que os antigos nos deixaram, e são essas idéias — visíveis ou não — que ainda agora nos dirigem. Sômente muitas vêzes não temos consciência disso. Quanto do que vemos hoje, e nos parece tão novo, tão atual, e que é, na realidade, apenas renovação.

A transformação moderna não é senão um momento, sensível para nós, de uma criação interminável, cuja origem remonta aos mais longínquos conhecimentos humanos.

Em arquitetura, após cinquenta anos de horríveis bolos de gesso, nós retornamos lentamente à simplicidade e, por motivos modernos, ao ideal grego. De repente, descobriram os homens o que se podia realizar com um pó cinzento preparado com calcáreo e argila, misturado a um pouco de areia e d'água, aí incorporando algumas barras grosseiras de ferro. Tôda a arquitetura se modificou. Já agora, o cimento armado autoriza as maiores distâncias, vãos praticamente de um máximo de largura. A luz e o ar entram em profusão na casa, sem perigo, o calor podendo ser transportado ao ponto que se deseja. O cimento armado permite ainda pontos de apóio raros e de dimensões reduzidas dando um mínimo de obstrução interior; dá também possibilidade às partes de construção sobressaindo no exterior ou nos quartos, sem nenhum suporte. Uma quantidade de problemas até aqui irrealizáveis acham solução.

A arquitetura moderna está se tornando universal como em tôdas as épocas ela o foi. A razão é a sua simplicidade. No comêço de um estilo, a arquitetura é sempre pura: os arquitetos se entregam só ao aperfeiçoamento da invenção técnica; êles não pensam nos ornamentos. Exemplo: as primeiras manifestações da arquitetura gótica. Depois, sabendo os processos de construção, os arquitetos que seguem têm seus lazeres, assim se aplicam a criar a decoração. Eles estragam a obra dos antecessores.

Os povos civilizados adotam hoje uma arquitetura cujos órgãos são idênticos e cuja estética tem as mesmas bases. Em seu belo trabalho, *Art et Artistes d' Aujourd'hui*, Paul Léon dá nalgumas linhas precisas uma espécie de definição da arte contemporânea:

“A beleza se realiza não mais pela ornamentação, porém pela própria estrutura, pela harmonia das proporções, dos espaços cheios e vagos, dos vãos e das projeturas, das sombras e das luzes. Uma afirmação dos volumes, franca e algumas vêzes brutal, se alia a uma simplicidade, que não é isenta sempre de *secura*, mas não é nunca sem *grandeza*”.

Vejamos agora a escultura.

Assim como não se pode falar da pintura atual — e nós veremos isso mais adiante — sem uma noção do movimento artístico que a criou e o qual é todo francês, a mesma coisa poder-se-ia dizer também da escultura moderna.

Tôda a escultura da nossa época é Rodin e Bourdelle. Esses dois gênios enriqueceram sucessivamente a escultura do nosso tempo. Mas, seus princípios, seu ideal e seus fins são muito diferentes.

Jean-Louis Vaudoyer soube, com muita sutileza, diferenciar as duas concepções artísticas.

“Na arte de Rodin”, escrevia há tempos, Vaudoyer, “a síntese é de alguma forma uma síntese dinâmica; na arte de Bourdelle, a síntese é sempre uma síntese estática. Um dá a ilusão do movimento e o estremecimento da vida; o outro extrai do modelo humano o espírito da matéria esculpida. Uma obra de Rodin é sempre igual a uma flor brotada num rochedo, deliciosa mas frágil, menos saída da rocha que parasitariamente imposta a ela. Uma obra de Bourdelle é antes comparável a uma árvore inteira, a um destes cedros que, no inverno, quando estão desfolhados, elevam para o céu, dos pés ao tópo, uma estrutura duma solidez e duma nitidez infalíveis. Onde Rodin se entrega ao gôsto livre dum movimento, Bourdelle busca e exige a autoridade medida e o poderio fixo de um ritmo”.

Há, porém, eu creio, um ponto de contacto essencial entre os dois grandes artistas; e isso, que os aproxima, é o que os distingue dos demais escultores.

No tocante à concepção do belo na arte, é aí onde está a afinidade entre êles. Rodin, êle próprio, descreve seu pensamento e suas intenções, numa conversação tão simples quanto cheia de espirito e de movimento; e onde as fórmulas sobre a arte se diriam também esculpidas.

O grande homem¹ confessa haver sofrido certas decepções, que lhe foram a amargura de sua carreira. Após os dissabores, o mestre queixa-se de não ser bem compreendido, e diz:

— Os artistas, na hora atual, assemelham-se a animais fósseis. Imaginai um megatério ou um diplódoco passeando pelas ruas de Paris: eis a impressão que eu devo produzir nos meus contemporâneos.

E, filôficamente, acrescenta:

— E' raro que um homem se veja tal qual é, e, mesmo se se conhece, lhe é bem desagradável que um artista o represente com sinceridade. Êle exige ser representado sob o seu aspecto mais neutro e

mais banal. Ele deseja ser um manequim oficial ou mundano. Assim, as mulheres mais belas têm horror da própria beleza quando um estatuário de talento lhes é o intérprete. Elas lhe pedem para as desfear atribuindo-lhes uma fisionomia abonecada e insignificante. Enfim, faço o melhor que posso, mas eu nunca menti. Meus bustos só têm um mérito: a veracidade. Que ela lhe sirva de beleza!

Um dia, diante de um seu trabalho representando uma velha viçiosa mais encolhida que uma múmia, curvada em duas e lançando um olhar de desespero sobre o seu corpo deformado, como lhe perguntassem porque tanta fealdade, o mestre responde:

“O que se chama nas coisas reais fealdade pode se tornar uma grande beleza”.

“Não há feio na arte senão o que é sem caráter, isto é, o que não mostre nenhuma verdade exterior ou interior”.

“E’ feio na arte o que é falso, o que não é natural, o que procura ser bonito em lugar de expressivo, o que é afetado ou precioso, o que sorri sem motivo, o que se simula sem causa, tudo o que tór sem alma e sem verdade, tudo o que é só encenação de beleza ou de graça, tudo o que mente”.

Em tôdas as criações de Rodin se vê expresso êste seu pensamento.

Bourdelle é outro gênio que personifica tôda a nossa época moderna, após Rodin.

A obra de Bourdelle é considerável, não somente em si, mas por todos os horizontes que ela abre, pela influência que ela exerce sobre os jovens artistas não só da Europa, de tôda a parte. No mundo inteiro, o nome de Bourdelle é reconhecido ser um dos maiores artistas da atualidade.

O pai era um carpinteiro que trabalhava muito para os castelos. Ele construía móveis; também reparava os móveis antigos. O pequeno Bourdelle teve diante dos olhos, desde a sua infância, o maravilhoso modelo que é um móvel de outrora, construído como um monumento.

Foi, diz André Warnod, a arquitetura dêsses móveis que lhe fêz compreender que a escultura tem parte ligada com a arquitetura. E êsse moderno crítico de arte caracteriza assim a obra de Bourdelle:

“1.º Um lirismo ardente anima a pedra, sente-se vibrar a alma do escultor em sua obra; escultura sempre arquitetural; fortemente, solidamente acabada.

2.º Rutura com os cânones da Escola copiados da estatuária greco-latina da decadência, e volta ao estudo direto da natureza, à sinceridade da arte arcaica, da arte medieval francesa”.

Convidado uma vez para falar de sua arte e de sua obra, Bourdelle disse coisas bem originais. Ele narrou aí o seu encontro com Sílvio Lazzari, um compositor de música conhecido:

Saía eu com êle, diz Bourdelle, de uma soirée passada em casa de amigos e lá me pus a falar música: Mozart, Beethoven, Wagner; eu fazia a critica de uns e de outros. E Lazzari, ao fim de um momento, me interrompe:

— Que é que o senhor já tem então escrito? Quais são suas composições musicais?

Logo respondi:

— Mas, caro senhor, eu não sou um musicista, nem mesmo nunca aprendi música.

— Entretanto o senhor me falou como bem poucos músicos teriam falado de música.

Disse-lhe eu:

— E' que, simplesmente, eu me servi, para vos falar da arte musical, das leis do escultor. Como eu entendo que há uma lei única para todas as artes, servi-me dos conhecimentos que tenho reunido sobre a arte da escultura para falar de música.

Lazzari disse então:

— Agora, eu compreendo!

Com efeito, assim lhe dizia:

— Quando eu estou ouvindo música, há partes desta arte que vêm até o meu entendimento, ou sou eu que vou até elas. Há aí o lado emotivo que nada tem a ver com a ciência musical. Há também o lado arabesco, mais ou menos irmanado ao arabesco de um bom verso, duma bela forma, — eu chamarei isso o arabesco literário, — e há, além do mais, a ciência do músico que não posso penetrar.

Lazzari, após as minhas palavras conclui:

— O senhor devia escrever critica musical.

— Não, caro senhor, eu não a farei. Não me julgo com êsse direito.

Mas, o grande Bourdelle se julga com o direito de nos contar a nós a sua vida.

Ele no-la conta desde os rudes começos — os das grinaldas de madeira com frutos e folhagens, aos treze anos, para salvar a situação do pai até os desenhos realçados de aquarela em tons de vitrais com que êle quis traduzir o seu sofrimento ante a mutilação bárbara da catedral de Reims.

Um encanto ouvi-lo falar sôbre a sua arte, sôbre tôdas as artes, pois Bourdelle é escultor, pintor, poeta, e até mesmo músico sem q êle o diga.

Vamos, pois, escutá-lo em mais uma de suas passagens.

Fôra, havia algum tempo, uma questão posta por Maurice Denis.

Bourdelle tinha começado uma resposta que não chegou a enviar. Tratava-se de Rembrandt, dos **Discípulos de Emmaús**, do **Boi Escorchado** de Rembrandt.

Maurice Denis sustentava que, para fazer **Os Discípulos de Emmaús**, precisava outra coisa que para fazer o **Boi Escorchado**; igual para as **Bodas de Canaan**...

— Evidente, diz Bourdelle, que pintar uma maçã, é menos difficil que pintar cem, porque, quando se pintam cem, importa que seja muito bem para cada uma e em relação a tôdas as outras. Quando há cem homens a pintar sôbre uma tela, isso faz lembrar as leis da causa social; se fareis o lugar muito grande para uma só pessoa, os outros ocúpam um lugar muito pequeno. E' uma injustiça que o povo não poderá suportar sempre.

Escrevera, pois:

— Um engano! O assunto não é o **Boi Escorchado** de Rembrandt; o assunto, não é **Os Discípulos de Emmaús**; o assunto, não é uma maçã sôbre uma tela; o assunto, não é **As Bodas de Canaan**; Rembrandt!

Eis aí a verdade; Não há o que discutir, e é o artista só que vale, não é o seu assunto. Um homem que fêz o Partenon, se êle esculpe um peixe, fará coisa admiravelmente bela, e tão bela quanto o Partenon, doutra maneira; isso não será visível aos olhos de todo o mundo, mas é bem uma verdade absoluta.

Um pensamento semelhante ao dessa página admirável de Bourdelle se encontra expressa em Ortega y Gasset, o grande crítico espanhol. Ele dizia uma vez, referindo-se à pintura de Monet, que, se vos pedissem para explicar o que é essa pintura, e se vós respondêsseis: "Monet é um homem que pintou catedrais, que pintou ninféas e paisagens do Sena", não teríeis nada dito sôbre a **natureza da arte** de Monet. Sisley também havia pintado essas paisagens; Corot também **pintara** catedrais. O que faz Monet, não são êsses assuntos que lhe foram fornecidos pelo acaso, é uma certa maneira de ver a natureza.

Para compreender isso, o crítico espanhol de que eu falei cita uma anedota que é simbólica. Havia, diz-nos êle, em uma biblioteca um corcundazinho que vinha tôda a manhã reclamando um dicionário; o empregado respondia: "Qual é? E' qualquer um, dizia o marrecazinho, é pra sentar-me em cima".

O mesmo se dará para um Monet, para um Bourdelle. Que objeto desejais pintar? Qual o personagem a esculpir? se lhes terá dito. — E' qualquer um, responderiam êles, os assuntos não são feitos senão para me permitir ser eu mesmo.

E pois que falei aqui em pintura, ela pode trazer-nos ainda alguma luz.

Um quadro, com êste título: *Natureza Morta*, de Cézanne, e onde o grande pintor nos mostra quatro maçãs e duas nozes sôbre uma toalha de mesa, — é que teria sugerido, eu creio, a Tristan Dérème, êsse fino poeta moderno, o trecho seguinte:

"Ora, se consideramos um quadro, não um dêsses, por exemplo, onde triunfam esplendorosas nudezas, mas um quadro onde são pintadas quatro maçãs e duas nozes, uma frase nos vem logo á memória: ela é de Pascal e vós a conheceis.

Ei-la aqui:

"Que vaidade é ainda a pintura, que atrai a admiração pela semelhança das coisas cujos originais ninguém admira".

A verdade é que quatro maçãs, duas nozes, que não admiramos sôbre uma mesa, podem, vertidas por um pincel, fazer surgir uma obra prima e que admiramos. E por que? E' que num quadro consideramos menos o objeto exposto que a maneira por que é representado; sem isso a fotografia era preferível à pintura. Mas esta **maneira**, que é isso, senão a marca pessoal do artista, o que êle ajunta às coisas, seu sonho enfim, isto é, êle mesmo; tão bem que se pode dizer que um quadro qualquer, e represente êle um animal ou um moinho de café, é sempre um retrato e o retrato do pintor, pois que nas côres de que se serve, o artista faz transparecer as tintas e as formas de suas idéias e seus sentimentos mais secretos, os mistérios mais profundos de sua vida. E por isso é que nós amamos a pintura e pelas mesmas razões amamos a poesia e tôdas as artes, porque elas são para nós o meio de penetrar em outras almas que se oferecem, de explorar-lhes volutuosamente as sutilezas, e o artista, desta forma, salva os seus sonhos do nada para onde êles retornariam com o seu corpo, à hora triste.

Chegamos assim à última parte do nosso trabalho.

A pintura moderna — eu já o disse há pouco incidentalmente — é toda originária da França, e para estudá-la, se faz mister uma pequena excursão histórica, a fim de melhor conhecer o cenário onde ela surgiu.

Quem houvesse freqüentado Paris, de 1908 e 1913, teria conhecido o velho Montmartre, o famoso Montmartre, que, sem o saber, estava tão perto do seu fim. Como parece distante isso! Lendo-se, hoje, **Le Vieux Montmartre** de André Warnod e olhando os vivos **croquis** com que êle ilustrou o seu livro, crer-se-ia que se trata do Paris do outro século, quando Berlioz tinha lá em cima a sua casa de campo. E todavia a obra é de 1912.

Era o tempo do Montmartre dos apaches, e dos casebres, onde seria materialmente possível tanta gente, que ali vivia, viver sem dinheiro e sem nada fazer. Viver mal, bem entendido, mas viver ainda assim.

Em geral, barbados e cabeludos, alguns se diziam filósofos. Não tendo domicílio fixo, êles iam arribar muitas vêzes numa ou noutra parte das tais choupanas, que eram mais ou menos a propriedade de um pintor ou de um escultor de suas relações. Porque preciso é dizer, o conceito da propriedade era mui vago e sobretudo se defendia muito mal neste lugar.

A maior parte dos que passaram por ali já desapareceu; — uns morreram e outros nada fizeram. Mas há os que figuram, hoje, entre os primeiros da nova pintura e da nova literatura: Mac Orlan, Picaso, Carco, Dorgeles e tantos outros.

O Montmartre dêsse tempo deixou lembranças inesquecíveis aos que passaram por lá.

Aí, há pouco mais de trinta anos, é que se foram encontrar os elementos mais ativos que fizeram da arte viva o que ela é no presente.

Na verdade, é bem paradoxal que, no cenário em ruína das pequenas ruas da **Butte**, tenha podido brotar tão novo, tão lúcido, tão audaz, tão desnudo, o espírito que ia animar toda uma geração de artistas e escritores. Não será um contrassenso imaginar essa gente nova vivendo entre velhos muros onde florescia ainda a pequena flor azul sentimental das **midinettes**?

Pode-se imaginar um lugar menos logicamente propício para ai lançar as bases do cubismo que êsse cabaret do **Lapin Agile**, romântico e poeirento, cheio das canções de 1830 do Pere Frédé, barbudo e um gorro de peles à cabeça?

Nunca uma terra estêve mais em contradição com os seus habitantes que essa velha aldeia meio em ruínas, cheia de sentimentalidade; de histórias de mulheres, de amor nostálgico, de indolente flânar, quando aí viviam Picasso e Derein, Van Dongen e Dufy, Braque e Utrillo, e André Salmon, Maurice Reynal, Pellerin, enquanto que Apollinaire era um assíduo visitante. Um singular contrassenso fêz que justamente, o velho Montmartre tivesse por hóspedes os que iam mostrar de modo saliente tudo o que havia de fora da moda, de facício, de morto enfim, na arte convencional, as falsas tradições, as rotinas, que os Montmartrenses defendiam sem saber, ao tempo em que eles troçavam tudo isso.

Pode-se negar o efeito da lei dos contrastes? Os **cabarets** românticos, a guitarra, as moças sentimentais, os amores magoados, a miséria e a vida de boemia! Adeus!

O **Lapin Agile**, com a claridade tremeluzente de sua porta de vidro na noite da rua dos Saules, foi para muitos o albergue da última fortuna, o laboratório onde Fausto vendeu a alma, o pôrto onde embarcou mais de um môço para a enganosa aventura.

Foi pois aí nesse velho Montmartre, pra Ravignan, que nasceu o cubismo. No atelier de Picasso. Esse pintor que só era então famoso na sua sagrada **Butte**, reunia em tórno de si uns jovens totalmente desconhecidos, mas já mostrando alguns o seu valor: Guillaume Apollinaire, Max Jacob, Princet, Raynal, — e é no correr das suas discussões, às vêzes sérias, às vêzes burlescas, que se vão formular os princípios da escola nova.

A primeira vez que Picasso, mudando resolutamente de maneira e abandonando os comoventes volatins que o tinham feito conhecer, expunha, não sei onde, um quadro representando pilhas de caixas e que êle intitulava: "Retrato de meu pai", mal sabia na verdade o barulho que êsse descaramento ia produzir. Seus discípulos o empurraram, o êxito encantou-o, e foi somente quando o cubismo nasceu que se imaginou motivar a sua existência. Era bem simples: a reação contra a côr exclusiva, contra a sensibilidade, contra a anedota. Os grandes movimentos artísticos se fazem sempre contra alguma coisa ou contra alguém.

Guillaume Apollinaire, que foi em todos os ramos da arte um admirável precursor, lançou as bases do "fauvisme".

— Pode-se pintar com o que se quiser, afirma êle gravemente em suas **Meditations Esthétiques**; pode-se pintar com cachimbos, selos postais, cartas de baralho, candelabros, pedaços de tela encerada, colarinhos, papel de fôrro, jornais...

Picasso não se deixou, aliás, distanciar nesta corrida louca.

— Queres fazer uma paisagem, punha êle em regra geral, é dar-lhe antes de tudo asemelhança de um prato...

Ele dizia isto, sim, com o seu ar malicioso, um sorriso nos lábios, e vos examinando com os seus pequenos olhos negros, mas os que tinham vindo, de tôdas as terras, à peregrinação de Montmartre, para ouvir a boa mensagem, recolhiam essa boutade como uma revelação, e, de volta a seus países, punham-se corajosamente à pintura de pratos, como o mestre lhes havia ensinado.

Picasso mantinha pois o seu lugar de chefe de escola com muita autoridade.

Uma manhã, um discípulo se lhe apresentou, o ar desga-

— Aconselha-me, lhe diz o rapaz numa voz que tremia. Estou eu pintando um grande nu de acôrdo com as regras cubistas e não consigo fazer os pés.

Então o mestre, depondo a sua paleta, mediu severamente o neófito e lhe ensinou, franzindo os sobrolhos:

— Não existem pés na natureza!

Como quereis vós com semelhantes axiomas, não maravilhar a mocidade?

Assim se criou o cubismo. Uma revelação contra a sentimentalidade, contra a arte acadêmica, contra a rotina. Um outro movimento, o impressionismo, havia já iniciado a reação contra a côr, no fim do século passado.

Mas o impressionismo não era uma teoria, um sistema. Foi antes um movimento de reação, uma revolta.

Os pintores se insurgiram contra a pintura negra; êles tinham sentido que na natureza havia outra coisa. Os impressionistas abrem as janelas e arrebetam as vidraças para fazer entrar o ar e a luz. Êles deram uma importância nova à paisagem.

Quando olhamos hoje êsses quadros, perguntamos a nós mesmos porque é que os acharam escandalosos, no entanto, quando foram expostos à primeira vez, há uns sessenta anos, êles provocaram violentos protestos.

Jornalistas, críticos, pintores, todos gritaram. O mundo inteiro gritou. Mas, é tôda a vida assim; é fatal mesmo que seja assim. Quando um pintor traz alguma coisa de novo, êle espanta, desagrade, inspira desconfiança, mesmo receio; é preciso tempo pra se habituarem.

Claude Monet tinha modestamente, naquela exposição, dado a uma tela sua este título: "Impressão". Acharam ser isso monstruoso. Um jornalista exclama ali:

— Impressão, êles são pois impressionistas?

Ficou o nome, e a batalha continuou.

Mas, eu não desejo fazer aqui a história do impressionismo. Quis com o exemplo mostrar somente como é cheia de perigos a novidade — tôda a novidade em arte — sendo ela mesmo genial.

Os impressionistas são os primeiros pintores naturais que a França produziu depois dos irmãos Lenain, Chardin e Corot. Já era tempo! exclama um crítico dagora.

Com efeito, em vez de submeter a natureza à pressão de convenções estudadas, êsses pintores, esquecendo momentâneamente o seu saber acadêmico, se põem diante dos espetáculos naturais como se pintassem pela primeira vez. Ousam esquecer tudo o que sabem das árvores, dos céus, das águas, para descobrir o que essas árvores, êsses céus, essas águas despertam nêles de formas e de côres novas. Até êles, uma sombra por sobre uma estrada ensolarada, era uma mancha escura; eis que êles verificam que, se a estrada está imersa em uma luz dourada, a idéia do azul complementar lhes vem à mente. E' bem uma ilusão de ótica, com certeza, pois, para os outros, a estrada é parda, e a sombra negra. Mas, chamados a escolher entre a sombria cor aprendida e a bela cor experimentada, êles não hesitam, êles escolhem esta última, bem que seja uma criação de sua sensibilidade antes que uma verdade já reconhecida. Os pintores impressionistas são os que preferem as ilusões plásticas e coloridas de sua sensação às formas e às côres convencionais.

A novidade não é acolhida de uma maneira semelhante nos diferentes ramos da arte. Para o que é da indumentária, ou da moda, as piores audácias são aplaudidas. Um estôfo cubista, seja ainda o mais extravagante, encanta mesmo aquêles que se escandalizam diante de uma dessas telas modernas. Em música, em literatura, é de bom tom amar as expressões mais novas. Até a arquitetura e a arte decorativa modernas são bem acolhidas presentemente. Quanto à pintura, é já outra coisa! Há desconfiança. Fica-se sempre persuadido de que se está a tratar com gente que quer rir dos outros. Donde vem a diferença dessas reações? Por que é que a pintura moderna é menos facilmente compreendida e amada que a música? Talvez se deva isso muito à fotografia que tem dado aos olhos uma má educação. A fotografia altera a

visão que nós temos daquilo que nos cerca. Num autêntico ensaio sobre pintura moderna, André Warnod faz esta observação:

“Nós temos dois olhos que percebem as coisas. Por que considerar então como a verdade essa imagem obtida por um objetivo de vista única e mecânica, insensível ao reflexo, a tudo o que é bem vivo no efeito das luzes e das côres? Aliás, por que querer considerar um quadro como uma fotografia? São duas coisas totalmente diversas. Não é o dever de um pintor e o primeiro, dar uma reprodução fiel do que tem diante dos olhos, é pôr na sua tela o que êle tem de melhor em si”.

E Warnod acrescenta:

“Por que se há de exigir que uma pintura represente alguma coisa de inteiramente escrito? Por que se quer que ela seja uma anedota? — Quando, no concêrto, estais a ouvir a música, vos inquieta a preocupação de saber o que o compositor pretendeu representar? Por que não conceder ao pintor o direito de se exprimir assim, pelo único meio da pintura? Existem sinfonias de côr tão emotivas quando às sinfonias musicais. E’ uma questão só de educação da vista e da sensibilidade”.

De Montmartre os artistas se haviam mudado para Montparnasse, que passou a ser o novo albergue dos pintores franceses ligados ao movimento modernista. Montparnasse era um lugar realmente encantador, todo o mundo se conhecia e gozava, nas horas felizes de antes da guerra, a grande alegria de viver. Paris se tornara já a capital do mundo artístico.

Aos artistas franceses vieram juntar-se os estrangeiros, atraídos pelos mestres, os museus, o ar e a liberdade da França. Assim se formou a chamada Escola de Paris, uma escola darte dura riqueza imensa. Ela ficou sendo o centro de irradiação, para o mundo inteiro, da nova mensagem da arte francesa. Na maior parte dos países começaram então a aparecer os pintores modernos: — cubistas, fauves, realistas e super-realistas, outros nomes...

No meio dos muitos pintores saídos dêsse movimento e alguns dêles grandes pintores, sobressai o holandês Wan Dongen, que é um dos maiores do nosso tempo, senão o maior.

Antes de tudo, Wan Dongen mostrou conhecer e seguir sempre em sua arte aquilo que Bourdelle dizia ser a chave de tôdas as artes, isto é, o desenho. — Se quereis conhecer a beleza das artes plásticas não há senão um único meio, é aprender a desenhar. Conhecer a fundo o espírito da arte do desenho, é ter a chave de tôdas as outras artes. Palavras de Bourdelle. —

Wan Dongen é o pintor que melhor soube encontrar a expressão dessa elegância moderna, refletir melhor a vida de uma parte da sociedade contemporânea. E' na sua obra que é preciso buscar o que foi a vida elegante da singular época que começa após a guerra, e que é tão diferente da época anterior.

Wan Dongen é sobretudo o pintor da mulher moderna, o agudo intérprete da beleza de hoje. Se bem que seja êle mesmo a nos dizer que não há beleza especialmente de hoje ou ontem: há sòmente modos de expressão, de exteriorização, como há modos na moda. Uma mulher, diz êle, é sempre uma mulher: a Mulher; a que nos fêz perder o paraíso; mas, quanto ela nos parece diferente pela expressão, a maneira de se ornar, de se pôr, de se abandonar ou nos dominar! E continua: "Eu, pintor, eu procuro melhorar a raça feminina pelas imagens que vou criando. A longa linha tão ágil da mulher habituada a todos os esportes; os grandes olhos, — eu não sei bem por quê, — as longas franjas de cílios, a pela setinosa ou mate, branca, ocre, rosa ou verde, e as pérolas e os brilhantes; e importa que os brilhantes brilhem, e porque não engrossarei eu as pérolas?"

"E os reflexos dos cetins e dos veludos, e a doçura, o conforto das peliças. Que se tenha vontade de apalpar um quadro, seja um prazer para todos os sentidos.

Precisa que um quadro seja uma coisa existente e exaltando a vida, pois o fundo da vida é triste e escuro, e é por isso que precisamos de alegria, e é por isso que nós queremos sòbre êsse fundo escuro a beleza, que é de luz, que é de tôda a vida, e que é para nós a beleza e a claridade de hoje".

Como vedes, não é Van Dongen um grande pintor sòmente, êle ama e tem também a sua eloquência.

Pintor de Deauville, de Carmes, do Lido, de tôdas as terras de "palaces" e casinos, o pincel molhado na côr azul, êle traça com segurança prodigiosa os gestos e as atitudes de gentes que dançam e que ceiam, o jazz-band epiléptico e a majestade dos lacaios que envergam a casaca à moda francesa.

O ambiente está criado.

Quando se observa uma gravura do século 17 ou do século 18 representando alguma festa dada na Côte, impressiona ver a importân-

cia que o artista deu à decoração: os personagens parecem todos pequenos, esmagados pela colossal magnificência das colunas, das molduras e dos capitéis. Os tempos mudaram. A elegância moderna quer um quadro mais simples, de paredes nuas, de linhas retas. Van Dongen traduz isso admiravelmente. Sua pintura marca bem essas mulheres, à noite em grande toilette, em estrito maillot à hora do banho: "essas bonecas frágeis e terrivelmente resistentes, bonecas mecânicas de luxo.

Van Dongen nunca foi cubista; fauve, êle não o teria sido voluntariamente.

Um pintor louco de côr. Sua concepção de quadro é a que melhor convém à nossa época. Esse lado brutal, rápido, apressado na aparência, é bem do nosso tempo. Mas êle não esquece as rosas desabrochadas, as luzes, os carros reluzentes, as pérolas, os diamantes.

Eis aí Van Dongen. Precisava um homem como êle para evocar as festas modernas.

Aí está a pintura na vida de hoje.

Também a escultura e a arquitetura.

Por muitos traços, as artes pertencem à vida de sociedade. Entretanto, por qualquer coisa de íntimo e pessoal, elas nos instruem sobre a alma mesma. São um como complemento à vida. Muitas das coisas que o destino nos recusa, as artes nos dão. Elas vão despertar no fundo da alma todos os sonhos refluídos, tudo o que podia ser e que a condição de nossa passagem sobre a terra não permitiu que existisse, e o melhor de nós, numa palavra, acha nelas um universo ilusório onde se expande, uma aparência de realidade onde se satisfaz.

Ao lado de um mundo que nos é impôsto, a arte é o mundo que nós mesmos criamos. Demiurgos por nossa vez, nós nos vingamos da opressão de tantas forças bárbaras construindo-nos êste segundo universo aéreo, imortal, habitado por deuses — os nossos verdadeiros pósteros. Aí reina a eterna mocidade, aí estão os únicos bens que nos é dado ter, um efeito da sombra com a luz ou a linha palpitante duma bela forma: é o bastante para nos dar toda a riqueza.

— Dezembro de 1942 —

RUMOS DA ARTE

Conferência do Frei Mathias Teves na Escola de Belas-Artes.

A Escola de Belas-Artes de Pernambuco abre hoje as suas aulas para o ano letivo de 1937, e é sob auspícios fagueiros e importantes que inicia os seus trabalhos.

A Escola entrou numa nova fase de desenvolvimento quando, reconhecidos os seus fins e confirmado o valor da sua ação, lhe concedeu o governo federal a Inspeção Prévia, o que importa ao início da equiparação com os demais Institutos congêneres sustentados pelo Departamento do Ensino e cujas patentes reconhecidas são por todo o país.

Vantagem enorme para os alunos formados, que em todo o Brasil serão garantidos os seus direitos, vantagens para a Escola que vê confirmada a sua ação.

Não que à Escola até agora tivesse faltado o amparo da autoridade.

Desde o principio, quando um punhado de abnegados, inspirados no ideal da arte, que por própria natureza como todo o verdadeiro valor é comunicativo, para fazer os demais participar do fogo sagrado que nas suas almas lavrava, fundaram a Escola de Belas-Artes, — recebida foi a Escola com alvoroço por todos os que sentiam o idealismo sublimar-lhes a ação, aplaudida, apoiada, secundada nos seus esforços. Veio ainda a clarividência do governo do Estado e da autôridade municipal facilitar-lhe os meios de instalação, assegurando-lhe a função com uma subvenção anual. Correram os anos. Chegou a Escola a convicção da eficácia do seu valor, deu-nos a "Quinzena da Arte", durante a qual instalou nos seus salões uma Exposição didática, demonstrativa do aproveitamento dos alunos e mesmo do valor dos seus talentos, prova de que aqui se trabalhava com tal resultado que excedeu a expectativa dos que não nos conheciam e mesmo, quando os trabalhos dos alunos constituíram em grande parte a revelação de fortes talentos e a prova do afinco com que se dedicavam ao estudo, secundando esforços de pro-

fessôres hábeis, dedicados e incansáveis. Pois não devo calar o fato de grande acance moral, de que o corpo docente desta Escola aqui ensina e prepara a mocidade de artistas, sem remuneração alguma que não seja a satisfação de colaborar para o desenvolvimento das Belas-Artes entre nós.

Não tardou o grande público a votar uma grande simpatia a Escola tão eficaz, idealista e benemérita, como não tardaram as autoridades do Estado e do Município a favorecê-la com subvenções crescentes.

O governo do Estado concedeu à Escola 200:000\$ rs. em apólices da dívida do Estado para constituir o seu patrimônio, além de uma subvenção anual de 5:400\$ réis.

O governo do município elevou a subvenção anual de 2:400\$ para 4:800\$ rs.

O governo federal deve à Escola a subvenção de 20:000\$ rs. no ano de 1934, de outros 20:000\$ rs. para o ano de 1935, de 18:000\$ rs. para o ano de 1936(sendo que êstes dois anos ainda não foram recebidos) e já votou um crédito de 20:000\$ rs. para êste ano de 1937.

Vendo-se, portanto, a Escola tão fortemente amparada pelos poderes públicos e cercada das simpatias de tôdas as classes, corre-lhe o mais imperioso dever de gratidão que se não exprime em palavras, mas tem de se realizar na sua ação.

Bem assim o compreenderam os seus dirigentes. Desde logo, aceitaram todo o programa de ensino da Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro, novos e pesados encargos foram confiados aos professores e tem a Escola a mais firme confiança no seu corpo discente de que os alunos com a maior compreensão dos seus deveres erguerão, bem alto, o nome da Escola pelo zêlo do estudo, da freqüência assídua e da docilidade que conforta e garante a eficácia da ação fornecedora das suas habilidades.

A Escola, solicitando fiscalização prévia para entrar no regime da equiparação, assumiu o compromisso de desempenhar cabalmente a sua missão, correspondendo dessarte à justa expectativa das autoridades que generosamente a amparam e a simpatia de tôdas as classes que a confortam.

Conhecedor das disposições do corpo docente e do corpo discente, afirmo-o: A Escola cumprirá o seu dever, constituirá um elemento pedagógico dos mais decisivos na formação da nossa sociedade, cultivando-lhe as aspirações artísticas.

Compreende-se que em consequência dessa atitude tem a Escola por escopo preparar a mente dos seus alunos pela justa compreensão da natureza da arte, seus meios, seus fins. Pois quer preparar artistas e não artífices. Tarefa que muito eleva a sua ação, dificultando porém

o desempenho da missão, que na sua eficácia dependerá tanto da proficiência do ensino quanto da vontade estudiosa dos alunos. A Escola tem de tomar atitude definida relativamente a todos os problemas que dizem respeito à arte, e principalmente às questões que agitam os artistas do nosso tempo.

Se bem que muitas matérias do programa de ensino tenham de se ocupar desses problemas, é antes de tudo a estética que lhes deve estudar o valor, formando a intuição artística dos alunos, tanto que não está fora de propósito que o professor dessa matéria aproveite o presente ensejo para, num âmbito mais vasto, falar-vos de alguns problemas do nosso tempo e que se compreendem na palavra de sentido bastante indeciso: "Arte Moderna".

A lei da evolução, com os exageros dos fanáticos, foi aplicada também à arte na intenção de justificar quantas inovações e transformações radicais, como sendo "fonte de evolução artística" e portanto cientificamente justificadas. Como todos os diletantes, de premissas injustificadas, tiraram conclusões radicais e horrendas.

Já ficou dito que os últimos 5 decênios continham em si um fermento enérgico, a provocar novos objetivos e novas aspirações, que em conjunto eram bem capazes de desencadear tempestades em toda turba, e essa tempestade (pois não se pôde falar nem de linha nem de estilo) é a corrente moderna.

Como todas as aspirações e idealismos de uma época se refletem na arte, devia esta refletir todas essas diferentes, até opostas, inovações, fermentações, suas alegrias, suas decepções, suas lutas, sucessos e desilusões, sua tendências e seus erros.

Só quem se deixasse ficar à margem do movimento cultural moderno podia quedar-se indiferente às aspirações gigantescas, corporizadas na arte e na literatura moderna.

Em consequência, assistimos a uma atividade interna. Os estudiosos da arte se comprimem nas academias e em redor dos grandes mestres. Mesmo na grande massa agitam-se as questões estéticas, que caíram já no âmbito do formalismo com suas impressões ligeiras e passageiras.

É a nova arte imagem fiel do tempo em que vivemos. O seu sinal característico é um realismo pronunciado, muitas vezes exagerado a quantas audácias e mesmo atrevimento do naturalismo.

Tanto maior era a tentação quanto mais bizarros os assuntos recolhidos da vida íntima da plebe. Era o que os modernos preferiam, representações de existências dúbias em realismo nu e cru.

Mais distintiva para a corrente moderna ainda é a preocupação, quase mórbida, de novidade e originalidade. Sob o influxo da em-

briaguez do fanatismo passavam em julgar os clássicos, repeliam com desdém o quanto a arte com especial carinho havia até então cultivado e estimado, — estética, estilo o quadro histórico e do gênero anedótico. Arquitetura e escultura, pintura e artes aplicadas deviam romper de vez com tudo quanto havia; tudo deve ser radicalmente transformado, as bases da arte devem ser subvertidas, a arte já não precisa nem de bases, nem princípios, nem normas, nem leis. O que impera é o capricho, a arbitrariedade. Tôdas as artes enveredam por estradas novas; a arquitetura para o estilo funcional, a plástica nas formas geométricas e técnicas, a pintura no impressionismo do ar livre, a arte decorativa cria um alfabeto de formas quase ininteligíveis. A clareza do pensamento cede à nebulosa indistinta, a forma não mais é a expressão que conscientemente nada deve exprimir senão o estado físico, nervótico do seu autor.

Cada artista podia e devia surpreender o público por quantas produções exóticas, uma vez que a arte já não era para todos, e sim o individualismo e subjetivismo proclamados como suprema expressão da arte.

É quase incrível quantas extravagâncias os modernos têm apresentado nas exposições e no mercado. Parecia às vèzes uma porfia de novidades de irracionalismo. Cousa nunca vista, jamais conhecida devia ser em tôda casa. Artistas de valor, autores de obras célebres, arrastados pela corrente perdiam-se no labirinto de excentricidades, declinando para um misticismo confuso e para uma pintura de ideologias ilógicas. A crítica de arte era indulgente demais, uma vez ela mesma se havia submergido no caos em que de valor era considerado o emergir rápido da confusão babilônica em forma de carantanho ou o fuzilar sinistro, de relampejos impressionantes, a elevar por instantes um abismo. Chegam a lembrar as palavras de Goethe; respondendo a quem se proclamava livre e independente de tôda e qualquer escola ou estilo: “Quer dizer, se bem te compreendi, que pretendes ser um tolo à custa própria.”

Estamos numa época que a corrente da moda pretende depreciar tudo quanto a grande arte tem criado. Diante da negação voluntariosa é preciso fazer compreender o valor da tradição e a transcendência dos princípios estéticos.

A moderna, que é? É a novidade, uma nova direção dos espíritos que teve início pelos anos de 70 e 80 do século passado.

A nova corrente longe está de ser bem definida. Estamos em época de transição, de fermentação, e difícil é a tarefa de reduzir as correntes espirituais às suas causas determinativas, tarefa reservada para épocas que de justa distância melhor poderão contemplar os movimentos presentes.

Mas, que vem a ser o modernismo na arte?

Cada corrente nova, como cada estilo, nasce das condições do tempo e do meio, fruto de uma modificação na maneira de pensar e de sentir; novas técnicas, novo meio social, cada corrente cultural é o fruto de uma evolução.

Dai a pergunta: Quais têm sido no nosso tempo as condições do estilo moderno?

Uma cousa é certa: Desde os fins do século passado, uma forte e profunda agitação irrequieta se tem apoderado dos espiritos, a procura de novas normas diretivas e idealidades em todos os terrenos.

Embecimentos políticos, acumulação de riquezas, concentração das aspirações na matéria, no gozo de vida e nas fatuidades da vaidade coletiva dos povos, a que não poucas vezes se confunde com o nobre patriotismo, têm desencadeado perseguições religiosas, crenças na infalibilidade da ciência no sentido utilitarista. Ficou o terreno preparado para as teorias paradoxais de um Nietzsche e conseqüentemente para o materialismo bruto, hoje centificamente superado, mas arraigado nas cabeças de uma grande massa que não pensa, tanto mais facilmente tangida pela corrente que lhe satisfaz os instintos, o homem sem destino, sem aspirações superiores, sem relação consciente para o eterno, o homem espiritualmente aleijado e que se vangloria do seu desvalor pelo manto policromo, dilacerado o carnavalesco de super-homem, que portanto deixou de ser, na sua opinião e no seu modo de agir, ente humano.

O homem dessa observância dogmática, ou é o fruto abúlico e irresponsável do meio que o arrasta e o plasma, coagindo-o as tendências, ou então se gaba de ser o Nietzschen "além do bem e do mal".

Profundas também foram as transformações criadas pelas pesquisas e resultados das ciências naturais, as descobertas de ordem técnica e industrial para o comodismo da vida, renegando mais e mais o trabalho consciente do indivíduo.

A conseqüência foi a revolução social que, a tôdas as classes estendendo-se, por cada uma e pelos indivíduos era interpretada e realizada de conformidade com os interesses em jogo.

A arte pela revolução social ficou coagida a ocupar-se de assuntos tétricos, que lhe davam margem para produções dramáticas e existentes.

Nas suas "Conversas com Exkermann", explica Goethe a razão por que na segunda parte do Fausto fez o bacharel da primeira parte, já emancipado, apresentar-se tão eivado de pretensão, que o próprio Mefistófeles já não o agüenta: "A pretensão" — continua Goethe — "nê-le está personificada, própria da mocidade e de que tantas provas tivemos depois da guerra da liberdade".

Uma convicção do próprio valor, como se com êles o mundo houvesse principiado, apoderou-se de muitos espiritos sob a influência ego-cêntrica de uma concepção do mundo materialista e envaidecedora.

Julgavam necessário jogar fora tóda a tradição, tudo quanto havia, todos os valores, para principiarem de novo a construir sôbre alicerces completamente arbitrários.

Pelo outro lado mais e mais se aninhava nos corações a revolta contra tóda e qualquer autoridade, numa intolerância mórbida contra tóda e qualquer lei normativa. O estrear precipitado e o quebrar de tódas as barreiras, ficaram em correlação íntima.

Um último distintivo da arte moderna é a ânsia incontida de independência absoluta. Criaram o lema: "L'arte pour l'art". A arte só existe para a arte coarctando-se no círculo vicioso de autolatria sob o pretexto de dilatar os horizontes além do racional e da estética. Nada lhes deve embargar o passo ou antes o avanço mesmo para devastar as leis da sã moral.

Não é preciso refutar a frase. Nada do que seja humano, contingente, natural, jamais se pode colocar além das normas traçadas pela razão e pela ética, que são as normas da verdade e da bondade. A arte moderna por vêzes tem servido o cálice espumante da autolatria até as fezes. Artistas sérios levantaram protestos em nome da ética e da própria arte como expressão do grande e belo. Um dos mais notáveis pintores da nossa época, Hans Thoma, reclamou do alto da tribuna da Câmara contra certas obras de arte emancipada, dizendo-se "uma destruição de sentimento do pudor" e "um envenenamento da mocidade".

Por extensa que seja a corrente moderna, ela longe está de vencer em tóda a linha. As revistas da arte trazem-nos constantemente obras inspiradas no verdadeiro senso de arte, e seus mestres são legião, assim como também os que encomendam obras de arte na sua grande maioria têm guardado o bom senso.

Entre os artistas se estabeleceu a luta entre os representantes da arte, que, por mais que se aproveitem de tódas as novas descobertas técnicas e se identifiquem com tódas as justas aspirações da psique dos nossos tempos, entendem que se não deve interromper violentamente a tradição, muito menos cobri-la de vitupério, mas imperando-se no que a arte tem produzido de valioso dentro das leis da estética plasmam as suas criações em formas adaptadas à nossa maneira de sentir. Não querem revolução, repulsa, desprezo, mas um desenvolvimento orgânico, vivo progresso seguro e sinceridade de composição.

Do outro lado estuam, se agitam, vociferam e clamam os assaltadores do futuro, impetuosos futuristas, os tecenionistas. De saltadores do futuro, impetuosos apresentados entre os labôres do gênio, sempre a estudar, a trabalhar, a subir, a desenvolver, a criar obras de valor

imperecível; do outro lado a impetuosidade da desconsideração do afã de, pela violência, sacudir uma obra, cuja importância sempre lhes foge, nevroses passageiras, pouco respeito e muito fanatismo, tudo isto animado de raiva e de pretensão, fugindo ao trabalho paciente e substituindo pelo arrôjo a falta de valor interno e duradouro. Crianças que estendem as mãos a pegar o sol e a que o mundo de luz e beleza se lhes esconde, pois ficaram ofuscadas, quando teimosas pretendiam cravar os olhos no brilho do astro luminoso.

Não é de admirar que vitupérios de toda sorte tenham chovido sobre os teccionistas, futuristas. Houve de tudo: sátira, ironia, vitupério, desprezo, repulsa. E não se pode negar que grandemente culpados eram de tão pouca sorte. Estravagâncias, tolices, monstruosidades, o nunca visto por absurdo que fosse o mesmo não tem faltado perversidade entre as produções. Assim mesmo e apesar de tudo não seria justo nem racional, querer condenar de uma vez todas as aspirações e mesmo todas as excentricidades dessas correntes hiper-modernas. Elas existem, apesar de grandes hostilizações, existem e persistem, hoje mais do que no princípio, embora grandemente modificadas mas com idêntica maneira fundamental de pensar.

Não se lhe pode pois negar que deve haver nelas algum germe vital e nobre. Ao lado de um sem número de modernos medíocres e de pintores orgiacos, ainda se encontram nomes de fama.

Sempre tem sido assim, que os primeiros a iniciarem novas direções, mal compreendidos pela multidão irrefletida e irreverente, têm sido perseguidos e contraditados, pois os homens não gostam, em geral, de desvencilhar-se do dia que estão acostumados e afetos.

Se, entretanto, a arte chamada moderna, enraizada está numa época de cultura nova, nascida de uma nova tendência espiritual, com o tempo se desfarão os rebentos malsãos, e ficará o que possui de valioso e bom.

O escopo da Escola de Belas-Artes é conhecer, estudar e cultivar • que existe de proveitoso, são e valioso nas diversas correntes artísticas, com especialidade das correntes do nosso tempo, e, por conseguinte, também da corrente chamada moderna.

A Escola não é apenas um Instituto de Artes e Ofícios, ou de Artífices, mas sendo Academia de Belas-Artes do ponto de vista estético a tudo deve tomar em consideração criteriosa, para desenvolver entre nós a verdadeira acepção da arte e preparar o espírito dos seus alunos para a justa compreensão estética.

Estendendo pois o espírito que as produções modernistas se manifestam, encontramos duas preocupações fundamentais, que irrompem em toda linha, a saber: um acentuado realismo de característica e uma pronunciada tendência.

De fato, acepção do nosso tempo de propósito de distância da expressão unicamente típica, generalizadora, idealisante, preferindo sempre uma aproximação determinada à vida real, e por conseguinte requer e exige em tudo o traço individual, expressivo característico.

Tal tendência pode tornar-se um elemento vital de arte valiosa e elevada.

Tanto que, uma vez que existem as condições em que a fermentação dos espíritos estua na formação de uma corrente nova, existe a indicação segura de que está em elaboração uma nova maneira de ver e de sentir, mais determinativa do traço individual, característico; de que, pois, virá uma arte nova, um estilo expressivo de sentir no nosso tempo e seria insípido, e mesmo um esforço baldado querer opôr-se à corrente espiritual em que vivemos, repelindo-a. Melhor será mais consentâneo e proveitoso, afirmar sinceramente e aplaudir sem reboços o que na nova espiritualidade há de justo e proveitoso, colaborar para, acentuando os valores existentes, contribuir para uma nova arte vitoriosa e justa do que ficar de lado e amuado assistir à impetuosidade de uma agitação profunda, a cuja pressão sucumbirão os fracos, mas que pelos fortes será dirigida e aplicada, até que as águas revôltas e impetuosas da corrente se comprima no leito largo e profundo das leis eternas da boa estética, águas que ainda espreadas e sacudidas, sob o látego dos turbilhões que de tôda parte zunam desnorteadas, encaminhadas, reguladas, garbosas, volumosas e fortes fornecem a corrente caudalosa, nascida do oceano da verdade e voltando em ondas seguras ao grande mar do ideal. A arte nascida do seio divino em rumo ao ideal supremo eterno.

Nós queremos penetrar pelo estudo metódico na essência da arte.

Eis quando logo no limiar se apresenta a pergunta: que merece preferência, a forma ou a idéia, o naturalismo ou o idealismo, o revestimento sensitivo ou o valor intrínseco, cópia ou símbolo?

E ninguém diga que seja questão puramente acadêmica, sem importância para a ação artística, sem contacto com a realidade da vida a que também pertence a arte. Pelo contrário, é a questão eminentemente prática, a questão do sentido próprio, o ponto em redor do qual giram tôdas as lutas das diversas correntes nos últimos decênios passados, e ainda as de hoje.

É o ponto essencial de que se trata: são concepções de mundos opostos que aí estão em luta, e que pretendem chegar a uma decisão definitiva.

Há na estética um axioma — que tôda obra de arte nasce de uma raiz espiritual sensitiva, a produzir por sua vez um prazer intelectual — sensibllizado.

Consideramos a obra de arte no seu valor objetivo, tomando em apêço a idéia que corporiza e perguntando pela relação em que idéia e corporização devem estar, apresenta-se o problema: Forma ou valor, cópia ou símbolo, idéia ou arrevestimento sensitivo?

Não há nesse problema a oposição exclusiva de um ou de outro como se na arte pudesse haver forma sem idéia, ou ainda conceito abstrato, sem revestimento sensitivo, mas trata de do mais ou menos dos dois, não da exclusão reciproca.

A História da Arte ensina de que no correr dos séculos sempre tem havido uma grande oscilação relativamente ao apêço dos elementos constitutivos, forma e idéia. São como os dois polos entre os quais se agita a preocupação das escolas e dos mestres. Era de supor que o ideal da arte seria a união perfeita de uma idealização máxima e de uma forma soberanamente sensível, e podia parecer que tal coadunação de ambos os polos absolutos constituiria a arte absoluta com a precisão de um teorema absoluto.

Entretanto tal harmonia entre os dois polos perfeitos é irre realizável por dois motivos: o primeiro, porque não há artista de capacidade absoluta para ambos os requisitos opostos, perfeito na forma e sublime na idéia; porque os dois polos mutuamente se diminuem o valor.

Princípios estéticos, não são o resultado de equação algébrica, mas nascem do estudo da própria arte.

Na pintura o naturalismo e o impressionismo foram ao menos coe-rentes, quando apenas passavam para a tela o que os olhos viam, excluindo todo o valor ideal.

Uma vez que se lhes tratava somente do requinte do pitoresco, do seu ponto de vista tinham razão e muito tem contribuído para o aperfeiçoamento de pintura de luz e de colorido. Também o sol iluminava a todos, a bons e a maus, e no jôgo mágico das suas côres não distingue o valor dos objetos, brilha nas cúpulas dos palácios, assim como no caco de vidro na poeira da estrada, ilumina prados floridos não menos do que desertos estêreis.

Esses pintores bem o sabiam que o assunto puramente espiritual pelo colorido nada ganhava em valores e pelo outro lado o simplesmente pitoresco pela ação do transcendente havia de a sua autonomia, tendo como resultado um bastardo indesejável.

A obra naturalista e a simbolista exigem duas maneira de apresentar bastante diferentes. No primeiro prevalece o pitoresco no segundo o pitoresco é apenas o meio indispensável para haver o efeito.

Se um dos maiores naturistas, Leibl, pintava os seus camponeses com uma paciência indizível, pintava num trabalho constante de qua-

tro anos seguidos as “mulheres na igreja”, pouco se lhe dava dos camponeses ou das mulheres, mas de uma visão pitoresca da mais alta perfeição.

Pelo contrário, quando Millet pintava caraponezes, o que tinha em mente em primeira linha, não eram problemas de colorido, mas problemas de idéias. Tanto que de Millet diz Karl Schuch: “O seu tipo é um tipo universal, em nada ligado às contingências”. Não se vê como Defregger, o Tirolês, nem como Knaus, o camponês da Floresta Negra, nem como Leibl, a mulher da região de Dachau... Ninguém mais do que êle, Millet demonstrou como se pôde criar uma verdadeira obra de arte sem o gracioso, sem os requintes da técnica, sem o ponto visual da linha e do colorido.

Leibl é o mestre naturalista. Millet o mestre da simbolização. Ambos são artistas perfeitos, uma vez que ambos sabem aplicar perfeitamente os meios ao fim.

Hoje sabemos que também a arte de Millet não chegou a tirar as últimas conseqüências da simbolização própria da grande arte.

Pertence à grande categoria daqueles que procuram o ideal em apresentar o simbolo na forma naturalista, preocupação em que ambos são sacrificados em parte. É a arte do realismo.

Quem estudar uma tela de Millet verá sem esforço, como o pintor suprimia numerosas particularidades de forma e de colorido, mas de tal forma que ainda guarda cuidadosamente as proporções, contornos e coloridos naturais.

Dando um grande passo à frente, temos agora a perguntar, se realmente existe o dever, a necessidade, de, a todo transe, guardar sempre em tôdas as circunstâncias, as proporções justas da simples realidade.

É uma pergunta que por si só fará a muita gente ficar desconfiada, aos que ainda com repulsa se lembram de quantas extravagâncias do expressionismo. Mas não devemos jamais recuar diante do raciocínio lógico, único capaz de nos fazer chegar a uma apreensão justa e justificada.

Desde que foram coerentes os naturistas, reconhecendo exclusivamente a impressão sensitiva e por conseguinte banindo a idéia, o valor do conceito, nós que proclamamos a prioridade absoluta do espirito sobre a matéria podíamos ficar em meio caminho?

O grande, o maior artista será aquêle que com a maior parcimônia de meios sensitivos conseguir o maior efeito espiritual.

Não nos podemos, pois, furtar ao problema se é permitido ao artista, no afã de economizar a aplicação do elemento sensitivo, desviar-se das proporções anatômicas.

Já sei que me chamarão a atenção para as obras-primas da natureza, mestra, mestra indispensável para o artista, e que o artista não teria o direito de corrigir nem de desprezar.

Mas o artista não pretende corrigir a natureza. A flor pintada não precisa crescer nem espargir aroma, nem produzir semente; o cacho de uvas pintado sobre a tela não é para servir ao paladar; a pedra na tela não tem dureza nem peso, e os pés pintados não têm a função de andar. O artista, suprimindo particularidades anatômicas, não corrige a natureza, conseguindo apenas as criações do seu espírito.

A Arte, no sentido próprio, nunca deixa de ser interpretação de um pensamento. Não é a sua missão de prender a impressão do momento fugaz, mas de perceber e apresentar o que perdura no fenômeno, a sua essência normativa.

Uma vez, portanto, que fins superiores o exigirem, pode o artista desvencilhar-se das formas teológicas da natureza, ou seja para intensificar a expressão espiritualizada, ou todas as vezes que, antes de tudo nas composições monumentais, o ritmo estilístico, a harmonia e impressionabilidade do conjunto o exigirem.

A impressão monumental e espiritualização do conjunto grandemente ficariam prejudicadas pela cópia fiel da natureza, uma vez que na realidade o contingente, acessório secundário, costuma sobrepujar o essencial e típico.

Ou quando é que os indivíduos na sua fisionomia patenteiam sempre exclusivamente o seu caráter e a sua espiritualidade que lhes é própria e o que o artista pretende apresentar na sua obra? Os cuidados cotidianos e muitas vezes o enfado, o aborrecimento freqüentemente escondem o caráter e a verdadeira maneira de pensar.

O mesmo se diga das paisagens.

Uma paisagem, cópia fiel da natureza, pode causar agrado. Efeito psíquico e contentamento espiritual somente produzirá, desde que o artista lhe tenha conferido alma, exprimindo pela paisagem algum estado de contemplação ou de ação, alegria, promessa de vida, abundância de vida luxuriante, concentração, imensidade e quantas idéias superiores de que a paisagem pintada se torna expressão eloqüente.

Refletindo conscienciosamente sobre êsses princípios, projete-se a luz sobre as aspirações da arte moderna. Chegaremos a compreender as intenções de artistas, que, vencido o impressionismo, com todo a afincamento e dedicação se esforçam, para, em caminhos diversos, estabelecer as idéias fundamentais duma arte nova e valiosa. Apreendemos de conhecer também nos excessos uma idéia justa, embora extremada. As cabeças angulares, quadradas, desfiguradas, nas obras dos expressionistas, não a podemos aprovar nem apreciar, embora sempre nos revelem fi-

sionomia espiritual, símbolos que fazem estremecer na visão de almas torturadas, dilaceradas de artistas, que são como profetas de um processo terrível de decomposição individual e social, gigantes, às vezes, em esforços titânicos, empenhados a quebrar em marteladas ciclópicas os rochedos eternos, indestrutíveis da verdade.

O nosso tempo já desistiu desses loucos excessos. Que a volta ao ideal verdadeiro venha a ser uma profecia também do progresso ascendente da arte!

Eis aí, senhores, a missão da nossa Escola de Belas-Artes.

Não queremos preparar técnicos, mas artistas conscientes, iluminados pelo ideal e conscientes da sua missão.

Todo o nosso empenho repassado deve estar pela compreensão da estética, a ciência da arte.

A estética se nos apresenta em três formas: a estética filosófica, a estética da arte e a estética histórica, das quais cada uma entre nós deve ser cultivada.

A estética filosófica trata da natureza e do conceito do objeto da arte, que é o belo.

A estética da arte explica a missão da arte a ser realizada de conformidade com as leis estabelecidas pela estética filosófica, sua finalidade, meios e instrumentos.

A estética histórica estuda nas obras de arte e nas diversas escolas a sua conformidade com os princípios da estética filosófica. É a história da arte considerada na sua origem das condições do meio e nas normas que lhe devem presidir.

A importância da estética se torna patente, tanto para o trabalho artístico, quanto para a crítica da arte, que sem normas e leis seguras estabeleceria o caos de todas as arbitrariedades.

A falta de conhecimentos da estética tem determinado nos espíritos fracos uma verdadeira aversão dessa ciência, que chamam de estéril e de que o gênio da arte pouco se importava.

Querem o fruto sem a semente, o resultado fagueiro sem os esforços do espírito.

A maior pedra de escândalo constitui sempre a estética filosófica, fato que não pode admirar.

É por demais conhecida que muita gente tem medo da ciência filosófica que lhes parece um alpinismo arriscado em alturas inacessíveis sobre veredas que se estendem ao lado de precipícios provocando tonturas e ameaçando despenhadeiros, tudo isso em regiões áridas e ar rarefeito...

É exato que há sistemas filosóficos incapazes de guiar o pensamento, quando a verdadeira filosofia eleva o espírito às regiões alcan-

doradas de uma concepção do mundo grandioso, nobilitante e animadora.

Mas o que há de arriscado ou temerário nos problemas da estética filosófica quando procura a razão de ser do belo, os seus elementos constitutivos, discernir as suas espécies: o sublime, o gracioso, o trágico, ou quando estuda as relações do belo com o bem, a verdade, o útil, o agradável, o feio?

De certo são problemas que impõem a fugaz solução e indispensável para o estudioso da arte.

Uma orientação segura do assunto de que trata a estética da arte é por sua vez condição indispensável para quem se dedica às belas-artes.

O conceito da arte e da obra de arte é o tratado da verdade psíquica, moral histórica de projetos artísticos, da acepção idealista, realista, monumental, gênero, natureza morta, a dependência da obra de arte das convicções do material da finalidade, do meio, tudo isto são assuntos que preparam o espírito do aluno para a execução consciente, refletida e eficaz dos seus projetos.

Para quem pretende conhecer a arte, julgá-la, senti-la, êsse estudo lhe é indispensável e de máximo proveito.

Na estética histórica é feita a apreciação das obras de arte das diversas épocas à luz dos conhecimentos da estética filosófica e da arte com relação ao tempo, à história, meio local, pessoal, cultural em que se haviam desenvolvido.

Fato curioso: tôda ciência se baseia sôbre bases teóricas, leis, normas, princípios, todo artífice é iniciado no conhecimento das regras do seu ofício para não viver como leigo, matéria; sômente a grande arte devia dispensar todos os princípios básicos, não possuir cousa alguma que a oriente, esclareça sôbre o ser, e missão, a finalidade, os efeitos psíquicos bel-prazer dos nulos e a arbitrariedade irracional da corrente da moda?

Será fazer da própria arte uma extravagância irracional, um pasatempo para desocupados, uma fantasia desregrada sujeita a todos os caprichos dos indivíduos e da moda.

Seria desfazer do seu valor e a morte da arte, fruto sublime da cultura dos povos e elemento valioso para a sublimação dos espíritos.

Justamente a falta de senso estético tem a culpa da incompreensão da arte por parte de vastas camadas, e a falta de conhecimentos estéticos explica a razão de tanta incerteza, contradições e extremações unilaterais nos meio dos próprios artistas.

Decerto, se a tarefa do pintor artista era sômente de copiar mais ou menos bem algum recorte da natureza, uma casa velha, uma árvore,

um sem número de assuntos que se imprimem sôbre a retina, fiel copiadador do que vê e nota, será um técnico, um artífice, mas longe está de ser um artista, um idealista, um inspirado.

O artífice não precisa de estudo de estética, quanto mais produzir, melhor e se a sua tonalidade acertar o gôsto da multidão, ou antes dos Mezenas, gôsto inspirado na moda e muitas vêzes exibição, o estudo, a penetração psíquica, da sua obra ser-lhe-ia um empecilho no caminho do lucro e da fama.

Também o verdadeiro artista precisa viver de sua arte, mas as suas obras são o sangue da sua alma, trazem um pedaço do seu ser. espelham um cunho de seu caráter e trazem como filhos a semelhança do espírito paterno.

Esta é a arte que eleva, que sublima, que emociona, arrebatada, que anima, que fortalece, que consola, que projeta um raio de luz sôbre as aparências tétricas da dura realidade.

Esta arte, reflexo da beleza divina, projetada na miséria humana, pretende a Escola de Belas-Artes cultivar; nela quer acender o espírito dos seus alunos e a sua luz será o parol que ilumina a estrada dos professores.

Março de 1937.

CONDIÇÕES ESPIRITUAIS DA ARTE DE GIOTTO

Conferência do Dr. Luis Delgado na Escola de Belas-Artes.

“E’ verdadeiramente um milagre que o mesmo homem tenha podido criar uma arte em todos os seus elementos materiais e dotá-la, ao mesmo tempo, de todo o conteúdo espiritual que ela comporta”. São palavras de Marcel Brion, no seu livro sobre Giotto. E outras palavras não conheço, que pudessem resumir de modo mais total e mais nítido, a arte e a ação do pintor cujo sétimo centenário agora lembramos. Diante de Ambrigliotto de Bondone, é realmente diante de um milagre que nos encontramos.

Ele como que dispensa tôdas as longas hesitações e todos os incertos tateamentos que qualquer esforço humano, na ciência e na arte como em tudo, infalivelmente requer. Com êle e nêle, nasce a pintura moderna. Tudo aquilo que se vai fazer depois, inclusive na época deslumbrante da Renascença, não é mais do que um desenvolvimento e, às vêzes, mesmo, um simples aproveitamento do que êle criou. Ocasões haverá em que a utilização e a ampliação de algum dos componentes que êle empregou em harmoniosa co-existência, obrigará a pintura a tomar uma espécie de desvio, a progredir num sentido parcial, como na própria Renascença, quando a forma e a côr prejudicam a majestade da idéia.

O que em Giotto é inédito e não se repete mais depois dêle, dando-lhe um significado histórico incomparável, é a reunião imensa de três circunstâncias: êle colocava a pintura no seu verdadeiro caminho, compreendia e realizava todos os elementos próprios dela e avançava por êsse caminho que êle mesmo abria, num progresso de perfeição, até uma distância que relativamente ninguém atingirá mais.

Sob qualquer dêsses aspectos pôderia ser longamente encarada e examinada a obra que êle deixou e a cuja análise cada século tem trazido novas contribuições. Mas, tôdas as considerações feitas se encontram reunidas nas palavras de Brion — como um eco, aliás, de uma ve-

lha palavra de Vasari: Giotto criou uma arte em todos os seus elementos materiais e infundiu nela todo o espírito que ela poderia conter.

Aos pés de Giotto morre a pinçura antiga, a pintura animada pela alma bisantina, mesmo tratando-se de uma pintura bisantina de inspiração cristã; a partir dêle, começa a pintura moderna. Mas, seria um êrro pensar que entre êsse nascimento e aquela morte, na linha divisória dos dois períodos, Giotto se encontra na triste imobilidade de um marco, de um sinal de limites. O que é certo é dizer que êle, demonstrando a possibilidade e a fôrça de uma arte nova, tornou sem sentido a inútil arte que enchia o mundo até então. A seus pés, a pintura bisantina não morre por si mesma: morre, porque Giotto lhe tira o poder de viver. E é isto que a distancia do seu mestre, Cimabue: existe em Cimabue a consciência de que a arte bisantina deve ser superada mas êle não tem a fôrça de suscitar a nova pintura que a substitua e extinga.

Sem dúvida, ao fim de certo prazo, somando-se consciências e esforços como o de Cimaube, estaria iniciada a nova época. Mas, o valor de Giotto está precisamente nisto: êle realiza por si só, realiza de uma vez aquilo que sem êle levaria séculos. A sua pintura é tão intensa e tão completa, que o mundo todo de então — não o mundo artístico, pois não existiam naquele tempo críticos profissionais nem exegetas teóricos, mas o mundo todo que rezava e para quem a pintura como as artes, era uma forma de oração — o mundo todo sentiu que Bisâncio encerra a sua mensagem artística. E não deixa de ser significativa a ansiedade com que Giotto era conduzido de cidade em cidade, viajando como poucos homens de sua época: é que êsse pintor que Cimabue encontrou, menino ainda, pintando as ovelhas do rebanho de que era pastor, correspondia a uma necessidade da alma universal.

Desde êsse momento, êle como que se fixa em sua verdadeira atitude: uma escrupulosa e amorosa observação da natureza. As figuras que Giotto pintava, não eram feitas segundo esta ou aquela noção aprendida dos antigos ou aceita de convenções alheias ao sentimento da realidade. O segredo da arte de Giotto não se resume (como existe quem pense) na reprodução da natureza, mas parte dela.

Os bisantinos querendo representar, por exemplo, Jesus — lembravam-se de sua missão de centro e foco da vida religiosa, e pintavam-no vestido de bispo; lembravam-se de sua realza divina e pintavam-no revestido de púrpura e coroa. As vêzes, não iam a tanto, mas procuravam sempre reproduzir na representação da pessoa idéias complexas de grandeza e majestade.

A amplitude moral do Paraíso encontrava seu tipo na amplitude material dos Palácios dos Imperadores. E dentro de um céu assim con-

cebido, em tórno de Jesus assim figurado, não se agrupavam homens vivos e palpitantes, mas espécies de esquemas representativos de outras idéias, quando não de outras convenções.

Mas, nos afrescos da igreja de Asios que são a mais antiga obra que nos resta de Giotto, já os homens que nos aparecem não são senão de osso e carne. Aparece o homem-natureza, expelindo o homem-convenção. No instante, por exemplo, em que São Francisco, a caminho de Alverns, se apieda de um almocreve que tem sede, reza a Deus e a água brota do duro rochedo nu, Giotto desmente todos os cânones, foge a todas as exigências da pintura em função de idéias: o rústico sequioso não se comove com o milagre nem com o santo que o milagre revela. Importa-se apenas com a sua sede, atira-se ao chão e bebe da água límpida num movimento tão espontâneo, tão animal que seria ir-religioso se a religião fôsse artifício.

Mais tarde, avançando em sua arte, Giotto só faz aventar em tudo o carácter natural dos gestos, o aspecto cotidiano das atitudes. A posição de Santa Anna, levando ao Templo Nossa Senhora pequenina, é a posição de qualquer mãe carinhosa, curvada sobre a filhinha, deixando-a caminhar por si e atenta a que não caia. Há majestade no gesto mas uma majestade que se exprime nas linhas simples e sóbrias dos movimentos naturais a uma infinita distância do hieratismo gelado dos bisantinos.

Nessa linha geral de fidelidade à natureza, Giotto chega a minúcias que não nos animariamos a repetir agora: A entrada de Cristo em Jerusalém, o povo acorre a aclamá-lo filho de David e rei de Israel. O rei sereno e melancólico que vai ser crucificado amanhã pelo povo que agora o aclama, ocupa o centro da cena. Cerca-o o recolhimento dos apóstolos que o acompanham e o entusiasmo dos homens que atiram palmas e mantos à sua passagem. E neste drama sério e grave, Giotto inclui um homem que, sôfrego de se manifestar também, se embaraça com a própria túnica que não consegue tirar e fixar-se numa atitude quase grotesca.

Esse cuidado de consignar apenas o que acontece e como acontece, conduz Giotto ao profundo realismo de toda a sua arte. Também os animais que em seus afrescos se movem, movem-se dentro do ar e em cima da terra. Também a ação que ele descreve, é uma ação localizada, situada em Roma, Jerusalém, Assis, em um ponto certo da terra, em uma determinada paisagem. Certamente num tempo em que a pintura não era mais do que uma expressão da piedade religiosa e a arte não visava a emoção estética, mas à edificação dos fiéis e à perfeição do culto — os cenários não podem ter em Giotto importância maior que a de um simples fundo. Se os personagens se levantarem, baterão com as cabeças nos telhados — podem dizer os críticos. Mas convém

não esquecer que interessa a Giotto, interessa ao seu povo, interessa ao seu tempo apenas o sentido moral das histórias que o pintor é chamado a reproduzir. Não se trata de pinturas feitas para as galerias dos colecionadores e para os museus de arte. Não se trata de arte autônoma, como pensamos e fazemos hoje: trata-se de uma arte que está nascendo nos flancos fecundos do sentimento religioso. Trata-se de uma arte que vai figurar dentro de igrejas, para lembrar a toda gente, a legistas eruditos e artesãos compenetrados, a militares ostentosos e insignificantes velhinhas devotas, a perfeição dos santos e a divindade de Cristo. Essas pinturas assim destinadas, não importam diretamente as paisagens.

Dentro dessa restrição, Giotto concede à localização das cenas que narra, um cuidado que na história da pintura é inédito até seu aparecimento.

Tudo isto, no entanto toda essa infinita grandeza ainda não é tudo, no caso de Giotto. Esta arte visa a um fim moral, é um fato humano. E na disposição e na expressão dos personagens em função do episódio, do drama, da história que narra, na exposição do sentido moral das normas visíveis, reside a primeira virtude espiritual de Giotto.

E, sob este aspecto, seria fácil considerar como esse pintor de raro e estranho gênio, vence as duas etapas da dominação do espírito sobre a matéria. Numa etapa preliminar cada personagem exprime na fisionomia e nos gestos a psicologia própria, a única "alma" que poderia ter naquele momento, naquela circunstância. Mas, há uma outra etapa, um plano superior em que aparecem os entros espirituais dos dramas representados, à maneira de polos magnéticos atraindo e dispondo os personagens, atribuindo a cada um deles um papel e uma intenção. No primeiro plano, cada indivíduo se refere a uma alma; no segundo, cada episódio se refere a um significado, um sentido. E se no primeiro degrau da escola, Giotto é apenas psicólogo, no segundo degrau pode-se atribuir à sua pintura do mesmo modo que a poesia de Dante, uma teologia, uma filosofia, uma ciência.

Vêde o afresco que representa, em Nossa Senhora de Arena, o nascimento de Nosso Senhor, a festividade do Natal que São Francisco de Assis, criando os presépios e as lapinhas, trouxera do interior das igrejas para a sombra aprazível dos bosques de Grecio.

Sobre o leito recoberto de um docel extremamente simples, Nossa Senhora, soerguendo meio corpo, volta-se para Jesus Menino. A segurança do desenho, a naturalidade e a facilidade do gesto, a elegância harmoniosa da atitude constituem um exemplo da grande arte de Giotto. Mas, esta cena não chama a atenção dos anjos — e aqui se mostra o caráter teológico da composição: no alto, por cima do docel e olhando ainda mais para o alto, vão cercando o menino ou brincando com

êle como iriam fazer os anjos burgueses do Renascimento, os anjos realmente angélicos de Giotto se movem. A presença é certo que pessoal mas difusa de Deus que é onipresente, dispensa que os anjos se aproximem da criança ou se inclinem sôbre o berço. E êsse esquecimento da cena central, traz consigo uma afirmação teológica.

No momento, a genial singularidade dêsse afresco não pára aí. E' curioso que também os pastôres não olhem para o Deus que acaba de tomar humildes formas humanas. Ficam um pouco à distância do leito e olham os anjos que se movem além do docel. Não lhes interessa, a êsses rústicos, o nascimento de um menino aparentemente igual a todos os outros, nem a ternura materna, ternura que cada um dêles contemplou mil vêzes. A novidade são os anjos. E é para os anjos que olham sem raciocinar que semelhante aparição implica a existência, ali, de qualquer outro fato mais alto ainda e maior.

E Giotto não se contenta: o isolamento de Jesus Menino pelos anjos e pelos pastôres, ainda não basta. São José defronta o espectador e volta as costas ao grupo formado pela mãe e o filho. Sentado no chão, o Santo pensa. E nunca o pensamento humano foi tão alto nem tão longe: o mistério está ali, a dois passos, mas não adianta olhar nem ver. So a meditação, a austera meditação que nos aproxima do infinito poderia indicar com uma grandeza correspondente ao mistério, a verdadeira atitude humana nesse momento a única atitude, a atitude que Giotto aprendeu e pintou.

E agora podemos compreender qual seja o "milagre" de Giotto. E' o milagre de um homem só trazer para uma arte até então fixa e hierática, pesada de fórmulas e de convenções, a livre e infinita irregularidade da natureza, a liberdade da vida que se inspira em si mesma e não repete continuações. E' o Milagre de transcrever na pintura os homens tais quais êles são, e os animais, e as paisagens. E traduzir com essa variedade e imensurável complexidade do espírito. O milagre de colocar em cada rosto, e em cada gesto a alma adequada, como se colocasse uma força específica na raiz de cada movimento. O milagre, afinal, de dispor tudo isso — natureza material e natureza psicológica — a serviço de uma concepção, de uma idéia, de um fim. O milagre de Giotto é a sua harmoniosa grandeza humana.

Desde que se dividira em dois o Império Romano, vicissitudes sociais e políticas acarretaram para o Império do Ocidente cuja capital era a própria Roma, uma situação de relativa inferioridade. Era, de fato, uma inferioridade fecunda, uma fermentação, a formação de um mundo novo. Em Roma e na região que viria ser italiana, dava-se a mescla de três contingentes morais como até então a humanidade não vira: a tradição pagã, elevada ao seu mais alto ponto de organização e de segurança no direito e na ordem social romanas; a força bárbara

que, impetuosa e compressora, descera das margens superiores do Reno e do Danúbio; e a idéia cristã que vinha do oriente dulcificar com a caridade a ordem romana e disciplinar com a fé a força bárbara. Nasceria desse encontro, como nasceu a mais bela de todas as culturas. Mas, enquanto esse nascimento não se verifica, sobretudo no período que vai do fim do Império ao século XIII, o mundo ocidental era um mundo menos perfeito que o oriental.

O prestígio e a autoridade da velha Roma, em Bisâncio é que se haviam refugiado. Irradiavam-se de lá para o mundo uma administração, uma política, um direito, uma civilização, uma arte. E, por uma determinação psicológica, a arte bisantina era hierática e fria, esquemática e dura. Orientais teimosos, discutidores de fórmulas, criadores de heresias por causa de exegeses de vírgulas, os homens de Bisâncio procuravam e realizavam na arte não o que ela é — força, graça e vida — mas conceitos. Toda figura devia tornar visível um ente-lógico. Diante da oposição entre o conceito que é uma espécie de fórmula matemática, indicativa da essência dos seres, e a realidade que é múltipla, inesperada, imprevisível e bela, a pintura bisantina preferia reproduzir conceitos para que eles pudessem ser reconhecidos, não se renovava.

Mas, a essa causa psicológica juntavam-se causas sociais.

Bisâncio era forte mas era, paradoxalmente, um cadáver. Dentro de seus muros, o paganismo antigo, todo o resto do paganismo se reunia para morrer. O velho circo romano, transformado em hipódromo era o centro único da vida de Bisâncio. A cidade tinha o imenso papel histórico de impedir a descida dos árabes sobre a Europa que nascia, mas era uma sentinela morta, dentro de cujo coração não havia ideal, um ideal que fôsse. Nem a política, nem a religião, nem a arte a elevavam. Tudo se limitava a bajular no Palácio e a gozar no hipódromo.

O estilo e a técnica de Bisâncio, espalhados pelo mundo todo, continuavam a existir e a dominar, mas nenhum sangue corria dentro deles. Intelectualista no que a palavra tem de mau, farisaico da inteligência, o espírito de Bisâncio, mesmo assim morrera. No ocidente, nas terras onde velhos romanos, jovens bárbaros e puros cristãos confundiam suas almas e suas vidas, é que um novo espírito despontava, bastante leve e sutil para perceber que sobre todas as cousas criadas por Deus paira uma luz mais luminosa do que a luz — a Beleza.

Ora, esse espírito quedava ainda intimidado diante da natureza sensível.

Para o bárbaro, a natureza não tinha outra significação senão a da utilidade. O embevecimento poético do bárbaro diante da natureza é uma criação do romantismo. A barbaria só é bela e enternecida nas

propagandas interessadas. Em si mesma, ela é grosseira e triste porque é utilitária, tão grosseira e tão triste quanto as nossas civilizações mecânicas.

Civilizações pagãs como a grega e a romana, vencendo o estágio do utilitarismo primitivo, tinham percebido a natureza. Mas o paganismo contaminara e pervertera a natureza toda. Não se aproximava dela, sem que a deixasse suja. A circunstância de o paganismo fundar a vida na simples natureza, determinava curiosamente não uma elevação da natureza, mas um rebaixamento dela, provocando um desequilíbrio na realidade psicológica e moral do ser humano. Porque, do mesmo modo que a vida animal do homem reclama uma coordenação racional, a sua natureza tumultuante e incerta reclama as ordenações do sobrenatural. Desde que tais ordenações desapareceram ou não existem, os elementos puramente naturais são chamados a exercer uma tarefa que está acima de suas forças — o que é sempre uma fonte de anarquia e de desordem.

Precisamente foi isto o que ocorreu com a cultura pagã. A consideração exclusiva da natureza levou aos piores fatos anti-naturais. Não eram jovens atletas risonhos os que enchiam as ruas de Atenas, mas uns adolescentes viciados. O maior filósofo envolveu-se em crimes que causam vergonha.

Parece que seria fácil ao povo cujos poetas haviam imaginado Helena de Tróia e cujos escultores tinham talhado Vênus de Milo, permanecerem naturais no amor — pondera Chesterton — mas isso não aconteceu. Os homens mais inteligentes do mundo consideraram-se no dever de obedecer à natureza e as primeiras cousas que logo fizeram, forar as mais contrárias da natureza. E depois de acentuar que ninguém até hoje se animou a escrever a verdadeira e repugnante história moral dos gregos, acrescenta: “por delicadeza e pudor é impossível exibir as provas dessa depravação, mas basta um pequeno exemplo. Todos nós sabemos que espécie de visões suscita em nós a palavra jardim, trazendo a lembrança de ternos, inocentes romances. Mas, quem conhece a poesia latina, sabe de que espécie era o deus dos jardins e o que é que se erguia, monstruoso e obsceno, à face do sol, nos locais onde hoje colocamos fontes de água límpida”.

Se os bárbaros haviam ignorado a natureza, os pagãos cultos haviam-na pervertido e “até o céu estava maculado de lendas eróticas escritas com as estrélas”.

Nesse choque de forças, o cristianismo trouxe uma mensagem nova. Em longos séculos de ascetismo e de privações, êle como que expeliu da natureza a tradição dos vícios vindos da Grécia. Os cantos que se flagelavam e não dormiam, venceram a tirania da natureza. A natureza tornou-se, debaixo da disciplina das virtudes, dócil e puro. E

quando se fêz um pouco de sedimentação social, quando foi arrefecendo a agitação provocada pela queda de Roma, pela descida dos bárbaros e pela repulsa dos árabes, apareceu um homem chamado Francisco de Assis, — o mais ascético dos santos e, ao mesmo tempo, o mais apaixonado dos amantes que a natureza já teve.

Giotto é inexplicável sem Francisco de Assis.

Existe na figura do santo de Assis um profundo contraste que os literatos gostam de esquecer. E' certo que êle compôs e cantou o cântico das criaturas a Deus por causa do sol, por causa das árvores, por causa das flôres, por causa das águas, por causa da vida; mas levou-o também por causa da morte que apaga tudo e destrói tudo..." A irmã morte" era para êle tão amável e tão amada quanto a "irmã vida". O seu amor a tôdas as cousas, conciliava-se com o mais total desapêgo a tudo. Para amar os sêres, libertou-se dêles, sacudindo-os para bem longe de si em nome da santa pobreza. Seu despojamento de tudo era tal que mais de uma vez se viu nu, literalmente nu, em face da terra porque nem um manto possuía ou se importava de possuir.

E estava nessa aparente contradição de S. Francisco de Assis, a resposta que o cristianismo oferecia ao mundo pagão: enquanto o paganismo, limitando-se a natureza, deturpava-a, o sobrenaturalismo cristão permitia que o homem e a natureza irmanassem e engrandescessem num incomparável amor. Era um amor tão intenso que êsse pobre voluntário, mais pobre de todos os pobres, a única cousa que talvez desejasse possuir, fôsse um instrumento musical, um violino para celebrar justamente a alegria da criação... Não raras vêzes, contam os seus biógrafos quando o sentimento da grandeza e da beleza das criaturas de Deus lhe enchia a alma de júbilo e de exaltação, êle que nada tinha, tomava dois pedaços de paus como se fôsem um violino e seu arco e tocava a música, a silenciosa música essencial que do coração lhe extravasava.

O século de Giotto vive e floresce à sombra dêsse universal e profundo amor que São Francisco de Assis ensinou aos homens cristianizados.

Era franciscano o frade Duns Scoto que punha a vontade — a vontade e não conhecimento, a vontade e, portanto, o amor — como base e têrmo do mundo e fazia da encarnação de Deus uma obra de puro amor e que por amor se realizaria até mesmo se não houvesse pecado e a conseqüente redenção do homem. Era franciscano o frade Rogério Bacon que, inimigo da riqueza, desinteressava a alquimia da procura do ouro e lançava os fundamentos do experimentalismo moderno, das ciências fisicoquímicas. Era franciscano o frade Boaventura de Bagnore

gio que transformava, dentro de uma larga teoria filosófica que estava para S. Tomás de Aquino como Platão para Aristóteles, — que transformava a paixão pela música de S. Francisco de Assis em explicação da beleza e teoria da arte. Era franciscano Dante Alighieri, que representava em Beatriz, a quem amava, a Sabedoria e a Fé que conduzem para Deus. E era franciscano Giotto.

Vivendo em tal século, vivendo depois de São Francisco de Assis que desfizera o mal — entendido pagânico e o desconhecimento bárbaro entre o homem e a natureza, pôde Giotto introduzir na arte a movimentação e a irregularidade que são a marca da vida e que haviam ficado fora da pintura bizantina. As tentativas anteriormente feitas nesse sentido tinham fracassado porque faltava ao homem uma aceitação amorosa da natureza, só tornada possível depois do Santo Poeta e só tornada visível através de Giotto.

Mas se ele congregava, assim dispunha os elementos materiais da arte moderna, havia sempre em sua pintura uma idéa e, mais íntima do que uma idéa, uma consciência. A pintura de Giotto reflete sempre numa alma, através da profunda identificação do pintor com a realidade moral que seus pincéis transcrevem. Há uma luz de caridade enchendo a visão desse pintor que, a exemplo de Dante, seu amigo, via nas cousas mais pequenas, via em tudo.

La gloria di colui che tutto moue

ou então

l'amore que fere il sole e le altre stelle.

Giotto indicou à pintura um carinho que ela não teve forças de seguir. O eterno dualismo da matéria e do espírito, do corpo e da idéa, do concreto e do abstrato, vai entrar depois dele num período de lutas incessantes e de predominios sucessivos ora de um, ora de outro. A Renascença é um período de vitória das belas formas, da matéria harmoniosa e perfeita. E hoje depois de outros períodos de materialismo realista, queremos em arte libertar o espírito e proclamar seu domínio. Sabe Deus que doloroso, atormentado, dividido espírito é o nosso. E sabemos nós as extravagantes e desvairadas cousas em que ele de vez em quando se tem pensado refletir e com que vai enchendo inútilmente a terra.

E' que a pintura, como tudo, não reclama apenas um espírito e uma matéria — que ambos são inevitáveis. Reclama a ordenação da matéria pelo espírito e a revelação do espírito pela matéria, de tal sorte que cada um desses elementos receba das virtudes do outro um certo cunho transfigurador. Na arte como na vida, o problema essencial é um problema de equilíbrio e harmonia.

Grande vida não é senão aquela que representa, na face do mundo, uma obra de verdade e de justiça. E' illusório e errado pretendermos arrancar de nós mesmos, de nosso coração isolado e pequeno, uma extraordinária mensagem, uma espantosa revelação. No largo universo, cada coisa demonstra a verdade de um pensamento divino, a beleza de um gesto divino, e as cousas tôdas se congregam e compõem. Nos outros, pobres seres humanos, cuja liberdade é chamada a colaborar nessa grandiosa e infinita realização, — só o conseguiremos se conciliarmos nosso pensamento e nossa vontade a fecunda verdade do mundo. Só o conseguiremos na medida em que conhecermos e dêsse conhecimento arrancarmos uma doutrina.

Na Europa, nunca foi, talvez tão insegura a vida nem tão intranquilha a sociedade como nos tempos em que viveu Giotto. Bisâncio que morria; as tentativas dos sarracenos de implantar suas conquistas tirânicas; as pequenas repúblicas italianas nascendo entre lutas infundáveis; as tendências de reorganização do velho Império Romano; a restauração do direito centralista de Roma, levando de vencida os costumes e os códigos bárbaros; os esforços do Papado para colocar acima da lei das forças a lei das consequências, diante da qual os governantes e os exércitos dessem as armas; o advento de novas categorias, novas classes sociais; o aparecimento da pobreza através do Franciscanismo, como força viva e a gente no meio de um mundo que só pensava em enriquecer; a inquietação curiosa do pensamento; as batalhas de idéias, no nascimento da filosofia, ao derredor das universidades... não. Não era uma época pacífica e feliz aquela em que viveu Giotto.

Mas nessa tumultuosa e ardente idade-média, existem as doutrinas e os homens sabem que elas existem. Giotto e Dante podem dominar os acontecimentos de suas vidas e os conhecimentos do mundo porque se apegam a uma síntese filosófica, impregnam-se dela e refletem na arte a verdade e a vida que ela contém. Como por um milagre, nesse mundo atormentado que não é no entanto um mundo desorientado, nesse mundo que dolorosamente crê e afirma, que ama — a grande pintura nasce em Giotto, como a grande poesia nasce com a divina comédia.

Um imenso poeta sofredor, que não dominou a vida, mas se perdeu dentro dela, que conseguiu ser chamado de poeta maldito mas insaurou na arte moderna — como disse Maritain — a consciência da qualidade teológica e da despótica espiritualidade da beleza — Baudelaire escreveu que é uma literatura homicida e suicida aquela que se recusa a caminhar entre a filosofia e a ciência, e são insensatos aquêles artistas que só encontram ritmos e formas. Giotto não nos ensina outra cousa, nem é diversa a lição que êle nos deixa. Na base da grandeza da arte que êle ergue, há um pensamento cristão largo e lógico. E a natureza que existe e palpita na sua pintura, é aquela mesma que tinha enchido os olhos de São Francisco de Assis e no coração do santo se havia feito bela e feito pura.

“DIARIO DA MANHÃ”

— Outubro de 1937 —

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

	Entre as págs.
A FUNÇÃO MÁGICA DOS TAMBORES	
Fig. 1 — Filhas-de-santo “manifestadas, dançando convulsivamente diante dos atabaques e um remancho que parece não ter fim	82 e 53
Fig. 2 — As filhas-de-santo dançando freneticamente em frente aos tambores. Os tocadores batem com força, excitados pela presença das divindades africanas	82 e 83
Fig. 3 — Quatro “ilus”, isto é, tambores de forma mais ou menos cônica, que fazem parte da orquestra religiosa de um xangô, de sensível influência congoleza	84 e 85
Fig. 4 — Tambores metálicos	86 e 87
Fig. 5 — Cena de “Xangô”: louvação ao Orixá Ogum	86 e 87
Fig. 6 — Cena de xangô: louvação à Oxum	86 e 87

ITAMARACÁ

Fig. 1 — Bloco-diagrama demonstrativo dos basculamentos dos horizontes calcários na região de Itamaracá	98 v.
Fig. 2 — Carta altimétrica da ilha de Itamaracá e vizinhanças	99 e 101
Fig. 3 — Perfil levantado a 14 kms. do mar, paralelamente ao litoral pernambucano, desde a altura do cabo de Santo Agostinho até a da ponta de Coqueiros	103
Fig. 4 — Perfis transversais da ilha de Itamaracá para verificação de como se dispõe o substractum calcáreo em relação aos níveis pos-pliocênicos	104

Fig. 5 — Amplitudes prováveis dos movimentos eustáticos durante e depois da glaciação Würm	110
Fig. 6 — Flexura continental e desenvolvimento, na costa pernambucana, dos glaciais de erosão e de acumulação (barreiras)	116
Fig. 7 — Bloco-diagrama da região de Itamaracá para demonstração dos efeitos topográficos da estrutura basculada	144
Fig. 8 — Corte esquemático ideal do terraço do lance dos Cações e da praia antiga de Lagoa Sêca (Itamaracá)	103
Foto 1 — O morro do Seleiro	98 e 99
Foto 2 — Ponte Getúlio Vargas sobre o canal de Santa Cruz	98 e 99
Foto 3 — Falésia do outeiro do Funil	126 e 127
Foto 4 — Morro residual do engenho Amparo	126 e 127
Foto 5 — O anfiteatro de escorregamento da Estação Experimental de Itamaracá	128 e 129
Foto 6 — Os “balões” resultantes da dissecção das barreiras	140 e 141
Foto 7 — Porites solida , polípeiro recifal do “mar de dentro”	140 e 141
Foto 8 — Ripple marks numa “c’roa” do “mar de dentro”	142 e 143
Foto 9 — A “lage” das Porteiras	144 e 145
Foto 10 — Praia do Forno da Cal	146 e 147
Foto 11 — Arco Marinho (Forno da Cal)	146 e 147
Foto 12 — Dunas (Forno da Cal)	146 e 147
Foto 13 — Soleira calcárea (Forno da Cal)	146 e 147
Foto 14 — Bordo do terraço do Pilar	143 e 149
Foto 15 — Idem , em Jaguaribe	148 e 149
Foto 16 — Estratigrafia do terraço do Pilar	148 e 149
Foto 17 — Bordo do terraço do Pilar	148 e 149
Foto 18 — Falésia do morro do Funil	150 e 151

Foto 19 — Flexa do Pontal de Jaguaribe	150 e 151
Foto 20 — “Barra” de Catuama	154 e 155
Foto 21 — “Barra” de Catuama	154 e 155
Foto 22 — Barranco no rio Jaguaribe	156 e 157
Foto 23 — A praia antiga de Tabatinga	156 e 157
Foto 24 — A praia antiga de Tabatinga	156 e 157
Foto 25 — A praia antiga de Lagoa Sêca	156 e 157
Foto 26 — A praia antiga de Lagoa Sêca	156 e 157

HISTÓRIA DA CASA DE CUNHAÚ

1 — Planta da Ilha e Pôrto do Maranhão, cerca de 1615	202 e 203
2 — Expulsão dos Franceses do Maranhão, 3.11.1615. Óleo de Cadmo Fausto — 1940. Sala Conde de Pôrto Alegre. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Foto Eduardo de Los Rios	204 e 205
3 — Autógrafo do Capitão-Mor brasileiro Mathias de Albuquerque Maranhão, datado de 8.7.1661, em carta a Afonso VI de Portugal (Doc. pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino. Paraíba CI)	128 e 29
4 — Retirada de Mathias de Albuquerque — 3.7.1635. Óleo de Armando M. Viana, 940. Sala Conde de Pôrto Alegre. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Foto Eduardo de Los Rios	222 e 223
5 — Dr. João de Albuquerque Maranhão (Dr. João das Estivas)	234 e 235
6 — Ruínas da Capela de Nossa Senhora das Candeias de Cunhaú, onde se verificou o massacre de 16.7.1645 em que pereceram, juntamente com o Padre André do Soveral que celebrava o Santo Sacrificio da Missa, sessenta e nove fiéis. (Vista lateral direita)	246 e 247
7 — Idem (vista lateral esquerda)	248 e 249
8 — Idem (vista dos fundos)	250 e 251
9 — Idem (vista do interior) (Nicho ao centro)	252 e 253
10 — Vista interna da Fortaleza dos Reis Magos, onde se vê a famosa porta do cárcere onde morreu o coronel André de Albuquerque Maranhão, chefe da revolução pernambucana de 1817 no R. G. do Norte	290 e 291

11 — Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, primeiro Cardeal da América Latina	320 e 321
12 — Dona Tereza Arcoverde, irmã do Cardeal Arcoverde	322 e 323
13 — D. Antônio Gertrudes Maranhão e Benevides	332 e 233
14 — Dr. Afonso de Albuquerque Maranhão, Juiz de Direito no Estado do Amazonas	334 e 335
15 — Cel. André de Albuquerque Maranhão, último senhor do engenho Estivas	336 e 337
16 — Dr. João de Albuquerque Maranhão, autor da História da Casa de Cunhaú. Retrato na turma de Bacharéis de 1921, Universidade do Rio de Janeiro . .	338 e 339
17 — Dona Laura Tavares da Cunha Melo Maranhão, primeira esposa do Dr. João de Albuquerque Maranhão	340 e 341
18 — Comandante Superior André de Albuquerque Maranhão, Senhor de Itapecerica	342 e 343
19 — Comenda da Ordem Militar de Cristo que pertenceu ao Comandante Superior André de Albuquerque Maranhão, Senhor de Itapecerica	344 e 345
20 — Vista geral do Engenho Itapecerica no Vale do Mamanguape, Estado da Paraíba	346 e 347
21 — Igreja de São Bento do Engenho Itapecerica, construída em 1854 pelo Comendador André de Albuquerque Maranhão	348 e 349
22 — Interior da Igreja de S. Bento, vendo-se o Missal que data de 1733 e, à direita, a lápide do Dr. Luiz Afonso de Albuquerque Maranhão	350 e 351
23 — Lápide do Dr. Luiz Afonso Albuquerque Maranhão — existente no interior da Igreja de S. Bento, em Itapecerica	352 e 353
24 — Casa Grande e Igreja de S. Bento do Engenho Itapecerica	354 e 355
25 — Rio Itapecerica fluindo ao lado direito da chaminé do Engenho, construído em 1893	356 e 357
26 — Forte dos Reis Magos, à entrada da barra do R. G. Norte	358 e 359
27 — Brigadeiro Dr. Luiz Ignacio Leopoldo d'Albuquerque Maranhão, o grande herói de Lomas Valentinas . .	372 e 373

28 — Desembargador Luiz de Albuquerque Maranhão, Senador Federal e Vice-Presidente do Estado do Paraná	396 e 397
29 — Igreja Matriz da Cidade de Arez (sob a invocação de S. João Batista)	438 e 439
30 — Portão barrôco do Cemitério Público da cidade de Arez, R. G. do Norte, onde foi sepultado o Dr. João de Albuquerque Maranhão, Pres. da Intendência Municipal da cidade	440 e 441

O LOBISHOMEM DA PORTEIRA VELHA

1 — “Eram dois homens, fizeram-se de fortes e, cacete à mão, partiram para a porteira malassombrada”	462 e 463
2 — “Quem só tem quatrocentos cururus cantadores, entre machos e fêmeas, pode lá dar filho de cururu a ninguém!”	468 e 469
3 — “Mestre Chico senta-se no chão, acende o cachimbo, e diz: — “Pois se quer ouvir histórias, moço, então escute...”	472 e 473
4 — “Grosso cipó-pau à mão. Temperamento quente, bulhento, viascível. Falando sempre alto, quase aos berros, voz de trovão”	478 e 479
5 — “De repente, surgiu adiante, na curva da estrada, um cavalo preto, de olhos fosforescentes, com dois vultos no lombo”	486 e 487
6 — “Rêdes passam carregando defuntos, como no tempo da peste, nos ombros dos fantasmas, acompanhados de tochas, dentro da noite de trevas”	494 e 495
7 — “E a subida se fazia agora com o carro cantando, soturnamente, no “Bordão”, dentro da Noite”	500 e 501
8 — “O bicho atira-se sôbre a moça, arranca-lhe com os dentes o casaco e mama nos seus peitos até saciar sua bruta fome”	512 e 513
9 — “A floresta agora se enche de assobios, de gritos das caidoras, de zumbido dos ventos, de sombras espectrais”	516 e 517
10 — “Os Menezes, a esse tempo, um de cada lado do moribundo, estavam rentes com o velho Leôncio”	524 e 525

NOTAS SÔBRE A CAPELA DOS APIPUCOS

1 — Frans Pest (Parte da Casa e o engenho dos Apipucos)	554 e 555
2 — Frans Post (Olhando para Apipucos, a Capela, o engenho e o Rio)	554 e 555
3 — Rua dos Caetés, vista do alto dos Maristas, olhando para a porta d'água	554 e 555
4 — A volta do Maia, vista do Jardim da casa n.º 1031	554 e 555
5 — Igreja de São Pantaleão, no Monteiro, em 1904	556 e 557
6 — Vista da povoação dos Apipucos, em 1835, vendo-se o antigo hotel e o ônibus	556 e 557
7 — O Maxambomba, em Porta d'água, a levada e um banheiro	556 e 557
8 — O Capibaribe recebendo as águas do açude quando do arrombamento, em 1944	556 e 557
9 — A velha Carolina. A última das que ladeavam o açude, foi sacrificada pelo calçamento, em 1950	556 e 557
10 — Aspecto da estrada, depois do arrombamento do açude, em 1944. Olhando para Apipucos	556 e 557
11 — Aspecto da Capela de N. S. das Dores, antes das obras de 1906. Linha de trem o velho Lampeão	556 e 557
12 — Frente da Capela com o Lampeão (1940)	558 e 559
13 — Torre da Capela com os seus três sinos	558 e 559
14 — A velha senzala, ao lado da capela	558 e 559
15 — Apipucos, em 1955 (o açude limpo, a estrada e o rio)	560 e 561
16 — A Porta d'água, vendo-se a casa grande do "Sítio Grande" hoje entrada da rua Mandacaru	560 e 561
17 — Altar-mor com o nicho de talha pintado de azul e não dourado até as obras de 1906	566 e 567
18 — Altar-mor com nicho de madeira, até 1915	566 e 567
19 — Altar-mor com nicho de alvenaria e sacrário, em 1922	566 e 567
20 — Altar-mor da Capela atual, reformado em 1923	566 e 567

21 — Imagem de Nossa Senhora das Dores no dia da festa (Set. 1945)	566 e 567
22 — Paredão sem gigantes, feito em 1923	568 e 569
23 — Paredão com gigantes e com piteiras em flor	568 e 569
24 — Vista da Igreja, em 1906	574 e 575
25 — A povoação dos Apipucos. Vista da capela vendo-se a linha da maxambomba e os antigos lampeões . . .	574 e 575
26 — Programa do "Teatro faz que olha" (1923)	576 e 577
27 — Bucólico aspecto dos Apipucos	576 e 577
28 — Exemplar do Jornal "O Apipucos", n. 1, ano I, de 1.1.1900	576 e 577

MEMÓRIAS DE UMA CRUZADA

1 — Carta de Luiz Delgado ao Prof. Joel Galvão	580 e 581
2 — O edifício da Escola de Belas Artes de Pernambuco	580 e 581
3 — Atelier de Álvaro Amorim e Mário Nunes, onde teve lugar a primeira reunião em 1932 para fundação da Escola de Belas Artes de Pernambuco	584 e 585
4 — Atelier de Álvaro Amorim e Mário Nunes onde teve lugar a primeira reunião para fundação da Escola de Belas Artes de Pernambuco	584 e 585
5 — Grupo de alunos matriculados em 1932	584 e 585
6 — Visita do prefeito Antônio de Gois ao solar de Benfica, em 1932, antes da inauguração da Escola	588 e 589
7 — Antigo gabinete da Diretoria	590 e 591
8 — Visita do governador Lica Cavalcanti. Aspecto da sessão solene em homenagem ao governador do Estado e prefeito da Capital, em 1936	596 e 597
9 — Grupo feito após a sessão solene, em homenagem aos governos do estado e da cidade (1936)	598 e 599
10 — Visita ao Museu João Peretti, em Caxangá, em setembro de 1937	602 e 603
11 — Conferência do Prof. Luiz Delgado em 23.10.37 . . .	604 e 605

12 — Preleção de mestre do professor José Estelita, em 16.3.1938	606 e 607
13 — Novo Salão Nobre, inaugurado em 14.7.1939 ..	610 e 611
14 — Construção de novos atelieres, inaugurados em 1940	612 e 613
15 — Vista do parque, vendo-se os atelieres construídos e inaugurados em 1940	612 e 613
16 — Inauguração da mostra de trabalhos de professores da Escola de Belas Artes na Exposição Nacional de Pernambuco (1939)	614 e 615
17 — Antigo Atelier de "Modelo-Vivo", inaugurado em 1940	616 e 617
18 — Novo Atelier de "Modelo Vivo", improvisado no Salão de conferências	616 e 617
19 — Antigo Atelier de Escultura, improvisado n'uma cozinha do velho solar de Benfica	616 e 617
20 — Novo Atelier de Escultura, com luz própria pela cobertura, inaugurado em 1940	616 e 617
21 — Antigo Atelier de "Modelagem", improvisado no Gabinete da Diretoria	618 e 619
22 — Novo Atelier de "Modelagem", com luz própria pela cobertura, inaugurado em 1940	618 e 619
23 — Conferência do jornalista Anibal Fernandes, em 30.8.1941	626 e 627
24 — Aniversário de fundação → Assistência ao Concerto que se realizou em 30.8.1941	626 e 627
25 — Preleção de mestre do professor Luiz Cedro ..	628 e 629
26 — Outro aspecto da assistência que compareceu à solenidade da reabertura das aulas do dia 17 de março de 1942, na Escola de Belas Artes de Pernambuco	628 e 629
27 — Excursão à Manjope, em Igarassu, vendo-se o religioso Frei Matias	60 e 631
28 — Excursão à antiga usina São João da Várzea, vendo-se o industrial Ricardo Brenand	630 e 631
29 — Conferência do Professor Odilon Nestor, em 19.12.1942	630 e 631

Entre as p:

606 e 6

610 e 6

612 e 6

612 e 6

614 e 6

616 e 6

616 e 6

616 e 6

616 e 6

619

619

627

627

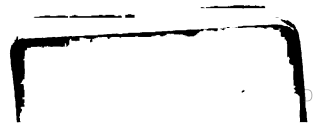
627

629

631

631

631





UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN - UNIV LIBS



3023662520

0 5917 3023662520